



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

EDUARDO MARTINS RÃO

**CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: UM BALANÇO
CRÍTICO ACERCA DE SUAS INTERPRETAÇÕES**

Campinas
2020



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

EDUARDO MARTINS RÃO

**CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: UM BALANÇO
CRÍTICO ACERCA DE SUAS INTERPRETAÇÕES**

Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti – orientador

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Econômico, na área de Economia Social e do Trabalho.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO
EDUARDO MARTINS RÃO, ORIENTADA PELO
PROF. DR. EDUARDO BARROS MARIUTTI.**

**Campinas
2020**

Ficha catalográfica
 Universidade Estadual de Campinas
 Biblioteca do Instituto de Economia
 Luana Araujo de Lima - CRB 8/9706

R18c Ráo, Eduardo Martins, 1980-
 Capitalismo contemporâneo : um balanço crítico acerca de suas interpretações / Eduardo Martins Ráo. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Eduardo Barros Mariutti.
 Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Capitalismo. 2. Imperialismo. 3. Poupança e investimento. 4. Crises. I. Mariutti, Eduardo Barros, 1974-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Contemporary capitalism : a critical balance about your interpretations

Palavras-chave em inglês:

Capitalism
 Imperialism
 Saving and investment
 Crises

Área de concentração: Economia Social e do Trabalho

Titulação: Doutor em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Eduardo Barros Mariutti [Orientador]
 Eleuterio Fernando da Silva Prado
 Fábio Antonio de Campos
 Lincoln Ferreira Secco
 Marcelo Weishaupt Proni

Data de defesa: 27-04-2020

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-0966-7568>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/5695571445967656>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

EDUARDO MARTINS RÃO

**CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: UM BALANÇO CRÍTICO
ACERCA DE SUAS INTERPRETAÇÕES**

Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti – orientador

Defendida em 27/04/2020

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti - PRESIDENTE
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Eleuterio Fernando da Silva Prado
Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dr. Fábio Antonio de Campos
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco
Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Proni
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

DEDICATÓRIA

*Francisco Jorge Ráo Junior (in memoriam):
Pessoa de poucas palavras e gestos amorosos valiosos*

AGRADECIMENTOS

Esta tese não teria sido possível se concretizar sem a devida presença e influência de inúmeras pessoas e sem a ocorrência de variados fatores que me motivaram a realizá-la. Sendo assim, cabe aqui agradecer a todos e todas que, de alguma forma, colaboraram e/ou me incentivaram para com a realização da mesma. Muito obrigado pelo carinho, atenção, acolhimento, vivência, confiança, estímulo e aprendizado ao longo desta jornada.

Agradeço à minha família, minha mãe Sandra, meu pai Francisco (*in memoriam*) e meu irmão Rafael.

Agradeço a todos os meus amigos e a todas as minhas amigas, especialmente meu amigo de infância Douglas.

Agradeço aos meus queridos companheiros e companheiras que compartilharam comigo as vivências na República estudantil da “Constância”.

Agradeço ao coletivo Primeiro de Maio, do Partido Socialista e Liberdade (PSOL), com o qual integrei e me dediquei às lutas até meados de 2019.

Agradeço ao Instituto de Economia da Unicamp e ao Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho, no qual percorri a jornada que se iniciou com a especialização, passando pelo mestrado e, finalmente, chegando ao doutorado.

Agradeço ao meu grande amigo, e orientador da minha dissertação, José Dari Krein, por toda a confiança depositada em mim.

Agradeço ao meu orientador inicial no doutorado, Márcio Pochmann, e ao meu orientador na etapa final do mesmo, Eduardo Barros Mariutti, por toda vivência, confiança e, principalmente, estímulo para concluir esta tese, que contou com inúmeros expedientes desafiadores.

Agradeço aos membros da banca, Eleutério Prado, Lincoln Secco, Fábio Campos e Marcelo Proni, e aos membros suplentes Hugo Dias, Paulo Arantes e Vladimir Safatle.

Agradeço a CAPES pelo providencial financiamento através de uma bolsa de estudos.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

RESUMO

O objetivo desta tese de doutorado consiste em realizar uma reflexão crítica sobre as mais relevantes interpretações acerca do capitalismo contemporâneo, na condição de um período marcado fundamentalmente pelas transformações ocorridas a partir da década de 1970 e cristalizadas nos anos de 1990. Procedeu-se com a delimitação de um conjunto vasto de estudos e analistas circunscritos em três grandes grupos, dos quais se verifica aspectos comuns em termos da forma de suas avaliações sobre o capitalismo contemporâneo. Tais grupos serão elencados separadamente em cada uma das partes, constituindo, assim, as três primeiras partes da tese. Na primeira parte, encontram-se admitidas as noções de que o capitalismo passou por mudanças de caráter societal, isto é, as sociedades capitalistas apresentaram modificações a ponto de indicarem se tratar de uma nova ordem social em curso. Agrupamo-los em três principais correntes, a saber: os teóricos da “sociedade da informação”, da “sociedade pós-fordista” e da “sociedade pós-moderna”. Na segunda parte, residem os postulantes de que o capitalismo passou por mudanças em sua configuração, isto é, as sociedades capitalistas encontram-se diante de uma nova fase de desenvolvimento do capitalismo, ou então, de uma nova fase do imperialismo, ou ainda, de um momento em que se atingiram os limites do próprio capitalismo, instaurando-se um processo de crise estrutural ou sistêmica. Novamente, os distinguimos em três vertentes: os teóricos do capitalismo financeiro (ou financeirização) e do capitalismo (bio)cognitivo; os teóricos do novo-imperialismo e do capital-imperialista e os teóricos que atinam a emergência da crise estrutural ou sistêmica do capitalismo. Na terceira parte, estão as noções de que a ordem social apresenta-se ameaçada, necessitando, portanto, de uma nova revitalização, na tradição liberal e conservadora, em prol da defesa desta ordem. Sendo assim, empreendemos três movimentos que julgamos pertinentes, quais sejam: averiguamos as disputas envolvendo as vertentes do “liberalismo social” e do “neoliberalismo”; examinamos as contribuições de Mises e Hayek para a constituição de uma noção abrangente acerca do “neoliberalismo” e destacamos a relação do libertarianismo, do neoinstitucionalismo e do neoconservadorismo com o próprio “neoliberalismo”. Uma vez percorrido este caminho, coube, na quarta parte da tese, a realização de outros três passos, a seguir: apontar alguns comentários e críticas sobre os estudos analisados nas três primeiras partes, levando em consideração as suas influências no debate acerca da transição do capitalismo ao pós-capitalismo; qualificar que as transformações processadas, desde meados da década de 1970, implicaram na conformação de um novo patamar para a acumulação e a reprodução social do capital, instaurando-se o surgimento de uma crise histórica do próprio modo de produção capitalista e, finalmente, sugerir uma noção de capitalismo enquanto um modo de produção da vida social, segundo o qual o capitalismo contemporâneo pode ser interpretado como sendo um período inserido no marco temporal do imperialismo capitalista, assumindo, então, uma nova morfologia a partir dos anos de 1970. Em síntese, sustentamos a hipótese de que o “capitalismo contemporâneo” pode ser entendido como um período inserido no marco temporal do *imperialismo capitalista*, à medida que significa propriamente um período marcado pelo *aprofundamento/aceleração* das tendências mais gerais de funcionamento do imperialismo que se *conectam* junto às transformações surtidas desde os anos de 1970. Esta “nova síntese” implica em um processo de *retroalimentação* que promove a emergência de um “novo” patamar para a acumulação de capital. No entanto, ao analisar-se este “novo” patamar, podemos sugerir que estamos diante de uma situação de crise histórica do próprio modo de produção capitalista.

Palavras-chave: Capitalismo; Imperialismo Capitalista; Acumulação de Capital, Crise.

ABSTRACT

The objective of this doctoral thesis consists of a critical reflection on the most relevant interpretations of contemporary capitalism, in the condition of a period fundamentally marked by the transformations that took place from the 1970s onwards and crystallized in the 1990s. A vast set of studies and analysts circumscribed in three large groups was delimited, of which there are common aspects in terms of the form of their evaluations of contemporary capitalism. These groups will be listed separately in each of the parts, thus constituting the first three parts of the thesis. In the first part, the notions that capitalism has undergone changes of a societal nature are admitted, that is, capitalist societies have presented modifications to the point of indicating that it is a new social order in progress. We group them into three main currents, namely: the "information society", the "post-Fordist society" and the "postmodern society" theorists. In the second part, reside the postulants that capitalism has undergone changes in its configuration, that is, capitalist societies are facing a new phase of development of capitalism, or a new phase of imperialism, or even a moment in which the limits of capitalism itself have been reached, a process of structural or systemic crisis has been established. Again, we distinguish them into three strands: the theorists of financial capitalism (or financeirization) and cognitive (bio)capitalism; the theorists of new-imperialism and capital-imperialist and the theorists who reach the emergence of the structural or systemic crisis of capitalism. In the third part, there are the notions that the social order presents itself as threatened, needing, therefore, a new revitalization, in the liberal and conservative tradition, in favor of the defense of this order. Thus, we have undertaken three movements that we consider pertinent, which are: we have investigated the disputes involving the "social liberalism" and "neoliberalism" strands; we have examined the contributions of Mises and Hayek to the constitution of a comprehensive notion about "neoliberalism" and we have highlighted the relationship of libertarianism, neo-institutionalism and neoconservatism with "neoliberalism" itself. Once this path has been taken, the fourth part of the thesis was followed by three other steps: point out some comments and criticisms about the studies analyzed in the first three parts, taking into account their influences on the debate about the transition from capitalism to post-capitalism; to qualify that the transformations which have taken place since the mid-1970s have implied the formation of a new level for the accumulation and social reproduction of capital, the emergence of a historical crisis of the capitalist mode of production itself and, finally, to suggest a notion of capitalism as a mode of production of social life, according to which contemporary capitalism can be interpreted as being a period inserted into the temporal framework of capitalist imperialism, assuming, then, a new morphology from the 1970s onwards. In synthesis, we sustain the hypothesis that "contemporary capitalism" can be understood as a period inserted in the temporal framework of capitalist imperialism, as it means a period marked by the deepening/acceleration of the more general tendencies of imperialism that are connected with the transformations that have taken place since the 1970s. This "new synthesis" implies a process of feedback that promotes the emergence of a "new" level for capital accumulation. However, by analyzing this "new" level, we can suggest that we are facing a situation of historical crisis of the capitalist mode of production itself.

Keywords: Capitalism; Capitalist Imperialism; Capital Accumulation, Crisis.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIDS	Acquired Immunodeficiency Syndrome
BCE	Banco Central Europeu
BREXIT	Britain Exit
B-29	Boing B-29
C²	Comunicação e Controle
C³I	Comando, Controle, Comunicação e Inteligência
CCQ	Círculo de Controle de Qualidade
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIA	Central Intelligence Agency
CIRL	Centre International d'Études pour la Rénovation du Libéralism
CPU	Central Processing Unit
CQT	Controle de Qualidade Total
DNA	Ácido Desoxirribonucleico
EF	Especialização Flexível
EUA	Estados Unidos da América
FED	Federal Reserve System
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPI	Foreign Policy Initiative
IA	Inteligência Artificial
GOP	Grand Old Party – The Republican Party
GPS	Global Positioning System
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IIE	Institute for Internacional Economics
IIP	Programa Intergovernamental de Informática
ISYS	Innovation-Système-Stratégies
LSE	London School of Economics
MAD	Mutual Assured Destruction
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MTV	Music Television
NAFTA	North American Free Trade Agreement
NCW	Network-Centric Warfare
NSA	National Security Agency
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P & D	Pesquisa e Desenvolvimento

PCB	Partido Comunista Britânico
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PGI	Programa Geral de Informação
PIB	Produto Interno Bruto
PIIGS	Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha
PNAC	Project for the New American Century
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
RMA	Revolution in Military Affairs
RTF	Empresa de Rádio e Televisão Francesa
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
TPP	Trans-Pacific Partnership
TTIP	Transatlantic Trade and Investment Partnership
UNESCO	United Nations Educacional, Scientific and Cultural Organization
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WMD	Weapons of Mass Destruction

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais referências de Marx e Engels sobre a concepção materialista da história: uma síntese de seu percurso	491

LISTA DE ANEXOS

Quadro 1 – Monopólios, Duopólios e Oligopólios nos Estados Unidos (2019)	569
Quadro 2 – Destaques do Relatório da OXFAM INTERNATIONAL (2020)	576
Quadro 3 - Renda média real (após impostos e transferências) nos Estados Unidos (Em dólares de 2018)	577
Quadro 4 – Tendências sobre o trabalho, segundo OIT (2019)	578
Quadro 5 – Escravidão e atividades análogas à escravidão (2018)	579
Quadro 6 – Mercado da água no Brasil (2019)	580
Quadro 7 – Mercado do ar (2019)	582
Quadro 8 – Mercado de terras (2017)	583
Quadro 9 – Mercado de energia (2019)	584
Quadro 10 – Controle e vigilância, <i>influencers</i> e <i>deepfake</i>, rivalidades intercapitalista e interestatal e exploração do trabalho	586
Quadro 11 – Greve na França e o novo <i>front</i> dos indígenas no Brasil	589
 Gráfico 1 – Fusões e Aquisições nos Estados Unidos (1890-2015)	 570
Gráfico 2 – Exportações de Capitais dos EUA para a América Latina (1950-2002)	571
Gráfico 3 – <i>Lobbies</i> e retornos (2018)	571
Gráfico 4 – Total de patentes norte-americanas emitidas anualmente (1940-2014)	573
Gráfico 5 – Gastos Totais em P&D (% PIB) - 2010	573
Gráfico 6 – Gastos Governamentais em P&D (% PIB) - 2010	574
Gráfico 7 – Gastos Empresariais em P&D (% PIB) - 2010	574
Gráfico 8 – Pedidos e Concessões de Patentes junto ao USPTO - 2012	575
Gráfico 9 – Pedidos de Patentes Depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), por Origem do Depositante – BRASIL (2012)	575
Gráfico 10 – A pirâmide global da riqueza (2017)	577
Gráfico 11 – Salários e Produtividade nos Estados Unidos (1947-2010)	579
 Figura 1 – <i>Goldman Sachs</i> e o Governo Federal dos EUA	 572
Figura 2 – <i>Monsanto</i> e o Governo Federal dos EUA	572

SUMÁRIO

RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	ix
LISTA DE QUADROS	xi
LISTA DE ANEXOS	xii
INTRODUÇÃO	1
PARTE 1 - UMA NOVA ORDEM SOCIETAL	16
CAPÍTULO 1 - DA CIBERNÉTICA À COMPLEXIDADE NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	17
CAPÍTULO 2 - DA SOCIEDADE PÓS-FORDISTA À SOCIEDADE DO CONTROLE	54
CAPÍTULO 3 - DA SOCIEDADE PÓS-MODERNA À GLOBALIZAÇÃO	78
COMENTÁRIOS E CRÍTICAS	111
PARTE 2 - DAS NOVAS MORFOLOGIAS DO CAPITALISMO À CRISE ESTRUTURAL	125
CAPÍTULO 4 - DO CAPITALISMO FINANCEIRO AO CAPITALISMO COGNITIVO	126
CAPÍTULO 5 - DO “NOVO IMPERIALISMO” AO “CAPITAL-IMPERIALISMO”	171
CAPÍTULO 6 - DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL À CRISE DO SISTEMA-MUNDO	207
COMENTÁRIOS E CRÍTICAS	244
PARTE 3 - A ORDEM SOCIAL AMEAÇADA	257
CAPÍTULO 7 - DO “NOVO LIBERALISMO” AO “NEOLIBERALISMO”	258
CAPÍTULO 8 - “NEOLIBERALISMO”: DE VON MISES À VON HAYEK	293
CAPÍTULO 9 - DO LIBERTARIANISMO E NEOINSTITUCIONALISMO AO NEOCON	331
COMENTÁRIOS E CRÍTICAS	369
PARTE 4 - EM DEFESA DO MATERIALISMO HISTÓRICO	384
CAPÍTULO 10 - DAS TRANSIÇÕES NO CAPITALISMO ÀS TRANSIÇÕES DO CAPITALISMO ..	385
CAPÍTULO 11 - A DISCUSSÃO SOBRE A CRISE HISTÓRICA DO CAPITALISMO	428
CAPÍTULO 12 - EM BUSCA DO CONCEITO DE CAPITALISMO E DE SUA PERIODIZAÇÃO	478
CONSIDERAÇÕES FINAIS	539
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	551
ANEXO	571

INTRODUÇÃO

“Capitalismo contemporâneo: um balanço crítico acerca de suas interpretações” apresenta-se como uma tese de doutoramento cujo objetivo consiste em realizar uma reflexão crítica sobre as mais relevantes interpretações que analisam o “capitalismo contemporâneo”, entendendo-o fundamentalmente como um período marcado pelas transformações ocorridas a partir da década de 1970. Dado se tratar de um conjunto fecundo de estudos e de análises, este trabalho procedeu com a delimitação de dois movimentos primordiais: (i) destacar as visões mais difundidas na literatura e no debate público, através de um agrupamento de autores/estudos que guardam entre si um aspecto similar sobre as alterações processadas desde 1970, a saber: (a) a noção de que o capitalismo passou por mudanças de caráter societal; (b) a noção de que o capitalismo e/ou o imperialismo alterou a sua forma de desenvolvimento; (c) a noção de que o capitalismo enfrenta uma situação de crise estrutural; (d) a noção de capitalismo como uma ordem social “espontânea” que se encontra permanentemente “ameaçada”, exigindo uma normatização geral para mantê-la em funcionamento; (ii) realizar alguns comentários e críticas sobre estas interpretações, sugerindo a adoção de uma noção de capitalismo mais adequada segundo as proposições do materialismo histórico.

Isto posto, cabe inserirmos a problemática a qual iremos nos debruçar. Inicialmente, encontramos as seguintes indagações: O que seria, afinal, o “capitalismo contemporâneo”? Quais seriam suas características fundamentais? A partir de que momento ou em função de qual(is) transformação(ões) poderíamos afirmar a “contemporaneidade” do capitalismo? Porque, para a maioria das interpretações, a década de 1970 representa o marco importante na história do capitalismo, ou ainda uma ruptura no mesmo? Diante destas perguntas, o leitor não familiarizado com a literatura se deparará com uma miríade de visões fragmentadas e contrastantes, além de outras que destacam o futuro promissor e realizador de todo o potencial humano evidenciado pelo próprio capitalismo. A despeito destas diferenças, importa asseverar a existência de algo comum em quase todas elas: *o capitalismo passou por mudanças substantivas ao longo do século XX e, sobretudo após a década de 1970, adquiriu uma “feição contemporânea”*.

Desta forma, nos enveredamos nessa problemática através: 1) da demonstração de quais são as evidências mais destacadas que sustentariam a configuração da

“contemporaneidade” do capitalismo e 2) da indicação das principais interpretações que versaram sobre estas evidências enunciadas.

As transformações no “capitalismo contemporâneo”: evidências mais destacadas

Muitas são as evidências que atestam a um conjunto significativo de transformações ocorridas no “capitalismo contemporâneo”, de modo que iremos destacar apenas algumas delas, elencadas segundo estes critérios: (i) rivalidade interestatal; (ii) rivalidade intercapitalista e (iii) “crise” das esquerdas e do marxismo em particular. Importa registrar que, na grande maioria dos estudos, a “contemporaneidade” do capitalismo coloca-se a partir da emergência da crise das economias capitalistas de meados dos anos 1970 e da crise das economias de “socialismo real” de fins da década de 1980. Neste momento, a “rivalidade” entre projetos sociais distintos (“socialismo real” X capitalismo) chega ao fim em 1989 - com a queda do muro de Berlim e o desmantelamento da URSS - e descortina, desde os anos 1990, na consequente “vitória” do capitalismo sobre as demais formas de organização das sociedades.

Do ponto de vista da *rivalidade interestatal*, a principal evidência é a tentativa de “reafirmação” da hegemonia norte-americana, até então consolidada após a Segunda Grande Guerra. Nos anos 1970, o mundo se encontrava edificado pelos “velhos” Estados Nacionais e pela ascensão vertiginosa de “novas” nações, dentre estas, parte oriundas do processo de descolonização, principalmente da Ásia e da África¹ e, outra parte, desencadeadas por revoluções nacionais. Ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000, países como Japão, os chamados “Tigres Asiáticos” (Hong Kong, Cingapura, Coreia do Sul e Taiwan), Índia e China apresentaram um acelerado processo de industrialização e um papel mais relevante na geopolítica. Este é o sistema interestatal que compete aos EUA “administrar” para poder preservar o capital “transnacional”. Para alguns analistas, este sistema engloba as nações de “primeiro”, “segundo” e “terceiro mundo”; o que, para outros, tratar-se-iam de países “centrais”, “semiperiféricos” e “periféricos”.

Entretanto, independentemente das terminologias, o primeiro aspecto a chamar atenção, em termos da mudança no plano da rivalidade interestatal, diz respeito ao caráter cada vez mais tenso entre a preponderância dos EUA e o concerto de potências que precisa “administrar” para assegurar sua hegemonia: a mudança estaria na verificação da ampliação

¹ “Na verdade, em 1970 nenhum território de tamanho significativo continuava sob administração direta das ex-potências colonialistas ou seus regimes de colonos, a não ser no Centro e Sul da Ásia – e, claro, no Vietnã em guerra. A era imperial acabara”. (HOBBSAWM, 1995, p. 219).

do poder e da arbitrariedade alcançada pelo Estado norte-americano em escala transnacional², sobretudo em função da ruptura, propiciada pelos EUA, com o padrão monetário internacional vigente ao longo de todo o pós-guerra, acabando com a conversibilidade do dólar americano em ouro. Apoiados no ajuste de balanço de pagamentos do próprio EUA e nas tentativas para manter a diplomacia do dólar forte³, os desdobramentos da crise econômica de 1973 repercutiram na elevação drástica das taxas de juros em 1979, consolidando a posição arbitrária do dólar como moeda internacional, ao transformar sua moeda em meio de pagamento internacional e ao mesmo tempo em reserva de valor.

Outra evidência significativa no campo da rivalidade interestatal e intraestatal refere-se ao que convencionalmente se chama de “neoliberalismo”. Apesar de o termo ser utilizado pelo campo crítico, “neoliberalismo” significaria, grosso modo, uma ideologia cuja agenda preconiza a flexibilização da produção e das relações de trabalho, a desregulamentação das relações comerciais e das praças financeiras (liberalização comercial e financeira) e a privatização irrestrita das empresas e dos serviços públicos estatais. Esta “política neoliberal” tem sido a tônica dos governos desde os anos 1970 - valendo-se especialmente de proposições ideológicas prognosticadas pelas instituições financeiras multilaterais (FMI e Banco Mundial) - e, portanto, há cerca de quase 50 anos não se observou nenhuma experiência política robusta contrária a ela⁴. Por operar uma ofensiva ideológica e repressiva contra os trabalhadores e

² Este, sem dúvida, tornou-se um debate que perdura até os dias de hoje, onde não existe consenso ainda sobre a “provável” ou “improvável” queda da hegemonia norte-americana; sobre o próprio caráter de sua hegemonia, ou sobre a forma específica dela operar e se sustentar em longo prazo; sobre a possibilidade ou não de termos um mundo multipolar - orquestrado segundo áreas de influência de países que detêm grandes forças regionais, a exemplo da China, Rússia, Índia, Alemanha e do próprio EUA - e sobre a erupção ou não de um novo confronto bélico envolvendo as principais potências - dado o acirramento do militarismo estadunidense verificado após o término da Guerra Fria, destituindo vários regimes, fortalecendo os dispositivos de controle social frente às ameaças “internas” e “externas”, sobrepujando as disputas em torno das matérias-primas, recursos naturais e energéticos, a exemplo do petróleo, e combatendo o “extremismo terrorista”.

³ Cf. BELLUZZO, 1995.

⁴ Em 1979, Thatcher assume o governo britânico; um ano depois, em 1980, Reagan chega à presidência dos EUA e, em 1982, Helmut Kohl derrota o regime social-liberal de Schmidt na Alemanha. Em seguida, quase todos os países do Norte da Europa Ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, acabam empossando políticos alinhados a esta agenda. A partir daí esta onda ganha um fundo de expressão maior, para além da crise econômica do período: o combate ao comunismo. A hegemonia alcançada pelos “neoliberais” acossou a socialdemocracia. Se nos anos 1980 algumas de suas experiências resilientes tornaram-se responsáveis pelo desmonte lento e gradual do Estado de bem-estar social, nos anos 1990 tal projeto deu provas irrefutáveis tanto de incapacidade de resistência quanto de inexequibilidade de resgate dos princípios norteadores de um programa minimamente “progressista”. Gerald Schroeder, na Alemanha, mas, sobretudo, Tony Blair (e sua “terceira via” no Reino Unido) e, Sarkozy (na França), são exemplos contumazes da assim chamada “política neoliberal”. Com efeito, na década de 2000, foram os próprios partidos socialdemocratas, grego e espanhol, os responsáveis diretos pelas negociações dos acordos econômicos impostos pelo FMI e Banco Mundial e pela Comunidade Europeia. No que tange ao processamento desta agenda em relação à América Latina, deve-se reconhecer que o Chile, sob a ditadura de Pinochet, consagrou-se verdadeiro pioneiro na história contemporânea. Seu programa adquiriu, de início, linha extremamente dura, calcadas em desregulação, desemprego em massa, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos e privatizações de bens públicos. A Bolívia, em 1985, não tanto com o objetivo de “quebrar” o movimento operário, mas, sim, para efetivar-se o controle sobre sua

suas organizações coletivas esta política vem implicando no desmonte lento e gradual do Estado de bem-estar social edificado no após-guerra, através de um conjunto de contrarreformas que precarizam as vidas dos trabalhadores e cada vez mais retiram os direitos sociais arduamente conquistados pelos mesmos⁵.

No que tange à *rivalidade intercapitalista*, o ponto mais destacado é o da propalada “globalização” da economia. A liberdade alcançada pelo capital “produtivo” e “financeiro”, a partir do novo padrão monetário vigente desde os anos 1970, acentuou ainda mais a concorrência intercapitalista e culminou em mudanças na divisão internacional da produção e do trabalho. Por um lado, verificamos a construção de macromercados como a NAFTA, a União Europeia e o MERCOSUL, que refletem as novas exigências de regionalização da produção e do comércio exterior e, por outro lado, grande parte da produção industrial das empresas transnacionais se insere nos países asiáticos, tornando a região vigorosa ao mercado internacional⁶. Ademais, a emergência da “terceira revolução industrial”, apoiada no paradigma microeletrônico, começa a ser difundida em todo o mundo, através das políticas de reestruturação produtiva, em grande medida, inspirada no *toyotismo*⁷, provocando mudanças significativas nos processos de produção e de trabalho⁸. O avanço científico-tecnológico associado à ampla liberdade do capital fez com que o sistema produtivo se tornasse mais segmentado, descentralizado, horizontalizado, externalizado e desterritorializado.

Surgiram inúmeras inovações tanto no uso de equipamentos e materiais para o *processo de produção* - tecnologia da informação, microeletrônica, novas fontes de energia - quanto nas *relações interempresas* - fusões e aquisições, *join venture* e projetos compartilhados. São introduzidas alterações na *organização da produção* - *kanban*, *just in time*, controles de qualidade (CCQ e CQT), terceirização, subcontratação e automação -, na *organização do trabalho* - flexibilização do trabalho, eliminação do desperdício e das

hiperinflação, configurou a segunda experiência desse ideário. Em seguida, a virada continental em direção ao “neoliberalismo” se consumou na presidência de Salinas, no México, em 1988; com a chegada de Menem ao poder, na Argentina, em 1989; na segunda presidência de Carlos Andrés Peres, no mesmo ano, na Venezuela, na eleição de Fujimori, no Peru, em 1990 e na vitória de Collor, no Brasil, em 1989, seguido pelos dois governos de FHC, entre 1994 e 2002. Nos anos 2000, apesar das inúmeras tentativas, representadas pelos governos supostamente contrários à ideologia neoliberal, nenhuma experiência política conseguiu efetivamente se contrapor a ela ou mesmo criar as condições de sua superação.

⁵ Cf. ANDERSON, 1995.

⁶ Cf. CHESNAIS, 1996.

⁷ O *toyotismo*, também conhecido por Sistema Toyota de Produção, é um modelo de produção industrial japonês, criado após o término da Segunda Guerra Mundial, que se tornou referência para várias empresas do mundo a partir da década de 1970. Ele se sustenta segundo o paradigma da acumulação flexível, visando: à utilização da máxima eficiência dos recursos; o controle da qualidade dos produtos e das etapas do processo de produção; a produção ajustada à demanda, evitando-se assim os desperdícios e o acúmulo de estoques e, ainda, a exigência de trabalhadores multifuncionais, treinados para atuarem em várias etapas diferentes do processo de produção.

⁸ Cf. ANTUNES, 2008.

“porosidades”, polivalência, trabalho em grupo -, na *gestão do trabalho* - “gerência participativa”, flexibilização da remuneração, da jornada de trabalho e das formas de contratação, maior exigência psicofísica e intelectual do trabalhador e recrudescimento do número de níveis hierárquicos -, e ainda, nos mecanismos de *regulação do trabalho* - tanto através da busca por maior individualização da relação salarial quanto a partir da crescente descentralização das negociações coletivas situadas cada vez mais no âmbito restrito da própria empresa.

É notório também um processo de redução relativa do proletariado fabril, industrial e manual, contraposto ao aumento de trabalhadores subproletarizados, acompanhado pelo extraordinário incremento de mulheres laborando em inúmeras atividades econômicas e pelo intenso processo de assalariamento dos setores médios, devido à expansão do setor de serviços. Movimentos contraditórios que impulsionam, ao mesmo tempo, uma maior qualificação, por um lado, e uma maior desqualificação, por outro lado. Em suma, um processo de exacerbação da heterogeneidade, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora submetida em um “modelo de acumulação mais flexível”⁹ que se sustenta pela flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho¹⁰, dos produtos e dos padrões de consumo.

Outro aspecto inscrito na rivalidade intercapitalista concerne ao papel desempenhado pelo capital “financeiro”, representado “aparentemente” por títulos, obrigações, certificados e outros papéis negociáveis rapidamente conversíveis em dinheiro. Após os anos 1970, com a ruptura do padrão monetário de Bretton Woods, há o surgimento de uma intensa rivalidade, propiciada pela liberalização financeira e cambial, em termos de variedade de instrumentos, sob a forma de contratos, que combinam diferentes ativos e que são comercializados nos mercados financeiros¹¹. O debate segue até os dias de hoje em torno de se saber se a lógica financeira consiste na necessidade de “fazer dinheiro” sem passar pela “esfera da produção”, onde a finalidade recairia não mais na produção, mas na remuneração do detentor de um ativo, como também se esta lógica poderia ser a causadora inerente das potenciais instabilidades e volatilidades presentes nas economias, principalmente através da eminência

⁹ Cf. HARVEY, 1993.

¹⁰ De maneira geral, há uma radical reestruturação do mercado de trabalho que passa a se tornar mais flexível e segmentado. Verifica-se uma tendência em curso de diminuição do número de pessoas vendendo sua força de trabalho em condições de maior segurança, com direitos constituídos, laborando em tempo integral; sendo cada vez mais comum a exigência de uma mão-de-obra que seja flexível, facilmente adaptável às instabilidades da economia, laborando em distintos regimes de trabalho (tempo parcial, contratos de curta duração e/ou por tempo determinado, temporários, subcontratados ou terceirizados e informais). Cf. KREIN, 2007.

¹¹ Cf. BELLUZZO, 1995.

de crises que podem se tornar sistêmicas, a exemplo da crise das hipotecas, deflagrada em 2007-2008.

De fato, estas evidências na rivalidade interestatal e intercapitalista, ocorridas a partir dos anos 1970, apontaram transformações “monumentais”¹² nas sociedades capitalistas contemporâneas, revelando um questionamento acerca das possibilidades das lutas de classes. Com o colapso da URSS, em 1989, muito se relativizou sobre a validade do marxismo em responder a estas mudanças nas sociedades capitalistas, como também em explicar o porquê do desmantelamento das sociedades de “socialismo real”. Analisando a trajetória de lutas da classe trabalhadora, ao longo do século XX, a evidência mais desconcertante e verídica reside em considerar que todas as alternativas fracassaram fragorosamente. Simultaneamente, uma parte da classe trabalhadora esteve submetida “diretamente” ao jugo do capital, enquanto outra parte propiciou um processo de ruptura com a ordem do capital e, finalmente, outra acreditou ir além desta ordem por meio de um processo democrático de reformas. Na primeira, os trabalhadores sobreviveram dentro da ordem e conseguiram conquistar importantes direitos formais; na segunda, os trabalhadores arriscaram uma ruptura contra a ordem e não obtiveram êxito e, na terceira, os trabalhadores puderam gozar de uma convivência “democrática” entre as classes, com amplas conquistas sociais para alguns setores da classe trabalhadora. No entanto, todas fracassaram.

Evidente também que muitas foram as reações, manifestações, greves e momentos de forte impasse realizados pelos trabalhadores, mesmo em se tratando das sociedades capitalistas dos países centrais. Em fins da década de 1960 e início dos anos 1970, observou-se tanto a emergência da crise no capitalismo, em 1973, marcada pelas quedas nas taxas de lucro e crescimento econômico, como também um quadro de amplas e significativas contestações operárias em vários destes países, com destaque para o maio de 1968, na França; além do surgimento dos “novos movimentos sociais”, da preocupação com a preservação do meio ambiente e das novas “pautas identitárias”, que englobam o direcionamento das

¹² Nesse sentido, inúmeros são os desdobramentos repercutidos por estas transformações no capitalismo “contemporâneo”, seja no *plano social* - através das modificações na estratificação social, nos perfis demográficos, na conformação das famílias, nos padrões de sociabilidade, no surgimento de “novos movimentos sociais”, na apologia da valorização da esfera de atuação da sociedade civil e no afastamento do papel dos Estados em suas ações reguladoras, no campo das garantias dos direitos sociais e no provimento dos bens públicos -, seja no *plano cultural e ideológico* - a partir da invasão da lógica mercantil para os espaços culturais, da obsolescência programada das mercadorias de toda a natureza, da exacerbação da cultura do consumo, da propagação do “fim da História”, do “fim das utopias” e do “fim da luta de classes”, do simulacro, da espetacularização da vida, do imediatismo e do individualismo -, seja, ainda, no plano da *ação coletiva* - com a crescente individualização das relações de trabalho, o processo de desregulamentação e flexibilização dos direitos sociais, das relações de trabalho e do próprio funcionamento do mercado de trabalho, o processo de maior burocratização e institucionalização das organizações sindicais e o recrudescimento das ações dos movimentos de esquerda, sobretudo de caráter declaradamente anticapitalista.

opressões no que tange à raça, ao gênero e às opções sexuais dos indivíduos. Esta conjuntura, sem dúvida, abriu uma nova perspectiva para as análises sobre as classes sociais e suas lutas na sociedade capitalista.

Porém, desde fins dos anos 1960, no plano teórico concernente às lutas sociais, existe um verdadeiro bombardeio premido pelo reconhecimento de perda significativa da ação sindical e partidária organizada¹³ que paulatinamente cede espaço à emergência das demandas inscritas nos “novos movimentos sociais”. Segundo estas interpretações, a perspectiva relacionada à ideia de classe (e de pertencimento de classe) foi sucumbida por outros fatores que exprimem demandas culturais e “pós-materialistas”, tais como valores, identidades e reconhecimento¹⁴. Prevaleceu, assim, o ideário figurado pela “pós-modernidade”, onde o espaço da reflexão acadêmica e o campo das lutas sociais viram-se impregnados pelo predomínio das teses alheias ao conceito de classes sociais e ao fundamento da centralidade do trabalho, reverberando em um ataque ao marxismo nunca antes visto. Na medida do possível, os marxistas procuraram dar respostas a essa acomodação da classe trabalhadora à ordem do capital, mas inevitavelmente isso vem se operando de modo insuficiente.

As transformações no “capitalismo contemporâneo”: interpretações

Diante deste conjunto de evidências, verificamos a predominância de muitos termos utilizados recorrentemente na literatura e no debate público para demarcar a “contemporaneidade” do capitalismo após a década de 1970: “neoliberalismo”, “globalização”, “mundialização”, “novo-imperialismo”, dentre inúmeros outros. Nesse sentido, a discussão mais significativa coloca-se então sobre as implicações promovidas pelas mudanças oriundas das tensões na rivalidade interestatal e intercapitalista que assentaram as últimas três décadas do século XX. Seriam estas transformações estruturais a ponto de configurarem uma nova sociedade em curso ou seriam apenas transformações conjunturais que afetaram sobremaneira o capitalismo imprimindo-lhe nova “feição contemporânea”?

Na introdução da obra *Era dos Extremos* (1995), Eric Hobsbawm salienta que o final do século XX trata-se de um “mundo qualitativamente diferente em pelo menos três aspectos” em relação ao do início do século: (i) o declínio relativo das potências europeias em

¹³ Antunes (2008) salienta alguns dos impactos mais significativos para a ação sindical: a tendência de diminuição das taxas de sindicalização; a separação abissal entre os trabalhadores mais protegidos e sindicalizados e o conjunto crescente daqueles vulneráveis e precários em sindicatos com pouco poder de influência; o aumento das organizações sindicais dos setores assalariados médios; os efeitos diretos nas ações grevistas devido à ampla fragmentação e heterogeneidade da classe trabalhadora e o avanço das tendências “neocorporativistas”, aliado às perdas de combatividade e de crítica mais radical ao sistema capitalista.

¹⁴ Cf. GALVÃO, 2011.

detrimento da ascensão e triunfo dos EUA; (ii) o caráter tenso da necessidade de acomodação das sociedades ao processo de globalização acelerado e - em franca alusão à Polanyi - o mais perturbador de todos para o autor, (iii) a “desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente, [...] reforçadas pela erosão das sociedades e religiões tradicionais e também pela destruição, ou autodestruição, das sociedades do ‘socialismo real’¹⁵”. Na mesma obra, se debruçando em torno da problemática sobre a reconstituição do século XX, apresenta a questão, eivado de boa dose de ironia e perspicaz astúcia intelectual.

Quando enfrentam o que seu passado não as prestou para enfrentar, as pessoas tateiam em busca de palavras para dar nome ao desconhecido, mesmo quando não podem defini-lo nem entendê-lo. Em determinado ponto do terceiro quartel do século, podemos ver esse processo em andamento entre os intelectuais do Ocidente. A palavra-chave era a pequena preposição “após”, geralmente usada na forma latinizada “pós” ou “post” como prefixo para qualquer dos inúmeros termos que durante algumas gerações foram usados para assinalar o território mental da vida no século XX. O mundo, ou seus aspectos relevantes, tornou-se pós-industrial, pós-imperial, pós-moderno, pós-estruturalista, pós-marxista, pós-Gutenberg, qualquer coisa. Como os funerais, esses prefixos tomaram conhecimento oficial da morte sem implicar qualquer consenso, ou na verdade certeza, sobre a natureza da vida após a morte. Assim a transformação mais sensacional, rápida e universal na história humana entrou na consciência das mentes pensadoras que a viveram¹⁶.

Independentemente da terminologia a ser adotada ou, ainda, da dificuldade em definir e entender o “desconhecido”, e contando com a ausência de consenso e da “certeza sobre a natureza da vida após a morte”, a transformação “mais sensacional, rápida e universal na história humana” refere-se à quase eliminação do campesinato e a consequente submissão ao mercado de 80% da população mundial, arrancada das suas formas de vidas paralelas, passando, assim, a viver nas cidades. Entretanto, é ao final do livro que encontramos a visão – tomada por forte apreensão quanto ao futuro - de que estamos vivendo, desde o final do século XX, uma *crise histórica* sem precedentes¹⁷, da qual as potenciais fundações erigidas pelo capitalismo poderão se lançar destrutivas em relação a estas próprias sociedades,

¹⁵ Cf. HOBBSAWM, 1995, p. 24.

¹⁶ Cf. Id, Ibid, pps. 282-283.

¹⁷ Sobre a referência dos anos 1970, na demarcação de mudança ocorrida no capitalismo, esclarece e toma sua posição no debate: “A história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise. E, no entanto, até a década de 1980 não estava claro como as fundações da Era de Ouro haviam desmoronado irrecuperavelmente. A natureza global da crise não foi reconhecida e muito menos admitida nas regiões não comunistas desenvolvidas, até depois que uma das partes do mundo – a URSS e a Europa Oriental do “socialismo real” – desabou inteiramente. Mesmo assim, durante muitos anos os problemas econômicos ainda eram “recessões”. O tabu de meio século sobre o uso do termo “depressão”, lembrança da Era da Catástrofe, não foi inteiramente rompido. O simples uso da palavra poderia conjurar a coisa, embora as “recessões” da década de 1980 fossem “as mais sérias em cinquenta anos” – uma expressão que na verdade evitava especificar o período de fato, a década de 1930. A civilização que elevava a magia verbal dos publicitários à condição de um princípio básico de economia foi colhida em seu próprio mecanismo de ilusão. Só no início da década de 1990 encontramos o reconhecimento – como, por exemplo, na Finlândia – de que os problemas econômicos do presente eram de fato piores que os da década de 1930” (Id, Ibid, pps. 393-394).

justamente no momento em que grande parte da humanidade tem suas vidas premidas pela subordinação à lógica do mercado.

Vivemos num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo, que dominou os dois ou três últimos séculos. Sabemos, ou pelo menos é razoável supor, que ele não pode prosseguir *ad infinitum*. O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica. As forças geradas pela economia tecnocientífica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana. As próprias estruturas das sociedades humanas, incluindo mesmo algumas das fundações sociais da economia capitalista, estão na iminência de ser destruídas pela erosão do que herdamos do passado humano. Nosso mundo corre o risco de explosão e implosão. Tem de mudar. Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto e – se os leitores partilham da tese deste livro – por quê. Contudo, uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão¹⁸.

Se, aos olhos do historiador, o desenraizamento das vidas desde então subordinadas à lógica do mercado e a dominação do capitalismo em termos econômicos e tecnocientíficos circunscrevem a humanidade em um quadro geral de *crise histórica*¹⁹, esta não parece ser a interpretação de outros analistas. Para um dos mais destacados expoentes do liberalismo, Friedrich Hayek, a transformação “mais sensacional, rápida e universal na história humana” estaria por revelar nada mais do que o próprio triunfo da sociedade de mercado, a única capaz de permitir a sobrevivência do número máximo de indivíduos.

Podemos comprovar historicamente como esse aumento da população mundial sempre esteve intimamente ligado à adoção de uma ordem de mercado, ou como foi a expansão da ordem de mercado que nos possibilitou aumentar os índices populacionais até atingirem os níveis em que se encontram hoje, e como ainda temos que depender dessa ordem para alimentar a população que aumentamos. Porque o que eu chamo de *extended order of the market*, um tipo de ordem que extrapola os fatos conhecidos, é um resultado de nossa adesão aos princípios do mercado, da propriedade privada e do sistema de trocas. Não temos alternativa. Eu não posso julgar se os efeitos disso sobre a humanidade foram benéficos. Vocês ou eu, podemos achar que foi um grande infortúnio a quantidade de pessoas se ter multiplicado tanto. Podemos até pensar que, se a população mundial fosse menor, seria melhor. Mas o fato é que nós a fizemos crescer a tal ponto, que só podemos fazê-la sobreviver por meio da economia de mercado. Eu até estou me convencendo de que – e acredito que isto seja realmente verdadeiro – o que nós chamamos de avaliação econômica do mercado é realmente uma avaliação em termos de vidas humanas. Ela nos conduz ao tipo de atividade e ao tipo de distribuição de esforços que nos possibilitam alimentar o maior número possível de pessoas. E é claro que isto pode ser observado em todos os lugares. Onde há uma economia de mercado, a

¹⁸ Cf. Id, Ibid, p. 562.

¹⁹ “O Breve Século XX acabou em problemas para os quais ninguém tinha, nem dizia ter, soluções. Enquanto tateavam o caminho para o terceiro milênio em meio ao nevoeiro global que os cercava, os cidadãos do *fin-de-siècle* só sabiam ao certo que acabara uma era da história. E muito pouco mais” (Id, Ibid, p. 537). Um pouco mais à frente, assim proclama o historiador: “Em suma, o século acabou numa desordem global cuja natureza não estava clara, e sem um mecanismo óbvio para acabar com ela ou mantê-la sob controle” (Id, Ibid, p. 541).

população se expande rapidamente. Ela se expande para usarmos uma frase marxista – com a criação, pelo capitalismo, do proletariado; não, conforme pretendia Marx, despojando alguém de sua propriedade, mas, sim, dando vida a pessoas que de outra forma não teriam existido. Há sempre uma razão para a existência do proletariado, em algum lugar, à margem das prósperas economias de mercado, que atraíram os excessos populacionais que viviam da terra, mas que dela não teriam sobrevivido, e que foram atraídos para centros comerciais e industriais onde uma economia de mercado em desenvolvimento lhes proporcionou vida²⁰.

Como podemos observar, a partir destes dois autores, as disputas pela narrativa sobre as mudanças que marcaram o século XX podem parecer totalmente contrastantes. Mas, em muitos casos, isso não ocorre devido às interpretações se apresentarem geralmente congruentes umas com as outras, complementares entre si e, ainda, com diferenças nuançadas.

Para avaliarmos as contribuições mais relevantes encontradas na literatura acerca desta problemática vamos proceder com a demarcação de três partes na tese que exprimem um agrupamento de autores e estudos aos quais apresentam um aspecto peculiar em comum. Temos, então, a seguinte estrutura:

(i) na Parte 1, encontram-se os autores que expressam o surgimento de uma nova ordem societal após as transformações ocorridas nos anos de 1970: sociedade pós-industrial (TOURAINÉ); sociedade da informação (BELL); sociedade pós-moderna (LYOTARD); terceira onda (TOFFLER); sociedade informática (SHAFF; NORA & MINK); sociedade pós-fordista (PIORE & SABEL); sociedade biopolítica ou do controle (DELEUZE); modernidade reflexiva ou alta modernidade (GIDDENS); sociedade do risco (BECK); sociedade pós-capitalista ou do conhecimento (DRUCKER); sociedade da pós-informação ou digital (NEGROPONTE); sociedade informacional ou em rede (CASTELLS); modernidade líquida (BAUMAN). Todos apresentam um elemento similar – a mudança societal –, embora divirjam acerca do caráter desta nova sociedade. Podemos agrupá-los em três campos: a corrente da sociedade da informação; os teóricos da sociedade pós-fordista e os analistas da sociedade pós-moderna;

(ii) na Parte 2, situam-se três grupos de autores, com certa coerência e proximidade em cada um deles. São eles: (a) os que defendem a visão de que o capitalismo alterou a sua forma de funcionamento; (b) aqueles que indicam o surgimento do “novo imperialismo” ou do capital-imperialismo e (c) os que se apoiam na noção de que estamos diante de uma situação de crise estrutural do capitalismo. No primeiro grupo, destacamos as elaborações dos teóricos do capitalismo financeiro ou financeirização (BRAGA; CHESNAIS e o “GRUPO DE VITÓRIA”) e do capitalismo cognitivo e biocognitivo (MOULIER-BOUTANG e

²⁰ Cf. HAYEK na UNB, 1981, p. 3.

FUMAGALLI). No segundo grupo, residem as contribuições em torno da emergência do “novo imperialismo” (WOOD e HARVEY) ou do “capital-imperialismo” (FONTES). No terceiro grupo, localizam os analistas que atestam a situação de crise estrutural do capitalismo (MÉSZÁROS e WALLERSTEIN).

(iii) na Parte 3, inserem-se os autores provenientes da tradição liberal, para quem as alterações no capitalismo contemporâneo são enaltecidas com ênfase na ideia do “neoliberalismo”. Através de um balanço mais geral acerca do pensamento liberal e de uma conceituação mais crítica em relação ao “neoliberalismo” podemos: (a) demonstrar a grande cisão ocorrida entre as correntes do “liberalismo social” e a corrente do “neoliberalismo”; (b) estabelecer uma interpretação mais consistente sobre MISES e HAYEK e (c) apontar as similaridades do neoliberalismo com o neoconservadorismo, o neoinstitucionalismo (NORTH) e o libertarianismo (NOZICK).

Sendo assim, a vasta literatura especializada, em grande parte explicitada nesta tese, consagrou a ideia de que as transformações ocorridas a partir dos anos de 1970 - cristalizadas após os anos 1990 - indicam a conformação da “contemporaneidade” do capitalismo. Como podemos também observar nos termos do debate público, tivemos o estabelecimento de muitas disputas acerca do conceito de “capitalismo contemporâneo”. Consequentemente, tal discussão acabou por remeter à compreensão em torno da própria periodização do capitalismo e isso aparece de forma direta ou indireta nas obras de cada um dos autores analisados.

Procurando contribuir a respeito dessa problemática, sustentamos a hipótese de que a “contemporaneidade” do capitalismo ainda se encontra inserida no marco temporal do *imperialismo capitalista*, à medida que significa propriamente um período delimitado pelo *aprofundamento/aceleração* das tendências mais gerais de funcionamento do imperialismo que se *conectam* junto às transformações surtidas desde os anos de 1970. Esta “nova síntese” implica em um processo de *retroalimentação* que promove a emergência de um “novo” patamar para a acumulação de capital. No entanto, uma vez analisado este “novo” patamar, podemos sugerir que estamos diante de uma situação de crise histórica do próprio modo de produção capitalista.

Na Parte 4, temos como ponto de partida a realização de alguns comentários e críticas às interpretações explicitadas nas partes anteriores da tese. O traço peculiar dos estudos, em grande medida, diz respeito ao fato de que eles acabaram por influenciar, de várias maneiras, as reflexões dos autores que se debruçaram sobre a viabilidade e o caráter de um processo de transição do capitalismo ao socialismo ou ao pós-capitalismo. Veremos, pelo menos, cinco

linhas, a propósito: Morozov e Prado; Mason; Singer; Löwy e Mészáros. Para estes dois últimos, em contraste com os demais, a transição é pensada em termos mais críticos.

O passo seguinte reside em asseverar que o processo de acumulação e reprodução social do capital, desde 1970, assumiu uma “nova síntese”, representando um avanço incomensurável de aprofundamento/aceleração de sua lógica em novos domínios e esferas, a exemplo do trabalho imaterial e da dimensão molecular e virtual dos indivíduos e da natureza. Por se tratar de um “novo patamar”, que designa a retroalimentação dos imperativos do imperialismo capitalista em um plano mais elevado, contraditório e crítico, instaura-se um momento de crise histórica.

Nesse sentido, iniciamos esta exposição partindo da relação entre o militarismo e a tecnociência. Apoiado em Mariutti (2016, 2017), Santos (2003a, 2003b), dentre outros, demonstraremos o significado mais explícito do novo patamar assumido pela acumulação e reprodução social do capital: o encontro entre o nível molecular e a rede de valorização global que engendra a articulação da informação digital e genética com o regime jurídico da propriedade intelectual. Trata-se, sobretudo, da capacidade do capital assenhorar-se da dimensão virtual da realidade e apropriar-se do futuro.

Uma das questões mais debatidas, após a queda do muro de Berlim, encontra-se em estabelecer um diagnóstico sobre o significado destas mudanças cruciais. Wallerstein (1995), Mészáros (1994), Löwy (2004) e Latour (1991) expressaram aportes decisivos acerca do caráter da crise que estamos vivenciando; mas, para entendermos melhor a relação entre a crise estrutural e sistêmica e a crise histórica, a que estamos nos referindo, recorreremos às inestimáveis contribuições de Koselleck (2006), Rosa (2013), Arantes (2014) e Hartog (2013). Uma vez explicitada nossa posição acerca da crise histórica que atravessa o capitalismo contemporâneo, cabe nos debruçar na discussão sobre o próprio conceito de capitalismo e as características centrais de sua feição contemporânea.

Em primeiro lugar, realizaremos algumas observações sobre as noções de capitalismo apresentadas por todos os autores examinados nas partes iniciais. Na sequência, elencaremos alguns aspectos que estão presentes no conceito de capitalismo e na sua relação com as classes sociais e a luta de classes. Cumprido este objetivo, levamos a cabo nossa contribuição em torno da adoção do conceito de capitalismo e de sua periodização. Neste expediente, será crucial cumprirmos dois movimentos: (i) discutir as dificuldades impostas em se adotar uma definição de capitalismo segundo o materialismo histórico e (ii) salientar o que entendemos propriamente por esta concepção materialista e dialética da história.

Começaremos asseverando que Marx e Engels não seguiram um caminho único e coerente, ao longo de suas vastas produções, acerca do materialismo histórico, sendo este, inclusive, refém de muitas apreensões interpretativas deterministas, sobretudo em função da famigerada noção da contradição entre as forças produtivas e as relações sociais de produção. Contudo, tomando como referência a obra *A ideologia alemã* e certos fragmentos do *O Capital*, seremos capazes de compreender o *modo de produção* na condição de um conceito que nos permite captar e exprimir o *modo de vida* de uma determinada sociedade, enquanto um *modo de produção da vida social*, onde se encontra articulada todas as dimensões da realidade social, inclusive suas formas de produções de ideias, de representações e de consciência, que se tornam veladas de suas bases constitutivas, garantindo, assim, a sua perpetuação, ainda que em termos contraditórios.

Dado que ambos não tenham sistematizado expressivamente o que entendem por modo de produção, as reflexões posteriores a dos revolucionários alemães seguiu fortemente marcada por esta problemática. Lukács (1923), Gramsci (1955), Althusser (1962), Thompson (1978), Giannotti (1976) e Anderson (1976, 1983), dentre outros, ajudaram a esclarecer e a difundirem a concepção materialista da história, desempenhando valiosas contribuições no campo do marxismo. O historiador Fernando Novais (2005, 2011), por sua vez, realiza uma das elaborações mais decisivas, em nossa avaliação, ao situar o materialismo histórico no âmbito da própria historiografia moderna.

Iremos, portanto, nos assentar em suas elaborações, considerando o materialismo histórico como essencialmente uma teoria da história que visa teorizar simultaneamente todas as esferas da existência. Desta forma, o modo de produção corresponde às estruturas globais dentro das quais o processo histórico se desenvolve e a luta de classes aparece enquanto compreensão da dinâmica pela qual essas estruturas se transformam. O ponto decisivo está em apreender a forma de articulação que integra todas as esferas da realidade.

Seguindo esta orientação, importa ressaltar três movimentos elencados por Mariutti (2017), quais sejam: (i) a necessária ampliação do que se entende por produção no materialismo histórico, (ii) a discussão sobre a forma de articulação das instâncias no modo de produção capitalista (da vida social) e (iii) a questão da temporalidade universalista do capital. Temos, assim, estabelecido a ideia de que o conceito de modo de produção assume uma periodicidade que pode ser apreendida tanto em termos lógicos, como também, históricos. É, pois, desta maneira, que examinaremos o imperialismo capitalista, contando com os estudos de Franco (2015) e de Mariutti (2013, 2014b, 2015).

A tese de Franco (2015) atina para a defesa de que, apesar das obras dos autores clássicos do imperialismo não comporem um corpo teórico uniforme e coeso, suas ideias ainda permanecem válidas, ou seja, o conjunto de interpretações teóricas elaboradas por eles ainda hoje nos servem para descrever as características decisivas de nosso tempo. Em outras palavras, a despeito do capitalismo ter passado por transformações, estas não implicaram em uma ruptura ou não superaram os caracteres gerais que conformaram o imperialismo capitalista desde meados de 1870. Mariutti (2013, 2015) irá aprofundar esta discussão, asseverando a continuidade do caráter violento e opressivo trazido à tona com os imperativos do imperialismo capitalista.

Entretanto, Mariutti (2016) ao refutar a procedência de uma dissolução com o imperialismo clássico, empreende o destaque de alguns elementos que ajudam a admitir o surgimento de uma nova morfologia nos quadros do imperialismo capitalista, desde a década de 1970: (i) o acontecimento de maio de 1968 e (ii) a sobreposição da hegemonia britânica para a norte-americana, desdobradas pelas transformações ocorridas na relação entre a tecnologia e a sociedade, corporificada no entrelaçamento do capital com a tecnociência. Estamos diante, agora, da criação de novas e mais avançadas formas de violência propiciadas pela rivalidade intercapitalista e interestatal que se retroalimentam junto aos imperativos do imperialismo capitalista.

A tese, portanto, está dividida em quatro partes, distribuída segundo os presentes capítulos:

Na parte 1, o capítulo 1 desenvolve as contribuições dos analistas da corrente da sociedade da informação; o capítulo 2 dá relevo aos teóricos da sociedade pós-fordista, identificando suas ligações com a corrente da sociedade de controle e o capítulo 3 destaca os teóricos da sociedade pós-moderna, ressaltando sinteticamente o seu percurso até chegar a sua subjugação com o apogeu da globalização.

Na parte 2, o capítulo 4 apresenta as reflexões sobre as mudanças na forma de funcionamento do capitalismo; o capítulo 5 analisa o debate sobre o surgimento do “novo imperialismo” ou do capital-imperialismo e o capítulo 6 assevera as visões dos defensores da emergência da crise estrutural e sistêmica.

Na parte 3, o capítulo 7 sintetiza as disputas envolvendo as vertentes do “liberalismo social” e do “neoliberalismo”; o capítulo 8 examina as contribuições de Mises e Hayek para a constituição de uma noção mais abrangente sobre o “neoliberalismo” e o capítulo 9 demonstra a relação do libertarianismo, do neoinstitucionalismo e do neoconservadorismo com o próprio “neoliberalismo”.

Na parte 4, o capítulo 10 explicita alguns comentários e críticas às interpretações contidas nas partes anteriores da tese, considerando os seus desdobramentos no debate da transição do capitalismo ao pós-capitalismo; o capítulo 11 sustenta o debate acerca da crise histórica do modo de produção capitalista e o capítulo 12 indica a sugestão de adoção do conceito de *modo de produção da vida social* e de formulação da “contemporaneidade” do capitalismo enquanto um período ainda inserido no marco temporal do próprio *imperialismo capitalista*.

PARTE 1

UMA NOVA ORDEM SOCIETAL

Esta primeira parte tem como objetivo examinar uma das principais interpretações acerca das narrativas em torno das transformações que marcaram o século XX, especialmente após a década de 1970. Em função do conjunto de evidências sugeridas na literatura, tornou-se muito comum o aparecimento de uma série de estudos que se julgam suficientemente capazes de exprimir o surgimento de uma nova ordem societal a partir dos anos de 1970. Embora estas narrativas apresentem certa evolução, mais ou menos similar, as diferenças de ênfase e de amplitude se sobressaem, assumindo muitas vezes um caráter complementar entre si, ou, ainda, com elementos nuançados entre elas.

O aspecto mais impressionante, porém, reside na variedade de terminologias utilizadas pelos diversos analistas para anunciar as mudanças de caráter societal que estaríamos vivenciando contemporaneamente: sociedade pós-industrial (TOURAINE); sociedade da informação (BELL); sociedade pós-moderna (LYOTARD); terceira onda (TOFFLER); sociedade informática (SHAFF; NORA & MINK); sociedade pós-fordista (PIORE & SABEL); sociedade biopolítica ou do controle (DELEUZE); modernidade reflexiva ou alta modernidade (GIDDENS); sociedade do risco (BECK); sociedade pós-capitalista ou do conhecimento (DRUCKER); sociedade da pós-informação ou digital (NEGROPONTE); sociedade informacional ou em rede (CASTELLS); modernidade líquida (BAUMAN), dentre outras.

Diante destas variadas nomenclaturas, procuramos analisar as principais interpretações a partir da delimitação de três seções, das quais, cada uma delas apresenta certa coerência entre os mais importantes autores verificados na literatura, deixando para a última seção a realização de comentários e críticas sobre as mesmas. Desta forma, a parte 1 está assim configurada: no capítulo 1, desenvolveremos as contribuições dos analistas representados pela corrente da sociedade da informação; no capítulo 2, daremos relevo aos teóricos da sociedade pós-fordista, identificando suas ligações com a corrente da sociedade de controle; no capítulo 3, destacaremos os teóricos da sociedade pós-moderna, ressaltando sinteticamente o seu percurso até chegar a sua subjugação com o apogeu da globalização e, finalmente, na última seção, demonstraremos nossos comentários e críticas.

CAPÍTULO 1

DA CIBERNÉTICA À COMPLEXIDADE NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

A ideia da gestação de uma nova sociedade, pelo menos no Ocidente, remonta ao final da década de 1950, período denominado por Hobsbawm (1995) como o do início da “Era de Ouro” (1947-1973), em que verificamos, nos EUA e na Europa Ocidental, uma relativa estabilidade econômica e social e a edificação de um Estado de bem-estar social e de pleno emprego. *Havia certo consenso, baseado na teoria da modernização, de que todas as sociedades “livres” convergiriam gradualmente para este modelo de sociedade, apesar deste período já indicar obviamente muitos conflitos, a exemplo da segregação racial nos EUA.*

Vejamos dois autores, a título de ilustração, que tiveram importantes reflexões sobre essa concepção. O sociólogo alemão Ralf Dahrendorf, em sua obra *Class and Class Conflict in an Industrial Society*²¹ (1959), apontava a evolução do capitalismo industrial em direção à “sociedade pós-capitalista²²”. Segundo o autor, o avanço dos direitos de cidadania e de igualdade de oportunidades promovidos pela sociedade industrial seria capaz de propiciar aos trabalhadores uma mobilidade ascendente sem precedentes e, ao mesmo tempo, um nível excepcional de representatividade na sociedade, principalmente através dos sindicatos e dos partidos políticos. Desta forma, as classes sociais estariam marcadas por um processo de diversificação em distintos grupos e passariam a se diferenciarem não mais em termos da propriedade dos meios de produção, mas em função do grau de poder e autoridade adquirida por estes grupos na sociedade.

A despeito da assimetria de poder existente entre os grupos, o conflito de classes tenderia a se dirimir e tornar-se cada vez menos violento, devido ao caráter democrático e representativo, alcançado pelos trabalhadores, a partir das esferas de poder e influência, e as disputas na sociedade se dariam pela administração política e institucionalização/normatização da alocação de recursos disponíveis. Mesmo quando um partido ou o grupo político majoritário estivesse no comando do Estado, estes seriam levados a incorporar propostas e interesses da oposição em suas políticas e legislações. Assim, de maneira geral, haveria na sociedade industrial a constituição de modos de

²¹ Do original *Soziale Klassen und Klassen-Konflikt in der Industriellen Gesellschaft*, publicado em 1957.

²² É importante registrar que a nomenclatura “pós-capitalista” é adotada pelo autor para denominar as sociedades industrializadas ocidentais onde o conflito não passou mais a se restringir no âmbito das fábricas e entre as classes antagônicas, como desenvolvidas por Marx. O termo, por sua vez, chega a ser revisitado por Dahrendorf em suas obras seguintes, a ponto do próprio autor sugerir que o mesmo deveria ser evitado, para não cair na miríade das terminologias “pós” tudo, como por exemplo, pós-modernismo, pós-industrialismo, etc.

regulação/institucionalização dos conflitos de grupos²³, ancorado em processos democráticos e controlados, que permitiriam lograr uma igualdade de fato²⁴, e não apenas jurídica, a todos os grupos, ainda que de maneira distinta. Porém, isso não significa a conformação de uma sociedade sem classes, dado que os grupos de interesse representam, necessariamente, classes sociais e se definem pela distribuição assimétrica de autoridade e poder dentre suas variadas formas de representação e associação.

O economista canadense, naturalizado norte-americano, John Kenneth Galbraith, nas obras *The Affluent Society* (1958) e *In the New Industrial State* (1967), indicava a constituição do Novo Estado Industrial, em que o poder se concentrava cada vez mais nas mãos de um grupo composto por uma “elite da tecnocracia²⁵”. O Novo Estado Industrial refere-se ao fato do sistema de planejamento “dominar” o mercado, seja nos principais setores das economias capitalistas, assim como nas economias socialistas. No sistema de planejamento das sociedades capitalistas, por um lado, as grandes empresas – empenhadas em enormes capacidades de persuasão através da mídia e das campanhas publicitárias – passaram a definir aquilo que deve ser produzido, a quantidade a ser produzida e o preço a ser vendido e, por outro lado, o Estado também atua fornecendo produtos e serviços, recebendo investimentos para pesquisa e desenvolvimento (P&D) e ofertando especialistas formados nas instituições de ensino públicas.

Logo, todos compartilham de objetivos e valores comuns, gerando uma interação recíproca repleta de benefícios. No entanto, tendo as grandes empresas e o Estado um papel

²³ Em suas palavras: “Existe uma imensa variedade de modos empíricos de regulação de conflito; mas acredito que [...] conciliação, mediação e arbitragem, e seus pré-requisitos normativos e estruturais, são os mecanismos evidentes para reduzir a violência dos conflitos de classe. Onde as rotinas de relacionamento são estabelecidas, o conflito de grupos perde sua pungência e se torna um padrão institucionalizado da vida social” (DAHRENDORF, 1982, p. 205). Essa compreensão está evidenciada também em sua obra “*Gesellschaft und Freiheit: Zur soziologischen Analyse der Gegenwart*” (1961), traduzida em português como *Sociedade e Liberdade* (1981): “Os conflitos sociais, isto é, os antagonismos que sistematicamente vão surgindo nas estruturas sociais, não se deixam ‘resolver’ teoricamente no sentido de uma supressão definitiva [...]. Designarei como regulamentação de conflitos a postura diante dos mesmos que, diferentemente da supressão ou ‘solução’, promete ter êxito, porque se acopla às realidades sociais. Esta regulamentação dos conflitos constitui um meio decisivo para diminuir a violência de quase todas as espécies de conflito. Estes não desaparecem por sua regulamentação; nem sequer são logo, necessariamente, menos intensos; mas, na medida em que se procura canalizá-los, tornar-se-ão mais controláveis e se porá sua energia criadora a serviço de um desenvolvimento progressivo das estruturas sociais” (DAHRENDORF, 1981, p. 150).

²⁴ Aqui estão evidentes a referência de Dahrendorf em relação à obra *Cidadania, classe social e status*, de Theodor Marshall e sua teoria das etapas dos direitos (MARSHALL, 1967).

²⁵ De acordo com o autor, a tecnoestrutura corresponde ao grupo de especialistas (engenheiros, matemáticos, estatísticos, contabilistas, administradores, dentre outros) que efetivamente tomam as decisões mais importantes dentro das grandes empresas e gerenciam as suas principais funções (planejamento de produção, pesquisa e desenvolvimento, marketing, vendas, investimentos, setor jurídico, etc.). Com o surgimento das grandes empresas, em sua maioria de capital aberto, os verdadeiros controladores são formados pelo grupo de acionistas majoritários ou que detêm maior percentual das ações. Estes, por sua vez, não são efetivamente os que exercem o poder decisório administrativo, cabendo aos integrantes da tecnoestrutura a tarefa de tomada das decisões.

crucial, o sistema de planejamento levaria não apenas a superação do mercado, mas também à dissociação paulatina entre propriedade privada capitalista e gestão, onde o poder decisório repousaria nas mãos dos tecnocratas. Eles que deteriam o poder de decisão dentro das empresas e da sociedade, dado que são as grandes empresas que determinam o processo de escolha do que produzir em termos de bens e serviços na economia.

Galbraith chega ainda a sustentar uma provável convergência entre a economia de mercado e a economia socialista planificada, inclusive em termos de desenvolvimento tecnológico e armamentício, a despeito obviamente da rivalidade exercida entre ambas. Sua aposta, portanto, recai na necessidade de diminuir a importância do sistema de planejamento sobre o conjunto da vida dos indivíduos ao passo de um exercício de maior controle sobre ele devido, sobretudo, à tendência totalitária implícita neste sistema. Caberia então ao conjunto da sociedade - que se tornaria mais bem formada e esclarecida e com poder de influência maior sob o sistema de planejamento - definir quais deveriam ser as prioridades ou objetivos econômicos que melhor serviriam à sociedade opulenta ou abundante; aquela capaz de oferecer à humanidade a superação de suas necessidades primárias²⁶.

Não durou muito tempo, porém, para que esta “Era de Ouro” estivesse atravessada por crises e manifestações diversas que sacudiram o modelo de modernização. Em fins da década de 1960 e início dos anos 1970, a crise suscitada no capitalismo, em 1973 - evidenciada pelas quedas nas taxas de lucro e crescimento econômico -, como também o quadro de amplas e significativas contestações operárias em vários países de desenvolvimento industrial - com destaque para o maio de 1968, na França, os conflitos no Vietnã, as revoltas estudantis e o movimento da contracultura e as paralisações nas fábricas de automóveis -, repercutiu em buscas por saídas para esta nova conjuntura, levando a ocorrência de um conjunto de transformações importantes no capitalismo. A conformação destas novas mudanças sugeriu para alguns autores que se tratava, desta vez, de uma ruptura com a sociedade industrial em direção a um novo tipo de sociedade em curso.

²⁶ Em suas próprias palavras conclusivas: “Sendo assim, podemos, com o tempo, chegar a ver o sistema de planejamento em luz apropriada, como um arranjo essencialmente técnico para fornecer bens e serviços convenientes em volume adequado. Aqueles que se elevarem através da burocracia assim verão a si mesmos. E as consequências públicas estarão em harmonia, pois se os objetivos econômicos são as únicas metas da sociedade, é natural que o sistema de planejamento domine o Estado e este sirva a seus fins. Se outros objetivos forem fortemente impostos, o sistema de planejamento cairá, assim se espera, para o seu lugar como uma ramificação desligada e autônoma do Estado, mas responsiva às finalidades maiores da sociedade. Vimos onde se encontra a possibilidade de salvação. O sistema de planejamento, em contraste com seus antecedentes econômicos, é intelectualmente exigente. Faz surgir, para servir suas necessidades intelectuais e científicas, a comunidade que, espera-se, rejeitará seu monopólio de propósitos sociais” (GALBRAITH, 1982, p. 288).

O primeiro autor a refletir sobre esse fenômeno foi o sociólogo francês, Alain Touraine, em sua obra *La Société Post-Industrielle*, publicada em 1969, na França. Neste trabalho, Touraine analisa as transformações ocorridas nas lutas de classes e os conflitos políticos dos anos 1960, em um contexto profundamente marcado pelo surgimento dos “novos movimentos sociais”, da preocupação com a preservação do meio ambiente e das novas “pautas identitárias”, que englobam o direcionamento das opressões no que tange à raça, ao gênero e às opções sexuais dos indivíduos. Sua elaboração teórica baseou-se no princípio da passagem da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial, com o intuito de historicizar as novas concepções das lutas sociais, especialmente aquelas desencadeadas pelo movimento estudantil, e estabelecer a noção de identidade como a mediadora das ações coletivas²⁷.

Esta importante alteração nas ações coletivas seria oriunda das transformações operadas a partir da influência cada vez maior do “deslocamento” da primazia da fonte de riqueza das atividades produtivas diretas para o “conhecimento”²⁸, isto é, “da capacidade da sociedade para mobilizar a criatividade”. Desta forma, a diferença entre as classes sociais não estaria mais em termos da propriedade dos meios de produção e da apropriação da riqueza privada pela classe dominante, mas no acesso ao conhecimento e à informação (em outras palavras, aos grupos de classes possuidores de conhecimento e informação), de modo que na passagem para a sociedade pós-industrial a principal distinção entre as classes, ou entre os grupos das classes, reside no caráter de conflitos sociais suscitados pelas demandas imateriais ou identitárias²⁹.

Para o autor, portanto, essa passagem - verificada na França, em outros países da Europa e nos Estados Unidos – revelaria transformações no próprio modo de organização da produção, gerando consequências diretas sobre os atores coletivos - principalmente nos setores mais organizados do movimento operário e do sindicalismo - no sentido do

²⁷ Acreditamos que a noção de identidade como mediadora das ações coletivas perpassa o conjunto da obra de Touraine. Em *La Société Post-Industrielle* (1969), ela aparece relacionada imediatamente com as rebeliões operárias e estudantis de Maio de 1968. No entanto, nos anos 1970, ela avança em termos do deslocamento das ações classistas para as ações coletivas relativamente ancoradas nas demandas imateriais. Nos anos 1980, por sua vez, o autor desenvolve com maior envergadura o papel das identidades como central para a configuração da separação entre a consciência operária e a consciência das ações dos movimentos sociais. Nos anos 1990 e 2000, há um alargamento nas reflexões do autor emergido nas discussões críticas sobre a modernidade.

²⁸ “[...] economic decisions and struggles no longer possess either the autonomy or the central importance they had in an earlier society which was defined by the effort to accumulate and anticipate profits from directly productive work. [...] Growth results from a whole complex of social factors, not just from the accumulation of capital. Nowadays, it depends much more directly than ever before on knowledge, and hence on capacity of society to call forth creativity. All the domains of social life – education, consumption, information, etc. – are being more and more integrated into what used to be called production factors” (TOURAINÉ, 1974, pps. 4-5).

²⁹ “The principal opposition between these two great classes or group of classes does not result that one possesses wealth or property and the other does not. It comes about because the dominant classes dispose of knowledge and control information. Work comes to be less and less defined as a personal contribution and more as a role within a system of communication and social relations” (Id, Ibid, p. 61).

“deslocamento” das ações de classe para as ações coletivas relativamente separadas do conteúdo classista. No entanto, o “destino” destas ações coletivas culminaria inadvertidamente em quadros institucionais criados e conquistados no âmbito das lutas nas sociedades e isso permitiria ampliar o espectro das decisões políticas imprimindo assim o avanço da democracia nestas sociedades.

Depois de Touraine, muitos autores popularizaram a terminologia da sociedade “pós-industrial”. Daniel Bell (1973) reivindica, entretanto, que a formulação original do conceito tenha sido apresentada por ele³⁰. Disputas envaidecidas à parte, o fato é que, nos anos anteriores à publicação da obra de Bell, *The Coming of Post Industrial Society*, realizada em 1973, já havia certa corrente do “pós-industrialismo”, da qual o próprio Bell faz questão de relatar na Introdução deste trabalho, com o intuito claro de denotar sua diferença em relação a estes autores. Estabelece diálogo notadamente com apenas algumas referências, tais como: Herman Kahn e Anthony J. Wiener (1967)³¹; Zbigniew Kazimierz Brzezinski (1971)³²; Kenneth Keniston (1971)³³; Paul Goodman (1971)³⁴; Radovan Richta (1967)³⁵; Serge Mallet (1963)³⁶ e André Gorz (1964)³⁷.

Sobre a obra de Kahn e Wiener, destaca “o significado quase inteiramente econômico” estabelecido pelos autores ao se apropriarem do conceito da sociedade pós-industrial, cuja ênfase recai na extraordinária capacidade produtiva gerada pela sociedade “pós-econômica”, “na qual não há escassez e os únicos problemas são como usar a abundância”, desprezando-se assim os custos referentes à escassez dos recursos e a consequente devastação do crescimento econômico para com o meio ambiente. Em relação à Brzezinski, reconhece a importância da formulação do conceito de sociedade “tecnocrônica”, mas acredita que ele “muda o foco da mudança do conhecimento teórico para as aplicações práticas da tecnologia” e ainda impõe uma visão de determinismo tecnológico, através da primazia dos fatores “tecnocrônicos” ao

³⁰ “The starting point for me was a theme implicit in my book *The End of Ideology* - the role of technical decision-making in society. Technical decision-making, in fact, can be viewed as the diametric opposite of ideology: the one calculating and instrumental, the other emotional and expressive. The theme of *The End of Ideology* was the exhaustion of old political passions; the theories that developed into “The Post-Industrial Society” sought to explore technocratic thought in its relation to politics.” (BELL, 1973, p. 27).

³¹ Cf. *The Year 2000* (1967).

³² Cf. *Between Two Ages: America's Role in the Technetronic Era* (1971). Nesta obra, Brzezinski é um dos primeiros a designar a nova reconfiguração “globalizada”, operada pelas redes tecnocrônicas (junção do computador, da televisão e das telecomunicações).

³³ Cf. *Youth and Dissent* (1971).

³⁴ Cf. NEARING, H. & NEARING, S. *Living the Good Life* (1971) e INGLEHART, R., “The Silent Revolution in Europe: Intergenerational Change in Post-Industrial Societies,” *American Political Science Review*, December 1971, pp. 991-1017.

³⁵ Cf. *Civilization at the Crossroads* (1968).

³⁶ Cf. *La Nouvelle Classe Ouvrière* (1963).

³⁷ Cf. *Strategy for Labor* (1968), sendo o original *Strategie Ouvrière et Néocapitalisme* (1964).

conjunto da sociedade³⁸. Para Bell, o uso do termo sociedade pós-industrial nos trabalhos de Keniston e Goodman é insuficiente, pois denota fundamentalmente apenas “uma grande mudança de valores para uma parte significativa da juventude” e, finalmente, ao tratar dos neomarxistas, Richta, Mallet e Gorz, ilustra a importância do reconhecimento deles sobre as mudanças estruturais ocorridas na sociedade, entretanto os critica apontando que as iluminações sobre “mudanças sociais reais na sociedade” ficam subjugadas em função dos debates “tediosamente teológicos” sobre o novo caráter da classe trabalhadora.

A tese sobre o surgimento da “sociedade pós-industrial” é apresentada logo no Prefácio do livro, aonde chega a prever a consolidação deste novo tipo de sociedade, entre 2000-2020, nos Estados Unidos e em grande parte do mundo³⁹. Todavia, de maneira mais cautelosa, sugere na Introdução que o conceito de “sociedade pós-industrial” se refere fundamentalmente às mudanças operadas na estrutura social da sociedade ocidental a partir das transformações processadas na economia, na organização ocupacional e nas novas relações entre ciência e tecnologia⁴⁰. Trata-se, assim, de analisar “as consequências estruturais e políticas sociais da ‘sociedade pós-industrial’”.

Partindo do conceito mais genérico da “sociedade pós-industrial”, identifica o que considera como sendo as cinco principais dimensões engendradas por esta terminologia: (i) a mudança de uma economia produtora de bens para uma economia de serviço; (ii) o crescimento do emprego profissional e técnico; (iii) a centralidade adquirida pelo princípio axial do conhecimento teórico como fonte de inovação e formulação de políticas para a sociedade; (iv) a perspectiva de uma orientação futura apoiada no controle da tecnologia e na avaliação tecnológica (planejamento e direcionamento do crescimento tecnológico) e (v) a

³⁸ O cientista político e estadista norte-americano de origem polonesa formula na obra citada o conceito de “revolução tecnocrônica”, remetendo ao surgimento do computador como principal propulsor da mudança social rumo a “sociedade tecnocrônica”. Como diz Kumar (2006), para Brzezinski “(...) a nova tecnologia das comunicações eletrônicas é que estava inaugurando a nova era” (BRZEZINSKI, 1971: 11 *apud* KUMAR, 2006, p. 48). No entanto, prossegue Kumar, “a expressão “sociedade tecnocrônica” não pegou (era, talvez, empolada demais), embora a ideia que lhe dava fundamento efetivamente conseguisse isso” (KUMAR, 2006, p. 48).

³⁹ Admite que o conceito de “sociedade pós-industrial” trata-se de uma abstração com o intuito de buscar um “new kind of conceptual analysis, that of axial principles and axial structures, as a way of “ordering” the bewildering number of possible perspectives about macro-historical change. It is an effort, empirically, to identify the substantive character of structural changes in the society as these derive from the changing nature of the economy, and the new and decisive role of theoretical knowledge in determining social innovation and the direction of change” (BELL, 1973, p. 4).

⁴⁰ As mudanças na estrutura social não determinam, portanto, mudanças similares na política e na cultura, muito embora coloquem questões para o resto da sociedade, tais como: a burocratização da ciência e a ampla segmentação e especialização do trabalho intelectual; o poder sobre o “gerenciamento” do sistema político devido à ascensão política de setores ligados ao componente técnico do conhecimento e o caráter antinômico e anti-institucional gerado pela criação de novos modos de vida ligados à primazia do conhecimento cognitivo e teórico que desafiam as tendências da cultura.

criação de uma nova “tecnologia intelectual”, baseada na gestão da complexidade organizada e orientada segundo ações racionais.

A compreensão deste novo tipo de sociedade em curso fica mais explícita no primeiro capítulo⁴¹. Como nos diz, “o conceito de sociedade pós-industrial não é uma imagem de uma ordem social completa”; mas uma tentativa de descrever empiricamente e “explicar uma mudança axial na estrutura social (definida como a economia, a tecnologia e o sistema de estratificação)”. Entretanto, tal mudança se afasta daquela analisada por Marx e pelos marxistas, a partir de “um determinismo específico entre uma “base” e uma “superestrutura””. Ao contrário, a sociedade estaria dividida atualmente não mais “entre aqueles que possuem os meios de produção e um “proletariado” indiferenciado, mas na burocracia e nas relações de autoridade entre aqueles que têm poderes de decisão e aqueles que não têm, em todos os tipos de organizações, políticas, econômicas e sociais”. Caberia, portanto, ao sistema político, “administrar essas relações em resposta às várias pressões por ações distributivas e justiça social”. Em suma, o conceito de sociedade pós-industrial revela a existência de “um núcleo comum de problemas”, a depender em grande parte “da relação entre ciência e política pública, que terá que ser resolvido por essas sociedades; mas estes podem ser resolvidos de maneiras diferentes e para diferentes propósitos”.

No capítulo 2, o passo seguinte é demonstrar que a sociedade pós-industrial tem como base os serviços, principalmente aqueles ligados à pesquisa e ao governo. Esta nova *intelligentsia* estaria localizada fundamentalmente nas universidades, nas organizações e centros de pesquisa, nas profissões técnicas e no governo. Levando em consideração as estatísticas referentes à distribuição ocupacional dos Estados Unidos, sustenta a ascensão relativa dos serviços em detrimento às atividades industriais. A perda da importância da indústria, por sua vez, repercute sobre o decréscimo do operariado na sociedade, implicando em mudanças relativas na estrutura social. Nesse sentido, mantida a tendência do aumento do assalariamento, os setores técnicos e mais ligados ao conhecimento seriam aqueles onde se

⁴¹ Bell (1973) irá sustentar a ideia de que se podem dividir, em fins analíticos, as sociedades ocidentais em três formas: sociedades pré-industriais, ou agrárias; sociedades industriais e sociedades pós-industriais. Ainda que se trate de uma construção do tipo ideal, é possível vê-las em contraste e atribui-las muitas dimensões diferentes. Quando se compara os atributos da sociedade pós-industrial aos das demais fica mais explícito suas diferenças. A sociedade pré-industrial ou agrária está estruturada de tal forma que o poder associa-se à propriedade da terra de acordo com modelos “tradicionais”. A sociedade industrial, por sua vez, tem como base a produção de bens industriais e o poder emana dos capitalistas em conflito com a classe dos trabalhadores operários. Já a sociedade pós-industrial enfatiza a centralidade do conhecimento teórico como o eixo em torno do qual a sociedade será organizada. O surgimento de novas tecnologias, o crescimento econômico e a decorrente estratificação social pautada na ascensão dos serviços, em detrimento das atividades industriais, reivindicam como principal problema a organização da ciência e da instituição primária, a universidade ou o instituto de pesquisa, onde esse trabalho será realizado, e a fonte do poder emana da informação.

verificaria maior aumento relativo dos empregos, em termos da distribuição das ocupações⁴², sendo o governo o maior empregador da sociedade. Além disso, haveria um avanço extraordinário tanto em termos do nível de realização educacional formal, para um conjunto maior da sociedade, incluindo melhor os negros e as mulheres, como também uma elevação dos setores sem fins lucrativos.

Bell chega mesmo a pensar na possibilidade da sociedade pós-industrial configurar “uma sociedade comunal em que os mecanismos públicos, e não o mercado, tornam-se alocadores de bens, e a escolha pública, em vez da demanda individual, torna-se o árbitro dos serviços”, tendo como consequência a perda de importância das classes sociais e do próprio trabalho como eixo capaz de “polarizar todas as outras questões”. Uma vez dada esta perda, os sindicatos - que passariam a sofrer um decréscimo cada vez maior das sindicalizações operárias em detrimento daquelas oriundas dos setores assalariados dos empregados de escritório e do funcionalismo público - poderão se preocupar não apenas com a renda e o consumo, mas com os problemas de produção e de interesse público, tais como saúde, educação, meio ambiente, criminalidade, serviços municipais e custos, ou seja, questões que o autor entende como sendo de caráter comunal e que não estariam isentas de disputas.

Sendo assim, esta nova estrutura social em curso foi analisada no capítulo 3. De acordo com Bell, a sociedade pós-industrial é aquela em que predomina o conhecimento teórico. O grupo mais crucial é a dos cientistas, formados nas universidades e distribuídos por setores e por funções. As fontes de inovação derivam da pesquisa e desenvolvimento (P&D). Há uma nova relação entre ciência e tecnologia, relacionando produtividade científica, aceleração do ritmo das invenções e crescimento econômico⁴³. O conhecimento teórico torna-

⁴² Bell (1973) assevera que até o ano de 1947 os empregos apresentavam uma distribuição mais equilibrada e que, a partir desta data, isso começou a mudar. Entre 1947 e 1968, por exemplo, ocorreu um aumento de cerca de 60% nos empregos em serviços, e nas indústrias chegou-se a um aumento inferior a 10%. Em sua previsão, a indústria, que empregava vinte e sete milhões de operários, em 1968, chegaria, em 1980, a cerca de trinta e um milhões, sendo que em relação ao emprego total haveria um decréscimo: de 36% em 1968 para menos de 32% em 1980. Por outro lado, os empregados em escritórios, na faixa de trinta e cinco milhões e seiscentos mil em 1968 (46,7%), subiriam para quarenta e oito milhões e trezentos mil (50,8%) em 1980. Já os prestadores de serviços passariam de nove milhões e quatrocentos mil (12%), em 1968, para treze milhões e cem mil (13,1%), em 1980. Desta forma, os dois juntos aumentariam de quarenta e cinco milhões (59,1%), em 1968, para sessenta e um milhões e quatrocentos mil (64,6%), em 1980, acompanhado pela diminuição dos trabalhadores rurais, de três milhões e quinhentos mil (4,6%) para dois milhões e seiscentos mil (2,7%).

⁴³ “In the post-industrial society, what is crucial is not just a shift from property or political criteria to knowledge as the base of new power, but a change in the *character* of knowledge itself. What has now become decisive for society is the new centrality of *theoretical* knowledge, the primacy of theory over empiricism, and the codification of knowledge into abstract systems of symbols that can be translated into many different and varied circumstances. Every society now lives by innovation and growth, and it is theoretical knowledge that has become the matrix of innovation. With the growing sophistication of simulation procedures through the use of computers—simulations of economic systems, of social behavior, of decision problems—we have the possibility, for the first time, of large-scale “controlled experiments” in the social sciences. These, in turn, will allow us to plot alternative futures in different courses, thus greatly increasing the extent to which we can choose

se o núcleo central para o aumento da riqueza da sociedade, medida pelo Produto Nacional Bruto, e ao mesmo tempo revela a maior parcela de empregados. Dado que grande parte das atividades científicas irá situar-se fora do sistema de negócios e que será de comum acordo a reivindicação das instituições de conhecimento por recursos públicos, admite, então, “uma série de pontos de virada” que “tanto a sociedade quanto a comunidade do conhecimento terão que enfrentar”, envolvendo decisões fundamentais sobre seu futuro: o financiamento do ensino superior; a avaliação do conhecimento; as condições da criatividade; a transferência de tecnologia; o ritmo do conhecimento e as tensões da mudança.

Esta estrutura social ancorada no conhecimento teórico afetará também as grandes empresas privadas, o mercado, os valores mercantis e o poder. No capítulo 4, pontua que o conhecimento teórico implica numa capacidade melhor de prever os efeitos da mudança social e tecnológica. Desta forma, ele é capaz de engendrar um afastamento “de uma sociedade baseada em um sistema de mercado de empresas privadas para uma em que as decisões econômicas mais importantes serão tomadas no nível político, em termos de metas conscientemente definidas”. Esta tomada de decisão política cada vez menos mercantil, por sua vez, esbarra na transição do individualismo e da racionalidade de mercado para uma ética comunitária ainda indefinida, mas que, em longo prazo, indicaria uma forte tendência de mudança para modos “não capitalistas” em toda a sociedade ocidental.

Tendo em mente esta transição, destaca, no capítulo 5, a natureza eminentemente conflituosa entre a política e a técnica, presente na sociedade pós-industrial em termos das definições sobre as escolhas e o planejamento social direcionado⁴⁴, isto é, a adequação dos conceitos e ferramentas disponibilizados pelo conhecimento teórico incidirá sobre os valores constituídos socialmente, e a realização dos fins (aonde se quer chegar) passa pela definição de quais seriam os meios adotados (engenharia social). No entanto, nos diz que “somente quando os homens podem decidir o que querem, pode-se passar para as questões de como fazer os trabalhos”. Fica claro em sua abordagem, o deslocamento dos conflitos e do poder do trabalho e das classes sociais para o entorno do desenvolvimento da ciência e da técnica.

A questão central da sociedade pós-industrial envolve, assim, a relação da decisão tecnocrática com a política, assunto abordado no capítulo 6. A mudança no caráter do

and control matters that affect our lives. And, just as the business firm was the key institution of the past hundred years because of its role in organizing production for the mass creation of products, the university - or some other form of a knowledge institute—will become the central institution of the next hundred years because of its role as the new source of innovation and knowledge” (BELL, 1973, pps. 236-237, grifos do autor).

⁴⁴ “Perhaps the most important social change of our time is a process of direct and deliberate contrivance. Men now seek to anticipate change, measure the course of its direction and its impact, control it, and even shape it for predetermined ends. “The transformation of society” is no longer an abstract phrase but a process in which governments are actively engaged on a highly conscious basis” (Id, Ibid, p. 238).

conhecimento, com a relevância do conhecimento teórico e seus desdobramentos na estrutura social e na capacidade potencial do planejamento social propiciada pela ciência e tecnologia apontam novos caminhos para a direção de tomadas de decisões⁴⁵. A tensão entre os tecnocratas e os políticos tende a aumentar, levando-o a acreditar que a lógica da tecnocracia continuará a se reproduzir na nova sociedade, o que não significa que os tecnocratas constituirão necessariamente a classe dominante. Por outro lado, também não há garantias de que esta classe esteja composta unicamente pelos cientistas, embora preveja a ascensão destes nos quadros das decisões políticas⁴⁶. Não obstante, o desejo de participação aparece como “uma das formas de reação contra a “profissionalização” da sociedade e da emergência da tomada de decisão tecnocrática” e os antigos modelos burocráticos serão substituídos por novas formas de organização.

Esta “democracia participativa”, entretanto, apesar de não ser uma panacéia, evidenciará a mudança das disputas entre “grupos funcionais de interesse econômico” por preocupações comunitárias voltadas à criação de um novo *ethos* social, especialmente mais inclusivo para os grupos desfavorecidos. Os mecanismos de controle da sociedade deixarão de ser econômicos e passarão a serem políticos e a “classe” mais importante será aquela, acima de tudo, profissional e apoiada mais no conhecimento do que na propriedade. Trata-se, portanto, de uma sociedade meritocrática, aonde os indivíduos “vivem cada vez mais fora da natureza e cada vez menos com máquinas e coisas; eles vivem e se encontram”. É uma sociedade essencialmente marcada pelo jogo de barganha entre as pessoas. Em suas palavras conclusivas, eivada de otimismo:

Now reality is primarily the social world - neither nature nor things, only men - experienced through the reciprocal consciousness of self and other. Society itself becomes a web of consciousness, a form of imagination to be realized as a social construction. Inevitably, a post-industrial society gives rise to a new Utopianism, both engineering and psychedelic. Men can be remade or released, their behavior

⁴⁵ “[...] production and business decisions will be subordinated to, or will derive from, other forces in society; the crucial decisions regarding the growth of the economy and its balance will come from government, but they will be based on the government’s sponsorship of research and development, of cost-effectiveness and cost-benefit analysis; the making of decisions, because of the intricately linked nature of their consequences, will have an increasingly technical character. The husbanding of talent and the spread of educational and intellectual institutions will become a prime concern of the society; not only the best talents but eventually the entire complex of prestige and status will be rooted in the intellectual and scientific communities ” (Id, Ibid, p. 238).

⁴⁶ “[...] technical skill becomes the base of and education the mode of access to power; those (or the elite of the group) who come to the fore in this fashion are the scientists. But this does not mean that the scientists are monolithic and act as a corporate group. [...] In the change of the system in the post-industrial society, two propositions become evident: 1. As a *stratum*, scientists, or more widely the technical intelligentsia, now have to be taken into account in the political process, though they may not have been before. 2. Science itself is ruled by an ethos which is different from the ethos of other major social groups (e.g. business, the military), and this ethos will *predispose* scientists to act in a different fashion, politically, from other groups” (Id, Ibid, pps. 245-246).

conditioned or their consciousness altered. The constraints of the past vanish with the end of nature and things⁴⁷.

Três anos subsequentes a esta importante obra, publica *The Cultural Contradictions of Capitalism*, em 1976, onde procura assinalar que as transformações ocorridas no capitalismo, a partir dos anos 1970, têm levado ao surgimento de uma cultura marcada por uma mentalidade hedonista e calcada na satisfação imediata dos desejos entre os indivíduos, principalmente ligados ao consumo, engendrando-se assim contradições culturais com fortes impactos econômicos entre a emergência destas novas formas de manifestação de estilos de vida e o antigo ideal puritano frugal e ascético inscrito no trabalho penoso e mecânico da sociedade industrial.

Entretanto, no início da década de 1980, Bell avança suas reflexões sobre a sociedade pós-industrial a ponto de propor em dois artigos, publicados em 1980, uma nova reformulação mais consistente, em sua visão, sobre o conceito de sociedade pós-industrial, asseverando a penetração das novas tecnologias da informação ao conjunto da sociedade⁴⁸. Se o seu argumento repousava na tese de que a sociedade pós-industrial promove uma mudança no caráter da estrutura social, isto é, em uma de suas dimensões apenas, com desdobramentos entre as demais esferas, agora ele está convencido de que o conhecimento e a informação passaram a implicar transformações na configuração total da sociedade. Em verdade, isso já estava esboçado de alguma forma em 1973, conforme ilustra algumas passagens em sua obra⁴⁹, porém, a partir de 1980, ele consolida esta que se tornou uma relevante corrente no pensamento social desde então: a sociedade da informação⁵⁰. Como nos diz Kumar, “a nova sociedade é hoje definida, e rotulada, por seus novos métodos de acessar, processar e distribuir informação⁵¹”.

Há muito a se dizer e a se analisar sobre as interpretações contidas neste grupo de autores da “sociedade da informação”; todavia, iremos destacar aqui apenas aqueles trabalhos considerados mais fundamentais segundo a literatura. De início, podemos denotar as origens

⁴⁷ Cf. Id, Ibid, p. 325, grifos do autor.

⁴⁸ Cf. BELL, D. “The Social Framework of the Information Society”. In: Forester, 1980, pps: 500-549 e BELL, D. “Teletext and Technology”. In: *Sociological Journeys: Essays 1960-1980*. Londres: Heinemann, 1980, pps. 34-65.

⁴⁹ “The post-industrial society is an information society, as industrial society is a goods-producing society. But the centrality of information creates some new, and different, problems for the society to manage” (BELL, 1973, p. 311). “[...] one can step back and say more generally that the post-industrial society means the rise of new axial structures and axial principles: a changeover from a goods-producing society to an information or knowledge society;” (Id, Ibid, p. 324).

⁵⁰ “Minha premissa básica é que conhecimento e informação estão se tomando os recursos estratégicos e os agentes transformadores da sociedade pós-industrial [...] da mesma maneira que a combinação de energias, recursos e tecnologia mecânica foram os instrumentos transformadores da sociedade industrial” (BELL, 1980a, p. 531e 545; ver também BELL 1980b *apud* KUMAR, 2006, p. 48).

⁵¹ Cf. KUMAR, 2006, p. 15.

da “sociedade da informação” ao final dos anos 1940, com a publicação de dois trabalhos pioneiros. O primeiro, do matemático do MIT, Norbert Wiener, com o livro *Cybernetics: Control and Communication in the Animal and the Machine* e, o segundo, de outro matemático e engenheiro afiliado ao MIT e aos laboratórios Bell, Claude Shannon, com o artigo *A Mathematical Theory of Communication*, ambos publicados em 1948. Em 1949, Shannon e Warren Weaver⁵² publicam o livro *The Mathematical Theory of Communication*, consagrando o “*Shannon-Weaver model of communication*”.

Wiener (1948) analisou a possibilidade de articulação entre os seres vivos, as máquinas e as sociedades em torno de um único sistema que fosse capaz de garantir a sobrevivência a todos, a partir da maior utilização de manipulação de dados e da comunicação para se autorregularem (*feedbacks*). Em sua conclusão, as chances desse sistema ser bem sucedido deriva da capacidade que todos os seus integrantes teriam de utilizar a informação de modo a se preservarem enquanto partes integradas. Shannon (1948), por sua vez, dá um passo significativo neste campo, ao elaborar um método que visa tratar qualquer informação de maneira quantitativa, destacado de sua forma de manifestação corpórea e de seu significado linguístico, onde “informação” passa a ser uma medida “pura” da comunicação. Seu tratamento matemático ao assunto gerou a medida binária “*bit*” (*binary digit*), concebida para mensurar as mensagens em um conjunto de zeros e uns e permitir a transmissão de informações a qualquer tecnologia de comunicação. Com o avanço nas tecnologias de armazenamento e a ampliação das transmissões de dados, o desenvolvimento dos computadores passou a incidir sobre diversos setores da sociedade através do paradigma da tecnologia da informação.

Nas décadas de 1960 e 1970, Fritz Machlup (1962) e Marc Porat & Michael Rubin (1977), nos Estados Unidos, realizaram trabalhos empíricos com intuito de dimensionar a intensidade das “atividades informacionais” e o crescimento de ocupações relacionadas à informação na economia norte-americana. São estudos pioneiros que serviram de base para pesquisas comparativas em países industrializados. Em 1962, Fritz Machlup, economista austro-americano, em sua obra *The Production and Distribution of Knowledge in the United States*, é um dos primeiros economistas a reconhecer o conhecimento como recurso econômico e tirar daí os seus consequentes impactos sobre o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação na economia e na divisão do trabalho. Para ele, analisando os dados de 1950, estaria ocorrendo nos Estados Unidos um crescimento das “atividades

⁵² Ex-diretor da Divisão de Ciências Naturais da Fundação Rockefeller (1932-1955) que trabalhou no comando do Painel de Matemática Aplicada no Escritório de Pesquisa e Desenvolvimento Científico dos EUA.

informacionais”, isto é, um conjunto de profissões nas quais a produção, manipulação ou distribuição da informação se tornava atividade central. No entanto, o uso de indicadores não contribuiu muito para elucidar os dados coletados e sugerir mudanças significativas na sociedade norte-americana.

Em 1977, Porat & Rubin (1977), com a obra *The Information Economy*, estabelecem tipologias para se pensar sobre os setores informacionais. Informação representa todos os dados organizados e comunicados, sejam eles recursos utilizados na produção, no processamento e na distribuição de bens e serviços de informação. O setor de “informação primária” se refere às firmas que produzem bens e serviços “informacionais” vendidos no mercado. Já o setor de “informação secundária” seriam aqueles bens e serviços “informacionais” consumidos internamente pelo governo e pelas empresas que não atuam diretamente neste setor. Em 1978, na França, dois altos-funcionários do governo, Simon Nora e Alain Minc, também realizam um trabalho voltado à compreensão da informática na sociedade. Na obra *L'informatisation de la Société*, as tecnologias informáticas aparecem como responsáveis pelas transformações socioeconômicas na sociedade, ocasionadas pela crise estrutural do capitalismo dos anos 1970. A informatização propiciada pela telemática – fusão das telecomunicações com o computador - revela consequências que alteram o tratamento e a conservação da informação e paulatinamente modificarão toda a sociedade e os demais países, afetando assim as relações de poder. Daí a importância atribuída por eles da necessidade de se ter uma ação política regulatória, de âmbito nacional e internacional, em função do impacto generalizado e desigual causado pela informatização.

No início dos anos 1980, no Japão, a terminologia da “sociedade da informação” é primeiramente concebida a partir da obra de Yoneji Masuda, sob o título *The Information Society as Post-Industrial Society* (1980). Tal concepção acabou influenciando muitos pesquisadores, especialmente nos EUA e na Europa Ocidental. Para o sociólogo japonês, a “sociedade da informação” designava uma “computopia”, isto é, uma sociedade que passaria a estar regida não mais por valores materiais, mas, sobretudo, em torno do eixo dos valores de informação. Em 1982, o filósofo marxista polonês, Adam Shaff, publica sua obra *Microeletrônica e Sociedade*, na qual se propôs a examinar as consequências trazidas pelas novas tecnologias ao trabalho e ao tempo livre, e de modo particular, à educação. O aprofundamento sobre essa temática o leva a publicar, em 1985, a obra *A Sociedade Informática: as consequências sociais na segunda revolução industrial*. O livro está dividido em duas partes: a primeira aborda as consequências sociais e políticas das revoluções científico-tecnológicas, a saber: a revolução microeletrônica, a revolução da microbiologia

(genética) e a revolução energética; analisa também as mudanças na formação econômica, social, política e cultural da sociedade e termina pontuando sobre os impactos destas transformações nos países do Terceiro Mundo. A segunda parte tem como propósito discutir a questão do indivíduo inserido na sociedade informática, sua procura pelo “sentido da vida” e suas mudanças em termos de novos estilos de vida e de novos valores. Para Shaff (1985), estamos experimentando uma ruptura drástica no modo de vida, onde as revoluções científico-tecnológicas ampliam as potencialidades humanas, ao mesmo tempo em que promovem alterações radicais na estrutura social e, principalmente, alteram a divisão internacional do trabalho favorecendo os países desenvolvidos em detrimento aos subdesenvolvidos, para quem o autor ressalta a importância de medidas de colaboração internacional no sentido de amenizar estas disparidades.

Estes trabalhos originários supracitados, certamente influenciaram as reflexões de Bell, e um tanto menos as de Touraine – até então ainda tributários da concepção da sociedade pós-industrial. No entanto, é apenas nos 1980 que a corrente da “sociedade da informação” adquire sua forma mais avançada, cabendo à Bell, nos Estados Unidos, consagrá-la definitivamente. A ideia de uma nova “sociedade da informação” se populariza, no Ocidente, nesta década. Ainda no ano de 1980, o escritor nova-iorquino Alvin Toffler (1980) publica sua obra *The Third Wave*, em que sustenta o argumento de que estaríamos vivenciando um período de transição, ainda não muito bem definido, da “segunda onda” – a industrial (sendo a agrícola a primeira) – para a “terceira onda” em que predomina a “sociedade da informação”. Este movimento seria mais profundo do que o foi o da Revolução Industrial, envolvendo mudanças extraordinariamente radicais na economia, na sociedade e na cultura, perpassando as instituições sociais, a família, as empresas, o trabalho e os valores. Novas formas de vida emergirão tendo a informação como pedra angular das relações sociais e o computador o seu símbolo mais emblemático. O futuro desta nova civilização ocidental esbarra, porém, entre aqueles resilientes à sociedade industrial e os que apostam em ir além dela.

Neste mesmo diapasão, o escritor norte-americano John Naisbit, em *Megatrends*, publicada em 1981, procura enaltecer os triunfos da “sociedade da informação”, contribuindo com seu *best-seller* para a vulgarização desta terminologia na sociedade. Em 1993, o “*management*” e professor norte-americano, Peter Drucker, publica *The Post-Capitalist Society*. Nesta obra, o autor coaduna com Shaff (1986) a ideia de uma ruptura radical promovida pela revolução científico-tecnológica e também partilha, com Bell (1973), o papel central exercido pelo conhecimento. Destaca ainda que a sociedade atual caminha para um novo tipo de formação societal pós-capitalista, em que o caráter operacional do conhecimento

implicará em transformações em todos os setores da sociedade, principalmente na estrutura social e nas formas de poder. Neste aspecto, sua interpretação continua a se assemelhar a de Bell (1973), ao atribuir o poder das classes dominantes aos portadores de conhecimento, sobretudo aqueles setores ligados à gerência da sociedade.

Por sua vez, em 1995, o arquiteto grego-americano, Nicholas Negroponte, publica *Being Digital*, obra na qual postula a ocorrência de um novo estágio em curso: a passagem da era da informação para a era da pós-informação, possibilitada pelo avanço dos desenvolvimentos da tecnologia digital. Esta novíssima mudança social imprimiria o que chamou de “vida digital”, onde a informação digital alteraria radicalmente as relações sociais, envolvendo todos os campos da sociedade e da vida social. Para o autor, a “digitalização” expressaria uma mudança no aspecto técnico capaz de alterar a vida de toda a sociedade e dos indivíduos, configurando-se assim uma nova sociedade da pós-informação ou digital.

Nos anos 1990, com o transbordamento da internet – até então limitada aos militares e governos – e sua ampla difusão para o conjunto da população, através da criação do *World Wide Web* (“www”), novas abordagens são realizadas em prol da “sociedade da informação”. Em 1994, nos Estados Unidos, um importante documento intitulado *Cyberspace and the American Dream: A Magna Carta for the Knowledge Age*, divulgado pela *Progress & Freedom Foundation* - que contou com a criação do então líder republicano no Congresso, Newt Gingrich e com a assinatura de Esther Dyson, George Gilder, George Keyworth e Alvin Toffler – revela uma verdadeira apologia dos valores norte-americanos no domínio do ciberespaço. A “sociedade global” interconectada aparece com um determinismo tecnológico irretorquível apoiado nas teses da “sociedade da informação”. No entanto, o documento apela evidentemente à primazia do respeito aos direitos intelectuais garantidos pelas patentes e pelo poder das grandes corporações estadunidenses de *software*, *hardware* e mídia que dominam a *World Wide Web*.

Em 1989, o sociólogo catalão, Manuel Castells, escreve *The Informational City*, sugerindo questões para se pensar sobre os impactos causados pela informação ao espaço urbano e, em 1996, sua produção toma um fôlego maior, com o lançamento do primeiro volume, intitulado *The rise of the Network Society*, de sua trilogia *The Information Age: Economy, Society and Culture*, finalizada no ano de 2000⁵³. Após exaustivos debates e críticas surtidas em torno deste grandioso trabalho, Castells procura enaltecer

⁵³ *A Sociedade em Rede* aparece como 1º volume da trilogia *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura* (1996-2000). *O Poder de Identidade*, 2º volume, procura analisar a formação do ser em sua interação com a rede, reconhecendo a crise da família patriarcal e do Estado nacional. *Fim de Milênio*, 3º volume, destaca as mudanças históricas decorrentes dos processos elencados nos dois primeiros volumes.

“aparentemente” o seu afastamento, concernente à noção de “sociedade da informação”⁵⁴, em um artigo publicado no ano 2000, sob o título *“Materials for an exploratory theory of the network society”*.

Neste artigo, a “sociedade em rede” aparece como sendo a nova estrutura social da Era da Informação, que combina a informatização da sociedade com a globalização da economia, e estaria presente na maioria das sociedades do mundo, em várias manifestações culturais e institucionais. Na “sociedade em rede” ocorre uma subsunção do antigo paradigma tecnológico típico da Era Industrial, baseado na produção e distribuição de energia, para o novo paradigma inscrito na Era da Informação, organizado a partir das tecnologias de informação e de comunicações apoiadas na microeletrônica e engenharia genética.

Além disso, há o surgimento de uma nova economia, caracterizada: (i) por seu caráter informacional, isto é, pela capacidade de gerar conhecimento e processamento/gerenciamento de informações; (ii) sua abrangência global, em torno de uma unidade em escala planetária; (iii) seu funcionamento em rede e em tempo real e (iv) sua camada dominante centrada no mercado financeiro internacional. Sendo assim, este novo paradigma designado pelas redes de informação⁵⁵ propiciou transformações fundamentais em muitos aspectos. As relações de produção são afetadas à medida que os mercados financeiros e suas redes de gerenciamento

⁵⁴ “We have entered a *new technological paradigm*, centred around microelectronics-based, information/communication technologies, and genetic engineering. *In this sense what is characteristic of the network society is not the critical role of knowledge and information, because knowledge and information were central in all societies. Thus, we should abandon the notion of ‘Information Society’, which I have myself used some times, as unspecific and misleading.* What is new in our age is a new set of information technologies. I contend they represent a greater change in the history of technology than the technologies associated with the Industrial Revolution, or with the previous Information Revolution (printing). Furthermore, we are only at the beginning of this technological revolution, as the Internet becomes a universal tool of interactive communication, as we shift from computer-centred technologies to network-diffused technologies, as we make progress in nanotechnology (and thus in the diffusion capacity of information devices), and, even more importantly, as we unleash the biology revolution, making possible for the first time, the design and manipulation of living organisms, including human parts. What is also characteristic of this technological paradigm is the use of knowledgebased, information technologies to enhance and accelerate the production of knowledge and information, in a self-expanding, virtuous circle. Because information processing is at the source of life, and of social action, every domain of our eco-social system is thereby transformed” (CASTELLS, 2000, pps. 9-10, grifos nossos).

⁵⁵ “The speed and shape of structural transformations in our society, ushering in a new form of social organization, come from the widespread introduction of information networks as the predominant organizational form. Why now? The answer lies in the simultaneous availability of new, exible information technologies and a set of historical events, which came together by accident, around the late 1960s, and 1970s. These events include the restructuring of capitalism with its emphasis on deregulation and liberalization; the failed restructuring of statism unable to adapt itself to informationalism; the influence of libertarian ideology arising from the countercultural social movements of the 1960s; and the development of a new media system, enclosing cultural expressions in a global/local, interactive hypertext. All processes, interacting with each other, favoured the adoption of information networks as a most efficient form of organization. Once introduced, and powered by information technology, information networks, through competition, gradually eliminate other organizational forms, rooted in a different social logic. In this sense, they tend to assert the predominance of social morphology over social action” (Id, Ibid, p. 16).

tornaram-se entrelaçados em uma rede informatizada global e as relações entre capital e trabalho passaram a ser organizados em função da forma de produção da empresa em rede, inseridas nas cadeias de valor globais. Consequentemente, depreende Castells, o processo de trabalho acaba sendo globalmente integrado ao passo em que o trabalho tende a ser fragmentado regionalmente/localmente e cada vez mais individualizado. Isso o leva a admitir a inexistência, na sociedade em rede, das classes sociais típicas da Era Industrial⁵⁶. Ademais, com as relações de produção operando em rede e a crescente individualização do trabalho, se verifica uma maior diferenciação e diversificação nos padrões de consumo, dado a capacidade dos indivíduos, na sociedade em rede, promoverem diferentes estilos de vida⁵⁷.

No entanto, considera que o impacto mais marcante das redes de informação ocorre nas relações de poder, principalmente pelas possibilidades das redes imprimirem a dissolvência das hierarquias de centros de poder, até então amparadas nas organizações e instituições verticalmente constituídas na Era Industrial sob a égide das autoridades. E, assim, os Estados Nacionais se veem obrigados, por um lado, a se enredarem em torno dos fluxos de poder unificados pela rede, revelando uma perda relativa de suas soberanias e um enfraquecimento em suas tomadas de decisões⁵⁸ e, por outro lado, a se comprometerem com o

⁵⁶ “There is simultaneous integration of production and specification of labour’s contribution to the production process. Value in the production process depends essentially on the position occupied by each specific labour or each specific firm in the value chain. The rule is individualization of the relationship between capital and labour. In a growing number of cases, self-employment, or payment in stocks, leads to workers becoming holders of their own capital – however, any individual capital is submitted to the movements of the global automaton. As labour comes to be defined by a network of production and individualized in its relationship to capital, the critical cleavage within labour becomes that between networked labour and switched-off labour which ultimately becomes non-labour. Within networked labour, it is the capacity to contribute to the value-producing chain that determines the individual bargaining position. Thus labour’s informational capacity, by ensuring the possibility of strategic positioning in the network, leads to a second, fundamental cleavage, between self-programmable labour and generic labour. For self-programmable labour, its individual interest is better served by enhancing its role in performing the goals of the network, thus establishing competition between labour and co-operation between capital (the network enterprise) as the structural rule of the game. Indeed game theory and rational choice theory seem to be adequate intellectual tools to understand socio-economic behaviour in the networked economy. While for generic labour, its strategy is survival: the key issue becomes not be degraded to the realm of discarded or devalued labour, either by automation or globalization, or both. In the last analysis, the networking of relationships of production leads to the blurring of class relationships. This does not preclude exploitation, social differentiation and social resistance. But production-based, social classes, as constituted, and enacted in the Industrial Age, cease to exist in the network society” (Id, Ibid, p. 18).

⁵⁷ “In a world of networks, self-programmable individuals constantly redefine their life styles and thus their consumption patterns; while generic labour just strives for survival. As culture is similarly fragmented and constantly recombined in the networks of a kaleidoscopic hypertext, consumption patterns follow the variable geometry of symbolic appropriation. Thus, in the interplay between relationships of production and cultural framing, relationships of production define levels of consumption, and culture induces consumption patterns and life styles” (Id, Ibid, p. 19).

⁵⁸ “Networks dissolve centres, they disorganize hierarchy, and make materially impossible the exercise of hierarchical power without processing instructions in the network, according to the network’s morphological rules. Thus, contemporary information networks of capital, production, trade, science, communication, human rights, and crime, bypass the nation-state, which, by and large, has stopped being a sovereign entity, as I argued above. A similar process, in different ways, takes place in other hierarchical organizations that used to embody

desenvolvimento de toda uma nova infraestrutura para incorporar o novo paradigma tecnológico em condições de concorrência mais vantajosa para as suas empresas, setores e áreas, tornando-os mais competitivos.

Em relação às formas experimentadas de experiência, Castells procura ser mais cauteloso sobre o papel das redes de informação. Destaca apenas que no bojo das transformações em torno da crise do patriarcalismo - e suas consequências de longo alcance para a família, sexualidade e personalidade - as relações pessoais baseadas em núcleos cedem espaço para aquelas baseadas em redes e, portanto, haveria uma conexão direta, embora mais sutil, entre as redes sociais e de trabalho e a individualização do trabalho, como pode ser visto em termos das redes de indivíduos e seus filhos; da dissociação da sexualidade da família e do processo de socialização personalizado e individualizado⁵⁹. Com o tempo aniquilado e transformado em tempo virtual e real (“tempo intemporal”) e o espaço dominado pelos fluxos de símbolos dissociados da experiência, a cultura se torna a cultura da virtualidade real, unificada no hipertexto⁶⁰. Para concluir, o sociólogo entende que esta “sociedade em rede” sugere uma nova estruturação social mais impermeável às mudanças sociais, principalmente devido à capacidade da rede se auto-reprogramar, o que não significa a total ausência de possibilidades de mudanças nesta sociedade⁶¹.

power (‘power apparatuses’ in the old Marxist terminology), such as churches, schools, hospitals, bureaucracies of all kinds. [...] The state reacts to its bypassing by information networks, by transforming itself into a network state. So doing, its former centres fade away as centres becoming nodes of power-sharing, and forming institutional networks. [...] Thus, while there are still power relationships in society, the bypassing of centres by flows of information circulating in networks creates a new, fundamental hierarchy: the power of flows takes precedence over the flows of power” (Id, Ibid, pps. 19-20).

⁵⁹ “If power relationships are the ones most directly affected by the prevailing networking logic, the role of networks in the transformation of relationships of experience is more subtle. [...] Two conflicting modes of interpersonal interaction emerge: on the one hand, self-reliant communes, anchored in their non-negotiable sets of beliefs; and on the other hand, networks of ever shifting individuals. These are social networks, not information networks. So, in a way, they are a fundamental part of our societies, but not necessarily a feature of the network society – unless we extend the meaning of the concept beyond what I propose: information networks-based social structure. However, as communication technology, biological technology, transgender networking, and networks of individuals, develop in parallel, as key elements of social practice, they are interacting, and influencing each other. Thus, the Internet is becoming a very instrumental tool of management of new forms of life, including the building of on-line communities of support and collective learning. I see, however, a much stronger connection between networks and relationships of experience through the cultural transformations induced by communication networks, as experience becomes practice by its rooting in cultural codes” (Id, Ibid, pps. 20-21).

⁶⁰ “The networking of production, the differentiation of consumption, the decentring of power, and the individualization of experience, are reflected, amplified, and codified by the fragmentation of meaning in the broken mirror of the electronic hypertext – where the only shared meaning is the meaning of sharing the network” (Id, Ibid, p. 22).

⁶¹ “Because of the capacity of the network to find new avenues of performance by switching off any non-compatible node, I think social change, under these circumstances, happens primarily through two mechanisms, both external to dominant networks. The first is the denial of the networking logic through the affirmation of values that cannot be processed in any network, only obeyed and followed. This is what I call cultural communes, that are not necessarily linked to fundamentalism, but which are always centred around their self-contained meaning. The second is alternative networks, that is networks built around alternative projects, which

Em 2001, Castells escreve um novo livro intitulado *The Internet Galaxy: Reflections on the Internet, Business, and Society*, em que propõe uma série de ideias sobre a interação entre *Internet*, economia e sociedade. Seu ponto de partida deriva da compreensão de que toda atividade humana está baseada na comunicação e a *Internet* atualmente passou a afetar sobremaneira nossas vidas ao transformar o modo como nos comunicamos. Sem embargo, a *Internet* constitui a base tecnológica da forma organizativa da sociedade em rede na Era da Informação⁶². Ela é um meio de comunicação em escala global, da qual estão estruturadas as principais atividades econômicas, sociais, políticas e culturais de todo o planeta. É uma tecnologia da comunicação apropriada, modificada e experimentada pelas pessoas, instituições, empresas, e pela sociedade em geral, que permite combinar a flexibilidade e a eficácia da realização de tarefas, a partir de tomadas de decisões coordenadas e executadas de maneira descentralizada, com expressões individualizadas e comunicadas global e horizontalmente – acredita-se tratar até mesmo do desenvolvimento de uma forma organizativa superior da atividade humana onde reinaria a liberdade.

Pontua a conformação de um novo mundo empresarial baseado na nova economia como sendo a economia da indústria de *Internet*. Nesta, haveria um enorme potencial de crescimento da produtividade, resultante da extensão do uso desta tecnologia por toda a classe empresarial através de um amplo conjunto de operações mercadológicas. Além disso, a “Galáxia Internet” seria capaz de penetrar e transformar todas as demais atividades humanas, pois se trata de um novo padrão de comunicação bastante elástico, baseado em códigos

compete, from network to network, to build bridges of communication to other networks in society, in opposition to the codes of the currently dominant networks. Religious, national, territorial, and ethnic communes are examples of the first type of challenge. Ecologism, feminism, human rights movements are examples of alternative networks. All use the Internet and electronic media hypertext, as dominant networks do. This is not what makes them networks or communes. The critical divide lies in the communicability or non-communicability of their codes beyond their specific self-definition. The fundamental dilemma in the network society is that political institutions are not the site of power any longer. The real power is the power of instrumental flows, and cultural codes, embedded in networks. Therefore, the assault to these immaterial power sites, from outside their logic, requires either the anchoring in eternal values, or the projection of alternative, communicative codes that expand through networking of alternative networks. That social change proceeds through one way or another will make the difference between fragmented communalism and new history making” (Id, Ibid, pps. 22-23).

⁶² “En el último cuarto del siglo xx coincidieron tres procesos independientes, que han derivado en una nueva estructura social basada predominantemente en las redes. Las necesidades de la economía de flexibilidad en la gestión y de globalización del capital, la producción y el comercio. Las demandas de una sociedad en la que los valores de la libertad individual y la comunicación abierta se convirtieron en fundamentales. Y, en fin, los extraordinarios avances que experimentaron la informática y las telecomunicaciones, y que han sido posibles gracias a la revolución de la microelectrónica. En estas condiciones, Internet, una oscura tecnología que tenía poca aplicación más allá de los mundos aislados de los científicos informáticos, los hackers y las comunidades contraculturales, se convirtió en la palanca de la transición hacia una nueva forma de sociedad: la sociedad red - y con ella, hacia una nueva economía” (CASTELLS, 2001, p. 16).

específicos e, por isso, com consequências díspares para as vidas das pessoas segundo suas histórias, culturas e instituições.

Como podemos observar nestas obras supracitadas, Castells procura atenuar “aparentemente” o determinismo tecnológico em sua fundamentação sobre a “sociedade em rede”. Em seu artigo (2000) – tendo por referência a revisitação à sua trilogia – chega mesmo a anunciar claramente seu abandono em relação à terminologia da “sociedade da informação”. “Alternativa” a esta nomenclatura, sua forma de analisar as transformações suscitadas após 1970 repousa na ideia do surgimento de um novo modo de desenvolvimento do capitalismo – capitalismo informacional⁶³ – que passou a se estruturar em função de um novo paradigma – redes de informação. Este padrão de desenvolvimento estaria sustentado, por sua vez, por uma nova economia – informacional, global e em rede⁶⁴ – que implicaria na conformação de uma

⁶³ “[...] os modos de desenvolvimento são os procedimentos mediante os quais os trabalhadores atuam sobre a matéria para gerar o produto, em última análise, determinando o nível e a qualidade do excedente. Cada modo de desenvolvimento é definido pelo elemento fundamental à promoção da produtividade no processo produtivo. Assim, no modo agrário de desenvolvimento, a fonte do incremento de excedente resulta dos aumentos quantitativos da mão-de-obra e dos recursos naturais (em particular a terra) no processo produtivo, bem como da dotação natural desses recursos. No modo de desenvolvimento industrial, a principal fonte de produtividade reside na introdução de novas fontes de energia e na capacidade de descentralização do uso de energia ao longo dos processos produtivos e de circulação. No novo modo informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos. Na verdade, conhecimento e informação são elementos cruciais em todos os modos de desenvolvimento, visto que o processo produtivo sempre se baseia em algum grau de conhecimento e no processamento da informação. Contudo, o que é específico ao modo informacional de desenvolvimento é a ação de conhecimento sobre os próprios conhecimentos como principal fonte de produtividade. O processamento da informação é focalizado na melhoria da tecnologia do processamento da informação como fonte de produtividade, em um círculo virtuoso de interação entre as fontes de conhecimentos tecnológicos e a aplicação da tecnologia para melhorar a geração de conhecimentos e o processamento da informação: é por isso que, voltando à moda popular, chamo esse novo modo de desenvolvimento de informacional, constituído pelo surgimento de um novo paradigma tecnológico baseado na tecnologia da informação. Cada modo de desenvolvimento tem, também, um princípio de desempenho estruturalmente determinado que serve de base para a organização dos processos tecnológicos: o industrialismo é voltado para o crescimento da economia, isto é, para a maximização da produção; o informacionalismo visa o desenvolvimento tecnológico, ou seja, a acumulação de conhecimentos e maiores níveis de complexidade do processamento da informação. Embora graus mais altos de conhecimentos geralmente possam resultar em melhores níveis de produção por unidade de insumos, é a busca por conhecimentos e informação que caracteriza a função da produção tecnológica no informacionalismo” (CASTELLS, 1999, pps. 53-54).

⁶⁴ “Surge um quadro complexo referente ao processo de desenvolvimento histórico da nova economia informacional. Essa complexidade explica porque dados estatísticos altamente agregados não conseguem refletir diretamente a extensão e o ritmo da transformação econômica sob o impacto das transformações tecnológicas. A economia informacional é um sistema socioeconômico distinto em relação à economia industrial, mas não devido a diferenças nas fontes de crescimento da produtividade. Em ambos os casos, conhecimentos e processamento da informação são elementos decisivos para o crescimento econômico, como pode ser ilustrado pela história da indústria química com base científica ou pela revolução administrativa que criou o Fordismo. O que é característico é a consequente realização do potencial de produtividade contido na economia industrial madura em razão da mudança para um paradigma tecnológico baseado em tecnologias da informação. O novo paradigma tecnológico mudou o escopo e a dinâmica da economia industrial, criando uma economia global e promovendo uma nova onda de concorrência entre os próprios agentes econômicos já existentes e também entre eles e uma legião de recém-chegados. Essa nova concorrência, praticada pelas empresas, mas condicionada pelo Estado, conduziu a transformações tecnológicas substanciais de processos e produtos que tornaram algumas empresas, setores e áreas mais produtivos. Contudo, houve ao mesmo tempo uma destruição criativa em grandes

nova estrutura social⁶⁵. Seguindo estes passos, poderíamos situá-lo, a princípio, no grupo de autores postulante das alterações no modo de funcionamento do capitalismo a partir dos anos 1970 – como veremos na parte 2 da tese, no capítulo 4 - e, não propriamente neste grupo, dos quais partilham a ideia do surgimento de uma nova sociedade.

Entretanto, acreditamos que o argumento mais decisivo de Castells se refere fundamentalmente à constituição de uma nova sociedade em curso, a “sociedade informacional ou em rede”⁶⁶. Muito embora ele refute parcialmente a tese proposta de Bell – de que a sociedade da informação teria como base os serviços⁶⁷ - e muito embora ele também procure nuançar, em relação ao mesmo Bell - sem muito sucesso em nosso entendimento - os impactos do papel do conhecimento e da informação na dinâmica da sociedade – ao se referir

segmentos da economia, afetando empresas, setores, regiões e países de forma desproporcional. Portanto, o resultado líquido do primeiro estágio da revolução informacional traduziu-se em vantagens e desvantagens para o progresso econômico. Além disso, a generalização da produção e da administração baseadas em conhecimentos para toda a esfera de processos econômicos em escala global requer transformações sociais, culturais e institucionais básicas que, se considerarmos o registro histórico de outras revoluções tecnológicas, levarão um certo tempo. É por isso que a economia é informacional, e não apenas baseada na informação, pois os atributos culturais e institucionais de todo o sistema social devem ser incluídos na implementação e difusão do novo paradigma tecnológico. A economia industrial também não se baseou apenas no uso de novas fontes de energia de produção, mas no surgimento de uma cultura industrial, caracterizada por uma nova divisão social e técnica do trabalho. Assim, embora a economia informacional/global seja distinta da economia industrial, ela não se opõe à lógica desta última. A primeira abrange a segunda mediante o aprofundamento tecnológico, incorporando conhecimentos e informação em todos os processos de produção material e distribuição, com base em um avanço gigantesco em alcance e escopo de circulação. Em outras palavras: à economia industrial, restava tornar-se informacional e global ou, então sucumbir. [...] Assim, a mudança do industrialismo para o informacionalismo não é o equivalente histórico da transição das economias baseadas na agropecuária para as industriais e não pode ser equiparada ao surgimento da economia de serviços. Há agropecuária informacional, indústria informacional e atividades de serviços informacionais que produzem e distribuem com base na informação e em conhecimentos incorporados no processo de trabalho pelo poder cada vez maior das tecnologias da informação. O que mudou não foi o tipo de atividades em que a humanidade está envolvida, mas sua capacidade tecnológica de utilizar, como força produtiva direta, aquilo que caracteriza nossa espécie como uma singularidade biológica: nossa capacidade superior de processar símbolos” (Id, Ibid, pps. 141-142).

⁶⁵ “Este livro estuda o surgimento de uma nova estrutura social, manifestada sob várias formas conforme a diversidade de culturas e instituições em todo o planeta. Essa nova estrutura social está associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo, historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção, no final do século XX” (Id, Ibid, p. 51). Mais a frente conclui, “[...] Portanto, o informacionalismo está ligado à expansão e ao rejuvenescimento do capitalismo, como o industrialismo estava ligado a sua constituição como modo de produção” (Id, Ibid, p. 56).

⁶⁶ “Embora a reestruturação do capitalismo e a difusão do informacionalismo fossem processos inseparáveis em escala global, as sociedades agiram/reagiram a esses processos de formas diferentes, conforme a especificidade de sua história, cultura e instituições. Consequentemente, até certo ponto, seria impróprio referir-se a uma “sociedade informacional”, o que implicaria a homogeneidade das formas sociais em todos os lugares sob o novo sistema. É óbvio que essa é uma proposição empírica e teoricamente indefensável. Poderíamos, entretanto, falar de uma “sociedade informacional” do mesmo modo que os sociólogos estão se referindo à existência de uma “sociedade industrial”, marcada por características fundamentais comuns em seus sistemas sociotécnicos. Mas com duas importantes ressalvas: por um lado, as sociedades informacionais, como existem atualmente, são capitalistas (diferentemente das sociedades industriais, algumas delas eram estatistas); por outro, devemos acentuar a diversidade cultural e institucional das sociedades informacionais” (Id, Ibid, pps. 56-57).

⁶⁷ Castells (1999) aceita parcialmente a tese da mudança na estrutura de empregos de Bell. Em suas estatísticas utilizadas, alcança resultados que sustentam uma maior variedade na estrutura de empregos. Se nos Estados Unidos e em outros países avançados os serviços aumentam, em outras nações se verifica um avanço na produção industrial. Considera, no entanto, o aumento do peso relativo das profissões “informacionais”, tais como: administradores, profissionais especializados e técnicos.

a ambas como atributos cruciais presentes em todos os modos de desenvolvimento e, por isso, estas não deveriam ser vistas como responsáveis pelo eixo da mudança – e mesmo que tenha vindo a sugerir o uso da terminologia da “sociedade informacional” em diferenciação ao da “sociedade da informação”, para nós o autor não escapa da consideração da tecnologia – no caso, a das redes de informação globais – como propulsora das transformações graduais, mas transformações, em todas as demais esferas da atividade social, política e cultural.

Fica evidente em suas análises, “aparentemente cautelosas”, a dimensão crucial do papel da informação e do conhecimento como sendo tanto as novas fontes de produtividade e poder, assim como também, os novos objetivos almejados pela produção – lembrando que, segundo o autor, no modo de desenvolvimento industrial a busca maior gravitava em torno da maximização da produção. Nesse sentido, a compreensão da mudança social advinda da penetração das novas tecnologias de informação em todas as esferas da sociedade⁶⁸ e de sua possibilidade potencial permanente de inovação devido à ampla capacidade das redes se auto-reprogramarem, acaba por situar o autor nos quadros de um novo prolongamento da corrente da “sociedade da informação” e não, como ele gostaria de ser visto, como aquele que superou os limites da mesma. Ainda que Castells denuncie o caráter capitalista inscrito nas “sociedades em rede” – e a decorrente lógica de exclusão e dominação em termos da mudança substantiva do espaço e do tempo⁶⁹ - ele assevera que esta será a tendência histórica, ou seja, a tendência de que as relações sociais estejam organizadas em função das redes de informação,

⁶⁸ Sobre a metodologia adotada no livro, nos diz: “propor alguns elementos de uma teoria transcultural exploratória da economia e da sociedade na Era da Informação, no que se refere especificamente ao surgimento de uma nova estrutura social. Minha análise é de grande escopo devido à penetrabilidade de seu objeto (informacionalismo) por todos os domínios sociais e expressões culturais” (Id, Ibid, p. 61).

⁶⁹ “Em nível mais profundo, as bases significativas da sociedade, espaço e tempo estão sendo transformadas, organizadas em torno do espaço de fluxos e do tempo intemporal. [...] as funções dominantes são organizadas em redes próprias de um espaço de fluxo que as liga em todo o mundo, ao mesmo tempo em que fragmenta funções subordinadas e pessoas no espaço de lugares múltiplos, feito de locais cada vez mais segregados e desconectados uns dos outros. O tempo intemporal parece ser o resultado da negação do tempo – passado e futuro – nas redes do espaço de fluxos. Enquanto isso o tempo cronológico, medido e avaliado diferencialmente para cada processo de acordo com sua posição na rede, continua a caracterizar as funções subordinadas e os locais específicos. O fim da história, estabelecido na circularidade dos fluxos financeiros computadorizados ou na instantaneidade das guerras cirúrgicas domina o tempo biológico da pobreza ou o tempo mecânico do trabalho industrial. A construção social das novas formas dominantes de espaço e tempo desenvolve uma meta-rede que ignora as funções não essenciais, os grupos sociais subordinados e os territórios desvalorizados. Com isso, gera-se uma distância social infinita entre essa meta-rede e a maioria das pessoas, atividades e locais do mundo. Não que as pessoas, locais e atividades desapareçam. Mas seu sentido estrutural deixa de existir, incluído na lógica invisível da meta-rede em que se produz valor, criam-se códigos culturais e decide-se o poder. Cada vez mais, a nova ordem social, a sociedade em rede, parece uma meta-desordem social para a maior parte das pessoas. Ou seja, uma sequência automática e aleatória de eventos, derivada da lógica incontrolável dos mercados, tecnologia, ordem geográfica ou determinação biológica” (Id, Ibid, pps. 572-573).

apoiadas no paradigma informacional, restando-nos, portanto, perseverarmos na reconstrução de nossa democracia⁷⁰.

No início do século XXI, as discussões no âmbito da teoria da “sociedade da informação” circunscreveram-se em torno de alguns elementos analíticos e contaram com a inequívoca difusão e penetração de seu arcabouço - no mais das vezes simplista - principalmente na mídia, na política oficial dos países desenvolvidos e nos organismos internacionais – especialmente a ONU (Organização das Nações Unidas) - e também no imaginário da população em geral, abarrotada em seu cotidiano pelas amplas possibilidades de acesso às informações, através do uso do computador ou de inúmeros aparelhos. Werthein (2000), por exemplo, no artigo “*A sociedade da informação e seus desafios*”, acredita que a “sociedade da informação” veio para ficar e aponta a importância de se integrar “critérios sócio-culturais e éticos aos econômicos e políticos” e, assim, “colocar à disposição do cidadão caminhos para uma participação ativa na construção de seu futuro⁷¹”; futuro este direcionado rumo à “construção de uma sociedade da informação global e justa⁷²”.

Daí a necessidade, em primeiro lugar, de se afastar o determinismo tecnológico e o evolucionismo das análises sobre o novo paradigma “informacional”, dado que “o avanço tecnológico no novo paradigma foi em grande parte o resultado da ação do Estado e é o Estado que está à frente de iniciativas que visam ao desenvolvimento da ‘sociedade da informação⁷³’” e, em segundo lugar, de se contar com a atuação e colaboração das nações mais desenvolvidas e dos organismos internacionais⁷⁴ no sentido de propiciarem mecanismos

⁷⁰ “El cambio hacia las redes globales informatizadas como forma organizativa del capital, la producción, el comercio y la gestión ha limitado en gran medida la capacidad reguladora de los gobiernos nacionales y de las instituciones internacionales existentes, comenzando por la creciente dificultad para recaudar los impuestos de sociedades y controlar la política monetaria. La volatilidad sistémica de los mercados financieros globales y las enormes disparidades en la utilización de los recursos humanos, exigen nuevas formas de regulación adaptadas a la nueva tecnología y a la nueva economía de mercado. [...] seguimos necesitando instituciones, representación política, democracia participativa, vías para la construcción del consenso y una política pública eficaz. Esto sólo se consigue teniendo gobiernos responsables y verdaderamente democráticos. Creo que en la mayor parte de las sociedades, la practica de estos principios es inexistente y que muy pocos ciudadanos cuentan con sus instituciones de gobierno. Este es el eslabón débil de la sociedad red. Hasta que consigamos reconstruir, tanto de abajo a arriba como de arriba abajo, nuestras instituciones de gobierno y nuestra democracia, no seremos capaces de afrontar los retos fundamentales que se nos plantean. Y si las instituciones políticas democráticas no pueden hacerlo, nadie más lo hará ni podrá hacerlo. Por tanto, o llevamos a cabo un cambio político en el sentido amplio del término (aun sin saber muy bien cuál es el contenido concreto de esta fórmula) o usted y yo tendremos que reconfigurar las redes de nuestro mundo en torno a nuestros proyectos personales” (CASTELLS, 2001, p. 312).

⁷¹ Cf. WERTHEIN, 2000, p. 71.

⁷² Cf. Id, Ibid, p. 77.

⁷³ Cf. Id, Ibid, pps. 72-73.

⁷⁴ “[...] A Unesco tem atuado de forma sistemática no sentido de apoiar as iniciativas dos Estados Membros na definição de políticas de integração das novas tecnologias aos seus objetivos de desenvolvimento. Na Unesco, o Programa Geral de Informação (PGI) e o Programa Intergovernamental de Informática (IIP), hoje fundidos no Programa Informação para Todos, enfeixavam as ações desse organismo internacional em duas áreas principais, conteúdo para a sociedade da informação e “infoestrutura” para esta sociedade em evolução, por meio da

e políticas em prol da construção e/ou consolidação da “sociedade da informação”, haja vista as retumbantes condições de desigualdades encontradas entre os países centrais e os periféricos.

Outros autores, porém, se enredaram em uma infinidade de debates - sem qualquer consenso - sobre o significado e o papel da informação e do conhecimento nas sociedades contemporâneas, enaltecendo questionamentos e reflexões sobre o real enquadramento destes dois termos no mundo de hoje; suas diferenças semântico-etimológicas e qualitativas; suas aproximações e, principalmente, suas implicações para o conjunto dos indivíduos e da própria sociedade⁷⁵. Neste diapasão, se verifica a opção, notadamente nas políticas oficiais dos países desenvolvidos e dos organismos internacionais, pela preferência da terminologia “sociedades do conhecimento” ou “sociedades do saber⁷⁶” em detrimento ao da “sociedade da informação”. Esta preferência se assenta na ideia de que “sociedades do conhecimento ou do saber”, no plural, refletem tanto a adoção de uma perspectiva mais pluralista e de desenvolvimento, como também expressam melhor as distinções entre as formas de conhecimento/saberes constituídas especificamente em cada sociedade.

cooperação para treinamento, apoio ao estabelecimento de políticas de informação e promoção de conexões em rede. No espírito da Declaração Universal dos Direitos do Homem que constitui a base dos direitos à informação na sociedade da informação..., o novo Programa Informação para Todos deverá prover uma plataforma para a discussão global sobre acesso à informação, participação de todos na sociedade da informação global e as consequências éticas, legais e societárias do uso das tecnologias de informação e comunicação. Deverá prover também a estrutura para colaboração internacional e parcerias nessas áreas e apoiar o desenvolvimento de ferramentas comuns, métodos e estratégias para a construção de uma sociedade de informação global e justa” (Id, Ibid, p. 77).

⁷⁵ No artigo, “*O novo status da informação e do conhecimento na cultura digital*”, Aquino (2008) empreende uma interessante sistematização da literatura referente a essa discussão. Inicialmente, propõe que os termos “informação” e “conhecimento”, para além de serem enquadrados como um par terminológico ou intercambiável, como sinônimos ou como antinômias, devem ser analisados, com melhor proveito, a partir da necessidade de se “buscar o sentido etimológico, a base teórica, a origem, a evolução semântica e as articulações com outros campos do saber” (AQUINO, 2008, p. 81). Além disso, destaca a importância de se pensar sobre a conexão alcançada por estes termos na atualidade e, sobretudo, o caráter informacional adquirido por eles, com “implicações significativas para os indivíduos e suas interações com o conhecimento” (Id, Ibid, p. 97). Para ela, seguindo a pista de Castells, “a característica mais impactante do novo formato da nova sociedade é a inversão dos valores humanos, que desencadeia fluxos informacionais nunca antes imagináveis. Sua dinâmica assume o controle de nossas vidas, constrange os indivíduos pela perda do emprego, em razão da versatilidade e da facilidade das TICs, que transformaram as relações sociais entre capital e trabalho, sendo possível substituí-las a qualquer momento e, com isso, contribuir para aumentar a pobreza, a desigualdade social e o racismo, e produzir um amplo mapa da exclusão” (Id, Ibid, p. 97). Por essa razão: “A informação formatada e produzida com ajuda dos computadores em rede precisa ser trabalhada, pois o conhecimento brota da interação que o indivíduo mantém com a informação, articulando-as às suas histórias, emoções e experiências acumuladas. É necessário, ainda, que desconstruamos a visão que reduz a informação a um dado inerte, e a sua comunicação a um processo unidimensional de transporte e decodificação, sem atentar para o fato de que a informação e seus significados se alteram ao se deslocar de um indivíduo ao outro e de uma rede a outra, de um tempo e espaço a outro. Essa diferenciação, que recai sobre os termos “informação” e “conhecimento”, ajuda-nos a ter uma atitude crítica sobre a informação” (Id, Ibid, p. 98).

⁷⁶ Na terminologia em inglês, “conhecimento” e “saber” são ambas traduzidas como “*knowledge*”, sem grandes distinções entre os sentidos de cada uma, o que não acontece no caso dos idiomas latinos, onde se verifica uma importante distinção entre os termos. “Saber ou saberes” tem uma conotação de certezas mais precisas ou práticas, enquanto que “conhecimento” refere-se a uma compreensão mais global ou analítica.

Além disso, esta nova terminologia procura ainda se afastar do caráter determinista (explícito ou implícito) das inovações tecnológicas para com as sociedades, presentes nas concepções da “sociedade da informação”. Ao empenhar maior foco às transformações sociais, culturais, econômicas, políticas e institucionais, a nomenclatura “sociedades do conhecimento/saber” revela de maneira mais complexa a dinâmica em que se encontram as sociedades atualmente, sobretudo do ponto de vista de destacar a necessidade do estudo e do conhecimento/saber ao longo de toda a vida dos indivíduos⁷⁷.

Mas, certamente, umas das analistas mais proeminentes dos últimos tempos sobre a “sociedade da informação” é a professora de novas mídias e da *Internet*, do Departamento de Mídia e Comunicações da LSE (*London School of Economics*), Robin Mansell⁷⁸, com várias dezenas de artigos sobre o assunto e grande influência junto às políticas patrocinadas pelas agências internacionais. Em 2009, a pesquisadora se empenhou em um trabalho de síntese sobre “sociedade da informação”, composto por quatro volumes, intitulado “*The information society: Critical concepts in sociology*”, onde o primeiro volume versa sobre a história e perspectivas, o segundo sobre conhecimento, economia e organização, o terceiro enfoca democracia, governança e regulação e o quarto destaca a vida cotidiana⁷⁹.

Logo de início pontua que a utilização do rótulo “sociedade da informação” está ligado aos desenvolvimentos decorrentes do uso crescente de tecnologias de informação e comunicação tendo em vista a aquisição, armazenamento e processamento de informações. Destaca que sua origem remonta ao período pós-Segunda Guerra Mundial e atendia a uma série de objetivos: desde a necessidade dos cientistas, engenheiros e matemáticos criarem sistemas de controle de informações e comunicações com foco ao complexo industrial-militar norte-americano, passando pela expectativa dos economistas em relação ao alcance de maior produtividade e crescimento econômico com o advento das novas tecnologias, a criação de ferramentas para permitir melhor e maior acesso à informação e ao conhecimento, até

⁷⁷ Sobre essa temática, de maneira geral, ver: BURCH, S. Sociedade da informação /sociedade do conhecimento. In: AMBROSI, A.; PEUGEOT, V.; PIMIENTA, D. (Coord). *Desafios de Palavras: Enfoques Multiculturais sobre as Sociedades da Informação*. São Paulo: C&F editions, 2005. Sobre essa temática no Brasil, ver: TAKAHASHI, T. A sociedade da informação. In: TAKAHASHI, T. (Org.). *Sociedade da informação no Brasil*: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

⁷⁸ Sua pesquisa e ensino enfocam a regulamentação e política de mídia e comunicações, governança da *Internet*, privacidade e vigilância, plataformas digitais, os recursos sócio-técnicos de dados e sistemas de informação e os impactos sociais, políticos e econômicos da inovação em redes e aplicações digitais. Sua pesquisa atual concentra-se na economia política da “*platformisation*” e “*datafication*” e suas consequências sociais para a sociedade e sobre os desafios de projetar e implementar normas reguladoras, regras e processos através de instituições em diversos contextos e em todo o mundo.

⁷⁹ Nesta obra, a autora contou com uma pesquisa sistematizada, baseada em mais de 800 artigos disponíveis sobre o assunto, em sua maioria nos Estados Unidos e Europa, dos quais receberam referências diretas apenas 86 deles, considerados por ela como sendo os mais fundamentais e diversificados em termos das abordagens teóricas e, principalmente, das avaliações empíricas.

ganharem a atenção dos cientistas sociais que procuraram entender como estas mudanças estavam transformando as sociedades. Aponta que muitos autores procuram se referir a “sociedades da informação”, no plural, com o intuito de sinalizarem as diferenças e distinções dentro e entre as sociedades.

De acordo com a pesquisadora, o debate se encontra dividido entre os entusiastas das “sociedades da informação”, baseados na esperança de um mundo melhor sustentado pelo progresso tecnológico e os mais críticos que acreditam na insuficiência e precipitação dos caminhos tomados por esta sociedade. Embora estes últimos tendam a reconhecer a maior oportunidade dada as pessoas em termos de comunicação e acesso a informação, há a ressalva da limitada fonte de pesquisas empíricas sobre os efeitos destas novas tecnologias frente à redução das desigualdades e exclusão, como também, à proteção das maneiras locais de se gerar conhecimentos, respeitando-se as diversidades culturais.

Sobre conhecimento, economia e organização, sustenta que muitas pesquisas tratam a temática do desenvolvimento do conhecimento em termos econômicos, da qual a informação é admitida como um bem intangível, não-rival e não-excludente, dificultando a análise sobre o seu papel na dinâmica do mercado. Ademais, estas implicações carecem de muitas pesquisas empíricas, como, por exemplo, a relação direta entre níveis de investimento em novas tecnologias digitais e aumento da produtividade e do crescimento econômico, e a relação direta entre a incorporação das novas tecnologias e a disrupção, obsolescência de habilidades e qualificações, deslocamentos de pessoas e criação de riqueza. *Há na literatura econômica também um debate sobre a possibilidade de se codificar o conhecimento usando tecnologias digitais avançadas e de como seriam seus efeitos para o processo de aprendizagem, dado que a informação não pode ser transformada em conhecimento sem passar por um processo de aprendizado.*

Nesse sentido, a discussão sobre o potencial da economia do conhecimento a partir das redes abertas e do compartilhamento de informações para facilitar novas oportunidades de aprendizado e acumulação de conhecimentos encontram grande ressalva juntos aos analistas, sobretudo pelo fato de propiciarem novas formas de desigualdade e divisão digital. Fica claro nestes estudos que não existem consequências inevitáveis associadas com a evolução das “sociedades da informação”, mas sim modelos dominantes e visões que exigem avaliação empírica. Por sua vez, as dinâmicas estruturais e as relações de poder nas sociedades variam de acordo com a capacidade e a forma das pessoas participarem em suas decisões. Esse é foco da autora quando analisa democracia, governança e regulação nas “sociedades da informação”.

Segundo Mansell (2009), existe certo consenso sobre a disseminação de redes digitais propiciarem espaços de comunicação mais amplos, especialmente para os setores até então mais alijados da sociedade. Entretanto, muitas das evidências empíricas apresentam-se ambíguas: ainda que haja o reconhecimento da capacidade da *Internet* abrir novas oportunidades para o debate público mais plural, a exemplo do crescimento de comunidades *online* como o *Facebook*, *MySpace* e muitos outros, ela não se mostrou capaz de demonstrar uma desestabilização em múltiplos aspectos da prática democrática, distanciando-se assim das buscas idealistas pela democracia participativa e deliberativa. Isto sugere na maioria dos estudos a recorrência da compreensão das novas formas de culturas cívicas *online*, sendo as “sociedades da informação” muito maleáveis à medida que suas características baseiam-se em escolhas humanas e, como resultado, a governança de suas redes (técnica e social) torna-se crucial para a sua forma futura. É o que acontece com a governança e os desafios regulatórios da *Internet*.

Há uma preocupação enfocada em políticas promovidas pelos organismos internacionais a respeito da promoção da sustentabilidade da *Internet*, à sua segurança, ao seu desenvolvimento futuro e às propriedades e direitos associados à informação digital, sendo que todas estas questões afetam tanto os custos de acesso e o controle sobre a *Internet* em diferentes regiões, como ainda, a forma de legislação consagrada em leis e convenções internacionais. Para alguns analistas, a informação é vista como uma mercadoria em que, para garantir incentivos à expressão criativa, dever estar alinhada aos mecanismos de mercado. Para outros, tal expressão criativa só poderia realmente aflorar caso a informação pudesse ser compartilhada em ambientes abertos. O fato é que os desafios regulatórios estão enredando muitos países atualmente e o caminho mais comum está se dando no sentido da adoção de mecanismos de regulação estatais, especialmente pelo poder de monopólio das grandes corporações do setor de tecnologias de informação. Muitos destes mecanismos estão voltados para a proteção dos direitos humanos, a preservação ambiental e as questões éticas suscitadas pelo papel das novas tecnologias nas vidas das pessoas.

Sobre essa influência das “sociedades da informação” nas vidas cotidianas, a autora proclama a evidência do surgimento de novas formas de experiência mediada com a interação através da mídia tradicional ou com novas mídias, incluindo a *Internet*, telefones celulares e aplicações de redes sociais *online*. Destaca que os trabalhos selecionados têm como foco a vida cotidiana influenciada pelas percepções de pertencimento, etnia, identidade e gênero, e por capacidades para obter alfabetização, manter a privacidade e gerenciar a vigilância em “sociedades da informação”. As principais temáticas indicadas na literatura ressaltam a

construção de novas identidades, a ligação entre uso da *Internet* e taxas de suicídio e depressão, a compulsividade sexual *online*, as mudanças nas formas de intimidade, as novas subjetividades, os trabalhos colaborativos *online*, a alfabetização e a exposição das crianças à publicidade, associados a confiança no uso de plataformas digitais, a perda de referência entre o espaço público “legítimo” e “ilegítimo”, a predominância no ciberespaço de acadêmicos e agentes corporativos majoritariamente masculinos e anglo-americanos, a perda da privacidade em termos das informações e dados pessoais, dos comportamentos de compra dos consumidores com *marketing* direcionado, a vigilância e controle globais, dentre outros.

Em suma, para Mansell torna-se evidente que a vida cotidiana está cada vez mais intensamente mediada nas “sociedades da informação” por diversas formas de manifestações complexas, envolvendo relações de poder que, pelo menos potencialmente, permitem novas oportunidades de aprendizagem e diversidade. No entanto, acredita que todas essas transformações passam ainda pelo crivo da avaliação da comunidade acadêmica, a partir de novas pesquisas empíricas.

No período mais recente, outros temas ganharam notoriedade no debate público e acadêmico a respeito da potencialidade das novas tecnologias de maneira geral, não apenas as da tecnologia da informação e comunicação. Não se trata aqui de analisá-los com a devida profundidade – por razões de limitação do escopo de nossos propósitos -, mas caberia ao menos mencioná-los. O primeiro deles diz respeito à manutenção das fontes de recursos naturais para o fornecimento da energia. Embora não haja nenhuma evidência mais robusta acerca do fim ou restrição do uso do petróleo e seus derivados, muito se tem falado sobre a capacidade de energia limpa remodelar o mundo, principalmente a partir da energia solar, eólica, biocombustíveis, bioenergia e captura de carbono e energia proveniente da fusão e armazenamento de baterias, de plutônio e de estrôncio.

Outro campo aberto está no avanço da nanotecnologia. Envolvendo um vasto campo interdisciplinar, a nanotecnologia abre espaço para o surgimento de novas formas de construção dos nanosistemas, seja em termos de *top-down* (de cima para baixo) – métodos de fabricação de ataques químicos, deposição, usinagem e etc. -, seja também em termos de *bottom-up* (de cima para baixo) – métodos de construção átomo por átomo ou molécula por molécula. Além disso, a biologia sintética desponta com a possibilidade de criação de dispositivos e sistemas biológicos inexistentes no mundo natural e de redesenho e reprodução de sistemas biológicos existentes e, ainda, da capacidade de criar e recriar sequências de DNA e genes. Poderá influenciar na forma de criação de energia, produção de alimentos, otimização de processos industriais e até mesmo na prevenção e cura de doenças.

Mas, certamente, o mais destacado de todos refere-se à robótica e seus sistemas autônomos baseados em algoritmos e Inteligência Artificial (IA). A produção e o uso multidiverso dos robôs vêm ganhando cada vez mais notoriedade, apostando-se na realização dos mesmos de tarefas mais rapidamente e precisamente executadas em grande parte dos setores da economia e da sociedade, como também nas novas formas de relação entre os seres humanos e as máquinas inteligentes. Já é comum encontramos a substituição relativa das decisões humanas em detrimento das máquinas em alguns setores ocupacionais, em muitos dispositivos e demais mecanismos industriais, nas diversas especialidades profissionais e na mediação com as relações sociais pessoais.

Dado a inteligência artificial estar enredada na construção de máquinas que respondem a estímulos consistentes com as respostas tradicionais dos seres humanos, segundo critérios de contemplação, julgamento e intenção, ela está sendo muito utilizada na exploração espacial, na fabricação avançada, nos meios de transporte, no desenvolvimento de energia e de cuidados de saúde. Este “*brave new world*” não estaria, por sua vez, isento de potenciais riscos globais - sem precedentes na história da humanidade -, através da possibilidade de criação de novas armas de destruição massiva incorporadas pelo automatismo das máquinas inteligentes, dispondo de muito mais dificuldades de controle por parte da sociedade⁸⁰.

Não obstante, a potencialidade das novas tecnologias a um futuro promissor para a humanidade, a despeito das extraordinárias transformações e riscos promovidos por e a partir delas, é a pedra angular do livro *The Fourth Industrial Revolution*, do engenheiro e economista alemão Klaus Schwab, publicado em 2016. Partindo do pressuposto de que a quarta revolução industrial⁸¹ se trata de uma transição rumo a novos sistemas que foram construídos sobre a infraestrutura da revolução digital, mas que se diferenciam do paradigma anterior em termos da velocidade, do alcance e dos impactos nos sistemas vindouros - e estão circunscritos pela fusão de tecnologias e suas interações entre os domínios físicos, digitais e

⁸⁰ Essa discussão tem atraído a atenção daqueles que acreditam atualmente numa espécie de “catastrofismo”, ou ainda, no surgimento potencial de uma nova “sociedade pós-humana”, composta por andróginos, *ciborgues* e demais tipos de simbiose (integral ou relativa) entre os seres humanos e as máquinas inteligentes. Faremos alguns comentários a esse respeito, no capítulo 11 da presente tese.

⁸¹ Para Schwab, a primeira revolução industrial marcou o ritmo da produção manual à mecanizada, entre 1760 e 1830. A segunda, em torno de 1850, apoiou-se na eletricidade e permitiu a produção em massa da manufatura. E a terceira surgiu em meados do século 20, a partir da eletrônica, da tecnologia da informação e das telecomunicações. A quarta, porém, baseia-se na tendência à automatização total das fábricas, propiciada por sistemas ciberfísicos, possíveis graças à internet das coisas e à computação na nuvem. Estes sistemas ciberfísicos combinam máquinas com processos digitais e são capazes de tomar decisões descentralizadas e de cooperação - entre eles e os humanos - mediante a internet das coisas. O autor se reporta a ideia de uma “fábrica inteligente”, cujo princípio básico reside na capacidade das empresas criarem redes inteligentes que poderão controlar a si mesmas. Além disso, prevê ainda extraordinários desdobramentos das novas tecnologias em todos os setores da sociedade e da vida dos seres humanos.

biológicos -, esta nova revolução envolve as nanotecnologias, as neurotecnologias, os robôs, a inteligência artificial, a biotecnologia, os sistemas de armazenamento de energia, a computação quântica, os *drones*, a internet das coisas, os veículos autônomos e as impressoras 3D.

Entretanto, apesar de crer na nova “era tecnológica”, como representante de um “novo renascimento cultural” para a construção de uma “verdadeira civilização global” que, seguramente, implicará em transformações na forma como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos, esta “nova era” poderá contar com elevados riscos e consequências, a exemplo da perda/substituição de inúmeros postos de trabalho nos países mais industrializados e periféricos do mundo; da possibilidade de aumento da desigualdade e exclusão sociais e, ainda, das novas formas de guerra e armamentos militares.

Sobre a temática do desenvolvimento tecnológico no âmbito de sua relação com as formas das guerras, o livro *The Scientific Way of Warfare: Order and Chaos on the Battlefields of Modernity*, publicado em 2009, pelo professor de Relações Internacionais da *University of London*, Antoine Bousquet, merece destaque. Nesta interessante obra, o autor procura compreender a modernidade como um período caracterizado pela penetração da racionalidade tecnocientífica à organização da sociedade ocidental. Para tanto, sugere uma periodização da história do ocidente baseada fundamentalmente nas evoluções da teoria e prática científicas e seus desenvolvimentos de tecnologias.

Seu argumento repousa na ideia de que a ascendência da cosmovisão científica ocorrida nos séculos XVII e XVIII tendeu a se perpetuar até os dias de hoje através da simbiose entre a ciência e a guerra, por meio da crescente dependência do desenvolvimento e integração de ambos perante as inovações tecnológicas, especialmente no campo militar. Por essa razão, é possível qualificar a constituição e perpetuação de uma forma científica de guerra, com variados significados nas teorias e práticas de guerra, de acordo com a prevalência do ideário científico e aparatos tecnológicos vigentes em cada momento específico da era moderna e com isso analisar as inovações tecnológicas específicas no processo de mudança militar em cada um destes momentos⁸².

⁸² Em sua tese, o autor pretende “seeking to chart the multiple connections between the social and technological dimensions of war and science without establishing a primary ontological stratum of reality. [...] Technology affects every aspect of the social activity of war because technology is innately social and cannot be truly grasped outside of the social and cultural context in which it is produced and inserted. Technology is therefore not merely a set of tools deployed in the social realm but is itself a certain way of thinking and being in the world, [...] the proximity of scientific conceptualisations with the dominant technologies of an era is instructive as to their combined development and constitutes one of the vital relations I will seek to map out in the following chapters. [...] the military history that is charted in the rest of this thesis is one of the organisation of armed forces, understood as “an aspect of, and intersection and interaction with, wider social patterns and practices,

Cada modo de guerra expressa um “conjunto de racionalidades, técnicas, estruturas de interpretação e disposições intelectuais” consoantes à abordagem quanto ao uso e a aplicação da “violência socialmente organizada”. Em resumo,

the thesis of a “scientific way of warfare” as presented here rests on a broad social and cultural understanding of the role of science and technology in distributing and organising bodies, both human and artificial, on the battlefield as well as orienting thought on the practice of warfare. It is thus necessary to study in conjunction the constitution and dissemination of scientific ‘truth’ with the forms of social life which accompany it. Conversely, it is also vital to uncover the manner in which social and cultural context, and particularly but not exclusively the militarization of society, conditions scientific and technological development⁸³.

O advento da modernidade, portanto, estabeleceu e consolidou um modo científico de guerra e desde então, pontua o autor, se verificou quatro regimes de guerra definidos pelas ideias e práticas desenvolvidas pela ciência e pela guerra historicamente constituídas: (i) guerra mecânica; (ii) guerra termodinâmica; (iii) guerra cibernética e (iv) guerra “caopléxica”, onde cada uma delas está referendada por uma forma de abordagem específica em relação à questão central da ordem e do caos na guerra, como também por aspectos relacionados à centralização e descentralização, previsibilidade e controle.

Além disso, cada regime guarda uma metáfora, uma espécie de simbologia figurada na tecnologia central e sua respectiva ciência ao qual se apoia. No caso da guerra mecânica, o relógio se torna o elemento principal e a mecânica sua forma científica de análise⁸⁴; no caso

leading to the social systematisation of organised violence”, and which is to be at least in part accounted for by “the systematisation of knowledge, such that it is possible better to understand, and thus seek to control, the military, its activities and its interaction with the wider world.” [...] speaking of a specifically scientific *way of warfare* suggests that it is possible to abstract a certain coherence or continuity in the theories and practice of warfare during the studied period, that, in other words, we can find general trends in the conduct of, and dominant modes of thinking about, war” (BOUSQUET, 2009, pps. 16-17).

⁸³ Cf. Id, Ibid, p. 18.

⁸⁴ “Mechanism constituted the first major scientific discourse and in many ways set the template for the future development of science. Under mechanism, the universe became understood as an entirely mechanical system composed wholly of matter in motion under a complete and regular set of laws of nature. The core ideas behind mechanism were the laws of motion as formulated by Newton, the concomitant notions of gravity and mass, the reversibility of time, and the belief that any whole could be understood through the analysis of its individual parts. The metaphor of the world as a machine also begins here, to be carried on through different iterations under successive technoscientific discourses. However, the machine metaphor around which mechanism revolved was that of the clock, or more specifically the clockwork mechanism. As the philosophy and science dominating European thought throughout the seventeenth and eighteenth centuries, mechanism used the clockwork metaphor as a symbol of the order, regularity and predictability of the universe and natural bodies, with the clockwork mechanism itself serving scientific enquiry as both a tool and an object of study. By embodying a general concept of operation or model of organisation enmeshed in ascending cultural discourses, clockwork represented both the unveiled order of the physical world and a prescribed ideal in human affairs. Chaos was exorcised by the invocation of divine clockwork behind all phenomena and the promise of complete predictability and control. A clockwork universe also implied a divine watchmaker who had constructed its mechanisms and set it into motion. This vision resonated with the enlightened absolutism of the day, its faith in the rational and orderly organisation of government, and the position of the monarch as uncontested divine representative and sole seat of power. Mechanistic warfare was characterised by the same features with its armies emphasising rehearsed synchronous movements, the lack of autonomy of their parts and their unflinching obedience to the pre-determined sequence of battle decided upon by their commanders. Thus this conception of

da guerra termodinâmica, figura o motor à combustão e a ciência da energia⁸⁵; no caso da guerra cibernética, o computador é o elemento chave e a cibernética sua força científica primordial e, finalmente, na guerra “caopléxica”, a rede ganha destaque apoiada no desenvolvimento científico das teorias do caos e da complexidade. Vejamos melhor então as duas últimas formas de guerra segundo a concepção do autor.

warfare attempted to maintain order and ward off chaos through a pre-programmed and centralised routine exerted against unresponsive matter. In this embodiment of the clockwork metaphor, the organisation and doctrine of Frederick the Great's Prussian army remain paradigmatic” (Id, Ibid, p. 45). Em síntese: “organised around the figure of clockwork, mechanism constituted the first cohesive body of scientific ideas and practices in the modern world. Its cultural resonance was far-reaching, impacting multiple areas of knowledge and social activity and offering the promise of an enlightened and permanently ordered world. Mechanistic warfare briefly appeared to provide a superior answer to the perennial uncertainties of battle and limitations to the exertion of the commander's will. However, the carefully cultivated order of the *ancien regime* was about to be swept away in the birth pangs of a new world marked by industrial and political upheaval. Along with it came new technologies and sciences, chief among which were the engine and thermodynamics, the science of energy” (Id, Ibid, pps. 70-71).

⁸⁵ “With thermodynamics and the engine, science gained an understanding of the energy which drove the previously studied mechanisms of motion. From the study of heat derived from the engineering prowess behind the steam engine, nineteenth century thermodynamics proceeded to discover both the convertibility of all forms of energy and its inevitable dissipation into randomness through entropy. Time no longer appeared reversible but acquired direction, finding its arrow and leading to the inevitable heat death of the universe — from order to chaos. The thermodynamic world was one of instability and change in which the cultivated stability of the *ancien regime* was rapidly swept away by revolutionary and nationalistic fervour. But if time found its arrow, it was not always from order to chaos. Indeed, ideologies of progress also proclaimed a direction to history at the end of which lay a liberal, socialist, or national paradise - from the chaos of the age, a final and immutable order would emerge, even if more disorder would first be required in the form of war or revolution. Narratives of optimistic progress and fearful decline alternated in the cultural imagination of the nineteenth and early twentieth century European. But if there were conflicting accounts of the direction time was taking, what remained undisputed was the new impermanence of the world and the uncertainty it brought with it. As the founder of scientific socialism Karl Marx famously put it, “all that is solid melts into the air” in the foundry of the new industrial world. The engine, the device that put to work the sources of motive power and was central to industrialisation, replaced clockwork as the dominant machine metaphor and the theoretical and practical nexus for the new scientific worldview. Thermodynamic warfare saw increasing energy channelled into war, whether propelling motorised vehicles on land, sea and in the air, feeding the industrial economies mobilised for total war, both delivering and delivered by ballistic weapons, or drawing on the nationalistic ardour of conscripts and the home front. If the logistical requirements of industrial warfare brought entire economies under unprecedented centralised control, the chaos of the battlefield imposed some tactical decentralisation, notably through the German army's *Auftragstaktik*. Thermodynamic thought also expressed itself in the writings of the great strategist Carl von Clausewitz who recognised the essentially dynamic and irreducibly unpredictable nature of war - chaos was here understood as inherent to warfare, a constant threat to the best laid plans and which military commanders should recognise and adapt to rather than engage in futile attempts to banish it” (Id, Ibid, pps. 45-46). Em síntese: “If the harnessing of intimate sources of energy powered the rapid industrial development of Western societies and dreams of unlimited progress, it also brought with it instability and the recurring fear of their exhaustion. The linear certainties of mechanism appeared undermined by the discovery of an ineluctable and irreversible drive towards physical disorder. Thermodynamic warfare was marked by an increasing intensity and breadth of conflicts with the liberated energies and passions consuming continents until their eventual dissipation through the complete material and moral enervation of the societies engaged in them. An awareness of the irreducible uncertainty of warfare and of the consequent futility of mechanistic warfare's previous attempts to impose order through a static predetermined battle plan permeated the thought of the more astute of military observers. Notwithstanding, the quest for order was to continue. Indeed, the next milestone in technoscientific development would revolve around the concept of information and its potential for managing thermodynamic uncertainty. Communication and control now took centre stage through electromagnetic technologies and particularly the computer” (Id, Ibid, pps. 94-95).

Bousquet (2009) localiza a cibernética, em seu plano inicial bastante atrativo do ponto de vista do financiamento de pesquisas, como sendo um novo marco no desenvolvimento tecnocientífico a partir do conceito da informação. Dado o seu potencial para gerenciar a incerteza - característica da era anterior termodinâmica – a cibernética contou com o apoio das tecnologias eletromagnéticas e do computador aliados à busca por maior comunicação e controle das informações. *Sua ambição residia, ademais, numa tentativa de estabelecer uma nova linguagem comum a todas as áreas das ciências, inclusive das ciências sociais, através da construção de um sistema de codificação, controle e comunicação ou, em seu próprio termo, uma ciência de sistemas que, apesar de franca notoriedade, acabou se dispersando em todos os campos e em muitos conceitos – sendo os centrais a informação, a circularidade e o feedback – não almejando assim a unidade de um novo sistema, mas, de qualquer forma, conseguindo gerar influências penetrantes em quase todas as áreas científicas, em função da tecnologia presente no servomecanismo e, principalmente, propiciar as condições para uma nova forma de guerra: guerra cibernética.*

Sobre essa relação entre os efeitos profundos da cibernética e do computador na nova forma de guerra, assim se pronuncia o autor:

As the intensity and breadth of the battlefield grew along with its logistical requirements, communication technologies became necessary to achieve the required coordination of increasingly large and intricate military systems. The harnessing of electromagnetic forces for telecommunication purposes proceeded with telegraphy and telephony and stimulated growing scientific interest in the concept of information. Cybernetics emerged from the Second World War, offering a new science of communications and control and promising to control chaos through self-regulating mechanisms of negative information feedback. Through being defined as negative entropy (negentropy), information became conceptualised as the source of all order. The computer, also a product of the war effort, became the new dominant machine metaphor through which the world could be understood in terms of information processing. The dream of complete predictability and centralised control of mechanistic warfare was reborn with cybernetic warfare through computing and servomechanistic technologies and the analytical tools of operations research and systems analysis. The Cold War and the permanent threat of nuclear annihilation required ever greater levels of automation and centralisation of the war machine and cybernetic technology's promise of stability in the face of perturbation appeared best suited to the containment and management of a conflict of potentially apocalyptic proportions. Cybernetic warfare thus viewed military organisation purely as a top-down process, a vast techno-social machine to be integrated and directed through a strict hierarchy on the basis of the calculations of operations researchers and system analysts⁸⁶.

Sem embargo, do ponto de vista da teoria militar estadunidense esta nova tecnologia esteve associada ao potencial de redução drástica da incerteza, inerente até então à guerra e, ao mesmo tempo, à capacidade de conduzir os conflitos gerando um número muito menor de baixas. A incerteza e a imprevisibilidade passaram a refletir a falta de informação, a qual

⁸⁶ Cf. Id, Ibid, pps. 46-47.

poderia muito bem ser superada pela implantação de tecnologias adequadas de informação e comunicação e pela elaboração de modelos apropriados de conflito. Os mecanismos do sistema central de comando se alicerçavam em torno da coleta, processamento e reorganização das informações surgidas nos campos de batalhas, em uma lógica pautada pelo esquema: informação-processamento-controle-comando. Mesmo que na prática militar - com a derrota no Vietnã por parte dos Estados Unidos - a guerra cibernética denunciase as suas limitações concretas presentes nesta nova forma de guerra, a premissa quanto ao total controle e previsibilidade na guerra não fora totalmente abandonada.

Na verdade, conforme pontua o autor, durante toda a Guerra Fria a tecnologia da informação continuou a se pautar como elemento chave diante do caos e da indeterminação, como demonstra, por exemplo, o desenvolvimento militar norte-americano, neste período, em termos da combinação de computadores e armas espaciais. Entretanto, no plano teórico, a miniaturização e difusão de computadores e dispositivos de telecomunicações, levadas a cabo pelas novas teorias científicas do caos e da complexidade, implicaram em um processo ainda em constituição rumo a uma nova concepção de guerra - “caopléxica” - que passa a ser pensada em função da noção de rede e poderá romper decisivamente com o regime anterior sustentado pela guerra cibernética. Sobre essa mudança, Bousquet (2009) diz:

From the late 1960s and early 1970s onwards, this cybernetic discourse became increasingly challenged through scientific developments which grew out of the original corpus of cybernetics, military reversal in Vietnam, and geopolitical transformation. The increasing application of computers to the study of scientific problems, the rediscovery of non-linear mathematics, and an extension of the cybernetic analysis of systems to questions of self-production and self-organisation constituted novel scientific approaches which crystallised in the theories of chaos and complexity (referred to together as chaoplexity) in the 1980s. Information remains the central concept, and in this sense chaoplexity is an outgrowth of cybernetics and information theory, but the focus on change, evolution, and positive feedback breaks with the concern for stability of the cybernetic pioneers. While some of the certainties and predictability of the existing scientific theories and methodology are terminally undermined, a hidden order is discovered behind chaos which itself becomes no longer an evil to avert but the very condition of possibility of order. The key notions here are those of non-linearity, self- organisation, and emergence, and the central metaphor is that of the network, the distributed model of information exchange perhaps best embodied by the Internet. As the Cold War has receded, a monolithic threat viewed through the lens of bipolarity has given way to a globalised world in which risks are diffuse and amorphous, requiring new approaches to security. Cybernetic warfare had failed spectacularly in Vietnam when faced with a diffuse and decentralised enemy, triggering a long debate on the need for reconceptualisation of military organisation. If the first incarnations of the RMA only seemed to offer further extensions of the original cybernetic paradigm, a growing influence of the ideas of chaos, complexity, and the role of networks can also be observed, leading to the adoption of the doctrine of network-centric warfare by the Pentagon in the late 1990s. Much of this doctrine draws explicitly or implicitly from the discourse and theories of complexity and self-organisation with its use of the notions of self-synchronicity and swarming⁸⁷.

⁸⁷ Cf. Id, Ibid, pps. 47-48.

Percebe-se que a cibernética até então estava concentrada na construção de sistemas estáveis, manifestados e convergidos para um objetivo determinado (homeostase), cujos princípios básicos se pautavam na capacidade de autorregulação e estabilização. Com o desenvolvimento da teoria do caos e da complexidade, essa forma concebida pela cibernética – a ideia da auto-organização – passa a ser vista apenas como casos especiais dentro de um estudo mais amplo dos sistemas. As ciências da complexidade e do caos estudaram sistemas de auto-organização constituídos por mecanismos de *feedback* positivo, que se apresentam de formas descentralizadas em sistemas complexos adaptativos com capacidade para desenvolver propriedades emergentes, se modificar e se reproduzir (autopoiese).

Há, portanto, uma continuidade do ponto de vista de se manter a informação como elemento central, a diferença, porém, repousa em relação à circularidade: enquanto na cibernética o *feedback* positivo aparecia como algo indesejável, tirando o sistema do equilíbrio e ameaçando sua dissolução, os teóricos da complexidade e do caos concebem o *feedback* positivo como fator explicativo para a mudança sistêmica e formas aparentemente imprevisíveis, porém deterministas de comportamento. Em outras palavras, no primeiro caso a ordem cede lugar à desordem (entropia), no segundo caso, a desordem aparente encontra sua própria ordem⁸⁸.

Nesse sentido, a emergência da “*network-centric warfare*” (NCW) projeta uma força militar baseada em volumes e fusões de informação ainda centralizadas e em busca por superar a incerteza e colocar ordem ao caos, adotando ao mesmo tempo a concepção da descentralização⁸⁹ e da distribuição da incerteza como parte constitutiva presente em todo o sistema, isto é, o sistema passa a estar mais sensível às condições iniciais em seu funcionamento e, assim, opera com a disponibilidade de lidar com informações limitadas e

⁸⁸ “[...] non-linearity and sensitivity to initial conditions as observed in chaotic systems impose severe limits on attempts to predict the behaviour of such systems. Precise quantitative analysis must yield to a more qualitative understanding via the identification of system attractors; decentralised and distributed network relations and positive feedback allow for the bottom up emergence and evolution of complex systems; complexity and adaptability are greatest at the ‘edge-of-chaos’ where systemic structure can be retained but is also at its most flexible and creative. Such systems are best suited to responding to contingency and unpredictability” (Id, Ibid, pps. 177-178).

⁸⁹ “While broad historical trends can be observed, we should resist the temptation of following an evolutionist line of thinking according to which centralisation would be irrevocably giving way to decentralisation. Centralisation and decentralisation are not so much antithetical as distinct poles within which organisational reality fluctuates. A pure state of decentralisation is impossible since hierarchies are always being formed (a state’s armed forces are inconceivable without them) and likewise spheres of autonomy and self-organisation necessarily emerge within a hierarchical structure, particularly in the context of the chaos of the battlefield. Furthermore, even if network forms of organisation are being increasingly promoted, they are still institutionally contested and hierarchical command-and-control remains the dominant mindset in many branches of the military (and is likely to remain so for the foreseeable future)” (Id, Ibid, p. 234).

incertas, o que não impossibilita teoricamente a capacidade de se prever seu comportamento, implicando, ademais, apenas na imposição de maiores limites em suas tentativas de previsão. *Em suma, a teoria do caos e da complexidade não rompe definitivamente com a cibernética, simplesmente altera a forma de se analisar a incerteza, de se formular as previsões e a forma de procedência do controle sobre os sistemas.* Esta tem sido, preliminarmente, a nova forma de guerra elucidada pelo autor, a exemplo da atuação militar norte-americana, nos últimos vinte anos, em suas batalhas por “mudanças de regimes” e combate ao terrorismo.

Em 2018, Bousquet publica *The Eye of War: Military Perception from the Telescope to the Drone*, obra em que procura desvendar os mecanismos e racionalidades que, ao longo da era moderna, transformaram a perceptibilidade em sinônimo de uma vulnerabilidade fatal. A construção deste “olhar marcial”, inscrito nas montagens militares da percepção, deriva de três funções constitutivas historicamente, a saber: o sensoriamento, a geração de imagens e o mapeamento. No sensoriamento é examinada a extensão da percepção humana percebida desde a invenção do telescópio até o advento do armamento a laser e dos *drones*, portanto, um processo em que as capacidades perceptivas e sensoriais do organismo humano são transformadas e mobilizadas para servir ao conjunto sociotécnicos de focalização mais sofisticados. *Na geração de imagens, os inventos da câmera fotográfica, dos satélites e da computação digital também se disseminam dentro da máquina de guerra, surgindo assim novas máquinas de visão cada vez mais capazes de identificar autonomamente o conteúdo das imagens e agir prontamente sobre essas discriminações.* Na atividade de mapeamento, as representações cartográficas e pesquisas geodésicas orquestradas em redes tornaram-se componentes essenciais das operações militares. Os sistemas de satélite-localização, formatados em representações digitais dinâmicas, permitem que qualquer posição do globo seja alocada/acionada em um único conjunto de coordenadas que são utilizadas para orientar as tropas no campo ou direcionar as munições guiadas para locais espaciais precisos.

No entanto, à medida que o “olhar marcial” avança e impõe uma nova vulnerabilidade, por outro lado, se verifica também uma série de contra-condutas sofisticadas, desenvolvidas a partir das técnicas e formas de camuflagem e ocultação, enquanto meios de exploração sistemático das lacunas e pontos cegos inerentes aos aparatos perceptivos técnicos. Esses expedientes resilientes e defensivos, por sua vez, geram um processo de retroalimentação no sentido de envolver a necessidade sempre premente de desenvolvimento de novos sensores militares em uma *corrida armamentista perceptual*. Desta forma, é possível identificar os princípios operativos específicos que interligam a sociedade e a técnica às engrenagens maquinicas.

O ponto de partida tem a ver com o desenvolvimento da perspectiva, localizado na Renascença Italiana. Esta propriedade foi capaz de articular os campos da ciência óptica, representação pictórica e agrimensura em um único método geométrico, possibilitando, na opinião do autor, o surgimento de racionalização correlacionada da visão e da matematização do espaço. Ao passo em que capacita o sujeito atribuindo-lhe sua subjetividade a uma realidade espacial objetiva – prometendo inclusive um novo domínio sobre o mundo – ao mesmo tempo ela opera no sentido de objetivar o próprio ato da percepção através de procedimentos racionais capazes de se automatizarem. A preocupação quanto ao papel da autonomia humana na guerra é reacendida, mas agora situada em um novo patamar, caracterizado pela maior instabilidade e indeterminação, a exemplo da linha cada vez mais tênue envolvendo a fronteira entre as esferas civis e militares, as erupções irregulares e inesperadas da violência em qualquer parte do mundo, especialmente dentro das próprias sociedades, e o “desaparecimento” do campo de batalha, aliado ao processo de securitização social (isto é, sociedades de risco permanente).

Em síntese, da cibernética à complexidade, a teoria da “sociedade da informação” veio evoluindo, assumindo certo protagonismo nas interpretações sobre as mudanças suscitadas a partir dos anos 1970. Para a maioria de seus autores, fica explicitamente sugerido a conformação de um processo de ruptura com a até então sociedade industrial. Entretanto, analisar o significado e o impacto destas formulações exige conhecer as demais correntes interpretativas, principalmente as teorias do pós-fordismo e da pós-modernidade, como veremos a seguir.

CAPÍTULO 2

DA SOCIEDADE PÓS-FORDISTA À SOCIEDADE DO CONTROLE

Em paralelo aos teóricos da “sociedade da informação”, outras correntes interpretativas ganharam uma projeção reconhecida na literatura e no debate público. Os autores ligados à tese da sociedade pós-fordista, em geral muitos deles situados à esquerda do espectro político, também atribuem papel fundamental às novas tecnologias (da informação, da microeletrônica etc.), no entanto, ao contrário da primeira corrente, a preocupação muda de caráter, passando a se dar maior enfoque às relações sociais de produção adjacentes à implantação deste novo paradigma. Por outro lado, assim como ocorre no escopo dos teóricos da “sociedade da informação”, dentre os principais autores da corrente pós-fordista é possível perceber as variações em termos da primazia das alterações ocorridas e ainda do otimismo e da apreensão quanto às futuras consequências surtidas pelas novas transformações.

Inicialmente, podemos asseverar que a *démarche* da “sociedade pós-fordista” remonta ao começo dos anos 1980, com a publicação do trabalho de Piore e Sabel (1984), *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*. Na visão do economista norte-americano, Michael Piore, e do cientista social norte-americano, Charles Sabel, a revolução tecnológica propiciada nos anos 1970 - automação, robótica, microeletrônica, tecnologias da informação, dentre outras - implicou em uma série de mudanças importantes no sistema produtivo e nas relações de produção, tendo como traço mais marcante a busca por maior flexibilidade⁹⁰ por parte dos agentes econômicos (empresas, famílias e governos).

A partir desta possibilidade, aberta pelas novas interações dos agentes em busca da flexibilidade, se verifica, segundo os autores, o surgimento de formas mais fluidas de organização da produção que poderão ultrapassar ou substituir o modelo taylorista-fordista – fortemente apoiado na produção em massa de produtos padronizados – em direção ao modelo da “especialização flexível” (EF) – em que o princípio inovativo permanente se sustenta enquanto estratégia competitiva baseada em máquinas-ferramentas, trabalhadores e produtos em condições mais adaptáveis (flexíveis) à dinâmica das incessantes mudanças suscitadas pela concorrência capitalista.

⁹⁰ Piore & Sabel apoiam-se no conceito de flexibilidade em um sentido mais amplo. Para eles, a flexibilidade envolve a tecnologia (máquinas de multiusos); o trabalho (amplo leque de habilidades); as firmas individuais (amplo leque de produtos e, no caso de sistemas integrados de firmas, especialização por empresas) e o grupo de firmas (amplo leque de produtos e volumes). É através da flexibilização que as empresas possuem as condições necessárias para se manterem capacitadas, com intuito de remodelarem permanentemente o processo produtivo.

O primeiro passo na argumentação de ambos é refutar as teses dualistas que explicam a permanência da produção não massificada no modelo taylorista-fordista como fruto da própria lógica deste modelo, incapaz de prescindir-la e, por isso mesmo, aparecendo reorientada e submetida aos próprios fins da produção em massa. Para os autores, esta visão dualista é insuficiente à medida que ignoram a existência bem-sucedida de “distritos industriais”⁹¹, desde o século XIX, associados às formas de organização de pequenas e médias empresas que apresentavam dinamismo tecnológico a despeito de se tornarem grandes, ao mesmo tempo em que as grandes empresas não se restringiam exclusivamente à produção de bens padronizados. Em outras palavras, havia a possibilidade de uma alternativa altamente viável - inclusive em termos da capacidade de promover desenvolvimento tecnológico e crescimento econômico – à produção em série mecanizada. Logo, o problema está nas opções sociais e vontades políticas que acabaram estabelecendo o domínio da produção em massa no século XX.

Entretanto, no contexto de profunda recessão econômica internacional, verificada nas décadas de 1970 e 1980, se recoloca a possibilidade de um cenário para as novas formas de produção flexíveis, uma espécie de “um segundo divisor de águas industrial”, caracterizado por um novo modelo de organização da produção e consumo: a “especialização flexível”⁹². Estas formas “modernas” de especialização flexível, a exemplo dos “distritos industriais” no século XIX, podem ser encontradas nas experiências bem-sucedidas de aparentes prosperidades locais presentes no centro e no nordeste da Itália (região de Toscana, Úmbria, Ancona, Bolonha, Florença e Veneza – denominada de “Terceira Itália”), no sul da Alemanha (região de Baden-Württemberg) e no Japão.

As experiências da Itália e do Japão servem de referência à proeminência da “especialização flexível”, revelando ainda o quadro multifacetado inscrito neste novo modelo, a partir de casos em que se verifica: (i) a forma dos novos distritos industriais (conglomerados locais/regionais compostos de pequenas empresas independentes); (ii) a forma de um sistema “solar” (através de uma “empresa-mãe” integrada às pequenas empresas terceirizadas); (iii) empresas descentralizadas internamente e (v) formas de organização dos grandes

⁹¹ Aqui há uma clara referência ao termo utilizado pelo economista Alfred Marshall (1982) em sua análise sobre os “distritos industriais” ingleses, tais como da indústria algodoeira (em Lancashire) e da indústria cuteleira (em Sheffield).

⁹² Em suas próprias palavras: “[...] a difusão da especialização flexível (EF) sugere que a superação da crise estaria associada a um novo paradigma tecnológico e a um novo sistema de regulação [...]; se a recuperação seguir por esse caminho, os anos 70 e 80 serão, em retrospecto, vistos como um ponto de inflexão na história da mecanização: um período no qual a sociedade industrial teria voltado a valorizar os métodos 'artesaniais' de produção, encarados a partir de fins do século XIX como marginais, e demonstrando serem eles essenciais à prosperidade” (PIORE & SABEL, 1984, p. 225).

conglomerados, especialmente no caso japonês, em que os empregados são conformados ao estabelecimento de relações com a organização como de caráter familiar.

As características basilares do modelo da especialização flexível envolvem, por sua vez, o tamanho da firma tanto representado por pequenas quanto por grandes empresas; o papel da tecnologia voltado à fabricação e uso de máquinas de multiusos; a exigência no trabalho de treinamento amplo, integração da concepção e execução, tarefas variadas, múltiplas habilidades e número maior de cargos; o gerenciamento dado horizontalmente e de modo informal; a produção de mercadorias realizada em lotes pequenos e grandes, em unidades avulsas, bastante variadas ou fabricadas sob encomenda; o comportamento competitivo alinhado à rápida adaptabilidade das mudanças e com foco na inovação permanente e, finalmente, a estrutura institucional fundamentalmente descentralizada, contando com o suporte de instituições locais.

As novas máquinas permitem superar a rigidez da produção massificada, além de reduzir o número de operações realizadas na fabricação de produtos. O aumento da produtividade vem como consequência das economias de escopo, ou ainda, da combinação entre estas e as economias de escala voltadas à produção de produtos altamente diversificados e em mercados (ou clientes) específicos (algumas até procurando demarcar certos “nichos” de mercado e/ou consumidores), e as pequenas empresas adquirem, em alguns casos, o papel central do dinamismo industrial/tecnológico de uma dada região/localidade ou de uma atividade econômica, a partir das vantagens obtidas em termos das economias ou das eficiências coletivas.

Para os autores, o modelo da “especialização flexível” atingirá também, mesmo que de maneira diferente, os países em desenvolvimento. A adaptação retardatária destes países em termos de desenvolvimento de aglomerações setoriais de pequenas e médias empresas, organizadas a partir da eficiência coletiva e da flexibilidade, poderá implicar em menor potencial de desenvolvimento de inovações e a ocorrência de crescimentos econômicos mais moderados ou baixos, com grande perda de competitividade. Trata-se, assim, de um novo modelo regido pela lógica simultânea da concorrência e da cooperação no processo produtivo e de trabalho⁹³; um modelo multifacetado em seus arranjos; porém, um novo padrão de acumulação de capital engendrado pelas novas tecnologias mais flexíveis (de produção e de relações de produção) que se contrapõe ao paradigma de produção em massa.

⁹³ De acordo com Kumar (2006, p. 87), é possível admitir a partir de Piore & Sabel (1984), a perspectiva de “restauração de uma “democracia de pequenos proprietários” no Ocidente, uma forma de “individualismo coletivo”, que consideram ser o “equivalente político” da “competição cooperativa” que caracterizou a produção artesanal no século XIX”.

Esta expressiva elaboração teórica sobre as mudanças suscitadas após a década de 1970 tornou-se referência na corrente do pós-fordismo, revelando toda uma sorte de otimismo e expectativa. Como bem sintetizou Kumar (2006):

Na opinião de todos os pensadores, a especialização flexível é o âmago da teoria do pós-fordismo. Ela combina a capacidade da nova tecnologia com a ideia de mudança fundamental na natureza do mercado na sociedade industrial deste fim de século. Para alguns, ela apontou o caminho para superar a crise econômica global das décadas de 1970 e 1980⁹⁴.

Por sua vez, demais autores da corrente pós-fordista são mais reservados em relação às transformações positivas promovidas pela “especialização flexível”. O professor britânico de sociologia e estudos culturais, Scott Lash, e o sociólogo britânico, John Richard Urry, escreveram conjuntamente obras importantes sobre esta temática, com destaque para *The End of Organized Capitalism*, publicada em 1987, e *Economies of Signs and Space*, publicada em 1994. Nesta primeira obra, Lash e Urry (1987) procuram analisar a “desorganização” do capital promovido pelos impactos da “especialização flexível”. Desde meados de 1870 até a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo, na maioria das sociedades industriais ocidentais, esteve organizado em função da produção em massa segundo os princípios tayloristas-fordistas, com concentração geográfica e espacial de produção (cidades industriais) e indivíduos nacionais, culturalmente marcados pelo modernismo.

Entretanto, a partir das mudanças ocorridas após a década de 1970, este modelo de produção e consumo de massas entra em crise, dando passagem para uma “desorganização” do capitalismo ainda em processo de andamento⁹⁵. Por um lado, se verifica um forte movimento de desconcentração da produção industrial com a crescente internacionalização do capital e maior predominância do capital bancário/financeiro sobre o próprio capital industrial. Este poderio alcançado pela mobilidade do capital implica em grandes monopólios que desafiam as regulamentações estatais, o poder e as burocracias estatais centralizadas. A

⁹⁴ Cf. Id, Ibid, p. 86.

⁹⁵ O sociólogo alemão Claus Offe já havia utilizado esta terminologia em sua obra *Capitalismo desorganizado*, publicada em 1985. Para Offe (1985), há uma verdadeira crise na relação entre o Estado de bem-estar e a sociedade e na relação entre a classe trabalhadora e o capital. A emergência da crise econômica e a reestruturação produtiva ocorrida na economia a partir dos anos 1970 “desorganizaram” as democracias capitalistas. Sua ênfase recai sobre os impactos, no âmbito do Estado de bem-estar, oriundos na separação e segmentação cada vez mais crescente nos mercados de trabalho, devido às altas taxas de desemprego, ampliação dos setores informais e de trabalhadores nos serviços. Neste novo estágio do capitalismo, muitos fatores passaram a afetar o processo produtivo e o sistema político das sociedades industriais: as alterações na estrutura ocupacional, o fim do pleno emprego, a divisão crescente entre empregados e desempregados, o avanço do setor de serviços e do setor informal, dentre outros. Todos eles têm surtido muitas dificuldades, tanto para os sindicatos, frente às crises econômicas e a desestruturação do mercado de trabalho, quanto também para as políticas estatais que se tornam insuficientes e mais voltadas ao favorecimento do mercado. A administração das demandas políticas e dos conflitos distributivos é alterada e isso passa a afetar o processo político das democracias liberais, favorecendo o surgimento de uma cultura pós-moderna e de interesses fragmentados.

dispersão de relações capitalistas em muitos setores e regiões acirra a diversificação da divisão territorial-espacial da produção e do trabalho. Ao mesmo tempo em que se abre perspectiva para as atividades industriais em países do Terceiro Mundo, nos países centrais a “desindustrialização” avança, juntamente com o declínio das indústrias extrativo-manufatureiras e a ascensão das indústrias de serviços e organizacionais. A dispersão geográfica da produção industrial, organizada globalmente, reforça o aumento da subcontratação/terceirização e promove o declínio das cidades industriais e a desconcentração dos centros urbanos para áreas periféricas ou semi-rurais.

Desta forma, por outro lado, vem ocorrendo um declínio relativo e absoluto da classe trabalhadora, marcado pela ineficácia cada vez maior da negociação coletiva nacional, realizada pelos sindicatos. O recrudescimento de políticas e instituições de base classista rebate na contínua expansão de estratos gerenciais que articulam suas próprias pautas políticas e individuais, bem distintas da política de classe. A fragmentação cultural e o pluralismo se aliam ao solapamento das identidades tradicionais nacionais ou de classe e o “pós-modernismo” aparece como traço fundamental das configurações cultural-ideológicas presentes na sociedade.

A desconcentração industrial é acompanhada da desconcentração espacial, na medida em que trabalhadores e trabalho deixam as cidades e regiões industriais mais antigas e que a produção é descentralizada e dispersa por todo o mundo (“desindustrialização”), grande parte dela tomando a direção do Terceiro Mundo. O pluralismo e a fragmentação aumentam em todas as esferas da sociedade. A cultura do pós-modernismo substitui a do modernismo⁹⁶.

Em síntese, o capitalismo “desorganizado” situa-se desde então manifestadamente caracterizado pela instabilidade, mas carrega consigo, ao mesmo tempo, a perspectiva de reconstrução dos modos de identidade individual e coletiva⁹⁷. Na segunda obra já mencionada, *Economies of Signs and Space* (1994), os autores procuram avançar na compreensão da “desorganização” do capitalismo. Para Lash e Urry (1994), o argumento repousa na ideia de que as mudanças socioculturais promovidas, ao longo das décadas de 1970 e 1980, estão implicando no “fim” – chegam a usar a terminologia do “fim”, embora também utilizem a de “declínio” – das instituições e organizações, uma vez que as referidas mudanças no campo social e da cultura se dão cada vez mais fora das próprias instituições e organizações. As “economias de signos e espaços” representam a forma atual em que o

⁹⁶ Cf. LASH e URRY, 1994 *apud* KUMAR, 2006, pps. 87-88.

⁹⁷ “O mundo de um “capitalismo desorganizado” é aquele em que as “relações fixas, rígidas” das relações capitalistas organizadas foram varridas para longe. As sociedades estão sendo transformadas a partir de cima, de baixo e de dentro. Tudo o que é sólido no capitalismo organizado - classe, indústria, cidades, coletividade, nação-estado e mesmo o mundo - se desmancha no ar”. (LASH e URRY, 1987: 312-313 *apud* KUMAR, 2006, p. 88-89).

paradigma da “informacionalização” imprime tanto no processo de trabalho como ainda no próprio processo produtivo. Referem-se a “estruturas de informação e comunicação”, enquanto estruturas não sociais, mas efetivamente culturais, capazes de promoverem uma produção altamente reflexiva no local de trabalho e para os modos de sensibilidade estética. Além disso, tais estruturas aparecem como sendo um fator cada vez mais fundamental na desigualdade de classe, raça e gênero no mundo atual, posto que o acesso a essas estruturas se encontre desigualmente distribuídos tanto espacial quanto socialmente.

Assim, a ideia das “estruturas de informação e comunicação” perpassa desde o nível da empresa até os sistemas de produção, destacando-se os fluxos de informação e comunicações que estão ocorrendo em um plano cada vez mais global. Daí a sugestão de se falar em “economias de espaço”, dado o caráter extensivamente globalizado e intensivamente localizado destas economias de signos e espaços. Pontuam também que, na esfera privada, as relações estão se dissociando das expectativas normativas da família e da comunidade ao passo da “desinstitucionalização” dos relacionamentos – desde os amorosos até aqueles ligados a grupos de afinidade de estilos de vida. Já no espaço público, o que ocorre é que as “trocas” se dão cada vez mais de maneira “extra-institucionais” em detrimento das efetivamente investidas.

Através das redes de comunicação, as “estruturas de informação e comunicação” passaram a não mais funcionar frequentemente dentro das organizações, mas principalmente entre indivíduos ou empresas diretamente, ainda que a duração dessas relações possa se dar de maneira breve. Ademais, asseveram que a própria concepção de mercado – especialmente aquela advinda dos economistas institucionais - como uma instituição carregada por relações morais, legais e de confiança precisa ser reformulada. Segundo Lash e Urry (1994), os mercados são tipos muito especiais de instituições, atravessados por poucas regulamentações, por limitadas expectativas normativas recíprocas entre os agentes e por relações com baixa duração. A tensão entre os mercados e a lógica funcional que passou a operar a economia – através de relações de subcontratados (empresas e trabalhadores) em redes – altera a noção de confiança e de contrato e reforça a noção de *status*, fazendo com que as relações sociais sejam cada vez mais, em suas próprias palavras, “extra-institucionais”.

Em suma, o capitalismo “desorganizado”, portanto, carregado pela forte instabilidade, passou a propiciar a emergência de reconstrução das formas de identidade individual e coletiva, apoiadas nas “estruturas de informação e comunicação” que, por sua vez, promovem mudanças socioculturais no sentido da suplantação ou declínio das próprias instituições e organizações.

Outra importante interpretação, dentro da variedade da teoria “pós-fordista”, pode ser observada junto à perspectiva estabelecida pelos marxistas britânicos do “*New Times*”. Este movimento intelectual entre os esquerdistas na Grã-Bretanha, em fins dos anos 1980, estava centrado na linha eurocomunista do Partido Comunista Britânico (PCB). Suas reflexões foram divulgadas preliminarmente na forma de artigos para a revista *Marxism Today* e depois organizadas em um documento, em 1989, pelo Partido Comunista Britânico, sob o título *The Manifesto for New Times*. A partir disso, tivemos a origem do livro *New Times: The Changing Face of Politics in the 1990*, publicado pelos autores Hall e Jacques, em 1989, contando com grande parte dos artigos originais, inclusive com extratos do *Manifesto*, acompanhado das reações críticas suscitadas nos debates.

Nesta última obra, o teórico cultural e sociólogo jamaicano, Stuart Hall, e o acadêmico britânico, Martin Jacques, editaram e organizaram o projeto do “*New Times*” - escrevendo, em conjunto, a introdução do livro - arquitetado em seis seções escritas por vários autores apoiadores deste empreendimento reflexivo. De acordo com a escola do “*New Times*”, a transição do fordismo ao pós-fordismo é analisada de forma mais ampla, levando-se em consideração aspectos da política e da cultura, além das mudanças no trabalho, na organização, na produção e no consumo, na educação e na socialização, no novo papel do Estado, nas novas formas dos meios de comunicação de massa apoiados nas tecnologias da informação e ainda nos novos padrões de consumo e comportamento do consumidor. Isto é, procuram abarcar as transformações tanto no modo de produção industrial como também na reprodução das relações sociais de produção.

O paradigma da “especialização flexível” é identificado como força-motriz destas alterações e as experiências italianas e japonesas são tomadas por sua importância especial enquanto emergência de novas configurações pós-fordistas. Os “novos tempos” são aqueles em que a diversidade, a diferenciação e a fragmentação suplantam a homogeneidade, a padronização e as economias e empresas de escala, com reflexos para além da própria esfera da economia. Assim sintetiza Kumar (2006):

Em termos simples, esses autores dizem que, em geral, as mudanças foram as seguintes: Na economia, o surgimento de um mercado global e de empresas globais e o declínio das empresas nacionais e das nações-estado como unidades eficientes de produção e controle; especialização flexível e dispersão e descentralização da produção, substituindo o marketing e a produção de massa; hierarquias mais niveladas nas empresas e ênfase em comunicação, e não em comando: desintegração vertical e horizontal e aumento de terceirização, franquias, marketing interno entre empresas e extinção de funções; aumento do número de trabalhadores em tempo flexível, parcial, temporário, autônomos ou que trabalham em casa. Em relações políticas e industriais: a fragmentação de classes sociais, o declínio de partidos políticos nacionais baseados em classe e em votação de acordo com a classe, e o surgimento de movimentos e “redes” sociais baseados em região, raça, sexo ou

política de assunto único (como, por exemplo, o movimento antinuclear); movimentos “periféricos”, sub- e supranacionais; o declínio de sindicatos de categorias inteiras e de negociações salariais centralizadas, e a ascensão de negociações localizadas, baseadas na fábrica; uma força de trabalho dividida entre núcleo e periferia; o fim do compromisso do corporativismo com a classe; o esfacelamento da provisão de benefícios padronizados, coletivistas, da previdência social; o aumento das opções do consumidor e fornecimento privado de benefícios sociais. Em cultura e ideologia: o desenvolvimento e promoção de modos de pensamento e comportamento individualistas; a cultura da livre iniciativa; o fim do universalismo e da padronização na educação, e o aumento do sistema modular e da escolha por aluno e pais; fragmentação e pluralismo em valores e estilos de vida; ecletismo pós-modernista e enfoques populistas da cultura; privatização da vida doméstica e de atividades de lazer⁹⁸.

Apesar de reconhecerem que nos “novos tempos”, marcados pela internacionalização do capital, colocam-se possibilidades de novos antagonismos e resistências, a exemplo do aparecimento de novos temas, novos movimentos sociais e novas identidades coletivas em função do gênero, da sexualidade e da raça, os autores atribuem o favorecimento das mudanças pós-fordistas mais a direita que a esquerda, salientando o caso de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Entretanto, continuam a acreditar na compreensão desta nova realidade como portadora de novas oportunidades para a humanidade. Em torno disso, asseveram a existência de “uma nova concepção da relação entre a raça humana e o planeta terra. A globalização sugere interdependência e cooperação em uma nova escala e em novas formas, e não simplesmente concorrência baseada em estreitos interesses nacionais e econômicos⁹⁹”.

Ainda dentro da corrente do pós-fordismo, existem alguns autores mais reservados quanto à ideia da supressão por completo do fordismo, revelado pelo processo de transição ao pós-fordismo. Embora admitam o quadro de crise do fordismo, suas interpretações caminham em termos diferentes em relação aos estudos anteriormente analisados até aqui. Neste campo mais crítico – e notadamente menos eivado de otimismo – destacam-se as contribuições da “Escola da Regulação” francesa, especialmente na figura de Michel Aglietta, Robert Boyer e Alain Lipietz¹⁰⁰, e a de David Harvey, sobretudo na obra *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change* (1989).

⁹⁸ Cf. KUMAR, 2006, pps. 90-91.

⁹⁹ Cf. HALL & JACQUES, 1989, p. 20; ver também *Manifesto for New Times*, 1989, pps. 27-28 *apud* KUMAR, 2006, p. 93.

¹⁰⁰ A Escola da regulação francesa é uma corrente heterodoxa do pensamento econômico concebida em meados da década de 1970, dentro do *Centre pour la recherche économique et ses applications* (Cepremap), tendo como ponto de partida uma crítica severa à economia neoclássica, a qual procurou ultrapassar através de uma síntese eclética entre keynesianismo, marxismo, institucionalismo americano, historicismo alemão e a Escola dos Annales. Dentre os principais estudos desta escola, destacam-se: Aglietta, M. *Régulation et crises du capitalisme*. Paris: Calmann-Levy, 1976; Boyer, R. *La théorie de la régulation: une analyse critique*. Paris: La

Para a “Escola da Regulação” francesa, não está colocado fundamentalmente, na realidade, a passagem do fordismo para o pós-fordismo; ao contrário, acreditam que essas novas transformações se deram mais no sentido de reforçarem o fordismo – daí o uso da terminologia “neofordismo” – enquanto estratégia utilizada pelo capitalismo com vistas à superação da crise dos anos 1970 e 1980.

O ponto de partida repousa na concepção de capitalismo marcado por sucessivos “modos de desenvolvimento”, sendo que em cada uma dessas fases se verifica um “regime de acumulação específico” alinhado por uma “forma de regulação específica”. Dado se tratar de um sistema naturalmente instável, e assim, sujeito a crises cíclicas, o capitalismo consegue se reproduzir em função de um “modo específico de desenvolvimento” durante apenas um determinado momento, apoiado principalmente por um “regime de acumulação” que organiza a atividade produtiva adequada a um determinado padrão de consumo, ao mesmo tempo em que é regulado por aparatos provenientes das formas específicas expressas pelo conjunto de leis, valores e hábitos que mantem certa coesão social, até o ponto ao qual este “modo de desenvolvimento” em vigor entra em crise e necessita de novas formas de acumulação e de regulação. O capitalismo, mesmo instável, não prescinde do esforço por extrair mais-valia a uma taxa crescente, por meio de arranjos institucionais e sociais determinados historicamente a partir das relações entre as empresas e entre o capital e o trabalho.

Segundo os regulacionistas franceses, o século XIX presenciou um modo de desenvolvimento sustentado pelo crescimento “extensivo” em grande número de firmas, com base nas enormes reservas de mão-de-obra baratas e pouco eficientes, em termos de inovação técnica ou de aumentos da produtividade, sendo o controle mais eficaz sobre os trabalhadores realizado no próprio chão-de-fábrica, como também nas demais esferas que delinearam a formação de uma classe trabalhadora voltada à produção fabril. Entretanto, no século XX, o advento do modelo taylorista-fordista dirime o antigo “modo de desenvolvimento” e dá origem ao surgimento de um novo regime de acumulação e um novo modo de regulamentação, caracterizados pelo crescimento “intensivo” propiciado pelos investimentos massivos em capital fixo e pela busca mais eficiente do progresso técnico. A administração científica do trabalho alinhada a mecanização das fábricas implicaram em uma nova forma de regulação do trabalho, alcançando altos níveis de produtividade e consumo de massas que, em conjunto com as políticas fiscais e distributivistas presentes nos Estados de bem-estar sociais,

possibilitaram a grande prosperidade no capitalismo em termos de crescimento econômico e de melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

Contudo, o que se verifica nos anos 1970 e 1980 é a manifestação de que esse “modo de desenvolvimento” esgotou suas possibilidades: o crescimento tem sido menor e as taxas de lucro em todo o mundo desabaram. Desta forma, o “neofordismo” aparece como sendo a principal estratégia em curso, desde então, para o capital buscar solucionar a sua crise mundial. A ideia assimilada pelo “neofordismo” diz respeito não à transição do fordismo para o pós-fordismo, mas, sobretudo, a tentativa de criação de um sistema de “fordismo global”, em que a produção está se descentralizando, internacionalmente, rumo às regiões de mais baixos salários — a exemplo dos países recém-industrializados do leste da Ásia e da América do Sul e certas partes da Europa meridional - enquanto nos países desenvolvidos se mantem o controle central e as funções de pesquisa permanentes. Há, portanto, a configuração de um sistema capitalista global que procura sustentar seu dinamismo, em um período de crise, apoiado em elementos “pós-fordistas” no Primeiro Mundo, coexistindo ao lado do fordismo clássico e do “fordismo periférico” no Terceiro Mundo.

Nesse sentido, a solução proposta pelos autores da “Escola da Regulação” francesa, diante da compreensão de um “fordismo global revitalizado”, repousa na possibilidade de se repensar o “acordo de classe” da era do pós-guerra, agora em novos termos, nos quais os trabalhadores poderiam se tornar participantes no processo de tomada de decisões das empresas, em busca de formas mais gratificantes de trabalho, com melhores garantias de segurança no emprego e com benefícios da seguridade social. Neste “novo pacto social”, a relação entre o capital e o trabalho se reforçaria mutuamente em prol do aumento da produtividade e do maior e mais sustentável crescimento da economia. Em síntese, conforme salientou Kumar (2006):

Os teóricos da regulamentação apresentam também deficiências próprias — entre elas a superestimação do “divisor de águas taylorista-fordista” no desenvolvimento capitalista — embora, na descrição que oferecem do mundo contemporâneo, haja muita coisa convincente. Acima de tudo, ela nos permite estudar a uma nova luz muitos fenômenos alegadamente pós-fordistas. Ao contrário de muitos da velha esquerda, eles não ignoram as mudanças, considerando-as variações apenas superficiais de um velho tema. Alguma coisa nova está acontecendo, mesmo que não confirme a interpretação de muitos dos adeptos mais otimistas da ideia pós-fordista. Os novos aspectos exigem um marco de referência para compreensão que se estenda pelo mais amplo plano possível (o mundo), e que não focalize estreitamente apenas as nações industriais avançadas. Sob essa perspectiva, pode-se demonstrar que muita coisa que parece pós-fordista mantém as características de um sistema de produção que permanece substancialmente fordista, mesmo que esteja sob grande tensão — e, de acordo com os Regulamentadores, em sua forma global,

sobrecarregado, em última análise, pelas mesmas contradições que afligiam o fordismo clássico¹⁰¹.

O geógrafo marxista David Harvey, por sua vez, em sua obra *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*¹⁰², publicada em 1989, sem dúvidas tornou-se o maior expoente da corrente pós-fordista, a ponto de consagrá-la no campo mais crítico dentro da esquerda. Logo no início, o autor deixa bastante claro seu argumento:

Vem ocorrendo uma mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas, desde mais ou menos 1972. Essa mudança abissal está vinculada à emergência de novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo e o espaço. Embora a simultaneidade nas dimensões mutantes do tempo e do espaço não seja prova de conexão necessária ou causal, podem-se aduzir bases *a priori* em favor da proposição de que há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de “compressão do tempo-espaço” na organização do capitalismo. Mas essas mudanças, quando confrontadas com as regras básicas de acumulação capitalista, mostram-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova¹⁰³.

Ao rejeitar de prontidão o surgimento de (ou a transição para) uma sociedade pós-capitalista ou pós-industrial, em função da manutenção dos elementos básicos que ainda sustentam a acumulação capitalista, o autor procura se apoiar, em sua análise, na crítica dialética inscrita naquilo que chamou de “condição histórico-geográfica”, cujo resultado mais evidente reside na confrontação das tendências da arte, da arquitetura, da filosofia e da política “pós-modernas” em face das novas exigências “econômicas” decorrentes dos ciclos de expansão e crise do capitalismo¹⁰⁴.

Assim, a crítica dialética aparece como fonte da crítica social, ao mesmo tempo em que demonstra o esforço de renovação do materialismo histórico-geográfico, como podemos observar na própria forma como o livro está dividido. Composto por quatro partes, na primeira delas, intitulada “*A Passagem da Modernidade à Pós-Modernidade na Cultura Contemporânea*”, verificamos em linhas gerais os aspectos mais relevantes que configuram a

¹⁰¹ Cf. KUMAR, 2006, p. 96.

¹⁰² Infelizmente, o livro de Harvey (1989) foi publicado no Brasil sob o título “Condição Pós-moderna”; tradução que implica grande distorção em relação ao original. O objetivo declaradamente do geógrafo marxista com o título original *The Condition of Postmodernity* foi o de realizar propositalmente uma contraposição a uma das maiores obras identificada com o ideário pós-moderno, *La Condition Postmoderne* (1979), escrita por Jean-François Lyotard. Esta última obra também foi traduzida no Brasil como “A Condição Pós-moderna”. Desta forma, perde-se muito, com esta tradução, das intenções proferidas por Harvey.

¹⁰³ Cf. HARVEY, 2008, p. 7.

¹⁰⁴ “Por meio do primeiro (materialismo histórico), podemos compreender a pós-modernidade como uma condição histórico-geográfica. Com essa base crítica, torna-se possível lançar um contra-ataque da narrativa contra a imagem, da ética contra a estética e de um projeto de Vir-a-Ser em vez de Ser, buscando a unidade no interior da diferença, embora um contexto em que o poder da imagem e da estética, os problemas da compreensão do tempo-espaço e a importância da geopolítica e da alteridade sejam claramente entendidos”. (Id, Ibid, p. 325).

estética pós-moderna, especialmente a arquitetura. A compreensão das mudanças na cultura ilustra a forma como a “condição da pós-modernidade” penetra fundamentalmente no espaço urbano, na arte, na publicidade e nos meios de comunicação, inserindo-se com grande força no cotidiano das pessoas.

A Parte II, chamada “*A Transformação Político-Econômica do Capitalismo do Final do século XX*”, procura tratar do fenômeno da transição do modelo fordista para o modelo da “acumulação flexível” - terminologia inventada pelo próprio autor - a partir dos anos 1970. Esta transição ocorre na forma de acumulação do capital, tornando-se a nova base material da condição da pós-modernidade, no entendimento do materialismo histórico-geográfico. A “acumulação flexível” representa as novas de organização da produção e do trabalho apoiadas na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

Na Parte III, “*A experiência do espaço e do tempo*”, Harvey discute as experiências do espaço-tempo desde o surgimento da modernidade, com destaque para as mudanças em relação às noções de tempo e espaço decorrentes das transformações tecnológicas, políticas e sociais e do sentido originário atribuído ao tempo e ao espaço dentro do projeto iluminista. *Postula a ideia de que o traço fundamental que caracteriza a transição do fordismo para a “acumulação flexível” reside na emergência de um novo ciclo de “compressão do tempo-espaço” na organização do capitalismo.* A discussão sobre tempo-espaço alcança ainda a produção contemporânea presente no cinema “pós-moderno”, a partir da análise dos filmes *Blade Runner*, de Ridley Scott, e *Asas do Desejo*, do cineasta alemão Wim Wenders.

Na parte IV, “*A condição da pós-modernidade*”, procura realizar uma síntese das reflexões sobre o caráter geral das transformações culturais, geográficas e políticas ocorridas no capitalismo contemporâneo, levando em consideração a tentativa de renovação da crítica dialética com base no materialismo histórico-geográfico. O desafio consiste em descortinar os discursos ideológicos surtidos pelas crises de representação como fenômenos ligados ao momento histórico vivido no capitalismo contemporâneo, ainda marcado por disputas econômicas e pelos conflitos de classe.

Ao propor a terminologia do “pós-modernismo flexível”, o autor desloca a análise para o fluxo de relações interiores no capitalismo como um todo, acreditando no potencial sempre existente deste sistema em termos da criação de exploração de contradições. As crises na experiência do espaço e do tempo, no sistema financeiro ou na economia podem “constituir uma condição necessária das mudanças políticas e culturais”, entretanto, “as condições suficientes residem num plano mais profundo, inseridas na dialética internalizada do

pensamento e da produção de conhecimento¹⁰⁵. Por fim, além de pontuar a necessária renovação do materialismo histórico-geográfico¹⁰⁶, acredita que este pode ser capaz de “promover a adesão a uma nova versão do projeto do Iluminismo”. Com efeito, daremos maior ênfase aqui às partes II e III, deixando a I e a IV para outros momentos da tese¹⁰⁷.

Como já antecipamos, Harvey coloca-se dentre aqueles que refutam as teorias em prol do surgimento de uma sociedade pós-capitalista ou ainda pós-industrial, defendendo outra forma de teorização que perceba e explique melhor as transformações processadas a partir dos anos 1970, ao mesmo tempo em que admite os elementos de continuidade da lógica do modo de produção capitalista como forças invariantes na história do mesmo. Para analisar as mudanças, recorre às proposições da teoria da regulação francesa de Aglietta, Boyer e Lipietz, considerando que, após os acontecimentos ocorridos na década de 1970, existem elementos que sustentam a percepção de uma transição no “*regime de acumulação*” e no “*modo de regulação social e política*” a ele associado, identificado com a passagem do regime fordista-keynesiano para o regime de “acumulação flexível”.

O fordismo teria vigorado entre o período do imediato pós-guerra até o início dos anos 1970. Foi uma fase marcada pela forte expansão e estabilidade do capitalismo baseada por um sistema produtivo voltado à produção em massa e a formas de regulação sociais específicas que culminaram na consolidação de uma estrutura econômica, social e política muito mais complexa e diferenciada segundo países e regiões. Por um lado, a disseminação da administração científica do trabalho e da produção aliada à mecanização da produção mostrou-se fundamental enquanto inovações tecnológicas e organizacionais capazes de ampliarem radicalmente a produtividade do trabalho. Por outro lado, a ativa regulação estatal

¹⁰⁵ Cf. Id, Ibid, p. 309.

¹⁰⁶ Harvey destaca quatro elementos para a necessária reflexão por parte da esquerda diante da “pós-modernidade flexível”. São eles: “1. O tratamento da diferença e da “alteridade” não como uma coisa a ser acrescentada a categorias marxistas mais fundamentais (como classe e forças produtivas), mas como algo que deveria estar onipresente desde o início em toda tentativa de apreensão da dialética da mudança social. A importância da recuperação de aspectos da organização social como raça, gênero, religião, no âmbito do quadro geral da investigação materialista histórica (com a sua ênfase no poder do dinheiro e na circulação do capital) e da política de classe (com sua ênfase na unidade da luta emancipatória) não pode ser superestimada. 2. Um reconhecimento de que a produção de imagens e discursos é uma faceta importante de atividade que tem que ser analisada como parte integrante da reprodução e transformação de toda ordem simbólica. As práticas estéticas e culturais devem ser levadas em conta, merecendo as condições de sua produção cuidadosa atenção. 3. Um reconhecimento de que as dimensões do espaço e do tempo são relevantes, e de que há geografias reais de ação social, territórios e espaços de poder reais e metafóricos que se tornam vitais como forças organizadoras na geopolítica do capitalismo, ao mesmo tempo em que são sede de inúmeras diferenças e alteridades que têm de ser compreendidas tanto por si mesmas quanto no âmbito da lógica global do desenvolvimento capitalista. O materialismo histórico finalmente começa a levar a sério sua geografia. 4. O materialismo histórico-geográfico é um modo de pesquisa aberto e dialético, em vez de um corpo fixo e fechado de compreensões. A metateoria não é uma afirmação de verdade total, e sim uma tentativa de chegar a um acordo com as verdades históricas e geográficas que caracterizam o capitalismo, tanto em geral como em sua fase presente”. (Id, Ibid, pps. 320-321).

¹⁰⁷ Cf. capítulo 3 da tese, a seguir.

através das políticas keynesianas garantiram os investimentos necessários em termos de infraestrutura produtiva; promoveram o controle dos fluxos financeiros e mediarão as relações entre o capital e o trabalho, estabelecendo o Estado de bem-estar social com políticas de pleno emprego, seguridade social, saúde e educação. Além disso, Harvey sublinha também o nexo do fordismo com o desenvolvimento da cultura e estética modernistas, em sua inclinação para a funcionalidade e eficiência.

Entretanto, em fins dos anos 1960, este regime de acumulação passou a apresentar sinais de crise, revelando-se cada vez mais distante da realidade do alcance de taxas elevadas e estáveis de crescimento econômico, da ampliação e manutenção do Estado de bem-estar social e dos padrões de vida e do fortalecimento dos regimes democráticos. Em quase todos os países desenvolvidos, o descontentamento social era visível para a grande parte daqueles que ficaram fora dos benefícios propiciados pelo fordismo. Muitos movimentos trabalhistas, movimentos sociais alinhados às minorias e demais movimentos inseridos na contra-cultura expressaram as mais nítidas evidências da crise do regime. Nos anos 1970, a crise ganha uma dimensão maior com o colapso inflacionário e fiscal norte-americano, o fim do acordo de Bretton Woods e a “diplomacia do dólar flexível” – o dólar perde o seu lastro em ouro -, o aumento explosivo do preço do barril de petróleo e a consequente diretriz da retomada da hegemonia estadunidense através da elevação drástica das taxas de juros. Todas estas mudanças repercutiram sobremaneira na economia mundial e exigiram respostas à aguda recessão.

Para Harvey, a principal delas reside nas estratégias do capital descortinadas no deslocamento temporal e espacial, por meio de um profundo processo de reestruturação que permitiu a recolocação de um novo regime de acumulação capitalista e um novo modo de regulação social e político. *A “acumulação flexível” aparece assim como sendo o novo regime que se contrapõe à excessiva rigidez da fase fordista, caracterizado por um intenso processo de reestruturação produtiva e econômica e por uma nova forma de regulação política e social, o chamado “neoliberalismo”.* Nestes termos, o traço peculiar do novo regime sustenta-se na busca da flexibilização, que penetra desde os processos de trabalho e de produção até os padrões de consumo e as formas de regulação, atingindo ainda a emergência de novos estilos culturais e de vida.

Do ponto de vista da produção, o regime pós-fordista permite o surgimento de novos setores produtivos, rearticulados pela desintegração vertical, pelo desenvolvimento das economias de escopo e pela produção *just in time*. Consequentemente, o trabalho passa a estar marcado pela flexibilização das relações trabalhistas, com um avanço considerável da

subcontratação, informalidade e terceirização, revelando uma maior precarização para o conjunto da classe trabalhadora. Do ponto de vista da cultura, há a predominância da cultura do consumismo atrelada à nova estética pós-modernista, repercutindo em mudanças que impulsionam novos modos de vida e comportamentos individualistas vinculados à noção do empreendedorismo e da livre iniciativa.

A transnacionalização do capital aliado à financeirização da economia global e à desregulamentação do sistema financeiro e das políticas nacionais, acompanhado das possibilidades abertas pelas novas tecnologias da informação, em termos do surgimento de redes globais de empresas, organizações e instituições, evidenciaram a transformação dos Estados Nacionais. Alguns deles procuraram se rearticular na forma de “estados supranacionais”, a exemplo da União Europeia, mas a grande maioria tornou-se refém da agenda permanente de re-regulação de suas economias nacionais a partir das pressões advindas das instituições multilaterais (FMI, Banco Mundial e OMC) que assumiram uma posição estratégica na mediação das transações econômicas. Por outro lado, o deslocamento da produção permitiu a ascensão de grandes economias industriais, a exemplo da China e da Índia, e do reposicionamento da Rússia na geopolítica mundial.

Tomadas em conjunto, todas essas alterações significam para Harvey (1989) a possibilidade de ininterrupção do movimento do capital para novos espaços produtivos e, sobretudo, a aceleração do tempo de giro do capital (*capital turnover*) devido ao considerável aumento de sua velocidade de reprodução. O argumento central do autor repousa então na ideia de que os significativos deslocamentos espaciais e temporais atrelados à transnacionalização do capital e à informatização do processo produtivo ocasionaram uma nova fase de “compressão do tempo-espaço”: a conformação do novo regime de acumulação e regulação é responsável pela nova configuração temporal e espacial expressada na “condição da pós-modernidade”. A centralidade da mudança do tempo e do espaço na “condição da pós-modernidade” deriva da compreensão materialista do autor, para quem o tempo e o espaço são vistos como produtos sociais diretamente associados às forças materiais da reprodução do capitalismo¹⁰⁸. Esta reorganização do tempo e espaço levou a cabo transformações no conjunto das relações sociais, afetando a organização da própria sociedade. Isso não significa que o capitalismo alcançou nova configuração societal.

¹⁰⁸ “Dessa perspectiva materialista, podemos afirmar que as concepções do tempo e do espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social”. (Id, Ibid, p. 189).

Harvey é bastante claro quando anuncia a manutenção da lógica da acumulação capitalista mesmo em se tratando das mudanças ocorridas no sistema após a década de 1970. Em sua interpretação para a crise, o autor retoma Marx para asseverar que a dinâmica do modo de produção capitalista sempre estará propensa a crises de superacumulação e que, a cada uma destas crises, coloca-se a necessidade para o capital de encontrar formas de contê-la de modo a não ameaçar a ordem social capitalista. Nesse sentido, a nova crise de superacumulação vivenciada nos anos 1970 procurou ser contornada a partir do “deslocamento temporal-espacial”, isto é, a combinação das estratégias de aceleração do tempo de giro do capital, envolvendo a constituição de “capital fictício”, com a expansão geográfica do capital em busca de novos espaços para a acumulação capitalista. Estas estratégias temporais e espaciais conseguiram estabelecer uma nova base para uma nova fase de acumulação capitalista.

Por essa razão, considera a passagem do fordismo para a acumulação flexível como sendo fundamentalmente a emergência de um novo ciclo de compressão do tempo-espço na organização do capitalismo. É este o nexó estrutural delineado por Harvey para a compreensão da “condição da pós-modernidade”: trata-se de uma nova experiência do tempo e do espaço, com inúmeros desdobramentos que afetam a organização social, econômica, política, cultural e estética do mundo capitalista. Segundo o próprio autor,

A intensidade da compressão do tempo-espço no capitalismo ocidental a partir dos anos 60, com todos os seus elementos congruentes de efemeridade e fragmentação excessivas no domínio político e privado, bem como no social, parece de fato indicar um contexto experiencial que confere à condição da pós-modernidade o caráter de algo um tanto especial. Contudo, situando essa condição em seu contexto histórico, como parte de uma história de ondas sucessivas de compressão do tempo-espço geradas pelas pressões da acumulação de capital – com seus perpétuos esforços de aniquilação do espaço por meio do tempo e de redução do tempo de giro –, podemos ao menos levá-la para o âmbito de condição acessível à análise e interpretação materialista histórica¹⁰⁹.

Desta forma, a nova fase histórica correspondente à “condição da pós-modernidade” não está caracterizada apenas pelas mudanças na organização do processo produtivo ou ainda à emergência de formas culturais e estéticas pós-modernas, mas, sobretudo, a uma transformação mais ampla no conjunto das instituições sociais, econômicas, culturais e políticas da modernidade que alteram as práticas, os sistemas de representação, as formas estéticas e as estruturas de sentimento, acelerando os ritmos da vida e reduzindo as barreiras espaciais que limitam as relações humanas.

¹⁰⁹ Cf. Id, Ibid, pps. 275-276.

Na “condição pós-moderna” ainda coexistem diferentes formas do fordismo e pós-fordismo; estamos na verdade em uma transição na qual novas formas de Estado, mercado e ação coletiva vem se tornando hegemônica no capitalismo a partir de um novo regime de acumulação e regulação em prol da sociedade pós-fordista. No entanto, esta transição, por um lado, não significa a passagem para uma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial e, por outro lado, ela se inscreve de modo bastante desigual, levando em consideração a heterogeneidade dos processos sociais. Ou seja, a transição da “modernidade fordista” para a “pós-modernidade flexível” destaca a dinâmica homogeneizante do capitalismo, ao mesmo tempo em que acentua o desenvolvimento desigual dos processos de transformação nas distintas formações sociais. Incorpora os elementos invariantes presentes na lógica do capital como também as mudanças suscitadas a partir de mais uma de suas crises de superacumulação, com base em uma reflexão nos termos da perspectiva materialista que enfatiza a base econômica e produtiva articulando-a com as dimensões culturais e estéticas.

Decerto, a teoria do pós-fordismo alcançou sua expressão mais robusta com as contribuições do geógrafo marxista David Harvey concomitante as da “Escola da Regulação” francesa. Porém, seria importante ainda proceder com alguns comentários acerca de outras perspectivas abertas em relação à temática das mudanças ocorridas nas sociedades capitalistas após a década de 1970 que, de alguma forma, estabelecem paralelos com a corrente da sociedade pós-fordista. Vejamos dois exemplos interessantes. Ambos estão fortemente apoiados no pensamento do filósofo francês Michel Foucault, operando com a noção do surgimento da sociedade do controle ou da biopolítica.

O primeiro deles se refere a Gilles Deleuze, em seu manuscrito *Post-scriptum Sobre as Sociedades de Controle*, publicado em 1992, no livro *Conversações, 1972 – 1990. Seguindo mais de perto o pensamento de Michel Foucault, para Deleuze estamos saindo da sociedade disciplinar e adentrando na sociedade do controle*. Seu manuscrito está dividido em três pequenas partes: Histórico, Lógica e Programa. Inicialmente, Deleuze recupera a noção das sociedades disciplinares foucaultiana, em vigor desde os séculos XVIII e XIX, atingindo seu apogeu no início do século XX. A principal característica presente nestas sociedades é a “organização dos grandes meios de confinamento” (famílias, escola, caserna, fábrica, hospital e prisão) com intuito de “concentrar, distribuir espaço, ordenar o tempo e compor no espaço-tempo uma força produtiva cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares¹¹⁰”.

¹¹⁰ Cf. DELEUZE, 1992, p. 1.

No entanto, este modelo societal se esgota a partir da segunda metade do século XX, revelando uma “crise generalizada de todos os meios de confinamento”. Para o autor, as sociedades de controle assumem a nova forma de reprodução da sociedade. Os distintos “modos de controle, os controlatos, são variações inseparáveis, formando um sistema de geometria variável cuja linguagem é numérica (o que não quer dizer necessariamente binária)”: enquanto nos meios de confinamento havia os moldes em suas distintas moldagens, agora os controles aparecem como uma “modulação”, isto é, “uma moldagem auto-deformante” capaz de mudar continuamente, em cada instante. Na sociedade de controle, a fábrica é suplantada pela “empresa” e aos trabalhadores se coloca o “esforço” de obtenção de salários de maneira profundamente modulada, “num estado de perpétua metaestabilidade”, ao passo que a “formação permanente tende a substituir a escola, e o controle contínuo substitui o exame”, rearticulando assim uma nova relação entre a escola e a empresa¹¹¹.

Os seres humanos passam a “funcionar” em órbita, “num feixe contínuo” ondulatório; tornam-se “cifras”, cujas senhas expressam a linguagem numérica que lhes permite o “acesso à informação, ou a rejeição”, apresentando-se de modo “dividuais, divisíveis”, como se fossem “amostras, dados, mercados ou bancos” e operando máquinas “de uma terceira espécie, máquinas de informática e computadores, cujo perigo passivo é a interferência, e o ativo a pirataria e a introdução de vírus¹¹²”. Em relação ao “programa” a ser construído para fazer frente a esta nova realidade, Deleuze se mostra bastante sucinto, indagando-se sobre a provável inaptidão dos sindicatos, porém acreditando na emergência de novas formas de resistência contrárias as sociedades de controle¹¹³. De maneira sintética, o autor atribui o

¹¹¹ “Nas sociedades de disciplina não se parava de recomeçar (da escola à caserna, da caserna à fábrica), enquanto nas sociedades de controle nunca se termina nada, a empresa, a formação, o serviço sendo os estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação, como que de um deformador universal” (Id, Ibid, p. 3).

¹¹² “É o dinheiro que talvez melhor exprima a distinção entre as duas sociedades, visto que a disciplina sempre se referiu a moedas cunhadas em ouro - que servia de medida padrão -, ao passo que o controle remete a trocas flutuantes, modulações que fazem intervir como cifra uma percentagem de diferentes amostras de moeda. As conquistas de mercado se fazem por tomada de controle e não mais por formação de disciplina, por fixação de cotações mais do que por redução de custos, por transformação do produto mais do que por especialização da produção. A corrupção ganha aí uma nova potência. O serviço de vendas tornou-se o centro ou a “alma” da empresa. Informam-nos que as empresas têm uma alma, o que é efetivamente a notícia mais terrificante do mundo. O marketing é agora o instrumento de controle social [...] O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua. O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado” (Id, Ibid, pps. 3-4).

¹¹³ “Uma das questões mais importantes diria respeito à inaptidão dos sindicatos: ligados, por toda sua história, à luta contra disciplinas ou nos meios de confinamento, conseguirão adaptar-se ou cederão o lugar a novas formas de resistência contra as sociedades de controle? Será que já se pode apreender esboços dessas formas por vir, capazes de combater as alegrias do marketing? Muitos jovens pedem estranhamente para serem “motivados”, e solicitam novos estágios e formação permanente; cabe a eles descobrir a que estão sendo levados a servir, assim como seus antecessores descobriram, não sem dor, a finalidade das disciplinas. Os anéis de uma serpente são ainda mais complicados que os buracos de uma toupeira” (Id, Ibid, p. 6).

surgimento da sociedade de controle a uma verdadeira e mais profunda “mutação do capitalismo”:

Não é uma evolução tecnológica sem ser, mais profundamente, uma mutação do capitalismo. [...] atualmente o capitalismo não é mais dirigido para a produção, relegada com frequência à periferia do Terceiro Mundo, mesmo sob as formas complexas do têxtil, da metalurgia ou do petróleo. É um capitalismo de sobre-produção. Não compra mais matéria-prima e já não vende produtos acabados: compra produtos acabados, ou monta peças destacadas. O que ele quer vender são serviços, e o que quer comprar são ações. Já não é um capitalismo dirigido para a produção, mas para o produto, isto é, para a venda ou para o mercado. Por isso ele é essencialmente dispersivo, e a fábrica cedeu lugar à empresa. A família, a escola, o exército, a fábrica não são mais espaços analógicos distintos que convergem para um proprietário, Estado ou potência privada, mas são agora figuras cifradas, deformáveis e transformáveis, de uma mesma empresa que só tem gerentes. Até a arte abandonou os espaços fechados para entrar nos circuitos abertos do banco¹¹⁴.

Dois autores importantes que compartilham destas mesmas preocupações e trilharam paralelos interessantes com a obra de Michel Foucault são: Antonio Negri, filósofo político marxista italiano, e Michael Hardt, teórico literário e filósofo político estadunidense, que publicaram, em 2000, o livro *Empire* e, em 2004, o livro *Multitude: War and Democracy in the Age of Empire*. Nestas obras, a teoria do pós-fordismo é levada em consideração e o argumento mais geral exposto pelos autores repousa na ideia da existência da *passagem da sociedade industrial fordista para a sociedade pós-moderna pós-fordista como algo, de certa forma, equivalente a passagem da sociedade do biopoder à sociedade da biopolítica ou do controle*.

No livro *Empire* (2000), Negri e Hardt propõem uma abordagem que combina suas raízes marxistas com o ferramental conceitual dos filósofos franceses “pós-estruturalistas”, especialmente o de Michel Foucault¹¹⁵, procurando atualizar a ontologia marxista nos quadros do pós-moderno. Entendem que os projetos de emancipação modernos vigoravam por meio de um “interior” vivido de forma ambígua e projetado no “exterior” como utopia. Entretanto, na pós-modernidade essa separação entre “interior” e “exterior” não ocorre mais; os seres humanos “deixaram” de ser visto como entidades formatadas e constituem-se agora enquanto sujeitos de subjetividades imanentes. Estamos no momento em que o tempo da vida coincide com o tempo de trabalho¹¹⁶ e o poder emana de um Império como “fonte de definições jurídicas que tende a projetar uma configuração única supranacional de poder político¹¹⁷”.

¹¹⁴ Cf. Id, Ibid, pps. 4-5.

¹¹⁵ Importa ressaltar que a maneira como Negri e Hardt (2000) utilizam o conceito de biopolítica do filósofo Michel Foucault está marcada por uma série de reservas, apresentando-se principalmente desvinculado das análises que sustentaram a elaboração teórica do filósofo francês. Porém, ao procederem assim, acabam adotando uma interpretação mais generalizada e adequada ao ponto de vista marxista dos autores.

¹¹⁶ “[...] entra no conceito de capital e entra de forma cada vez mais estreita. Esses movimentos não têm mais talvez, mas se colocam dentro do espaço do capital. A vivência é atravessada por acumulações e práxis diversas,

Do imperialismo moderno – marcado pelo domínio de Estados-nações sobre outros – passamos para o Império, onde as “fronteiras” são anuladas em função de um jogo de “inclusão” de todos segundo a lógica do paradigma imperial¹¹⁸. Nesse sentido, Negri e Hardt admitem a subordinação real da sociedade ao capital assinalando a mudança do biopolítico na pós-modernidade¹¹⁹, dizendo se tratar de uma nova realidade em que a produção social passa a ser articulada através fundamentalmente da produção de subjetividades, ao que eles chamam de “produção biopolítica”.

[...] é preciso [...] perguntar-se o que significa biopolítica quando se entra no pós-moderno, ou seja, nessa fase do desenvolvimento capitalista em que triunfa a subordinação real da sociedade como um todo ao capital. Nesse momento, quando a articulação da sociedade e a da organização produtiva do capital tendem a se identificar, o biopolítico muda de cara: torna-se biopolítico produtivo. Isso significa que a relação entre os conjuntos demográficos ativos (a educação, a assistência, a saúde, os trabalhadores, etc.) e as estruturas administrativas que os percorrem é a expressão direta de uma potência produtiva. A produção biopolítica nasce da conexão dos elementos vitais da sociedade, do meio ambiente ou do Umwelt nos quais estão inseridos, e considera não que o Estado é o sujeito dessa conexão, mas, ao contrário, que o conjunto das forças produtivas dos indivíduos e dos grupos se torna produtivo à medida que os sujeitos sociais se vão reapropriando do conjunto. Nesse âmbito, a produção social é completamente articulada através da produção de subjetividade¹²⁰.

Para enfrentar a questão da dinâmica real da produção na sociedade biopolítica, os autores formulam o conceito de trabalho imaterial. As mudanças propiciadas pelo advento das

e resulta das dinâmicas e, finalmente, se descobre na dimensão biopolítica, isto é, em um dispositivo que não está mais ligado somente à produção, mas, evidentemente, a toda a vida. A esta conclusão chegamos metodicamente, portanto não do lado externo, dizendo, por exemplo, que o capital ocupou toda a vida, mas do lado interno, é o trabalho que ocupou toda a vida” (NEGRI & HARDT, 2001, p. 2).

¹¹⁷ Cf. Id, Ibid, p. 27.

¹¹⁸ “Os domínios concebidos como dentro e fora e a relação entre eles são configurados diferentemente, numa variedade de discursos modernos. A configuração espacial de interior e exterior, entretanto, parece-nos ela própria uma característica geral, de fundação, do pensamento moderno. Na passagem do moderno para o pós-moderno, e do imperialismo para o Império, é cada vez menor a distinção entre o dentro e o fora. [...] Num mundo pós-moderno todos os fenômenos e forças são artificiais, ou, como diriam alguns, parte da História. A moderna dialética do dentro e do fora foi substituída por um jogo de graus e intensidades, de hibridismo e artificialidade” (Id, Ibid, p. 206).

¹¹⁹ O conceito de biopolítica em Foucault remete a uma morfologia do poder localizada entre o fim do século XVIII e início do XIX, envolvendo não apenas os indivíduos, através de certos mecanismos disciplinares, mas também um conjunto de procedimentos, a exemplo da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade, etc.. Para Foucault, a governamentalização do Estado se refere a um novo Estado de governo, não mais definido em termos de sua territorialidade: agora a população foi transformada em próprio objeto, onde a instrumentação do saber econômico se dá em uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança. Esta arte de governar passa a ser entendida como “atividade que consiste em reger a conduta dos homens num quadro e com instrumentos estatais” no exercício da soberania política (FOUCAULT, 2008, p. 4). Aqui se expressa a divergência de Negri e Hardt em relação a Foucault: “Não parece, entretanto, que Foucault jamais tenha tido êxito em afastar seu pensamento da epistemologia estruturalista que orientou sua pesquisa desde o início. Por epistemologia estruturalista queremos dizer a reinvenção de uma análise funcionalista do domínio das ciências humanas, um método que efetivamente sacrifica a dinâmica do sistema, a temporalidade criativa de seus movimentos, e a substância ontológica de reprodução cultural e social. De fato, se nessa altura tivéssemos de perguntar a Foucault quem ou o que impele o sistema, ou melhor, o que é “bios”, sua resposta seria inefável, ou não haveria resposta. O que Foucault não entende, finalmente, é a dinâmica real de produção na sociedade biopolítica” (NEGRI & HARDT, 2001, p. 47).

¹²⁰ Cf. Id, Ibid, pps. 33-34.

novas tecnologias, baseadas na célere inter-relação entre a produção e o consumo, na informação e na comunicação, alteraram a organização e o caráter da produção, enfatizando o desenvolvimento dos setores de serviço na economia. Dado esta produção não resultar na criação de bens materiais e duráveis, mas em produtos intangíveis, o trabalho passa a ser “um trabalho que produz um bem imaterial, um serviço, um produto cultural, conhecimento ou comunicação¹²¹”. Além disso, este trabalho imaterial está definido pelo seu componente afetivo, atravessado pelo contato e pela interação humana, criando e manipulando afetos, daí o traço fundamental do trabalho imaterial enquanto produção biopolítica: o trabalho imaterial produz subjetividade¹²². Na pós-modernidade, o biopolítico se torna produtivo e a produção social aparece como produção de subjetividade, determinada pelo trabalho imaterial. Essa relação fica mais clara, porém, quando os autores a situam junto ao conceito de multidão, desenvolvido no segundo livro: *Multidão: Guerra e Democracia na Era Do Império*, publicado em 2005, no Brasil.

Neste livro, Negri e Hardt asseveram que, na pós-modernidade, a ausência de um “lado de fora” transforma o poder em um regime geral de dominação da vida que, por envolvê-la desta forma, também podem explicitar experiências de resistência a este poder. O biopoder seria o processo de dominação sobre a vida e a biopolítica aparece como resistência da vida perante este poder. Na produção biopolítica, imanente à sociedade, as relações sociais se pautam através de formas colaborativas de trabalho e o intelecto se torna a única força de produção, sendo o único produtor de valor. *O trabalho continua a ter importância fundamental na sociedade e na teoria do valor desde que atualizado agora como trabalho imaterial, representando aquilo que Marx havia sugerido com o conceito de “Intelecto Geral”, no Grundrisse.*

Esta interpretação sobre Marx, bastante discutível, permite aos autores sustentarem a ideia de que atualmente, com a subordinação real da vida ao capital, a luta de classes deve operar em todas as dimensões da realidade e, portanto, a “biopolítica é uma extensão da luta de classes”, sendo a multidão um conceito de classe que abrange todos aqueles que trabalham sob o domínio do capital¹²³, e, potencialmente, como a classe que luta e resiste contra o seu

¹²¹ Cf. Id, Ibid, p. 311.

¹²² “A grande passagem que estamos efetuando ao entrar no pós-moderno e que consiste em considerar o biopolítico produtivo como algo em que a simbiose e a confusão entre os elementos vitais e econômicos, entre os elementos institucionais e administrativos, a construção do público, só pode ser concebida como produção de subjetividade” (NEGRI, 2001, p. 34).

¹²³ Cf. NEGRI & HARDT (2005).

domínio¹²⁴. A multidão passaria por dois momentos decisivos: o primeiro surge das singularidades até a conformação do “comum”, produzido pelo circuito de subjetividade - propiciado pelo trabalho imaterial – que será codificado e, o segundo, quando esta recodificação em torno do comum é assumida na forma do Império. Ou seja, o comum é gerado pela multidão, mas é gerido pelo Império.

O biopoder aparece como sendo a consolidação da soberania capitalista em termos da “sociedade global de controle” do Império com base na pós-modernização sustentada pela informatização da produção. Cabe assim à multidão atuar em prol de uma organização em torno de uma codificação estratégica que inclua todos os pontos de resistência para permitir a constituição de um poder que derrube o Estado e recrie uma nova forma de organização pautada na dinâmica do poder constituinte da multidão. A multidão aparece como sendo uma nova classe global resistente ao Império, capaz de “realizar a democracia radical em escala global”.

Tal conceito tem a pretensão de recolocar o projeto político da luta de classes asseverado por Marx. Para tanto, Negri e Hardt apoiam-se na ideia da emergência de uma nova subjetividade, suscitada a partir dos anos 1970, que foi requerida pelo capital, ao mesmo tempo em que é capaz de preservar a sua “autonomia” e ser portadora de emancipação. *À medida que “atualizam” a teoria do valor de Marx – agora em termos do trabalho imaterial e da produção biopolítica – e “substituem” a classe pela multidão, os autores passam a situar as lutas na relação conflituosa entre o Império e a multidão, revigorando-se assim a concepção das resistências vistas a partir da centralidade do trabalho (no caso, o imaterial) e do caráter de unidade totalizadora atribuído ao conceito de multidão.*

Em face da soberania capitalista inscrita na “sociedade global de controle”, a partir do Império, as elaborações teóricas e filosóficas da sociedade da biopolítica ou do controle trouxeram à tona, em certa medida, uma discussão realizada há muito pelos autores ligados à distopia, que vislumbravam o futuro da civilização ocidental em termos da constituição de

¹²⁴ “Na matriz produtiva atual, o poder constituinte do trabalho pode ser expresso como autovalorização do humano (o direito igual de cidadania para todos na esfera inteira do mercado mundial); como cooperação (o direito de comunicar-se, construir línguas e controlar redes de comunicação); e como poder político, ou melhor dizendo, como constituição de uma sociedade na qual a base do poder é definida pela expressão das necessidades de todos. Esta é a organização do operário social e do trabalho imaterial, uma organização de poder produtivo e político como unidade biopolítica administrada pela multidão, organizada pela multidão, dirigida pela multidão – democracia absoluta em ação. [...] A organização da multidão como sujeito político, como posse, começa portanto a aparecer na cena mundial. A multidão é auto-organização biopolítica. [...] Certamente, deve haver um momento em que a reapropriação e a auto-organização atingem um limiar e configuram um evento real. É então que o político é realmente afirmado – que a gênese se completa e a autovalorização, a convergência cooperativa de sujeitos, e a administração proletária de produção se tornam um poder constituinte” (NEGRI & HARDT, 2001, pps. 433-435).

uma nova forma de sociedade totalitária, decadente e/ou dominada pelas máquinas¹²⁵. A obra “*Nós*”, do escritor russo Ievguêni Zamiátin, publicada em 1923, “inaugura” a temática da distopia, assumindo grande apogeu com as obras do inglês Aldous Huxley, “*Admirável Mundo Novo*” (1932), do norte-americano, Sinclair Lewis, “*Isto não pode acontecer*” (1935), e do inglês George Orwell, “*1984*” (1949), todas elas tendo por referência as experiências do socialismo real e do fascismo e nazismo no início do século XX.

As duas visões distópicas literárias mais destacadas, a de Huxley e a de Orwell, ainda hoje são alvos de estudos e reflexões. Enquanto “*1984*” nos adverte sobre um estado totalitário que proibira as informações e reprogramava as memórias para manter o público impotente, “*Brave New World*” apela para a noção de que não há nada melhor para manter a população impotente do que provê-las demasiadamente com as distrações. Na visão do ensaísta norte-americano Neil Postman, em sua obra *Amusing Ourselves to Death* (1985), a comparação novamente está presente, e é notória a inclinação do mesmo para o lado de Huxley. De maneira elegante, assim sintetiza o autor:

Contrary to common belief even among the educated, Huxley and Orwell did not prophesy the same thing. Orwell warns that we will be overcome by an externally imposed oppression [O Estado onipresente denominado ‘Grande Irmão’]. But in Huxley's vision, no Big Brother is required to deprive people of their autonomy, maturity and history. As he saw it, people will come to love their oppression, to adore the technologies that undo their capacities to think. What Orwell feared were those who would ban books. What Huxley feared was that there would be no reason to ban a book, for there would be no one who wanted to read one. Orwell feared those who would deprive us of information. Huxley feared those who would give us so much that we would be reduced to passivity and egoism. Orwell feared that the truth would be concealed from us. Huxley feared the truth would be drowned in a sea of irrelevance. Orwell feared we would become a captive culture. Huxley feared we would become a trivial culture, preoccupied with some equivalent of the feelies, the orgy porgy, and the centrifugal bumblepuppy. As Huxley remarked in *Brave New World Revisited*, the civil libertarians and rationalists who are ever on the alert to oppose tyranny “failed to take into account man's almost infinite appetite for distractions.” In 1984, Huxley added, people are controlled by inflicting pain. In *Brave New World*, they are controlled by inflicting pleasure. In short, Orwell feared

¹²⁵ A palavra utopia deriva do neologismo grego, o não (*u*) lugar (*topos*), ou seja, é um lugar inexistente. O termo foi cunhado pela primeira vez pelo escritor inglês Thomas More, em 1516, com a publicação do livro “*Utopia*”, remetendo a uma ilha imaginária no oceano Atlântico onde se verifica um tipo de sociedade ideal, igualitária e justa. A influência desta obra repercutiu, por exemplo, na publicação, em 1634, da obra de Francis Bacon “*Nova Atlântida*”, também alçada em torno de uma ilha imaginária de prosperidade, e ainda na obra “*Cândido*”, escrita em 1759, por Voltaire, situada no Estado ideal de Eldorado. No século XIX, por sua vez, a utopia ganha uma dimensão mais aliada aos projetos de desenvolvimento sociais inscritos no ideário do socialismo. Marx e Engels chegam a situar escritores políticos como Saint-Simon, Charles Fourier, Louis Blanc e Robert Owen como socialistas utópicos. No entanto, esta terminologia passou a abrir, tempo depois, precedentes para que todos – não apenas os primeiros socialistas – que propuseram a construção de uma sociedade igualitária fossem definidos como utópicos, sobretudo a ideia do comunismo elaborado por Marx e Engels. Por outro lado, a palavra distopia, como oposição a utopia, aparece pela primeira vez, sem muito sucesso, no discurso proferido no Parlamento britânico por John Stuart Mill, em 1868. No ano de 1895 é lançado o livro “*A Máquina do Tempo*”, do escritor inglês H. G. Wells, e em 1908, outro marco na literatura é alcançado com a publicação do escritor americano Jack London, intitulado “*O Tão de Ferro*”, tornando-os exemplos da percepção tenebrosa sobre o futuro.

that what we hate will ruin us. Huxley feared that what we love will ruin us. This book is about the possibility that Huxley, not Orwell, was right.¹²⁶

Independentemente de quem realizou a melhor “previsão” sobre o futuro das sociedades, no Ocidente, o fato é que recentemente o mundo foi “assombrado” com o esquema de vigilância internacional da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos (*National Security Agency*, ou NSA), descortinada pelo analista Edward Snowden e com o vazamento de dados e documentos sigilosos do governo dos Estados Unidos, por meio do *Wikileaks*, site desenvolvido por Julien Assange, refugiado e preso em 2019 por desacatar a política de segurança do país. Curiosamente, em 2013, quando Snowden revelou detalhes sobre a vigilância global exercida pelo governo norte-americano e, principalmente, em 2017, quando Donald Trump assume a presidência deste país, verificamos um grande apreço da população pelos autores distópicos, sendo o livro “1984” o mais vendido pela loja *Amazon* nos Estados Unidos¹²⁷.

Além disso, nos parece bastante razoável constatar a predileção de uma vasta produção cultural contemporânea, sobretudo cinematográfica, pela temática da distopia¹²⁸. Os autores mais críticos da sociedade da informação e do pós-fordismo, assim como os da sociedade biopolítica ou do controle, nos despertam muitas interrogações sobre as perspectivas em relação ao futuro das sociedades capitalistas, entretanto, através do debate sobre a sociedade pós-moderna veremos que o próprio significado de “futuro” passa por uma reformulação.

¹²⁶ Cf. POSTMAN, 1985, pps. 1-2.

¹²⁷ Cf. reportagem do G1, no dia 25/01/2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/1984-de-george-orwell-lidera-lista-de-mais-vendidos-nos-eua-apos-fatos-alternativos-de-trump.ghtml>

¹²⁸ Desde o fim de 2011, por exemplo, tivemos o lançamento da série “*Black Mirror*”, uma produção inglesa para a televisão distribuída pela *Netflix*. A série nos apresenta uma imagem verdadeiramente assombrosa sobre traços do mundo contemporâneo.

CAPÍTULO 3

DA SOCIEDADE PÓS-MODERNA À GLOBALIZAÇÃO

Assim como inferimos das teorias da sociedade da informação e do pós-fordismo, as teses sobre a pós-modernidade também ganharam maior proeminência a partir da década de 1970. No entanto, elas encontram certa trajetória um tanto quanto diferenciada em relação àquelas analisadas nos dois capítulos precedentes. Diferenciada no sentido de envolver uma abordagem mais “ampla” e ao mesmo tempo difusa, delineada em várias áreas do conhecimento, cuja origem pode ser anunciada nos anos de 1930. De acordo com Anderson (1999), a palavra pós-modernismo surge na antologia organizada por Federico de Onís, no ano de 1934, na Espanha, ao tratar de um estudo sobre a questão estética.

No mesmo ano de 1934, o historiador britânico Arnold Toynbee, em sua obra *Study of History*, utiliza-se da terminologia para expressar a história recente do Ocidente, denominando a época iniciada com a guerra franco-prussiana de “idade pós-moderna”. O termo passou, assim, a ser utilizado na cultura anglo-saxã não mais enquanto categoria estética, mas como uma marcação de época. Em 1952, o poeta norte-americano Charles Olson, em um manifesto estético, indicava o presente como sendo “pós-moderno, pós-humanista e pós-histórico”.

No final dos anos 1950, o termo ressurgiu com Wright Mills e Irving Howe, em 1959. O primeiro o usou como indicação negativa em relação à falência dos ideais modernos do liberalismo e do socialismo, pontuando ainda a separação entre a razão e liberdade na sociedade pós-moderna marcada pelo impulso cego e conformidade vazia. Howe, por sua vez, utiliza-se da terminologia para descrever a incapacidade na contemporaneidade de lidar com a tensão modernista, dado as divisões de classe terem se tornado cada vez mais amorfa diante da prosperidade do pós-guerra.

Em 1960, Harry Levin, apoiando-se em Toynbee, sugeriu a adoção de formas pós-modernas para anunciar o surgimento de uma nova literatura hostil aos padrões do modernismo. No final da década de 1960, o crítico Leslie Fiedler reitera a acolhida da literatura pós-moderna e o sociólogo Amitai Etzioni retrata a nova época da história do Ocidente como “período pós-moderno”. Todavia, conforme sustenta Anderson (1999), “a noção de pós-moderno” só vai ganhar difusão mais ampla a partir dos anos 70, momento em que se cristaliza.

O marco decisivo se dá com o lançamento, em 1972, do periódico *Boundary 2*, com o subtítulo: *Revista de Literatura e Cultura Pós-modernas*. Um dos primeiros colaboradores da

revista, o crítico Ihab Hassan, publica seu primeiro ensaio sobre o pós-modernismo, indicando a penetração das ideias pós-modernas na configuração das artes visuais, música, tecnologias e na sensibilidade em geral. Em ensaios posteriores, o autor sugere também mudanças semelhantes ocorrendo na ciência e na filosofia – resgatando a tradição de Nietzsche.

Em fins dos anos 1970 e meados da década de 1980, Charles Jencks, além de promover uma verdadeira distinção entre a arquitetura “moderna” e a “pós-moderna”, chega ainda a festejar o “pós-moderno como uma civilização mundial de tolerância pluralística e opções superabundantes, uma civilização que ‘tornava sem sentido’ polaridades ultrapassadas como ‘esquerda e direita, capitalista e classe operária¹²⁹’”. Nesta sociedade dominada pela informação “não há mais uma vanguarda artística”, posto não haver mais “inimigo a derrotar” na rede eletrônica global. Se a arquitetura pós-moderna revelou-se duradoura com as novas formas do espaço construídas, outras áreas passaram a ganhar maior amplitude relacionada às teses pós-modernas, a exemplo da filosofia e da ciência. Certamente, a principal interpretação acerca da pós-modernidade nestes campos advém da obra do filósofo francês, Jean-François Lyotard, com a publicação de *A condição pós-moderna*, em 1979.

Na introdução do presente trabalho, o filósofo deixa explícito que o objeto de seu estudo é analisar a “posição do saber nas sociedades mais desenvolvidas”, chamadas por ele de “pós-moderna”. Esclarece que esta terminologia vem sendo usada no continente americano pela sociologia e pela crítica para designar o “estado da cultura”, situada “em relação à crise dos relatos”, a partir das mudanças que “afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes” no final do século XIX. Em outras palavras, o livro de Lyotard procura desvendar os caminhos da deslegitimação dos “grandes relatos” modernos. Sua hipótese é a de que o “saber muda de estatuto ao mesmo tempo em que as sociedades entram na idade dita pós-industrial e as culturas na idade dita pós-moderna¹³⁰”.

Nestas “sociedades informatizadas”, o saber passa por um processo generalizado de mercantilização, fortemente influenciado pelas novas tecnologias da informação e pelas máquinas informacionais, tanto na sua produção e pesquisa, quanto também na sua transmissão. Assevera que todo o saber que não puder se tornar operacional - ser traduzido em quantidades de informação, medidas em *bits* -, necessariamente cairá em abandono. Consequentemente, esta lógica conduz a expectativa de “uma explosiva exteriorização do saber em relação ao sujeito que sabe”, perdendo-se assim o caráter formativo e reflexivo que marcava o princípio moderno inscrito no sujeito cognoscível. Com a ênfase no saber

¹²⁹ Cf. ANDERSON, 1999, p. 31.

¹³⁰ Cf. LYOTARD, 2009, p. 3.

operacional, as trocas de conhecimentos assumem a relação de mercadoria, sendo que o próprio saber deixa de gerar valor de uso em detrimento do valor de troca a ser obtido em sua venda ou em sua aplicação imediata na esfera da produção. Na realidade, o saber tornou-se, segundo sua avaliação, a principal força de produção nas “sociedades informatizadas” que marcará decisivamente as relações de poder entre os países nos quadros da rivalidade interestatal e intercapitalista¹³¹.

Por outro lado, a relação atualmente entre o poder e o estatuto do saber científico, além de se encontrar “mais subordinado do que nunca às grandes potências” e com forte risco, através das novas tecnologias, de “tornar-se um dos principais elementos de seus conflitos”, passa também pelo processo intrínseco de deslegitimação: “quem decide o que é o saber, e quem sabe o que convém decidir?” Nesse sentido, pontua que “o problema do saber na idade da informática é mais do que nunca o problema do governo”, isto é, de uma nova redefinição no papel do Estado no que tange ao processo decisório, onde as decisões não caberão mais exclusivamente às classes políticas dirigentes e sim a especialistas (“*experts*”), que possuem acesso aos autômatos – máquinas cibernéticas centralizadoras das informações.

Haveria, assim, uma recusa aos instrumentos políticos coletivamente representados, perpetrando uma diluição da ideia de coletividade em função do individualismo. A esse princípio individualista soma-se ainda a decomposição dos grandes relatos que, no entanto, não implicará necessariamente em uma dissolução do vínculo social, posto que novas formas de vínculos surgirão no seu lugar. Não se trata simplesmente de uma passividade dos indivíduos, mas, sobretudo, de novas relações entre indivíduos atravessados por mensagens diferenciadas, constitutivas de novos vínculos sociais e novos papéis, simultaneamente proferido pelos mesmos, enquanto remetente, destinatário e referente. Esta nova realidade impõe uma finalidade de “desempenho” a cada um dos indivíduos, suscitado pelo próprio sistema, e sua lógica opera fundamentalmente a partir de “jogos de linguagem”. Para analisar este processo, o referencial teórico-metodológico utilizado por Lyotard baseia-se no pensamento do filósofo austríaco, naturalizado britânico, Ludwig Wittgenstein¹³².

¹³¹ “Na idade pós-industrial e pós-moderna, a ciência conservará e sem dúvida reforçará ainda mais sua importância na disputa das capacidades produtivas dos Estados-nações. Esta situação constitui mesmo uma das razões que faz pensar que o afastamento em relação aos países em vias de desenvolvimento não cessará de alargar-se no futuro. Mas este aspecto não deve fazer esquecer outro que lhe é complementar. Sob a forma de mercadoria informacional indispensável ao poderio produtivo, o saber já é e será um desafio maior, talvez o mais importante, na competição mundial pelo poder. Do mesmo modo que os Estados-nações se bateram para dominar territórios, e com isto dominar o acesso e a exploração das matérias-primas e da mão-de-obra barata, é concebível que eles se batam no futuro para dominar as informações. Assim encontra-se aberto um novo campo para as estratégias industriais e comerciais e para as estratégias militares e políticas” (Id, Ibid, p. 5).

¹³² Lyotard apoia-se na teoria wittgensteiniana que se centraliza no papel dos discursos e nos jogos de linguagem. O pressuposto básico reside na ideia de existência de um acordo tácito entre os “jogadores” devido ao fato das

De acordo com Lyotard, os jogos de linguagem aparecem como método do saber na “sociedade informatizada”, sendo a linguagem o vínculo social que assume um novo estatuto: ao mesmo tempo em que a comunicação ganha centralidade, a linguagem diferencia-se da forma moderna seja porque agora ela não mais manipula, seja ainda pelo fato de que ela também não mais informa. As mensagens tornam-se formas variadas e produzem efeitos diversos não operando simplesmente como informação. Para o autor, nisso reside o aspecto agonístico da linguagem¹³³: ela não está presente na informática, pois “é a máquina cibernética que funciona pela informação”, mas conforma a base de constituição do vínculo social apoiado na própria linguagem. Neste aspecto, se inclina a descortinar toda uma linha argumentativa sobre o estatuto do saber nas sociedades mais desenvolvidas.

Seu ponto de partida está na distinção entre o saber científico e o saber narrativo em termos da questão da legitimação. Ao definir o saber de maneira mais ampla possível, como um conjunto de competências, de formação de competências, deixa claro que a ciência seria apenas um subconjunto do conhecimento, onde o saber não se reduziria apenas à ciência, sobretudo por não estar apoiado apenas na busca do critério da verdade. No saber tradicional prevalece a forma narrativa, marcada pelo relato e pela pluralidade de jogos de linguagem que obedecem às regras da pragmática, sendo a característica principal deste saber a sua auto legitimação.

A ciência moderna, por sua vez, recorre ao relato narrativo também - embora o saber científico não derive propriamente do saber narrativo - à medida que necessita da narração para estabelecer o que é o verdadeiro, através de um processo de legitimação que busca ao mesmo tempo colocar em questão “como provar a prova?” e “quem decide sobre o que é verdadeiro?”. Assim, compreende que essa problemática da legitimação científica, consolidada na sociedade burguesa, está apoiada em função de sua autoridade enquanto ciência e pelas próprias instituições que a sustentam.

A modernidade, para o autor, erigiu duas grandes versões dos relatos da legitimação do saber e das instituições: a primeira, de caráter especulativo-filosófico, baseada na ideia de

regras não terem legitimação, tratando-se simplesmente de “lances”, ou seja, qualquer enunciado linguístico torna-se um lance no jogo. Para Lyotard, então, dois princípios norteiam seus procedimentos metodológicos: (i) “falar é combater, no sentido de jogar, e os atos de linguagem provêm de uma agonística geral” e (ii) “o vínculo social observável é feito de ‘lances’ de linguagem” (Id, Ibid, p. 17). Segue dizendo: “Desta forma, a linguagem enquanto provedora do vínculo social aparece como uma alternativa pós-moderna, eclipsando os dois parâmetros típicos da modernidade, quais sejam, o funcionalismo e o marxismo” (Id, Ibid, p. 20).

¹³³ “O que é preciso para compreender desta maneira as relações sociais, em qualquer escala [...], não é somente uma teoria da comunicação, mas uma teoria dos jogos, que inclua a agonística em seus pressupostos” (Id, Ibid, p. 30). Mais à frente: “Esta ‘atomização’ do social em flexíveis redes de jogos de linguagem pode parecer bem afastada de uma realidade moderna que se representa antes bloqueada pela artrose burocrática” (Id, Ibid, p. 31).

progresso, em que pressupõe o movimento de acumulação do saber a partir do desenvolvimento do saber científico e, a segunda, derivada da primeira, que consiste na condução deste progresso rumo à constituição de um projeto emancipatório da humanidade. Todavia, na condição pós-moderna, o que se verifica é a “indiferença” entre o saber científico e o saber narrativo aberta por um processo de forte deslegitimação dos “metarrelatos”, sem nenhum tipo de pranto, pois “há, apenas, que se admirar com esta variedade de espécies discursivas. [...] Lamentar-se sobre ‘a perda do sentido’ na pós-modernidade seria deplorar que o saber não seja mais principalmente narrativo¹³⁴”.

Na sociedade e na cultura contemporânea, sociedade pós-industrial, cultura pós-moderna, a questão da legitimação do saber coloca-se em outros termos. O grande relato perdeu sua credibilidade, seja qual for o modo de unificação que lhe é conferido: relato especulativo, relato da emancipação, pois eles sofrem um processo de deslegitimação¹³⁵.

Segundo Lyotard, a deslegitimação dos ‘metarrelatos’ apresenta uma contradição inscrita na relação entre a conformação dos jogos de linguagem como “metarrelatos” e, ao mesmo tempo, como apenas jogos de linguagem. Em outras palavras, significa dizer que a ciência torna-se simplesmente mais um jogo de linguagem, ainda que apresente regras próprias, mas incapaz de suscitar implicações para o campo de ação prática, sobretudo em prol de um projeto de emancipação coletivo. Neste âmbito, as principais consequências da deslegitimação podem ser encontradas no fato da ciência tender a perder a capacidade de legitimar a si mesma e, tampouco, a outros jogos de linguagem, como também os sujeitos aparecerem dissolvido nos jogos de linguagem, estabelecendo seus vínculos sociais a partir da linguagem.

Cabe ressaltar que o autor não se furta de destacar o papel da forma de apropriação do capital sobre a deslegitimação dos “grandes relatos” e da prevalência dos jogos de linguagem. Em sua avaliação, a pesquisa, por exemplo, é estruturada em torno de critérios de obtenção de desempenho, onde a administração das provas científicas se dá por meio de técnicas, marcadas pelo princípio da eficiência e da otimização das performances. A pesquisa necessita cada vez mais ser aplicada e rentável e o critério de verdade vai sendo substituído pelo caráter do desempenho¹³⁶. Já o ensino passa a presumir uma série de competências que vão desde o

¹³⁴ Cf. Id, Ibid, p. 49.

¹³⁵ Cf. Id, Ibid, p. 69.

¹³⁶ “São estes, pois, os jogos cuja pertinência não é nem o verdadeiro, nem o justo, nem o belo, etc., mas o eficiente: um ‘lance’ técnico é ‘bom’ quando é bem-sucedido e/ou quando ele despende menos que um outro” (Id, Ibid, p. 80). Segue afirmando: “O Estado e/ou a empresa abandona o relato de legitimação idealista ou humanista para justificar a nova disputa: no discurso dos financiadores de hoje, a única disputa confiável é o poder. Não se compram cientistas, técnicos e aparelhos para saber a verdade, mas para aumentar o poder” (Id, Ibid, p. 83).

enfrentamento à competição no mercado mundial; a ênfase na formação profissional – muitas vezes relacionada às novas técnicas e tecnologias –; a necessidade do estudo/reciclagem permanente; a alteração do papel do professor – a pedagogia não ensinará os conteúdos, mas o uso dos terminais e de novas linguagens – até a realização do trabalho em equipe e a fomentação da interdisciplinaridade.

De maneira crítica a essas tendências em curso, procura repensar o papel do saber científico pós-moderno diante da lógica da busca do desempenho, dado que o critério das performances reduz a ciência ao seu aspecto industrial e rentável. Para superar essa forma de apropriação do capital em relação ao saber, o autor exalta a ciência pós-moderna como pesquisa de instabilidade, produtora do desconhecido, abrangente no reconhecimento e no convívio com as diferenças.

A idéia que se tira destas pesquisas (e de muitas outras) é de que a preeminência da função contínua de derivada como paradigma do conhecimento e da previsão está em vias de desaparecer. Interessando-se pelos indecíveis, nos limites da precisão do controle, pelos quanta, pelos conflitos de informação não completa, pelos ‘fracta’, pelas catástrofes, pelos paradoxos paradigmáticos, a ciência pós-moderna torna a teoria de sua própria evolução descontínua, catastrófica, não retificável, paradoxal. Muda o sentido da palavra saber e diz como esta mudança pode se fazer. Produz, não o conhecido, mas o desconhecido. E sugere um modelo de legitimação que não é de modo algum o da melhor performance, mas o da diferença compreendida como paralogia¹³⁷.

No saber científico pós-moderno, a forma de legitimação apoia-se na paralogia, na imprevisibilidade e na diferença. Somados à descrença nos “metarrelatos” e ao desenvolvimento dos jogos de linguagem, este discurso científico busca se autovalidar a partir do pequeno relato e do dissenso, expressando-se majoritariamente de maneira local e contextual. Da mesma forma que a linguagem só passa a adquirir “sentido” enquadrado em um “lance” e inscrita em um jogo específico, os saberes também só podem constituir-se legitimados e justificados através de consensos apenas provisórios e parciais. Composto por uma diversidade de enunciados, diz o filósofo, “o consenso é um horizonte, jamais ele é atingido¹³⁸”. Na “condição pós-moderna”, portanto, a deslegitimação dos “metarrelatos” é expressão maior da descrença em relação à possibilidade de qualquer tipo de consenso.

É ao abandono desta crença que hoje se relaciona o declínio dos relatos de legitimação, sejam eles tradicionais ou “modernos” (emancipação da humanidade, devir da Idéia). É igualmente a perda desta crença que a ideologia do “sistema” vem simultaneamente suprir por sua pretensão totalizante e exprimir pelo cinismo do seu critério de desempenho¹³⁹.

¹³⁷ Cf. Id, Ibid, pps. 107-108.

¹³⁸ Cf. Id, Ibid, p. 112.

¹³⁹ Cf. Id, Ibid, pps. 117-118.

Nesse sentido, as apostas recaem na capacidade inventiva dos pequenos relatos, no “contrato temporário”; talvez até mesmo possa indicar uma nova “comunidade aberta” que supere as instituições permanentes nos “domínios emocional, sexual, cultural, familiar e internacional, bem como nos assuntos políticos”. As formas sociais vindouras não serão mais as das organizações e instituições permanentes, não estarão apoiadas em ideologias “totalizadoras” e em projetos de emancipação coletivas e as interpretações científicas sobre a sociedade cederão aos costumes e práticas locais; agora tudo se passa como se a orquestração por uma rede de comunidades fosse por si só capaz de inventar suas próprias formas de vida através das redes flexíveis de jogos de linguagem.

Ainda no contexto da cristalização do pensamento pós-moderno no Ocidente, segundo a pista sugerida por Anderson (1999), outra importante contribuição no campo da filosofia se dá com as obras do filósofo alemão Jürgen Habermas, ao longo dos anos 1980. Os dois volumes da *Teoria da ação comunicativa* (1981), *Modernidade: um projeto inacabado* (1981), *A nova opacidade: a crise do Estado-providência e o esgotamento das energias utópicas* (1985) e, sobretudo, *O discurso filosófico da modernidade* (1985), demonstram uma profícua reflexão do autor sobre a relação entre a modernidade e a pós-modernidade¹⁴⁰.

Apesar de se mostrar bastante crítico às teses da pós-modernidade, Habermas deixa explícito que estas formulações ganharam notoriedade no pensamento ocidental, atribuindo-as à orientação neoconservadora assumida pela direita. Podemos inferir, sinteticamente, uma mesma tese que circunda o conjunto das obras supracitadas do autor: a pós-modernidade não conseguiu se esvaír completamente da modernidade e seus caminhos acabam tendo como destino o neoconservadorismo e a irracionalidade. O intuito do filósofo repousa na tentativa de revitalizar e completar o projeto inacabado da modernidade a partir da razão comunicativa, enquanto uma saída para o esgotamento da filosofia do sujeito, a despeito de reconhecer dificuldades normativas no campo da política e do direito.

Com esse objetivo, Habermas inicia suas reflexões propondo uma teoria da modernidade, tendo como parte integrante a “teoria da ação comunicativa”, apoiada em um novo conceito de razão, a razão comunicativa, de caráter dialógico, e em um novo conceito de sociedade, que alinhasse o “sistema” ao “mundo da vida”, isto é, uma perspectiva dual de

¹⁴⁰ A cidade de Frankfurt concedeu a Habermas o Prêmio-Adorno, em 1980. Como agradecimento, o autor proferiu uma palestra intitulada “*Modernidade: um projeto inacabado*”. O mesmo já vinha trabalhando desde fins dos anos 1970 em torno do livro “*Teoria da Ação Comunicativa*”, publicada em dois volumes em 1981. No prefácio de “*O discurso filosófico da modernidade*”, o filósofo é explícito quando diz que o tema da modernidade tornou-se derradeiramente um tema filosófico. Ao longo dos anos 1980, uma série de cursos e palestras foram proferidas por Habermas na Europa e nos Estados Unidos, debatendo-se com o pensamento dos pós-estruturalistas franceses e dos pós-modernos.

sociedade em que o aspecto objetivo (sistema) estivesse integrado no aspecto subjetivo (interno ao “mundo vivido”). Trata-se de uma tentativa de revisitar as origens da moderna sociedade ocidental, diagnosticando suas crises e patologias e procurando buscar soluções para a sua não supressão.

A modernidade, segundo o autor, surge em função de três eventos históricos importantes ocorridos na Europa, com efeitos propagados no mundo: a Reforma Protestante, o Iluminismo e a Revolução Francesa. Ela envolve as transformações levadas a cabo nos séculos XVIII, XIX e XX no Ocidente. A forma de analisar a modernidade repousa na ideia de que os processos de modernização subjacentes a ela se dão de maneira diferenciada entre as distintas esferas da existência. Por um lado, se verifica processos de racionalização nos subsistemas econômico e político (modernização social) e, por outro lado, nos demais subsistemas opera certa autonomização em relação à lógica da modernização, especialmente nas esferas de valor, tais como a moral, a ciência e as artes em geral. A sociedade se encontra então “dividida” em dois grandes campos: o mundo da reprodução do “sistema” (material, do trabalho) e o mundo da reprodução simbólica (da interação e da cultura).

O “mundo da vida” corresponde às experiências comuns a todos os indivíduos, a linguagem, as tradições e a cultura partilhada por eles: é a vida social cotidiana, da dualidade entre as “certezas” intuitivas e do questionamento e senso de mudança; é o quadro das ações comunicativas, da atuação do discurso teórico e do discurso prático em que a adequação das normas pode ser reavaliada e superada em prol de um novo sistema de normas, aceito e deliberado por todos. É o espaço social em que vigora a razão comunicativa, sustentado pelo diálogo e pela força da melhor argumentação, de forma interativa e livre de coações.

Já o mundo do “sistema” diz respeito às estruturas societárias que asseguram a reprodução material e institucional das sociedades. O sistema é o espaço em que atua a racionalização societal apoiada na economia, no Estado moderno e no direito positivo, onde se verifica um tipo de ação racional instrumental voltada a fins. Nele, vigora o imperativo da técnica, da burocracia, do dinheiro e do poder regendo as relações sociais. O “sistema” subdivide-se em dois subsistemas: economia e política; o “mundo da vida”, em três: cultura, social e personalidade¹⁴¹. Enquanto no “sistema” predomina a razão instrumental

¹⁴¹ Cultura corresponde ao campo do saber acumulado pela tradição, em que a reprodução cultural varia conforme o nível de continuidade ou ruptura com a tradição. Social diz respeito à formação e à integração dos grupos sociais. Personalidade representa a formação de identidades a partir da socialização.

(modernização societária), no “mundo da vida” a predominância se dá a partir da razão comunicativa (modernização cultural¹⁴²).

A crise da modernidade, para Habermas, seria a de que a modernidade cultural estaria cada vez mais reduzida (ou colonizada) em seu campo de atuação pela lógica da razão instrumental. Nesse sentido, o autor destaca quatro transformações fundamentais que afetaram as bases da manutenção da modernidade. Duas delas de caráter positivo (diferenciação e autonomização) e duas delas de caráter negativo (racionalização instrumental e dissociação)¹⁴³. De posse destes processos mais gerais, atribui às transformações negativas a explicação para as falhas (ou patologias) suscitadas na modernidade ao longo do tempo. Em outras palavras, a racionalização instrumental e a dissociação são os processos subjacentes responsáveis pela “colonização do mundo da vida”, onde a racionalidade instrumental passa a reger os mecanismos de dissociação promovidos pela relação entre o poder e o dinheiro no interior do mundo vivido.

A razão comunicativa, que rege estas esferas da existência, vai cedendo à razão instrumental calcada na lógica dos fins, do lucro, do poder. A saída proposta pelo autor vai ao sentido de se buscar um “reacoplamento” entre os dois campos constitutivos da sociedade, em que a “descolonização” implicaria na busca pela livre atuação da razão comunicativa em todas as esferas e instituições do “mundo da vida”, direcionadas a partir de novas regras que permitam surtir processos argumentativos (discursos) envolvendo todos os integrantes da sociedade, cabendo a estes definir em uma esfera pública os espaços de atuação e o estabelecimento de objetivos do “sistema”. A proposta é dar à razão comunicativa os meios, elaborados coletivamente, para se alcançar os fins do “sistema”, isto é, atribuir à razão comunicativa a elaboração coletivamente dos espaços de atuação da razão instrumental.

Enquanto defesa de um “projeto”, as reflexões de Habermas impõem certamente uma conotação normativa explícita que se baseia na tentativa de “expurgar” as falhas ou patologias edificadas concretamente ao longo do percurso da modernidade. O “reacoplamento” do “mundo da vida” ao “sistema” deverá garantir a autorregulação da reprodução material da

¹⁴² Na modernização societária, a economia e o Estado garantem a reprodução material e institucional da sociedade moderna, com grande dificuldade de ocorrer o questionamento dos princípios que regulam seu funcionamento. Na modernização cultural, ao contrário, vigoram a diferenciação e a autonomização das esferas da ciência, da moral e das artes.

¹⁴³ A diferenciação consiste no processo de aprendizado coletivo, incluindo diversas perspectivas e princípios. Está voltada para os enfrentamentos de problemas práticos ligados à reprodução material e simbólica da sociedade. A autonomização, por sua vez, designa o processo de autonomia de um subsistema apoiado no seu funcionamento a partir de princípios autônomos, como, por exemplo, a ciência. A racionalização envolve os processos de regência da razão instrumental, onde predomina o cálculo, os meios ajustados aos fins, a noção de eficácia, etc. Já a dissociação representa o processo de desconexão da produção material de bens, fazendo com que a economia e o poder tornem-se aspectos naturalizados.

sociedade, respeitando-se a autonomia relativa das esferas (em seus subsistemas), impedindo-se que estes estejam de alguma forma subordinados uns pelos outros. Em suma, deve-se criar condições para assegurar o bem-estar de todos, priorizando a liberdade democrática, a auto-determinação, a auto-realização e o auto-esclarecimento individuais, contando com a participação efetiva de todos em termos das lutas argumentativas (inclusive emancipatória) nos mais distintos níveis e campos de atuação, preconizando enfim uma nova ética comunicativa que permite resgatar, ainda que sob novas formas, o projeto inacabado da modernidade.

O passo seguinte de Habermas, especialmente em sua obra *O discurso filosófico da modernidade* (1985), é o de estabelecer uma crítica aos autores que analisaram a modernidade. O filósofo inicia sua argumentação propondo uma releitura sobre as teses weberianas de formação do mundo moderno ocidental. Para ele, Weber figura como um grande teórico da modernidade, entretanto, suas contribuições merecem uma crítica fundamental. Propõe, então, uma mudança na forma de se analisar a modernização: se para Weber a modernização do sistema é perpetrada pelos processos de racionalização da Economia e do Estado e coincide com a institucionalização exclusiva da racionalidade instrumental (burocratização e razão instrumental atravessando a modernidade social e cultural), para o filósofo alemão, as esferas de valor (especialmente da cultura) aparecem de certa forma autonomizadas, impondo limites à racionalização instrumental, daí a sugestão de se repensar a modernidade cultural como um processo de transformação em que se concretizou a ação comunicativa orientada pela racionalidade comunicativa em detrimento da penetração da racionalidade instrumental.

Na realidade, para Habermas a modernidade deve ser compreendida através do paradigma da ação comunicativa, da intersubjetividade e da razão dialógica¹⁴⁴ e, como indicamos, a forma encontrada pelo filósofo para empreender tal análise repousa na distinção entre o “sistema” e o “mundo da vida”, em que operam distintamente tanto as transformações ocorridas no sistema (modernização societária) quanto no mundo vivido (modernização cultural). Em sua avaliação, a modernidade só poderá ser compreendida em toda sua complexidade e extensão quando se interconecta na reflexão as transformações suscitadas na modernidade societal com as mudanças ocorridas na modernidade cultural, em processos interligados e distintos.

¹⁴⁴ Para Habermas (2000), a tese weberiana do "desencantamento" tem origem em um reducionismo que se origina nas visões de mundo religiosas, passa pela ética da convicção, até chegar à ética do trabalho, resultando na institucionalização da ação instrumental. Desta forma, não há espaço em Weber para a atuação da razão comunicativa.

Ao se debruçar sobre as interpretações desenvolvidas na filosofia contemporânea, estabelece algumas importantes críticas. Em primeiro lugar, atesta o fracasso de Hegel e dos pós-hegelianos em termos da tentativa de reconciliar as cisões da modernidade e reconhece o ponto de inflexão no discurso filosófico da modernidade em Nietzsche, que dará cabo às interpretações pós-modernas. Em relação a Hegel e aos pós-hegelianos de esquerda e de direita, apresenta uma crítica à concepção de modernidade explícita, assentada no princípio da subjetividade e na filosofia do sujeito. Para o autor, a construção das premissas da razão comunicacional, apoiada na teoria da intersubjetividade, permite superar esta filosofia da consciência. Se no sistema filosófico de Hegel a razão como autoreconhecimento do Espírito Absoluto elimina o transitório e o contingente, a razão na esquerda pós-hegeliana aparece como razão emancipatória, razão agente da revolução, e a razão na direita pós-hegeliana surge como razão reduzida, razão rememorativa das tradições.

O que importa dizer, segundo o próprio autor, é que estas também falharam na tentativa de se apresentarem “como equivalente do poder unificador da religião e superar as cisões da modernidade a partir das forças motrizes da própria modernidade¹⁴⁵”. Em relação a Nietzsche, o situa como sendo aquele filósofo que procurou abandonar de uma vez por todas o projeto de reconciliação da modernidade a partir de um novo conceito de razão. A ciência e a ação moral não permitiriam realizar a reconciliação de uma modernidade em crise, por serem frutos ainda da razão; a saída estaria assim no campo da arte como elemento reconciliador, o que significaria, na leitura crítica de Habermas, um ponto de inflexão no discurso filosófico da modernidade, à medida que o lança para o campo do irracional.

Em segundo lugar, estabelece uma tipologia envolvendo dois grandes blocos: o dos filósofos conservadores (novos conservadores¹⁴⁶, velhos conservadores¹⁴⁷ e neoconservadores¹⁴⁸) e o dos filósofos ligados ao marxismo (stalinistas¹⁴⁹, leninistas¹⁵⁰,

¹⁴⁵ Cf. HABERMAS, 2000, p. 124.

¹⁴⁶ Os novos conservadores são especialmente: Bataille, Foucault, Derrida e Lyotard. Tem como base as críticas realizadas por Nietzsche e Heidegger ao mundo moderno e são caracterizados por uma posição antimodernista. Apoiam-se na concepção da vontade de dominação, alicerçadas nas estruturas da sociedade, em detrimento da ideia de razão, rejeitada na pós-modernidade com o predomínio da desrazão.

¹⁴⁷ Os velhos conservadores são: Leo Strauss, Hans Jonas e Robert Spaemann. Procuram negar veementemente o papel e a difusão do pensamento iluminista e o seu caráter de modernização societário. São tomados como pré-modernos.

¹⁴⁸ Os neo-conservadores são principalmente: Arnold Gehlen, Gottfried Benn, Carl Schmitt e o jovem Wittgenstein. Admitem o progresso tecnológico, o crescimento econômico e a racionalidade como elementos importantes na modernização societária, mas se opõem aos triunfos da modernidade cultural, na qual defendem que deveriam ser regidas pela tradição.

¹⁴⁹ Os stalinistas não admitem as transformações ocorridas nas sociedades socialistas do leste europeu como sendo manifestações revolucionárias.

¹⁵⁰ Os leninistas, ao contrário dos stalinistas, acreditam nestas transformações atribuindo-lhes o caráter de lutas de classe que podem desembocar na sociedade comunista.

comunistas reformadores¹⁵¹, esquerda socialista¹⁵², social-democratas¹⁵³ e esquerda não comunista¹⁵⁴). Acredita que todas essas variantes, presentes no discurso filosófico da modernidade, não foram capazes de empreender uma interpretação correta e completa do fenômeno histórico da modernidade, seja em termos das transformações ocorridas na modernização societária, seja também naquelas surtidas na modernidade cultural.

O mesmo procedimento veio a se dar com a teoria da modernidade implícita nas reflexões de Walter Benjamin e Theodor W. Adorno¹⁵⁵, no campo da modernidade estética¹⁵⁶. Desta forma, Habermas continua a insistir em sua própria compreensão de modernidade, concebida em termos da institucionalização e da autonomização das esferas presentes na modernidade cultural, enquanto campos de reflexão crítica e questionamentos permanentes, marcados pela razão comunicativa, que passam a serem elementos centrais para impedir o avanço (e até mesmo a supressão) das patologias que demarcaram as estruturas da modernidade.

É com base nesta edificação teórica que analisa a pós-modernidade. A pós-modernidade para o autor aparece mais como um “estado de consciência” do que um “estado da cultura”. Ela está no discurso daqueles que de alguma maneira se decepcionaram com o projeto moderno e buscam substituí-lo, por isso não acredita que se trata de uma mudança de época histórica – não estamos situados na pós-modernidade. Embora admita a repercussão na modernidade cultural de inúmeros motivos de dúvida e desespero quanto às promessas da modernidade - dando vazão, por exemplo, ao discurso pós-moderno que visa eliminar os conteúdos universalistas da racionalidade moderna - assevera que a capilarização deste tipo de discurso foi muito bem aproveitado pelo campo político conservador, com vistas a legitimar o estado atual da cultura e da sociedade.

¹⁵¹ Os comunistas reformistas partem em defesa da terceira via e da democratização dos processos políticos. São críticos da estatização das economias, embora acreditem na socialização democrática dos meios de produção.

¹⁵² Os socialistas de esquerda são especialmente: Kautsky, Gramsci e Althusser. Mantem firme a posição da práxis e do trabalho industrial enquanto papel emancipador.

¹⁵³ Os reformadores social-democratas são principalmente: Karl Renner e Otto Bauer. Apoiam-se na ideia do Estado democrático como forma política para almejar melhores condições de vida para todos. Afastam-se da perspectiva da luta de classes, reconhecendo os mecanismos de mercado e o papel preponderante do Estado de bem-estar.

¹⁵⁴ A esquerda não comunista são especialmente: Offe, Bourdieu, Castoriadis, Touraine (Habermas também?). Pensadores do marxismo nas universidades e nas academias, preocupados com o esforço de teorização crítica.

¹⁵⁵ Em Benjamin, a modernização societária é vista a partir da modernidade cultural, mais especificamente da modernidade estética, como se o estado e a economia estivessem sendo regidos segundo uma lógica estética. Em Adorno, o processo é inverso: a modernização societária invade a modernidade cultural, restando à arte, no caso mais específico, à música, a resistência até entonar sua última sinfonia.

¹⁵⁶ Diferentemente dos pensadores da teoria crítica, Habermas acredita ainda no ideal “emancipador” presente na esfera da arte. Além disso, acredita que ela se mostra como um verdadeiro termômetro da modernidade.

No entanto, o discurso pós-moderno profere nada mais do que um desejo de ruptura, captado na cultura, que ainda não ocorreu efetivamente. Por isso, as reflexões de Habermas procuraram traçar um caminho que possibilite recolocar o projeto da modernidade admitindo-se uma revisão em relação ao conceito de razão mais adequado e consistente ao momento histórico vivido pela própria modernidade inacabada.

Em torno do debate suscitado pelos “teóricos” da pós-modernidade, especialmente aquele travado entre Lyotard e Habermas, o crítico literário e teórico marxista norte-americano Fredric Jameson aparece com contribuições decisivas, buscando criticar os defensores do pós-modernismo e do pós-estruturalismo francês e também a perspectiva habermasiana. A abrangência de suas análises envolve desde as mudanças oriundas no âmbito da produção cultural, nas últimas décadas, até alcançar as transformações operadas na própria sociedade contemporânea.

Podemos delinear, de maneira esquemática, três períodos constitutivos e interligados em sua produção intelectual: (i) os trabalhos realizados nas décadas de 1960 e 1970, marcados pelos estudos no campo da literatura e dotados de seu interesse e comprometimento com a teoria marxista, (ii) os trabalhos escritos na década de 1980, onde se verifica a construção de uma crítica dialética da cultura e da sociedade em geral e (iii) os trabalhos publicados ao longo dos anos 1990 até o presente momento, na qual suas reflexões teóricas apresentam certas revisões conceituais ainda que preservando as análises culturais e societais.

Nas décadas de 1960 e 1970, a produção de Jameson esteve principalmente centrada, dentre outras coisas, em sua contribuição para consolidar a crítica marxista nos Estados Unidos, tendo como foco as análises voltadas à crítica literária em voga. Em *Marxism and Form: Twentieth Century Dialectical Theories of Literature* (1971), Jameson procurou estudar a atualidade das principais “teorias dialéticas da literatura do século XX”, depreendidas das obras de Theodor Adorno, Georg Lukács, Ernest Bloch, Walter Benjamin, Herbert Marcuse e Sartre. Em *The Prison-house of Language: A Critical Account of Structuralism and Russian Formalism* (1972), estabeleceu um balanço crítico em relação às teorias do formalismo russo e do estruturalismo francês, a exemplo de Claude Lévi-Strauss, da semiótica de Roland Barthes e A. J. Greimas e do desconstrutivismo de Derrida, destacando as mesmas bases destes autores assentadas no paradigma da linguagem proposta por Saussure e as possíveis relações entre o marxismo e o (pós)estruturalismo.

Em *The Political Unconscious: Narrative as a Socially Symbolic Act* (1981), desenvolveu suas teses fundamentais destacando o caráter socialmente simbólico da narrativa e a necessidade de se ter uma interpretação política deste simbolismo, ressaltando o papel da

interpretação com vistas à transformação social (através da práxis política) e apontando o marxismo como sendo o principal método capaz de realizar esta interpretação e transformação da sociedade, por reconhecer simultaneamente as “funções ideológicas e utópicas do texto artístico”. Desta forma, sua abordagem neste período pode ser expressa em um duplo objetivo: almejar uma revisitação do método dialético¹⁵⁷, sobretudo da questão da totalidade, em função do surgimento das concepções fragmentárias do conhecimento, como também resgatar, em alguma medida, a perspectiva da utopia diante dos novos tempos.

Ao longo dos anos de 1980, Jameson se debruça acerca da relação entre o marxismo e as teses da pós-modernidade. De acordo com Anderson (1999), a problemática da pós-modernidade já estava se desdobrando no pensamento de Jameson desde o seu primeiro trabalho monográfico sobre Sartre, “*The Origins of a Style*”, em que sustentou o argumento de “uma sociedade sem futuro visível, deslumbrada com a permanência em massa de suas próprias instituições, na qual nenhuma mudança é possível e onde a ideia de progresso está morta¹⁵⁸”. Atuando nos departamentos de literatura das universidades norte-americanas, Jameson lança seus primeiros estudos sobre o pós-modernismo numa perspectiva de combate expressa “no conflito estético entre realismo e modernismo”.

Da literatura, suas reflexões alcançam as artes e a arquitetura, esta última sob forte influência de Henri Lefebvre, até se empenhar em uma crítica diretamente direcionada à Lyotard, em *The Political Unconscious: narrative as a socially symbolic act* (1981). Em 1984, publica o artigo “*Postmodernism, or, the Cultural Logic of Late Capitalism*” na revista *New Left Review*, sendo estendido e posteriormente transformado em livro com a publicação em 1991. Nesta obra, formula sua principal concepção acerca das transformações ocorridas na contemporaneidade das sociedades modernas, baseando-se na ideia da pós-modernidade como a lógica cultural do capitalismo tardio ou avançado.

Para Jameson, o capitalismo contemporâneo está caracterizado pelo pós-modernismo (ruptura com o modernismo no âmbito da estética cultural), pela “modernização completa” (penetração em todas as esferas da existência da lógica de mercantilização, principalmente na natureza e no inconsciente, até então resilientes) e pela pós-modernidade (capitalismo tardio ou avançado como terceira etapa do capitalismo¹⁵⁹). Tal formulação consagra a relação entre

¹⁵⁷ É de certa forma contumaz atribuir o pensamento de Jameson a uma espécie de ecletismo. Isso resulta da maneira com que o autor procura conceber suas formulações. Seu mecanismo básico reside em “atualizar” o marxismo através da incorporação de outras posições teóricas, culminando em um tipo de teoria expandida a partir de sínteses.

¹⁵⁸ Cf. JAMESON, 1961, p. 8 *apud* ANDERSON, 1999, p. 79.

¹⁵⁹ Jameson se vale muito do cabedal teórico do chamado “marxismo ocidental”, contando também com a influência de outros autores, a exemplo de Ernest Mandel e Jean Baudrillard. De Baudrillard, se vale das

modernidade e pós-modernidade, interpretada enquanto fases do próprio capitalismo, o que o permite afastar-se das concepções que indicam o surgimento de uma nova sociedade em curso (pós-industrial, da informação, pós-fordista e pós-capitalista, dentre outras) e assim sugerir a ideia da imersão da sociedade capitalista pós-moderna como uma nova etapa do capitalismo.

Além disso, na tradição do marxismo ocidental, o traço peculiar do deslocamento das preocupações com a economia política em detrimento da crítica da cultura assume em Jameson uma nova posição: as mudanças ocorridas na esfera cultural se tornam um ponto privilegiado para compreender o funcionamento desta nova etapa do capitalismo, ao mesmo tempo em que se processa a penetração e generalização da forma-mercadoria em todas as esferas da vida, fundindo-se a economia e a cultura, ou, em outras palavras, a diferenciação entre as esferas da economia e da cultura – característica exemplar da modernidade – torna-se assim “dissolvida” na pós-modernidade¹⁶⁰.

Isto posto, nos deparamos em seu livro com um vasto panorama sobre o mundo cultural dos anos 1980: dos fones de ouvido e de Andy Wahrol, dos fundamentalistas e da AIDS, dos aparelhos de ginástica e da MTV, dos *yuppies*, dos cabelos *punk*, da ‘perda da historicidade’ e do *éloge* da esquizofrenia, das mídias e da obsessão com o cálculo e o colesterol, da lógica do ‘choque do futuro’ e dos esquadrões contra-insurreição como novos tipos de grupos sociais, mas também fundamentalmente, em seus termos, o mundo do fracasso das energias utópicas da geração dos anos 1960 e da capilarização destas pulsões, no campo político, pela hegemonia conservadora, a exemplo do thatcherismo, na Inglaterra, e do reaganismo, nos Estados Unidos. Em suma, o mundo da pós-modernidade enquanto “dominante cultural” do capitalismo tardio ou avançado.

Quanto ao “dominante cultural”, sustenta consistentemente a ideia de se pensar o pós-modernismo como característica hegemônica, mas não exclusiva, da cultura norte-americana no novo estágio do capitalismo, embora seja relevante considerar certa oscilação entre a

discussões sobre o papel do simulacro no imaginário cultural do capitalismo contemporâneo, especialmente em “*Simulacres est simulation*” (1981). De Mandel, a obra *O Capitalismo Tardio* (1972), representa a base empírica e conceitual para a compreensão da nova configuração do capitalismo após a segunda guerra mundial (analisaremos esta obra na Parte 2, capítulo 5 da tese).

¹⁶⁰ “That means that the expression *late capitalism* carries the other, cultural half of my title within it as well; not only is it something like a literal translation of the other expression, *Postmodernism*, its temporal index seems already to direct attention to changes in the quotidian and on the cultural level as such. To say that my two terms, the *cultural* and the *economic*, thereby collapse back into one another and say the same thing, in an eclipse of the distinction between base and superstructure that has itself often struck people as significantly characteristic of Postmodernism in the first place, is also to suggest that the base, in the third stage of capitalism, generates its superstructures with a new kind of dynamic. And this may also be what (rightly) worries the unconverted about the term; it seems to obligate you in advance to talk about cultural phenomena at least in business terms if not in those of political economy” (JAMESON, 1991, p. XXI, grifos do autor). Segundo o autor: “Postmodernism is what you have when the modernization process is complete and nature is gone for good. It is amore fully human world than the older one, but one in which “culture” has become a veritable “second nature.”” (Id, Ibid, p. IX).

análise formal e histórica no tratamento dedicado às produções culturais; quanto ao “tardio ou avançado”, faz-se necessário elucidar certo embaraço do autor.

Esta formulação designada por Mandel refere-se a um novo estágio do desenvolvimento capitalista iniciado após a Segunda Guerra Mundial (1945), sendo que para Jameson o surgimento do pós-moderno situa-se entre o final de 1960 e o início de 1970. Para contornar essa discrepância em torno da periodização, esclarece que sua concepção baseia-se em uma diferenciação de temporalidade entre a emergência e a consolidação das transformações ocorridas na economia e na cultura no período do após-guerra, admitindo-se que mesmo que estivessem dados, a partir de 1945, os pressupostos tecnológicos e econômicos da nova configuração do capitalismo, a esfera cultural passaria ainda pelos processos de ruptura geracional e de modificações sociais e psicológicas apenas após os anos 1960.

A década de 1960 é vista, então, como o período de transição, da qual o ano de 1973 aparece como o momento de inflexão, ou seja, em que as mudanças no plano da economia e da cultura se cristalizam, descortinando nos anos 1980 a consolidação do pós-modernismo. Uma vez feito este esclarecimento, é notório considerar sua ressalva em relação à terminologia do capitalismo tardio ou avançado: no artigo de 1984 e no livro de 1991, o autor, de maneira frequente, refere-se a outros termos como sinônimos de capitalismo tardio, a exemplo: capitalismo multinacional, sociedade de consumo, sociedade da imagem e da informação¹⁶¹. O que temos, portanto, é uma concepção de pós-modernismo “mais histórica do que meramente estilística¹⁶²”, “inseparável e impensável sem a hipótese de alguma mutação fundamental da esfera da cultura no mundo do capitalismo tardio, que inclui uma modificação importante em sua função social¹⁶³”. Nisso reside o aspecto primordial para a análise da sociedade capitalista contemporânea:

¹⁶¹ “It is not my favorite slogan, and I try to vary it with the appropriate synonyms (“multinational capitalism,” “spectacle or image society,” “media capitalism,” “the world system,” even “Postmodernism” itself); but as the Right has also spotted what evidently seems to them a dangerous new concept and way of speaking (even though some of the economic diagnoses overlap their own, and a term like *postindustrial society* certainly has a family likeness), this particular terrain of ideological struggle, which unfortunately one rarely chooses oneself, seems a solid one and worth defending. [...] In spite of these theoretical uncertainties, it seems fair to say that today we have some rough idea of this new system (called “late capitalism” in order to mark its continuity with what preceded it rather than the break, rupture, and mutation that concepts like “postindustrial society” wished to underscore). Besides the forms of transnational business mentioned above, its features include the new international division of labor, a vertiginous new dynamic in international banking and the stock exchanges (including the enormous Second and Third World debt), new forms of media interrelationship (very much including transportation systems such as containerization), computers and automation, the flight of production to advanced Third World areas, along with all the more familiar social consequences, including the crisis of traditional labor, the emergence of yuppies, and gentrification on a now-global scale” (Id, Ibid, pps. XVIII-XIX).

¹⁶² Cf. Id, Ibid, p. 44.

¹⁶³ Cf. Id, Ibid, p. 47.

What we must now ask ourselves is whether it is not precisely this semiautonomy of the cultural sphere which has been destroyed by the logic of late capitalism. Yet to argue that culture is today no longer endowed with the relative autonomy it once enjoyed as one level among others in earlier moments of capitalism (let alone in precapitalist societies) is not necessarily to imply its disappearance or extinction. Quite the contrary; we must go on to affirm that the dissolution of an autonomous sphere of culture is rather to be imagined in terms of an explosion: a prodigious expansion of culture throughout the social realm, to the point at which everything in our social life -- from economic value and state power to practices and to the very structure of the psyche itself -- can be said to have become "cultural" in some original and yet untheorized sense. This proposition is, however, substantively quite consistent with the previous diagnosis of a society of the image or the simulacrum and a transformation of the "real" into so many pseudoevents¹⁶⁴.

Para sustentar esta modificação crucial da esfera da cultura no capitalismo tardio, procura estabelecer uma nova formulação para a questão da pós-modernidade. De acordo com autor, a pós-modernidade representa um novo estágio do capitalismo em que o processo de modernização torna-se “completo”, opondo-se assim às teses habermasianas de um projeto inacabado. A “completude” deste processo de modernização pode ser observada pela existência residual dos arcaísmos modernos e de suas noções de temporalidade, historicidade, profundidade e memória em detrimento da subordinação de todas as esferas da existência à efemeridade do mercado, das multinacionais, e das novas tecnologias comunicacionais, das quais a ampla mobilidade alcançada pelo capital, a nova indústria da alta tecnologia e a descolonização são elementos indicativos de que a época moderna foi superada, mesmo que ainda circunscrita na dialética do desenvolvimento “desigual e combinado” (relação entre países centrais e periféricos) e no processamento diferenciado nas diversas temporalidades (relação das e entre as esferas da realidade).

Isto significa, por um lado, a necessidade de o sistema capitalista depender cada vez mais de uma lógica cultural para o seu funcionamento e reprodução (como propriamente um ramo da cultura na economia, como também de um conjunto de novos comportamentos, valores sociais, tipos de consumo, moda e etc.), e, por outro lado, os próprios produtos culturais na pós-modernidade passam a servir como índice ou imagem alegórica de sua época, embora se admitindo nas artes uma temporalidade distinta em termos da ruptura com o modernismo quanto à forma e às especificidades de cada uma delas (cinema, arquitetura, artes visuais, literatura música e etc.).

Uma vez demarcado conceitualmente a pós-modernidade enquanto lógica cultural do capitalismo tardio, segue suas reflexões por meio de um exame crítico acerca das características mais importantes, em sua avaliação, na cultura, na arte e no pensamento pós-moderno, chegando a estendê-la para a vida cotidiana, às experiências e vivências psíquicas

¹⁶⁴ Cf. Id, Ibid, p. 48.

dos indivíduos como certo “espírito de época” e “estrutura de sentimento”. O avanço tecnológico, o papel preponderante do vídeo, as novas tendências do cinema, as radicais mudanças na arquitetura, na literatura, etc., exprimem elementos para a compreensão da própria sociedade capitalista na fase da pós-modernidade a partir do pressuposto da ocorrência de uma correspondência entre o terreno da cultura e das mudanças suscitadas na economia.

Nesta sociedade, em que a “imagem se sobrepõe às coisas” e “os indivíduos situam-se em presente perpétuo”, a esquizofrenia, a falta de profundidade, a redução da experiência ao presente imediato, o poder da imagem, da propaganda e do espetáculo e o esmaecimento dos afetos representam sintomas e fenômenos sociais constitutivos da atual fase do capitalismo. Todavia, a predominância crescente do espaço sobre o tempo, enquanto dominante sistêmico, figura como categoria central que passou a organizar a experiência social na transição para a pós-modernidade¹⁶⁵. Do fim do estilo único e pessoal (aspecto autoral) nas artes, do ofuscamento das vanguardas artísticas em termos coletivos e políticos e da “indistinção” entre a alta e baixa cultura surgem o pastiche (uma espécie de “paródia pálida que perdeu seu senso de humor”). Da crise da historicidade e da conformação do presentismo, como novo regime histórico-temporal, emerge uma nova subjetividade, calcada na perda da integridade psíquica do sujeito centrado da modernidade para o sujeito esquizofrênico.

Com efeito, a vida cotidiana, as experiências psíquicas, as vivências urbanas e as linguagens culturais no novo estágio do capitalismo estão marcadas pela intensificação do processo de reificação e da alienação, da penetração da lógica mercantil em todas as esferas da existência, da fragmentação da consciência e da perda da totalidade, do surgimento de novos movimentos sociais, da centralidade das imagens e da relação entre mídia e mercado (fetichismo das imagens). Tudo se passa como se tivéssemos enredados em um mundo dominado pela ideia “de que nos esquecemos de como pensar historicamente”, em que as novas estruturas alegóricas aparecem como ideologia e a relação entre o sujeito e o meio ambiente construído fossem rompidas através do aprisionamento pelas redes globais e pela extensão do espaço corporativo (hiperespaço). É uma sociedade submetida a um ritmo intenso de mudanças em todas as esferas da vida social, em um mundo transformado em mera

¹⁶⁵ “[...] o moderno deve agora ser rebatizado de “pós-moderno” (já que o que chamamos de moderno é a consequência da modernização incompleta e deve, necessariamente, definir-se em contraposição a um resíduo não moderno, que não mais vigora na pós-modernidade enquanto tal – ou melhor, cuja ausência define esta última). [...] a temporalidade que a modernização inspirou (em suas várias formas produtivas, comunistas e capitalistas) foi eclipsada por uma nova condição, na qual a antiga temporalidade não existe mais, restando apenas uma aparência de mudanças caóticas que não passam de meras imobilidades, uma desordem depois do fim da história” (JAMESON, 2006, p. 108).

imagem de si mesmo (espetáculo), com uma cultura do simulacro ditada pelo ritmo de consumo segundo as conveniências meramente comerciais.

Esta tese, de um mundo na qual a estrutura do capitalismo tardio promoveu uma dissolução da autonomia da esfera da cultura até ao ponto em que tudo na vida social passa a ser considerado como cultural, consagra Jameson no quadro das interpretações mais críticas acerca da pós-modernidade. Os trabalhos nos anos 1990 procuram então dar continuidade às suas elaborações, reexaminando certos conceitos e fazendo ajustes em sua teoria, sempre atento aos acontecimentos que marcaram o capitalismo a partir deste período, especialmente o colapso do comunismo e a queda do muro de Berlim.

Em *Late Marxism: Adorno, or, The Persistence of the Dialectic* (1990), parte em defesa do marxismo em meio ao anúncio de sua “morte”, resgatando a validade da dialética para se repensar o capitalismo contemporâneo, sobretudo a dialética negativa de Adorno, com a qual se apropria, utilizando-a como núcleo central de sua crítica à sociedade dominada pela lógica do mercado. Em *The Geopolitical Aesthetic: Cinema and Space in the World System* (1992), busca analisar a nova expansão do capitalismo, investigando de forma mais sólida as bases econômicas do que chamou de “estética geopolítica”, se empenhando em uma tentativa de mapear as implicações culturais e políticas do novo alcance promovido pelo capitalismo em termos globais. Em *The Cultural Turn: Selected Writings on the Postmodern, 1983-1998* (1998), promove um grande reexame em sua formulação sobre a pós-modernidade: em sua avaliação, o pós-modernismo, enquanto estilo artístico, chegou ao seu ocaso, entretanto a pós-modernidade continua se tratando de um período histórico correspondente ao terceiro estágio do capitalismo, agora entendida como sendo a fase da “globalização”.

Tal terminologia passa a ser utilizada em termos de uma profunda espacialização alcançada pelo capital, um “mundo sem fronteiras”, cujo desenvolvimento aparece como “uma epidemia” que transborda por todo o globo. Para promover esta readequação, apoia-se nas bases teóricas realizadas por Giovanni Arrighi, em seu livro *The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of Our Times*, publicado em 1994. Arrighi admite os movimentos de expansão do capitalismo através de esquemas cíclicos descontínuos, envolvendo deslocamentos em torno de nações e espaços geográficos variados: das cidades italianas para a Holanda, desta para a Inglaterra e, no século XX, para os Estados Unidos, país hegemonicamente desde então. Cada ciclo corresponde, por sua vez, a um movimento interno: primeiro “a implantação do capital que busca investimentos numa região nova”, segundo “o desenvolvimento produtivo da região em termos de indústrias e manufaturas” e, terceiro, “uma ‘desterritorialização’ do capital na indústria pesada para possibilitar sua reprodução e

multiplicação na especulação financeira – após o qual esse mesmo capital é direcionado para uma nova região, dando início ao ciclo¹⁶⁶”.

A partir desta readequação, expõe os sintomas culturais no atual estágio do capital financeiro, sugerindo a existência de uma relação entre as formas elevadas de abstração deste capital e as produções culturais: a pós-modernidade representa o novo tipo de abstração típico da fase da globalização. Em *Valences of the Dialectic* (2009) analisa as condições do mundo globalizado por meio da “dialética espacial”, visando realizar um mapa ideológico das várias regiões do mundo, em que as contradições e desigualdades possam ser descortinadas em termos espaciais e em sua relação com o Outro. Nesta perspectiva, a relação entre identidade e diferença, entre local e global, na fase da globalização, passam a operar segundo uma “desdiferenciação dos níveis sociais”, isto é, enquanto uma fusão do cultural ao econômico, agora em novo patamar global com a hegemonia dos Estados Unidos, sustentado pelo “livre mercado¹⁶⁷”.

Diante desta reformulação, torna-se inescapável para o autor refletir sobre as possibilidades de se estabelecer uma nova estratégia política que privilegie a associação entre a crítica cultural e a crítica social, tomadas como indissociáveis neste estágio do capitalismo. Sua sugestão repousa na ideia de se pensar em um mapeamento cognitivo como resistência à globalização, resgatando o caráter utópico da dialética. Faz-se necessário reconhecer que não trata de uma teoria da organização política revolucionária embora se tenha como pressuposto a perspectiva de novos modelos de resistência de alcance internacional. Na verdade, o mapeamento cognitivo procura então privilegiar as possibilidades de uma prática estética e política suficientemente capaz de questionar a lógica do capitalismo globalizado, contando com um tipo de luta discursiva, formadora de consciência dos grupos e potencializadora de um processo de identificação das experiências individuais com a realidade.

¹⁶⁶ Para Jameson, “a mudança dos investimentos da produção para a especulação no mercado de ações, a globalização das finanças [...] e o nível de engajamento delirante com os valores mobiliários: essas são as realidades com consequências fundamentais para a vida social hoje”, sendo o capital financeiro “[...] o mais alto e o último estágio de cada um dos momentos do capital, aquele em que, em cada um de seus ciclos, ele esgota o seu retorno à nova zona capitalista nacional e internacional, buscando morrer e renascer em alguma encarnação “mais alta”, mais ampla e imensuravelmente mais produtiva, na qual ele está destinado a viver de novo os três estágios fundamentais da sua implementação, do seu desenvolvimento produtivo e do seu estágio final, financeiro e especulativo” (JAMESON, 2006, pps. 226-227).

¹⁶⁷ Jameson procura analisar esta problemática destacando suas várias dimensões. Na dimensão econômica, aparece o processo de expansão dos mercados financeiros, a relevância do capital estrangeiro e o papel das multinacionais, especialmente com a deslocalização destas para as periferias. No plano da tecnologia, aponta os impactos das novas tecnologias e da informática. Na esfera política, atenta para a dominação imperialista e a subordinação de outros estados-nações ao poderio americano. No nível cultural, assevera a criação de uma cultura mundial “disneyficada”, consequentemente ameaçando as culturas nacionais (JAMESON, 2001).

A utopia aparece, portanto, com o intuito de energizar a ação coletiva, de se pensar o “futuro como ruptura do presente”. Como bem enfatizou Anderson (1999), a política em Jameson está mais colocada em termos dos “anseios utópicos” que “não são facilmente reprimidos”, podendo “ser reacesos com os mais imprevisíveis pretextos”, do que propriamente na determinação da atuação de quais grupos (ou classe) seriam os portadores da mudança social.

Ainda no final dos anos de 1980, outras importantes obras pontuaram os debates em torno da pós-modernidade, muitas delas inclusive estabeleceram forte diálogo com a perspectiva de Jameson. A primeira delas, complementar à sua formulação, aparece em 1985, com o artigo “*Capitalism, modernism and postmodernism*”, publicado pelo filósofo e crítico literário britânico Terry Eagleton, na *New Left Review*. A tese central desenvolvida no *paper* detectava a transformação da obra de arte em mercadoria, “tomando-se, no plano estético, o que já é no econômico”, e seu desdobramento no processo em que a “reificação moderna – a obra de arte como fetiche isolado – é, portanto, trocada pela reificação da vida cotidiana no mercado capitalista”.

De maneira elegantemente marxista, Eagleton asseverava que “se a alta obra moderna foi institucionalizada no seio da superestrutura, a cultura pós-moderna reagirá vulgarmente a esse elitismo, instalando-se na base¹⁶⁸”. Em 1996, com a publicação do livro *The Illusions of Postmodernism*, Eagleton retoma, em grande medida, suas observações alinhavadas no artigo de 1985: esta problemática torna-se mais elaborada no sentido de se explicitar a forma ambivalente da ideologia que sustenta a visão pós-moderna, reiterando o seu caráter complementar à formulação de Jameson - aspecto “espantosamente” pouco explorado por ele. Segundo bem sintetizou Anderson (1999), tal ideologia repousa na ideia de que:

O capitalismo avançado requer dois sistemas contraditórios de justificação: na ordem política, uma metafísica de verdades pessoais duradouras – o discurso da soberania e da lei, do contrato e da obrigação – e, na ordem econômica, uma casuística de preferências individuais por modas e gratificações de consumo em

¹⁶⁸ Para Eagleton, “o pós-modernismo empresta algo do modernismo e da vanguarda e, em certo sentido, coloca um contra a outra. Do modernismo propriamente dito, o pós-modernismo herda o eu fragmentário e esquizóide, mas extirpa toda a distância crítica dele, contrapondo a isso uma impassível apresentação de experiências “bizarras” que se assemelha a certos gestos de vanguarda. Da vanguarda, o pós-modernismo toma a dissolução da arte na vida social, a repulsa à tradição, uma oposição à “alta” cultura enquanto tal, mas mistura isso com os impulsos apolíticos do modernismo. De tal modo, ele involuntariamente expõe o formalismo residual de qualquer forma artística radical, que identifica a desinstitucionalização da arte e sua reintegração com outras práticas sociais como um movimento intrinsecamente revolucionário. Pois a questão é, antes, saber sob quais condições e com quais efeitos plausíveis tal reintegração pode ser tentada. Uma arte autenticamente política em nosso próprio tempo poderia, de modo similar, nutrir-se tanto do modernismo como da vanguarda, mas numa combinação diferente daquela do pós-modernismo. As contradições da obra moderna são, como procurei mostrar, implicitamente políticas em seu caráter; mas uma vez que o “político” parecia a esse modernismo pertencer precisamente à racionalidade tradicional da qual tentava escapar, tal fato permaneceu na maior parte submerso sob o mitológico e o metafísico” (EAGLETON, 1995, p. 68).

perpétua mudança. O pós-modernismo dá expressão paradoxal a esse dualismo, pois enquanto seu desprezo do sujeito centrado em favor das digressões erráticas do desejo combina com o hedonismo amoral do mercado, sua rejeição de quaisquer valores fundamentais ou verdades objetivas solapa as legitimações dominantes do Estado¹⁶⁹.

A segunda delas, um pouco distante da perspectiva jamesoniana, se refere aos trabalhos do filósofo italiano Gianni Vattimo, situados no campo da filosofia. Em 1985, a obra *La fine della modernità* procura estabelecer a relação entre as reflexões de Nietzsche e Heidegger para as discussões sobre o fim da modernidade e a emergência da pós-modernidade. De acordo com Vattimo, os pensamentos filosóficos de Nietzsche e Heidegger, que balizam a compreensão da existência marcada pela não-historicidade, abriram o caminho no pensamento pós-moderno para a construção do conceito de pós-historicidade. A noção de *Post-Historie*, originalmente utilizada por Arnold Gehlen no campo da cultura, assume uma formulação mais abrangente para designar a transmutação do conceito de progresso em “rotina”, isto é, a supressão célere dos resultados engendrados pelas inovações da técnica, o debilitamento do ser, o fim dos fundamentos e a autodissolução do conceito de verdade.

Para o autor, a pós-modernidade está caracterizada pelo pensamento da fruição, da contaminação e da predominância da técnica (*Ge-stell*), sustentada na fragilização das certezas e verdades e, portanto, digna de uma “ontologia fraca”. Dando continuidade a estas reflexões, em *La società trasparente* (1989), Vattimo localiza a emergência da pós-modernidade na existência de uma sociedade de comunicação generalizada, a sociedade do *mass media*, em que, ao contrário da estabilidade dos ideais modernos, se verifica a efervescência, a multiplicidade e a pluralidade veiculada pelos *mass medias*. O fim da modernidade diante da impossibilidade de se pensar a história, de modo a traçar um curso linear dotado pelo progresso, não é mais revelador de um projeto emancipatório. Repensar esta nova emancipação, implica, na visão do filósofo italiano, apostar na sociedade mais transparente dos *mass media*, em toda sua vasta complexidade e seu rumo caótico.

A terceira delas, similar às abordagens de Jameson, diz respeito aos trabalhos dos sociólogos britânicos Scott Lash e John Urry. Vimos no capítulo anterior que em *The End of Organized Capitalism* (1987) os autores demarcam o surgimento da cultura do pós-modernismo em substituição ao modernismo apoiados na ideia da conformação do pluralismo e da fragmentação em todas as esferas da sociedade. Esta nova cultura, aliás, seria o traço fundamental que configura ideologicamente o capitalismo desorganizado. Em *Economies of Signs and Space*, publicado em 1994, procuram ir além destas caracterizações ao atribuírem,

¹⁶⁹ Cf. ANDERSON, 1999, p. 133.

às mudanças socioculturais ocorridas ao longo das décadas de 1970 e 1980, o “fim” ou “declínio” das antigas instituições e organizações da sociedade. Para eles, no capitalismo “desorganizado” a sociedade passa a funcionar baseada no processo de reconstrução das formas de identidade individual e coletiva, criando novas possibilidades de relações sociais nas diversas esferas da existência. As “estruturas de informação e comunicação” permitem com que novas maneiras de pensar e agir se edifiquem, promovendo mudanças socioculturais no sentido da suplantação ou declínio das próprias instituições e organizações da sociedade.

A quarta delas, de caráter crítico em relação à Jameson, se dá com as obras publicadas em 1989, pelo filósofo político, Alex Callinicos, e pelo geógrafo David Harvey. Em *Against Postmodernism: a Marxist critique*, Callinicos realiza uma investigação em que procura mais criticar os erros inscritos no pensamento pós-moderno do que propriamente versar sobre uma nova conceituação do mesmo. Suas denúncias apontam desde a falta de verificação empírica das proposições pós-modernas, o questionamento pueril sobre a capacidade da ciência, até o exagero nas formulações das mudanças. Chega ainda a desnudar as ambiguidades mais fundamentais que marcam a base deste pensamento: em sua apreensão para derrubar de vez a totalidade (o todo articulado) e a ideia de progresso, os pós-modernos incorrem em uma nova totalização, qual seja, a do “todo desarticulado” e em uma nova versão de progresso, qual seja, a do “neoliberalismo”.

Para Callinicos, o pensamento pós-moderno figura como um “estado de ânimo” que emerge em função da derrota dos trabalhadores, penetrando também na intelectualidade e tornando-a, em grande medida, desacreditada de uma possibilidade de ruptura com o capitalismo. Em sua avaliação, é notório o novo patamar alcançado pela ampla mobilidade do capital global, mas isso não significa a ocorrência de uma ruptura, ou seja, a pós-modernidade não representa uma mudança estrutural na história do próprio capitalismo. Callinicos sustenta essa posição destacando alguns elementos críticos aos defensores da pós-modernidade. Em primeiro lugar, assevera que os Estados nacionais no após-guerra continuaram a preservar substancialmente seus poderes em termos de regulação do sistema, sendo o principal deles o “keynesianismo militar” de Reagan, capaz de reaquecer a economia mundial na década de 1980. Em segundo lugar, a emergência da “acumulação flexível” não implicou necessariamente na forte segmentação da força de trabalho, na produção em pequenos lotes e na expansão vertiginosa dos serviços.

Além disso, as práticas culturais identificadas ao pós-modernismo – “a bricolagem da tradição, o jogo com o popular, a reflexividade, o hibridismo, o pastiche, o figurativismo, o descentramento do sujeito”, entre outros – já estavam muito bem constituídas no próprio

modernismo. Por essas razões, a “novidade” inscrita nos tempos atuais reside sobremaneira no processo de degradação do próprio modernismo - cada vez mais acomodado e integrado à lógica de mercantilização, promovido desde a expansão do mercado no após-guerra -, muito bem capilarizado pela direita, a partir da derrota da geração radical dos anos 1960 e da ascensão de uma “nova classe média ocidental” nos anos 1980 mais hedonista e escorada no consumismo.

O geógrafo marxista David Harvey, por sua vez, na obra *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*, especialmente nas partes I e IV deste livro, situa a emergência do pós-modernismo em meio aos movimentos anti-modernos que se opuseram à racionalidade tecno-burocrática do “alto modernismo”, estabelecendo uma crítica estética e cultural à sua rigidez (na arquitetura, nas artes e na literatura). No entanto, os traços característicos da pós-modernidade (a exemplo da “morte do sujeito”, do “fim das energias utópicas” e da descrença no progresso), passam a ser detectados de uma forma mais consistente. Como vimos no capítulo 2, o autor defende a ocorrência de “uma mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas, desde mais ou menos 1972”, vinculada “à emergência de novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo e o espaço”.

Esta “compressão do espaço-tempo” se alicerça com a passagem do fordismo para o processo de “acumulação flexível”, sendo este o nexos estrutural delineado para a compreensão da “condição da pós-modernidade”: trata-se de uma nova experiência do tempo e do espaço, com inúmeros desdobramentos que afetam a organização social, econômica, política, cultural e estética do mundo capitalista. Com isso, o autor traça o novo regime de acumulação flexível como sendo a base de sustentação para a conformação da cultura pós-moderna. As características centrais da esfera econômica e produtiva, tais como a desmaterialização do dinheiro, o caráter efêmero das moedas e a forte instabilidade da economia encontram-se articuladas com as dimensões culturais e estéticas.

A partir das décadas de 1990 e 2000, a discussão sobre a pós-modernidade começa a vacilar até chegar a seu “ocaso”. O fim da Guerra Fria, o colapso da União Soviética, a crise do Estado de bem-estar, os atentados de 2001 nos Estados Unidos e a ofensiva militar estadunidense contra o Iraque, a Somália, a Bósnia, a Kosovo, o Afeganistão, novamente o Iraque, a Líbia e a Síria, ressaltam a “retomada da hegemonia norte-americana” em um novo quadro de contraofensiva ideológica do “neoliberalismo”. Os conceitos de pós-modernidade e de pós-modernismo continuaram a veicular em algumas áreas destinadas aos estudos literários e estudos pós-coloniais, entretanto, seu declínio mostrou-se mais notório. A palavra de ordem

passou a ser “globalização”. Ainda que concebida de formas distintas e de maneira muito confusa, além, claro, do caráter copiosamente ideológico da mesma¹⁷⁰, esta palavra penetrou nos meios intelectuais, obtendo forte difusão (como vimos, por exemplo, com o próprio Jameson, que passou a utilizá-la em suas obras após os anos 1990).

A obra que consagra esta “nova ordem mundial” é a do neoconservador Francis Fukuyama, intitulada *The end of history and the last man* (1992). Nela, o ex-assessor de Ronald Reagan atesta a “vitória do liberalismo” enquanto uma forma derradeira na história do Ocidente. Em seus termos, a “democracia liberal deve constituir o ‘ponto final da evolução ideológica da espécie humana’ e a ‘forma final do governo humano’, como tal ela constitui o fim da história¹⁷¹”. Nesse sentido, nos perguntamos: seria possível imaginar uma nova “metanarrativa” tão penetrante e eloquente na realidade das sociedades pós-modernas? O que dizer sobre a universalização dos valores da democracia liberal como “a forma final do governo humano”, na qual o Ocidente assevera sua vocação civilizatória apoiada na hegemonia dos Estados Unidos? Como restaurar uma nova possibilidade de prosperidade, sustentada no livre mercado, diante da visão tão desgastada de progresso?

Sob as bases da “globalização dos mercados”, este novo contexto reacendeu o debate em torno da modernidade e da “completude da modernização”. Alguns autores, a exemplo de Negri e Hardt, como vimos anteriormente, procuraram manter a terminologia da sociedade pós-moderna considerando-a, no entanto, enquanto equivalente da sociedade da biopolítica ou do controle, suscitada pelas novas formas de dominação do Império¹⁷², mas os contornos das discussões ganharam diversos caminhos distintos, não sendo possível aqui aborda-los ou sistematiza-los de maneira ampla, por razões de delimitação¹⁷³.

¹⁷⁰ O insuspeito economista John Galbraith se refere à “globalização” como sinônimo de “americanização”. Segundo ele, “*Globalização não é um conceito sério. Nós, americanos, o inventamos para dissimular nossa política de penetração econômica nos outros países*” (GALBRAITH, J. *Entrevista à Folha de São Paulo*, 02.11.97).

¹⁷¹ Cf. FUKUYAMA, 1992, p. 11.

¹⁷² Na obra *Empire* (2000), Negri e Hardt, defendem a formulação do surgimento da sociedade pós-moderna pós-fordista enquanto equivalente da sociedade da biopolítica ou do controle. A pós-modernidade promove uma disjunção nos sujeitos ao ponto de dotá-los de subjetividades imanentes. Ainda que subordinados aos ditames do Império, estas subjetividades adquirem uma nova formatação de “produção biopolítica”, cuja dinâmica real repousa no conceito de trabalho imaterial. Ou seja, na pós-modernidade, o biopolítico se torna produtivo e este processo se expressa como produção de subjetividade, determinada pelo trabalho imaterial. No segundo livro, *Multitude: War and Democracy in the Age of Empire* (2004), Negri e Hardt apontam a “multidão” na condição de uma categoria que poderia explicitar experiências de resistência a este poder. Se na produção biopolítica as relações sociais se pautam através de formas colaborativas de trabalho e o intelecto se torna a única força de produção, a multidão aparece então como sendo uma nova classe global que luta e resiste contra a dominação do Império.

¹⁷³ Sobre a problemática da “globalização”, Martins (2011) sugere um delineamento, de maneira sintética, composto por cinco interpretações importantes surgidas no debate, sendo que cada um destes grupos apresentam certas diferenças entre seus principais autores: (i) o primeiro grupo é o dos “globalistas”, apoiados na ideia da constituição de uma “sociedade global”. Apesar de apresentarem semelhanças em relação aos aspectos mais

Cabe destacar, então, apenas alguns autores que passaram a ter uma maior influência no debate contemporâneo, especialmente no campo das ciências sociais. Uma importante linha seguida por um grupo de sociólogos, principalmente Beck, Giddens e Bauman, reside na concepção predominante de que a “globalização” apresenta-se na condição de uma nova fase do desenvolvimento da sociedade moderna. A ênfase recai, assim, em se pensar as mudanças promovidas na própria modernidade – segunda modernidade (Beck), alta modernidade ou modernidade radicalizada (Giddens) e modernidade líquida (Bauman) – ao invés de se supor mudanças da sociedade, a exemplo das terminologias usadas para designar as transições para a sociedade pós-industrial, pós-capitalista, pós-moderna, entre outras.

Em fins dos anos de 1980, o sociólogo alemão Ulrich Beck publica seu trabalho *Risikogesellschaft - Auf dem Weg in eine andere Moderne* (1986), mais tarde traduzido para o inglês como *Risk Society: Towards a New Modernity* (1992). Nesta obra, enfatiza a necessidade de se avaliar o pensamento social, sobretudo aquele direcionado às teses que atestam o surgimento de um novo tipo de sociedade, sugerindo, ao contrário, uma teorização social na qual se privilegie as transformações no interior da própria modernidade e da

gerais, divergem em relação aos seus efeitos: (a) alguns indicam tendências de sincronia e integração (Kenich Omae, Robert Reich e Francis Fukuyama) e (b) outros sugerem tendência de diacronia e polarização (Octávio Ianni, René Dreifuss); (ii) o segundo grupo observa a globalização através das teses da hegemonia compartilhada (Paul Hirst, Grahame Thompson, Joseph Nye e Robert Keohane): a globalização é ressaltada em função do aumento do grau de internacionalização da economia mundial e o Estado aparece para promover marcos de regulação sustentado por regimes internacionais; (iii) o terceiro grupo diz respeito aos neodesenvolvimentistas (François Chesnais, Samir Amin, Maria da Conceição Tavares, Celso Furtado e Susan Strange): a globalização aparece como sendo um fenômeno principalmente financeiro, articulado na integração mundial desses mercados, e a perspectiva é a de se restabelecer um regime de acumulação que priorize o investimento produtivo; (iv) o quarto grupo é desenvolvido pelos teóricos do sistema mundial, subdivididos entre: (a) os que defendem a noção do moderno sistema mundial (Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e Beverly Silver) e (b) os que asseveram a existência de apenas um único sistema mundial (André Gunder Frank e Barry Gills) e, finalmente, (v) o quinto grupo é representado pelos teóricos da teoria da dependência, em sua versão marxista (Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Orlando Caputo e Aña Esther Ceceña): a globalização é entendida enquanto período de crise do modo de produção capitalista. Em suma: uma ampla diversidade de interpretações, marcadas por uma imensa diversidade de enfoques sobre um mesmo fenômeno. Sobre a problemática da *modernidade*, podemos indicar também: (i) Bruno Latour: sustenta o argumento de que “nunca fomos modernos” no sentido de fazer a crítica à autonomização da ciência, ou seja, nunca houve essa separação devido à ciência estar permeada por questões políticas, sociais e éticas; (ii) Hans Blumenberg: defende a ideia de que desde sempre fomos modernos, pois a modernidade engendrou a consideração da história humana em termos de uma história de auto-affirmação e em um domínio progressivo da realidade; (iii) Shmuel Eisenstadt: atesta a precedência histórica do padrão ocidental de modernidade, marcado por modernidades múltiplas; (iv) Dilip Gaonkar: arvora a ideia de modernidades alternativas, embora o Ocidente continue a ser a principal forma de irradiação da modernidade; (v) Frank Kermode: enfatiza a noção de “neomodernismo”, como desenvolvimentos marginais do modernismo, mas não uma ruptura; (vi) Gilles Lypovetsky: fala em hipermodernidade, no sentido da exacerbação dos valores criados na modernidade e (vii) Nicolas Bourriaud: admite a noção de altermodernidade, da qual não somos nem modernos nem pós-modernos, mas estamos imersos na era cultural do mundo globalizado, constituído por múltiplas temporalidades simultâneas, regidas pelo caos e pela complexidade. Fica claro, portanto, que o contexto da chamada “globalização” implicou em distintas formas de se reavaliar a própria modernidade e o seu processo subjacente de modernização.

sociedade industrial. Para isso, formula a ideia da sociedade de risco, correspondente à nova fase alcançada pelas sociedades industriais na modernidade. Em suas próprias palavras:

[...] assim como, no século XIX a modernização dissolveu a esclerosada sociedade agrária estamental e, ao depurá-la, extraiu a imagem estrutural da sociedade industrial, hoje a modernização dissolve os contornos da sociedade industrial e, na continuidade da modernidade, surge uma outra configuração social¹⁷⁴.

A sociedade do risco aparece então como sendo uma nova fase no desenvolvimento da sociedade moderna em que os processos incessantes da modernização industrial são interpretados através de uma dupla perspectiva: por um lado, os riscos se referem aos efeitos imprevisíveis inerentes a estes processos, causadores de danos e destruições de todos os tipos: econômicos, políticos, sociais, individuais e ambientais; por outro lado, os riscos são vistos como cientificamente projetados e ao mesmo tempo percebidos e geridos. Desta forma, a modernização é tanto geradora de oportunidades quanto também potencializadora de consequências que podem escapar dos mecanismos típicos da sociedade industrial em termos de controle e proteção institucional.

A novidade subjacente a este conceito de risco não repousa simplesmente em seu novo potencial destrutivo (por exemplo, a fissão nuclear), mas principalmente pelo seu caráter institucionalmente fabricado (pela ciência, mídia, governo, etc.), pela sua invisibilidade (perigos não perceptíveis, substâncias químicas e radiação) e pela sua ausência de fronteira espacial e temporal (riscos globais). Em outras palavras, a sociedade do risco é uma sociedade que adquiriu consciência de que é ela própria quem produz os riscos, de que estes são imanentes a ela, e se apresentam como “incertezas fabricadas”¹⁷⁵.

Na fase da globalização, segundo Beck, a da segunda modernidade, se observa o momento em que a reflexividade das incertezas se alia ao cosmopolitismo das relações sociais, em função das meta-transformações (na esfera individual, da família, do trabalho, da política, na relação entre sociedade e natureza) propiciadas pelo processo da modernização industrial. Tudo isso implica na sociedade uma lógica de dinamização reflexiva, em que a própria sociedade torna-se um problema para ela mesma e questões sobre calculabilidade e

¹⁷⁴ Cf. BECK, 2010, pps. 12-13.

¹⁷⁵ Para fundamentar o conceito de sociedade de risco, Beck opera com três outros conceitos importantes: modernização reflexiva, individualização reflexiva e produção e distribuição dos riscos. A modernização reflexiva diz respeito ao movimento mais geral dessa sociedade historicamente construída. A produção e distribuição dos riscos apontam para a relação direta e indireta entre a produção e distribuição social de riquezas e a produção e distribuição social de riscos. A individualização reflexiva indica a alteração na interação dos indivíduos com os “outros” e com a natureza. Nela se encontra as mudanças nas concepções do casamento, da paternidade, da sexualidade e das formas do amor e etc. Dada a centralidade do indivíduo que, estimulado pela competitividade, passa a direcionar sua vida em busca do sucesso pessoal, almejando elevados padrões de vida, a formação das identidades vai se afastando da perspectiva de classe à medida que “os indivíduos convertem-se em agentes que asseguram existencialmente sua mediação pelo mercado e a organização e o planejamento biográficos com ela relacionados” (Id, Ibid, p.110).

previsibilidade¹⁷⁶ dos riscos passam a ter maior importância para se pensar a ação e a regulação institucional.

Consequentemente, na sociedade de risco dois processos se generalizam: (i) a ciência que, em um primeiro momento, serve de mediação para a definição e a fonte de solução de danos e riscos, torna-se, posteriormente, insuficiente diante dos mais variados diagnósticos embasados nos discursos dos especialistas nos meios de comunicação e (ii) a política na qual, dado o risco de se converter em agente de (auto)politização e voltar-se mais para as esferas da vida cotidiana, identifica-se segundo critérios individualizados de afinidade¹⁷⁷. Reflexidade e risco, portanto, compõem o centro de atenção das novas formas de participação direta nos processos de tomada de decisão, no âmbito das políticas estatais nacionais, onde se destaca a “melhor argumentação”.

Simultaneamente, a sociedade do risco também nos permite pensar sobre os riscos globais em termos de esferas de regulação pós-nacionais (transnacionais). Dessa forma, cabe investigar como cada sociedade interioriza o risco e como se alteram as instituições existentes nelas, levando em conta a incapacidade destas instituições de criar certezas, sobretudo em um mundo marcado por um futuro aberto e ao mesmo tempo prenhe de incertezas. Nos anos 2000, a produção do autor recebe uma reatualização teórica, a exemplo da obra *Weltrisikogesellschaft* (1998), traduzida para o inglês, em 1999, como *World Risk Society*, sem revelar, entretanto, profundas alterações em sua interpretação acerca da sociedade do risco.

No mesmo diapasão, o sociólogo britânico Anthony Giddens, em sua obra *The Consequences of Modernity* (1990), prefere falar em alta modernidade ou modernidade radicalizada¹⁷⁸ ao se referir à nova fase do desenvolvimento da sociedade moderna, a globalização. Isto o inclina a construir uma nova teoria social que nos ajude a compreender nossa contemporaneidade:

Se formos compreender adequadamente a natureza da modernidade, quero argumentar, temos que romper com as perspectivas sociológicas [...] Temos que dar

¹⁷⁶ A calculabilidade diz respeito à perda das fronteiras espaciais e temporais para se analisar e determinar as causas de danos e riscos. Já a previsibilidade se refere através da relação entre ciência, risco e incerteza. Dado a midiaticização do discurso científico, ficam mais dúvidas do que “certezas” para as pessoas em suas vidas cotidianas. A ciência ainda permanece necessária, mas é cada vez menos suficiente.

¹⁷⁷ O aspecto central inscrito nessa “nova política” reside na ideia de que ela não está mais voltada para a conquista do poder estatal. Sua forma de organização é, sobretudo, auto-gestionária e contém pessoas das mais diversas posições. Beck chama esta nova política de subpolítica, atribuindo aos ativismos à predominância das manifestações políticas nas sociedades de risco.

¹⁷⁸ Para Giddens, a modernidade remete a “uma organização social que teve sua emergência na Europa a partir do século XVII, a qual tornou-se ulteriormente mais ou menos mundial em sua influência, proporcionando outros costumes e estilos de vida” (GIDDENS, 1991, p. 11). Estaríamos vivendo, portanto, a radicalização da modernidade.

conta do extremo dinamismo e do escopo globalizante das instituições modernas e explicar a natureza de suas descontinuidades em relação às culturas tradicionais¹⁷⁹.

Para analisar o caráter descontínuo inscrito nesses modos de vida, destaca as transformações ocorridas no tempo e no espaço e a aceleração do ritmo de mudança intrínseca das instituições modernas. A separação do tempo e do espaço com a invenção do relógio mecânico aparece como um deslocamento ou desencaixe que promoveu a construção de mecanismos para a organização da vida de maneira racionalizada. Esta forma de organização assumiu na atualidade, de maneira radicalizada, o impacto das mudanças propiciadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação, imprimindo um ritmo de mudança avassalador em todas as esferas da sociedade.

Além disso, existem outros dois mecanismos de desencaixe envolvidos nas instituições modernas: as fichas simbólicas¹⁸⁰ e os sistemas peritos¹⁸¹. Tanto as fichas simbólicas quanto os sistemas peritos estão baseados na relação de confiança, sendo que toda confiança traz consigo a possibilidade de acarretar riscos e perigos, com a diferença de que o risco pressupõe o perigo, mas o perigo ameaça os resultados desejados¹⁸². Estes desencaixes, portanto, expressam, na realidade da globalização, o esvaziamento dos contextos locais de ação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço.

Consequentemente, as descontinuidades ou desencaixes modernos implicam no que Giddens chama de “riscos manufaturados” (correspondem às intervenções humanas na natureza e nas condições da vida social) e “incertezas manufaturadas” (designam as incertezas criadas pelos riscos). A realidade das “incertezas manufaturadas” é fruto do próprio desenvolvimento das instituições erigidas na modernidade que, na contemporaneidade, passaram por um processo de radicalização, como podemos observar, por exemplo, com a potencial possibilidade de guerras nucleares, colapso do sistema financeiro internacional, desastres ambientais, dentre outros, capazes de afetar e alcançar todo o planeta.

Na fase da globalização, diante dos riscos e das incertezas, a reflexividade assume um caráter diferente: “ela é introduzida na própria base da reprodução do sistema, de forma que o

¹⁷⁹ Cf. Id, Ibid, p. 25.

¹⁸⁰ As fichas simbólicas são “os meios de intercâmbio que podem ser ‘circulados’ sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular” (Id, Ibid, p. 32). O melhor exemplo nesse sentido é o do dinheiro.

¹⁸¹ Os sistemas peritos dizem respeito aos sistemas de alto nível técnico voltados para as organizações das áreas sociais. Estabelecem considerável grau de confiança aos agentes sociais apoiados na segurança e conforto que ofertam. Temos, por exemplo, o uso de remédios e de aviões em que, mesmo desconhecendo a procedência, ou quem o pilota, adquirimos uma relação de confiança.

¹⁸² “Pode-se definir segurança como uma situação na qual um conjunto específico de perigos está neutralizado ou minimizado. A experiência de segurança baseia-se num equilíbrio de confiança e risco aceitável” (Id, Ibid, p. 43).

pensamento e a ação estão constantemente refratados entre si¹⁸³”. Isto é, “a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformuladas à luz de informação renovada sobre essas próprias práticas, alterando assim seu caráter¹⁸⁴”.

Ao reconhecer os limites pessoais e preservar a individualidade, advindas da auto-identidade à medida que o “Eu” torna-se um projeto a ser pensado e decidido individualmente, a reflexividade possibilita aos sujeitos à constituição de práticas pautadas no diálogo e no respeito, podendo-se chegar a uma verdadeira democracia da vida privada, que poderia abrir o caminho para uma democratização da vida pública. Mesmo trazendo consigo riscos e incertezas, Giddens é otimista com relação ao poder de mudança da reflexividade. Estaríamos entrando na “sociedade do diálogo”, cuja base da reflexividade descentralizada revela o desgaste das ideologias políticas socialistas ou capitalistas. Em suas obras posteriores, continua a voltar suas preocupações para com a teoria sociológica e o papel da reflexividade, avançando também junto à elaboração de uma nova forma de concepção e de atuação política¹⁸⁵.

Enquanto os sociólogos Beck e Giddens apostam na modernização reflexiva¹⁸⁶, cujos efeitos seriam o predomínio de novas estruturas sociais e culturais a partir da individualização, outros autores não acreditam na potencial centralidade do indivíduo referida à autocapacidade de desempenhar suas ações na produção da vida social. Para o sociólogo norte-americano Richard Sennett, “globalização” significa muito mais flexibilidade do que reflexibilidade. Em sua obra, *The Corrosion of Character, The Personal Consequences Of Work In the New Capitalism* (1998), pontua que a flexibilidade exige dois aspectos a serem desenvolvidos pelo indivíduo: o da “capacidade de desprender-se do próprio passado” e o da “confiança para aceitar a fragmentação¹⁸⁷”.

¹⁸³ Cf. Id, Ibid, p. 45.

¹⁸⁴ Cf. Id, Ibid, p. 45.

¹⁸⁵ No livro publicado em 1992, *The Transformation of Intimacy: Sexuality, Love and Eroticism in Modern Societies*, Giddens realiza uma análise sobre as transformações ocorridas na intimidade ao longo da modernidade. De acordo com o autor, o desenvolvimento dos sujeitos esteve marcado por “desvios” e “vícios” que nada mais se tratavam do que meramente reminiscências de “modos sociais antigos”; traços que não ocorreriam mais na modernidade radicalizada reflexiva, na qual os indivíduos se mostram cada vez mais abertos e as identidades são preservadas e respeitadas. Nesse sentido, a relação de melhor convívio na vida privada acaba levando essas atitudes para o espaço público. São estas premissas que o levam a pensar naquilo que chamou de “política radical reconstruída”, expressa na *Terceira Via*, a partir do livro *The Third Way. The Renewal of Social Democracy*. (1998), cujo maior expoente foi o primeiro-ministro britânico, Tony Blair (1997-2007).

¹⁸⁶ Cabe ressaltar a aproximação de Scott Lash também com as proposições da modernidade reflexiva. Ver, especialmente, a obra: *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna* (1997), em que Lash escreve junto com Giddens e Beck.

¹⁸⁷ Cf. SENNETT, 1999, p. 73.

Partindo da análise mais detida sobre o mercado e as relações de trabalho, acredita que o papel das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) implica em um duplo processo: primeiro se trata de tecnologias na qual o poder de controle é invisível sobre as práticas laborais dos indivíduos e, segundo, que acabam contribuindo com a “dessocialização” das relações de trabalho provocada pela competição entre os próprios trabalhadores. Estas características marcantes do “capitalismo flexível”, portanto, tendem a ameaçar a capacidade das pessoas de transformarem seu caráter em narrativas autossustentadas.

Concordando com Beck e Giddens a respeito das incertezas na sociedade contemporânea, Sennet assevera também que o risco “[...] desorienta a ação a longo prazo, afrouxa os laços de confiança e compromisso e divorcia a vontade do comportamento¹⁸⁸”. Conforme indica:

O tempo nas instituições e para os indivíduos não foi libertado da “jaula de ferro” do passado, mas sujeito a novos controles do alto para baixo. O tempo da flexibilidade é o tempo do novo poder. Flexibilidade gera desordem, mas não livra das limitações [do capitalismo]¹⁸⁹.

Outro autor que ganhou bastante destaque no debate foi o sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Em sua concepção, o potencial do “indivíduo autossustentado e autoimpulsionado” torna-se ainda mais duvidoso no mundo atual, da modernidade líquida, marcada pelo descontrole, pelas incertezas e pelos riscos globais, à medida que realizar escolhas e projetos individuais agora não passa simplesmente de intencionalidades e motivações sem qualquer garantia em relação ao futuro. A ideia da modernidade líquida está explícita na seguinte passagem, de sua obra *Liquid Modernity* (2000):

A passagem da fase “sólida” da modernidade para a “líquida” – ou seja, para uma condição em que as organizações sociais (estruturas que limitam as escolhas individuais, instituições que asseguram a repetição das rotinas, padrões de comportamento aceitável) não podem mais manter sua forma por muito tempo (nem se espera que o façam), pois se decompõem e se dissolvem mais rápido que o tempo que leva para moldá-las e, uma vez reorganizadas, para que se estabeleçam¹⁹⁰.

Esta nova fase da modernidade líquida representa assim, pelo menos, quatro pilares que ruíram ou estão sendo superados, quais sejam: a diluição entre o poder e a política, diante da centralidade do indivíduo em relação ao Estado; a debilitação da ideia de comunidade; a descrença generalizada do planejamento a longo prazo, repercutidas na queda de instituições norteadoras, e o acometimento individual pelo fracasso ou sucesso da vida pessoal.

¹⁸⁸ Cf. Id, Ibid, p. 33.

¹⁸⁹ Cf. Id, Ibid, p. 69.

¹⁹⁰ Cf. BAUMAN, 2001, p. 7.

Acresce ainda que a globalização, ancorada pela alta e crescente tecnologia, não apenas encurtou as distâncias e misturou as culturas, como também vem permitindo novas formas de comunicação e de relacionamento, principalmente a partir das “redes sociais”. Desta maneira, se arvora para traçar um panorama geral sobre nossa contemporaneidade, destacando as consequências importantes para os indivíduos e para a sociedade, sendo a principal delas a emergência de novas formas de se estabelecer os vínculos sociais.

Para analisar esta transformação fundamental, recorre à caracterização desta forma atual de organização social como a de uma sociedade de consumidores¹⁹¹, cujos laços sociais tornaram-se fluidos, ambíguos, provisórios e revogáveis. Em contrapartida, este é o terreno propício do transitório, da solidão, da imediatez e da insegurança.

Destaca ademais que, por consequência destas modificações, a política do Estado vai perdendo paulatinamente a capacidade de intervir nas relações sociais: em parte, isso decorre do processo de individualização da sociedade que tende a promover a desintegração da cidadania e o esvaziamento do espaço público e, em outra parte, se verifica a própria busca dos indivíduos pela satisfação e suprimento de suas necessidades pelo mercado, palco privilegiado para as relações humanas na modernidade líquida.

No entanto, isso não significa que o Estado não intervenha na sociedade, mas sim que sua intervenção aparece como “política do medo”, pois a incapacidade do Estado em regular as inseguranças e instabilidades produzidas pelo mercado são subjugadas em função da difusão e banalização do medo.

Finalmente, ao tratar da sociologia na modernidade líquida¹⁹², Bauman atribuiu um papel relevante para a mesma, da qual, muito embora a liquefação da modernidade - pela

¹⁹¹ Bauman (2001) destaca cinco aspectos da modernidade líquida forjados enquanto uma sociedade de consumidores: (i) a emancipação torna-se difícil de ser realizada, posto que o mundo já se apresente como livre, seja de maneira subjetiva (sentida pelo sujeito), seja ainda de maneira objetiva (mobilidade sem impedimentos da sociedade); (ii) a individualidade está conformada pelo imperativo incessante e efêmero do consumo; (iii) o tempo alcançou uma aceleração a partir da velocidade da informação, desprendendo-se do espaço; (iv) o trabalho adquiriu caráter precário e inseguro, marcado pela forte competitividade entre os próprios trabalhadores e pela impotência diante das novas formas de organizar a produção e (v) a ideia de comunidade se esfumou diante dos processos identitários de individualidade.

¹⁹² Em entrevista dada à Pallares-Burke (2004), assim esclarece Bauman: “Uma das razões pelas quais passei a falar em “modernidade líquida” e não em “pós-modernidade” (meus trabalhos mais recentes evitam esse termo) é que fiquei cansado de tentar esclarecer uma confusão semântica que não distingue sociologia pós-moderna de sociologia da pós-modernidade, “pós-modernismo” de “pós-modernidade”. No meu vocabulário, “pós-modernidade” significa uma sociedade (ou, se se prefere, um tipo de condição humana), enquanto, “pós-modernismo” refere-se a uma visão de mundo que pode surgir, mas não necessariamente, da condição pós-moderna. Procurei sempre enfatizar que, do mesmo modo que ser um ornitólogo não significa ser um pássaro, ser um sociólogo da pós-modernidade não significa ser um pós-modernista, o que definitivamente não sou. Ser um pós-modernista significa ter uma ideologia, uma percepção do mundo, uma determinada hierarquia de valores que, entre outras coisas, descarta a ideia de um tipo de regulamentação normativa da comunidade humana, assume que todos os tipos de vida humana se equivalem, que todas as sociedades são igualmente boas ou más; enfim, uma ideologia que se recusa a fazer qualquer julgamento e a debater seriamente questões

flexibilização da noção de tempo - tenha nos lançado no “fetiche do instante”, a sociologia continua a figurar como uma “ocupação promotora da autonomia e da liberdade”. Sendo assim, viver a vida em “tempos líquidos¹⁹³”, de “presente perpétuo”, acarreta em inúmeros desafios, mas também tem lá sua “vantagem”, ao nos permitir pensar, ainda que nos marcos da modernidade, sem nos rendermos a quaisquer ilusões quanto às suas promessas.

relativas a modos de vida viciosos e virtuosos, pois, no limite, acredita que não há nada a ser debatido. Isso é pós-modernismo. Mas eu sempre estive interessado na sociologia da pós-modernidade, ou seja, meu tema tem sempre sido compreender esse tipo curioso e em muitos sentidos misterioso de sociedade que vem surgindo ao nosso redor; e a vejo como uma condição que ainda se mantém eminentemente moderna nas suas ambições e *modus operandi* (ou seja, no seu esforço de modernização compulsiva, obsessiva), mas que está desprovida das antigas ilusões de que o fim da jornada estava logo adiante. É nesse sentido que pós-modernidade é, para mim, modernidade sem ilusões” (PALLARES-BURKE, 2004, p. 371).

¹⁹³ Cf. BAUMAN, Z. *Tempos líquidos* (2007). Ver também: *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos* (2003), *Vida líquida* (2005), *Medo líquido* (2006), *Cultura no mundo líquido moderno* (2011), *Vigilância líquida* (2013) e, na Espanha, sem tradução para o português, *Arte, líquido?* (2015).

COMENTÁRIOS E CRÍTICAS

O estudo acerca da mudança social, estruturada pelos arcabouços das ciências sociais dominantes no século XIX, consolidou-se no formato das universidades modernas, após os anos de 1950, em termos de um conjunto de disciplinas isoladas e fragmentadas: o passado das sociedades interessou-se à História; o mercado à Economia; o Estado à Ciência Política; a sociedade civil à Sociologia; o mundo não Ocidental - atribuído aos pequenos grupos e/ou “tribos” - à Antropologia e, finalmente, as grandes civilizações desaparecidas aos Estudos Orientais. No entanto, este padrão estabelecido encontrou-se profundamente comprometido para lidar com a nova realidade surgida ao final da Segunda Guerra Mundial: especialmente a hegemonia alcançada pelos Estados Unidos e sua relação com a URSS e a emergência de fortes conflitos sociais que seguiram até o acontecimento de Maio de 1968.

Entre 1945 e fins da década de 1960, a principal tentativa de revisão nesse sentido se dá com os teóricos da modernização. Para estes, não caberia mais admitir a separação do estudo do mundo “civilizado” do estudo do resto do mundo, como se tratassem de aportes metodológicos distintos, mas, sobretudo, procurar historicizar as diferenças que os envolviam. Ou seja, o pressuposto central residia em asseverar que o mundo “desenvolvido” não representava uma realidade distante do mundo “subdesenvolvido” e, em grande medida, inalcançável, pois os primeiros simplesmente expressavam uma posição à frente do tempo em relação aos últimos. Logo, os países subdesenvolvidos teriam condições de perseverarem a fim de um dia tornarem-se também desenvolvidos. Bastava para isso que apreendessem os modelos adotados pelos países mais avançados a ponto de internalizarem as mudanças fundamentais em suas práticas sócio-culturais.

Em outras palavras, as premissas sustentadas pela teoria da modernização apontavam os Estados, as sociedades e as diversas formações sociais como entidades autônomas separadas, seguindo caminhos autônomos paralelos rumo a um futuro previsível, ainda que em diferentes velocidades. Acreditava-se que a tendência esperada caminhava na direção da diminuição paulatina das grandes polarizações que se sobressaiam até então naquele momento, marcadas pelos altos níveis de desigualdade entre os países desenvolvidos e os demais. Porém, não foi o que ocorreu. A emergência da crise suscitada no capitalismo, em 1973, aliada ao quadro de amplas contestações operárias e estudantis, em vários países desenvolvidos, implicou a necessidade de saídas e enfrentamentos contundentes, levando a um conjunto de transformações importantes no próprio capitalismo.

A conformação desta nova realidade sugeriu para alguns autores que estávamos no imediato de vislumbrarmos uma verdadeira ruptura com a sociedade industrial em prol de um novo tipo de sociedade. A conjuntura aberta na década de 1970 acabou colocando novos desafios para os teóricos da modernização: a chamada “terceira revolução industrial”, processada nos países centrais, indicava um fosso ainda maior entre estes e os países subdesenvolvidos, inclusive para aqueles poucos que “conseguiram” promover, de alguma maneira, uma “industrialização” consistente, a despeito dos resultados sociais incontornáveis e persistentes. Neste novo contexto, a teoria da modernização é superada e, em seu lugar, desponta a teoria pós-industrial que se difundiu a partir de três principais vertentes: os teóricos da sociedade da informação, os teóricos da sociedade pós-fordista e os teóricos da sociedade pós-moderna.

Como podemos observar com estas três nomenclaturas, constata-se um processo de transformação tão extraordinário, capaz de modificar radicalmente a própria forma da sociedade, sendo que cada um destes diagnósticos procurou enfrentar esta problemática de um modo coerente, conjugando os imperativos originários das mudanças com os seus desdobramentos subsequentes. Independentemente dos matizes adotados, todos compõem o grupo dos autores cuja ênfase recai sobre as *mudanças da sociedade*. Neste “grupo temático” encontram-se, portanto, aqueles autores para quem as mudanças, suscitadas nas últimas três décadas do século XX, implicaram na conformação de uma nova ordem social em curso. Eles se notabilizam por atribuírem transformações de caráter societal ao capitalismo, principalmente após a conjuntura de 1970.

Tais mudanças, embora tendo passado pelo crivo das últimas décadas, não repercutiu em total abandono ou desconsideração por parte de seus teóricos. Pelo contrário, vemos ainda hoje certa evolução em seus desenvolvimentos, o que fica mais evidenciado com relação à teoria da sociedade da informação. Quanto às outras duas, o que ocorreu deriva de seus próprios arcabouços epistemológicos: enquanto a teoria da sociedade pós-fordista encontrou internamente suas críticas e estabeleceu diálogos com os teóricos da sociedade do controle, a teoria da sociedade pós-moderna foi eclipsada pela ideia da globalização. Esta última, por ser um fenômeno mais abrangente, acabou se tornando a grande referência para todas as vertentes.

Entretanto, há outro elemento fundamental que perpassa as três teorias analisadas: a relação da informação e da comunicação com o conhecimento, interpretada à luz da evolução dos sistemas abertos à complexidade. Nesta problemática, localiza-se a forte influência e/ou convergência da base epistemológica das ciências naturais com as das ciências sociais. Até o

início da década de 1970, não estava dada de maneira clara como isso iria acontecer, a despeito de algumas incursões¹⁹⁴. Porém, através da difusão do paradigma das tecnologias da informação e da comunicação, esse movimento tornou-se evidente, apesar de repercutir em uma série de tensões: a *cibernética* deu impulso à teoria da informação e da comunicação e aos sistemas de controle baseados no mecanismo de retroalimentação e a *autopoiese* permitiu a renovação das premissas epistemológicas utilizadas pelos teóricos dos sistemas sociais.

A cibernética edificou a construção de sistemas estáveis, dos quais se manifestam e convergem segundo um objetivo determinado. Apoiava-se, assim, em princípios que caracterizavam a capacidade de autorregulação e estabilização. Com o surgimento da teoria do caos e dos sistemas complexos, nos anos de 1970, a noção de auto-organização passou a estar subordinada a apenas casos especiais dentro de um estudo mais amplo da complexidade. Ao estudar sistemas de auto-organização constituídos por mecanismos de *feedback* positivo, chegou-se a constatação de que tais sistemas operam de forma descentralizadas e apresentam um caráter adaptativo em termos do desenvolvimento de propriedades emergentes que se modificam e se reproduzem (autopoiese).

A informação continua a se manter enquanto elemento central, o que se altera diz respeito à sua circularidade: se na cibernética o *feedback* positivo era entendido como algo indesejável, pois indicava que o sistema estava fora do equilíbrio e, por isso, ameaçava-se a sua própria dissolução, na teoria da complexidade – aliada a teoria do caos – a concepção do *feedback* positivo aparece como fator explicativo para a mudança sistêmica, em formatos aparentemente imprevisíveis, mas capazes de medir os seus comportamentos. Ou seja, da ordem que cedia lugar à desordem passou-se para a desordem aparente que encontra sua própria ordem. Isso implica decisivamente na capacidade de tais sistemas se mostrarem muito mais adequados para responder à contingência e à imprevisibilidade.

¹⁹⁴ Se retrocedermos aos anos 1950, verificamos que o biólogo austríaco radicado nos Estados Unidos, Karl Ludwig Von Bertalanffy, lança *The Theory of Open Systems in Physics and Biology*, considerada a obra pioneira da teoria geral dos sistemas. O intuito de seu trabalho é explícito: construir uma unidade das ciências a partir de uma teoria que pudesse estudar os sistemas globalmente, envolvendo todas as suas interdependências. Em sua abordagem orgânica, cada uma das partes que compõem o todo, ao serem apreendidas em uma unidade maior, apresentam qualidades que extrapolam seus componentes isolados. Ou seja, o organismo é um todo maior que a soma das suas partes. Os princípios cruciais da teoria geral dos sistemas deveriam servir, portanto, tanto para os sistemas biológicos como também para os sistemas sociais. Eles incluem: homeostase; entropia negativa; estrutura, função, diferenciação e integração; requisito de variedade; equifinalidade e caráter evolucionário (capacidade de transformar-se em termos de complexidade). Esta concepção sistêmica implica na ideia de que os sistemas estão constituídos enquanto sistemas abertos e contêm dentro de si um conjunto variado de subsistemas que interagem entre si, com o próprio sistema ao qual pertencem e com o ambiente. Cf. WECKOWICZ, T. Ludwig von Bertalanffy (1901-1972): A Pioneer of General Systems Theory. *CSR Working Paper*, Nº 89-2, 1989. Disponível em: <http://www.richardjung.cz/bertl.pdf>. Certamente, o mais destacado autor das ciências sociais a adentrar nesta seara foi o sociólogo estadunidense Talcott Parsons, com os seus estudos, em fins dos anos 1960 e início dos anos 1970, acerca das estruturas sociais, dos sistemas sociais e de suas mudanças.

Portanto, em meados dos anos de 1970, a teoria dos sistemas complexos consolida-se e o seu ulterior desenvolvimento torna-se a chave epistemológica fundamental para se analisar a sociedade e a mudança social, dado sua enorme influência nas ciências sociais. Não restam dúvidas de que alguns dos teóricos, analisados na Parte 1 desta tese (bem como na Parte 2 e 3), apresentam em graus variados esta influência: no mínimo, tiveram de lidar de alguma forma com ela. Se assim o foi, ao final dos anos de 1980, o fenômeno que melhor expressava a mudança social, sem precedentes na história, se tratou da globalização, entendida em termos convencionais (e ideológicos) como sendo o processo de aprofundamento global da integração econômica, social, cultural e política impulsionada pelo paradigma da informação e da comunicação.

Por este ângulo, a globalização exigiu de todas as correntes uma necessidade premente de compreensão de seu significado e, sobretudo, de seus efeitos mais expressivos. É neste enquadramento geral que podemos interpretar os desenvolvimentos teóricos perseguidos pelas três vertentes já destacadas: as transformações surtidas na década de 1970 se solidificam nos anos de 1980 e atingem os anos de 1990 revelando um aspecto similar, a mudança societal, isto é, uma nova forma de sociedade em curso. Todavia, cabe enaltecer que, embora este seja o traço comum que permeia a todas elas, há algumas divergências acerca da configuração assumida por esta nova sociedade.

A primeira corrente apresentada foi a dos teóricos da sociedade da informação. Alain Touraine (1969) e Daniel Bell (1973) aparecem como precursores do debate sobre a sociedade pós-industrial. O mesmo Bell (1980) dá um passo importante ao transfigurar sua orientação teórica em defesa da sociedade da informação. Desde então, verificamos o desenvolvimento de um eminente arcabouço intelectual que contou (e ainda conta) com uma variedade impressionante de autores. Na visão de Bell (1980), a sociedade da informação está centrada na produção de informação e de conhecimento, cujo dinamismo reside nos novos métodos de acessar, processar e distribuir informação e conhecimento, implicando em transformações na configuração total da sociedade.

As fontes de inovação decorrem da pesquisa e do desenvolvimento (P&D) e o conhecimento teórico expressa uma tecnologia social, sujeita à avaliação do mercado e das decisões políticas e administrativas. É, portanto, o conhecimento instrumental reproduzido na tecnologia, isto é, o resultado da fusão entre o conhecimento teórico e a tecnologia. Ele nos atribui a capacidade de se prever, planejar e direcionar o desenvolvimento tecnológico, definindo-se o futuro da sociedade, ao qual Bell (1980) acredita ser possível a existência de

formatos sociais não capitalistas (nem socialistas), ou até mesmo de um novo modo de produção.

Sem embargo, as teses subsequentes irão partir deste enquadramento ao elevarem a tecnologia à condição de determinação dos destinos humanos, mas os termos do debate são redefinidos: desloca-se a centralidade do conhecimento teórico instrumental para a informatização. A informatização passa a se tornar o elemento crucial para a promoção das mudanças sociais. Neste caso, o que interessa é o conhecimento que pode ser padronizado, codificado e incorporado ao processo produtivo sob o desempenho das máquinas computadorizadas. Ou seja, o conhecimento transmutado em informação assume destaque e orienta as modificações na economia e na sociedade: o conhecimento é a própria tecnologia (enquanto conhecimento incorporado) aplicada ou transferida aos objetos produzidos, como vimos com os trabalhos de Machlup (1962) e Porat & Rubin (1977).

Aqui opera a relação entre informação, conhecimento e tecnologia, desbravada por um conjunto de autores. Nora & Minc (1978), Masuda (1980) e Shaff (1985) atribuem à tecnologia informática o papel central para a mudança societal: para Shaff (1985), estamos diante de uma ruptura semelhante aquela causada pela revolução industrial de fins do século XVIII; para Nora & Minc (1978), trata-se, sobretudo, de uma crise civilizacional, consequente em função da revolução tecnológica e, para Masuda (1980), tal “sociedade da informação” designa uma “computopia”, uma nova sociedade regida pelos valores da informação. Toffler (1980) pontua que caminhamos para a terceira onda, a terceira formação societária, com a sociedade da informação. Já Drucker (1993) assevera que a sociedade em curso não será nem capitalista, nem socialista, mas uma sociedade pós-capitalista, em que o conhecimento é seu elemento primordial. Negroponte (1995), por sua vez, salienta que a informação digital (digitalização) altera profundamente a vida social, transfigurada pela vida digital.

Das novas tecnologias apoiadas na eletrônica chega-se a ideia da tecnologia com capacidades auto-organizativa e autossustentada. O fato de ela conter em si mesma a potencialidade da inovação, na condição de agente da transformação e conservação, é sugerido por Castells (2000, 2001), em sua exposição sobre a sociedade em rede. Esta combina a informatização e a globalização e revela a ampla penetrabilidade das tecnologias da informação em todas as esferas da realidade, possibilitando uma construção social interativa a partir da rede digital: os processos sociais se organizam em torno de redes ancorados pelo paradigma informacional. Por essa razão, nos situamos em um período de transição indefinido e aberto até o momento.

Tomadas em conjunto, Mansell (2009) indaga que as teses da sociedade da informação ainda passam por avaliações críticas, pois carecem de evidências empíricas, além de se encontrarem entorpecidas por muitos entusiastas, como por exemplo, Schwab (2016), para quem a realidade da “quarta revolução industrial” se avizinha: a fusão de tecnologias e de suas interações com os domínios físicos, digitais e biológicos arvoram a constituição de uma nova revolução envolvendo as nanotecnologias, as neurotecnologias, os robôs, a inteligência artificial, a biotecnologia, os sistemas de armazenamento de energia, a computação quântica, os *drones*, a internet das coisas, os veículos autônomos e as impressoras 3D.

Destarte, Werthein (2000) chama a atenção para o necessário afastamento do caráter determinista amiúde nas abordagens desta corrente, destacando o papel do Estado e das instituições internacionais em prol da construção e/ou consolidação “global e justa” da sociedade da informação e Aquino (2008) se interroga sobre o real significado que se atribui à noção de conhecimento e de informação, procurando defender a desconstrução da visão instrumental alinhada a ambos. Apesar destes questionamentos, os desdobramentos concretos das teses da sociedade da informação apontam exclusivamente nesta direção: o saber/conhecimento que importa é aquele que atende aos critérios de possibilidade de decodificação e aproveitamento produtivo. É esse o elo com a noção de informação: o saber/conhecimento estabelecido reduz-se à padronização e à digitalização a ser incorporada à máquina produtiva ou às mercadorias.

Por ignorarem ou relativizarem as demais formas de saberes e de conhecimentos; pela confusão sobre o significado e a relação entre informação e conhecimento e, principalmente, pelo determinismo notório em termos do papel do desenvolvimento tecnológico, já teríamos um indicativo robusto dos vieses (inclusive ideológicos) depreendidos pela teoria da sociedade da informação. Não obstante, apesar das novas tecnologias da informação e da comunicação promoverem mudanças importantes na sociedade, em várias esferas e níveis de relações, isso não significa categoricamente uma mudança radical (ou uma ruptura) no modo como as sociedades industriais estavam organizadas ou indicam claramente a direção que possam assumir. Esta “revolução” certamente afetou a maneira como vemos o mundo, nos relacionamos com ele, e vivemos nele, porém não se trata de uma nova forma de sociedade em curso.

A segunda corrente analisada foi a dos teóricos da sociedade pós-fordista. A obra de Piore & Sabel (1984) sagrou-se pioneira para esta teoria. A pretensão residia em descrever a reestruturação pela qual o capitalismo passara desde o início dos anos de 1970: as novas tecnologias fizeram com que a produção em massa atingisse seus limites, cedendo lugar à

especialização flexível. Eis o “segundo divisor de águas industrial”, comparável à mutação do capitalismo em fins do século XIX. Os autores apostavam no renascimento da produção artesanal, em unidades dispersas e espaços locais interagindo com os fenômenos globais, postulado pela nova economia mundial. Nesta realidade, vigoram os ditames da flexibilidade por parte das empresas, das famílias e dos governos: um novo modelo regido pela lógica simultânea da concorrência e da cooperação no processo produtivo e de trabalho.

Já Lash & Urry (1987, 1994) asseveram que estamos vivendo em tempos de capitalismo desorganizado, derivado dos impactos causados pela “especialização flexível”: por um lado, isso significa maior instabilidade, mas, por outro lado, nos deixa aberto à perspectiva de reconstrução das identidades individuais e sociais. Sob o paradigma da “informacionalização”, emergem as economias de signos e espaços, enquanto estruturas culturais capazes de promover uma conduta reflexiva que nos permite construir novas formas de relações e de instituições e organizações na sociedade.

Com a escola do “*New Times*”, o fenômeno da transição para a sociedade pós-fordista ganha maior amplitude na prescrição. Mantendo-se a especialização flexível como mola propulsora desta mudança societal, destacam-se os seus mais variados e intensos efeitos sobre a economia, a organização produtiva e do trabalho, a política, a cultura e a ideologia. Culminam, portanto, apreciando na globalização a exigência de formas de interdependência e cooperação que ultrapassem os interesses nacionais e econômicos, abrindo assim uma perspectiva emancipadora para toda a humanidade. No entanto, constata-se que essa possibilidade aberta tem sido sobrepujada pelo espectro da direita neoconservadora.

As críticas a esses arcabouços teóricos surgiram no âmbito da própria corrente pós-fordista, advinda tanto dos autores ligados à “Escola da Regulação” francesa, como também do geógrafo David Harvey. Ambos encaminharam proposições e análises que permitiram avançar consideravelmente com as teses pós-fordistas, sem incorrerem na defesa da emergência de uma nova forma societal em curso. Os primeiros destacaram que o quadro descortinado, desde os anos 1970, refere-se muito mais a um tipo de “neofordismo”, ou um “fordismo global revitalizado”, do que propriamente de um pós-fordismo.

A realidade do capitalismo convive com a produção descentralizada - cada vez mais se deslocando em direção ao leste da Ásia, à América do Sul e a algumas regiões da Europa meridional - alinhada com elementos “pós-fordistas” nos países centrais, enquanto nos países do Terceiro Mundo ainda vigoram o “fordismo periférico”. Para eles, o sistema capitalista global ampliou sua capacidade de sustentação e manutenção ao se basear na continuidade e no aprofundamento destas grandes assimetrias e desigualdades.

Na opinião de Harvey (1989), as mudanças abissais ocorridas nas práticas culturais, políticas e econômicas após os anos de 1970 vinculam-se à emergência de um novo ciclo de “compressão do tempo-espaço”, que revelam formas culturais pós-modernas, novas maneiras de experimentarmos o tempo e o espaço e modos mais flexíveis de acumulação do capital. Porém, não expressam categoricamente o surgimento de uma nova sociedade pós-industrial ou pós-capitalista, pois continuam a corresponder às regras básicas de funcionamento da acumulação de capital, embora em novo formato.

A ênfase nos significativos deslocamentos espaciais e temporais, promovidos pela transnacionalização do capital e pela informatização do processo produtivo, possibilita à acumulação flexível e ao neoliberalismo engendrar uma nova configuração temporal e espacial que representa a “condição da pós-modernidade”. No entanto, esta “pós-modernidade flexível” não prescinde da dinâmica homogeneizante do capitalismo. Trata-se de asseverar os elementos invariantes, presentes na lógica do capital, com as mudanças suscitadas a partir de mais uma de suas crises de superacumulação.

Estabelecendo um paralelo com os críticos do pós-fordismo e, fortemente inspirados pelas contribuições do filósofo francês Michel Foucault, os filósofos Gilles Deleuze e Antonio Negri (acompanhado do teórico literário e filósofo Michael Hardt) advogam a necessidade de se avaliar a forma de reprodução da sociedade após 1970. Para Deleuze (1992), a sociedade disciplinar fora sucumbida pela sociedade do controle. Diante da crise generalizada dos meios de confinamento, presentes na sociedade disciplinar, emergem os modos de controle contínuo. Mais do que uma evolução tecnológica, representa uma mutação do próprio capitalismo. Ao privilegiar o movimento do capital, atina para as mudanças sociais ocorridas, sem, contudo, admitir qualquer tipo de ruptura ou superação do capitalismo.

Já Negri e Hardt (2000, 2004) atestam que estamos na direção da sociedade biopolítica ou do controle, onde a “produção biopolítica” se torna a produção social, que aparece como produção de subjetividade, determinada pelo trabalho imaterial. Na produção biopolítica, as relações sociais estão constituídas por formas colaborativas de trabalho, sendo que o intelecto assume a posição central, a força de produção por excelência: aquela que produz o valor. Este resulta, portanto, em um comum (produção do comum) que é gerado pela multidão, mas é gerido pelo Império, o qual se mostra capaz de consolidar a soberania capitalista em termos da “sociedade global de controle”, a partir da sustentação da informatização da produção.

Com isso, as elaborações teóricas e filosóficas da sociedade biopolítica ou do controle trouxeram à baila, em certo ponto, a revitalização ou a atualização do debate em torno da distopia, dado o futuro que assombra a civilização ocidental em face de seus veios totalitários,

decadentes e/ou dominadas por máquinas. Além disso, e talvez mais relevante, as discussões enaltecidas pelos teóricos da sociedade do controle lançam questionamentos importantes sobre a capciosa relação entre a informação, o comando e o controle, envolvendo o militarismo e a tecnociência (veremos mais à frente).

Finalmente, a terceira corrente destacada foi a dos teóricos da sociedade pós-moderna. Obviamente, abordar a pós-modernidade nos remete à avaliação do próprio conceito de modernidade e de suas transformações, a ponto de se tornar algo além ou até mesmo uma superação da modernidade. Nesta seara, as intervenções de Lyotard (1979) e Habermas mereceram apreciações. Lyotard (1979) sugere a ocorrência de uma mudança no estatuto do saber/conhecimento em função da proeminência adquirida pela informatização que, através da padronização e da decodificação, implicou em uma verdadeira “explosão da exterioridade” dos saberes/conhecimentos em relação ao sujeito que sabe.

Este sepultamento traz consigo outro elemento ainda mais fúnebre: o fim das metanarrativas. Sem a razão centrada no sujeito e sem uma narrativa de emancipação inscrita no projeto da modernidade, as noções de devir histórico e de progresso material e humano se desvanecem. Cabe, portanto, perseverar na capacidade inventiva dos pequenos relatos, nas práticas e costumes locais; como se o ordenamento de uma nova sociedade passasse agora por uma rede de comunidades (interligadas ou não) capazes de experimentarem suas próprias formas de vida, constituídas por meio de redes flexíveis de jogos de linguagem.

Habermas (1985), por sua vez, acredita estar muito cedo para renunciarmos à modernidade. Se a razão centrada no sujeito, enredada pelas estruturas tecnológicas e burocráticas da racionalidade instrumental capitalista, se tornou questionada, a própria modernidade possui um antídoto ou um contradiscurso em relação a isso e não cabe ignorá-lo. O passo necessário reside em adotarmos uma noção de razão que nos permita arvorar a perspectiva do indivíduo que tudo sabe a partir do estabelecimento de acordos consensuais alcançados através da interação comunicativa social. O projeto inacabado da modernidade é realçado, assim, admitindo-se uma revisão em relação ao conceito de razão, sendo a razão comunicativa o eixo adequado e consistente à realidade vigente nas sociedades desde 1970.

Da celeuma envolvendo a razão e o progresso, ou ainda, o projeto inacabado ou não da modernidade, Harvey (1989) e Jameson (1991) também se apropriam, alternando, no entanto, os termos do debate. Se, para Harvey (1989), é preciso reconhecer que a pós-modernidade é o reflexo ideológico da nova fase do capitalismo, permeado pelas profundas mudanças, sem que se alterassem a lógica interna de funcionamento da acumulação de capital e da ampliação cada vez maior do mercado, para Jameson (1991), a noção de pós-modernidade é mais do que

isso: ela é a própria lógica cultural do capitalismo tardio, sendo este último, uma nova etapa do próprio capitalismo. A realidade social pós-moderna apresenta-se como algo heterogêneo, fragmentado e separado, portanto não integrado. Não existe uma teoria que nos ofereça uma análise percuciente e avalizada empiricamente por meio de testes: ela é a mais pura expressão dos “discursos” e “vozes”. Logo, precisa ser avaliada por “dentro”, pois se trata de uma lógica cultural da nova fase do capitalismo. Fase que será reinterpretada por Jameson (1998) através da ideia da globalização, em detrimento da terminologia do capitalismo tardio ou do terceiro estágio do capitalismo.

Esta *démarche* jamesiana ditou os marcos das discussões subsequentes, especialmente incrementada pelas contribuições de Eagleton (1996) e Callinicos (1989), dentre outros. Entretanto, com o fim da Guerra Fria, a dissolução da URSS e a ofensiva militar estadunidense, principalmente no Oriente Médio, as teses da pós-modernidade começaram a entrar em ocaso. Curiosamente, a palavra de ordem atinente à globalização passou a ganhar maior proeminência em função, não apenas do fato de sua acepção se referir ao processo global de integração econômica, social, cultural e política, mas, sobretudo, por suscitar a edificação de uma nova “grande metanarrativa” em curso: a universalização dos valores da democracia liberal ancorada no livre mercado.

Neste sentido, a “globalização dos mercados” admitiu conotações diversas e se enveredou em distintos caminhos. Uma destas veredas pautou-se no entendimento de que ela configura uma nova fase do desenvolvimento da sociedade moderna. Beck (1992) adota a terminologia da sociedade de risco correspondente ao que chama de “segunda modernidade”. A “segunda modernidade” é o momento em que a reflexividade das incertezas se alia ao cosmopolitismo das relações sociais, propiciadas pelo processo da modernização industrial. Temos, portanto, uma lógica de dinamização reflexiva, em que a própria sociedade torna-se um problema para ela mesma, assumindo dispositivos quanto à calculabilidade e à previsibilidade dos riscos. Cabe averiguar a forma com que cada sociedade interioriza esses riscos e o expediente de instituições desempenhadas para isto, dado que é inerente, a estas últimas, a incapacidade de se garantir certezas, sobretudo em um mundo marcado por um futuro aberto.

Giddens (1990) tem preferência pela ideia da “alta modernidade” ou “modernidade radicalizada” ao se referendar a globalização. A realidade das “incertezas manufaturadas” decorre do próprio desenvolvimento das instituições erigidas na modernidade, que assumiram um processo de radicalização na contemporaneidade. Na fase da globalização, a reflexividade é introduzida na própria base da reprodução do sistema, isto é, a reflexividade da vida social

moderna assenta-se no exame e reformulação das práticas sociais que, com base em informação renovada, podem alterar o seu caráter.

Bauman (2000) apresenta o conceito de “modernidade líquida”. Este momento designa o privilégio (e o desafio) de se analisar a modernidade a partir de um ponto de observação vantajoso: o momento em que a modernidade toma consciência de si mesma. A destituição do potencial do “indivíduo autossustentado e autoimpulsionado” chega aos seus estertores. Nada está mais garantido e as organizações sociais não têm condições de se manterem por muito tempo. A diluição entre o poder e a política, diante da centralidade do indivíduo em relação ao Estado; a debilidade da ideia de comunidade; a descrença generalizada do planejamento a longo prazo, repercutidas na queda de suas instituições norteadoras e o acometimento individual pelo fracasso ou sucesso da vida pessoal predominam.

A globalização encurta as distâncias, “mistura” as culturas e permite novas formas de comunicação e de relacionamento, principalmente a partir das “redes sociais”, mas os laços sociais são fluidos, ambíguos, provisórios e revogáveis. O Estado intervém na sociedade enquanto “política do medo”, pois sua incapacidade em regular as inseguranças e instabilidades produzidas pelo mercado são subjugadas em função da difusão e banalização do medo. Estamos, enfim, enredados em um mundo marcado pelo “fetiche do instante”.

Uma vez estabelecido a síntese sobre os capítulos apresentados, cabe enaltecer alguns pontos que serão discutidos de maneira mais apropriada na parte final da tese. Em primeiro lugar, a concepção de mudança social adotada, em grande medida, pelos autores referendados, encontra-se simplesmente em anunciar uma determinada variável chave (no caso predominante, as tecnologias da informação e da comunicação dentro do quadro da globalização) e, a partir dela, desdobrar todos os seus efeitos em termos de transformações nas mais variadas esferas da realidade. Este implícito ou explícito movimento, em muitos teóricos, se mostra não apenas insatisfatório como principalmente marcado por um determinismo inapelável.

Em segundo lugar, é preciso deixar claro nossa discordância em termos do entendimento do surgimento de uma nova forma de sociedade em curso desde 1970. Atribuir à noção de mudanças societais envolve a adoção de critérios muito mais rigorosos e consistentes do que os apresentados pelas três correntes explicitadas, embora em duas delas as críticas nesse sentido já se mostraram frutíferas. Além de bastante óbvio – e contando com o afastamento de longa data entre a reflexão de alguns autores expostos e os dias de hoje – as sociedades continuam sendo sociedades capitalistas. Importa, anteriormente, entender e se debruçar sobre o significado do que seja o capitalismo do que propriamente sobre o

significado do que seja a sociedade capitalista. Apreciar esta última seria o passo seguinte e não o primeiro. A este respeito, salvo honrosas exceções, a lacuna é muito grande. Sem embargo, verificamos, em quase todos os autores, um conceito de capitalismo indiretamente definido e apresentado ou, quando o feito de maneira direta, bastante insuficiente: no mais das vezes, este conceito está vinculado à noção de um sistema econômico.

Em terceiro lugar, decorrente dos dois primeiros comentários, perseguir um critério mais adequado para compreendermos a mudança social e, ao mesmo tempo, destacarmos um conceito mais consistente acerca do capitalismo, nos obriga a procedermos em torno de sua periodização. Nesse sentido, a periodização que julgamos mais interessante é a de que o imperialismo capitalista, conformado em meados de 1870, apresenta um movimento geral de continuidade até os dias atuais. Significa dizer que as mudanças processadas ao longo dos anos de 1970, e consolidadas na década de 1990, revelam uma *conexão* com as tendências mais gerais de funcionamento do imperialismo. Logo, trata-se de um período de *aprofundamento/aceleração*, em que ocorre uma *nova síntese*, a partir de um processo de *retroalimentação*, onde se erige um “novo patamar” para a acumulação de capital.

A globalização não deve ser vista, portanto, enquanto aprofundamento “global” da integração econômica, social, cultural e política, mas, sobretudo, - independentemente do termo adotado em seu lugar (os franceses preferem mundialização) - o aprofundamento e/ou aceleração das próprias tendências do funcionamento do imperialismo, ainda que sob nova morfologia, isto é, o imperialismo capitalista contemporâneo: a forma do imperialismo capitalista assumida contemporaneamente após a década de 1970. Apreciar tal formulação nos escapa neste momento da tese, sendo que todos estes questionamentos e críticas serão alvo de nossa discussão nos capítulos inscritos na Parte 4.

No entanto, podemos explorar aqui, no que diz respeito a esta abordagem sugerida, a relação entre informação, comando e controle, envolvendo o militarismo e a tecnociência. Partindo-se do imperialismo capitalista, na condição de uma periodização, temos a noção de uma unidade da forma do capitalismo. Os elementos decisivos assumidos por esta forma se colocam em três aspectos: (i) na fusão da rivalidade política com a rivalidade econômica, culminado pela monopolização crescente do capital, aliado à concentração de poder e do aumento do expediente de atuação do Estado, isto é, a ampliação da concorrência intercapitalista e interestatal, que se retroalimentam incessantemente; (ii) na constituição de um forte aparelho repressivo do Estado voltado à contenção dos conflitos provocados pela lógica capitalista sobre o modo de vida dos trabalhadores, com vistas a garantir os aparatos institucionais compatíveis à acumulação do capital e à vigência da concorrência como norma

das relações sociais e iii) na transmutação do aparelho militar para conduzir conflitos em escala mundial e, ao mesmo tempo, engendrar mudanças na forma das guerras, combinando simultaneamente a finança, a indústria, a propaganda e as novas formas de recrutamento.

Dito isto, é possível situar historicamente os padrões tecnocientíficos e as racionalidades correspondentes a eles: as mudanças nos arranjos internos e nas próprias características da tecnociência permitem o estabelecimento de relações entre as práticas e as condutas da guerra. Bousquet (2009) elenca quatro “regimes” de conduta tecnocientífica da guerra: mecânico, termodinâmico, cibernético e “caoplexico”. No último regime, a tecnologia fundamental é a da rede; os conceitos científicos centrais são os da informação, da não-linearidade, do *feedback* positivo, da auto-organização e da emergência e a forma de guerra crucial está constituída pela descentralização e “*swarming*”. O que temos, então, é uma nova realidade aberta desde o avanço da teoria da complexidade – aliada à teoria do caos – em que vigoram um conjunto de sistemas gerais de comando e controle muito mais robustos e sofisticados: no caso da guerra, o “*network-centric warfare*”.

Bousquet (2018) atenta ainda para o fato de que a preocupação quanto ao papel da autonomia humana na guerra é reacendida, mas os seus termos são deslocados: agora, a linha que dividia a fronteira entre as esferas civis e militares são mais tênues e o comando central precisa estar atento às erupções irregulares e inesperadas da violência em qualquer parte do mundo, especialmente dentro das próprias sociedades. Conjuga-se também um esmaecimento do campo de batalha, aliado ao processo de securitização social, ou seja, sociedades em riscos autodestrutivos de maneira permanente. Além disso, as potencialidades abertas pelas ciências da informação, vinculadas às estruturas mundiais de poder, demonstram uma tendência clara no sentido da valorização da lógica do capital em todas as esferas da vida social e da natureza, e no âmbito da própria rivalidade militar interestatal.

Em síntese, ao contrário do caráter de “novidade” trazido à baila pelas transformações ocorridas na década de 1970, faz-se necessário enaltecer seu percurso em um plano adequado, seguindo o quadro do imperialismo capitalista. Nesse sentido, cabe ressaltar que a consolidação da forte sinergia entre a técnica, a ciência e o capital está presente desde o final do século XIX. Tal fato ficou notório com a eclosão da Grande Guerra (1914-1918). Este padrão constituído se intensifica, por sua vez, na Segunda Guerra Mundial, repercutindo em inúmeras inovações que desaguaram na dissuasão baseada nas armas nucleares, mas impulsionaram o desenvolvimento de uma “nova” tecnociência. Esta, ao longo dos anos de 1980 e 1990, transborda do campo militar - e de suas estruturas laboratoriais de pesquisa em universidades e em grandes corporações - para a sociedade como um todo, promovendo um

vasto conjunto de mudanças que passaram a afetar radicalmente o cotidiano de grande parte da população mundial. Portanto, este é um exemplo, de outros que serão apresentados nos capítulos finais da tese, que expressam a continuidade, sob bases revigoradas e plasmadas, das tendências constitutivas do imperialismo capitalista.

Em quarto lugar, o aspecto destacado por alguns teóricos em termos da vigência do presentismo na contemporaneidade, apesar de chamarem a nossa atenção para este fenômeno, não possuem um enquadramento pertinente. Em nossa avaliação, o presentismo figura como uma das manifestações da crise histórica originada a partir das transformações ocorridas no capitalismo após a década de 1970 e que se cristalizam nos anos de 1990. Aliados a outros elementos, poderemos indicar, na Parte 4, que todas estas transformações promoveram a emergência de um “novo” patamar para a acumulação de capital, do qual julgamos se referir a uma situação de crise histórica do próprio modo de produção capitalista.

Em suma, asseveramos que não se trata categoricamente do surgimento de uma nova ordem societal em curso, a partir dos anos de 1970: o que temos são sociedades capitalistas exauridas pelas promessas emancipatórias provenientes da noção (eurocêntrica) de modernidade que se entrelaçou com as já também fustigadas expectativas surtidas pela ideia (estadunidense) da globalização. Para os países da periferia, estes anseios já haviam sido desconsertados desde há muito; para os países centrais, tais aspirações a cada dia recrudescem mais no horizonte.

PARTE 2

DAS NOVAS MORFOLOGIAS DO CAPITALISMO À CRISE ESTRUTURAL

Na primeira parte, examinamos as interpretações dos autores para quem as mudanças ocorridas a partir de 1970 indicam, em grande medida, o surgimento de uma nova ordem societal em curso. Desta forma, trata-se de estudos cuja ênfase recai nas alterações *da* sociedade capitalista. Nesta segunda parte, o objetivo é analisar as contribuições mais relevantes encontradas na literatura acerca das transformações ocasionadas *na* sociedade capitalista, desde meados da década de 1970. Para a realização de nosso objetivo, procedemos com a delimitação de três grupos de autores, com o intuito de demonstrar certa coerência e proximidade em cada um deles. Sendo assim, podemos distingui-los da seguinte maneira: (i) a visão de que o capitalismo alterou a sua forma de funcionamento; (ii) a discussão sobre o “novo imperialismo” ou o capital-imperialismo e (iii) a ideia de que estamos presenciando uma situação de crise estrutural.

No primeiro caso, os autores atribuem transformações no sentido de se configurar uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, divergindo, entre si, em relação às suas características predominantes: capitalismo financeiro ou financeirização (BRAGA; CHESNAIS e a “GRUPO DE VITÓRIA”) e capitalismo cognitivo (MOULIER-BOUTANG e FUMAGALLI). No segundo caso, a discussão gira em torno do surgimento do “novo imperialismo” (WOOD e HARVEY), ou do “capital-imperialismo” (FONTES). O tema do “imperialismo” se impôs na literatura e no debate público, repercutindo na necessidade de se averiguar em que medida propriamente o “novo imperialismo” ou o “capital-imperialismo” se difere em relação ao “imperialismo clássico”. No terceiro caso, os analistas entendem que se encontram elementos suficientemente consistentes e capazes de indicar uma situação de crise estrutural após a década de 1970: a crise estrutural do capital (MÉSZÁROS) e a crise sistêmica do sistema-mundo moderno (WALLERSTEIN).

A parte 2 encontra-se dividida em três capítulos: o capítulo 4 destaca as reflexões sobre as mudanças na forma de funcionamento do capitalismo; o capítulo 5 analisa o debate sobre o surgimento do “novo imperialismo” ou do capital-imperialismo e o capítulo 6 apresenta as visões dos defensores da emergência da crise estrutural e sistêmica. Ao fim, realizam-se os comentários e críticas a respeito dos capítulos.

CAPÍTULO 4

DO CAPITALISMO FINANCEIRO AO CAPITALISMO COGNITIVO

A ideia do surgimento de uma nova fase ou estágio do capitalismo, no século XX, remonta ao imediato pós-guerra, em que muitos analistas acreditavam na conformação de uma nova “Era de Ouro”, demarcada entre 1947 e 1973. Para uma parte importante dos estudos, o capitalismo industrial teria atingido um notável grau de desenvolvimento, erigido por grandes monopólios e oligopólios, mas havia sido “regulado” e circunscrito, neste período, em torno de pactos sociais que permitiram uma relativa estabilidade econômica e política e a construção de um Estado de bem-estar social e de pleno emprego, ultrapassando assim a etapa do imperialismo, que vigorou entre os últimos trinta anos do século XIX até o final das duas guerras mundiais. Entretanto, em fins dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, começou a ficar mais evidente que essa fase de “prosperidade” estava dando sinais de esgotamento, sugerindo novas formulações sobre as mudanças ocorridas no próprio capitalismo, a partir da década de 1970.

As principais teses a ganharem referência na literatura e no debate público dizem respeito aos teóricos da “financeirização do capitalismo” ou do “capitalismo financeiro”. Importa registrar que apesar da falta de consenso¹⁹⁵ sobre o uso da terminologia “financeirização” e de sua utilização estar voltada para diversas abordagens, este neologismo parece ter se consolidado pelo menos em relação a descrever a nova dinâmica econômica surgida após os anos de 1970¹⁹⁶. Diante dos inúmeros analistas que passaram a se apoiar nesta terminologia, para compreender o capitalismo contemporâneo, iremos destacar apenas três deles, seja em função de suas reconhecidas importâncias na discussão que se estende até os

¹⁹⁵ Um dos melhores exemplos neste aspecto pode ser retido com o livro *A internacional do Capital Financeiro*, organizado por Joaquim Ernesto Palhares, publicado em 2014. Nesta obra, lançada às vésperas do segundo turno das eleições no Brasil - disputadas por Dilma Rousseff e Aécio Neves -, e composta por inúmeros artigos dos mais diversos especialistas, é evidente a falta de consenso em torno do significado do conceito de “financeirização”.

¹⁹⁶ De acordo com Felipini (2018, p. 20), “a literatura econômica das últimas décadas, em particular aquela crítica ao *mainstream economics*, tem utilizado amplamente o neologismo financeirização para caracterizar uma série de fenômenos que teriam como resultado a maior influência das finanças, em sentido amplo, na dinâmica econômica recente. De fato, ainda que o termo conste em algumas poucas publicações associadas ao Fundo Monetário Internacional (FMI) na década de 1970 – tais como Khatkhate (1972), Bhatia & Khatkhate (1975) e Makdisi (1975) – nos quais a financeirização é entendida como uma forma de intermediação financeira das poupanças familiares, é apenas a partir da década de 1990, que a financeirização passa a ocupar uma posição crescente na literatura econômica heterodoxa em suas acepções atuais. [...] De pouco mais de 20 em 2008, o volume de publicações que apresentam o termo financeirização e suas traduções correspondentes para o espanhol, o francês e o português nos títulos, resumos e/ou palavras-chave passou para 281 em 2017. Esses números, que representam uma taxa de crescimento média anual em torno de 11%, indicam que os temas abarcados pelo termo financeirização constituem, hoje, um campo de pesquisa relativamente vigoroso e promissor na heterodoxia”.

dias de hoje, como também por razões de limitações da própria tese, a saber: Braga (“Escola de Campinas”); Chesnais e Carcanholo, Nakatani e Sabadini (“Grupo de Vitória”).

O primeiro autor a darmos destaque trata-se do economista político brasileiro, José Carlos Braga, professor do Instituto de Economia da Unicamp. Inicialmente, cabe ressaltar o pioneirismo de suas contribuições ao formular, já em 1985, em sua tese de doutorado, uma compreensão abrangente sobre o fenômeno da dominação financeira como característica fundamental do capitalismo contemporâneo. Ao longo das décadas de 1990 e 2000, as reflexões do autor avançaram para com esta forma de apreensão, a partir de uma produção consistente, contando com uma série de artigos, sendo o último deles, uma versão resumida e atualizada de sua abordagem sobre a financeirização, publicado em 2017, na *Revista Economia e Sociedade*. Para melhor compreensão da maneira como Braga pensa a financeirização, faz-se necessário começarmos por sua tese *A temporalidade da riqueza*, transformada em livro em 2000.

Neste trabalho, procura estudar a dinâmica econômica no capitalismo e propor uma teoria que permita analisar e sintetizar a interação entre a tendência da estrutura capitalista e suas instabilidades conjunturais. Com base na leitura, principalmente de Schumpeter, Kalecki, Keynes e Marx, Braga pretende encontrar “o ponto de encontro teórico” entre eles, ao passo de lhe possibilitar desenvolver uma abordagem sobre a dinâmica da economia capitalista que leve em consideração a questão da temporalidade. Nesse sentido, sugere a adoção do método lógico-histórico como forma de superação da apreensão estática em torno da definição de equilíbrio que domina o *mainstream* econômico e da ausência do entendimento da temporalidade capitalista subjacente às teorias do ciclo econômico. Em outras palavras, assevera a importância de se estabelecer uma análise da dinâmica econômica que apreenda a temporalidade capitalista *pari passo* ao da problemática lógico-histórica do próprio capitalismo, isto é, “uma teoria que compreenda o processo capitalista de estruturação, desestruturação; habilitada à periodização do processo¹⁹⁷”, em que “cada processo é compreendido pela teoria como abrindo uma resolução histórica¹⁹⁸”: uma dinâmica, portanto, que concilie a natureza contraditória e ao mesmo instável do capitalismo.

Neste aspecto, é digno de registro o papel da “Escola de Campinas¹⁹⁹” para as formulações do autor. Em relação à natureza contraditória do capitalismo, o ponto de partida

¹⁹⁷ Cf. BRAGA, 1985, p. 27.

¹⁹⁸ Cf. Id, Ibid, p. 28.

¹⁹⁹ Cf. SANTOS, F. P. dos. *Crise e(m) Desenvolvimento: a contribuição da Escola de Campinas*, 2012. A partir das referências teóricas principalmente de Marx, Keynes, Kalecki e Schumpeter, a “Escola de Campinas” procurou construir sua crítica à Economia Política. Podemos destacar algumas de suas maiores contribuições, a

desta escola advém da interpretação da teoria do valor de Marx, compreendida enquanto teoria da valorização do valor. O caminho trilhado pautou-se na incorporação das categorias marxistas relativas às formas de concretização da lei do valor, por isso mostrou-se fundamental estudar a *dinâmica* contraditória das formas capitalistas (capital mercantil, industrial/produtivo e financeiro), através do tempo e do espaço, com a correspondente *estrutura* capitalista que emana desta dinâmica, seja na etapa concorrencial, seja na etapa monopolista de Estado. Nesse sentido, buscou-se apreender a singularidade das mutações estruturais ocorridas ao longo do capitalismo a partir da historicização da lei do valor em suas formas concretas.

A perspectiva da acumulação de capital aparece como um paradigma central para a compreensão da estrutura e da dinâmica do capitalismo. A chave analítica encontrada pela escola reside na concepção de que a sociedade capitalista apresenta-se como uma *economia monetária da produção capitalista*, pois todo o processo se inicia e termina com o dinheiro e, portanto, o objetivo da produção diretamente para a troca é o dinheiro. Ocorre que, por razões lógicas e históricas, esta leitura de Marx destaca que o desenvolvimento contraditório do sistema levou a conformação da autonomização do dinheiro, do qual ele passa a operar como capital. Sendo assim, não apenas o regime do capital serve para fazer dinheiro, como o próprio capital como tal se converte em mercadoria. Neste processo, a conversão do dinheiro em capital-dinheiro aparece como forma autônoma, como sendo da própria natureza do capital em geral, e isto somente acontece quando ocorre a separação total dos produtores diretos dos meios de produção: momento em que a autonomização do capital-dinheiro passa a reger o processo de autovalorização do capital. Logo, o processo do capital-dinheiro, de

seguir: (a) ideia de diferentes capitalismos determinados, em primeira instância, pela formação econômico-social precedente ao capitalismo e, em última instância, pela referência do capitalismo nacional mais avançado. Existem três padrões de formação capitalista: capitalismo originário e atrasado (etapa concorrencial) e capitalismo tardio (etapa monopolista). Cada padrão apresenta uma dinâmica capitalista particular que favorece ou impõem obstáculos à autodeterminação do capital; (b) existe um caráter desigual do sistema capitalista que se dá a partir do padrão monetário internacional e do tipo de concorrência intercapitalista e interestatal. Cada regime monetário internacional (padrão ouro-clássico; *gold exchange standard*; padrão ouro-dólar) pressupõe diferentes formas de estruturação dos sistemas financeiros nacionais e de hierarquização internacional. Cada tipo de concorrência intercapitalista leva em conta o perfil dominante de empresa capitalista e cada tipo de concorrência interestatal retrata a acumulação do poder político (hegemonia inglesa, hegemonia norte-americana) e os mecanismos de regulação da forma dominante de acumulação capitalista (finanças reguladas, finanças desreguladas); (c) a análise a partir das transformações nos regimes monetários internacionais se justifica à medida que o capital financeiro torna-se dominante e se aprofunda na etapa monopolista do capitalismo. Por exemplo, o Sistema de Bretton Woods (1945-1970) representa o padrão da finança regulada e por isso propiciou um raio de manobra maior para as políticas nacionais de desenvolvimento. As finanças apoiavam-se em um sistema de crédito bancário dos quais: a política monetária e de crédito tinha caráter nacionalista; os sistemas financeiros internacionais eram regidos por normas restritivas e os Bancos Centrais dispunham de condições para assegurar a liquidez necessária aos bancos privados. Todos esses elementos irão mudar radicalmente após a derrocada do sistema de Bretton Woods, com as finanças desreguladas.

maneira permanente, funciona como veículo da circulação subordinando a forma de funcionamento de todas as outras formas de capitais parciais.

De Marx, a “Escola de Campinas” chega ainda a utilizar-se dos conceitos de capital portador de juros e capital fictício. Na primeira forma, o capital se apresenta enquanto mercadoria-capital, que serve para valorizar o capital-dinheiro. É o capital enquanto propriedade e segurança jurídica, que surfa na esfera da circulação. Aparece como extração (alíquota/dedução), sob a forma de juros, da mais-valia gerada no sistema e está ligado aos negócios do dinheiro, já insipidamente desenvolvido no tempo de Marx através do sistema de crédito. Na segunda forma, por sua vez, o capital se assume enquanto movimento crescente e incessante de capitalização financeira, isto é, formas de valorização “independente” e de “autonomização relativa”. Está reservado, à época de Marx, às obtenções de ganhos no mercado de ações e de títulos públicos emitidos pelos Estados Nacionais.

Assim, a partir de Marx destaca-se o *paradigma da dinâmica contraditória*, na qual o capital procura se afastar de sua “origem” e tende a seu “conceito”: significa dizer que o capital em seu processo de valorização do valor vai transformando o trabalho cada vez mais em uma base miserável, diante do progresso técnico, e se afirmando no dinheiro (capital-dinheiro) enquanto forma de valorização permanente e de equivalente geral da riqueza da sociedade, submetendo a todos indistintamente. Trata-se, portanto, de uma dinâmica contraditória de não resolução, mas que, ao se colocar sob a forma capital-dinheiro autonomizada, passa a subordinar as demais formas de capital parciais, evidentemente sujeito a expansões e crises periódicas. De Hilferding²⁰⁰, a escola procura discutir o conceito de capital financeiro, diante da fase de capitalismo monopolista, com o consequente desenvolvimento do sistema financeiro internacional e do sistema interestatal: observa-se a ocorrência de grande passo na concorrência capitalista, através da fusão entre o capital industrial e o capital bancário, sob a dominância deste último sobre o primeiro.

Outro paradigma central para a compreensão da estrutura e da dinâmica do capitalismo reside no conceito de demanda efetiva. Vários elementos analíticos utilizados por Keynes, e complementados por Minsky, serviram de aporte para a “Escola de Campinas”. O conceito de demanda efetiva denota o processo do capital pela instabilidade intrínseca da economia capitalista. Em uma sociedade capitalista, o processo de produção está marcado por características específicas: quais e como obter os meios e as formas de financiamento adequado para a realização do investimento; a inexistência de um comando centralizado

²⁰⁰ Cf. HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985[1910]. (Coleção Os economistas).

(anarquia da produção); a possibilidade de outras formas de enriquecimento alternativas a esfera produtiva, dentre outras. Por se tratar de uma temporalidade única e unidimensional, as decisões de gasto dos capitalistas estão submetidas a uma incerteza radical, sustentada na noção de que o futuro é incognoscível e, ao mesmo tempo, baseadas em um estado geral de expectativas sobre o retorno dos investimentos.

Sendo a economia capitalista uma economia monetária da produção e, dado que a moeda é um ativo propício enquanto alocação de riqueza, as decisões de gasto capitalista via investimento produtivo podem se contrapor à lógica da decisão de alocação do dinheiro na “esfera financeira”. Nesta economia, a moeda não é neutra e existe uma preferência pela liquidez que serve de referência para as posições dos agentes preservarem a sua riqueza e/ou gerarem riqueza nova. O elemento mais instável do sistema está nas condições de geração do gasto capitalista, especialmente no setor de bens de capital, responsável pela criação e ampliação do processo e da capacidade produtiva. Cada capitalista, por sua vez, procura, por um lado, obter da melhor forma possível o comando sobre os seus meios financeiros (sistema de crédito/autofinanciamento) buscando alcançar o máximo de retorno econômico.

O mesmo se dá, por outro lado, com outros setores, tais como os bancos, que possuem também capacidades de autofinanciamento e, sobretudo, de “criação” da própria moeda. Assim, existe um princípio de instabilidade marcado pela decisão de gasto e pela decisão de alocação da riqueza. O capitalista pode se enriquecer sem, contudo, acumular riqueza gerada na esfera produtiva, mas a partir do sistema financeiro (mercado de capitais). Para Keynes, pode-se dizer que o acúmulo de dinheiro através do dinheiro é da natureza do rentista e isso deveria ser o maior mal a se contornar, dentre outras formas, pela própria regulação do Estado e da sociedade (socialização do investimento, por exemplo). No entanto, devido ao princípio das expectativas, da incerteza radical e da preferência pela liquidez, o sistema torna-se bastante instável e as decisões de gasto são estrangidas, acarretando crises periódicas, cuja maior expressão, rebatem no emprego e na renda da sociedade. Estas crises são expressões, por sua vez, da insuficiência da demanda efetiva da economia, de cujas forças que podem reconduzir o sistema ao equilíbrio não são automáticas e variam ao longo da história.

Para o pensamento da “Escola de Campinas”, Minsky vem complementar a discussão suscitada por Keynes. De acordo com esta interpretação, Minsky indica que as finanças acabam ditando o ritmo da economia, marcado por duas dimensões: (a) as condições de financiamento e refinanciamento do sistema e (b) os efeitos das flutuações dos preços dos ativos financeiros sobre a dinâmica econômica. Em sua hipótese da instabilidade financeira, a instabilidade está associada ao alto grau de fragilidade financeira gerada na fase ascendente

do ciclo econômico onde as convenções são favoráveis e os riscos subestimados. Diante da reversão cíclica, o contrário se verifica e os riscos se tornam enormes, juntamente com as dívidas que necessitam serem refinanciadas. Minsky realiza uma análise mais completa dos ativos na economia, levando em conta as condições de financiamento das demandas por ativos.

Portanto, no *paradigma da instabilidade*, referendado em Keynes e Minsky, destaca-se a interligação dos fenômenos financeiros com a estrutura produtiva. Privilegia-se o papel das finanças capitalistas, ressaltam-se suas bases frágeis em função da natureza inseparável envolvendo os ativos/passivos empresariais e bancários e os rendimentos esperados, onde o ritmo da acumulação está condicionado pelo conjunto das expectativas que demarcam a viabilidade de uma política de financiamento adequado aos objetivos capitalistas e garantem a acumulação de riqueza, num ambiente marcado pela incerteza radical.

Tomando como bases estas formulações, Braga constrói uma análise da dinâmica econômica capitalista, analisando como se dá a passagem da etapa concorrencial para a etapa monopolista. Em sua visão, o processo de acumulação e reprodução do capital se assentava, na fase concorrencial, a partir da produção industrial concernente ao capital industrial, sendo que o capital portador de juros ainda não se encontrava plenamente constituído. Do ponto de vista de sua dinâmica, cada momento de expansão do ciclo de valorização do capital estava configurado por instabilidades provenientes das oscilações das taxas de lucros nos diferentes setores da economia, atrelados ao cálculo, à concorrência diante das inovações de processos, às expectativas de rentabilidade e ao redirecionamento dos investimentos.

Entretanto, dado o reduzido grau de controle e regulação tomado por cada capital, numa fase de baixa concentração e centralização de capital, a articulação entre o processo renda (capital produtivo) e o processo valorização (capital financeiro) não sofre efeitos desestruturantes suficientemente capazes de promover uma crise nas estruturas. A crise somente acontece quando se verifica o excesso de capacidade produtiva em relação à capacidade de realização, ou seja, uma crise de sobreacumulação originada nos setores industriais e disseminada em toda a estrutura produtiva. Consequentemente, temos um processo de desvalorização e destruição de capitais, pela concorrência, implicando numa ampliação do processo de centralização de capitais, via eliminação ou até mesmo fusão destes capitais, com maior ou menor participação do capital bancário.

Segundo Braga, “esta crise estrutural é a que se verifica na virada do século XIX para o século XX e cuja resolução significou historicamente a constituição da estrutura que tem

sido chamada de “monopolista” ou “trustificada²⁰¹”. Na etapa monopolista, por sua vez, o monopólio do capital e a lógica financeira da valorização aparecem como elementos estruturais. O desenvolvimento avançado do sistema de crédito possibilita um processo de valorização fictícia do capital, ao mesmo tempo em que atrela o investimento em inovação à massa de recursos disponíveis pelo sistema de crédito.

Neste estágio, a concorrência “impõe aos capitais uma dinâmica típica do capital financeiro”, na qual “os capitais centralizados passam a comandar simultaneamente ativos de distinta natureza²⁰²” – produtivos e financeiros – isto é, os capitais apoiam-se na valorização simultânea através do processo renda e do processo de capitalização. Nisso reside a dominância financeira na estrutura. Como nos diz, “a concorrência põe os capitais como capital em geral, ou seja, é a própria lógica interna do capital e a execução da concorrência que tornam real a abstração capital em geral, que é a essência do capital financeiro”, sendo que o “capital financeiro é a forma totalmente desenvolvida do capital, é a forma pela qual os capitais se põem como capital em geral para a valorização²⁰³”.

Por sua vez, a capacidade de expansão, na etapa monopolista, está assentada na centralização financeira, expressa no processo financeiro que acompanha e viabiliza a realização da expansão. Esta macroestrutura financeira viabiliza assim a valorização dos capitais centralizados à medida que a valorização pelo processo renda encontra-se condicionado pela valorização pela capitalização. No entanto, essa expansão apresenta um movimento intrínseco cumulativo dos efeitos decorrentes do endividamento, da valorização fictícia de ativos e da especulação, promovendo uma instabilidade suficientemente capaz de gerar crises desestruturantes, dado o descompasso na relação entre os preços produtivos e financeiros, acrescidos, por outro lado, pelo esgotamento do desenvolvimento técnico do capital (fluxo de inovações) que inviabiliza a difusão de uma nova fronteira técnica, uma vez que a decisão capitalista encontra-se marcada pela incerteza associada às decisões de investimento e pelo caráter especulativo incorporado ao cálculo capitalista.

As crises, portanto, emergem em função da simultaneidade das determinações financeiras e técnico-econômicas e se projetam enquanto crises da própria temporalidade da estrutura, afetando desde o crescimento das economias até mesmo o sistema monetário internacional, devido ao grau de interdependência das economias e à internacionalização dos processos econômicos e financeiros. Seus efeitos imediatos podem ser visto a partir dos

²⁰¹ Cf. BRAGA, 1985, p. 373.

²⁰² Cf. Id, Ibid, p. 374.

²⁰³ Cf. Id, Ibid, p. 196.

desequilíbrios fiscais, da aceleração das dívidas públicas, da inoperância das políticas monetárias e cambiais, da cumplicidade do Estado com a instabilidade financeira e cambial e da corrosão dos mecanismos administrativos e políticos de regulação.

Nesse sentido, as crises implicam fundamentalmente em crises de sobreacumulação e, ao mesmo tempo, financeiras, como crises de liquidez que podem chegar a se tornar crises de solvência, necessitando da atuação das instituições do Estado para o enfrentamento diante da desvalorização da riqueza financeira, do recrudescimento do crédito e do investimento, seja através de medidas de resgate e reposição de liquidez junto às instituições financeiras e não-financeiras, seja também por meio de medidas que favoreceram ou estimulem o reinvestimento na economia pelo setor privado. Tomado em conjunto, o movimento estrutural em si sugere o itinerário crise-expansão-crise enquanto expressão da dinâmica econômica no capitalismo contemporâneo.

Em suas palavras: “a crise é um tempo de demonstração lógico-histórica da não existência de conservação indefinida das propriedades estruturais; de reconstrução do próprio objeto de que se deve ocupar uma teoria da dinâmica²⁰⁴”. Nesta nova fase, o sistema capitalista não tende inerentemente à estagnação, mas sim a uma elevação da sua instabilidade, sob os momentos de expansão e de contração, sendo que o resultado final aparece como totalmente indeterminado e aberto à história. *A temporalidade da riqueza* (1985) configura, portanto, o marco de uma teoria da dinâmica capitalista em seu processo geral assentado pelo método lógico-histórico.

Em seus artigos posteriores, Braga procura aprofundar suas reflexões sobre o fenômeno da dominância financeira no capitalismo contemporâneo²⁰⁵, passando a conceber a ideia da dominância financeira como sendo a própria *financeirização do capitalismo*, no sentido de se tratar da “expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar a riqueza no capitalismo”. Este padrão sistêmico de riqueza começa a entrar em vigor a partir do colapso do sistema de Bretton Woods, em meados da década de 1970. Com o agravamento

²⁰⁴ Cf. Id, Ibid, p. 395.

²⁰⁵ Cf. “A financeirização da riqueza: uma macroestrutura financeira e nova dinâmica dos capitalismos centrais”. São Paulo, nov. 1992, *Texto para Discussão*, n. 5; “A financeirização da riqueza: A Macroestrutura Financeira e a Nova Dinâmica dos Capitalismos Centrais”. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 2, p. 25-27, 1993; “Financeirização global: o padrão sistêmico da riqueza do capitalismo”. Em: FIORI, J. L; TAVARES, M. C. (Ed.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. São Paulo: Vozes, 1997, p. 195-242; “Crise sistêmica da financeirização e incerteza das mudanças”. *Estudos avançados*, v. 23, n. 65, p. 89-102, 2009; “Qual o conceito de financiamento do capitalismo contemporâneo?”. Em: BARROSO, A. S; SOUZA, R. (Eds.). *Uma grande crise capitalista 2007-2013: gênese, conexões e tendências*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2013; BRAGA, J. C. S; CINTRA, M. A. M. “Finanças dolarizadas e capital financeiro: exasperação sob comando americano”. Em: FIORI, JL (Ed.). *Poder americano*. São Paulo: Vozes, 2004 e BRAGA, J. C. S. *et. al.* “For a political economy of financialization: theory and evidence”. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 26, Número Especial, p. 829-856, dez. 2017.

da economia internacional em fins da década de 1960 e início de 1970, o padrão vigente baseado no ouro-dólar é suprimido, seguido por políticas de liberalização de fluxos internacionais de capital e desregulamentação dos mercados financeiros, acarretando mudanças nos sistemas monetário e financeiro.

Associados à “diplomacia do dólar forte” e ao aumento da taxa de juros, nos Estados Unidos, em 1979, o dólar ganhou uma centralidade no capitalismo sem precedentes²⁰⁶. Desde então, verifica-se uma maior possibilidade de desenvolvimento da valorização do capital fictício através, principalmente: (i) das inovações financeiras, a exemplo dos derivativos financeiros²⁰⁷; (ii) do surgimento de novos processos, como os da securitização²⁰⁸; (iii) do papel das agências de classificação de riscos²⁰⁹; (iv) da consolidação de mercados financeiros paralelos²¹⁰ e (v) da atuação de novos agentes, tais como: os investidores institucionais (por exemplo, fundos de pensão e fundos de companhia de seguros)²¹¹.

Com efeito, todas estas mudanças propiciaram a consolidação da financeirização enquanto padrão sistêmico de riqueza. Padrão cuja valorização de ativos financeiros passou a envolver as operações realizadas por instituições, famílias e empresas produtivas, influenciando nas suas decisões em termos de empréstimos, gastos e alocação da riqueza, disponíveis em

²⁰⁶ A moeda dos EUA passa a cumprir três funções: liquidez instantânea em qualquer mercado, segurança nas operações de risco e unidade de conta da riqueza financeira “virtual” presente e futura. Trata-se de um novo padrão “dólar-flexível” sustentado pela capacidade dos EUA manter os títulos da dívida pública como ativo máximo de segurança e ao mesmo tempo sustentarem os seus déficits de balanço de pagamentos. Isto reside, certamente, na hegemonia alcançada pelos EUA do ponto de vista político, econômico, tecnológico e militar (diplomacia do dólar forte e das armas) implicando em novos desafios para a concorrência interestatal. Da mesma forma, altera radicalmente o âmbito da concorrência intercapitalista, sob franca hegemonia das empresas multinacionais norte-americanas, onde se observa ampla liberdade do capital em se deslocar para outros países e setores e, com isso, ampliar a sua centralização e concentração. Nesta concorrência sistêmica integrada (comercial, industrial e financeira), os grupos empresariais dispõem de inúmeras oportunidades de obtenção de retornos, em termos operacionais, comerciais e financeiros. Cf. TAVARES, M. da C. “A retomada da hegemonia norte-americana” e TAVARES, M. da C. & MELIN, L. E. “Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana”. Em: TAVARES, M. da C. & FIORI, J. L. (org.) *Poder e dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 1997.

²⁰⁷ Os derivativos financeiros permitem aos investidores negociar, no presente, as variações esperadas dos preços dos ativos. Muitas operações de *hedge* no mercado de derivativos ganharam proeminência desde os anos de 1980, principalmente operações de especulação e arbitragem. (BRAGA *et. al.*, 2017).

²⁰⁸ A securitização “amarra” os mercados de capitais e de crédito, onde a liquidez acaba se tornando simultânea. Aumenta-se com isso a volatilidade e a instabilidade. Qualquer manifestação de inadimplência rebate no valor dos títulos que rebatem nos bancos e nas condições de financiamento. Os bancos comerciais e de investimentos passaram a comprar então títulos securitizados ficando muito mais vulneráveis. Após 2005, não houve qualquer restrição quanto a isso. Além disso, os bancos contam ainda com o processo de alavancagem almejando capitalização.

²⁰⁹ As mais importantes agências de classificação de risco são: Fitch, Moody's e Standard & Poor's. Elas avaliam a capacidade de diferentes agentes emissores de cumprir compromissos financeiros, norteando assim a alocação de dos diferentes agentes entre os vários tipos de ativos. Mudanças nas classificações alteram a composição das carteiras, afetando os níveis de preços dos ativos, através de efeitos de contágio. (Id, Ibid).

²¹⁰ Os investidores, nestes mercados, situam-se à margem de qualquer regulação e supervisão pelas autoridades financeiras. Dado suas relações com os mercados financeiros regulamentados, acarretam problemas que podem contaminar os demais mercados e a economia como um todo. (Id, Ibid).

²¹¹ Estes fundos que administram os recursos das famílias e das empresas passaram a influenciar, devido a sua importância, os ativos financeiros, a ponto de gerar variações nos preços desses ativos. (Id, Ibid).

diversos tipos de ativos, concernentes a diferentes graus de liquidez e retorno esperados. Dado um maior volume na participação da riqueza das famílias e empresas composta por ativos financeiros, novas formas de definição, gestão e realização de riqueza são estabelecidos²¹². Nesse sentido, o cálculo capitalista compreende um cálculo financeiro geral, resultante das transações de ativos financeiros, afetando assim a dinâmica econômica, através da crescente importância do valor de ativos financeiros em investimentos e decisões de gastos de consumo.

Ao afetar a própria demanda efetiva, se exacerba a tensão entre a expansão e crise, dificultando a intervenção anticíclica elaborada pelos Estados nacionais, uma vez que estas intervenções não cumprem necessariamente efeitos desejados, pois os impactos fiscais sobrepõem-se diante da capacidade de recuperação econômica. Isso não significa a constituição de uma tendência inexorável do sistema à estagnação, mas representa um maior grau de instabilidade, variando conforme a volatilidade dos preços nos ciclos de negócios, fortemente propensos a crises. Como os gastos, as despesas e as decisões de empréstimos das empresas e das famílias apresentam-se mais sensíveis às expectativas e às flutuações nos preços de ativos financeiros²¹³, a determinação da produção, da renda e dos níveis de emprego

²¹² De acordo com Braga *et. al.* (2017), o volume de ativos financeiros de propriedade das famílias e organizações sem fins lucrativos aumentou de US\$ 20 trilhões, em 1951, para US\$ 73 trilhões, em 2016. Os ativos não-financeiros, por sua vez, aumentaram de US\$ 4 trilhões para US\$ 19 trilhões, no mesmo período. Esse aumento começa a ser cada vez maior, especialmente a partir da década de 1980. No caso das sociedades não financeiras, os ativos financeiros significaram um incremento de 26,7%, em 1980, para 46,1% do total de ativos em 2016. Já para as famílias e organizações sem fins lucrativos verificou-se um acréscimo de 61,0% para 69,5% do total de ativos no mesmo período. Do ponto de vista da receita financeira, ocorreu um aumento de 15%, em 1980, para quase 25% em 1989, caindo para perto de 15%, em 2003, e para 8%, em 2015. A taxa de rotatividade do mercado de ações nos mercados de todo o mundo, entre 1976 e 2014, apresentou um aumento de quase 40%, em 1980, para aproximadamente 150%, em 2000, e depois para quase 250%, em 2007, chegando a 150%, em 2016. A capitalização das empresas nacionais em relação ao PIB mundial, entre 1975 e 2015, elevou-se da faixa de quase 30% para aproximadamente 120% do PIB mundial, entre 2000 e 2007. Ainda considerando o processo de recuperação, diante da crise de 2008, o valor acionário destas empresas alcançou cerca de 100% do PIB global, em 2016.

²¹³ Dado que, na financeirização, a maximização do ganho patrimonial é determinante em relação à conduta dos agentes privados: (a) do ponto de vista das empresas não-financeiras, a maximização do valor acionário converte-se em estratégia de governança das empresas. Ocorre, em termos organizacionais, maior especialização em atividades do núcleo estratégico, voltadas em atividades de maior densidade tecnológica e maior rentabilidade. Em termos operacionais, buscam-se sistematicamente posições mais líquidas frente à orientação da gestão patrimonial. As formas de financiamento do investimento se alteram, expandindo as captações via mercado de capitais; (b) do ponto de vista das empresas financeiras, os bancos e os investidores institucionais tornam-se agentes importantes, pois passam a concentrar elevadas massas de riqueza, bem como controlam o acesso ao crédito que permite o processo de concentração e centralização do capital em escala global (lógica financeira geral) e, (c) no que tange às famílias, especialmente no caso norte-americano, o consumo passa a depender muito mais do crédito do que da renda corrente. A decisão sobre os gastos recai na comparação da taxa de crescimento de suas dívidas *vis-à-vis* a taxa de valorização da renda financeira. Trata-se, portanto, de um sistema em que se amplifica o grau de endividamento tornando-o muito mais propenso a fortes instabilidades conforme os movimentos expansivos e depressivos de precificação dos ativos operacionais e financeiros e de sua relação com a obtenção de maximização dos valores patrimoniais de cada agente. Cf. COUTINHO, L. & BELLUZZO, L. G. Financeirização da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 11, p. 137-150, dez. 1998.

sofrem influências destas variáveis, exigindo um papel mais proeminente do Estado em prol dos efeitos econômico e social deste processo, trazendo consigo novos desafios.

Na financeirização, a concorrência intercapitalista e interestatal também sofrem modificações. A competição capitalista se descortina entre grandes grupos empresariais, atuantes em diversos países, interagidos com os bancos e outras instituições financeiras, assim como também com os bancos centrais e tesourarias nacionais. Os bancos centrais passam a atuar conforme “salvadores de última instância” ao mesmo tempo em que propiciam o desenvolvimento dos mercados financeiros. Já os tesouros nacionais apresentam-se como elo fundamental para os bancos centrais socorrerem as instituições financeiras durante as crises, ou ainda, para evitar as depressões, reduzir os impostos e aumentar as despesas com vistas a incentivar os investimentos do setor privado.

Acontece que, sob pressão permanente dos “mercados”, o Estado se enreda na “obrigação” de manter equilibrado o orçamento fiscal, ocasionando impactos que afetam toda a sociedade (chamado comumente de “austericídio”). Em suma, o *Big State* traveste-se em *Big Bank*, sendo que, nos períodos de alta valorização dos ativos, o Estado atua conjuntamente em prol da “privatização dos lucros”, mas, durante as crises, opera como “socializador das perdas”. Certamente, um dos melhores exemplos, neste sentido, advém da crise ocorrida nos EUA em 2008. Sua origem remonta à dinâmica da valorização imobiliária ocorrida na sociedade norte-americana, em que os empréstimos imobiliários feitos por instituições neste país foram revendidos para os fundos em investimentos, fundos de pensão e *hedge funds* que encontravam garantia nas prestações dos imóveis e, de certa forma, no próprio valor dos mesmos imóveis, que alcançavam precificações altistas. Algo semelhante se dava com as hipotecas vendidas para tomadores considerados de “alto risco”. Do lado das autoridades monetárias, das agências de risco e daquelas relacionadas ao setor, nada foi feito.

No entanto, mediante o processo de reversão cíclica dos preços, revelou-se uma crise que arrastou consigo todo o sistema bancário e financeiro e os mais distintos atores, deixando insolventes grande parte dos bancos e instituições financeiras. Uma vez instaurada a crise, coube ao papel do *Big Bank* adotar uma série de medidas, tais como: injeção de liquidez nos bancos comerciais, de investimento e dos investidores institucionais, seguido da atuação na composição de capital próprio dos bancos e na tentativa de restabelecer a demanda de papéis no mercado de capitais. Sem dúvidas, o papel do *Big Bank*, através da intervenção estatal (Banco Central e Tesouro) não mediu esforços em defender a sustentação da riqueza

financeira dos agentes. A crise, apesar de forte contágio e amplitude²¹⁴, foi administrada com o propósito específico de defender os patrimônios privados, revelando, sem peias, o papel do Estado em garantir a macroeconomia da riqueza financeira.

Para Braga *et. al.* (2017), portanto, a financeirização não resulta necessariamente em estagnação da economia, bloqueando a expansão do investimento, do consumo, da produção e da difusão do progresso; tampouco pode ser considerada como um desvio em relação ao sistema capitalista baseado na produção e circulação de bens e serviços²¹⁵; ela representa, acima de tudo, a maior abstração da riqueza, correspondente a maior abstração do próprio desenvolvimento do capital. *A financeirização expressa a forma contemporânea do modo como o valor procura se valorizar, tendo como finalidade última sua valorização em termos monetários.* No entanto, enquanto uma estrutura única, mais complexa e mais contraditória e instável, acaba acarretando fundamentalmente uma maior centralização e concentração de capitais e um maior nível de desigualdade²¹⁶ entre países e classes sociais. Em seu movimento imanente de expansão, contração e crise, a financeirização está sempre aberta a resoluções de caráter histórico e indeterminantes, com a única segurança de que requerer-se a “eutanásia do rentista” significa simplesmente esconjurar a eutanásia do próprio capital.

²¹⁴ Na avaliação de Braga *et. al.* (2017), as crises de 2001 e 2008 foram prontamente enfrentadas pelos ativos do Federal Reserve System (Fed), entre 2007 e 2016. Inicialmente, o Fed procurou prover de liquidez os bancos e “quase bancos”. Com o desenrolar da crise, o Fed manteve esta política de “*quantitative easing*”, almejando estimular o crédito e o nível de atividade econômica. Isso significou um aumento rápido e pronunciado da base monetária. Além disso, o Tesouro dos EUA agiu prontamente. Medidas como reduzir impostos e aumentar as despesas para estimular o setor privado e / ou para compensar sua retração, resgatar as instituições financeiras e não financeiras, comprando-lhes ativos e fornecendo-lhes liquidez foram tomadas diante da extensão da crise. Com efeito, tais ações tiveram efeitos negativos em termos de resultados fiscais, resultando em aumento do déficit público, que aumentou de zero, em 2007, para 11% do PIB, em 2009, levando a um aumento da dívida pública, de 60% para 90% do PIB durante o mesmo período.

²¹⁵ “The concept of financialization as a systemic pattern of wealth does not consider financial dominance as a deviation relative to the genuine capitalist system that based on the production and circulation of goods and services. One must avoid a dualistic vision on the existence of “good capital” – that relies on the production and trade of goods and services – and “evil capital”, i.e., based on finance. Capital is in constant search of new ways to increase its own value, and so operations in the financial sphere are as legitimate – from the point of view of the capital logic – as those in industrial and commercial spheres. Moreover, it is part of the immanent development of capital as value that valorizes itself, such as pointed out by Marx (1867), to assume increasingly liquid forms, while at the same time it widens the space for concentration and centralization, in order to strengthen control over all spheres of material reproduction”. (Id, Ibid, p. 840).

²¹⁶ Segundo Braga *et. al.* (2017), o índice de Gini, para os países da OCDE, entre 1985 e 2013, demonstrou que a maioria dos países obteve uma piora na distribuição de renda, sendo que a renda recebida pelos 10% mais pobres, em 2007, foi 22% superior a 1985, enquanto os 10% mais ricos receberam, em 2007, 54% mais do que em 1985. Após a crise, a renda recebida pelos 10% mais pobres, em 2011, foi 14% maior que em 1985, enquanto os 10% mais ricos tiveram, em 2011, 51% a mais do que o rendimento recebido em 1985. Do ponto de vista da composição da riqueza familiar por quintis, nos países da OCDE, em 2010, observa-se que o quinto quintil correspondente aos 20% mais ricos, detiveram grande parte da riqueza. Dado que os ativos financeiros constituem parte importante de suas riquezas, assevera-se que a financeirização esteve fortemente associada ao aumento das desigualdades de renda e riqueza nesse período. Enquanto para as famílias do primeiro quintil, correspondente aos 20% mais pobres, os ativos financeiros representavam apenas 18% do total de ativos, para as famílias do quinto quintil, correspondente aos 20% mais ricos, esses ativos alcançaram 33% do total de ativos.

O segundo autor importante no debate sobre a financeirização do capitalismo é o economista francês François Chesnais. Suas obras receberam incontestáveis referências, sendo grande parte delas dedicadas ao estudo da financeirização, acompanhado por outros renomados economistas franceses, tais como Gérard Duménil, Dominique Lévy, Michel Husson e Suzanne de Brunhoff, que também analisam as características do capitalismo contemporâneo. Faz-se necessário ressaltar, preliminarmente, o desenvolvimento bastante esparso e ao mesmo tempo inacabado – dado sua continuidade no assunto – ao qual Chesnais vem demonstrando em suas reflexões: até o presente momento contamos com apenas dois livros escritos integralmente pelo economista sobre esta temática²¹⁷ e, no mais, trata-se de um conjunto variado de artigos e coletâneas, publicados ao longo dos últimos vinte e cinco anos²¹⁸.

Na compreensão de Chesnais, as mudanças suscitadas a partir dos anos 1970 representam uma transformação estrutural que inaugura um novo regime de acumulação com dominância financeira visando se apropriar das rendas financeiras em escala mundial, significando assim uma nova etapa do imperialismo, marcado pela dominação interna e mundializada do capital financeiro. Esta nova etapa ultrapassa a anterior, caracterizada pela contenção ou regulação do poder das finanças (trinta anos gloriosos do após-guerra de “consenso fordista e keynesiano”), à medida que representa a “retomada” das burguesias em torno da reorganização do mundo com base na “ditadura dos credores”, nas novas finanças corporativas, na mundialização das finanças, na concorrência, nas tecnologias de informação e comunicação e na flexibilização do uso da força de trabalho e dos salários. O esgotamento do regime fordista e a dissolução do socialismo real indicam a consolidação de um capitalismo financeirizado e mundializado, alinhado a política e ideologia do neoliberalismo.

²¹⁷ Cf. *La Mondialisation du capital*, publicado originalmente em 1994 e traduzida, para o Brasil, em 1996 como *A mundialização do capital* e, posteriormente *Finance Capital Today: Corporations and Banks in the Lasting Global Slump*, publicado em 2016, ainda sem tradução para o Brasil.

²¹⁸ Dentre as principais obras organizadas destacam-se: *La mondialisation financière: genèse, coûts et enjeux* (1996), traduzido em português como *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos* (1998), em que o autor escreve a Introdução Geral; *La finance mondialisée: racines sociales et politiques, configuration, conséquences* (2004), traduzida no Brasil como *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências* (2005), onde escreve o artigo *O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos*; *La finance capitaliste* (2006), traduzida em português como *A finança capitalista* (2010), em que escreve o capítulo *A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital*. Além destes, vale ressaltar suas principais e mais recentes publicações na Revista *A l'encontre*, tais como: *Le capitalisme a-t-il rencontré des limites infranchissables?* (fev. 2017); *Les dimensions financières de l'impasse du capitalisme (I, II e III)* (nov. 2017); *Economie. Turbulences boursières et mini-krachs sur un marché ou un autre* (fev. 2018); *Capitalisme et changement climatique: notions théoriques et trajectoire historique initiale (I e II)* (out. 2018); *Etats-Unis. Les vantardises de Trump. Or, une nouvelle crise financière guette* (nov. 2018); *De nouveau sur l'impasse économique historique du capitalisme mondial* (fev. 2019) e *La théorie du capital de placement financier et les points du système financier mondial où se prepare la crise à venir* (abril 2019).

Em sua primeira obra *La Mondialisation du capital*, publicada originalmente em 1994, introduz o conceito de *mundialização do capital*²¹⁹ como contraposição ao termo “globalização”, de origem anglo-saxônica, considerando se tratar de uma *nova etapa no processo de internacionalização do capital produtivo, a partir da consolidação das multinacionais*. A internacionalização das empresas advém da centralização alcançada pelo capital produtivo em termos da execução de estratégias globais, assumidas através da organização de grandes grupos sob a forma de “firmas-redes”. Ao contrário da propalada manifestação da “globalização” como propulsora da mundialização das trocas, assevera que o se constata de fato é a expressão maior dos interesses da burguesia na mundialização das próprias operações do capital, ocorridas principalmente entre os países desenvolvidos, mediante fusões e aquisições, acentuando-se assim a centralização e concentração da produção e da comercialização.

Esta nova fase, provida pelas políticas de liberalização comercial, desregulamentação monetária e financeira, descompartimentalização dos mercados financeiros nacionais e desintermediação, permitiu tanto uma maior liberdade do capital, quanto também estabeleceu novas relações entre o capital e o Estado²²⁰ e entre o capital em suas diferentes formas, especialmente a relação entre o capital produtivo e o capital monetário. Se, por um lado, a mundialização baseia-se na tentativa de restabelecimento do investimento - via redução dos salários e dos preços das matérias-primas - e na reestruturação produtiva - onde se prioriza as aquisições e fusões, a redução de custos e a não incorporação dos ganhos de produtividade, em termos de aumento da produção -; por outro lado, a expansão do capital monetário opera

²¹⁹ A respeito da demarcação das fases do capitalismo, assim expressa Chesnais: “O período 1880-1913, cujas características foram iluminadas pelos grandes teóricos do imperialismo – todos os que pertenciam então à Segunda Internacional, é claro, mas também Veblen e Hobson -, foi uma dessas fases longas. Outra foi a fase de crescimento dos “trinta anos gloriosos”, começando da reconstrução após Segunda Guerra Mundial e terminando em 1974-1979 – a “idade de ouro”, também chamada de período “fordista”. Alguns dos elementos constitutivos dessa fase remontam aos anos 20, mas ela nasce verdadeiramente das relações políticas (nacionais e internacionais) constituídas ao fim da Segunda Guerra Mundial. Outra fase ainda é a de “mundialização do capital”, em que ingressamos no decorrer da década de 1980, decerto muito diferente do período “fordista”, mas também do período inicial da época imperialista, um século atrás. Pois, embora tenham ressurgido alguns dos aspectos característicos daquela época (extrema centralização e concentração do capital, interpenetração das finanças e da indústria etc.), o sentido e o conteúdo da acumulação de capital e dos seus resultados são bem diferentes: o capitalismo parece ter triunfado e parece dominar todo o planeta, mas os dirigentes políticos, industriais e financeiros dos países do G7 cuidam de se apresentarem como portadores de uma missão histórica de progresso social. [...] O estilo de acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros (os fundos mútuos e fundos de pensão), cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira”. (CHESNAIS, 1996, p. 14).

²²⁰ A relação entre os Estados Nacionais passa a estar marcado por relações de rivalidade, de dominação e dependência política entre eles, sendo os Estados Unidos o definidor das “regras do jogo”, apoiado no interesse das necessidades do capital monetário. Nesse sentido, Chesnais atribui tanto as operações do capital industrial, quanto o papel da atuação do FED na elevação das taxas de juros, na orientação dos investimentos e na financeirização das empresas.

obstaculizando a expansão do capital produtivo, dado que a mais-valia gerada por este último capital encontra-se não apenas limitada em sua possibilidade de expansão, como também passa a estar subordinada pelo capital monetário que ganha *autonomia total* perante o capital produtivo²²¹.

Apesar de apontar este elemento (a dominação do capital monetário) em seu livro, o mesmo aparece de forma bastante reservada, discutida apenas em seus dois últimos capítulos, na qual enfatiza a concentração dos bancos e dos fundos de pensão no capitalismo contemporâneo. Ademais, diante do enfrentamento desta nova realidade, acaba apelando inadvertidamente ao saudosismo dos “anos dourados”, em que havia se contido as orgias do rentismo²²².

Na obra seguinte, *La mondialisation financière: genèse, coûts et enjeux* (1996), o autor escreve a *Introdução Geral* e o último capítulo, intitulado “*Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica*”, sendo que, na edição brasileira, publicada em 1998, ele também é

²²¹ “Ao longo de nossa análise, constatamos, em primeiro lugar, que a internacionalização do capital produtivo continuou sendo um processo bastante circunscrito geograficamente e que esse capital está hoje submetido a um conjunto de forças (entre as quais as suas próprias proezas tecnológicas) que o levam a se reestruturar redirecionando-se para as bases de origem. As únicas exceções quase certas são os novos países industrializados asiáticos. Vimos, em segundo lugar, que o princípio metodológico fundamental da primazia da produção sobre a circulação não se traduziu em quaisquer circunstâncias em IED. [...] Observamos, em terceiro lugar, que ficou difícil atribuir um sinal de igualdade entre o IED (mesmo circunscrito estritamente ao setor industrial) e a criação de valor e mais-valia. [...] no quadro dos grupos multinacionais, foram implementados numerosos mecanismos decorrentes da apropriação e da recentralização da mais-valia. Atualmente, estes estão estreitamente integrados aos mecanismos de criação de mais-valia, tornando difícil traçar com nitidez a fronteira entre a produção e a pura apropriação parasitária do valor. Por fim, no que diz respeito à questão central do movimento do capital em suas três formas, apresentamos um conjunto de dados que tendem a sugerir o crepúsculo do ciclo unificado sob dominação do capital industrial. Pudemos constatar várias expressões da capacidade do capital comercial, em suas formas mais concentradas, seja de se colocar como rival do capital industrial, seja de impor a este punções sobre a mais-valia, através de um controle mais eficaz do escoamento, ou seja, do acesso ao mercado. No caso do capital monetário, é bem mais do que isso. Trata-se aí da reafirmação, pelo capital monetário, de sua autonomia total perante o capital industrial, e do surgimento de uma situação onde é o movimento próprio dessa fração do capital que tende a impor sua marca às operações do capitalismo contemporâneo, como um todo. [...] essa economia mundial carrega mais a marca da financeirização extremada, da dominação do capital rentista, para não dizer capital de agiotagem, e de um número cada vez maior de operações gangrenadas pelas redes mafiosas, do que a marca de capital orientado para o desenvolvimento das forças produtivas. Só no Sudeste Asiático é que ainda prevalece, por pouco que seja, a lógica do “acumular, acumular! conforme a lei e os profetas” (Id, Ibid, pps. 317-318).

²²² “Por volta de 1913, o grau de mundialização financeira alcançado no quadro da internacionalização da época, graças à liberdade de movimentos dos capitais, assegurada pelo padrão-ouro e pela liberdade de câmbio e garantida por uma série de tratados sobre comércio e investimento, parecia um fato “irreversível”. Nos anos 20, os mercados financeiros todo-poderosos, sobretudo as Bolsas, e sua capacidade de orientarem a economia, parecia igualmente “irreversível”. Nos EUA, no fim de 1928 e início de 1929, o presidente Coolidge não perdia ocasião de fustigar quem expressasse alguma preocupação com o nível alcançado pela bolha especulativa de Wall Street ou com as consequências dessa dominação das finanças sobre a repartição e alocação do investimento. Bastou o crash de Wall Street e o sucessivo desmoronamento do sistema bancário para dar origem, bem antes das adicionais consequências da Segunda Guerra Mundial, a um sistema de finanças compartimentadas, administradas, estritamente controladas pelas autoridades monetárias e políticas. Quem ousará afirmar, com segurança, que algo semelhante não poderá ocorrer nos próximos anos?” (Id, Ibid, p. 20).

responsável pelo *Prefácio*. Logo de início, descortina as considerações realizadas no livro anterior e assevera o “deslocamento qualitativo” que se impõe:

O livro anterior [*A mundialização do capital*] havia sido escrito partindo da idéia de que a mundialização do capital constituía uma etapa a mais no processo de internacionalização e nas operações contemporâneas das multinacionais. Destacava-se o fato de que a mundialização do capital era mais impulsionada na esfera financeira que em qualquer outro domínio. Mas, apesar de tratar-se do papel desempenhado pelas taxas de juros reais positivas sobre o nível e a orientação da acumulação, como da financeirização dos grupos industriais, a interpretação do movimento de conjunto do capitalismo partia, ainda, das operações do capital industrial. A partir dos dados e das análises reunidos neste novo livro, um deslocamento qualitativo se impõe. É da esfera financeira que é necessário partir se desejarmos compreender o movimento em seu conjunto²²³.

Desta forma, assume de maneira mais explícita o papel crucial da esfera financeira para a compreensão da dinâmica do capitalismo contemporâneo, onde se verifica a atuação do capital financeiro mais concentrado e centralizado, sem precedentes até então na história do capitalismo. Localiza o surgimento da *mundialização financeira* em fins da década de 1960 e início dos anos de 1970, principalmente a partir das dificuldades de valorização do capital produtivo e da consequente repatriação dos lucros e dos capitais não investidos na produção que foram destinados aos mercados *off-shore*, desenvolvidos pelo mercado de eurodólares, antes mesmo do choque do petróleo e da recessão de 1974-75.

Para sustentar essa argumentação, destaca o crescimento vertiginoso das transações financeiras nos países da OCDE, na década de 1980 e no início da década de 1990, em detrimento da formação bruta de capital fixo, sobretudo o papel proeminente dos fundos de pensão. Além disso, analisa a evolução das crises financeiras desde 1970 até 1997, identificando o surgimento de riscos sistêmicos inscritos em um regime de acumulação dominado pela financeirização. Sobre a esfera financeira, propõe uma nova formulação:

Os termos ‘autonomia’, ‘autonomização’, etc., devem ser utilizados com cautela. É verdade que uma parcela extremamente elevada das transações financeiras tem lugar no campo fechado formado pelas relações entre instituições especializadas, e não tem nenhuma contrapartida a nível do intercâmbio de mercadorias e serviços nem do investimento. [...] Mas isso não significa que não existam vínculos fortes, e, sobretudo, de grande alcance econômico e social, entre a esfera da produção e comércio internacional e a das finanças. A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de certa força de trabalho de múltiplas qualificações. Os capitais que os operadores financeiros põem para valorizar, através de suas aplicações financeiras e das arbitragens entre diversos tipos de ativos, nasceram invariavelmente no setor produtivo e começaram por assumir a forma de rendimentos que se constituíram na produção e intercâmbio de bens e serviços. Uma parcela desses rendimentos – hoje em dia uma parcela elevada – é captada ou canalizada em benefício da esfera financeira, e transferida para esta. Só depois dessa transferência é que podem se dar, dentro do campo fechado da esfera financeira,

²²³ Cf. CHESNAIS, 1998, p. 7.

vários processos de valorização, em boa parte fictícios, os quais fazem inchar ainda mais o montante nominal dos ativos financeiros²²⁴.

Fica explícita, portanto, a reformulação estabelecida pelo autor: *a expansão do capital financeiro origina-se na produção de valor e de mais-valia, enquanto parte do lucro realizado pelo capital produtivo, cabendo à parte não acumulada como capital produtivo ou de empréstimo, a valorização na esfera financeira.*

Por sua vez, em outra obra organizada, *La finance mondialisée: racines sociales et politiques, configuration, conséquences* (2004), traduzida no Brasil como *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências* (2005), escreve o artigo “*O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos*”. Da mesma forma ocorrida no livro anterior, logo nos primeiros parágrafos localiza o cerne de sua discussão:

O mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica do capitalismo, na qual o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais. As formas de organização capitalistas mais facilmente identificáveis permanecem sendo os grupos industriais transnacionais, os quais têm por encargo organizar a produção de bens e serviços, captar o valor e organizar de maneira direta a dominação política e social do capital em face dos assalariados. Mas a seu lado, menos visíveis e menos atentamente analisadas, estão as instituições financeiras bancárias, mas sobretudo as não bancárias, que são constitutivas de um capital com traços particulares. Esse capital busca “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida. Ele tem como terreno de ação os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente. Suas operações repousam também sobre as cadeias complexas de crédito e de dívidas, especialmente entre bancos. O capital portador de juros (também designado “capital financeiro” ou simplesmente “finança”) não foi levado ao lugar que hoje ocupa por um movimento próprio. Antes que ele desempenhasse um papel econômico e social de primeiro plano, foi necessário que os Estados mais poderosos decidissem liberar o movimento dos capitais e desregulamentar e desbloquear seus sistemas financeiros. Foi igualmente preciso que recorressem a políticas que favorecessem e facilitassem a centralização dos fundos líquidos não reinvestidos das empresas e das poupanças das famílias. Nos termos dessas transformações, instituições especializadas (antes pouco visíveis) tornaram-se, pela intervenção dos mercados bursáteis, as proprietárias dos grupos: proprietários-acionistas de um tipo particular que têm estratégias inteiramente submetidas à maximização de uma nova grandeza, o “valor acionário”. Correntemente designado pelo nome de “investidores institucionais”, esses organismos (fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação, sociedades de seguros, bancos que administram sociedades de investimentos) fizeram da centralização dos lucros não reinvestidos das empresas e das rendas não consumidas das famílias, especialmente os planos de previdência privados e a poupança salarial, o trampolim de uma acumulação financeira de grande dimensão. A progressão da acumulação financeira foi estreitamente ligada à liberação dos movimentos dos capitais e a interconexão internacional dos mercados dos ativos financeiros – obrigações públicas e privadas, ações e produtos derivados²²⁵.

²²⁴ Cf. Id, Ibid, p. 15.

²²⁵ Cf. CHESNAIS, 2005, pps. 35-36.

A colocação do capital portador de juros (“capital financeiro”) no centro das relações econômicas e sociais do capitalismo contemporâneo o permite analisar a maneira com que este capital passa a assumir em relação às demais formas de capital e ainda com a classe trabalhadora. Fica sugerido que o “capital financeiro” passou a dominar todo o processo de acumulação no capitalismo contemporâneo, especialmente a partir da década de 1970²²⁶, chegando a assumir um “regime de acumulação patrimonial” ou um “regime específico de propriedade do capital”. Nesse sentido, o argumento principal repousa na ideia de que “os detentores das ações e de volumes importantes de títulos da dívida pública devem ser definidos como proprietários situados em posição de exterioridade à produção, e não como ‘credores’²²⁷”, dado que a “instituição central da finança é o mercado secundário de títulos, o qual negocia somente ativos emitidos, cujos resultados do financiamento, se existiram, pertencem ao passado²²⁸”.

Com isso, promove a separação entre o “capital financeiro” e o capital produtivo, em termos da divisão das classes dominantes, baseadas conforme o critério de propriedade de capital detida por cada uma delas: temos assim, duas frações burguesas “opondo-se” entre a propriedade dos meios de produção e a propriedade patrimonial (exteriores à produção, ou na terminologia assimilada de Keynes, a classe dos rentistas). No entanto, à medida que a lógica das finanças impõe-se nas estratégias das próprias empresas, estas passam a operar segundo as normas de rentabilidade vigentes nos mercados financeiros, de caráter curto-prazista e apoiadas na maximização dos ganhos dos acionistas.

Diante da “insaciabilidade da finança”, a “ditadura do mercado financeiro” (“neoliberalismo”) aparece como sendo responsável pelo nível de degradação das condições de vida especialmente da classe trabalhadora, além de se tratar de uma acumulação escorada em um baixo e lento crescimento econômico - exceção feita a alguns países asiáticos -, suscetível em grande medida pela forte instabilidade, fragilidade e propensão para crises. Novamente, aqui se verifica seu saudosismo quando diz que “será necessária uma quebra de outra amplitude para que o capital seja enfraquecido a ponto de recuar como precisou fazer em 1936, por ocasião do *New Deal*²²⁹”.

Em 2006, publica *La finance capitaliste*, traduzida em português como *A finança capitalista* (2010), em que escreve o artigo “*A proeminência da finança no seio do “capital*

²²⁶ Para Chesnais, trata-se de um retorno ou reaparecimento do “capital financeiro”, agora sob novas bases e, portanto, diferente daquele destacado pelos clássicos do imperialismo. O autor considera que o período de mundialização financeira, analisado pelos clássicos, esgota-se em 1914.

²²⁷ Cf. Id, Ibid, p. 48.

²²⁸ Cf. Id, Ibid, p. 49.

²²⁹ Cf. Id, Ibid, p. 64.

em geral”, o *capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital*”. Neste artigo, destaca, inicialmente, o papel vertiginoso do capital produtivo, especialmente na China, revelando a tendência à constituição de um mercado mundial, conforme vislumbrado por Marx²³⁰, ao mesmo tempo em que se verifica o alcance tomado na esfera financeira pelo volume de títulos (ações e obrigações). Em relação a este último aspecto, nos diz sobre a “importância assumida pela centralização e valorização de uma poupança ou de somas de dinheiro que devem simultaneamente vir com a partilha do valor e da mais-valia, permanecer “líquida” e servir de forma fictícia de ‘capital’²³¹”.

Chega-se, assim, a uma leitura um tanto mais rigorosa a partir de Marx, ao introduzir o conceito de capital fictício. Até então, a crítica indicava três consequências fundamentais promovidas pela lógica do capital portador de juros (“capital financeiro”): a exacerbação da concorrência entre os capitais produtivos para elevar a exploração; a nova repartição da renda favorável aos rentistas e o caráter de estagnação e forte propensão às crises, inerentes pelo domínio das finanças. Estas consequências nefastas, aliadas à natureza “parasitária” das finanças, passam a ser reexaminadas no artigo supracitado.

Chesnais apoia-se em Marx para sustentar o processo de valorização a partir do capital de empréstimo, tomado enquanto massa de dinheiro, ou nomeadamente crédito, em uma “acumulação de capital-dinheiro propriamente dita”, isto é, uma acumulação de capital fictício ou acumulação financeira. Isso se dá por meio daquilo que Marx indicou com o sistema de crédito, mas, no entanto, não foi capaz de dimensionar seu alcance à época em que escrevia *O Capital*. O capital fictício aparece assim como expressão maior do fetichismo inerente ao capital portador de juros, enquanto aplicação financeira mais geral, dado que os bancos apresentam um duplo papel: centralizam o “dinheiro em massa” e fornecem crédito.

Em outras palavras, os bancos são criadores de modalidades de capital fictício ao mesmo tempo em que ancoram, em seu capital próprio, grande parte destas modalidades de capital, especialmente sob a forma de títulos. Nesse ponto, utiliza-se da análise do economista Robert Guttman, quando diz que:

A integração da finança e da indústria por via do crédito portador de juro dá nascimento ao “capital financeiro”, enquanto que “as transações das instituições financeiras engendram sua forma específica própria de capital” [...] Marx explicou que essas atividades servem de fundamento ao que ele chama de capital fictício. O

²³⁰ Chesnais cita Marx, quando este último diz que “a tendência para formar o mercado mundial [...] [deriva] diretamente da noção de capital. [...] E que esse é um processo avassalador que não pode ocorrer sem que a circulação do capital, nas várias formas do capital portador de juros, expanda-se extraordinariamente, invertendo a relação entre os mercados nacionais e o mundial se apresenta de maneira efetiva como não sendo somente a conexão entre o mercado interno de todos os outros, os quais seriam mercados externos, mas como o mercado interno de todos os países” (MARX *apud* CHESNAIS, 2010, p. 97).

²³¹ Cf. CHESNAIS, 2010, p. 68.

conceito designa todos os ativos financeiros cujo valor repousa sobre a capitalização de um fluxo de rendas futuras, que não têm nenhuma contrapartida no capital industrial efetivo. Partindo desta definição, Marx identificou várias formas de capital “fictício”, que tornaram-se todas bases da economia de portfólio contemporânea²³².

O passo seguinte é apresentar as três principais formas encontradas pelo capital fictício na atualidade, a saber: o capital bancário, a dívida pública e o capital acionário operado nas bolsas de valores. Entretanto, ao analisar a nova configuração dos bancos e de suas proliferações em termos de criação de novos ativos financeiros e de inovações financeiras, destaca o papel proeminente alcançado pela ascensão dos fundos de pensão e fundos de investimentos no capitalismo contemporâneo²³³.

Tomado em conjunto, *o poder auferido pelo capital financeiro alterou a relação deste com o capital produtivo: sobre o comando da finança, as empresas incorporaram sua lógica de obtenção de rendimentos em pouco período de tempo e modificaram as formas de propriedade e de proprietários, implicando como consequência “uma força impessoal voltada exclusivamente para sua autovalorização e sua autorreprodução”²³⁴, acirrando suas contradições e intensificando a exploração do trabalho, juntamente com a destruição célere dos recursos naturais e do meio ambiente.* Ao contrário do domínio do capital produtivo, a dominação do capital financeiro está “voltada inteiramente em direção à apropriação sob todas as formas”, pois “a finança desconhece constantemente a realidade da economia real²³⁵”.

Em 2016, publica *Finance Capital Today*, ainda sem tradução para o português, onde procura atualizar a tese de Hilferding e de Lenin para a compreensão do capitalismo contemporâneo e sua relação com o imperialismo. Segundo o autor, o imperialismo assentado a partir dos Estados Unidos, e circunscrito aos demais países do G7, representa uma fase distinta daquela vigorada na época da hegemonia britânica, analisada pelos marxistas clássicos do imperialismo: estamos, atualmente, diante de uma nova ordem mundial caracterizada pela “*globalização financeira*” em que se verifica a constituição de um mercado

²³² Cf. GUTTMAN *apud* CHESNAIS, 2010, p. 41.

²³³ Em suas palavras: “A primazia desses dois tipos de investidores institucionais, aos quais se somam as grandes companhias de seguro, abre um novo período na história do capitalismo mundial. Os fundos de pensão foram os beneficiários imediatos do golpe financeiro de 1979, no qual um dos componentes centrais foi a criação de mercados liberalizados de obrigações públicas. A “securitização” dos títulos da dívida pública dos países capitalistas avançados permitiu aos governos diminuir a tributação sobre o capital e a renda das classes superiores e médias. Em proporções variáveis segundo os países, a aplicação dos bônus do Tesouro e outros títulos da dívida nos mercados financeiros permitiu a explosão dos déficits orçamentários. O objetivo da liberalização dos movimentos de capitais, da securitização e da alta das taxas de juro era de quebrar a inflação criando condições de “segurança financeira” para as aplicações e de baixa relativa dos salários (a deflação salarial). (Id, Ibid, p. 103).

²³⁴ Cf. Id, Ibid, p. 98.

²³⁵ Cf. Id, Ibid, p. 100.

mundial regido por um capital globalmente centralizado (“globalização”), acompanhado pelo entrelaçamento entre bancos globais internacionalizados, grandes empresas industriais e serviços transnacionais (financeirização), mas que ao mesmo tempo, está passando por uma de suas mais profundas crises, entendida como uma crise de superacumulação e de superprodução agravada pela queda da taxa de lucro²³⁶.

O ponto de partida reside na análise da distinção conceitual entre o capital financeiro e o capital de finanças (*finance capital and financial capital*). Capital financeiro designa o entrelaçamento dos bancos internacionais com as grandes empresas transnacionais dos setores industriais, de serviços ou de comercialização, marcado pela centralização e concentração simultânea e combinada do capital-dinheiro, do capital industrial e do capital mercantil ou comercial. Capital de finanças, ou simplesmente finanças, diz respeito aos ativos financeiros (títulos, ações, derivativos, dentre outros) em posse das corporações financeiras (bancos, fundos de pensão, fundos de investimento etc.) e das empresas transnacionais.

Sendo assim, procede com a consideração da existência de um “*capital rentista*”²³⁷, entendido de maneira mais estendida, na qual se provê os proprietários de riqueza por meio do recebimento de dividendos, juros e somas de dinheiro que os capitalistas levam para casa e que são geradas em seus próprios negócios²³⁸. Nesse sentido, privilegia-se a esfera financeira enquanto dominante no capitalismo contemporâneo, sem deixar de considerar a esfera da produção. Para sustentar essa argumentação, introduz uma distinção entre “*capital como propriedade*” e “*capital como função*” que corresponde à constituição de acionistas e de

²³⁶ Cf. CHESNAIS, 2016, pps. 1-2.

²³⁷ “Some authors have placed emphasis on the importance of the functions carried out by finance as outweighing the problems it creates for the management of global capitalism. Similarly the term ‘rentier capital’ is considered by many to be politically loaded and so to be avoided. Yet, in a Marxian, classical (‘non-vulgar economic’) and Kaleckian theoretical perspective, no analysis of the foundations of capital’s social and political domination, domestically or internationally, can simply put the term aside. The notion is central to the economic, political, and social dimensions specific to the Hobsonian and Marxist theory of imperialism. Market-based retirement systems have strongly contributed to ‘financial accumulation’ as defined below and discussed throughout the book, and so to the full resurgence of the rentier, whose euthanasia Keynes considered necessary. Market-based retirement systems have also given a new dimension to Lenin’s analysis of the economic roots of the ‘labour aristocracy’. This is an unpleasant fact with huge social and political consequences domestically and at an international level. As a result of the growth of government debt and its place in financial portfolios in the wake of the 2008 economic turmoil and the Eurozone banking crisis of 2011, in the European Union in particular economic policy in toto has become pro-cyclical. It is so because it is pro-rentier. The holders of government debt, a part of which consists of workers with savings in banks and insurance companies, must be paid, whatever the economic and social consequences. The dissemination throughout society of the ‘fetishism of money’, through well-studied mechanisms of the ‘financialisation of everyday life’, explain to a large extent why governments have not met more resistance as yet in their support to debt-holders”. (Id, Ibid, p. 9).

²³⁸ Chesnais se baseia em Joan Robinson, quando diz que: “We use the term rentier in an extended sense, to represent capitalists in their aspect as owners of wealth, as opposed to their aspect as entrepreneurs. We include in the incomes of rentiers dividends as well as payments of interest and we include the sums handed over to their households by entrepreneurs who own their own businesses” (ROBINSON, 1956, p. 247 *apud* CHESNAIS, 2016, p. 9).

administradores, cuja ideia reside no peso crescente da lógica financeira dos acionistas perante a maximização de lucro de curto-prazo. Este ponto sinaliza uma das características fundamentais encontradas no capitalismo atualmente: existe uma lacuna cada vez maior entre a taxa de lucro e a taxa de acumulação, sendo esta última predominantemente estagnada ou em franco decréscimo²³⁹.

Na realidade, empreende toda essa argumentação para se chegar a um conceito mais robusto de financeirização. Em sua concepção, *a financeirização aparece como sendo o entrelaçamento do capital portador de juros e do capital fictício, associado ao “capital como propriedade” e ao “capital como função”*. As grandes empresas transacionais passam a operar o direcionamento da apropriação da mais-valia produzida globalmente, ao invés de criá-la, e isso se deve ao fato do predomínio da lógica financeira no interior destas empresas, como também deriva do caráter espoliador, imposto por elas às empresas mais fracas, em cada uma das “cadeias globais de valor”.

Ademais, verifica-se ainda a subordinação do sistema de crédito mundial aos “*shadow banking system*” (fundos de pensão, companhias de seguro, gerenciadores de ativos, fundos de investimento, fundos *hedge*, fundos mútuos, fundos de *private equity* etc.); que se imbricam fortemente com os grandes bancos de investimento, bancos comerciais, varejistas e indústrias. Nesta imensa profusão de capital fictício, localiza a gigantesca universalização do “fetichismo do dinheiro”, penetrando e devassando as distintas esferas da vida social e promovendo a “subsunção real do trabalho às finanças”.

Outra questão discutida pelo economista francês em seu último livro – fruto de seus artigos mais recentes, especialmente na *Revista A l'encontre* – refere-se aos debates em torno dos limites do próprio capitalismo. Destaca, inicialmente, a ideia da “completude” do mercado mundial, principalmente com a incorporação da China e da Índia ao processo de

²³⁹ Chesnais apoia-se em Kliman e Williams, para defender que, ao contrário da noção de apropriação indébita de lucros, na realidade, o que ocorre é o decréscimo da taxa de acumulação em relação à taxa de lucro. Sendo assim, o investimento produtivo não decai devido à falta de recursos disponíveis ou em razão das alterações na distribuição de lucros entre lucros retidos e dividendos, mas sim porque a taxa de lucro declina e consequentemente os investimentos são reduzidos, sendo os lucros, portanto, direcionados aos mercados financeiros, onde serão mais bem valorizados. Dado que o valor da mais-valia diminui apesar do aumento da exploração, a financeirização se aprofunda com as inovações financeiras e o desenvolvimento do capital fictício. Isso explica a efetivação da tendência à queda da taxa de lucro em relação às pífias taxas globais de acumulação nas últimas décadas, mas não significa propriamente o direcionamento dos excedentes econômicos aos mercados financeiros, em detrimento da produção. Na verdade, diante da crescente competição nesses mercados e em uma conjuntura de baixo crescimento econômico, que conduz a uma diversidade de inovações financeiras, aliadas ao processo de desvalorização de capital, que sucede as crises, Chesnais acredita que tudo isso implica na dificuldade de retomada do processo de acumulação sobre novas bases, pois ele estaria bloqueado por meio da atuação do grande capital financeiro e do Estado subordinado a ele. É por isso que sustenta que “*quantitative easing*”, as políticas privatizantes e a redução dos impostos implicam em retroalimentação da “ciranda financeira” e do endividamento público e privado, expandindo-se para as “falsas promessas” de acumulação futura.

acumulação, tirando como consequência disso a noção do surgimento de uma “*força de trabalho global*”. Também ressalta a hipótese da possibilidade do capitalismo estar chegando (ou ter chegado) a um momento de *crise civilizacional*, sobretudo em função da crise climática e ambiental, considerada por ele como sendo a dimensão mais importante do impasse histórico do capitalismo. Desta forma, diferentemente das proposições políticas tomadas em obras anteriores, conclui apostando na necessidade de se centralizar a “*latent revolutionary energy across the world through a renewed internationalism and in political forms which do not repeat those with the disastrous results of the last century*”²⁴⁰.

A terceira interpretação a tratar da financeirização é formada pelo grupo conhecido como “Grupo de Vitória”, composto pelos economistas políticos Reinaldo Carcanholo, Paulo Nakatani e Maurício Sabadini. O “Grupo de Vitória” traça uma compreensão teórica sobre o papel da finança no capitalismo contemporâneo através de novos conceitos, dentre os principais, a saber: capital especulativo parasitário e lucros fictícios. Carcanholo e Nakatani (1999) sustentam a tese de que a “globalização”, em todas as suas características, evidencia uma nova época na história do capitalismo, marcado pelo domínio do *capital especulativo parasitário* sobre o capital produtivo. Diante da dissociação do padrão monetário internacional vigente até os anos 1970, acreditam que vem ocorrendo uma conversão do capital industrial em capital especulativo, cuja lógica reside na subordinação do primeiro à especulação dominada pelo parasitismo, que impera sobre a circulação e reprodução do capital em caráter mundial.

Se, por um lado, até mesmo o capital portador de juros passa a operar segundo a lógica especulativa, por outro lado, as grandes empresas produtivas se veem contaminadas pela especulação. Nesse sentido, a globalização representa a fase atual no capitalismo do predomínio da lógica especulativa sobre a produtiva, em que se verifica a exacerbação da concorrência entre os grandes capitais produtivos globais. A partir disso, assumem que esta exacerbação implica em uma forte pressão para a obtenção de ganhos especulativos em relação ao excedente-valor produzido. Dado a concorrência nestes termos, a fase da globalização aglutina a culminação dos atuais padrões da tecnologia flexível com o consequente aumento da exploração dos assalariados em todo o mundo.

A ênfase recai, assim, na colocação da *oposição entre a capacidade de criação de riqueza por parte do capital e sua necessidade de apropriação, que passa a ser definida, atualmente, através da lógica especulativa*. Entretanto, acreditam que esta nova fase do

²⁴⁰ Cf. CHESNAIS, 2016, p. 272.

capitalismo contemporâneo não se sustenta por longo período, pois na verdade está atravessada por profundas crises e engendra um nível muito maior de desigualdade e precarização das condições de vida das classes trabalhadoras, mas, sobretudo, porque o capital especulativo não consegue sobreviver a partir de uma remuneração meramente fictícia, via aumento do capital fictício, em detrimento do aumento da capacidade de produção ou do real excedente produzido.

Para sustentarem esta tese, se valem da leitura sobre a teoria do valor de Marx, apreendendo o valor como forma social e histórica da riqueza na sociedade capitalista, isto é, forma social em movimento que expressa uma relação social de domínio. Estas formas variam ao longo da história, desde o esgotamento da forma simples de expressão do valor até chegar a sua forma mais avançada, a do valor enquanto capital. O capital-valor torna-se sujeito do processo, dotado de movimento próprio e, portanto, se autonomiza, ou nas palavras do “Grupo de Vitória”, se substantiva (“*substantivação do valor*”). O valor corresponde ao trabalho abstrato contido na mercadoria e expressa o trabalho abstrato que essa mercadoria permite se apropriar no mercado, sendo que a diferença entre o produzido e o apropriado se trata da magnitude do capital fictício em relação ao valor que, no capitalismo contemporâneo, pode ser apreendido pela criação de uma soma de direitos de apropriação necessariamente superior à capacidade de riqueza efetivamente produzida.

Em outras palavras, essa diferença entre os direitos de apropriação criados e a riqueza efetivamente produzida coaduna a diferenciação entre a esfera da produção e a esfera da circulação capitalista. Dado que as formas sociais assumidas pelo capital revelam distintos níveis de fetiche, temos que do fetichismo da mercadoria chegamos ao nível maior deles: o fetichismo do capital portador de juros e do capital fictício. Outro aspecto presente no processo de “substantivação do valor” diz respeito à desmaterialização da riqueza capitalista. A riqueza apresenta duas modalidades, enfeixando um duplo caráter (valor e valor de uso), na condição de substância do duplo caráter do trabalho (trabalho concreto e trabalho abstrato). Valor é a forma social da riqueza e valor de uso é o seu conteúdo; o primeiro cuja materialidade é puramente social e o segundo cuja materialidade é física. Para Carcanholo (2012), o que ocorre é que no capitalismo contemporâneo a forma social (valor) cada vez mais passa a dominar a matéria de suporte do valor (valor de uso).

[...] o desenvolvimento mercantil é um processo do qual, partindo da sua gênese com a chamada forma simples, o valor impõe cada vez mais seu domínio sobre o valor-de-uso e chega a converter-se em polo dominante. Essa dominação culmina com a substantivação, mas continua o processo de desenvolvimento capitalista e prossegue

cada vez mais intensa a dominação do valor sobre o valor-de-uso, da forma sobre o conteúdo da riqueza²⁴¹.

Significa dizer que a riqueza capitalista torna-se dominada pela forma social (valor), implicando uma tendência de autonomização das formas puramente sociais da riqueza. Embora se ressalte a incapacidade plena da riqueza se afastar por completo do valor de uso, o que se depreende então é sua perda de importância cada vez maior, pois a autonomização das formas sociais do valor é sempre relativa, ou seja, a forma predominante continua a depender das formas antecedentes: o valor nunca poderá dispensar o valor de uso e as formas sociais autonomizadas sempre dependerão da reprodução do capital social total, inclusive no caso do capital fictício. No entendimento do “Grupo de Vitória”, faz-se necessário analisar o processo de transmutação das formas funcionais do capital industrial em direção à dominação do capital especulativo parasitário. Carcanholo e Nakatani (1999), baseados na interpretação que fazem de Marx, elucidam a argumentação.

O capital que ao longo do seu ciclo adota e abandona suas sucessivas formas funcionais (capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria) chama-se capital industrial. Esse conceito se opõe a capital comercial e capital a juros e não a capital agrário. Num primeiro momento, o conceito é tratado como se todas as funções fossem cumpridas pelo empresário. Assim, o conceito de capital se confunde com o de capital industrial. Em seguida, Marx explicita que as diversas formas funcionais se autonomizam devido à divisão social das tarefas entre os capitalistas. As funções do capital-dinheiro, do capital-produtivo e capital-mercadoria podem ficar entregues, cada uma delas, a empresas especializadas. Quando uma forma funcional do capital industrial se autonomiza, ela se converte de forma funcional em capital autônomo. Desse modo, o capital-mercadoria converte-se em capital comercial; o capital-dinheiro em capital a juros e o capital-produtivo em capital produtivo²⁴².

O capital industrial representava a síntese global e abstrata da circulação das três formas autônomas de capital, a saber: o capital a juros, o capital produtivo e o capital comercial. Este nível de abstração maior decorre do fato do capital industrial expressar as metamorfoses exigidas pela circulação do capital, tomando-se o movimento em conjunto, enquanto reprodução do capital social total, e considerando-se o capital produtivo como sendo o único capital autonomizado capaz de produzir diretamente a mais-valia, ao qual compartilha esse excedente-valor com as outras duas formas funcionais autonomizadas, a do capital comercial e a do capital portador de juros.

No capitalismo contemporâneo, porém, com a autonomização do capital no circuito da reprodução financeira, baseado no desenvolvimento vertiginoso do sistema de crédito, o

²⁴¹ Cf. CARCANHOLO, 2012, p. 28.

²⁴² Cf. CARCANHOLO & NAKATANI, 1999, pps. 291-292.

capital fictício passa a exercer o domínio sobre o capital produtivo, configurando-se como capital especulativo parasitário. Nas palavras dos autores:

O capital especulativo parasitário resultaria da conversão da forma autonomizada do capital a juros ou capital portador de juros, ou mais precisamente do capital fictício, quando este ultrapassa os limites do que é necessário para o funcionamento normal do capital industrial. Sua lógica especulativa própria chega a contaminar até mesmo as funções produtivas, autonomizadas ou não, e, assim, o que constituía capital industrial se converte em capital especulativo. Este, como síntese dialética do movimento de suas formas funcionais, tem o capital especulativo como polo dominante²⁴³.

Nesse sentido, o capital fictício assume a forma de capital assentada em um fluxo de renda que corresponde a um capital já realizado e sobre o qual se aplica uma taxa de juros, de modo que o proprietário do capital obtém uma remuneração sem contrapartida no capital produtivo. O desenvolvimento do capital fictício encontra respaldo nos inúmeros instrumentos financeiros, tais como ações, títulos públicos, dentre outros, promovendo uma disjunção ainda mais avançada das conexões com o processo real de valorização do capital, causando a impressão de que ele se valoriza por si mesmo.

Ao assumir um caráter mais complexo e desmaterializado, o capital fictício exprime um nível elevado do fetichismo das mercadorias: se o capital portador de juros é real, ou seja, exige um pagamento por seus empréstimos através da forma de juros e lucros, concretizando uma riqueza real, efetivamente produzida sob a forma de excedente, o capital fictício está submetido à “dialética real-fictícia”, posto que o lucro (fictício) recebido por um indivíduo, a partir das transações financeiras, apoia-se tanto em algo real (ganhos reais) como também em algo fictício, uma vez que estes ganhos não estão associados a apropriação de mais-valia. Logo, o capital portador de juros não pode ser identificado com o capital fictício que ele mesmo produz. Segundo Sabadini (2013):

Se o capital fictício não agrega valor, ele exige remuneração. Por um lado, uma parte dessa vem do pagamento dos juros; por outro, vem das oscilações especulativas dos preços dos ativos, que chamamos de lucros fictícios. Assim, num primeiro momento, essas remunerações são meras transferências de valor-excedente que são produzidos por outros capitais. Pelo fato de que o capital bancário é composto de dinheiro, de títulos, de ações e de depósitos e bilhetes bancários, todos esses ativos dão direito a um ganho futuro que se multiplica através de diversas transações fictícias, operadas num “mundo de papéis”, usando a expressão de Marx, e que estão presentes na categoria do capital fictício, chamada por Marx de capitalização²⁴⁴.

Esta capitalização – centralizada a partir dos lucros fictícios – opera uma maior instabilidade e propensão a crises, com impactos severos à condução de políticas econômicas melhor distributivas e às condições de vida e de trabalho para as classes trabalhadoras.

²⁴³ Cf. Id, Ibid, p. 285.

²⁴⁴ Cf. SABADINI, 2013, p. 603.

A questão é que o capital fictício tende a ultrapassar seus limites, seja pelo aumento significativo da dívida pública e/ou pelos movimentos especulativos nas bolsas de valores, por exemplo. Se o capital fictício funciona, por um lado, como uma contratendência à queda na taxa de lucro, por outro carrega o germe de sua própria ruptura e instabilidade, muitas vezes representada por crises, como as que presenciamos no capitalismo contemporâneo. Neste caso, ele expressa, ao mesmo tempo, sua natureza dialética de solução e problema para o capitalismo. A própria exigência de alta remuneração provoca várias consequências no âmbito macroeconômico, como a redução dos gastos sociais e a transferência de riqueza para o pagamento dos serviços da dívida pública, além de efeitos diretos sobre a exploração da força de trabalho no interior das grandes unidades industriais, pressionadas para aumentar a produção de mais-valia que será repartida com a esfera financeira do capital sob a forma do pagamento de dividendos. Finalmente, o fato de o capital fictício ter, diferentemente do capital portador de juros, certa autonomia em relação à esfera produtiva não significa dizer que ele não interfere na dinâmica da acumulação capitalista e, portanto, no cotidiano da sociedade. Ao contrário. As crises capitalistas que se manifestam na esfera financeira, por exemplo, recorrentes nas últimas décadas e fortemente caracterizadas pelos movimentos especulativos, exerceram influência direta e intensa sobre todos os setores da atividade econômica (comércio, indústria, serviços, finanças...). Assim, o capital fictício é funcional para a reprodução do capital, introduzindo a especulação que é real. O fato é que a configuração histórica inicial do capitalismo, onde o capital portador de juros atuava como dominante, deu lugar a um espaço onde a esfera fictícia do capital assumiu uma posição relevante, quicá central, ao menos nas últimas décadas do século XX e início do século XXI²⁴⁵.

Em síntese, a lógica especulativa e parasitária²⁴⁶, sob a égide do capital fictício, passou a exercer forte pressão sobre o capital produtivo e a se impor enquanto domínio sobre as demais formas autonomizadas de capital, mas não significa que esta dinâmica da acumulação atual esteja circunscrita por um “fatalismo financeiro”, como se todas as transações financeiras estivessem regidas de modo fictício. O que defende o “Grupo de Vitória” é que se trata de autonomia relativa do circuito financeiro do capital, atrelado à preconização da teoria do valor, em sua centralidade na geração de mais-valia, advinda do capital produtivo.

Este movimento especulativo, aparentemente separado da esfera produtiva, guarda relação com os movimentos dos circuitos financeiros e produtivos do capital em termos dialéticos de independência e complementaridade. Assim, acreditam analisar o capitalismo contemporâneo com o rigor necessário à análise marxista: o aparente distanciamento entre a “esfera financeira” e a “esfera real” da economia, com a dominância dada pela primeira, rebate na necessidade de uma exploração cada vez mais exacerbada sobre os trabalhadores para a criação de mais-valia.

Com estas apresentações, temos então uma robusta corrente apoiada na ideia da financeirização do capitalismo contemporâneo que, a despeito de divergências de enfoque,

²⁴⁵ Cf. Id, Ibid, p. 604.

²⁴⁶ Parasitária no sentido de que a maior parte dos capitais opera com especulação, e sendo esta incapaz de criar mais-valia, a tendência que se coloca é a dos capitais se apropriarem de valores com os quais não contribuíram, acentuando-se assim a exploração do trabalho para produzirem. Daí a ideia da dominância do capital especulativo parasitário.

passou a ganhar forte proeminência na literatura e no debate público. Não obstante, outra vertente que vem se destacando na interpretação acerca da mudança na forma de funcionamento do capitalismo, após a década de 1970, é a dos teóricos do capitalismo cognitivo e biocognitivo, como veremos na sequência.

O conceito de capitalismo cognitivo sofre influências, principalmente, dos trabalhos de Gilles Deleuze, Michel Foucault, Antonio Negri, Michael Hardt e André Gorz, e estabelece forte diálogo com as obras do sociólogo Manuel Castells e dos demais analistas da sociedade da informação²⁴⁷. Esta teoria fora impulsionada desde fins dos anos 1990, pela equipe ISYS (Innovation-Système-Stratégies) do Laboratório MATISSE, da Universidade de Paris 1/ Sorbonne e pelo Laboratório COSCTECH, da Universidade de Compiègne (França), das quais se notificam as contribuições de Bernarde Paulré, Yann Moulier-Boutang, Antonella Corsani, Maurizio Lazzarato, Carlo Vercellone, Patrick Dieuaide, Jean-Marie Monnier e Giuseppe Cocco²⁴⁸. Já o conceito de capitalismo biocognitivo apresenta-se como um desdobramento da vertente cognitiva através da fusão da ideia da bioeconomia com capitalismo cognitivo, difundido a partir das obras de Andrea Fumagalli²⁴⁹.

Para compreendermos a noção de capitalismo cognitivo, iremos analisar a obra do economista francês Yann Moulier-Boutang, *Le Capitalisme cognitif: comprendre la nouvelle grande transformation et ses enjeux*, publicada em 2007, e algumas de suas entrevistas mais recentes²⁵⁰. No livro, Moulier-Boutang destaca as mudanças suscitadas pela globalização neoliberal, formulando a hipótese da transição do *capitalismo industrial para um terceiro tipo de capitalismo, qualificado como cognitivo, onde a principal fonte de valor passa ser regida pelo trabalho imaterial e pela captura de externalidades, e a nova condição para a inovação*

²⁴⁷ Como vimos no capítulo 1, o sociólogo Manuel Castells formula a concepção de capitalismo informacional para configurar a forma assumida pelo capitalismo após os anos de 1970. No entanto, conforme já destacado, esta compreensão repousa no determinismo da mudança social advinda da penetração das novas tecnologias de informação em todas as esferas da sociedade e de sua possibilidade permanente de inovação em função da capacidade de auto-reprogramação das redes. Porém, para os teóricos do capitalismo cognitivo, a informação também passa a cumprir um papel decisivo, muito embora não seja o fator determinante da mudança.

²⁴⁸ Cf. PAULRÉ, B. De la New Economy au capitalisme cognitif, *Multitudes*, n. 2, p. 25-42, 2000; AZAIS, C. et. al. (eds.), *Vers un capitalisme cognitif*. Paris: l'Harmattan, 2001; MOULIER-BOUTANG, Y. *L'eta' del capitalismo cognitivo*. Verona: Ombre Corte, 2002; VERCELLONE, C. (ed.), *Sommes-nous sortis du capitalisme industriel?* Paris: La Dispute, 2003; CORSANI, A. et. al. *Le Capitalisme cognitif comme sortie de la crise du capitalisme industriel: un programme de recherche*, 2004; VERCELLONE, C. (ed.), *Capitalismo cognitivo*. Roma: Manifestolibri, 2006 e MOULIER-BOUTANG, Y. *Le Capitalisme cognitif: comprendre la nouvelle grande transformation et ses enjeux*. Paris: Editions Amsterdam, 2007.

²⁴⁹ Cf. FUMAGALLI, A. *Bioeconomia e capitalismo cognitivo: verso un nuovo paradigma di accumulazione*, Roma: Carocci, 2007.

²⁵⁰ Cf. *A financeirização e as mutações do capitalismo*. Entrevista com Yann Moulier-Boutang, publicada na revista IHU On-Line, nº 468, de 29-06-2015. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6016-yann-moulier-boutang-3> e *O poder das finanças e as estratégias para romper a crise sistêmica*. Entrevista com Yann Moulier Boutang, publicada na revista IHU On-Line, nº 492, de 05-09-2016. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6594-yann-moulier-boutang-4>.

se alicerça na inteligência coletiva, assumindo uma espécie de invenção coletiva baseada no compartilhamento de conhecimento. Insatisfeito com as teorias deterministas da centralidade do conhecimento e da informação, propõe a hipótese de trabalho coletivo em torno do capitalismo cognitivo, asseverando a demarcação de um terceiro tipo de capitalismo, em curso desde 1975, que ultrapassou o capitalismo industrial sem, no entanto, prescindir-lo integralmente²⁵¹.

This research programme, which is still a ‘work in progress’, we call *cognitive capitalism*. This concept is a working hypothesis, first put forward in 2001. It is largely the result of collaborative work undertaken within the Innovation Systemes Strategies (ISYS) team in the Matisse Laboratory of the University of Paris I. It has not gone totally unnoticed, probably because it is already providing some fundamental guiding ideas and useful starting points for action. In order to clarify the subject of this little book I shall summarise the main points. The current globalisation has to be seen in the light of the emergence, since 1975, of a third type of capitalism. This capitalism has little similarity to industrial capitalism, which, at its birth between 1750 and 1820, broke with mercantilist capitalism and slavery. We are not living a period of socialist transition. The irony of history is that we are living, everywhere, a transition to a new type of... capitalism. The political economy that was born with Adam Smith no longer allows us to grasp the reality that is being constructed before our eyes and to determine what is now the value, the wealth and the systemic complexity of world economy. Nor, *a fortiori*, to address the challenges that humanity faces, whether environmental or societal. The intention of this essay is to put the reader onto a path of political prudence and provisional morality adequate to address this ‘new great transformation’, as Karl Polanyi described it²⁵².

De acordo com o autor, o capitalismo contemporâneo está marcado por uma “grande transformação”, que representa a crise dos principais fundamentos de constituição do capitalismo industrial, tais como: o valor trabalho, o valor utilidade, a medida do tempo e da produtividade e a imputação a indivíduos e as empresas por inovação e eficiência. A globalização, ou a expansão capitalista, resultou na reorganização do sistema, com a crise dos

²⁵¹ “The general thesis advanced here is that the transformation affecting the capitalist economy and the production of value is global, and signals an exit from the industrial capitalism that originated in the big Manchester factory, which was dependent primarily on the physical labour of manual workers processing raw materials. Just as industrial capitalism had broken with the substance of slavery-based merchant capitalism, ‘cognitive’ capitalism, which is now beginning to appear and which produces and domesticates the living on a scale never before seen, in no sense eliminates the world of material industrial production. Rather it re-arranges it, reorganises it and alters the positioning of its nerve centres. Financialisation is the expression of this remodelling, of this reformatting, of material production. The point therefore is not, twenty years after Daniel Bell, to sing the praises of the postindustrial era and to proclaim, together with the fans of the ‘new economy’, the advent of a pacified and crisis-free society, but rather to list one by one the main strategic transformations - which can already be separately identified and which, above all, constitute system” (MOULIER-BOUTANG, 2011, pps. 47-48). Mais à frente, esclarece: “Let us briefly situate this strange species of capitalism. We can distinguish three principal configurations in the history of capitalism: first, mercantile capitalism, which was based on the hegemony of mechanisms of merchant and finance accumulation and developed between the start of the sixteenth century and the end of the seventeenth. Next came industrial capitalism, which was based on the accumulation of physical capital and the driving role of the large Manchester-style factory in mass-producing standardised goods. Then came cognitive capitalism, which is founded on the accumulation of immaterial capital, the dissemination of knowledge and the driving role of the knowledge economy. This form adapts itself paradoxically to the world of exacerbated competition of post-Fordist and industrial capitalism”. (Id, Ibid, p. 50).

²⁵² Cf. Id, Ibid, p. 9, grifos do autor.

anos de 1970 e as políticas de desregulamentação e liberalização das economias: a financeirização expressa esta remodelagem e, o neoliberalismo, a política consequente à financeirização. A “financeirização de tudo” remete aos reflexos desta mudança nas diversas dimensões da vida: nas atividades mercantis e não mercantis, na moeda sem lastro do sistema monetário internacional, na linguagem, nos corpos, na ética e nas relações sociais e, até mesmo, na biosfera e na noosfera (atividades mentais, espirituais, culturais, etc.).

Aqui entra em ação o uso da metáfora das abelhas e das colmeias: *o capitalismo contemporâneo descobriu na “polinização humana” o elemento crucial que o mesmo necessitava para poder se ampliar sob a forma da finança*. Trata-se de uma nova esfera da riqueza, entendida como polinização. A finança é, portanto, o governo *par default* das externalidades positivas de polinização, mas também das externalidades negativas de destruição de nosso meio ambiente. O neoliberalismo se escora nessa brecha aberta pela economia industrial, tornando-se o “único” programa disponível: um governo neoliberal *par default* ancorado no sistema global que se pretende colocar avessamente ao risco e à incerteza radical, ao mesmo tempo em que perdura, sem muito sucesso, devido à ausência de outra governamentalidade que o supere.

Em outras palavras, a financeirização e o neoliberalismo são uma resposta “*par default*” (por falta de alternativa); são formas de sobrevivência encontradas pelo capitalismo para que este não sucumba²⁵³. A financeirização é compreendida como o “triunfo desviado” da consideração das externalidades, do invisível e do imaterial na produção da humanidade através de suas próprias condições de vida, arremedando em revelia, a força da polinização humana, fonte única da riqueza, mas não do valor ainda, alargando os limites da geração da riqueza por meio de ganhos espetaculares sustentados em bolhas financeiras infladas.

Ela está desgastando sobremaneira o cerne do capitalismo industrial, isto é, a relação assalariada estável: em função da automação intelectual, com a robotização de múltiplos serviços oriundos da acumulação de *big data*, os empregos vêm se reduzindo drasticamente ao passo de uma maior polarização entre os empregos automatizáveis ou não automatizáveis, independentemente das exigências de maior ou menor qualificação, e da amplificação da precariedade das condições de trabalho para muitos trabalhadores, acompanhado pela

²⁵³ “A finança em si mesma não é a pulsão de morte do capitalismo: ela representa sua forma de sobrevivência, de resiliência, portanto, é antes sua pulsão de vida, mas essa pulsão de vida está a serviço de uma relação que enfrenta agora, ela mesma, a questão da morte global da espécie na era do antropoceno. Ela pode ser qualificada de pulsão de morte somente em segundo grau, se considerarmos que a sobrevivência do capitalismo se dá em detrimento da sobrevivência global do mundo. E, por outro lado, no plano das externalidades positivas, trata-se mais de um instrumento que pode ser domesticado a serviço da vida global do planeta (financiando a transição ecológica e a despoluição dos resíduos nucleares e do lixo industrial que nos tornamos)”. (MOULIER-BOUTANG, 2015, p. 5).

exploração das atividades não mercantis de polinização da interação comunicacional, linguística, científica, cultural e, ainda, das fabricações de produtos digitais.

Como bem sintetizou, a financeirização representa a “liquidação e a liquidez da velha economia²⁵⁴”. Em um grau de socialização bem mais avançado do que aquele alcançado na economia industrial, as novas tecnologias de informação e comunicação abriram inúmeras possibilidades para as transformações do sistema financeiro, que vão desde as negociações de alta frequência até a proliferação de autômatos regulando o comércio e os mercados ininterruptamente com base nos algoritmos. Estas máquinas tem o poder de exercer um leque amplo de operações, além de servirem como ferramentais cruciais para o *marketing* direcionado, diante da capacidade de armazenamento de dados pessoais e elaboração de perfis dos clientes. Entretanto, não caberia apenas apontar as novas questões trazidas pela financeirização, mas, sobretudo, enaltecer as novas contradições inscritas em seu bojo²⁵⁵.

²⁵⁴ “Propus avaliar a distância entre a nova economia e a velha economia recorrendo ao paradigma (analogia proporcional) da polinização das abelhas. A diferença entre o valor econômico (de mercado) do mel e da cera e o valor global da polinização é da ordem de 1 para várias centenas, até mesmo milhares. A crise da economia política é, portanto, uma crise de proporção. Ela mostra a urgência de mudar o paradigma teórico da economia política. É nessa distância que surge o papel que se tornou determinante das finanças. As finanças substituem atualmente a falsidade da medida da economia verdadeiramente real por uma pseudoeconomia real. As finanças de mercado, que funcionam inventando todos os tipos de regras que entram em choque violento com a economia tradicional, é o governo por default (como se diz em informática) da esfera das externalidades. Elas são o meio de integrá-las. Mesmo que o façam de forma muito imperfeita e de acordo com seus vícios específicos. No entanto, enquanto a governança mundial se obstinar em manter as velhas categorias, as finanças continuarão a reinar como um “tapa-buraco”. Na verdade, do que são acusadas as finanças de mercado? De terem desenvolvido o multiplicador de crédito em até 32 vezes os fundos próprios, ou seja, mais de seis vezes os índices habituais. Essa capacidade que se exerceu através dos produtos derivados permitiu cobrir o risco de câmbio que se ampliou muito desde o regime de câmbio flutuante e os riscos sistêmicos. Assim, as finanças de mercado levaram a especulação a níveis nunca alcançados. Os economistas tradicionais ou críticos denunciaram (com pouco sucesso) os novos riscos trazidos por essas finanças ou, mais exatamente, pela financeirização de tudo. Alguns preveem, desde 1997, uma crise geral. Esse não é nosso diagnóstico. É antes a resiliência das finanças desde 2008 que espanta. Por quê? Porque o crescimento aparentemente desmedido do crédito só é desmedido se relacionado à velha economia. Se o relacionarmos à economia de polinização, percebemos que as finanças de mercado não fazem senão explorar uma parte do continente das externalidades. Se a diferença entre o valor tradicional e o valor de polinização é de centenas de vezes, as finanças de mercado, aumentando em até dez vezes as transações financeiras (700 trilhões de dólares por ano para 70 trilhões do Produto Interno Bruto - PIB), permanecem muito aquém do que as velhas finanças faziam na velha economia. Eis a razão pela qual as finanças de mercado não entram em colapso e as injeções gigantescas aplicadas pelos bancos centrais (*quantitative easing* e índice de juros nominal quase nulo, portanto, índice real negativo) não têm os efeitos catastróficos previstos tanto pela direita como pela esquerda. As finanças continuam veiculando os mesmos velhos estereótipos da economia tradicional. Em vez de usar a liquidez, portanto, a criação monetária, para consolidar a nova economia emergente, elas fabricam sucedâneos para preencher os desequilíbrios mais aparentes. Adiam indefinidamente as crises (MOULIER-BOUTANG, 2016, pps. 6-7).

²⁵⁵ “No entanto, seria errôneo apresentar essa colonização do Novo Mundo das externalidades como um desdobramento inevitável de uma lógica de valorização financeira, um novo bezerro de ouro. É preciso ressaltar o caráter contraditório desse desdobramento. Se, por um lado, o digital permite subjugar, ele também permite, por outro lado, libertar das grosseiras tentativas de apropriação da vida das pessoas, da cultura, do imaterial, que constituía um espaço menos submetido às regras de mercado. Tomemos três exemplos: a questão da criptografia das mensagens, o anonimato na *web* (com o Tor, por exemplo) e as *block chains*, cujo desenvolvimento é tão rápido, que perdemos a conta de quantos congressos os bancos e os seguros dedicam a elas. Não é à toa que o conceito de *block chains* surgiu em torno do *bitcoin*, essa moeda eletrônica muito ligada às tentativas de criar moedas locais alternativas e, ao mesmo tempo, possibilitar sua equivalência sem passar pelos bancos centrais

Nesse sentido, acredita que seria impossível derrubar o poder das finanças em si mesmo – para isto seria necessário extinguir o próprio capitalismo -, resta então voltar-se para as transformações que ela suscitou, até porque, em sua avaliação, ela revela nada mais do que o adiamento indefinido para o futuro²⁵⁶. Uma vez analisado os caracteres mais gerais do capitalismo contemporâneo, Moulrier-Boutang parte para a definição acerca do capitalismo cognitivo, entendendo-o como a emergência de um *novo modo de acumulação*, apoiado fundamentalmente no conhecimento, tomado como fonte básica de valor e operando enquanto núcleo principal do processo de valorização do capital.

By cognitive capitalism we mean, then, a mode of accumulation in which the object of accumulation consists mainly of knowledge, which becomes the basic source of value, as well as the principal location of the process of valorisation. Issues, such as property rights, positioning in networks, alliances and project management become major institutional and organisational factors. Their role is crucial. The strategies of this capitalism are determined by the quest for a spatial, institutional and organisational positioning likely to increase its capacity for engaging in creative processes and for capturing their benefits²⁵⁷.

Sustenta esta argumentação elencando quinze características sobre o capitalismo cognitivo, a saber: (i) a virtualização da economia, com o papel crescente do imaterial e dos serviços relacionados à produção do imaterial; (ii) o peso do imaterial que advém das novas tecnologias propiciadas pelo computador e pelos dados digitalizados aos quais fornecem a base da geração de conhecimento e do próprio processo de produção; (iii) o papel decisivo dos bens intangíveis para o crescimento econômico, aliado a sua liderança na economia, em função da inovação estar apoiada na ciência e no conhecimento e comandarem o processo de valorização do capital; (iv) o progresso técnico deixa de ser um recurso exógeno ao sistema e toma a forma de um sistema sociotécnico composto pelas novas tecnologias de informação e comunicação (TICs); (v) a divisão do trabalho é alterada em termos de uma maior especialização e o trabalho passa a requerer maior nível de qualidade e inovação, ancorados em processos de maior cooperação entre os agentes, sendo que a produtividade é medida através de economias de aprendizagem; (vi) a existência de um maior grau de complexidade dos mercados, exigindo maior descompartmentalização de todos os mercados, com exceção

nem pelos bancos secundários. As técnicas da informática são capazes de certificar as contas de uma unidade econômica (inclusive de um indivíduo) e reforçar a confiança entre os agentes sem a intermediação clássica. Trata-se de um importante desafio, e, desta vez, instrumentado pelas técnicas mais modernas em todo o sistema de intermediação financeira. Vemos que as finanças fazem crescer as tentativas de alternativas”. (Id, Ibid, pps. 8-9).

²⁵⁶ “[...] ela constitui o principal auxiliar da perpetuação de um sistema capitalista muito injusto e destrutivo do planeta. É difícil lutar contra ela e tolhe imaginar que se poderá decretar sua supressão total. Será necessário reconquistar os espaços que ela conquistou, ocupando-se prioritariamente de toda a economia, inclusive de sua parte subterrânea ou imersa”. (Id, Ibid, p. 14).

²⁵⁷ Cf. MOULIER-BOUTANG, 2011, p. 57.

do mercado de trabalho que se tornou mais segmentado; (vii) a “produção flexível” está alinhada a natureza das tecnologias digitais fazendo com que os usuários destas tecnologias influenciem na inovação dos produtos, apresentando-se como co-produtores dos mesmos; (viii) a dissolução das linhas divisórias entre capital e trabalho e entre mão-de-obra qualificada e não qualificada, diante da pluralidade de novos insumos utilizados no processo de produção, sugerindo três tipos de bens e serviços: *hardware*, *software* e *wetware*; (ix) a sociedade em rede, promovida pela informática, assume o bem comum global da inteligência coletiva; (x) a “cooperação entre cérebros” evidencia a transmutação no paradigma de trabalho, até então hegemonizado pelo trabalho industrial e pela mão-de-obra manual; (xi) a centralidade do trabalho vivo, que ultrapassa o seu consumo e sua incursão em trabalho morto assimilado pelo maquinismo, posto se tratar de uma forma de trabalho sobreposta ao trabalho manual e de difícil captação e incorporação ao maquinismo, redefinindo-se assim a forma de exploração e extração de mais-valia; (xii) o declínio do conceito de desempenho individual e a importância do excedente de produtividade agregada, assim como também o maior desenvolvimento da inovação ligado à territórios ou localidades produtivas, isto é, à externalidades que favorecem a inovação, tais como redes produtivas, *cluster* e sistemas locais de produção; (xiii) a natureza imaterial dos bens produzidos implica em maior horizontalização, quebrando níveis de hierarquia e gerando tensões entre seu caráter público e “livre” e os direitos de propriedade intelectual, a exemplo dos direitos de propriedade, patentes e direitos autorais; (xiv) as externalidades deixam de ser marginais e se transformam em elementos fundamentais, junto das cooperações de cérebros e das informações inteligentes e inventivas para a geração de valor e (xv) a produção de conhecimentos ocorre com base na atividade cerebral coletiva mobilizada em redes digitais interconectadas, sendo as biotecnologias cruciais para o desenvolvimento do poder produtivo de cérebros humanos em interação.

Como fica explícito, avalia o processo de acumulação em função das novas tecnologias informacionais e a forma com que se modificam o processo de trabalho e a própria valorização do capital. Em primeiro lugar, defende que o desenvolvimento tecnológico atual é fruto das determinações internas presentes no modelo anterior, do capitalismo industrial, e, portanto, aparecem como decorrência do próprio processo de acumulação de capital. Em segundo lugar, postula a *centralidade adquirida pelo trabalho imaterial e pela inteligência coletiva*, como sendo um dos pilares de sustentação do capitalismo cognitivo. A mudança na forma de exploração é indicada a partir da proeminência – não exclusividade – da extração de mais-valia gerada pela “força-invenção” ou “saber vivo”

não reduzido às máquinas. A automação das operações dos cérebros desvaloriza os serviços humanos e revela ao mesmo tempo o valor daquilo que não é capaz de ser codificável.

Uma vez combinados com as externalidades positivas²⁵⁸, estes novos elementos são capitalizados enquanto atividade cognitiva inovadora e viva do cérebro em interação com outros cérebros em rede, tornando-se assim a medida do valor econômico. Em outras palavras, *o valor deriva da “polinização humana”*. As novas tecnologias da informação e da comunicação engendram a inteligência coletiva ou imaterial, sendo que o caráter imaterial dos bens e serviços virtuais (“bens-informação” ou “bens-conhecimento”) significa o elemento integrado pelo computador, intervindo nas máquinas do velho sistema industrial. Tal modificação é semelhante aos inventos do moinho de água e do trem.

Tomada em conjunto, a economia do imaterial segue fundamental à valorização do capital industrial, à medida que condiciona a inovação, conduz o sistema e comanda a cadeia produtiva. Torna-se, assim, o ativo estratégico não apenas para a empresa, mas para o próprio processo de valorização como um todo. Esta socialização mais avançada faz com que o processo técnico e material se situe como um apêndice do processo de valorização, trazendo consigo novas contradições. Dentre as principais delas, destaca as contradições entre as formas de propriedade e o *software* livre (renúncia ao direito autoral), vistas por ele como processo similar aos *enclosures* - cercamentos do bem-conhecimento - e entre o desenvolvimento tecnológico e as relações de produção, manifesto na disputa entre propriedade intelectual e trabalho imaterial²⁵⁹. Por um lado, a sociedade cada vez mais exige a inversão de maior nível de investimento em capital intelectual e, por outro lado, se verifica a apropriação privada de controle e proteção do conhecimento, as batalhas pelas patentes, pelos direitos autorais e pela propriedade intelectual.

Tudo se passa como se o modo de acumulação fosse alterando a sociedade sem romper de fato com o modo de produção capitalista. Em relação ao trabalho imaterial, pontua não se tratar do trabalho abstrato nem tampouco do trabalho intelectual, mas aquele que não mais opera como dispensa de força de trabalho humana, transformando-se em “força-invenção”,

²⁵⁸ “The concept of externalities involves economic theory taking into account a phenomenon that is excluded by neoclassic economics, but that very much lies at the base of complex systems: that of multiple interactions of non-market effects. The notion of externality is the representation of something that falls outside the economic, acting on it in a continuous fashion and not simply as an initial given”. (Id, Ibid, p. 22).

²⁵⁹ Para o autor (2011), a acumulação do capital intelectual, em certa medida, equivale ao padrão da acumulação primitiva, através dos cercamentos das terras, agora travestidos de cercamentos de bens-conhecimento. No bojo deste processo, destaca que o patrimônio imaterial dos povos indígenas, quilombolas, etc., tem sido permanentemente apropriado, seja através do Estado (tombamentos), seja ainda via capturação pela iniciativa privada. Ademais, também assevera a existência de muitos conflitos jurídicos que emergem diante do controle privado do conhecimento.

“saber vivo” não redutível às máquinas. É um trabalho produtivo que valoriza o capital, é um trabalho vivo e explorado²⁶⁰, substância do valor e, portanto, da riqueza no capitalismo cognitivo. Pode estar subordinado a formas de vínculo empregatício permanente (engenheiro, pesquisador, etc.) ou temporário. O capital se valoriza pela exploração do trabalho imaterial e pela difusão do saber por meio da cooperação dos cérebros reunidos em rede.

Capitalismo cognitivo não é sinônimo de exploração mais sofisticada ou intensificada de trabalho imaterial, mas, sobretudo, inovação na forma de explorar: o processo de trabalho extrapola o assalariamento e independe do seu regime de assalariamento, não é mais energia dispensada na produção capitalista e cristalizada no capital fixo, mas sim do trabalho vivo que se constrói como competência, “saber-vivo” que produz “conhecimento por meio de conhecimento”, viabilizado pelas novas tecnologias informacionais, que elevaram extraordinariamente a capacidade de acumulação de conhecimentos. Esta força-invenção produz bens-conhecimento, bens intangíveis, bens e serviços estratégicos ao capital intelectual. As tecnologias informacionais aparecem como recursos estratégicos ao desenvolvimento da acumulação de capital - meios e instrumentos - e não como fator de desenvolvimento, elas são resultado e condição da acumulação capitalista.

No capitalismo cognitivo, o valor é produzido principalmente pela exploração da força-invenção, saber-vivo, produção de conhecimento por meio de conhecimento, pela cooperação entre cérebros trabalhando em computadores conectados em redes. O trabalho imaterial é a substância do valor, da riqueza, e os trabalhadores cognitivos são todos aqueles que estão conectados em redes virtuais, cumprindo a função de produzir e difundir conhecimento, independentemente da forma de vínculo trabalhista, constituindo-os, portanto, a base do capital intelectual. Neste capitalismo, os conflitos repousam, sobretudo, na falta de parâmetros para se regular o modelo de acumulação, baseado na exploração da inteligência coletiva.

Em síntese, estamos diante de uma transição marcada pela reorganização da produção material, ainda situada no seio do modo de produção capitalista, na qual a economia se sustenta a partir da exploração do conhecimento, sendo o trabalho vivo imaterial a substância do valor, o alvo principal da exploração. No capitalismo cognitivo, a criação da riqueza passa a depender muito mais da aplicação da ciência e da técnica do que do tempo de trabalho

²⁶⁰ Cabe ressaltar que, para o autor (2011), a extração da mais-valia absoluta e relativa continua a prevalecer. No entanto, surge uma nova forma principal de exploração, no capitalismo cognitivo, denominada de “exploração de grau 2”, isto é, exploração a partir do trabalho imaterial. Admite, ainda, que o capital continua a precarizar as condições de trabalho, aumentando o acúmulo de tarefas e a exigência de multifuncionalidade, assim como também explorando a subjetividade.

excedente. *A sociedade se torna uma “fábrica socializada ou expandida”, onde as ideias, os comportamentos, os valores e as interações - a exemplo dos consumidores com as marcas de produtos²⁶¹ - são fundamentais para a geração de lucro e onde se diluem a separação entre a produção e o consumo.*

No mesmo ano da publicação da obra de Moulier-Boutang, o economista italiano, Andrea Fumagalli, escreve *Bioeconomia e capitalismo cognitivo: verso un nuovo paradigma di accumulazione* (2007), prestando contribuições relevantes para esta nova corrente interpretativa sobre as mudanças ocorridas na forma de funcionamento do capitalismo. Em sua visão, o capitalismo cognitivo diz respeito à permanência dos elementos fundamentais do sistema capitalista em junção com a nova natureza do trabalho, das fontes de valorização e da estrutura de propriedade que passaram a compor o processo de acumulação de capital. Ao tratar da financeirização da economia, destaca o papel crucial da lógica financeira global.

[...] de la pura asignación del ahorro subalterna al mercado crediticio, pasan a convertirse en centro neurálgico de la financiación de las inversiones a través de las plusvalías, además de convertirse en aseguradores privados de los riesgos sociales que necesitan de una disponibilidad creciente de liquidez monetaria con el fin de evitar la excesiva volatilidad de los títulos financieros y garantizar, de este modo, un crecimiento continuo y constante en los índices bursátiles. Este objetivo es hoy perseguido, de modo más o menos eficaz pero siempre ilusorio, por las políticas monetarias dirigidas a escala global por la Reserva Federal norteamericana y por el BCE a través de un prudente control de las tasas de interés. De hecho, la relación entre mercados financieros y política monetaria se ha invertido respecto al paradigma fordista: en el capitalismo cognitivo, lo que antes era controlado (los mercados financieros) se ha convertido en el controlador; la política monetaria se ha transformado desde una posición de intervención discrecional autónoma a una posición de soporte subalterno de la lógica financiera global²⁶².

Nesse sentido, o poder controlador dos mercados financeiros imprime uma dinâmica econômica muito mais instável, vulnerável e de caráter curto-prazista. Apoiada nas novas tecnologias imateriais, logísticas, de direção e comunicação, a financeirização representa o núcleo fundamental em que se fixa a produção do valor no capitalismo cognitivo, tomada enquanto unidade de medida de valorização financeira a partir da relação entre a incomensurabilidade da produção imaterial e a produtividade social.

Desde este punto de vista, cada incremento en los índices financieros es el espejo indirecto del crecimiento de la productividad social cognitiva. En el capitalismo cognitivo, la inmaterialidad de la moneda como pura moneda-signo lleva a identificar en el vínculo productividad → liquidez monetaria, el auténtico vínculo macroeconómico que sustituye al clásico nexo entre moneda y producción fundado en la producción material. Los mercados financieros lejos de representar, por lo tanto, una forma arcaica e improductiva de evolución del capitalismo, son al contrario el aspecto más moderno e innovador del capitalismo cognitivo, donde se condensan, operan y se «midan» las variables centrales del nuevo modelo de

²⁶¹ Moulier-Boutang (2011) destaca o caso das grandes marcas como, por exemplo, a *Nike*.

²⁶² Cf. FUMAGALLI, 2010, p. 81.

acumulación: lenguaje y *general intellect*, que definen, a su vez, las convenciones sociales²⁶³ de las que derivan las nuevas formas del control político y económico²⁶⁴.

Este novo modelo de acumulação que exprime a forma de valorização do capital é identificado como sendo a passagem da valorização fordista-material para a valorização flexível-imaterial, no qual se verifica a dinâmica da economia do conhecimento e suas transformações nas relações entre capital e trabalho e entre finanças e produção. No capitalismo cognitivo, a generalização e a centralidade do conhecimento fornecem as bases para a construção de uma produção sistematicamente social, não mais dependente do tempo excedente, mas sim do “tempo social”, anunciando o nível mais elevado alcançado pela socialização da produção. A forma, no capitalismo industrial, de produção de dinheiro por meio de mercadorias vai sendo alterada para a forma de produção de dinheiro por meio de conhecimento. De maneira simultânea, se verifica no capitalismo cognitivo uma exigência por um nível maior no volume do investimento para a produção e transmissão de conhecimentos, acompanhado pela redução sistemática dos custos de codificação, transmissão e aquisição do conhecimento, graças à expansão das novas tecnologias linguísticas e comunicativas.

²⁶³ “Al analizar la evolución de las formas de financiación en el capítulo 1, hemos visto cómo el desarrollo de los mercados financieros es cada vez más dependiente de la evolución de la «opinión pública», entendida como el desarrollo de una convención dominante (el individualismo propietario), que cada vez tiene menos que ver con el análisis de los activos económicos tradicionales de las empresas y cada vez más con las tecnologías de transmisión de información y de comunicación lingüística, así como con la productividad social asociada a las mismas. Las tecnologías digitales abren una perspectiva completamente nueva para la producción. Han puesto a trabajar las cualidades más comunes, más públicas («informales») de la fuerza de trabajo, es decir, el lenguaje, la acción comunicativo-relacional. Esto es el resultado tanto de la revolución toyotista, como de la aplicación generalizada de las tecnologías informáticas («máquinas lingüísticas») y de los procesos de externalización (outsourcing) (Fiocco, 1998; Chiapello, Boltanski, 1999). Sin las nuevas tecnologías digitales y comunicativas no habría sido posible el aprovechamiento del lenguaje como input productivo directo, capaz de desvincularse del espacio físico. La creación de un espacio virtual es al lenguaje lo que el espacio geofísico es a la producción de las mercancías materiales. Los mercados financieros representan hoy la transformación del espacio virtual de la comunicación y de la «opinión pública» en su realidad concreta y operativa. En gran medida este proceso ha anticipado la organización reticular de la producción real, señalando el creciente predominio de lo inmaterial sobre lo material. Desde este punto de vista, los mercados financieros son paradigmáticos de la tendencia actual del sistema económico en su totalidad. En primer lugar, la explotación económica del lenguaje y su valorización no sólo permiten la formación de una convención financiera sino también que en los mercados financieros se «fije» la valorización de la productividad social del trabajo. En segundo lugar, la digitalización de la producción, al favorecer el crecimiento de la producción a larga distancia a través de cadenas de subcontratación (más o menos internacionalizadas), desarrolla la división del trabajo basada en el conocimiento. Como consecuencia, en los países de capitalismo avanzado, la creación de valor está cada vez más caracterizada por elementos inmateriales y simbólicos. Una situación que, en ciertos aspectos, no es diferente de la creación de plusvalías en los mercados financieros. En tercer lugar, finalmente, la unión cada vez más estrecha entre finanzas y producción se transfiere a la relación entre producción y consumo. Las tres principales fases que definen la economía monetaria de producción (financiación / producción - acumulación / realización) tienden a mezclarse y a ser cada vez más interdependientes, sin que el significado específico de cada una de ellas se modifique. Estamos, una vez más, frente a una metamorfosis formal del sistema económico capitalista sin que por ello mute su naturaleza sustancial. Respecto al periodo fordista, actualmente la calidad de vida sufre cada vez más la explotación que deriva de la extensión de la esfera de la valorización capitalista. La vida misma (desde la previsión social, hasta la salud, la educación, etc.) consituye, en definitiva, la verdadera variable que cotiza en los mercados bursátiles internacionales”. (Id, Ibid, pps. 86-87).

²⁶⁴ Cf. Id, Ibid, p. 82.

A noção de conhecimento tomada pelo autor reside na acepção de Marx, interpretado como “*general intellect*”, conforme sugerido nos *Grundrisses*. Conhecimento se diferencia de saber, que se diferencia de informação, embora estejam todos de alguma forma interligados: o conhecimento engloba o saber que, por sua vez, engloba a informação. Opera-se aqui uma correlação inversa entre as duas propriedades do conhecimento (profundidade e difusão): quanto mais profundo o conhecimento, menor sua velocidade de difusão. Além disso, o conhecimento apresenta quatro níveis que também se inter-relacionam: pessoal (individual), social, codificado e tácito (bioconhecimento), sendo este último mais difícil de tornar-se codificado e expropriado pelo capital de modo imediato.

Existe, então, uma dinâmica que permite estabelecer um ciclo de vida do conhecimento (bem-conhecimento), no qual dos conhecimentos individuais/sociais se passa para a especialização, desta para o conhecimento social (“*general intellect*”), onde incidirá a acumulação de capital e a consequente transmutação do conhecimento social em conhecimento tácito (codificado e padronizado), promovendo um nível maior de conhecimento social que será incorporado enquanto conhecimento individual/social.

Nesta nova dinâmica do capital, os rendimentos crescentes de produtividade são determinados pelas economias de aprendizagem, o conhecimento gerado na sociedade torna-se conhecimento social propiciado pelo processo de acumulação do capital, os regimes de propriedade são alterados²⁶⁵, novos fatores influenciam a produtividade e a competitividade²⁶⁶, as relações entre mercado e Estado, indivíduo e coletividade e competência e cooperação se modificam²⁶⁷ e se verifica uma nova concepção de tempo e de relação entre vida e trabalho, dado pela diluição cada vez maior entre o tempo de trabalho e o de não trabalho e entre o espaço de realização do trabalho.

²⁶⁵ Sobre o regime de propriedade, defende que o controle dos componentes imateriais da produção (trabalho cognitivo e linguagem) constitui a nova forma de propriedade do capitalismo cognitivo, dado que a imaterialidade da propriedade se transforma em controle, sendo a propriedade intelectual, a principal forma de propriedade. Por essa razão, ganha força a temática da livre circulação dos saberes, pois a propriedade intelectual se converte na base da nova estrutura jurídico-econômica.

²⁶⁶ Em relação aos fatores determinantes da produtividade, atribui esse papel às economias de aprendizagem e às economias espaciais, relativas à transmissão e velocidade de difusão do conhecimento, sendo que a produtividade social assume variações de acordo com a distribuição entre conhecimento codificado e conhecimento tácito. Acredita ser uma produtividade bioeconômica, definida por convenções que podem indicar trajetórias científicas e de saberes. Já a competitividade diz respeito ao conteúdo cognitivo da atividade produtiva, com a presença de elementos imateriais. Dado que a mercadoria representa um estilo de vida e um imaginário, a competitividade reside no conteúdo inovador do produto, na possibilidade dele abrir novos espaços de mercado.

²⁶⁷ A questão da relação mercado-Estado, indivíduo-coletividade, competência-cooperação, parte da compreensão de que a cooperação social chega a um nível tão exacerbado que o processo de acumulação chega a suprimir todas estas dicotomias.

Tomado em conjunto, todas essas metamorfoses colocam a exigência de se repensar a própria teoria do valor desenvolvida por Marx para apreender o capitalismo industrial. Como nos diz:

Obtenemos así una primera conclusión. En el capitalismo cognitivo, la imposibilidad de separar el valor de uso de la fuerza de trabajo del valor de cambio en referencia a la jornada laboral individual, efecto del predominio del trabajo cognitivo (no medible) sobre el material (medible), nos obliga a considerar el arco completo de la vida, o el tiempo de vida total de los individuos, como unidad de medida de la prestación laboral. La segunda conclusión que debemos subrayar es el hecho de que el trabajador cognitivo (entendido como el trabajador del capitalismo cognitivo), en el momento mismo en el que lenguaje y comunicación se tornan motor de la valorización, se ve insertado, en tanto «totalmente subsumido», dentro de un proceso de cooperación que le lleva a desarrollar una prestación laboral de tipo colectivo. [...] Se trata por tanto de la idea de «individuo social» que Marx había preconizado en los *Grundrisse*. «Tiempo de vida», «trabajo colectivo»: he aquí los dos extremos dentro de los cuales se define la subjetividad del trabajo en el capitalismo cognitivo y de los cuales es necesario partir para discutir los conceptos de explotación y alienación. Como se puede advertir, se trata de las mismas variables que definen el proceso de acumulación. Y no puede ser de otra manera, desde el momento en que la actividad laboral y la actividad cognitiva (producción y transmisión de conocimiento) tienden a coincidir y a definir una *multitud* (multiplicidad) de subjetividades en acto, dentro de las cuales el *bios*, es decir los afectos, la socialidad, el cuerpo y la mente, son el estímulo del que surge la valorización capitalista²⁶⁸.

Do ponto de vista da produção, assevera que a globalização deve ser compreendida na condição de uma internacionalização seletiva da produção, destinada apenas às áreas geográficas específicas, correspondentes em grande medida, aos países de capitalismo avançado em termos tecnológicos. No entanto, o desenvolvimento das multinacionais, no capitalismo cognitivo, expressa uma capacidade inimaginável de controle, fonte primária de poder, dirigido sobre os fluxos imateriais da produção (tecnologia e comunicações/informações) e sobre os componentes imateriais da produção (linguagem, trabalho imaterial e cognitivo²⁶⁹). Por essa razão, acredita no acirramento da tensão entre a maior internacionalização da economia e a maior concentração dos centros de poder econômico-político.

De este modo, cuanto más se internacionaliza la economía, más se concentran los centros de poder económico-político, al tiempo que más se manifiestan las tensiones entre los distintos centros de poder existentes. La definición de un nuevo orden jerárquico estable está todavía lejos de ser alcanzada, si es que puede serlo algún día. A diferencia del capitalismo industrial-fordista, el capitalismo cognitivo no parece, al menos por el momento, capaz de dar cuerpo a una jerarquía estable de mando

²⁶⁸ Cf. Id, Ibid, pps. 135-136.

²⁶⁹ “El control del desarrollo de las tecnológicas más relevantes (la informática, la logística de redes, las biotecnologías, la industria farmacéutica, la aeroespacial, la robótica) constituye la variable estratégica por excelencia a la hora de ser capaces de competir a escala mundial. Las condiciones necesarias (aunque no suficientes) para permanecer en la frontera tecnológica son: una continua capacidad para generar nuevas tecnologías (actividad innovadora y patentes sobre las innovaciones); una elevada capacidad de aprendizaje y la posibilidad de controlar saberes tácitos, así como competencias exclusivas, y una elevada disponibilidad de recursos financieros e inmateriales para las actividades de investigación y desarrollo”. (Id, Ibid, p. 155).

económico y político. Antes al contrario parece destinado a experimentar una continua turbulencia económica (que se manifiesta principalmente en los mercados financieros y de materias primas), típica de un orden geoeconómico imperial descabezado²⁷⁰.

No que tange ao processo de realização, no capitalismo cognitivo, Fumagalli o designa como realização monetária *bioeconômica* para atestar o papel central da comunicação, enquanto verdadeiro motor desta realização monetária. A comunicação adquire a forma de unidade com a produção, a partir do momento que a determina e passa a dirigi-la. Esta mediação se dá através do consumo que se transformou em ato de comunicação e *marketing*, com a publicidade cada vez mais diferenciada e flexível, envolvendo qualquer espaço e tempo da vida dos indivíduos.

En el capitalismo cognitivo, la gestión de la información, y el grado de conocimiento atribuible, constituye efectivamente el motor principal del proceso de acumulación. La no separación entre producción y consumo se torna así total. Ya no hay separación entre acto laboral y acto de consumo. Las figuras del/la trabajador/a y del/la consumidor/a, en un tiempo distintas aunque unidas en la misma persona, se funden hoy en la vida del individuo. Más aún, lo que parece un acto habitual dirigido a la supervivencia (como el acto de consumo) es valorizado en el proceso bioeconómico de acumulación. El cebo del descuento y/o de la promoción fidelizadora resulta quizás más potente y destructivo que los filos ensangrentados que hace tanto tiempo usaban los cazadores de lobos²⁷¹.

Em relação ao trabalho, no capitalismo cognitivo, atesta que as transformações ocorridas afetam a maneira de produção da riqueza, o processo de trabalho e seus modos de organização, as condições e as relações de trabalho, a divisão do trabalho e as competências para a realização do trabalho, definindo-se uma nova condição de dependência cultural e psíquica dos trabalhadores para com a produção imaterial. Na realidade, trata-se *da passagem da subsunção formal do trabalho para a subsunção real da vida (passagem da economia para a bioeconomia)*, isto é, *uma nova configuração em que a exploração incide sobre o tempo de vida dos trabalhadores, diluindo-se a fronteira entre produção e reprodução da força de trabalho*.

La producción de riqueza no se funda ya, única y exclusivamente, en la producción material, sino que se basa cada vez más en elementos de inmaterialidad, esto es, «mercancías» intangibles, difícilmente medibles y cuantificables, que provienen directamente del uso de las facultades relacionales, afectivas y cerebrales de los seres humanos. La producción de riqueza no se funda ya sobre un esquema homogéneo y estandarizado de organización del trabajo, independientemente del bien producido. La actividad de producción pasa por diversas modalidades organizativas, caracterizadas por una estructura en red, gracias al desarrollo de las tecnologías de comunicación lingüística y de las técnicas de transporte. De ello, se sigue un desbaratamiento de la tradicional forma jerárquica unilateral que es sustituida por estructuras jerárquicas que actúan en el territorio a través de largas cadenas productivas de suministro, caracterizadas por la cooperación (rara vez) y/o

²⁷⁰ Cf. Id, Ibid, p. 160.

²⁷¹ Cf. Id, Ibid, p. 176.

el mando (más frecuentemente). La prestación laboral se modifica tanto cuantitativa como cualitativamente. En relación con las condiciones de trabajo, se asiste a un aumento de las horas de trabajo y, a menudo, a una acumulación de las tareas laborales, a la desaparición de la separación entre tiempo de trabajo y tiempo de vida, y a una mayor individualización de las relaciones de trabajo. Más allá, la prestación laboral adquiere cada vez más un carácter de inmaterialidad: la actividad relacional, de comunicación y cerebral están siempre presentes y son importantes. Estas actividades requieren formación, competencias y atención: la separación entre mente y cuerpo típica de la prestación taylorista se reduce hasta desarrollar un conjunto de rutinas y una intensa y activa participación en el ciclo productivo. A la tradicional división del trabajo por tareas se le añade la división de los saberes y de las competencias, aumentando el grado de sujeción del y de la trabajador/a a los tiempos del proceso productivo. Esta sujeción no se impone ya de forma disciplinaria o por medio de un mando directo, la mayor parte de las veces es introyectada a través de formas de condicionamiento y de control social. El individualismo contractual que se deriva de esta situación compone el marco institucional jurídico, en el que el proceso de emulación y de competitividad individual tiende a convertirse en la línea maestra del comportamiento laboral. Toda la vida es plegada a la producción: de la subsunción formal del taylorismo se pasa a la subsunción real de la economía flexible. De la economía se pasa a la bioeconomía. La explotación aumenta y ya no tiene que ver únicamente con el tiempo de trabajo (que huelga decirlo, se alarga) sino también y sobre todo con el tiempo de vida. Es más, la distinción entre tiempo de vida y tiempo de trabajo tiende a anularse así como la separación entre producción y reproducción. *El trabajo asalariado, en el sentido de trabajo heterodirigido, lejos de reducirse aumenta y se torna cada vez más subordinado*²⁷².

Nesse sentido, compreender o capitalismo cognitivo significa admitir uma forma de *acumulação bioeconômica*, complementar e simétrica à biopolítica, onde esta última designa a capacidade de ação de dispositivos de controle social e jurídico e a primeira corresponde analogamente em relação com os mecanismos de produção, acumulação e distribuição. A produção bioeconômica implica em novas formulações sobre a relação entre trabalho vivo e trabalho morto e sobre trabalho abstrato e trabalho concreto. A dialética entre trabalho vivo e trabalho morto aparece em termos da dialética entre a palavra e a língua, uma vez que o conhecimento desempenha um papel produtivo sob a forma de linguagem padronizada (*software*), desmaterializando o capital fixo e transferindo suas funções produtivas e organizativas ao corpo vivo da força de trabalho, convertendo-se em “máquina cognitiva”, que substitui trabalho acumulado por trabalho vivo.

La construcción del software, en tanto lengua, se funda en la provisión de trabajo vivo que, en el momento en que se transforma en instrumento de codificación del lenguaje («máquina cognitiva»), asume la apariencia de trabajo muerto, de capital fijo. Diferente es, en cambio, la función de la palabra, entendida como arte de la comunicación. La palabra permite analizar, efectivamente, la relación entre los individuos no sólo como instrumento en sí, sino como proceso productivo social. La palabra es el devenir del lenguaje, mientras que la lengua es la codificación y la sistematización de esta producción social, por lo tanto, la reglamentación y normalización de la creatividad lingüística de los sujetos. Podemos afirmar, de esta manera, que la codificación mecánica de la práctica lingüística, en tanto convención, es hoy el elemento mecánico de la producción bioeconómica, el capital fijo

²⁷² Cf. Id, Ibid, pps. 254-255, grifos do autor.

necesario para valorizar el trabajo vivo de la palabra como instrumento de comunicación, relación y afecto²⁷³.

Sob a hegemonia do trabalho imaterial, na produção bioeconômica, o corpo da força de trabalho, além de conter a faculdade do trabalho, assume a função típica do capital fixo, dos meios de produção enquanto sedimentação dos saberes codificados e dos conhecimentos adquiridos. Desta forma, *o trabalho concreto torna-se trabalho criativo e o trabalho abstrato configura-se como conhecimento abstrato*. A separação entre os dois não é mais clara. A produção bioeconômica está configurada por um espaço molecular, determinado e caracterizado por relações individuais que geram cooperação. A produção bioeconômica é a produção reticular, típica da *network*. A mercadoria aparece como explicitação última do simbólico-imaginário, o valor de uso e o valor de troca estão ao mesmo tempo interligados e diluídos entre si; não se realiza apenas no processo produtivo, mas enquanto produção imaterial que produz imaginário, ela se materializa onde o imaginário se materializa, ou seja, no ato mesmo de consumo: do fetichismo da mercadoria se passa ao fetichismo do simbólico, da linguagem e do imaginário.

Temos, portanto, novas contradições no bojo do capitalismo cognitivo, acompanhado por um novo tipo de alienação. A principal contradição se coloca entre o aumento da importância do trabalho cognitivo como elemento central da produção de riqueza e a desvalorização dos trabalhadores em termos salariais e ocupacionais (multidão precária): a criação de valor deriva do processo de expropriação do “*general intellect*”, gerado em função da maior socialização do processo produtivo, mas esse valor é apropriado em termos de uma acumulação privada. A força de trabalho passa a ser valorizada, na condição de exploração do trabalho imaterial, mas as condições de vida dos trabalhadores se deterioram, ao passo de transformarem suas próprias vidas em valorização do capital, através do controle do capital sobre o processo de formação e aprendizagem e sobre as fontes de conhecimento exercidas por meio dos direitos de propriedade intelectual.

Y es de esta relación de la que nace el proceso de alienación del trabajo cognitivo: del hecho de que el desarrollo de la formación profesional y del aprendizaje niegue y obstaculice el desarrollo de la cultura. Cuanto más se extiende la formación profesional, más se generaliza la ignorancia, en el sentido etimológico del término, es decir, «no conocimiento» y «no comprensión». En el capitalismo cognitivo la alienación es completamente interna al individuo, es alienación cerebral, entre corazón y mano, entre hemisferio derecho y hemisferio izquierdo del cerebro, no sólo entre interior y exterior, entre participación en la producción y salida de la propia producción²⁷⁴.

²⁷³ Cf. Id, Ibid, p. 267.

²⁷⁴ Cf. Id, Ibid, p. 271.

Entretanto, ao mesmo tempo em que o conhecimento social é apropriado pela acumulação privada, sua expropriação configura um nível de cooperação social mais avançado, alcançado pela produção bioeconômica, da qual o processo de expropriação se revela como expropriação daquilo que é o “comum”. Como nos diz:

En el capitalismo cognitivo, la creación de valor se basa, en último término, en el proceso de expropiación del general intellect en pro de la acumulación privada. El general intellect es el resultado del proceso de la cooperación social que sirve de base para el proceso de acumulación y permite la transición del conocimiento tácito al conocimiento codificado, entendido como conocimiento productor de valor en sentido capitalista. Esta transición viene regulada por la evolución de las formas jurídicas del derecho sobre la propiedad intelectual. La propiedad intelectual se añade a la propiedad de los medios de producción, otorgando así a la propiedad privada la posibilidad de controlar el proceso de generación (propiedad intelectual) y de difusión del conocimiento (propiedad de los medios de producción). Además, la explotación del general intellect implica valorización de la existencia de los individuos. El proceso de creación de valor no se limita ya a la jornada laboral que genera plustrabajo, sino que corresponde con la parte del arco de la vida necesario para generar conocimiento codificado y, por lo tanto, conocimiento social, que es luego expropiado por y en el proceso de acumulación. Las formas efectivas y directas con las que la expropiación del general intellect crea valor pueden ser de diverso tipo. Entre éstas, es particularmente significativa la valorización de la mercancía que se produce en el proceso de creación de marca. El valor de la mercancía aumenta al aumentar su significado simbólico y su capacidad de generar un imaginario compartido por los clientes. También en este caso, el plusvalor tiene su origen en elementos completamente inmateriales, creados por convenciones conductuales, o por actividades relacionales comunes, tal y como sucede en los mercados financieros. Si la propiedad privada de los medios de producción implica el robo de parte de la jornada laboral y permite la generación de plustrabajo, la propiedad privada individual constituye el robo del conocimiento social como bien común. En el capitalismo cognitivo, la creación de valor es, por lo tanto, la expropiación de aquello que es «común»²⁷⁵.

Este “comum” não assume a definição de uma comunidade, trata-se simplesmente da “produção comum”, ou seja, aquela produção imaterial, baseada na cooperação social e relacional induzida pela linguagem, configurando diversos fluxos interagidos por um contingente de forças de trabalho, que o autor chama de “multidão”. Por multidão entende a complexidade de forças de trabalho interagindo em rede, que não podem ser reduzidas a uma unidade, caracterizadas fundamentalmente por sua precariedade subjetiva, existencial e generalizada.

En la transición del capitalismo industrial-fordista al capitalismo cognitivo, el trabajo digital e inmaterial se ha extendido de forma creciente hasta definir las principales modalidades de la prestación laboral. Pierde importancia la separación entre el hombre y la máquina, que regula, organiza y disciplina el trabajo manual. En el mismo momento en el que el cerebro y la vida se vuelven parte integrante del trabajo, la distinción entre tiempo de vida y tiempo de trabajo pierde sentido. Es así como el individualismo contractual, que constituye la base de la precariedad jurídica del trabajo, desborda la subjetividad de los propios individuos, condiciona sus comportamientos y se transforma en precariedad existencial. En el capitalismo cognitivo, la precariedad es, en primer lugar, subjetiva, por lo tanto existencial, por

²⁷⁵ Cf. Id, Ibid, pps. 274-275.

lo tanto generalizada. Es una condición estructural interna a la nueva relación entre capital y trabajo inmaterial, resultado de la contradicción entre producción social e individualización de la relación de trabajo, entre cooperación y jerarquía²⁷⁶.

Em função da fragmentação do mercado de trabalho e da constituição de diversos e complexos modelos de organização da produção, as formas de representação dos trabalhadores também se alteram, perdendo força aquelas estruturas verticais e hierárquicas, tais como a dos sindicatos, diante das estruturas em rede, de caráter autorepresentativo da multidão, de subjetividades laborais. As saídas propostas pelo autor residem, por um lado, na ideia de se regular a própria precariedade, a partir, sobretudo, de três políticas de Estado, a saber: a provisão de uma renda básica, uma nova seguridade social e uma gestão dos bens comuns²⁷⁷; e, por outro lado, acredita que as formas de ação política da multidão podem se direcionar para: (i) o desenvolvimento de modos de auto-organização de espaços sociais comuns, até mesmo desenvolvimento de relações monetárias alternativas (zonas autônomas financeiras) e de gestão comunitária dos serviços sociais e (ii) organizações de comunicações e de visibilidade, compostos por grandes manifestações ou ações diretas contra os imaginários dominantes:

Es necesario pensar en formas de lucha que sean capaces no tanto de bloquear las fuentes de la producción, siempre distantes e inasibles, como de golpear la estructura de flujos de la producción reticular. Esta última está eminentemente representada por el movimiento de las mercancías, de las personas y de la información. El bloqueo de la logística del transporte de las personas (metros, líneas de autobús y tren), de la logística de las mercancías (bloqueo de las autopistas y de los principales puntos de acceso a la ciudad) y, finalmente, el sabotaje virtual de los principales *servers* de comunicación son más eficaces en el bloqueo de la actividad económica de lo que lo puedan ser unos piquetes frente a los pocos complejos productivos y terciarios que todavía existen. Atacar al territorio, constituir un sujeto político flexible que permita a la multitud precaria abrir un conflicto social a nivel territorial, hacer guerrilla y *subvertising* mediático, moverse complementariamente tanto en el plano del enfrentamiento institucional como en el de la constitución de una red

²⁷⁶ Cf. Id, Ibid, p. 284.

²⁷⁷ A renda básica surge como condição necessária, porém, insuficiente, apesar de permitir a abertura de espaços para o trabalho criativo. Já a política de seguridade social tem proeminência com a constituição do que chama de *flexicurity*, em contraposição à *flexisecurity*, fundamentada em quatro pilares: garantia de renda continuada, acesso a serviços primários e à ampla socialidade, salário mínimo por hora e diminuição drástica das formas atípicas e precárias de contratação. Em relação à política de gestão dos bens comuns, o autor formula a concepção da *commonfare*, uma espécie de *welfare do comum*. Em suas palavras: “Lanzar una hipótesis de un *welfare* del común significa armar una política que: elimine las jerarquías impuestas por el libre comercio de los bienes comunes y de utilidad pública que en los últimos quince años han sido víctimas de los procesos de privatización que siguieron a la adopción de los acuerdos europeos de Cardiff sobre la reglamentación del mercado de bienes y servicios; imponga formas de control y seguimiento del mercado de crédito, sobre sus costes y sobre la posibilidad de asumir formas de financiación también a quienes no tengan contratos laborales indefinidos, con la garantía y la seguridad de las instituciones públicas, ya sea a nivel local o supranacional; proceda a una reglamentación de los derechos de propiedad intelectual y a una legislación cada vez más restrictiva de patentes em favor de una mayor libertad de circulación de los saberes y de la posibilidad gratuita de dotarse de infraestructuras informáticas a través de políticas industriales y de innovación adecuadas (acceso wireless gratuito a Internet) e permita, a través de formas de municipalismo desde abajo, una participación financiera y consultiva en los órganos de gestión, a nivel local, de bienes públicos esenciales como el agua, la energía, el patrimonio inmobiliario y la sostenibilidad ambiental” (Id, Ibid, p. 309).

horizontal de sujetos interesados: son los puntos que constituyen la base para la refundación de una capacidad sindical de acción que, en la práctica y en la reivindicación de sus propios objetivos (desde la continuidad de la renta y la garantía de servicios de base, hasta la *flexicurity*), sea capaz de obtener, al mismo tiempo, tanto resultados inmediatos como el desarrollo de conciencia, información, consenso y sentido de las propias potencialidades. En el capitalismo cognitivo, la acción sindical sólo puede ser biosindical, condición para que la multitud, partiendo de sí, se transforme en enjambre de las propias diferencias, de los propios deseos, en otras palabras, de la propia vida para reivindicar la autonomía, la sustracción y el éxodo de las actuales formas de expropiación²⁷⁸.

Em síntese, a corrente do capitalismo financeiro ou da financeirização do capitalismo e a corrente do capitalismo cognitivo ou biocognitivo apresentam certos pontos de interlocução que, no entanto, não nos possibilita enquadrá-las dentro de uma mesma posição teórica, a não ser no fato de que ambas estejam circunscritas na perspectiva de considerar as transformações ocorridas após a década de 1970 na condição de importantes alterações na forma de funcionamento do próprio capitalismo. Como veremos a seguir, através do debate em torno da questão do “novo imperialismo”, alguns autores procuraram interpretar estas mudanças a partir de outro modo de compreensão.

²⁷⁸ Cf. Id, Ibid, p. 324.

CAPÍTULO 5

DO “NOVO IMPERIALISMO” AO “CAPITAL-IMPERIALISMO”

A ideia do “imperialismo”²⁷⁹, remonta à primeira metade do século XIX, em que o termo passou a ganhar popularidade, particularmente na França, remetendo-se aos partidários do “império” napoleônico. Mas, certamente, sua consolidação é verificada no período entre fins do século XIX e início do século XX, momento aclamado na literatura como sendo o do “imperialismo clássico”²⁸⁰. Curiosamente, desde o após-guerra até fins da década de 1980, tal

²⁷⁹ Segundo Mariutti: “Embora os fenômenos associados à expressão “imperialismo”, em suas mais variadas formas e modalidades, tenham ocorrido em várias épocas da história, este termo é relativamente recente. A palavra *impérialiste* – que abriu caminho para a criação do substantivo *impérialisme* – parece ter ganhado popularidade na França por volta de 1830, com uma acepção particular e, fundamentalmente positiva: era usada para designar os partidários do “império” napoleônico. Logo em seguida o termo ganhou uma acepção crítica, pois passou a ser utilizado, antes de 1848, como uma denúncia às pretensões “cesarianas” de Luis Napoleão. Pouco tempo depois esta expressão conservou este mesmo sentido básico, quando passou a ser utilizada por franceses e ingleses contrários ao expansionismo francês. No entanto, no mundo anglo-saxônico, a palavra imperialismo ganhou força somente na década de 1870, em plena era vitoriana, como uma crítica à política de Disraeli, que tinha como objetivo converter as colônias inglesas – caracterizadas pelo próprio como “uma pedra atada ao nosso pescoço” – em membros autônomos de um império unificado, isto é, visava à constituição de uma “federação imperial”. Em contrapartida, alguns políticos, escritores e ideólogos britânicos se empenharam na tarefa de tentar reabilitar este termo, esvaziando o seu conteúdo crítico e pejorativo, enfatizando o caráter civilizador da expansão inglesa e da cristalização de uma federação imperial britânica. O corolário deste movimento de valorização do imperialismo foi a criação e difusão da ideologia do “fardo do homem branco”: os britânicos – ou seus sucessores – tinham a dupla missão de civilizar os povos atrasados e de abrir os seus territórios em benefício do mundo. A intensificação desta batalha ideológica e a vastidão do império britânico no final do século XIX fundamentaram a forte identificação do termo imperialismo ao “colonialismo britânico”. Esta associação era bastante nítida na imprensa europeia e, também, nos círculos acadêmicos do continente”. (MARIUTTI, 2013, pps. 3-4, grifos do autor).

²⁸⁰ “[...] os estudos mais sistemáticos sobre o imperialismo começaram a ganhar impulso à medida que o final do século XIX se aproximava. O primeiro quartel do século XX representou a culminação deste processo: é neste período que surgiram as primeiras “teorias do imperialismo”, que formaram as matrizes de uma discussão que se prolongou por várias décadas. A proliferação destes estudos está intimamente ligada à nítida intensificação da rivalidade entre as nações qualificadas de imperialistas que marcou o período 1870-1914. É neste contexto que o debate sobre a natureza e o significado do imperialismo começa a ganhar os seus contornos básicos”. (Id, Ibid, p. 4). Para examinar esta discussão, o autor a situa através de “um ponto básico de clivagem: a relação entre o capitalismo e o imperialismo”. Em suas palavras: “De um lado situam-se as diversas e heterogêneas interpretações que *separam* os dois fenômenos, alegando que o imperialismo é muito mais antigo do que o capitalismo e que, portanto, este jamais pode *determinar* o imperialismo. De outro, situam-se as interpretações que estabelecem um vínculo orgânico entre capitalismo e imperialismo. No primeiro caso, há duas grandes variantes: o capitalismo *modera* as tendências imperialistas ou, alternativamente, o capitalismo não é a causa do imperialismo mas, em algumas circunstâncias, pode intensificar os seus efeitos. No segundo caso, há pelo menos um ponto de convergência: o esforço da análise incide na ênfase da *especificidade* do imperialismo capitalista ou, em termos mais gerais, nas diversas formas com que a rivalidade econômica preside ou, alternativamente, se funde com a rivalidade política”. (Id, Ibid, p. 4, grifos do autor). A partir da adoção de um critério de diferenciação entre as interpretações liberais (Hobson, Norman Angel e Schumpeter – este último sob a ressalva de que, apesar de tudo, se inscreve na tradição liberal – e as interpretações marxistas do imperialismo (Rosa Luxemburg, Lênin, Hilferding e Bukharin), o autor assim conclui: “Os aspectos mais relevantes das interpretações sobre o imperialismo que aqui qualificamos como “liberais” é o destaque do peso que as forças “pré-capitalistas” exerceram na expansão territorial que marcou a Era do Imperialismo. É evidente que, como tal procedimento tinha como objetivo *dissociar* o imperialismo do capitalismo, a tendência foi mais no sentido de *exagerar* a influência dos traços “pré-capitalistas” do que em mostrar os processos e as circunstâncias em que estas forças se amalgamaram com os elementos “tipicamente” capitalistas. E, mesmo nos momentos onde este tipo de vínculo é estabelecido, a tendência é reforçar o caráter anômalo da situação, de modo a preservar o

terminologia entrou em “ocaso” e, quando era utilizada, servia enquanto expressão da rivalidade presente na Guerra Fria, para designar o caráter expansionista dos blocos em disputa: EUA e URSS. No entanto, especialmente após os episódios de 11 de setembro de 2001 e as consequentes declarações de “guerra ao terror”, promovido pelos Estados Unidos, sob a administração de George W. Bush, a terminologia “volta à tona” diante da atuação política, econômica e militar norte-americana, desde fins do século XX até o presente

axioma básico de que o capitalismo, em sua forma pura (sic.), não geraria nenhuma tendência ao imperialismo. A interpretação de Norman Angell é paradigmática neste sentido. O seu argumento principal é que o expansionismo militar é fruto de uma “ilusão”, isto é, de um descolamento entre os sistemas de crença (arcaicos e irracionais) e as novas condições produzidas no século XVIII. O simples desenvolvimento das instituições liberais cuidaria de erradicar as guerras e o imperialismo. John Hobson vai na mesma direção, mas de forma diversa. Enquanto Angell associa a *finança* com a Paz e a racionalidade, Hobson afirma categoricamente que o único elemento consciente na determinação das políticas imperialistas era a estreiteza do interesse financeiro. Somente o restrito grupo da alta finança seria capaz de direcionar os impulsos irracionais arraigados na população para concretizar uma política econômica e uma diplomacia centrada na exportação de capitais, apta a usar o poder fiscal do Estado e força militar quando necessário. Este argumento na boca de um liberal não deixa de ser irônico: muitos marxistas teriam pudor em estabelecer uma conexão tão direta entre os interesses *conscientes* de uma fração de classe e a definição de políticas de Estado, a ponto de conseguir moldar a economia nacional e *internacional*. Mas o grande problema na sua interpretação é que, ao estilo dos cobdenitas que o precederam, mesmo com seus apelos ao internacionalismo, o problema do imperialismo admite *predominantemente* uma solução *nacional*: a saída mais sensata seria, do ponto de vista do conjunto da *sociedade* britânica, abdicar *progressivamente* do império em prol de reformas sociais. Isto não implicaria o fim do imperialismo – pois outros estados poderiam tomar o lugar dos ingleses, ou mesmo alguns aventureiros privados poderiam se apossar de terras tropicais – mas poderia apontar para o seu fim. A interpretação de Schumpeter é bastante diferente. Ao situá-la em uma nebulosa fronteira entre a sociologia comparativa, a psicologia “social” – com fortes doses de psicanálise – e a História, o autor promove uma mudança radical de terreno: as causas mais fundamentais do imperialismo não se situam no esfera econômica e, ao mesmo tempo, não podem ser reduzidas a um conjunto único ou principal de interesses, como sugere Hobson e, ao seu modo, Norman Angell. O ponto mais curioso é que, exatamente por destacar o caráter atávico e potencialmente incessante do imperialismo – a expansão pela expansão – Schumpeter não abre nenhuma margem para se pensar políticas concretas capazes de mitigar ou resolver o problema. Indiretamente, se tomarmos a sua obra em conjunto, a única “saída” seria a sua profecia de que o capitalismo, *por conta de suas qualidades*, cederia lugar ao socialismo. O cenário é diferente no caso das interpretações marxistas. O vínculo entre as exportações de capitais e o imperialismo era um dos temas dominantes na passagem do século XIX para o XX. Dentre os marxistas, predominantemente, a relação entre o capitalismo e o imperialismo era vista a partir desta ótica. Em parte, isto se explicava pela necessidade de apontar as diferenças entre o imperialismo e o colonialismo mercantilista e, simultaneamente, ressaltar o caráter crescentemente parasitário do capitalismo avançado. Mas as interpretações aqui sintetizadas foram muito além desta preocupação. Rosa Luxemburg propôs uma visão extremamente inovadora, que combinava o radicalismo político com a necessidade de repensar o conceito de Modo de Produção, afastando-o da forte tendência economicista, que, infelizmente, acabou prevalecendo. Hilferding, escrevendo antes da guerra, deu um passo decisivo ao situar a dinâmica do capital financeiro no centro da explicação sobre o imperialismo. De forma bastante sofisticada ele mostrou como o capital financeiro conseguia aglutinar ao seu entorno um conjunto bastante amplo de forças sociais (“pré” e especificamente capitalistas), cuja solidariedade interna passou a depender da capacidade de disputar o cada vez mais acirrado mercado mundial. Os grandes monopólios, portanto, como vimos, devem ser vistos mais como uma *trégua* provisória do que, propriamente, como uma *solução permanente* para os efeitos disruptivos da centralização de capitais amparada pelos Estados nacionais. Embora exageradamente economicista, a interpretação de Bukharin teve o grande mérito de explicitar uma tensão importante: os Estados tinham de criar as condições para a internacionalização dos capitais e, simultaneamente, tentar garantir a identidade *nacional* dos seus capitais. Foi frente a este conjunto de interpretações que Lênin estabeleceu uma das principais referências para se pensar o problema. A sua interpretação do imperialismo, ainda hoje, é central tanto para balizar as interpretações marxistas quanto para pautar (por oposição) as interpretações liberais”. (Id, Ibid, pps. 40-42, grifos do autor).

momento, implicando na imposição do tema na literatura e no debate público²⁸¹. Desta forma, a discussão passou a girar, em grande medida, em torno dos elementos teóricos que diferem o “novo imperialismo” em relação ao “imperialismo clássico”. Nesse sentido, as reflexões de alguns autores, sobretudo aqueles considerados marxistas, a exemplo de Wood (2003) e Harvey (2003), despontam como interpretações relevantes sobre essa discussão.

Antes, porém, de atestarmos o conteúdo de suas análises, cabe destacar a obra de Ernest Mandel (1975). O economista e político belga-alemão, Ernest Mandel, escrevendo no imediato da crise de 1973, publica em 1972, a obra *Der Spätkapitalismus*, fruto da tese na Universidade Livre de Berlim, traduzida em 1975 para o inglês, sob o título *Late Capitalism*. Nesta obra, realiza uma “interpretação marxista das causas da longa onda de crescimento rápido na economia capitalista internacional”, ao mesmo tempo em que verifica “os limites inerentes desse período, que asseguravam a sua substituição por outra longa onda de crise econômica e social crescente para o capitalismo mundial, caracterizada por uma taxa bastante mais baixa de crescimento global²⁸²”. De início, deixa explícito que a terminologia do “capitalismo tardio” não significa uma nova época do desenvolvimento capitalista, mas constitui um “desenvolvimento ulterior da época imperialista, de capitalismo monopolista”, admitindo se tratar de um “termo insatisfatório porque é de ordem cronológica, e não sintética²⁸³”.

²⁸¹ “Na fase de construção e consolidação das práticas e, sobretudo, do discurso que marcou a Guerra Fria (1947-53), a palavra “imperialismo” era empregada pelos dois blocos para acusar o “expansionismo” do oponente. Com o tempo, este termo passou a ser utilizado predominantemente pela esquerda radical, em diversas formas e sentidos, mas, em quase todos os casos, como uma crítica da política externa dos EUA e da ação das corporações multinacionais, cujo modelo e impulso principal veio das empresas estadunidenses. Mas a popularidade do termo foi diminuindo, particularmente depois de 1989, a ponto de tornar-se quase uma relíquia. A situação mudou de forma abrupta. O ataque dos guerrilheiros talibãs ao World Trade Center criou as condições para a precipitação das forças conservadoras que, até então, atuavam em segundo plano no Governo George W. Bush, reforçando e, sobretudo, explicitando a tendência ao militarismo e ao unilateralismo já em curso na sociedade americana. Tal fenômeno reabilitou o termo (novo) “imperialismo”, que passou a ser usado tanto à esquerda quanto à direita – neste caso, geralmente de forma laudatória - do espectro político. O retorno desta discussão tem algumas características peculiares. Em primeiro lugar, principalmente no que diz respeito à reflexão em torno dos EUA, nem sempre se distingue com clareza *militarismo de imperialismo*. Embora a diferença seja sutil e de difícil discernimento, estes dois termos não devem ser tomados como sinônimos. Um segundo problema diz respeito à relação do “novo” com o imperialismo “clássico”, isto é, aquele posto em prática na passagem do século XIX ao XX. O “novo”, por vezes, significa apenas a reedição do “velho”, em novas circunstâncias. Um argumento difícil, já que se sustenta na ideia de que nada mudou *essencialmente* entre as duas manifestações do fenômeno e, portanto, neste caso, devemos entender “novo” simplesmente como sinônimo de contemporâneo. Como uma alternativa a esta visão é possível estabelecer uma analogia entre a reflexão sobre o *Free Trade Imperialism* da Era Vitoriana e o cenário que se desenrolou após o colapso do Bretton Woods: a combinação entre Washington e Wall Street teria produzido um novo tipo de *império informal*, cuja articulação não se daria *apenas* pelo comércio e a Alta Finança como na ordem britânica, mas também pela transnacionalização da produção e uma radicalização das tentativas de reforçar as patentes e os direitos de propriedade intelectual”. (Id, Ibid, pps. 1-2, grifos do autor).

²⁸² Cf. MANDEL, 1982, p. 3.

²⁸³ Cf. Id, Ibid, p. 5.

Para tanto, sugere uma periodização do modo de produção capitalista atravessado por dois tipos distintos de capitalismo em que, em cada um deles, se demarca duas fases: capitalismo concorrencial (primeira fase: fim do século XVIII até 1847; segunda fase: 1848 a 1873) e capitalismo monopolista ou imperialismo (primeira fase: 1873 a 1940; segunda fase: 1940 até 1972²⁸⁴) *Esta segunda fase da era do capitalismo monopolista ou imperialismo é designada como sendo a do capitalismo tardio*. A passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista constituiu uma mudança radical na estrutura do capitalismo, sendo os traços mais importantes a penetração do processo de acumulação de capital em economias não capitalistas e a exportação de capital das grandes potências imperialistas.

O que mudou na transição do capitalismo de livre concorrência ao imperialismo clássico foi a articulação específica das relações de produção e troca entre os países metropolitanos e as nações subdesenvolvidas. A dominação do capital estrangeiro sobre a acumulação local de capital (na maioria das vezes associada à dominação política) passou a submeter o desenvolvimento econômico local aos interesses da burguesia nos países metropolitanos. Não era mais a ‘artilharia leve’ das mercadorias baratas que agora bombardeava os países subdesenvolvidos, mas a ‘artilharia pesada’ do controle das reservas de capital²⁸⁵.

Por sua vez, na era do capital monopolista, a passagem da primeira fase (imperialismo clássico) para a segunda fase (capitalismo tardio), se caracterizou pela inversão de capital maciça na produção industrial, tendo por base o aumento da produtividade do trabalho mediante o avanço tecnológico dos meios de produção. Trata-se do surgimento de “um sistema mundial imperialista” em que “o desenvolvimento desigual da acumulação de capital, composição orgânica do capital, taxa de mais-valia e produtividade do trabalho²⁸⁶” passam a ser considerados em escala mundial.

O capital monopolista internacional passou a interessar-se não somente pela produção de matérias-primas a baixo custo por meio de métodos industriais avançados, em vez de utilizar escravos coloniais para produzi-los, mas também pela produção, nos próprios países subdesenvolvidos, de bens acabados que ali poderiam ser vendidos a preços de monopólio, em lugar das matérias-primas que haviam se tornado excessivamente baratas. *Assim, a reprodução da divisão do trabalho criada no século XIX está entrando em colapso vagarosamente mas firmemente, face à súbita expansão da produção de matérias-primas e a uma alteração nas taxas diferenciais de lucro provenientes da produção de matérias-primas e da produção de bens acabados*. Esse processo foi reforçado, nesse ínterim, por uma alteração na estrutura do capital monopolista nos países imperialistas. No século XIX e no início do século XX, as exportações dos países metropolitanos concentravam-se basicamente em bens de consumo, carvão e aço. Após a depressão mundial de 1929, entretanto, e especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, o padrão das indústrias exportadoras imperialistas deslocou-se cada vez mais para máquinas, veículos e bens de capital. O peso desse grupo de mercadorias no pacote de

²⁸⁴ A referência a 1972 se deve ao fato do ano de publicação do livro de Mandel, indicando logicamente sua concepção de permanência do capitalismo tardio, tal como assim o admitiu Jameson, por exemplo, conforme visto no capítulo 3, da Parte I.

²⁸⁵ Cf. Id, Ibid, p. 37.

²⁸⁶ Cf. Id, Ibid, p. 40.

exportações de um país tornou-se virtualmente um indicador de seu grau de desenvolvimento industrial. No entanto, a exportação cada vez maior de elementos do capital fixo resulta no interesse crescente dos maiores grupos monopolistas por uma industrialização incipiente do Terceiro Mundo: afinal, não é possível vender máquinas aos países semicoloniais, se eles não têm permissão para utilizá-las. Em última análise, é esse fato – e não qualquer consideração de ordem filantrópica ou política – que constitui a raiz básica de toda a “ideologia do desenvolvimento”, que tem sido promovida no Terceiro Mundo pelas classes dominantes dos países metropolitanos. Esse novo curso na estrutura da economia mundial representaria, finalmente, uma tendência no sentido de uma industrialização sistemática do Terceiro Mundo, uma universalização do modo de produção capitalista e a eventual homogeneização da economia mundial? De maneira alguma. Significa, simplesmente, uma mudança nas formas de justaposição do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Mais corretamente, estão emergindo novos níveis diferenciais de acumulação de capital, produtividade e extração de excedente – e estes, embora de natureza diversa, mostram-se ainda mais pronunciados que os da época do imperialismo “clássico”²⁸⁷.

Capitalismo tardio também configura a fase onde se constitui a chamada terceira revolução tecnológica. Apoiado na ideia das “ondas longas de desenvolvimento tecnológico”²⁸⁸, indica a seguinte periodização na história do capitalismo: o surgimento da Revolução Industrial (fim do século XVIII e a crise de 1847), a primeira revolução tecnológica (1847 até 1890), a segunda revolução tecnológica (1891 até 1940/45) e a terceira revolução tecnológica (1940/45 até 1965). No bojo da terceira revolução tecnológica (fusão entre ciência e tecnologia) encontra-se o controle generalizado das máquinas por meio de

²⁸⁷ Cf. Id, Ibid, p. 43, grifos do autor.

²⁸⁸ Nesse sentido, é importante destacar dois aspectos: em primeiro lugar, o debate sobre o funcionamento do capitalismo através de “ondas longas” origina-se com Hyde Clark, na metade do século XIX, perpassa as contribuições do marxista russo Alexander Helphand, conhecido como Parvus, e do marxista ucraniano Mikhail Tugan-Baranovski, em fins do século XIX, segue nas duas primeiras décadas do século XX com J. Van Gelderen, N. Kondratieff, Trotsky e Sam De Wolff até chegar aos anos 1930 com Schumpeter. Este debate marca a influência mais forte de Kondratieff e de Trotsky na formulação de Mandel. Em sua síntese, admite o caráter cíclico de longo prazo do capitalismo (Kondratieff) ao mesmo tempo em que procura englobar a totalidade social (Trotsky) na consideração das “ondas longas”. Em segundo lugar, sua interpretação acerca das crises no capitalismo assumiu uma posição “pluricausal”, à medida que reconhece todas as causas aventadas pela tradição marxista como válidas na explicação do fenômeno, ou seja, a desproporcionalidade entre os distintos setores, o subconsumo das massas e a sobreacumulação. Em suas palavras: “Elementos de una teoría correcta de las crisis capitalistas están, desde luego, presentes en las tres explicaciones monocausales que acabamos de esbozar [la teoría de la pura *desproporcionalidad*; la teoría de las crisis por el puro *subconsumo de las masas* y la teoría de la pura *sobreacumulación*]. Para proporcionar esa teoría lo que hace falta es precisamente integrarlos. El modo más sencillo de proceder a esa integración, a la luz de la insistencia básica del libro tercero en la baja tendencial de la tasa media de ganancia, consiste en distinguir una serie de formas sucesivas que adopta, a lo largo del tiempo, la acumulación de capital”. (MANDEL, 1985, pps. 201-202). De acordo o autor, o ápice da fase ascendente esta demarcado pela superprodução, onde se intensifica o problema da realização da mais-valia, uma vez repercutida em reversão das previsões em termos de lucratividade, ocasionando a redução do nível de investimentos e o consequente recrudescimento do ritmo de crescimento da economia (fase B de Kondratieff). Para a retomada de uma nova fase de expansão faz-se necessário a ocorrência de choques sistêmicos exógenos, suficientemente capazes de propiciar um aquecimento do mercado e alterar as condições da acumulação de capital. Mandel assevera a existência de três destes choques ao longo da história do capitalismo: o primeiro em 1848, através das revoluções burguesas e da descoberta do ouro na Califórnia; o segundo ocasionada após 1893, com a penetração do capital estrangeiro nas antigas colônias ao passo da descoberta de jazidas de ouro na África do Sul e, finalmente, ao longo da década de 1940, nos EUA e na Europa Ocidental em função do papel atribuído ao fascismo e à guerra (MANDEL, 1996).

aparelhagem eletrônica e gradual introdução da energia nuclear. Após a Grande Depressão, o rearmamento consequente à Segunda Guerra Mundial impulsiona uma nova acumulação de capital que, devido à consecução de taxas crescentes de mais-valia e de lucros, propiciam o início desta terceira revolução.

Neste novo paradigma tecnológico, o capital passou a investir na semi-automação e na automação do processo de produção, almejando principalmente: (i) aumentar a taxa de mais-valia imediata, (ii) valorizar o capital excedente por meio do rearmamento, (iii) diminuir o custo do capital constante, através da inserção maciça do capital na produção de matérias-primas, utilizando tecnologia industrial avançada com vistas a diminuir o tempo de rotação do capital e (iv) reduzir os custos salariais no preço das mercadorias e inovações no âmbito da semi-automação e automação. A “terceira onda longa” deriva assim do predomínio da utilização da máquina na produção, avançando sobre a circulação e a superestrutura.

Entre outros aspectos, esse novo período caracterizou-se pelo fato de que, paralelamente aos bens de consumo industriais feitos por máquinas (surgidos no início do século XIX) e das máquinas de fabricação mecânica (surgidas em meados do século XIX), deparamo-nos agora com matérias-primas e gêneros alimentícios produzidos por máquinas. *Longe de corresponder a uma ‘sociedade pós-industrial’, o capitalismo tardio aparece assim como o período em que, pela primeira vez, todos os ramos da economia se encontram plenamente industrializados*; ao que ainda seria possível acrescentar a mecanização crescente da esfera da circulação (excetuando os serviços de simples conserto) e a mecanização crescente da superestrutura²⁸⁹.

Além disso, a terceira revolução tecnológica expressa o nível elevado da produção com grandes potenciais destrutivos:

[...] a marca distintiva do imperialismo e de sua segunda fase, o capitalismo tardio, não é um declínio nas forças de produção mas um acréscimo no parasitismo e no desperdício paralelos ou subjacentes a esse crescimento. A incapacidade inerente ao capitalismo tardio, de generalizar as vastas potencialidades da terceira revolução tecnológica ou da automação, constitui uma expressão tão forte dessa tendência quanto a sua dilapidação de forças produtivas, transformadas em forças de destruição: desenvolvimento armamentista permanente, alastramento da fome nas semicolônias (cuja produtividade média do trabalho se viu restrita a um nível inteiramente sem relação ao que é hoje possível, em termos técnicos e científicos), contaminação da atmosfera e das águas, ruptura do equilíbrio ecológico, e assim por diante – os aspectos do imperialismo ou do capitalismo tardio tradicionalmente mais denunciados pelos socialistas²⁹⁰.

E assim, prossegue:

Tal é, com efeito, o significado da terceira revolução tecnológica. É isso também que determina os seus limites históricos. Fruto do modo de produção capitalista, ela reproduz todas as contradições internas dessa forma econômica e social. Gerada no seio do modo de produção capitalista na época do imperialismo e do capitalismo monopolista, a época da crise estrutural e gradativa desintegração desse modo de

²⁸⁹ Cf. MANDEL, 1985, pps. 133-134, grifos do autor.

²⁹⁰ Cf. Id, Ibid, p. 151.

produção, esse surto renovado das forças produtivas deve acrescentar às contradições clássicas do capitalismo toda uma série de novas contradições²⁹¹.

Em suma, a terceira revolução tecnológica expressa o período em que a lógica do capital passou a acelerar todos os processos capitalistas, circunscrevendo-se em todos os setores econômicos e esferas da vida social.

Longe de representar uma ‘sociedade pós-industrial’, o capitalismo tardio constitui uma industrialização generalizada universal pela primeira vez na história. A mecanização, a padronização, a super-especialização e a fragmentação do trabalho, que no passado determinaram apenas o reino da produção de mercadorias na indústria propriamente dita, penetram agora os setores da vida social. Uma das características do capitalismo tardio é que a agricultura está se tornando gradualmente tão industrializada quanto a própria indústria, a esfera da circulação tanto quanto a esfera da produção, o lazer tanto quanto a organização do trabalho. A industrialização da esfera da reprodução constitui o ápice desse processo. Os computadores calculam o pacote de ações “ideal” para o acionista particular e a localização “ideal” para a nova fábrica da grande empresa. A televisão mecaniza a escola, isto é, a reprodução da mercadoria força de trabalho. Filmes e documentários de televisão tomam o lugar dos livros e dos jornais. A “lucratividade” das universidades, academias de música e museus começa a ser calculada da mesma forma que a das fábricas de tijolos ou de parafusos²⁹².

Para Mandel, a fase expansionista do capitalismo tardio (1945-1965) - que combinou a criação inflacionária de dinheiro entrelaçado com o ciclo de crédito, “sob as condições favoráveis da expansão acelerada induzida pela terceira revolução tecnológica, e a expensas de uma desvalorização permanente do dinheiro e da desintegração crescente do sistema monetário internacional²⁹³” – pode ser compreendida como um processo marcado pela busca e apropriação do capital por superlucros tecnológicos, designando um *acirramento ainda maior na rivalidade interestatal e intercapitalista*, dado que os movimentos internacionais do capital são determinados pelos *monopólios imperialistas*. Com efeito, a irrupção desta luta universal pela taxa de mais-valia forçou o capital a negar os direitos anteriormente concedidos aos trabalhadores.

Não demoraria muito, em sua avaliação, para que as tensões e as contradições se tornassem crescentes e direcionassem a ocorrência de uma crise. Em outras palavras, o quadro de uma aceleração da acumulação de capital implicou no crescimento vertiginoso das forças produtivas que entrariam em crise com as relações sociais de produção.

Num período de contradição crescente entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, não se pode esperar, portanto, que todas as inovações possibilitadas pela ciência e pela tecnologia se consumam antes que as relações sociais de produção possam ser transformadas. Essa contradição se expressa, afinal, exatamente no fato de que uma revolução técnica e científica potencial só pode se realizar parcialmente dentro da estrutura das relações de produção sociais do

²⁹¹ Cf. Id, Ibid, p. 155.

²⁹² Cf. Id, Ibid, pps. 271-272.

²⁹³ Cf. Id, Ibid, p. 332.

presente. A automação completa da grande indústria não é possível no capitalismo tardio. Portanto, esperar essa automação geral antes da abolição das relações de produção capitalistas é tão incorreto quanto esperar a abolição das relações de produção capitalistas pelo mero avanço da automação. A crise das relações de produção capitalistas deve ser vista como uma crise social global, isto é, como a decadência histórica de todo um sistema social e de modo de produção em operação durante todo o período do capitalismo tardio. Não se identifica com as crises clássicas de superprodução nem as exclui. [...] A consequência essencial e intrínseca do fim da onda longa expansionista do pós-guerra, e da luta intensificada pela taxa de mais-valia desencadeada a partir de 1965, é uma tendência mundial a conflitos de classe qualitativamente intensificados, que levarão a crise endêmica das relações de produção capitalistas ao ponto de explosão²⁹⁴.

A crise expressaria a ameaça a toda civilização humana, encadeando uma longa onda depressiva e generalizada na economia capitalista internacional²⁹⁵. Fica explícita, a partir de Mandel, uma importante crítica ao período dos “anos dourados”. Entretanto, ela se torna de certa forma eclipsada à medida que o autor descaracteriza a continuidade do “estágio do imperialismo”, optando por recorrer à formulação de uma segunda fase do capitalismo monopolista, como sendo a do capitalismo tardio, embora denotada pela *aceleração de todos os processos capitalistas em nível mundial*²⁹⁶. Muito se postergou, portanto, em relação à ressignificação desse período: somente no início dos anos 2000, com as obras principalmente de Wood (2003) e Harvey (2003) - que giram em torno da compreensão sobre o significado do “novo imperialismo” - chegou-se a uma interpretação mais crítica, ainda que de maneira relativa.

A historiadora marxista nova-iorquina, Ellen Meiksins Wood, publica, em 2003, o livro *Empire of Capital*, no imediato ataque norte-americano ao Iraque. Para analisarmos de maneira mais adequada esta obra, traduzida no Brasil, apenas em 2014, cabe demonstrar certa evolução no pensamento da historiadora acerca desta temática, especialmente em suas reflexões anteriores, contidas nos livros *Democracy against capitalism* (1995) e *The origin of capitalism* (1999), na qual acreditamos que já se encontram deslindados muitos de seus

²⁹⁴ Cf. Id, Ibid, p. 398.

²⁹⁵ Porém, apesar deste caráter abrangente da crise, Mandel acreditava no potencial do movimento revolucionário. “Todos esses terríveis problemas continuarão insolúveis enquanto o controle das forças produtivas não for arrancado das mãos do capital. A apropriação dos meios de produção pelos produtores associados, sua aplicação planejada a prioridades democraticamente determinadas pela massa dos trabalhadores, a redução radical do tempo de trabalho como um pré-requisito da auto-administração ativa da economia e da sociedade, e o fim da produção mercantil e das relações monetárias são passos indispensáveis para sua solução. A abolição final das relações de produção capitalistas será o objetivo central do movimento revolucionário das massas proletárias internacionais que se avizinha”. Cf. Id, Ibid, p. 410.

²⁹⁶ Importantes autores marxistas também analisaram esta problemática, especialmente BARAN, P. & SWEEZY, P. M. *Monopoly Capital: An essay on the economic and social order*. Nova Iorque: Modern Reader, 1968, e, no período mais recente, CHIBBER, V. The return of imperialism to social science. *European Journal of Sociology*, v. 45, n. 3, p. 427-441, 2004; MAGDOFF, H. *Imperialism without colonies*. N/c: Aakar Books, 2007; CALLINICOS, A. *Imperialism and Global Political Economy*. Cambridge/Maiden: Polity Press, 2009; PANITCH, L & GINDIN, S. *The making of Global Capitalism: the Political Economy of American Empire*. London; New York: Verso, 2012; dentre outros que não serão alvo de nossa apreciação.

argumentos centrais face à interpretação sobre o imperialismo capitalista. No artigo publicado, em 1981, na *New Left Review*²⁹⁷, intitulado *The Separation of the Economic and the Political* - transformado na primeira seção da Parte I do livro *Democracy against capitalism* (1995), com algumas modificações - sustenta a tese de que depois de Marx, houve uma tendência - mesmo dentro do marxismo - de se “perpetuar a rígida separação conceitual entre o ‘econômico’ e o ‘político’”, principalmente a partir do surgimento da ciência econômica que, desde os economistas clássicos, vem atender à ideologia capitalista, com o intuito de “esvaziar o capitalismo de conteúdo político e social²⁹⁸”. Desta forma,

[...] a questão é explicar como e em que sentido o capitalismo enfiou uma cunha entre o econômico e o político – como e em que sentido questões essencialmente políticas, como a disposição do poder de controlar a produção e a apropriação, ou a alocação do trabalho e dos recursos sociais, foram afastadas da arena política e deslocadas para uma outra esfera²⁹⁹.

A argumentação sobre os questionamentos supracitados indica que, no capitalismo, a separação entre os meios de produção e o trabalho aparece enquanto mistificação da expropriação, pois, ao mesmo tempo em que engendra a eficácia das formas jurídicas, ideológicas e demais mecanismos de repressão, permite a existência de coação sobre os trabalhadores. Esta separação denota um caráter opaco sobre a relação de classe entre o capital e o trabalho. *Opaco no sentido de se tratar de uma relação de exploração do trabalho diretamente econômica e indiretamente alicerçada em imperativos extraeconômicos, sobretudo políticos.* Como nos diz, sinteticamente:

A diferenciação da esfera econômica no capitalismo pode, portanto, ser assim resumida: as funções sociais da produção e distribuição, extração e apropriação de excedentes, e a alocação do trabalho social são, de certa forma, privatizadas e obtidas por meios não-autoritários e não-políticos. Em outras palavras, a alocação social de recursos e de trabalho não ocorre por comando político, por determinação comunitária, por hereditariedade, costumes nem por obrigação religiosa, mas pelos mecanismos do intercâmbio de mercadorias. Os poderes de apropriação de mais-valia e de exploração não se baseiam diretamente nas relações de dependência jurídica ou política, mas sim numa relação contratual entre produtores livres – juridicamente livres e livres dos meios de produção – e um apropriador que tem a propriedade privada absoluta³⁰⁰.

Tendo isso em mente, segue com o exame da especificidade do capitalismo, como podemos observar em seu livro *The origin of capitalism*, publicado em 1999. Nesta obra, procura entender o que caracteriza o capitalismo de modo específico, a ponto de assim lhe

²⁹⁷ Cf. WOOD, E. M. *The Separation of the Economic and the Political*. *New Left Review*, n. 127, 1981.

²⁹⁸ Cf. WOOD, 2011, p. 27.

²⁹⁹ Cf. Id, Ibid, p. 28.

³⁰⁰ Cf. Id, Ibid, p. 35.

permitir compreender o seu dinamismo, seu percurso histórico e sua superação. Logo na introdução expressa sua conceituação sobre o capitalismo:

O capitalismo é um sistema em que os bens e serviços, inclusive as necessidades mais básicas da vida, são produzidos para fins de troca lucrativa; em que até a capacidade humana de trabalho é uma mercadoria à venda no mercado; e em que, como todos os agentes econômicos dependem do mercado, os requisitos da competição e da maximização do lucro são as regras fundamentais da vida. Por causa dessas regras, ele é um sistema singularmente voltado para o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho através de recursos técnicos. Acima de tudo, é um sistema em que o grosso do trabalho da sociedade é feito por trabalhadores sem posses, obrigados a vender sua mão-de-obra por um salário, a fim de obter acesso aos meios de subsistência. No processo de atender às necessidades e desejos da sociedade, os trabalhadores também geram lucros para os que comprem sua força de trabalho. Na verdade, a produção de bens e serviços está subordinada à produção do capital e do lucro capitalista. O objetivo básico do sistema capitalista, em outras palavras, é a produção e a auto-expansão do capital³⁰¹.

A importância de se buscar uma definição acerca do capitalismo nestes termos situa a historiadora no intrincado debate sobre suas origens e sobre sua especificidade, dado que apresenta de maneira bem explícita que a evolução da interpretação sobre este sistema esteve desde longa data marcada fundamentalmente por uma noção que parte da consequência natural e inevitável da natureza humana, alinhado a suposta existência de uma tendência social histórica das propensões humanas às trocas no mercado e ao comércio. Contrária a estas formulações, assevera que:

[...] os relatos históricos de como esse sistema passou a existir têm-no tratado tipicamente como a realização natural de tendências que sempre estiveram presentes. Desde que os historiadores começaram a explicar o surgimento do capitalismo, quase não houve explicação que não começasse por presumir a própria coisa que precisava ser explicada. Quase sem exceção, os relatos sobre a origem do capitalismo são fundamentalmente circulares: presumem a existência prévia do capitalismo para explicar o seu aparecimento. No intuito de explicar o impulso de maximização do lucro que é característico do capitalismo, pressupõem a existência de uma racionalidade universal maximizadora do lucro; para explicar o impulso capitalista de aumentar a produtividade do trabalho através de recursos técnicos, pressupõem um progresso contínuo e quase natural do aprimoramento tecnológico na produtividade do trabalho. Essas explicações paralogísticas têm sua origem na economia política clássica e nas concepções iluministas de progresso. Juntas, elas fazem um relato do desenvolvimento histórico em que o despontar e o amadurecimento do capitalismo já estariam prefigurados nas mais antigas manifestações da racionalidade humana, nos avanços tecnológicos iniciados quando o *homo sapiens* pela primeira vez manejou uma ferramenta, e nos atos de troca que os seres humanos praticaram desde tempos imemoriais. A trajetória da história para a “sociedade mercantil”, ou capitalismo, foi longa e árdua, admitem eles, e houve muitos obstáculos em seu caminho. Mas, apesar disso, seu progresso foi natural e inevitável. Assim, para explicar a “ascensão do capitalismo”, não é preciso nada além de explicar como os muitos obstáculos a esse movimento de avanço foram superados – alguns de modo paulatino, outros subitamente, com uma violência revolucionária³⁰².

Ainda de forma avassaladora, prossegue:

³⁰¹ Cf. WOOD, 2001, p. 12.

³⁰² Cf. Id, Ibid, pps. 13-14.

Na maioria das descrições do capitalismo e de sua origem, na verdade *não há* origem. O capitalismo parece estar sempre lá, em algum lugar, precisando apenas ser libertado de suas correntes – dos grilhões do feudalismo, por exemplo – para poder crescer e amadurecer. Caracteristicamente, esses grilhões são políticos: os poderes senhoriais parasitários ou as restrições de um Estado autocrático. Às vezes, são culturais ou ideológicos – a religião errada, quem sabe. Essas restrições limitam a livre movimentação dos agentes econômicos, a livre expressão da racionalidade econômica. Nessas formulações, o “econômico” é identificado com o intercâmbio ou com os mercados, e é nisso que podemos detectar o pressuposto de que as sementes do capitalismo estariam contidas nos mais simples atos de troca, em qualquer forma de comércio ou de atividade de mercado. Esse pressuposto costuma ser tipicamente associado a um outro: o de que a história é um processo quase natural de desenvolvimento tecnológico. De um modo ou de outro, o capitalismo aparece, mais ou menos naturalmente, onde e quando os mercados em expansão e o desenvolvimento tecnológico atingem o nível certo. Muitas explicações marxistas são fundamentalmente iguais – acrescidas das revoluções burguesas para ajudar a romper os grilhões. O efeito dessas explicações é enfatizar a *continuidade* entre as sociedades não-capitalistas e capitalistas, e negar ou disfarçar a *especificidade* do capitalismo³⁰³.

Uma vez colocado a problemática a ser estudada, passa-se, na primeira parte do livro, a realizar um balanço crítico sobre as principais interpretações acerca das origens do capitalismo, demonstrando suas aproximações e diferenças e, sobretudo, suas limitações: na tradição não-marxista, a análise percorre o “modelo mercantil clássico” de Henri Pirenne, os aprimoramentos a esse modelo, com Max Weber e Fernand Braudel, até chegar a Karl Polanyi, tratando-o como “uma exceção digna de nota”; já na tradição marxista, traça o caminho do debate sobre a transição do feudalismo ao capitalismo, a partir das teses de Maurice Dobb, Paul Sweezy e Rodney Hilton, as colaborações de Perry Anderson e as alternativas interpretativas desencadeadas pelos autores Robert Brenner e Edward Thompson.

Em sua avaliação, todas estas versões históricas estão alicerçadas em conceitos que, de uma forma ou de outra, “obscurecem a especificidade do capitalismo³⁰⁴”. Faz-se notar também, além desta peculiaridade, certo desprezo dos mesmos para com o papel do imperialismo europeu no desenvolvimento capitalista e, em função dessa lacuna, a historiadora acaba adotando a pista elaborada por Brenner de se recorrer a uma tipologia das relações sociais de propriedade para se pensar a transformação das formas tradicionais de colonialismo em imperialismo capitalista. Vejamos em suas próprias palavras:

Uma crítica antieurocêntrica mais provocadora diz respeito ao desprezo, por parte de muitos historiadores ocidentais, do papel desempenhado pelo imperialismo europeu no desenvolvimento do capitalismo. Mas esse argumento só pode ser realmente eficaz se levar em conta as condições muito específicas em que as formas tradicionais de colonialismo foram transformadas em imperialismo capitalista. E

³⁰³ Cf. Id, Ibid, pps. 13-14, grifos da autora.

³⁰⁴ Cf. Id, Ibid, p. 69.

isso significa reconhecer as condições muito específicas em que, em primeiro lugar, as relações sociais de propriedade assumiram uma forma capitalista³⁰⁵.

A partir desta perspectiva, chega-se à segunda parte do livro desenvolvendo sua concepção acerca da origem do capitalismo: *o capitalismo vigora com base no poder dos grandes proprietários de terras em relação aos camponeses*. Em um determinado momento histórico, este poder implica no processo de modificação do uso consuetudinário (os direitos de propriedade camponeses), acompanhado pela imposição de novos melhoramentos técnicos e de práticas agrícolas que visam o aumento da produtividade e do lucro. Dado que, à época, o Estado inglês contava com uma estruturação centralizada e unitária e operava com o intuito de assegurar as posições de prestígio e garantir a propriedade dos latifundiários ingleses, ele não era capaz por si só de imprimir os poderes coercitivos de caráter extraeconômicos de exploração do excedente. Diante desta debilidade intrínseca, ao longo da transição do feudalismo para o capitalismo foi-se cristalizando, cada vez mais de maneira fundamental para a classe dominante inglesa, a exigência da maior dependência da extração do excedente por meios de exploração puramente econômicos.

Em outras palavras, *a transição revela a debilidade do uso de mecanismos coercitivos extraeconômicos, operados pela classe dominante, em detrimento da expropriação puramente econômica*. Esta seria a especificidade do caso inglês em contraste ao caso francês, dado que a Inglaterra encontrava-se constituída pela separação entre Estado e sociedade civil, pela separação entre as esferas da economia e da política e nutrida pelas transformações nas relações sociais de propriedade³⁰⁶. Nesse sentido, não significa o completo abandono dos imperativos extraeconômicos, mas sim seu caráter débil³⁰⁷.

³⁰⁵ Cf. Id, Ibid, p. 70.

³⁰⁶ “A base material em que se fundamentava essa economia nacional emergente era a agricultura inglesa, que se singularizava de diversas maneiras. Primeiro, a classe dominante inglesa distinguia-se por dois aspectos correlatos. Por um lado, havendo-se desmilitarizado antes de qualquer outra aristocracia da Europa, ela fazia parte de um Estado cada vez mais centralizado, em aliança com uma monarquia centralizadora, sem a fragmentação da soberania que era característica do feudalismo e seus Estados sucessores. Embora o Estado servisse à classe dominante como instrumento da ordem e protetor da propriedade, a aristocracia não detinha poderes “extra-econômicos” autônomos nem uma “propriedade politicamente constituída” no mesmo grau que seus equivalentes no continente europeu. Por outro lado, havia o que se poderia chamar de uma troca entre a centralização do poder estatal e o controle da terra pela aristocracia. Na Inglaterra, fazia muito tempo que a terra era incomumente concentrada, cabendo aos grandes proprietários uma parcela também incomumente grande dela. Essa concentração da propriedade significava que os latifundiários ingleses podiam usar sua propriedade de novas maneiras. O que lhes faltava em poderes “extra-econômicos” de extorsão do excedente era mais do que compensado por seus crescentes poderes econômicos” (Id, Ibid, pps. 82-83). Mais à frente, nos diz ainda: “Quando os poderes extra-econômicos dos senhores feudais continuavam sólidos, os camponeses podiam ficar sujeitos às mesmas pressões coercitivas de antes, exercidas por grandes proprietários que procuravam extorquir deles mais trabalho excedente, mesmo que este já então assumisse a forma de renda monetária, em vez de serviços prestados sob a forma de trabalho. Era lugares como a França, onde o controle da propriedade pelo campesinato era suficientemente forte para resistir a essas pressões crescentes dos grandes proprietários, a renda era comumente fixada por uma taxa nominal. Sem dúvida, seria precisamente num caso como esse – em que os

A industrialização, portanto, foi o resultado e não a causa da sociedade de mercado, e as leis de movimento capitalistas foram a causa e não o resultado da proletarianização das massas. Mas isso, é claro, não foi o fim do desenvolvimento capitalista. A proletarianização, que representou a transformação completa da força de trabalho em mercadoria, viria a conferir poderes coercitivos novos e mais extensos ao mercado, criando uma classe trabalhadora completamente dependente dele e completamente vulnerável à disciplina do mercado, sem nenhuma mediação e sem recursos alternativos. Embora, em seus diversos aspectos, o capital e o trabalho estivessem sujeitos às forças impessoais do mercado, o mercado em si veio a se transformar, cada vez mais, num grande eixo da divisão de classes entre exploradores e explorados, entre compradores e vendedores de capacidade de trabalho. Nesse sentido, ele foi um novo instrumento coercitivo do capital, a disciplina máxima no controle da mão-de-obra e um novo terreno da luta de classes. É desnecessário dizer que o sistema capitalista está em constante estado de desenvolvimento e fluxo. Mas não compreenderemos seus processos atuais de mudança e contradição se não soubermos rastreá-los até suas bases. A ascensão do capitalismo não pode ser explicada como resultado de aperfeiçoamentos técnicos, da “tendência de progresso econômico da Europa Ocidental” ou de qualquer outro mecanismo transistórico. A transformação específica das relações sociais de propriedade que *acionou* um “progresso” historicamente singular das forças produtivas não pode ser presumida como um dado. Reconhecer isso é crucial para não falar na compreensão das condições de sua abolição e sua substituição por uma forma social diferente. Devemos reconhecer não apenas a plena força dos imperativos capitalistas, as compulsões da acumulação, da maximização do lucro, mas também suas raízes sistêmicas, para sabermos exatamente por que elas funcionam como funcionam³⁰⁸.

camponeses gozavam de direitos seguros de propriedade e estavam sujeitos não apenas ao pagamento de uma renda fixa, mas modesta – que poderíamos esperar, com base nos pressupostos de Merrington, encontrar um estímulo à produção mercantil que acabasse dando origem ao capitalismo. Mas o efeito foi exatamente o inverso. Os dados resumidos por Brenner sugerem que não foi esse tipo de pagamento de uma renda fixa que estimulou o crescimento da produção mercantil. Ao contrário, foi a renda não fixa e variável, que atendia aos imperativos do mercado, que estimulou, na Inglaterra, o desenvolvimento da produção mercantil, o aumento da produtividade e o crescimento econômico auto-sustentado. Na França, precisamente porque era típico os camponeses gozarem da posse da terra por uma renda fixa e nominal, esse estímulo não existiu. Em outras palavras, não foram as oportunidades proporcionadas pelo mercado, mas os imperativos deste que levaram os pequenos produtores mercantis à acumulação”. (Id, Ibid, p. 85).

³⁰⁷ “As forças competitivas de mercado, portanto, foram um fator fundamental na expropriação dos produtores diretos. Mas essas forças econômicas foram auxiliadas, sem dúvida, pela intervenção coercitiva direta para expulsar os ocupantes da terra ou extinguir seus direitos consuetudinários. É possível que alguns historiadores tenham exagerado a decadência do campesinato inglês, que talvez tenha levado muito mais tempo para desaparecer por completo do que sugerem algumas narrativas. Mas não há dúvida de que, comparada a outros campesinatos europeus, a variedade inglesa foi uma espécie rara e em extinção, e os imperativos de mercado certamente aceleraram a polarização da sociedade rural inglesa em proprietários de latifúndios ainda maiores e numa multidão crescente de não-proprietários. O resultado foi a famosa tríade compostas por latifundiários, arrendatários capitalistas e trabalhadores assalariados, e, com o crescimento do trabalho assalariado, as pressões para aumentar a produtividade da mão-de-obra também se intensificaram. Esse mesmo processo criou a agricultura altamente produtiva, capaz de sustentar uma grande população não dedicada à produção agrícola, mas criou também uma massa crescente de não-proprietários, que viria a constituir uma grande força de trabalho assalariada e um mercado interno para bens de consumo baratos – um tipo de mercado que não tinha precedentes históricos. Foram esses os antecedentes da formação do capitalismo industrial inglês”. (Id, Ibid, p. 86). Em conclusão, prossegue: “Assim, na França, por exemplo, a persistência da propriedade politicamente constituída, ou das formas de exploração “extra-econômicas”, fez com que nem o Estado nem a economia fossem realmente integrados. Os poderes de exploração, que eram simultaneamente políticos e econômicos, sob a forma de cargos públicos e dos remanescentes das antigas jurisdições aristocráticas e municipais, tenderam a fragmentar o Estado e a economia, mesmo no regime absolutista. Na Inglaterra, houve uma separação mais clara entre os poderes políticos e coercitivos do Estado e os poderes de exploração das classes proprietárias, que derivavam sua riqueza de formas puramente econômicas de exploração. Assim, os poderes econômicos privados da classe dominante não prejudicaram a unidade política do Estado, e tanto houve um Estado realmente centralizado quanto uma economia nacional integrada”. (Id, Ibid, p. 88).

³⁰⁸ Cf. Id, Ibid, pps. 111-112, grifos da autora.

Conforme indicado, a separação entre o “econômico” e o “político”, ou simplesmente a separação entre o “econômico” e o “extraeconômico”, figura como elemento conceitual fundamental para se proceder junto à compreensão da caracterização dos imperativos capitalistas, isto é, do imperialismo capitalista. É a isso que Wood vai se voltar em seu livro *Empire of Capital* (2003). De acordo com a historiadora, *o imperialismo capitalista, diferentemente dos demais imperialismos, está marcado especificamente pelo seu caráter de coerção diretamente econômico*. Esta tese é sustentada da seguinte maneira:

Hoje é mais difícil que nos antigos impérios coloniais detectar a transferência de riqueza das nações mais fracas para as mais fortes. Mas, mesmo quando é dolorosamente evidente que ela ocorre, a forma como isso é realizado não é menos opaca que a relação entre capital e trabalho, e essa opacidade deixa muito espaço para negativas. Também nesse caso não há, tipicamente, uma relação de coerção direta. Também nesse caso, as compulsões têm maior probabilidade de serem 'econômicas' impostas não pelos senhores (diretamente), mas pelos mercados. Também aqui, a única relação formalmente reconhecida é a que existe entre entidades legalmente livres e iguais, como compradores e vendedores, tomadores de empréstimos e emprestadores, ou até mesmo entre Estados claramente soberanos. O que torna a dominação de classe, ou o imperialismo, especificamente *capitalista* é a predominância da coerção econômica, que se distingue da coerção 'extraeconômica' – política, militar ou judicial – direta. Ainda assim, isso não quer dizer, de forma alguma, que o imperialismo capitalista possa abrir mão da força extraeconômica³⁰⁹.

E mais à frente, assim procede com sua formulação acerca do “novo imperialismo”³¹⁰:

Entender o “novo imperialismo” – na verdade, determinar se ele realmente existe – exige que entendamos as especificidades do poder capitalista e a natureza da relação entre a força econômica e extraeconômica no capitalismo. Pode-se argumentar no que se segue que o capitalismo é único na sua capacidade de separar o poder econômico do extraeconômico e que isso, entre outras coisas, implica que o poder econômico do capital é capaz de ir muito além do controle de qualquer poder político ou militar existente ou concebível. Ao mesmo tempo, o poder econômico do capital não pode existir sem o apoio da força extraeconômica; e a força extraeconômica é hoje, tal como antes, oferecida primariamente pelo Estado. Aqui, a alegação não é que o poder do capital em condições de “globalização” tenha fugido ao controle estatal e tornado o Estado territorial cada vez mais irrelevante. Pelo contrário, meu argumento é que o Estado é hoje mais essencial do que nunca para o capital, mesmo – ou especialmente – na sua forma global. A forma política da globalização não é um Estado global, mas um sistema global de Estados múltiplos, e a forma específica do novo imperialismo vem da relação complexa e contraditória entre o poder econômico expansivo do capital e o alcance mais limitado da força extraeconômica que o sustenta³¹¹.

O ponto de partida então se coloca na análise da separação ou no deslocamento do poder econômico das demais formas de coerção extraeconômicas. Resumidamente:

[...] a separação do econômico e do político tornou possível a extensão do alcance econômico do capital para muito além do seu controle político – de uma maneira

³⁰⁹ Cf. WOOD, 2014, pps. 16-17, grifos da autora.

³¹⁰ “[...] este livro não é uma história do imperialismo. [...] o principal objetivo do livro não é apresentar uma narrativa histórica completa. Meu propósito é, pelo contrário, definir a essência do imperialismo capitalista para melhor entender como ele opera hoje”. (Id, Ibid, p. 19).

³¹¹ Cf. Id, Ibid, pps. 17-18.

que era impossível para formas anteriores de exploração política diretamente dependentes do poder militar e da dominação política. Mesmo assim o capitalismo nunca foi capaz de abrir mão dos Estados territoriais, cujas fronteiras são muito mais estreitas que as do império do capital. A apropriação capitalista ainda exige o apoio da coerção extraeconômica, e o controle da operação de um Estado ainda é necessário para oferecer a ordem administrativa e a força coercitiva de que o capital necessita mas não tem. Com uma classe dominante caracterizada pela falta de poder coercitivo direto, o capitalismo é, ainda assim, mais dependente que qualquer outra forma social de uma ordem política que garanta a regularidade e previsibilidade de que o capital necessita nas suas transações diárias. O capitalismo também depende de práticas e instituições extraeconômicas para compensar suas próprias tendências disruptivas, a devastação do mercado e a privação de propriedade da maioria da depende o poder capitalista. O problema é que nenhuma forma de poder extraeconômica capaz de funcionar em nome do capital global, assim como do local e nacional, foi imaginada para atender a essas necessidades – exceto o Estado territorial. O desligamento dos momentos político e econômico do capital não somente torna possível a extensão de seu alcance econômico, mas também exige que ele dependa dos Estados locais para suas necessidades políticas. De um lado, a expansão do capital é possível exatamente porque ele é capaz de se deslocar do poder extraeconômico de maneira inacessível a qualquer outra forma social; e, de outro, esse mesmo deslocamento torna tanto possível quanto necessário que a hegemonia econômica do capital seja apoiada pelos Estados territoriais. À medida que se abre a lacuna entre o alcance econômico do capital e o alcance extraeconômico dos Estados territoriais, os poderes imperiais, e os Estados Unidos em particular, experimentam novas formas de força extraeconômica para resolver tal contradição. Impérios passados tiveram suas próprias fraquezas e instabilidades, mas essa contradição pertence unicamente ao capitalismo³¹².

Para diferenciar a clareza dos imperativos de coerção extraeconômicos (dos impérios não capitalistas) da opacidade dos imperativos capitalista, presente no imperialismo norte-americano, realiza uma análise do que chama de *império da propriedade* (caso de Roma e Espanha imperial – em que está articulado na colonização de terras derivada do poderio militar) e do *império do comércio* (caso dos árabes muçulmanos, venezianos e holandeses – na qual o domínio do comércio internacional se assenta nos imperativos da conquista territorial, na extração violenta de recursos e nas guerras e piratarias). No que tange ao período histórico correspondente ao Império Britânico e sua passagem para o imperialismo de nossos tempos, assim pontua:

Entre o Império Espanhol e o imperialismo econômico ‘globalizado’ de hoje, os imperativos da economia passaram por uma longa história de desenvolvimento, primeiro na Inglaterra e depois em todo o mundo. Nesse meio tempo, mesmo o tipo mais avançado de economia industrial não tornou impossíveis as formas diretas de exploração colonial extraeconômica, como a notoriamente brutal colonização do Congo no século XX pelo rei Leopoldo II da Bélgica. Numa época em que a economia belga era uma das mais industrializadas do mundo, Leopoldo apropriou o território como um feudo pessoal e embarcou na extração genocida e impiedosa das riquezas de região. O Império Britânico pode ter sido o primeiro a mobilizar os imperativos econômicos como instrumentos de imperialismo, talvez já no fim do século XVI, mas também ele [...] estabeleceria, mesmo bem mais tarde, o domínio colonial mais direto sobre império territorial, sobretudo na Índia. Somente no século

³¹² Cf. Id, Ibid, pps. 30-31.

XX o imperialismo econômico se tornou suficientemente forte para abandonar as formas mais antigas de dominação colonial³¹³.

Fica explícito aqui o argumento de que, à medida que o capitalismo se desenvolve, maior é o uso do expediente de coerção diretamente econômico e maior é o caráter da opacidade da dominação imperialista, tornando “suprimidas” as formas de dominação extraeconômicas. Ao tratar propriamente sobre o Império Britânico, recoloca suas teses contidas no livro de 1999, em que revela a especificidade da origem do capitalismo centrada na passagem do capitalismo agrário para o capitalismo industrial inglês.

O capitalismo é movido exclusivamente por imperativos econômicos: de um lado, a falta de propriedade dos produtores, que os leva a vender sua força de trabalho em troca de salário, e, de outro, a sujeição dos apropriadores às compulsões do mercado que os obrigam a competir e acumular. Mas esses imperativos econômicos exigem força extraeconômica para serem implantados e sustentados. A transplantação dos imperativos econômicos da Inglaterra para seus territórios imperiais ocorreu inicialmente por meio de expropriação colonial e fundação de colônias pela força. O efeito dos imperativos capitalistas que emanavam da sede do império foi, acima de tudo, o que distinguiu o imperialismo inglês de outros projetos coloniais; e, quaisquer que sejam os debates entre historiadores sobre a contribuição do império para o desenvolvimento do capitalismo britânico, parece indiscutível que o desenvolvimento do capitalismo determinou a forma do imperialismo britânico³¹⁴.

Embora o Império Britânico tenha levado os “imperativos capitalistas até os cantos mais distantes da terra”, ele apresentou limitações e resultados contraditórios. Estas limitações e contradições esbarravam nas mudanças surtidas após seus principais rivais (demais potências imperialistas) alcançarem condições de competirem utilizando-se também do expediente dos imperativos capitalistas, fazendo com que se alterassem e se acirrassem as formas de rivalidade interimperialistas, culminando no desfecho da Primeira Guerra Mundial.

O mundo emergiu da guerra com algumas das maiores potências imperiais em frangalhos. Mas, se a era clássica do imperialismo terminou efetivamente em 1918, e se os Estados Unidos já mostravam sinais de que se tornariam o primeiro império verdadeiramente econômico (não, evidentemente, sem contar com muita força extraeconômica e com uma história de violência imperial direta), várias décadas se passariam antes que surgisse claramente uma nova forma de império, o que não se pode afirmar ter acontecido antes do final da Segunda Guerra Mundial³¹⁵.

O final da Segunda Grande Guerra, portanto, é demarcado como sendo o momento responsável pela consolidação do imperialismo capitalista norte-americano. Desde então, os Estados Unidos passaram a assumir uma posição hegemônica na qual se viram necessárias a constituição de novas formas de controle sobre as demais potências ao mesmo tempo em que procuram garantir o seu próprio poder econômico e militar. Alimentado pela rivalidade junto aos países do bloco socialista, a competição econômica se transforma em um modo mais puro

³¹³ Cf. Id, Ibid, p. 45.

³¹⁴ Cf. Id, Ibid, p. 75.

³¹⁵ Cf. Id, Ibid, p. 99.

e desenvolvido de imperialismo capitalista, apesar de mais opaco. Por um lado, se verifica a ascensão do poderio militar estadunidense capaz até o momento de perseguir uma competição predominantemente econômica entre as demais potências, com a crescente incorporação dos mercados gravitando em sua órbita, e, por outro lado, cabe principalmente aos Estados Unidos o propósito de ser o vigilante da economia mundial. Em outras palavras, no capitalismo global, a hegemonia norte-americana enfrenta a necessidade de controlar economias e Estados rivais sem incorrer em confrontos bélicos com eles. Assim nos esclarece:

O mundo hoje é mais do que nunca um mundo de Estados-nação. A forma política da globalização não é um Estado global, ou uma soberania global. A falta de correspondência entre a economia global e os Estados nacionais também não representa simplesmente algum tipo de atraso no desenvolvimento político. A própria essência da globalização é uma economia global administrada por um sistema de Estados múltiplos e soberanias locais, estruturada numa relação complexa de dominação e subordinação. A administração e a imposição do novo imperialismo por um sistema de Estados múltiplos criaram por si só muitos problemas, evidentemente. Não é simples manter o tipo certo de ordem entre tantas entidades nacionais, cada uma com suas próprias necessidades e pressões internas, sem falar dos seus próprios poderes coercivos. Inevitavelmente, administrar um sistema como esse exige, em última instância, um único poder militar esmagador, capaz de manter todos os outros na linha. Ao mesmo tempo, esse poder não pode ter autorização para romper a previsibilidade ordeira exigida pelo capital, nem a guerra pode colocar em risco os mercados e as fontes vitais de capital. Esse é o enigma a ser resolvido pela única superpotência do mundo³¹⁶.

Nestes termos, volta-se à compreensão de qual o significado da necessidade dos Estados Unidos deflagrar esse “poder militar esmagador”. Para ela:

Esse é o paradoxo do novo imperialismo. É o primeiro imperialismo em que o poder militar foi criado não para conquistar território nem para derrotar rivais. É um imperialismo que não busca expansão territorial nem dominação física de rotas territoriais. Ainda assim ele produziu essa enorme e desproporcional capacidade militar com um alcance global sem precedentes. Talvez seja precisamente por não ter nenhum objetivo claro e finito que o novo imperialismo exija força militar tão pesada. A dominação ilimitada de uma economia global e dos múltiplos Estados que a administram exige ação militar sem fim, em propósito ou tempo³¹⁷.

Mantendo este diapasão, caminha na direção oposta às teses da “guerra sem fim”, explicitada pela Doutrina Bush, após os acontecimentos de 11 de setembro. Em sua avaliação, mesmo que esta represente, em alguma medida, uma nova doutrina militar, inspirada na declaração ilimitada de guerra perpétua:

A nova ideologia da guerra sem fim responde às necessidades particulares do novo imperialismo. Esse imperialismo, que surgiu somente no século XX, ou até mesmo após a Segunda Guerra Mundial, pertence a um mundo capitalista. Pode parecer estranho situar esse mundo capitalista tão recentemente na história, e inclusive tão tarde no desenvolvimento do próprio capitalismo. Mas as últimas décadas se distinguiram pela *universalidade* do capitalismo, e mesmo quando a URSS ainda existia os imperativos capitalistas deixaram sua marca em todo o mundo. As teorias

³¹⁶ Cf. Id, Ibid, p. 108.

³¹⁷ Cf. Id, Ibid, p. 109.

do imperialismo [...] pertenceram a uma época diferente do imperialismo, em que não se podia admitir, nem sequer tão tarde no desenvolvimento do capitalismo, que este seria universal como é hoje³¹⁸.

Ao situar esta “nova ideologia” correspondente “às necessidades particulares do novo imperialismo”, mostra-se necessário admitir que a forma política da globalização colocou, de alguma maneira que caberia explicar, a “exigência” peremptória do uso dos imperativos extraeconômicos que, no caso, incorrem no caráter especificamente militar operado pelos Estados Unidos.

Antes que a hegemonia econômica do capital viesse a dominar o mundo, o capitalismo passou pela era clássica do imperialismo, com todas as suas rivalidades geopolíticas e militares. Essa era terminou há muito. O imperialismo capitalista se tornou quase inteiramente uma questão de dominação econômica, em que os imperativos de mercado, manipulados pelas potências capitalistas dominantes, são levados a fazer o trabalho que já não é feito pelos Estados imperiais nem pelos colonizadores. Mas agora estamos descobrindo que a universalidade dos imperativos capitalistas não removeu a necessidade de força militar. Na verdade, ocorre o contrário. O novo imperialismo não pode abrir mão [...] da expropriação colonial, de uma teoria da guerra³¹⁹.

E, prossegue dizendo:

Mas, uma vez que as potências subordinadas se tornam vulneráveis a esses imperativos e às ‘leis’ do mercado, o domínio direto pelos Estados imperiais deixa de ser necessário para impor a vontade do capital. Ainda assim, mais uma vez, encontramos o paradoxo de que, apesar de os imperativos de mercado poderem chegar além do poder de qualquer Estado, eles têm de ser impostos pelo poder extraeconômico. Nem a imposição da ordem social diária exigida pela acumulação de capital e pelas operações do mercado podem ser atingidas sem a ajuda dos poderes administrativos e coercitivos, muito mais local e territorialmente limitados que o alcance econômico do capital. É por isso que, paradoxalmente, o império se tornou tanto mais puramente *econômico* quanto mais proliferou o Estado-nação. Não somente os poderes imperiais mas também os Estados subordinados se mostraram necessários para o domínio do capital global. Foi mesmo, como já vimos, uma importante estratégia do imperialismo capitalista criar Estados locais pra agirem como condutos para os imperativos capitalistas. A globalização também não transcendeu essa necessidade imperial de um sistema de Estados. O mundo ‘globalizado’ é, mais do que nunca, um mundo de Estados-nação. O novo imperialismo – a que chamamos globalização exatamente pode depender de uma hegemonia econômica de longo alcance, capaz de atingir muito além das fronteiras de qualquer Estado territorial ou dominação política – é uma forma de imperialismo mais dependente que qualquer outra de um sistema de Estados múltiplos³²⁰.

É, portanto, em meio a todos esses paradoxos que a historiadora empreende a novidade do imperialismo capitalista estadunidense: baseado em “novas justificativas” para a guerra, este imperialismo precisa “mover as fronteiras da guerra para ainda mais longe do alcance dos possíveis desafiantes; e isso exige o revolucionamento constante dos meios de

³¹⁸ Cf. Id, Ibid, p. 114, grifos da autora.

³¹⁹ Cf. Id, Ibid, p. 115.

³²⁰ Cf. Id, Ibid, p. 116, grifos da autora.

guerra – que então não poderão ser deixado sem teste nem uso³²¹”. Em síntese, para a historiadora Ellen Wood, o imperialismo capitalista assume sua especificidade em fins da Segunda Grande Guerra, fundamentalmente caracterizado pelo uso dos imperativos predominantemente econômicos, ainda que não possam prescindir por completo da coerção extraeconômica.

Entretanto, chega a aventar a possibilidade de estarmos no limiar do esgotamento deste novo imperialismo diante da emergência de uma nova configuração (ou ainda de um “retorno” ao imperialismo anterior). Logo, fica aos menos sugerido que talvez seja o caso do novo imperialismo, desde o pós-guerra, ter chegado ao paroxismo, em função da necessidade de se recorrer cada vez mais aos imperativos extraeconômicos em paralelo aos imperativos predominantemente econômicos. Em suas palavras:

No Oriente Médio, já estamos vendo algo como o retorno a um imperialismo anterior, com a intenção mais ou menos explícita de reestruturar ainda mais diretamente a região no interesse do capital norte-americano. O novo imperialismo pode estar, neste caso, fechando um círculo. Tal como os britânicos na Índia, quando o império comercial cedeu espaço para a dominação direta, os Estados Unidos podem estar descobrindo que o império cria seu próprio imperativo territorial. [...] Essa guerra sem fim em propósito e tempo pertence a um império sem fim, sem fronteiras nem mesmo território. Ainda assim ele é um império que precisa ser administrado por instituições e poderes que têm de fato fronteiras territoriais. A consequência de uma economia globalizada foi o capital depender mais, e não menos, de um sistema de Estados locais para administrarem, e Estados terem se tornado mais, e não menos, envolvidos na organização dos circuitos econômicos. Isso significa que a velha divisão capitalista do trabalho entre capital e Estado, entre o poder econômico e o político, foi rompida. Ao mesmo tempo, existe um abismo crescente entre o alcance econômico e global do capital e os poderes locais de que ele necessita para sustentar-se – e a doutrina militar do regime Bush foi uma tentativa de cobrir essa lacuna. Em seu esforço para resolver tais contradições, a Doutrina Bush representou certamente um perigo para todo mundo, mas também atestou os riscos e as instabilidades de um império global que depende de muitos Estados locais, de uma economia global gerida por administrações locais e por Estados nacionais que são vulneráveis a desafios de lutas verdadeiramente democráticas. Na disparidade entre o poder econômico global e seus apoios políticos locais, existe com certeza um espaço crescente para a oposição³²².

Vejamos então a posição do geógrafo marxista David Harvey sobre essa temática. Conforme já destacamos em momentos anteriores na tese, especialmente em sua obra *The Condition of Postmodernity* (1989), Harvey esteve situado no debate em torno das transformações ocorridas no capitalismo após a década de 1970, buscando explicitar de maneira mais abrangente e consistente as mudanças econômicas, sociais, políticas e

³²¹ Cf. Id, Ibid, p. 122. Segundo a autora, nisso reside, por exemplo, a promoção de exibições frequentes de seu poderio militar, o uso de sua força sem fins ou objetivos específicos e a distribuição dos custos de manutenção da ordem global com a OTAN, criando a falácia de uma ordem compartilhada com os interesses europeus.

³²² Cf. Id, Ibid, p. 125.

culturais³²³. Sua produção seguiu, nos anos 1990 e início de 2000, especialmente voltada às questões espaciais e urbanas do capital. No entanto, em 2003, o autor se insere na discussão acerca do novo imperialismo, com a publicação de *The New Imperialism*, traduzida para o Brasil, em 2004, com o título *O novo imperialismo*³²⁴.

Decerto motivado pelos acontecimentos surgidos após os ataques aos Estados Unidos em 2001 e a imediata reação através das invasões estadunidenses no Afeganistão e no Iraque, Harvey, de certa forma, se surpreende com o ímpeto de explicações que foram proferidas pelas “bocas de liberais e conservadores” lançando-se do uso da terminologia do imperialismo para caracterizarem a atuação do Estado norte-americano na condição de um poder imperial³²⁵, algo que, desde certo tempo, uma pequena parcela da esquerda anticapitalista, principalmente não residente neste país, já vinha insistindo.

Ao se debruçar sobre o assunto, assim inicia suas reflexões: “Meu objetivo é examinar a atual condição do capitalismo global e o papel que um ‘novo’ imperialismo poderia estar desempenhando em seu âmbito. Faço-o da perspectiva da longa ‘durée’ e pelas lentes daquilo que chamo de materialismo histórico-geográfico³²⁶”. Com este objetivo, em certa medida, restabelece, a seu juízo, os elementos conceituais e históricos das próprias elaborações desenvolvidas por Marx, e pela teoria marxista do imperialismo, coadunando-os com a realidade dos tempos de hoje.

Em relação à Marx, vai interpretar a “assim chamada acumulação primitiva” como se tratando de um conjunto de práticas extraeconômicas presentes no modo de produção capitalista de maneira estrutural e não como mera etapa crucial para a formação do capitalismo. Para Harvey, o processo de acumulação interminável de capital, configurado histórica e geograficamente, combina, contraditoriamente, tanto a *lógica “econômica” da “reprodução ampliada” do capital* quanto também a *lógica “extraeconômica”, denominado por ele de “acumulação por espoliação”*, que opera envolvendo as estratégias políticas, diplomáticas e militares.

³²³ Em suas palavras: “uma mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas, desde mais ou menos 1972”, vinculada “à emergência de novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo e o espaço” - alicerçada com a passagem do fordismo para o processo de “acumulação flexível”, sendo este o nexo estrutural utilizado para a compreensão da “condição da pós-modernidade”. Desta forma, traça o novo regime de acumulação flexível enquanto base material de sustentação para a conformação da cultura pós-moderna.

³²⁴ Iremos abordar a 2ª edição desta obra, publicado em 2005.

³²⁵ “O reconhecimento declarado do império e do imperialismo pelos direitistas e pelos liberais foi portanto uma bem-vinda admissão daquilo que havia muito vinha ocorrendo, mas também indicou que o imperialismo poderia estar assumindo então um ar diferente. O efeito disso tem sido transformar questões sobre o império e o imperialismo em assuntos abertos de debate por todo o espectro político (foi digno de nota que a obra de Hardt e Negri tenha obtido a atenção da corrente principal, dos meios de comunicação). Mas isso evoca como corolário uma questão adicional: se há algo de novo em tudo isso, o que será?” (HARVEY, 2005, p. 16).

³²⁶ Cf. Id, Ibid, p. 11.

Em relação aos teóricos do imperialismo, estabelece um diálogo, especialmente com Lênin e Rosa Luxemburgo, no qual compartilha com esta última a tese de que a acumulação capitalista necessita da existência de um ambiente “externo” para o seu desenvolvimento, apontando uma discordância no sentido de atribuir que esse “exterior” não propriamente precisa se tratar de outras formas de produção não capitalistas ou pré-capitalistas. Logo, podem se manifestar “dentro” do próprio capitalismo. Sobre Lênin, apreende a assimetria entre Estados no interior de um sistema global de acumulação de capital.

Por conseguinte, também admite, explicitamente, fortes influências de Giovanni Arrighi e de Hannah Arendt. Arendt é utilizada para interpô-la à ideia de Lênin na consideração do imperialismo como último estágio/fase do capitalismo: ao invés disso, prefere apoiar-se na formulação de Arendt de que estamos “no estágio do domínio político da burguesia”. Tomado por esta premissa, Arrighi se mostra importante para demonstrar a sucessão de Estados hegemônicos ao longo do desenvolvimento capitalista.

Desta forma, Harvey demarca o imperialismo capitalista em três períodos: ascensão dos imperialismos burgueses (1870-1945), o histórico de pós-guerra da hegemonia norte-americana (1945-1970) e hegemonia neoliberal (1970-2000). Na ascensão dos imperialismos burgueses, as principais potências imperialistas rivais se assentaram no nacionalismo e no racismo para conduzirem as nações a uma série de crises e guerras. Após 1945, se verifica a promoção de um vigoroso crescimento econômico nos países capitalistas avançados sob a hegemonia norte-americana, fundamental ante a rivalidade com a URSS. No terceiro período, a crise de 1973 propicia a alteração do modelo de acumulação com o predomínio do capital financeiro, da globalização do capital e a vigência do neoliberalismo.

Em cada um destes períodos, a lógica da acumulação de capital se combina com a lógica da acumulação por espoliação de forma complexa e por vezes contraditória, porém os imperativos imperialistas do capitalismo sempre se tornam mais efusivos nos momentos de maior preponderância da acumulação por espoliação, como no caso do período entre 1870-1945 e entre 1970-2000. Com base nestas novas formulações, empreende a compreensão da etapa neoliberal, marcada pela financeirização, globalização e neoliberalismo, como sendo ostensivas estratégias da acumulação por espoliação.

O primeiro passo reside em evidenciar os cenários externo e interno da política norte-americana, através de uma análise que lhe permite examinar a construção da hegemonia estadunidense “fora” e “dentro” do país, tendo como eixo o papel do petróleo em suas decisões. Destaca as ofensivas dos EUA contra os dois importantes produtores de petróleo no mundo, a saber: a Venezuela (com o golpe de 2002 deferido sobre Hugo Chaves) e o Iraque

(com a guerra em 2003), além da Guerra do Golfo e da Guerra do Afeganistão (e da possível “guerra” contra o Irã), que também giram em torno da questão do petróleo. No plano doméstico, a partir da apreensão de uma “dialética interna da sociedade civil”, assevera a grave recessão de 2001, associada aos ataques de 11 de setembro, que propiciaram uma forte comoção e solidariedade na sociedade norte-americana, fazendo emergir o espírito nacionalista que baliza e legitima as ações militares abertas unilateralmente pelo país.

Todavia, não admite ser o caso do petróleo o único motivo para a consecução da “guerra permanente/constante”. Em sua visão, ainda que seja notório o interesse estadunidense por esta fonte de energia, isso por si só não serviria de justificativa para a deflagração de guerras.

Há no entanto uma perspectiva ainda mais ampla a partir da qual entender a questão do petróleo. Ela pode ser apreendida na seguinte proposição: quem controlar o Oriente Médio controlará a torneira global do petróleo, e quem controlar a torneira global do petróleo poderá controlar a economia global, pelo menos no futuro próximo. Em consequência, não deveríamos pensar só no Iraque, mas considerar a importância e a condição geopolítica do Oriente Médio como um todo em relação ao capitalismo global. E isso é afirmado na retórica oficial. O plano de mudança de regime do Iraque alega abertamente que a influência de um governo democrático e favorável aos Estados Unidos beneficiaria toda a região, e talvez até influenciaria mudanças de regime semelhantes em outros países (sendo o Irã e a Síria os alvos mais óbvios, seguidos de perto pela Arábia Saudita). Há inclusive membros do governo arrogantes o suficiente para pensar que uma conflagração geral na região proporcionaria a oportunidade de redesenhar todo o mapa do Oriente Médio (muito como ocorreu na antiga União Soviética e na Iugoslávia)³²⁷.

De acordo com Harvey, o melhor caminho para o entendimento da constituição da supremacia dos EUA reside na forma de sua construção em termos de hegemonia. Significa dizer que a hegemonia norte-americana vem sendo caracterizada e garantida seja através da coerção, do consentimento, seja ainda pela combinação de ambos. Neste aspecto, corroborando com o pensamento de Arrigui, defende a tese de que a supremacia de um Estado-nação comporta duas maneiras de se manifestar: como dominação e como liderança moral e intelectual, esta última expressando-se via emulação de outros Estados e via condução do sistema de Estado em uma direção desejada. No caso dos Estados Unidos,

[...] o que os críticos que só se fixam nesses aspectos do comportamento dos Estados Unidos deixam com demasiada frequência de perceber é que a coerção e a liquidação do inimigo são apenas uma base parcial, e algumas vezes contraproducente, do poder americano. O consentimento e a cooperação têm a mesma importância. Se não se pudesse mobilizá-los internacionalmente e se não fosse possível exercer a liderança de uma maneira que gerasse benefícios coletivos, havia muito o país teria deixado de ser hegemônico. Os Estados Unidos têm pelo menos de agir de modo a tornar plausível para outros a alegação de que agem em favor do interesse geral mesmo quando, como muitas pessoas suspeitam, sua ação é

³²⁷ Cf. Id, Ibid, p. 25.

motivada pelo estreito interesse próprio. Essa é a essência do exercício da liderança por meio do consentimento³²⁸.

E, mais à frente, assevera:

A verdade mais geral é que os Estados Unidos se envolvem simultaneamente tanto em práticas coercitivas como em práticas hegemônicas, embora o equilíbrio entre essas duas facetas do exercício do poder possa se alterar de acordo com o período e conforme quem ocupa o governo. [...] O poder político é sempre constituído por alguma combinação instável de coerções, emulações e exercício da liderança mediante o desenvolvimento do consentimento. Esses são os meios. Mas que dizer das formas de poder que devem ser reunidas no âmbito da lógica territorial a fim de garantir sua capacidade de atender a seus interesses? Ativos intangíveis como prestígio, *status*, deferência, autoridade e influência diplomática têm de ter alguma base material em que se fundar. O dinheiro, a capacidade produtiva e a força militar são os três pilares em que se apóia a hegemonia no âmbito do capitalismo. Mas também aqui estamos diante de configurações mutáveis e instáveis³²⁹.

Para sustentar esta tese, destaca que, no plano interno, a dominação e a coerção se explicitam pela Lei Patriota e pela Lei de Segurança Doméstica e, no plano externo, por sua vez, elas ganham relevo a partir dos golpes militares patrocinados pela *CIA* (*Central Intelligence Agency*) e das ações econômicas do FMI (Fundo Monetário Internacional) junto aos países periféricos. Já a cooperação e o consentimento figuram, internamente, através da manipulação do ideário contra o “eixo do mal” e, externamente, a partir da suposta defesa da Declaração dos Direitos Humanos (criada pela ONU – Organização das Nações Unidas), das ações de segurança das democracias, da reconstrução das economias do Japão e da Alemanha Ocidental, do aporte de recuperação das economias periféricas, dentre outros exemplos.

Uma vez estabelecido os elementos teóricos e analíticos que constituem a hegemonia norte-americana, o segundo passo é compreender o poder estadunidense na condição de uma forma peculiar de imperialismo, definida como imperialismo capitalista. O ponto de partida reside em estabelecer uma definição de imperialismo que abrange, ao mesmo tempo, as lógicas territorial e capitalista do poder. Em suas palavras:

Imperialismo é uma palavra que sai facilmente da boca. Mas tem sentidos tão diferentes que seu uso é difícil sem que dele se dê uma explicação como termo antes analítico que polêmico. Defino aqui a variedade especial dele chamada "imperialismo capitalista" como uma fusão contraditória entre "a política do Estado e do império" (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e "os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo" (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia). Com a primeira expressão desejo acentuar as estratégias políticas, diplomáticas e militares invocadas e usadas por um Estado (ou por algum conjunto de Estados que funcionam como bloco de poder político) em sua luta para afirmar seus interesses e

³²⁸ Cf. Id, Ibid, p. 41.

³²⁹ Cf. Id, Ibid, pps. 42-43.

realizar suas metas no mundo mais amplo. Com esta última expressão, concentro-me nas maneiras pelas quais o fluxo do poder econômico atravessa e percorre um espaço contínuo, na direção de entidades territoriais (tais como Estados ou blocos regionais de poder) ou em afastamento delas mediante as práticas cotidianas da produção, da troca, do comércio, dos fluxos de capitais, das transferências monetárias, da migração do trabalho, da transferência de tecnologia, da especulação com moedas, dos fluxos de informação, dos impulsos culturais e assim por diante³³⁰.

E, assim, prossegue:

O fundamental é ver que as lógicas territorial e capitalista do poder diferem entre si. Porém é igualmente inegável que essas duas lógicas se entrelaçam de formas complexas e por vezes contraditórias. A literatura sobre o imperialismo e o império supõe com demasiada frequência um fácil acordo entre elas: que os processos político-econômicos são guiados pelas estratégias do Estado e do império e que os Estados e os impérios sempre agem a partir de motivações capitalistas. Na prática, é muito comum que essas duas lógicas vivam em confronto em algumas ocasiões a ponto de um total antagonismo. [...] A relação entre essas duas lógicas deveria, pois, ser vista como problemática e muitas vezes contraditória (ou seja, dialética) em vez de cooperativa ou unilateral. Essa relação dialética cria o arcabouço para uma análise do imperialismo capitalista em termos da interseção dessas duas lógicas diferentes mas interligadas. A dificuldade que afeta análises concretas de situações reais é manter os dois lados dessa dialética em movimento simultâneo, sem cair no modo de argumentação puramente político ou predominantemente econômico. Nem sempre é fácil determinar a importância relativa dessas duas lógicas na geração da mudança social e política³³¹.

No entanto, a especificidade do imperialismo capitalista se encontra na predominância da lógica tipicamente capitalista, ainda que a lógica territorial assuma protagonismo em alguns momentos. Como nos diz:

Em todo momento histórico-geográfico dado, uma ou outra dessas lógicas pode predominar. A acumulação do controle sobre territórios como fim em si tem claramente conseqüências econômicas, que podem ser positivas ou negativas da perspectiva da extração de tributos, dos fluxos de capital, da força de trabalho, das mercadorias etc. Mas o quadro se altera substancialmente numa situação em que o controle territorial (que pode ou não envolver a apropriação e a administração concretas de território) é considerado um meio necessário da acumulação de capital. O que distingue o imperialismo capitalista de outras concepções do império é que nele predomina tipicamente a lógica capitalista, embora, como veremos, haja momentos em que a lógica territorial venha para o primeiro plano. Mas isso evoca então uma dúvida crucial: como pode a lógica territorial do poder, que tende a estar desajeitadamente fixada no espaço, reagir à dinâmica espacial aberta da acumulação interminável do capital? E que implicações tem esta última para a lógica territorial do poder? Inversamente, se a hegemonia no sistema mundial é uma propriedade de um Estado ou de um conjunto de Estados, como pode a lógica capitalista ser administrada de modo a sustentar o *hegemon* [líder]? É lançada alguma luz sobre esse problema por uma arguta observação de Hannah Arendt: "Uma acumulação interminável de propriedade", escreveu ela, "tem de basear-se numa acumulação interminável de poder... O processo ilimitado de acumulação do capital requer a estrutura política de um 'Poder ilimitado' em tal grau que seja capaz de proteger o aumento da propriedade pelo aumento constante de seu poder³³²". Daí adveio, na opinião de Arendt, "a ideologia 'progressista' do final do século XIX", que "prenunciou a ascensão do imperialismo". Se, contudo, a acumulação do poder tem

³³⁰ Cf. Id, Ibid, pps. 31-32.

³³¹ Cf. Id, Ibid, pps. 33-34.

³³² Cf. ARENDT, p. 23 *apud* HARVEY, 2005, pps. 36-37.

de acompanhar necessariamente a acumulação do capital, a história burguesa tem de ser uma história de hegemonias que exprimem um poder sempre mais amplo e continuamente mais expansivo. E é justo isso que Arrighi registra em sua história comparada da passagem das cidades-estado italianas às fases holandesa e britânica e à atual fase norte-americana de hegemonia global³³³.

Logo, fica explícita a maneira com que interpreta o imperialismo capitalista: baseado em Hannah Arendt, admite o imperialismo como sendo “uma acumulação de capital acompanhada por uma acumulação de poder”, e apoiado em Arrighi, demonstra a sucessão de Estados hegemônicos ao longo do desenvolvimento capitalista, identificando “a atual fase de hegemonia global” perpetrada pelos Estados Unidos que, como já indicamos, procura expressá-la, articulando elementos de coerção e consentimento, ou a combinação de ambos. Cabe averiguar o modo com que avalia esta atual fase de hegemonia global, demarcada a partir dos anos 1970, período caracterizado pela hegemonia neoliberal.

Aqui a primeira orientação é analisar a lógica de acumulação e a lógica do poder via opressão do capital, ou seja, dedica-se aos processos moleculares da acumulação capitalista, demonstrando como a lógica capitalista atua sobre a lógica territorial na busca por “ordenações espaço-temporais” em torno do capital excedente. Essas ordenações são utilizadas para situarem a mobilidade do capital e a atuação do Estado pelo território, além de materializarem o modo desigual e combinado do capital e do poder político no uso da mediação das estruturas e mecanismos financeiros e institucionais. Com efeito, tais ordenações implicam, necessariamente, em ajustes na acumulação de capital provocando oscilações temporais. Resumidamente:

O quadro geral que surge, por conseguinte, é de um mundo espaço-temporal entrelaçado de fluxos financeiros de capital excedente com conglomerados de poder político e econômico em pontos nodais chave (Nova York, Londres, Tóquio) que buscam seja desembolsar e absorver os excedentes de maneiras produtivas, o mais das vezes em projetos de longo prazo numa variedade de espaços (de Bangladesh ao Brasil ou à China), seja usar o poder especulativo para livrar o sistema da sobreacumulação mediante a promoção de crises de desvalorização em territórios vulneráveis. [...] Conclui-se, pois, que o capitalismo sobrevive não apenas por meio de uma série de ordenações espaço-temporais que absorvem os excedentes de capital de maneiras produtivas e construtivas, mas também por meio da desvalorização e da destruição administradas como remédio corretivo daquilo que é em geral descrito como o descontrole fiscal dos países que contraem empréstimos. Como é de esperar;

³³³ Cf. HARVEY, 2005, pps. 36-37, grifos do autor. E segue: “Do mesmo modo como, no final do século XVII e no começo do século XVIII, o papel hegemônico tornou-se demasiado amplo para um Estado com as dimensões das Províncias Unidas [da Holanda], assim também, no começo do século XX, esse papel tornou-se amplo demais para um Estado com as dimensões e os recursos do Reino Unido. Em ambos os casos, o papel hegemônico recaiu sobre um Estado — o Reino Unido no século XVIII e os Estados Unidos no século XX — que viera a gozar de uma substancial “renda protetora”, ou seja, vantagens de custo exclusivas associadas com a insularidade absoluta ou relativa... Mas esse Estado era igualmente, em ambos os casos, dotado de peso suficiente na economia capitalista mundial para ter condições de inclinar o equilíbrio de poder entre Estados concorrentes na direção que julgasse adequada. E, como a economia capitalista mundial passara no século XIX por considerável expansão, o território e os recursos necessários para obter a hegemonia no começo do século XX eram bem superiores aos relativos ao século XVIII”. (ARRIGHI, p. 62 *apud* HARVEY, 2005, p. 37).

a própria idéia de que quem concede empréstimos irresponsavelmente deveria também ser considerado responsável é descartada de antemão pelas elites dirigentes. Reconhecê-lo exigiria que as abastadas classes proprietárias de todo o mundo fossem chamadas à ordem e instadas a cuidar antes de suas responsabilidades do que de seus direitos inalienáveis à propriedade privada e a uma taxa de lucros satisfatória³³⁴.

E, assim, assevera:

O lado sinistro e destrutivo da ordenação espaço-temporal como remédio para o problema da sobreacumulação torna-se um elemento tão crucial na geografia histórica do capitalismo quanto sua contraparte criativa de construção de uma nova paisagem para acomodar tanto a acumulação interminável do capital como a acumulação interminável do poder político. A crer na retórica oficial, o complexo de arranjos institucionais que servem de mediação aos fluxos de capital ao redor do mundo deveria estar voltado para sustentar e promover a reprodução expandida (o crescimento), evitar toda tendência de crise e tratar seriamente do problema da redução da pobreza. Mas, se esse projeto fracassar, sempre é possível buscar-se a acumulação por outros meios. Tal como a guerra com relação à diplomacia, a intervenção do capital financeiro com o apoio do poder do Estado equivale com freqüência à acumulação por outros meios. Uma diabólica aliança entre os poderes do Estado e os aspectos predatórios do capital financeiro forma as garras de um "capitalismo de rapina" que tem tanto de práticas canibais e desvalorizações forçadas quanto tem de alcançar o desenvolvimento global harmonioso. Como porém devemos interpretar esses "outros meios" de acumulação?³³⁵.

Em outras palavras, os processos moleculares do capital, por um lado, forçam os Estados a adotarem imperativos imperialistas, ou a “buscar-se a acumulação por outros meios”, mas, por outro lado, contraditoriamente, estas práticas imperialistas dependem do Estado, seja para o funcionamento de seus mecanismos internos, quanto também para a própria expansão enquanto acumulação de capital e poder. Acontece que, no novo imperialismo, segundo Harvey, esta acumulação via opressão do capital, isto é, acumulação puramente econômica, conta, sobretudo, com outro expediente, ao qual ele chama de “acumulação via espoliação³³⁶”.

Uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação ‘primitiva’ ou ‘original’ no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital é, por conseguinte, muito necessária, como observaram recentemente vários comentadores. Como parece estranho qualificar de ‘primitivo’

³³⁴ Cf. HARVEY, 2005, pps. 112-113.

³³⁵ Cf. Id, Ibid, pps. 113-114.

³³⁶ Para formular o conceito de “acumulação via espoliação”, o autor parte da leitura sobre as contribuições de Rosa Luxemburgo, considerando as relações entre o modo de produção capitalista e os outros modos de produção não capitalistas ou pré-capitalistas. Esta relação é vista por Harvey em termos de se tratar dos aspectos da acumulação apoiados nos métodos da pilhagem, da opressão, da fraude, da guerra, dentre outros. Além disso, parte também da leitura sobre as características da “acumulação primitiva” de Marx, admitindo que elas mantêm-se como um elemento estrutural no modo de produção capitalista, estando presentes atualmente, a exemplo: da expulsão de populações camponesas e na consequente formação de um proletariado sem terra (México); da privatização de recursos naturais; da supressão de formas alternativas de produção e consumo; do predomínio do agronegócio em detrimento da agropecuária familiar, da escravidão, principalmente na forma de comércio sexual e etc.

ou ‘original’ um processo em andamento, substituirei a seguir esses termos pelo conceito de ‘acumulação por espoliação’³³⁷.

Segue afirmando que:

a acumulação por espoliação ressurgiu de sua posição secundária anterior a 1970 e veio a ser um aspecto maior da lógica capitalista. De um lado, a liberação de ativos de baixo custo oferecia vastos campos para a absorção de capitais excedentes. De outro, proporcionou recursos para impor os custos da desvalorização dos capitais excedentes aos territórios e populações mais fracos e mais vulneráveis. Para que a volatilidade e as inúmeras crises de crédito e liquidez se tornassem uma característica da economia global, o imperialismo tinha que orquestra-las mediante instituições como o FMI para proteger da desvalorização os principais centros de acumulação do capital. E foi exatamente nisso que o complexo Wall-Street-Tesouro-FMI se empenhou com sucesso, em aliança com as autoridades europeias e japonesas, durante mais de duas décadas³³⁸.

Assim como estes mesmos mecanismos continuam presentes, em muitos outros casos se observa o aprimoramento ou até mesmo a (re)criação de novos, engendrados pelo(s) próprio(s) Estado(s) ou contando com seu forte apoio. Harvey elenca uma série deles, quando nos chama à atenção para, por exemplo, o sistema de crédito e o capital financeiro; os direitos de propriedade intelectual negociados na OMC (Organização Mundial do Comércio); a biopirataria; a mercadorização dos bens culturais, históricos e da criatividade intelectual; a corporativização e privatização de bens públicos; a regressão dos estatutos regulatórios referentes à proteção laboral e etc. Em se tratando dos Estados Unidos, no espectro da acumulação por espoliação, revela uma profusão delas, delineadas em diferentes intensidades e contextos, a saber: a “venda predatória” dos mercados de habitação; a “terapia de choque” após a dissolução da URSS; o deslocamento da produção para a China; a abertura forçada de mercados, sobretudo advinda do FMI e da OMC e a soberania de seu próprio mercado interno por meio de fortes medidas protecionistas, dentre outras.

Por outro lado, a “acumulação por espoliação” também assume proeminência em relação ao enfrentamento do problema da sobreacumulação³³⁹. Neste aspecto, adverte para a

³³⁷ Cf. Id, Ibid, pps. 120-121.

³³⁸ Cf. Id, Ibid, p. 150.

³³⁹ “[...] como a acumulação por espoliação ajuda a resolver o problema da sobreacumulação? A sobreacumulação, lembremos, é uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos. O termo-chave aqui é, no entanto, excedentes de capital. O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. No caso da acumulação primitiva que Marx descreveu, isso significava tomar, digamos, a terra, cercá-la e expulsar a população residente para criar um proletariado sem terra, transferindo então a terra para a corrente principal privatizada da acumulação do capital. A privatização (da habitação social, das telecomunicações, do transporte, da água etc., na Inglaterra, por exemplo) tem aberto em anos recentes amplos campos a ser apropriados pelo capital sobreacumulado. O colapso da União Soviética e depois a abertura da China envolveram uma imensa liberação de ativos até então não disponíveis na corrente principal da acumulação do capital”. (Id, Ibid, p. 124).

possibilidade de execução de três principais frentes que vem contribuindo em face deste enfrentamento: o primeiro seria o “projeto neoliberal de privatização de tudo”; o segundo seria “injetar matérias-primas baratas (como o petróleo) no sistema”, assim “os custos seriam reduzidos e os lucros aumentados” e a terceira seria “pela desvalorização dos ativos de capital e da força de trabalho existentes”. Acresce que, todas estas medidas exigiriam uma “orquestração” complexa e delicada do ponto de vista sistêmico, acarretando em crises regionais e demais desvalorizações. Todavia, contraditoriamente, elas desempenham um papel relevante para garantir a dinâmica do próprio sistema, repercutindo no próprio empenho dirigido à manutenção da hegemonia. Em suas palavras:

A mistura de coerção e consentimento no âmbito dessas atividades de barganha varia consideravelmente, sendo contudo possível ver agora com mais clareza como a hegemonia é construída por meio de mecanismos financeiros de modo a beneficiar o *hegemon* e ao mesmo tempo deixar os Estados subalternos na via supostamente régia do desenvolvimento capitalista. O cordão umbilical que une acumulação por espoliação e reprodução expandida é o *lhe dão* o capital financeiro e as instituições de crédito, como sempre com o apoio dos poderes do Estado³⁴⁰.

O que marca, portanto, a *especificidade do novo imperialismo repousa na ideia da necessidade do aumento da importância da acumulação por espoliação*.

Nada disso teria entretanto assumido a importância que hoje tem caso não tivessem surgido problemas crônicos de sobreacumulação de capital por meio da reprodução expandida, a que se associou uma recusa política de tentar uma solução para esses problemas por meio da reforma interna. O aumento de importância da acumulação por espoliação como resposta a isso, simbolizado pela ascensão de uma política internacionalista de neoliberalismo e privatização, se acha vinculado com a visitação de surtos periódicos de desvalorização predatória de ativos numa ou noutra parte do mundo. E esse parece ser o cerne da natureza da prática imperialista contemporânea. Em suma, a burguesia norte-americana redescobriu aquilo que a burguesia britânica descobriu nas três últimas décadas do século XIX, redescobriu que, na formulação de Arendt, "o pecado original do simples roubo", que possibilitara a acumulação original do capital, "tinha eventualmente de se repetir para que o motor da acumulação não morresse de repente³⁴¹". Se assim é, o "novo imperialismo" mostra não passar da revisitação do antigo, se bem que num tempo e num lugar distintos³⁴².

Em sequência, assim sintetiza sua definição de imperialismo capitalista:

O imperialismo do tipo capitalista surge de uma relação dialética entre as lógicas territorial e capitalista do poder. Essas duas lógicas se distinguem por inteiro, não podendo de modo algum reduzir-se uma à outra, mas se acham estreitamente entrelaçadas. Podem ser concebidas como relações internas uma da outra. Mas os resultados podem variar substancialmente no espaço e no tempo. Cada lógica faz surgir contradições que têm de ser contidas pela outra. A acumulação interminável do capital, por exemplo, produz crises periódicas no âmbito da lógica territorial devido à necessidade de criar uma acumulação paralela de poder político/militar. Quando o controle político se altera no âmbito da lógica territorial, os fluxos de capital também têm de se alterar para adaptar-se a isso. Os Estados regulam seus negócios segundo suas próprias regras e tradições peculiares, produzindo assim

³⁴⁰ Cf. Id, Ibid, p. 126, grifos do autor.

³⁴¹ Cf. ARENDT, p. 28 *apud* HARVEY, 2005, p. 148.

³⁴² Cf. Id, Ibid, p. 148.

estilos específicos de governo. Cria-se aqui uma base para desenvolvimentos geográficos desiguais, lutas geopolíticas e diferentes formas de política imperialista³⁴³.

Para a melhor compreensão destas distintas formas de política imperialista, aciona a dupla dialética (lógica territorial e lógica capitalista do poder e relações interiores e exteriores do Estado capitalista) com o intuito de indicar uma mudança interna na forma do imperialismo norte-americano: da versão neoliberal (1970-2001) à versão neoconservadora (2002-). Sigamos sua explanação:

[...] os imperialismos tal como os impérios, apresentam diferentes contornos e formas. Embora possa haver muito de contingente e acidental – e na verdade não poderia ser de outra forma, dadas as lutas políticas contidas na lógica territorial do poder –, creio que podemos avançar muito no estabelecimento de um sólido arcabouço interpretativo das formas distintivamente capitalistas de imperialismo recorrendo a uma dupla dialética, primeiro a das lógicas territorial e capitalista do poder e, em segundo lugar, a das relações interiores e exteriores do Estado capitalista. Pensemos, dessa ótica, no caso da recente mudança de forma do imperialismo nos Estados Unidos, da modalidade neoliberal para a modalidade neoconservadora³⁴⁴.

O que Harvey quer nos dizer é que, em última instância, *o novo imperialismo se afirma mediante a “coerção consentida”, no âmbito interno da sociedade americana e também no âmbito externo, sendo que estas relações “interiores e exteriores” do Estado capitalista estão vinculadas com as formas de imperialismo*. Nesse sentido, após a eleição de Bush, acredita na constituição de uma *nova modalidade imperialista neoconservadora* em que o poder econômico continua a se expressar via capital financeiro, mas tem colocado em ação os “músculos militares”. Ou seja, o que configura esta nova modalidade de imperialismo é o *uso mais exacerbado do domínio militar em detrimento da política de consentimento*, posto que, a rigor, tanto os neoliberais quanto os neoconservadores, representam os mesmos objetivos imperialistas, a despeito de suas diferenças táticas³⁴⁵.

Com efeito, atribui esta mudança tática a um sinal de fraqueza econômica e política enfrentada pelos Estados Unidos ao anunciar que “[...] a hegemonia e o domínio dos EUA estão mais uma vez sob ameaça, e desta vez o risco parece maior. Suas raízes estão no

³⁴³ Cf. Id, Ibid, p. 149.

³⁴⁴ Cf. Id, Ibid, pps. 149-150.

³⁴⁵ “O neoconservadorismo se sobrepõe ao neoliberalismo na crença de que os livres mercados de mercadorias e de capital contêm tudo o que é preciso para proporcionar a todos liberdade, bem-estar, sombra e água fresca. Na medida em que ficou demonstrado que isso é demonstravelmente falso, tudo o que os neoconservadores fizeram foi transformar a guerra limitada travada sob o neoliberalismo em todo o globo num dramático confronto que supostamente há de resolver os problemas de uma vez por todas. O neoconservadorismo vai dar prosseguimento a uma economia política fundada na acumulação por espoliação (sendo a expropriação do petróleo iraquiano o ponto de partida mais flagrante) e não fará absolutamente nada para conter a espiral de desigualdades que vem sendo produzida pelas formas contemporâneas de capitalismo. Na verdade, a julgar por suas políticas fiscais, os neoconservadores tudo farão para acentuar essas desigualdades, presumivelmente com a justificativa de que, a longo prazo, recompensar dessa maneira a iniciativa e o talento vai melhorar a vida de todos”. (Id, Ibid, p. 163).

emprego desequilibrado do capital financeiro como meio de afirmar a hegemonia³⁴⁶”. Daí a necessidade de se ressaltar o papel de possíveis forças contra-hegemônicas, em termos de *hegemons* regionais (a exemplo da União Europeia³⁴⁷) que, de alguma forma, oferecem dificuldades à manutenção da hegemonia estadunidense.

Diante do exposto, apresenta seu diagnóstico sobre as prováveis saídas para os problemas enfrentados pelos EUA, com reflexos para todos os países. Uma delas seria a própria renúncia à manutenção da trajetória imperialista, na qual poderia ser contornada pela revitalização de seu setor produtivo e a substituição do consumismo privado por projetos voltados para o bem-estar público. A segunda delas seria a construção de um novo *New Deal*. E, para finalizar, de maneira geral, acredita ainda na potencialidade da luta anticapitalista e anti-imperialista no mundo, embora atribua uma “cisão” nas lutas sociais e políticas, divididas entre a esquerda socialista, que enfatiza a centralidade da luta anticapitalista (reprodução ampliada), e os novos movimentos sociais, cuja ênfase recai nas lutas prioritariamente contra a espoliação.

Certamente, as contribuições de Ellen Wood e David Harvey tiveram o mérito de recolocar, em grande medida, o debate acerca do imperialismo - ainda que em termos do “novo imperialismo” - ao mesmo tempo em que permitiram apontar uma importante ressignificação do período dos “anos dourados” do capitalismo. Contudo, esta discussão não se restringiu apenas aos intelectuais dos países centrais, sendo que podemos verificar uma consistente interpretação acerca desta problemática, oriunda do campo marxista latino-americano, especialmente a partir das reflexões da historiadora marxista brasileira Virgínia Fontes, contidas no livro *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*, publicado em 2010.

Nesta obra, a autora procura compreender a “forma específica do capitalismo e do imperialismo contemporâneos”, além de entender o papel desempenhado pelo Brasil³⁴⁸. Antes de partir para a definição do capital-imperialismo, começa por indicar suas bases constitutivas, qual seja: as contribuições de Marx e as dos marxistas. Sobre Marx, extrai as categorias capital portador de juros e capital fictício. Em suas próprias palavras:

Vale dizer que o conjunto do processo segue tendo como solo a expansão da extração de valor, ou, melhor dizendo, de sobretrabalho sob a forma do mais-valor,

³⁴⁶ Cf. Id, Ibid, p. 65.

³⁴⁷ Para o autor, a União Europeia representa um *hegemon* regional em função de seu poderio financeiro e produtivo, mas que do ponto de vista de sua “lógica territorial de poder” ainda se mostra insuficiente frente aos EUA, dado que em termos militares, a UE continua subordinada à OTAN, liderada pelos EUA.

³⁴⁸ Por razões de limitação do escopo da tese, analisaremos apenas a maneira com que a autora desenvolve suas apreciações acerca do capitalismo e do imperialismo no período contemporâneo, ficando para outros trabalhos a parte de sua obra em que se debruça sobre os problemas específicos do Brasil.

mesmo se uma parte da remuneração do capital fictício está descolada de maneira imediata dessa produção. O capital portador de juros e sua derivação, o capital fictício, impõem um aprofundamento alucinado das exigências tirânicas da extração de sobretrabalho, a toda velocidade e sob quaisquer meios, sem pejo de comprometer para tanto não apenas a vida (e a morte) de milhares de trabalhadores, mas o conjunto das gerações futuras. Se a forma da remuneração do capital portador de juros e do capital fictício é diferenciada – e não entraremos nesse debate, por mais relevante que seja –, seu efeito social é similar: impor a ferro e fogo a subordinação geral do conjunto da população, reduzindo e alastrando todas as resistências à pura mercantilização de todas as relações sociais. Entretanto, quanto mais tais capitais expandem, de maneira descontrolada, a possibilidade de explorar a força de trabalho, mais abrem espaços para crises econômicas, crises do próprio capital, pois ao acelerarem as condições da concentração e da acumulação, colocam-se na posição de acirrades de todas as contradições do capital, de maneira simultânea, tornando-se potencializadores de crises crescentemente incontroláveis. Fomentam simultaneamente mais produção e mais massa monetária procurando aplicação rentável: abrem-se crises exatamente pelo excesso de concentração, seja pela superprodução de bens que não mais são realizáveis no mercado, seja pela própria superacumulação de capitais, que não encontram mais como rentabilizar-se na mesma proporção anterior. Pela destruição de parcela dos capitais, podem reconstituir-se novos equilíbrios intercapitalistas, embora à custa de enormes e crescentes sofrimentos sociais e ambientais³⁴⁹.

Se o capital portador de juros, e o seu derivado capital fictício, constituem as bases do capital-imperialismo, as expropriações representam o lado oculto da concentração de capital, sob a forma monetária, ao qual se impulsiona, de diversas maneiras, o desenvolvimento da acumulação de capital. Faz-se necessário recorrer então à apreensão de sua importância à dinâmica do capital.

Isso torna possível compreender as novas características das expropriações no período do capital-imperialismo multinacionalizado, pois recoloca a contradição entre expansão do capital-monetário hiperconcentrado e a correlata imposição de múltiplas, e até então impensáveis, expropriações sobre o conjunto da vida social, de maneira a converter todas as atividades humanas em formas de valorização do valor, ainda que desigualmente. A extração de mais-valor, voltada para valorizar tais massas crescentes de recursos concentrados, sob uma propriedade “abstrata”, associa trabalhadores em condições as mais diversas, desde a mais alta ciência até o trabalho infantil e/ou compulsório em condições degradantes, dos megaconglomerados a máfias diversas, ocorrendo em pontos diversos do planeta ou na mesma cidade, elos da mesma produção de mais-valor para o capital, mas totalmente segmentados. Não se trata de um desvio, ou de uma situação inusitada, mas da própria dinâmica perversa e socialmente dramática do capital³⁵⁰.

E, assim, prossegue:

[...] as expropriações são a contraface necessária da concentração exacerbada de capitais e que, menos do que a produção de externalidades, são a forma mais selvagem da expansão (e não do recuo) do capitalismo. Não se trata de um processo de retorno a modalidades anteriores, primitivas, mas de um *desenvolvimento do capital* que é, ao mesmo tempo, o aprofundamento da tragédia social. Essa é a marca original do capital – seu desenvolvimento propulsa a socialização da existência em escala sempre ampliada, mas somente pode ocorrer impondo processos dolorosos de retrocesso social. A socialização dos processos produtivos se aprofunda e expande sob o comando do capital, mas não promove por si mesma nem homogeneização,

³⁴⁹ Cf. FONTES, 2010, p. 39.

³⁵⁰ Cf. Id, Ibid, p. 74.

nem identidade imediata dos trabalhadores, que precisa ser por eles construída. Em si, ela encerra, sobretudo, gigantescas contradições. As expropriações não ocorrem de maneira homogênea e, ao contrário, ainda que incidindo sobre elementos similares (como a terra, as águas, direitos, etc.) em diferentes países, ocorrem de maneira extremamente desigual e contribuem para aprofundar desigualdades, também no interior das classes trabalhadoras. Mesmo na atualidade, quando algumas dessas expropriações são quase idênticas, e poderão vir a ter consequências igualmente desastrosas para todos, em especial as que vêm incidindo sobre as condições biológicas da reprodução, ou sobre bens coletivos (como as águas), atuam sobre situações concretas muito variadas e podem resultar em segregações e conflitos internos entre trabalhadores³⁵¹.

Sobre os marxistas, realiza um aprofundamento das leituras e debates teóricos e políticos de dois autores (Lênin e Gramsci), destacando suas contribuições relevantes que auxiliam junto à exploração das características de que compõe o capital-imperialismo. Em relação à Lênin, absorve suas reflexões em torno das questões teóricas que abrangem a organização contraditória dos monopólios, o novo papel dos Estados e sua centralidade, a noção da formação da aristocracia operária e as transformações nas condições de vida e na subjetividade de grande parte da classe trabalhadora europeia. No que tange à Gramsci, procura operar o desenvolvimento dos imperativos que “justificam” o processo de dominação exercido pelo capital-imperialismo³⁵², ao dizer que:

Gramsci, de maneira detalhada e minuciosa, procurou apreender seus determinantes históricos e culturais, através do transformismo. Os aparelhos privados de hegemonia assumiam uma nova centralidade, de maneira a estabelecer pontos de luta precoces em diferentes áreas da atuação e organização popular, para impedi-la, modificá-la, corrompê-la. Ao mesmo tempo, isso significava que a luta de classes se expandia para todos os setores da vida social. Certamente, não foi pequena a influência exercida pelos Estados Unidos, pelo americanismo e por seu padrão associativo. Os partidos políticos formais, ainda que conservando papel fundamental, se multiplicavam em diversas outras entidades associativas cumprindo o mesmo papel, informalmente, como a imprensa. Além desse traço interno, fortemente ressaltado por Gramsci, a transição ao capitalismo nos países retardatários europeus, em primórdios do século XX, ocorreu concomitantemente à simultânea expansão conflitiva e bélica para o exterior, através do controle territorial colonizador, condição imperialista que se evidenciou mesmo para países que, como a Itália, permanecia em condição dependente do aporte de capitais externos. Em outros termos, a transição capitalista de primórdios do século XX foi, ao mesmo tempo, uma luta pela extensão imperialista desigual dos países retardatários³⁵³.

³⁵¹ Cf. Id, Ibid, pps. 93-94, grifos da autora.

³⁵² “Concentraremos-nos, doravante, na arguta percepção de Gramsci sobre a generalização de aparelhos privados de hegemonia, fundamentais a meu juízo para compreender os desdobramentos posteriores do capital-imperialismo, conceito que somente pode ser plenamente compreendido através da reformulação gramsciana do conceito de sociedade civil. Para nossos propósitos, nos deteremos apenas no conceito de sociedade civil, relembrando porém que foi elaborado não apenas através da observação das novas modalidades de fortificação do Estado capitalista nas condições da expansão do sufrágio universal, mas também da análise das novas formas de convencimento que emergiam nos Estados Unidos no período do fordismo e que abrangiam o conjunto da existência, ou as condições psicofísicas dos trabalhadores”. (Id, Ibid, p. 123). Mais à frente: “Em Gramsci, o conceito de sociedade civil procura dar conta dos fundamentos da produção social, da organização das vontades coletivas e de sua conversão em aceitação da dominação, através do Estado”. (Id, Ibid, p. 133).

³⁵³ Cf. Id, Ibid, pps. 140-141.

A partir destas explanações preliminares, passa-se para o momento de definição do capital-imperialismo, advertindo a todos sobre o perfil ensaístico ao qual está se lançando, uma vez que se tratam ainda de hipóteses a serem desenvolvidas em trabalhos subsequentes.

Algumas hipóteses norteiam esta reflexão, mesmo que a argumentação subsequente seja ainda provisória. Compartilho da perspectiva de Lenin, baseada em Hilferding, de que ocorreu, na virada do século XIX para o XX, uma alteração substantiva que converteu o capitalismo concorrencial em imperialismo, ou capitalismo monopolista. Interessa-me sobretudo o modo pelo qual ocorrem transformações no mesmo processo histórico, o de expansão do capital, que, impulsionado por sua própria dinâmica interna e pelas contradições que potencializa, modifica-se ao mesmo tempo em que perpetua suas clivagens fundamentais. O crescimento do imperialismo, de forma não linear e atravessado de lutas sociais e contradições, também conduziu a um novo salto no patamar de acumulação de capital, impulsionado por um salto escalar no processo de expropriações sociais, primárias e secundárias, que altera quantitativa e qualitativamente, mais uma vez, seu teor ao longo dessa expansão. O aumento da concentração e centralização do capital agudizou de maneira extrema e contraditória o papel da pura propriedade capitalista diante de qualquer outra injunção social, humana ou ambiental. Estamos diante da mais extrema potencialização da propriedade capitalista *tout court*, que se torna abstrata, desigualitariamente socializada e extremamente destrutiva. Propriedade abstrata, pois o volume de concentração de capital supera as dimensões das empresas e de qualquer empreendimento singular, configurando-se como o fetiche máximo de uma potência cega da pura forma monetária. Socialização desigualitária, pois grupos interpenetrados de proprietários concorrentes defendem a propriedade do dinheiro de maneira colegiada, promovendo novas hierarquias no interior de uma própria classe dominante que se torna difusa, aprofundando a desigualdade em todas as esferas da vida social. Capturam recursos monetários de todas as instâncias sociais para imperativamente convertê-los em capital, também de maneira difusa. Por mais terrível que seja o adjetivo com que procuremos qualificar o capital-imperialismo atual, parecem todos pálidos atributos perante o processo em curso que, apesar das gigantescas crises sociais que provoca, segue em expansão³⁵⁴.

E, segue adiante, elencando as principais características do capital-imperialismo:

As três características do capital-imperialismo que assinalamos anteriormente – o domínio do capital monetário, expressando a dominação da pura propriedade capitalista e seu impulso avassaladoramente expropriador – resultaram em modificações profundas do conjunto da vida social, que atravessam o universo das empresas, o mundo do trabalho, a forma da organização política, a dinâmica da produção científica, a cultura; enfim, o conjunto da sociabilidade. No entanto, aprofundam um traço intrínseco, permanente e devastador do capital, desde seus primórdios: sua necessidade imperativa de reprodução ampliada, sua expansão em todas as dimensões da vida social³⁵⁵.

A preferência por adotar este tipo de conceito é exposta mais à frente:

Categorias como capitalismo tardio, especulação, parasitismo, horror econômico, incontrolabilidade ou senilidade expressam muitas de suas determinações, mas talvez não sejam suficientemente fortes para nos fazer compreender a extensão contemporânea da tragédia social dominada pelo capital-imperialismo que, tendencialmente devastando o conjunto da natureza, segue reinventando-a para novas devastações, ainda mais danosas, ao mesmo tempo que se volta resolutamente para a própria vida humana e social como espaços para sua expansão lucrativa. Sua destrutividade não apenas não impede o crescimento potencializado de suas exigências de acumulação, como ainda reforça a sua expansão. São transformações

³⁵⁴ Cf. Id, Ibid, pps. 145-146, grifos da autora.

³⁵⁵ Cf. Id, Ibid, p. 146.

escalares da mesma dinâmica social – expansão do capital, extração de valor, socialização do processo de produção contraposta à mais extrema concentração da propriedade dos recursos sociais de produção – que, no próprio curso de seu evoluir, introduzem modificações qualitativas³⁵⁶.

Isto posto, cabe proceder com o seu recorte temporal que, em grande medida, já se mostra intuitivo na própria definição assumida pela autora, senão vejamos:

[...] o uso do termo capital-imperialismo pretende deixar claro que, tendo se modificado na virada do século XIX para o XX, o capitalismo passou a expandir-se sob a forma de imperialismo e, ao fazê-lo, agregou novas determinações. Seu prolongamento no tempo não significou seu congelamento. Bem ao contrário, sua expansão envolveu modificações substantivas na sua forma de atuação. É, pois, do percurso, expansão e transformações do imperialismo que trataremos a seguir, sendo o capital-imperialismo sua forma atual³⁵⁷.

Em relação às modificações ocorridas na forma de atuação do capital-imperialismo, a historiadora admite dois momentos importantes na história do capitalismo, sendo o primeiro demarcado pelo último quartel do século XIX até o final da Segunda Guerra³⁵⁸, e o segundo engendrado desde o pós-guerra até o presente de nossos dias³⁵⁹. O aspecto fundamental que

³⁵⁶ Cf. Id, Ibid, pps. 146-147.

³⁵⁷ Cf. Id, Ibid, p. 154.

³⁵⁸ Assim resume a autora sobre o desenvolvimento histórico do capital-imperialismo: "O capital-imperialismo, tentacular e totalitário, aprofundou a generalização das relações capitalistas em alguns países secundários, em processo análogo à transição capitalista dos países retardatários, mas com peculiaridades muito diferentes dos processos históricos anteriores. As primeiras transições para o capitalismo, os casos inglês e francês, envolveram francas revoluções populares e a derrota (com intensidades diversas) das classes dominantes precedentes. A implantação do capitalismo em tais países acompanhou-se de intensas lutas e gerou fortes exigências de incorporação política, implementada de maneira depurada apenas em finais do século XIX. O segundo momento, abrangendo países como a Alemanha e a Itália, foi classicamente definido como a "via prussiana", "modernização conservadora" ou "revolução passiva", e envolveu um forte compromisso entre os setores dominantes, ao lado da repressão aos processos revolucionários, apesar de alguma incorporação de demandas dos trabalhadores, sob o controle do capital. O terceiro caso, o estadunidense, assumiu outras características, sendo um processo secular, cujo transcurso abrangeu desde a independência colonial até a guerra civil, opondo dois setores das classes dominantes, mas envolvendo toda a população na guerra contra o escravismo. Não experimentou, porém, uma extensão revolucionária, inclusive pelas condições peculiares de uma imensa fronteira agrícola, o que levou a expropriação a incidir primeiramente sobre a população indígena, em grande parte exterminada, e somente posteriormente sobre os pequenos colonos, ao lado da importação massiva de trabalhadores para as regiões urbanas. Porém, a guerra forjou direitos e formas de participação política abrangentes, para além da representação parlamentar. Nesses três exemplos rápidos de transição, seja pela conquista direta ou pela via de concessões pelo alto, ocorreu uma importante incorporação política de extensas massas trabalhadoras. Em todos eles, a expropriação até então se limitava à sua forma primária, incidindo sobre a terra e sobre meios diretos de produção. (Id, Ibid, pps. 209-210).

³⁵⁹ "No caso atual, a modalidade de transição capital-imperialista parece depender de duas submatrizes totalmente diferentes, mas com consequências sociais até aqui dramaticamente similares. A primeira matriz, compartilhada por Brasil e Índia, é a do desenvolvimento internamente desigual e combinado, similar apenas em parte à revolução passiva, por envolver um forte compromisso entre setores dominantes agrários e industriais. Porém, na base de tal compromisso, forjado sob as condições do primeiro imperialismo e expressando uma situação nacional de subordinação tensionada, estaria uma herança histórica, econômica e cultural de desigualdades calcadas na degradação das condições de vida e de trabalho, ao lado de enormes possibilidades de expropriação secundária, pela dimensão significativa das massas populares lançadas à existência sob o mercado em condições de uma competição acirrada entre os trabalhadores. Profundamente diversos, os dois países são dificilmente comparáveis, salvo na subalternização de extensas massas populares, e nas múltiplas expropriações a ritmos alucinantes. No outro extremo, estão Rússia e China, dois países cuja configuração deriva diretamente de experiências revolucionárias desembocando em capitalismo de Estado. Neles, a expropriação contemporânea é também dupla: a que incide sobre o campesinato, no caso chinês, base social anterior do processo

representa a passagem do imperialismo clássico para o capital-imperialista reside na ideia de que “o imperialismo dissolvia-se no capital-imperialismo que gerara e nutrira³⁶⁰”, ou seja, trata-se de dois processos temporalmente distintos, mas que acabam se sobrepondo a ponto do primeiro se dissolver no segundo³⁶¹. Na vigência do capital-imperialismo, porém, com a centralidade do capital portador de juros, os imperativos do capital acabam por transbordar-se:

[...] para todas as atividades da vida social e, onde não existem, precisa criá-las, como, por exemplo, através da expropriação de formas coletivas de existência para convertê-las em produção de valor (saúde, educação); da expropriação da própria condição biológica humana para convertê-la em mercadoria, já dominantes nos transgênicos e nas patentes de vida, mas apenas iniciando-se na própria genética humana³⁶².

Nesse sentido, vejamos melhor como a historiadora caracteriza a especificidade do capital-imperialismo.

Na segunda metade do século XX ocorreria uma efetiva ‘união íntima’ entre capitais de quaisquer origem, embora de outro tipo que, progressivamente perderia o formato de uma união evidente entre ‘espécies’ diversas de capitalistas, aproximando-se mais a formulação marxiana de concentração do capital sob pura forma monetária, do capital portador de juros ou, ainda, do processo da *pura propriedade de recursos sociais de produção*. Com isso, a concentração da propriedade superaria de fato a propriedade dos meios de produção, indo muito além de uma junção entre capitalistas industriais e bancários. O novo patamar de concentração deriva do impulso monopólico propiciado pelo estreitamento da relação entre dois tipos específicos de grandes capitalistas (o capitão de indústria e o banqueiro) característico do início (e de boa parte) do século XX, porém desembocou na constituição de imensos conglomerados multinacionais para, finalmente, se encaminhar em direção a uma propriedade quase descarnada do capital,

revolucionário, e a que vem incidindo sobre a propriedade pública, convertida em capital estatal ou privado; no caso russo, a conversão quase generalizada da propriedade estatal em capital e as expropriações de direitos sociais. O processo de modernização sob o controle estatal, na então União Soviética, envolveu uma urbanização e uma industrialização avançada, momentaneamente reduzida pela violenta reprivatização. No caso chinês, a expropriação parece incidir mais diretamente sobre a população camponesa, enquanto o partido-Estado, detentor do poder central, assegura uma forma de ajuste pelo alto entre a propriedade estatal do capital, o empresariado chinês e internacional. A unificar esse conjunto díspar de países, cuja permeabilidade às frentes móveis de ação internacional do capital é diversificada, uma forte base industrial ao lado de intensa concentração de capitais; sua integração aos padrões internacionais predominantes do capital-imperialismo; o baixo valor da força de trabalho em seus mercados nacionais quando comparada aos custos dos países centrais, além de seu adestramento e disponibilidade (necessidade) de mercado; finalmente, uma extensa retirada de direitos (ou sua inexistência)”. (Id, Ibid, pps 210-211).

³⁶⁰ Cf. Id, Ibid, p. 194.

³⁶¹ Neste ínterim, foram se inter-relacionando diversos elementos capazes de gerarem algumas transformações que se consolidam no imediato pós-Segunda Guerra Mundial. Aqui a autora assevera as principais alterações advindas com a nova escala atingida pela acumulação e pela concentração de capital, que passa a atuar em diferentes países do mundo: (i) a divisão internacional do trabalho se aprofunda; (ii) a inserção mundial dos países imperialistas (e seu alcance) se altera; (iii) a relação entre o campo e a cidade é profundamente modificada e (iv) são introduzidas inovações comportamentais e culturais em todo o mundo, fazendo surgir “formatos originais de organização política e econômica” e “modalidades de interconexão interimperialistas até então desconhecidas (Id, Ibid, p. 172)”. Todavia, para a autora, se, por um lado, o impacto destas transformações suscitou em alterações nos comportamentos das elites, das instituições internacionais, das empresas e dos indivíduos, por outro lado, repercutiu também em inúmeras formas de contestações sociais, a exemplo do Maio de 1968, na França, das quais se levantaram questões ligadas tanto às condições de trabalho como ainda pautas voltadas ao racismo, ao ambientalismo e ao feminismo.

³⁶² Cf. Id, Ibid, p. 203, grifos da autora.

transformando-se num capital-imperialismo tentacular e abrangendo alguns países até então periféricos³⁶³.

Esta “união íntima” assume agora uma “nova forma de concentração capital-imperialista”, na qual “não ocorre uma oposição entre capital financeiro ou bancário e capital industrial ou de serviços, ou ainda meramente especulativo: ela decorre de e impulsiona o crescimento de todas as formas de capital, *pornograficamente entrelaçadas*³⁶⁴”. Portanto,

[...] o capital-imperialismo demonstra o *parasitismo do conjunto das classes dominantes* diante da totalidade da população, característica de todas as formas de dominação de classes. Não é a atividade pessoal do proprietário que caracteriza ou descaracteriza a propriedade do capital, mas a relação social que o envolve. Jamais o parasitismo de uma classe inteira foi tão evidente e provavelmente jamais uma classe inteira devotou-se de maneira tão sistemática e científica a aprofundar formas de extração de mais-valor³⁶⁵.

Em síntese, a partir das contribuições dos marxistas estadunidenses Ellen Wood e David Harvey, como também da marxista brasileira Virgínia Fontes, o debate sobre o imperialismo é reacendido, principalmente nos termos da avaliação dos elementos que o diferem em relação à época do imperialismo clássico e que, por esta razão, implicam na necessidade de se repensar sobre o significado do período dos “anos dourados” do capitalismo.

Segundo estes importantes teóricos, o surgimento do “novo imperialismo” ou do “capital-imperialismo” constituem a forma de se compreender as mudanças suscitadas no capitalismo após a década de 1970. Como veremos no próximo – e último - capítulo desta Parte 2, a avaliação destas transformações remeteu para alguns autores à adoção de perspectivas que sustentam a existência de uma crise estrutural e sistêmica do próprio capitalismo.

³⁶³ Cf. Id, Ibid, p. 155, grifos da autora.

³⁶⁴ Cf. Id, Ibid, p. 198, grifos da autora.

³⁶⁵ Cf. Id, Ibid, p. 201, grifos da autora.

CAPÍTULO 6

DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL À CRISE DO SISTEMA-MUNDO

Ao contrário de grande parte dos autores discutidos até aqui, de cujas teses apresentam explicações acerca da crise *no* capitalismo, ocorrida nos anos de 1970, cabe desenvolver neste capítulo o exame dos estudos baseados na ideia da crise *do* capitalismo, isto é, da crise *estrutural* ou *sistêmica* do capitalismo. Para cumprirmos com este objetivo, nos valeremos das contribuições de Mészáros e de Wallerstein, procurando identificar os argumentos levantados por ambos a propósito da sustentação, no caso de Mészáros, da “ativação dos limites estruturais absolutos do sistema sóciometabólico do capital” e, no caso de Wallerstein, da “crise do sistema-mundo”.

Porém, antes de os analisarmos, procedemos com alguns comentários sobre o conceito de crise que, desde sempre, assumiu versões muito variadas. Tradicionalmente, dois aspectos chamam a atenção quando se trata da questão da crise. Em primeiro lugar, as crises designam o momento crítico de uma situação circunscrita em uma das esferas da existência (crise econômica, crise política, crise social, etc.) ao mesmo tempo em que se relaciona com um determinado nível da realidade (acontecimentos, conjuntura e estrutura). Assim tem sido o modo mais comum encontrado na reflexão acadêmica e no debate público.

A maioria dos autores inclusos neste trabalho, por exemplo, repercutem este modo de apreensão ao admitirem a crise dos anos de 1970 como uma crise econômica de caráter conjuntural, ou seja, uma crise que propiciou fundamentalmente transformações nas formas de produção e reprodução do capital. No campo propriamente da história do pensamento econômico, as teorias da crise costumam estar atreladas ao *mainstream*, onde se distinguem as crises gerais, que propiciam um colapso generalizado das relações econômicas e políticas de reprodução, das crises parciais e dos ciclos econômicos, que constituem um componente regular na trajetória do capitalismo.

Um ciclo econômico típico consiste no período de expansão da atividade econômica, seguido de uma recessão, até mesmo uma depressão, e de um novo movimento de ascensão ou de recuperação econômica. Estes ciclos são marcados temporalmente pelos ciclos de curto, médio e longo prazo. Os de curto prazo (de cerca de quarenta meses) são conhecidos como ciclos dos estoques ou *ciclo Kitchin*; os de médio prazo, (de cerca de seis a dez anos), são chamados de *ciclo Juglar* e, finalmente, os ciclos de longo prazo (de cerca de sessenta anos de

ascensão ou declínio da economia mundial), são identificados como *ciclos de Kondratieff*³⁶⁶. Nas abordagens mais críticas, os ciclos assumem a feição de ciclos de longa duração (tendências seculares), ciclos de média duração (ciclos de Kondratieff) e ciclos de curta duração, sendo adotado geralmente o termo das “ondas longas” para se relacionar os ciclos de Kondratieff com as tendências seculares. Na corrente marxista, entretanto, a crise é interpretada como um momento decisivo *no* e *do* modo de produção capitalista, envolvendo transformações no processo de acumulação de capital mediadas pela luta de classes³⁶⁷.

Acima de tudo, importa reter que a questão da crise *no* e *do* capitalismo está indissociavelmente ligada ao modo como se explica o funcionamento do próprio capitalismo e sua própria capacidade de expansão. Desta forma, podemos identificar pelo menos três linhas básicas a esse respeito: (i) a noção de que o capitalismo é capaz de se auto-reproduzir automaticamente; (ii) a noção de que, por si só, o capitalismo é incapaz de se auto-expandir, necessitando de expedientes que se encontram externos a ele e (iii) a noção de que o capitalismo apresenta limites em sua expansão que são inerentes às suas contradições internas. Na síntese de um importante estudioso sobre o assunto, temos que:

A questão verdadeiramente difícil sobre tal sociedade não é porque ela falha constantemente, mas porque continua funcionando. Dessa forma, é importante perceber que qualquer explicação de como o capitalismo se reproduz é ao mesmo

³⁶⁶ “O estudo dos ciclos econômicos está intimamente ligado ao das crises, que podem ser caracterizadas como um momento descontínuo e desastroso de uma evolução cíclica contínua. Embora tenha havido apenas três ciclos seculares, ou de Kondratieff, no período que vai de 1790 a 1950, a teoria dos ciclos longos divide-se em dois grupos. Os adeptos da teoria quantitativa da moeda explicam as ondas seculares de altas dos preços pelo aumento da massa monetária, e, no caso da conversibilidade do ouro, pelo aumento do volume de ouro em circulação. Outros destacam a influência das inovações técnicas que se sucederam no século XIX (vapor, ferrovias, petróleo e eletricidade), como enfatiza Schumpeter: com a instalação das novas formas de energia e de transporte, a demanda ultrapassou a oferta, provocando a alta dos preços. Essa corrente destaca a influência da abertura de novos mercados e a ação da guerra, pois os períodos de alta coincidem com a atividade bélica. A teoria dos ciclos curtos (do economista francês Clément Juglar, o primeiro a assinalar a natureza periódica das crises) divide-se em teorias exógenas e endógenas. As primeiras procuram as causas dos ciclos no meio exterior à economia. Desse modo, o ciclo econômico seria provocado por um ciclo físico (Jevons), psicológico (Pareto), técnico (Schumpeter) ou demográfico (Lösch). As teorias endógenas procuram as causas do ciclo no próprio processo econômico, visando a demonstrar basicamente a formação e a transmissão de um processo cumulativo de alta ou baixa dos preços e as razões da suspensão desse processo. Assim, Wicksell argumentou que isso se deveria à disparidade entre a taxa natural do juro e a taxa do mercado. Já Kaldor e Kalecki destacaram a idéia de expectativa de investimento, construindo um modelo econométrico de ciclo a partir do atraso entre a decisão do investimento e o resultado do investimento realizado. Outros modelos econométricos de ciclos, trabalhando com dados fornecidos ou não pela realidade, foram construídos por Leontief, pela escola sueca (Lundberg), e também por Harrod, Samuelson e Hicks, atualmente os mais conhecidos. A maioria das teorias dos ciclos baseia-se nas variáveis e determinantes do investimento e seus efeitos, vendo na renda nacional o mecanismo do multiplicador. Em combinação com o princípio do multiplicador, usa-se a teoria do acelerador para mostrar o ajustamento do grau de investimento à variação das vendas”. (SANDRONI, 1999, p. 98).

³⁶⁷ Faz-se notório ressaltar, por exemplo, o fecundo período entre o fim do século XIX e início do século XX, em que houve a promoção de um importante debate marcado por vários autores em torno da crise *no* e *do* capitalismo, no âmbito da II Internacional Comunista e da socialdemocracia alemã: Böhm-Bawerk, Schumpeter, Bernstein, Rosa Luxemburg, Hilferding, Lênin, Grossman, Kautsky, Trotsky, dentre outros. Posteriormente, no momento subsequente à Segunda Guerra Mundial, este debate é retomado, especialmente por Paul Sweezy, Paul Baran, Ernest Mandel etc.

tempo (implícita ou explicitamente) uma resposta à pergunta de como e por que ocorre a não-reprodução e vice-versa; em outras palavras, a análise da reprodução e a análise da crise são inseparáveis. Isso ocorre independentemente do fato de uma teoria em particular deixar explícita esta conexão. Na história do pensamento econômico, podemos distinguir três linhas básicas de análise sobre a reprodução capitalista. A primeira e a mais popular é a noção de que o capitalismo é capaz de se auto-reproduzir automaticamente. Ele pode ser suave e eficiente (para a teoria neoclássica), ou pode ser errático e esbanjador (para Keynes), mas tende a se auto-equilibrar. Acima de tudo, não existem limites necessários para o sistema capitalista ou à sua existência histórica: se deixado por si só (teoria neoclássica) ou se dirigido apropriadamente (Keynes), pode durar para sempre. Essa tem sido, naturalmente na teoria burguesa, a concepção dominante. A segunda posição toma o rumo oposto: argumenta-se aqui que, por si mesmo, o sistema capitalista é incapaz de se auto-expandir. Ele tem que crescer para sobreviver, mas exige alguma fonte externa de demanda (como o mundo não-capitalista) para que continue crescendo. Isso significa que, em última instância, a sua reprodução é regulada por fatores que se encontram fora do sistema: os limites do sistema são externos a ele. As diferentes escolas do subconsumo, incluindo as marxistas, têm sua origem nessa linha de pensamento. Por último, existe a posição de que, apesar de o capitalismo ser capaz de se auto-expandir, o processo de acumulação aprofunda as contradições internas nas quais ele se baseia, até que elas aflorem numa crise: os limites do capitalismo são internos a ele. Esta linha é quase que exclusivamente marxista e inclui, como explicações da crise, tanto a versão da queda da taxa de lucro como a da compressão de lucro. Cada uma das posições acima implica uma noção correspondente de crise, porque elas ocorrem e o que elas significam³⁶⁸.

Embora seja necessário reconhecer sérias ressalvas em relação à Shaikh (1983)³⁶⁹, o autor nos ajuda a sistematizar as principais teorias atinentes às crises. Em se tratando especificamente do campo marxista, quatro delas assumem posição de destaque: a primeira é a teoria do subconsumo (Baran, Sweezy e Rosa Luxemburgo (?)), a segunda é a teoria da desproporcionalidade (Tugan-Baranowsky), a terceira é a teoria da tendência da queda da taxa de lucro e a última é a teoria da compressão de lucro (*profit squeeze*). Não será o caso de avaliar uma a uma aqui, mas simplesmente demonstrar que estas teorias, ainda nos dias atuais, se mostram pertinentes para se avaliar as crises suscitadas no capitalismo. Nesse sentido, podemos ilustrar esta observação com o exemplo da crise econômica mais recente, ocorrida em 2008. Com base na literatura, é possível elencar pelo menos quatro contribuições:

(i) os que partem da tendência à queda da taxa de lucro enquanto causa desta crise econômica: Andrew Kliman (2009a, 2009b, 2010), Chris Harman (2008, 2009) e Guglielmo Carchedi (2009), ou aquele que assenta na redução do lucro industrial, em detrimento da acumulação de capital no setor financeiro, o eixo explicativo da nova configuração do capitalismo que entrou em crise: Robert Brenner (2009);

³⁶⁸ Cf. SHAIKH, 1983, p. 6.

³⁶⁹ A principal ressalva diz respeito à leitura de Shaikh, em nossa opinião errônea, em relação à Rosa Luxemburgo, à medida que o autor a situa no âmbito das teses subconsumistas. Para uma análise crítica, que procura afastar consistentemente essa “pecha” da autora polonesa, ver: FRANCO (2015, pps. 399-406).

(ii) aqueles que atribuem a tendência do capitalismo à incapacidade de realização do valor: Foster & Magdoff (2009) - situados em torno da revista *Monthly Review* - que atestam a tendência à estagnação e Michel Husson (2009a, 2009b) que admite a existência da manutenção de uma demanda deprimida, desde a década de 1980 até o presente momento;

(iii) os que atestam a financeirização do capitalismo para avaliar a crise atual: François Chesnais (2009, 2010a, 2010b), que associa a financeirização à sobreacumulação de capital na esfera produtiva e Costas Lapavistas (2009a, 2009b, 2010) e Paulo dos Santos (2009), que sustentam a financeirização da renda da classe trabalhadora na condição de um processo de expropriação financeira;

(iv) aqueles que enfatizam a crise recente a partir da lógica de acumulação de capital fictício: Carcanholo (2010), Paineira & Carcanholo (2009), Aquino e Cipolla (2008), Jarquin & Campanário *et all.* (2010), Carcanholo (2008, 2011) e Carcanholo e Sabadini (2009), em que a dialética do capital fictício está engendrada na trama da autonomização das formas funcionais do capital, consequente à maior complexificação e abstração da contradição entre o domínio privado da apropriação de mais-valia e a natureza social da produção de mais-valia, considerada como causa geral das crises econômicas do capitalismo.

Fica explícito, portanto, que a despeito da incorporação de novos elementos ou do peso de alguns novos fenômenos – caso da financeirização – as teorias desenvolvidas no campo marxista continuam influenciando decisivamente os termos da compreensão das causas da crise recente no capitalismo. Além disso, cumpre assinalar também o traço comum verificado em todos os autores: cada um deles empreendeu um entendimento da crise atual à luz dos desdobramentos da crise ocorrida na década de 1970. Assim, é fundamental deixar registrado aqui a importância que assume as teorias marxistas da crise em vista das elaborações do *mainstream*. Todavia, como já indicamos inicialmente, estamos voltados nesta seção para os autores dos quais a crise, da década de 1970, expressa a crise estrutural do capital, na formulação de Mészáros, e a crise sistêmica do “sistema-mundo”, na acepção de Wallerstein.

O filósofo marxista húngaro, István Mészáros, desponta como um autor crucial perante a discussão da crise estrutural. Suas contribuições intelectuais, aliada à militância socialista, representam elementos intrínsecos em torno das lutas pela superação do “sociometabolismo do capital”. Contando com uma produção que percorreu desde meados da década de 1950 até fins da década de 2010, quando de seu falecimento em 2017, Mészáros - antigo discípulo de Lukács - desenvolveu importantes estudos que resgatam a densidade e a

radicalidade da crítica marxista ao sistema de produção e reprodução social baseado no capital³⁷⁰.

Para compreendermos sua visão sobre esta questão, nos debruçamos em sua obra *Beyond Capital: Toward a Theory of Transition*, publicada em 1994, e traduzida no Brasil, em 2002, como *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Nesta obra, consolida a noção de crise estrutural a qual já vinha anunciando desde seus estudos ao longo da década de 1970, momento ao qual já identificava preliminarmente o caráter estrutural da crise do “sistema metabólico do capital”. Logo na introdução, deixa explícitos os sentidos atribuídos ao título do livro, ao dizer que:

O título deste volume – *Para além do capital* – deve ser entendido em três sentidos:

- 1) O significado central da expressão “além do capital” pretendido pelo próprio Marx quando empreendeu a monumental tarefa de escrever seu *O capital*. Neste sentido, significa ir além do *capital em si* e não meramente *além do capitalismo*.
- 2) Além da versão *publicada* de *O capital* de Marx, inclusive seu segundo e terceiro volumes impressos postumamente, bem como o *Grundrisse* e as *Teorias da mais-valia*. Todo o projeto a que Marx dedicou sua vida não permaneceu apenas *inacabado*, mas – segundo o plano rapidamente esboçado pelo autor em suas cartas e seus prefácios – só foi completado em seus estágios iniciais; portanto, não poderia refletir adequadamente suas intenções registradas.
- 3) Além do projeto marxiano em si, como ele poderia ser articulado sob as circunstâncias da ascendência global da sociedade de mercado no século XIX, quando as possibilidades de adaptação do capital como sistema de controle “híbrido” – que só se tornou plenamente visível no século XX – ainda estavam ocultas do exame teórico³⁷¹.

Mészáros procura estabelecer um conceito mais adequado de *capital*, que leve em consideração a importância da distinção entre ir além *do capital* e ir além *do capitalismo*. Capital expressa uma relação social - em sua formulação: a *relação capital* – que pode abranger múltiplas formas de manifestação sem, contudo, conseguir prescindir de certas condições necessárias.

Em todas as formas concebíveis da relação-capital desenvolvida – incluindo as formas pós-capitalistas – as condições necessárias são: (1) a *separação* e a *alienação* das *condições objetivas* do processo de trabalho do próprio trabalho; (2) a *imposição* de tais condições *objetivadas* e *alienadas* sobre os trabalhadores como um poder separado que exerce *comando sobre o trabalho*; (3) a *personificação do capital* como “*valor egoísta*” – com sua subjetividade usurpada e sua pseudopersonalidade – que persegue sua própria *autoexpansão*, com uma *vontade* própria (sem a qual não

³⁷⁰ Dentre os principais, destacam-se: *Marx's Theory of Alienation* (1970); *Aspects of History and Class Consciousness* (1971); *The Necessity Of Social Control* (1971); *Lukács Concept of Dialectic* (1972); *The Work of Sartre: Search for Freedom* (1979); *Philosophy, Ideology and Social Science: Essays in Negation and Affirmation* (1986); *The Power of Ideology* (1989); *Socialism Or Barbarism: Alternative To Capital's Social Order: From The American Century To The Crossroads* (2001); *The Challenge and Burden of Historical Time: Socialism in the Twenty-First Century* (2008); *The Structural Crisis of Capital* (2009); *Historical Actuality of The Socialist Offensive* (2009); *Social Structure and Forms of Consciousness: The Social Determination of Method* (2010); *Social Structure and Forms of Consciousness: The Dialectic of Structure and History* (2011) e, certamente, sua obra de maior fôlego: *Beyond Capital: Toward a Theory of Transition* (1994).

³⁷¹ Cf. MÉSZÁROS, 2002, pps. 45-46, grifos do autor.

poderia ser “capital-para-si” como controlador do sociometabolismo); uma vontade, não no sentido do “capricho individual”, mas no de definir como sua finalidade internalizada a realização dos imperativos expansionistas do capital em si (daqui a noção grotesca de “acumulação socialista”, a ser realizada sob o comando inquestionável do burocrata de tipo soviético; também é importante sublinhar aqui que não é o burocrata que produz o perverso sistema do capital de tipo soviético, por mais que ele esteja implicado em sua desastrosa condução, mas, antes, a forma de capital pós-capitalista herdada e reconstituída faz emergir sua própria personificação na forma do burocrata como o equivalente pós-capitalista do antigo sistema do capital orientado-para-a-extração-econômica que deu origem ao capitalista privado); e (4) a equivalente *personificação do trabalho* (isto é, a personificação dos trabalhadores como “trabalho” destinado a entrar numa relação de dependência ou contratual/econômica ou politicamente regulada com o tipo historicamente prevaiente de capital), confinando a identidade do sujeito deste “trabalho” às suas funções produtivas fragmentárias – o que ocorre quando pensamos na categoria de “trabalho” como o trabalhador assalariado sob o capitalismo ou ainda como o “trabalhador socialista” cumpridor e supercumpridor de normas sob o sistema do capital pós-capitalista, com sua forma própria de divisão horizontal e vertical do trabalho³⁷².

Ao atestarem a constituição de distintas e possíveis *formas do capital*, tais condições estão validando, na realidade, a conformação de um “sistema orgânico”, isto é, do próprio *sistema do capital* em curso.

Essas quatro condições básicas são constitutivas do “sistema orgânico” do capital e compatíveis com todos os tipos de transformações parciais sem que isso altere sua substância. O capital pode, portanto, mudar prontamente a *forma do seu domínio* enquanto estas quatro condições básicas não forem radicalmente superadas pela formação de um *sistema orgânico* alternativo, genuinamente socialista³⁷³.

O *sistema do capital* opera na condição de um *sistema orgânico de reprodução sociometabólica*, enredado pela autorreprodução ampliada do capital, cujo traço principal repousa em uma “perversa circularidade” que exerce “o modo mais poderoso de controle sociometabólico jamais conhecido na história”.

A questão é que, sem entender a *perversa circularidade* do sistema do capital – mediante a qual o trabalho, sob a forma de trabalho *objetivado, alienado*, se torna capital e, como *capital personificado*, enfrenta e domina o trabalhador –, não há como escapar do círculo vicioso da autorreprodução ampliada do capital como o modo mais poderoso de controle sociometabólico jamais conhecido na história. Pois, o poder que domina o trabalhador é o poder circularmente transformado do próprio trabalho social, que assume uma forma “atrofiada, travestida” e se afirma na “situação *fetichizada* em que o *produto é o proprietário do produtor*”. Em outras palavras, o “caráter social” etc., do trabalho do trabalhador o enfrenta, tanto “conceitualmente” como “de fato”, não apenas como alheio, mas hostil e antagônico, como também *objetivado e personificado* no capital. Assim, para ser capaz de romper o círculo vicioso do capital, como forma de controle sociometabólico, é necessário enfrentar o fetichismo do sistema em sua forma plenamente desenvolvida³⁷⁴.

³⁷² Cf. Id, Ibid, pps. 720-721, grifos do autor.

³⁷³ Cf. Id, Ibid, p. 721, grifos do autor.

³⁷⁴ Cf. Id, Ibid, p. 707-708, grifos do autor.

Nesse sentido, o sistema do capital enquanto modo de controle sociometabólico apresenta uma característica singular: a falsa impressão de que as personificações do capital estão no comando do sistema.

Como um modo de controle sociometabólico, o sistema do capital é singular na história também no sentido em que é, na verdade, um sistema de controle *sem sujeito*. As determinações e os imperativos objetivos do capital sempre devem prevalecer contra os desejos subjetivos – para não mencionar as possíveis reservas críticas – do *peçoal* controlador que é chamado a traduzir esses imperativos em diretrizes práticas. É por isso que as pessoas que ocupam os altos escalões da estrutura de comando do capital – sejam eles capitalistas privados ou burocratas do partido – só podem ser consideradas “personificações do capital”, independente do seu maior ou menor entusiasmo, como indivíduos particulares, ao pôr em execução os ditames do capital. Neste sentido, graças à estrita determinação de sua margem de ação pelo capital, os próprios atores humanos como “controladores” do sistema estão sendo de modo geral *controlados* e, portanto, em última análise, não se pode afirmar a existência de qualquer representante humano autodeterminante no controle do sistema³⁷⁵.

Por se tratar de um modo de controle sociometabólico, apoiado em um sistema de controle sem sujeito, aponta que não existe outra solução para os problemas engendrados pelo sistema do capital que não seja a própria *superação revolucionária* do sistema em sua totalidade, e não apenas de sua forma particular capitalista.

Nesse sentido, o sistema do capital constitui um círculo vicioso, porque “tudo o que é *posto* nele é também um *pressuposto*”. Para tornar realidade a tarefa histórica de um novo “postulado” – socialista – é necessário quebrar os “pressupostos” circulares do capital em todos os domínios, do controle do processo direto de produção nos empreendimentos particulares às práticas correlatas do Estado que a tudo abrangem. Em relação ao primeiro, é absolutamente necessário efetivar uma *unificação real*, e não meramente jurídica, dos “*elementos do processo de produção* historicamente *divididos*” como uma alternativa efetiva ao modo herdado de controle sociometabólico. Quanto às segundas, o processo de “fenecimento” do Estado é também uma questão de unificação progressiva. Nesse domínio, a *separação entre legalidade e administração estatal* necessariamente complementa e auxilia a reproduzir a *apropriação iníqua* do sistema do capital, baseado nas incuráveis iniquidades estruturais de um modo de produção que possui um comando separado/alienado sobre o trabalho. Assim, a questão de se ir *para além do capital* depende da capacidade ou incapacidade de os produtores associados criarem um novo “sistema orgânico” – genuinamente socialista e sustentável: uma totalidade social coerente que não apenas quebre o círculo vicioso da totalidade orgânica autossustentada do capital mas que também coloque em seu lugar um desenvolvimento irreversivelmente aberto. A tragédia das sociedades pós-capitalistas de tipo soviético foi o fracasso na realização dessa difícil tarefa histórica, na medida em que seguiram a “linha de menor resistência” – ao propor o socialismo sem radicalmente superar os *pressupostos materiais* do sistema do capital. Pois, dado o poder restaurador ativo dos constituintes da “totalidade orgânica” anteriormente estabelecida, elementos que não foram objeto de mudanças, a adoção da “linha de menor resistência” faz com que se caia de volta, mais cedo ou mais tarde, nas determinações reprodutivas do “sistema orgânico” objetivamente constituído que se está tentando deixar para trás. Marginalizar os capitalistas privados como o tipo antigo de personificação do capital está muito longe de assegurar o sucesso da revolução socialista³⁷⁶. Isto porque esta revolução não pode

³⁷⁵ Cf. Id, Ibid, pps. 125-126, grifos do autor.

³⁷⁶ Nesta linha de argumentação, é nítida a ideia de que as quatro características que compõem a relação capital podem passar por alterações, implicando em transformações parciais do sistema sem que, com isso, se modifique

significar tão somente um ato político desesperado, mas uma “revolução social” constantemente renovada (ou “revolução permanente”) dos produtores associados que deve “subordinar todos os elementos da sociedade a ela”. Ao mesmo tempo deve criar, a partir do sistema orgânico herdado mas progressivamente reestruturado, “os órgãos de que ainda carece” – para ser capaz de se tornar seu próprio tipo qualitativamente diferente de totalidade orgânica e irreversível. Um novo sistema orgânico irreversível para o passado retrógrado, mas criativamente aberto para com o futuro. Este é o significado vital da distinção marxiana – explícita ou implícita – entre *capital* e *capitalismo* para o presente e para o futuro³⁷⁷.

Uma vez estabelecida a compreensão crucial do significado de se *ir além do capital*, estabelece dois argumentos decisivos que fundamentam a necessidade da ofensiva socialista: *o primeiro se refere à incontrolabilidade do sistema sociometabólico do capital e o segundo diz respeito à existência de “limites absolutos” ao capital, destacando-se sobretudo a tendência crescentemente destrutiva*. Em relação ao primeiro ponto, assim coloca:

Antes de mais nada, é necessário insistir que o capital não é simplesmente uma “entidade material” – também não é [...] um “mecanismo” racionalmente controlável, como querem fazer crer os apologistas do supostamente neutro “mecanismo de mercado” (a ser alegremente abraçado pelo “socialismo de mercado”) – mas é, *em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico*. A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe *a mais* poderosa – estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos. No entanto, é irônico (e bastante absurdo) que os propagandistas de tal sistema acreditem que ele seja inerentemente *democrático* e suponham que ele realmente seja a base paradigmática de qualquer democracia concebível³⁷⁸.

Esta “estrutura totalizadora de controle” assume um papel “totalitário” à medida que configura dois elementos irretorquíveis presentes no sistema do capital: a função totalizadora torna o sistema mais dinâmico, ao mesmo tempo em que exerce uma estrutura de comando singular.

[...] o sistema do capital é, na realidade, o primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, não importa quão repressiva tenha de ser a

por completo o sistema do capital em sua totalidade. No caso dos sistemas de capital pós-capitalistas (presente nas tentativas incompletas de transição socialista do século XX), a ordem do capital mostrou sua força de inércia ao continuar perpetuando, ainda que sob bases distintas, por exemplo: a alienação do trabalho; o controle do capital sobre o sociometabolismo; o comando de controle através do gestor estatal e o imperativo “político” da extração do trabalho excedente, com a personificação do “trabalhador socialista”.

³⁷⁷ Cf. Id, Ibid, pps. 725-726, grifos do autor.

³⁷⁸ Cf. Id, Ibid, p. 96, grifos do autor.

imposição de sua função totalizadora em qualquer momento e em qualquer lugar em que encontre resistência. É verdade que esta característica torna este sistema mais dinâmico do que todos os modos anteriores de controle sociometabólico juntos. Contudo, o preço a ser pago por esse incomensurável dinamismo totalizador é, paradoxalmente, a *perda de controle* sobre os processos de tomada de decisão. Isto não se aplica apenas aos trabalhadores, em cujo caso a perda de controle – seja no emprego remunerado ou fora dele – é bastante óbvia (ainda que *The Economist*, que vê o mundo como se fosse um conto de fadas, possa caracterizar esta desagradável situação como “livre opção econômica”), mas até aos capitalistas mais ricos, pois, não importa quantas ações controladoras eles possuam na companhia ou nas companhias de que legalmente são donos como indivíduos particulares, seu poder de controle no conjunto do sistema do capital é absolutamente insignificante. Eles têm de obedecer aos imperativos objetivos de todo o sistema, exatamente como todos os outros, ou sofrer as consequências e perder o negócio³⁷⁹.

E segue afirmando:

Na qualidade de modo específico de controle sociometabólico, o sistema do capital inevitavelmente também se articula e consolida como *estrutura de comando* singular. As oportunidades de vida dos indivíduos sob tal sistema são determinadas segundo o lugar em que os grupos sociais a que pertençam estejam realmente *situados na estrutura hierárquica de comando do capital*. Além do mais, dada a modalidade única de seu metabolismo socioeconômico, associada a seu caráter totalizador – sem paralelo em toda a história, até nossos dias –, estabelece-se uma correlação anteriormente inimaginável entre *economia* e *política*. [...] o Estado moderno imensamente poderoso – e igualmente totalizador – se ergue sobre a base deste metabolismo socioeconômico que a tudo engole, e o *complementa* de forma indispensável (e não apenas servindo-o) em alguns aspectos essenciais. Portanto, não foi por acaso que o sistema do capital pós-capitalista de tipo soviético não tenha sido capaz de dar sequer um passo infinitesimal na direção do “encolhimento do Estado” (muito pelo contrário), embora isto fosse, desde o início e na verdade por excelentes razões, um dos mais importantes princípios orientadores e uma das preocupações práticas essenciais do movimento socialista marxiano³⁸⁰.

Em relação ao segundo ponto, sustenta quatro eixos que aglutinam as contradições que estariam levando à ativação dos limites absolutos do capital³⁸¹: (i) a contradição entre a expansão transnacional do capital e os Estados nacionais³⁸²; (ii) a eliminação das condições

³⁷⁹ Cf. Id, Ibid, pps. 97-98, grifos do autor.

³⁸⁰ Cf. Id, Ibid, p. 98, grifos do autor.

³⁸¹ “Em primeiro lugar, esses limites absolutos do sistema do capital ativados nas atuais circunstâncias não estão separados, mas tendem, desde o início, a ser inerentes à lei do valor. Neste sentido, eles correspondem de fato à “maturação” ou plena afirmação da lei do valor sob condições marcadas pelo encerramento da fase progressista da ascendência histórica do capital. E, *vice-versa*, pode-se dizer que a fase progressista da ascendência histórica do capital chega ao encerramento precisamente porque o sistema global do capital atinge os limites absolutos além dos quais a lei do valor não pode ser acomodada aos seus limites estruturais. O segundo aspecto está intimamente relacionado a esta circunstância. [...] o problema ameaçador para um futuro não muito distante não é simplesmente o fato de que os tipos dinâmicos de relacionamento expansionista manifestos no passado [...] já não podem mais continuar sendo positivamente sustentados. É algo bem pior. Nas condições do desenvolvimento histórico que hoje se desdobram, esses quatro conjuntos de forças interativas já não representam apenas uma ausência (que por si só já seria bastante ruim), mas um *impedimento atuante* para a acumulação tranquila do capital e o funcionamento futuro do sistema global do capital. Portanto, a ameaça da incontrollabilidade lança uma sombra muito longa sobre todos os aspectos objetivos e subjetivos do modo historicamente singular de que o capital dispõe para controlar a ininterrupta reprodução sociometabólica”. (Id, Ibid, pps. 226-227, grifos do autor).

³⁸² Mézários não acredita na possibilidade de constituição de um governo mundial do capital em substituição ao sistema mundial de Estados, mesmo que a “estrutura totalizadora de comando político” proveniente em cada Estado nacional tenha entrado em contradição as estruturas de reprodução material do capital global. Em sua

naturais da reprodução sociometabólica³⁸³; (iii) a liberação das mulheres enquanto questão da igualdade substantiva³⁸⁴ e (iv) o desemprego crônico³⁸⁵. De maneira sintética, nos diz:

A sombra da incontrolabilidade [...] está cada vez mais escura. Sob as condições de sua ascendência histórica, o capital teve condições de administrar os antagonismos internos de seu modo de controle por meio da dinâmica do *deslocamento expansionista*. Agora estamos diante não apenas dos antigos antagonismos do sistema, mas também da condição agravante de que a dinâmica expansionista do deslocamento tradicional também se tornou problemática e, em última análise, inviável. Isto é verdade não apenas no que se refere à contradição entre o capital transnacional e os Estados nacionais, assim como a invasão do ambiente natural devido aos imperativos da reprodução autorreprodutora, mas também com relação aos limites estruturais absolutos encontrados pela transformação do tradicional “exército de reserva do trabalho” numa explosiva “força de trabalho supérflua” – ainda assim e ao mesmo tempo mais necessária do que nunca para possibilitar a reprodução ampliada do capital – com implicações particularmente ameaçadoras para todo o sistema resultantes da desestabilização de seu núcleo. Com relação à demanda de igualdade substantiva, a que o capital é absolutamente avesso, ela representa um problema diferente mas não menos sério. Pois a demanda afirmou-se nas últimas décadas de forma irreprimível, trazendo consigo complicações insolúveis para a “família nuclear” – o microcosmo da ordem estabelecida – e, dessa forma, dificuldades proibitivas para a garantia da reprodução continuada do sistema de valores do capital. Como tentativa de tomar o controle da incontrolabilidade do sistema, estamos sujeitos a uma tendência de determinações *crescentemente políticas* nos desenvolvimentos econômicos do século XX. Isso significa uma reversão do longo período de ascensão histórica do capital em que as determinações econômicas predominavam no processo de reprodução sociometabólica. As transformações pós-capitalistas do sistema do capital que conhecemos foram parte integrante desta reversão da tendência anterior. Mas não foram, de modo algum, as únicas formas de intervenção do Estado a mostrar pouco ou nenhum sucesso. O New Deal de Roosevelt esteve longe de resolver o problema do desemprego nos Estados Unidos [...] e as estratégias keynesianas de intervenção estatal em larga escala na economia durante o pós-guerra chegaram todas a um final melancólico. Além disso, a tentativa contraditória da direita radical de “reduzir as fronteiras do Estado” por meio de aumento da atividade do Estado na regulação do desenvolvimento econômico (mesmo não sendo de tipo keynesiano) – ainda elogiada em jornais econômicos – não produziram melhor resultado. Entretanto, mesmo se a perspectiva de sucesso for muito precária, com base em toda a evidência histórica, a tendência de interferência importante do Estado no controle de processos socioeconômicos provavelmente há de continuar, e até mesmo intensificar-se – talvez até pela imposição de estratégias propostas de “protecionismo regional”. De fato, o que torna essa tendência de envolvimento político direto particularmente clara é o fato de que

visão: “[...] os limites absolutos do sistema são ativados sempre que antagonismos cada vez mais sérios dos intercâmbios globais materiais e políticos exigem soluções verdadeiramente positivas, mas o modo profundamente arraigado de controle sociometabólico do capital é estruturalmente incapaz de oferecê-las”. (Id, Ibid, p. 245).

³⁸³ Mészáros (2002) atribuiu a eliminação das condições naturais da reprodução sociometabólica em função do caráter incontrolável e incessante do capital à acumulação. A transmutação da destruição produtiva para a produção destrutiva implica que o planejamento racional e sustentado de todos os recursos naturais e humanos apresenta-se de modo incapaz para a realização do capital.

³⁸⁴ O autor (2002) entende que a emancipação das mulheres não pode estar apenas vinculada à igualdade puramente formal e ao mesmo circunscrita ao microcosmo da vida privada e familiar. Ela precisa afetar, no macrocosmo da reprodução sociometabólica, o sistema hierárquico e desigual do capital.

³⁸⁵ Segundo Mészáros (2002), o aumento do desemprego crônico atinge tanto os países periféricos como também os países centrais. Admite que o impulso para reduzir globalmente o tempo de trabalho necessário a um valor mínimo manifesta-se enquanto uma tendência que coloca parte da classe trabalhadora numa posição de força de trabalho crescentemente supérflua.

ela tem de ser mantida e ampliada apesar de seus resultados pouco tranquilizadores³⁸⁶.

Segundo o autor, é no bojo do período do após-guerra que devemos localizar um dos aspectos mais nefastos da incontrolabilidade do capital, situado pelas ativações dos seus limites absolutos: *a transmutação da produção orientada para o consumo para a produção orientada para a destruição*. Mészáros assevera que, ao longo dos “anos dourados”, o deslocamento tradicional dos limites do sistema do capital estava lidando com a saturação dos mercados e a constante ameaça de superprodução. Isso implicou ao capital a necessidade de

perseguir uma estratégia de ‘realização’ que não apenas superasse as limitações imediatas das demandas flutuantes de mercado, mas ao mesmo tempo tivesse sucesso em se livrar radicalmente dos *constrangimentos estruturais* do valor-de-uso enquanto associado às necessidades humanas e consumo real³⁸⁷.

A estratégia do capital neste momento visava “desvincular” a produção do consumo, mas devido ao fato da produção não poder se tornar absolutamente independente das necessidades humanas, a saída caminhou em duas direções simultaneamente: (i) a criação do Complexo Industrial Militar³⁸⁸ e (ii) a intensificação da “obsolescência planejada ou programada”, sendo ambas influenciadas pela taxa de utilização decrescente³⁸⁹. Foram estas

³⁸⁶ Cf. Id, Ibid, pps. 343-344, grifos do autor.

³⁸⁷ Cf. Id, Ibid, p. 678, grifos do autor.

³⁸⁸ A criação do Complexo Industrial Militar envolve muitos elementos: (i) exige a alocação de um montante maciço e crescente dos recursos humanos e materiais da sociedade; (ii) explicita o caráter destrutivo do capital a partir da necessidade de produção de mecanismos e armas de extermínio; (iii) podem efetivar a possibilidade de destruição do planeta; (iv) realiza a subsumção da demanda à produção e (v) torna-se um elemento crucial para o desenvolvimento e para a reprodução capitalista. Para o autor, este novo sistema está caracterizado, “[...] por um lado, pela subutilização institucionalizada tanto de forças produtivas como de produtos e, por outro, pela crescente, mais constante do que brusca, dissipação ou destruição dos resultados da superprodução, por meio da redefinição prática da relação oferta/demanda no próprio processo produtivo convenientemente reestruturado. É precisamente esta importante mudança na relação entre produção e consumo que habilita o capital a se livrar, *por enquanto*, dos colapsos espetaculares do passado”. (Id, Ibid, pps. 696-697, grifos do autor).

³⁸⁹ A taxa de utilização decrescente guarda relação mais imediata com os avanços na produtividade, à medida que estes avanços correspondem a mudanças no padrão de consumo, nos instrumentos e meios que produzem as mercadorias e na própria atividade produtiva. Fosse assim tratada, o problema do processo de produção de bens de consumo poderia ser contornado pela maior velocidade de circulação das mercadorias e maior artificialidade do consumo. No entanto, Mészáros adverte que todos estes expedientes esbarram na criação dos limites absolutos do capital e em sua capacidade de destruição do planeta. Um dos melhores exemplos em relação a isso reside no investimento pesado na produção de consumo destrutivo alimentado pelo Complexo Industrial Militar, em que se verifica o desperdício de recursos materiais e humanos numa escala nunca antes vista, mas cuja lógica implica apenas na necessidade de auto-reprodução do capital. Acontece que, ainda de acordo com o autor, a taxa de utilização em sua variante capitalista levou ao limite o nível de desperdício a partir da década de 1970. Em suas palavras: “Tanto a contribuição do trabalho para a redução produtiva do tempo de trabalho necessário como o imperativo objetivo do capital, de converter para seu uso ganhos do trabalho, trazem consigo a taxa de utilização decrescente em diversos planos; desde o modo de funcionamento do próprio trabalho vivo (assumindo com o passar do tempo a forma de desemprego crescente) até a superprodução/subutilização de mercadorias e o uso cada vez mais perdulário da maquinaria produtiva. A única saída concebível de tais contradições, do ponto de vista do trabalho – a saber, a adoção generalizada e a utilização criativa do *tempo disponível* como o princípio orientador da reprodução societária – é, naturalmente, um anátema para o capital, pois não pode ser adaptada à sua estrutura de valorização e de autorreprodução expansiva. Assim, o impulso para a multiplicação de riqueza reificada e pelo incremento concomitante em forças produtivas abstratas da sociedade não pode ser detido,

as vias adotadas pelo sistema do capital para orquestrar o deslocamento dos seus limites: as concessões ao trabalho conformadas pelo *Welfare State*, ao contrário de enfraquecer o capital, contribuíram decisivamente para manter a dinâmica expansionista do sistema, ainda que de maneira não infalível, pois, em certa medida, cumpriram o papel de acentuarem os limites absolutos do sistema do capital, amplificando o seu grau de destrutividade.

Em outras palavras, no período dos “anos dourados” assistimos a “dissociação” entre produção e consumo, a vinculação da demanda à produção, a amplitude inimaginável da conversão do trabalho em valor de troca com a “retirada” do valor de uso do processo produtivo, exprimindo um nível altamente exacerbado de alienação que, tomados em conjunto, culminou na potencialização do caráter destrutivo do capital. A partir daí, a manutenção da expansão do sistema do capital encontra-se obstaculizada pela ativação dos limites absolutos, assumindo cada vez mais um caráter perdulário, à medida que representa um “desafio direto à própria sobrevivência da humanidade”, expressando a emergência de uma crise estrutural: *o deslocamento dos limites do sistema do capital ao longo do pós-guerra lançaram as bases para o surgimento da crise estrutural.*

quaisquer que sejam suas implicações para a taxa de utilização decrescente e para o desperdício associado na administração dos recursos materiais e humanos da sociedade”. (Id, Ibid, p. 668, grifos do autor). A taxa de utilização decrescente afeta negativamente as três “dimensões” da produção e do consumo: (i) bens e serviços – aqui o capital procura estabelecer uma produção de mercadorias baseada na obsolescência programada; (ii) instalações e maquinarias – neste âmbito, o capital recorre ao complexo industrial-militar com o intuito de compor, com a redução da taxa de utilização, uma margem mais segura para a sua expansão (o complexo industrial-militar expressa a combinação mais adequada entre a máxima expansão possível e a taxa de utilização mínima.); (iii) força de trabalho – neste aspecto, o capital somente desencadeará uma taxa decrescente de utilização do trabalho vivo (desemprego em massa), caso as outras duas dimensões não forem suficientemente capazes de contornar as dificuldades do processo de expansão de capital, ainda que o autor sustente a possibilidade para o capital da busca pela extração da mais-valia absoluta. Para Mészáros, portanto, esta forma de expansão ou de deslocamento do capital não é infalível e a partir do momento em que vemos ativadas os limites absolutos do capital, mostram-se ainda mais limitada: “[...] o capitalismo contemporâneo atingiu um estágio em que a *disjunção radical* entre produção genuína e autorreprodução do capital não é mais uma remota possibilidade, mas uma realidade cruel com as mais devastadoras implicações para o futuro. Ou seja, as barreiras para a produção capitalista são, hoje, suplantadas pelo próprio capital de formas que asseguram inevitavelmente sua própria reprodução – em extensão já grande e em constante crescimento – como *autorreprodução destrutiva*, em oposição antagônica à *produção* genuína. Nesse sentido, os limites do capital não podem mais ser conceituados como meros obstáculos materiais a um maior aumento da produtividade e da riqueza sociais, enfim como uma *trava* ao desenvolvimento, mas como um desafio direto à própria sobrevivência da humanidade. Em outro sentido, os limites do capital podem se voltar contra ele, como mecanismo controlador todo-poderoso do sociometabolismo, não quando seus interesses vierem a colidir com o interesse social geral de aumentar as forças da produção genuína – o primeiro impacto de tal colisão pôde ser sentido, de fato, há muito tempo –, mas somente quando o capital já não for mais capaz de assegurar, por quaisquer meios, as condições de sua *autorreprodução destrutiva*, causando assim o colapso do sociometabolismo global”. (Id, Ibid, p. 699, grifos do autor). E assim, assevera: “[...] o Estado capitalista precisa agora assumir um papel intervencionista direto em *todos os planos* da vida social, promovendo e dirigindo ativamente o consumo destrutivo e a dissipação da riqueza social em escala monumental. Sem esta *intervenção direta* no processo sociometabólico, que age não mais apenas em situações de emergência mas em *base contínua*, torna-se impossível manter em funcionamento a extrema perdularidade do sistema capitalista contemporâneo”. (Id, Ibid, p. 700, grifos do autor).

Para tanto, a crise do capital, iniciada nos anos de 1970, trouxe uma novidade histórica, marcada por quatro aspectos fundamentais.

A novidade *histórica* da crise de hoje torna-se manifesta em quatro aspectos principais: (1) seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) seu *alcance* é verdadeiramente *global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); (3) sua *escala de tempo* é extensa, contínua, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, *seu modo* de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia³⁹⁰.

Na crise estrutural, o esgotamento das energias a que se refere o autor diz respeito às três dimensões centrais do capital: produção, consumo e circulação/distribuição/realização. Assim nos esclarece:

No curso do desenvolvimento histórico real, as três dimensões fundamentais do capital – produção, consumo e circulação/distribuição/realização – tendem a se fortalecer e a se ampliar por um longo tempo, provendo também a motivação interna necessária para a sua reprodução dinâmica recíproca em escala cada vez mais ampliada. Desse modo, em primeiro lugar, são superadas com sucesso as limitações *imediatas* de cada uma, graças à interação entre elas. (Por exemplo, a barreira imediata para a produção é positivamente superada pela expansão do consumo e vice-versa.) Assim, os limites parecem verdadeiramente ser meras barreiras a serem transcendidas, e as contradições imediatas não são apenas deslocadas, mas diretamente utilizadas como alavancas para o aumento exponencial no poder aparentemente ilimitado de autopropulsão do capital. Realmente, não pode haver qualquer crise *estrutural* enquanto este mecanismo vital de autoexpansão (que simultaneamente é o mecanismo para transcender ou deslocar internamente as contradições) continuar funcionando. Pode haver todos os tipos de crises, de duração, frequência e severidade variadas, que afetam diretamente uma das três dimensões e *indiretamente*, até que o obstáculo seja removido, o sistema como um todo, sem, porém, colocar em questão os *limites últimos* da estrutura global. (Por exemplo, a crise de 1929-33 foi essencialmente uma “crise de realização”, devido ao nível absurdamente baixo de produção e consumo se comparado ao período pós-guerra.) Certamente, a crise estrutural não se origina por si só em alguma região misteriosa: reside dentro e emana das três dimensões internas acima mencionadas³⁹¹.

E continua:

A crise estrutural do capital que começamos a experimentar nos anos 70 se relaciona, na realidade, a algo muito mais modesto que as tais condições absolutas. Significa simplesmente que a tripla dimensão interna da autoexpansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema. As dimensões internas e condições inerentes à autoexpansão do capital constituíram desde o início uma unidade *contraditória*, e de modo algum não problemática, na qual uma tinha que ser

³⁹⁰ Cf. Id, Ibid, pps. 795-796, grifos do autor.

³⁹¹ Cf. Id, Ibid, p. 798, grifos do autor.

“subjugada” à outra (como Marx colocou: para “subjugar todo momento da produção em si à troca”) de modo a fazer funcionar o complexo global. Ao mesmo tempo, enquanto a reprodução ampliada de cada uma pudesse continuar imperturbada – isto é, enquanto fosse possível cavar buracos cada vez maiores para encher com a terra assim obtida os buracos menores cavados anteriormente –, não só cada uma das dimensões internas contraditórias poderia ser fortalecida separadamente como elas também poderiam funcionar em uma harmonia “contrapontual”. A situação muda radicalmente, porém, quando os interesses de cada uma deixam de coincidir com os das outras, até mesmo em última análise. A partir deste momento, as perturbações e “disfunções” antagônicas, ao invés de serem absorvidas/dissipadas/desconcentradas e desarmadas, tendem a se tornar *cumulativas* e, portanto, *estruturais*, trazendo com elas um perigoso bloqueio ao complexo mecanismo de *deslocamento das contradições*. Desse modo, aquilo com o que nos confrontamos não é mais simplesmente “disfuncional”, mas potencialmente muito explosivo. Isto porque o capital nunca, jamais, *resolveu* sequer a menor de suas contradições. Nem poderia fazê-lo, na medida em que, por sua própria natureza e constituição inerente, o capital nelas *prospera* (até certo ponto, com relativa segurança). Seu modo normal de lidar com contradições é intensificá-las, transferi-las para um nível mais elevado, deslocá-las para um plano diferente, suprimi-las quando possível, e quando elas não puderem mais ser suprimidas exportá-las para uma esfera ou um país diferente. É por isso que o crescente bloqueio no deslocamento e na exportação das contradições internas do capital é potencialmente tão perigoso e explosivo³⁹².

Nesse sentido, a crise estrutural origina-se não simplesmente das disfunções individuais e separadas das três dimensões do capital, enquanto bloqueio das partes constituintes vitais, mas, sobretudo, em função do *bloqueio sistemático* destas partes tomado pela totalidade (“extensiva” e “intensiva”³⁹³). Por essa razão, a crise estrutural opera em múltiplas dimensões.

³⁹² Cf. Id, Ibid, pps. 799-800, grifos do autor.

³⁹³ “Ao estourar a crise em 1929, o capital havia alcançado as fases finais de sua transição da “totalidade extensiva” para a incansável descoberta e exploração dos territórios escondidos da “totalidade intensiva”, como resultado do grande impulso produtivo recebido durante a Primeira Guerra Mundial e durante o período de reconstrução do pós-guerra. Embora os diferentes países tenham sido afetados de formas diferentes (dependendo do grau relativo de desenvolvimento do capital e da sua situação como vencedores ou perdedores), as novas contradições emergiram essencialmente porque os avanços produtivos qualitativos do período já não podiam ser contidos nos limites das relações de poder historicamente antiquadas da “totalidade extensiva” predominante. [...] Não surpreendentemente, portanto, o imperativo de um novo início se cristalizou durante a “Grande Crise Mundial”. As pressões devastadoras dessa crise aparentemente sem fim tornaram abundantemente claro que o capital dos Estados Unidos tinha que remodelar todo o mundo do capital à sua própria imagem, mais dinâmica, e que não havia outra alternativa, caso se quisesse superar não somente as condições críticas imediatas, mas também a perspectiva de uma depressão crônica. [...] Como o imperativo de um novo início havia surgido com base no grande avanço produtivo e na crise criada por sua interrupção, a nova estratégia envolveu, em relação a seus termos de referência domésticos, a exploração plena de todos os territórios ocultos do “colonialismo interno”: daí o “New Deal” e o desenvolvimento em bases mais seguras de uma economia de consumo em expansão. Ao mesmo tempo, a necessidade de assegurar e necessariamente proteger a expansão contínua da base econômica doméstica implicou a remoção cruel de todas as “barreiras artificiais” do colonialismo passado (e do capitalismo protecionista subdesenvolvido correspondente). Esta estratégia neocolonialista de conquistar a “totalidade intensiva” representava também uma concepção verdadeiramente *global* ao tentar acertar as contas com a União Soviética, não só em seu próprio interesse, mas para estar em melhor posição para controlar os movimentos anticoloniais que emergiam. [...] Contudo, os fatos se expressaram de modo totalmente diferente, na medida em que puseram amargamente em relevo uma das maiores ironias da história, qual seja: embora houvesse um dinamismo econômico incomparável e um novo avanço produtivo de proporções potencialmente enormes nas raízes da estratégia rooseveltiana original, sua implementação real – longe de se satisfazer com mecanismos *econômicos*, tal como ocorre ainda hoje com o persistente mito da “modernização” – exigiu, para

Desnecessário dizer que esta crise estrutural não está confinada à esfera socioeconômica. Dadas as determinações inevitáveis do “círculo mágico” do capital [...] a profunda crise da “sociedade civil” reverbera ruidosamente em todo o espectro das instituições políticas. Nas condições socioeconômicas crescentemente instáveis, são necessárias novas “garantias políticas”, muito mais poderosas, garantias que não podem ser oferecidas pelo Estado capitalista tal como se apresenta hoje. Assim, o desaparecimento ignominioso do Estado do bem-estar social expressa claramente a aceitação do fato de que a *crise estrutural de todas as instituições políticas* já vem fermentando sob a crosta da “política de consenso” há bem mais de duas décadas. O que precisa ser acentuado aqui é que as contradições subjacentes de modo algum se dissipam na crise das instituições políticas; ao contrário, afetam toda a sociedade de um modo nunca antes experimentado. Realmente, a crise estrutural do capital se revela como uma verdadeira *crise de dominação* em geral³⁹⁴.

sua “decolagem”, a guerra mais devastadora conhecida pelos homens, a Segunda Guerra Mundial, para não mencionar o aparecimento e a dominação do “complexo industrial-militar” em seu “percurso até a maturidade”. [...] Os resultados globais destas transformações foram uma significativa *racionalização do capital global* e o estabelecimento de uma estrutura de relações financeiras e econômicas com o Estado que foi, em geral, muito mais adequada ao deslocamento de muitas contradições do que a estrutura anteriormente existente. Assim, a crise de 1929-33 não foi de modo algum uma crise estrutural do capital como formação global. Pelo contrário, forneceu estímulo e pressão necessários para o realinhamento de suas várias forças constituintes, conforme as relações de poder objetivamente alteradas, muito contribuindo, desse modo, para o desenvolvimento das tremendas potencialidades do capital inerentes à sua “totalidade intensiva”. *Externamente* isto significou: (1) uma mudança dramática do imperialismo multicentrado, ultrapassado, militar e político perdulariamente intervencionista para um sistema de dominação global que, sob a hegemonia norte-americana, se torna muito mais dinâmico e economicamente muito mais viável e integrado; (2) o estabelecimento do Sistema Monetário Internacional e de vários outros órgãos importantes de regulamentação das relações intercapitalistas incomparavelmente mais racionais do que havia à disposição da estrutura multicentrada; (3) a exportação de capital em grande escala (e com ela a perpetuação mais efetiva da dependência e do “subdesenvolvimento” imposto) e o repatriamento seguro, em escala astronômica, de taxas de lucro totalmente inimagináveis nos países de origem; e (4) a incorporação relativa, em graus variados, das economias de todas as sociedades pós-capitalistas na estrutura de intercâmbios capitalistas. Por outro lado, *interiamente*, a história de sucesso do capital poderia ser descrita em termos de: (1) uso de várias modalidades de intervenção estatal para a expansão do capital privado; (2) transferência de indústrias privadas falidas, mas essenciais, para o setor público, e a sua utilização para novamente apoiar, através dos fundos estatais, as operações do capital privado, para serem novamente transformadas em monopólios ou quase monopólios privados depois de se terem tornado mais uma vez altamente lucrativas pela injeção de fundos volumosos financiados pela tributação geral; (3) desenvolvimento e operação bem-sucedidos de uma economia de “pleno emprego” durante a guerra e por um período considerável depois dela; (4) larga abertura de novos mercados e ramos de produção no plano da “economia de consumo” fortemente distendida, junto com o sucesso do capital em gerar e sustentar padrões extremamente perdulários de consumo, força motivadora vital de tal economia; e (5) para coroar tudo isso, tanto no porte de seu peso econômico como na sua significação política, estabelecimento de um imenso “complexo industrial/militar” como controlador e beneficiário direto da fração mais importante da intervenção estatal: com isso, simultaneamente, o isolamento de bem mais de um terço da economia das desconfortáveis flutuações e incertezas do mercado. Apesar de o valor intrínseco de todas estas realizações ser extremamente problemático (para dizer o mínimo), não pode haver dúvida quanto ao significado da autoexpansão dinâmica do capital e sua contínua sobrevivência. Precisamente por causa da sua importância central nos desenvolvimentos capitalistas do século XX, a severidade da crise estrutural de hoje é fortemente realçada pelo fato de várias das características mencionadas acima já não serem mais verdades, e de as tendências subjacentes apontarem na direção de sua completa reversão: a tendência a um novo policentrismo (pense-se no Japão e na Alemanha, por exemplo), com consequências potencialmente incalculáveis, a um persistente desemprego de massa (e suas implicações óbvias para a economia de consumo) e à desintegração ameaçadora do sistema monetário internacional e seus corolários. Seria tolice considerar permanentes as posições poderosamente fortificadas do complexo industrial-militar e sua capacidade de extrair e alocar para si mesmo, imperturbado, o excedente necessário para seu funcionamento contínuo na escala atual, ainda astronômica”. (Id, Ibid, pps. 804-807, grifos do autor).

³⁹⁴ Cf. Id, Ibid, p. 800, grifos do autor.

A gravidade da crise, porém, não implica no completo abandono de possibilidades de intervenção; significa fundamentalmente que *as suas causas não poderão mais ser atacadas, restando apenas a administração dos seus efeitos*.

As condições para administrar a crise estrutural do capital estão diretamente articuladas a algumas importantes contradições que afetam tanto os problemas internos dos vários sistemas envolvidos como as relações entre eles. Resumidamente, tais problemas seriam: (1) As contradições socioeconômicas internas do capital “avançado” que se manifestam no desenvolvimento cada vez mais desequilibrado sob o controle direto ou indireto do “complexo industrial-militar” e do sistema de corporações transnacionais; (2) As contradições sociais, econômicas e políticas das sociedades pós-capitalistas, tanto isoladamente como em sua relação com as demais, que conduzem à sua desintegração e, desse modo, à intensificação da crise estrutural do sistema global do capital; (3) As rivalidades, tensões e contradições crescentes entre os países capitalistas mais importantes, tanto no interior dos vários sistemas regionais como *entre* eles, colocando enorme tensão na estrutura institucional estabelecida (da Comunidade Europeia ao Sistema Monetário Internacional) e fazendo prever o espectro de uma devastadora guerra comercial; (4) As dificuldades crescentes para manter o sistema neocolonial de dominação (do Irã à África, do Sudeste Asiático à Ásia Oriental, da América Central à do Sul), ao lado das contradições geradas dentro dos países “metropolitanos” pelas unidades de produção estabelecidas e administradas por capitais “expatriados”. Como podemos ver, em todas as quatro categorias – cada uma das quais corresponde a uma multiplicidade de contradições – a tendência é para a intensificação, e não para a diminuição, dos antagonismos existentes³⁹⁵.

E continua explicando que:

Se a condição para solucionar a crise estrutural estiver associada à solução dos quatro conjuntos de contradições mencionadas acima, do ponto de vista da contínua expansão global e da dominação do capital, a perspectiva de um resultado positivo está longe de ser promissora. Pois é muito remota a possibilidade de sucesso até mesmo dos objetivos relativamente limitados, para não mencionar a solução duradoura das contradições de todas as quatro categorias em conjunto. O mais provável é, ao contrário, continuarmos afundando cada vez mais na crise estrutural, mesmo que ocorram alguns sucessos conjunturais, como aqueles resultantes de uma relativa “reversão positiva”, no devido tempo, de determinantes meramente *cíclicos* da crise atual do capital³⁹⁶.

A respeito deste horizonte em que continuaremos nos afundando³⁹⁷, em função do caráter perdulário do sistema do capital, baseado em suas contradições, sustenta a existência de quatro direções cabíveis, com consequências imprevisíveis.

Há quatro direções principais nas quais se manifesta, com consequências crescentemente danosas, a perdularidade necessária do capital à medida que se alcançam os limites últimos de seu potencial produtivo: (1) a demanda incontrolável

³⁹⁵ Cf. Id, Ibid, p. 808, grifos do autor.

³⁹⁶ Cf. Id, Ibid, p. 810, grifos do autor.

³⁹⁷ “Teimosamente, a esperada revitalização do sistema do capital ocidental graças à “vitória” sobre o Leste e à concomitante “natural” e feliz mercantilização da parte pós-revolucionária do mundo deixou de se materializar. Os ideólogos do “capitalismo avançado” gostavam de pensar que o sistema soviético era diametralmente oposto ao seu. Tiveram de ser despertados pela desconcertante verdade: era apenas o outro lado da mesma moeda. É sensato o fato de que está cada vez mais difícil caminhar sobre o tapete sob o qual se podiam esconder sem dificuldades e por longo tempo até mesmo os problemas mais sérios. É realmente muito importante que os problemas injustificadamente desconsiderados, e que afetam a própria sobrevivência da humanidade, tenham de ser encarados sob circunstâncias em que todo o sistema do capital entrou em sua crise estrutural”. (Id, Ibid, p. 93).

por *recursos* – isto é, a irreprimível tendência crescente do capital ao uso “intensivo de recursos”, da qual o uso “intensivo de energia” é só um exemplo – sem consideração pelas consequências futuras sobre o ambiente, nem pelas necessidades das pessoas afetadas por suas assim denominadas “estratégias desenvolvimentistas”; (2) o uso cada vez mais *intensivo de capital* em seu processo de produção, inerente à concentração e à centralização necessárias de capital, que contribui grandemente para a produção do “subdesenvolvimento” não só na “periferia” mas também no centro de seu domínio “metropolitano”, gerando desemprego maciço e devastando uma base industrial antes florescente e perfeitamente viável; (3) o impulso crescente em direção à *multiplicação do valor de troca*, no princípio simplesmente *divorciado*, mas agora abertamente *oposto* ao “valor de uso” a serviço da *necessidade humana*, para manter intata a dominação do capital sobre a sociedade; e (4) o pior tipo de desperdício: o desperdício de gente, pela produção em massa de “pessoas supérfluas” que, como resultado tanto dos avanços “produtivos” do capital como de suas dificuldades crescentes no “processo de realização”, não podem mais se ajustar aos esquemas estreitos da produção de lucro e da multiplicação perdulária do valor de troca. (O fato de que a produção em massa de “tempo supérfluo” do número crescente de “pessoas supérfluas” seja o único tempo de vida das pessoas reais não pode ser, claro, objeto de preocupação para as dedicadas personificações do capital)³⁹⁸.

A incontrolabilidade do capital, que exaure as práticas de adoção das *linhas de menor resistência*, explicitando a incapacidade das formas de mediação extraeconômica, aliada ao caráter da produção perdulária e destrutiva, demonstram a necessidade de se pensar a atualidade de uma ofensiva socialista contra o sistema sociometabólico do capital. Tal ofensividade, em sua visão, não recai na inevitabilidade da revolução socialista, como tampouco na inevitabilidade propriamente do socialismo. Ela precisa representar, de fato, uma alternativa, um projeto que deve ser levado adiante e que se apresenta, fundamentalmente, enquanto contraposição à barbárie. Em suas palavras:

[...] o significado do projeto socialista não pode ser diferente de sua intervenção corretiva nas – e, em seu devido tempo, uma reestruturação fundamental das – determinações causais da estabelecida ordem social reprodutiva. É por isso que os socialistas, para ter alguma esperança de sucesso, devem negar o próprio *capital* – na qualidade de inalterável *causa sui* – e não simplesmente algumas de suas variantes historicamente contingentes, como, por exemplo, o sistema hoje dominante do *capital global*. O projeto socialista representa a necessidade gritante da humanidade de discutir as causas como causas no modo de controle sociometabólico estabelecido, para erradicar, antes que seja tarde demais, todas as tendências destrutivas do capital, já bastante visíveis e cada vez mais preponderantes. O único modo de controle reprodutivo social que se qualifica como socialista é o que se recusa a submeter as aspirações legítimas dos indivíduos aos imperativos fetichistas de uma ordem causal estruturalmente predeterminada. Em outras palavras, é um modo de reprodução sociometabólica verdadeiramente *aberto* com relação ao *futuro*, já que a determinação de sua *própria estrutura causal* permanece sempre sujeita à alteração pelos membros autônomos da sociedade. Um modo de controle sociometabólico que pode ser estruturalmente alterado pelos indivíduos diante dos fins conscientemente escolhidos, em lugar de um que lhes impõe, como hoje acontece, uma gama estreita e reificada de fins que emanam diretamente da rede causal preexistente do capital: uma causalidade supostamente inalterável que opera acima das cabeças dos indivíduos³⁹⁹.

³⁹⁸ Cf. Id, Ibid, p. 819, grifos do autor.

³⁹⁹ Cf. Id, Ibid, pps. 133-134, grifos do autor.

A grande questão, portanto, não se resume na abolição de uma ou outra forma de propriedade privada, ou de personificação do capital, e muito menos na extinção de uma ou outra forma jurídica da regência do capital: *o que realmente importa é a destruição da totalidade do capital*⁴⁰⁰, pois nela está circunscrita plenamente a sua essência enquanto modo sóciometabólico de subsunção do trabalho vivo ao trabalho morto⁴⁰¹. A transição do

⁴⁰⁰ “Nesse sentido, enfrentar a questão do *direito* dos capitalistas de dominar o trabalho – um direito que pode ser instantaneamente “tirado” ou “abolido” pela ditadura do proletariado, ou até mesmo restaurado mais tarde por meio de algum tipo de intervenção contrarrevolucionária – há de resultar apenas em mudanças muito limitadas na estrutura da sociedade transicional. O verdadeiro alvo da transformação emancipatória é a *completa erradicação do capital como modo de controle totalizante* do próprio sociometabolismo reprodutivo, e não simplesmente o *deslocamento* dos capitalistas da condição historicamente específica de “personificações do capital”. O fracasso, qualquer que seja a razão, em efetuar a erradicação estrutural objetiva do próprio capital dos processos reprodutivos em andamento, mais cedo ou mais tarde deve criar um intolerável vácuo no controle metabólico vital da sociedade. Isto exigiria o estabelecimento de novas formas de “*personificação*”, visto que a articulação estrutural socioeconômica de controle em vigor continua a ser marcada pelas características objetivas da divisão social hierárquica de trabalho herdada, cuja natureza mais íntima demanda algum tipo de personificação iníqua”. (Id, Ibid, p. 451, grifos do autor).

⁴⁰¹ Sobre a disjunção de necessidade e produção de riqueza, Mészáros (2002) assim argumenta: “A completa subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca – no interesse da autorrealização ampliada do capital – tem sido o traço marcante do sistema do capital desde o seu início”. (Id, Ibid, p. 606). Mais à frente: “Assim, quando a autoexpansão capitalista do valor de troca está em crise, se quisermos tratar seriamente dos problemas de desenvolvimento e “subdesenvolvimento”, visando investigar as condições de uma alternativa socialista viável, é inevitável desafiar os próprios *horizontes* da “riqueza” autorreprodutiva do capital, no interior dos quais não pode haver solução para tais problemas. Em outras palavras, a questão em jogo é absolutamente fundamental e em relação à qual todo o resto pode apenas se qualificar, na melhor das hipóteses, como paliativos *temporários*. Em termos práticos, a questão que nos preocupa é esta: como tornar novamente o ser humano a finalidade da produção, de acordo com as imensas *potencialidades positivas* – em alguma medida já existentes mas destrutivamente encastoadas – das forças de produção?” (Id, Ibid, p. 612, grifos do autor). E continua seu argumento: “Além disso, além de um certo ponto do desenvolvimento capitalista [...] as mudanças quantitativas na extensão da dimensão não produtiva se convertem em um redimensionamento *qualitativo* de toda a estrutura. Como resultado, o funcionamento dos constituintes genuinamente produtivos se torna cada vez mais dependente da manutenção e do crescimento posterior dos setores *parasitários* – dos quais um número crescente de pessoas depende para seu sustento, enquanto outros dependem destes na qualidade de consumidores dos seus produtos –, desse modo aumentando paradoxalmente as contradições do complexo global também ao oferecer remédios às suas disfunções mais ou menos abertamente reconhecidas. É aqui que as limitações intrínsecas dos princípios orientadores capitalistas de produção vêm à tona. A crise que se aprofunda no sistema estabelecido não pode ser resolvida em termos de simples expansão da “produção de riqueza”, já que em sua estrutura “riqueza” se iguala a *mais-valia*, e não a produção de *valor de uso* pela aplicação criativa do *tempo disponível*. Ao mesmo tempo, o potencial libertador da *produtividade crescente* é dissipado e nulificado pelo crescimento cancerígeno dos “falsos custos” de controle a serviço da dimensão exploradora. [...] Pois, devido à natureza inerentemente contraditória do capital como o regulador geral do sociometabolismo, nem os avanços na *produtividade*, nem o aumento potencial no *tempo disponível* positivamente alocado podem ser harmoniosamente absorvidos em sua estrutura”. (Id, Ibid, pps. 618-619, grifos do autor). E conclui: “Sendo assim, o desafio que deve ser enfrentado com respeito a todos os aspectos da relação entre produtividade e uso é este: como solapar o processo produtivo capitalista constantemente renovado pela homogeneização orientada para a quantidade e o valor de troca e substituí-lo pelo processo qualitativo orientado para a necessidade e o valor de uso? [...] É por isso que não há possibilidade de *reforma* que leve a *transformações estruturais* do modo de produção capitalista; isso também explica por que todas as tentativas desse tipo, nos seus quase cem anos de história – do *Socialismo Evolucionário* de Bernstein às suas imitações do pós-guerra –, fracassaram em abrir qualquer fenda na ordem estabelecida. Falharam apesar de todas as promessas acerca da reconstrução *gradual*, apesar de *completa*, da ordem estabelecida no espírito do socialismo. A possibilidade de uma modificação sustentável inclusive das menores partes do sistema do capital implica a necessidade de ataques *duplos*, constantemente renovados, tanto às suas células constitutivas ou “microcosmos” (isto é, o modo pelo qual as jornadas de trabalho singulares são organizadas dentro das empresas produtivas particulares) como aos “macrocosmos” autorregulantes e aos limites estruturais autorrenovantes do capital em sua inteireza. [...] Sendo

capitalismo para o socialismo coloca-se então como sendo a passagem da forma de controle sóciometabólico regida pelo capital para aquela em que esteja controlada pelas necessidades humanas. Ainda que se trate de um processo em aberto⁴⁰², é fundamental, para o autor, reconhecer e ultrapassar as tentativas, que desde há muito, tem levado ao fracasso histórico em todas as tentativas da *práxis* socialista⁴⁰³: é imperioso *superar a força extraparlamentar do capital*⁴⁰⁴, assim como também a *estrutura hierárquica de comando do sistema do capital*, isto é, o *próprio Estado*⁴⁰⁵.

assim, as mediações socialistas necessárias se tornam viáveis apenas se empreendem a reconstituição radical da relação entre produtividade e uso em todos os seus aspectos, ativando a expansão criativa das necessidades e potencialidades humanas contra a sua atual subordinação aos imperativos reificantes do sistema reprodutivo estabelecido”. (Id, Ibid, pps. 629-631, grifos do autor).

⁴⁰² “[...] podemos falar da era de transição ao socialismo, com base no fato de que o capital conta com uma margem cada vez mais perigosamente *estreita* de alternativas viáveis à plena ativação de sua crise estrutural. Assim: o *encolhimento* do tamanho do mundo diretamente controlado pelo capital privado no século XX; a enorme magnitude dos *recursos* necessários para o deslocamento das contradições, limitados pela redução crescente e ameaçadora da *lucratividade*; a *saturação* lentamente emergente da estrutura global da produção de capital rentável; as dificuldades crônicas encontradas na, e geradas pela, elevação da renda necessária para manter em existência as seções *parasitárias* do capital, às expensas de sua parte *produtiva*; o perceptível enfraquecimento do *poder ideológico* das instituições manipuladoras (que foram originalmente estabelecidas nas circunstâncias da expansão econômica do pós-guerra e seu irmão gêmeo: o “Estado de bem-estar social”) em tempo de recessão e crescente “desemprego estrutural”. [...] Todas estas tendências indicam um movimento muito real *em direção* aos limites últimos do capital em si e, portanto, assinalam a realidade *histórica* de um doloroso, porém inescapável processo de transição”. (Id, Ibid, pps. 558-560, grifos do autor).

⁴⁰³ “[...] as razões para o trágico fracasso histórico de mais de sete décadas de poder soviético devem ser buscadas, para que sejam evitadas no futuro, tanto na modalidade experimentada de “sugar o trabalho excedente não pago dos produtores diretos” como na dura realidade do historicamente conhecido Estado pós-revolucionário como “elemento determinante”. Este, ao invés de liberar as forças de tomada de decisão autônomas, pelas quais, no devido tempo, o Estado poderia “fenecer”, impôs implacavelmente à sociedade o sistema do capital pós-capitalista de extração do trabalho excedente, perpetuando, com consequências desastrosas, uma “relação de governantes e governados”. Obviamente, não pode haver socialismo na totalidade dos países, muito menos num único país, se tal estrutura de determinações socioeconômicas e políticas sobreviver”. (Id, Ibid, p. 514).

⁴⁰⁴ “[...] em relação tanto ao domínio reprodutivo material como ao político, a constituição de um movimento socialista extraparlamentar de *massas* estrategicamente viável – em conjunção com as formas tradicionais de organização política do trabalho, hoje desesperançadamente sem rumo e fortemente necessitadas do *apoio* e da *pressão radicalizantes de tais forças extraparlamentares* – é uma *precondição vital para a contraposição ao maciço poder extraparlamentar do capital*”. (Id, Ibid, p. 860, grifos do autor).

⁴⁰⁵ “É portanto de importância fundamental ter em mente que o fortalecimento perverso do Estado pós-capitalista não é uma causa autossustentável, mas uma causa inseparável da dependência estrutural do trabalho em relação ao capital. Esta determinação contraditória do trabalho, sob o comando continuado do capital (mesmo que numa nova forma), se afirma apesar do fato de que o capital sempre foi – e só pode ser – reproduzido como a corporificação do trabalho em forma alienada e autopetruadora. Já que, contudo, a determinação antagônica em questão é inerente à *estrutura de comando material do capital*, que apenas é *complementada*, e não *fundada*, no Estado enquanto uma estrutura abrangente de comando político do sistema, o problema da autoemancipação do trabalho não pode ser enfrentado apenas (nem principalmente) em termos políticos. Através da história moderna, as incontáveis “revoluções traídas” fornecem evidências dolorosamente abundantes a respeito. A crítica necessária do poder do Estado, com o objetivo de reduzi-lo e ao final superá-lo, só tem sentido se for praticamente implementado, em seu ambiente sóciometabólico/material-reprodutivo. Pois o “fenecimento” do Estado implica não apenas o “fenecimento” do capital (como o controlador objetivado e reificado da ordem social-reprodutiva), mas também a autotranscendência do trabalho da condição de subordinado aos imperativos materiais do capital imposta pelo sistema prevaiente da divisão estrutural/hierárquica de trabalho e poder estatal. Isto é possível apenas se todas as funções de controle do sóciometabolismo – que sob todas as formas de dominação do capital devem estar investidas na estrutura de comando material e política de um poder de tomada de decisão alienado – forem progressivamente apropriadas e positivamente exercidas pelos produtores associados. Nesse sentido, o afastamento estrutural objetivo das personificações do capital (em vez do político-

Para a viabilidade da ofensiva socialista faz-se crucial a adoção de um processo tático de acumulação de forças, engendrado por uma concepção estratégica, que afaste por completo a ilusão acerca das possibilidades de controle sobre o sistema do capital e se volte para a tentativa de destruição do capital em todas as esferas da vida⁴⁰⁶, propiciando o estabelecimento de uma nova ordem social controlável e conscientemente controlada pelos indivíduos, regida segundo as necessidades humanas. Em suas palavras:

Assim, a necessidade de uma transição para uma ordem social controlável e conscientemente controlada pelos indivíduos, como defende o projeto socialista, continua na agenda histórica, apesar de todos os fracassos e decepções. Naturalmente, esta transição exige uma mudança de era – um esforço sustentado de ir além de todas as formas de dominação estruturalmente arraigadas – que não pode ser imaginada sem uma reestruturação radical das formas e dos instrumentos existentes de reprodução sociometabólica, em contraste com a tentativa de acomodar os objetivos socialistas às restrições paralisantes das condições herdadas, como aconteceu no passado. Pois a *raison d'être* do projeto socialista é reter a consciência dos objetivos estratégicos de transformação, mesmo sob as condições mais adversas, quando o poder da inércia puxa na direção oposta: a da “linha de menor resistência”, que leva à revitalização da incontrolável força controladora do capital⁴⁰⁷.

Certamente, muitos impedimentos⁴⁰⁸ irão tentar minar a realização do projeto socialista, mas Mészáros aposta na ofensiva do trabalho para com o capital no sentido de

jurídico insustentável por si mesmo) por meio de um sistema de *autoadministração genuíno é a chave para a reconstrução bem-sucedida das estruturas herdadas*”. (Id, Ibid, p. 602, grifos do autor).

⁴⁰⁶ “O que hoje estamos vivenciando não é apenas uma crescente polarização – inerente à crise estrutural global do capitalismo atual – mas, igualmente, o que multiplica os riscos de explosão, o colapso de uma série de válvulas de segurança que cumpriam um papel vital na perpetuação da *sociedade de mercado*. Foi bastante dramática a mudança que solapou o poder da política de consenso, da limitada institucionalização e integração do protesto social, da expressão, da exportação fácil da violência interna, por meio de sua transferência ao plano dos conflitos internacionais mistificantes etc. No entanto, há muito pouco, o crescimento sem barreiras e a multiplicação do poder do capital, a irresistível extensão de seu domínio a todos os aspectos da vida humana eram fatos proclamados com toda a segurança e amplamente aceitos”. (Id, Ibid, p. 984, grifos do autor).

⁴⁰⁷ Cf. Id, Ibid, p. 344, grifos do autor.

⁴⁰⁸ “O principal impedimento para embarcar na realização do projeto socialista, assim como a alavanca estratégica a ser firmemente controlada para quebrar o círculo vicioso do sistema orgânico do capital, não é o poder repressivo do Estado – que pode ser derrubado em circunstâncias favoráveis –, mas a *postura defensiva ou ofensiva* do trabalho para com o capital. De fato, como as evidências históricas do século XX demonstraram, os sistemas pós-capitalistas se concretizaram com a derrubada dos seus respectivos Estados capitalistas; mas ainda assim eles permaneceram sob o domínio do capital, porque o trabalho pós-capitalista manteve sua postura defensiva e reativa no processo de controle da ordem socioeconômica e política pós-revolucionária”. (Id, Ibid, p. 917, grifos do autor). Mais à frente: “A alternativa hegemônica do trabalho ao domínio pelo capital é inconcebível sem a *erradicação completa do capital do processo sociometabólico*. Por isso, a derrubada do capitalismo pode apenas arranhar a superfície do problema. Um bom indicador das inadequações para a realização do projeto socialista é o *slogan* de que tudo pode ser *derrubado*, inclusive o Estado e – pela “expropriação dos expropriadores” – as personificações capitalistas do capital. [...] Por isso, a revolução socialista, não importa o quanto seja radical em intenção, não pode ser concebida como um ato único. Como vimos em O 18 Brumário, Marx descreveu a *revolução social* como um ato contínuo, consistentemente *autocrítico*, ou seja, como uma *revolução permanente* capaz de prover e constantemente melhorar o modo de controle *positivamente autodeterminado* da ordem socialista. [...] Portanto, o objetivo real da transformação socialista – que ultrapassa a negação do Estado e das personificações do capital – só pode ser o estabelecimento de uma ordem sociometabólica alternativa autossustentada. Uma ordem da qual o capital – com todos os seus corolários, inclusive o denominado “mecanismo do mercado”, que na realidade não poderia ser outra coisa que não um “mecanismo” – tenha sido irreversivelmente removido. E isso significa que a remoção não se dá apenas na forma da inevitável transcendência crítica, mas, muito mais importante, pela *apropriação positiva* e pela

estabelecer o planejamento e a tomada de decisões democráticas⁴⁰⁹ *pari passu* ao processo de supressão da divisão do trabalho a partir da redução progressiva das determinações materiais herdadas⁴¹⁰. Nesse sentido, diante da destrutividade do sistema do capital, torna-se cada vez mais urgente a necessidade de se pensar em uma teoria da transição⁴¹¹.

Também marcado por forte apreensão em relação ao futuro, mesmo que partindo de bases de compreensão distintas a de Mészáros, outro importante autor a tratar da crise estrutural é Wallerstein. O sociólogo norte-americano, Immanuel Wallerstein, é digno de uma profícua produção intelectual desde o início dos anos 1960 até meados de 2019, seja na forma de livros como também de artigos periódicos⁴¹², e de centenas de participações em colóquios,

melhoria contínua das funções vitais de intercâmbio metabólico com a natureza e entre os membros da sociedade pelos próprios indivíduos que se autodeterminam. Compreensivelmente, a articulação defensiva do movimento socialista impossibilita a realização do objetivo da alternativa hegemônica do trabalho à ordem estabelecida. Ou seja, todos os termos de referência de sua confrontação particular com o capital cuja finalidade seja apenas manter o *status quo*, ou ainda obter para o trabalho uma fatia mínima da melhoria dada pela riqueza social, estão estritamente circunscritos pelos limites de viabilidade da ordem governante e, conseqüentemente, pela lógica destrutiva de seus imperativos materiais expansionistas. Isto explica por que os castelos de areia da social-democracia reformista viraram poeira, um acontecimento tão dramático quanto as falsas promessas do sistema implodido do capital pós-capitalista de tipo soviético. Enquanto permaneceram cativas das suas diferentes posturas defensivas – responsáveis por suas derrotas – em relação à ordem sociometabólica do capital, as duas alas da esquerda histórica não desafiaram o domínio do capital, buscando, quando da sua origem, e de forma autocontraditória, melhorias sustentáveis e ganhos em favor do trabalho”. (Id, Ibid, pps. 919-920, grifos do autor).

⁴⁰⁹ “A verdadeira questão, portanto, é a relação dialética entre o *todo* e suas *partes*. Sob o sistema do capital, os escalões do topo de sua estrutura de comando, com a sua perversa centralidade, usurpam o lugar do todo e dominam as partes, impondo a sua *parcialidade* como o “*interesse do todo*”. É assim que a totalidade autossustentada do capital pode se afirmar, provocando um curto-circuito não dialético na relação parte/todo, como um sistema orgânico. A alternativa hegemônica socialista, portanto, envolve a reconstituição da dialética objetiva das partes e do todo, das menores células constitutivas até as relações produtivas e distributivas mais abrangentes, de um modo não conflitante. O sucesso do planejamento depende da coordenação das suas atividades produtivas e distributivas livremente consentida por aqueles que executam os objetivos conscientemente divisados. Portanto, o planejamento genuíno é inconcebível sem uma substantiva tomada de decisão democrática desde baixo, pela qual tanto a coordenação lateral como a integração abrangente de práticas reprodutivas se tornam possíveis. E vice-versa, pois, sem o exercício conscientemente planejado e amplamente coordenado das suas energias e habilidades criativas todo discurso sobre a tomada de decisão democrática dos indivíduos não possui qualquer substância. Apenas juntos os dois poderão definir as exigências elementares da alternativa hegemônica socialista à ordem sociometabólica do capital”. (Id, Ibid, p. 980, grifos do autor).

⁴¹⁰ “A fragmentação do trabalho não pode ser eliminada pela “socialização da produção” capitalista. Nem pode ser superada – em vista das estruturas materiais, profundamente arraigadas, da divisão global tradicional do trabalho – durante um longo tempo após a revolução política socialista. É por isso que as mediações materiais necessárias em questão, caracterizadas por uma capacidade vital para promover a redução progressiva do papel restritivo das determinações materiais herdadas, devem ser a estrutura reguladora da vida social durante todo o período histórico de transição”. (Id, Ibid, p. 1062).

⁴¹¹ “A “força das circunstâncias” que tragicamente constrangeu e determinou o caráter do esforço de transição como uma operação de manutenção é uma coisa, a necessidade de uma transformação social radical em escala global é bem outra. Nesse sentido, a necessidade, hoje, de uma teoria compreensiva da transição aparece na agenda histórica da perspectiva de uma ofensiva socialista, baseada em sua atualidade histórica geral, em resposta à crescente crise estrutural do capital que ameaça a verdadeira sobrevivência da humanidade”. (Id, Ibid, p. 1071).

⁴¹² Dentre as principais obras, destacam-se: *The Modern World-System: Capitalism Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*, Volume 1 (1974); *The Modern World-System: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy (1600-1750)*, Volume 2 (1980); *The*

palestras e conferências mundo afora. Por esta razão, seria impossível apresentar de maneira ampla sua vasta contribuição. Para contornar este problema, tentaremos fornecer uma síntese mais concisa acerca da compreensão do autor sobre a “perspectiva” do sistema-mundo⁴¹³. Seu ponto de partida é ambicioso: pretende construir uma análise capaz de compreender a mudança social em sua totalidade, isto é, constituir uma *ciência social histórica* que permita ao mesmo tempo rejeitar e ultrapassar todo o arcabouço das ciências sociais dominantes no século XIX, que se sedimentou no formato das universidades modernas, após a Segunda Guerra Mundial, enquanto um conjunto variado de disciplinas isoladas e fragmentadas. Em sua avaliação:

As premissas hoje dominantes nas ciências sociais históricas foram estabelecidas aproximadamente entre 1850 e 1945. Estas premissas foram analisadas no relatório da Comissão Gulbekian, que eu presidi⁴¹⁴. O contexto em que estas foram adotadas foi o do estado do sistema-mundo naquele mesmo período. Era o período de auge da dominação política, econômica e cultural do Ocidente sobre o sistema-mundo. No modo de pensar do setor dominante do sistema-mundo, havia diferenças radicais entre o “o Ocidente e o resto”. Este contexto mudou depois de 1945. E as novas realidades globais apresentaram várias dissonâncias em relação ao modelo organizacional das ciências sociais históricas vigente em 1945. As duas principais mudanças na realidade global depois de 1945 foram (1) a elevação dos EUA ao papel de potência hegemônica e a peculiar relação estabelecida por eles com a URSS, e (2) a considerável força que os movimentos antissistêmicos tradicionais vieram a demonstrar por todo o sistema-mundo no período pós-1945. O modelo organizacional das ciências sociais baseado na diferença epistemológica radical entre o Ocidente e o resto levou a uma clara segmentação disciplinar no modo de estudar cada um desses espaços. Emergiu uma clara divisão do trabalho acadêmico. A pesquisa sobre o passado das sociedades ocidentais foi atribuída à História. As sociedades ocidentais contemporâneas se tornaram o foco do trio de disciplinas nomotéticas – a Economia estudando o mercado, a Ciência Política estudando o estado, e a Sociologia estudando a sociedade civil. O estudo do mundo não ocidental foi dividido entre a antropologia, que estudava os pequenos grupos, as assim chamadas “tribos”, e os estudos orientais, investigando as grandes, mas consideradas congeladas, “altas” civilizações⁴¹⁵.

Modern World-System: The Second Great Expansion of the Capitalist World-Economy (1730-1840), Volume 3 (1989) e *The Modern World-System: Centrist Liberalism Triumphant (1789-1914)*, Volume 4 (2011).

⁴¹³ Wallerstein (2012) admite que “a análise dos sistemas-mundo é mais do que uma perspectiva; é também mais do que uma teoria, se é que é uma teoria. É um movimento do saber, e isso é de crucial importância para o desenvolvimento futuro das ciências sociais históricas. Um movimento do saber é um movimento social intelectual. Ele propõe uma reorientação no modo como organizamos nosso entendimento do mundo. No caso da análise dos sistemas-mundo, ela se baseia na rejeição das categorias das ciências sociais herdadas do século dezenove. Ela propõe substituir estas categorias por uma nova ciência social histórica”. (WALLERSTEIN, 2012a, p. 17). Dentro da perspectiva adotada por Wallerstein destacam-se também as contribuições de Giovanni Arrighi e Beverly Silver. No entanto, cabe ressaltar a existência de algumas perspectivas que procuram estudar outros sistemas-mundo, a exemplo de: ABU-LUGHOD, J. *Before European Hegemony: the world system A. D. 1250-1350*. Oxford: Oxford U. Press, 1989; AMIN, S. “The Ancient World-Systems versus the Modern Capitalist World-System”. *Review XIV*, n. 3, 1991; CHASE-DUNN, C. “The Comparative Study of World-Systems”. *Review XV*, n. 3, 1992; FRANK, A. G. “A Theoretical Introduction to 5000 Years of World System History”. *Review XIII*, n. 2, 1990; FRANK, A. G. *Reorient: global economy in the Asian Age*. Los Angeles: Univ. of California Press, 1998 e FRANK, A. G. & GILLS, B. K. “World System Cycles, Crises, and Hegemonical Shifts”, *Review XV*, n. 4, 1992.

⁴¹⁴ Cf. WALLERSTEIN, I. *et al. Open the Social Sciences: report of the Gulbenkian Commission on the restructuring of the Social Sciences*. CA: Stanford Univ. Press, 1996.

⁴¹⁵ Cf. WALLERSTEIN, 2012a, p. 18.

No entanto, adverte que este padrão de estudo encontrou muitos problemas para lidar com a nova realidade aberta após 1945. Segundo o autor:

Isto provocou um debate sobre se, e de que modo, se poderia adaptar as premissas dominantes para torná-las mais relevantes a estas novas realidades globais. No período que vai mais ou menos de 1945 a 1965/70, houve quatro diferentes tentativas de adaptar as premissas dominantes das ciências sociais mundiais a estas novas realidades globais. Cada tentativa parecia realizar alguns ajustes plausíveis no modelo, mas cada um delas demonstrou ao final suas limitações⁴¹⁶.

Estas quatro tentativas se tratam: da *teoria da modernização*; da *teoria da CEPAL*, revista criticamente pela subsequente teoria da dependência; do *revisionismo marxista* que tomou duas formas (o debate da transição do feudalismo ao capitalismo e o debate em torno do conceito de “modo de produção asiático” de Marx) e da *escola dos Annales*, baseada no conceito de *longue durée*⁴¹⁷. Entretanto, todas elas apresentavam importantes limitações⁴¹⁸.

⁴¹⁶ Cf. Id, Ibid, p. 19.

⁴¹⁷ Seguindo suas palavras: “A primeira e possivelmente a mais importante tentativa foi da teoria da modernização. Em lugar de separar o estudo do mundo “civilizado” do estudo do resto do mundo como se fossem lugares epistemológicos distintos, a teoria da modernização tentou historicizar as diferenças entre os dois espaços. Ela argumentava que o mundo “desenvolvido” não era ontologicamente diferente do mundo “subdesenvolvido”, mas apenas estava à frente dele no tempo. Os países subdesenvolvidos poderiam alcançar os países desenvolvidos aprendendo com os modelos dos países mais avançados e fazendo certas mudanças essenciais nas suas práticas sócio-culturais. A segunda tentativa foi a da teoria da dependência, que emergiu primeiramente da análise centro-periferia da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) sob Raúl Prebisch, e depois foi elaborada com uma ênfase mais política por diversos intelectuais latino-americanos e sul-asiáticos. Diferente da teoria da modernização, a teoria da dependência tinha um outro modelo de tempo. Opondo-se à ideia de que todos os estados começaram no mesmo ponto, com alguns avançando mais rapidamente que os outros, os teóricos da dependência enfatizavam o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (para usar a famosa expressão de Gunder Frank) Isto significava que do mesmo ponto de partida, algumas regiões se moveram para frente para se tornarem “desenvolvidas” e outras se moveram adiante no tempo para se tornarem “subdesenvolvidas”. Concluiu-se que as mudanças essenciais para realizar o catching-up não estavam na arena socio-cultural mas nas arenas econômica e política. Somente desta maneira, poderiam os países “subdesenvolvidos” sair da sua posição de inferior. A terceira tentativa foi a do revisionismo marxista, que tomou duas formas. A primeira variante foi uma consequência do famoso discurso de Khrushchev no 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética em 1956. Do mesmo modo que a teoria da modernização, o modelo soviético pós-1956 historicizou a diferença, e o caminho proposto para realizar o *catching-up* acabou se tornando surpreendentemente similar ao defendido pela teoria da modernização, com uma diferença crucial: a versão soviética sugeria que o país/modelo “avançado”, a ser imitado, era a URSS e não os EUA. A segunda e possivelmente mais importante variante do revisionismo marxista tomou outra direção. Ela foi lançada pela discussão sobre o “modo de produção asiático” que teve lugar primeiramente na Hungria e em alguns países da Europa Ocidental. O modo de produção asiático foi um dos conceitos menos felizes de Marx e foi abertamente banido por Stálin. Ter dado credibilidade renovada a este conceito gerou duas consequências teóricas. Provocou o questionamento da automaticidade da sequência de modos de produção que supostamente iria do comunismo primitivo ao mundo comunista do futuro. Desse modo possibilitou discutir a validade do conceito iluminista do “progresso” inevitável e unilinear. A segunda consequência diz respeito ao debate da “questão nacional”. Se alguns países (ou sociedades, ou formações sociais), mas não todos, passaram por um modo de produção asiático (ou algo coisa equivalente), isso significava que não havia mais um único caminho que todos os países deviam percorrer. Isto implicava que a análise social marxista de partes específicas do mundo deveria se basear nas particularidades históricas destas partes do mundo. O marxismo clássico era essencialmente nomotético. Esta discussão levava na direção de uma epistemologia idiográfica. Ela permitia à análise marxista deixar de tentar encaixar a história do não-ocidente em uma sequência derivada da análise do pensamento e das instituições europeias. A quarta tentativa foi aquela baseada no conceito braudeliano de *longue durée* e sua dupla ênfase na importância central da história socioeconômica combinada com a minimização da importância da história

Sua tese advoga que o que desfez o relativo sucesso de todas estas formas de revisionismo foi a *revolução mundial de 1968*⁴¹⁹. Nesse sentido, a revolução mundial de 1968 implicou na desilusão dos movimentos de libertação nacional, do movimento comunista e da atuação social-democrata (denominados como movimentos anti-sistêmicos) culminando por abalar a própria noção de progresso, cuja ideologia liberal se assentava. É nesta conjuntura mais propícia, em termos das condições concretas e históricas, aliada a construção de uma base institucional mais sólida⁴²⁰, que Wallerstein (2012a) admite o *surgimento da análise dos sistemas-mundos*⁴²¹.

A partir da publicação, em 1974, do primeiro volume de sua obra *The modern world-system: Capitalism Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*, o autor dá um passo decisivo em direção ao seu objetivo. Vejamos então, de maneira sintetizada, como ele concebe a origem, a dinâmica e o declínio do sistema-mundo. Para identificar o *surgimento da formação do sistema-mundo moderno*, aponta as contribuições levantadas pelas explicações civilizacionais - cujos elementos sugeridos se

política episódica, a assim chamada *histoire événementielle*. Este ataque à historiografia político-diplomática narrativa tradicional alcançou grande sucesso em partes significativas da comunidade histórica mundial”. (Id, Ibid, pps. 19-21, grifos do autor).

⁴¹⁸ “A limitação de cada um dos três primeiros revisionismos é terem continuado a considerar estados/sociedades/formações sociais como entidades autônomas separadas que seguem caminhos autônomos paralelos, em diferentes velocidades, em direção a um futuro mais ou menos inevitável. Isso impedia explicar a contínua polarização das diferentes regiões do sistema- mundo, polarização que parecia estar se ampliando em vez de estar se reduzindo. A limitação do caminho braudeliano foi que seus praticantes tenderam a confinar seu trabalho à análise dos séculos XV ao XVIII e estavam amplamente despreparados para olhar tanto para o tempo presente quanto para o longo itinerário de mudança histórica através dos milênios”. (Id, Ibid, p. 21).

⁴¹⁹ “Para sermos exatos, a primeira preocupação dos estudantes e da juventude que lideraram as diversas rebeliões que nós associamos a 1968 não eram as estruturas do saber. Em seus ataques às várias estruturas de autoridade, eles estavam acima de tudo preocupados com o que eles viam como as execráveis consequências da hegemonia dos EUA, bem como com o que muitos (talvez a maioria) deles consideravam o conluio soviético com os Estados Unidos. Em segundo lugar, eles estavam preocupados com o fracasso dos movimentos antissistêmicos históricos em chegar ao segundo passo da sua estratégia de dois passos – primeiro chegar ao poder do estado, para então mudar o mundo – adotada por estes movimentos no final do século XIX. De fato, eles disseram a estes movimentos: vocês mais ou menos alcançaram o poder do estado (para a maioria nos anos 1950 e 1960), mas definitivamente vocês não mudaram o mundo. Entretanto, na medida em que o processo revolucionário mundial avançou, mais e mais participantes dessas rebeliões começaram a sentir que os modos de organizar o saber e as categorias que estavam sendo usadas eram, elas próprias, os grandes obstáculos ao tipo de transformação que eles esperavam alcançar. Eles voltaram então sua atenção aos modos pelo qual o quadro epistemológico dominante sistematicamente negligenciava os “povos esquecidos”. E começaram a demandar que as instituições do saber reforçassem sua atenção nas realidades históricas e sociológicas. Este novo impulso – visto tanto por seus defensores quanto pelos adversários como um impulso político – provocou outra mudança nas realidades do sistema-mundo e possibilitou que os dissidentes do saber obtivessem apoio suficiente para que pudessem dizer que tinham se transformado em movimentos do saber”. (Id, Ibid, pps. 21-22).

⁴²⁰ As principais bases institucionais que compõem a perspectiva do sistema-mundo são o *Fernand Braudel Center* (fundado em 1976 e lotado na *University of New York*), o periódico *Review* (criado em 1977) e a seção *Political Economy of the World-Systems* da *American Sociological Association*.

⁴²¹ “A análise dos sistemas-mundo como um movimento do saber nasceu neste momento e dentro deste contexto. O que a análise dos sistemas-mundo tentou fazer foi tomar elementos de cada uma das quatro tentativas revisionistas e, juntando-os, construir uma ferramenta que fosse capaz de desafiar as premissas epistemológicas até então dominantes e que tinham moldado as assim chamadas disciplinas - como argumentos intelectuais, como aparatos organizacionais e como fenômenos culturais”. (Id, Ibid, p. 22).

mostram necessários, mas insuficientes - combinada com as explicações conjunturais. O resultado é afastar as tendências inevitáveis da ascensão do Ocidente por volta de 1500, como um aspecto civilizacional inexorável, e sugerir o carácter involuntário e contingente da transição do feudalismo ao capitalismo. Sua premissa fundamental baseia-se na ideia de que a emergência da economia-mundo remonta ao século XVI, na condição de *um sistema social mundial do qual suas partes constituintes apresentam vínculos do ponto de vista econômico, associados a uma divisão mundial do trabalho e, ao mesmo tempo, contidas por aparelhos burocráticos de Estado que compõem múltiplos sistemas políticos*. Em suas palavras:

Para descrever as origens e o funcionamento inicial dum sistema mundial, tive que formular uma certa concepção dum sistema-mundo. Um sistema-mundo é um sistema social, um sistema que possui limites, estruturas, grupos associados, regras de legitimação e coerência. A sua vida é feita das forças em conflito que o mantém unido por tensão e o dilaceram na medida em que cada um dos grupos procura eternamente remodelá-lo em seu proveito. Tem as características dum organismo, na medida em que tem um tempo de vida durante o qual as suas características mudam em alguns aspectos e permanecem estáveis noutros. Podem definir-se as suas estruturas, em momentos diferentes, como fortes ou fracas, em termos da lógica interna do seu funcionamento. O que caracteriza um sistema social, do meu ponto de vista, é o facto de a vida no seu seio ser em grande medida auto-contida, e de a dinâmica do seu desenvolvimento ser em grande medida interna. O leitor pode pensar que a utilização da expressão “em grande medida” é um exemplo de ambiguidade académica. Admito que não posso quantificar. Provavelmente nunca ninguém o poderá fazer, dado que a definição está baseada numa hipótese contrafactual: se o sistema, por qualquer razão, ficasse isolado de todas as forças externas (o que praticamente nunca acontece), a definição implica que o sistema continuaria a funcionar substancialmente da mesma maneira. Uma vez mais, evidentemente, é difícil traduzir o termo substancialmente em critérios operacionais fortes. De qualquer modo, a questão é importante, e é chave para muitas das análises empíricas deste livro. Talvez devêssemos considerar a ideia de auto-inclusão como um absoluto teórico, uma espécie de vazio social, raras vezes visível e ainda mais improvável de criar artificialmente, mas que ainda assim constitui uma assíntota socialmente real, a distância a partir da qual é de alguma forma mensurável. Utilizando tal critério, defende-se aqui que a maior parte das entidades usualmente descritas como sistemas sociais – “tribos”, comunidades, nações-estados - não são, de facto, sistemas totais. Pelo contrário, de facto argumentamos que os únicos sistemas sociais reais são, por um lado, as economias de subsistência que não façam parte de sistema algum que exija tributos regulares, e, por outro lado, os sistemas mundiais. É preciso, evidentemente, distinguir estes últimos das primeiras, porque são relativamente grandes; isto é, constituem, em linguagem familiar, verdadeiros “mundos”. Mais precisamente, todavia, são definidos pelo facto de a sua auto-inclusão como entidade económico-material estar baseada numa divisão extensiva do trabalho e de conterem no seu seio uma multiplicidade de culturas⁴²².

E, assim, prossegue identificando a *especificidade* de uma economia-mundo:

Defende-se também aqui que até ao momento só existiram duas variedades de tais sistemas mundiais: impérios-mundo, nos quais existe um único sistema sobre a maior parte da área, por mais atenuado que seja o grau do seu controle efectivo; e aqueles sistemas em que tal sistema político único não existe sobre toda, ou quase toda, a sua extensão. Por conveniência, e à falta de um termo melhor, utilizamos o termo “economia-mundo” para definir estes últimos. [...] antes da era moderna as economias-mundo eram estruturas altamente instáveis, que tendiam a converter-se

⁴²² Cf. WALLERSTEIN, 1990, pps. 337-338.

em impérios ou a desintegrar-se. A peculiaridade do sistema mundial da Idade Moderna é que uma economia-mundo tenha sobrevivido durante 500 anos e no entanto não tenha chegado a transformar-se em império-mundo - peculiaridade que é o segredo da sua força. Esta peculiaridade é o aspecto político da forma de organização económica chamada capitalismo⁴²³.

Eis aqui a caracterização da *economia-mundo capitalista*:

O capitalismo foi capaz de florescer precisamente porque a economia-mundo continha dentro dos seus limites não um mas múltiplos sistemas políticos. Não estou a defender aqui o clássico argumento da ideologia capitalista segundo o qual o capitalismo é um sistema baseado na não interferência do Estado nos assuntos económicos. Antes pelo contrário! O capitalismo baseia-se na constante absorção das perdas económicas pelas entidades políticas, enquanto os ganhos económicos se distribuem entre mãos “privadas”. O que defendo em vez disso é que o capitalismo como modo económico se baseia no facto de os factores económicos operarem no interior duma arena maior do que a que qualquer entidade política pode controlar totalmente. Isto dá aos capitalistas uma liberdade de manobra que tem uma base estrutural. Ela tomou possível a expansão económica constante do sistema mundial, apesar duma distribuição muito desigual dos seus frutos. O único sistema mundial alternativo que podia manter um alto nível de produtividade e mudar o sistema de distribuição envolveria a reintegração dos níveis de decisão política e económica. Isto constituiria uma terceira forma possível de sistema mundial, um governo mundial socialista. Esta não é uma forma que exista no presente, e não era, nem remotamente concebível no século XVI⁴²⁴.

Esta economia-mundo capitalista está fundamentada por uma divisão do trabalho integrada pelo mercado e não por uma entidade política central (não há uma unidade política central, mas vários Estados interligados) e por regiões cultural e politicamente distintas, interdependentes economicamente⁴²⁵. A unidade económica recai na forma como a divisão

⁴²³ Cf. Id, Ibid, p. 338.

⁴²⁴ Cf. Id, Ibid, p. 338.

⁴²⁵ “Definimos um sistema mundial como um sistema em que existe uma divisão extensiva do trabalho. Esta divisão não é meramente funcional – isto é, ocupacional – mas geográfica. Quer dizer, a gama de tarefas económicas não está distribuída uniformemente por todo o sistema mundial. Em parte isso é consequência de considerações ecológicas, sem dúvida. Mas na sua maior parte é função da organização social do trabalho, que aumenta e legitima a capacidade de certos grupos dentro do sistema explorarem o trabalho de outros, isto é, receberem uma maior parte do excedente. Enquanto num império a estrutura política tende a ligar a cultura com a ocupação, numa economia-mundo a estrutura política tende a ligar a cultura com a localização espacial. A razão é que numa economia-mundo o primeiro ponto de pressão política acessível aos grupos é a estrutura local (nacional) do Estado. A homogeneização cultural tende a servir os interesses de grupos chave, e as pressões erguem-se para criar identidades cultural-nacionais. Este é particularmente o caso nas áreas favorecidas da economia-mundo - aqueles a que chamámos Estados do centro. Em tais estados, a criação dum forte aparelho de Estado ligado a uma cultura nacional, fenómeno muitas vezes chamado integração, serve como mecanismo para proteger as disparidades surgidas no interior do sistema mundial e como máscara ideológica justificadora da manutenção de tais disparidades. As economias-mundo estão divididas, pois, em estados do centro e áreas periféricas. Não digo estados periféricos porque uma característica das áreas periféricas é que o Estado indígena é débil, oscilando entre a não existência (isto é, uma situação colonial) e a existência com um escasso grau de autonomia (isto é, uma situação neocolonial). Existem também áreas semiperiféricas que estão entre o centro e a periferia numa série de dimensões, tais como a complexidade das atividades económicas, a força do aparelho de Estado, a integridade cultural, etc. Algumas destas áreas tinha sido áreas centrais em versões anteriores de uma certa economia-mundo. Outras tinham sido áreas periféricas, promovidas mais tarde, por assim dizer, em resultado da geopolítica mutável duma economia-mundo em expansão. Contudo, a semiperiferia não é um artifício de pontos de cortes estatísticos, nem uma categoria residual. A semiperiferia é um elemento estrutural necessário numa economia-mundo. Estas áreas têm um papel paralelo ao representado, *mutatis mutandis*, pelos grupos comerciantes intermédios num império. São pontos colectores de qualificações vitais, com frequência

internacional do trabalho reforça as disparidades no interior da economia-mundo e em sua relação com a arena externa⁴²⁶.

Com o conceito de sistema-mundo moderno, inova em três aspectos: (i) redefine a *unidade de análise*, onde o próprio sistema representa a unidade em torno do qual a análise da mudança social deve operar: o sistema-mundo moderno caracteriza-se por ser uma economia-mundo capitalista, seja porque o mercado apresenta a forma de organização da vida econômica, seja também porque esta organização está voltada para a acumulação incessante de capital - apoiado na divisão mundial do trabalho e dividida entre o centro, a semiperiferia e a periferia – com vistas a consolidar uma distribuição desigual do excedente em benefício do centro; (ii) reorienta a *relação espaço-tempo*, ao admitir o sistema-mundo moderno como um todo espaço-temporal, no qual o espaço coincide com o eixo da divisão social do trabalho, que integra as suas partes constituintes⁴²⁷, ao passo da temporalidade do próprio sistema estar marcada pelos momentos de gênese, funcionamento e declínio: a origem e o desfecho são indeterminantes, entretanto, sua dinâmica está centrada nas tendências seculares e conjunturais que lentamente vão implicando na desestruturação do sistema até a sua completa dissolução e a emergência de um novo sistema social⁴²⁸ e (iii) aponta a *superação das*

politicamente impopulares. Estas áreas intermédias (como os grupos intermediários num império) desviam parcialmente as pressões políticas que os grupos localizados primariamente nas periféricas poderiam noutro caso dirigir contra os estados do centro e os grupos que operam no interior e através dos seus aparelhos de Estado. Por outro lado, os interesses localizados basicamente na semiperiferia acham-se no exterior da arena política dos estados do centro, e é-lhes difícil prosseguir os seus fins através de coligações políticas que poderiam estar abertas para eles se estivessem na mesma arena política”. (Id, Ibid, p. 339).

⁴²⁶ “A divisão dum economia-mundo supõe uma hierarquia de tarefas ocupacionais na qual as tarefas que exigem maiores níveis de qualificação e uma maior capitalização estão reservadas às áreas mais bem posicionadas. Dado que uma economia-mundo capitalista recompensa essencialmente o capital acumulado, incluindo o capital humano, em maior medida que a força de trabalho “em bruto”, a má distribuição geográfica destas qualificações ocupacionais envolve uma forte tendência para a sua auto-manutenção. As forças do mercado reforçam-na em vez de a minar. E a ausência dum mecanismo central na economia-mundo torna muito mais difícil a introdução de forças capazes de contrariar a má distribuição dessas recompensas. Portanto, o processo de expansão dum economia-mundo tende a aumentar as distâncias económicas e sociais entre as suas diferentes áreas no próprio processo do seu desenvolvimento. Um factor que tende a mascarar este facto é que o processo de desenvolvimento dum economia-mundo traz consigo avanços tecnológicos que tornam possível a expansão dos seus limites. Neste caso, regiões particulares do mundo podem mudar o seu papel estrutural na economia-mundo, em benefício próprio, apesar de simultaneamente poder continuar a aumentar a disparidade de recompensas entre os diferentes sectores da economia-mundo no seu conjunto. Foi para observar este fenómeno decisivo que insistimos na distinção entre uma área periférica dum economia-mundo dada e a arena externa dessa mesma economia-mundo. A arena exterior de um século converte-se com frequência na periferia - ou semiperiferia - do seguinte. Mas, por outro lado, os estados do centro podem também passar a semiperiféricos e os semiperiféricos a periféricos”. (Id, Ibid, pps. 339-340).

⁴²⁷ Neste aspecto, Wallerstein (1990) sustenta a existência de cadeias de mercadorias (cadeias de valor) na qual cada processo ou etapa do processo de produção exprimem encadeamentos vinculatórios, à jusante e/ou à montante, construindo-se redes. Através destas redes, o capital pode controlar e articular em torno de si distintas formas de trabalho (a exemplo do trabalho compulsório, dos produtores independentes e das economias familiares semiproletarizadas).

⁴²⁸ Em relação às tendências seculares, Wallerstein (1990) apresenta três elementos que, em grande medida, acabam por influenciar a dinâmica do sistema-mundo moderno, a saber: a pressão dos níveis reais de

concepções dominantes das ciências sociais associadas à formatação das estruturas do conhecimento, à medida que procura solidificar uma ciência social histórica, da qual se empreenda uma compreensão dos sistemas sociais históricos enquanto unidade de análise e a longa duração como nível de realidade privilegiado para o estudo da mudança social⁴²⁹.

O sistema-mundo moderno, portanto, é uma economia-mundo capitalista. Significa dizer que, enquanto tal, expressa uma estrutura formal regida por uma “lei do valor” fundamentalmente marcada pelo processo de “mercantilização de tudo”, cuja dinâmica repousa na acumulação de capital incessante e nos mecanismos de distribuição do excedente, profundamente assimétricos. Esta orientação impõe a consecução de uma lógica sistêmica envolvendo uma superestrutura política, composta por múltiplos Estados soberanos, que compõem um sistema interestatal. Neste aspecto, verifica-se uma intrincada trama denotada na relação entre o Estado e o mercado e entre os próprios Estados. Para Wallerstein, a organização da vida social mediada pelo mercado é um expediente permanentemente ancorado na perspectiva de se desvincular progressivamente o mercado pelo Estado, operando-se em prol da construção de monopólios contra o mercado⁴³⁰. Esse mecanismo está circunscrito simultaneamente no nível do sistema, na acirrada rivalidade entre os Estados nacionais, retroalimentando a necessidade dos Estados do centro manter seus meios para preservarem suas posições privilegiadas, à medida que os demais Estados buscam se esforçar para almejem condições melhores ou possivelmente escaparem das zonas periféricas⁴³¹.

Tomado em conjunto, estas dinâmicas se entrelaçam a ponto de permitirem a expansão e extensão da acumulação de capitais, sustentada pela soberania de um Estado hegemônico, que assim está configurado porque se mostra capaz de garantir a manutenção das condições

remuneração do trabalho sobre os custos de produção; o custo progressivo dos insumos e a elevação da pressão tributária ou da forma de taxação via impostos. No que tange às tendências conjunturais, o autor destaca o papel dos ritmos cíclicos identificados pelos ciclos de Kondratieff, geralmente assumindo uma duração de cinquenta anos e demarcados pela fase A (expansão) e pela fase B (contração). Em sua avaliação, o que rege os ciclos de Kondratieff é a variação contínua da oferta comparada a variação descontínua da demanda. Todos estes elementos (seculares e conjunturais) tendem a intensificar a tensão entre as classes e a rivalidade interestatal e a propiciar a tendência à queda da taxa de lucro do sistema.

⁴²⁹ Wallerstein procura dirimir a separação entre o conhecimento nomotético (regido pela abstração e de caráter generalizante) – das ciências sociais – e o conhecimento ideográfico (marcado pela concretude e de caráter particularizante) – da história. Portanto, o pressuposto de Wallerstein reside na ideia de construir uma ciência social histórica, uma ciência unitária, à medida que os conceitos admitem abstrações gerais, mas estão condicionados em raízes históricas e validados somente a partir de parâmetros indissociáveis entre tempo e espaço.

⁴³⁰ O argumento é que os capitalistas necessitam da organização da sociedade em torno do mercado, mediada pelo Estado, para almejem posições privilegiadas, ou seja, necessitam da lógica mercantil regendo toda a sociedade, para, a partir disso, disputarem a busca por monopólios junto ao Estado em que esta lógica fica em segundo plano.

⁴³¹ Wallerstein (2005) desenvolve a ideia de que o sistema interestatal esteve submetido a um ciclo de hegemonias, dentre as quais se verificam três delas até então: o ciclo hegemônico holandês, o britânico e o atual norte-americano.

de funcionamento do sistema. Por outro lado, no plano interno, cada Estado deve ser provedor dos meios para efetivar suas formas de dominação e, na visão do autor, a mais consistente delas reside no *nacionalismo*, entendido como elemento de identidade crucial para a sedimentação da estrutura estatal. Temos então que a luta política envolve o expediente da legitimidade do Estado internamente e, ao mesmo tempo, implica a posição deste Estado no sistema interestatal. Em outras palavras: *a força de um Estado é dada tanto pela capacidade de legitimidade interna quanto pela capacidade de exercer autoridade sobre os demais Estados.*

O passo seguinte é analisar a luta política através da articulação entre as formas de produção da vida material e as formas de organização política. Para o autor, a Revolução Francesa abriu o caminho para se pensar a mudança social, pois com a dissolução do Antigo Regime, as sociedades poderiam, pela primeira vez na história, libertar-se de seus grilhões e direcionarem o seu rumo com vistas a difundir em todos os aspectos a tendência do progresso da humanidade, marcado por uma reflexão imanente sobre a natureza dos problemas sociais. As formas de organização política e o modo de funcionamento do Estado moderno passaram a estar circunscritas em três ideologias principais: o conservadorismo, o liberalismo e o socialismo⁴³². São estas três ideologias que denotam o que o autor chamou de *geocultura*, isto é, as normas e os modos de discursos difundidos e legitimados no interior do sistema-mundo, destinados à tentativa de controle sobre as mudanças sociais e sobre o ritmo dessas mudanças: trata-se de ideias que indicam certo compromisso moral capaz de orientar a conduta e a ação dos indivíduos⁴³³.

A partir desta forma de apreensão, assevera que o período entre 1848 e 1914 marcou o momento em que o impasse entre as três ideologias descortina na consolidação do programa liberal nos Estados do centro do sistema-mundo moderno. Este *liberalismo centrista* está caracterizado pela atuação do cidadão, provido pelo sufrágio universal e pelo acesso a uma

⁴³² Para Wallerstein (2002), o conservadorismo surge enquanto ideologia contrarrevolucionária, diferentemente do liberalismo que apostavam no caráter imanente da mudança social e das transformações das hierarquias tradicionais através de determinadas reformas, sobretudo, no plano do acesso à educação. Estas duas ideologias dominaram a geocultura do sistema-mundo até a emergência das revoluções de 1848, embrenhadas pelo radicalismo. No entanto, as três fracassam: os conservadores mostraram-se incapaz de reafirmar as edificações do Antigo Regime; os radicais não propiciaram a ruptura almejada com os pilares da nova ordem e os liberais se revelaram insuficientes.

⁴³³ Wallerstein (2002) assevera que a luta política não se encontra delimitada pela luta de classe, sendo necessário levar em consideração os conflitos circunscritos nas diferenciações sociais em termos de *status* ou identidades. Os grupos de *status* e as classes articulam-se em função das instituições familiares (unidades domésticas), trans-familiares (escola, igreja, etc.) e da posição alcançada nas firmas e no Estado, representando assim determinadas hierarquias. Estas hierarquias são aparentemente camufladas pelos princípios universalistas que, na verdade, nada mais servem do que um disposto utilizado pelo sistema para promover a manutenção das próprias hierarquias. Para o autor, este universalismo europeu sempre esteve fortemente apoiado no racismo, no sexismo e na xenofobia.

rede de proteção social que tende a variar de acordo com a história de cada país central. Importa ressaltar que o liberalismo centrista não significa a vitória exclusiva do liberalismo, mas, sobretudo, representa o elemento crucial da geocultura do sistema-mundo moderno. É no bojo desse processo que admite a institucionalização do Estado liberal como horizonte definidor da atuação dos movimentos antissistêmicos⁴³⁴ e do papel adquirido pela ciência social, na condição de portadora dos desígnios do progresso humano, de cujas críticas se valerão o autor.

Uma vez analisado a origem e a dinâmica do sistema-mundo moderno, enquanto uma economia-mundo capitalista, cabe demonstrar como é que, em sua visão, ele entra em crise. De acordo com Wallerstein, *as crises só devem ser interpretadas como tais quando se tratam de um momento crítico, em que as soluções não podem ser apreendidas no âmbito do próprio sistema*⁴³⁵. É a partir desta perspectiva⁴³⁶ que procura se colocar no debate sobre a crise

⁴³⁴ Wallerstein (2002) defende a tese de que, por um lado, os movimentos antissistêmicos, entre 1848 e 1945, foram incapazes de estabelecer pontos comuns para a necessária luta pela mudança social (cita, por exemplo, a dificuldade da velha esquerda em encampar as lutas dos grupos de *status* ou identitários), algo que somente começou a se esboçar a partir da revolução mundial de 1968, ainda que de maneira residual, e, por outro lado, os movimentos antissistêmicos são fruto do próprio sistema e, por isso, apenas em momentos de crise é que eles podem passar a ganhar novo caráter, sobretudo, mais além da tentativa, sempre fracassada, de tomar o controle do Estado.

⁴³⁵ A discussão sobre a crise estrutural aparece em muitas obras de Wallerstein. No entanto, a análise aprofundada acerca desta questão é mais explícita em: WALLERSTEIN, I. *Crisis as transition*. In: AMIN, S. *et al. Dynamics of global crisis*. New York: Monthly Review Press, 1982 e WALLERSTEIN, I. *World-systems analysis: an introduction*. Durham: Duke University Press, 2004, cap. 5 e nos artigos mais recentes: WALLERSTEIN, I. *Structural Crises*. *New Left Review*, 62, mar-abr, 2010, pps.133-142 e WALLERSTEIN, I. *The structural crisis in the world-system: where do we go from here?* *Revista Via Atlântica*, São Paulo, n. 21, pps. 15-26, jul/2012. Nestes artigos, apresenta-se uma versão mais atualizada e condensada de suas análises. Para os nossos propósitos aqui, nos apoiaremos nestes últimos artigos.

⁴³⁶ “Hemos dicho que los sistemas históricos tienen vidas. Alcanzan la existencia en algún punto del tiempo y del espacio, por razones y de maneras que podemos analizar. Si sobreviven a los dolores del nacimiento, siguen entonces su vida histórica dentro del marco y las constricciones de las estructuras que los constituyen, siguiendo sus ritmos cíclicos y atrapados en sus tendencias seculares. Estas tendencias seculares, inevitablemente se aproximan a las asíntotas que agravan considerablemente las contradicciones internas del sistema: esto es, el sistema encuentra problemas que no puede resolver, y esto causa lo que podemos llamar crisis sistémica. Con frecuencia, la gente usa el término crisis en forma casual, simplemente para indicar un periodo de dificultades en la vida de un sistema. Pero cuando la dificultad puede ser resuelta de algún modo, no existe una crisis verdadera sino una mera dificultad construida dentro del sistema. Las verdaderas crisis son aquellas dificultades que no pueden ser resueltas dentro del marco del sistema, sino que deben resolverse por fuera y más allá del sistema histórico del cual las dificultades son parte. Para usar el lenguaje técnico de las ciencias naturales, lo que sucede es que el sistema se bifurca, esto es, encuentra que sus ecuaciones básicas pueden ser resueltas de dos modos muy diferentes. Podemos traducir esto a un lenguaje cotidiano diciendo que el sistema se enfrenta a dos soluciones alternativas para la crisis, ambas intrínsecamente posibles. De hecho, los integrantes del sistema son llamados en forma colectiva a realizar una opción histórica sobre cuál de los caminos alternativos debe seguirse, es decir, qué nuevo sistema ha de construirse. Puesto que el sistema existente ya no puede funcionar adecuadamente dentro de los parámetros definidos, el tomar una decisión sobre cómo abandonar el sistema, sobre el sistema (o sistemas) futuros que han de construirse, es inevitable. Pero cuál de las opciones elegirán colectivamente los participantes es inherentemente imprevisible. El proceso de bifurcación es caótico, lo que significa que cada pequeña acción llevada a cabo en este periodo es pasible de conllevar importantes consecuencias. Observamos que en tales condiciones, el sistema tiende a oscilar bruscamente. Pero eventualmente termina inclinándose en una dirección. Suele llevar bastante tiempo hasta que se arriba a la elección definitiva. Podemos llamar a este periodo de transición, uno cuyo resultado es incierto. En algún

estrutural⁴³⁷. Em sua formulação, a crise dos anos de 1970 explicita a conjunção de três crises, cujo ponto de partida se dá em 1968, com a “revolução mundial”, e se consolida após 1989, com a dissolução da URSS, a saber: *a crise do ciclo econômico global do sistema-mundo moderno, a crise da hegemonia norte-americana e a crise do liberalismo centrista enquanto ideologia dominante do sistema*. Em suas palavras:

In the late 1960s and early 1970s both the hegemonic cycle and the overall economic cycle of the modern world-system entered a phase of decline. The period from 1945 to circa 1970—aptly referred to in French as *les trente glorieuses*—had marked the height of us hegemony and also coincided with the most expansive Kondratieff A-upturn that the capitalista world-economy had ever known. The downturns were absolutely normal, not only in the sense that all systems have cyclical rhythms—it is how they live, the way they deal with the inevitable fluctuations of their operations—but also because of how capitalism as a world-system functions. There are two key issues here: how producers make profit; and how states guarantee the world order within which producers may make profit. Let us take each in turn⁴³⁸.

Sobre a questão do declínio do ciclo econômico global, sustenta o argumento da tendência à queda da taxa de lucro⁴³⁹. Ao mesmo tempo em que a economia-mundo entra em um período de estagnação, inerente à fase B do ciclo de Kondratieff, o *hegemon* também

momento, sin embargo, existe un resultado claro y entonces nos encontramos finalmente inmersos en un nuevo sistema histórico. El sistema-mundo moderno en el que vivimos, el de una economía-mundo capitalista, se encuentra precisamente en una crisis semejante, y lo ha estado durante ya un tiempo. Esta crisis puede continuar por unos veinticinco a cincuenta años más. Puesto que una de las características centrales de tales periodos de transición es que nos enfrentamos a bruscas oscilaciones de todas las estructuras y procesos que hemos conocido como parte inherente del sistema-mundo existente, nos encontramos con que nuestras expectativas a corto plazo son necesariamente inestables. Esta inestabilidad puede generar una ansiedad considerable y por lo tanto violencia en lo que las personas intentan preservar los privilegios adquiridos y el rango jerárquico en una situación muy inestable. En general, este proceso puede llevar a conflictos sociales que pueden tomar una forma bastante desagradable”. (WALLERSTEIN, 2005, pps. 105-106).

⁴³⁷ “The term ‘crisis’ played a central role in many national political debates during the 1970s, although definitions of it varied widely. Towards the end of the century it had largely been replaced by another, more optimistic term, ‘globalization’. Since 2008, however, the tone has turned sombre again, and the notion of ‘crisis’ has abruptly resurfaced; but its usage is just as loose as ever. The questions of how to define a crisis, and how to explain its origins, have once again come to the fore”. (WALLERSTEIN, 2010, p. 133).

⁴³⁸ Cf. WALLERSTEIN, 2010, p. 133.

⁴³⁹ “Capitalism is a system in which the endless accumulation of capital is the *raison d’être*. To accumulate capital, producers must obtain profits from their operations, which is possible on a significant scale only if the product can be sold for considerably more than it cost to produce. In a situation of perfect competition, it is impossible to make profits on such a scale: a monopoly, or at least a quasi-monopoly, of world-economic power is required. The seller can then demand any price, as long as he does not go beyond what the elasticity of demand permits. Whenever the world-economy is expanding significantly some ‘leading’ products are relatively monopolized, and it is from the profits on these that large amounts of capital can be accumulated. The forward and backward linkages of such products form the basis for an overall expansion of the world-economy. We call this the A-phase of a Kondratieff cycle. The problem for capitalists is that all monopolies are self-liquidating, due to the fact that new producers can enter the world market, however politically well defended a given monopoly may be. Of course, entry takes time; but sooner or later the degree of competition rises, prices go down and therefore profits go down too. When profits for the leading products decline sufficiently, the world-economy ceases to expand, and enters into a period of stagnation—the B-phase of a Kondratieff cycle”. (Id, Ibid, pps. 133-134).

começa a entrar em declínio⁴⁴⁰. Em relação ao declínio do liberalismo centrista, na condição de ideologia do sistema-mundo moderno, localiza na revolução mundial de 1968 a sua origem⁴⁴¹: embora a centralidade alcançada pela velha esquerda tenha implicado em condições específicas para a manutenção da estabilidade relativa do poder hegemônico norte-americano⁴⁴², a emergência da revolução de 1968 impõe a alteração destas políticas

⁴⁴⁰ “The second condition for capitalist profit is that there be some kind of relative global order. While world wars offer some entrepreneurs opportunities to do very well, they also occasion enormous destruction of fixed capital and considerable interference with world trade. The overall balance-sheet of world wars is not positive, a point Schumpeter repeatedly made. Ensuring the relatively stable situation required for profit-making is the task of a hegemonic power strong enough to impose it on the world-system as a whole. Hegemonic cycles have been much longer than Kondratieff cycles: in a world of multiple so-called sovereign states, it is not easy for one to establish itself as the hegemonic power. It was done first by the United Provinces in the mid-17th century, then by the United Kingdom in the mid-19th century, and finally by the United States in the mid-20th century. The rise of each hegemonic power has been the result of a long struggle with other potential hegemonies. Up to now the winner has been the state that has been able to assemble the most efficient productive machinery, and then to win a ‘thirty years’ war’ with its principal rival. The hegemon is then able to set the rules by which the interstate system operates, to assure its smooth functioning and to maximize the flow of accumulated capital to its citizens and productive enterprises. One could call this a quasi-monopoly of geopolitical power. The problem for the hegemonic power is the same as that facing a leading industry: its monopoly is self-liquidating. Firstly, the hegemon has on occasion to exercise its military power to maintain order. But wars cost money and lives, and have a negative impact on its citizens, whose initial pride in victory may evaporate as they pay the increasing costs of military action. Large-scale military operations are often less effective than expected, and this strengthens those who wish to resist in the future. Secondly, even if the hegemon’s economic efficiency does not immediately falter, that of other countries begins to rise, making them less ready to accept its dictates. The hegemon enters into a process of gradual decline relative to the rising powers. The decline may be slow, but it is nonetheless essentially irreversible. What made the moment of 1965–70 so remarkable was the conjoining of these two kinds of downturn—the end of the historically most expansive Kondratieff A-phase, and the beginning of the decline of the historically most powerful hegemon. It is no accident that the world revolution of 1968 (actually 1966–70) took place at that turning point, as an expression of it”. (Id, Ibid, pps. 134-135).

⁴⁴¹ “The world revolution of 1968 marked a third downturn - one that has occurred only once, however, in the history of the modern world-system: the decline of the traditional anti-systemic movements, the so-called Old Left. Composed essentially of the Communists, Social-Democrats and national-liberation movements, the Old Left arose slowly and laboriously across the world-system, primarily throughout the last third of the nineteenth century and the first half of the twentieth; ascending from a position of political marginality and weakness as of, say, 1870, to one of political centrality and considerable strength around 1950. These movements reached the summit of their mobilizing power in the period from 1945 to 1968 - exactly the moment of both the extraordinary Kondratieff A-phase expansion and the height of us hegemony. I do not think this was fortuitous, although it might seem counter-intuitive. The world economic boom led entrepreneurs to believe that concessions to the material demands of their workers cost them less than interruptions to the productive process. Over time, this meant rising costs of production, one of the factors behind the end of the quasi-monopolies in leading industries. But most entrepreneurs make decisions that maximize short-term profits - over the succeeding three years, say - and leave the future to the gods”. (Id, Ibid, p. 135).

⁴⁴² “Parallel considerations influenced the policies of the hegemonic power. Maintaining relative stability in the world-system was an essential objective, but the United States had to weigh the cost of repressive activity against the cost of concessions to demands from national-liberation movements. Reluctantly at first, but later more deliberately, Washington began to favour a controlled ‘decolonization’, which had the effect of bringing such movements to power. Hence, by the middle of the 1960s, one could say that the Old Left movements had achieved their historic goal of state power almost everywhere—at least on paper. Communist parties ruled one-third of the world, social-democratic parties were in power, or alternating power, in most of another third: the pan-European world; in addition, the principal policy of the social-democratic parties — the welfare state—was accepted and practised by their conservative opponents. National-liberation movements had come to power in most of the former colonial world, as had populist movements in Latin America. Many analysts and militants today would criticize the performance of these movements, but this is to forget the fear that pervaded the world’s wealthier and more conservative strata in face of what looked to them like a juggernaut of destructive egalitarianism, equipped with state power”. (Id, Ibid, pps. 135-136).

hegemônicas assim como destrona a ideologia dominante vigente, assentada no liberalismo centrista⁴⁴³. Este quadro de declínio dificilmente conseguirá se cessar, chegando a se aprofundar cada vez mais, diante da incapacidade de reverter a tendência à queda da taxa de lucro e os desdobramentos da crise de hegemonia norte-americana. Em sua visão:

The downturn into which the world has fallen will continue now for some time, and will be quite deep. It will destroy the last remaining pillar of relative economic stability, the role of the us dollar as reserve currency for safeguarding wealth. As this happens, the main concern of every government in the world will be to avert uprisings of unemployed workers and the middle strata whose savings and pensions are disappearing. Governments are currently turning to protectionism and printing money as their first line of defence. Such measures may assuage momentarily the pain of ordinary people, but it is probable that they will make the situation even worse. We are entering systemic gridlock, from which exit will be extremely difficult. This will express itself in ever wilder fluctuations, which will make short-term predictions—both economic and political—virtually guesswork. This in turn will aggravate popular fears and the sense of alienation. Some claim that the greatly improved relative economic position of Asia—Japan, South Korea, Taiwan, China and to a lesser extent India—will allow a resurgence of capitalist enterprise, through a simple geographical shift of location. One more illusion! The relative rise of Asia is a reality, but one that undermines further the capitalist system by over-extending the distribution of surplus-value, thus reducing overall accumulation for individual capitals rather than increasing it. China's expansion accelerates the structural profit squeeze of the capitalist world-economy⁴⁴⁴.

⁴⁴³ “The world revolution of 1968 changed all that. Three themes predominated in its multiple uprisings: the first was that us hegemonic power was overstretched and vulnerable—in Vietnam the Tet offensive was taken to be the death knell for us military operations. Revolutionaries also attacked the role of the Soviet Union, which they saw as a collusive participant in us hegemony—a feeling that had been growing everywhere since at least 1956. The second theme was that the Old Left movements had failed to deliver on their historic promises. All three varieties had been premised on the so-called two-stage strategy—first take state power, then change the world. The militants in effect said: ‘You have taken state power but have not changed the world. If we wish to change the world, we need new movements and new strategies.’ The Chinese Cultural Revolution was taken by many as the model for this possibility. The third theme was that the Old Left had ignored the forgotten peoples—those downtrodden because of their race, gender, ethnicity or sexuality. The militants insisted that demands for equal treatment could no longer be deferred—they constituted part of the urgent present. In many ways, the Black Power movement in the United States was the paradigmatic example”. (Id, Ibid, p. 136). E, prossegue: “The world revolution of 1968 was both an enormous political success and an enormous political failure. It rose like a phoenix, burned bright across the globe, but by the mid-1970s seemed to be extinguished almost everywhere. What had been accomplished by this wild brushfire? Centrist liberalism had been dethroned as the governing ideology of the worldsystem, and was reduced to being simply one alternative among others; the Old Left movements were destroyed as mobilizers of any kind of fundamental change. But the triumphalism of 1968 proved shallow and unsustainable. The world right was equally liberated from any attachment to centrist liberalism. It took advantage of the world-economic stagnation and the collapse of the Old Left to launch a counter-offensive, that of neoliberal globalization. The prime objectives were to reverse all the gains of the lower strata during the Kondratieff A-phase: to reduce the costs of production, to destroy the welfare state and to slow the decline of us power. Its onward march seemed to culminate in 1989, as the ending of Soviet control over its East-Central European satellites and the dismantling of the ussr itself led to a new triumphalism on the right. The offensive of the world right was both a great success and a great failure. What has sustained the accumulation of capital since the 1970s has been a turn from seeking profits through productive efficiency to seeking them through financial manipulations, more correctly called speculation. The key mechanism has been the fostering of consumption via indebtedness. This has happened in every Kondratieff B-phase; the difference this time has been the scale. After the biggest A-phase expansion in history, there has followed the biggest speculative mania. Bubbles moved through the whole world-system—from the national debts of the Third World and socialist bloc in the 1970s to the junk bonds of large corporations in the 1980s, the consumer indebtedness of the 1990s and the us government indebtedness of the Bush era. The system has gone from bubble to bubble, and is currently trying to inflate yet another, with bank bailouts and the printing of dollars”. (Id, Ibid, pps. 136-137).

⁴⁴⁴ Cf. Id, Ibid, pps. 137-138.

Aliado a estes elementos conjunturais, precipitados a partir da década de 1970, o passo subsequente é analisar as tendências seculares e a forma como elas influem na nova conjuntura. Nesse sentido, destaca o papel das despesas gerais sistêmicas, tais como: o custo de manutenção da força de trabalho, o custo dos insumos e o custo de taxaço (impostos)⁴⁴⁵.

⁴⁴⁵ Vejamos em suas palavras: “It is at this point that we must consider the secular trends of the world-system, as opposed to its cyclical rhythms. These rhythms are common to many kinds of systems, and are part of how they operate, how they breathe, if you will. But the B-phases never end at the point where the preceding A-phases began. We may think of each upturn as a contribution to slow-moving upward curves, each approaching its own asymptote. In the capitalist world-economy, it is not difficult to discern which curves matter most. Since capitalism is a system in which endless accumulation is paramount, and since one accumulates capital by making profits in the market, the key issue is how to make products for less than the prices for which they can be sold. We therefore have to determine both what goes into the costs of production and what determines prices. Logically, production costs are those of personnel, inputs and taxation. All three have been rising as a percentage of the actual prices for which products are sold. This is so despite the repeated efforts of capitalists to push them down, and despite the waves of technological and organizational improvements that have increased the so-called efficiency of production”. (Id, Ibid, p. 138). Em relação aos custos com a manutenção da força de trabalho, nos diz que: “Personnel costs may in turn be divided into three categories: the relatively unskilled workforce, intermediate cadres and top managers. The wages of the unskilled tend to increase in A-phases as a result of some kind of syndical action. When these rise too high for given entrepreneurs, particularly for the leading industries, relocation to historically lower-wage areas during the B-phase is the main remedy; if similar action takes place in the new location, a second move occurs. These shifts are costly but successful; however, worldwide there is a ratchet effect—the reductions never totally eliminate the increases. Over 500 years, this repeated process has exhausted the loci into which capital can relocate. This is evidenced by the deruralization of the world-system. The increase in the cost of workforce cadres is the result, first, of the expanded scale of productive units, which require more intermediate personnel. Second, the political dangers of syndical organization by relatively low-skilled personnel are countered by the creation of a larger intermediate layer, political allies for the ruling stratum and models of upward mobility for the unskilled majority. The rise in the costs of top managers, meanwhile, is the direct result of the increased complexity of entrepreneurial structures—the famous separation of ownership and control. This makes it possible for top managers to appropriate ever larger portions of the firm’s receipts as rent, thereby reducing what goes to the owners as profit or for reinvestment. This last increase was spectacular during the last few decades”. (Id, Ibid, pps. 138-139). Acerca dos custos dos insumos assevera que: “The costs of inputs have been going up for analogous reasons. Capitalists aim to externalize costs, that is, to not pay the full bill for handling toxic waste, renewing raw materials and building infrastructure. From the sixteenth century to the 1960s, such externalization of costs had been normal practice, more or less unquestioned by political authorities. Toxic waste was simply dumped in the public domain. But the world has been running out of vacant public space—parallel to the deruralization of the world’s workforce. The health consequences and costs have become so high and so close to home as to produce demands for environmental clean-up and control. Resources have also become a major concern, the consequence of the sharp increase in world population. There is now widespread discussion about shortages of energy sources, water, forestation, fish and meat. Transport and communication costs have also gone up as these have become faster and more efficient. Entrepreneurs have historically paid only a small part of the bill for infrastructure. The consequence of all of this has been political pressure for governments to assume more of the costs of detoxification, resource renewal and infrastructural expansion. To do this, governments must increase taxes and insist on more internalization of costs by entrepreneurs, which of course cuts into profit margins”. (Id, Ibid, p. 139). No que se refere à tributação ou taxaço, afirma que: “Finally, taxation has been going up. There are multiple levels of taxation, including private taxation in the form of corruption and organized mafias. Taxation has risen as the scope of world-economic activity has extended and state bureaucracies have expanded, but the major impetus has come from the world’s anti-systemic movements, which have pushed for state-guarantees of education, health and life-long revenue flows. Each of these has expanded, both geographically and in terms of the levels of services demanded. No government today is exempt from the pressure to maintain a welfare state, even if the levels of provision vary. All three costs of production have risen steadily as a percentage of the real sales prices of products, albeit in the form of an A–B ratchet, over 500 years. The most dramatic increases have been in the post-1945 period. Cannot the prices for which products are sold simply be raised, in order to maintain the margins of real profit? That is precisely what was tried in the post-1970 period, in the form of price rises sustained by expanded consumption, sustained in turn by indebtedness. The economic collapse in the midst of

Atribui à desruralização, aos limites ecológicos e à democratização (política e social) os fatores que desencadeiam a tendência secular de elevação dos custos de reprodução da economia-mundo capitalista e que a leva a expressar os seus próprios limites absolutos. A esses custos de reprodução se somam os elementos conjunturais tais como a magnitude de um *crash* e a pressão extra sobre o sistema de crescimento chinês e asiático⁴⁴⁶. Em face destas tendências, sustenta a necessidade de se pensar as lutas alternativas abertas, em torno da construção de um novo sistema⁴⁴⁷. Isto o remete ao plano das ações práticas⁴⁴⁸, onde importa

which we find ourselves is nothing but the expression of the limits to elasticity of demand. When everyone spends far beyond their real income, there comes a point at which someone has to stop, and fairly quickly everyone feels they have to do the same". (Id, Ibid, p. 140).

⁴⁴⁶ "The conjunction of the three elements - the magnitude of the 'normal' crash, the rise in costs of production, and the extra pressure on the system of Chinese (and Asian) growth - means that we have entered a structural crisis. The system is very far from equilibrium, and the fluctuations are enormous. From now on, we will be living amidst a bifurcation of the systemic process. The question is no longer, 'how will the capitalist system mend itself, and renew its forward thrust?', but rather, 'what will replace this system? What order will emerge from this chaos?'" (Id, Ibid, p. 140).

⁴⁴⁷ "We may think of this period of systemic crisis as an arena of struggle for the successor system. The outcome may be inherently unpredictable, but the nature of the struggle is clear. We are faced with alternative choices, which cannot be spelled out in institutional detail, but may be suggested in broad outline. We can choose collectively a new system that essentially resembles the present one: hierarchical, exploitative and polarizing. There are many forms this could take, and some could be harsher than the capitalist world-system in which we have been living. Alternatively we can choose a radically different system, one that has never previously existed—a system that is relatively democratic and relatively egalitarian. I have been calling the two alternatives 'the spirit of Davos' and 'the spirit of Porto Alegre', but the names are unimportant. What is important is to see the possible organizational strategies on each side, in a struggle that has been going on in some form since 1968 and may not be resolved before circa 2050". (Id, Ibid, p. 141). E prossegue: "First we must note two crucial characteristics of a structural crisis. Because the fluctuations are so wild, there is little pressure to return to equilibrium. During the long, 'normal' lifetime of the system, such pressure was the reason why extensive social mobilizations—so-called 'revolutions' - had always been limited in their effects. But when the system is far from equilibrium, the opposite can happen - small social mobilizations can have very great repercussions, what complexity science refers to as the 'butterfly effect'. We might also call it the moment when political agency prevails over structural determinism. The second crucial characteristic is that in neither of the two camps is there a small group at the top calling all the shots: a functioning 'executive committee of the ruling class', or a politburo of the oppressed masses. Even among those committed to the struggle for a successor system, there are multiple players, advocating different emphases. The two groups of conscious militants on both sides are also finding it difficult to persuade the larger groups that form their potential bases of the utility and possibility of organizing the transition. In short, the chaos of the structural crisis is reflected in the relatively disordered configuration of the two camps. The camp of 'Davos' is deeply divided. There are those who wish to institute a highly repressive system that glorifies the role of privileged rulers over submissive subjects. There is a second group which believes that the road to control and privilege lies in a meritocratic system that would coopt the large number of cadres necessary to maintain it with a minimum of force and a maximum of persuasion. This group speaks a language of fundamental change, using slogans that emerged from the anti-systemic movements—a green universe, a multicultural utopia, meritocratic opportunities for all—while preserving a polarized and unequal system. Within the camp of 'Porto Alegre', there is a parallel split. There are those who envisage a highly decentralized world, which privileges rational longterm allocations over economic growth, and permits innovation without creating cocoons of expertise unanswerable to society as a whole. There is a second group that is more oriented to transformation from above, by cadres and specialists; they envisage an ever more coordinated and integrated system, a formal egalitarianism without real innovation. So, rather than a simple twofold battle for the successor system, I envisage a threefold struggle—one between the two great camps, and a second one within each camp. This is a confusing situation, morally and politically; the outcome is fundamentally uncertain". (Id, Ibid, pps. 141-142).

⁴⁴⁸ "What practical steps can any of us take to further this process? There is no formulaic agenda, there are only lines of emphasis. I would put at the head of the list actions that we can take, in the short run, to minimize the pain that arises from the breakdown of the existing system, and from the confusions of the transition. These

distinguir ações imediatas e de maior alcance⁴⁴⁹, em torno das quais se exige a adoção de certas táticas⁴⁵⁰.

Em síntese, Wallerstein interpreta a crise estrutural do sistema-mundo moderno como uma crise incapaz de encontrar saídas dentro do próprio sistema. A partir dos anos de 1970, a

might include winning an election in order to obtain more material benefits for those who have least; greater protection of judicial and political rights; measures to combat further erosion of our planetary wealth and conditions for collective survival. Nevertheless, these are not in themselves steps towards creating the new successor system that we need. Serious intellectual debate is required about the parameters of the kind of world-system we want, and the strategy for transition. This requires a willingness to hear those we deem of good will, even if they do not share our views. Open debate will surely build greater camaraderie, and will perhaps keep us from falling into the sectarianism that has always defeated anti-systemic movements. Finally, wherever possible we should construct alternative decommodified modes of production. By doing this we can discover the limits of many particular methods, and demonstrate that there are other modes of ensuring sustainable production than a reward system based on the profit motive. In addition, struggle against the fundamental inequalities of the world—gender, class and race/ethnicity/religion—must be at the forefront of our thoughts and deeds. This is the hardest task of all, since none of us are guiltless, and the world culture that we have inherited militates against us. Does it also need to be said that we must avoid any sense that history is on our side? We have at best a 50–50 chance of creating a better world-system than the one in which we now live. But 50–50 is a lot. We must try to seize Fortuna, even if it escapes us. What more useful thing can any of us do?” (Id, Ibid, p. 142).

⁴⁴⁹ “Penso que é importante distinguir entre ação política a curto prazo – o curto prazo sendo os próximos três ou cinco anos no máximo, e ação a médio prazo que fundamentalmente procurará fazer prevalecer o “espírito de Porto Alegre” na batalha para escolher o resultado da presente bifurcação, a nova “ordem que sairá do caos” e que será escolhida colectivamente. A curto prazo, uma condição deve assumir precedência sobre todas as outras – minimizar a dor. As atuais flutuações caóticas provocam consequências insuportáveis nos Estados mais fracos, nos grupos mais fracos, nos mais fracos agregados familiares em toda a parte do sistema-mundo. Crescentemente endividados, crescentemente carentes de recursos financeiros, os governos em todo o sistema-mundo estão constantemente a fazer escolhas de todos os tipos que têm vindo a multiplicar as reduções e cortes na distribuição de rendimentos. A luta para garantir que os cortes nessa distribuição de rendimentos afecte menos os mais pobres e mais os mais ricos é uma batalha constante. É uma luta que para curto prazo requer que as forças da esquerda escolham o chamado “menor mal”, por detestável que este seja. Como é evidente, é sempre possível discutir qual é o menor mal numa dada situação, mas para curto prazo não há nunca uma alternativa a essa escolha. Mas, o contrário fará com que a dor seja maximizada em vez de minimizada. A opção para médio prazo é exatamente oposta. Não há um meio-termo entre o “espírito de Davos” e o “espírito de Porto Alegre”. Não há compromissos possíveis. Ou nós teremos um sistema-mundo significativamente melhor (relativamente democrático e relativamente igualitário), ou nós teremos um novo sistema-mundo, que no mínimo será tão mau, mas possivelmente muito pior do que aquele em que vivemos. A estratégia é a de mobilizar apoios em toda a parte, constantemente e de todas as maneiras possíveis, para que a escolha de um novo sistema-mundo seja pelo menos relativamente melhor do que aquele em que vivemos, afastando todas as outras possibilidades. Eu julgo que há uma mistura de táticas que podem nos colocar no caminho certo”. (WALLERSTEIN, 2012b, p. 24).

⁴⁵⁰ “A primeira é que devemos dar grande ênfase a uma análise intelectual séria – não por discussões conduzidas meramente por intelectuais, mas por meio das populações do mundo. [...] A segunda é a rejeição categórica da definição de objectivos como sendo o desenvolvimento económico substituindo-o por um objectivo de máxima “descomodificação”, que o movimento das nações indígenas das Américas está chamando de “buen vivir”. Isto significa não apenas resistir à enorme pressão do processo de total “comodificação” que tem caracterizado os últimos trinta anos – da educação, de estruturas de saúde, do corpo, da água e do ar – mas também a necessidade de lutar pela “descomodificação” da produção agrícola e industrial. [...] Uma terceira tática é o esforço para criar autosuficiência local e regional, especialmente desses elementos básicos para as nossas vidas como são comida e habitação. A globalização que queremos não é uma única totalidade baseada na divisão de trabalho, mas uma “alternoglobalização” de múltiplas autonomias que se interrelacionam na procura de um “universalismo universal” que é necessário criar a partir da junção dos múltiplos universalismos existentes. [...] Uma quarta tática possível deriva directamente da importância das autonomias. Nós temos que lutar imediatamente contra a existência de bases militares estrangeiras, sejam estas de quem forem, sejam para o que forem e onde quer que se situem [...] permitindo o redireccionamento desses recursos para um melhor uso. Uma quinta tática que é comum à criação de autonomias locais é a conquista do fim das desigualdades sociais fundamentais baseadas em género, raça, etnia, religião, sexualidades entre outras. Por último e claramente, nós não poderemos esperar um mundo melhor por volta de 2015 se, entretanto, uma das três grandes calamidades pendentes acontecerem: a irrevogável mudança climática, vastas pandemias e guerra nuclear”. (Id, Ibid, pps. 24-26).

crise vem se desdobrando cada vez mais fortemente, expressando os limites absolutos da capacidade global de sustentação da reprodução da “civilização capitalista”, abrindo assim um período de transição que, a depender das lutas, pode permitir a constituição de um novo sistema mais democrático e mais igualitário.

COMENTÁRIOS E CRÍTICAS

O estudo acerca da mudança social, como já comentamos, é acochado a partir da conjuntura aberta pela década de 1970. O enfrentamento da crise, ocorrida em 1973, acompanhado por fortes contestações operárias e estudantis nos países desenvolvidos, acarretou em transformações importantes no capitalismo. Na academia e no debate público, muitos analistas sugeriram se tratar de um conjunto tão vasto de mudanças, a ponto de propiciarem uma ruptura com a própria sociedade industrial, conformando então uma nova ordem social em curso que atinge seu apogeu com a globalização.

Porém, o fenômeno da globalização, apreendida em meio às tensões envolvendo a constituição das novas bases epistemológicas (a “assimilação” dos teoremas das ciências naturais pelas ciências sociais), passou a ser diferentemente analisado por alguns autores, aos quais procuraram se enredar em torno das teses contrárias à existência de uma nova configuração societal no capitalismo. Esta forma de apreensão geral da globalização foi se estabelecendo, desde meados da década de 1970 até os dias atuais, discernida principalmente por três grupos de teóricos, a saber:

(i) aqueles que defendem a visão de que o capitalismo modificou a sua forma de funcionamento. Para estes, o capitalismo experimentou uma transmutação em seu desenvolvimento histórico. As divergências, amiúde, se dão em face de quais seriam as suas características mais predominantes: capitalismo financeiro (financeirização) ou capitalismo (bio)cognitivo.

(ii) aqueles que advogam a existência no capitalismo contemporâneo da vigência do “novo imperialismo” ou do “capital-imperialismo”. Segundo estes, os acontecimentos surtidos no início dos anos 2000 - com a atuação política, econômica e militar desencadeada pelo governo de George W. Bush nos Estados Unidos - impõem o tema do “imperialismo” em termos de se avaliar o surgimento de um “novo imperialismo”, de caráter distinto em relação ao “imperialismo clássico”, ou então, indica a necessidade de se pensar em uma nova morfologia para o mesmo em sua contemporaneidade.

(iii) aqueles que asseveram a ideia de que a crise, iniciada em 1973, representa fundamentalmente a crise estrutural e sistêmica do próprio capitalismo. Os autores enfatizam os elementos que se mostraram suficientes e consistentes para indicar a crise estrutural do capital ou a crise estrutural do sistema-mundo moderno.

O primeiro grupo apresentado foram os teóricos do capitalismo financeiro e do capitalismo (bio)cognitivo. De modo pioneiro, o economista político brasileiro, José Carlos

Braga (1985), realiza um estudo abrangente sobre o fenômeno da dominação financeira como elemento crucial do capitalismo contemporâneo. Em trabalhos posteriores⁴⁵¹, aprofunda suas reflexões sobre esse fenômeno, concebendo-o na condição da própria financeirização do capitalismo.

A financeirização aparece enquanto expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar a riqueza no capitalismo. Tal padrão sistêmico de riqueza se consolida em meados da década de 1970, após a dissolução do acordo de Bretton Woods. O capital financeiro provém da fusão das formas parciais de capital, especialmente da forma lucro com a forma juros, no próprio capital produtivo, e demais formas de capital fictício. Há, portanto, uma lógica financeira geral alinhada a uma taxa geral de lucro.

A financeirização resulta em uma maior abstração da riqueza, que corresponde a maior abstração do próprio desenvolvimento do capital: é a forma contemporânea do modo como o valor busca se valorizar, almejando como finalidade última sua valorização em termos monetários. Entretanto, disso não se deduz que a financeirização implica em algum tipo de estagnação da economia, ou de bloqueios à expansão do investimento, do consumo, da produção e da difusão do progresso.

Muito menos expressa uma espécie de desvio em relação ao sistema capitalista baseado na produção e circulação de bens e serviços. Caracterizada por uma estrutura única, mais complexa e mais contraditória e instável, ela acarreta uma maior centralização e concentração de capitais e um maior nível de desigualdade entre países e classes sociais. Circunscrita em seu movimento imanente de expansão, contração e crise, a financeirização coloca-se aberta a resoluções de caráter histórico indeterminantes.

O economista francês François Chesnais, por sua vez, ao longo de todo o seu percurso intelectual voltado à reflexão sobre a financeirização, indica que as mudanças suscitadas a partir de 1970 referem-se a uma transformação estrutural no capitalismo, onde se inaugura um novo regime de acumulação financeira em escala mundial, expressando uma nova etapa do imperialismo. Ao se aproximar, em suas obras⁴⁵², cada vez mais das categorias marxianas, a financeirização aparece como sendo o entrelaçamento do capital portador de juros e do capital fictício, associado à ideia de que o “capital como propriedade” penetra nos poros do “capital como função”.

Apesar disso, o autor não prescinde do conceito de “capital rentista”, embora entendido de maneira mais estendida: assevera que as grandes empresas transnacionais

⁴⁵¹ Cf. BRAGA (1992, 1993, 1997, 2004, 2009, 2013 e 2017).

⁴⁵² Cf. CHESNAIS (1994, 1996, 2004, 2006 e 2016).

direcionam a apropriação da mais-valia produzida globalmente, ao invés de criá-la, devido ao predomínio da lógica financeira no interior destas empresas, bem como pelo caráter espoliador, imposto por elas às empresas mais fracas, em cada uma das “cadeias globais de valor”.

Ademais, destaca a subordinação do sistema de crédito mundial aos “*shadow banking system*” (fundos de pensão, companhias de seguro, gerenciadores de ativos, fundos de investimento, fundos *hedge*, fundos mútuos, fundos de *private equity* etc.) imbricados com os grandes bancos de investimento, bancos comerciais, varejistas e indústrias. É neste diapasão de imensa profusão de capital fictício que localiza a universalização do “fetichismo do dinheiro”, invadindo e devassando as distintas esferas da vida social e redefinindo o corolário da “subsunção real do trabalho às finanças”.

Em sua avaliação, o imperialismo regido a partir dos Estados Unidos significa uma fase distinta daquela vigorada na época da hegemonia britânica: atualmente, a nova ordem mundial está caracterizada pela “globalização financeira”, em que se verifica a constituição de um mercado mundial sustentado por um capital globalmente centralizado (“globalização”), acompanhado pelo entrelaçamento entre bancos globais internacionalizados, grandes empresas industriais e serviços transnacionais (“financeirização”). Com efeito, esta conjuntura é a expressão de uma das mais profundas crises, suscitadas no capitalismo, entendida como uma crise de superacumulação e de superprodução agravada pela queda da taxa de lucro, mas também reveladora dos limites encontrados pelo novo regime do capital.

Para os economistas políticos brasileiros do “Grupo de Vitória” - remetendo-se a Reinaldo Carcanholo, Paulo Nakatani e Maurício Sabadini⁴⁵³ - a globalização representa uma nova época na história do capitalismo, sustentada pela dominação do capital especulativo parasitário sobre o capital produtivo. Desde a dissociação do padrão monetário internacional, vigente até os anos 1970, temos um processo de conversão do capital industrial em capital especulativo, cuja lógica reside na subordinação do primeiro à especulação dominada pelo parasitismo, o qual impera sobre a circulação e a reprodução do capital em escala mundial.

Por seu caráter mais complexo e desmaterializado, o capital fictício exprime um nível elevado do fetichismo das mercadorias: ao mesmo tempo em que o capital portador de juros é real (ou seja, exige um pagamento por seus empréstimos através da forma de juros e lucros, concretizando uma riqueza real e efetivamente produzida sob a forma de excedente), o capital fictício fica submetido à “dialética real-fictícia”, pois o lucro (fictício) auferido por um

⁴⁵³ Cf. CARCANHOLO & NAKATANI (1999); CARCANHOLO (2012) e SABADINI (2013).

indivíduo, a partir das transações financeiras, assenta-se em algo real (ganhos reais) bem como algo fictício, dado que estes ganhos não estão associados a apropriação de mais-valia. Logo, o capital portador de juros não se identifica com o capital fictício, ao qual ele mesmo produz.

Nesse sentido, a lógica especulativa e parasitária, depreendida pelo capital fictício, exerce forte pressão sobre o capital produtivo e se impõe na condição de domínio sobre as demais formas autonomizadas de capital. Isso não significa um “fatalismo financeiro” sobreposto à dinâmica da acumulação, mas se trata de uma autonomia relativa do circuito financeiro do capital, atrelado à preconização da teoria do valor, em sua centralidade na geração de mais-valia, advinda do capital produtivo.

Em outras palavras, este movimento especulativo encontra-se aparentemente separado da esfera produtiva; no entanto, guarda relação com os movimentos dos circuitos financeiros e produtivos do capital em termos dialéticos de independência e complementaridade: o aparente distanciamento entre a “esfera financeira” e a “esfera real” da economia, com a dominância dada pela primeira, recoloca incessantemente a necessidade de uma exploração cada vez mais exacerbada sobre os trabalhadores para a criação de mais-valia.

Outra importante corrente que integra este primeiro grupo é a dos teóricos do capitalismo (bio)cognitivo. O economista francês Yann Moulier-Boutang⁴⁵⁴ entende que a globalização neoliberal convive com um terceiro tipo de capitalismo, qualificado como cognitivo, implicando em um novo padrão de acumulação apoiado fundamentalmente no conhecimento, onde a principal fonte de valor provém do trabalho imaterial e da captura de externalidades e a nova condição para a inovação se assenta na inteligência coletiva, baseada na inventividade do compartilhamento de conhecimento.

Nesta realidade, a reorganização da produção material ainda continua situada no centro do modo de produção capitalista, mas a economia se estrutura a partir da exploração do conhecimento, sendo o trabalho vivo imaterial a substância do valor, o alvo principal da exploração. No capitalismo cognitivo, portanto, a geração de riqueza depende muito mais da aplicação da ciência e da técnica do que propriamente do tempo de trabalho excedente. A sociedade se torna uma “fábrica socializada ou expandida”, marcada pela linha tênue que separa a produção e o consumo, onde as ideias, os comportamentos, os valores e as interações permanentes são cruciais para se auferir o lucro.

⁴⁵⁴ Cf. MOULIER-BOUTANG (2007, 2015 e 2016).

Dialogando fortemente com este autor, o economista italiano Andrea Fumagalli (2007) acredita que a financeirização é o cerne da produção do valor no capitalismo cognitivo, na condição de unidade de medida de valorização financeira a partir da relação entre a incomensurabilidade da produção imaterial e a produtividade social. A forma de valorização do capital assume um caráter flexível-imaterial, pois está ancorada na dinâmica da economia do conhecimento e de suas transformações nas relações entre capital e trabalho e entre finanças e produção.

A generalização e a centralidade do conhecimento fornecem as bases para a construção de uma produção sistematicamente social, não mais dependente do tempo excedente, mas sim do “tempo social”. Trata-se de uma forma de acumulação bioeconômica, complementar e simétrica à biopolítica: a última designa a capacidade de ação de dispositivos de controle social e jurídico e a primeira corresponde analogamente em relação com os mecanismos de produção, acumulação e distribuição.

A produção bioeconômica, portanto, implica em termos da dialética entre a palavra e a língua, dado que o conhecimento desempenha um papel produtivo sob a forma de linguagem padronizada (*software*), convertendo-se em “máquina cognitiva”. Assim, o trabalho concreto torna-se trabalho criativo e o trabalho abstrato configura-se como conhecimento abstrato. A separação entre os dois não é mais clara. A mercadoria aparece como explicitação última do simbólico-imaginário: do fetichismo da mercadoria se passa ao fetichismo do simbólico, da linguagem e do imaginário.

O segundo grupo abordado foram os teóricos do “novo imperialismo” ou do “capital-imperialismo”. Escrevendo ainda em meados da década de 1970, o economista belga-alemão Ernest Mandel (1975) procurou avaliar as causas da longa onda de crescimento acelerado no capitalismo e ao mesmo tempo verificar os limites inerentes desse período. O termo “capitalismo tardio” significa o desenvolvimento posterior ao da época imperialista, de capitalismo monopolista, em que passou a vigorar um sistema mundial imperialista baseado no desenvolvimento desigual da acumulação de capital, na composição orgânica do capital, na taxa de mais-valia e na produtividade do trabalho em escala global, impulsionado pela “terceira revolução tecnológica”. Em sua visão, as tensões e as contradições crescentes direcionariam, sem mais tardar, a ocorrência de uma crise, conformando uma longa onda depressiva e generalizada na economia capitalista internacional.

Desta forma, apesar da importante reparação ao período dos “anos dourados”, somente no início dos anos 2000, com novas contribuições, chegou-se a uma interpretação mais crítica, ainda que de maneira relativa. Para a historiadora nova-iorquina Ellen Wood (2003), o

imperialismo capitalista é uma forma opaca de dominação, pois à medida que redefine as formas de coerção pretéritas, a serviço da mercadorização do homem e da natureza, se assenta na diferenciação da esfera econômica, sem conseguir prescindir do poder extra-econômico.

O que sustenta o imperialismo, especificamente capitalista, é a predominância da coerção econômica, que se distingue da coerção ‘extraeconômica’ – política, militar ou judicial – direta. Quanto mais o capitalismo se desenvolve e, portanto, quanto mais se consolida a coerção diretamente econômica, mais opaca se torna a dominação imperialista, ao serem recolocadas novas formas de coerção extraeconômicas, exercidas predominantemente pela potência imperialista.

O imperialismo clássico atinava ao papel do império britânico na generalização dos imperativos capitalistas voltado às suas colônias e, principalmente, ao transbordamento da industrialização que modificou as formas de rivalidade e permitiu a seus rivais a adoção e incorporação destes imperativos. Esta acirrada rivalidade tem seu desfecho com a Primeira Guerra Mundial, reacendida com a Segunda Guerra Mundial.

Daí em diante, estamos tratando da ascensão do “novo imperialismo”, dirigido pelos Estados Unidos, com base no deslocamento da rivalidade interimperialista em detrimento da Guerra Fria: um período eminentemente marcado pelos ditames do poder econômico, isto é, a preponderância de uma forma mais pura e desenvolvida de imperialismo capitalista. Com a globalização, o imperialismo capitalista estadunidense se assenta na forma de uma economia global administrada por um sistema de Estados múltiplos e soberanias locais, estruturada numa relação complexa de dominação e subordinação, exigindo a criação de uma nova forma de coerção extraeconômica: o poder coercitivo especificamente militar, capaz de se projetar em escala mundial.

Entretanto, desde o acontecimento do 11 de setembro, a maneira com que os Estados Unidos estão projetando esse poder a leva a sugerir a possibilidade de estarmos no limiar do esgotamento deste “novo imperialismo”: talvez seja o caso do “novo imperialismo” ter chegado ao paroxismo, em função da necessidade de se recorrer cada vez mais aos imperativos extraeconômicos em paralelo aos imperativos predominantemente econômicos.

Na visão do geógrafo estadunidense David Harvey (2003), o processo de acumulação interminável de capital combina, contraditoriamente, tanto a lógica “econômica” da “reprodução ampliada” do capital quanto também a lógica “extraeconômica”, denominado de “acumulação por espoliação”: a acumulação capitalista precisa da existência de um ambiente “externo” para o seu desenvolvimento, sendo que este “exterior” não se trata apenas de outras formas de produção não capitalistas ou pré-capitalistas, mas podem se manifestar “dentro” do

próprio capitalismo. Por outro lado, o sistema interestatal vigora enquanto assimetria entre Estados.

A partir destas premissas, assevera que o imperialismo é a fase do domínio político da burguesia, demarcado em três períodos: clássico (1870-1945), pós-guerra (1945-1970) e hegemonia neoliberal (1970-2000). Cada um destes períodos estabelece a lógica da acumulação de capital articulada com a lógica da acumulação por espoliação de forma complexa, e por vezes contraditória, porém admite que os imperativos imperialistas do capitalismo sempre se tornam mais efusivos nos momentos de maior preponderância da acumulação por espoliação, a exemplo do período entre 1870-1945 e entre 1970-2000.

O imperialismo abrange, ao mesmo tempo, as lógicas territorial e capitalista do poder, por isso, a especificidade do imperialismo capitalista se encontra na predominância da lógica tipicamente capitalista, ainda que a lógica territorial assuma protagonismo em alguns momentos. No “novo imperialismo”, a acumulação via opressão do capital (acumulação puramente econômica), conta fundamentalmente com o expediente da “acumulação via espoliação”.

Esta última ressurge de sua posição secundária anterior (1945-1970), marcando, portanto, a especificidade do novo imperialismo, que precisa se afirmar mediante “coerção consentida”. No entanto, após a eleição de Bush, uma nova modalidade imperialista emerge: a neoconservadora, articulada pelo capital financeiro e pelo militarismo. O uso exacerbado do domínio militar em detrimento da política de consentimento advém de uma mudança tática, revelada pelo sinal de fraqueza econômica e política enfrentada pelos Estados Unidos.

Não obstante, o debate sobre o “novo imperialismo” excede as fronteiras dos países centrais. Aqui na periferia contamos com a contribuição valiosa da historiadora brasileira Virgínia Fontes (2010). Segundo a autora, para compreender a forma específica do capitalismo e do imperialismo contemporâneos, formula-se o conceito de capital-imperialismo. Suas bases constitutivas são o capital portador de juros e o capital fictício, associadas às expropriações que impulsionam, de diversas maneiras, o desenvolvimento da acumulação de capital.

De Lênin, absorve as questões da organização contraditória dos monopólios, do novo papel dos Estados e de sua centralidade, a noção da formação da aristocracia operária e as transformações nas condições de vida e na subjetividade de grande parte da classe trabalhadora europeia. De Gramsci, opera com o desenvolvimento dos imperativos que “justificam” o processo de dominação exercido pelo capital-imperialismo.

O capital-imperialismo expressa o crescimento do imperialismo, de forma não linear e atravessado por lutas sociais e contradições, a um novo salto no patamar de acumulação de capital, impulsionado por um salto escalar no processo de expropriações sociais, primárias e secundárias, que modifica quantitativa e qualitativamente, mais uma vez, seu teor ao longo dessa expansão. O predomínio do capital monetário assenta-se na dominação da pura propriedade capitalista e de seu “desejo” expropriador.

Na segunda metade do século XX, acontece uma efetiva ‘união íntima’ entre capitais de quaisquer origens que assume uma nova forma de concentração capital-imperialista, na qual “não ocorre uma oposição entre capital financeiro ou bancário e capital industrial ou de serviços, ou ainda meramente especulativo: ela decorre de e impulsiona o crescimento de todas as formas de capital, pornograficamente entrelaçadas”.

O terceiro grupo elencado foram os teóricos da crise estrutural do próprio capitalismo. O filósofo húngaro István Mészáros retratou a noção de crise estrutural já em seus estudos ao longo da década de 1970. Nos anos 1990, essa discussão é aprofundada. Mészáros (1994) defende a necessidade de se estabelecer um conceito de capital, considerando a importância da distinção entre ir além do capital e ir além do capitalismo.

Capital expressa uma relação social: a relação capital, que conforma um “sistema orgânico”, isto é, o próprio sistema do capital em curso. Este sistema opera enquanto um sistema orgânico de reprodução sociometabólica, enredado pela autorreprodução ampliada do capital. Por imprimir um modo de controle sociometabólico, apoiado em um sistema de controle sem sujeito, não existe outra solução para os problemas engendrados pelo sistema do capital a não ser a sua própria superação, e não apenas de sua forma particular capitalista. Ademais, este sistema se configura de modo incontrolável e passou a evidenciar seus “limites absolutos”, destacando-se, sobretudo, sua tendência crescentemente destrutiva.

O deslocamento dos limites do sistema do capital ao longo do pós-guerra lançaram as bases para o surgimento da crise estrutural. Esta crise, de caráter universal, alcance global, extensa na escala do tempo e de modo rastejante, opera em múltiplas dimensões, revelando se tratar de uma crise de dominação em geral, que nos coloca refém apenas da administração dos seus efeitos. A incontrolabilidade do capital, ao mesmo tempo em que exaure as práticas de adoção das linhas de menor resistência, explicita a incapacidade das formas de mediação extraeconômica.

Uma vez aliado ao caráter perdulário e destrutivo da produção, demonstra a necessidade de se pensar a atualidade de uma ofensiva socialista contra o sistema sociometabólico do capital. Tal ofensividade não recai inevitavelmente na revolução socialista: precisa

representar, de fato, a destruição da totalidade do capital, a superação da força extraparlamentar do capital, bem como da estrutura hierárquica de comando do sistema do capital, isto é, do próprio Estado.

Para o sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein⁴⁵⁵, mostra-se imperioso a construção de uma análise capaz de compreender a mudança social em sua totalidade: a constituição de uma ciência social histórica que permita rejeitar e ultrapassar todo o arcabouço das ciências sociais dominantes desde o século XIX. Em sua visão, a revolução mundial de 1968 implicou na desilusão dos movimentos de libertação nacional, do movimento comunista e da atuação social-democrata, abalando a própria noção de progresso, cuja ideologia liberal se assentava.

É nesta conjuntura que se dá o surgimento da análise dos sistemas-mundos. O conceito de sistema-mundo moderno procura inovar em três aspectos: (i) redefinir a unidade de análise, onde o próprio sistema representa a unidade em torno do qual a análise da mudança social deve operar; (ii) reorientar a relação espaço-tempo, ao admitir o sistema-mundo moderno como um todo espaço-temporal, no qual o espaço coincide com o eixo da divisão social do trabalho, que integra as suas partes constituintes, ao passo da temporalidade do próprio sistema estar marcada pelos momentos de gênese, funcionamento e declínio e (iii) apontar a superação das concepções dominantes das ciências sociais associadas à formatação das estruturas do conhecimento.

O sistema-mundo moderno, portanto, é definido na condição de uma economia-mundo capitalista: uma estrutura formal cuja dinâmica repousa na incessante acumulação de capital e nos mecanismos de distribuição do excedente, bastante assimétricos. A lógica sistêmica admite uma superestrutura política, composta por múltiplos Estados soberanos, que compõem um sistema interestatal e uma geocultura, hegemonizada pelo liberalismo centrista.

No entanto, os anos de 1970 explicitam a conjunção de três crises, cujo ponto de partida se dá em 1968, com a “revolução mundial”, e se consolida após 1989, com a dissolução da URSS: a crise do ciclo econômico global do sistema-mundo moderno, a crise da hegemonia norte-americana e a crise do liberalismo centrista enquanto ideologia dominante do sistema.

Aliado a estes elementos conjunturais, incidem as tendências seculares, sobretudo, o papel das despesas gerais sistêmicas, tais como: o custo de manutenção da força de trabalho, o custo dos insumos e o custo de taxação (impostos), considerando a desruralização, os limites

⁴⁵⁵ Cf. WALLERSTEIN (1974, 1996, 2010 e 2012).

ecológicos e a democratização (política e social) como fatores que desencadeiam a tendência secular de elevação dos custos de reprodução da economia-mundo capitalista e que a leva a expressar os seus próprios limites absolutos. Somados a estes custos de reprodução, estão os elementos conjunturais, a saber: a magnitude de um *crash* e a pressão extra sobre o sistema de crescimento chinês e asiático.

Portanto, em função da crise do sistema-mundo, sustenta a necessidade de se pensar as lutas alternativas abertas em torno da construção de um novo sistema, pois em sua interpretação a crise revela a incapacidade de se encontrar saídas dentro do próprio sistema. Ela veio se desdobrando cada vez mais fortemente, desde os anos de 1970, expressando os limites absolutos da capacidade global de sustentação da reprodução da “civilização capitalista”, abrindo então um período de transição que, a depender das lutas, pode perseverar para a constituição de um novo sistema mais democrático e mais igualitário.

A partir desta síntese, podemos elencar alguns comentários e críticas que nos serão de grande valia para identificar nossa posição, a ser desenvolvida na última parte da tese. Em primeiro lugar, a utilização do conceito de mudança social, auferida pelos teóricos do capitalismo financeiro e (bio)cognitivo, pretende indicar que as transformações, surtidas após a década de 1970, revelam uma transmutação na forma de desenvolvimento do próprio capitalismo.

Tendo este passado a operar enquanto uma nova configuração lógica e histórica, permitiram-se apresentar as modificações em seu funcionamento e os variados desdobramentos suscitados por sua nova dinâmica. Aqui verificamos uma abordagem bastante explícita acerca de um conceito de capitalismo, de seu processo de reprodução e de suas novas contradições e crises. A categoria mais relevante, que dá a sustentação para todas estas abordagens teóricas, é a do capital financeiro.

Em nossa visão, porém, defenderemos uma concepção de capital financeiro que implica em asseverar que as mudanças ocorridas na década de 1970 não autorizam a constatação de uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo, mas que, simplesmente, situa a contemporaneidade do capital em uma nova morfologia, sem se desprender ou se transmutar da vigência do próprio imperialismo capitalista.

Em outras palavras, para nós, não se trata de um novo estágio em curso no capitalismo, desde meados dos anos de 1970, o que ocorre é um aprofundamento/aceleração do próprio imperialismo capitalista, em que pese sua nova morfologia adquirida (sua contemporaneidade sustentada por um processo de nova síntese: um novo patamar para a acumulação de capital), que não viola sua compreensão enquanto uma periodização, isto é,

que não revela uma ruptura ou superação de sua noção de fase/estágio superior do capitalismo.

Em segundo lugar, depreendido do comentário anterior, este é justamente o questionamento trazido à baila pelos teóricos do “novo-imperialismo” e do “capital-imperialismo”. Para Wood (2003) e Harvey (2003), embora o esforço resida em demonstrar que estamos diante de uma nova morfologia do imperialismo, suas abordagens sustentam a necessidade premente de uma nova teoria para atestar esta mudança fundamental. Com isso, sugerem que as elaborações teóricas do imperialismo, adotadas pelos chamados clássicos, não possuem mais validade para explicar os fenômenos contemporâneos, pois se tratam da ocorrência de mudanças tão radicais (ou suficientes) que exigiriam a adoção de uma nova elucubração teórica.

“Novo-imperialismo” seria, em suas compreensões, a categoria mais adequada para o entendimento da vigência do imperialismo na contemporaneidade do capitalismo. Contudo, em nossa opinião, o desenvolvimento teórico realizado pelos clássicos do imperialismo ainda são válidos: o movimento necessário reside, não em atualizá-los, mas, simplesmente, em situá-los na condição daqueles que evidenciaram os fundamentos estruturantes do modo de produção capitalista ainda em vigor, isto é, que não foram superados.

Nesse sentido, o procedimento a ser adotado se expressa muito menos na urgência de uma reformulação teórica, mas, sobretudo, no entendimento de suas peculiaridades em nosso tempo presente: as concepções clássicas de capital financeiro associado à noção da reprodução social total nos dão conta de: (i) conceber o capitalismo a partir de uma relação dialética entre a reprodução ampliada do capital e a acumulação primitiva permanente e, ainda, (ii) estabelecer uma periodização, para o mesmo, através da noção do imperialismo capitalista enquanto nova fase/estágio do próprio capitalismo que vigora até o momento.

No que tange à avaliação de Fontes (2010), concordamos em diversos pontos: (i) os autores clássicos do imperialismo continuam a ter validade ainda hoje; (ii) os caracteres do capital monopolista anunciados em 1914 se efetivam no imediato do pós-guerra; (iii) o parasitismo da classe capitalista assume uma amplitude maior em termos de sua dominação de classe; (iv) a acumulação e a reprodução social do capital são levadas a um novo patamar, expressando um aprofundamento da capacidade de apropriação e expropriação da vida social e da natureza e (v) é relevante pensarmos em uma nova morfologia para o imperialismo capitalista.

No entanto, podemos indicar apenas uma ressalva em relação à concepção do capital-imperialismo. Em sua visão, o capital-imperialismo revela o processo de “união íntima”, entre

as distintas formas de capital, até o ponto de se tornarem entrelaçados “pornograficamente”: esta seria a nova morfologia do imperialismo, isto é, o capital-imperialismo. Sob nosso ponto de vista, a ideia de capital financeiro utilizada por Hilferding pode ser lida enquanto *síntese de todas as formas parciais do capital*, implicando na compreensão de que, por síntese, o autor já indicava uma noção superior a de uma “união íntima”. Logo, não seria o caso desta “união íntima” se metamorfosear em um “entrelaçamento pornográfico”, pois desde a emergência do capital financeiro já está colocado este processo, que será aprofundado ao longo do século XX.

Por outro lado, também acreditamos na importância de se pensar uma nova morfologia para o imperialismo capitalista em sua contemporaneidade. Para nós, as transformações surtidas nos anos 1970, e cristalizadas na década de 1990, apontam para o novo patamar atingido pela acumulação e reprodução social do capital, evidenciando, portanto, uma nova morfologia no âmbito do imperialismo capitalista.

Em terceiro lugar, cabe realçar nossas considerações acerca dos autores que advogam a ideia da crise estrutural do capital ou da crise do sistema-mundo capitalista. Registra-se, a rigor, certa dose de influência, sob esses teóricos, dos paradigmas da ciência da complexidade e do caos: se, em Wallerstein, a tendência ao “desequilíbrio”, na trajetória do sistema-mundo capitalista, assevera um processo caótico que propicia uma bifurcação, na qual se abrem as possibilidades para a superação deste sistema, mesmo que de maneira imprevisível, em Mészáros, o sistema do capital, operando enquanto um sistema orgânico de reprodução sociometabólica, caracterizado pela autorreprodução do capital, assume um caráter incontrolável que atinge os seus limites absolutos e revela sua tendência destrutiva, pois as perturbações chegam a tal ponto que não podem mais serem absorvidas e deslocadas como contradições acumuladas, tornando-se estruturais, sendo assim, ativam a tendência ao colapso do próprio sistema do capital, implicando na bifurcação entre socialismo ou barbárie.

Todavia, por mais que seja oportuno salientar estas influências, não se trata daquilo de mais fundamental, sendo que o ponto decisivo, para nós, repousa na *relação* que faremos entre a crise estrutural ou sistêmica e o processo que estamos chamando de *crise histórica*. Em outras palavras, para nós, a contemporaneidade do capitalismo, especialmente a partir da década de 1970, pode ser compreendido na condição de um período marcado por uma crise histórica, de caráter e alcance mais abrangente.

A partir do entendimento de que se trata de um período inserido no quadro temporal do próprio imperialismo capitalista, este período representa o aprofundamento/aceleração das tendências mais gerais de funcionamento do imperialismo, que se conectam junto às

transformações ocorridas na década de 1970 – e cristalizadas nos anos 1990 -, operando uma “nova síntese”, isto é, um processo de retroalimentação que situa a acumulação de capital em um “novo” patamar, explicitando, portanto, uma crise histórica do próprio modo de produção capitalista.

Um dos traços mais fundamentais desta crise histórica – além de outros, como veremos - refere-se à mudança em termos da forma de vivenciarmos o tempo, asseverado, sobretudo, pelo horizonte rebaixado de expectativas quanto ao futuro: o presentismo. O século XX levou aos estertores a ideia de que, independentemente dos lados da trincheira inscritos na Guerra fria, a vitória de um desses lados conduziria a humanidade ao seu apogeu civilizatório.

Para ambos os lados do embate, a crença no progresso, o paradigma do desenvolvimento incessante das forças produtivas, a produção material baseada na exploração predatória da natureza e em suas organizações produtivas similares (em busca da máxima eficiência) propiciaram, cada um a seu modo, os elementos fundamentais para a generalização e a intensificação da lógica básica que fundamenta a sociedade produtora de mercadorias materializada no cotidiano.

O legado deixado pelo século XX, especialmente em função da “rivalidade” entre estes supostos projetos sociais distintos, parece ser o de uma humanidade desenraizada e submetida a um horizonte de expectativas extremamente rebaixado, em que se verifica a ocorrência de um maior estreitamento da relação entre o tempo e o espaço, causando a sensação aos indivíduos de estarem vivendo em um ritmo cada vez mais acelerado e intenso, com poucas perspectivas de vislumbamento sobre o futuro e praticamente retidos a um presente condicionado por constantes e céleres mudanças.

PARTE 3

A ORDEM SOCIAL AMEAÇADA

Nas duas partes antecedentes, procedemos com a análise das interpretações mais relevantes destacadas na literatura acerca das mudanças ocorridas *na* e *da* sociedade capitalista, a partir dos anos de 1970. O objetivo desta terceira parte consiste em examinar, no âmbito mais propriamente da tradição liberal e conservadora, como as alterações no capitalismo contemporâneo são enaltecidas, por seus mais diversos autores, em virtude daquilo que se convencionou chamar de “neoliberalismo”. Esta terminologia passou a ganhar maior proeminência após a década de 1970, sendo entendida fundamentalmente na condição de uma ideologia marcada por certa coesão entre os seus teóricos mais aguerridos.

No entanto, como veremos, sua trajetória assume um percurso muito sinuoso e extremamente peculiar entre os próprios liberais e conservadores, a ponto de nunca ter sido completamente acatado pela maioria deles, ao mesmo tempo em que tampouco se tornou alvo de consenso sobre o seu verdadeiro significado, dado as distintas e acirradas interpretações, circunscritas por todas as correntes presentes nestas tradições. Para analisarmos este fenômeno, cabe preliminarmente recorrer a um balanço mais geral voltado ao pensamento liberal, destacando alguns de seus elementos vitais, suas principais transformações e suas tensões “internas” e “externas”. Uma vez percorrido este caminho, será necessário: (i) avaliar a mais importante de suas cisões internas, correspondente entre as correntes do “liberalismo social” e a corrente do “neoliberalismo”; (ii) analisar a concepção bastante pejorativa e já desgastada de “neoliberalismo”, com o qual veio se estabelecendo desde as últimas décadas e (iii) nos apoiarmos em uma definição robusta de “neoliberalismo” que nos permita realizar uma interpretação mais consistente de autores como Mises e Hayek, assim como também de alguns expoentes ligados ao libertarianismo, ao neoinstitucionalismo e ao neoconservadorismo.

A parte 3 encontra-se dividida em três capítulos: o capítulo 7 apresenta, de maneira sintética, o quadro das disputas envolvendo as vertentes do “liberalismo social” e do “neoliberalismo”; o capítulo 8 examina as contribuições de Mises e Hayek para a constituição de uma noção mais abrangente sobre o “neoliberalismo” e o capítulo 9 destaca a relação do libertarianismo, do neoinstitucionalismo e do neoconservadorismo com o próprio “neoliberalismo”. Para finalizar, salientamos nossos comentários e críticas em relação aos respectivos capítulos.

CAPÍTULO 7

DO “NOVO LIBERALISMO” AO “NEOLIBERALISMO”

De acordo com Bobbio (1998), em seu *Dicionário de Política*, o liberalismo é um fenômeno histórico que oferece dificuldades específicas para sua definição⁴⁵⁶. Tal acepção também já havia sido expressa por Merquior (1991), em seu *O Liberalismo Antigo e Moderno*, ao nos dizer que o liberalismo, na condição de um fenômeno histórico com muitos aspectos, dificilmente pode ser definido⁴⁵⁷. Nesse sentido, não nos resta alternativa a não ser recorrer às suas “manifestações históricas” se quisermos, de alguma forma, examinarmos o percurso do liberalismo. Como nos escapa aqui, por razões de limitação, averiguar toda essa trajetória, nosso ponto de partida situa-se a partir das duas últimas décadas do século XIX, momento em que o “novo liberalismo” ou o “liberalismo social” assumiu um maior protagonismo no pensamento liberal, marcado por uma repulsão ao *laissez-faire* e uma maior “preocupação” com a justiça social, a igualdade e o bem-estar.

Esta nova corrente exerceu uma grande influência em distintos campos da sociedade, entretanto, desde seu apogeu, tem sido disputada por diversas vertentes do próprio liberalismo. Uma das principais delas, a “neoliberal”, passou a ganhar maior proeminência no imediato da crise de 1970, configurando-se na versão hegemônica do ideário do “neoliberalismo”, presente nas quase cinco últimas décadas, se o considerarmos apenas no que tange ao caráter de um conjunto coeso de formulações políticas surgida no Chile, em 1973, sob a ditadura do general Pinochet. Antes, porém, de analisar a cisão entre o “novo liberalismo” e o “neoliberalismo”, importa destacar alguns elementos fundamentais para a melhor compreensão do pensamento liberal, em termos de suas transformações e tensões “internas” e “externas”.

⁴⁵⁶ “Liberalismo. I. UMA DEFINIÇÃO DIFÍCIL. - A definição de Liberalismo como fenômeno histórico oferece dificuldades específicas, a menos que queiramos cair numa história paralela dos diversos Liberalismos (G. De Ruggiero, M. Cranston) ou descobrir um Liberalismo “ecumênico” (T.P. Neill), que não têm muito a ver com a história”. (BOBBIO, 1998, p. 686). Segue adiante: “[...] é possível oferecer unicamente uma definição bastante genérica: o Liberalismo é um fenômeno histórico que se manifesta na Idade Moderna e que tem seu baricentro na Europa (ou na área atlântica), embora tenha exercido notável influência nos países que sentiram mais fortemente esta hegemonia cultural (Austrália, América Latina e, em parte, a Índia e o Japão)”. (Id, Ibid, p. 687).

⁴⁵⁷ Assim nos diz Merquior: “Nietzsche disse que apenas seres a-históricos permitem uma definição no verdadeiro sentido da palavra. Assim, o liberalismo, um fenômeno histórico com muitos aspectos, dificilmente pode ser definido. Tendo ele próprio moldado grande parte do nosso mundo moderno, o liberalismo reflete a diversidade da história moderna, a mais antiga e a recente. O alcance de ideias liberais compreende pensadores tão diversos em formação e motivação quanto Tocqueville e Mill, Dewey e Keynes, e, em nossos dias, Hayek e Rawls, para não falar em seus “antepassados de eleição”, tais como Locke, Montesquieu e Adam Smith. É muito mais fácil – e muito mais sensato – *descrever* o liberalismo do que tentar defini-lo de maneira curta. Para sugerir uma teoria do liberalismo, antigo e moderno, deve-se proceder a uma descrição comparativa de suas manifestações históricas”. (MERQUIOR, 1991, p. 15, grifo do autor).

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que a tradição liberal está constituída com base em alguns princípios dos quais, em grande medida, são tomados enquanto polos antagônicos, a exemplo principalmente da relação entre liberdade e autonomia⁴⁵⁸ (ou liberdade positiva e liberdade negativa⁴⁵⁹), da relação entre deontologia e consequencialismo⁴⁶⁰ e da relação entre

⁴⁵⁸ Merquior (1991) aponta que a melhor maneira de encarar esta problemática reside em afastar-se do velho dilema entre livre-arbítrio e determinismo e focalizar na questão da autonomia e não autonomia. Autonomia significa “estar livre de coerção”; isso implica a materialização de pelo menos quatro tipos alcançados de liberdades (quantas e quais seriam as liberdades que configuram o liberalismo?) ao longo da história: a liberdade de opressão como interferência arbitrária, atinente à ideia da fruição livre de direitos estabelecidos e do sentido de dignidade; a liberdade de participar na administração dos negócios da comunidade (liberdade política); a liberdade de consciência e crença, secularizada e estendida nos tempos modernos como direito de opinião que se refletiu na liberdade de imprensa e no direito à liberdade intelectual e artística e a liberdade de realização pessoal, identificada pela aspiração de dirigir a vida conforme opções particulares de trabalho e lazer. Já liberdade é definida em termos do conceito liberal de liberdade e do conceito democrático de liberdade. Na acepção liberal, liberdade expressa a ausência de coerção; na terminologia democrática, significa autonomia, isto é, o poder de autodeterminação.

⁴⁵⁹ “Em sua famosa conferência de 1958 em Oxford, “Dois Conceitos de Liberdade”, Isaiah Berlin opôs liberdade *negativa* a liberdade *positiva*. Ele definiu a liberdade negativa como estar livre de coerção. A liberdade negativa é sempre liberdade *contra* a possível interferência de alguém. São exemplos disso a autonomia de fruir intulamentos (contra possíveis abusos); a autonomia de expressar crenças (em oposição à censura); a liberdade de satisfazer pessoalmente gostos e a livre procura de objetivos individuais (em oposição a padrões impostos). A liberdade positiva, por outro lado, é essencialmente um desejo de governar-se, um anseio de autonomia. Contrariamente à liberdade negativa, não é liberdade *de*, porém liberdade *para*: a aspiração ao autogoverno, a decidir com autonomia em vez de ser objeto de decisão. Enquanto a liberdade negativa significa independência de interferência, a liberdade positiva está relacionada à incorporação do controle. O filósofo canadense Charles Taylor corrigiu Berlin advertindo que ambas as espécies de liberdade, positiva e negativa, são com frequência caricaturadas no calor dos debates ideológicos. Críticos da liberdade positiva, por exemplo, tendem a salientar que os partidários da liberdade positiva terminam justificando o governo tirânico das elites “esclarecidas” afirmando objetivos humanos “verdadeiros” ou “mais nobres” (como a formação do “novo homem” sob o comunismo). Inspirados por elevados ideais de humanidade, esses utópicos geralmente revelam-se sombrios *virtuosi* do *substitucionismo moral*: em nome da nossa mais elevada forma de ser, eles simplesmente decidem a nossa vida, em nosso lugar. Mas, rematados defensores da liberdade negativa, são tão cegos quanto os anteriores a certas dimensões psicológicas compulsivas da liberdade de escolha. Como observou Taylor, à primeira vista a liberdade positiva é um “conceito a ser posto em prática”, e a liberdade negativa, um “conceito de aproveitamento de oportunidade”. Tudo o que se requer, para a liberdade negativa, é a ausência de obstáculos significativos, não se impondo qualquer real execução. Além disso, na busca de meus objetivos livremente escolhidos (liberdade negativa) posso enfrentar barreiras internas (por exemplo, o meu desejo de viajar pode chocar-se com a minha preguiça). Assim, o próprio uso da liberdade negativa pode com frequência envolver muito controle pessoal e, portanto, a psicologia da liberdade *positiva*. Pensadores liberais de inclinação mais histórica também concluíram que a distinção entre liberdade positiva e negativa não é tão nítida. Bobbio, por exemplo, acha que a liberdade como independência e a liberdade como autonomia partilham um mesmo campo, uma vez que ambas implicam autodeterminação. A própria história criou uma progressiva integração de ambas as formas de liberdade – a tal ponto que, em nossa era social-liberal, podem-se conceber as duas como perspectivas complementares. O que quer que o indivíduo possa decidir por si mesmo deve ser deixado à sua vontade (o que sustenta a liberdade negativa ou “liberal”); e onde quer que haja necessidade de decisão coletiva, dela deve participar o indivíduo (o que sustenta a liberdade positiva ou a “democrática”). Tudo bem contado, Bobbio conclui que cada uma das duas doutrinas responde a uma questão diferente. A liberdade negativa relaciona-se com a questão: “Que significa ser livre para o indivíduo considerado isoladamente?”. A liberdade positiva relaciona-se com outra questão: “Que significa para o indivíduo ser livre como *membro de um todo*?”. Na democracia liberal, ambas as questões são, é óbvio, estreitamente aparentadas, e o significado das respostas que se lhes dá está longe de ser acadêmico”. (Id, Ibid, pps. 25-27, grifos do autor).

⁴⁶⁰ *Grosso modo*, podemos identificar dois principais polos na tradição liberal no campo da ética: o consequencialismo e a deontologia. Os consequencialistas advogam a “obrigação” de agirmos de maneira a gerar as melhores consequências possíveis ao enfrentamos uma decisão moral. Faz-se necessário analisar quais consequências devemos levar em consideração e qual seria o peso que devemos dar a cada uma delas. A teoria mais predominante no consequencialismo é a do utilitarismo. Para estes, a “melhor” escolha possível é aquela

jusnaturalismo e contratualismo⁴⁶¹. Contudo, cumpre assinalar que cada um destes polos apresentam fronteiras não totalmente clarificadas e incompatíveis entre si e as controvérsias dentro de cada polo (ou entre eles) também são bastante evidentes, muito embora seja comum verificarmos certas combinações que apresentam maiores afinidades, como aquela em que temos a composição da liberdade positiva com a deontologia e o jusnaturalismo e aquela em que vigora a liberdade negativa com o consequencialismo (especialmente em sua vertente utilitária) e o contratualismo. Mas, a despeito deste traço identitário, é possível a ocorrência de outros tipos de combinações. O mais importante a reter é que as oposições que configuram o liberalismo não podem ser concebidas na condição de dualidades e apontam para muitos aspectos contraditórios⁴⁶².

que visa maximizar “a maior felicidade para o maior número”. No que tange ao significado sobre como proceder de tal forma, existem discordâncias entre os utilitaristas dos atos e os utilitaristas das regras: a questão reside em saber se as decisões morais devem ser decididas em casos particulares, a depender das circunstâncias, ou se devemos adotar determinados tipos de conduta específicas mais gerais que, se fossem adotadas pela maior parte das pessoas, implicariam na maior felicidade para o maior número. Já os deontologistas atestam a defesa da necessária existência de se perseguir regras e direitos morais definidos (pelo menos para a maior parte) que independam das consequências. Aqui recai o desacordo sobre quais seriam (ou deveriam) ser as principais regras e como podemos determiná-las. No entanto, é permitido asseverar a existência de dois enfoques (não excludentes): a primeira consiste em procurar estabelecer um fundamento, ao menos norteador, mais adequado em termos de restrições e opções, que opera na condição de princípios mais gerais irrecusáveis e a segunda admite a necessidade de se constituir os “acordos” delineando as intuições morais a partir de situações realistas e/ou hipotéticas. A despeito destes enfoques não excludentes, Judith Thomson (1985) nos mostrou a grande divergência dentro do polo da deontologia quanto à maneira mais adequada de se chegar à obtenção de tais acordos. Atualmente, por exemplo, o debate no campo da ética pode ser visto pelos extremos: há aqueles que acreditam que nem os consequencialistas e nem os deontologistas são capazes de “equacionarem” os problemas morais, como há ainda aqueles que entendem que a oposição entre os dois polos é insuficiente, pois se trata de disputas internas à concepção imperativa da ética e não de oposições entre concepções de éticas distintas.

⁴⁶¹ O Jusnaturalismo, de modo geral, é uma doutrina segundo a qual a existência de “direitos naturais” opera como um sistema de normas intrinsecamente ao ser humano, regulada por uma “lei natural”. Estes direitos naturais admitem validade em si e, portanto, assumem uma posição inviolável e ao mesmo tempo garantidora da proteção dos indivíduos em face das arbitrariedades do Estado. Ao longo da história, podemos elencar pelo menos três de suas versões principais, ainda que se trate de concepções heterogêneas e, em certos aspectos, contrastantes: a lei natural estabelecida por vontade da divindade e por esta revelada aos homens; a lei “natural” *stricto sensu* e a lei natural regida pela razão, autonomamente encontrada dentro dos próprios indivíduos. Um de seus aspectos mais importantes deriva da identidade entre a lei natural e lei econômica, à medida que as leis econômicas passam a ser tomadas na condição de leis naturais, especialmente na Economia Política clássica. O Contratualismo, por sua vez, envolve as teorias políticas que admitem a origem da sociedade e o fundamento do poder político baseado na ideia de um contrato, ou seja, um acordo tácito (ou expresso) entre a maioria dos indivíduos. Podemos também distinguir três vertentes fundamentais: os que defendem historicamente a passagem do estado de natureza ao estado de sociedade; os que atribuem ao estado de natureza a noção meramente hipotética, com objetivo de destacar a ação racional ou jurídica do Estado, impondo-se assim a obrigação política do consenso expresso ou tácito dos indivíduos e os que acreditam que o contrato é simplesmente um instrumento de ação política capaz de impor limites a quem detém o poder. O Jusnaturalismo e Contratualismo apresentam em comum a concepção liberal de Estado e diferem, especialmente, em relação aos direitos: enquanto no jusnaturalismo muitos dos direitos se mostram invioláveis e por isso incongruentes com qualquer tipo de acordo, para os contratualistas a maioria dos direitos são provisórios e dependem da mediação dos indivíduos com o Estado.

⁴⁶² “O jusnaturalismo sempre representou uma ameaça potencial à propriedade privada, principalmente se o rol de direitos a ele associado for muito amplo e abrangente (saúde, educação, alimentação, felicidade etc.). Para poder assegurar tais direitos é necessário engendrar mecanismos de redistribuição social que necessariamente mitiguem os direitos de propriedade *privada*, além de interferir na liberdade de contrato e de associação entre

Em segundo lugar, registra-se que o liberalismo nunca assumiu propriamente uma trajetória linear e bem definida. Desde sempre, esteve marcado por transformações e tensões em sua relação com as demais tradições do pensamento social, a exemplo do conservadorismo e do socialismo. Todas elas se originam ao longo do processo de crise do Antigo Regime e admitem como ponto de partida a crítica a este regime, ao Absolutismo e suas instituições despóticas. Por essa razão, compuseram o que se chama de campo de forças progressistas partilhando em comum a necessidade de limitar o poder, defender a conformação de alguns direitos individuais e combater os privilégios. É neste bojo que emerge a consigna tradicional do pensamento liberal: a luta pela liberdade. No entanto, na trama da disputa interna ao campo progressista e, principalmente, entre os demais integrantes deste campo, as oposições foram ficando mais claras à medida que se agudizava a crise do Antigo Regime, especialmente com o advento da Revolução Francesa em 1789⁴⁶³.

particulares (a luta contra os *trusts* e os grandes monopólios, a regulamentação sobre o emprego, a proibição do trabalho infantil, etc.). Por outro lado, o contratualismo também não implica necessariamente garantias a este tipo de propriedade. Mesmo o pensamento de Locke – apressadamente associado de forma direta “aos interesses da burguesia” – pode flexibilizar a propriedade privada, como atesta a polêmica sobre o “lockean proviso”, que é abordada neste texto. A grande afinidade entre o contratualismo e a lógica consequencialista traz mais um risco, especialmente se o acento recair nesta. Um exemplo paradigmático: o princípio da utilidade proposto por Bentham – a maior soma de felicidade para o maior número – é compatível com políticas orientadas pela distribuição mais equânime das riquezas, tendência duramente criticada por Friedrich Von Hayek em diversas ocasiões. Na década de 1970, frente à essa dupla ameaça aos direitos de propriedade, parte do pensamento liberal que opera explicitamente com uma lógica consequencialista formalmente similar à utilitária fincou suas raízes – pelo menos no plano da retórica – em um tipo muito peculiar de jusnaturalismo: o direito ao próprio corpo e suas extensões (i.é.: a propriedade criada ou obtida de forma justa). Murray Rothbard e, ironicamente, o supracitado Robert Nozick, por vias distintas, são os exemplos mais evidentes desta tendência”. (MARIUTTI, 2018, p. 7, grifos do autor).

⁴⁶³ “[...] depois da Revolução Francesa, o próprio pensamento conservador acentuou as suas divisões internas e, o que é mais importante, mitigou o seu pendor *reacionário*. O surgimento de um tipo novo de conservadorismo – que Samuel Huntington classifica como “situacionista” – complicou ainda mais distribuição e a correlação das forças em disputa. Quando ficou claro que um retorno à velha ordem era impossível, e que algumas mudanças pareciam inevitáveis, a tática básica da maior parte dos conservadores mudou. A prioridade passou a ser preservar ao máximo as instituições que alicerçavam a ordem social, tentando reduzir o ritmo das mudanças pois, como os conservadores de todos os matizes sempre insistiram, nenhuma força política é capaz de definir a sua *direção*. A sociedade muda em direções imprevistas e incontroláveis. Porém, quanto mais lentas as mudanças, maior a capacidade de adaptação a elas, e menores os traumas e tensões sociais. A aceitação tácita de que alguma mudança é possível – e, em determinadas situações, até desejável, para evitar um conflito social de grandes proporções – sempre deixou aberta uma possibilidade de composição dos conservadores com as forças liberais. Mas algumas características do pensamento conservador “moderno” geravam atrito com o liberalismo dito “clássico”. Em particular, a insistência conservadora nos limites da razão, na necessidade de restringir ao máximo a amplitude das reformas e a ênfase no organicismo – o atomismo prepondera entre os liberais – eram os principais polos de repulsão. Mas a grande tensão não reside nos elementos isolados do conservadorismo, mas no modo como eles se combinam em uma concepção muito particular sobre a formação da sociedade: elas supostamente se cristalizam por um lento processo de sedimentação, onde o tempo seleciona de forma inconsciente e inexplicável os hábitos e as instituições que fundamentam *qualquer* sociedade estável. Esta concepção sobre a dinâmica da sociedade entra em choque com a mentalidade reformista dos liberais, particularmente no que diz respeito à possibilidade de, pelo menos em algum grau, direcionar a sociedade rumo ao seu aperfeiçoamento. No plano do pensamento, portanto, as forças de repulsão entre liberais e conservadores eram muito mais fortes que as de coesão. Mas, mesmo assim, o século XIX testemunhou a formação de algumas correntes liberais-conservadoras, cujo pensador mais célebre foi, sem dúvida, Alexis de Tocqueville. Porém, as aproximações táticas entre liberais e conservadores ocorreram apenas em condições sociais extremas, geralmente

Em terceiro lugar, outra arena em disputa para e no pensamento liberal diz respeito ao caráter histórico e teórico que o legitima. Nesse sentido, as discussões repousam em torno de se saber quais foram as revoluções que melhor engendraram propriamente a tradição liberal: a Revolução Inglesa ou a Revolução Francesa⁴⁶⁴. A mais exuberante por assim dizer é a desenvolvida pelos autores Furet (1989, 2001) e Palmer (1959), em que a origem do liberalismo remonta às revoluções burguesas que se manifestaram na América (com a independência dos Estados Unidos), contagiaram a França e, posteriormente, toda a Europa, voltando a influenciar as Américas (com os inúmeros processos de independência promovidos nas sociedades ibero-americanas).

Em quarto lugar, nos é permitido aclarar que o liberalismo pode ser interpretado também a partir de grandes recortes, expressando diferentes conceitos de liberdade, que foram ganhando maior legitimidade ao longo de seu percurso e dando suporte para os seus desenvolvimentos posteriores. Um exemplo disso seria o que realiza Merquior (1991) ao identificar pelo menos quatro movimentos cruciais através da história: o protoliberalismo

por conta da radicalização da tradição socialista, que foi se afastando aceleradamente das concepções mais centradas em mudanças incrementais e na resistência local, para concepções mais radicais, amparadas em uma reinterpretação do conceito de *revolução*: uma transformação *total* da sociedade, onde a ordem capitalista deve ser destruída *in totum* para dar lugar a uma organização social ancorada em bases fundamentalmente novas. Portanto, em todas as situações mais extremas, onde a ordem mínima parecia estar sob ameaça, liberais e conservadores estabeleceram alianças pragmáticas, e tenderam a recorrer a um expediente que se mostrou bastante eficaz: repressão violenta e impiedosa aos movimentos revolucionários combinada com reformas pontuais, para contentar setores passíveis de radicalização e cooptar quadros e lideranças regionais. O ponto a ser aqui ressaltado é que o enfraquecimento relativo das instituições do Antigo Regime e a mudança na tática e na feição geral do conservadorismo enfraqueceram as forças de coesão que situavam liberais e socialistas no mesmo campo. Na primeira metade do século XIX, particularmente entre 1815 e 1848, começaram a ficar mais claras as diferenças entre estas orientações. Benjamin Constant, em 1818, explicitou com radicalidade o suposto divórcio entre dois tipos de liberdade irreconciliáveis: a dos antigos, alegadamente ressuscitada por Rousseau e que fundamentou o terror jacobino, e a dos modernos, centrada na fruição dos assuntos privados e na política representativa, articulada a uma sociedade comercial. Isto contribuiu significativamente para definir de forma mais clara e enfática *mais uma fronteira* entre liberais e socialistas. Não por acaso, foi neste período que as palavras conservadorismo, liberalismo e socialismo passaram a ser utilizadas para identificar estas três grandes tradições do pensamento” (Id, Ibid, pps. 2-3, grifos do autor).

⁴⁶⁴ “No primeiro caso, como destacou de forma brilhante Michel Foucault, o ponto de partida não é o direito, mas a suposta tese da *independência* dos indivíduos que, precisamente por isto, ao viverem em sociedade precisam barganhar até que ponto eles estão dispostos a sacrificar a sua liberdade pessoal para aumentar a sua proteção contra as agressões e, adicionalmente, para garantir as suas posses. Logo, o problema imediato é a imposição dos limites à atuação do poder público para conservar o máximo de liberdade pessoal possível. O que está em pauta é a própria *prática governamental* e, portanto, a lei (e todo o seu quadro institucional) deve ser concebida como o produto dinâmico das *transações* sobre os limites e a natureza das relações entre a esfera da intervenção do poder público e a esfera da independência dos indivíduos. Já no segundo caso os direitos do homem não apenas delimitam a prática governamental como, também, definem algumas metas sociais básicas: uma sociedade somente é justa se garantir a concretização dos direitos que os indivíduos detêm, ou deveriam deter. A justiça, portanto, assume necessariamente uma feição distributiva e, deste modo, dilui a fronteira entre as funções positivas desempenhadas pelo poder público e a esfera da liberdade individual” (Id, Ibid, p. 6, grifos do autor).

(meados do século XVII até fins do século XVIII)⁴⁶⁵, o liberalismo clássico (1780-1860), o novo liberalismo (1880-1970) e neoliberalismo (1970 aos dias atuais). Para o autor, o liberalismo clássico⁴⁶⁶ estava marcado fundamentalmente pela tensão acerca da questão da democracia⁴⁶⁷, envolvendo a disputa entre os liberais democráticos e os liberais conservadores

⁴⁶⁵ “O primeiro liberalismo clássico já conhecia pelo menos três tipos de discurso teórico: teoria dos direitos naturais, republicanismo cívico, e história em fases, como na economia política e na teoria social do Iluminismo escocês. A evolução da doutrina liberal manifestou um progressivo desprendimento da ideologia cívica, até que um primeiro republicanismo americano, um jusnaturalismo lockiano mais opiniões favoráveis a estádios (o tema da sociedade comercial ou civilizada), levou a melhor. Então, por volta de 1800, os benthamitas colocaram-se a uma maior distância do discurso cívico e o liberalismo voltou a falar com a voz da utilidade, e não com a voz dos direitos ou da virtude cívica. Os primeiros liberais franceses, retomando a perspectiva de estádios, criaram ainda um novo modo, a teoria política da sociedade comercial, mais tipicamente em Constant. Quase todos os liberais clássicos franceses escreveram num idioma histórico, fundando suas afirmações numa apreensão comparista, à moda de Montesquieu, das causas subjacentes de mudança macropolítica. As análises de Tocqueville foram simplesmente a forma mais sutil desse modo histórico-sociológico de discurso político. Mill conhecia e admirava essa aliança de liberalismo e história teórica, mas em sua própria obra retornou à abordagem utilitária. Por volta de 1870, somavam cinco os discursos do liberalismo, embora em mais de um caso eles estivessem combinados: direitos naturais, republicanismo cívico, economia política, história utilitária e história comparatista. O primeiro tinha raízes medievais e uma decolagem jusnaturalista do século XVII. O modo cívico originou-se no humanismo renascentista. E os três discursos remanescentes brotaram do Iluminismo, com Montesquieu, Hume e Smith como principais fontes teóricas. Em grandes traços, tal era o perfil conceitual do liberalismo clássico. Mas não é suficiente assinalar o enriquecimento do discurso de teoria política do protoliberalismo ao liberalismo clássico tardio. Subjacente à forma pela qual os primeiros liberais clássicos se dirigiam à natureza da ordem social e ao significado da liberdade no século XIX havia um grande divisor a partir dos dias de Locke, Montesquieu e Smith. Esse divisor foi causado pelo impacto das revoluções atlânticas do fim do século XVIII em teoria política. As revoluções americana e francesa introduziram um novo princípio de legitimidade, baseado na soberania nacional em vez de o ser em direitos dinásticos, na teoria liberal. E aqui foi Rousseau, muito mais do que os primeiros liberais ou protoliberais, quem deu a contribuição decisiva. Dando uma torção democrática ao discurso contratualista dos direitos, Rousseau foi o principal antepassado da ideia de que a nação, e não o rei, era a sede em última instância da autoridade política. A questão agora consistia em como conciliar a antiga preocupação liberal em limitar o poder com o novo princípio pós-revolucionário de legitimidade. Tal foi a tarefa que exercitou os espíritos de Constant e Guizot, Tocqueville e Mill, e os tornou “liberais clássicos” num sentido moderno. (MERQUIOR, 1991, pps. 105-107).

⁴⁶⁶ “O liberalismo clássico desdobrou-se numa série de discursos conceituais. Os teóricos liberais falaram as línguas dos direitos naturais (Locke e Paine), do humanismo cívico (Jefferson e Mazzini), da história por estágios (Smith e Constant), do utilitarismo (Bentham e Mill) e da sociologia histórica (Tocqueville). Com tais discursos, o liberalismo clássico progrediu do whiguismo – a mera exigência de liberdade religiosa e governo constitucional – para a democracia, ou autonomia com uma ampla base social”. (Id, Ibid, pps. 148-149).

⁴⁶⁷ “[...] os liberais conservadores, desde cerca de 1830 a 1930, procuraram geralmente *retardar a democratização* da política liberal. Sob esse aspecto, assinalaram um regresso a posições *whig*. O liberalismo *whig* era essencialmente um liberalismo de representação limitada, restritiva. Os *whigs* normalmente concordariam com Kant, liberal republicano e constitucional, em que “o empregado doméstico, o balconista, o trabalhador, ou mesmo o barbeiro não são... membros do Estado, e assim não se qualificam para ser cidadãos”, com o fundamento de que tais pessoas subsistem mediante a venda de seu trabalho e, portanto, não contando com uma base de propriedade, não são independentes o bastante para o exercício de direitos políticos. A democracia censitária, a despeito de toda a incongruência da frase, permaneceu a pressuposição padrão no liberalismo *whig* – e foi precisamente isto que, de Paine e Bentham a Tocqueville, o liberalismo clássico ultrapassou. Os liberais conservadores eram *neowhigs*. Diferiam dos conservadores, liberais ou não, pela fidelidade aos traços básicos da visão liberal do mundo, como o individualismo e o latitudinarismo, e na rejeição do holismo e da autoridade religiosa. Mas coincidiam com os conservadores na sua inclinação contra a democracia. Assim, a ampliação cautelosa das franquias políticas inventada por reformadores *whig* como Macaulay tinha um escopo e significação menos que democráticos; e os subseqüentes liberais como Maine e Acton tentaram recorrer ao liberalismo (Maine) ou ao federalismo (Acton) contra a maré democrática. Nem eram democratas os evolucionistas utilitaristas como Bagehot, Stephen e Spencer; o que queriam, antes disso, era submeter a democracia a propósitos não-democráticos (Bagehot) ou a ela resistir em nome da garantia da sobrevivência dos mais aptos (Stephen e Spencer). Igualmente, a evolução do segundo liberalismo francês, de

(*neowhigs*)⁴⁶⁸. Já em relação ao novo liberalismo, prevaleceu o predomínio da liberdade positiva sobre a liberdade negativa⁴⁶⁹, apoiado na ideia do equilíbrio entre a segurança social e a liberdade individual e a ultrapassagem do Estado minimalista⁴⁷⁰. Finalmente, os neoliberais empenharam-se na “desconfiança” da liberdade positiva e da concepção sobre a preocupação

1830 a 1870, parecia, de uma posição tocquevilliana, uma involução, pois se a aceitação por Rémusat do princípio republicano foi um passo considerável dado no caminho da democracia (como o reconhecimento por Laboulaye do sufrágio universal), a equalização por Renan da democracia com decadência tomou a direção oposta. Seu movimento reacionário foi apenas em parte desfeito por sua rendição morna e final ao curso democrático da Terceira República. O semiliberalismo dos juristas alemães, com seu tema de direitos sob controle, foi ainda outro exemplo do retardamento conservador no interior do liberalismo, e assim foi a primazia da ordem sobre a liberdade na fórmula de Alberdi de construção de nações. Finalmente, os primeiros liberais conservadores do século XX, tais como Weber, Croce e Ortega, relutavam todos, ou eram ambivalentes diante da democracia. Seu dissabor pela política de massa ou cultura igualitária levou-os a posições menos liberais-democráticas que as de Tocqueville, Mill e Mazzini, no fim do liberalismo clássico. Pois onde Mill queria uma democracia qualificada exatamente porque sonhava com uma democracia de qualidade, os liberais conservadores tendiam a brigar com o próprio princípio democrático, o qual estavam preparados a esposar no máximo por causa de motivos racionais, e não como uma verdadeira preferência”. (Id, Ibid, pps. 149-150, grifos do autor).

⁴⁶⁸ Em sua avaliação: “O resultado claro da inflexão conservadora da doutrina liberal, portanto, foi um recuo aberto ou interno, manifesto ou coberto da democracia liberal. Em seu caráter discursivo, acrescentaram-se três outros modos à série de discursos liberais: o idioma burkiano, como em Macaulay, Maine, Alberdi, Renan e Acton; a linguagem “darwinista”, como em Spencer; e o historicismo, de raízes elitistas, de Weber e Ortega. Pois enquanto o foco de Croce na odisseia da vida moral ocidental (“*vita morale*”) ainda se parecia vagamente com a velha visão progressista, por estágios, do historicismo liberal, o apelo de Weber ao carisma e o anseio de Ortega por aristocracias culturais foram antes casos complexos de revolta modernista contra a modernidade – a curiosa alergia que sente o intelectual moderno diante da sociedade moderna”. (Id, Ibid, p. 150, grifos do autor).

⁴⁶⁹ “Nesse sentido, o idealismo do novo liberalismo foi efetivamente uma revolta contra a liberdade negativa no sentido de Locke e de Mill, fundada na ideia hobbesiana de liberdade como ausência de impedimento. Green caminhava de uma preocupação com *liberdade de* para uma estima novamente despertada de *liberdade para*”. (Id, Ibid, p. 153, grifos do autor). Segue esclarecendo que “[...] Green deu ao liberalismo um recomeço de vida conjugando os valores básicos dos direitos e liberdades individuais com uma nova ênfase na igualdade de oportunidades, e no *éthos* da comunidade. Ao fazê-lo, ele não conferiu ao novo liberalismo vitoriano tardio qualquer inflexão socialista. Isto ocorreria um pouco mais tarde, na teoria social da Belle Époque, em ambas as margens do canal da Mancha. Mas, com sua filosofia idealista altamente espiritual, Green escreveu o prólogo moral ao liberalismo social de 1900. Pode-se dizer que a carta original para o Estado social britânico, traçada pelo liberal William Beveridge (1879-1963) no *Reform Club* (onde mais poderia ser?) em 1942, reflete uma preocupação greeniana em equilibrar a segurança social com a liberdade individual. Green foi o pai do rejuvenescimento do liberalismo; efeito obtido mais exatamente na modificação do que na negação do credo clássico. Na França, a transformação ética do liberalismo numa direção social-liberal embora não socialista (que começou na Grã-Bretanha com o encanto das *Lectures* de Green) assumiu a forma de *republicanismo*”. (Id, Ibid, pps. 154-155, grifos do autor). Sobre esta diferenciação, nos diz: “[...] Enquanto na Grã-Bretanha o novo liberalismo de tendência social de 1900 foi estimulado por instituições de serviço público, como o Toynbee Hall, na França o equivalente local do liberalismo social – o republicanismo ético – foi poderosamente catalisado pela campanha de direitos humanos lançada por meio da questão Dreyfus (1896-1898). No entanto, em termos intelectuais, o papel que a filosofia de Oxford representou na Grã-Bretanha foi representado na França pela ascendente disciplina da sociologia”. (Id, Ibid, p. 158).

⁴⁷⁰ “O liberalismo social propriamente dito floresceu nos primeiros anos do novo século principalmente graças “aos dois Hobs”, John Hobson (1858-1940) e Leonard Hobhouse (1864-1929)”. (Id, Ibid, p. 161). E, mais à frente: “[...] Tudo bem ponderado, o novo liberalismo, inclusive o liberalismo social dos dois Hobs, não se apresentava como muito estranho ao pensamento de Mill. Os novos liberais queriam implementar o potencial para o desenvolvimento do indivíduo que fora caro a Mill em seguimento a Humboldt, e ao fazê-lo pensaram no direito e no Estado como instituições propiciadoras daquele desenvolvimento. Esta preocupação com a liberdade positiva levou-os a ultrapassar o Estado minimalista. Mas não eram de qualquer forma hostis, como questão de princípio, seja ao individualismo, seja ao liberalismo; e sua preocupação cívica já estava presente em Tocqueville e Mill. Eles certamente se livraram da primeira estatofobia liberal, mas não eram estatistas. Com o benefício do recuo no tempo, o liberalismo social da Belle Époque se parece mais com o liberalismo clássico do que com o socialismo da vertente principal – pelo menos antes que o socialismo se transformasse conscientemente em social-democracia”. (Id, Ibid, p. 165).

social dos novos liberais, promovendo uma defesa do retorno do liberalismo e do papel mínimo para o Estado⁴⁷¹. Tomado por esta perspectiva, o liberalismo expressa, portanto, a grande tensão - “sempre em transformação” - entre a liberdade e a igualdade⁴⁷².

⁴⁷¹ “O novo liberalismo de 1880 ou 1900 consistiu em três elementos essenciais: uma ênfase na liberdade positiva, uma preocupação com a justiça social, e um desejo de substituir a economia do *laissez-faire*. Tal grupo de novos objetivos e pressupostos levou a uma nova visão política liberal, enquanto as velhas reivindicações de direitos individuais haviam aberto espaço para exigências mais igualitárias. No período de entre guerras, esse liberalismo modificado recebeu novo impulso de vida graças a pensadores influentes como Kelsen e Keynes. Em contraste, os triunfantes “neoliberalismos” de cerca de 1980 tinham uma mensagem muito diferente. Os neoliberais “hayekianos” tendem a desconfiar da liberdade positiva como permissão para o “construtivismo”, julgam a justiça social um conceito desprovido de significação, defendem um retorno ao liberalismo, e recomendam um papel mínimo para o Estado”. (Id, Ibid, p. 218).

⁴⁷² Em sua conclusão: “Uma vista geral, mesmo tão necessariamente incompleta quanto esta, da história três vezes secular das ideias liberais mostra, acima de tudo, a impressionante *variedade* dos liberalismos: há vários tipos históricos de credo liberal e, não menos significantes, várias espécies de discurso liberal. Tal diversidade parece decorrer principalmente de duas fontes. Em primeiro lugar, há diferentes obstáculos à liberdade; o que assustava Locke – o absolutismo – já não era obviamente o que assustava Mill ou, ainda, Hayek. Em segundo lugar, há diferentes conceitos de liberdade, o que permite uma redefinição periódica do liberalismo. Este livro tentou representar os delineamentos das principais linguagens e posições históricas do liberalismo. Iniciamos lembrando alguns elementos formativos, mais bem chamados *protoliberalismos*, e que remontam à primeira Idade Moderna ou mesmo, em alguns casos, à Idade Média ocidental, tais como a noção de direitos e as reivindicações de constitucionalismo, ou o humanismo da Renascença, como na ideologia cívica do primeiro republicanismo. O auge da primeira Idade Moderna, o Iluminismo, contribuiu com uma visão secular, progressiva da história, enquanto o movimento romântico subsequente salientou o valor do indivíduo. O pensamento liberal clássico estabeleceu a doutrina construindo a teoria da liberdade moderna (Constant) e especificando a estrutura da ordem política livre, graças aos pais fundadores norte-americanos e sua redefinição do conceito de república em termos de governo representativo em larga escala. Entrementes, economistas clássicos, de Smith a Ricardo, legitimaram a liberdade econômica – outro tema principal do liberalismo em sua forma clássica. Além disso, os liberais clássicos acrescentaram dois novos focos: iniciaram a teorização da democracia, de Bentham a Tocqueville, e desenvolveram as preocupações libertárias do individualismo liberal, mais notadamente na obra de John Mill. Em meados do século XIX, ocorreu uma importante inflexão na teoria liberal, quando o medo da democracia levou muitos pensadores proeminentes a defender um *liberalismo distintamente conservador*. Foi esta a posição que prevaleceu de Bagehot a Spencer. Esta posição compreendeu a maior parte das opiniões germânicas quanto ao *Rechtsstaat*, e também o impacto mais tardio dos influentes filósofos latinos Croce e Ortega. Falando em termos gerais, o liberalismo conservador produziu uma versão elitista da ideia liberal. Os últimos anos do século XIX testemunharam um segundo importante desvio do paradigma clássico, desta feita no sentido das reivindicações igualitárias dos *novos liberais*, como afirmado por prestigiosos pensadores como Green, por volta de 1880, e Hobhouse, na altura de 1910. Muito de sua posição intelectual foi preservada pelos grandes liberais de esquerda do período do entreguerras, como Kelsen na Europa, Keynes na Inglaterra, e Dewey nos Estados Unidos. Os anos do pós-guerra assistiram à ascensão de uma crítica liberal do totalitarismo (a ser distinguida da crítica conservadora) nos escritos de Popper e de moralistas como Orwell, Camus e Berlin. As últimas duas décadas tornaram manifesto um forte renascimento do liberalismo. Houve uma evidente retomada do discurso contratualista dos direitos, como em Rawls, Bobbio e Nozick. Uma escola muito diversa de pensamento desafiou a preocupação social do novo liberalismo, articulando uma poderosa defesa neoliberal do mercado e uma crítica convincente do burocratismo. Na medida em que a investida neoliberal significa um regresso ao liberalismo, e até mesmo ao *laissez-faire*, esta parece estar muito bem entrenchada numa época de liberalização corrente, como se tornou a nossa. No entanto, como os gloriosos acontecimentos na Europa Oriental em 1989 tornaram superlativamente claro, a vontade contemporânea de liberdade é um movimento amplo e parece valorizar a liberdade civil e política tanto quanto os mais altos padrões de vida dependentes de grandes influxos de liberdade econômica. Contudo, nem o surto ou o renascimento de mais liberdade econômica – a tendência *liberista* – significam o dobre de finados para impulsos igualitários, seja no campo da argumentação, seja na prática. Como foi observado por alguns distintos sociólogos como Aron e Dahrendorf, a nossa sociedade permanece caracterizada por uma dialética contínua, embora sempre em transformação, entre o crescimento da liberdade e o ímpeto em direção a uma maior igualdade – e disso a liberdade parece emergir mais forte do que enfraquecida”. (Id, Ibid, pps. 221-223, grifos do autor).

Em quinto lugar, muito se refere no âmbito do liberalismo da existência de uma tensão sobre as visões de sociedade e de sua dinâmica, principalmente inscrita pela rivalidade entre a concepção atomista e organicista. Para Mariutti (2018), porém, isso não é tão evidente assim: algumas interpretações, na verdade, buscaram trilhar um caminho de reconciliação entre o liberalismo e o organicismo, ao contrário propriamente de fortalecer essa oposição. Foi o caso, por exemplo, do “novo liberalismo” ou “liberalismo social”. A referência à Spencer tem sido a maneira mais típica de se alinhar esta compreensão⁴⁷³, mas conforme sustenta o autor, é fundamental recorrer ao debate entre o utilitarismo e o reformismo social de Bentham e Mill⁴⁷⁴, assim como às contribuições inestimáveis de Hobson⁴⁷⁵, que representam a melhor

⁴⁷³ “Na bibliografia especializada é bastante comum discutir este problema tendo como referência a obra de Herbert Spencer que, supostamente, teria aberto essa possibilidade. O tema é polêmico pois, como se sabe, ele possui uma concepção radicalmente individualista sobre a dinâmica da sociedade moderna. Tal como Locke, ele afirma que os indivíduos possuem direitos naturais prévios à formação da sociedade. Mas ele é ainda mais radical em um ponto: a única função do Estado deve ser proteger os indivíduos da violência dos seus semelhantes e dos demais Estados. Todas as demais ações sociais, instituições e acordos cabem apenas aos indivíduos e suas deliberações. O alegado organicismo deriva das suas predições sobre o futuro da sociedade industrial e, sobretudo, da *analogia* direta por ele estabelecida entre a análise da sociedade (que ele qualificava como um *organismo social* (“living body”)) e a biologia. A rigor, a analogia envolvia precisamente a noção de estrutura e função utilizada pelos biólogos, acoplada a uma visão um tanto idiossincrática da teoria evolucionária darwiniana. Em *The Study of Sociology* - onde ele concebe a sociologia como a ciência da evolução da sociedade - Spencer empreende um duro ataque contra o “utilitarismo empírico” dos reformadores sociais que, em seu julgamento, ampliava demais o papel do Estado e invadia indevidamente o espaço de deliberação privada dos indivíduos. Em conjunto com a famosa distinção entre “militant” e industrial society” é que transparece com mais nitidez o suposto organicismo: desde que os homens restringissem a atuação do Estado, a sociedade moderna poderia evoluir para uma era de harmonia e felicidade geral, isto é, uma forma *orgânica* de convivência, crescentemente descentralizada (ao contrário das sociedades militarizadas, centradas em um sistema coercitivo rigidamente centralizador)”. (MARIUTTI, 2018, pps. 12-13, grifos do autor).

⁴⁷⁴ “Porém, embora de forma indireta e não intencional, foi Jeremy Bentham quem abriu um caminho mais perene para a reaproximação com o organicismo e, sobretudo, com o poder centralizador do Estado. O argumento básico de Bentham pode ser sintetizado da seguinte forma: os indivíduos compõem a sociedade. Mas os costumes, a moral e o quadro institucional vigente devem ser julgados *exclusivamente* pelas consequências que eles produzem sobre os indivíduos. Curiosamente, nada é, a rigor, imutável e decidido *fundamentalmente* pelos indivíduos, pois a trama social é regulada por algumas intuições sociais. Logo, é possível modelar a sociedade, desde que uma elite banhada pela ciência selecione, reforme e ordene as instituições que produzam a maior felicidade para o maior número. Embora não se trate precisamente de um organicismo, esta postura se afasta do atomismo radical, particularmente da noção de ordem espontânea que supostamente emanaria de indivíduos orientados exclusivamente pelos seus interesses e a expectativa de comportamento dos demais, em uma incessante disputa por recursos escassos e posições de poder. Partindo destes esforços, mas tocado pelo romantismo (e, particularmente por Samuel Taylor Coleridge), John Stuart Mill dá passos ainda mais decisivos para tentar reconciliar uma forma de liberdade até então essencialmente concebida em bases individuais com uma visão mais orgânica da sociedade. Para tanto, ele foi obrigado a expandir radicalmente o problema da liberdade, na medida em que uma sociedade realmente livre envolve a criação de ordem social *integralmente* nova, fundada em bases normativas renovadas, escoradas em novos hábitos e outras formas de percepção social. Para tanto, as leis de propriedade e os direitos de associação podem ser mitigados, caso colidam com esses objetivos. O ponto básico é que, deste ponto de vista, há uma ruptura com a tese de que a liberdade é um atributo que os indivíduos – simplesmente por serem indivíduos – *já possuem de forma pronta e acabada*. Pelo contrário. O Estado – com a ajuda de todo homem iluminado - deve criar instituições sociais que possibilitem a realização das potencialidades individuais. Portanto, a organização social que maximiza a liberdade não é fruto espontâneo das disputas e barganhas individuais em um cenário de liberdade negativa, mas, precisamente, a derivação de um conjunto de medidas e instituições que tenham como *propósito* criar as condições para que a maior parte dos indivíduos possam tomar decisões *autônomas* sobre seus projetos de vida. Aqui existe uma acirrada controvérsia pois, como atesta a ampla e heterogênea bibliografia sobre o tema, o sentido de autonomia (e, sobretudo, as

tentativa de operar com essa reconciliação⁴⁷⁶. Na avaliação de Freedman (1986), o novo liberalismo havia situado o ser humano na condição de ser social, para qual o

condições para que ela floresça) é, também, uma fonte de disputa entre os liberais. Em John Stuart Mill este termo assume o sentido de autodesenvolvimento, mas com um tom bastante peculiar: a sua ênfase recai na *particularidade* do indivíduo que, contudo, para poder ser realmente autônomo, precisa receber uma educação muito específica, voltada a despertar já na infância as suas faculdades intelectuais e morais, combinando razão, emoção e simpatia. Portanto, os requerimentos para construir esta *nova ordem* são titânicos: os indivíduos devem ter saúde, tempo para lazer de qualidade e uma educação não apenas erudita, mas banhada pelo espírito científico, isto é, um saber que não corresponde apenas à dimensão técnica, mas que desperte em todos os indivíduos um espírito inquisidor, capaz de orientar o seu julgamento frente as questões e problemas práticos e empíricos que irão surgir durante a sua vida. É precisamente neste ponto que se abre espaço para a defesa de *políticas públicas* universais que assegurem ao maior número possível de pessoas as condições sociais para exercer a sua autonomia”. (Id, Ibid, pps. 13-14, grifos do autor).

⁴⁷⁵ “Em suas primeiras formulações, seguindo a trilha de Stuart Mill, ele propôs uma espécie de “utilitarismo social” como uma via para estabelecer esta conciliação. Mas o passo decisivo é dado quando ele subordina este problema à suposta necessidade de criar uma *ciência* do bem-estar da humanidade, capaz de superar a degeneração do dualismo cartesiano entre mente e corpo que, em seu julgamento, estava na raiz das tentativas dos economistas e politólogos do seu tempo de separar a “ciência” do “humanismo”. Esta grande cisão é acompanhada de outra, ainda mais irrealista, e calcada na tese de que é possível *separar* as diversas motivações das ações humanas (objetivos econômicos, objetivos políticos, afetivos etc.) para fundamentar disciplinas distintas, onde cada uma explicaria um tipo – ou um aspecto – do comportamento humano. As motivações das ações variam, mas, em todos os casos, os homens são reduzidos formalmente a meros calculadores animados de custos e benefícios. É precisamente esse procedimento que pressupõe mecanicismos e automatismos sociais inexistentes. É importante frisar a *inversão* do argumento liberal clássico. Para John Hobson, a via para uma concepção mecanicista da sociedade – que os individualistas radicais sempre atribuíram ao organicismo – deriva do *atomismo* dos utilitarismos mais vulgares. Esta percepção deformadora, em seu julgamento, só poderia ser superada por uma perspectiva marcada por duas características associadas: i) uma orientação com uma nítida *influência* normativa, isto é, com vistas a tentar integrar efetivamente os valores e as formas de crença à análise da ação social, ii) uma visão orgânica: a sociedade – ou, pelo menos, a sociedade integrada pela indústria moderna – não é um conjunto de relações sociais ou um mero agregado de homens perseguindo objetivos exclusivamente individuais mas, pelo contrário, ela deve ser concebida como “um organismo coletivo, com vida, vontade, propósitos e um sentido próprio, que é distinto da vida, propósitos e significado dos seus membros individuais”. De forma direta: não existem indivíduos destacados da vida social. Seus atos, pensamentos e interações estão impregnados pela trama das relações sociais”. (Id, Ibid, pps. 14-15, grifos do autor).

⁴⁷⁶ “Mas como conciliar a agência com a organicidade, sem recorrer à tese atomista de que os arranjos sociais são simples resultados cegos das interações de indivíduos *exclusivamente* orientados pelos seus interesses? É precisamente neste ponto que aparece a sua originalidade. Na visão de Hobson é impossível *separar* as bases espirituais das materiais da sociedade, ela pode ser explicada de forma *análoga* a um organismo vivo: a sociedade pode funcionar *bem ou mal*. Uma organização social só é sadia quando todas as suas unidades e subsistemas operam de forma harmônica, isto é, quando há uma *congruência* entre o desenvolvimento das partes e o do todo. O problema, portanto, para manter a analogia, não é somente a atrofia de um órgão ou função, mas também a *hipertrofia*. O argumento tem dois aspectos. O primeiro, mais óbvio, é que uma sociedade que distribuiu de forma muito desigual seus produtos e oportunidades se torna menos dinâmica, pois limita o potencial de desenvolvimento dos menos favorecidos. Mas o segundo aspecto é mais interessante. A concentração gera desperdício, pois os setores que concentram o produto social tendem ao consumo conspícuo e ao parasitismo (“rentismo”, na degeneração keynesiana). Tais grupos tendem a cristalizar seus privilégios, fato que *reduz* o dinamismo potencial da sociedade por *restringir* a área de seleção dos “talentos criativos”, pois estas novas barreiras *isolam* os privilegiados de uma maior concorrência que seria benéfica ao conjunto da sociedade, caso a igualdade de oportunidades fosse estendida ao maior número possível de pessoas. Portanto, a qualidade desta elite *decai*. Logo, o resultado é uma tendência crescente à intensificação da polarização social que, na prática, engendra um mecanismo de *degeneração* tanto das “elites” quanto da grande massa de miseráveis, forçados a lutar diariamente pela sobrevivência, na base das pequenas rapinagens, trabalhos eventuais e na disputa pelas migalhas deixadas pelos mais favorecidos. Este aspecto precisa ser destacado. John Hobson e toda a linha de reformadores sociais liberais *não questiona a concorrência como o elemento ordenador primário da sociedade moderna*. O problema é que, como a sociedade liberal brotou do Antigo Regime, isto é, de um tipo de sociedade acentuadamente desigual, a indústria e o comércio *acentuaram* as desigualdades, ao mesmo tempo em que destruíram formas de organização social centradas em outros princípios de sociabilidade, sem criar mecanismos para absorver e readaptar a maior parte da população às novas normas. Logo, ao invés de promover

desenvolvimento do indivíduo só poderia se realizar em função de uma comunidade e a visão sobre o Estado assevera o seu papel enquanto garantidor do bem-estar e entidade capaz de orientar a ação social para atingir os objetivos dos indivíduos sociais⁴⁷⁷. Segundo o autor, o novo liberalismo contribuiu decisivamente no reforço do maior equilíbrio entre o organicismo e o liberalismo⁴⁷⁸.

um desenvolvimento harmônico entre as partes e o todo e promover o crescimento e o bem-estar geral, a competição desenfreada gerou incongruência e assimetria. Portanto, a causa fundamental das mazelas sociais não é o capitalismo ou a sociedade comercial fundamentada na indústria, mas o fato da sociedade moderna ter se constituído a partir da crise do Antigo Regime, sem oferecer uma solução geral para os problemas sociais herdados da velha sociedade. Um (hipotético) sistema concorrencial que tivesse como base a equidade, e conseguisse criar mecanismos para evitar a polarização social excessiva seria muito mais dinâmico e menos desagregador, precisamente por ampliar radicalmente as oportunidades e, com isto, a eficiência produtiva da sociedade. A concorrência em todas as atividades sociais seria, de um lado, mais acirrada, pois não eliminaria a priori nenhum talento, mas, por outro, a multiplicidade de possibilidades permitiria a todos encontrar um nicho compatível com as suas aptidões. A esfera pública também estaria sujeita a um tipo muito peculiar de concorrência: o debate franco de ideias e a negociação racional dos interesses em oposição. Tal efeito derivaria de duas condições: i) a destruição dos oligopólios da imprensa que, portanto, deixariam de se articular no entorno de interesses particulares para manipular a opinião pública; ii) um sistema educacional abrangente e realmente eficaz, capaz de generalizar cidadãos bem-educados, capazes de definir seus próprios interesses com discernimento. Isto tornaria o debate público imune aos sofistas e à manipulação das informações por parte das grandes corporações, aumentando a sua eficiência e ampliando a harmonia social, pois as políticas centradas em interesses particulares poderosos, que beneficiam uma parcela muito pequena da população em detrimento da vasta maioria, não teriam mais condições de prosperar". (Id, Ibid, pps. 15-16, grifos do autor).

⁴⁷⁷ "Compared to its nineteenth-century antecedent, liberalism before 1914 had changed vastly, but the connection with its past was recognizable. It had come to stress social rather than political reform not only because so many of its political aims had been achieved but because liberals now appreciated that man as social being was the basic concept of political thought. Liberalism was still concerned with the optimal expression and development of the individual, but this was attainable by reflecting the scientific and ethical truth that man could only realize himself in a community, rather than through a human organization tending towards theoretical anarchy. Old Individualist notions were finally discarded in favor of a fusion of individualism and socialism. A new trust emerged in social action via the state – not as necessary evil but as the just and a right way of attaining human ends. Personality was considered in varying degrees to be social and had to be expressed as such both in individual conduct and in social institutions. But this realization also pointed the way to a higher qualitative individuality which now seemed to be in reach of ever-wider sections of the population. The improvement of the individual as social individual could be furthered by the cultivation of the specific in each member of society, inasmuch as this was compatible with the good, health, and welfare of the community". (FREEDEN, 1986, p. 257).

⁴⁷⁸ "Many liberal values were preserved in modified form. Competition, incentives, and motivation – characteristics of a capitalist society – were considered integral parts of human behavior but were adapted so as not to impair the welfare of others. Equality of opportunity was extended in conjunction with agreed standards of minima necessary to dignified human life. Gradualism and practicability remained the criteria of political action. Participation and variation were given scientific validity. Terms such as 'unearned increment' and 'the masses versus the classes' were drawn from the liberal tradition and employed as mechanisms which ensured a smooth blending between that heritage and the universalistic orientation towards society that biology and Idealism were reinforcing. On the other hand, new ideas concerning the network of rights and duties were formulated. Organicism and inter-connectedness, the partial fusions of the social and the individual to the benefit of both, reciprocity as an ethical interpretation of mutual responsibility – these were the central themes of the new liberalism. The age-old problems of social life, the tensions between individual and social claims, were of course not resolved at a stroke. But an important step towards their elucidation had been taken by liberals when they realized that individual liberty had to share a place with social welfare as a final human good. The only rational liberty was that conducive to the welfare of all; the only true welfare was the one that acknowledged individual liberty as its indispensable ingredient. Here was the crucial balance at the heart of new liberalism. The omnipresent ethical element in liberalism was channelled in the direction of a modified concept of social justice. Universal welfare was combined with the recognition of individual needs. And social justice was seen to be in the *interest* of the community. The ethical factor in social reform became an essential concomitant of what

Logo, levando em consideração os pontos assinalados anteriormente, é preferível admitir como características básicas do liberalismo aqueles elementos que se mostraram (e vem se mostrando) de maneira invariante ao longo da história. Assumindo então um alto grau de generalidade podemos apontar: (i) a imposição de limites ao Estado; (ii) a exigência por transparência pública; (iii) a premissa da centralidade do indivíduo como portador de direitos e liberdades amplas; (iv) a possibilidade de um nível de capacidade de intervenção e atuação dos indivíduos nos rumos da sociedade⁴⁷⁹ e (v) a noção de uma “ordem espontânea”, como um tipo de ordem social baseada no sistema de trocas livres a partir do mercado.

Uma vez esboçada as transformações e tensões que envolvem a tradição liberal, vejamos como se dá a cisão entre o “novo liberalismo” e o “neoliberalismo”. Entre fins do século XIX, até um pouco mais da metade do século XX, havia se configurado uma grande disputa interna no pensamento liberal através das correntes do “novo liberalismo”, dos ordoliberais (e da versão da economia social de mercado) e dos “neoliberais”. Essa rivalidade pode ser delineada em torno de dois grandes polos, tais como: o grupo americano-austriaco, representado pela Escola de Chicago e pela Escola Austríaca e, o grupo dos alemães, composto pelos ordoliberais e os adeptos da economia social de mercado. Entre os dois polos, e ainda dentro de cada uma de suas correntes internas, foram desdobradas muitas divergências

might otherwise have been relegated to the sphere of material improvements in the condition of living. This was the special achievement of liberal thought: while harnessed to the solution of immediate and concrete problems of an industrial society, it yet transcended the mere issues of economic redistribution by insisting on a change in human social behaviour, in ethical motivation. Pervading liberalism was the awareness of the need for constant action of an optimistic and rational spirituality upon a world which at best was only dimly conscious of ultimate ethical values, values which inevitably eroded under the pressures of political activity dependent upon quantifiable and visible results. The dissemination of ideas became itself part and parcel of liberal social reform, which was directed towards an improvement of the minds of men no less than towards a provision for their bodies. The ideal of a free and self-realizing human will was retained, only adding to its self-consciousness an awareness of its social components. The new liberalism appeared, in Hobson's apt summary, 'as a fuller appreciation and realisation of individual liberty contained in the provision of equal opportunities for self-development. But to this individual standpoint must be joined a just apprehension of the social, viz., the insistence that these claims or rights of self-development be adjusted to sovereignty of social welfare'. On the eve of a cataclysmic world war liberalism had designed a fitting climax to the rational faith in human perfectibility. The twentieth century, host to and victim of ideologies of a very diferente nature, presented as wholesome sucessors to a decaying liberalism, is perhaps inadequately equipped to assess the value of its heritage". (Id, Ibid, pps. 258-259, grifos do autor).

⁴⁷⁹ “[...] por princípio, o liberalismo é irreconciliável com as formas extremadas do conservadorismo que ressaltam o caráter *efêmero* dos indivíduos, frente à importância capital dos *grupos* sociais (a família, comunidades religiosas, confrarias, associações, guildas, corporações, etc.) e o peso da tradição e dos hábitos inconscientes que, muitas vezes se alega, governam de fato os indivíduos. Por conta da necessidade imperiosa de assegurar alguma margem para a escolha individual – por mais restrita que seja – os liberais também se opõem vigorosamente contra as correntes marxistas que enfatizam a reificação da sociedade ou o fetichismo, onde a ação individual é concebida como uma mera ilusão. Concepções psicanalíticas muito extremadas, que praticamente descartam o papel das decisões conscientes – como se a ação humana fosse *fundamentalmente* explicada por impulsos inconscientes e subliminares, que são racionalizados sempre *a posteriori* - também são incompatíveis com o pensamento liberal. O ponto básico é que *sem escolha* no âmbito individual não faz sentido pensar a questão da liberdade e, portanto, não seria necessário discutir o liberalismo”. (MARIUTTI, 2018, p. 4, grifos do autor).

intelectuais, marcadas por disputas pessoais e de poder. Em grande medida, podemos ilustrar esse quadro de tensões através da exposição de dois exemplos que foram merecendo destaque na literatura nos últimos anos: o Colóquio Walter Lippmann, realizado em 1938 e a constituição da Sociedade *Mont-Pèlerin*, fundada na Suíça em 1947.

O Colóquio foi organizado pelo filósofo francês Louis Rougier, professor da Universidade de Besançon, e se tratava inicialmente apenas de um convite, para um jantar, ao premiado escritor norte-americano Walter Lippmann, cuja obra *An Inquiry into the Principles of The Good Society*, consagrada pelo título *The Good Society*, publicada em 1937, nos Estados Unidos, havia sido recém-traduzida para o francês⁴⁸⁰. Entretanto, de um jantar informal acabou se estendendo para um Colóquio, realizado em agosto de 1938, no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, em Paris⁴⁸¹. O Colóquio contou com a participação de vinte e seis representantes⁴⁸², de oito países, que de alguma forma estavam identificados com as diversas correntes do liberalismo. Apesar das diferenças entre eles, havia uma preocupação em comum: a crise da ordem liberal e o avanço da intervenção estatal inscrito na experiência do fascismo, do stalinismo, do nazismo e do *New Deal* norte-americano. Todas estas experiências revelavam uma “saída” em relação à Grande Depressão, ocorrida desde a crise mundial de 1929, e impunham a necessidade de se repensar as estratégias do programa liberal diante da crise do *laissez-faire*.

⁴⁸⁰ Na avaliação de Lippmann, na obra *The Good Society* (1937), a Grande Depressão (e seus efeitos) tomou proporções inestimáveis ao pensamento do liberalismo clássico. Seu diagnóstico mostrou-se urgente: o avanço das ideias do coletivismo, identificado por ele como as propostas do socialismo e do nazi-fascismo haviam colocado na ordem do dia a necessidade de se promover uma reformulação do liberalismo, em seus próprios termos, “refundar o liberalismo”. A crise do liberalismo não estava fundamentalmente ligada à força de seus opositores apenas, mas precisava ser encarada como resultado dos próprios erros acometidos pelo *laissez-faire*. Segundo o autor, o século XIX assistiu ao desenvolvimento de uma sociedade industrial, uma “Grande Sociedade”, em suas palavras, capaz pela primeira vez na história de permitir o alcance da emancipação humana em uma ordem social sustentada pela liberdade e pelo bem comum. A sociedade industrial capitalista teria possibilitado a expansão do progresso humano em todos os campos da vida social. Entretanto, o *laissez-faire* (de fins do século XIX) havia por demais se apoiado na defesa da propriedade privada e na atribuição da liberdade dos mercados, fatores que, em sua crítica, mostravam-se fortemente cruciais para a paulatina diluição e dissociação entre o liberalismo e o progressismo, abrindo caminho para as demais correntes contestatórias da “filosofia da liberdade”. Sua crítica, portanto, dirige-se à forma de liberalismo: contrário aos desvios proporcionado pelo *laissez-faire*, propõe a refundação do liberalismo com base na defesa das reformas políticas e sociais tão fundamentais para o evoluir dos indivíduos e da promoção do bem-estar geral. Entre o *laissez-faire* e o dirigismo (planejamento econômico), Lippmann situa-se no campo daqueles que preconizam a intervenção do Estado em algum grau. Qual grau? Aquele capaz de assumir funções com o intuito de corrigir os erros e desvios provocados pelo excesso do mercado e promover a igualdade de oportunidades.

⁴⁸¹ Cf. REINHOUDT & AUDIER, 2017.

⁴⁸² Na realidade, foram chamados vinte e oito convidados, a saber: Hayek; von Mises; Baudin; Casillero; Einaudi; Detoeuf; Huizinga; Kittredge; Laverne; Lippmann; Marlio; Mercier; Ortega y Gasset; Nitti; Rappard; Ricci; Rist; Robbins; Ropke; Rougier; Auboin; Marjolin; Rustow; Aron; Rueff; Possony; Truchy e van Zeeland. Contudo, Ortega y Gasset e Johan Huizinga não puderam estar presentes. Além desses, Rudolf Hilferding e Charles Spinasse pediram também para participar, mas foram vetados sob a justificativa de que eram políticos.

No discurso de abertura, Rougier apela para o sentimento que havia suscitado o livro de Lippmann, no qual a crise do liberalismo derivava dos erros proporcionados pelo *laissez-faire*, relacionando os exageros da filosofia da Escola de Manchester⁴⁸³ com as consequências nefastas ocorridas na economia e na sociedade após a Grande Depressão surtida em 1929. Fica explícito o tom do filósofo francês, partindo da obra de Lippmann, em direção à reformulação do liberalismo a favor das premissas do “novo liberalismo” ou do “liberalismo social”, expurgadas destes qualquer relação com o socialismo e demais alternativas. Seria o momento de discutir a execução de um programa liberal em que o Estado possuísse atribuições importantes para garantir a preservação da ordem econômica e social. É no bojo dessas discussões acaloradas, ocorridas nos três dias de Colóquio, que o termo “neoliberalismo” passou a ganhar força.

Qual seria o termo que melhor representaria com maior precisão a agenda de reformulação do liberalismo? Louis Baudin sugeriu “individualismo”; Rougier apostou no “liberalismo positivo” e Jacques Rueff no “liberalismo de esquerda”. Contrapondo-se à Rueff, Marlio indica o uso de “liberalismo positivo”, “liberalismo social” ou “neoliberalismo”. Segundo Denord (2009), o termo “neoliberalismo” sagrou-se vitorioso, referindo-se sinteticamente à nova posição assumida pelo liberalismo em detrimento ao *laissez-faire*. Entretanto, não sem forte oposição de alguns grupos minoritários presentes no Colóquio; dentre estes, aquele correspondente aos defensores do “velho liberalismo”, especialmente lotados na Escola Austríaca, a exemplo de Hayek e Mises. Tais personalidades recusavam a necessidade de um “novo” ou “neo” liberalismo, pois acreditavam que a crise não deveria ser creditada às políticas do *laissez-faire*. Por essa razão, defendiam que o liberalismo precisaria passar por uma adaptação aos novos tempos sem que isso implicasse na urgência de uma nova reformulação ou refundação⁴⁸⁴.

Esta disputa chegou a alcançar algumas desavenças a ponto dos ordoliberais alemães, como Rustow, por exemplo, ter declarado a Röpke que, Mises e Hayek, na verdade, estariam mais bem caracterizados enquanto “paleo-liberais”; terminologia que Mises e seus seguidores

⁴⁸³ A Escola de Manchester é uma vertente do pensamento liberal originada na cidade inglesa de Manchester ao longo da primeira metade do século XIX. Dentre seus principais pontos destacam-se: (i) o movimento contrário às leis restritivas à importação de cereais pela Inglaterra; (ii) a oposição ferrenha à política protecionista e (iii) a defesa do *laissez-faire* e, portanto, a forte crítica a qualquer tipo de intervenção do Estado.

⁴⁸⁴ Alexander Rustow deixa explícita esta oposição que, fora ganhando mais força ao longo das discussões, tornando-se assim os dois principais polos antagônicos no Colóquio: “[...] é inegável que aqui, em nosso círculo, dois pontos de vista diferentes estão representados. Aqueles que não acreditam que haja algo importante a ser criticado ou alterado no liberalismo tradicional. [...] E nós que encontramos no próprio liberalismo as razões para sua crise; e, consequentemente, buscamos a solução em uma fundamental renovação do liberalismo”. (DENORD, 2009, p. 49).

acabam adotando para se contrapor aos “neoliberais”. Mas, novamente cabe deixar ressaltado que, a despeito da grande cisão entre “novos liberais” e “velhos liberais”, o Colóquio refletia uma diversidade muito maior. Além dos ordoliberais alemães e da Escola Austríaca, havia ainda representantes da Escola de Chicago, do realismo francês e alguns teóricos do “socialismo liberal”, dentre outros. Entretanto, apesar destas diversas correntes intelectuais, o Colóquio ficou marcado pela divisão entre os dois grupos: os defensores da necessidade de reformulação do liberalismo, liderado por Lippmann, Rougier e demais ordoliberais, e os contrários às críticas endossadas ao *laissez-faire*, liderado por Mises e Hayek.

No final do Colóquio, os membros apresentaram um manifesto, intitulado “A agenda (ou Programa) do Liberalismo”, proposto por Walter Lippmann, onde se verifica a defesa da manutenção do sistema de preços, associado à livre empresa, orientado pelo princípio da concorrência e, contando com a necessária posição de um Estado forte e imparcial⁴⁸⁵. Foram também delineadas estratégias de longo prazo, consoante ao prognóstico a que haviam chegado os seus integrantes: almejava-se criar um jornal - que iria se chamar *Cahiers du Libéralism* – como também o *Centre International d’Études pour la Rénovation du Libéralism* (CIRL), sediado em Paris, sob a presidência de Louis Marlio - com filiais em Genebra (aos auspícios de Röpke), em Londres (com Hayek à frente) e Nova York (com direção de Lippmann). Todavia, o advento da Segunda Guerra Mundial pesou consideravelmente na consecução destas estratégias. Somente depois de nove anos, quinze dos vinte e seis participantes do Colóquio se reuniram novamente na fundação da Sociedade *Mont-Pèlerin*, constituída em 1947.

A Sociedade de *Mont-Pèlerin*, originada em 1947, trata-se de uma rede internacional composta por intelectuais, empresários e jornalistas que compactuam a defesa das ideias do liberalismo. Inicialmente, encontrava-se restrita aos Estados Unidos e à Europa, à medida que a sede oficial se localizou no continente americano, mas a presidência, por mais de uma década, coube a Hayek, e grande parte dos recursos financeiros ficou a cargo de apoiadores europeus. Depois dos anos de 1960, se observa uma forte pendência da organização para os Estados Unidos, principalmente com a “saída” dos ordoliberais alemães. Nesse sentido, a hegemonia alcançada pelos grupos norte-americanos, especialmente aqueles ligados à Escola de Chicago e da Virgínia, implicou no momento de grande expansão da Sociedade para outros

⁴⁸⁵ Estado forte e imparcial diz respeito à defesa da necessidade do Estado ser forte sem se tornar um interventor direto, ou seja, o Estado deve garantir um regime político e jurídico capaz de permitir o melhor proveito da atuação dos princípios da concorrência e das leis do mercado. Curiosamente, este é o termo empregado pelos “neoliberais” para se contrapor aos “paleo-liberais” (aqueles reticentes à crítica ao *laissez-faire*) que, tempos depois, será atribuído de maneira pejorativa, por amplos setores da esquerda, aos próprios autores do “paleo-liberalismo”, especialmente von Mises, Hayek e Friedman.

continentes do globo, chegando à década de 1980 a se constituir na principal organização em defesa do liberalismo em todo o mundo, com ramificações em quase todos os países.

Com o fim da Segunda Grande Guerra, Hayek começa a despontar no meio acadêmico e empresarial: a publicação de um manifesto liberal, intitulado *The Road to Serfdom*, que havia sido publicado em 1944, desencadeou uma importante notoriedade ao filósofo. No final do ano de 1945, em viagens a palestras pela Europa e Estados Unidos, propiciadas pela repercussão de seu livro-manifesto, Hayek fora convidado por banqueiros e industriais suíços para um jantar de recepção, tendo em vista a palestra a ser proferida pelo mesmo na cidade de Zurique. Nesta conversa surgiu o projeto de se pensar naquilo que viria a ser, tempos depois, a Sociedade *Mont-Pèlerin*.

A ideia da fundação deveu-se a Hayek, mas sua concretização não teria sido possível sem o esforço de Albert Hunold e Wilhem Röpke, aos quais desempenharam papéis cruciais tanto para a empreitada da primeira conferência e para a organização preliminar do grupo, quanto também para o financiamento do projeto, através da busca de recursos juntos aos grupos e instituições suíças (SIAF) e norte-americanas (*Rockefeller Foundation* e *Volker Fund*). Os dois primeiros encontros da Sociedade, respectivamente, em 1947 e, em 1949, estiveram atravessados por tensões envolvendo as posições conflitantes entre as diversas correntes do liberalismo. De acordo com Audier (2012), podemos identificar diferentes vertentes, a saber: (i) os ultraliberais, que defendiam o *laissez-faire* radical (a exemplo de Mises, Read e Hazzlitt); (ii) os que procuraram externar críticas ao *laissez-faire*, sem, no entanto, se distanciar propriamente dos princípios do liberalismo clássico (Hayek e Friedman) e (iii) os que advogavam a necessidade de consolidar uma economia social de mercado, baseado na experiência alemã, em que atribuíam um papel mais regulador do Estado (os ordoliberais Röpke e Rustow).

Sendo assim, é comum agrupar estas distintas correntes em dois grandes campos: (i) os defensores do liberalismo clássico, nos quais são integrados pelos ultraliberais, liberais mais moderados, parte dos representantes da Escola de Chicago e alguns norte-americanos ligados ao *Fondation For Economic Education* e (ii) os defensores de uma reformulação do liberalismo, composto pelo grupo dos ordoliberais alemães e demais representantes da França, Suíça, Bélgica e Itália. Cabe ressaltar que, como sempre, esta divisão não reflete necessariamente a heterogeneidade encontrada nos dois polos divergentes e muito menos a incompatibilidade dentro de cada uma das correntes em cada polo⁴⁸⁶.

⁴⁸⁶ No caso do grupo austríaco-americano, havia uma diferença entre as propostas de Mises e Hayek e entre as propostas das escolas Austríaca e de Chicago. Veremos melhor, no próximo capítulo, como Mises e Hayek

Devido ao contexto da Guerra Fria, a posição dos membros da Sociedade, nestes dois primeiros encontros, pautou-se no entendimento de uma forma de organização mais fechada e acadêmica, atinente à realização de encontros e debates intelectuais, deixando-se desprovido o público do acesso à informação e demais meios de publicações. Além disso, a Sociedade continuou distante da pretensão de formular qualquer tipo de ação política mais orientada e imediata. Na visão de Hayek, esta estratégia residia simplesmente na questão de se fortalecer o trabalho intelectual para permitir futuramente o melhor desempenho na “batalha de ideias”, ou seja, seria o caso de fornecer as bases para o campo liberal, em recuo naquele momento histórico, para as disputas a serem travadas posteriormente, em um quadro de supostas melhores condições para as transformações das ideias dominantes.

No terceiro encontro, realizado na França, a Sociedade decide publicar algumas de suas discussões, sendo então reunidos por Hayek os trabalhos apresentados no primeiro tópico e configurado no livro *O Capitalismo e os Historiadores*⁴⁸⁷. Esta obra, organizada por Hayek e patrocinada pelos apoiadores financeiros da Sociedade, significou a primeira tentativa de intervenção no debate público feita sob os auspícios da Sociedade. Lançado em 1954, o livro denota um traço fundamental na trajetória da Sociedade até então: ele ajuda a atenuar as críticas mais duras ao *laissez-faire* e ao mesmo tempo contribui para o deslocamento da terminologia do “neoliberalismo”⁴⁸⁸, que vinha sendo utilizado, desde o Colóquio, para se

desenvolveram reflexões originais a ponto de não ser tão simples assim associá-los integralmente ao “velho *laissez-faire*”. No caso do grupo oposto, também havia divergências entre os ordoliberais alemães e os liberais franceses, como ainda dentre os próprios ordoliberais, que apresentavam diferenças mais sutis em relação aos adeptos da economia social de mercado. Segundo Gerber (1994), os defensores da economia social de mercado enfatizavam mais a necessidade de distribuição com maior equidade na sociedade, algo não tão salientado pelos ordoliberais. Em suas palavras: “An even broader categorization that was heavily influenced by the ideas of the Freiburg School was that of the social market economy. The economist Alfred Müller-Armack coined the term (in 1946) and was the writer most closely associated with it, while Ludwig Erhard, economics minister of the Federal Republic from 1949 through 1964 and its chancellor from 1964 to 1966, was its most famous adherent. Social market economy supporters generally agreed on most points of economic policy with the ordoliberals, but they placed greater emphasis on assuring that the benefits of the market be distributed equitably throughout society. From many perspectives, ordoliberal and social market economic doctrine are very closely related, and the terms are often used almost interchangeably”. (GERBER, 1994, p. 32). Ademais, deve-se registrar que a cisão entre dois grandes polos não excluía definitivamente a existência de demais grupos intermediários.

⁴⁸⁷ Cf. HAYEK, F. (org.) *Capitalism and the Historians*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1954.

⁴⁸⁸ Esta tensão começava a se tornar mais explícita quando, por exemplo, examinamos o desenvolvimento de um arcabouço mais sofisticado promovido pelos adeptos da economia social de mercado. Nas palavras de Müller-Armack: “De maneira idêntica à do neoliberalismo, a ideia da economia social de mercado parte da afirmação da economia de mercado, das energias de concorrência nela atuantes, do desenvolvimento da iniciativa e da realização da liberdade econômica do indivíduo. Mas a economia social de mercado pretende mais: quer que a economia de mercado tenha também um conteúdo social correspondente às aspirações do nosso tempo. Há vários caminhos para esse objetivo social. A solução mais simples parece estar no reconhecimento de que uma economia de mercado eficiente já contém em si mesma vantagens sociais pelos estímulos que proporciona à produção e ao seu aumento, assim como pelo aumento do número de empregos. Tendo em vista a paralisação econômica anterior a 1948, não há dúvida de que o recomeço da economia de mercado já trouxe por si só uma série de vantagens sociais. Tudo quanto se produz a mais, quando for adequadamente distribuído, significará uma vantagem para o consumidor; a criação de novos empregos é vantajosa para os operários, a expansão é uma

referir aos adeptos da necessidade da reformulação do liberalismo⁴⁸⁹. Pouco tempo depois, no ano de 1962, as tensões envolvendo as diversas correntes presentes na Sociedade ganharam uma expressão maior e tornaram-se, então, irreconciliáveis: motivadas fortemente por

vantagem para a juventude, que encontra novas profissões; e a estrutura econômica é uma vantagem para todas as iniciativas, que procuram, dos mais diversos modos, um empreendimento. O próprio neoliberalismo já chamara a atenção para o fato de que até mesmo a pura técnica da economia de mercado já continha progressos sociais, como se estes fossem como que um subproduto das suas funções. O conceito teórico da economia social de mercado ultrapassa a concepção do neoliberalismo pela constatação de que, ao lado dos eventos econômicos, há também a sociedade e o Estado como realidades que não podem esquecer. A economia social de mercado reconhece que, ao lado da liberdade de produção, deve considerar também, dentro da ordem estatal, a segurança social. Através da política econômica o Estado efetua as transferências, as intervenções sociais, etc., que, no entanto, estão sujeitas a se conformarem com o mercado, quer dizer, atrás das intervenções da política econômica do Estado permanece visível a maneira de funcionamento do mercado, que não deve ser perturbada, mas tanto quanto possível ainda melhorada. Dessa simples definição da economia social de mercado pode-se deduzir que ela não contém, de nenhum modo, a recusa à política econômica do Estado. Isso é, aliás, fácil de reconhecer diante da política econômica realizada nos últimos dez anos. O objetivo da economia social de mercado é então unir, no mais amplo sentido, o livre sistema de produtividade a outro de tarefas sociais, e isso em meio a uma época na qual predominam as sociedades de massas e o espírito do dirigismo. Não se deve esquecer de como era a situação há dez anos atrás. A política econômica estava dominada, há décadas, pela convicção de que só se poderiam garantir o progresso econômico e a segurança social pelo mais amplo dirigismo econômico. Durante os primeiros passos da economia social de mercado, achou-se até paradoxal que logo o conceito da economia de mercado fosse enfeitado com o adjetivo “social”. Essa nova formulação parecia uma provocação direta às ideias profundamente arraigadas na opinião pública, já completamente incapaz de perceber que um sistema livre ofereceria as mesmas e até melhores oportunidades a uma política econômica de orientação social. A economia social de mercado representa então uma experiência que procura unir, dentro da moderna sociedade de massa, a livre iniciativa econômica e a livre concorrência às convicções sociais que o nosso tempo reconhece como a base imprescindível da existência estatal e social”. (MÜLLER-ARMACK, 1976, pps. 242-243). Mais a frente, segue dizendo: “Com referência à opinião de que a economia social de mercado seria apenas uma forma diferente do velho intervencionismo, precisamos fazer constar que essa objeção não é justa. [...] Mas deixemos de lado o aspecto dos sucessos técnicos; o que nos interessa examinar agora, após dez anos, é o aspecto espiritual. Percebe-se claramente que, nesses dez anos, foi possível reabilitar o sistema de concorrência, aceito inicialmente com tanta desconfiança sustentada pelo fato de que, desde 1933, estava-se acostumado aos contingenciamentos e amarras, e que frequentemente a eliminação da concorrência fora identificada com o sucesso político-econômico do dirigismo. Essa década revelou agora que, num país como a Alemanha, a concorrência é, sem dúvida, uma condição indispensável à reativação de todas as energias. O termo “concorrência” produz sempre certo mal-estar, porque contém sociologicamente a característica da luta e também porque os partidários de certos interesses sabem manejar com muita habilidade a expressão “concorrência ruinosa”. Mas, nessa década, apareceu na concorrência um aspecto típico dos esportistas, cuja competição é carregada de espírito de solidariedade. Demonstrou-se que a concorrência não é apenas algo indubitavelmente incômodo ao vencido, mas tem também uma função de solidariedade no sentido de que todos, os vencidos também, no fim das contas, recebem consideráveis vantagens. É muito importante saber até onde há disposição de reconhecer esse aspecto geral da concorrência, especialmente numa economia como a alemã, na qual, apesar de toda a expansão desses dez anos, a concorrência se manteve dentro de limites que deveriam permitir que se visse e avaliasse mais positivamente a sua função social e a sua condição de meio real indispensável à realização do progresso de nossa sociedade. (Id, Ibid, pps. 243-245).

⁴⁸⁹ Na avaliação de Mariutti (2018), o termo “neoliberalismo” deixou de ser usado por seus adeptos por razões deliberadas. Em suas palavras: “‘Esquecer’ a palavra neoliberalismo foi um fenômeno comum às duas grandes vertentes ‘neoliberais’. Mas os motivos são diferentes. [...] a linha encabeçada por Von Mises e Hayek nunca aceitou o termo. [...] Com a consolidação da Escola de Friburgo, uma nova expressão, “economia social de mercado”, cunhada por Alfred Müller-Armack (conselheiro de Erhard), em conjunto com “ordoliberalismo”, passou a ser mais utilizada, pois supostamente retratava melhor as características do movimento alemão. Portanto, o sumiço da palavra “neoliberalismo” dentre os pensadores identificados a essa corrente foi, em grande medida, uma atitude proposital. Fazia algum sentido para todas as vertentes marcar uma ruptura – mesmo que tênue – com o liberalismo clássico na década de 1930, dada a conjuntura hostil. Décadas depois, frente ao prestígio crescente do keynesianismo e do dirigismo estatal, insistir na continuidade com relação ao liberalismo clássico foi uma forma inteligente adotada pela linha encabeçada por Hayek para marcar a diferença tanto com relação aos “novos liberais” quanto à ala ordoliberal. (MARIUTTI, 2018, pps. 10-11, grifos do autor).

questões pessoais, as divergências entre os dois principais polos antagônicos tem como desfecho a expulsão da vertente dos ordoliberais da Sociedade⁴⁹⁰. Com a “saída” deste grupo, o discurso mais favorável ao liberalismo “não intervencionista” passou a exprimir maior vigor dentro da Sociedade que, a despeito desse acontecimento, continuava a ser uma organização heterogênea: um exemplo disso reside na Escola da Virgínia⁴⁹¹, a qual começa a aparecer com maior destaque nos anos 1970, liderado por Buchanan, ainda que seu quadro de representantes fosse relativamente diminuto diante das demais vertentes.

Nos anos 1970, a Sociedade alcança um enorme crescimento em termos de ampliação de novos membros e de condições de financiamento, como também auferiu um notório prestígio e reconhecimento público, a exemplo de muitos de seus ilustres membros serem agraciados com a premiação de Nobel de Economia (Hayek – 1974; Friedman – 1976; Stigler – 1982; Buchanan – 1986 e Allais – 1988). Na esteira da crise dos anos 1970, a Sociedade parte então para uma maior abertura ao público ao passo de uma nova formulação interna: aos poucos vai abandonando seu caráter privado, assumindo cada vez mais um papel de intervenção no debate público. Sob os reflexos da direção de Friedman, a Sociedade promove a criação da revista *Mont Pelerin Society Newsletters*, visando divulgar as publicações e as atividades realizadas pelos seus membros.

Além disso, a instituição consegue consolidar uma situação financeira considerável, manejando um orçamento muito maior, o que lhe permitiu ampliar a realização de encontros, alcançando regiões como América Latina, Ásia e África. A partir desta internacionalização, ela evoluiu do pequeno grupo originário, composto por 39 pessoas, para 488 membros, em fins da década de 1980 e início dos anos 1990⁴⁹², tornando-se a principal rede internacional que patrocina e colabora com inúmeras instituições⁴⁹³, em todas as partes do mundo, em defesa dos ideais do liberalismo. A proximidade e, em muitos casos, a intimidade de muitos de seus membros, especialmente Hayek e Friedman, com o ditador chileno Pinochet e com os

⁴⁹⁰ Essa ruptura ocorrida em 1962 ficou conhecida como “*The Hunold Affair*”, devido à derrota sofrida pelo ordoliberal alemão Hunold e seu grupo, culminando na expulsão desta corrente da Sociedade. Cf. HARTWELL, R. M. *A history of Mont Pelerin Society*. Liberty Fund: Indianápolis, EUA, 1995.

⁴⁹¹ Embora o crescimento da Escola da Virgínia, de Gordon Tullock e James Buchanan, não possuísse o mesmo peso das demais vertentes, a teoria da escolha pública que a embasava teve repercussões importantes. Esta teoria estava caracterizada pelos estudos do comportamento econômico dos agentes políticos e sociais, sendo aplicados princípios da economia de mercado para analisar a política e os serviços das empresas públicas.

⁴⁹² “To some extent, the financial crisis made liberals realize the importance of developing and disseminating their ideas even more. By 2012, the Society had grown to 699 members – some 140 had been added following a decision, taken at the 2010 Sydney General Meeting, to allow expansion up to 1,000 members”. Cf. BUTLER, E. *A short history of the Mont Pelerin Society*. Based on *A History of the Mont Pelerin Society*, by Max Hartwell. Disponível em: <https://www.montpelerin.org/wp-content/uploads/2015/12/Short-History-of-MPS-2014.pdf>.

⁴⁹³ No caso do Brasil destaca-se a fundação do Instituto Liberal na década de 1980, em 1983; uma importante instituição fomentadora da disseminação da cultura política liberal no país.

políticos Ronald Reagan e Margareth Thatcher não nos deixam nenhuma dúvida a respeito do caráter de maior intervenção ambicionado pela Sociedade.

Os exemplos do Colóquio e da Sociedade *Mont-Pèlerin* nos servem para ilustrar o quanto variado são as perspectivas presentes no liberalismo e como ele se encontra marcado por dissensos, cisões e tensões internas, além de inúmeras discrepâncias e heterogeneidades. No entanto, o que se verifica em grande parte da literatura é a noção de que o “neoliberalismo”, após os anos de 1970, representa o pensamento hegemônico que assumiu um nível mais coeso em torno da defesa da proposta política associada ao livre mercado e ao Estado mínimo, perseguindo forte antagonismo ao caráter distributivo e regulador do *Welfare State*. Nesse sentido, a terminologia “neoliberalismo” passou a ser utilizada fortemente pelos setores da esquerda, carregada por seu caráter pejorativo, com o intuito de denotar seu campo de oposição em termos políticos⁴⁹⁴.

⁴⁹⁴ No campo da esquerda, a principal obra a contribuir nesse sentido é realizada pelo marxista Perry Anderson, em seu *Balanço do neoliberalismo*, publicado em 1995. Segundo Anderson (1995), o nascimento do neoliberalismo se deu em meados do pós-guerra, basicamente na Europa e na América do Norte, na condição inicial de uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar originariamente realizada na obra *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayeck, escrita em 1944. O alvo de imediato, naquele momento, era o Partido Trabalhista Inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, da qual saíram vitoriosos. Decorridos três anos, sob as bases de construção do Estado de bem-estar que se erigia na Europa, Hayeck convocou para uma reunião os adeptos de sua orientação ideológica, ficando esta, conhecida solenemente, por *Sociedade de Mont Pèlerin*. Com efeito, estes concordavam em emplacar um combate voraz ao keynesianismo e ao solidarismo e, mais, estavam ainda dispostos a preparar as bases de um outro tipo de capitalismo mais firme e livre de regras para o futuro. No entanto, as condições objetivas para este trabalho, no momento de sua elaboração, não lhes eram totalmente favoráveis, uma vez que o capitalismo encontrava-se numa fase de ouro, apresentando crescimento rápido durante os anos 50 e 60. Com a chegada da grande crise, em 1973, quando todo o mundo capitalista abarcou numa longa e profunda recessão, combinando baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno. Na leitura de Anderson (1995), para Hayeck, a razão da crise se encontrava no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os encargos com os gastos sociais. Seu prognóstico, por isso, era evidente: por um lado, dever-se-ia manter um Estado forte em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas sóbrio em todos os gastos sociais e, por outro lado, supor-se-ia a estabilidade monetária como meta suprema de qualquer governo. Para tanto, exigia-se uma disciplina orçamentária, com contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego. Somente ao final da década de 70, precisamente em 1979, surge a oportunidade deste programa entrar em vigor. É na Inglaterra, sob o governo Thatcher, observado o primeiro regime de um país capitalista do centro publicamente disposto a pôr em prática a política neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chega à presidência dos EUA com a mesma agenda. Em 1982, o conservador Kohl derrota o regime social liberal de Schmidt, na Alemanha. Em seguida, quase todos os países do Norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também aprofundaram este avanço conservador. A partir daí, a onda de direitização ganha um fundo político para além da crise econômica do período: o combate ao comunismo. A “luta contra o mal” – nas palavras de Reagan – inevitavelmente fortaleceu o poder de atração do neoliberalismo político, consolidando o predomínio da Nova Direita na Europa e na América do Norte. Os anos 80 corroboram o triunfo mais ou menos irrefutável da ideologia neoliberal nesta região geográfica. A hegemonia alcançada pelo neoliberalismo enquanto ideologia acossou a social-democracia, transformando-a em sua inimiga central. Preliminarmente, apenas governos notadamente de direita radical se atreveram a operacionalizar as políticas neoliberais. Em um momento posterior, cada vez mais se observou governos social-democratas adotando tais políticas, com exceção da Suécia e da Áustria, que resistiam ainda no final dos anos 80, e do Japão. A avaliação efetiva da hegemonia neoliberal no mundo capitalista tinha um fator de prioridade mais imediata: deter a grande inflação dos anos 70. Uma vez alcançado esse objetivo, verificou-se, porém, que nada disso

A partir deste diagnóstico, a visão sobre o neoliberalismo, pelo menos do ponto de vista do campo crítico progressista, fundamentou-se sobremaneira na análise do que se convencionou chamar de “austericídio” e, particularmente no caso latino-americano⁴⁹⁵, o exame voltou-se vultuosamente para o caráter dos programas de governos imiscuídos com a agenda das instituições internacionais, a exemplo do FMI⁴⁹⁶ e Banco Mundial⁴⁹⁷, sobretudo

contribuíra para aquilo que seria o principal resultado: produzir taxas altas de crescimento econômico. Sem embargo, entre os anos 70 e 80 não houve nenhuma modificação na taxa de crescimento, apesar de todas as condições institucionais criadas em favor do capital: não apenas não cresceu durante os anos 80, como, em comparação com a década anterior, caiu sensivelmente. Qual seria o motivo pelo qual a recuperação dos lucros não originou a recuperação dos investimentos? Na avaliação de Anderson (1995): “Essencialmente, pode-se dizer, que a desregulamentação financeira, que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva. [...] o peso de operações puramente parasitárias teve um incremento vertiginoso nestes anos. [...] por fim, ironicamente, quando o capitalismo avançado entrou de novo numa profunda recessão, em 1991, a dívida pública de quase todos os países ocidentais começou a reassumir dimensões alarmantes, inclusive na Inglaterra e nos Estados Unidos, enquanto que o endividamento privado das famílias e das empresas chegava a níveis sem precedentes desde a II Guerra Mundial” (ANDERSON, 1995, p. 16). Em suma, para o autor: “Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, os neoliberalismos conseguiram muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberalismo hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes”. (Id, Ibid, p. 23).

⁴⁹⁵ Segundo Anderson (1995), no que tange ao processamento deste programa em relação à América Latina, o Chile, sob a ditadura de Pinochet, a partir de 1973, consagrou-se verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea. Seu programa adquiriu, de início, linha extremamente dura calcadas em desregulação, desemprego em massa, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos e privatizações de bens públicos. A Bolívia, em 1985, não tanto pela necessidade de “quebrar” o movimento operário, mas, sim, para efetivar-se o controle sobre sua hiperinflação, configurou a segunda experiência desse ideário. Em seguida, a virada continental em direção ao neoliberalismo se consumou na presidência de Salinas, no México, em 1988; com a chegada de Menem ao poder, na Argentina, em 1989; na segunda presidência de Carlos Andrés Peres, no mesmo ano, na Venezuela, e, na eleição de Fujimori, no Peru, em 1990. Segundo o autor: “nenhum desses governantes confessou ao povo, antes de ser eleito, o que efetivamente fez depois de empossado. Menem, Carlos Andrés e Fujimori, aliás, prometeram exatamente o oposto das políticas radicalmente antipopulistas que implementaram nos anos 90. E Salinas, notoriamente, não foi nem sequer eleito, mas roubou as eleições com fraudes”. (Id, Ibid, pps. 20-21). Partindo da observação destas experiências, pode-se afirmar que três delas registraram êxitos surpreendentes a curto prazo – México, Argentina e Peru – e uma fracassou, a Venezuela. A condição política de deflação, de desregulamentação, de desemprego, de privatização das economias mexicana, argentina e peruana revelou uma concentração de poder impressionante: no México, repetiu-se algo que sempre existiu, isto é, o continuísmo de um regime com partido único; mas na Argentina e no Peru, diferentemente, seus governantes tiveram, por sua vez, de inovar em suas atuações, fazendo-se uso da criação uma legislação de emergência, de autogolpes e, até mesmo, de reformas em suas Constituições.

⁴⁹⁶ Após a resposta norte-americana dada pela elevação drástica das taxas de juros em 1979, a América Latina ingressa numa fase de crise da dívida externa ao verem dificultosos os patamares do padrão de financiamento externo a que foram submetidas durante quase quarenta anos. Nesse sentido, a atuação do FMI na agenda das reformas do sistema monetário internacional revelou-se fundamental para a formulação de um consenso político. Uma vez caracterizada a situação do endividamento e revelada a impossibilidade dos países periféricos em honrar tais cumprimentos, o Fundo passou a adotar as condicionalidades ampliadas sob a exigência destas se orientarem no objetivo de reformulação de seus sistemas financeiros internos e na sustentação de programas de conversão de dívidas em investimentos. Praticamente três fases caracterizaram as relações dos países da região com as proposições do Fundo. A primeira diz respeito ao período de 1981 a 1985 em que, na verdade, houve um tratamento convencional para a crise através da concessão de empréstimos-ponte de instituições financeiras internacionais para evitar a quebra dos bancos nacionais. Ganhou destaque nesse momento a execução do Plano

depois do estabelecimento do “Consenso de Washington”. Com a eclosão da crise mundial, ocorrida em 2008, os impactos concretos e demais desdobramentos políticos chegaram a imprimir alguma repercussão em torno de se buscar “saídas” conjunturais e de curto prazo, mas, no entanto, em grande medida, isso não implicou, até o momento, em mudanças mais significativas para a maioria dos países no mundo⁴⁹⁸. Desde então, esta tem sido a forma mais

Baker em face do quadro instalado de moratórias. No período de 1985 a 1989, o Fundo passou a atuar no sentido de promover o reescalonamento dos pagamentos da dívida provendo os países de recursos financeiros e facilitando para estes fluxos financeiros de governos. Com efeito, são aplicadas então as metas estabelecidas pelo Plano Brady, na qual se exigiu dos países credores a adoção de políticas que favorecessem o investimento privado e a execução de reformas dos sistemas financeiros internos. A terceira fase surgiu no contexto de avaliação destas reformas em curso nos países latino-americanos. Para avaliá-las, realizou-se em novembro de 1989, em Washington, um encontro informal patrocinado pelo *Institute for International Economics* (IIE), denominado, posteriormente, “Consenso de Washington”. Williamson (2002) foi quem alinhavou os pontos tidos como consensuais entre os participantes: 1) Ajuste Fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; 2) Focalização dos gastos do governo em educação, saúde e infraestrutura; 3) Reforma Tributária, que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; 4) Liberalização Financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; 5) Taxa de câmbio competitivo; 6) Liberalização Comercial, com redução das alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando impulsionar a globalização da economia; 7) Eliminação de restrições ao capital externo permitindo investimento externo estrangeiro; 8) Privatizações, com a venda de empresas estatais; 9) Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas e 10) Propriedade Intelectual. O aprofundamento destes pontos implicou no Programa de Ajuste Econômico (PAE), em que se teve como pedra angular a busca da estabilidade econômica por meio de um “ajuste fiscal permanente” rigoroso para os demais países latino-americanos.

⁴⁹⁷ Com relação ao Banco Mundial percebeu-se que, embora seus programas de ajustamento tivessem aparecido antes mesmo da eclosão da crise dos anos de 1970, fora no bojo de seu aprofundamento nos anos 80 que estes começaram a ser instrumentalizados. Num primeiro momento, declarado pelos ajustes de primeira geração, o papel desta instituição ganhava contornos com as discussões acerca da eficiência alocativa e do papel do Estado. A tese central era de que havia se instalado na região uma crise de pagamentos pelo lado da liquidez e, por isso, creditou-se à estabilização a pré-condição para o ajustamento estrutural (COELHO, 2002). Uma vez fracassada essa pré-condição, o Banco passou a exigir políticas de ajuste de longo prazo e a resposta para a periferia estava na adoção das “*sound policies*” que deveriam atuar numa diminuição do tamanho do Estado, no controle restrito sobre o orçamento, numa política monetária austera e no equacionamento da dívida externa. Para algo muito apropriado para a estratégia de aplicação das reformas estruturais, o Banco pouco a pouco diminuía a importância dos choques externos e aumentava o peso dos fatores internos. Na década de 1990, diante das transformações radicais que ganharam destaque no cenário internacional, o Banco traçou aquilo que seria a construção do consenso latino-americano. Não raro, tanto o Banco Mundial como o FMI sabiam que as reformas estruturais careciam de um longo caminho a percorrer e é nesse terreno da “batalha pelo convencimento” que se fundamentou as proposições do consenso (Id, Ibid). A região, por sua vez, ao pôr em prática tais medidas, seguiu um padrão alicerçado pelo tripé liberalização comercial, estabilização e liberalização financeira. Esse modelo teve implicações claras sobre o manejo das políticas soberanas, limitando o campo de atuação dos Estados da periferia. Mesmo diante das constatações evidentes de insustentabilidade desse modelo, expressado seja pela experiência mexicana seja pela dos tigres asiáticos, dentre outras, o Banco repetia a velha receita ortodoxa de organização econômica e social, e as autoridades latino-americanas permaneceram, desde então, “fiéis” aos mandos do Tesouro Americano e das finanças internacionais.

⁴⁹⁸ No caso dos países europeus, destaca-se o exemplo dos chamados *PIIGS* (composto por Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha). Tais países se viram “obrigados” a promoverem negociações no âmbito da *troika*, cujo resultado mais evidente tratou-se da implantação da austeridade fiscal como contrapartida ao socorro junto aos desequilíbrios de suas dívidas. A *troika* refere-se ao conjunto de consultores, analistas e economistas responsáveis pela negociação com os países que solicitam um pedido de resgate financeiro, de modo a consolidar as suas contas públicas. No caso dos países da América Latina, a crise afetou de maneira distinta cada um deles, mas no geral, ela não foi suficiente para que se revertisse ou até se contrapusesse a agenda do chamado “austericídio”. Bolívia e Venezuela apresentam-se como casos em que se verifica uma maior resistência. O caso do Brasil, porém, é um dos mais emblemáticos: os chamados “ensaios desenvolvimentistas”, dos governos Lula

adotada para se analisar o fenômeno do “neoliberalismo”: uma ideologia que reflete a “vitória política” de determinados candidatos e/ou partidos identificados com este ideário, ao mesmo tempo em que consolida a emergência política de pessoas, partidos e governos em face da crise do keynesianismo e do socialismo real⁴⁹⁹.

Todavia, a “grande virada” em direção ao “neoliberalismo” não foi assim tão clara e determinada e o seu significado está muito além de uma ideologia, de uma política econômica, ou ainda, de uma nova fase do capitalismo dominado pelas finanças. Partindo da crítica a estas visões limitadas – e já bem desgastadas –, o filósofo Pierre Dardot e o sociólogo Christian Laval, ambos franceses, publicam, em 2009, o livro *A nouvelle raison du monde*:

e Dilma, geraram muita discussão, como se pode observar na vasta literatura sobre o período. Ver, especialmente: FIORI, J. L. & TAVARES, M. C. (Org.). *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. PAULA, J. A.; PAULANI, L.; COUTINHO, M. (Org.). *A economia política da mudança: os desafios e os equívocos do início do governo Lula*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003. BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*. 5. ed. atual. São Paulo, SP: Ed. 34, 2003. PAULA, J. A. (Org.). *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2005. SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. (Org.). *Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Rio de Janeiro, RJ: Manole: Fundação Konrad Adenauer, 2005. CARNEIRO, R.; MATIJASCIC, M. (Org.). *Desafios do Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília: Campinas: IPEA, IE-Unicamp, 2010. Contudo, o segundo governo da presidenta Dilma Rousseff notabilizou-se pela adoção de políticas econômicas bastante restritivas que, após o golpe de 2016, rumaram para consecução de um novo regime fiscal ainda mais severo para o país: a medida mais importante adotada sob o comando de Temer foi a aprovação, no mesmo ano, da Emenda Constitucional 95. Esta emenda implica, concretamente, em uma redução geral dos gastos públicos pelos próximos vinte anos (com revisão após os dez primeiros anos): ao fixar como teto de gastos em um ano o valor que foi executado no ano anterior acrescido da inflação do mesmo período, as regras do novo regime não permitem o aumento das despesas totais e reais do governo acima da inflação, nem mesmo nos momentos em que a economia se encontrar em melhor situação. Nesse sentido, o caso brasileiro destoa de várias experiências internacionais que adotaram o teto de gastos públicos, pois, na prática, somente será possível aumentar os investimentos em uma área desde que sejam feitos cortes em outras. Além disso, o novo regime fiscal suspende a própria autonomia sobre o orçamento, revelando uma clara opção do governo federal brasileiro perante os credores da dívida pública, dado que não foi excluído do teto o pagamento de juros e amortizações da dívida pública.

⁴⁹⁹ Embora ultrapasse em nosso propósito realizar um balanço mais amplo sobre os modos de apreensão do “neoliberalismo”, podemos indicar pelo menos três interpretações vigentes que, de certa maneira, estabelecem relações de similaridade e/ou complementação com esta forma mais corrente de apreensão. Na primeira delas, o neoliberalismo se trata essencialmente da execução de uma política econômica e de uma agenda de contrarreformas, vinculadas à ciência econômica ortodoxa, prognosticada pelos “Chicago boys”, na condição de uma verdadeira “doutrina de choque”, visando assim reduzir o papel do Estado em favor do mercado. Cf. KLEIN, N. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. Na segunda delas, o neoliberalismo diz respeito a um movimento fundamentalmente intelectual que, através de indivíduos, grupos e instituições, criou as condições para a ascensão das ideias do livre mercado. Cf. BURGIN, A. *The Great Persuasion: Reinventing Free Markets since the Depression*. Cambridge: Harvard University Press, 2012. E, na terceira delas, o neoliberalismo demarca um novo estágio da história do capitalismo, associado ao predomínio do capital financeiro na economia global. Cf. HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2005. A lista, porém, é muito maior. Ver, especialmente: KLEIN, J. -L. & TREMBLAY, P. -A. & DIONNE, H. (eds.). *Au delà du néolibéralisme: quel rôle pour les mouvements sociaux?* Sainte-Foy, Qc.: Presses de l’Université du Québec, 1997; PASCHE, C. & PETERS, S. Les premiers pas de la Société du Mont-Pèlerin ou les dessous chics du néolibéralisme. *Les Annuelles* 8(8): 191-230, 1997; DENORD, F. Le prophète, le pèlerin et le missionnaire – La circulation internationale du néo-libéralisme et ses acteurs. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 145, 9-20, 2002; LAURENT, A. *Le Libéralisme Américain: Histoire d’un détournement*. Paris: Les Belles Lettres, 2006; AUDIER, S. *Néo-libéralisme(s): Une archéologie intellectuelle*. Paris: Grasset, 2012; EVANS, P. & SEWELL, W. H. Neoliberalism: Policy Regimes, International Regimes, and Social Effects. In: HALL, P. & LAMONT, M. (eds.) *Social Resilience in the Neoliberal Era*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, 35-68, dentre outros.

Essai sur la société néolibérale, traduzido para o português como *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, em 2016⁵⁰⁰. Nesta obra, sustentam a ideia de que o “neoliberalismo” deve ser pensado enquanto uma racionalidade, à medida que se trata de uma lógica normativa suficientemente capaz de reger as relações de poder e as maneiras de governar, isto é, uma racionalidade vinculada a uma forma de governamentalidade. Este modo de apresentação do fenômeno, eminentemente foucaultiana, os permite defender que:

[...] o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma *racionalidade* e, como tal, tende a se estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. O termo *racionalidade* não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra “capitalismo”. O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal⁵⁰¹ da concorrência⁵⁰².

Para analisar esta nova razão do mundo, dividem o livro em duas partes: na primeira delas, intitulada “refundação intelectual”, realiza-se um exame seguindo a esteira das obras em que Foucault já havia iniciado em seu estudo sobre a racionalidade neoliberal⁵⁰³ e, na segunda delas, chamada de “a nova racionalidade”, procura-se avançar em relação ao exame

⁵⁰⁰ O lançamento do livro na França, em 2009, está inserido no contexto do imediato da crise de 2008, ao qual suscitou em muitos analistas a ideia de que havíamos chegado ao fim do neoliberalismo. Contrário a estas teses, os autores também procuram se distanciar dos analistas mais críticos do neoliberalismo, demonstrando os equívocos presentes nas obras de Klein, Boltanski e Chiapello, Deleuze e Guatarri, e Agambem, e de marxistas, como Dúmenil e Lévy, Harvey e Negri e Hardt. O ponto principal de Dardot e Laval (2016) reside na ideia de que seria necessário, muito mais do que apenas demonstrar os efeitos perversos e destrutivos, lançar-se para aquilo que concretamente o neoliberalismo cria ou constrói. Se o gatilho de partida deve-se ao ensaio de Wendt Brown (2007), certamente a principal influência advém da obra do filósofo francês Michel Foucault, através do conceito de biopolítica. Para maiores detalhes, rever a nota de rodapé 119, na qual procedemos com um comentário a esse respeito. Porém, diferentemente do que vimos lá, com Negri e Hardt, Dardot e Laval acabam sendo mais fiéis à proposição foucaultiana, estabelecendo, de certa forma, uma atualização e um avanço sobre a *governamentalidade* a partir da nova razão do mundo, no caso, o neoliberalismo.

⁵⁰¹ Aqui cabe uma explicação importante: Michel Foucault, em *O nascimento da biopolítica*, deixa explícito na abertura da primeira aula do curso que, ao inverter o historicismo, se recusa a pensar a partir de “universais” como o Estado ou a soberania, pois os “universais” não podem ser instituídos anteriormente, mas sim, posteriormente às práticas, sendo, portanto, resultante delas. Esta é forma a qual Dardot & Laval, seguindo os passos do filósofo francês, adotam quando se referem à ideia do princípio universal da concorrência: partindo das práticas que a racionalidade impõe se chega aos princípios universais de sua conduta.

⁵⁰² Cf. DARDOT & LAVAL, 2016, p. 17, grifos do autor.

⁵⁰³ Dizem-nos, apoiados em Foucault: “O neoliberalismo, portanto, não é o herdeiro natural do primeiro liberalismo, assim como não é seu extravio nem sua traição. Não retoma a questão dos limites do governo do ponto em que ficou. O neoliberalismo não se pergunta mais sobre que tipo de limite dar ao governo político, ao mercado (Adam Smith), aos direitos (John Locke) ou ao cálculo da utilidade (Jeremy Bentham), mas, sim, sobre como fazer do mercado tanto o princípio do governo dos homens como o do governo de si”. (Id, Ibid, p. 34).

mais aprofundado desta racionalidade envolvendo a penetração da lógica do mercado como lógica normativa generalizada⁵⁰⁴.

O ponto forte presente na primeira parte consiste em localizar no Colóquio de Walter Lippmann (1938) uma matriz comum entre os “novos liberais” e os “neoliberais”⁵⁰⁵: a recusa do mercado como algo natural, inerente à própria condição humana e, portanto, a necessidade de se repensar a ordem espontânea enquanto ordem “construída”.

O “neoliberalismo” vem mais tarde. Em certos aspectos, aparece como uma decantação do “novo liberalismo” e, em outros, como uma alternativa aos tipos de intervenção econômica e reformismo social pregados pelo “novo liberalismo”. Ele compartilhará amplamente a primeira proposição com este último. Mas, ainda que admitam a necessidade de uma intervenção do Estado e rejeitem a pura passividade governamental, os neoliberais opõem-se a qualquer ação que entrave o jogo da concorrência entre interesses privados. A intervenção do Estado tem até um sentido contrário: trata-se não de limitar o mercado por uma ação de correção ou compensação do Estado, mas de desenvolver e purificar o mercado concorrencial por um enquadramento jurídico cuidadosamente ajustado. Não se trata mais de postular as condições ótimas para que o jogo de rivalidade satisfaça o interesse coletivo. A esse respeito, rejeitando a segunda das duas proposições mencionadas antes, o neoliberalismo combina a reabilitação da intervenção pública com uma concepção do mercado centrada na concorrência, cuja fonte, como vimos, encontra-se no spencerismo da segunda metade do século XIX. Ele prolonga a virada que deslocou o eixo do liberalismo, fazendo da concorrência o princípio central da vida social e individual, mas, em oposição à fobia spenceriana de Estado, reconhece que a ordem de mercado não é um dado da natureza, mas um produto artificial de uma história e de uma construção política⁵⁰⁶.

Em outras palavras, ambas as correntes não se opõem quanto à intervenção estatal favorável à concorrência entre os entes privados através da conformação de uma ordem legal que fomente e regule a iniciativa privada submetida à concorrência, no entanto, enquanto os ordoliberais rivalizam-se sobre a importância de se conceber a melhor forma de salvaguardar as “regras do jogo” do mercado (por um lado, Eucken e Böhm apostavam no discernimento de qual deveria ser o quadro jurídico corresponde a esta ordem e, por outro lado, Röpke e Rustow privilegiavam o quadro social, enfatizando as condições para as quais a atividade

⁵⁰⁴ “Considerando uma *racionalidade* governamental, e não uma doutrina mais ou menos heteróclita, o neoliberalismo é precisamente o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade. É essa coerência prática e normativa, mais do que a das fontes históricas e das teorias de referência, que fundamenta nosso argumento”. (Id, Ibid, p. 34).

⁵⁰⁵ “O quadro geral do neoliberalismo foi esboçado nos anos 1930, antes de Friedrich Hayek tomar a frente do movimento na esteira de *O caminho da servidão*. As relações entre essa fase inaugural e a evolução do neoliberalismo após 1947 e a criação da Sociedade Mont-Pèlerin não podem ser compreendida apenas em termos de “radicalização” ou “retorno ao liberalismo clássico” em oposição aos desvios intervencionistas surgidos em 1938. O desenvolvimento do pensamento de Hayek, em particular, não pode ser entendido simplesmente como uma “reafirmação” dos princípios antigos, já que integrará de forma singular a crítica do velho *laissez-faire* e a necessidade de um “código de trânsito” firme e rigoroso. Esse pensamento, que pode ser visto como uma resposta original aos problemas postos pela redefinição do liberalismo, tenta articular as posições da maioria e da minoria do Colóquio Walter Lippmann, permitindo ao menos por um tempo que ordoliberais alemães e austro-americanos se mantenham na mesma corrente”. (Id, Ibid, pps. 99-100).

⁵⁰⁶ Cf. Id, Ibid, pps. 69-70.

econômica deve se desenvolver⁵⁰⁷), os austro-americanos, por sua vez, esforçam-se por discutir sobre o sentido original do *laissez-faire*, especialmente o caráter de continuidade ou descontinuidade, ocorrido entre o liberalismo clássico e a nova realidade, e a questão da forma de intervencionismo do Estado (ainda que em Mises prevaleça a fobia do Estado, em Hayek se verifica uma ampliação e sofisticação da importância das regras jurídicas e da necessidade de se estabelecer um “Estado forte liberal”, aprofundando a ideia de um governo guardião do direito privado que tornaria a ser a própria forma *par excellence* de governo).

A primeira parte do livro pode ser assim sintetizada de modo a apontar as principais contribuições elencadas pelas correntes dos ordoliberais alemães e dos austro-americanos que foram, em grande medida, validadas na construção da nova racionalidade neoliberal⁵⁰⁸. Uma

⁵⁰⁷ “Em poucas palavras, enquanto o primeiro grupo dá prioridade ao crescimento econômico, que supostamente traz em si mesmo o progresso social, o segundo é muito mais atento aos efeitos de desintegração social do processo de mercado e, conseqüentemente, atribui ao Estado a tarefa de instaurar um “meio social” (*soziale Umwelt*) próprio para reintegrar os indivíduos nas comunidades. O primeiro enuncia os princípios de uma “política econômica” (*Wirtschaftspolitik*); o segundo tenta elaborar uma verdadeira “política de sociedade” (*Gesellschaftspolitik*)”. (Id, Ibid, p. 106, grifos do autor).

⁵⁰⁸ Em relação aos ordoliberais, nos dizem: “Em última análise, ainda que a coerência de conjunto da doutrina seja problemática, o legado político que os dois ramos do ordoliberalismo alemão deixaram ao neoliberalismo contemporâneo consiste em duas coisas essenciais. Em primeiro lugar, a promoção da concorrência a uma norma cujo intuito é orientar uma “política de ordenação”: embora a epistemologia de Eucken tenha caído amplamente no esquecimento, salvo em certos círculos de especialistas, os princípios da “constituição econômica” continuam a ser invocados para avaliar medidas de política econômica, ainda que isso termine muitas vezes numa lenga-lenga formal. Em segundo lugar, a atribuição de um objeto absolutamente específico à ação política, a saber, a “sociedade” até em sua trama mais fina e, portanto, o indivíduo como foco do governo de si mesmo e ponto de apoio do governo da conduta. É nisso, de fato, que devemos situar o sentido profundo da universalização da lógica da empresa preconizada pela “política de sociedade” em sua forma mais bem-acabada”. (Id, Ibid, p. 132). Acerca das abordagens de Mises e demais autores próximos a ele: “A concepção de indivíduo como um empreendedor inovador, que sabe explorar as oportunidades, é resultado, portanto, de várias linhas de pensamento, entre as quais a “praxeologia” de Von Mises e a difusão de um modelo de gestão empresarial que aspira a uma validade prática universal. [...] Que cada indivíduo seja empreendedor por si mesmo e dele mesmo, essa é a grande inflexão que a corrente austro-americana e o discurso gerencial neoschumpeteriano darão à figura do homem econômico. Obviamente, com respeito às formas contemporâneas da governamentalidade neoliberal, a principal limitação dessa corrente parece residir numa fobia do Estado que muito frequentemente a conduz a resumir a atividade de governar à imposição de uma vontade pela coerção. Essa atitude impede que se compreenda que o governo do Estado poderia articular-se positivamente com o governo de si do sujeito individual, em vez de contrariá-lo ou de algum modo criar-lhe obstáculos. Contudo, ater-se a isso seria desmerecer a originalidade de Hayek: ter legitimado abertamente o recurso à coerção do Estado quando se trata de fazer respeitar o direito do mercado ou o direito privado”. (Id, Ibid, pps. 154-155). Sobre a linha explorada por Hayek se questionam: “Como avaliar a contribuição de Hayek para a elaboração do neoliberalismo? Não há dúvida de que sua influência intelectual e política foi determinante a partir da fundação da Sociedade Mont-Pèlerin (1947). Muitas das propostas políticas formuladas na terceira parte de *Os fundamentos da liberdade*, em particular as que visam ao combate da “coerção” praticada pelos sindicatos, inspiraram diretamente os programas de Thatcher e Reagan. No entanto, se tomarmos como critério não mais a influência política direta, mas a contribuição para a instauração da *racionalidade* neoliberal (no sentido de Foucault), impõe-se uma reavaliação. Seguramente devemos a Hayek a amplitude inédita dada a temas que já faziam parte do fundo original (os que Rougier e Lippmann estabeleceram, sublinhando a importância das regras jurídicas e a necessidade de um “Estado forte liberal”). Devemos a ele também, e talvez, sobretudo, o aprofundamento da ideia avançada por Böhm de um governo guardião do direito privado, até fazê-lo significar explicitamente a exigência de uma aplicação desse direito ao próprio governo. Por último, na ordem da teoria econômica, devemos a ele a elaboração da noção de “divisão de conhecimento”. Contudo, sobre a questão decisiva da *construção da ordem do mercado*, somos obrigados a reconhecer que hoje, na prática do neoliberalismo, tende a

vez percorrido este caminho, a segunda parte inicia-se com a abordagem acerca da “grande virada” promovida pelo neoliberalismo, asseverando que ele se originou “por pressão de certas condições, sem que ninguém sonhasse ainda com um novo modo de regulação em escala mundial⁵⁰⁹”.

A tese consiste na ideia de que “esse objetivo tenha se constituído ao longo do próprio confronto e, a partir desse momento, feito o papel de catalisador, oferecendo um ponto de encontro a forças até então relativamente dispersas⁵¹⁰”. Não sendo fruto de um “complô”, nem muito menos de algo programado e planejado, o surgimento do neoliberalismo enquanto uma nova racionalidade contou com a atuação de, pelo menos, quatro elementos que se imbricaram mutuamente. Conforme nos dizem:

O primeiro diz respeito à *relação de apoio recíproco* graças à qual as políticas neoliberais e as transformações do capitalismo ampararam-se mutuamente para produzir o que denominamos “a grande virada”. Contudo, essa virada não se deve apenas à crise do capitalismo nem surgiu de repente. Ela foi precedida e acompanhada por uma *luta ideológica*, que foi sobretudo uma crítica sistemática e duradoura de ensaístas e políticos contra o Estado de bem-estar. Essa ofensiva alimentou diretamente a ação de certos governos e contribuiu enormemente para a legitimação da nova norma quando esta por fim surgiu. Esse é o segundo ponto. No entanto, apenas a conversão dos espíritos não teria sido suficiente – foi necessária uma mudança de comportamento. Isso foi obra, em grande parte, de técnicas e dispositivos de *disciplina*, isto é, de sistemas de coação, tanto econômicos como sociais, cuja função era obrigar os indivíduos a governar a si mesmos sob a pressão da competição, segundo os princípios do cálculo maximizador e uma lógica de valorização de capital. Esse é o terceiro ponto. Finalmente, a progressiva ampliação desses sistemas disciplinares, assim como sua codificação institucional, levaram à instauração de uma *racionalidade* geral, uma espécie de novo regime de evidências que se impôs aos governantes de todas as linhas como único quadro de inteligibilidade da conduta humana⁵¹¹.

Para fundamentar esta forma de apreensão do neoliberalismo, passam a analisar a influência da nova racionalidade em torno da construção da União Europeia. O tratado da

prevalecer uma atitude construtivista, muito distante do evolucionismo cultural hayekiano”. (Id, Ibid, pps. 184-185, grifos dos autores).

⁵⁰⁹ “[...] o objetivo de uma nova regulação pela concorrência não existia antes da luta contra o Estado de bem-estar na qual se engajaram, alternada ou simultaneamente, círculos intelectuais, grupos profissionais, forças sociais e políticas, muitas vezes por motivos bastante heterogêneos. A virada começou por pressão de certas condições, sem que ninguém sonhasse ainda com um novo modo de regulação em escala mundial”. (Id, Ibid, p. 192).

⁵¹⁰ Cf. Id, Ibid, p. 192. De acordo com os autores: “Para tentar explicar esse surgimento do objetivo a partir das condições de um confronto já iniciado, devemos recorrer a outro sentido do termo “estratégia”, um sentido que não a faz proceder de vontade de um estrategista nem da intenção de um sujeito. Essa ideia de uma “estratégia sem sujeito” ou “sem estrategista” foi elaborada por Foucault. [...] Não conseguiríamos expressar melhor a maneira como a concorrência se constituiu como nova norma mundial, a partir de certas relações entre as forças sociais e certas condições econômicas, sem que tenha sido “escolhida” de forma premeditada por um “Estado-maior” qualquer. Fazer aparecer a dimensão estratégica das políticas neoliberais é, portanto, não apenas revelar em que elas dizem respeito à escolha de certos meios (de acordo com o primeiro sentido do termo “estratégia”), mas é também mostrar o caráter estratégico (no segundo sentido do mesmo termo) do objetivo da concorrência generalizada que permitiu dar a todos esses meios uma coerência global”. (Id, Ibid, pps. 192-193).

⁵¹¹ Cf. Id, Ibid, p. 193, grifos dos autores.

Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), firmado em 1951, e o Tratado de Roma, realizado em 1957, são os germes do estabelecimento das regras que efetivam a concorrência como pilar de sustentação da “constituição europeia da liberdade”. Sob clara influência da corrente dos ordoliberais, os avanços rumaram no sentido da construção de um “mercado comum”, levadas a cabo especialmente pelos instrumentos designados pela Corte de Justiça Europeia e pela Comissão Europeia.

Não obstante, a partir dos anos 1990, o ordenamento político e jurídico no âmbito da União Europeia - baseados fundamentalmente na livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais - revela uma espécie de combinação da primazia dos princípios dos ordoliberais alemães com os princípios dos austro-americanos, chamados pelos autores de “novos ordoliberais” ou “neo-ordoliberais”. Com isso, asseveram que a Europa encontra-se muito distante da "Europa liberal" - resultado do ultraliberalismo anglo-saxão – como também da "Europa social" – nos termos da "economia social de mercado", utilizado pelos ordoliberais alemães⁵¹².

Além da demonstração da racionalidade neoliberal envolvendo a dinâmica dos países, especialmente no caso da União Europeia, lançam-se sobre a compreensão do processo de transformação das formas de normatização desta racionalidade a partir das empresas, do Estado e dos indivíduos. Aqui prevalece de maneira mais arrebatadora o imperativo categórico da empresa como forma de governo e modelo de subjetivação sustentado na concorrência. Muitos argumentos nos são apresentados na direção deste processo, de modo que não será o caso de darmos destaque a todos os pontos, mas apenas ressaltar os contornos mais gerais deste processo:

⁵¹² “[...] enquanto o primeiro ordoliberalismo procurava enquadrar o mercado por meio de leis feitas pelos Estados e pelas instâncias europeias, o novo ordoliberalismo procura fazer do próprio mercado o princípio de seleção das leis feitas pelos Estados. Por essa ótica, o papel da Comissão Europeia se reduziria à sanção da arbitragem decidida pelo mercado em matéria de legislação – o que teria, na opinião dos novos ordoliberais, a vantagem de frear o ativismo regulatório excessivamente zeloso que essa instância demonstrou no passado. Desse modo, instaurar-se-ia uma legislação europeia que acabaria por impor-se aos seus próprios poderes legislativos – nacionais e europeus de forma tanto mais indiscutível porque se consagraria pelo veredicto do mercado. Essa evolução, se de fato se verificasse, lançaria uma luz singularmente crua sobre o ideal de uma “sociedade de direito privado”, como foi desde o princípio o ideal do neoliberalismo (Böhm retomado por Hayek): os Estados terem de aplicar a si mesmos as regras do direito privado encontra uma forma de realização nessa proposta de fazer do princípio da concorrência o princípio da harmonização das legislações nacionais, logo, o princípio da elaboração da própria legislação europeia. Essa tendência indica desde já que, dentro do próprio neoliberalismo europeu, certas forças pretendem *esvaziar a democracia liberal de toda a sua substância*, retirando dos poderes legislativos suas principais prerrogativas. No entanto, podemos prever que esse projeto encontrará resistências dentro das próprias instâncias europeias, em particular da parte dos que continuam aferrados à especificidade “europeia” do ordoliberalismo. A crise financeira que começou em 2007, e já teve como primeiro efeito agitar as linhagens dentro do próprio neoliberalismo político, poderia muito bem devolver um brilho inesperado às velhas fórmulas da tradição mais clássica do ordoliberalismo”. (Id, Ibid, pps. 268-269, grifos dos autores). Cabe ressaltar que, de lá pra cá, temos presenciado uma forte tensão, com um passo em vias de definição, embora com alto custo político e social: o Brexit (a saída do Reino Unido da União Europeia).

Da construção do mercado à concorrência como norma dessa construção, da concorrência como norma da atividade dos agentes econômicos à concorrência como norma da construção do Estado e de sua ação e, por fim, da concorrência como norma do Estado-empresa à concorrência como norma da conduta do sujeito-empresa, essas são as etapas pelas quais se realiza extensão da racionalidade mercantil a todas as esferas da existência humana e que fazem da razão neoliberal uma verdadeira razão-mundo⁵¹³.

Em síntese, quais seriam então as características que balizam a razão-mundo neoliberal? Dardot & Laval (2016) nos indicam as quatro mais fundamentais:

Em primeiro lugar, ao contrário do que pensavam os economistas clássicos, o mercado apresenta-se não como um dado natural, mas como uma realidade construída que, como tal, requer a intervenção ativa do Estado, assim como a instauração de um sistema de direito específico. Nesse sentido, o discurso neoliberal não é diretamente articulado a uma ontologia da ordem mercantil, pois, longe de buscar em algum “curso natural das coisas” o fundamento de sua própria legitimidade, ele assume deliberadamente e explicitamente seu caráter de “projeto construtivista”. *Em segundo lugar*, a essência da ordem de mercado reside não na troca, mas na concorrência, definida como relação de desigualdade entre diferentes unidades de produção ou “empresas”. Por conseguinte, construir o mercado implica fazer valer a concorrência como norma geral das práticas econômicas. Nesse sentido, é forçoso reconhecer que a principal lição dos ordoliberalis prevaleceu: a missão dada ao Estado, que vai muito além do tradicional papel de “vigia noturno”, é instaurar a “ordem-quadro” a partir do princípio “constituente” da concorrência, “supervisionar o quadro geral” e zelar para que este seja respeitado por todos os agentes econômicos. *Em terceiro lugar*, o que é ainda mais novo, tanto relativamente ao primeiro liberalismo quanto liberalismo “reformador” dos anos 1890-1920, o Estado não é simplesmente o guardião vigilante desse quadro; ele próprio, em sua ação, é submetido à norma da concorrência. Segundo esse ideal de uma “sociedade de direito privado”, não existe nenhuma razão para que o Estado seja exceção às regras de direito que ele próprio é encarregado de fazer aplicar. Muito pelo contrário, toda forma de autoisenção ou autodispensa de sua parte apenas o desqualificaria em seu papel de guardião inflexível dessas mesmas regras. Resulta dessa primazia absoluta do direito privado um esvaziamento progressivo de todas as categorias do direito público que vai no sentido não de uma ab-rogação formal destas últimas, mas de uma desativação de sua validade operatória. O Estado é obrigado a ver a si mesmo como uma empresa, tanto em seu funcionamento interno como em sua relação com os outros Estados. Assim, o Estado, ao qual compete construir o mercado, tem ao mesmo tempo de construir-se de acordo com as normas do mercado. *Em quarto lugar*, a exigência de uma universalização da norma da concorrência ultrapassa largamente as fronteiras do Estado, atingindo diretamente até mesmo os indivíduos em sua relação consigo mesmos. De fato, a “governamentalidade empresarial” que deve prevalecer no plano da ação do Estado tem um modo de prolongar-se no governo de si do “indivíduo-empresa” ou, mais exatamente o Estado empreendedor deve, como atores privados da “governança”, conduzir indiretamente os indivíduos a conduzir-se como empreendedores. Portanto, o modo de governamentalidade própria do neoliberalismo cobre o “conjunto das técnicas de governo que ultrapassam a estrita ação do Estado e orquestram a forma como os sujeitos se conduzem por si mesmos”. A empresa é promovida a modelo de subjetivação: cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se fazer frutificar⁵¹⁴.

Cabe ressaltar finalmente a maneira interessante com que procuraram examinar e, ao mesmo tempo, criticar o fenômeno do neoliberalismo: ao sustentarem sua fundamentação

⁵¹³ Cf. Id, Ibid, p. 379.

⁵¹⁴ Cf. Id, Ibid, pps. 377-378, grifos dos autores.

centralizada na determinação da empresa como forma privilegiada de subjetivação e da concorrência como norma totalizadora das relações entre indivíduos e entre Estados, recuperam com perspicácia os argumentos desenvolvidos por Foucault e operam um verdadeiro escrutínio sobre os desdobramentos mais recentes ocorridos no bojo do neoliberalismo, dos quais este último filósofo não teve condições de acompanhar, em função de sua morte em 1984.

Em nosso entendimento, a principal contribuição dos autores reside na ideia de que o *“neoliberalismo” imprime algo a ser construído, isto é, a concorrência enquanto racionalidade dominante, não importando, portanto, a(s) forma(s) que assume(m) a ideologia dominante.*

O que é verdadeiro para o surgimento do problema do governo é verdadeiro também para a constituição da forma especificamente neoliberal da governamentalidade. Esta última não é a sequência necessária do regime de acumulação do capital nem um avatar da lógica geral da encarnação nem um misterioso “envio do Ser”, do mesmo modo que não é uma simples doutrina intelectual ou uma forma efêmera de “falsa consciência”. No entanto, a racionalidade neoliberal pode articular-se a ideologias estranhas à pura lógica mercantil sem deixar de ser a racionalidade dominante. Como diz muito acertadamente Wendy Brown, “o neoliberalismo pode impor-se como governamentalidade sem ser a ideologia dominante”. Mas não há dúvidas de que isso não acontece sem tensões ou contradições. Nesse sentido, o exemplo norte-americano é cheio de ensinamentos. O neoconservadorismo se impôs nos Estados Unidos como a ideologia de referência da nova direita, embora o “teor altamente moralizador” dessa ideologia pareça incompatível com o caráter “amoral” da racionalidade neoliberal. Uma análise superficial poderia nos levar a pensar que estamos diante de um “jogo duplo”. Na realidade, entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo existe uma concordância que não é nada fortuita: se a racionalidade neoliberal eleva a empresa a modelo de subjetivação, é simplesmente porque a *forma-empresa é a “forma celular” de moralização do indivíduo trabalhador*, do mesmo modo que a família é a “forma celular” da moralização da criança. Daí a exaltação incessante do indivíduo calculador e responsável, na maior parte das vezes pela figura do pai de família trabalhador, econômico e previdente, que acompanha o dismantelamento dos sistemas de aposentadoria, educação pública e saúde. Muito mais do que uma simples “zona de contato”, a articulação da empresa com a família é o ponto de convergência ou intersecção entre a normatividade neoliberal e moralismo conservador. Por isso, é sempre perigoso criticar o conservadorismo moral e cultural em nome do pretenso “liberalismo” de seus partidários no campo da política econômica, porque, ao tentarmos mostrar a “incoerência” destes últimos, revelamos sobretudo nossa incompreensão da diferença que separa o neoliberalismo do *“laissez-faire”* e, ainda por cima, corremos o risco de ter de assumir uma espécie de *laissez-faire* integral e sistemático para salvar a coerência de nossa própria crítica. Mas a concordância entre neoconservadorismo e neoliberalismo não significa que um amálgama ideológico, combinando ingredientes de procedências diversas, não possa tomar o lugar de uma corrente de ideias que hoje se apresenta largamente anêmica. A esquerda de inspiração blairista já mostrou no passado que a celebração lírica da modernidade em todos os seus aspectos, inclusive o da liberalização dos costumes, poderia perfeitamente articular-se à racionalidade neoliberal. Não é impossível que em outro plano, o da política econômica, certos elementos da doutrina keynesiana venham prestar apoio à prática do governo empresarial – retomada orçamentária temporária, suspensão provisória dos critérios de estabilidade monetária, medidas para conter a especulação dos mercados etc, todos elementos que não implicam uma mudança na divisão fundamental dos rendimentos entre capital e trabalho, ou seja, a reativação

de um compromisso salarial comparável ao que se instaurou no pós-guerra. Por si só, no entanto, esse apoio puramente circunstancial e “pragmático” não é capaz de afetar a lógica normativa do neoliberalismo, uma vez que esta só poderia ser derrotada por revoltas de grandes extensões⁵¹⁵.

Por essa razão, preferem falar a respeito da crise de 2008, e de seus desdobramentos políticos, como uma crise na governamentalidade neoliberal, sem nutrirem quaisquer esperanças em saídas assombradas pelos tipos de enfrentamentos promovidos no passado. Trata-se, na realidade, de uma “nova fase do neoliberalismo”⁵¹⁶. Esta proposição, indicada nas páginas conclusivas do livro, começou a ganhar maior apreciação na última década, especialmente a partir da ascensão de governantes como Donald Trump, nos Estados Unidos, em 2017.

Em artigo recente, Dardot e Laval (2019)⁵¹⁷ analisam o que chamaram de “novo neoliberalismo”: “uma versão original da racionalidade neoliberal”, caracterizada pelo “paradigma da guerra contra a população, apoiando-se, para se legitimar, na cólera dessa mesma população e invocando, inclusive, uma soberania popular dirigida contra as elites, contra a globalização ou contra a União Europeia, de acordo com os casos”. Corresponde, assim, a “uma variante contemporânea do poder neoliberal” que transformou como sendo sua “a retórica do soberanismo e adotou um estilo populista para reforçar e radicalizar o domínio do capital sobre a sociedade”.

Nesse sentido, é uma “nova fase” em que o “neoliberalismo” demonstra, novamente, seu caráter plástico e plural. Para compreender esta singular radicalização, acreditam que este modo de governo “se alimenta e se radicaliza por meio de suas próprias crises”, dado que “em vez de questionar a lógica que as provocou, é preciso levar ainda mais longe essa mesma lógica e procurar reforçá-la indefinidamente”.

⁵¹⁵ Cf. Id, Ibid, pps. 387-389, grifos dos autores.

⁵¹⁶ “Como vimos, essa crise financeira inicia uma *crise na governamentalidade neoliberal*. O que temos diante de nós, além do primeiro “reparo” de emergência (implantação de novas normas contábeis, controle *a minima* dos paraísos fiscais, reforma das agências de classificação de riscos etc.), é muito provavelmente um *reajuste de conjunto* do dispositivo Estado/mercado. Questionar-se, como certos economistas, sobre a eventualidade de um novo “regime de acumulação do capital”, substituindo o regime financeiro baseado no endividamento excessivo das famílias, é absolutamente natural. Em compensação, aventurar-se a deduzir daí que esse novo regime de crescimento, valendo-se de outros mecanismos além da inflação dos ativos imobiliários e financeiros, coincidirá espontaneamente com uma contestação direta da racionalidade neoliberal é algo muito imprudente. Mas prognosticar o advento iminente de um “capitalismo bom”, com normas de funcionamento saneadas, ancorado duradouramente na “economia real”, que respeita o meio ambiente, preocupa-se com as necessidades das populações e – por que não ? – zela pelo bem comum da humanidade, isso é, com toda a certeza, se não uma história edificante, ao menos uma ilusão tão nociva quanto a utopia de um mercado autorregulador. É mais certo que estejamos entrando em uma *nova fase do neoliberalismo*”. (Id, Ibid, pps. 385-386, grifos dos autores).

⁵¹⁷ Cf. DARDOT & LAVAL, 2019. Artigo publicado pela *Revista Viento Sur*, n. 164, e reproduzido por *Rebelión*, 24-07-2019. Traduzido por IHU – Unisinos. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-de-pierre-dardot-e-christian-laval>.

[...] o que é mais recente e sem dúvida merece nossa atenção é que agora se nutre das reações negativas que provoca no plano político, que se reforça com a mesma hostilidade política que suscita. Estamos assistindo a uma de suas metamorfoses, e não é a menos perigosa. O neoliberalismo já não precisa de sua imagem liberal ou democrática, como nos bons tempos que é necessário chamar, com razão, de neoliberalismo clássico. Esta imagem inclusive se tornou um obstáculo para sua dominação, coisa que somente é possível porque o governo neoliberal não hesita em instrumentalizar os ressentimentos de um amplo setor da população, falta de identidade nacional e de proteção pelo Estado, dirigindo-os contra bodes expiatórios. No passado, muitas vezes, o neoliberalismo se associou com a abertura, o progresso, as liberdades individuais, com o Estado de direito. Atualmente, conjuga-se com o fechamento de fronteiras, a construção de muros, o culto à nação e a soberania do Estado, a ofensiva declarada contra os direitos humanos, acusados de colocar em perigo a segurança⁵¹⁸.

O exemplo certamente mais notório é o demarcado pela ascensão de Donald Trump ao governo dos Estados Unidos, mas se evidenciam também com o caso de Trudeau, Merkel, Macron, Erdogan, Orbán, Salvini e Bolsonaro, estes últimos tomados enquanto tipos nacionais diferentes de neoliberalismo que em, alguns casos, chegam a flertar com o fascismo ou com a ditadura militar. Todos estes governos apresentam em comum o caráter absolutista e hiperautoritário do neoliberalismo, afastando-se assim das interpretações mais correntes que atribuem à nomenclatura do “ultraliberalismo”, do “novo fascismo neoliberal” ou do “momento neofascista do neoliberalismo”⁵¹⁹.

Logo, fica explícito que tais governos em nada se opõem em relação ao neoliberalismo, na condição de um modo de poder: apenas revelam governos autoritários dos quais a extrema direita vem se tornando mais forte⁵²⁰. A grande novidade inscrita na emergência destes governos reside na ideia de resgatar a concepção antidemocrática típica do

⁵¹⁸ Cf. Id, Ibid, s/p.

⁵¹⁹ Esta é uma discussão bastante interessante, mas não será aprofundada aqui. Acreditamos que ela se encontra ainda em um estágio germinal, marcada pelas primeiras impressões no calor do debate entre os analistas. Para quem quiser acompanhar os contornos preliminares da discussão, ver o dossiê realizado pelo *site* marxismo21. Disponível em: <https://marxismo21.org/do-golpe-de-2016-ao-governo-bolsonaro/>.

⁵²⁰ “Como se surpreender então com a resposta da massa de perdedores ao estabelecimento desta ordem competitiva? Ao ver se degradar suas condições e desaparecer seus pontos de apoio e de referência coletivos, refugiam-se na abstenção política ou no voto de protesto, que é antes de mais nada um chamado à proteção contra as ameaças que pesam sobre sua vida e seu futuro. Em poucas palavras, o neoliberalismo engendrou uma crise profunda da democracia liberal-social, cuja manifestação mais evidente é a forte ascensão dos regimes autoritários e dos partidos de extrema direita, apoiados por uma ampla parte das classes populares nacionais. Deixamos para trás a época do pós-guerra fria, na qual ainda era possível acreditar na expansão mundial do modelo de democracia de mercado. Assistimos agora, e de forma acelerada, um processo inverso de saída da democracia ou de desdemocratização, para retomar a justa expressão de Wendy Brown. Os jornalistas gostam de misturar a extrema direita e a esquerda radical no vasto marasmo de um populismo antissistema. Não veem que a canalização e a exploração desta cólera e destes ressentimentos pela extrema direita dão luz a um novo neoliberalismo, ainda mais agressivo, ainda mais militarizado, ainda mais violento, do qual Trump é tanto a bandeira como a caricatura”. (Id, Ibid, s/p). Mais à frente, continua: “Esta recuperação da cólera e dos ressentimentos requer sem dúvida, para ser realizada efetivamente, o carisma de um líder capaz de encarnar a síntese, outrora improvável, de um nacionalismo econômico, uma liberalização dos mecanismos econômicos e financeiros e uma política sistematicamente pró-empresarial. No entanto, atualmente, todas as formas nacionais do neoliberalismo experimentam uma transformação de conjunto, da qual o trumpismo nos oferece a forma quase pura”. (Id, Ibid, s/p).

neoliberalismo e ampliá-la a partir do “questionamento político cada vez mais aberto e radical dos princípios e das formas da democracia liberal”.

[...] não estamos vivendo um momento polanyiano, [...] caracterizado pela recuperação do controle dos mercados pelos poderes fascistas frente aos estragos causados pelo não intervencionismo. Em certo sentido, é totalmente o contrário, e o caso é bastante mais paradoxal. Trump pretende ser o campeão da racionalidade empresarial, inclusive em sua maneira de realizar sua política, tanto interior como exterior. Vivemos o momento em que o neoliberalismo segrega a partir do interior uma forma política original que combina autoritarismo antidemocrático, nacionalismo econômico e racionalidade capitalista ampliada⁵²¹.

Tudo se passa como se o “neoliberalismo” tomasse proveito da crise da democracia liberal-social que provocou - e que não cessa de estender - para “impor melhor a lógica do capital sobre a sociedade”, utilizando-se para isso de todos os meios que lhe são necessários⁵²². Em cada sociedade, porém, se descortina de maneira específica os efeitos da crise geral do modelo liberal-social⁵²³.

Um dos traços mais perversos contido na lógica neoliberal consiste na formulação de “um governo de guerra civil”, isto é, o *uso de todo e qualquer tipo de expediente do governo para se contrapor e/ou atenuar as forças de resistência às mudanças em todas as esferas da sociedade*. O intuito é o de, progressivamente, esvaziar a democracia liberal-social a ponto de transformá-la em um “revestimento jurídico-político de um governo de guerra” que se funde com a prioridade da segurança nacional.

Em suma, o “novo neoliberalismo” é a “nova fase” que assevera a lógica do capital a todas as esferas da sociedade, ao mesmo tempo em que conjuga a “maior liberdade do capital com os ataques cada vez mais profundos, contra a democracia liberal-social, tanto no âmbito econômico e social, como no terreno judicial e policial”. Nesta “nova fase”, o governo neoliberal promove a promulgação de medidas de guerra econômica e policial, em um

⁵²¹ Cf. Id, Ibid, s/p.

⁵²² “[...] não esqueçamos que o neoliberalismo não é conservadorismo. É um paradigma governamental cujo princípio é a guerra contra as estruturas arcaicas e as forças retrógradas que resistem à expansão da racionalidade capitalista e, mais amplamente, a luta para impor uma lógica normativa a populações que não a querem. Para alcançar seus objetivos, este poder emprega todos os meios que lhe são necessários: a propaganda dos meios de comunicação, a legitimação pela ciência econômica, a chantagem e a mentira, o descumprimento das promessas, a corrupção sistêmica das elites, etc. Contudo, uma de suas alavancas preferidas é o recurso às vias da legalidade, leia-se da Constituição, de modo que cada vez mais o marco no qual todos os atores devem se mover se torne irreversível. Uma legalidade que evidentemente é de geometria variável, sempre mais favorável aos interesses das classes ricas que aos do restante”. (Id, Ibid, s/p).

⁵²³ “Não é necessário recorrer ao estilo antigo, aos golpes de Estado militares, para colocar em prática os preceitos da escola de Chicago, se é possível colocar um cadeado no sistema político, como no Brasil, mediante um golpe parlamentar e judicial. Este último permitiu, por exemplo, ao presidente Temer congelar durante 20 anos os gastos sociais (sobretudo em detrimento da saúde pública e da universidade). Na realidade, o brasileiro não é um caso isolado, por mais que lá os recursos da manobra sejam mais visíveis que em outras partes, sobretudo após a vitória de Bolsonaro como ponto de chegada do processo. O fenômeno, para além de suas variações nacionais, é geral: é no interior do marco formal do sistema político representativo que se estabelecem dispositivos antidemocráticos de uma temível eficácia corrosiva”. (Id, Ibid, s/p).

contexto de crises sociais, econômicas e políticas permanentes, através da execução de medidas legais e jurídicas que visam estabelecer as regras válidas de forma permanente, ou seja, que “permitam aos governos responder a elas a todo o momento e inclusive preveni-las⁵²⁴”.

No fundo, o novo neoliberalismo é a continuação do antigo de maneira pior. O marco normativo global que insere indivíduos e instituições dentro de uma lógica de guerra implacável, reforça-se cada vez mais e acaba progressivamente com a capacidade de resistência, desativando o coletivo. Esta natureza antidemocrática do sistema neoliberal explica em grande parte a espiral sem fim da crise e o aceleração diante de nossos olhos do processo de desdemocratização, pelo qual a democracia se esvazia de sua substância, sem que se suprima formalmente⁵²⁵.

Baseado nesta compreensão, podemos dizer que estamos diante, portanto, de uma *ordem social que se encontra permanentemente sob “ameaça”, prenhe da necessidade de construção de um novo tipo de homem*. Nas palavras certeiras de Mariutti (2018):

O problema prático do neoliberalismo é, portanto, *criar um novo tipo de homem*, capaz de viver e prosperar em uma sociedade crescentemente alicerçada na concorrência entre atores que se comportam *como empresas*. Portanto, a despeito de toda retórica sobre a continuidade, o pensamento neoliberal desloca o antigo eixo do liberalismo clássico – que repousava na hipotética igualdade e harmonia produzida pelas trocas – para os mecanismos de *concorrência*, onde os diversos tipos de atores – o indivíduo, a família, a igreja, o partido político, o clube de escoteiros, o time de futebol, etc. – operam de forma homóloga, isto é, enquanto empresas que precisam gerenciar suas competências e seus diversos capitais, estabelecendo intercâmbios e relações de cunho *contratual*. Como esta multiplicidade de atores se enreda em uma disputa cada vez mais intensa e abrangente, o resultado imediato é o aumento exponencial das fontes e formas de conflito, fato que demanda a criação de múltiplas *instâncias* para mediar os contenciosos e fazer vigorar os princípios da concorrência e o cumprimento dos acordos. É precisamente neste ponto que surge a miragem da redução ou da retirada do Estado. Com a crescente *formalização das leis* e marcos regulatórios, há um recuo das agências centrais de administração. Mas, por outro lado, se multiplicam as instâncias judiciais e os diversos mecanismos jurídicos de deliberação e de resolução de litígios que, em última instância, se baseiam no poder de *enforcement* do Estado. Neste sentido, tanto para a linha hayekiana quanto para a ordoliberal, a base da ordem liberal é essencialmente *jurídico-econômica* ou, alternativamente, ela deve ser concebida como um sistema econômico encapsulado por uma moldura institucional muito peculiar, que precisa ser poderosa o suficiente para escorar e fomentar a generalização da concorrência (e conter os seus efeitos disruptivos), mas flexível a ponto de acomodar as mudanças e transformações que não entrem em contradição com os seus fundamentos⁵²⁶.

⁵²⁴ “Mais que um estado de exceção que opõe regras e exceções, precisamos vê-las com uma transformação progressiva e muito sutil do Estado de direito, que incorporou em sua legislação a situação de dupla guerra econômica e policial para a qual os governos nos conduziram. [...] Em outras palavras, trata-se de criar não um sistema de exceção, mas, ao contrário, um sistema de normas que proíba a exceção. E dado que a guerra econômica e policial não tem fim e reivindica cada vez mais medidas de coerção, o sistema de leis que legalizam as medidas de guerra econômica e policial precisa se estender por força para além de qualquer limitação. Dizendo de outra forma, já não há freio ao exercício do poder neoliberal por meio da lei, na mesma medida em que a lei se tornou o instrumento privilegiado da luta do neoliberalismo contra a democracia. O Estado de direito não está sendo abolido de fora, mas destruído por dentro para fazer dele uma arma de guerra contra a população e a serviço dos dominantes”. (Id, Ibid, s/p).

⁵²⁵ Cf. Id, Ibid, s/p.

⁵²⁶ Cf. MARIUTTI, 2018, pps. 44-45, grifos do autor.

O enquadramento proposto por Dardot e Laval (2016, 2019) e colocado de forma cristalina por Mariutti (2018) nos será de grande valia quando analisarmos o “neoliberalismo”, a partir das principais obras de Ludwig Von Mises e Friedrich Von Hayek (capítulo 8), como também nos ajudará no exame da sua relação com o libertarianismo, o neoinstitucionalismo e o neoconservadorismo (capítulo 9).

CAPÍTULO 8

“NEOLIBERALISMO”: DE VON MISES À VON HAYEK

A melhor maneira de se estabelecer um exame criterioso acerca do “neoliberalismo” será nos debruçarmos sobre seus autores mais decisivos, buscando analisar suas obras mais relevantes. Todavia, para que isto se torne uma tarefa satisfatória, faz-se necessário admitir algum tipo de critério. O que iremos adotar diz respeito à compreensão de que Ludwig Von Mises e Friedrich Von Hayek – para além, obviamente, de críticos ferrenhos do socialismo – enquadram-se em uma problemática mais ampla, envolvendo a questão da liberdade, o caráter do conhecimento e sua relação com a dinâmica e funcionamento de uma “ordem social espontânea”. É com base nesse expediente que destacaremos as contribuições destes dois expoentes do “neoliberalismo”. Antes, porém, de procedermos em tal consideração, cabe apontar, de maneira geral, alguns aspectos importantes atinentes ao papel de Mises e Hayek junto ao liberalismo e à teoria econômica.

Ambos são tributários da Escola Austríaca de Economia, uma escola cuja posição na ortodoxia econômica, isto é, no *mainstream* econômico, não gozou da mesma reputação encontrada por outras filiações intelectuais. Um dos melhores exemplos se dá com o economista norte-americano “neoliberal” Milton Friedman que alcançou uma grande notoriedade na esfera da teoria econômica a partir do monetarismo⁵²⁷. Entretanto, dentro da própria Escola Austríaca existe uma tensão entre Mises e Hayek, a ponto de alguns considerarem a conformação de duas grandes vertentes no interior da mesma: uma constituída por Menger e Böwn-Bawerk e seguida por Mises, e outra desenvolvida por Wieser e seguida por Hayek.

Além disso, é bastante comum também atribuir, dentre os “neoliberais”, uma distinção entre os dois no que tange às críticas ao socialismo e ao cálculo econômico: Mises é tomado

⁵²⁷ É praticamente inexistente em qualquer manual de teoria econômica do *mainstream* a exposição das contribuições de Mises e Hayek nesse campo de estudos. Uma das raras exceções, em que temos sinteticamente esboçado suas abordagens sobre a teoria econômica, encontra-se no livro de SNOWDON, B. & VANE, H. *Modern macroeconomics: its origins, development and current state*. Northampton-Massachusetts: Edward Elgar, 2005. No capítulo 9 do presente livro, intitulado *The Austrian school*, podemos assimilar os principais desenvolvimentos teóricos desta Escola, a exemplo da estrutura intertemporal do capital, do crescimento econômico e dos ciclos de negócios; a ênfase na desagregação, a visão sobre a inflação e etc. Talvez, uma das explicações sobre tal desprezo com as contribuições dos economistas austríacos resida no fato de ambos terem sido mais reconhecidos por suas discussões no âmbito da filosofia política. Isso é, pelo menos, o que nos diz o próprio economista “neoliberal” Friedman a respeito de Hayek: “Milton Friedman says of Hayek as a technical economist, ‘let me emphasize, I am an enormous admirer of Hayek, but not for his economics. I think *Prices and Production* was a very flawed book. I think his capital theory book is unreadable. On the other hand, *The Road to Serfdom* is one of the great books of our time. His writings in [political theory] are magnificent, and I have nothing but great admiration for them. I really believe that he found his right vocation - his right specialization - with *The Road to Serfdom*’”. (EBENSTEIN, 2001, p. 145).

como mais radical em sua crítica ao socialismo à medida que assevera sua total impossibilidade em termos teóricos; já Hayek não nega a possibilidade teórica do socialismo, mas revela sua incapacidade para gerar a melhor forma de organização social em detrimento da “ordem espontânea”, considerada por ele como sendo a melhor para o maior número de indivíduos⁵²⁸.

Do nosso ponto de vista, e em face dos propósitos de nosso capítulo, mesmo que evidentemente possamos perceber certa influência neokantiana em Mises, com traços fortes do utilitarismo, e verificarmos, em Hayek, uma inspiração popperiana, acompanhada por uma *démarche* situada em torno do evolucionismo, e embora sejamos compreensivos com as críticas atribuídas pelos miseanos mais empedernidos acerca da assimilação de Hayek a alguns elementos teóricos da vertente ordoliberal, acreditamos que será necessário averiguar com acuidade as contribuições de ambos na condição de se tratarem dos principais teóricos do “neoliberalismo”. Começemos, então, pela produção intelectual de Mises e, na sequência, apresentamos as ideias centrais elaboradas por seu discípulo Hayek.

Na tradição da história do pensamento econômico, a Escola Austríaca, conhecida como a Escola de Viena, foi fundada pelo economista austríaco Carl Menger. Em seu *Principles of Economics*, publicado em 1871, a perspectiva individualista e subjetivista inscrita na teoria do valor-utilidade passa a ganhar maior estatura e consistência. Ao lado do economista inglês, William Jevons, e do economista e matemático francês, Léon Walras, cujas publicações remontam ao mesmo ano em que a dos *Princípios* de Menger, estes três autores constituem a chamada “revolução marginalista”, ou ainda, a “segunda geração dos utilitaristas⁵²⁹”, integrada um pouco mais à frente, em 1890, com a contribuição do economista inglês Alfred Marshall. Após a obra de Menger, seu discípulo Eugene Böhm-Bawerk procura aprofundar os estudos desta Escola com as publicações, em três volumes, de seu *Capital and Interest*, escritos ao longo da década de 1880.

Em 1900, Ludwig Von Mises ingressa na Universidade de Viena, e sob forte influência dos trabalhos de Menger e das aulas de Böhm-Bawerk, preocupou-se em completar

⁵²⁸ Esta celeuma foi aberta em 1976 com a publicação do artigo “Menger, Jevons and Walras De-Homogenized”, na *Economic Inquiry*, escrito por William Jaffé, um dos maiores estudiosos do economista francês Léon Walras. Nos anos 1990, Joseph Salerno, Murray Rothbard e Jeffrey Herberner publicaram um conjunto de artigos, na *Review of Austrian Economics*, fomentando as diferenças entre Mises e Hayek, sobretudo em relação à questão do cálculo econômico. Desde então, há um debate em torno daqueles autores que enfatizam as divergências entre ambos e aqueles que salientam o terreno comum demarcado pelos economistas austríacos.

⁵²⁹ No final do século XVIII, até meados da primeira metade do século XIX, o filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham, o economista francês Jean-Baptiste Say, o jurista e economista inglês Nassau Senior e o economista e jornalista francês Frédéric Bastiat foram os maiores responsáveis pela formulação das bases que permitiram dar os primeiros passos em direção à teoria do valor-utilidade e, ao mesmo tempo, propiciar o rompimento com as ideias clássicas até então estabelecidas. Cf. HUNT, 1987, capítulos 6 e 8.

as lacunas teóricas da Escola Austríaca, estabelecendo assim um diálogo com as teorias neoclássicas, já bastante desenvolvidas à época. Graduado em Direito e Economia, formou-se defendendo sua tese de doutorado *The Theory of Money and Credit* em 1906, publicada em alemão, em 1912, e em inglês, em 1934. No ano de 1913, tornou-se professor de economia na Universidade de Viena, dedicando-se à realização de inúmeros seminários.

No entanto, sua principal fonte de sustento advinha como consultor econômico da Câmara de Comércio Austríaca, ao qual permaneceu desde 1909 até 1934. Em 1920, publica em um periódico o artigo *Economic Calculation in the Socialist Commonwealth*⁵³⁰, incorporado mais tarde, com modificações, no livro *Socialism: An Economic and Sociological Analysis* (1922). Estes dois respectivos trabalhos consistem na defesa intransigente de que os socialistas não possuem de fato uma teoria sobre como seria o funcionamento de uma ordem econômica socialista, visando demonstrar que essa dificuldade esbarra na própria incapacidade do socialismo em se constituir enquanto uma nova ordem que prescindia por completo do sistema de preços de mercado livre.

O ponto de partida está em definir o socialismo segundo um sistema em que “todos os meios de produção são propriedades da comunidade”, sendo “somente a comunidade que pode manuseá-los, bem como determinar como se dará seu uso em uma determinada produção⁵³¹”. Após se debruçar sobre como funcionaria o sistema econômico socialista - que rejeita a propriedade privada dos meios de produção e a orientação dos preços de mercado livre - sua conclusão aponta para a impossibilidade de se calcular os custos de maneira racional, assim como também de se alocar eficientemente os fatores de produção de acordo com suas funções necessárias.

Em outras palavras, sob o pressuposto da escassez dos recursos, o uso dos fatores de produção deve levar em consideração suas comparações com a importância de serem

⁵³⁰ O artigo de Mises foi publicado em alemão, em 1920, no periódico *Archiv für Sozialwissenschaften*. Dois anos depois, surge de modo diferenciado e ampliado no livro *Socialism: An Economic and Sociological Analysis*, traduzido para a língua inglesa somente em 1936. O artigo está dividido em cinco partes, além da breve introdução e da conclusão: (i) a distribuição de bens de consumo no socialismo; (ii) a natureza do cálculo econômico; (iii) o cálculo econômico na comunidade socialista; (iv) responsabilidade e iniciativa em empresas e (v) as mais recentes doutrinas socialistas e o problema do cálculo econômico. Cf. MISES, 1920. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Ebook.aspx?id=66>.

⁵³¹ Cf. Id, Ibid, p. 7. O mesmo conceito se verifica no livro quando nos diz que: “El socialismo es el transpaso de los medios de producción de manos de la propiedad privada a manos de la sociedad organizada, esto es, del Estado. El Estado socialista es propietario de todos los medios materiales de producción, consecuentemente, se convierte en el director de la producción general”. (MISES, 1968, p. 43, grifos do autor). Mais à frente: “En la colectividad socialista todos los medios de producción son propiedad de la comunidad. Sólo ésta puede disponer de ellos y decidir sobre su empleo en la producción. Quien produce es la comunidad, y corresponde a ella el rendimiento de la producción y también de ella depende la manera en que deben utilizarse los productos”. (Id, Ibid, p. 121). Segue dizendo: “La naturaleza del socialismo se resume como sigue: todos los medios de producción se encuentran a disposición exclusiva de la comunidad organizada; el socialismo es esto y nada más que esto. Son falsas las otras definiciones”. (Id, Ibid, p. 237).

utilizados em fins alternativos, de modo a se chegar a formas de uso da maneira mais eficiente e racionalmente possível. Como estas formas assumem, em uma economia avançada, inúmeras possibilidades de uso, faz-se necessário a adoção de um sistema de preços capaz de permitir a comparação entre benefícios e custos (cálculo econômico) para a obtenção das combinações mais viáveis em termos da utilização dos fatores de produção.

Isto estaria inviabilizado no socialismo, pois sem mercado livre, baseado na propriedade privada, os preços não podem ser formados e, conseqüentemente, não haveria possibilidade de se efetuar o cálculo econômico⁵³². Sem o cálculo econômico que norteia tanto o mecanismo de lucros e perdas (e elenca o fracasso ou sucesso da ação empresarial), quanto à alocação racional dos recursos escassos para fins alternativos, a sociedade socialista dependeria exclusivamente da ação onisciente do planejador.

A questão que se coloca é como manter e aprimorar uma ordem social não mais baseada no mercado a ponto dela se tornar viável e sustentável ao longo do tempo. Ou seja, como substituir o grau de coordenação anárquico, estabelecido pelo mercado livre, pela coordenação advinda de um planejamento central⁵³³? Como enfrentar o problema econômico de toda e qualquer sociedade: a escolha mais eficiente e racional dos recursos escassos para fins alternativos? Mesmo que no socialismo as preferências dos indivíduos sejam preteridas,

⁵³² Esse argumento aparece em inúmeros momentos no artigo. Dentre os principais deles: “Sem o cálculo econômico não pode existir uma economia. Portanto, em um estado socialista no qual o cálculo econômico é impossível, não pode existir - no nosso sentido do termo - qualquer economia. Em questões triviais e secundárias, a conduta racional poderia ainda ser possível, mas em termos gerais seria impossível falar de produção racional. Não haveria meios de se determinar o que seria racional; e, sendo assim, é óbvio que a produção jamais poderia ser guiada por meras considerações econômicas. O que isso significa - além dos efeitos sobre a oferta de mercadorias - está muito claro: a conduta racional estaria completamente divorciada de seu âmbito apropriado”. (MISES, 1920, pps. 13-14). “É fato que o cálculo monetário tem suas inconveniências, bem como sérios defeitos, mas certamente não temos nada melhor para colocar em seu lugar; e, para os propósitos práticos da vida, o cálculo monetário como o conhecemos, em um sistema monetário sólido, sempre será suficiente. Tivéssemos de aboli-lo, qualquer sistema econômico baseado no cálculo se tornaria absolutamente impossível”. (Id, Ibid, p. 15). “É exatamente nas transações de mercado que os preços de mercado - a serem tomados como base para todos os cálculos - são formados para todos os tipos de bens e mão-de-obra empregados. Onde não há um livre mercado, não há mecanismo de preços; e sem um mecanismo de preços, é impossível haver cálculo econômico”. (Id, Ibid, p. 16). “Não podemos agir de maneira racionalmente econômica se estamos em uma situação que não nos permite entender o que é agir de modo economicamente racional”. (Id, Ibid, p. 20). “Desde que os recentes eventos ajudaram os partidos socialistas a obterem poder na Rússia, na Hungria, na Alemanha e na Áustria, e conseqüente fizeram com que a implementação de um programa socialista de estatização se tornasse uma questão atual, escritores marxistas começaram eles próprios a abordar com mais detalhes os problemas da regulação da economia socialista. Porém, mesmo hoje eles ainda evitam a questão crucial, deixando que ela seja resolvida pelos “utopistas”. Eles próprios preferem confinar sua atenção a tudo o que deve ser feito no futuro imediato. E é isso que eles sempre fizeram: estão eternamente elaborando programas sobre o caminho para o socialismo e não sobre o socialismo em si próprio. A única conclusão possível a ser obtida destes escritos é que tais escritores não estão sequer conscientes do problema maior, que é exatamente o problema do cálculo econômico em uma sociedade socialista”. (Id, Ibid, p. 21).

⁵³³ Veremos a seguir que Hayek estende e aprofunda esta discussão destacando a impossibilidade do planejador central estabelecer a alocação dos recursos escassos e engendrar as condições para o desenvolvimento da sociedade em função da complexidade inserida na atividade econômica, incapaz por si só de ser compreendida e de ser transformada em conhecimento suficientemente adequado para a execução de planejamento central.

os recursos ainda precisam ser alocados, no caso segundo as prioridades definidas pelos dirigentes do planejamento central. Logo, não há como escapar do problema econômico.

Para Mises, portanto, sem a manutenção da propriedade privada não existem mercados, sem mercados não existem preços, tornando-se impossível a comparação entre os inúmeros usos combinados dos recursos escassos. Sem mecanismo de preços se esfumaça a complexidade da divisão do trabalho que sustenta a produtividade da economia⁵³⁴. Com isso, só nos resta acreditar na presença de um planejador central totalmente onisciente, capaz de assimilar todas as informações acerca das preferências dos indivíduos, como estas se alteram ao longo do tempo, quais seriam as melhores técnicas e como se combinariam da melhor maneira possível os recursos utilizados na produção dado a sua disponibilidade. Em sua avaliação, a incompreensão e a não resolução em termos satisfatórios do problema econômico, por parte dos socialistas, poderia inclusive levar a humanidade a uma situação de morte crônica.

Ao final da década de 1920, coerente com sua visão sobre a impossibilidade do socialismo, como também sobre o papel da intervenção dos governos no mercado, escreve uma série de artigos, reunidos e publicado no livro *A Critique of Interventionism* (1929). Nesta mesma década, em 1927, procura deixar bastante explícita sua concepção acerca do liberalismo, através da obra *Liberalism: A Socio-Economic Exposition* (1927), consagrando suas críticas ao socialismo e a defesa do liberalismo de mercado livre. Nos anos 1930, começa a empreender uma discussão em torno dos fundamentos metodológicos que sustentam a ciência econômica. Visando estabelecer uma crítica ao institucionalismo e ao positivismo, sua principal contribuição residiu na necessidade de se criar uma base filosófica e metodológica que julgava ser mais apropriada para a ciência econômica. Em 1933, os primeiros passos nesse sentido aparecem com o livro *Epistemological Problems of Economics*, publicado em inglês somente em 1960.

Além de expor suas críticas, principalmente às concepções em voga nas ciências sociais dominada pelo positivismo, Mises desenvolve uma metodologia própria: a teoria geral da ação humana, também conhecida como “praxeologia”. Baseada no individualismo metodológico, na lógica dedutivista e, em parte, na filosofia da história da “Escola Alemã do

⁵³⁴ Segundo o autor, esta produtividade estaria comprometida na sociedade socialista, dentre outras razões, sobretudo pela incapacidade de se proceder com uma mensuração adequada. Assim nos diz: “[...] mesmo se por um momento concedermos que tais expectativas utópicas possam realmente se materializar, que cada indivíduo em uma sociedade socialista irá se empenhar com o mesmo fervor com que se empenha hoje em uma sociedade na qual ele está sujeito à pressão da livre concorrência, ainda há o problema de se mensurar o resultado da atividade econômica em uma economia que não permite qualquer tipo de cálculo econômico”. (Id, Ibid, p. 20).

Sudoeste⁵³⁵”, a praxeologia exprimiria a verdadeira ciência da ação humana: o homem em ação cuja consciência de si mesmo repousa no estabelecimento de metas a fim de alcançá-las através da ação marcada pelo livre-arbítrio. O ponto central presente nesta formulação apela ao caráter indeterminável e ao mesmo propositado das ações humanas, incapaz de ser codificado e sublinhado por meio de leis naturais e científicas. A única e possível ciência é aquela que compreende as ações humanas na condição de metas individuais estabelecidas, em que todos procurarão concretizá-las levando em consideração a realização pessoal, procurando adequar os fins aos meios escassos.

Ao partirem de situações de “desconforto”, os indivíduos buscam por metas e passam a agir. Uma vez em movimento, caberia então analisar estes comportamentos propositais de modo a se chegar à indicação de qual(is) seria(m) a(s) melhor(es) forma(s) de se alcançar os objetivos almejados. Nisso reside o papel da ciência econômica: prover de maneira adequada quais seriam os meios suficientemente capazes de permitir o alcance dos fins almejados. Em outras palavras, como utilizar de maneira mais eficiente, diante dos meios escassos, aqueles que melhor possibilitam as conquistas das metas estabelecidas, isto é, os fins alternativos.

A compreensão da essência da ciência econômica como uma ciência cujos desígnios residem na “destinação de recursos escassos para fins alternativos” implicará a necessidade de se avançar sobre a edificação de seus fundamentos filosóficos e, principalmente, de enquadrar todo o arcabouço da economia sobre estas bases metodológicas. Nos anos de 1940, já residindo nos Estados Unidos, Mises volta-se ao debate acerca do intervencionismo, com as publicações de *Intervencionism: An Economic Analysis* (1941); *Omnipotent Government: The rise of Total State and Total War* (1944) e *Bureaucracy* (1944), até chegar a sua *magnum opus*, *Human Action: A Treatise on Economics*⁵³⁶ (1949).

Dividida em sete grandes partes, compondo um total de trinta e nove capítulos, em *Ação Humana* o autor acredita ter estabelecido uma metodologia mais apropriada para a ciência econômica *pari passu* à elaboração de um conjunto integrado e completo da análise econômica a partir dos fundamentos de sua nova proposta metodológica: a praxeologia⁵³⁷. A

⁵³⁵ Na passagem do século XIX para o século XX, esta escola exerceu grande influência sobre um conjunto variado de intelectuais europeus. As reflexões de Rickert, Dilthey, Windelband e, principalmente, de Max Weber – amigo de Mises – tornou-se uma referência para o autor da praxeologia.

⁵³⁶ Iremos nos basear na versão traduzida em português e disponibilizada pelo Instituto Mises Brasil em 2010. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Ebook.aspx?id=44>.

⁵³⁷ Ou seja, significa a estruturação da ciência econômica sobre o axioma praxeológico da ação humana. Nas palavras de um de seus discípulos mais entusiasmados: “*Ação Humana* é o que de melhor se poderia desejar; é ciência econômica completa, desenvolvida a partir de sólidos axiomas praxeológicos, integralmente baseada na análise do homem em ação, do indivíduo dotado de propósitos agindo no mundo real. E a economia elaborada como disciplina dedutiva, desafiando as implicações lógicas da existência da ação humana. Quanto ao presente autor, que teve o privilégio de lê-la quando de seu lançamento, essa obra mudou o curso de sua vida e de suas

importância desta obra, bem como sua originalidade, pode ser percebida nas palavras de seu profícuo discípulo Murray Rothbard:

A magnitude da façanha de Mises pode também ser aquilatada pelo fato de que *Ação Humana* não foi somente o primeiro tratado geral de economia na tradição austríaca desde a Primeira Guerra Mundial: foi o primeiro tratado geral *em qualquer* tradição. Porque, após a Primeira Guerra Mundial, a economia tornou-se cada vez mais fracionada, rompida em fragmentos e pedaços de análise desintegrados. Desde as obras escritas antes da guerra por homens eminentes como Fetter, Clark, Taussig e Böhm-Bawerk, os economistas tinham deixado de apresentar sua disciplina como um todo dedutivo integrado. Hoje, os únicos que procuram apresentar um quadro geral do campo são os autores dos manuais básicos: e estes, com sua falta de coerência, revelam apenas o deplorável estado a que chegou a ciência econômica. Mas, agora, *Ação Humana* indica a saída daquele lodaçal de incoerência. Pouco mais se pode dizer sobre *Ação Humana*, exceto chamar atenção para algumas das muitas contribuições minuciosas contidas nesse grandioso *corpus* de ciência econômica. Apesar de ter descoberto e enfatizado a preferência temporal como base do juro, o próprio Böhm Bawerk não fizera dela a base de todas as suas teorias, deixando confuso o problema da preferência. Frank A. Fetter aperfeiçoara e refinara a teoria, e estabelecera a explanação do juro com base exclusiva na preferência temporal, em seus notáveis mas desprezados escritos das duas primeiras décadas do século XX. A concepção básica de Fetter sobre o sistema econômico era que as “utilidades” e demandas do consumidor fixam os preços dos bens de consumo, que os fatores individuais ganham sua produtividade marginal e que, assim, todos esses retornos são abatidos pela taxa de juros ou pela taxa de preferência temporal, com o credor ou o capitalista auferindo o desconto. Mises, além de fazer reviver a realização esquecida de Fetter, mostrou que a preferência temporal era uma categoria praxeológica indispensável da ação humana e integrou a teoria do juro de Fetter à teoria böhm-bawerkiana do capital e à sua própria teoria do ciclo econômico⁵³⁸.

ideias. Ali se encontrava um sistema de pensamento econômico com que alguns de nós sonhávamos sem jamais pensar que fosse exequível: uma ciência econômica, completa e racional, a economia tal como devia ser, mas nunca fora. A ciência econômica que *Ação Humana* nos propiciou”. (ROTHBARD, 2010, p. 37, grifos do autor).⁵³⁸ Cf. Id, Ibid, p. 38, grifos do autor. Segue afirmando: “Mises fez também uma crítica, extremamente necessária, da utilização do método - então de aceitação geral - matemático e estatístico na ciência econômica. Trata-se de um sistema baseado no neoclássico Léon Walras, e de uma metodologia que praticamente expulsou a linguagem ou a lógica verbal da teoria econômica. Permanecendo na tradição explicitamente antimatemática dos economistas clássicos e dos “austríacos” (muitos dos quais com completa formação em matemática), Mises salientou que as equações matemáticas só têm utilidade para a descrição do irrealismo, atemporal e estático, do “equilíbrio geral”. Quando se abandona esse nirvana e se passa a analisar os indivíduos em ação no mundo real, mundo de tempo e de expectativas, de esperanças e desacertos, a matemática se torna não só inútil, mas também altamente enganosa. Mostrou que o próprio uso da matemática na economia é parte do erro positivista, que trata os homens como pedras e, por conseguinte, acredita que, tal como na física, as ações humanas podem de algum modo ser expressas em gráficos com a precisão matemática com que se traça a trajetória de um míssil pelo ar. Mais ainda, provou que, uma vez que os atores individuais só podem ser vistos e avaliados em termos de diferenças substantivas, o uso do cálculo diferencial - que pressupõe mudanças quantitativas infinitamente pequenas - é particularmente inadequado a uma ciência da ação humana. O uso de “funções” matemáticas implica também que todos os eventos no mercado são “reciprocamente determinados”, pois, em matemática, se x é uma função de y , então y é igualmente uma função de x . Esse tipo de metodologia da “determinação recíproca” pode ser perfeitamente legítimo no campo da física, onde não há agentes causais que atuem singularmente. Mas na esfera da ação humana *há* um agente causal, uma causa “singular”: a ação proposital do indivíduo. A economia “austríaca” revela, assim, que a causa flui, por exemplo, da demanda do consumidor para a cotação dos fatores de produção; e de maneira alguma no sentido inverso. O método “econométrico”, igualmente em moda, que procura integrar eventos estatísticos e a matemática é duplamente falacioso, uma vez que qualquer uso da estatística para chegar a leis previsíveis presume que a análise da ação individual revela, como ocorre na física, constantes confirmáveis, leis quantitativas invariáveis. E, no entanto, como Mises enfatizou, ninguém jamais descobriu uma única constante quantitativa no comportamento humano, e não é plausível acreditar que alguém venha algum dia a fazê-lo, dada a livre vontade inerente a todo indivíduo. Dessa falácia advém igualmente a mania atual pela previsão “científica” na ciência econômica. Mises põe a descoberto, de forma

Entretanto, conforme constata o próprio Rothbard, o pensamento de Mises, naquele contexto, fora incipientemente inserido no mundo anglo-saxão, sobretudo em função do apogeu alcançado na ciência econômica pela chamada “revolução keynesiana”⁵³⁹. Ainda que em uma conjuntura hostil ou até mesmo distante das pretensões do economista austríaco, nos anos 1950 segue com suas publicações. Dentre elas, destacam-se as obras *The Anti-Capitalist Mentality* (1956) e *Theory and History: An interpretation of Social and Economic Evolution* (1957). Em *Teoria e História*, verifica-se uma continuidade em relação ao aprimoramento e desenvolvimento de sua metodologia. Publicada originalmente em 1957, expressa a consolidação das bases filosóficas da *Ação Humana*. Realiza uma crítica mais abrangente sobre o positivismo, o historicismo, o cientificismo e o materialismo dialético, como também revela de maneira mais clara o que pensa a respeito da relação entre a teoria e o papel da história.

Dividida em quatro seções, composta por dezesseis capítulos, nesta obra empenha-se em discussões voltadas em várias frentes: (i) percorre o debate sobre o dualismo metodológico até evidenciar sua rejeição aos princípios metafísicos aplicados à economia; (ii) realiza uma dura crítica ao pressuposto da existência de uma regularidade na economia, capaz de permitir algum tipo de previsibilidade estatística dos fenômenos econômicos; (iii) arvora-se no debate acerca das leis da natureza, apontando suas limitações ao conhecimento humano

incisiva, a falácia fundamental dessa vã aspiração, antiga mas incurável. A lamentável folha corrida da previsão econométrica nestes últimos anos, a despeito do uso de computadores ultravelozes e de “modelos” econométricos supostamente sofisticados, é apenas mais uma confirmação de uma das muitas provas de perspicácia que Mises ofereceu”. (Id, Ibid, pps. 38-39, grifos do autor).

⁵³⁹ “Parecia cada vez mais que a economia “austríaca” seria a onda do futuro, e que Ludwig Von Mises obteria finalmente o reconhecimento que há tanto tempo merecia e nunca alcançara. Mas, a um passo da vitória, a tragédia sobreveio na forma da famosa “Revolução Keynesiana”. Com a publicação da *General Theory of Employment, Interest and Money*, em 1936, a nova, incompleta e emaranhada justificativa e racionalização da inflação e dos déficits governamentais proposta por John Maynard Keynes assolou o mundo econômico como fogo na pradaria. Até Keynes, a ciência econômica constituíra um freio impopular ao fomento da inflação e ao déficit orçamentário, mas agora, como Keynes, e armados com seu jargão nebuloso, obscuro e quase matemático, os economistas podiam atirar-se a uma popular e lucrativa aliança com políticos e governos ansioso por expandir sua influência e poder. A economia keynesiana foi esplendidamente talhada para servir de armadura intelectual para o moderno estado provedor-militarista (welfare-warfare state), para o intervencionismo e o estatismo, em ampla e poderosa escala. Como ocorre frequentemente na história da ciência social, os keynesianos não se deram ao trabalho de refutar a teoria misesiana, que foi simplesmente esquecida, prontamente varrida pelo brusco avanço da adequadamente chamada “Revolução Keynesiana”. A teoria misesiana do ciclo, com o restante da economia “austríaca”, foi simplesmente despejada pelo “buraco da memória” orwelliano abaixo, perdida dali por diante para os economistas e para o mundo. Provavelmente o mais trágico aspecto desse esquecimento maciço foi a deserção dos mais capazes dos seguidores de Mises: a debandada rumo ao keynesianismo não só de alunos ingleses de Hayek, de Hansen – que logo se converteu no principal keynesiano norteamericano – mas também dos austríacos que tinham maior conhecimento. Estes deixaram rapidamente a Áustria para ocupar elevados cargos acadêmicos nos EUA e formar a ala moderada da economia keynesiana. Depois da fulgurante perspectiva das décadas de 1920 e 1930, apenas Hayek e o menos conhecido Lachmann permaneceram fiéis e íntegros. Foi em meio a esse isolamento, esse esboroamento de suas grandes e merecidas esperanças, que Ludwig Von Mises trabalhou para completar a grandiosa estrutura de *Ação Humana*”. (Id, Ibid, pps. 40-41).

– aqui é explícito seu diálogo com Hayek; (iv) trata da questão e da definição das escolhas e, finalmente, (v) avança sobre a concepção apriorística da praxeologia no que tange à relação entre meios e fins.

Em 1962, com a publicação de *The Ultimate Foundation of Economic Science*, explicita suas críticas ao positivismo e ao historicismo, bem como assevera, principalmente, a importância da distinção entre as ciências humanas e naturais⁵⁴⁰. Em 1969, publica o curto ensaio *The Historical Setting of the Austrian School of Economics*, última peça difundida em vida, em que apresenta sinteticamente a evolução do pensamento promovido pela Escola Austríaca de Economia, desde Menger, Böhm-Bawerk e Wieser, contrastando-o com a influência da Escola do Historicismo Alemão e, por fim, revela sua posição em relação ao *Methodenstreit*⁵⁴¹. No mesmo ano de 1969, Mises se aposenta, vindo a falecer em 1973, aos 92 anos.

⁵⁴⁰ “This essay proposes to stress the fact that there is in the universe something for the description and analysis of which the natural sciences cannot contribute anything. There are events beyond the range of those events that the procedures of the natural sciences are fit to observe and to describe. There is human action.” (MISES, 1962, p. v). Mais à frente: “The present essay is merely a supplement to and a commentary on what economics itself says about its own epistemology. He who seriously wants to grasp the purport of economic theory ought to familiarize himself first with what economics teaches and only then, having again and again reflected upon these theorems, turn to the study of the epistemological aspects concerned. Without a most careful examination of at least some of the great issues of praxeological thinking - as, e.g., the law of returns (mostly called the law of diminishing returns), the Ricardian law of association (better known as the law of comparative cost), the problem of economic calculation, and so on - nobody can expect to comprehend what praxeology means and what its specific epistemological problems involve”. (Id, Ibid, p. vii).

⁵⁴¹ “The peculiar state of German ideological and political conditions in the last quarter of the nineteenth century generated the conflict between two schools of thought out of which the *Methodenstreit* and the appellation “Austrian School” emerged. But the antagonism that manifested itself in this debate is not confined to a definite period or country. It is perennial. As human nature is, it is unavoidable in any society where the division of labor and its corollary, market exchange, have reached such an intensity that everybody's subsistence depends on other people's conduct. In such a society everybody is served by his fellow men, and in turn, he serves them. The services are rendered voluntarily: in order to make a fellow do something for me, I have to offer him something which he prefers to abstention from doing that something. The whole system is built upon this voluntariness of the services exchanged. Inexorable natural conditions prevent man from indulging in a carefree enjoyment of his existence. But his integration into the community of the market economy is spontaneous, the result of the insight that there is no better or, for that matter, no other method of survival open to him. However, the meaning and bearing of this spontaneousness are only grasped by economists. All those not familiar with economics, i.e., the immense majority, do not see any reason why they should not by means of force coerce other people to do what these people are not prepared to do of their own accord. Whether the apparatus of physical compulsion resorted to in such endeavors is that of the government's police power or an illegal “picket” force whose violence the government tolerates, does not make any difference. What matters is the substitution of compulsion for voluntary action. Due to a definite constellation of political conditions that could be called accidental, the rejection of the philosophy of peaceful cooperation was, in modern times, first developed into a comprehensive doctrine by subjects of the Prussian State. The victories in the three Bismarck wars had intoxicated the German scholars, most of whom were servants of the government. Some people considered it a characteristic fact that the adoption of the ideas of the Schmoller school was slowest in the countries whose armies had been defeated in 1866 and 1870. It is, of course, preposterous to search for any connection between the rise of the Austrian Economic Theory and the defeats, failures, and frustrations of the Habsburg regime. Yet, the fact that the French state universities kept out of the way of historicism and *Sozialpolitik* longer than those of other nations was certainly, at least to some extent, caused by the Prussian label attached to these doctrines. But this delay had little practical importance. France, like all other countries, became a stronghold of interventionism and proscribed economics. The philosophical consummation of the ideas glorifying the government's interference, i.e., the action of the

Após sua morte, algumas de suas obras têm sido organizadas e lançadas postumamente, mas certamente nenhuma delas revelou o alcance e o vigor de sua *Ação Humana*. O legado de seu pensamento perdura no tempo a ponto de ainda hoje envolver um conjunto significativo de simpatizantes e estudiosos da economia, da Escola Austríaca e do próprio liberalismo, especialmente provindos dos inúmeros institutos liberais em todo o mundo. Ademais, sua tradição intelectual encontrou continuidade através de alguns de seus principais discípulos, sobretudo com economista e filósofo austríaco Hayek que passou a ganhar maior proeminência nos meios acadêmicos e políticos desde meados da década de 1940.

A partir deste breve itinerário, cabe destacar sinteticamente o que consideramos de mais fundamental em suas contribuições. Seu ponto de partida epistemológico assenta-se na rejeição aos princípios monistas, ou seja, aqueles que estabelecem de alguma forma a unidade entre mente e matéria: mesmo que esse procedimento metodológico fosse possível, ainda assim seria bastante difícil compreender como se dá o modo de integração (ou funcionamento da unidade) entre os processos químicos, físicos, fisiológicos e etc. com o pensamento humano; como se formam as ideias e, principalmente, em que bases se sustentam e determinam as maneiras com que os indivíduos exprimem seus julgamentos e valores. Em função destes questionamentos, procura-se apoiar na visão dualista, isto é, aquela que separa, em campos de conhecimentos distintos, a dimensão do pensamento e da ação humana da dimensão da natureza ou dos “eventos externos”⁵⁴². Logo, é preciso distinguir ou separar os

armed constables, was achieved by Nietzsche and by Georges Sorel. They coined most of the slogans that guided the butcheries of Bolshevism, Fascism, and Nazism. Intellectuals extolling the delights of murder, writers advocating censorship, philosophers judging the merits of thinkers and authors, not according to the value of their contributions but according to their achievements on battlefields, are the spiritual leaders of our age of perpetual strife. What a spectacle was offered by those American authors and professors who ascribed the origin of their own nation's political independence and constitution to a clever trick of the "interests" and were casting longing glances at the Soviet paradise of Russia! The greatness of the nineteenth century consisted in the fact that to some extent the ideas of Classical economics became the dominant philosophy of state and society. They transformed the traditional status society into nations of free citizens, royal absolutism into representative government, and above all, the poverty of the masses under the ancien régime into the well-being of the many under capitalistic laissez faire. Today the reaction of statism and socialism is sapping the foundations of Western civilization and well-being. Perhaps those are right who assert that it is too late to prevent the final triumph of barbarism and destruction. However this may be, one thing is certain. Society, i.e., peaceful cooperation of men under the principle of the division of labor, can exist and work only if it adopts policies that economic analysis declares as fit for attaining the ends sought. The worst illusion of our age is the superstitious confidence placed in panaceas which - as the economists have irrefutably demonstrated - are contrary to purpose. Governments, political parties, pressure groups, and the bureaucrats of the educational hierarchy think they can avoid the inevitable consequences of unsuitable measures by boycotting and silencing the independent economists. But truth persists and works, even if nobody is left to utter it". (MISES, 2003, pps. 20-21).

⁵⁴² “O dualismo metodológico evita fazer qualquer proposição a respeito de essências e constructos metafísicos; ele apenas leva em conta o fato de que não sabemos como os eventos externos - físicos, químicos e fisiológicos - afetam os pensamentos, ideias e julgamentos de valor humanos. Esta ignorância divide o reino do conhecimento

fenômenos humanos dos naturais ou, simplesmente, as ciências humanas das ciências naturais. O traço característico das ciências naturais reside na existência de uma regularidade universal, enquanto elementos que se apresentam e podem ser apreendidos por sua condição de invariabilidade ao longo do tempo. Nas ciências humanas isto não acontece: podemos contar apenas com conjunções frequentes e nada mais.

O comportamento humano está marcado pela subjetividade inerente aos indivíduos e, conseqüentemente, pela imprevisibilidade de suas ações, sobretudo pela constatação de que as pessoas agem de forma muito distinta em relação umas às outras, mesmo diante da intervenção de um estímulo idêntico⁵⁴³. Entretanto, por outro lado, assevera que há algo imutável nos seres humanos: a estrutura lógica da mente humana. Para Mises, a mente depende da materialidade do corpo humano, mas os pensamentos e as ideias são produzidos pela estrutura lógica da mente, portanto são intangíveis e imateriais, e nosso conhecimento sobre a origem das ideias é limitado. No máximo, o que podemos sugerir é que, de alguma forma desconhecida, a mente opera a despeito de quaisquer restrições ou influências materiais advindas dos meios físico e social, sendo que a origem de uma ideia só pode ser encontrada em outras ideias⁵⁴⁴.

em dois campos separados, o reino dos eventos externos, comumente chamado de natureza, e o reino do pensamento e da ação humana”. (MISES, 2014, p. 17).

⁵⁴³ “Epistemologicamente, o traço característico daquilo que chamamos de natureza pode ser visto na regularidade comprovável e inevitável na concatenação e sequência dos fenômenos. Por outro lado, o traço característico daquilo que chamamos de esfera humana ou história, ou, melhor dizendo, o reino da ação humana, é a ausência de tal regularidade que prevaleça universalmente. Sob condições idênticas, as pedras sempre reagem aos mesmos estímulos da mesma maneira; podemos aprender algo sobre estes padrões regulares de reação, e utilizar este conhecimento para conduzir nossas ações rumo a metas específicas. Nossa classificação dos objetos naturais e a maneira com que atribuímos nomes a estas classes é um resultado desta cognição. Uma pedra é uma coisa que reage de uma maneira específica. Já homens reagem aos mesmos estímulos de maneiras diferentes, e os mesmos homens, em diferentes pontos de sua vida, reagem de maneira diferente do que o fizeram em seu passado ou reagirão no futuro. É impossível agrupar os homens em classes cujos membros sempre reajam da mesma maneira. Isto não quer dizer que as ações humanas futuras sejam totalmente imprevisíveis. Elas podem ser antecipadas, de certa maneira e até certo ponto. No entanto, os métodos aplicados nestas antecipações, e o seu escopo, são totalmente diferentes, lógica e epistemologicamente, daqueles que são aplicados na antecipação dos eventos naturais, e de seu escopo” (Id, Ibid, p. 19).

⁵⁴⁴ Mises, por exemplo, rejeita completamente o domínio da psicologia humana. “O campo da nossa ciência é a ação humana e não os eventos psicológicos que resultam numa ação. É isto, precisamente, que distingue a teoria geral da ação humana, praxeologia, da psicologia. O objeto da psicologia são os fatores internos que resultam ou podem resultar numa determinada ação. O tema da praxeologia é a ação como tal. É isto também que estabelece a relação entre a praxeologia e o conceito psicoanalítico do subconsciente. A psicanálise também é psicologia, e não investiga a ação, mas as forças e fatores que impelem o homem a agir de uma determinada maneira. O subconsciente psicanalítico é uma categoria psicológica e não praxeológica. Quer uma ação provenha de uma clara deliberação, quer provenha de memórias esquecidas e desejos reprimidos que, das profundezas onde se encontram, dirigem a vontade, sua natureza não se altera. Está agindo tanto o assassino, cujo impulso subconsciente (o *id*) conduz ao crime, quanto o neurótico, cujo comportamento aberrante parece sem sentido para o observador superficial; ambos, como todo mundo, procuram atingir certos objetivos. É mérito da psicanálise ter demonstrado que mesmo o comportamento de neuróticos e psicopatas tem um sentido, que eles também agem com o objetivo de alcançar fins, embora nós, que nos achamos normais e sãos, consideremos sem

É aqui que encontramos o alicerce epistemológico do qual constrói sua praxeologia (teoria ou ciência da ação humana): o individualismo metodológico dedutivista. A sociedade é vista enquanto uma “ordem espontânea” harmônica, decorrente de um processo de desenvolvimento histórico, embora a estrutura social não apresente elementos eternos que garantam o funcionamento da vida social, pois os processos sociais dependem das ações humanas individuais⁵⁴⁵. Os indivíduos agem com base em suas subjetividades e desde sempre admitem a perseguição de fins, procurando estabelecer os meios mais adequados para almejar seus objetivos. Avaliar estes meios é o que cabe à praxeologia, não se importando com os motivos pelos quais os indivíduos buscaram conquistar os seus propósitos⁵⁴⁶.

Para sustentar esta premissa metodológica, faz-se necessário recorrer ao aporte do axioma da racionalidade: a racionalidade inscrita em toda ação voltada à realização do indivíduo é o pilar da análise praxeológica. A ação humana é um conceito que se mostra inseparável da noção de racionalidade, sendo a ação propositada⁵⁴⁷ o objeto de análise a ser averiguado pela teoria⁵⁴⁸. Com base em suas subjetividades⁵⁴⁹, as pessoas agem a partir do estabelecimento de escolhas⁵⁵⁰, as quais, por sua vez, reiteram o caráter subjetivo de suas

sentido o raciocínio que lhes determina a escolha de fins, e inadequados os meios que escolhem para atingir esses fins”. (MISES, 2010, p. 36).

⁵⁴⁵ Segundo o autor, a sociedade não se apresenta em função de uma existência natural em si mesma, que nos permita compreender sua estrutura social enquanto tal. Na realidade, a estrutura social não passa de uma forma de representação da qual se deve partir dos indivíduos e de seus propósitos. Para compreendê-la, é fundamental admitir uma teoria que nos assegure um amplo sistema dedutivista concernente às ações humanas propositadas.

⁵⁴⁶ “É verdade que a economia é uma ciência teórica e, como tal, se abstém de qualquer julgamento de valor. Não lhe cabe dizer que fins as pessoas deveriam almejar. É uma ciência dos meios a serem aplicados para atingir os fins escolhidos e não, certamente, uma ciência para escolha dos fins. Decisões finais, a avaliação e a escolha dos fins, não pertencem ao escopo de nenhuma ciência. A ciência nunca diz a alguém como deveria agir; meramente mostra como alguém deve agir se quiser alcançar determinados fins”. (Id, Ibid, p. 30).

⁵⁴⁷ “Ação humana é comportamento propositado. Também podemos dizer: ação é a vontade posta em funcionamento, transformada em força motriz; é procurar alcançar fins e objetivos; é a significativa resposta do ego aos estímulos e às condições do seu meio ambiente; é o ajustamento consciente ao estado do universo que lhe determina a vida” (Id, Ibid, p. 35).

⁵⁴⁸ Para Mises, cabe avaliar se o comportamento humano logrou-se propositado, dado que é possível a ocorrência de “desvios” em relação à ação racional. Entretanto, tais desvios não significam simplesmente discrepâncias entre o comportamento humano e suas escolhas individuais, portanto, não se trata de erros de avaliação ocasionados em função de informações incompletas.

⁵⁴⁹ “É neste sentido que nos referimos ao subjetivismo da ciência geral da ação humana. Esta ciência considera os objetivos finais escolhidos pelo agente homem como dados, é inteiramente neutra em relação a eles e se abstém de fazer julgamentos de valor. O único padrão que utiliza é o de procurar saber se os meios escolhidos para a obtenção dos fins pretendidos são ou não os mais adequados. [...] Ao mesmo tempo, é neste subjetivismo que se assenta a objetividade da nossa ciência. Por ser subjetivista e considerar os julgamentos de valor do agente homem como dados irreduzíveis não passíveis de qualquer outro exame crítico, coloca-se acima de disputas de partidos e facções, é indiferente aos conflitos de todas as escolas de dogmatismo ou doutrinas éticas, é livre de valorações e de ideias ou julgamentos preconcebidos, é universalmente válida e absoluta e simplesmente humana”. (Id, Ibid, pps. 46-47).

⁵⁵⁰ “Deixando de lado, por ora, qualquer referência ao problema da vontade humana ou do livre-arbítrio, podemos dizer: entidades não-humanas reagem de acordo com padrões regulares; o homem escolhe. O homem escolhe primeiro fins últimos, e depois os meios para obtê-los. Estes atos de escolha são determinados por pensamentos e ideias sobre os quais, ao menos até o presente, as ciências naturais não sabem como nos dar

avaliações⁵⁵¹. Logo, todas as escolhas envolvem uma determinada ação propositada racional, isto é, a perseguição de meios adequados para se realizar fins últimos⁵⁵².

Nesse sentido, é preciso entender que toda ação ocorre no tempo e, por isso, faz-se imperioso destacar a ideia da causalidade temporal, ou seja, demonstrar a relação entre a ação e a causalidade capaz de orientar de alguma maneira as ações humanas em busca da obtenção de realização de seus objetivos. A noção de tempo está relacionada ao fato de que ao agirmos, levamos em consideração como nos utilizaremos dos meios disponíveis mais adequados, naquele momento, para chegarmos aos fins pretendidos, pois a passagem do tempo implica, dentre muitas coisas, principalmente em mudanças nas estruturas de preferências individuais⁵⁵³. Ação humana propositada abarca, portanto, um princípio de racionalidade e, ao mesmo tempo, de causalidade⁵⁵⁴. A teoria da ação humana baseia-se então na premissa do

qualquer informação”. (MISES, 2014, p. 23). Segue dizendo: “Escolher é selecionar um entre dois ou mais modos de conduta e descartar os outros. Sempre que um ser humano se encontra numa situação em que se vê diante de diversos modos de comportamento mutuamente excludentes, ele escolhe. Assim, a vida implica uma sequência infundável de atos de escolha. A ação é a conduta guiada pelas escolhas. Os atos mentais que determinam o conteúdo de uma escolha se referem aos fins últimos ou aos meios para se obter os fins últimos. Os primeiros são chamados de julgamentos de valor; os últimos são decisões técnicas, derivadas de proposições factuais. No sentido estrito do termo, o homem que age tem como meta apenas um único fim último, a obtenção de uma situação que lhe seja mais apropriada que as alternativas. [...] A marca característica dos fins últimos é que eles dependem totalmente do julgamento pessoal e subjetivo de cada indivíduo, que não pode ser examinado, medido e muito menos corrigido por qualquer outra pessoa. Cada indivíduo é o árbitro único e supremo nos assuntos que dizem respeito à sua própria satisfação e felicidade”. (Id, Ibid, p. 24).

⁵⁵¹ “Assim que as pessoas se atrevem a questionar e examinar um fim, elas deixam de vê-lo como um fim, e passam a considera-lo como um meio para obter um fim ainda maior. O fim último está além de qualquer investigação racional. Todos os outros fins são apenas provisórios, se transformam em meios assim que são contrapostos a outros fins ou meios. Os meios são julgados e avaliados de acordo com a sua capacidade de produzir efeitos definidos. Enquanto os julgamentos de valor são pessoais, subjetivos e finais, os julgamentos a respeito dos meios são, essencialmente, inferências extraídas a partir de proposições factuais a respeito do poder dos meios em questão de produzir efeitos definidos. Existem discordâncias e debates entre os homens sobre o poder de um meio de produzir um efeito definido; já para a avaliação dos fins últimos não existe qualquer padrão interpessoal disponível. A escolha dos meios é um problema técnico, por assim dizer, com o termo “técnico” sendo utilizado em seu sentido mais amplo. A escolha dos fins últimos é um assunto pessoal, subjetivo e individual. A escolha dos meios é um assunto que cabe à razão, e a escolha dos fins últimos à alma e à vontade”. (Id, Ibid, p. 25).

⁵⁵² A questão da racionalidade, em Mises, assume um caráter central: ação propositada racional não está relacionada com conhecimento ou ignorância prévia. Os indivíduos sequer apreendem o grau de importância dado aos bens econômicos *a priori*: é apenas agindo que podemos identificar uma escala de prioridades dos bens econômicos e determinarmos o grau de racionalidade da ação. Em outras palavras, admitindo-se a ação como racional, por definição, nos é permitido averiguar os elementos subjetivos que comandam a ação. No entanto, uma vez que nem todas as ações possam ser racionais, isto não significa que as mesmas sejam consideradas irracionais, mas, sobretudo, ações inconscientes. Aqui reside uma dificuldade elucidada pelo próprio autor: nem sempre é fácil reconhecer e distinguir uma ação consciente de um comportamento inconsciente. A forma de Mises lidar com esta dificuldade assenta-se na ideia das mudanças, ao longo do tempo, nas estruturas de preferências individuais: estas mudanças alteram a importância da utilização dos meios mais adequados visando à consecução dos fins almejados.

⁵⁵³ É esta causalidade do tempo que muitas vezes nos ajuda a discernir sobre as escolhas inconscientes: as escolhas mudam com o passar do tempo, alterando-se assim as estruturas de preferências dos indivíduos.

⁵⁵⁴ “O homem tem condições de agir porque tem a capacidade de descobrir relações causais que determinam mudanças e transformações no universo. Ação requer e pressupõe a existência da causalidade. Só pode agir o homem que percebe o mundo à luz da causalidade. Neste sentido é que podemos dizer que a causalidade é um

conceito de ação: é ela que caracteriza o comportamento propositado do “emprego de meios para atingir fins”. Sendo estes fins resultado das escolhas, cabe à praxeologia simplesmente recomendar quais seriam os meios mais adequados para a obtenção dos fins.

Ainda que Mises reconheça o papel dos hábitos e das tradições históricas perante a atribuição das ações, assevera que a praxeologia está interessada não no conteúdo variável e inconstante da ação, mas fundamentalmente, na estrutura categórica da ação proposital. Será do interesse da história a realização dos estudos sobre os aspectos ou fatores que influenciaram nas escolhas individuais bem-sucedidas, isto é, as condições sob as quais ocorreram as ações humanas concretamente. Desta forma, o conceito da ação humana reserva uma introspecção capaz de permitir teoricamente a apreensão dedutiva dos princípios que regem a ação humana com os princípios da economia: há uma integração entre a metodologia e a epistemologia. A partir da lógica dedutiva implícita ao individualismo metodológico – alinhado ao dualismo epistemológico – se verifica os diferentes significados atribuídos pelos indivíduos no processo de transformação dos bens em bens econômicos. A ciência da ação humana nos permite, portanto, definir a existência de bens econômicos e estabelecer relações quantitativas entre eles.

Em outras palavras, a teoria consegue captar o surgimento de um bem econômico e, conseqüentemente, indicar o uso mais adequado dos meios para se atingir os fins alternativos deste bem, ao passo em que a história se encarrega de reconhecer as condições em que o bem livre se tornou bem econômico⁵⁵⁵. É somente no plano individual subjetivo que podemos

requisito da ação. A categoria *meios* e *fins* pressupõe a categoria *causa* e *efeito*. Num mundo sem causalidade e sem a regularidade dos fenômenos, não haveria campo para o raciocínio humano nem para a ação humana. Um mundo assim seria um caos no qual o homem estaria perdido e não encontraria orientação ou guia. O homem nem é capaz de imaginar um universo caótico de tal ordem”. (MISES, 2010, p. 47, grifos do autor).

⁵⁵⁵ “Existem dois ramos principais das ciências da ação humana: a praxeologia e a história. História é o conjunto e a arrumação sistemática de todos os dados relativos à experiência da ação humana. Lida com o conteúdo concreto da ação humana. Estuda todos os esforços humanos na sua infinita variedade e multiplicidade, e todas as ações individuais com todas as suas implicações acidentais, especiais ou particulares. Examina as ideias que guiam o agente homem e o resultado de suas ações. Abrange todos os aspectos das atividades humanas. É, por um lado, história geral e, por outro, a história de vários segmentos mais específicos. Existe a história da ação política e militar, das ideias e da filosofia, das atividades econômicas, da tecnologia, da literatura, arte e ciência, da religião, dos hábitos e costumes e de muitos outros aspectos da vida humana. Há também a etnologia e a antropologia, desde que não seja uma parte da biologia, e há ainda a psicologia enquanto não seja fisiologia, nem epistemologia, nem filosofia. Existe ainda a linguística, enquanto não seja lógica nem fisiologia do idioma. O tema de todas as ciências históricas é o passado. Elas não nos podem ensinar algo que seja aplicável a todas as ações humanas, ou seja, aplicável também ao futuro. O estudo da história torna um homem sábio e judicioso. Mas não proporciona conhecimento e habilidade que possam ser utilizados na execução de tarefas concretas”. (Id, Ibid, p. 57). Em nota de rodapé, acrescenta: “A história econômica, a economia descritiva e a estatística econômica também são história. O termo *sociologia* é empregado com dois significados diferentes. A sociologia descritiva lida com os fenômenos históricos da atividade da ação humana que não são abordados pela economia descritiva; de certo modo, invade o campo da etnologia e da antropologia. Por outro lado, a sociologia geral aborda experiência histórica de unir o ponto de vista mais universal do que os outros ramos da história. A própria

analisar o conhecimento das tecnologias e dos recursos disponíveis mais adequados para a produção de um determinado bem, assim como também considerar todos os sacrifícios envolvidos nestes termos. Dado que a ação está orientada para o futuro incerto, toda a ação configura uma espécie de atribuição de significados, realizada pela capacidade mental do indivíduo diante das alternativas dos meios disponíveis em busca da realização de fins últimos.

A praxeologia procura deslindar aquilo que está explícito na ação. Através da derivação dedutiva, a ação humana pode ser interpretada segundo uma “lógica de atribuição de significados”, alcançando um caráter de neutralidade científica: Mises acredita estar propondo uma teoria livre de quaisquer juízos de valor ao sustentá-la de acordo com o subjetivismo inscrito nas escolhas individuais⁵⁵⁶. Desta forma, a teoria mais adequada à realidade social deve se apoiar no *Homo agens* em detrimento ao *Homo economicus*⁵⁵⁷: não se trata de estabelecer exclusivamente uma identificação *a priori* dos bens e comportamentos que se tornam econômicos, mas, sobretudo, expressar um campo analítico de interpretação dos aspectos econômicos que estão inseridos nos comportamentos sociais, com o intuito de propor uma melhor adequação dos meios escassos disponíveis aos fins almejados.

história, por exemplo, se ocupa de unir determinada cidade ou cidades num período específico, ou de um determinado ou de certa geografia”. (Id, Ibid, p. 57, grifos do autor).

⁵⁵⁶ A praxeologia tem como premissa a ideia de que é a partir dos atos de escolhas que os indivíduos revelam suas preferências. Mesmo que, porventura, as escolhas possam incorrer em erros ou desvios - devido à incerteza em relação ao futuro ou ao conhecimento limitado - toda escolha por si só indica a racionalidade, a propositoriedade e a causalidade relacional ao longo do tempo da ação. Logo, as situações de ações tomadas pela inconsciência - ou até mesmo pela irracionalidade - somente ganhará sentido caso a escolha individual entre em contradição com a escala subjetiva de valores. Entretanto, como é a mente humana que projeta um cenário mais promissor, a ação sempre implicará na busca por realização. Em suas palavras: “Um homem perfeitamente satisfeito com a sua situação não teria incentivo para mudar as coisas. Não teria nem aspirações nem desejos; seria perfeitamente feliz. Não agiria; viveria simplesmente livre de preocupações. Mas, para fazer um homem agir não bastam o desconforto e a imagem de uma situação melhor. Uma terceira condição é necessária: a expectativa de que um comportamento propositado tenha o poder de afastar ou pelo menos aliviar o seu desconforto. Na ausência desta condição, nenhuma ação é viável. O homem tem de se conformar com o inevitável. Tem de se submeter a sua sina. Estas são as condições gerais da ação humana. O homem é um ser que vive submetido a essas condições. É não apenas *homo sapiens*, mas também *homo agens*”. (Id, Ibid, p. 38). Além dos indivíduos estarem impelidos a agir, cabe exclusivamente a eles próprios avaliarem subjetivamente a eficácia da ação posta em prática.

⁵⁵⁷ “A moderna economia subjetiva tem seu início com o esclarecimento do aparente paradoxo do valor. Nem limita seus teoremas apenas às ações dos homens de negócios, nem lida com um fictício *homo oeconomicus*. Trata das categorias inexoráveis de qualquer ação humana. Seus teoremas relativos a preços de mercadorias, salários e juros se referem a todos esses fenômenos, sem qualquer referência aos motivos que levavam as pessoas a comprar ou vender ou a se abster de comprar ou de vender. Já é tempo de abandonar inteiramente qualquer referência à tentativa estéril de justificar a deficiência dos economistas mais antigos através do apelo ao ilusório *homo oeconomicus*”. (Id, Ibid, p. 93). Em outra passagem: “A economia se ocupa das ações reais de homens reais. Seus teoremas não se referem a homens perfeitos ou ideais, nem a um mítico homem econômico (*homo oeconomicus*) e nem à noção estatística de um homem médio (*homme moyen*). O homem, com todas as suas fraquezas e limitações, o homem tal como vive e age na realidade - eis o objeto dos estudos da cataláxia. Toda ação humana é tema para a praxeologia”. (Id, Ibid, p. 742).

Em síntese, a economia se dedica a estudar a ação humana ao mesmo tempo em que se encontra integrada por ela: diante da natureza subjetiva do conhecimento, das escolhas e das avaliações sobre suas próprias ações conscientes, os indivíduos se baseiam no sistema de preços (cálculo econômico), ancorado na propriedade privada dos meios de produção, e procuram atuar no mercado no sentido de buscarem os meios mais adequados para se alcançar uma melhora de sua situação. Como o mercado é um processo regido pelo dinamismo, pela mudança, pelo aprendizado e pela competição, ele é capaz de revelar o empreendedorismo consciente e bem-sucedido, pois à medida que as atuações da divisão intelectual do trabalho e da especialização da produção (e das trocas) incidem sobre o tecido da sociedade, o que temos é nada mais do que um amplo processo de cooperação social, marcado pela liberdade e pela interdependência entre os indivíduos, ou nos termos do autor, a própria edificação da civilização como a conhecemos desde tempos remotos. Vejamos então a contribuição auferida por Hayek.

Friedrich August Von Hayek manteve durante toda sua vida a tradição da crítica voltada ao socialismo e da defesa intransigente do mercado como forma de organização mais viável para as sociedades contemporâneas⁵⁵⁸. Filho mais velho de August - médico e botânico - e Felicitas - rica proprietária de terras - e tendo avós eruditos, Hayek nasceu em Viena (1899) em um ambiente doméstico profundamente marcado pela instrução e pelos estudos⁵⁵⁹: sua formação contou com interesse nas ciências naturais e nas ciências sociais e psicologia. Em 1917, poucos meses antes de completar dezoito anos, serviu na Primeira Guerra Mundial no exército Austro-húngaro e, ao final de 1918, ingressa na Universidade de Viena⁵⁶⁰. Em

⁵⁵⁸ De acordo com seu biógrafo Alan Ebenstein: "From the 1930s through the 1980s, Friedrich Hayek challenged the prevailing opinion of many social scientists and others that socialism is a more efficient and just form of economic production than capitalism. Hayek was often derided within academia for putting forward the position that a competitive market is more economically productive, and conducive to liberty and democracy, than classical socialism. [...] Hayek's perspective has become the new conventional wisdom. Hayek's arguments for the infeasibility of classical socialism had been made by others, notably his teacher Ludwig von Mises. But no one else enunciated the case against socialism with such clarity and force, and extended the argument against socialism so effectively and with such renown from the economic to the more general societal order. Hayek was the great anti-socialist". (EBENSTEIN, 2001, p. 18).

⁵⁵⁹ "Once, discussing his father and his influence on his career, Hayek said, 'I suppose the one thing which might have changed my own development would have been if there didn't exist that esteem for intellectual work. My determination to become a scholar was certainly affected by the unsatisfied ambition of my father to become a university professor. Behind the scenes it wasn't much talked about, but I was very much aware that in my father the great ambition of his life was to be a university professor. So I grew up with the idea that there was nothing higher in life than becoming a university professor, without any clear conception of which subject I wanted to do'" (Id, Ibid, p. 28). Hayek era também primo-segundo do renomado filósofo Ludwig Wittgenstein.

⁵⁶⁰ "Hayek did not really know what he wanted to do as a newly enrolled student at the University of Vienna in late 1918. He was undecided between psychology and economics. He majored in law because economics was a subsection of the law faculty, but he was about equally interested in psychology and economics. He finally had to choose the field in which he was most interested. For primarily financial and career reasons, he decided for economics. He planned to combine law and economics as part of his career, which he imagined might be in the

1921, conclui seu primeiro doutorado em Direito. Em 1923, termina seu segundo doutorado em Ciência Política⁵⁶¹ e vai residir nos Estados Unidos, ficando neste país apenas quinze meses na condição de estudante pesquisador. Chega a iniciar seu terceiro doutoramento em Economia na Universidade de Nova Iorque, mas não consegue finalizá-lo, retornando a Viena em 1924.

O papel exercido pelos economistas austríacos – Menger, Böhm-Bayerk, Wieser e Mises - foi decisivo para Hayek⁵⁶². Em Viena, entre 1924 e 1931, começa a participar mais ativamente dos seminários realizados por Mises. No ano de 1927, é nomeado diretor do Instituto Austríaco de Pesquisa em Economia. Ao final dos anos de 1920, escreve uma série de artigos voltados à elaboração de sua teoria do ciclo de negócios. Um destes artigos chamou a atenção do economista Lionel Robbins, professor na *London School of Economics*, a ponto de convidá-lo a proferir palestras nesta Universidade. Hayek aceita o convite e o material de suas conferências é publicado, em 1931, no livro *Prices and Production*. No mesmo ano, publica em inglês, *Monetary Theory and the Trade Cycles*, obra que já havia sido publicada em alemão em 1929. À medida que passou a ir ganhando maior proeminência na *LSE*, inevitavelmente suas posições intelectuais chocou-se com seus rivais de *Cambridge*,

diplomatic service. He had only a general idea of what he wanted to do. "My development during those three years was in no way governed by thoughts about my future career," he recalled, "except, of course, that tradition in our family made us feel that a university professor was the sum of achievement, the maximum you could hope for, but even that wasn't very likely." (Id, Ibid, p. 50).

⁵⁶¹ "Hayek studied mostly psychology during his first year at the University of Vienna. His early interest in psychology was significant. The type of psychology he was interested in was philosophical psychology, which might be described, in his case, as the nature of human mental understanding of the physical world. He was largely influenced in this area by the physicist and philosopher Ernst Mach, who taught at the University of Vienna for a number of years before his death in 1916 and whose philosophical ideas dominated Viennese academic discussion during Hayek's years as a student. During his second year at the university, he split his time more evenly between psychology and economics, and for a few weeks during a break visited the laboratory of a Zurich brain anatomist, tracing fiber bundles through the brain. During his third year and postgraduate work, he emphasized economics. His closer contacts with Wieser commenced during his third year at the university as he worked on his second degree. Hayek's first degree, in law, was conferred in November, 1921. He recalled of his university regimen that "I sometimes marvel [at] how much I could do in the three years when you think my official study was law. I did all my exams with distinction in law, and yet I divided my time about equally between economics and psychology. I had been to all these other lectures and to the theater every evening almost." Notwithstanding that he was officially a law student, his legal studies were a "sideline." He was most influenced in this area by a three-semester course on the history of law. The diverse lectures and courses he attended also included anatomy. "I had easy access. My brother was studying in the anatomy department; so I just gatecrashed into lectures occasionally and even in the dissecting room." (Id, Ibid, pps. 60-61).

⁵⁶² A abordagem individualista e subjetivista, focada nas ações, decisões, preferências, valores e conhecimento dos indivíduos; as questões metodológicas e epistemológicas referente às ciências sociais e, especialmente, à economia; a discussão sobre a origem e o caráter das instituições sociais na promoção dos fins não intencionais de uma ordem espontânea geradora de bem-estar; o papel do direito na manutenção da estrutura social; o debate em torno do intervencionismo do Estado e dos governos na economia; a função primordial dos mecanismos de preços para o bom funcionamento do sistema econômico e as críticas ferrenhas ao socialismo, dentre outras temáticas, certamente representam uma herança crucial em sua formação.

sobretudo John Maynard Keynes. Da situação inicial de palestrante é incorporado ao Departamento de Economia da LSE⁵⁶³, permanecendo na Inglaterra de 1931 a 1949.

Neste período, fortemente marcado pelas ideias surgidas no bojo da “revolução keynesiana”, manteve uma relação pessoal de polidez com Keynes, a despeito da discordância para com seu pensamento⁵⁶⁴. Enquanto muitos atribuem a configuração de um verdadeiro “duelo” particular envolvendo os dois economistas, na realidade isso não ocorreu. As relações privadas entre ambos estiveram desde sempre pautada pela cordialidade, ainda que ninguém tenha conseguido influenciar o outro a mudar (ou aceitar alguns aspectos de) suas próprias convicções intelectuais⁵⁶⁵. A publicação da obra de Keynes *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, em 1936, influenciou consideravelmente a orientação das políticas econômicas das principais potências do Ocidente, principalmente após o término da Segunda Guerra Mundial. A década de 1950 e 1960 populariza as ideias econômicas keynesianas agudizando a importante cisão no pensamento liberal⁵⁶⁶. Para os defensores do mercado livre, na tradição do liberalismo empenhado por Hayek, este ideário, em torno das ideias de Keynes,

⁵⁶³ “In addition to its own talent, LSE attracted many visiting economists from around the world. Robbins remembered these as including Gottfried Haberler and Fritz Machlup from Vienna, Scandinavian economists Bertil Ohlin and Ragnar Frisch (both future Nobel Prize winners), and Frank Knight and Jacob Viner from Chicago. The school was a Mecca for new classical liberal thought. Hayek thought that it “probably became the most important centre of the new liberalism.” He also said that “the foundations were laid for a new development” of classical liberalism at LSE during the 1930s, together with developments in Vienna and Chicago. There were about 3,000 total students at LSE when Hayek began teaching in 1931: 1,250 full-time, including 200 graduate students; 1,250 part-time; and 500 intercollegiate (concurrently enrolled) students. About half of the graduate students and 200 of the undergraduates were from overseas. The school covered the whole range of social sciences: economics, political science, anthropology, sociology, history, philosophy, and for a time social biology, among more applied and other academic fields”. (Id, Ibid, pps. 119-120).

⁵⁶⁴ “Keynes and Hayek engaged in personal correspondence following Keynes’ November 1931 reply in *Economica* to Hayek’s August review article. Keynes sought greater clarification of Hayek’s terminology. They exchanged five letters apiece between December 10, 1931—when Keynes initiated the correspondence—and January 23, 1932—when Hayek gave his final reply to a query from Keynes. Keynes was dissatisfied with this exchange, which consisted each time of Hayek replying to a letter from him. Keynes wrote Hayek a sixth and final letter on February 11, 1932 that “your [last] letter helps me very much toward getting at what is in your mind. I think you have now told me all that I am entitled to ask by way of correspondence. But I am left with the feeling that I very seldom know, when I read your stuff, exactly what simplified assumptions you introduce or what effect it would have on the argument if these simplified assumptions were to be removed. Going back to the point at which our correspondence started, I am left where I began, namely in doubt as to just what you mean.... Many thanks for answering me so fully.” (Id, Ibid, pps. 129-130).

⁵⁶⁵ “The Hayek-Keynes interchange during 1931-32 is sometimes characterized as a “debate.” Actually, as economic historian Bert Tieben writes, “One may conclude that what characterizes the Hayek-Keynes controversy is the absence of debate.” Both sides launched their broadsides, and that was about it. There was no sustained, considered, fruitful exchange. Neither side persuaded the other to change its mind, nor even persuaded the other that there was much of value in its own position. Former Hayek assistant Kurt Leube and economist Albert Zlabinger write that Hayek’s work only “shared for a brief moment the academic limelight with the new ideas of Keynes.” Hayek’s following was strongest at LSE and, by the later 1930s, almost all of those who had been Hayekians a few years before had shifted to Keynes. Ludwig Lachmann, an Austrian-oriented economist who studied with Hayek during this period, recalled that when he arrived at LSE in the early ’30s, “everybody was a Hayekian; at the end of the decade there were only two of us: Hayek and myself.” Hicks wrote that Hayek’s “audience dispersed.” (Id, Ibid, pps. 131-132).

⁵⁶⁶ Neste período, a grande cisão na tradição liberal demarcava-se fundamentalmente pelas disputas entre os liberais sociais (ou novos liberais) e “neoliberais”. Cf. capítulo 7 da tese.

mostrou-se preocupante à medida que procurou se distanciar tanto do socialismo como também dos regimes nazistas e fascistas, apresentando-se como uma consistente alternativa para os países de democracia liberal com Estados de bem-estar⁵⁶⁷.

Durante quase vinte anos na *LSE*, Hayek atuou em várias frentes de discussão, estendendo-se desde a teoria econômica até a filosofia política. Em 1935, avança com suas críticas ao socialismo, retomando o debate sobre o cálculo econômico empreendido por Mises, através da organização e edição da obra *Collectivist Economic Planning: Critical Studies on the Possibilities of Socialism*⁵⁶⁸. Em 1937, lança uma coleção de suas palestras sobre o padrão-ouro internacional, intitulada *Monetary Nationalism and International Stability*, e publica o ensaio *Economics and Knowledge*, considerado uma das investigações mais cruciais para o pensamento do autor, que contribuiu decisivamente para a sustentação

⁵⁶⁷ Na avaliação de Przeworski, a única “teoria econômica” que dispunha a esquerda na década de 1930: “era aquela que criticava o capitalismo, afirmava a superioridade do socialismo e conduzia a um programa de nacionalização dos meios de produção”. (PRZEWORSKI, 1988, p. 52). Logo que os sociais-democratas descobriram as ideias de Keynes acharam algo de que necessitavam: “uma teoria econômica para a gestão de economias capitalistas”. Em suas palavras, a chamada revolução keynesiana “forneceu aos social-democratas um objetivo e, com isso, a justificativa para seu papel no governo simultaneamente transformando o significado ideológico de políticas distributivas que favoreciam a classe trabalhadora” (Id, Ibid, p. 52). Segue afirmando: “Os social-democratas descobriram que o desemprego podia ser reduzido e a economia inteira revigorada se o Estado instaurasse políticas anticíclicas, permitindo déficits para financiar obras públicas produtivas durante as depressões e saldando as dívidas nos períodos de expansão. A sociedade não estava à mercê dos caprichos do mercado capitalista, a economia podia ser controlada e o bem-estar dos cidadãos continuamente intensificado pelo papel ativo do Estado – essa era a nova descoberta dos social-democratas”. (Id, Ibid, p. 53). Uma vez assimilada as ideias keynesianas, os social-democratas viram-se levados a desenvolverem uma ideologia abrangente do “Estado de bem-estar”, instaurando, por assim dizer, um projeto que “na verdade implicava um compromisso fundamental com aqueles que ainda eram denunciados como exploradores, mas era economicamente viável, socialmente benéfico e, talvez mais importante, politicamente praticável sob as condições democráticas” (Id, Ibid, p. 55).

⁵⁶⁸ “In *Collectivist Economic Planning*, he opposed the idea that it is possible to manage an advanced technological society from a single point. He instead emphasized the idea of spontaneous order (though he did not yet use this term) - that the proper goal of government should be to enable individuals to make as much use as possible of their own knowledge and talents in ways that they themselves see best. He believed there can be no progress without economic liberty. The attempt to mandate interpersonal agreement by requiring all the members of a society to live in accordance with the dictates of one or some prevents the emergence of the kind of human order in which material and technological advance will occur. Law – rules - should prevail over individual commands. Private property is essential to this order. His argument against socialism was mostly factual”. (EBENSTEIN, 2001, p. 163). Segue afirmando: “The question of the most effective people to manage resources is no less a factual question under socialism than capitalism, and is intrinsic to Hayek’s ideas of undirected societal evolution. It is not necessarily the case that those who can make the most profits are able to express their understanding of the economic process verbally. Rather, their actions determine (under capitalism) that they have more resources to direct. Hayek considered “market socialism”—attempts to merge government ownership with a competitive market—“little more than a sham.” He passionately believed that socialism, as any form of collectivism, literally cannot deliver the goods. Society cannot—not may not—be structured so as to allow government control of the means of economic production if there is to be a decent material living standard. “Central direction of all economic activity presents a task which cannot be rationally solved under the complex conditions of modern life.” Socialism is a factual as well as ethical theory. Hayek’s economic argument against classical socialism was not so much that it is normatively undesirable, but that it is factually non-productive”. (Id, Ibid, pps. 165-166).

metodológica de suas obras futuras⁵⁶⁹. No ano de 1939, publica uma coleção de ensaios sobre flutuações industriais sob o título *Profits, Interest and Investment*. Em 1941, realiza uma reflexão sobre a natureza do capital em *The Pure Theory of Capital*. Em 1944, vem a público a obra *The Road to Serfdom*. Decerto, nenhum de seus livros, seja anteriores quanto posteriores a este, lhe proporcionou reconhecimento e notoriedade tão efusivos.

Seguindo a tradição crítica ao socialismo e aos demais regimes de planificação e/ou totalitários, *O caminho da servidão* atinge uma argumentação para além da própria ineficiência do planejamento e do estatismo: a necessidade de se ter uma ordem social próspera em que vigore a liberdade pessoal e política, ancorada na propriedade privada e na direção privada dos meios de produção. Em outras palavras: socialismo é incompatível com liberdade (mesmo que este pudesse funcionar economicamente) e liberdade significa a supremacia da lei (Estado de Direito) para o estabelecimento e manutenção da concorrência⁵⁷⁰. Caberia aos governos “orientar” a sociedade segundo regras que permitam consolidar a concorrência e a liberdade⁵⁷¹.

⁵⁶⁹ “[...] somehow in thinking through anew these problems [of socialist calculation] which had much occupied us in Vienna ten or fifteen years earlier that I had suddenly the one enlightening idea which made me see the whole character of economic theory in what to me was an entirely new light.” Hayek realized that prices are the essence of a market society, and, with prices, private property, contract, profits, the ability to exchange goods and services, and the laws and societal norms that define and sustain these. Hayek enunciated not merely the negative case against socialism that the division of knowledge renders central control of an economy infeasible, but he stated the positive case for a competitive market society, that fluctuating prices and the concomitants of these are the best, and perhaps only, way to overcome knowledge’s fragmentation. The proper role of government is to facilitate effective interpersonal action through creating a market order in which individuals may make maximum use of divided knowledge through fluctuating prices and profits. Hayek wrote in his autobiographical notes of “Economics and Knowledge” that, together with related articles reprinted in *Individualism and Economic Order* (1948), this sequence of articles “seems to me in retrospect the most original contribution I have made to the theory of economics.” (Id, Ibid, pps. 171-172).

⁵⁷⁰ “Os princípios básicos do liberalismo não contêm nenhum elemento que o faça um credo estacionário, nenhuma regra fixa e imutável. O princípio fundamental segundo o qual devemos utilizar ao máximo as forças espontâneas da sociedade e recorrer o menos possível à coerção pode ter uma infinita variedade de aplicações. Há, em particular, enorme diferença entre criar deliberadamente um sistema no qual a concorrência produza os maiores benefícios possíveis, e aceitar passivamente as instituições tais como elas são”. (HAYEK, 2010, p. 42). Segue asseverando: “A doutrina liberal é a favor do emprego mais efetivo das forças da concorrência como um meio de coordenar os esforços humanos, e não de deixar as coisas como estão. Baseia-se na convicção de que, onde exista a concorrência efetiva, ela sempre se revelará a melhor maneira de orientar os esforços individuais. Essa doutrina não nega, mas até enfatiza que, para a concorrência funcionar de forma benéfica, será necessária a criação de uma estrutura legal cuidadosamente elaborada, e que nem as normas legais existentes, nem as do passado, estão isentas de graves falhas”. (Id, Ibid, p. 58). Em sua biografia, há uma passagem cristalina sobre isso: “[...] The whole effort of my book was to substitute a new distinction for the older silly and vague idea. I had realized that some kind of state action is extremely dangerous. Therefore, my whole effort was to distinguish between legitimate and illegitimate action. I have attempted to do that by saying that, so far as government plans for competition or steps in where competition cannot possibly do the job, there is no objection; but I believe that all other forms of government activity are highly dangerous. A classical liberal order is not necessarily one where government is minimized, but where competition is maximized, necessitating, once again, prices, profits, private property, a competitive market, the ability to exchange goods and services, contract, and the rule of law”. (EBENSTEIN, 2001, p. 218).

⁵⁷¹ “His argument was not that government should acquiesce in whatever rules exist in a society. His argument was that government should change societal rules to create greater competition and freedom. He well stated his

No período subsequente ao lançamento de sua obra *O caminho da servidão*, Hayek alcançou fama. A despeito do apogeu da revolução keynesiana, tornou-se uma importante liderança intelectual na recém-fundada *Sociedade de Mont Pèlerin* e, em 1947, publica *Individualism and Economic Order*. Nesta coletânea de artigos escritos nos anos 1930 e 1940, concatena sua visão sobre a natureza da ordem econômica e o papel do conhecimento na sociedade e reposiciona sua contribuição ao debate sobre o cálculo econômico racional no socialismo. Duas premissas são consideradas fundamentais como ponto de partida: (i) há uma superestimação da racionalidade que acabou debilitando a liberdade individual e (ii) o conhecimento humano é limitado e, por isso, não é possível a um indivíduo (ou a um grupo de indivíduos) conhecer de forma suficiente para se criar, direcionar e controlar o mundo social. Logo, se o conhecimento é limitado e a razão superestimada, cabe defender uma ordem em que se encontre preservada, da melhor maneira possível, a liberdade humana.

A partir do pressuposto de que os mercados são provedores de aprendizado social, apresentando-se de modo incognoscível a um ser humano, esta ordem se sustenta em função do sistema de preços, da propriedade privada e da concorrência. A concorrência gera um processo que atribui ao sistema de preços à capacidade de nos guiar em torno da descoberta do conhecimento, ainda que sempre imperfeito e incompleto. Os preços desempenham o papel de transmissores de conhecimento em um mercado marcado por mudanças. Este caráter do mercado implica na posição dos empresários em descobrir as informações, em constante mudança, que se tornam mais relevantes no tocante às decisões sobre a disponibilidade e o uso de recursos no processo produtivo. Uma vez transmitido essas informações em preços, via mercado, temos assegurada, da melhor forma desejada, a cooperação da ação social e da liberdade humana.

opinions along these lines in a 1945 national radio discussion of *The Road to Serfdom* sponsored by the University of Chicago with two hostile panelists: "There are two alternative methods of ordering social affairs—competition and government direction. I am opposed to government direction, but I want to make competition work.... In the way in which you use "planning" in this discussion, it is so vague as to be almost meaningless. You seem to call all government activity planning and assume that there are people who are against all government activity. There are a good many people who oppose planning who do not mean by that opposition that they think that there ought not to be any government at all. They want to confine government to certain functions.... [T]his discussion here, as elsewhere, has been very confused. What I was trying to point out is that there are two basic and alternative methods of ordering our affairs. There is, on the one hand, the method of relying upon competition, which, if it is to be made effective, requires a good deal of government activity directed toward making it effective and toward supplementing it where it cannot be made effective.... All I am arguing about is that, where you can create a competitive condition, you ought to rely upon competition. I have always said that I am in favor of a minimum income for every person in the country. I am not an anarchist. I do not suggest that a competitive system can work without an effectively enforced and intelligently drawn up legal system". (Id, Ibid, p. 217); *apud* University of Chicago Roundtable, "The Road to Serfdom," a radio discussion by Friedrich Hayek, Maynard Krueger, and Charles E. Merriam, 581st broadcast in cooperation with the National Broadcasting Company, No. 370 (April 22, 1945).

No socialismo, o planejador não teria a mesma capacidade exercida pela cataláxia (economia de mercado). A dificuldade do planejamento esbarra não simplesmente na busca por atingir o ponto de equilíbrio econômico (dos preços) na sociedade, envolvendo todos os bens, mas, sobretudo ao fato de que a alocação dos bens (principalmente bens de capital) e sua determinação de preços fugiriam da competição real, do cálculo econômico, da estimativa dos ganhos e perdas e dos riscos envolvidos. Escapa-lhe, portanto, o conhecimento do preço do dinheiro e o seu processo de descoberta. Como não se trata de chegar ao equilíbrio, mas de um “ajustamento” diário realizado pelas forças do mercado, fica difícil no socialismo ajustar-se às mudanças inerentes do conhecimento dos indivíduos e sobre o uso dos recursos da melhor maneira possível. Consequentemente, o caráter de coordenação social e de liberdade individual, assegurado pelo mercado na “ordem espontânea”, estaria frontalmente comprometido sob o socialismo⁵⁷².

Nos anos 1950, muda-se para os EUA, trabalhando como professor de ciências sociais e morais na Universidade de Chicago até 1962. Ao longo deste período, escreve sobre metodologia e epistemologia, psicologia e teoria política. Em 1952, veio a público *The Counter-Revolution of Science*, uma obra em que apresenta uma crítica substantiva ao “cientismo”, denunciando a *mimeses* das ciências sociais introjetada pela metodologia provinda das ciências naturais. Para ele, os cientistas sociais deveriam considerar a ação social levando em conta os propósitos humanos. Esta argumentação se assenta na perspectiva de compreender a ação dos indivíduos não diretamente pelo uso da razão ou simplesmente da direção planejada de suas ações (muito menos de um planejador central), mas como um elemento decisivo que permite entender a “ordem espontânea” baseada em circunstâncias concretas fundamentalmente desempenhadas por forças contingentes e não intencionais. No mesmo ano, reúne algumas de suas reflexões anteriores sobre a temática da psicologia no livro *The Sensory Order*. Com estas duas obras, consegue interligar psicologia e economia, permeada pela ideia da complexidade, ao mesmo tempo em que passa a sugerir que a construção da ordem social é oriunda de um processo de evolução cultural⁵⁷³.

⁵⁷² Esta discussão representou uma grande celeuma, envolvendo Hayek, Mises e todos os demais debatedores em torno da questão do cálculo econômico sob o socialismo. Veremos com maiores detalhes no capítulo 10 da presente tese. Por enquanto, cabe ressaltar que o próprio Hayek procurou aprimorar sua contribuição, nesta seara, em obras futuras, conforme destacaremos mais à frente, ainda neste capítulo.

⁵⁷³ “Perhaps the most interesting and relevant portion of *The Sensory Order* concerns the “Philosophical Consequences” of Hayek’s ideas, which he titled the book’s last chapter. He wrote the book in part to show the extreme limits of knowledge of the physical world. Just as there is a limit to what an individual can know of the sensory world of perception, there is even more of a limit to what an individual can know of the actual physical world; indeed, according to Hayek, one can ultimately know nothing at all of the actual, physical world. In both Hayek’s economic and psychological thought, the limits of knowledge are key. The sensory, as societal, world is complex. In both the sensory and societal worlds, the idea of complexity is, in Hayek’s thought, paramount.

Em 1960, publica *The Constitution of Liberty*, onde procura defender a liberdade enquanto valor supremo da civilização ocidental, discutindo sua relação com a lei e o seu caráter no Estado providenciário. Realiza uma importante problematização acerca de sua teoria liberal, acompanhada do debate em torno dos fundamentos da liberdade individual e do Estado de Direito⁵⁷⁴. Ao final do livro, em seu *pós-script*, estabelece uma tentativa de acerto de contas com o conservadorismo, revelando claramente suas críticas a esta vertente do pensamento social: a principal delas reside em admitir que o liberalismo, ao contrário do conservadorismo, celebra a evolução de novos conhecimentos que permitem influenciar a sociedade, desempenhando um papel crucial para o desenvolvimento da mesma.

Logo, pretende deixar explícito que não é um conservador, mas, sobretudo, um liberal comprometido com o avanço social da humanidade, mesmo que neste processo tenhamos a ocorrência de consequências indesejadas e de alterações substantivas no tecido social, especialmente em relação aos valores (costumes e moral). Nisso reside o papel contumaz de um legítimo liberal: dado a incapacidade de qualquer vertente do pensamento social (liberais, socialistas e conservadores) direcionar o rumo da sociedade, cabe aos liberais perseverar pela construção/manutenção de uma ordem social em que se possa vigorar da melhor maneira

Complexity prevents detailed prediction and control. He believed that consciousness is determined through an evolutionary process. He held in *The Sensory Order* that the “apparatus [mind] by means of which we learn about the external world is the product of a kind of experience.” He wrote in *The Counter-Revolution of Science* that the “classification of the stimuli in our central nervous system is probably highly ‘pragmatic’ in the sense that it stresses those relations between the external world and our body which in the course of evolution have proved significant for the survival of the species.” Evolution runs through his thought in psychology, economics, and societal order. He significantly attributed to *The Sensory Order* the “revival of my interest in the field of biological evolution,” an idea he subsequently applied to societal order”. (Id, Ibid, pps. 254-255). Segue afirmando: “He remarked in a 1977 conference regarding his economic and psychological thought that in “both cases we have complex phenomena in which there is a need for a method of utilizing widely dispersed knowledge.” There is a similarity between the general conception of the physical world that each person is able to form, psychologically, and the desirability of general rules to guide societies. Neither specific individual knowledge nor specific societal control are possible; the best that can be hoped for, Hayek thought, is knowledge of a pattern of the physical world and construction of a legal framework within which individual decision making may occur. There is another tie between Hayek’s psychological, economic, and societal thought. Heinrich Klüver wrote in introducing *The Sensory Order* that from a “broad point of view his theory may be said to substantiate Goethe’s maxim ‘all that factual is already theory’ for the field of sensory and other psychological phenomena.... Perception is always an interpretation.” In Hayek’s other thought, too, he stressed that theory precedes empirical observation. Knowledge is divided, incomplete, and complex. Each person’s fragment of knowledge is infinitesimally miniscule. The idea that the only predictions that are possible as complexity increases are more and more general predictions is congruent with a societal system in which only the broadest parameters for action are established. Laws overcome the complexity of society. In a 1948 letter, he described his work in psychology as “the most important thing I have yet done;” he also expressed years later that “no one understands it yet.” (Id, Ibid, pps. 256-257).

⁵⁷⁴ A estratégia adotada por Hayek, naquela conjuntura, residiu em: “Based on his own conception that emphasizes the insignificance of an individual’s reason, it was consistent that he favored merely piecemeal tinkering with the welfare state rather than its wholesale replacement. Thinkers of a future time may be able to imagine a world without government, but this was not the next practical step when Hayek wrote *The Constitution of Liberty*. The welfare state was at this time the most productive form of human society ever to emerge and required reconfiguration as opposed to replacement in its global confrontation with world communism”. (Id, Ibid, p. 334).

possível a preservação da liberdade individual em um Estado de Direito capaz de orientar o evoluir da sociedade - de modo não direcionado e tampouco planejado -, de acordo com regras mínimas que perpetuam as relações sociais assentadas na concorrência⁵⁷⁵.

Em 1962, deixa a Universidade de Chicago e passa a trabalhar na Universidade de Friburgo, na Alemanha Ocidental, permanecendo até 1968. Por ocasião de um convite, muda-se para a Áustria e vai lecionar na Universidade de Salzburg. Em 1977, volta para a Universidade de Friburgo. Nesta nova fase de sua vida, escreve *Studies in Philosophy, Politics and Economics*, publicado em 1967, resultante de uma coleção de ensaios acerca da delineação dos fundamentos filosóficos de sua concepção liberal de liberdade, articulada à ideia da seleção natural vigente na “ordem espontânea”. Discussão reiterada, em 1978, com a publicação de *New Studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas*⁵⁷⁶.

⁵⁷⁵ “Hayek chose to direct his final thoughts in *The Constitution of Liberty* against conservatism, in its postscript, “Why I Am Not a Conservative.” He noted that in the contemporary battle against increasing state power, supporters of classical liberalism had at times to make alliances with conservative forces, but he did not consider these tactical associations to reflect the intrinsic liberal or libertarian positions, which are as opposed to conservatism as to socialism. He saw, indeed, more similarities between socialism and conservatism than between either and classical liberalism or libertarianism, “Conservatism, though a necessary element in any stable society,” he wrote, “is not a social program; in its paternalistic, nationalist, and power-adoring tendencies it is often closer to socialism than true liberalism; and with its traditionalistic, anti-intellectual, and often mystical propensities it will never, except in short periods of disillusionment, appeal to the young and all those others who believe that some changes are desirable if this world is to become a better place.” Conservatism’s opposition, before socialism’s rise, was liberalism. He especially opposed conservatism because of its approach to knowledge. Classical liberalism and libertarianism celebrate the acquisition of new knowledge. They recognize that human advance is into the unknown, and that humanity can never move forward unless one pursues truth wherever it leads. Such has not always been the case with conservatism, which has a “propensity to reject well-substantiated new knowledge because it dislikes some of the consequences which seem to follow from it. By refusing to face the facts, the conservative only weakens his own position.” Classical liberalism and libertarianism are committed to reason and truth. If he had to choose between left and right, he chose left at the time he wrote *The Constitution of Liberty*, in the same way that he dedicated *The Road to Serfdom* to “the socialists of all parties.” He wrote in *The Constitution of Liberty* that the “belief in integral freedom is based on an essentially forward-looking attitude and not on any nostalgic longing for the past or a romantic admiration for what has been. In a world where the chief need is once more to free the process of spontaneous growth from the obstacles and encumbrances that human folly has erected ... [the political philosopher’s] hopes must rest on persuading and gaining the support of those who by disposition are ‘progressives,’ those who, though they may now be seeking change in the wrong direction, are at least willing to examine critically the existing and to change it wherever necessary.” Classical liberalism and libertarianism are forward-looking, rational philosophies. They see potential worlds that yet may be, not that never were. Hayek concluded *The Constitution of Liberty* by writing that “I doubt whether there can be such a thing as a conservative philosophy. Conservatism does not give us any guiding principles which can influence long-range developments.” He was a true liberal”. (Id, Ibid, pps. 338-340).

⁵⁷⁶ “After Hayek completed *The Sensory Order*, he intended to write a work on “systems within systems,” both of what can be said about a system and what can be said within a system—to some extent following from his idea that an agent of classification cannot classify something of a higher degree of complexity than itself—but he found this work “excruciatingly difficult.” In addition, “nobody I tried it upon could understand” it. This included Popper. He instead wrote a paper “Degrees of Explanation,” which was intended to be the first in a series of articles in which he further presented his ideas in this line. In “Degrees of Explanation,” he held that while it is “evidently possible to predict precisely without being able to control, we shall clearly not be able to control developments further than we can predict the results of our action. A limitation of prediction thus implies a limitation of control.” Kresge points out that “arguments both for and against the efficacy of the central planning that socialism inevitably requires either stand or fall on the ... ability to predict the consequences of

Na década de 1970, empreende uma de suas maiores obras *Law, Legislation and Liberty*. Composta por três volumes, totalizando dezoito capítulos sequenciados, o primeiro a ser publicado foi *Rules and Order*, em 1973; o segundo, *The Mirage of Social Justice*, em 1976, e finalmente o terceiro, *The Political Order of a Free People*, em 1979⁵⁷⁷. Considerada pelo próprio autor como um trabalho que procura “preencher as lacunas” surtidas após *The Constitution of Liberty*⁵⁷⁸, sistematiza sua visão acerca: (i) do papel das leis, dos costumes e da moral na sociedade⁵⁷⁹; (ii) do que entende por regras mínimas (ou comuns)⁵⁸⁰; (iii) da

actions.” The limitations of knowledge preclude classical socialism. Later works aligned with “Degrees of Explanation” were collected by Hayek in the first part of the 1967 *Studies in Philosophy, Politics and Economics*. To some extent, these essays were a continuation of Hayek’s project to outline the philosophical foundations of a theory of freedom that relies on the evolutionary development of undesigned institutions and societal norms. The winnowing process of the market became, in Hayek’s mind, the prototype for societies as wholes and their complexes of rules, laws, customs, morals, and institutions. Just as there is competition in the market among producers of different goods and services, there is competition among societies as to which are the most materially productive. In the end, the most materially productive societies, and thereby most materially productive rules and institutions, prevail. In the fourth chapter of *Studies in Philosophy, Politics and Economics*, “Notes on the Evolution of Systems of Rules of Conduct,” he observed that the “natural selection of rules will operate on the basis of the greater or less efficiency of the resulting order of the group,” and cited a statement by Alexander Carr-Saunders (William Beveridge’s successor as director of LSE) in support of this position, that the “groups practicing the most advantageous customs will have an advantage in the constant struggle with adjacent groups.” (Id, Ibid, pps. 405-406).

⁵⁷⁷ É no período entre a divulgação do primeiro e do segundo volume que Hayek fora laureado com o Nobel de Ciências Econômicas, prêmio dividido com o também economista sueco Gunnar Myrdal, em 1974. “The award of the 1974 Nobel Memorial Prize in Economic Sciences to Hayek, which was announced on October 9, 1974, was the great rejuvenating event in his life. He became not merely the author of a best-selling book three decades before, but the first free market economist to win the Nobel Prize. It is ironic that Sweden—which was praised for its exemplary welfare state programs from the 1930s through the 1960s and was seen by some as an evolving “middle way”—first between fascism and communism and then between capitalism and communism—stemmed an institution, the Nobel Prize in Economic Sciences, which has played a considerable role in influencing academic economics in the direction of capitalismo”. (Id, Ibid, p. 430).

⁵⁷⁸ “*Law, Legislation and Liberty*—particularly its first volume, *Rules and Order* — is the unduly neglected great work of Hayek’s career. The relationship between *The Constitution of Liberty* and *Law, Legislation and Liberty* is not always understood, as the latter is not always understood. It is often forgotten when considering the two works that, although the latter was not published until the 1970s, it was for the most part written during the 1960s, just a few years after *The Constitution of Liberty*. *Law, Legislation and Liberty* should be seen more as a continuation of ideas in the earlier treatise than as a completely different work. It was written after the ideas and new information stirred up by writing *The Constitution of Liberty* settled in Hayek’s mind, and was finished during his highly productive and creative later seventies. Describing the relation between his two greatest works in the introduction of *Law, Legislation and Liberty*, Hayek wrote that in “another book I have attempted to restate, and hope to have in some measure succeeded in clarifying, the traditional doctrine of liberal constitutionalism. But it was only after I had completed that work that I came to see clearly why those ideals had failed to retain the support of the idealists to whom all the great political movements are due.” *Law, Legislation and Liberty* was the more original of his two *chefs d’oeuvre*. He remarked in the preface to its third volume that though *Law, Legislation and Liberty* was “supplementary to and not a substitute for” *The Constitution of Liberty*, it was “more original.” He said here as well that to the “non-specialist reader” he would therefore recommend *The Constitution of Liberty* before proceeding to the “more detailed discussion or particular examination of problems to which I have attempted solutions in these volumes.” (Id, Ibid, pps. 361-362).

⁵⁷⁹ “Hayek referred to A. P. d’Entreves’ *Natural Law* (1951) in *Law, Legislation and Liberty*, and said earlier that the “best brief survey” of the various natural law theories he knew was d’Entreves’ work. It is worthwhile to turn to this work for a moment to attain a fuller understanding of Hayek’s conception of law. D’Entreves wrote that the “essential function of law is to make life in society possible. Law presupposes society. Legal experience is tied to the notion of a community. Human laws cover only those aspects of human behaviour which imply a co-ordination with other men. Thus, properly speaking, the laws of men do not primarily aim at promoting virtue, but only at securing a peaceful living together: they do not forbid all that is evil, but only that which

relação entre as leis e a preservação da liberdade na “ordem espontânea”⁵⁸¹; (iv) do modo como concebe a ideia da evolução social e cultural⁵⁸²; (v) da sua “utopia” em relação à forma

imperils society; they do not command all that is good, but only that which pertains to the general welfare.” Hayek agreed and disagreed with this statement of law. While he, too, believed that law pertains to the common, as opposed to individual, good, he also thought that customs and morals play a vital role. They are a fundamental part of the glue that binds people together in a society, but, unlike law, are not coercively enforced by government. Laws, customs, and morals together create a society. Law is what may be demanded of people coercively through government. Customs and morals are a non-coercive standard. He was vitally interested in the concept of system, that, in physical terms, there can be no action without an equal and positive reaction somewhere and sometime else in the system. This is in part the idea of equilibrium, and economic theory is in certain respects an attempt to apply to society truths of the physical world. *Law, Legislation and Liberty* stemmed from his work in economic theory. He came to see that the laws, customs, and morals of a society define and create that society. Laws, customs, and morals are a way of looking at the world, a *Weltanschauung*, a worldview, a paradigm. They do not exist so much in bricks and mortar as in the minds of a society’s members. They are shared values. They provide consistency, rationality, and stability for the members of a society, thereby allowing more, or less, fruitful interaction”. (Id, Ibid, pps. 363-364).

⁵⁸⁰ “Hayek’s argument, following d’Entreves’, that rules pertain to the common good, deserves emphasis. What may be demanded of one by others is not what is in one’s own interest, but that one not harm others. The common good is the domain of rules—that is, laws, customs, and morals. Personal good may not be demanded of one by others, either through coercive laws or non-coercive morals”. (Id, Ibid, p. 366).

⁵⁸¹ “Hayek completely followed Locke. True liberty, far from being inconsistent with law, is in fact dependent on it. Genuine law is the embodiment of liberty. Law is the essential ingredient of liberty. Without law, there can be no liberty. Right law (*orthonomos*) is liberty. The idea that liberty is properly defined as law may be unusual to those who consider freedom to be either the complete absence of government or a certain material standard of living. With respect to the former, there is a great difference between libertarianism and anarchism. Hayek observed that the distinction between his view and “some of my friends who lean into the anarchist camp is that within the territory where I live I can assume that any person that I encounter is held to obey certain minimal rules. I cannot form voluntary groups of people who obey the same rules and still have an open society. I must know that within the territory in which I live, any unknown person I encounter is held to obey certain rules which are known to me. Libertarianism quite easily slides into anarchism, and it’s important to draw this line. An open society in which I can deal with any person I encounter presupposes certain basic rules on everybody.” Anarchists believe in no government and no laws. They desire to live in what Locke called “the state of nature.” Libertarians, on the other hand, believe law creates liberty because laws enable individuals to interact most productively in a material sense. Without effective and optimal law, people’s opportunities for interaction are circumscribed. In a society in which there were no law, human life would be, as Thomas Hobbes put it, “solitary, poor, nasty, brutish, and short.” Law is required not so much for individual as collective life, and, in the libertarian view, for collective life that is the most productive materially. Hayek rejected the conflation of liberty, or freedom, with a certain material standard of living. Though liberty and a high standard of living may both be desirable, this does not imply that liberty is the same thing as a high material standard. Liberty, in society, refers to one thing and one thing only, Hayek thought. Liberty is the society in which coercion is reduced to the minimum possible through known general laws applicable to all with a coercion-minimizing intent. Liberty is the supremacy of law. Hayek favored explicit government creation of laws and societal imposition of new non-coercive rules. He was clear on this point. He was a radical who sought to change existing laws and institutions to the extent to which they do not lead to the greatest competition possible. While he also affirmed that there may be great wisdom contained in the inherited laws and other rules of past generations, his decisive commitment was to change, not stasis. His philosophy was a dynamic, progressive creed that emphasizes the desirability of great societal change. He was explicitly not a conservative”. (Id, Ibid, pps. 369-371). Segue afirmando: “He thought that the ideas that guide, and practical implementation of, government are vital. Unlike classical socialists, however, who seek to direct all of the details of a society’s economic activity, Hayek’s goal was to create a philosophical framework to guide future societal order. He sought new, competition-maximizing institutions, which he thought would require great change from existing institutions”. (Id, Ibid, p. 372). Conclue asserevando que: “within a spontaneous order the use of coercion can be justified only where this is necessary to secure the private domain of the individual against interference by others, but that coercion should not be used to interfere in that private sphere where this is not necessary to protect others.” Liberty is freedom of individual action and association created through law”. (Id, Ibid, pps. 373-374).

⁵⁸² “He also clarified here the difference between his own view and that of Social Darwinists, “‘Social Darwinism’ concentrated on the selection of individuals rather than on that of institutions and practices, and on the selection of innate rather than on culturally transmitted capacities.” There are three main sources of

de atuação do governo⁵⁸³ e (vi) da sua “utopia” em prol de uma ordem universal de paz⁵⁸⁴. O ponto principal que nos dá uma dimensão mais integrada de sua sistematização reside na ideia

biological evolution: individual differences, environmental selection pressures, and random genetic drift. Of these, the first two are generally emphasized in the popular mind. Without individual variation, evolution cannot occur. Only if and as there is variation can genetic or societal evolution occur. If the individuals within a biological group or societies were stationary and uniform, a species or society could not develop further. In addition to the necessity of diversity for biological and societal evolution, there are environmental factors. Different environments call forth different attributes over time as long as diversity among members of a species or within and between communities exists. Both the environment and individual variation condition attributes that emerge from biological and societal selection”. (Id, Ibid, pps. 382-383). Mais adiante: “Societal evolution was a core Hayekian topic. The idea of societal evolution is vitally related to spontaneous order. In the same way that biological evolution occurs without a tangible orderer, so does evolution within and among societies. In societal evolution, however, Hayek thought, selection occurs mostly through culturally transmitted characteristics, institutions, and practices rather than by the physiological selection of individuals. The behavior of successful individuals and groups becomes generally adopted, and these practices dominate over time. He said in *Denationalisation of Money* that it is “always the new ideas of comparatively few which shape evolution.... People who have the better ideas will determine developments because they will be imitated.” The market is an evolutionary mechanism. The economically more successful prosper, and those who are not as economically successful do not. When the sifting function of the market is disrupted, just as when the winnowing process of physical natural selection is, economic development stops. For societies as wholes, an evolutionary process also occurs. In his later theories of societal evolution, Hayek took the evolutionary function and process of a competitive market and applied this to whole communities over time and their webs of rules, laws, customs, and morals. The more successful laws and customs—and thereby more successful societies—prevail over time. The most successful societies are those that are materially and technologically the most developed and advanced. Hayek’s argument for liberty was in largest part that it allows successful development to occur within and among societies. The “unfortunate necessity of making central governments strong for the task of defence against external enemies” has prevented much desirable evolution through the centralization of government it has fostered. (Id, Ibid, pps. 384-385).

⁵⁸³ “Hayek was a utopian philosopher. He wrote in 1949 that “We must make the building of a free society once more an intellectual adventure, a deed of courage. What we lack is a liberal Utopia, a program which seems neither a mere defence of things as they are nor a diluted kind of socialism, but a truly liberal radicalism. The main lesson which the true liberal must learn from the success of the socialist is that it was their courage to be Utopian which gained them the support of the intellectuals and thereby an influence on public opinion which is daily making possible what only recently seemed utterly remote.” The possible utopia Hayek saw before much of his late 1970s and early ’80s work in *Law, Legislation and Liberty* and *The Fatal Conceit* was a classical liberal, as distinct from libertarian, society in which government would play a substantially smaller role than it now does. As much as possible, competition would be the general principle by which society would be organized both in its economic activity and government services. Laws, customs, and morals would provide a societal framework emphasizing private property, contract, and exchange. As a proportion of gross domestic product, total government spending would be reduced from the 30-60 percent range that currently typifies most economically developed nations to the 10-20 percent or so of gross domestic product that was the norm during the latter half of the nineteenth century and pre-World War I twentieth century. Welfare would be provided at the local and (in the United States) state levels—as well as voluntarily, charitably—rather than by national governments. While there might continue to be, particularly during a transitional period, mandatory retirement, unemployment, and disability insurance programs, these would become more market-oriented with more choice by consumers of the specific programs in which they would wish to participate. Competition among non-governmental entities to provide these services would become the standard—it might be required, for example, that individuals have unemployment insurance, but this insurance could be provided through a competitive market of private insurers rather than by one, universal government program. Pollution control would be on a more market basis. Vouchers would be implemented in education. All of this is a long way from classical socialism, but also from pure theoretical libertarianism. He put forward his conception of optimal realizable utopia for humanity as he saw it in *Law, Legislation and Liberty*—“the transformation of local and even regional governments into quasi-commercial corporations competing for citizens. They would have to offer a combination of advantages and costs which made life within their territory at least as attractive as elsewhere.... To re-entrust the management of most service activities of government to smaller units would probably lead to the revival of a communal spirit.” He remarked in *The Constitution of Liberty* on “competition between municipalities,” and said in an interview, “I’m inclined to give the local authorities power which I would deny to the central government, because people can vote with their feet against what the local governments can do.”

fundamental de se pensar as *regras gerais, aplicáveis a todos indistintamente, enquanto “salvaguardas” que permitem o alcance de um objetivo de sobrevivência do maior bem para o maior número de indivíduos na sociedade.*

A partir da agraciação do Nobel em Ciências Econômicas, Hayek auferiu maior notoriedade pública. Decerto, uma das repercussões mais significativas pode ser observada através de sua cordial e intrigante relação de proximidade com a “dama de ferro” britânica, a primeira-ministra Margaret Thatcher; algo significativamente menor quando se trata do presidente norte-americano Ronald Reagan, conhecido pelo mesmo através de Thatcher. Nos anos de glória destas principais lideranças no mundo, o economista e filósofo austríaco gozou de franca proeminência. Isto não significa propriamente que suas ideias mais decisivas fossem

Classical liberalism possesses a strong communitarian element. Hayek rejected the conception that central national government provision of welfare services is either the most cost-effective or morally best way to provide these services. Rather, there is a great advantage—in creating a sense of community—to providing welfare services at the local instead of national level, and voluntarily instead of mandatorily. Hayek saw utopia—as he considered the appropriate issue in much of his other work—not so much as an ethical but empirical question. It is not just, What would be desirable? But, What would be possible? Hayek thought that an “ideal picture of a society, or a guiding conception of the overall order to be aimed at, is not only the indispensable precondition of any rational policy, but also the chief contribution that science can make to the solution of the problems of practical policy.” Utopia was valuable to Hayek not mainly for reasons of inspiration but for reasons of conceptualization. His primary purpose was to enlighten the mind, not to enflame the heart. Utopia is a factual theory, not merely an ethical ideal. He best presented his conception of utopia in *Law, Legislation and Liberty* where he wrote that “it is not to be denied that to some extent the guiding model of the overall order will always be an utopia, something to which the existing situation will be only a distant approximation and which many people will regard as wholly impractical. Yet it is only by constantly holding up the guiding conception of an internally consistent model which could be realized by the consistent application of the same principles, that anything like an effective framework for a functioning spontaneous order will be achieved.” What Hayek felt was urgently required in contemporary political and economic discourse was the “courage to consider utopia.” Utopias are to guide governmental and other societal order by providing a blueprint, a pattern, for how things might be”. (Id, Ibid, pps. 385-388).

⁵⁸⁴ “Friedrich Hayek’s great contributions included the enunciation of a world order in which humanity could live at peace. His exposition of spontaneous order, though he traced the concept to Adam Smith and Carl Menger, was his own. He attempted to demonstrate that, absent an orderer, human society can achieve great orderliness. Government need not be omniscient, omnipotent, omnipresent, and omnibenevolent in order to attain an optimal society, which, in any event, government is not and cannot be—and it is counterproductive for it to attempt to be, as the twentieth century appears manifestly to have shown. Hayek best stated his ideal of one world living at peace in *Law, Legislation and Liberty*: The ideal underlying the Open Society [is] that the same rules should be applied to all human beings. It is an ideal which I, for one, hope we shall continue gradually to approach because it seems to me the indispensable condition of a universal order of peace.... The extension of the obligation to obey certain rules of just conduct to wider circles and ultimately to all men must lead to an attenuation of the obligation towards fellow members of the same small group.... Only slowly and gradually do those general rules of conduct towards all fellow men come to prevail over the special rules which allowed the individual to harm the stranger if it served the interest of his group. Only this process has made possible the rise of the Open Society, and offers the distant hope of a universal order of peace. Hayek’s focus on law was revealed through his ideal of a universal order of peace. Ultimately there should be not world government but world law. The ideal underlying this conception is that all men and women are moral equals. One of the most significant messages that can be derived from Hayek’s work is that the laws of societies should come to reflect no more than laws among individuals. Ultimately, the only laws there should be are laws that one individual can apply to all others without requirement of government. He wrote in *Law, Legislation and Liberty*, though intending a different meaning, that it is “only by extending the rules of just conduct to the relations with all other men, and at the same time depriving of their obligatory character those rules which cannot be universally applied, that we can approach a universal order of peace which might integrate all mankind into a single society.” His writing will serve as a beacon to enlighten centuries”. (Id, Ibid, pps. 519-520).

simplesmente colocadas em prática, de maneira irrestrita. Na realidade, sua atuação contou como uma espécie de “guru”⁵⁸⁵ para ambos os governos, especialmente no caso de Thatcher⁵⁸⁶. No final de 1980, em 1988, é lançado o grande projeto dos últimos anos de sua carreira, *The Fatal Conceit: The Errors of Socialism*. Nesta obra, consolida sua interpretação evolutiva do florescimento e constituição da civilização ocidental⁵⁸⁷: das comunidades

⁵⁸⁵ “Hayek commented in 1978, a year before she became prime minister, that “I’m very interested in politics; in fact, in a way I take part. I now am very much engaged in strengthening Mrs. Thatcher’s back in her fight against the unions. I write articles; I’ve even achieved recently the dignity of an article on the lead page of the London Times on that particular subject. I’m represented in England as the inspirer of Mrs. Thatcher, whom I’ve only met twice in my life. I enjoy this, but on the principle that I will not ask, under any circumstances, what is politically possible now. I concentrate on what I think is right and should be done if you can convince the public. If you can’t, well it’s so much the worse, but that’s not my affair.” After Thatcher was elected prime minister, Hayek occasionally tried to advise her on practical, political issues, particularly early in her prime ministership, perhaps by sending her a letter with a polished interview transcript or a lecture text. In August 1979, he wrote to her to suggest a national referendum on trade union reform, but she politely declined his advice. He sent her a copy of the third volume of *Law, Legislation and Liberty* when it was published in 1979, and the first copy of the fortieth anniversary leather bound edition of *The Road to Serfdom* in 1984. Thatcher was not much influenced by Hayek in topical political issues. During her entire time in office, they were in any sort of significant contact perhaps only once or twice a year or so. Hayek was nonetheless identified in popular British media as her behind-the-scenes guru”. (Id, Ibid, pps. 474-475).

⁵⁸⁶ “Margaret Thatcher wrote Hayek shortly after she became prime minister that “I am very proud to have learnt so much from you over the past few years. I hope that some of those ideas will be put into practice by my Government. As one of your keenest supporters, I am determined that we should succeed. If we do so, your contribution to our ultimate victory will have been immense.” She wrote him again in 1982 in response to a letter of his apparently regarding the success of the Chilean government in reducing government expenditures as a proportion of the gross domestic product. “The progression from Allende’s socialism to the free enterprise capitalist economy of the 1980s is a striking example of economic reform from which we can learn many lessons,” she wrote. “However, I am sure you will agree that, in Britain with our democratic institutions and the need for a high degree of consent, some of the measures adopted in Chile are quite unacceptable. Our reform must be in line with our traditions and our Constitution. At times the process may seem painfully slow. But I am certain we shall achieve our reforms in our own way and in our own time. Then they will endure.” On the occasion of his ninetieth birthday in 1989, Thatcher sent him a letter saying, “It is ten years this week since I was privileged to become Prime Minister. Many people have been most kind in their comments on what the Government has been able to achieve in that time. There is of course still so much to do. But none of it would have been possible without the values and beliefs to set us on the right road and provide the right sense of direction. The leadership and inspiration that your work and thinking gave us were absolutely crucial; and we owe you a great debt.” (Id, Ibid, p. 480-481).

⁵⁸⁷ “Hayek intended that *The Fatal Conceit* would be the culmination of his life’s career in societal philosophy. As a young man, he noticed the vital importance of the signaling function of prices to guide economic production. In “Economics and Knowledge,” he extended this concept to explain that prices help to overcome the division of human knowledge. In *The Abuse and Decline of Reason*, he intended to present the historical development of socialist ideas, but when this took too long, he decided to write an advance popular sketch, *The Road to Serfdom*, of the consequences of socialist ideas. This, in turn, led him to recognize that classical liberalism was not properly understood, and he wrote *The Constitution of Liberty* to remedy this deficiency. Then, in *Law, Legislation and Liberty*, he attempted to go beyond traditional classical liberalism and formulate some of his own ideas. Finally, in *The Fatal Conceit* he was going to present the upshot of his entire work—an evolutionary interpretation of the growth of human civilization. Hayek was passionately committed to western civilization. He thought that mankind has better hope for attaining peace and prosperity through the ideas of the western heritage than through those of any other tradition. He thought that western civilization has evolved over centuries, not infrequently in unknown and unforeseen directions. The crucial issue, in his mind, was to create rules for societies that allow continued material progress. His outlook was nonetheless largely spiritual. Although he adopted a material measure for the success of human societies, he thought that the rules men and women adopt are largely internal. The order of society is an abstract order. It is an internal vision held by the members of a society as to how a society should physically look, what patterns of relationships should exist in a society and what the material outcomes of these patterns will be. Capitalism, Hayek thought, is the physical

passamos por um processo evolutivo até atingirmos a *great society*, e é a partir desta que devemos nos empenhar na construção de um verdadeiro comunitarismo (cooperação humana), que só poderá ser alcançado por meio da preservação da liberdade e da existência de regras gerais.

Com isso, encaminha suas críticas ao socialismo, atribuindo a este não apenas as falácias em termos de suas premissas metodológicas (falsas premissas, especialmente a noção de “justiça social”), mas, sobretudo, a sua inaptidão em conseguir manter o padrão de vida propiciado pela “ordem espontânea”, podendo até mesmo culminar em grande ameaça à própria capacidade de preservação da população existente. Em 1989, com sua saúde bastante debilitada, dá o testemunho à queda do Muro de Berlim e ao consequente desmantelamento da URSS, mostrando-se otimista com o futuro do capitalismo⁵⁸⁸. Em 1992, aos 93 anos, falece em Friburgo. Suas obras póstumas ficaram a cargo da *Routledge Taylor & Francis Group Editora* que, desde então, vem organizando e publicando, em inúmeros volumes, os *The Collected Works of Friedrich August Hayek*.

Levando em consideração esta breve incursão, importa realizar uma síntese mais concisa acerca de seu pensamento. Se pudermos estabelecer uma unidade em seu programa de pesquisa, precisamos traçar uma relação entre sua *concepção de ação social e sua teoria do conhecimento*. É com base nestas formulações que procura refundar o liberalismo genuíno e, ao mesmo tempo, criticar o formalismo contido na ciência econômica, o racionalismo construtivista e, principalmente, o planejamento centralizado idealizado pelos socialistas. Em sua avaliação, o liberalismo genuíno repousa em uma teoria expressa na tentativa de se avaliar as forças que determinam a configuração da sociedade através do entendimento das ações

manifestation of the historical western moral code. There is, moreover, the tie between what people empirically believe and their normative, ethical, actions. If individuals believe that society may be structured so as to allow efficient central government control of all of the details of economic activity, they may favor different rules and laws than those who do not believe such control can be efficient. The holding of empirical beliefs affects people's actions. Thus Hayek's philosophy was deeply committed to truth. Only in truth—as accurate an appraisal as possible of the way that things are and can be—can humanity reach the stars”. (Id, Ibid, pps. 497-499).

⁵⁸⁸ “Hayek told *Forbes* that he is more optimistic about the future of capitalism than he was ten years ago. He believes that the public has come to understand some of the problems posed by central planning. Around the world—from Algeria to Burma to China to Yugoslavia—promises of the better life through socialist planning have soured. In particular, Hayek sees a greater appreciation for the market among the younger generation. Today unemployed youth in Algiers and Rangoon riot not for a centrally planned welfare state but for opportunity: the freedom to buy and sell—jeans, cars, whatever—at whatever prices the market will bear. Hayek now believes that the West will probably win the battle with collectivism—even though the fight is by no means over. Pulling a blanket further up his lap, he remarks: “Communism has ended.” What of Ronald Reagan and Margaret Thatcher and their battles against government control of the economy? Here Hayek surprises. He does not disapprove of Reagan and Thatcher, but he has no high opinion of modern politicians in general. He does, however, say that Reagan's and Thatcher's policies “are as reasonable as we can expect at this time. They are modest in their ambitions.” (Id, Ibid, p. 513).

individuais. Tais ações estão orientadas segundo expectativas de comportamento e conformam distintos efeitos sociais combinados não intencionais, engendrando assim instituições, práticas e regras de conduta que vão paulatinamente moldando a vida social. Estes efeitos sociais não intencionais são gerados de maneira espontânea e ultrapassam qualquer capacidade de conhecimento dos próprios indivíduos, pois são constituídos por um processo de seleção cultural, o que não significa que prescindam de algum tipo de ordenamento.

A posição que procura tomar, no que tange à compreensão desta ordem, o afasta tanto das interpretações das “teorias coletivistas”, inscritas nos defensores da razão individual, como também dos pseudoindividualistas cartesianos⁵⁸⁹. A premissa básica reside na ideia da

⁵⁸⁹ “What, then, are the essential characteristics of true individualism? The first thing that should be said is that it is primarily a *theory* of society, an attempt to understand the forces which determine the social life of man, and only in the second instance a set of political maxims derived from this view of society. This fact should by itself be sufficient to refute the silliest of the common misunderstandings: the belief that individualism postulates (or bases its arguments on the assumption of) the existence of isolated or self-contained individuals, instead of starting from men whose whole nature and character is determined by their existence in society. If that were true, it would indeed have nothing to contribute to our understanding of society. But its basic contention is quite a different one; it is that there is no other way toward an understanding of social phenomena but through our understanding of individual actions directed toward other people and guided by their expected behavior. This argument is directed primarily against the properly collectivist theories of society which pretend to be able directly to comprehend social wholes like society, etc., as entities *sui generis* which exist independently of the individuals which compose them. The next step in the individualistic analysis of society, however, is directed against the rationalistic pseudo-individualism which also leads to practical collectivism. It is the contention that, by tracing the combined effects of individual actions, we discover that many of the institutions on which human achievements rest have arisen and are functioning without a designing and directing mind; that, as Adam Ferguson expressed it, “nations stumble upon establishments, which are indeed the result of human action but not the result of human design”; and that the spontaneous collaboration of free men often creates things which are greater than their individual minds can ever fully comprehend. This is the great theme of Josiah Tucker and Adam Smith, of Adam Ferguson and Edmund Burke, the great discovery of classical political economy which has become the basis of our understanding not only of economic life but of most truly social phenomena. The difference between this view, which accounts for most of the order which we find in human affairs as the unforeseen result of individual actions, and the view which traces all discoverable order to deliberate design is the first great contrast between the true individualism of the British thinkers of the eighteenth century and the so-called “individualism” of the Cartesian school. But it is merely one aspect of an even wider difference between a view which in general rates rather low the place which reason plays in human affairs, which contends that man has achieved what he has in spite of the fact that he is only partly guided by reason, and that his individual reason is very limited and imperfect, and a view which assumes that Reason, with a capital *R*, is always fully and equally available to all humans and that everything which man achieves is the direct result of, and therefore subject to, the control of individual reason. One might even say that the former is a product of an acute consciousness of the limitations of the individual mind which induces an attitude of humility toward the impersonal and anonymous social processes by which individuals help to create things greater than they know, while the latter is the product of an exaggerated belief in the powers of individual reason and of a consequent contempt for anything which has not been consciously designed by it or is not fully intelligible to it”. (HAYEK, 1958, pps. 6-8, grifos do autor). Conclui, nos dizendo: “[...] that the fundamental attitude of true individualism is one of humility toward the processes by which mankind has achieved things which have not been designed or understood by any individual and are indeed greater than individual minds. The great question at this moment is whether man's mind will be allowed to continue to grow as part of this process or whether human reason is to place itself in chains of its own making. What individualism teaches us is that society is greater than the individual only in so far as it is free. In so far as it is controlled or directed, it is limited to the powers of the individual minds which control or direct it. If the presumption of the modern mind, which will not respect anything that is not consciously controlled by individual reason, does not learn in time where to stop, we may, as

limitação da mente humana, sem, contudo, rejeitar-se por completo o papel da razão, mas compreendendo-a na condição de um produto das relações sociais. A razão, embora limitada, origina-se da própria seleção cultural, tornando-se resultado desse processo, ou seja, é entendida enquanto *consequência do desenvolvimento cultural e não simplesmente sua causa*. Esta inversão lhe permite adotar o pressuposto de que, no evoluir em torno das comunidades até atingir sua forma societal mais complexa, toda a ação social – mesmo que limitada racionalmente – produz efeitos sociais diversos não intencionais, sendo que a ordem social edificada espontaneamente está fundada através de um processo inconsciente de seleção de hábitos e regras de conduta, do qual a própria razão é constituída. Os hábitos sociais e as regras de conduta também são adquiridos e figuram como fruto do aprendizado dos indivíduos inscritos no processo de *seleção cultural*.

A partir da noção de seleção cultural, Hayek contorna a praxeologia miseana e pretende superar as tensões envolvendo as questões candentes, principalmente no âmbito da filosofia, ao longo dos séculos XVIII e XIX - quais sejam: paixão e interesse e sentimento e razão -, pois seu ponto de partida epistemológico subjetivista evolucionário admite a concepção da ação social enquanto uma posição intermediária entre as ações “naturais” e as ações “artificiais”: a ação social dos indivíduos está composta por elementos de cada um deles de maneira combinada, sem que haja simplesmente um tipo de interação dicotômica no envolvimento de tais elementos⁵⁹⁰. No limiar entre essas duas formas de ação (“naturais” e “artificiais”), existem traços comuns abarcando ambas, isto é, as ações sociais representam movimentos imprevisíveis, inconscientes e espontâneos imbricados com aqueles parcialmente conscientes e intencionais. A seleção cultural é pensada em face dos sistemas complexos⁵⁹¹, onde se verificam estruturas auto-ordenadas, geradas espontaneamente e de evolução

Edmund Burke warned us, "be well assured that everything about us will dwindle by degrees, until at length our concerns are shrunk to the dimensions of our minds". (Id, Ibid, p. 32).

⁵⁹⁰ “The difference between this cultural development and the conscious creations of human reason—of which the cultural development cannot be a result but the cause, to which the reason owes its existence—was not understood and led to the fact that a disproportionate importance was attributed to the role of purpose and planning in the formation of civilization. Although we cannot always distinguish the three strands of biological, cultural, and consciously conceived development, the common distinction between instinct and reason (or, in the discussion of the eighteenth century, “passions” and “interests”) has become a serious cause for misunderstandings in many ways, and we have to be especially mindful to avoid them. The primary alternative to instinct is not reason, but custom and tradition, which are not created by men, but are the heritage and result of evolution”. (HAYEK, 2013, p. 242). De maneira ainda mais explícita: “This faulty dichotomy of “natural” and “artificial,” just as the similar and related dichotomy of “sentiment” and “reason,” is highly responsible for the unfortunate neglect of the exosomatic process of cultural evolution, which produces moral traditions that, in turn, determined the emergence of civilization. The true alternative to sentiment is not reason, but the adherence to traditional rules, which are not the result of reason. The development of a tradition of rules of conduct for the difference between instinct and reason is a peculiar process, which never received appropriate attention because it was erroneously regarded as a product of reason”. (Id, Ibid, p. 243).

⁵⁹¹ Cf. PRADO, E. *Economia, complexidade e dialética*. São Paulo: Plêiade, 2009.

imprevisível, portanto, ausente de qualquer forma de apreensão em termos de leis gerais de desenvolvimento. Em seu mecanismo fundamental, a seleção identifica os casos de “sucesso” medido por meio da sua capacidade de adaptação e de possibilidade de reprodução e envolve basicamente aqueles caracteres socialmente adquiridos através do aprendizado pelos grupos sociais.

Nos grupos sociais predominam um sistema de regras individuais assimiladas por um variado padrão de condutas. Nas interações presentes entre e dentre os grupos sociais, a maior eficácia das ações se revelará de forma consistente, em prol da evolução, caso seja capaz de propiciar mudanças que serão transmitidas e cristalizadas na ordem social geral. Em muitos outros casos, é bastante comum haver um descompasso entre os objetivos dos indivíduos – no usufruto de seus arbítrios ou interesses - e a ordem societal. Fica explícito, assim, que a seleção cultural implica na transmissão das informações e dos hábitos herdados diretamente (isto é, de seus pais biológicos, ancestrais e etc.), como também no diverso e amplo legado “cultural” auferido indiretamente por alguns grupos sociais indefinidos e altamente potenciais.

Cabe analisar o caráter assumido pelo *conhecimento* na sociedade em meio ao processo de seleção cultural. Aqui encontramos, decerto, um dos pontos mais criativos de Hayek no conjunto de seu pensamento. Em linhas gerais, podemos dizer que o funcionamento de uma economia caracteriza-se não simplesmente pela obtenção, em determinados momentos, da alocação mais eficiente de recursos, mas, sobretudo, pela incessante adaptação ao fluxo contínuo de mudanças. Sendo assim, os indivíduos necessitam criar e descobrir novos meios de perseguição das demandas no futuro, adaptando-se a esta antecipação com as ações tomadas no passado. Trata-se de um processo de descoberta que se torna cada vez mais complexo no sentido da coordenação das ações individuais, dado que verificamos uma tendência crescente de maior aprofundamento do nível de divisão do trabalho e do capital e uma maior fragmentação do conhecimento dos agentes. Ou seja, vai ficando mais difícil para o indivíduo entender plenamente as etapas dos processos produtivos e prognosticar quais deveriam ser os usos alternativos dos recursos. Coloca-se então o problema central: como pensar a possibilidade de coordenação dos planos concomitante às ações dos agentes? Diante da dificuldade inerente aos agentes, em termos da compreensão dos detalhes de como suas ações se relacionam com as dos demais, devemos *acreditar e confiar nas operações de mecanismos descentralizados de correção de erros*.

Além dos próprios limites do conhecimento, seu arcabouço teórico assevera que o crescimento do conhecimento falível *pari passu* à crescente dificuldade de coordenar ações de agentes será “superado” devido à liberdade empresarial, assentada na propriedade privada: a

descoberta dos empresários, a partir da formulação de testes de lucratividade no tocante às diversas soluções mercadológicas possíveis, propicia os mais adequados meios e fins ao longo do tempo, em um ambiente marcado por incessante transformação. *O mercado passa a ser entendido como um mecanismo de aprendizado, através das tentativas e erros.* Em sua visão, é apenas por meio dele que poderemos gerar a coordenação das ações, pois no mercado impera o sistema de preços, identificado como uma *linguagem (ou sinal)*, onde suas variações indicam mudanças na escassez relativa dos bens, fazendo com que cada agente ajuste suas demandas por fatores e bens finais. Neste procedimento, os agentes aprendem a promoverem - da melhor maneira possível - os ajustes em suas ações, desconhecendo cada vez mais as razões de suas causas finais. Logo, *o mercado opera segundo um mecanismo evolucionário de aprendizado, articulado tanto à criatividade da descoberta empresarial quanto a um mecanismo de correção de erros*⁵⁹².

O passo seguinte de Hayek é atribuir características similares entre o funcionamento da mente (ordem sensorial) e dos mercados (ordem espontânea). Em sua teoria conexionista, a mente humana apresenta-se na condição de um sistema complexo auto-organizado e adaptativo, constituída por sinais transmitidos entre elementos de uma estrutura em meio a processos evolucionários. A mente depende de uma base material, mas sua configuração não representa propriamente os estímulos externos recebidos e, principalmente, está envolvida em um processo de aprendizado assentado pela limitação do conhecimento⁵⁹³. De maneira análoga, procura sustentar sua concepção acerca da ordem social⁵⁹⁴. Segundo o autor,

⁵⁹² Esta forma de compreensão de Hayek, apresentada sinteticamente aqui, merece um esclarecimento: o ponto de partida do autor se dá em seu artigo seminal escrito em 1937, *Economics and Knowledge*. Em 1945, a discussão é aprimorada em outro artigo intitulado *The use of knowledge in society*, publicado na *The American economic review*. No entanto, a concepção do mercado como um mecanismo evolucionário de aprendizado será desenvolvida, nestes termos, em sua obra *Studies in Philosophy, Politics and Economics* (1967) e reiterada, em 1978, com o livro *New Studies in Philosophy, Politics and Economics*.

⁵⁹³ A ideia básica consiste em admitir que a percepção sensorial (e a atividade mental como um todo) resulta de um “aparato de classificação”, impelido por impulsos transmitidos através de conexões formadas entre elementos de uma estrutura (ordem sensorial). Este conjunto de estímulos, proveniente das exposições com o mundo exterior, gera um padrão de impulsos que, por sua vez, só poderá ser recorrido pela mente enquanto um modelo de interpretação desse meio. A memória não é capaz de armazenar todas as informações trazidas pelos impulsos, ela apenas indica os padrões de relações e interações estabelecidos pelo próprio cérebro. Há simplesmente uma relação entre elementos de uma estrutura que se retroalimentam até gerarem novos padrões de relações. Nesse sentido, no evoluir de nossa ordem sensorial, um “aparato de classificação” assume sempre um grau de complexidade superior ao objeto classificatório que somente pode ser apreendido na forma de padrões de relações. Logo, entender todos os aspectos e procedimentos que compõem a mente, em seu desenvolvimento, torna-se impossível, pois ela se mostra completamente incapaz de explicar a si mesma, à medida que evolui de maneira incessante e imprevisível. Estas discussões estão presentes na obra *The sensory order* (1952).

⁵⁹⁴ “Por ‘ordem’ designaremos sempre uma condição em que múltiplos elementos de vários tipos se encontram de tal maneira relacionados entre si que, a partir de nosso contato com uma parte espacial ou temporal do todo, podemos aprender a formar expectativas corretas com relação ao restante ou, pelo menos, expectativas que tenham probabilidade de se revelarem corretas. É claro que toda sociedade deve possuir uma ordem, nesse sentido, e que tal ordem frequentemente existirá sem ter sido intencionalmente criada”. (HAYEK, 1983, p. 113).

podemos observar duas formas de ordens sociais: (i) *taxis*: conscientemente criadas para buscar algum tipo de propósito e (ii) *kosmos*: geradas espontaneamente, sem fins proposituais específicos⁵⁹⁵. As primeiras acabaram sendo englobadas pelas últimas - juntamente com as micro-sociedades (ou comunidades) - simplesmente por prescindirem de uma organização centralizada e operarem com base apenas em algumas regras gerais abstratas e com conhecimento disperso. Sua capacidade de crescimento se mostrou mais profícua, alcançando um nível mais elevado de complexidade e uma dinâmica incessante. Esta grande sociedade (“*great society*”) estendeu e restringiu nossa condição de controle. Ao mesmo tempo em que vigora sobre uma extensão que cobre todo o planeta, ela se torna impossibilitada de ser controlada sem incorrermos em sua própria destruição.

Por se tratar de uma “ordem espontânea”, isto é, ausente do planejamento humano e da razão limitada, todos os caracteres básicos da vida social (a linguagem, o dinheiro, as trocas, a moral e etc.) são frutos do caráter espontâneo e social gestados de maneira não intencional. Sua edificação contou com o papel das proibições (principalmente *tabus*), reiterados culturalmente, ao passo do seguimento de ordens com níveis menores de complexidade até se atingir a sociedade estendida (“*extended order of the market*”). O que ocorre é que caminhamos, via seleção cultural⁵⁹⁶, de um conjunto variado de agrupamentos

⁵⁹⁵ “A ordem feita, a que já nos referimos como uma ordem exógena ou uma ordenação, pode ainda ser designada como uma construção, uma ordem artificial ou, especialmente quando estamos tratando de uma ordem social dirigida, como uma organização. Por outro lado, a ordem resultante da evolução, a que nos referimos como autogeradora ou endógena, tem sua designação mais adequada na expressão ordem espontânea. O grego clássico tinha uma vantagem: possuía palavras distintas para designar os dois tipos de ordem, a saber: *taxis*, para uma ordem feita, uma ordem de batalha por exemplo e *kosmos*, para uma ordem resultante de evolução, tendo originalmente significado ‘uma ordem correta num estado ou comunidade’. Ocasionalmente, utilizaremos essas palavras gregas como termos técnicos para designar os dois tipos de ordem”. (Id, Ibid, pps. 115-116).

⁵⁹⁶ Sobre o caráter da evolução humana: “This idea for a debate occurred to Hayek right as he was finishing *Law, Legislation and Liberty*, conterminous with writing “The Three Sources of Human Values.” He identified the key insight in “The Three Sources of Human Values” that led him to a new formulation of his views as a line he added in the final stages of the epilogue’s publication, “Man has been civilized very much against his wishes”—“That, I think, is the upshot of the whole argument—it’s not our intelligence which has created civilization, but really the taming of many of our innate instincts which resisted civilization.” Human nature wars with capitalism. Morals required for an open society do not necessarily cohere with the savage instincts inherited from humanity’s primordial past”. (EBENSTEIN, 2001, p. 503). Mais à frente: “Hayek’s ultimate moral message in *The Fatal Conceit* was that “life has no purpose but itself.” The purpose of life is to be flourishing, abundant, diverse, joyous. The basic idea of *The Fatal Conceit*, which comes through most clearly in the introduction and first chapters, is that the development of human life is conterminous with the development of knowledge, technology, and material creation, and that the society in which these are most developed is the best society. Moreover, that the growth of trade and civilization are one. He described the work in progress a number of times during the late 1970s and first half of the ’80s. He said in a 1978 interview: What I am writing at the moment is called “The Reactionary Character of the Socialist Conception.” My argument is essentially that our instincts were formed in the small face-to-face society where we serve the visible needs of other people. Now, the [open] society was built up by our obeying signals which enabled us to serve unknown persons, and to use unknown resources for that purpose. Now our instinct still is that we want to see to whom we do good, and we want to join with our immediate fellows in serving common purposes. Now, both of these things are incompatible with the [open] society. The society becomes possible when, instead of aiming at known needs of known people, one is guided by the abstract signals of prices.... You have real evolution only under freedom. Wherever you have a

humanos (comunidades) - que sedimentavam de maneira coincidente e automática os fins e percepções no nível do grupo e projetavam a exterioridade para a natureza ou para os demais grupos (daí o seu caráter coletivista) - para uma ordem em que as remanescentes coincidências não mais se sustentam e o conhecimento vai se tornando paulatinamente mais falível e fragmentário.

A “grande sociedade” seleciona apenas regras de condutas e determinados comportamentos de grupos sociais que asseguram a sobrevivência do maior número de integrantes. Entretanto, em função de sua frouxa articulação, ainda guarda resquícios dos valores da solidariedade e altruísmo presentes nas antigas comunidades. Neste campo de tensão, as regras abstratas procuram sobrepujar as tendências coletivistas “instintivas”, especialmente através dos padrões morais estabelecidos na seleção cultural, isto é, construídos de modo anônimo e inconsciente ao longo do tempo⁵⁹⁷. Logo, as regras de conduta que

community completely commanded by an authoritarian system, there is no evolution. Evolution is made possible by freedom, and what you get in unfree systems is due to the fact that the emergence of the better has been prevented. ... morals which existed in the small face-to-face band that determined our biologically inherited instincts, which are still very strong in us. And I think all civilization has grown up by these natural instincts being restrained. We can even use the phrase that man was civilized very much against his wishes. He hated it. The individual profited from it, but the general abandoning of these natural instincts, and adapting himself to obeying formal rules which he did not understand, was an extremely painful process. And man still doesn't like them.... The function of government very frequently is to prevent further evolution. He said in the summer of 1985 of the emerging work that the “whole idea, which is basic, [is] that part of our order of cooperation is based not on deliberate designs which we understand but on traditions which have prevailed because [they] enabled more people to live than other traditions. A sort of quasi-Darwinian solution, which however differs from biological Darwinism by not being based on selection of individuals.... [The traditions] only show themselves in the aggregate success of the group. I am using for this purpose now the conception of an extended order of human cooperation. By extended I mean an order which transcends our vision. Just the simple fact that we all are working for people whom we do not know, and being supplied by people whom we do not know, we live in an order which is, in this sense, not perceivable.” He held in 1984 that “socialism assumes that all the available knowledge can be used by a single, central authority. It overlooks that the modern society is based on the utilisation of widely dispersed knowledge. And once you are aware that we can achieve that great utilisation of available resources only because we utilise the knowledge of millions of men, it becomes clear that the assumption of socialism that a central authority is in command of this knowledge is just not correct. I think the nicest form to put it in is to say that socialism, protesting against production for profit and not for use, objects to what makes the extended society possible. Profit is the signal which tells us what we must do in order to serve people whom we do not know. By pursuing profit, we are as altruistic as we can possibly be, because we extend our concern to people who are beyond our range of personal conception.” The question of who should be trusted with material, physical resources is ideally resolved in capitalism by who makes the most profits. Hayek wrote in the published *The Fatal Conceit* that “profits are all that most producers need to be able to serve more effectively the needs of men they do not know. They are a tool for searching—just as, for the soldier or hunter, the seaman or air pilot, the telescope extends the range of vision.” Expanding the same thought, he also said that in the “evolution of the structure of human activities, profitability works as a signal that guides selection towards what makes man more fruitful; only what is profitable will, as a rule, nourish more people, for it sacrifices less than it adds.” Profits and prices are the invisible hands”. (Id, Ibid, pps. 507-509).

⁵⁹⁷ “Prefiro limitar o termo ‘moralidade’ àquelas normas não instintivas que permitiram à humanidade expandir-se numa ordem espontânea, pois o conceito de moral só faz sentido em contraposição a uma conduta impulsiva e irrefletida de um lado, e à preocupação racional com resultados específicos do outro. Os reflexos inatos não têm uma qualidade moral, e os ‘sócio-biólogos’ que lhes aplicam termos como altruísmo (e que, para ser coerentes, deveriam considerar a cópula o ato mais altruísta) estão simplesmente errados. Somente se entendemos que deveríamos obedecer a sentimentos “altruístas” é que o altruísmo se torna um conceito moral”. (HAYEK, 1995, p. 29).

sustentam a grande sociedade resultaram das interações dessa própria sociedade⁵⁹⁸ e, desta maneira, não são frutos nem totalmente da razão nem dos instintos. Por seu caráter contingente e imprevisível, a ordem social edificada pela seleção cultural prescinde de leis gerais de desenvolvimento e reforça ainda mais a incapacidade de buscarmos previsões ou tendências futuras: há uma maior imprevisibilidade da vida social, ao mesmo tempo em que nos afastamos da possibilidade de planejarmos conscientemente o evoluir da sociedade e, até mesmo, de eliminarmos suas imperfeições. *Decerto, só nos resta, então, atuarmos na “grande sociedade”, ainda que com certos limites, no sentido de aprimorarmos as regras gerais abstratas por meio de instituições compatíveis, ou seja, através de uma jurisprudência compatível com suas características fundamentais.*

Seu explícito constitucionalismo liberal o posiciona a favor da defesa da promoção de leis, legislações e aparatos institucionais que procuram manter em vigor, da melhor maneira possível, a preservação da liberdade individual em um Estado de Direito, ancorado em regras mínimas suficientemente capazes de perpetuar as relações sociais assentadas na concorrência. Não cabe aos legisladores, portanto, proceder com a conformação de leis voltadas ao enfrentamento/atenuação das desigualdades sociais e/ou injustiças sociais e etc., mas, sobretudo, identificar e aprimorar aquelas regras de conduta mais abstratas que não interferirão nas práticas da vida social: não há espaço para novas regras que ensejam qualquer tipo de direcionamento da sociedade e muito menos almejam a “correção” de algumas de suas imperfeições ou desvios, pois esta ordem foi erigida por meio da seleção cultural eficaz (não intencional e espontânea) e, por isso, qualquer uma destas atitudes implicará necessariamente

⁵⁹⁸ Estas passagens são esclarecedoras: “He frankly stated that the greatest challenge to the western traditions of liberty through law, property, exchange, contract, and traditional family and sexual morés came from the left. He had nothing but disgust for the purveyors of ideas that are inconsistent with traditional western values that have evolved and who would substitute in their place conceptions for optimal societies founded on the empirical proposition that discretionary control by government is preferable to known general laws applicable to all. He sought order through laws. It is, in turn, through order that the greatest material progress will occur. Only as mankind are as relatively sure as they can be about the consequences of their actions will they interact with each other as effectively—as materially productive as possible—as they can. Rules are necessary in every society. The golden question is what rules should be”. (EBENSTEIN, 2001, pps. 499-500). E, finalmente, assevera: “He gave his conception of the morality underlying his thoughts on optimal societal order in response to the question, “Would you comment on the command to love thy neighbor as thyself?” I think the comment has to be that we have to restrict the concept of neighbor much more than was possible in the past. In fact, the phrase in the Bible is “neighbor” and it has to be taken very literally—those people for whom we work in concrete knowledge of their persons. It is no longer applicable once we have to work for people of whose very existences we do [not] know.... These [religious] rules were developed as guides for action toward a small group of personally known people. Once we have left the primitive group, we must leave these inborn morals behind, and except for our relations with our immediate circle—what is now called the “nuclear family”—observe what I have called the “commercial morals.” It is not enough to know that one should love others. One must also know *how* to love others. Hayek’s point was that by following the impersonal rules of the market—which sometimes preclude doing immediate, visible good, and sometimes appear to require the opposite—people are most likely to love one another to the greatest extent possible and be happiest”. (Id, Ibid, pps. 511-512, grifo do autor).

em sua desconstrução e até mesmo destruição. Trata-se, fundamentalmente, de defender a *nomocracia*⁵⁹⁹, isto é, o império da lei, sem a tirania dos juízes. Hayek não esconde ou dissimula sua preferência pela *common law* britânica.

A compreensão da “ordem espontânea” - marcada pela seleção cultural e pela complexidade, alinhavada com a necessidade de se construir as regras de conduta (império da lei) capazes de preservar a sobrevivência do maior número de indivíduos, tendo a concorrência como norma geral das relações sociais - representa a grande contribuição do pensamento de Hayek. O exame das implicações das ações sociais diante do caráter falível do conhecimento humano constitui o seu verniz teórico. O enorme potencial para a ocorrência de erros implica em uma única maneira efetiva de contornar este problema crescente na “*extended order of the market*”: investigar as condições para que haja uma tendência a maior coordenação das ações através do uso de mecanismos descentralizados de aprendizado que, para seu melhor proveito, exigem estarem plenamente assentados na liberdade individual⁶⁰⁰.

Em síntese, o legado de Hayek reside no estabelecimento de uma nova síntese na tradição liberal, que articula a vertente ordoliberal e a austro-americana, sem deixar qualquer espaço para todas as perspectivas “coletivistas” - seja a dos socialistas e demais ramificações, seja ainda a dos reformadores novos liberais ou liberais sociais. Como já salientamos no início do capítulo, para os miseanos mais efusivos, ceder, ainda que parcialmente, às teses dos ordoliberais, torna-se algo inaceitável. No entanto, como veremos a seguir, muitas das formulações empreendidas por Von Mises e Von Hayek representam um fecundo diálogo com as teses presentes no libertarianismo, no neoinstitucionalismo e no neoconservadorismo. A despeito das diferenças entre si (e dentro de suas principais correntes), todas estas vertentes apresentam aspectos em comum com o “neoliberalismo”, sobretudo se o tomarmos enquanto uma racionalidade que visa sedimentar a concorrência como norma geral das relações na sociedade capitalista.

⁵⁹⁹ “[...] Hayek é partidário da *nomocracia*: aquilo de que necessitamos são antes regras do jogo do que valores e objetivos partilhados”. (MERQUIOR, 2001, pps. 194-195).

⁶⁰⁰ Liberdade é o pré-requisito para o desenvolvimento do conhecimento e, ao mesmo tempo, para o mecanismo descentralizado de descoberta e de aprendizado fundamental que permite, em face das limitações do conhecimento humano, coordenar as ações dos indivíduos em sistemas progressivamente mais complexos, a partir dos erros e acertos. Na avaliação de Merquior, Hayek apresenta-se como um *neoliberalista*, isto é, aquele defensor da ideia de que: “[...] a menos que se obtenha ou se mantenha a liberdade econômica, as outras liberdades – civil e política – se desvanecem”. (Id, Ibid, p. 191). Assim, nos diz: “[...] a liberdade, para Hayek, é, no fundo, um instrumento de progresso; o mérito supremo do indivíduo “hayekiano” é contribuir (inconscientemente) para a evolução social. Essa opinião solapa o direito que assistiria a Hayek de ser um liberal na mesma liga que Locke e Humboldt. O neoliberalismo, assim como o neo-evolucionismo, termina por minar o próprio âmago da ética liberal”. (Id, Ibid, p. 195).

CAPÍTULO 9

DO LIBERTARIANISMO E NEOINSTITUCIONALISMO AO NEOCON

A conjuntura dos anos 1970 propiciou um momento de excepcional renovação para o pensamento liberal e conservador. Conforme já tivemos oportunidade de averiguar, o liberalismo, neste período, esteve significativamente marcado pela “grande cisão” envolvendo inúmeras tentativas de superação das teses hegemônicas pela vertente “liberal social” (ou “novo liberal”) por parte das vertentes ordoliberais (e economia social de mercado) e “neoliberais”. Entretanto, é importante destacar que outras correntes também buscaram alcançar proeminência na tradição liberal pós-1970: o libertarianismo e o neoinstitucionalismo despontaram como vertentes que, embora permanecendo periféricas, estabeleceram alguns cruzamentos com o “neoliberalismo”.

Enquanto os primeiros procuraram se situar na ala mais radical, ensejando o “verdadeiro” reencontro do liberalismo contemporâneo com a tradição clássica, os segundos acabaram reagindo às teorias clássicas (comportamentalistas e institucionalistas), defendendo o papel desempenhado pelas instituições no comportamento dos atores sociais e na conformação de políticas. Por sua vez, no campo conservador pós-1970, verificamos - de maneira análoga aos liberais - um período delineado por disputas internas desempenhadas por suas principais vertentes, sendo que a proposta de renovação mais frutífera, formulada pelos neoconservadores, consolida-se nas décadas seguintes até o presente momento e, a despeito de passar por modificações nuançadas, continua demonstrando sua forte presença e influência na sociedade, nos governos e no debate político, principalmente nos Estados Unidos.

Nesse sentido, iremos nos debruçar sobre os contornos mais gerais destas duas vertentes liberais contemporâneas (libertarianismo e neoinstitucionalismo), apresentando as contribuições decisivas de seus respectivos teóricos. No caso da corrente conservadora (neoconservadorismo), procedemos com uma explanação acerca de seus pressupostos mais gerais, salientando também suas relações com o poder estadunidense, especialmente em termos da segurança nacional norte-americana após 2011.

Libertarianismo

A variante libertária contemporânea remonta ao contexto do entre-guerras, nos Estados Unidos, situado na primeira metade do século XX. Como forma de contraposição ao governo de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), os libertários se associaram em torno das teses que criticavam os conservadores e rejeitavam, ao mesmo tempo, o vigente

intervencionismo político e econômico dos liberais⁶⁰¹. A partir da noção de preservação do direito à vida, à liberdade e à propriedade⁶⁰², Boaz (1997) sustenta que o individualismo⁶⁰³, os

⁶⁰¹ “Afirmando que a liberdade individual é o valor político básico e a propriedade privada a sua mais importante salvaguarda institucional, essa palavra entrou em uso nos Estados Unidos da América depois da presidência de Franklin Delano Roosevelt (1933-45), cujos partidários se apropriaram da antiga palavra “liberalismo” para o seu ramo de intervencionismo político e econômico. Daí, aqueles entre os seus oponentes que também rejeitavam o conservadorismo começaram a se chamar de “libertários”. (OUTHWAITE & BOTTOMORE, 1996, p. 425). De acordo com os autores: “Encarando-se como os legítimos herdeiros da tradição liberal clássica de John Locke e Adam Smith, a maioria dos libertários acredita que a liberdade tem valor intrínseco; segundo eles, é um direito humano inalienável, uma exigência da razão, a condição natural dos seres humanos. Alguns são inspirados pelo individualismo romântico do escritor Ayn Rand (1957); outros, na esteira de Locke, baseiam o direito à liberdade e à propriedade no princípio de que o indivíduo é dono de si próprio. Alguns libertários, porém, defendem a liberdade em termos das boas consequências que dela parecem fluir. (As duas posições não são mutuamente excludentes.) Acreditam que a liberdade é o único meio de enfrentar a diversidade de valores, pontos de vista e estilos de vida individuais: as pessoas podem concordar em discordar. Além disso, esses libertários (muitos dos quais são influenciados pela Escola Austríaca de Economia ou pela Escola Econômica de Chicago) contrapõem que a liberdade de experimentar, inovar e, inevitavelmente, cometer erros é um pré-requisito necessário do progresso. Outra divisão dos libertários é indicada por seus pontos de vista a respeito do governo. Alguns, como Murray Rothbard (1973) e David Friedman (1989), são anarquistas, ou anarcocapitalistas, considerando o governo desnecessário. Acreditam que os indivíduos podem, pelo menos em princípio, realizar através de colaboração voluntária todas as tarefas que são hoje exercidas pelo governo, mesmo a previsão e a proteção da lei e da ordem e do dinheiro. Apoiando-se na moderna teoria dos preços, economistas libertários produziram muitas e engenhosas soluções de livre-mercado para o problema dos bens públicos. Outros libertários, como Robert Nozick (1974), são minarquistas. Segundo eles, um estado mínimo, limitado a proteger os direitos individuais, e sustentado por impostos, é necessário. Todos os libertários concordam, porém, na oposição à redistribuição compulsória da renda em nome da “justiça social”. Os libertários acham que a oposição à prosperidade privada em geral se origina de uma leitura equivocada da história. Afirmam que as condições das classes operárias não foram pioradas pelo capitalismo no início do século XIX: ao contrário, o capitalismo permitiu que vissem muito mais pessoas do que teriam, de outra forma, sobrevivido. Os libertários também acreditam que a Grande Depressão entre as duas guerras mundiais não é indício de nenhuma instabilidade inerente à ordem no mercado; ela foi causada, ou pelo menos grandemente agravada, por intervenção governamental. Os libertários assumem posições igualmente controversas a respeito de questões atuais; o monopólio (em geral mantido pelo governo) é exagerado pelos inimigos da ordem no mercado; os problemas ambientais às vezes podem ser resolvidos através do mecanismo de preços; não a ajuda ao desenvolvimento, mas o livre comércio e o fluxo irrestrito do capital permitirão às nações pobres fugir da prisão do subdesenvolvimento; e assim por diante. Conservadores e liberais clássicos concordam com muitas dessas posições. Mas os liberais clássicos (como Friedrich A. Hayek e Milton Friedman) são capazes de conceber, além das funções tradicionais do estado mínimo, a imposição da segurança social, por exemplo, uma “rede de segurança” ou uma renda mínima garantida para os mais pobres. Os conservadores, por outro lado, se opõem à busca incessante de satisfação particular tolerada pelos libertários: será que adultos permissivos podem realmente fazer o que bem entenderem uns com (ou a) os outros, incluindo o tráfico de drogas e a prostituição, mediante apenas não violarem os direitos de outras pessoas nesse processo? Para os liberais clássicos, os libertários respondem enfatizando a natureza coercitiva da caridade pública (diferentemente da particular), e algumas de suas consequências indesejáveis, porém involuntárias. No debate com os conservadores, enfatizam a diferença entre aceitação e tolerância”. (Id, Ibid, pps. 425-426).

⁶⁰² “Libertarianism is the view that each person has the right to live his life in any way he chooses so long as he respects the equal rights of others. (Throughout this book I use the traditional “he” and “his” to refer to all individuals, male and female; unless the context indicates otherwise, “he” and “his” should be understood to refer to both men and women.) Libertarians defend each person’s right to life, liberty, and property—rights that people possess naturally, before governments are created. In the libertarian view, all human relationships should be voluntary; the only actions that should be forbidden by law are those that involve the initiation of force against those who have not themselves used force—actions like murder, rape, robbery, kidnapping, and fraud”. (BOAZ, 1997, p. 2).

⁶⁰³ “Libertarians see the individual as the basic unit of social analysis. Only individuals make choices and are responsible for their actions. Libertarian thought emphasizes the dignity of each individual, which entails both rights and responsibility. The progressive extension of dignity to more people—to women, to people of different religions and different races—is one of the great libertarian triumphs of the Western world”. (Id, Ibid, p. 16).

direitos individuais⁶⁰⁴, a “ordem espontânea”⁶⁰⁵, a regra da lei⁶⁰⁶, o governo limitado⁶⁰⁷, o mercado livre⁶⁰⁸, a virtude da produção⁶⁰⁹, a harmonia natural dos interesses⁶¹⁰ e a paz⁶¹¹

⁶⁰⁴ “Because individuals are moral agents, they have a right to be secure in their life, liberty, and property. These rights are not granted by government or by society; they are inherent in the nature of human beings. It is intuitively right that individuals enjoy the security of such rights; the burden of explanation should lie with those who would take rights away”. (Id, Ibid, p. 16).

⁶⁰⁵ “A great degree of order in society is necessary for individuals to survive and nourish. It’s easy to assume that order must be imposed by a central authority, the way we impose order on a stamp collection or a football team. The great insight of libertarian social analysis is that order in society arises spontaneously, out of the actions of thousands or millions of individuals who coordinate their actions with those of others in order to achieve their purposes. Over human history, we have gradually opted for more freedom and yet managed to develop a complex society with intricate organization. The most important institutions in human society— language, law, money, and markets—all developed spontaneously, without central direction. Civil society—the complex network of associations and connections among people—is another example of spontaneous order; the associations within civil society are formed for a purpose, but civil society itself is not an organization and does not have a purpose of its own”. (Id, Ibid, pps. 16-17).

⁶⁰⁶ “Libertarianism is not libertinism or hedonism. It is not a claim that “people can do anything they want to, and nobody else can say anything.” Rather, libertarianism proposes a society of liberty under law, in which individuals are free to pursue their own lives so long as they respect the equal rights of others. The rule of law means that individuals are governed by generally applicable and spontaneously developed legal rules, not by arbitrary commands; and that those rules should protect the freedom of individuals to pursue happiness in their own ways, not aim at any particular result or outcome”. (Id, Ibid, p. 17).

⁶⁰⁷ “To protect rights, individuals form governments. But government is a dangerous institution. Libertarians have a great antipathy to concentrated power, for as Lord Acton said, “Power tends to corrupt and absolute power corrupts absolutely.” Thus they want to divide and limit power, and that means especially to limit government, generally through a written constitution enumerating and limiting the powers that the people delegate to government. Limited government is the basic *political* implication of libertarianism, and libertarians point to the historical fact that it was the dispersion of power in Europe—more than other parts of the world—that led to individual liberty and sustained economic growth”. (Id, Ibid, p. 17, grifos do autor).

⁶⁰⁸ “To survive and to flourish, individuals need to engage in economic activity. The right to property entails the right to exchange property by mutual agreement. Free markets are the economic system of free individuals, and they are necessary to create wealth. Libertarians believe that people will be both freer and more prosperous if government intervention in people’s economic choices is minimized”. (Id, Ibid, p. 17).

⁶⁰⁹ “Much of the impetus for libertarianism in the seventeenth century was a reaction against monarchs and aristocrats who lived off the productive labor of other people. Libertarians defended the right of people to keep the fruits of their labor. This effort developed into a respect for the dignity of work and production and especially for the growing middle class, who were looked down upon by aristocrats. Libertarians developed a pre-Marxist class analysis that divided society into two basic classes: those who produced wealth and those who took it by force from others. Thomas Paine, for instance, wrote, “There are two distinct classes of men in the nation, those who pay taxes, and those who receive and live upon the taxes.” Similarly, Jefferson wrote in 1824, “We have more machinery of government than is necessary, too many parasites living on the labor of the industrious.” Modern libertarians defend the right of productive people to keep what they earn, against a new class of politicians and bureaucrats who would seize their earnings to transfer them to nonproducers”. (Id, Ibid, p. 18).

⁶¹⁰ “Libertarians believe that there is a natural harmony of interests among peaceful, productive people in a just society. One person’s individual plans—which may involve getting a job, starting a business, buying a house and so on—may conflict with the plans of others, so the market makes many of us change our plans. But we all prosper from the operation of the free market, and there are no necessary conflicts between farmers and merchants, manufacturers and importers. Only when government begins to hand out rewards on the basis of political pressure do we find ourselves involved in group conflict, pushed to organize and contend with other groups for a piece of political power”. (Id, Ibid, p. 18).

⁶¹¹ “Libertarians have always battled the age-old scourge of war. They understood that war brought death and destruction on a grand scale, disrupted family and economic life, and put more power in the hands of the ruling class—which might explain why the rulers did not always share the popular sentiment for peace. Free men and women, of course, have often had to defend their own societies against foreign threats; but throughout history, war has usually been the common enemy of peaceful, productive people on all sides of the conflict”. (Id, Ibid, pps. 18-19).

constituem as bases indispensáveis do libertarianismo contemporâneo⁶¹². Para o autor, haveria ainda a necessidade de incluirmos a ideia do reconhecimento do pluralismo moral⁶¹³, como sendo também um de seus pilares. Desta forma, podemos inferir que o libertarianismo é uma vertente que procura defender outro tipo de liberalismo, não sendo, portanto, nem conservador, nem propriamente liberal, ou no jargão mais comum, “ultraliberal”. Uma vez apontado os elementos mais gerais que caracterizam a corrente libertária, cabe analisarmos as contribuições de um de seus principais expoentes.

O filósofo nova-iorquino, Robert Nozick, tornou-se bacharel em filosofia pela *Columbia College*, no ano de 1959. Em 1963, conclui seu doutoramento em filosofia na *Princeton University*, passando a lecionar na mesma entre 1962 e 1965. De 1965 a 1967

⁶¹² “It may be appropriate to acknowledge at this point the reader’s likely suspicion that libertarianism seems to be just the standard framework of modern thought—individualism, private property, capitalism, equality under the law. Indeed, after centuries of intellectual, political, and sometimes violent struggle, these core libertarian principles have become the basic structure of modern political thought and of modern government, at least in the West and increasingly in other parts of the world. However, three additional points need to be made: First, libertarianism is not *just* these broad liberal principles. Libertarianism *applies* these principles fully and consistently, far more so than most modern thinkers and certainly more so than any modern government. Second, while our society remains generally based on equal rights and capitalism, every day new exceptions to those principles are carved out in Washington and in Albany, Sacramento, and Austin (not to mention London, Bonn, Tokyo, and elsewhere). Each new government directive takes a little bit of our freedom, and we should think carefully before giving up any liberty. Third, liberal society is resilient; it can withstand many burdens and continue to nourish; but it is not infinitely resilient. Those who claim to believe in liberal principles but advocate more and more confiscation of the wealth created by productive people, more and more restrictions on voluntary interaction, more and more exceptions to property rights and the rule of law, more and more transfer of power from society to state, are unwittingly engaged in the ultimately deadly undermining of civilization”. (Id, Ibid, p. 19, grifos do autor).

⁶¹³ “One of the central facts of modern life, which any political theory must confront, is moral pluralism. Individuals have different concepts of the meaning of life, of the existence of God, of the ways to pursue happiness. One response to this reality may be termed “perfectionism,” a political philosophy that seeks an institutional structure that will perfect human nature. Marx offered such an answer, claiming that socialism would allow human beings for the first time to achieve their full human potential. Theocratic religions offer a different answer, proposing to unite an entire people in a common understanding of their relationship to God. Communitarian philosophers also seek to bring about a community whose “substantive life,” in the words of the Harvard University philosopher Michael Walzer, “is lived in a certain way—that is, faithful to the shared understandings of its members.” Even some modern conservatives who believe, as the columnist George F. Will put it, that “statecraft is soulcraft,” are trying to use the power of government to remedy the fact of moral pluralism. Libertarians and individualist liberals have a different answer. Liberal theory accepts that in modern societies there will be irresolvable differences over what the good for human beings is and what their ultimate nature is. Some more Aristotelian liberals argue that human beings do indeed have one nature but that each human has an individual set of talents, needs, circumstances, and ambitions; so the good life for one person may differ from the good for another, despite their common nature. Self-directedness, the ability to choose one’s own course in life, is part of the human good. Thus, on either approach, libertarians believe the role of government is not to impose a particular morality but to establish a framework of rules that will guarantee each individual the freedom to pursue his own good in his own way—whether individually or in cooperation with others—so long as he does not infringe the freedom of others. Because no modern government can assume that its citizens share a complete and exhaustive moral code, the obligations imposed on people by force should be minimal. In the libertarian conception, the fundamental rules of the political system should be essentially negative: Don’t violate the rights of others to pursue their own good in their own way. If a government tries to allocate resources and assign duties on the basis of a particular moral conception—according to need or moral desert—it will create social and political conflict. This is not to say that there is no substantive morality, or that all ways of life are “equally good,” but merely that consensus on the best is unlikely to be reached and that when such matters are placed in the political realm, conflict is inevitable”. (Id, Ibid, pps. 105-106).

assume como professor assistente na *Harvard University*. Depois de uma rápida passagem pela *Rockefeller University*, volta para *Harvard* em 1969. Com apenas 30 anos alcançou o posto de professor titular, fato que lhe atribuiu à alcunha de “o filósofo de *Harvard*”. Tal brilhantismo e precocidade podem ser observados em sua primeira obra, publicada em 1974, *Anarchy, State and Utopia*.

Considerada um verdadeiro marco para a corrente libertária, Nozick empreende uma importante crítica aos “liberais sociais” (especialmente John Hawls⁶¹⁴), ao mesmo tempo em que alça o libertarianismo a uma posição de destaque nos quadros das disputas inscritas na tradição liberal após a década de 1970. O livro está dividido em três partes: Teoria do Estado de Natureza ou Como Recair no Estado sem Realmente Tentar (Parte I); Além do Estado Mínimo (Parte II) e Utopia (Parte III), compondo um total de dez capítulos. Logo no prefácio, nos indica sua principal conclusão:

Indivíduos têm direitos. E há coisas que nenhuma pessoa ou grupo podem fazer com os indivíduos (sem lhes violar os direitos). Tão fortes e de tão alto alcance são esses direitos que colocam a questão do que o Estado e seus servidores podem, se é que podem, fazer. Que espaço os direitos individuais deixam ao Estado? A natureza do Estado, suas funções legítimas e suas justificações, se existem, constituem o tema central deste livro, e uma grande e diversificada variedade de tópicos entrelaça-se no curso de nosso estudo. Nossa principal conclusão sobre o Estado é que um Estado mínimo, limitado às funções restritas de proteção contra a força, o roubo, a fraude, de fiscalização do cumprimento de contratos e assim por diante justifica-se; que o Estado mais amplo violará os direitos das pessoas de não serem forçadas a fazer certas coisas, e que não se justifica; e que o Estado mínimo é tanto inspirador quanto certo. Duas implicações dignas de nota são que o Estado não pode usar sua máquina coercitiva para obrigar certos cidadãos a ajudarem a outros ou para proibir atividades a pessoas que desejam realizá-las para seu próprio *bem* ou proteção⁶¹⁵.

Nosso ponto de partida reside em destacar as principais características de sua teoria acerca dos direitos fundamentais dos indivíduos. Nozick assume o pressuposto de que vivemos vidas separadas⁶¹⁶ e, por essa razão, não se legitima moralmente a imposição de ônus ou sacrifícios a uma pessoa a favor ou em benefício de outra, pois todos os indivíduos possuem direitos absolutos à vida, à liberdade e à propriedade. Ao pertencerem aos indivíduos, estes direitos visam garantir a sua proteção, sendo entendidos também como direitos de defesa ou direitos a abstenção estatal. São, portanto, invioláveis, exaustivos e não suscetíveis a colidirem com outros direitos ou valores, isto é, jamais devem ser destituídos ou

⁶¹⁴ O filósofo norte-americano John Hawls, também professor em *Harvard*, escreveu em 1971 o livro *A Theory of Justice*, onde procura consolidar, no âmbito do “liberalismo social”, uma preocupação com o “social” a partir da questão da igualdade.

⁶¹⁵ Cf. NOZICK, 1991, p. 9, grifo do autor.

⁶¹⁶ “Esta ideia fundamental, isto é, a ideia de que há diferentes indivíduos, com vidas separadas, de modo que ninguém pode ser sacrificado pelos demais, fornece base à existência das restrições morais indiretas, mas também, acredito, leva a uma restrição indireta libertária que proíbe agressões contra outras pessoas”. (Id, Ibid, pps. 48-49).

relativizados, a não ser em casos em que se verifica a prática de atos ilícitos ou fraudulentos, exigindo a autodefesa ou a reparação e/ou punição.

Por vivermos vidas separadas, cabe apenas e tão somente ao indivíduo decidir sobre como conduzir a sua existência, seu corpo, sua liberdade e seus bens. Isso implica fundamentalmente em não aceitar qualquer tipo de sacrifício imputado a uma pessoa em detrimento de outra, mesmo que seja algo benéfico em termos coletivos ou exprima uma condição de necessidade do beneficiado. Desta forma, os indivíduos só podem esperar e exigir dos demais o cumprimento de deveres de não interferência, com o intuito de resguardarem seus direitos fundamentais de livre atuação. Contudo, admite que os direitos prestacionais, de ajuda ou colaboração, somente poderão ocorrer de forma legítima caso advenha de ações voluntárias estabelecidas entre as partes envolvidas. Logo, trata-se de uma concepção de direitos negativos, bastante distante da noção utilitária de direitos⁶¹⁷, e está assentada na questão da autonomia do indivíduo⁶¹⁸.

Temos assim corroborado a ideia de que tanto as liberdades existenciais quanto as liberdades econômicas necessitam ser preservadas: há um vínculo entre a liberdade e os

⁶¹⁷ Na visão utilitária de direitos, para se alcançar a maximização do bem-estar coletivo, alguns direitos e garantias individuais necessitam ser sacrificados ou até mesmo suprimidos. No entanto, Nozick assevera que o critério de bem-estar geral não é suficiente para se afastar os direitos individuais, como tampouco quaisquer outros valores morais. Em sua avaliação, a busca pela maximização do bem-estar geral apresenta erros morais e metafísicos. Do ponto de vista moral, tal pressuposição desconsidera que todos os indivíduos vivem vidas separadas, sendo ilegítimo moralmente atribuir qualquer tipo de ônus a determinadas pessoas para o benefício de outras, mesmo que o “resultado” seja a elevação do bem-estar geral. Logo, e nisso reside o erro metafísico, a obtenção do bem-estar geral de alguma forma implica que recairá sobre certas pessoas obrigações e/ou ônus que serão revertidos ou aproveitados por outrem. Portanto, torna-se inviável a justificativa da maximização, seja no plano individual, como também no plano coletivo. (Id, Ibid).

⁶¹⁸ A autoconsciência, a racionalidade, o livre-arbítrio e a ação moral não são totalmente suficientes para garantir a autonomia do homem e, assim, salvaguardar os seus direitos fundamentais. “Mas não teríamos sido injustos em tratar racionalidade, livre-arbítrio e ação moral individual e separadamente? Juntos, não representam algo cuja importância é clara: um ser capaz de formular planos a longo prazo para sua vida, de considerar e decidir na base de princípios abstratos ou considerações que formula para si mesmo e, daí, não sendo apenas um brinquedo de estímulos imediatos, um ser que limita sua própria conduta de acordo com princípios ou ideias que tem do que uma correta é para si mesmo e para os demais, e assim por diante? Não obstante essa situação excede os três limites mencionados. Podemos distinguir teoricamente entre planejamento a longo prazo e uma concepção global de vida que orienta decisões particulares, e os três traços que lhes fornecem a base. [...] Em vista disso adicionemos mais um aspecto – a capacidade de regular e orientar sua vida de acordo com alguma concepção global que ele resolva aceitar. [...] Qual a importância moral dessa capacidade adicional de formular uma ideia de toda nossa vida (ou pelo menos de partes significativas da mesma) e de agir em termos de alguma concepção global da vida que desejamos levar? [...] Acho que a resposta está ligada àquela escorregadia e difícil ideia: o significado da vida. Modelar a vida de acordo com algum plano global é a maneira de uma pessoa dar significado à vida. Só um ser com capacidade para modelar assim sua vida pode ter, ou esforçar-se para ter, uma vida dotada de significação”. (Id, Ibid, pps. 64-65). Dado que nossa liberdade está assegurada pelo fato de atribuirmos sentido à nossa vida, cabe perseverar para que os indivíduos vivam em uma sociedade capaz de garantir de alguma forma nossa autonomia e individualidade, sendo consequentemente ilegítimo tratarmos as pessoas enquanto meios para os outros, ou ainda interferir sobre as suas liberdades, pois isto afetaria suas capacidades de modelarem suas vidas da forma como desejam. Em outras palavras, Nozick atribui à autonomia do indivíduo o cerne de sua perspectiva: indivíduos autônomos não tratam seus semelhantes como meros meios, uma vez que isso atenta contra a própria concepção de autonomia individual.

direitos de propriedade, sendo estes últimos entendido como se fora a extensão do próprio corpo dos indivíduos, ou seja, a propriedade das pessoas necessita ser igualmente protegida. A partir deste arcabouço sobre os direitos fundamentais dos indivíduos, Nozick procura desenvolver sua defesa acerca do Estado mínimo.

O primeiro passo é dado a respeito da relação entre as filosofias moral e política, circunscrita na discussão da existência do Estado⁶¹⁹. O caminho adotado pelo autor se refere a imaginar uma configuração social hostil sem o Estado, em comparação com outra situação ainda mais hostil (o Estado possível), ao passo de uma exposição virtuosa do Estado de Natureza contraposta ao melhor Estado possível⁶²⁰. Seguindo a noção de estado de natureza de John Lock, sustenta uma argumentação intrigante baseada na ideia de que os indivíduos, agindo de forma auto-interessada no estado de natureza, chegarão involuntariamente, ou sem perceber, para o Estado mínimo, compondo uma forma de organização social em que teremos preservado os direitos fundamentais dos indivíduos, aliado a um tipo de administração imparcial da justiça.

Ao longo deste processo, algumas “etapas evolutivas” seriam percorridas: do estado de natureza passa-se para as associações de proteção mútuas; destas para as associações comerciais de proteção que, por sua vez, ensejarão a necessidade de edificação de um sistema judiciário unificado para a solução de controvérsias; com o monopólio de fato da associação de proteção dominante atinge-se o Estado ultra-mínimo e, finalmente, com a garantia da prestação dos serviços de proteção a todos os indivíduos de uma determinada localidade, estamos no Estado mínimo⁶²¹. Em suma, da anarquia pode surgir espontaneamente um Estado

⁶¹⁹ “Este estudo colocará a questão de saber se todas as ações que pessoas têm que empreender para estabelecer e administrar o Estado são ou não são em si mesmas moralmente permissíveis. Alguns anarquistas alegam não só que ficaríamos muito melhor sem o Estado, mas que qualquer um deles necessariamente violentaria os direitos morais da pessoa e, por conseguinte, é em si mesmo imoral. Nosso ponto de partida, então, embora não-político, está em intenção longe de ser não-moral. A filosofia moral arma o palco e estabelece as fronteiras para a filosofia política. O que as pessoas podem ou não fazer umas às outras fixa os limites do que podem fazer através da máquina do Estado ou do que podem fazer para criar tal máquina. As proibições morais permissíveis que ela pode fazer cumprir constituem a fonte de qualquer legitimidade que tenha o poder coercitivo fundamental do Estado. (Fundamentalmente o poder coercitivo é aquele que não repousa em qualquer consentimento da pessoa sobre a qual é aplicado). Esse fato cria a principal esfera de legitimidade do Estado, talvez a única esfera legítima. Além do mais, na medida em que a filosofia moral é obscura e dá origem a desacordos nos juízos morais das pessoas, ela coloca também problemas que poderíamos julgar como apropriadamente tratados na esfera política”. (Id, Ibid, pps. 20-21).

⁶²⁰ “Dada a enorme importância da opção entre Estado e anarquia, a cautela talvez sugira que usemos um critério “minimax” e focalizemos uma estimativa pessimista da situação de não-Estado: o Estado seria comparado com o estado de natureza hobbesiano mais pessimisticamente descrito. Mas, utilizando-se o critério “minimax”, essa situação hobbesiana deveria ser comparada com o Estado possível mais pessimisticamente descrito, incluindo futuros Estados. O pior estado de natureza certamente ganharia em tal comparação”. (Id, Ibid, p. 19, grifo do autor).

⁶²¹ Nesse sentido, sua concepção básica de Estado repousa em dois elementos que se combinam: o monopólio do uso da força e a proteção de todos os indivíduos em um determinado local. Contudo, Nozick se presta a pensar

mínimo capaz de manter inalteradas as violações quanto aos direitos individuais e assegurar a proteção aos mesmos no que tange aos atos de violência ou fraudulentos, à garantia dos contratos e ao solucionamento das controvérsias de maneira definitiva⁶²².

Por seu caráter espontâneo, a formação do Estado mínimo assemelha-se ao expediente da atuação da “mão invisível”, amplamente conhecida desde os economistas clássicos, tornando-se assim a forma social mais eficiente encontrada pelos indivíduos para a proteção de seus direitos. Não caberia, portanto, nem a criação e nem a pressuposição de novos direitos: o que importa, de fato, é garantir o livre evoluir da liberdade individual aliado ao cumprimento do princípio da não interferência sobre as suas posses. Logo, Nozick procura conciliar a vertente libertária com o Estado mínimo.

Após apresentar sua defesa dos valores libertários salvaguardados no Estado mínimo, o passo seguinte reside em demonstrar que nenhum Estado mais amplo merece ser justificado e tampouco se reveste de legitimidade moral. Contrário à tese de um Estado mais amplo (a exemplo do Estado de bem-estar social), formula sua teoria da justiça do direito à propriedade. Seu objetivo explícito consiste em estabelecer um conceito de justiça distributiva mais adequado ao (ou que possa ser realizado pelo) Estado mínimo. Entende que justiça distributiva não figura com um sentido neutro, pois em sua própria expressão se aventa a possibilidade de se estipular algum tipo de critério justo, isto é, nos remete à noção de que os bens produzidos ou adquiridos na sociedade merecem alguma forma de distribuição mais equânime (a velha imagem do “bolo” que precisa ser repartido de maneira justa).

Segundo o autor, tomamos o conhecimento de pelo menos dois modos de justiça distributiva: aquelas baseadas em “princípios de justiça na repartição corrente ou princípios de resultado final” e aquelas de caráter histórico. Posicionando-se em torno destas últimas, o foco de suas preocupações se dirige a analisar a aquisição legítima da propriedade, ou seja,

naquelas pessoas segundo as quais, de alguma forma, continuariam a insistir em atos de autodefesa (cita o exemplo de *John Wayne*). Em sua avaliação, mesmo para estes impávidos individualistas, haveria de se chegar a uma situação em que seria necessária a aceitação, por parte deles, de algumas condicionalidades, ou então de algum modo de compensação, por desproverem-se do uso privado de autodefesa. Logo, acredita que o Estado mínimo teria plenas condições de coibir este tipo de atitude, posto garantir o direito universal à proteção dos indivíduos residentes neste Estado, asseverando a administração imparcial da justiça e o cumprimento dos contratos.

⁶²² Definitiva no sentido de se tratar de uma decisão final sobre o litígio: isso evitaria todo o conjunto de prováveis retaliações ou descumprimentos das obrigações das condenações. “Dessa maneira a exigência de respeito aos direitos da pessoa (incluindo os direitos que são violados quando o indivíduo é punido em excesso) resulta em rixas, em séries intermináveis de atos de retaliação e extração de indenizações. E não há maneira firme de *resolver* tal contenda, *terminá-la*, e fazer com que ambas as partes saibam que ela acabou. Mesmo que uma parte *diga* que se absterá de atos de retaliação, a outra só poderá ficar tranqüila se souber que a primeira não se sente ainda com direito à indenização ou a vingar-se e, por conseguinte, a tentar, quando se apresente condição favorável. Qualquer método que um único indivíduo possa usar, em uma tentativa de comprometer-se irrevogavelmente a renunciar à sua parte numa contenda, não proporcionaria garantias suficientes à outra parte. O acordo tácito para encerrar a contenda seria igualmente instável”. (Id, Ibid, p. 26, grifos do autor).

quais deveriam ser os procedimentos e normas que assegurassem aos indivíduos a garantia de suas propriedades. Para cumprir este objetivo, sua teoria dos direitos de propriedade evidencia três princípios fundamentais: (i) a necessidade de ter havido justiça na aquisição inicial da propriedade; (ii) a transferência de propriedade, para se manter o critério de justiça, somente poderá ocorrer mediante ações voluntárias e (iii) deve haver mecanismos de retificação justos, nos quais vigoram a reparação em face das injustiças históricas na aquisição da propriedade ou em casos de crimes ou fraudes.

Em uma sociedade idealmente justa, onde não haveria a ocorrência do terceiro pressuposto, a justiça distributiva se resumiria em avaliar se, na aquisição da propriedade inicial, cumpriu-se o princípio de justiça e se, em sua transferência, também se fez mantido o princípio da ação voluntária. Em outras palavras, Nozick admite que “uma distribuição é justa se derivou de outra justa distribuição por meios legítimos”. Desde que não tenha ocorrido nenhum tipo de coação ou fraude e tenha sido estabelecido de forma voluntária, havemos cumpridos os critérios de justiça⁶²³. Além disso, cabe acrescentar que exatamente por partir da relação voluntária entre os próprios indivíduos, a justiça distributiva não admite qualquer tipo de padrão e não deve se orientar por qualquer forma de padronização.

A mesma premissa se aplica no caso da distribuição de renda: o uso de qualquer mecanismo de tributação que interferisse na composição e distribuição das rendas dos indivíduos seria como discriminar arbitrariamente o usufruto legítimo de aferição e destinação de seus proventos da forma como os acharem melhor. A padronização de um sistema de tributação mostra-se inadequado, assim como a efetivação de qualquer tipo de política pública: pagar compulsoriamente impostos e fornecer serviços sociais, por exemplo, atestam contra a liberdade dos indivíduos e, sobretudo, implicam na manutenção de uma cultura de dependência que deixam as pessoas mais incapazes de enfrentar e resolver seus próprios problemas. Por estas razões, assevera que a ausência permanente de tais serviços e demais mecanismos de redistribuição dos Estados acabaria estimulando o setor privado a provê-los de maneira mais eficiente.

⁶²³ Nozick retém de John Locke a noção de liberdade individual e do direito de se apropriar da natureza do trabalho: quando se trata da aquisição de algo que não pertencia a ninguém, é justo o indivíduo se apoderar deste algo, preservando o princípio da justiça na aquisição. Contudo, diferentemente de Locke, para Nozick não basta a liberdade individual e o direito de se apropriar da natureza: se esta apropriação engendrar uma situação de monopólio sobre bens considerados essenciais, incorrendo em algum tipo de piora da situação das pessoas em relação as suas posições originais, o princípio da compensação deve entrar em vigor, permitindo assim a interferência sobre a propriedade, embora preferencialmente não seja o caso de incorrência ao confisco ou à redistribuição, mas apenas à permissão do usufruto para os prejudicados. Por exemplo: a propriedade da única fonte de água no deserto ou a propriedade de uma fonte de água sobrevivente, diante do processo de seca em todas as demais fontes. Esta discussão acalorada ganhou o nome de “Lockean Proviso”. Cf. NEVERSON, J. Property Rights: Original Acquisition and Lockean Provisors. *Public Affairs Quarterly*. Vol. 13. Nº 3, 1999.

Sinteticamente, encontramos a seguinte forma de argumentação: se toda ação moral, é enquanto tal, somente se for voluntária, a defesa do Estado mais amplo atenta contra a liberdade dos indivíduos e desvaloriza paulatinamente as ações morais, à medida que tende a encapsula-la segundo determinados padrões e institucionalidades. Se todos os indivíduos têm o direito de definir os rumos de suas vidas, tornando-se os únicos responsáveis por suas próprias vidas e pelas consequências de seus atos, a existência do Estado (no caso, apenas o mínimo) só se legitima se: (i) perseguir a garantia dos direitos fundamentais dos indivíduos e de seus direitos à propriedade e (ii) servir como suporte necessário para a busca e a realização de nossas utopias.

Uma vez verificado o cumprimento do primeiro requisito, Nozick parte para a discussão acerca da utopia no Estado mínimo, alvo de sua última seção no livro. O ponto básico revela sua alta dose de criatividade: *somente neste tipo de Estado mínimo nossas utopias podem ser fundamentadas*. A partir da premissa de que os indivíduos são diferentes entre si e vivem vidas separadas, somente através da limitação do papel do Estado poderemos contar com um suporte adequado para a emergência das utopias, pois a ultrapassagem da ação estatal, para além da garantia da segurança das pessoas, afronta e desvia os mesmos das atividades e dos entendimentos mútuos e voluntários, assim como também culmina na restrição de alguns modos de vida⁶²⁴. Logo, *o Estado mínimo é a estrutura que permite o desenvolvimento de diversas configurações sociais, compostas por distintas comunidades isoladas ou interligadas de maneira voluntária e construídas espontaneamente*⁶²⁵. De acordo com suas próprias palavras, o Estado mínimo é, sobretudo, inspirador:

⁶²⁴ Em tom provocativo nos diz: “Pensemos em Wittgenstein, Elizabeth Taylor, Bertrand Russell, Thomas Merton, Yogi Berra, Allen Ginsburg, Harry Wolfson, Thoreau, Casey Stengel, Lubavitcher Rebbe, Picasso, Moses, Einstein, Hugh Heffner, Sócrates, Henry Ford, Lenny Bruce, Baba Ram Dass, Gandhi, Sir Edmund Hillary, Raymond Lubitz, Buda, Frank Sinatra, Colombo, Freud, Norman Mailer, Ayn Rand, Barão Rothschild, Ted Williams, Thomas Edison, H. L. Mencken, Thomas Jefferson, Ralph Ellison, Bobby Fischer, Emma Goldman, Peter Kropotkin, você e seus pais. Há realmente um *único* modo de vida que seja o melhor para cada uma dessas pessoas?” (Id, Ibid, p. 336, grifos do autor).

⁶²⁵ “Bem, em que exatamente vai resultar tudo isso? Em que direção se desenvolverão as pessoas? Que tamanho terão as comunidades? Haverá algumas grandes cidades? Como operarão as economias de escala para fixar o tamanho das comunidades? Serão todas elas geográficas ou haverá muitas importantes associações secundárias, etc.? Seguirá a maioria delas visões particulares (embora diversificadas) de utopias, ou serão muitas delas abertas, não condicionadas por qualquer visão particular? Não sei, e o leitor não deve sentir-se interessado em meus palpites sobre o que ocorreria sob a estrutura em futuro próximo. Quanto ao longo prazo, eu nem mesmo tentaria arriscar um palpite. Então é nisso que tudo se resume: a utopia é uma sociedade livre? A utopia *não* é apenas uma sociedade na qual a estrutura é realizada. Por que quem poderia acreditar que, dez minutos depois de implantada a estrutura, teríamos a utopia? As coisas não seriam diferentes do que são agora. Só aquilo que cresce espontaneamente de opções individuais de muitas pessoas durante um longo período de tempo é que merece palavras eloquentes. (Não que qualquer estágio particular do processo seja um estado final para o qual se oriente todos os nossos desejos. O processo utopista substitui o estado final utópico de outras teorias estáticas de utopias). Numerosas comunidades adquirirão muitos e diferentes caracteres. Só um tolo – ou um profeta – tentaria prever a faixa, os limites e os caracteres de comunidades depois de, digamos, 150 anos de operação

Argumentamos na Parte I que o Estado mínimo é moralmente legítimo; na Parte II, dissemos que nenhum Estado mais extenso poderia ser moralmente justificado, que qualquer um deles violaria (violará) os direitos do indivíduo. Vemos agora que esse Estado moralmente aprovado, o único moralmente legítimo e o único moralmente tolerável, é o que melhor realiza as aspirações utopistas de incontáveis sonhadores e visionários. Ele preserva tudo o que podemos conservar da tradição utopista e abre o resto dela às nossas aspirações individuais. Lembre-se o leitor agora da pergunta com que começou este capítulo. O Estado mínimo, a estrutura para a utopia, não será uma visão inspiradora? O Estado mínimo trata-nos como indivíduos invioláveis, que não podem ser usados de certas maneiras por outros como meios, ferramentas, instrumentos ou recursos. Trata-nos como pessoas que têm direitos individuais, com a dignidade que isso pressupõe. Tratando-nos com respeito ao acatar nossos direitos, ele nos permite, individualmente ou em conjunto com aqueles que escolhermos, determinar nosso tipo de vida, atingir nossos fins e nossas concepções de nós mesmos, na medida em que sejamos capazes disso, auxiliados pela cooperação voluntária de outros indivíduos possuidores da mesma dignidade. Como *ousaria* qualquer Estado ou grupo de indivíduos fazer mais, ou menos?⁶²⁶

Em síntese, a contribuição de Nozick ao pensamento libertário reside no fato de pensar *a liberdade individual enquanto liberdade de dispor de nossos direitos fundamentais à vida e à propriedade em um Estado mínimo*. Por propriedade, quer dizer o direito legítimo sobre o nosso próprio corpo e suas demais extensões. Sua concepção acerca dos direitos de propriedade e sua defesa do Estado mínimo torna-se, ademais, uma posição discutível no âmbito desta vertente liberal: por exemplo, para Murray Rothbard (personagem importante nos quadros libertários, associado ao anarcocapitalismo), o Estado, mesmo que mínimo, constitui algo desnecessário e dispensado, à medida que não atende à garantia plena da liberdade individual⁶²⁷. Se, por um lado, a despeito destas diferenças, é possível identificar que o libertarianismo não questiona de nenhuma forma a noção de “ordem espontânea” e da concorrência⁶²⁸, mas simplesmente justificam-nas a partir de alguns elementos teóricos um

dessa estrutura. Não aspirando a nenhum desses papéis, deixem-me enfatizar a natureza dual da concepção de utopia aqui apresentada. Há a estrutura da utopia e as comunidades particulares em seu bojo. Quase toda a literatura sobre utopia, segundo nossa concepção, interessa-se pelo caráter de comunidades particulares dentro do arcabouço. O fato de que não propus qualquer descrição particular de uma comunidade constituinte *não* significa que (acho) assim proceder não tenha importância ou seja menos importante ou desinteressante. De que modo poderia ser assim? *Vivemos* em comunidades particulares. É nela que nossa visão não-imperialista da sociedade ideal ou boa deve ser proposta e realizada. Para permitir que isso aconteça é que existe a estrutura. Sem essas visões impelindo e animando a criação de comunidades particulares, a estrutura carecerá de vida. Associada às visões particulares de muitas pessoas, ela nos permitirá obter o melhor de todos os mundos possíveis. A posição exposta aqui rejeita categoricamente o planejamento em detalhe, antecipado, de uma comunidade na qual todos devem viver, mas, ainda assim, simpatiza com a experimentação utopista voluntária e lhe fornece um meio no qual ela pode florescer. Mas pergunto: essa posição encarta-se no campo utópico ou antiutópico? A dificuldade que acho em responder a essa pergunta encoraja-me a pensar que a estrutura capta as virtudes e vantagens de cada posição. (Se, em vez disso, cometer a cínica de somar os erros, defeitos e enganos e ambas, o processo de filtragem de discussão livre e aberta deixará isso claro)”. (Id, Ibid, pps. 355-357, grifos do autor).

⁶²⁶ Cf. Id, Ibid, pps. 357-358, grifo do autor.

⁶²⁷ Cf. ROTHBARD, M. *For a New Liberty: the libertarian manifest*. Auburn: Von Mises Institute, 2006.

⁶²⁸ Na visão de Mariutti (2018), Nozick não prescinde da noção neoliberal acerca da concorrência como norma social. Em suas palavras, o mundo multiforme propiciado pelo Estado mínimo, por mais que esteja aberto à livre movimentação dos indivíduos, ainda assim assume um conjunto de condicionalidades: “[...] a saída ou entrada de novos membros pode estar sujeita a condicionalidades, definidas de acordo com as características de cada

pouco nuançados em relação à Hayek, por outro lado, não se trata, propriamente, de uma ala “ultraliberal” do liberalismo, mas da propugnação de *outro tipo de liberalismo*. Como bem destacaram Dardot & Laval (2016):

[...] devemos recordar que o neoliberalismo não se confunde com o todo-mercado, de modo que não há sentido algum em designá-lo como “ultraliberalismo” para dar a entender que existiria um liberalismo “respeitável”, que não renunciaria aos instrumentos de intervenção de Estado. Nunca é demais repetir: Hayek não é um “ultraliberal”, mas um “neoliberal” partidário de um Estado forte, como muitos outros neoliberais. Quanto ao libertarianismo, quer defenda o Estado mínimo, quer exija a abolição do Estado, ele não é um “ultraliberalismo”, mas *outro* liberalismo, cuja relação com o neoliberalismo não pode ser reduzida a uma simples diferença de grau⁶²⁹.

Esta nos parece ser uma interpretação bastante profícua, especialmente no que tange a grande celeuma envolvendo o pensamento libertário com os espectros da esquerda e da direita, ou dos liberais e dos conservadores. Nos termos deste debate, os próprios libertários poderão nos dizer, provocativamente, que:

Libertarians believe that the history of civilization is progress toward liberty. And besides, the libertarian and “populist” (“statist” might be a better word) positions are actually more consistent than the liberal and conservative positions. [...] On the contemporary American left-right spectrum, libertarianism is neither left nor right. Libertarians believe in individual freedom and limited government consistently, unlike either contemporary liberals or contemporary conservatives. Some journalists say that libertarians are conservative on economic issues and liberal on social issues, but it would make more sense to say that contemporary liberals are libertarian on (some) social issues but statist on economic issues, whereas contemporary conservatives are libertarian on (some) economic issues but statist on social issues⁶³⁰.

Neoinstitucionalismo

Da mesma forma que as teses libertárias ganharam certo protagonismo na tradição liberal após a década de 1970, a corrente neoinstitucionalista se expande ao longo da década de 1980 e 1990⁶³¹. Crítico às perspectivas comportamentalistas e normativas, influentes nos anos 1960 e 1970, o neoinstitucionalismo procurou ainda relativizar os paradigmas alinhados ao individualismo metodológico. Conforme verificamos nas principais vertentes presentes no liberalismo, o neoinstitucionalismo também nos remete a identificar uma variedade de

comunidade. Nozick chega a sinalizar que a probabilidade maior é que as comunidades tenham algumas regras com relação a admissão, saída e até a expulsão de membros. Mas discutir isto só faz sentido frente a casos concretos. O fato é que, em todos os casos, as comunidades só durariam enquanto fossem capazes de persuadir os seus membros a nelas permanecerem. Uma utopia regulada pelo princípio da concorrência. (MARIUTTI, 2018, p. 35).

⁶²⁹ Cf. DARDOT & LAVAL, 2016, p. 391, grifo dos autores.

⁶³⁰ Cf. BOAZ, 1997, pps. 21-22.

⁶³¹ Uma evidência nesse sentido diz respeito às agraciações com o Nobel em Economia, nas últimas décadas, de alguns economistas ligados direta ou indiretamente com a perspectiva neoinstitucional, a exemplo de James Buchanan (1986), Ronald Coase (1991), Gary Becker (1992), Douglass North e Robert Fogel (1993), Joseph Stiglitz (2001) e Elinor Ostrom e Oliver Williamson (2009).

disputas internas, nos impossibilitando de configurá-lo na condição de um pensamento unificado. Por essa razão, podemos descrever a corrente neoinstitucional enquanto um conjunto multifacetado e multidimensional de análises e estudos sobre a dinâmica e a mudança social baseados em instituições⁶³².

O conceito de *instituições* – apesar de ser alvo de intenso debate⁶³³ – designa, em termos gerais, o quadro das organizações e das regras que definem os padrões de interações intra e inter-organizacionais que, a rigor, contribuem decisivamente para a conformação das estruturas sociais. As instituições são comumente associadas aos “espaços que medeiam” as estruturas sociais e os comportamentos dos indivíduos, envolvendo conflitos onde se podem formar coalizões suficientemente capazes de influenciar na determinação das regras e das políticas em vigor na sociedade. Nisso reside a recorrência e a proeminência da perspectiva neoinstitucional para o entendimento dos processos políticos mais amplos e para a formulação de políticas, especialmente as políticas públicas executadas pelos governos e Estados.

A despeito, portanto, das diferenças internas presentes na vertente neoinstitucional, é possível identificar algumas premissas basilares que norteiam seus distintos arcahouços conceituais. Ao buscar estabelecer a existência de um núcleo teórico do neoinstitucionalismo, Ellen Immergut (1998) aponta três elementos que operam mais segundo suas rejeições ao “velho institucionalismo” do que propriamente sinalizam renovados princípios à teoria: (i) as preferências ou interesses revelados em ação não devem ser confundidos com preferências “verdadeiras”; (ii) os métodos de agregação dos comportamentos ou interesses recaem inevitavelmente em distorções e (iii) as configurações institucionais, ao privilegiarem

⁶³² A discussão sobre as demarcações envolvendo o “velho institucionalismo” e o “neoinstitucionalismo” é alvo de muitas tensões. Para Immergut (1998), é preferível adotar a perspectiva de que ambas estão inscritas em uma tradição muito mais antiga na teoria social e política, a tradição institucional. Em suas palavras: “The links are so close that it is probably preferable to speak of the institutional tradition and not to focus so much on the differences between the ‘old’ and the ‘new’”. (IMMERGUT, 1998, p. 8). March e Olsen (2008), assim avaliam também: “Ao designar essa nova coleção de ideias de “neo-institucionalismo”, queremos fazer notar o fato de que houve, com efeito, um “velho institucionalismo”, que ciclos no mundo das ideias trouxeram-nos de volta considerações que tipificaram formas anteriores de teoria na Ciência Política. [...] Provavelmente, seria mais exato descrever o pensamento recente como combinando elementos de um velho institucionalismo aos estilos não-institucionalistas de recentes teorias da política. (MARCH & OLSEN, 2008, p. 126).

⁶³³ Na avaliação da economista Nobel Elinor Ostrom (2007), o debate em torno do conceito de instituições tem exprimido algumas dificuldades: em primeiro lugar, contamos com inúmeros conceitos acerca deste objeto de estudo; em segundo lugar, muitas são ainda as dificuldades em se identificar e mensurar quais seriam as principais características das instituições; em terceiro, o estudo sobre as instituições está marcado pela multi-, inter- e transdisciplinaridade dos conceitos que são inerentes ao próprio objeto; em quarto, os estudos costumam privilegiar diversos níveis de análises, refletindo amplo leque de repertórios e, finalmente, tem-se mostrado difícil estabelecer as relações inerentes entre os inúmeros e distintos elementos que constituem as instituições.

conjuntos de comportamentos e interesses específicos, podem incorrer na necessidade de reformulações a fim de corrigir as possíveis distorções em suas configurações⁶³⁴.

Desta forma, cabe asseverar que, de modo geral, a variante neoinstitucional assenta-se na construção de uma epistemologia capaz de: (i) analisar os meios pelas quais as instituições influenciam e determinam as práticas e processos sociais - posto a existência de estruturas que moldam os indivíduos - refletindo sobremaneira as relações de poder entre eles ou entre os grupos sociais e (ii) explicar os processos pelos quais as instituições surgem e se transformam (ou se modificam) ao longo do tempo.

Dentro dos quadros desta corrente liberal, costuma-se atribuir a existência de pelo menos três grandes métodos de análise que expressam e reivindicam o título de “legítimos” neoinstitucionalistas: o institucionalismo histórico⁶³⁵, o institucionalismo da escolha

⁶³⁴ “There are three aspects to the institutionalist critique of behavior. The first questions the assumption that political behavior reveals preferences. For the behaviorist, a person’s “true” preferences cannot be ascertained. Therefore, one must rely on that person’s behavior to indicate those preferences. For all intents and purposes, the expressed preferences are the real preferences of any individual; preferences are revealed through behavior. Institutionalists, on the other hand, are interested precisely in the distinction between “expressed” and “real” preferences. There may be any number of reasons why, under one particular set of circumstances, someone may make a political choice that deviates from the choice the same individual, with the same preferences, would make under other circumstances. [...] Institutionalists aim to analyze why these actors choose one particular definition of their interests and not some other equally plausible alternative. Definitions of interests are viewed as political results that must be analyzed and not as starting points for political action to be taken at face value. Thus, institutionalist theory aims to expose and analyze the discrepancy between “potential” interests and those that come to be expressed in political behavior. Second, the institutionalist approach views the summation of preferences — or, for that matter, the aggregation of individual behaviors into collective phenomena—as exceedingly problematic. Dahl himself notes that “analysis of individual preferences cannot fully explain collective decisions, for in addition we need to understand the mechanisms by which individual decisions are aggregated and combined into collective decisions.” Yet, whereas behavioral studies assume that preferences can be aggregated and generally view mechanisms for the aggregation of interests as perfectly efficient, the institutional approach disputes the notion of aggregation itself. The separate branches of the new institutionalism reject the possibility of interest aggregation for different reasons—which will be discussed in more detail below—but they all agree that political decisions cannot be based on the aggregation of individual preferences. For, on this view, it is simply not possible to add interests together. Human interests are so complex, that to speak of summing or aggregating them is merely applying a metaphor to a complicated process. Mechanisms for aggregating interests do not sum but in fact reshape interests—by developing new ideas through discussions and getting some persons to redefine their preferences, by selecting out some interests at the expense of others, or by reducing a multifaceted set of issues to two alternatives that can be voted on. Thus, mechanisms for collective decisions do not measure the sum of individual preferences. Instead, they allow us to reach decisions, even where there may be no clear-cut consensus. [...] The third institutionalist challenge is normative. If the institutionalists are correct, much or all of political behavior and collective decision making is an artifact of the procedures used to make decisions. If political processes are seen to be this decisive, the analyst’s evaluation of politics will change. Interests will no longer be regarded as subjective assessments of individuals; collective decisions will not be viewed as the sum of those individual wishes. The recognition of bias in institutions, however, burdens the institutionalist with two responsibilities. Institutionalists should discuss the direction and implications of this bias, and they should suggest ways to improve the justness of institutional outcomes. Yet, for reasons related to institutionalist assumptions themselves, these challenges are extremely difficult to meet”. (IMMERGUT, 1998, pps. 6-8).

⁶³⁵ Esta escola apresenta quatro características principais: “Em primeiro lugar, esses teóricos tendem a conceituar a relação entre as instituições e o comportamento individual em termos muito gerais. Segundo, elas enfatizam as assimetrias de poder associadas ao funcionamento e ao desenvolvimento das instituições. Em seguida, tendem a formar uma concepção do desenvolvimento institucional que privilegia as trajetórias, as situações críticas e as

racional⁶³⁶ e o institucionalismo sociológico⁶³⁷. Importa ressaltar que estas três principais escolas do neoinstitucionalismo sustentam um grande número de debates internos e entre si⁶³⁸.

Tendo assim exposto os caracteres mais gerais relacionados à vertente do neoinstitucionalismo, destacaremos as contribuições de um de seus grandes expoentes. O economista estadunidense, Douglass North, laureado com o Nobel em 1993, é considerado um dos fundadores da chamada “Nova Economia Institucional”. De 1951 a 1956, foi professor assistente na *University of Washington*, tornando-se professor associado entre 1956

consequências imprevistas. Enfim, elas buscam combinar explicações da contribuição das instituições à determinação de situações políticas com uma avaliação da contribuição de outros tipos de fatores, como as ideias, a esses mesmos processos”. (HALL & TAYLOR, 2003, p. 196).

⁶³⁶ Esta escola também conforma quatro elementos cruciais: “Em primeiro lugar, esses teóricos empregam uma série característica de pressupostos comportamentais. De modo geral, postulam que os atores pertinentes compartilham um conjunto determinado de preferências ou de gostos (conformando-se habitualmente a condições muito precisas, como o princípio da transitividade) e se comportam de modo inteiramente utilitário para maximizar a satisfação de suas preferências, com frequência num alto de estratégia, que pressupõe um número significativo de cálculos. Em segundo lugar, os teóricos da escola da escolha racional tendem a considerar a vida política como uma série de dilemas de ação coletiva, definidos como situações em que os indivíduos que agem de modo a maximizar a satisfação das suas próprias preferências o fazem com o risco de produzir um resultado sub-ótimo para a coletividade (no sentido de que seria possível encontrar um outro resultado que satisfaria melhor um dos interessados sem que qualquer outro saísse lesado). [...] Em seguida, os teóricos enfatizam o papel da interação estratégica na determinação das situações políticas. Suas intuições fundamentais são, primeiro, que é plausível que o comportamento de um ator é determinado, não por forças históricas impessoais, mas por um cálculo estratégico, e, segundo, que esse cálculo é fortemente influenciado pelas expectativas do ator relativas ao comportamento provável dos outros atores. As instituições estruturam essa interação ao influenciarem a possibilidade e a seqüência de alternativas na agenda, ou ao oferecerem informações ou mecanismos de adoção que reduzem a incerteza no tocante ao comportamento dos outros, ao mesmo tempo que propiciam aos atores “ganhos de troca”, o que os incentivará a se dirigirem a certos cálculos ou ações precisas. [...] Por fim, os institucionalistas dessa escola desenvolveram um enfoque que lhe é própria no tocante à explicação da origem das instituições. Em geral eles começam utilizando a dedução para chegar a uma classificação estilizada das funções desempenhadas por uma instituição. Explicam em seguida a existência da instituição com referência ao valor assumido por essas funções aos olhos dos atores influenciados pela instituição. Essa formulação pressupõe que os atores criam a instituição de modo a realizar esse valor, o que os teóricos conceituam no mais das vezes como um ganho obtido pela cooperação. Assim, o processo de criação de instituições é geralmente centrado na noção de acordo voluntário entre os atores interessados. Se a instituição está submetida a algum processo de seleção competitiva, ela desde logo deve sua sobrevivência ao fato de oferecer mais benefícios aos atores interessados do que as formas institucionais concorrentes. Assim, a forma de organização da empresa se explica por referência ao modo como ela minimiza os custos de transação, de produção e de influência”. (Id, Ibid, pps. 205-206).

⁶³⁷ Nesta escola predominam três características centrais: “Primeiro, os teóricos dessa escola tendem a definir as instituições de maneira muito mais global do que os pesquisadores em Ciência Política, incluindo não só as regras, procedimentos ou normas formais, mas também os sistemas de símbolos, os esquemas cognitivos e os modelos morais que fornecem “padrões de significação” que guiam a ação humana. [...] Em segundo lugar, esse enfoque tende a redefinir a “cultura” como sinônimo de “instituições”. Sob esse aspecto, ele reflete uma “virada cognitivista” no próprio seio da Sociologia, que consiste em afastar-se de concepções que associam a cultura às normas, às atitudes afetivas e aos valores, para aproximar-se de uma concepção que considera a cultura como uma rede de hábitos, de símbolos e de cenários que fornecem modelos de comportamento”. (Id, Ibid, pps. 208-209). Segue dizendo: “Por fim, os neo-institucionalismo sociológicos distinguem-se pela sua maneira de tratar do problema da explicação do surgimento e da modificação das práticas institucionais. [...] os institucionalistas sociológicos sustentam que as organizações adotam com frequência uma nova prática institucional por razões que têm menos a ver com o aumento da sua eficiência do que com reforço que oferece à sua legitimidade social a à de seus adeptos”. (Id, Ibid, p. 211).

⁶³⁸ “[...] após alguns anos em que cada escola teve, isolada, seu período de incubação, é chegado para elas o tempo para entabular intercâmbios mais explícitos e mais sustentados. Há todas as razões de pensar que temos a aprender de todas as escolas de pensamento, como cada uma delas a aprender das outras”. (Id, Ibid, p. 222).

a 1960. Desde 1960 até 1983, atuou como professor de economia na mesma universidade. Também lecionou em 1979 na *Rice University* e, entre 1981-1982, na *Cambridge University*. Não restam dúvidas acerca de sua notoriedade adquirida na literatura acadêmica e no debate público, como também em admitir que *Institutions, Institutional Change and Economic Performance* (1990) e *Understanding the process of economic change* (2005) tratam-se de dois dos seus maiores trabalhos, aqueles em que verificamos o acúmulo de algumas décadas de reflexão em seu pensamento⁶³⁹. Entretanto, no tocante ao perfil de sua trajetória intelectual e, especialmente, de seu arcabouço epistemológico e metodológico, há muitas discordâncias⁶⁴⁰.

Na obra de 1990, encontramos três seções: *Institutions* (Parte I), *Institutional change* (Parte II) e *Economic Performance* (Parte III), compondo um total de quatorze capítulos⁶⁴¹. Para estruturar sua teoria das instituições, das mudanças institucionais e do desempenho

⁶³⁹ Na obra *The Rise of the Western World: A New Economic History* (1973), em parceria com Robert Thomas, North compreende o desenvolvimento econômico, em longa duração, através da noção da evolução institucional, destacando-se os elementos centrais para a consolidação da Europa, enquanto berço da civilização ocidental, a partir dos arranjos institucionais que lhes permitiram alcançar essa posição no mundo moderno. Nesse sentido, a ênfase recai na explicação do conteúdo destes arranjos institucionais em detrimento à acumulação de capital e ao progresso tecnológico. Em outras palavras, a evolução institucional passa a ser a causa da revolução industrial ocorrida na Inglaterra, e não o contrário: é por meio das regras, leis e costumes constituídos nesta sociedade que se estabeleceram as condições suficientemente capazes de promover e estimular as atividades produtivas, implicando na acumulação de capital e conhecimento. Logo, o arranjo institucional propicia as bases para o surgimento e o desenvolvimento da acumulação de capital e do progresso tecnológico nas principais economias do mundo. As nações periféricas, portanto, deveriam estar mais atentas em como criar uma matriz institucional, que estimule a acumulação de capitais físico e humano, ao invés de se preocuparem tanto com os problemas de acessos às novas tecnologias. Com a publicação de *Structure and Change in Economic History* (1981), verifica-se um importante avanço em torno da consolidação de sua teoria das instituições, algo alcançado definitivamente em *Institutions, Institutional Change and Economic Performance* (1990).

⁶⁴⁰ Na literatura, mostra-se comum atribuir à North fortes influências de Thorstein Veblen (grande autor do “velho institucionalismo”), como também da teoria neoclássica (muitos sugerem que suas obras revelam uma construção de um aparato institucional de caráter complementar a esta teoria). Há, ainda, uma discussão sobre o seu rompimento ou não com a história econômica, dado que esta tinha sido sua formação inicial.

⁶⁴¹ Esclarece seu objetivo: “History matters. It matters not just because we can learn from the past, but because the present and the future are connected to the past by the continuity of a society's institutions. Today's and tomorrow's choices are shaped by the past. And the past can only be made intelligible as a story of institutional evolution. Integrating institutions into economic theory and economic history is an essential step in improving that theory and history. This study provides the outline of a theory of institutions and institutional change. Although it builds on the earlier studies of institutions that have been the focus of my attention for the past twenty years, it delves much more deeply than the earlier studies into the nature of political and economic institutions and how they change. The specification of exactly what institutions are, how they differ from organizations, and how they influence transaction and production costs is the key to much of the analysis. The central focus is on the problem of human cooperation – specifically the cooperation that permits economies to capture the gains from trade that were the key to Adam Smith's *Wealth of Nations*. The evolution of institutions that create an hospitable environment for cooperative solutions to complex exchange provides for economic growth. Not all human cooperation is socially productive, of course; indeed, this study is concerned as much with explaining the evolution of institutional frameworks that induce economic stagnation and decline as with accounting for the successes. My primary objective is to construct a way of approaching the issues - a necessary first step in evolving a theory of institutional change. Therefore, much of the book is devoted to developing the analytical framework. The history I include is illustrative, designed to show the promise of the approach, but far from providing for the kind of hypothesis testing that must ultimately be done”. (NORTH, 1990, pps. Vii-Viii).

econômico, procura definir alguns conceitos fundamentais e adotar premissas básicas, a saber: o conceito de racionalidade; de ideologia; de incerteza; de custos de transação; de Estado e sua relação com a economia; de eficiência e de sistema de propriedade; de cultura; de regras; de instituições; de organizações e processos de mudança; de tomada de decisão; de matriz institucional e sua dinâmica e de desempenho econômico.

Alguns destes conceitos e premissas são desenvolvidos no livro de 1981, sendo parte deles inclusive aprimorados na obra de 1990, outros, porém, aparecem somente nesta última obra. Há, portanto, uma consolidação de sua teoria na referida obra⁶⁴². Por sua vez, a obra de 2005 surge na condição de uma extensão de sua teoria institucional, aprofundando-se sobre o caráter da mudança econômica e a maneira com que os indivíduos interpretam e agem de acordo com suas compreensões acerca desta mudança⁶⁴³. Incorpora os conceitos de incerteza fundamental e realidade não-ergódica, articulado à noção de modelos mentais. Tomando estes dois trabalhos em conjunto, vejamos então uma síntese de suas reflexões.

North (1990) parte da seguinte definição de instituições: “*Institutions are the rules of the game in a society or, more formally, are the humanly devised constraints that shape human interaction. In consequence they structure incentives in human exchange, whether political, social, or economic*”⁶⁴⁴. São as restrições que moldam a interação humana e, ao

⁶⁴² “What accounts for societies experiencing long-run stagnation or an absolute decline in economic well-being? The evolutionary hypothesis advanced by Alehian in 1950 would suggest that ubiquitous competition would weed out inferior institutions and reward by survival those that better solve human problems. Let me briefly retrace my steps in dealing with this central issue. In North and Thomas (1973) we made institutions the determinant of economic performance and relative price changes the source of institutional change. But we had an essentially efficient explanation; changes in relative prices create incentives to construct more efficient institutions. The persistence of inefficient institutions, illustrated by the case of Spain, was a result of fiscal needs of rulers that led to shortened time horizons and therefore a disparity between private incentives and social welfare. Such an anomaly did not fit into the theoretical framework. In *Structure and Change in Economic History* (1981) I abandoned the efficiency view of institutions. Rulers devised property rights in their own interests and transaction costs resulted in typically inefficient property rights prevailing. As a result it was possible to account for the widespread existence of property rights throughout history and in the present that did not produce economic growth. In that study I raised the question posed by Alehian's evolutionary argument, but had no answer. It was possible to explain the existence of inefficient institutions, but why wouldn't competitive pressures lead to their elimination? Wouldn't the political entrepreneurs in stagnant economies quickly emulate the policies of more successful ones? How can we explain the radically differential performance of economies over long periods of time? This study answers these questions. The answer hinges on the difference between institutions and organizations and the interaction between them that shapes the direction of institutional change”. (Id, Ibid, p. 7).

⁶⁴³ Explicita seu objetivo: “This study is an extension—a very substantial extension—of the new institutional economics. A brief review of my earlier work on institutional change will provide the proper setting for that extension. From my initial studies with Lance Davis (1971) and Robert Thomas (1973), I have placed institutions at the center of understanding economies because they are the incentive structure of economies. I also have focused on how economies that were composed of institutions that provided incentives for stagnation and decline could persist. The underlying source of this persistence had to be features of the human environment and of the ways humans interpreted that environment. What I did not consider in earlier studies was the character of societal change and the way humans understand and act upon that understanding of societal change. Economic change is a process, and in this book I shall describe the nature of that process”. (NORTH, 2005, pps. Vii-Viii).

⁶⁴⁴ Cf. NORTH, 1990, p. 3.

mesmo tempo, estruturam os incentivos presentes nestas interações. Logo, as “instituições definem e limitam o conjunto de escolhas dos indivíduos”. Dado que o ambiente humano envolve a “construção de regras, normas, convenções e formas de se fazer coisas que definem a estrutura da interação humana”, faz-se necessário avaliar a forma com a qual os indivíduos constroem estas estruturas, levando em consideração o modo como a mente humana funciona e compreende o ambiente humano incessantemente mutável e incerto⁶⁴⁵.”

Nesta abordagem cognitiva das instituições, as percepções subjetivas da realidade figuram como ideologias que, ao implicarem em visões de mundo sempre distorcidas, irão influenciar e comprometer os processos de tomadas de decisões dos agentes. Temos aqui o cerne de seu arcabouço: *a relação entre o processo de interação (cooperação) menos imprevisível diante das possibilidades de escolha dos agentes, condicionado pelos fatores comportamentais e cognitivos*. O papel das instituições incide tanto em sua capacidade de gerar determinados padrões regulares de interações humanas a fim de minimizar os efeitos das ideologias (ou seja, facilitam a coordenação econômica e social), quanto também contribuem decisivamente para a redução das incertezas⁶⁴⁶ e dos custos de transação⁶⁴⁷, em um mundo

⁶⁴⁵ “The human environment is a human construct of rules, norms, conventions, and ways of doing things that define the framework of human interaction. This human environment is divided by social scientists into discrete disciplines—economics, political science, sociology—but the constructions of the human mind that we require to make sense out of the human environment do not coincide with these artificial categories. Our analytical frameworks must integrate insights derived from these artificially separate disciplines if we are to understand the process of change. Moreover we must understand what is the underlying force driving the constructs that the mind makes. Why do rules, norms, conventions, and ways of doing things exist? What induces the mind to structure human interaction in this way? The new institutional economics (NIE) takes us partway. It focuses on the beliefs that humans develop to explain their environment and the institutions (political, economic, and social) that they create to shape that environment”. (NORTH, 2005, p. 11).

⁶⁴⁶ O conceito de incerteza fundamental é tomado de modo abrangente, referindo-se a cinco categorias: “1. Uncertainty that can be reduced by increasing information given the existing stock of knowledge. (I define knowledge as the accumulation of regularities and patterns in the physical and human environment that result in organized explanations of aspects of those environments. There is no implication that such knowledge is “true”). 2. Uncertainty that can be reduced by increasing the stock of knowledge within the existing institutional framework. 3. Uncertainty that can be reduced only by altering the institutional framework. 4. Uncertainty in the face of novel situations that entails restructuring beliefs. 5. Residual uncertainty that provides the foundation for “non-rational” beliefs”. (Id, Ibid, p. 17).

⁶⁴⁷ Custos de transação dividem-se em dois tipos: custos de mensuração dos atributos das unidades transacionadas e custos de aplicação dos contratos designados na transação. Sobre os primeiros: “The value of an exchange to the parties, then, is the value of the different attributes lumped into the good or service. It takes resources to measure these attributes and additional resources to define and to measure rights that are transferred. The transfers that occur with an exchange entail costs that result from both parties attempting to determine what the valued attributes of these assets are - attributes that, because of prohibitive measurement costs, have remained poorly delineated”. (NORTH, 1990, p. 29). Sobre os segundos: “Enforcement poses no problem when it is in the interests of the other party to live up to agreements. But without institutional constraints, self-interested behavior will foreclose complex exchange, because of the uncertainty that the other party will find it in his or her interest to live up to the agreement. The transaction cost will reflect the uncertainty by including a risk premium, the magnitude of which will turn on the likelihood of defection by the other party and the consequent cost to the first party. Throughout history the size of this premium has largely foreclosed complex exchange and therefore limited the possibilities of economic growth”. (Id, Ibid, p. 33). Ademais, custos de

complexo, não-ergódico e em constante mutação. As instituições são formadas a partir das restrições informais⁶⁴⁸ e das regras formais⁶⁴⁹. Juntas, elas compõem uma determinada *estrutura institucional*.

Nesta estrutura, a atuação do Estado resulta em assegurar que: (i) os sistemas políticos atuem sobre os processos econômicos perseverando pela sustentação da estabilidade política e econômica, do controle da violência e da ordem social e (ii) qualquer alteração em um sistema (político ou econômico) acarretará em mudanças equivalentes e simultâneas no outro sistema. O passo seguinte consiste em incrementar sua teoria das instituições com uma teoria da

transação elevados indicam sobremaneira direitos de propriedade mal definidos e piores desempenhos econômicos, exigindo, portanto, a atuação do Estado em garantir a definição e aplicação de tais direitos.

⁶⁴⁸ “Where do informal constraints come from? They come from socially transmitted information and are a part of the heritage that we call culture. The way the mind processes information depends “upon the brain's ability to learn by being programmed with one or more elaborately structured natural languages that can code for perceptual, attitudinal and moral (behavioral) as well as factual information” (Johansson, 1988, p. 176). Culture can be defined as the “transmission from one generation to the next, via teaching and imitation, of knowledge, values, and other factors that influence behavior” (Boyd and Richerson, 1985, p. 2). Culture provides a language-based conceptual framework for encoding and interpreting the information that the senses are presenting to the brain”. (Id, Ibid, p. 37). Mais à frente, nos diz que: “The long-run implication of the cultural processing of information that underlies informal constraints is that it plays an important role in the incremental way by which institutions evolve and hence is a source of path dependence. We still are a long way from having any neat models of cultural evolution (although see Cavalli-Sforza and Feldman, 1981, and Boyd and Richerson, 1985, for some interesting attempts), but we do know that cultural traits have tenacious survival ability and that most cultural changes are incremental. Equally important is the fact that the informal constraints that are culturally derived will not change immediately in reaction to changes in the formal rules. As a result the tension between altered formal rules and the persisting informal constraints produces outcomes that have important implications for the way economies change”. (Id, Ibid, pps. 44-45).

⁶⁴⁹ “Formal rules can complement and increase the effectiveness of informal constraints. They may lower information, monitoring, and enforcement costs and hence make informal constraints possible solutions to more complex exchange. Formal rules also may be enacted to modify, revise, or replace informal constraints. A change in the bargaining strength of parties may lead to an effective demand for a different institutional framework for exchange, but the informal constraints stand in the way of accomplishing it. Sometimes (but not always) it is possible to supersede the existing informal constraints with new formal rules”. (Id, Ibid, pps. 46-47). No entanto: “Imperfect models of the complex environment that the politician (and constituent) is attempting to order, institutional inability to get credible commitment between principal and agent (voter and legislator, legislator and policy implementer), the high cost of information, and the negligible payoff to individual constituent of acquiring information all conspire to make political markets inherently imperfect. Surely this conclusion should not be surprising. After all, the basic separation between the polity and the economy has always, even among confirmed libertarians, left a residual of activities to be undertaken by government because of the inherent difficulty that arose from the public good attributes, free riding, and costly (and asymmetric) information of certain types of activities. We do not expect a random sample of issues to become public. Those that can be handled readily by individual or small group bargaining do not need to be placed on the public agenda. What remains for the public agenda are issues with attributes described above, or those the market outcome of which some groups do not like—groups who have enhanced bargaining power in the polity to achieve their objectives. Bargaining strength and the incidence of transaction costs are not the same in the polity as in the economy, otherwise it would not be worthwhile for groups to shift the issues to the political arena. Thus the selection process is one in which the high transaction cost items gravitate to the polity. Madison’s insightful views about the inherent nature of the political process as described in *Federalist Paper* no. 10—in effect he maintained that politics tend to be captured by special interests and used by them for their own advantage at the expense of the general public and that this was a universal dilemma of politics throughout history—are as pertinent today as they were two centuries ago”. (NORTH, 2005, pps. 54-55). Logo, a ineficiência dos mercados advém da esfera política.

produção, com vistas a equacionar as funções que as instituições prestam para a determinação do desempenho econômico⁶⁵⁰.

Resumidamente, a ideia básica concerne em estabelecer uma relação direta sobre o ambiente humano envolvendo a complexidade e a incerteza: à medida que o ambiente humano evolui, aumenta consequentemente o nível de complexidade e o grau de incerteza, incorrendo em elevação dos custos de transação que afetam a mensuração e a aplicação dos direitos de propriedade nas transações empenhadas pelos agentes. Com isso, verifica-se uma queda em termos das trocas, graças ao aumento dos seus custos. No entanto, as instituições existem justamente para permitir que as interações entre os agentes (cooperação) tornem-se menos imprevisíveis, recrudescendo as incertezas que permeiam as trocas e também os próprios custos de transação, pois são capazes de definir os direitos de propriedade, propiciarem as restrições informais e salvaguardarem as aplicações das regras formais. Logo, *as instituições estimulam as trocas e influenciam o crescimento e o desempenho econômicos*.

Resta destacar então como as instituições influenciam e são influenciadas pelo crescimento e desempenho econômicos ao longo do tempo, isto é, como formular uma teoria dinâmica das instituições. North assevera que a chave da compreensão reside no papel das interações entre as instituições e as organizações da sociedade⁶⁵¹: é nesta relação que podemos

⁶⁵⁰ “It takes resources to define and protect property rights and to enforce agreements. Institutions together with the technology employed determine those transaction costs. It takes resources to transform inputs of land, labor, and capital into the output of goods and services and that transformation is a function not only of the technology employed, but of institutions as well. Therefore, institutions play a key role in the costs of production. [...] A hierarchy of rules – constitutional, statute law, common law (and even bylaws) – together will define the formal structure of rights in a specific exchange. Moreover, a contract will be written with enforcement characteristics of exchange in mind. Because of the costliness of measurement, most contracts will be incomplete; hence informal constraints will play a major role in the actual agreement. These will include reputation, broadly accepted standards of conduct (effective to the extent that the conduct of the other parties is readily observable), and conventions that emerge from repetitive interactions. The relationship between rights and constraints in an exchange can be illustrated at three levels: first at the level of a single straightforward exchange, second in the more complex relationship involved in the production process, and finally for the economy as a whole.” (NORTH, 1990, p. 61).

⁶⁵¹ “Organizations include political bodies (political parties, the Senate, a city council, a regulatory agency), economic bodies (firms, trade unions, family farms, cooperatives), social bodies (churches, clubs, athletic associations), and educational bodies (schools, universities, vocational training centers). They are groups of individuals bound by some common purpose to achieve objectives. Modeling organizations is analyzing governance structures, skills, and how learning by doing will determine the organization's success over time. Both what organizations come into existence and how they evolve are fundamentally influenced by the institutional framework. In turn they influence how the institutional framework evolves. But as noted above, the emphasis in this study is on the institutions that are the underlying rules of the game and the focus on organizations (and their entrepreneurs) is primarily on their role as agents of institutional change; therefore the emphasis is on the interaction between institutions and organizations. Organizations are created with purposive intent in consequence of the opportunity set resulting from the existing set of constraints (institutional ones as well as the traditional ones of economic theory) and in the course of attempts to accomplish their objectives are a major agent of institutional change”. (Id, Ibid, p. 5). Segue afirmando: “Maximizing behavior of economic organizations therefore shapes institutional change by: (1) the resultant derived demand for investment in knowledge of all kinds; (2) the ongoing interaction between organized economic activity, the stock of

analisar o processo de mudança institucional ao longo do tempo, de maneira dinâmica⁶⁵². De acordo com seu argumento, o crescimento e desempenho econômicos de um país assentam-se na formação de uma estrutura institucional capaz de criar e manter determinados tipos de organizações que engendram as condições para a cooperação e coordenação dos agentes, aumentando a produtividade e conformando um processo evolutivo de aprendizado dos indivíduos e das organizações⁶⁵³.

Estes seriam, a rigor, os fatores que permitiram aos países desenvolvidos alcançarem e sustentarem suas posições de destaque: todos estes derivam seus dinamismos econômicos a partir de um processo de retroalimentação virtuoso entre as instituições e as organizações. As instituições favorecem o desempenho de um amplo espectro de organizações que vão se tornando mais sofisticadas e cada vez mais complexas, ensejando, por sua vez, a necessidade de constante aprendizado. Este processo acaba implicando em novas formas de integração entre ambas (instituições e organizações), confirmando o caráter evolutivo e dinâmico da estrutura institucional⁶⁵⁴.

knowledge, and the institutional framework; and (3) incremental alteration of the informal constraints as a by-product of maximizing activities of organizations". (Id, Ibid, p. 78).

⁶⁵² "How do institutions themselves change? Five propositions about institutional change are: 1. The continuous interaction between institutions and organizations in the economic setting of scarcity and hence competition is the key to institutional change. 2. Competition forces organizations to continually invest in skills and knowledge to survive. The kinds of skills and knowledge individuals and their organizations acquire will shape evolving perceptions about opportunities and hence choices that will incrementally alter institutions. 3. The institutional framework provides the incentives that dictate the kinds of skills and knowledge perceived to have the maximum pay-off. 4. Perceptions are derived from the mental constructs of the players. 5. The economies of scope, complementarities, and network externalities of an institutional matrix make institutional change overwhelmingly incremental and path dependent". (NORTH, 2005, p. 59).

⁶⁵³ Partindo do pressuposto de um mundo não-ergódico (isto é, em que alterações no ambiente humano promovem novas fontes de incerteza) faz-se necessário incorrer em algum tipo critério para se analisar a realidade, mesmo que este seja precário. Segundo North, devemos começar pelas crenças, pois estas determinam as escolhas dos indivíduos e é com base nelas que estes modificam o ambiente humano, de modo não linear e imperfeito. As crenças originam-se tanto de processos de aprendizado quanto da carga genética, evoluindo até o ponto em que configuram modelos mentais. A mente é capaz de ordenar e reordenar estes modelos em um franco processo de adaptação. Os sistemas de crenças, portanto, são as representações internas do ambiente humano. Já as instituições são as estruturas que moldam o ambiente humano. Em suas palavras: "Belief systems therefore are the internal representation and institutions the external manifestation of that representation. Thus the structure of an economic market reflects the beliefs of those in a position to make the rules of the game" (Id, Ibid, pps. 49-50). A herança cultural reflete o aprendizado gerado em uma sociedade que, ao longo do tempo, vai se tornando paulatinamente maior do que a capacidade auferida por uma única pessoa de apreender todo este conhecimento.

⁶⁵⁴ "Obviously, competition, decentralized decision making, and well-specified contracts of property rights as well as bankruptcy laws are crucial to effective organization. It is essential to have rules that eliminate not only failed economic organization but failed political organization as well. The effective structure of rules, therefore, not only rewards successes, but also vetoes the survival of maladapted parts of the organizational structure, which means that effective rules will dissolve unsuccessful efforts as well as promote successful efforts. We are far from understanding how to achieve adaptively efficient economies because allocative efficiency and adaptive efficiency may not always be consistent. Allocatively efficient rules would make today's firms and decisions secure - but frequently at the expense of the creative destruction process that Schumpeter had in mind. Moreover, the very nature of the political process encourages the growth of constraints that favor today's influential

No entanto, a mudança na estrutura institucional será essencialmente incremental⁶⁵⁵ e não descontínua⁶⁵⁶, devido ao peso do contingente das instituições informais na sociedade, causadores de uma série de restrições culturais⁶⁵⁷. São estas restrições, em grande medida, que explicam o conjunto variado e divergente de padrões evolutivos aos quais demarcam as discrepâncias e os desníveis entre as sociedades: *a persistência do mau desempenho econômico de muitos países ao longo do tempo se dá em função de dois fatores decisivos que determinam a trajetória da mudança institucional, a saber, os retornos crescentes e os mercados imperfeitos (custos de transação não nulos), associados à atuação de quatro mecanismos auto-reforçadores (altos custos fixos; efeitos de aprendizado; efeitos de coordenação e expectativas adaptativas*⁶⁵⁸).

bargaining groups. But adaptively efficient institutional frameworks have existed and do exist, just as adaptively inefficient frameworks have existed and do exist". (NORTH, 1990, p. 81).

⁶⁵⁵ "Institutional change is typically incremental and is path dependence. It is incremental because large-scale change will create too many opponents among existing organizations that will be harmed and therefore oppose such change. Revolutionary change will occur in the case of gridlock among competing organizations, which thwarts the ability of organizations to capture gains from trade. Path dependence will occur because the direction of the incremental institutional change will be broadly consistent with the existing institutional matrix and will be governed by the kinds of knowledge and skills that the entrepreneurs and members of organizations have invested in". (NORTH, 2005, p. 62).

⁶⁵⁶ "By discontinuous change I mean a radical change in the formal rules, usually as a result of conquest or revolution. (NORTH, 1990, p. 89). Segue afirmando: "Perhaps most important of all, the formal rules change, but the informal constraints do not. In consequence, there develops an ongoing tension between informal constraints and the new formal rules, as many are inconsistent with each other. The informal constraints had gradually evolved as extensions of previous formal rules. An immediate tendency, as has been described, is to have new formal rules supplant the persisting informal constraints. Such change is sometimes possible, in particular in a *partial equilibrium context*, but it ignores the deep-seated cultural inheritance that underlies many informal constraints. Although a wholesale change in the formal rules may take place, at the same time there will be many informal constraints that have great survival tenacity because they still resolve basic exchange problems among the participants, be they social, political, or economic. The result over time tends to be a restructuring of the overall constraints - in both directions - to produce a new equilibrium that is far less revolutionary". (Id, Ibid, p. 91, grifos do autor).

⁶⁵⁷ "Institutional change is a complicated process because the changes at the margin can be a consequence of changes in rules, in informal constraints, and in kinds and effectiveness of enforcement. Moreover, institutions typically change incrementally rather than in discontinuous fashion. How and why they change incrementally and why even discontinuous changes (such as revolution and conquest) are never completely discontinuous are a result of the imbedded ness of informal constraints in societies. Although formal rules may change overnight as the result of political or judicial decisions, informal constraints embodied in customs, traditions, and codes of conduct are much more impervious to deliberate policies. These cultural constraints not only connect the past with the present and future, but provide us with a key to explaining the path of historical change". (Id, Ibid, p. 6).

⁶⁵⁸ "There are two forces shaping the path of institutional change: increasing returns and imperfect markets characterized by significant transaction costs. In a world in which there are no increasing returns to institutions and markets are competitive, institutions do not matter. If the actors initially have incorrect models and act upon them, they either will be eliminated or efficient information feedback will induce them to modify their models. But, with increasing returns, institutions matter. Indeed, all four of Arthur's self-reinforcing mechanisms apply, although with somewhat different characteristics. There are large initial setup costs when the institutions are created de novo as was the u.s. Constitution in 1787. There are significant learning effects for organizations that arise in consequence of the opportunity set provided by the institutional framework. The resultant organizations will evolve to take advantage of the opportunities defined by that framework, but as in the case of technology, there is no implication that the skills acquired will result in increased social efficiency. There will be coordination effects directly via contracts with other organizations and indirectly by induced investment through the polity in complementary activities. Even more important, the formal rules will result in the creation of a

Em sua visão, os países que melhor souberam conter os efeitos dos mecanismos auto-reforçadores *pari passu* à obtenção de modelos de custo de transação próximo a zero conseguiram lograr o desenvolvimento. Em outras palavras, *o desenvolvimento econômico de longo prazo deriva do incessante estímulo da concorrência nos mercados políticos e econômicos que, uma vez integrados, implicarão em redução dos custos de transação em ambos os mercados*. É por essa razão que as economias desenvolvidas promoveram as condições para se consolidarem enquanto mercados altamente competitivos, perseguindo baixos custos de transação: a alta competição não elimina o problema de informação

variety of informal constraints that modify the formal rules and extend them to a variety of specific applications. Adaptive expectations occur because increased prevalence of contracting based on a specific institution will reduce uncertainties about the permanence of that rule. In short, the interdependent web of an institutional matrix produces massive increasing returns. With increasing returns, institutions matter and shape the long-run path of economies, but as long as the consequent markets are competitive or even roughly approximate the zero-transaction-cost model, the long-run path is an efficient one as that term has been used here. Given reasonably noncontroversial assumptions about preferences, neither divergent paths nor persistently poor performance would prevail. But if the markets are incomplete, the information feedback is fragmentary at best, and transaction costs are significant, then the subjective models of actors modified both by very imperfect feedback and by ideology will shape the path. Then, not only can both divergent paths and persistently poor performance prevail, the historically derived perceptions of the actors shape the choices that they make. In a dynamic world characterized by institutional increasing returns, the imperfect and fumbling efforts of the actors reflect the difficulties of deciphering a complex environment with the available mental constructs - ideas, theories, and ideologies". (Id, Ibid, pps. 95-96). Segue dizendo que: "Why does a fundamental change in relative prices affect two societies differently? The answer should now be clear. In each society the change will result in adaptations at the margin, and the margins affected will be those where the immediate issues require solution and the solution will be determined by the relative bargaining power of the participants - that is, the organizations that have evolved in the specific overall institutional context. But note that it will be a marginal adjustment, built upon the preceding institutional arrangements. Because the bargaining power of groups in one society will clearly differ from that in another, the marginal adjustments in each society will typically be different as well. Moreover, with different past histories and incomplete feedback on the consequences, the actors will have different subjective models and therefore make different policy choices. Marginal adjustment in such cases does not lead to convergence. What happens when a common set of rules is imposed on two different societies? I can illustrate from an historical example. The U.S. Constitution was adopted (with modifications) by many Latin American countries in the nineteenth century, and many of the property rights laws of successful Western countries have been adopted by Third World countries. The results, however, are not similar to those in either the United States or other successful Western countries. Although the rules are the same, the enforcement mechanisms, the way enforcement occurs, the norms of behavior, and the subjective models of the actors are not. Hence, both the real incentive structures and the perceived consequences of policies will differ as well. Thus, a common set of fundamental changes in relative prices or the common imposition of a set of rules will lead to widely divergent outcomes in societies with different institutional arrangements". (Id, Ibid, p. 101). E finalmente: "Long-run economic change is the cumulative consequence of innumerable short-run decisions by political and economic entrepreneurs that both directly and indirectly (via external effects) shape performance. The choices made reflect the entrepreneurs' subjective modeling of the environment. Therefore, the degree to which outcomes are consistent with intentions will reflect the degree to which the entrepreneur's models are *true* models. Because the models reflect ideas, ideologies, and beliefs that are, at best, only partially refined and improved by information feedback on the actual consequences of the enacted policies, the consequences of specific policies are not only uncertain but to a substantial degree unpredictable. Even the most casual inspection of political and economic choices, both throughout history and today, makes clear the wide gap between intentions and outcomes. However, the increasing-returns characteristics of the institutional matrix and the complementary subjective models of the players suggest that although the specific short-run paths are unforeseeable, the overall direction in the long run is both more predictable and more difficult to reverse". (Id, Ibid, p. 104, grifo do autor).

assimétrica e incompleta, mas contribui para moldar a direção do crescimento econômico e o seu desempenho⁶⁵⁹.

Em síntese, as instituições, por um lado, são moldadas pelo conjunto de crenças presentes na sociedade e, por outro lado, condicionam o desempenho econômico impondo condições para o processo de mudança. O caráter de rigidez assumido pela herança cultural, associado à imperfeição em termos de *feedback* informacional (crenças que levam a resultados ineficientes incessantes) e às alterações institucionais (dispostas pelos interesses sorrateiros dos líderes do processo político) indicam uma capacidade bastante restrita por parte dos governos para a criação de políticas que propiciem mudanças institucionais satisfatórias, pois o Estado é encarado como sendo uma organização profundamente marcada pelos interesses particulares. Desta forma, a conjunção de todos estes fatores estará condicionada ao *path dependence*, sendo plausível a manutenção de determinadas estruturas institucionais que levem a resultados econômicos ineficientes⁶⁶⁰, chegando inclusive a casos em que se verifica uma situação de *lock-in*, ou seja, a da permanência da ineficiência resultante da rigidez da estrutura institucional em vigor na sociedade e/ou das mudanças ineficazes surtidas nesta estrutura.

⁶⁵⁹ “The arrangements can be circumvented or even changed in a setting of costless transacting. Now to the extent that these conditions are mimicked in the real world, it is because competition is strong enough via arbitrage and efficient information feedback to approximate the Coase zero transaction cost conditions and the parties can realize the gains from trade inherent in the neoclassical argument. That is, competition eliminates the incomplete and asymmetric information that rewards defection in the game theory models. But the informational and institutional requirements necessary to achieve these results are stringent. They entail that the players not only have objectives, but choose the correct way to achieve them. But how do the players know the correct way (that is, have the correct theory that will allow them) to achieve their objectives? The neoclassical answer, embodied in substantive (or instrumental) rationality models, is that even though the actors may initially have diverse and erroneous models, the informational feedback process (and arbitrating actors) will correct initially incorrect models, punish deviant behavior, and lead surviving players to the correct models. An even more stringent implicit requirement of the discipline-of-the-competitive-market model is that when there are significant transaction costs, the consequent institutions of the market will be designed to induce the actors to acquire the essential information that will lead them to the correct models. The implication is not only that institutions are designed to achieve efficient outcomes, but that they can be ignored in economic analysis because they play no independent role in economic performance. None of these stringent requirements can survive critical scrutiny. Individuals act on incomplete information and with subjectively derived models that are frequently *erroneous*; the information feedback is typically insufficient to correct these subjective models. Institutions are not necessarily or even usually created to be socially efficient; rather they, or at least, the formal rules, are created to serve the interests of those with the bargaining power to devise new rules. In a zero-transaction-cost world, bargaining strength does not affect the efficiency of outcomes, but in a world of positive transaction costs it does and given the *lumpy* indivisibilities that characterize institutions, it shapes the direction of long-run economic change. If economies realize the gains from trade by creating relatively efficient institutions, it is because under certain circumstances the private objectives of those with the bargaining strength to alter institutions produce institutional solutions that turn out to be or evolve into socially efficient ones. The subjective models of the actors, the effectiveness of the institutions at reducing transaction costs, and the degree to which the institutions are *malleable* and respond to changing preferences and relative prices determine those circumstances”. (Id, Ibid, pps. 15-16, grifos do autor).

⁶⁶⁰ Ainda que sejam ineficientes, o autor acredita que, um mundo marcado pela incerteza e pela realidade não-ergódica, as estruturas institucionais são regidas pela eficiência adaptativa, ou seja, são estáveis e ao mesmo tempo flexíveis a ponto de se permitirem, após os erros, serem mudadas ou substituídas.

De modo geral, os neoinstitucionalistas e, em particular, Douglass North, também partilham, principalmente com Hayek, da rejeição da noção de racionalidade (completa ou perfeita) dos agentes econômicos e enfatizam a importância das regras ou arranjos institucionais para o estímulo das atividades econômicas e, sobretudo, para a prosperidade alcançada pelo crescimento econômico ao longo do tempo. Priorizam, assim, a *manutenção da ordem social*⁶⁶¹, contribuindo em chamar a atenção para a necessidade de se construir uma matriz institucional eficiente e suficientemente capaz de estimular o capital físico e humano a fim de fomentar uma alta competitividade entre os países, empresas e indivíduos.

Neoconservadorismo

Finalmente, nos cabe analisar o neoconservadorismo, reconhecido nos Estados Unidos pelo acrônimo “neocon”. Antes, porém, de procedermos nesse sentido, importa apontar, em termos panorâmicos, os elementos centrais que configuram o conservadorismo e sua trajetória assumida na sociedade norte-americana até fins da década de 1980, chegando-se assim ao contexto histórico virtuoso em que a vertente neoconservadora se afirma e busca se consolidar, desde então, mostrando-se e mantendo-se com forte vigor na sociedade, nos governos (direta ou indiretamente) e nos debates políticos estadunidenses.

Embora seja inegável atribuir ao pensamento conservador o legado de uma tradição política e social genuína que se origina – “paradoxalmente” - a partir do florescimento da própria modernidade⁶⁶², também é inegável que será sempre insatisfatório perseguir, de qualquer forma, um conceito capaz de sistematizar e definir o conservadorismo⁶⁶³: podemos

⁶⁶¹ “Social orders are composed of constituent systems, such as the economic, political, military, and religious systems. Organizations are central to all aspects of social order – economic, political, religious, and social” (NORTH *et al.*, 2006, p. 5). Desta forma, contamos com três tipos de ordem social ao longo do tempo: (i) ordem social primitiva (baseada na caça e na coleta para suprir a subsistência); (ii) ordem de acesso limitado (em que temos a geração de renda a grupos privilegiados que apoiam os mecanismos de contenção de violência desencadeados pelo sistema político predominante) e (iii) ordem de acesso aberto (onde vigora uma ordem social mantida em função da competição política e econômica). Trata-se da ordem social vigente nos países desenvolvidos nos últimos trezentos anos. Nesta ordem, o livre acesso a criação de organizações propicia um ambiente organizacional mais complexo e eficiente, pois está fundamentada na norma de competição sistemática entre os agentes econômicos, livre entrada nos mercados (políticos e econômicos), ampla mobilidade social, prosperidade dos mercados e desenvolvimento econômico e social de longo prazo.

⁶⁶² Existe certo consenso de que a origem do pensamento político moderno tenha se dado através da obra de Edmund Burke, considerado o precursor do próprio conservadorismo. Para Quinton (1976), o germe do conservadorismo deveria ser atribuído a Richard Hooker, portanto, nos remetendo a um momento anterior ao da Revolução Francesa criticada por Burke. No entanto, é muito mais notória a influência de Burke em distintas culturas políticas do que a de Hooker, embora este último tenha sido também bastante relevante para o caso específico da cultura política britânica.

⁶⁶³ A saída, por exemplo, adotada em Bobbio (1998), consiste em propor uma interpretação enfatizando o contraste entre o próprio conservadorismo e o que se chama de “progressismo”: “Conservadorismo. I. EM TORNO DE UMA DEFINIÇÃO. — O substantivo Conservadorismo implica a existência de um conceito; o adjetivo conservador qualifica simplesmente atitudes práticas ou idéias. O fato de se usar muito mais o adjetivo que o substantivo é devido à variedade de significados atribuídos ao primeiro e à dificuldade de determinar a natureza e fins do segundo. Tanto é assim que se chegou a negar sem mais que tal termo existisse como conceito

entendê-lo como uma perspectiva condicionada a serviço da manutenção do *status quo*, da ordem social e das classes altas⁶⁶⁴, ou uma tradição política marcada pelo pessimismo derivado do caráter da imperfectibilidade humana⁶⁶⁵, ou ainda simplesmente um estado de espírito não dogmático⁶⁶⁶, ou então uma ideologia - situacional e desprovida de conceitos abstratos - basicamente voltada às reações contra os ataques direcionados à ordem social e política em contextos específicos⁶⁶⁷.

Isso, por sua vez, não significa que seja impossível assumir, com certo grau de generalização, alguns princípios básicos que norteiam esta tradição. Na avaliação de Quinton (1976), a noção fundamental que sustenta o conservadorismo está localizada no caráter de *imperfeição do indivíduo*⁶⁶⁸, articulada com a ideia da *comunidade como fonte de sabedoria*,

autônomo e unitário. A inexistência de uma teoria política comum a que se possam referir todos aqueles que se autodefinem ou são definidos como conservadores, a pouca propensão dos conservadores a sistematizar as próprias idéias e o abuso que se faz desse termo na linguagem quotidiana, política ou não, fizeram com que se reduzisse o Conservadorismo a uma atitude e se estudasse desde o ponto de vista psicológico, na busca das motivações que impelem certos indivíduos a assumir posições consideradas na prática política como conservadoras. Tal modo de proceder, porém, se é útil no campo da sociologia política ou da psicologia social, tem sua origem, no tocante aos conteúdos do Conservadorismo, na prática política, que dissemos extremamente confusa e não pode ser tida como prova da existência ou não existência do conceito. Tem maior interesse a posição da ciência política, para a qual o termo Conservadorismo designa idéias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras. Neste caso, porém, toda atenção se concentra na função do Conservadorismo, de tal modo que seu conteúdo se coloca e se limita dentro dos termos dessa mesma função. Se, pois, a ciência política realça no Conservadorismo o caráter universal, fazendo dele uma constante necessária da política, perde de vista a especificidade do termo. Trata-se, com efeito, de um resultado intencional, porquanto é preocupação comum aos psicólogos, sociólogos e politólogos evitar a forte carga emotiva a ele ligada, onde se vê, não sem razão, a causa primeira da sua ambigüidade, se não verdadeiramente o elemento que, reunindo os vários significados com que o termo é usado, lhe dá uma vida unitária fictícia. O reconhecimento da existência desta carga emotiva é, no entanto, de importância não descurável; ultrapassa os abusos de linguagem da crônica política para mostrar a polaridade de que está impregnada toda a civilização moderna. Invertendo a preocupação dos politólogos, é possível partir dessa realidade e servir-se dela como de um sinal, para chegar a uma interpretação que identifique o Conservadorismo por seu conteúdo, e não apenas pela função. A polaridade a que acima nos referimos se revela na constante relação, implícita ou não, pouco importa, em que se põe, no uso comum, o Conservadorismo com outro termo extremamente ambíguo e complexo, que poderíamos indicar simbolicamente como "progressismo". À primeira vista, este último evidenciaria uma atitude otimista quanto às possibilidades de aperfeiçoamento e desenvolvimento autônomo da civilização humana e do indivíduo. Na relação que se estabelece entre progressismo e Conservadorismo, este é sempre apresentado como negação, mais ou menos acentuada, daquele; aparece como tal, mostrando assim seu caráter alternativo; existe só porque existe uma posição progressista. Daí a conhecida tendência dos conservadores a não sistematizar o próprio pensamento que, sendo alternativo, nunca poderá ser concluído e fixado de uma vez para sempre; tem de acompanhar de perto a natureza dinâmica e a contínua tendência expansiva do progressismo. Se, portanto, do ponto de vista progressista o Conservadorismo se confunde com o imobilismo, isso se deve necessariamente à perspectiva; mas, a uma visão global, não poderá escapar a natureza dinâmica da relação Conservadorismo-progressismo, bem como a impossibilidade de determinar analiticamente o conteúdo eminentemente histórico dos termos que a compõem". (BOBBIO, 1998, pps. 242-243, grifo do autor).

⁶⁶⁴ Cf. ROBIN (2011).

⁶⁶⁵ Cf. STEINER (1989).

⁶⁶⁶ Cf. KIRK (1953) e OAKESHOTT (1991).

⁶⁶⁷ Cf. HUNTINGTON (1957).

⁶⁶⁸ "The main point I want to make about the theoretical interpretation of conservatism is, then, that in both its forms, religious and secular, it rests on a belief in the imperfection of human nature. This imperfection is both intellectual and moral. The consequence of men's intellectual imperfection is that they should not conduct their

tradições e costumes. Por essa razão, o conservadorismo não seria propriamente uma tradição política, mas, sobretudo, uma epistemologia específica que, colocada em prática, resultou em uma tradição política⁶⁶⁹. Em sua visão, três princípios fundamentais norteiam este pensamento político e social, derivados da noção da imperfeição humana: o tradicionalismo⁶⁷⁰, o organicismo⁶⁷¹ e o ceticismo político⁶⁷².

Ademais, sustenta também que o conservadorismo não se confunde com posturas e concepções reacionárias, pois admite a ocorrência de certas reformas na ordem social, sob um ritmo de mudança mais lento e sem a pretensão de impor ou planejar um direcionamento da sociedade, e assevera que, em sua concepção ceticista e gradualista, os conservadores defendem a adoção de um Estado forte, desde que não totalitário ou absolutista, isto é, um Estado que tenha limitações e cuja função primordial resida em garantir a manutenção da

political affairs under the impulsion of large, abstract projects of change arrived at by individual thinkers working in isolation from the practical realities of political life. They should be guided rather by accumulated political wisdom of the community. The consequence of men's moral imperfection is that men, acting on their own uncontrolled impulses, will on the whole act badly, however elevated their professed intentions may be. They need, therefore, the restraint of customary and established laws and institutions, of an objective and impersonal barrier to the dangerous extravagance of subjective, personal impulse. But of the two imperfections it is the intellectual one that is specifically emphasized by conservatism. Government of any kind has always been seen as a remedy for sin. The specifically conservative attitude to government sees it also as a remedy for men's intellectual defects. It may be that the emphasis of religious conservatives is ostensibly more pronounced about man's moral imperfection while that of secular conservatives bears more evidently on his intellectual imperfection. But even Hooker and Burke, the two greatest of religious conservatives, although there is a persistent stress on the theme of man's moral imperfection, the real weight of the argument is carried by his intellectually impoverished condition". (QUINTON, 1976, pps. 13-14).

⁶⁶⁹ "Conservatism rejects as abstract political doctrines about the universal and immutable rights of man or about the universally ideal form of political institutions. The reasonable implication of this claim is that rejection, or more fundamental principles from which it is derived, are not abstract. The rejection, and therefore whatever principles it may rest on, are certainly very general. But that is not quite the same thing. It is entirely compatible, for instance, with the assumption that the principles underlying the rejection, unlike the abstract theory that is rejected, are empirically founded. It could also be argued that the conservative's principles, although it concerns the limits of political knowledge, is not itself political but rather epistemological". (Id, Ibid, p. 13).

⁶⁷⁰ "The first of these specific principles is that of traditionalism, expressed in the conservative's attachment to, or reverence of, established customs and institutions. The other side of it is his hostility to sudden, precipitate and, *a fortiori*, revolutionary change. A historically evolved social order incorporates the accumulated practical wisdom of the community, it is a collective product, the outcome of innumerable adjustments and modifications made by politically experienced individuals in circumstances of responsible political decision". (Id, Ibid, p. 16).

⁶⁷¹ "The second principle is that of organicism, which takes a society to be a unitary, natural growth, an organized, living whole, not a mechanical aggregate. It is not composed of bare abstract individuals but of social beings, related to one another within a texture of inherited customs and institutions which endow them with their specific social nature. The institutions of society are thus not external, disposable devices, of interest to men only by reason of the individual purposes they serve; they are, rather, constitutive of the social identity of men". (Id, Ibid, p. 16).

⁶⁷² "The third principle is that of political scepticism, the belief that political wisdom, the kind of knowledge that is needed for the successful management of human affairs, is not to be found in the theoretical speculations of isolated thinkers but in the historically accumulated social experience of the community as a whole. It is embodied, above all, in the deposit of traditional customs and institutions that have survived and become established and also in those people who, in one way or another, have acquired extensive practical experience of politics. A society is something altogether too complex to lend itself to theoretical simplification. The knowledge that is required to maintain it successfully is at once dispersed among many men, often more or less inarticulate in its possessors and principally incarnated in objective and impersonal social forms". (Id, Ibid, pps. 16-17).

ordem legal e a defesa da integridade da comunidade de ataques externos. Em termos históricos, o conservadorismo precisou lidar com os liberais e os socialistas: os contornos que identificavam as disputas inscritas nestas tradições só começaram a ficar mais claros, porém, em meados da primeira metade do século XIX, momento em que se consolidam na condição de três grandes tradições do pensamento político moderno⁶⁷³.

No caso dos Estados Unidos, o conservadorismo assumiu uma trajetória bastante peculiar: até o final da Segunda Guerra Mundial não havia um movimento conservador unificado capaz de influenciar decisivamente a sociedade norte-americana⁶⁷⁴. É somente após o início dos anos 1950 que constatamos o período de gestação do conservadorismo moderno no país. Conforme nos diz Nash (2006), o insipiente movimento conservador estava interligado naquele momento por três principais “correntes”: os liberais clássicos ou libertários⁶⁷⁵, os novos conservadores ou tradicionalistas⁶⁷⁶ e os anticomunistas⁶⁷⁷. Apesar das diferenças internas e entre si, todas estas vertentes contavam com um contexto interessante (Guerra Fria), sob o qual se colocava a necessidade de consolidação do campo conservador na sociedade⁶⁷⁸. Junto a isso, pesaram favoravelmente os acontecimentos surtidos na década de

⁶⁷³ Cf. MARIUTTI, 2018, pps. 2-3. Ver nota de rodapé 463 da presente tese.

⁶⁷⁴ “In 1945 no articulate, coordinated, self-consciously conservative intellectual force existed in the United States. There were, at most, scattered voices of protest, profoundly pessimistic about the future of their country. Gradually during the first postwar decade these voices multiplied, acquired an audience, and began to generate an intellectual movement”. (NASH, 2006, p. 3).

⁶⁷⁵ “First, there were “classical liberals,” or “libertarians,” resisting the threat of the ever expanding State to liberty, private enterprise, and individualism. Convinced that America was rapidly drifting toward statism (socialism), these intellectuals offered an alternative that achieved some scholarly and popular influence by the mid-1950s”. (Id, Ibid, p. 3).

⁶⁷⁶ “Concurrently and independently, a second school of thought was emerging: the “new conservatism” or “traditionalism” of such men as Richard Weaver, Peter Viereck, Russell Kirk, and Robert Nisbet. Shocked by totalitarianism, total war, and the development of secular, rootless, mass society during the 1930s and 1940s, the “new conservatives” urged a return to traditional religions and ethical absolutes and a rejection of the “relativism” which had allegedly corroded Western values and produced an intolerable vacuum that was filled by demonic ideologies”. (Id, Ibid, p. 3).

⁶⁷⁷ “Third, there appeared a militant, evangelistic anti-Communism, shaped decisively by a number of influential ex-radicals of the 1930s, including Whittaker Chambers, James Burnham, Frank Meyer, and many more. These former men of the Left brought to the postwar Right a profound conviction that the West was engaged in a titanic struggle with an implacable adversary—Communism—which sought nothing less than conquest of the world”. (Id, Ibid, pps. 3-4).

⁶⁷⁸ “While no impassable gulf separated these three components of the intellectual Right, and while each shared a deep antipathy to twentiethcentury liberalism, the need for consolidation of the conservative camp was urgent by the mid-1950s. Through the medium of various journals and organizations this task was gradually accomplished. Still, the forging of a movement out of such extremely diverse materials created certain intellectual problems for the Right by the early 1960s. What—besides a common foe—bound them together? Behind what principles and aspirations could they coalesce? What intellectual legitimacy did the conservative movement have? In addition, conservatives confronted a second crucial intellectual challenge: the search for an authentically American conservative heritage. What was conservatism in America? How should the Right refute the recurrent criticism that conservatism was “un-American” because the United States was really a “liberal” country? To these fundamental questions conservatives gave a variety of answers”. (Id, Ibid, p. 4).

1960 (forte polarização social e atuação dos movimentos sociais e culturais), com importantes efeitos para a transformação da direita estadunidense⁶⁷⁹.

Nos anos 1960, os conservadores haviam conseguido consolidar e estabelecer seu próprio campo na arena política e sua influência na sociedade, através de uma produção intelectual e cultural bastante vasta, composta por alguns institutos, programas de pesquisa universitários, formação de quadros técnicos e políticos, intervenção e formação de opinião nos principais debates públicos e espaços da mídia e etc. Entretanto, em termos da composição de seus quadros, não seria possível dizer que se tratava de um campo totalmente unificado em torno de entendimentos e posturas ubíquas. Pelo contrário, a consolidação do conservadorismo passou por fortes cisões no âmbito interno.

No início da conjuntura aberta pela década de 1970, aparece pela primeira vez o rótulo “neoconservador”, designando aquela que viria a se tornar a vertente mais destacada do campo conservador nas décadas subsequentes. Para Vaïsse (2010), o “neoconservadorismo” assumiu uma trajetória marcada por três “eras”: a primeira liderada pelos intelectuais de Nova Iorque; a segunda identificada ao *Scoop Jackson Democrats* e a terceira desempenhada pelos chamados *later-day neocons*, sendo as duas primeiras influentes nos anos de 1970 e 1980 e, a última, mais especificamente, a partir dos anos 1990. Em suas palavras:

The label “neoconservative” was first used in the early 1970s by friends and enemies of a group of New York intellectuals who were critical of the leftward turn that American liberalism had, in their view, taken in the previous decade. What these intellectuals reacted against was a mix of social movements—like student protests, counterculture, black nationalism, radical feminism and environmentalism—and government overreach through Lyndon Johnson’s “War on Poverty” programs. While in no way defenders of the free market or the night-watchman state like the true *National Review* conservatives, they stressed the limits of social engineering (through transfers of wealth or affirmative action programs) and pointed out the dangers that the boundless egalitarian dreams of the New Left had created for stability, meritocracy and democracy. Intellectuals such as Nathan Glazer, Seymour Martin Lipset, James Q. Wilson and Daniel Patrick Moynihan coalesced around *The Public Interest*, a magazine created by Irving Kristol and Daniel Bell in 1965, and a few years later around *Commentary*, whose editor was Norman Podhoretz. These

⁶⁷⁹ “But conservatives were by no means constantly preoccupied with internal, theoretical issues and controversies. For in the 1960s a momentous transformation of the Right began to occur: a transition from minority to potentially majority status in American politics and culture. These were years of preparation for American conservatives. Right-wing critiques of liberal foreign and domestic policies were expounded with increasing sophistication and effectiveness, while conservatives strove to develop intellectually serious and practical alternatives. Although the polarization of the 1960s produced tensions within the conservative community, it also generated new alignments that facilitated the emergence of conservatism as a powerful intellectual and political force. Through a proliferating network of journals, books, organizations, and political alliances, the intellectual Right steadily approached maturity and recognition—until, in the late 1960s and early 1970s, it achieved its long-sought breakthrough. Twenty-five years earlier it had been almost an underground phenomenon. By 1972 conservatives had gained a national audience and had won a chance to exercise national leadership. [...]. In 1945 “conservatism” was not a popular word in America, and its spokesmen were without much influence in their native land. A generation later these once isolated voices had become a chorus, a significant intellectual and political movement which had an opportunity to shape the nation’s destiny”. (Id, *Ibid*, pps. 4-5).

original neoconservative were New York-based intellectuals, primarily interested in domestic issues, and they still regarded themselves as liberals⁶⁸⁰.

Segue nos dizendo, acerca da relação entre os intelectuais de Nova Iorque e os neocons, permeados pela atuação da segunda era, revelando o elo entre todas estas vertentes:

That is why the disconnect could not seem more complete between them [intelectuais de Nova Iorque] and the latter-day neocons, who are Washington-based political operatives identified with the right, interested exclusively in foreign policy, and who have a solid, if not excessive, confidence in the ability of the American government to enact social change—at least in Iraq or Afghanistan. There exists, nonetheless, a tenuous link between the two groups, which explains why the label has travelled through time. This link is provided by a third, intermediate family of neoconservatives, the Scoop Jackson Democrats of the 1970s and 1980s—named after Senator Henry “Scoop” Jackson, a Democrat from Washington state—and the real ideological ancestors of the contemporary neocons, the ones who literally invented neoconservative foreign policy⁶⁸¹.

Sobre os *Scoop Jackson Democrats* afirma que:

The Scoop Jackson Democrats were also born of a reaction to the New Left, but this time, inside the Democratic Party, when Senator George McGovern won the nomination to be the Democratic candidate against Richard Nixon in 1972. McGovern was seen by traditional Democrats as way too far to the left, both in domestic policy (he supported massive social programs and affirmative action through quotas) and in foreign policy, where he advocated a hasty retreat from Vietnam, deep cuts in the defense budget, and a neo-isolationist grand strategy. Coalescing around *Commentary*, Scoop Jackson’s Senate office and a group called the Coalition for a Democratic Majority, Democratic operatives and intellectuals such as Richard Perle, Jeane Kirkpatrick, Eugene Rostow, Ben Wattenberg, Joshua Muravchik, Elliott Abrams, and others, tried to steer the Democratic Party back to the center. They wanted to get back to the tradition of Franklin Roosevelt, Harry Truman and John Kennedy: progressive policies at home, muscular anti-communism abroad, including the defense of human rights and fellow democracies. That is why they found themselves battling not only the left wing of the Democrats, but also Nixon and Kissinger’s realist policy of détente, which included de-emphasizing ideological concerns and engaging Moscow, thereby, from the neoconservative perspective, legitimizing the Soviet regime rather than trying to change it. Since the much tougher line they advocated failed to win the favors of the Democratic Party (Jimmy Carter remained, in their view, way too dovish), the Scoop Jackson Democrats crossed party lines and went to work for the Ronald Reagan administration. They inspired part of Reagan’s foreign policy—including support for the “freedom fighters” to harass the Soviet empire, especially in Afghanistan and Central America, the defense build-up, the hard line on arms control, the “evil empire” rhetoric, and the creation of the National Endowment for Democracy. But ultimately, Reagan distanced himself from this line, especially during his second mandate, not unlike the way George W. Bush did with the neocons after 2005⁶⁸².

Sobre as semelhanças envolvendo os intelectuais de Nova Iorque e os *Scoop Jackson Democrats* nos diz:

For all their differences, the first two families of neoconservatives—the New York intellectuals and the Scoop Jackson Democrats—had a few things in common. They fought the same enemies, including leftist liberalism, moral relativism and anti-Americanism. They shared journals and institutions (such as *Commentary*, the *Wall*

⁶⁸⁰ Cf. VAÏSSE, 2010, p. 1.

⁶⁸¹ Cf. Id, Ibid, pps. 1-2.

⁶⁸² Cf. Id, Ibid, p. 2.

Street Journal opinion pages, and the American Enterprise Institute). And a few neoconservatives of the first family, such as Pat Moynihan, Norman Podhoretz, Midge Decter, and Nathan Glazer, became full-fledged neoconservatives of the second family, while some Scoop Jackson Democrats such as Jeane Kirkpatrick got much closer to the original neoconservatives on domestic issues. That is why the label ended up covering the two groups, even though many original neoconservatives, especially Irving Kristol, the most important figure of the movement, did not share the beliefs of the Scoop Jackson Democrats—and *The Public Interest*, the flagship journal of the original neoconservatives, never dealt with foreign policy⁶⁸³.

E, sobre a terceira era decorrida pelos neocons, salienta que:

[...] in the mid-1990s, at the very moment when neoconservatism was being declared dead because the Cold War had been won, a third family of neoconservatives appeared: the latter-day neocons, who coalesced around *The Weekly Standard* (launched in 1995), the American Enterprise Institute, the Project for the New American Century (PNAC, 1997-2006), and figures such as Bill Kristol, son of Irving Kristol, Robert Kagan, Gary Schmitt, Max Boot and Doug Feith. They are the ideological heirs of the Scoop Jackson Democrats, but with some differences. First, they are now firmly located within the Republican family. The newcomers, the younger neocons, were never Democrats or liberals. It means, among other things, that they have to somehow reconcile their foreign policy stance with the electoral interests of the Republican Party. Second, America's relative power in the world has increased considerably since the days of Scoop Jackson and Ronald Reagan: the Soviet enemy is gone, and America's military force and economic strength are greater than ever (this, of course, has been less true recently). Whereas the Scoop Jackson Democrats urged Americans not to retreat, and to defend democracy and human rights, the neocons exhort them to advance and to act boldly—in other words, to use American power to shape a world that is safer for all⁶⁸⁴.

Antes de elencar o que entende ser os pilares da vertente neoconservadora, o autor assevera algumas características basilares acerca desta corrente:

Neoconservatism is, and always was, an elite school of thought, not a popular movement. It was never an electoral force, in the sense that nobody ever got elected on a “neoconservative platform” and there are no neoconservative politicians—even though various political figures such as Scoop Jackson and Ronald Reagan in the past, as well as John McCain and Joe Lieberman in recent years, have been close to this school of thought. Neoconservatism has no religious, regional or economic base. It is in no way an organized force with a central authority. It is at most a network of thinkers sharing an intellectual outlook, or even simply a “persuasion” or “tendency,” as Irving Kristol and Norman Podhoretz sometimes described it. Last but not least, one should always keep in mind the versatility and fickleness of labels, and never make a fetish of them. No two neoconservatives think the same on all issues, and many object to being called neoconservatives in the first place. These are famous examples of people who are incorrectly labeled neocons—such as John Bolton—but also persons whose views are not well ascertained, or have changed over time. This is the case for Dick Cheney, who, after being regarded as a realist, has been a fellow traveler of the neoconservatives since the 1990s and was their mainstay in the Bush administration, even though his own views reflect a pessimistic and narrow focus on national security rather than a bold and optimistic creed in the potential of American power abroad⁶⁸⁵.

⁶⁸³ Cf. Id, Ibid, p. 2.

⁶⁸⁴ Cf. Id, Ibid, p. 3.

⁶⁸⁵ Cf. Id, Ibid, p. 3.

Chegamos então na explicitação dos cinco pilares, na concepção de Vaïsse (2010), com os quais os neoconservadores compartilham no que tange a política externa, distinguindo-os das escolas isolacionistas, realistas e liberais: (i) internacionalismo⁶⁸⁶; (ii) primazia⁶⁸⁷; (iii) unilateralismo⁶⁸⁸; (iv) militarismo⁶⁸⁹ e (v) democracia⁶⁹⁰. Cabe ressaltar que

⁶⁸⁶ “The first and most basic tenet of neoconservatism is a firm belief in the need for the United States to play an active role in the world. “The overarching goal of American foreign policy—to preserve and extend an international order that is in accord with both our material interests and our principles—endures,” explained Bob Kagan and Bill Kristol in 2000. “Americans must shape this order, for if we refrain from doing so, we can be sure that others will shape it in ways that reflect neither our interests nor our values.” The danger is not that America would do too much: it is that it would do too little. “Strategic overreach is not the problem and retrenchment is not the solution,” as the mission statement of the Foreign Policy Initiative (FPI) put it in 2009. This assertive internationalism puts neocons in Strong opposition to any form of isolationism and reduction of American presence in the world, whether advocated by the right (like the Cato Institute or Pat Buchanan) or by the liberal left (like the Institute for Policy Studies). This belief also leads them to advocate foreign interventions more willingly than realists, who have stricter standards for committing U.S. troops and are less prone to consider that America’s credibility, interests or ideals are at stake. In this willingness to intervene, the neocons are close to some liberals—the ones who have been labeled “liberal hawks,” and who advocate humanitarian intervention to stop ethnic cleansing and genocides. This convergence was first observed about the Balkans in the 1990s, when neocons and liberals jointly encouraged Bill Clinton to act decisively in Bosnia and Kosovo, against the opinion of most realists such as James Baker and Colin Powell. And it was largely to fight the apathy of the public and the isolationist mood of the Republican Party on the Balkans that the third family of neoconservatives, the neocons, appeared”. (Id. Ibid, p. 4).

⁶⁸⁷ “The second pillar of neoconservatism—primacy—can be summarized by a few favorite expressions. “The indispensable nation” was first used by Madeleine Albright, herself a liberal hawk. “The benevolent empire” was coined by Robert Kagan who argued that, compared with past great powers, American hegemony was benign. “The unipolar moment” was coined by Charles Krauthammer. And to maintain sole superpower status by “preventing the re-emergence of a new rival” was an objective put forward by Paul Wolfowitz, then number three at the Pentagon, in an initial draft version of the 1992 Defense Planning Guidance (it was drafted by I. Lewis “Scooter” Libby and Zalmay Khalilzad, with input from outsiders such as Richard Perle and Albert Wohlstetter). When stitched together, these expressions point to a simple but powerful idea: American primacy in the international system is a stroke of good fortune for the rest of the world, since America does not seek to conquer and oppress, but rather to liberate and democratize, and offers public goods to all. Unipolarity ensures American security but also global peace and should, therefore, be preserved as long as possible. This strategic vision is grounded in a strong belief in American exceptionalism and the inherent morality of the country, which can lead to a Manichean and self-righteous vision, as seen in George W. Bush’s approach after 9/11. It is exactly the objection realists put forward: a strategy of primacy is self-defeating, they say, as it is too costly and triggers hostile reactions from other powers. America cannot do everything for everyone everywhere, and it cannot be right every time. It should therefore be more selective and focus on keeping a sound balance of power in the world”. (Id. Ibid, p. 4).

⁶⁸⁸ “Unilateralism, the third principle of neoconservatism, asserts that American power, not the United Nations Security Council, provides peace and security for the rest of the world—from protecting Taiwan, South Korea and Israel to restoring peace in the Balkans, fighting al Qaeda or keeping sea lanes open. The United States, therefore, should not be restrained in its capacity to act, neither by multilateral institutions nor by treaties—whether the International Criminal Court, the Comprehensive Test Ban Treaty, treaties on biological weapons or antipersonnel mines—that rogue states will not respect in any case. In the neoconservative vision, the United Nations is not only ineffective, it is also illegitimate because it is profoundly undemocratic. The U.N. General Assembly gives as much power to Libya as to India, and the Security Council is even more flawed: why should a tyranny (China) and a semi-dictatorship (Russia) hold veto power over what the international community does? The models of collective action neoconservatives prefer are a league of democracies of some sort (as John McCain proposed in 2008) or “coalitions of the willing,” as in the Iraq war, where other countries are invited to join a common effort on terms defined by Washington: the mission defines the coalition, not the other way around. And they believe that the best way to obtain cooperation from other countries is to show resolve : lead, and they will follow eventually. It may not work very well (Europeans didn’t end up helping in Iraq, for example), as quickly pointed out by realists, who are less opposed to multilateralism in principle, and liberals, who are committed to multilateralism. Neoconservatives nonetheless share these unilateralist tendencies with

estes pilares, segundo a visão do autor, correspondem necessariamente a um conjunto de princípios que implicam em diretrizes concretas validadas pela história. Logo, não são

other hawks, such as the “assertive nationalists” or sovereigntists in the mold of John Bolton, Dick Cheney or Donald Rumsfeld”. (Id, Ibid, p. 5).

⁶⁸⁹ “To maintain primacy and the ability to act unilaterally, large military capacities are needed. If liberals can find common ground with neocons on the necessity of some foreign interventions, they were never fully comfortable with the use of American power. Neocons share nothing of their hesitations. Rather than a Kantian world where international law, globalization and non-state actors would make war irrelevant in most cases, they see a Hobbesian world in which military force and state actors still play an overwhelming role—a belief which, this time, takes them closer to the realists. It is the fourth neoconservative principle: the importance of retaining massive military resources and the political will to use them. This means that the nation must agree to sustained high levels of defense spending; no year passes by without neoconservatives calling for a major increase of the Pentagon budget and the number of U.S. troops. This view, of course, puts neoconservatives at odds with fiscal conservatives, including in the Republican camp, who worry about deficits. It also puts them at odds with observers on the left who argue that America should spend less on guns and more on butter. Unsurprisingly, the recent healthcare reform was criticized by neocons for endangering the federal government’s long-term ability to fund America’s military superiority. This love affair with the American military machine has another aspect to it: the tendency to inflate threats to national security, either out of genuine concern or as a way to mobilize public opinion. From the Committee on the Present Danger of the 1970s to the Rumsfeld Commission on the ballistic missile threat in 1998 and the agitation around Iraqi weapons of mass destruction (WMD) in 2002-2003, neoconservatives have often succumbed to unwarranted alarmism”. (Id, Ibid, p. 5).

⁶⁹⁰ “Democracy is the fifth principle, but in no way a mere afterthought. Because America’s origins and identity as a nation cannot be separated from democracy, it should not behave like other powers, and can never remain indifferent to the nature of regimes and the fate of freedom and human rights. That conviction is not exclusive to the neoconservatives, it is shared with many on the left, and not only the liberal hawks. The Clinton administration, for example, put the enlargement of the democratic world at the center of its strategy and in 2000 established the Community of Democracies as an international forum to foster cooperation among democracies. But the particularity of neoconservatives is to blend this conviction with the muscular assertion of American power—a mix Pierre Hassner aptly labeled “Wilsonianism in boots.” In their eyes, what is true morally is also valid strategically. While realists argue that autocracies and democracies do not behave differently in international relations, and that the United States can make deals with both types of regimes, neoconservatives see a very different picture: a world in which wars, proliferation and terrorism derive principally from tyrannical regimes. Consequently, they believe, it is utterly unrealistic, in the long term, to accommodate autocracies rather than try to achieve regime change—whether in the USSR, Iraq, Iran or North Korea. As George W. Bush explained in 2003, “the world has a clear interest in the spread of democratic values, because stable and free nations do not breed the ideologies of murder.” In 2005, he put the point in even more theoretical terms: “The advance of freedom within nations will build the peace among nations.” While academics have produced multiple quantitative studies to test the democratic peace theory in recent decades, the neocons always considered that, as Charles Krauthammer put it, “democracies are inherently more friendly to the United States, less belligerent to their neighbors, and generally more inclined to peace.” Realists, he added, “are right that to protect your interests you often have to go around the world bashing bad guys over the head. But that technique, no matter how satisfying, has its limits. At some point, you have to implant something, something organic and self-developing. And that something is democracy.” This does not mean that neocons want to impose democracy at the point of a gun, as their critics often charge. “Exporting democracy” was never the primary goal of the Iraq invasion. But dismissing it as an ex-post facto justification is equally inaccurate. In fact, the lack of democracy was considered a key explanation for the instability of the Middle East by the neocons and the Bush administration, so it had to be addressed if America wanted to treat the disease of terrorism, proliferation and rogue states, and not just the symptoms—and it also happened to be the right thing to do in principle. Neoconservatives such as Paul Wolfowitz believed that democracy could flourish there, against the warnings of most conservatives and many realists who argued that culture and religion would prevent it. Like most liberals, and unlike cultural conservatives, a majority of neoconservatives are universalists. They consider that democracy and human rights are for everybody, regardless of their cultural background. They have little time for the clash of civilizations paradigm and see the world in terms of ideology, not identity. Because they blend universalism with nationalism, with a zest of missionary zeal, they resemble the Jacobins of the French Revolution”. (Id, Ibid, pps. 5-6).

identificadas enquanto prescrições ideológicas⁶⁹¹. Finalmente, Vaisse (2010) se propõe a analisar os motivos que levariam o neoconservadorismo a continuar tendo forte influência na sociedade norte-americana. Argumenta que, além dos favoráveis fatores - demográfico⁶⁹², institucional⁶⁹³ e intelectual⁶⁹⁴ -, os neoconservadores certamente conseguiram exercer pressão

⁶⁹¹ “It would be wrong to see these five pillars as abstract or ideological prescriptions detached from reality. Neocons see this set of principles as concrete guidelines validated by history, and one would not understand their foreign policy beliefs without immersing oneself in their (debatable) interpretation of some key events of the past. To cite just a few examples: Victory against the U.S.S.R. was won by the uncompromising and muscular stance adopted by Ronald Reagan (advised by many Scoop Jackson Democrats). America was attacked on 9/11 because it had shown weakness each time the terrorists struck, from Lebanon (1983) to New York (1993), Saudi Arabia (1996) and East Africa (1998). The Iraq invasion of 2003 was more costly and more difficult than first hoped, but it did eventually turn the country into a democracy. Moreover, the Iraq intervention led Libya to give up its WMD out of fear it would suffer the same fate. It also ushered in a new era of democratic movements in the Middle East, especially in Lebanon—and if they have not all succeeded yet, they will eventually”. (Id, Ibid, pps. 6-7).

⁶⁹² “There is the still active older generation, the Scoop Jackson Democrats, including Norman Podhoretz, Elliott Abrams, Joshua Muravchik, Richard Perle, Paul Wolfowitz and James Woolsey. There is also the more recent family of neocons, including Kristol and Kagan, David Brooks, Gary Schmitt, Tom Donnelly, David Frum and Danielle Pletka. But more importantly for the future, there are also men and women in their 40s, 30s and even 20s, whose formative experience is not the Cold War, but the 1990s and, more to the point, 9/11 and the Bush administration’s response. They include Max Boot, Dan Senor, Jamie Fly, Rachel Hoff, Abe Greenwald and Daniel Halper. In this sense, neoconservatism is regenerating itself and keeping a balanced age pyramid. After all, its idealistic, moralistic and patriotic appeal may be better suited to attract young thinkers than the prudent and reasonable calculations of realism. These younger neoconservative thinkers and operatives have generally received their first internships and jobs, and published their first articles, in the old network of friendly think tanks and publications built by their elders: the American Enterprise Institute, the Hudson Institute, PNAC, *Commentary*, *The Weekly Standard*, the editorial pages of the *Wall Street Journal*, and so on. Financial support for these institutions from various conservative donos and foundations such as the Scaife family, Bradley, Earhart, Castle Rock, and Smith Richardson foundations (which do not necessarily give only to neoconservatives), shows no sign of abating”. (Id, Ibid, p. 7).

⁶⁹³ “The Foundation for the Defense of Democracies was founded by Cliff May and others in 2001, and houses young and old neocons—from Reuel Gerecht to Michael Ledeen. More importantly, the Foreign Policy Initiative (FPI) was created in the Spring of 2009, under the tutelage of Bill Kristol, Robert Kagan and Dan Senor. Animated by young operatives, it is already making its mark on the Afghanistan and human rights debates, notably by sending public letters signed by neocons and non-neocons alike, a technique used by PNAC in the past. In 2008, Lawrence Kaplan re-launched an old magazine that had disappeared, *World Affairs*, which is not exclusively neoconservative (its editorial board is ideologically diverse), but does feature many neocons and liberal hawks such as Joshua Muravchik and Peter Beinart. Other, older, publications sympathetic to the neoconservatives and the liberal hawks include *The New Republic* under Martin Peretz, and the editorial pages of the *The Washington Post* where Charles Krauthammer has a weekly column and Bob Kagan and Bill Kristol each have a monthly one, and where Fred Hiatt and Jackson Diehl, who edit the editorial pages, have created a friendly environment for neoconservative themes”. (Id, Ibid, pps. 7-8).

⁶⁹⁴ “Neoconservatives do not write for themselves, they take part in the larger debate about U.S. foreign policy in mainstream publications and thereby influence public opinion and, more importantly, elite views. While there have been few conceptual innovations since the resurgence of neoconservatism—the five basic principles outlined above were by and large present in Kristol and Kagan’s 1996 Foreign Affairs article—that is largely true as well for other schools of thought like realism. And neoconservative thinkers sometimes produce articles and books which make their mark on the foreign policy debate. In 2008 for example, Robert Kagan’s *The Return of History and the End of Dreams*, which described the emerging international landscape as a struggle between the forces of democracy and the increasingly assertive and confident forces of autocracy (led by China and Russia), was an influential book in the United States and beyond, six years after his “Power and Weakness” article had redefined the terms of the debate on transatlantic relations. At a more tactical level, the surge of troops in Iraq in 2007 was partly devised by his brother Fred Kagan working at the American Enterprise Institute—along with retired General Jack Keane and the military commanders David Petraeus and Raymond Odierno. Fred Kagan is also an important voice on the current counterinsurgency debates (along with other

sob a administração de Obama⁶⁹⁵, como no caso da guerra no Afeganistão e, sobretudo, alcançaram uma posição de destaque dentro do próprio Partido Republicano⁶⁹⁶, especialmente em termos da conformação da política externa após o acontecimento de 11 de setembro⁶⁹⁷. Por todas essas razões, acredita na capacidade resiliente do neoconservadorismo⁶⁹⁸.

Esse argumento nos parece decisivo, pois a influência dos neocons na política externa do governo Obama (2009-2017) mostrou-se nítida: apesar de o presidente impor em seu discurso uma tentativa de se mostrar distante de Bush⁶⁹⁹, isso não significou nenhuma quebra de paradigma em relação à “Doutrina Bush”, sendo, na verdade, uma extensão da própria estratégia externa para o Oriente Médio, por exemplo, em sua “Doutrina Obama⁷⁰⁰”. No

neoconservatives such as Max Boot and Tom Donnelly) and was, for example, part of the team of civilian experts who advised General McChrystal on his Afghanistan review in July 2009”. (Id, Ibid, p. 8).

⁶⁹⁵ “Obama’s foreign policy team is made up of liberals and realists whose positions are far from those of the neocons. However, opposition is not total. Not only are neoconservatives sometimes joining forces with liberal groups on human rights issues (against the realists), or engaging in conversations with senior administration officials, but they lined up behind the administration war effort in Afghanistan—this time against the liberal left and some realists in both parties. Like they did in the second half of the 1990s, when they were fighting creeping isolationism on the Balkans among Republican ranks, the neocons and in particular FPI is leading the charge against conservative “defeatists”—for example *The Washington Post* columnist George Will—in favor of a Democratic President they oppose on most other issues”. (Id, Ibid, p. 8).

⁶⁹⁶ “Whereas FPI was set up to fight the post-Bush backlash in foreign policy, in particular inside the Republican Party, there seems to be very little reaction against muscular interventionism in the GOP. On the contrary, neoconservatism, rather than realism, seems to have won the battle for the soul of the party. And if not neoconservatism per se (the base of the GOP is less internationalist than the neocons), at least a hawkish version of foreign policy is prevailing among Republicans—while Democrats and Independents seem firmly in the liberal and realist camp”. (Id, Ibid, pps. 8-9).

⁶⁹⁷ Aqui cabe constatar que o 11 de dezembro acirrou as divergências dentro das correntes conservadoras. Nesse sentido, importa destacar o embate envolvendo os neocons e os chamados paleoconservadores. Isso pode ser explicitado, por exemplo, a partir das obras *World War IV* (2007), do neocon Norman Podhoretz e *Where The Right Went Wrong* (2005), do paleocon Patrick J. Buchanan. Para Podhoretz, o ataque às torres gêmeas sinaliza a verdadeira inação norte-americana e, portanto, defende uma atuação irredutível em relação ao combate ao terrorismo. Para Buchanan, após o fim da Guerra Fria, não havia mais um império ou uma ideologia capaz de ameaçar os Estados Unidos, por isso assevera a conformação de uma política externa prudente e fundamentalmente voltada para a defesa dos interesses nacionais.

⁶⁹⁸ O artigo foi escrito em 2010 e, obviamente, não seria possível apreender todo o conteúdo do governo Obama e tampouco verificar a ascensão (“surpreendente”) de Trump ao governo dos Estados Unidos em 2017. No entanto, em linhas gerais, apesar das relações conflitantes destes dois governos com os neocons, isso não evidenciaria uma real derrocada desta vertente principal na arena política estadunidense.

⁶⁹⁹ “Em seu primeiro ano, podemos observar que as grandes metas da política externa de Obama foram: pacificar o Oriente Médio (i.e., conseguir uma solução de estado dual para israelenses e palestinos, assim como, estabilizar a legitimidade do governo do Iraque); firmar o princípio da inviolabilidade da soberania dos estados como forma de se distanciar da estratégia preventiva de Bush; buscar a não-proliferação de armas nucleares; melhorar o equilíbrio regional na Ásia Central com o engajamento da União Européia, da China, da Rússia, da Índia e do Paquistão na missão militar do Afeganistão; engajar China e Rússia em acordos bilaterais de caráter econômico e militar; firmar parcerias estratégicas na África e conter a “diplomacia energética” da China em tal continente; conter a ameaça de “grupos extremistas violentos” e de redes transnacionais de tráfico de drogas; reformar as leis e instituições que regulam e mediam a situação de imigrantes (legais e ilegais) e asilados. Uma agenda ambiental também foi esboçada, porém, foi sendo postergada até dezembro, sem resultados significativos”. (VIANNA, 2010, p. 113).

⁷⁰⁰ Mesmo com a efetiva retirada dos militares do Iraque, a política externa de Obama não hesitou em: (i) utilizar, unilateralmente, todo o poderio militar ianque contra a Líbia e a Síria; (ii) promover direta ou indiretamente a derrubada de regimes políticos (caso do Paquistão); (iii) buscar dirimir a atuação da OMC, através do estabelecimento do TPP (Trans-Pacific Partnership), em 2010, e do TTIP (Transatlantic Trade and

entanto, em relação aos três anos do governo de Donald Trump (2017-2019), a capacidade de influência neocon em sua política externa, e até mesmo em seu governo em geral, modificou-se relativamente⁷⁰¹. Desde a campanha de Trump até o momento atual, as tensões envolvendo ambos têm aumentado consideravelmente⁷⁰², porém, não temos elementos suficientes para considerarmos que o neoconservadorismo nos Estados Unidos está derradeiramente com os dias contados⁷⁰³.

Na avaliação de Wendy Brown (2006), o neoconservadorismo opera em muitas convergências com o próprio “neoliberalismo”: na condição de *duas racionalidades* distintas entre si, ambas convergem em termos do que chama de “efeitos de des-democratização”⁷⁰⁴, pois as respectivas repulsões às liberdades políticas, à igualdade, à cidadania substantiva e ao Estado de Direito, em favor da governança segundo os critérios do mercado e a valorização do poder do Estado para fins pretensamente morais, não apenas enfraquece a cultura como também as instituições da democracia constitucional. Isto é, as duas racionalidades produzem simbioticamente uma *indiferença em relação à veracidade e responsabilidade do governo e à liberdade e igualdade entre os cidadãos*. Em suas palavras:

What this suggests is that the moralism, statism, and authoritarianism of neoconservatism are profoundly enabled by neoliberal rationality, even as neoconservatism aims to limit and supplement some of neoliberalism's effects, and even as the two rationalities are not concordant. Neoliberalism does not simply produce a set of problems that neoconservatism addresses or, as critics often claim,

Investment Partnership), em 2013; (iv) tentar “rivalizar” com a Rússia e “acomodar” a China segundo os seus interesses e (v) desenvolver e aprimorar um sistema de vigilância global que veio a tona com as denúncias de Edward Snowden (ex-integrante da NSA) em 2013, dentre outros.

⁷⁰¹ Para os neocons, a política externa de Trump: (i) enfatiza os interesses privados do presidente, (ii) se mostra limitada em relação à China, (iii) adotou em pouco tempo um tom agressivo e de ofensas gratuitas a grande parte de seus aliados e (iv) aponta sua total falta de conhecimento sobre o assunto, principalmente por sua postura perante o TTIP. Mas, receberam com agrado o bombardeio à Síria em 2017.

⁷⁰² Parte importante dos neocons não apoiou a candidatura de Donald Trump e, desde sua posse, tem destilado fortes críticas ao seu governo e à sua própria pessoa. Dentre os mais exaltados, publicamente, temos Max Boot: “Trump é muito estúpido para ser presidente”. Cf. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2017/06/16/donald-trump-is-proving-too-stupid-to-be-president/>.

⁷⁰³ “The final reason for neoconservative resilience—this time in the medium and long term—is cyclical. While cycles in American foreign policy are a subject of academic controversy, there is no doubt that U.S. diplomacy features moments of extraversion and (sometimes muscular) engagement succeeded by moments of introversion or retrenchment. Neoconservatives, always in opposition during the latter (the 1970s, the 1990s, perhaps the 2010s as well), have been most influential during the former, especially the years 1981-1985 and the years 2001-2005. [...] This, of course, does not mean that neoconservatives have recipes which will be any more effective to guide America in the current world. From the inherent limits of military power to the difficulties of nation-building, and from the increasing influence of rising powers to America’s long-term budgetary constraints, neoconservative ideas will be hard-pressed to prove they can make a difference. They will be all the more challenged in that they will be accused of having accelerated America’s relative decline during the 2000s. But this in no way guarantees that they will not be back”. (VAÏSSE, 2010, p. 10).

⁷⁰⁴ “To see this more clearly, let us revisit four aspects of neoliberal de-democratization, considering them now as the seedbed of the new political form that I’m suggesting is produced at the intersection of neoliberal and neoconservative rationalities: (1) the devaluation of political autonomy, (2) the transformation of political problems into individual problems with market solutions, (3) the production of the consumer-citizen as available to a heavy degree of governance and authority, and (4) the legitimization of statism”. (BROWN, 2006, p. 703).

operate as neoconservatism's corporate/economic plank. Rather, neoliberal political rationality, which knows no political party, has inadvertently prepared the ground for profoundly anti-democratic political ideas and practices to take root in the culture and the subject. This is what permits neoconservatism to become more than a contestable political ideology or agenda whose star might rise or fall according to economic indicators, immigration politics, or success in imperial wars. Neoconservatism sewn in the soil prepared by neoliberalism breeds a new political form, a specific modality of governance and citizenship, one whose incompatibility with even formal democratic practices and institutions does not spur a legitimization crisis because of the neoliberal devaluation of these practices and institutions that neoconservatism then consecrates⁷⁰⁵.

Todavia, conforme já tivemos oportunidade de anunciar no capítulo 7 da presente tese, acreditamos que, apoiados em Dardot & Laval (2016, 2019), o “neoliberalismo” - enquanto norma das relações sociais pautado na concorrência - pode conviver com muitas concepções políticas e formas ideológicas (neoconservadora, progressistas ou “populistas”), pois esta lógica opera simultaneamente em todas as esferas da sociedade. O que verificamos no período mais recente, portanto, é a configuração de “um governo de guerra civil”, sustentado na condição de um “revestimento jurídico-político de um governo de guerra”.

A fragilização das liberdades públicas do Estado de direito e a extensão concomitante dos poderes policiais se acentuaram com a guerra contra a criminalidade e a guerra contra a droga dos anos 1970. Contudo, foi sobretudo após a declaração de guerra mundial contra o terrorismo, imediatamente depois do 11 de setembro de 2001, que se deu o desdobramento de um conjunto de medidas e dispositivos que violam abertamente as regras de proteção das liberdades na democracia liberal, chegando inclusive a incorporar na lei a vigilância massiva da população, a legalização do encarceramento sem julgamento e o uso sistemático da tortura. [...] Hoje, a “contrarrevolução sem revolução”, como a denomina Harcourt, busca reduzir por todos os meios a um inimigo interior e exterior onipresente, que tem muito mais cara de jihadista, mas que pode adotar muitas outras caras (estudantes, ambientalistas, camponeses, jovens negros nos Estados Unidos ou jovens dos subúrbios na França, e talvez, sobretudo neste momento, migrantes ilegais, preferentemente muçulmanos). E para levar a bom término esta guerra contra o inimigo, convém que o poder, por um lado, militarize a polícia e, por outro, acumule uma massa de informações sobre toda a população com a finalidade de

⁷⁰⁵ Cf. Id, Ibid, p. 702. Em entrevista mais recente (2017) nos diz que: “Há outro aspecto importante do neoliberalismo, que é a transformação de si mesmo, ou do sujeito. Em certa medida, não tem muito a ver com a monetização, mas com todo o leque de práticas que incluem, por exemplo, as dietas que medem as calorias, o exercício, a educação, o ócio, a contabilização da quantidade de ferro e outros nutrientes que se ingeriu. Calcular se tal ou qual investimento na educação trará maiores benefícios para nosso capital humano. Tudo isto nos faz cúmplices, e muitas vezes partidários das políticas de privatização e desregulação, mas também nos torna sujeitos altamente governados. Imaginamos que somos livres, mas, na realidade, nunca fomos tão autorregulados”. Sobre Trump assevera que: “Trump está preso à clássica encruzilhada neoliberal-neoconservadora, que por um lado pretende cortar impostos e, portanto, as receitas do estado, e por outro lado tem um plano de investimentos em infraestrutura descomunal, tanto em nível militar, como em construir o novo muro. Os pequenos elementos protofascistas de uma economia política construída em torno de um projeto nacionalista baseado na construção de infraestruturas em grande escala, o levantamento do muro e outros estão no ponto, mas a base econômica segue presa à lógica neoliberal de cortes, privatização e desregulação, de modo que não funcionará. Os verdadeiros princípios não passam pelo questionamento do valor máximo do mercado. O que buscam é voltar a afiançar as economias neoliberais em nível nacional. Esta versão concreta de um neoliberalismo autoritário, protecionista e nacionalista que vemos hoje em dia não supõe o fim da neoliberalização. Mas, ao contrário, acredito que estamos, sem dúvida, diante de um novo capítulo”. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/574278-neoliberalismo-estamos-diante-de-um-novo-capitulo-entrevista-com-wendy-brown>.

impedir qualquer rebelião possível. Em suma, o terrorismo de Estado se encontra novamente em plena progressão, até mesmo quando a ameaça comunista, que lhe havia servido de justificativa durante a Guerra Fria, desapareceu. A imbricação destas duas dimensões, a radicalização da estratégia neoliberal e o paradigma militar da guerra contrainsurgente, a partir da mesma matriz de guerra civil, constitui atualmente o principal acelerador da saída da democracia. Este enlace só é possível graças à habilidade com a qual certo número de responsáveis políticos da direita, ainda que também da esquerda, se dedicam a canalizar, mediante um estilo populista, os ressentimentos e o ódio aos inimigos escolhidos, prometendo às massas ordem e proteção em troca de sua adesão à política neoliberal autoritária⁷⁰⁶.

Dito, em nossas palavras, a ascensão de Trump expressa um caráter “reativo” – sobrepujado pelo espectro “populista”⁷⁰⁷ – à lógica implacável desempenhada pelo “neoliberalismo”, na mesma medida em que vem revelando a total incapacidade de revertê-la, senão de *aprofundá-la por outros meios*, pois não se trata simplesmente de mais um dos típicos movimentos pendulares do capitalismo ocorridos no século XX, auspicioso por maior regulação e “priorizações” nacionais em momentos de crise, mas, sobretudo, de uma *crise histórica*, como veremos na última parte de nossa tese.

Em síntese, o libertarianismo e o neoinstitucionalismo estabelecem um fecundo diálogo com o “neoliberalismo”, principalmente porque atuam em prol de sua própria *legitimação*, não demonstrando qualquer tipo de rompimento com as premissas “neoliberais” centrais: a formação da “ordem espontânea” e a racionalidade que almeja sedimentar a concorrência como norma geral das relações na sociedade capitalista. Já no caso do neoconservadorismo, encontramos pontos em comum com a fundamentação “neoliberal”, conforme já destacado anteriormente com base em Dardot & Laval (2016): a articulação entre empresa e família que exprime a convergência entre a *normatividade neoliberal e o moralismo neoconservador e a defesa intransigente da ordem social*. Todas elas admitem, em graus variados ou até mesmos distintos, o fato de que a “ordem social espontânea” ou a “ordem social erigida com base nas instituições e valores herdados”, encontra-se sob forte *ameaça* desde a conjuntura da década de 1970.

⁷⁰⁶ Cf. DARDOT & LAVAL, 2019, s/p.

⁷⁰⁷ Em nossa visão, a imagem que Trump procurou desempenhar o situa enquanto um “outsider”: um suposto crítico do sistema político vindo de alguém que, na verdade, não estava diretamente ligado a esse sistema, mas sim ao mundo dinâmico dos negócios e seus séquitos de empreendedores e gestores. Logo, o caráter crítico de sua posição assume uma feição aparente, ou seja, crítico *pero no mucho*, pois se trata de uma versão (da extrema-direita ou do populismo de direita, ou de qualquer outra designação) que aprofunda a própria manutenção do neoliberalismo, a despeito de seus sinais de tensionamento.

COMENTÁRIOS E CRÍTICAS

O estudo sobre a mudança social, a partir da conjuntura de 1970, assumiu trajetórias distintas. Como vimos anteriormente, as transformações ocorridas desde 1970 indicavam, para muitos autores, a emergência de uma nova ordem societal em curso; outros, porém, apostaram no surgimento de uma nova fase para o desenvolvimento do capitalismo; alguns destacaram que se trata de um período atravessado pelas características fundamentais de um “novo-imperialismo” ou “capital-imperialismo” e, finalmente, tivemos as interpretações que sustentam elementos contundentes que expressam a crise estrutural ou sistêmica do próprio capitalismo.

No entanto, após o exame no âmbito da moderna tradição liberal e conservadora, levando em conta as contribuições mais relevantes de seus principais teóricos, as alterações suscitadas no capitalismo, em meados dos anos de 1970, apontam para a discussão em torno do chamado “neoliberalismo”. Esta terminologia, apesar de ter sido (e continuar sendo) rejeitada por todas as vertentes internas, seja pelas liberais bem como pelas conservadoras, assumiu maior proeminência, revelando um conjunto de reflexões a seu respeito. Ao longo das últimas décadas, as disputas em torno de seu conceito foram se mostrando infrutíferas e, até mesmo, bastante desgastantes: uma ciência econômica ortodoxa (austriaca e/ou dos “*Chicago boys*”); um tipo peculiar de política econômica; um verniz político e ideológico da primazia das finanças ou da financeirização; uma ideologia suprema da “globalização dos mercados” ou, simplesmente, uma filosofia política.

Posicionando-nos distante e criticamente a estas terminologias, procedemos com uma definição mais robusta de “neoliberalismo”, capaz de: (i) abranger seu percurso sinuoso dentre os próprios liberais e conservadores e (ii) nos permitir realizar uma interpretação contundente de autores como Mises e Hayek, como também de alguns expoentes ligados ao libertarianismo, ao neoinstitucionalismo e ao neoconservadorismo. Todos estes matizes admitem que, em graus variados, a “ordem social espontânea” ou a “ordem social edificada com base nas instituições e valores herdados” encontra-se “ameaçada” desde a conjuntura aberta na década de 1970. Tal consenso é exprimido em função do significado das mudanças ocorridas que, em grande medida, podem “abalar” a ordem social constituída e, portanto, necessitam de novas argumentações que defendam a sua manutenção.

O diagnóstico fundamental refere-se na aceitação (relativa, para alguns) de que o “neoliberalismo” difere-se do período do *laissez-faire*: no século XVIII, a “demarcação” entre o Estado e o mercado contava com o desenvolvimento da sociedade comercial alicerçada nos

interesses pelas trocas dos pequenos produtores e proprietários, envolvidos por um processo de adaptação decorrido espontaneamente ou apoiado em instituições e valores herdados, tais como as formas de solidariedade e a restrição à mercantilização generalizada; no século XIX, com a edificação das sociedades industriais, esta realidade não pertencia mais às grandes potências; no século XX, especialmente entre 1945 e 1970, ela deixou de existir também para a maior parte do mundo ocidental.

Nesse sentido, enquanto os liberais e conservadores clássicos apostavam (ainda que de maneiras distintas) na vitalidade e longevidade da ordem social estabelecida, os liberais e conservadores contemporâneos se viram obrigados a reavaliarem suas posições, diante das transformações ocorridas em fins do século XIX, que eclodiram nas duas guerras mundiais, seguidas pela erupção de 1968 e pela crise de 1973. Logo, a necessidade da “nova regulação” da ordem social tornou-se evidente e candente, no bojo destas tensões, circunscritas em distintos campos de disputas, por forças sociais heterogêneas e, mesmo dispersas, que foram se aglutinando em meio à crítica ao Estado de bem-estar social, ao planejamento social e etc.

Tomadas em conjunto, significam a tentativa de consolidação de uma cosmovisão difícil de confrontar, dado congregar um expediente consistente de aparatos discursivos, princípios normativos, dispositivos de poder, orientações epistemológicas e práticas de conduta social. Como bem esclarece Mariutti (2018):

[...] a peculiaridade desta cosmovisão é que ela não tem um *telos* como o cristianismo ou o marxismo: a tarefa dos “neoliberais” é aprimorar e proteger eternamente um quadro institucional capaz de difundir os princípios da concorrência e generalizar um mercado orientado principalmente pelos preços. Todo o resto é da alçada dos atores econômicos. Visto deste modo, o “neoliberalismo” é um adversário muito mais difícil de ser combatido, pois ele pretende jogar simultaneamente em todos os tabuleiros e, deste modo, se impor a todas as dimensões da vida social. Além disto, ao contrário do que querem fazer parecer os teóricos da conspiração, nunca existiu um “complô” ou um comitê executivo para se pensar e tentar implementar este tipo novo de cosmovisão. A consolidação destas novas práticas não foi totalmente deliberada, mas o produto involuntário de um conjunto complexo de forças que se seguiu ao terremoto político social que se precipitou em 1968. Porém, uma vez estabilizada a ordem social nestes novos moldes, sobretudo depois de 1989, foi possível a alguns “neoliberais” afirmarem que eles “ganharam o jogo” de forma consciente e planejada. A tarefa de manter uma ordem social que, mesmo sujeita a profundas instabilidades, tomou um perfil mais ou menos discernível, é muito mais simples do que construir uma nova. Logo, quem quer combater o “neoliberalismo” precisa também operar em todas as arenas, mas sem tentar ressuscitar o cadáver dos Anos Dourados. Como insinuou Eric Hobsbawm – infelizmente, um saudosista – em *A Era dos Extremos*, vivemos em uma outra *Era*, na qual o presente é cada vez mais turbulento e o futuro é totalmente incerto⁷⁰⁸.

Baseados neste enquadramento teórico, isto é, na ideia do “neoliberalismo”, enquanto uma racionalidade que engendra uma normatização social de acordo com o princípio

⁷⁰⁸ Cf. MARIUTTI, 2018, p. 47, grifos do autor.

universal da concorrência, procuramos avaliar as contribuições de Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek, atentando-se para fato de que os mesmos devem ser interpretados em face de uma problemática mais ampla, ao contrário de muitas abordagens que os situam na condição de teóricos da economia.

O economista austríaco Ludwig Von Mises⁷⁰⁹ apoia-se na construção da praxeologia (teoria ou ciência da ação humana), alinhavada com o individualismo metodológico dedutivista, cuja premissa fundamental reside na ideia de que os indivíduos agem com base em suas subjetividades e sempre procuram perseguir determinados fins, utilizando-se para isso de meios adequados para alcançarem seus objetivos. A avaliação sobre estes meios é o que postula a praxeologia, pois não cabe escrutinar os motivos pelos quais os indivíduos foram levados a buscarem seus propósitos.

Esta teoria ou ciência assenta-se no axioma da racionalidade e da causalidade: todas as ações humanas partem do estabelecimento de escolhas, envolvendo uma determinada ação propositada racional, isto é, a perseguição de meios adequados para se realizar fins últimos, mas, ao agirmos, levamos em consideração como nos utilizaremos dos meios disponíveis mais adequados, naquele momento, para chegarmos aos fins pretendidos, dado que a passagem do tempo implica, dentre muitas coisas, principalmente em mudanças nas estruturas de preferências individuais.

Embora reconheça o peso dos hábitos e das tradições que incidem sobre a atribuição das ações humanas, interessa à praxeologia apenas a estrutura categórica da ação propositada: enquanto a história se atenta aos fatores que influenciaram nas escolhas individuais bem-sucedidas, a praxeologia reserva-se a apreender dedutivamente os princípios que regem a ação dos indivíduos. Ou seja, por meio da lógica dedutiva alicerçada ao individualismo metodológico é possível verificar os distintos significados e formas atribuídos pelos indivíduos no processo de transformação dos bens em bens econômicos. Logo, a ciência da ação humana nos permite definir a existência de bens econômicos e estabelecer relações quantitativas entre eles.

Uma vez apreendidas estas relações, mostra-se capaz de indicar o uso mais adequado dos meios para se atingir os fins alternativos, pois é apenas no plano individual subjetivo que podemos analisar o conhecimento das tecnologias e dos recursos disponíveis mais adequados para a produção de um determinado bem, assim como também considerar todos os sacrifícios envolvidos nestes termos. Como a ação está orientada para o futuro incerto, toda a ação

⁷⁰⁹ Cf. VON MISES (1920, 1922, 1927, 1929, 1933, 1934, 1949, 1957, 1962 e 1969).

representa uma atribuição de significados, realizada pela capacidade mental do indivíduo diante das alternativas dos meios disponíveis em busca da realização de fins últimos.

A praxeologia procura então deduzir aquilo que já está explícito na ação. Através deste processo, a ação humana pode ser interpretada segundo uma “lógica de atribuição de significados”, assumindo um caráter de neutralidade científica, pois se fundamenta em uma teoria livre de quaisquer juízos de valor ao sustentá-la de acordo com o subjetivismo inscrito nas escolhas individuais. Desta maneira, prevalece a noção do *Homo agens* em detrimento ao do *Homo economicus*: não é o caso de se atribuir exclusivamente uma identificação *a priori* dos bens e comportamentos que se tornam econômicos, trata-se, sobretudo, de expressar um campo analítico de interpretação dos aspectos econômicos que estão inseridos nos comportamentos sociais, com o intuito de propor uma melhor adequação dos meios escassos disponíveis aos fins almejados.

A economia, portanto, se dedica a estudar a ação humana ao mesmo tempo em que se encontra integrada por ela: com base na natureza subjetiva do conhecimento, nas escolhas e nas avaliações sobre suas próprias ações conscientes, os indivíduos se orientam no sistema de preços (cálculo econômico), sustentados pela propriedade privada dos meios de produção, buscando atuarem no mercado a fim de obterem os meios mais adequados para alcançarem uma melhora de sua situação. Logo, como o mercado é um processo regido pelo dinamismo, pela mudança, pelo aprendizado e pela competição, ele assume um papel fundamental não apenas por revelar o empreendedorismo consciente e bem-sucedido, mas, especialmente, por ser a melhor expressão da cooperação social, marcada pela liberdade e pela interdependência entre os indivíduos, único meio capaz de edificar e manter a civilização que conhecemos de longa data, a partir da atuação da divisão intelectual do trabalho e da especialização da produção (e das trocas) que incidem vertiginosamente sobre o conjunto da sociedade.

Por sua vez, o economista e filósofo austríaco Friedrich Hayek⁷¹⁰ procura estabelecer o liberalismo genuíno através de uma teoria que avalia as forças que determinam a configuração da sociedade a partir do entendimento acerca das ações individuais. Estas ações estão orientadas de acordo com expectativas de comportamento e conformam variados efeitos sociais combinados não intencionais, engendrando assim instituições, práticas e regras de conduta que vão paulatinamente moldando a vida social. Os efeitos sociais não intencionais são gerados de forma espontânea e ultrapassam qualquer capacidade de conhecimento dos

⁷¹⁰ Cf. HAYEK (1931, 1935, 1937, 1944, 1947, 1952, 1960, 1967, 1973, 1976, 1978, 1979 e 1988).

próprios indivíduos, pois são constituídos por um processo de seleção cultural, apresentando certos tipos de ordenamento.

É no evolir dos desdobramentos das comunidades, até atingirem formas sociais mais complexas, que toda a ação social – mesmo que limitada racionalmente – produz efeitos sociais diversos não intencionais: a ordem social edificada espontaneamente está fundada através de um processo inconsciente de seleção de hábitos e regras de conduta, do qual a própria razão é constituída. Os hábitos sociais e as regras de conduta também são adquiridos e figuram como fruto do aprendizado dos indivíduos inscritos neste processo de seleção cultural. Este modo de apreensão contorna a praxeologia miseana e se propõe a localizar a ação social enquanto uma posição intermediária entre as ações “naturais” e as ações “artificiais”: a ação social dos indivíduos está composta por elementos de cada uma delas de maneira combinada, sem que haja simplesmente um tipo de interação dicotômica no envolvimento de tais elementos. Entre essas duas formas de ação (“naturais” e “artificiais”), existem traços comuns abarcando ambas, ou seja, as ações sociais representam movimentos imprevisíveis, inconscientes e espontâneos imbricados com aqueles parcialmente conscientes e intencionais.

Aqui é evidente a influência da noção de sistemas complexos, atrelado à ideia da seleção cultural: as estruturas auto-ordenadas, geradas espontaneamente e de evolução imprevisível, apresentam um mecanismo fundamental de identificação dos casos de “sucesso”, medido por meio da sua capacidade de adaptação e de possibilidade de reprodução, e envolvendo aqueles caracteres socialmente adquiridos através do aprendizado pelos grupos sociais. No âmbito dos grupos sociais predominam um sistema de regras individuais assimiladas por um variado padrão de condutas. As interações presentes entre e dentre os grupos sociais revelam a maior eficácia das ações que será considerada consistente, em prol da evolução, caso seja capaz de propiciar mudanças transmitidas e cristalizadas na ordem social geral. Logo, a seleção cultural implica na transmissão das informações e dos hábitos herdados diretamente (isto é, de seus pais biológicos, ancestrais e etc.), como também no diverso e amplo legado “cultural” auferido indiretamente por alguns grupos sociais indefinidos e altamente potenciais.

Não obstante, o caráter assumido pelo conhecimento na sociedade em meio ao processo de seleção cultural indica que o funcionamento de uma economia caracteriza-se não simplesmente pela obtenção, em determinados momentos, da alocação mais eficiente de recursos, mas, sobretudo, pela incessante adaptação ao fluxo contínuo de mudanças: os indivíduos necessitam criar e descobrir novos meios de perseguição das demandas no futuro,

adaptando-se a esta antecipação com as ações tomadas no passado. Neste processo de descoberta, que se torna cada vez mais complexo no sentido da coordenação das ações individuais, verifica-se uma tendência crescente de maior aprofundamento do nível de divisão do trabalho e do capital e uma maior fragmentação do conhecimento dos agentes: vai ficando mais difícil para o indivíduo entender plenamente as etapas dos processos produtivos e prognosticar quais deveriam ser os usos alternativos dos recursos.

Contudo, diante desta dificuldade inerente aos agentes, em termos da compreensão dos detalhes de como suas ações se relacionam com as dos demais, devemos acreditar e confiar nas operações de mecanismos descentralizados de correção de erros. Além dos próprios limites do conhecimento, o crescimento do conhecimento falível *pari passu* à crescente dificuldade de coordenar ações de agentes será “superado” devido à liberdade empresarial, assentada na propriedade privada: a descoberta dos empresários, a partir da formulação de testes de lucratividade no tocante às diversas soluções mercadológicas possíveis, propicia os mais adequados meios e fins ao longo do tempo, em um ambiente marcado por incessante transformação.

O mercado passa a ser entendido, então, como um mecanismo de aprendizado, através das tentativas e erros: é apenas por meio dele que poderemos gerar a coordenação das ações, pois é nele que impera o sistema de preços, identificado como uma linguagem (ou sinal), onde suas variações indicam mudanças na escassez relativa dos bens, fazendo com que cada agente ajuste suas demandas por fatores e bens finais. Portanto, os agentes aprendem a promoverem da melhor maneira possível os ajustes em suas ações, desconhecendo cada vez mais as razões de suas causas finais. Logo, o mercado opera segundo um mecanismo evolucionário de aprendizado, articulado tanto à criatividade da descoberta empresarial quanto a um mecanismo de correção de erros.

A partir do processo de seleção cultural, a “grande sociedade” ou a sociedade estendida (“*extended order of the market*”) seleciona apenas regras de condutas e determinados comportamentos de grupos sociais que asseguram a sobrevivência do maior número de integrantes. Em função da sedimentação de regras abstratas, ela sobrepuja as tendências coletivistas “instintivas”, dado que tais regras resultaram das interações do próprio evoluir da sociedade e, por isso, não são frutos nem totalmente da razão nem dos instintos. No entanto, por seu caráter contingente e imprevisível, a ordem social expressa uma maior imprevisibilidade da vida social, ao mesmo tempo em que dificulta a possibilidade de qualquer tipo de planejamento consciente, nos restando apenas buscarmos aprimorar as regras

gerais abstratas por meio de instituições compatíveis, ou seja, através de uma jurisprudência compatível com suas características fundamentais.

Nesse sentido, cabe asseverar pela perseguição da promoção de leis, legislações e aparatos institucionais que contribuam para a manutenção da ordem social vigente, preservando-se a liberdade individual em um Estado de Direito, ancorado em regras mínimas suficientemente capazes de perpetuar as relações sociais assentadas na concorrência. A compreensão da “ordem espontânea”, marcada pela seleção cultural e pela complexidade, articulada com a necessidade de se construir as regras de conduta capazes de preservar a sobrevivência do maior número de indivíduos, tendo a concorrência como norma geral das relações sociais, representa a grande contribuição do pensamento de Hayek, ao passo que a implicação das ações sociais, diante do caráter falível do conhecimento humano, constitui o seu verniz teórico.

Superar o enorme potencial de ocorrência de erros implica em uma única maneira efetiva: examinar as condições para que haja uma tendência a maior coordenação das ações, através do uso de mecanismos descentralizados de aprendizado que, para seu melhor proveito, exigem estarem plenamente assentados na liberdade individual. *Mises e Hayek, portanto, configuram aquilo que o “neoliberalismo” tem de mais expressivo do ponto de vista teórico: enquanto o primeiro exalta, por meio da praxeologia, a concepção de indivíduo como um empreendedor inovador (inclusive, de si mesmo), capaz de explorar as oportunidades; o último promove uma nova síntese na tradição liberal, limpando o terreno de todas as perspectivas “coletivistas”, ao destacar a importância das regras jurídicas e a necessidade de um “Estado forte liberal” - um governo guardião do direito privado da sociedade (na condição de uma lógica incutida no próprio governo) – para a manutenção da ordem social.*

Estas contribuições certamente influenciaram as correntes inscritas na tradição liberal, após a década de 1970. Na vertente libertária, o filósofo nova-iorquino Robert Nozick (1974) parte do pressuposto de que vivemos vidas separadas e, por essa razão, não se legitima moralmente a imposição de ônus ou sacrifícios a uma pessoa a favor ou em benefício de outra, pois todos os indivíduos possuem direitos absolutos à vida, à liberdade e à propriedade. Ao pertencerem aos indivíduos, estes direitos exigem a garantia de sua proteção. Portanto, são invioláveis, exaustivos e não suscetíveis a colidirem com outros direitos: não devem ser destituídos ou relativizados, a não ser em casos em que se verifica a prática de atos ilícitos ou fraudulentos, cabendo a autodefesa ou a reparação e/ou punição.

Por vivermos vidas separadas, é o indivíduo quem deve decidir sobre como conduzir a sua existência, seu corpo, sua liberdade e seus bens. Isso implica fundamentalmente em não

aceitar qualquer tipo de sacrifício imputado a uma pessoa em detrimento de outra, mesmo que seja algo benéfico em termos coletivos ou exprima uma condição de necessidade do beneficiado. No caso de direitos prestacionais, de ajuda ou colaboração, estes serão encarados como legítimos se advirem através de ações voluntárias estabelecidas entre as partes envolvidas. Logo, estamos tratando de uma concepção de direitos negativos, distante da noção utilitária de direitos: ela se assenta na noção de autonomia do indivíduo.

Além disso, as liberdades econômicas também necessitam ser preservadas. O vínculo sugerido entre a liberdade e os direitos de propriedade corrobora a ideia de que estes últimos são entendidos enquanto a extensão do próprio corpo dos indivíduos e que, por isso, precisa ser igualmente protegido. Para salvaguardarem todos estes direitos, a única forma de Estado moralmente legítima é a do Estado mínimo, sobretudo porque esta forma se erigiu a partir de um processo espontâneo, que se desdobrou desde o estado de natureza até atingir sua plenitude. O Estado mínimo é, portanto, o único capaz de garantir o livre evoluir da liberdade individual alinhada com o cumprimento do princípio da não-interferência sobre as posses.

Nesse sentido, nenhum Estado mais amplo merece ser justificado e tampouco se reveste de legitimidade moral. Isso não significa, porém, que o Estado mínimo prescindia de certos princípios de preocupação social e de senso de justiça. No que tange aos direitos de propriedade, devemos levar em consideração três elementos cruciais: (i) a necessidade de ter havido justiça na aquisição inicial da propriedade; (ii) a transferência de propriedade, para se manter o critério de justiça, somente poderá ocorrer mediante ações voluntárias e (iii) deve haver mecanismos de retificação justos, nos quais vigoram a reparação em face das injustiças históricas na aquisição da propriedade ou em casos de crimes ou fraudes.

Logo, desde que não tenha ocorrido nenhum tipo de coação ou fraude e tenha sido estabelecido de forma voluntária, havemos cumpridos os critérios de justiça. Além disso, cabe acrescentar que exatamente por partir da relação voluntária entre os próprios indivíduos, a justiça distributiva não admite qualquer tipo de padrão e não deve se orientar por qualquer forma de padronização. A mesma lógica se replica quando se trata da distribuição de renda: o uso de qualquer mecanismo de tributação que interferisse na composição e distribuição das rendas dos indivíduos seria como discriminar arbitrariamente o usufruto legítimo de aferição e destinação de seus proventos da forma como os acharem melhor. Por essa razão, a padronização de um sistema de tributação mostra-se inadequado, assim como a efetivação de qualquer tipo de política pública.

Temos então a seguinte linha de raciocínio: (i) se toda ação moral, é enquanto tal, somente se for voluntária, a defesa do Estado mais amplo atenta contra a liberdade dos

indivíduos e desvaloriza paulatinamente as ações morais, à medida que tende a encapsular segundo determinados padrões e institucionalidades e, (ii) se todos os indivíduos têm o direito de definir os rumos de suas vidas, tornando-se os únicos responsáveis por suas próprias vidas e pelas consequências de seus atos, a existência do Estado (no caso, apenas o mínimo) só se legitima se perseguir a garantia dos direitos fundamentais dos indivíduos e de seus direitos à propriedade e servir como suporte necessário para a busca e a realização de nossas utopias.

A ideia básica se resume a asseverar que somente neste tipo de Estado mínimo podemos fundamentar nossas utopias: dado que os indivíduos são diferentes entre si e vivem vidas separadas, somente através da limitação do papel do Estado poderemos contar com um suporte adequado para a emergência das utopias, pois a ultrapassagem da ação estatal, para além da garantia da segurança das pessoas, afronta e desvia os mesmos das atividades e dos entendimentos mútuos e voluntários, assim como também culmina na restrição de alguns modos de vida. Logo, o Estado mínimo é a estrutura que permite o desenvolvimento de diversas configurações sociais, compostas por distintas comunidades isoladas ou interligadas de maneira voluntária e construídas espontaneamente.

Para a vertente neoinstitucionalista, o economista estadunidense, Douglass North⁷¹¹, compreende que as instituições são as regras do jogo da sociedade, no sentido de que expressam as restrições que moldam a interação humana e, ao mesmo tempo, estruturam os incentivos presentes nestas interações. Assim, elas definem e limitam o conjunto de escolhas dos indivíduos. Cabe avaliar a forma como os indivíduos constroem as regras, as normas, as convenções e o modo de se fazer coisas que definem a estrutura da interação humana, levando em consideração a maneira com que a mente humana funciona e compreende o ambiente humano incessantemente mutável e incerto. As percepções subjetivas da realidade são percebidas enquanto ideologias, pois implicam em visões de mundo sempre distorcidas, que irão influenciar e comprometer os processos de tomadas de decisões dos agentes.

Com o intuito de suprir esta questão, o papel das instituições incide na capacidade de gerar determinados padrões regulares de interações humanas a fim de minimizar os efeitos das ideologias (ou seja, facilitam a coordenação econômica e social). Não obstante, também contribuem decisivamente para a redução das incertezas e dos custos de transação, em um mundo complexo, não-ergódico e em constante mutação. As instituições são formadas a partir das restrições informais e das regras formais. Juntas, elas compõem uma determinada estrutura institucional. Nesta estrutura, a atuação do Estado resulta em assegurar que: (i) os

⁷¹¹ Cf. NORTH (1973, 1981, 1990, 2005 e 2006).

sistemas políticos atuem sobre os processos econômicos perseverando pela sustentação da estabilidade política e econômica, do controle da violência e da ordem social e (ii) qualquer alteração em um sistema (político ou econômico) acarretará em mudanças equivalentes e simultâneas no outro sistema.

À medida que o ambiente humano evolui, o nível de complexidade e o grau de incerteza aumentam, incorrendo em elevação dos custos de transação que afetam a mensuração e a aplicação dos direitos de propriedade nas transações empenhadas pelos agentes. Com isso, verifica-se uma queda em termos das trocas, graças ao aumento dos seus custos. Todavia, as instituições existem justamente para permitir com que as interações entre os agentes (cooperação) tornem-se menos imprevisíveis, recrudescendo as incertezas que permeiam as trocas e ainda os próprios custos de transação, pois são capazes de definirem os direitos de propriedade, propiciarem as restrições informais e salvaguardarem as aplicações das regras formais. Logo, as instituições estimulam as trocas e influenciam o crescimento e o desempenho econômicos.

Por sua vez, a partir das interações entre as instituições e as organizações da sociedade, podemos analisar o processo de mudança institucional ao longo do tempo, de maneira dinâmica: o crescimento e desempenho econômicos de um país assentam-se na formação de uma estrutura institucional capaz de criar e manter determinados tipos de organizações que engendram as condições para a cooperação e coordenação dos agentes, aumentando a produtividade e conformando um processo evolutivo de aprendizado dos indivíduos e das organizações. As instituições, portanto, favorecem o desempenho de um amplo espectro de organizações que vão se tornando mais sofisticadas e complexas, ensejando a necessidade de constante aprendizado. Este processo acaba implicando em novas formas de integração entre ambas (instituições e organizações), confirmando o caráter evolutivo e dinâmico da estrutura institucional.

Porém, a mudança na estrutura institucional será sempre incremental e não descontínua, devido ao peso do contingente das instituições informais na sociedade, causadores de uma série de restrições culturais. São estas restrições, em grande medida, que explicam o conjunto variado e divergente de padrões evolutivos aos quais demarcam as discrepâncias e os desníveis entre as sociedades. Em outras palavras, a persistência do mau desempenho econômico de muitos países ao longo do tempo se dá em função de dois fatores decisivos que determinam a trajetória da mudança institucional, a saber, os retornos crescentes e os mercados imperfeitos (custos de transação não nulos), associados à atuação de

quatro mecanismos auto-reforçadores (altos custos fixos; efeitos de aprendizado; efeitos de coordenação e expectativas adaptativas).

Os países que melhor souberam conter os efeitos dos mecanismos auto-reforçadores *pari passu* à obtenção de modelos de custo de transação próximo a zero conseguiram lograr o desenvolvimento: o desenvolvimento econômico de longo prazo se deve ao incessante estímulo da concorrência nos mercados políticos e econômicos que, uma vez integrados, implicarão em redução dos custos de transação em ambos os mercados. A alta competição pode não eliminar o problema de informação assimétrica e incompleta, mas contribui para moldar a direção do crescimento econômico e de seu desempenho.

Em suma, as instituições, por um lado, são moldadas pelo conjunto de crenças presentes na sociedade e, por outro lado, condicionam o desempenho econômico impondo condições para o processo de mudança. O caráter de rigidez assumido pela herança cultural, associado à imperfeição em termos de *feedback* informacional (crenças que levam a resultados ineficientes incessantes) e às alterações institucionais (dispostas pelos interesses sorrateiros dos líderes do processo político) indicam uma capacidade bastante restrita por parte dos governos para a criação de políticas que propiciem mudanças institucionais satisfatórias, pois o Estado é encarado como sendo uma organização profundamente marcada pelos interesses particulares.

Desta forma, a conjunção de todos estes fatores estará condicionada ao *path dependence*, sendo plausível a manutenção de determinadas estruturas institucionais que levem a resultados econômicos ineficientes, chegando inclusive a casos em que se verifica uma situação de *lock-in*, ou seja, a permanência da ineficiência resultante da rigidez da estrutura institucional em vigor na sociedade e/ou das mudanças ineficazes surtidas nesta estrutura.

Já no campo conservador pós-1970, as proposições delineadas pela vertente neoconservadora ganharam uma dimensão considerável, especialmente nos Estados Unidos, estabelecendo uma relação peculiar com o próprio “neoliberalismo”. Na visão da cientista política norte-americana, Wendy Brown (2006, 2017), esta relação se assenta no aspecto de que ambas são racionalidades (ainda que distintas) cuja convergência está nos “efeitos de desdemocratização”, tais como: a desvalorização da autonomia política; a transformação de problemas políticos em problemas individuais com soluções de mercado; a produção do consumidor-cidadão como disponível para um alto grau de governança e autoridade e a legitimação do estatismo.

Entretanto, esta racionalidade política neoliberal independe de partido político ou qualquer tipo de ideologia: em seu percurso, o que temos é o terreno para se enraizarem ideias e práticas políticas profundamente antidemocráticas. Portanto, o neoconservadorismo, edificado pelo solo neoliberal, gera uma modalidade específica de governança e cidadania, que se mostra incompatível com as práticas e as instituições democráticas formais, sem, no entanto, surtir uma crise de legitimação.

O neoconservadorismo exerce a profusão dos “efeitos de des-democratização” reiterados pelo próprio neoliberalismo. Logo, o que muda são os meios utilizados para isso: a desvalorização neoliberal das práticas e instituições democráticas se equivale com a do neoconservadorismo, e o próprio neoconservadorismo é a expressão desta desvalorização validada por outros meios, especialmente através do moralismo, do estatismo e do autoritarismo.

Para Dardot & Laval (2016), a relação entre o neoconservadorismo e o neoliberalismo reside na ideia da articulação entre empresa e família - a convergência entre a normatividade neoliberal e o moralismo neoconservador - e na defesa intransigente da ordem social. Temos então, de maneiras variadas, a existência de uma “ordem social espontânea” ou uma “ordem social erigida com base em valores e instituições herdadas” fortemente ameaçada, desde a conjuntura aberta pela década de 1970.

Assim sintetizadas nossas apreensões acerca dos capítulos, importa destacar alguns comentários e críticas que serão aprofundados na parte seguinte da tese. Em primeiro lugar, ressaltamos que o legado de Mises (ainda presente nos dias de hoje, a exemplo da demonstração de seus fiéis com o *slogan*: “mais Mises, menos Marx”) reside na dedicação de toda uma vida à apologia da propriedade privada e ao ataque ao materialismo, sobretudo, o marxismo. Seu explícito radicalismo assenta-se em torno de elaborações que procuraram criticar, e negar absolutamente, os pressupostos materialistas e/ou intervencionistas de quaisquer matizes: a fobia do Estado, o dualismo epistemológico, o individualismo metodológico, a praxeologia, a teoria da história e etc.

Contudo, em nossa visão, seu projeto de revitalização do liberalismo mostrou-se inconsistente. A defesa intransigente da propriedade privada dos meios de produção organizada pelo mercado é incapaz, por si só, de se sustentar: esta não é e não será a única forma de organização possível na história da civilização ocidental. Além disso, o papel crucial desempenhado pela mesma para o funcionamento do sistema econômico também é insuficiente, pois o próprio autor, por menos que gostasse, vivenciou a experiência soviética:

o cálculo econômico sob o socialismo não é impossível como o asseverou e, muito menos, irracional.

A configuração social a partir do planejamento centralizado e da propriedade estatal dos meios de produção existiu, a despeito das inúmeras críticas endereçadas a esta experiência histórica, muitas delas inclusive bastante pertinentes. Logo, não é válida a postulação da impossibilidade ou da irracionalidade do socialismo. Dizer que se tratou de um processo que fracassou (ou qualquer outro tipo de consideração) é completamente diferente de apelar para a sua impossibilidade ou sua irracionalidade.

Ademais, Mises não consegue escapar do caráter teleológico: o dualismo epistemológico que expelle completamente as influências e os efeitos da matéria sobre a mente humana o obriga a defender que as ideias em voga provem das próprias ideias anteriormente elaboradas e que, uma vez colocadas em prática, resultaram-se bem-sucedidas, isto é, a história nada mais nos demonstra do que a finalidade de sucesso alcançado pelos indivíduos, tendo que lidar com recursos e meios escassos.

Porém, não são todos os indivíduos capazes de atingir esse feito: as ideias vitoriosas só acontecem para alguns deles, no caso, os empreendedores. Logo, a história elenca, enquanto causa final e fim em si mesma, apenas os fins almejados por poucos indivíduos, isto é, aqueles suficientemente capazes de buscarem os seus fins como fins da manutenção e reprodução da própria ordem social em si mesma.

Por que algumas ideias vitoriosas surgem apenas para alguns predestinados? Por que coincidentemente estes predestinados serão sempre os empreendedores? E por que os fins almejados por alguns devem ser os próprios fins que asseguram a manutenção da ordem social? Aqui resulta a defesa da desigualdade natural dos seres humanos e a superioridade de alguns em relação aos demais: enquanto certos indivíduos assumem as ideias vitoriosas, cabem aos outros aceita-las e segui-las, pois são estas ideias que garantem a manutenção de todos junto à ordem social.

Em segundo lugar, o legado de Hayek parece não ter alcançado o fervor das ruas. Seu projeto de refundação do liberalismo genuíno se assenta na defesa da sociedade de mercado (*“extended order of the market”*): uma ordem descentralizada e plural que é suficientemente capaz de se preservar por estar baseada na limitação da razão e na ausência do planejamento central. Logo, esta ordem é a única capaz de garantir a vida ao maior número possível de seres humanos.

Nesta “grande sociedade”, o papel sinalizador estabelecido pelos preços imbrica-se com a atuação do expediente de princípios e regras de conduta inconscientes que foram

gestados e selecionados devido a sua capacidade de processar e ordenar automaticamente o incomensurável contingente de informações sob as quais a sociedade está organizada.

Ao contrário de Mises, Hayek, em certa medida, absorveu as teorias da complexidade e, sobretudo, articulou, de modo muito peculiar, as premissas dos sistemas complexos às suas abordagens acerca do conhecimento e do evoluir da história. Porém, sua concepção sobre a complexidade no sistema econômico está totalmente voltada em discernir as relações sociais subjacentes às interações sociais, isto é, o problema do conhecimento é sustentado apenas levando em consideração o processo de reprodução da ordem social: a divisão do conhecimento, as instituições e as regras gerais de conduta que as regulam.

Isto é muito pouco, em nossa visão, para se asseverar que esta sociedade estendida é a única forma possível de preservar a reprodução da vida de bilhões de pessoas no mundo. Parece razoável cobrarmos do autor quais seriam, em sua análise, os nexos que interligam as interações sociais, ou ainda, como se constituem então as sociabilidades nesta “grande sociedade”.

Certamente, ele nos diria que os nexos são frouxos e as sociabilidades são muitas e plurais, desde que realizadas a partir do mercado. Mas o que garante que esta sociedade estendida é a única capaz de preservar a sobrevivência de todos os seres humanos? E, principalmente, porque esta sociedade, ao ser a única a atingir tal condição, precisa estar organizada através da propriedade privada e da sociabilidade definida pelo mercado?

A defesa de que ela é fruto de um processo histórico lento e inesperado e que, por isso, não pode ser superada, nos parece totalmente insuficiente. A defesa de que ela somente garante sua ordem em função da heterogeneidade social (“desigualdade produz ordem”), da complexidade e do caráter descentralizado, nos parece ainda mais insuficiente: é possível perseverarmos por um sistema com um nível de desigualdade bastante inferior, sendo, ao mesmo tempo, complexo, descentralizado e plural.

A defesa de que ela precisa ser afastada completamente das mãos dos planejadores sociais não implica a necessária apologia à propriedade privada e à sociabilidade ditada pelo mercado, tampouco a defesa de que, sob o planejamento social (de qualquer tipo), inevitavelmente cairemos em uma sociedade totalitária.

Neste último aspecto, reside um ponto fundamental: para Hayek, o liberalismo está em oposição ao totalitarismo, não à democracia. Seja um sistema democrático ou autoritário, a preservação do liberalismo é o que importa: um indivíduo pode ser oprimido em um sistema democrático, assim como pode ser livre em um sistema ditatorial. Como nos dizem Dardot & Laval (2016):

O valor supremo, portanto, é a liberdade individual, compreendida como a faculdade dada aos indivíduos de criar para si mesmos um domínio protegido (a “propriedade”), e não a liberdade política, como participação direta dos homens na escolha de seus dirigentes. O essencial aqui é que a redução da democracia a um modo técnico de designação dos governantes permite que ela não seja mais vista como um regime político distinto dos outros e, nesse sentido, já abre caminho para a relativização dos critérios de diferenciação comumente admitidos na classificação dos regimes políticos. Se, ao contrário, sustentarmos que a democracia repousa sobre a soberania de um povo, o que aparece então é que, enquanto doutrina, o neoliberalismo é, não acidentalmente, mas essencialmente, um *antidemocratismo*⁷¹².

Em terceiro lugar, tomados em conjunto, Mises e Hayek promovem a refundação do liberalismo alicerçado em um *novo projeto de ser humano*: dos indivíduos mercadorias devemos passar para os indivíduos empresários de si mesmos, vinculando-se o modo como estes passaram a se governar com o modo com que são governados.

O ponto mais importante, contudo, é o modo como as *práticas sociais* engendradas pelo neoliberalismo exigem uma transformação na concepção do que é o homem e de suas potencialidades. Neste novo enquadramento, em um certo sentido, o homem perde a sua suposta substância, pois o indivíduo passa a ser visto predominantemente como um *sujeito econômico* indistinguível dos demais atores (uma corporação, uma padaria, etc.). Porém, ao contrário dos demais atores econômicos, ele é detentor de um tipo de capital bastante particular, que é indissociável da pessoa que o detém. É a famigerada teoria do *capital humano*, que se desprende principalmente da obra de Gary Becker. Esta forma bastante peculiar de capital é um composto que integra dois elementos, o inato e o adquirido. Como o primeiro não pode ser alterado, a ênfase recai no segundo. A questão é como construir, pela educação (em sentido amplo, que envolve não só a escolaridade formal, mas a vida familiar e a saúde), um conjunto de competências que *auumente* a rentabilidade possível do indivíduo que, em última instância, deve se constituir e se comportar como uma *empresa de si mesmo*. Uma empresa só sobrevive se aprimorar ao menor custo possível os seus recursos e usá-los de forma inteligente, maximizando os seus resultados e, simultaneamente, criando e preservando uma boa imagem externa, de forma a captar uma ampla rede de potenciais clientes e parceiros. O homem, portanto, não deve ser visto como uma mercadoria, mas como um tipo de capital particular, capaz de auferir *renda*. Uma renda elevada seria o melhor exemplo dos resultados práticos de um capital humano superior que, no entanto, é muito caro para aprimorar, manter, e, sobretudo, para transmitir⁷¹³.

Nesse sentido, mostra-se fundamental perseverarmos por uma crítica radical à concepção liberal acerca da liberdade. Um dos principais desafios impostos no século XXI consiste em pensarmos a relação entre *socialismo e liberdade*. Ou seja, é crucial procedermos com uma noção de liberdade capaz de se contrapor ao campo semântico liberal (inscrito pela liberdade positiva e negativa e suas relações com a autonomia), principalmente, em termos da ideia da liberdade individual enquanto propriedade de si mesmo.

⁷¹² Cf. DARDOT & LAVAL, 2018, p. 384, grifo do autor.

⁷¹³ Cf. MARIUTTI, 2018, pps. 45-46, grifos do autor.

PARTE 4

EM DEFESA DO MATERIALISMO HISTÓRICO

Nas três primeiras partes, percorremos com a análise sobre as interpretações mais destacadas na literatura e no debate público em torno das transformações ocorridas no capitalismo contemporâneo, a partir da década de 1970. Vimos, assim, as elaborações teóricas a esse respeito, com base na sistematização de três grandes grupos: (i) aqueles autores que atestam o surgimento de uma nova ordem societal em curso; (ii) aqueles analistas que sustentam modificações na forma de funcionamento do capitalismo ou do imperialismo e, ainda, aqueles que asseveram o alcance de sua crise estrutural ou sistêmica e (iii) aqueles mentores que reconhecem as ameaças suscitadas na ordem social, buscando reiterar a defesa desta mesma ordem, balizada por expoentes do neoliberalismo, do neoinstitucionalismo e do neoconservadorismo.

Diante do exposto, o objetivo desta parte 4 consiste em: (i) realizar alguns comentários e críticas às interpretações explicitadas nas partes anteriores da tese, levando em consideração que estes estudos, em grande medida, acabaram por influenciar, de várias maneiras, as reflexões dos autores que se debruçaram sobre a viabilidade e o caráter de um processo de transição do capitalismo ao socialismo ou ao pós-capitalismo; (ii) qualificar que as transformações desencadeadas, desde as décadas de 1970/1990, implicam na constituição de um novo patamar para a acumulação e a reprodução social do capital, instaurando-se a emergência de uma crise histórica do próprio modo de produção capitalista e (iii) sugerir uma noção de capitalismo enquanto um modo de produção da vida social, segundo o qual o capitalismo contemporâneo pode ser entendido como sendo um período inserido no marco temporal do imperialismo capitalista, assumindo, porém, uma nova morfologia desde meados dos anos de 1970.

A parte 4 está composta por três capítulos: o capítulo 10 explicita alguns comentários e críticas às interpretações contidas nas partes anteriores da tese, considerando os seus desdobramentos no debate da transição do capitalismo ao pós-capitalismo; o capítulo 11 aponta a crise histórica do modo de produção capitalista, de caráter e amplitude mais abrangente e o capítulo 12 indica que esta crise histórica pode ser interpretada através do materialismo histórico, sugerindo assim a adoção do conceito de *modo de produção da vida social* e a formulação do capitalismo contemporâneo enquanto período inserido no marco temporal do *imperialismo capitalista*.

CAPÍTULO 10

DAS TRANSIÇÕES NO CAPITALISMO ÀS TRANSIÇÕES DO CAPITALISMO

Ao longo de nosso percurso, vimos que os autores referendados na primeira e na segunda parte da tese, em decorrência de suas interpretações sobre as mudanças suscitadas na década de 1970, indicaram variadas formas de se pensar a transição da sociedade industrial e do próprio capitalismo e imperialismo, bem como apresentaram distintos tipos de transição: se muitas são as formas de se analisar o papel das transformações surtidas após 1970, obviamente muitas serão as maneiras de se pensar as transições e muitos serão os tipos de transições correspondentes para cada um dos grupamentos teóricos e para cada um dos autores tomados especificamente. Vejamos então uma síntese sobre essa discussão presente nas abordagens examinadas nas duas partes iniciais.

No campo dos teóricos da modernização, a exemplo de Dahrendorf (1959) e Galbraith (1958, 1967), estaria em curso um processo histórico virtuoso propiciado pela ordem do capital: a sociedade industrial, sem a necessidade de uma alteração revolucionária, poderia assistir à ultrapassagem paulatina da igualdade apenas jurídica em direção à igualdade de fato (Dahrendorf), ou simplesmente, o desenvolvimento do Novo Estado Industrial implicaria na “dominação” do sistema de planejamento sobre o mercado, incitando uma convergência cada vez maior entre a economia capitalista e a economia socialista, ambas capazes de promoverem a supressão das necessidades primárias da humanidade, bastando, para isso, orientar o sistema de planejamento segundo as prioridades da sociedade opulenta ou abundante (Galbraith).

No que tange aos teóricos da sociedade da informação, da sociedade pós-fordista e da sociedade pós-moderna, temos certas nuances em relação ao modo como estabelecem os processos de transição subjacentes às transformações ocorridas após a década de 1970. No início da década de 1970, Touraine (1969) postula a transição da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial, buscando historicizar as novas concepções das lutas sociais. O elemento crucial que impulsiona a transição se dá a partir da influência cada vez maior do deslocamento da primazia da fonte de riqueza das atividades produtivas para o conhecimento, isto é, a capacidade da sociedade mobilizar a criatividade. O acesso ao conhecimento e à informação distinguem as classes, ou os grupos das classes, reposicionando os conflitos sociais na esfera das demandas imateriais ou identitárias: as ações coletivas culminariam na conformação de quadros institucionais, criados e conquistados pelas lutas sociais, permitindo

ampliar o espectro das decisões políticas e imprimindo, assim, o avanço da democracia nestas sociedades.

Bell (1973), por sua vez, também aponta a transição da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial. Trata-se de uma mudança axial na estrutura social, dado que a sociedade pós-industrial prescindirá da divisão entre os detentores dos meios de produção e o proletariado, até atingir uma nova divisão entre aqueles que têm poderes de decisão e aqueles que não os têm. Administrar essas relações, em resposta às várias pressões por ações distributivas e justiça social, constitui a existência de “um núcleo comum de problemas”, que terão de ser enfrentados e resolvidos, podendo assumir diferentes maneiras e distintos propósitos.

Por essa razão, a natureza eminentemente conflituosa entre a política e a técnica, em termos das definições sobre as escolhas e sobre o planejamento social direcionado, requer a adequação dos conceitos e ferramentas disponibilizados pelo conhecimento teórico que incidirá sobre os valores constituídos socialmente e a realização dos fins exige a definição de quais seriam os meios adotados, pois o movimento do capital propiciou as condições para a criação de uma nova ordem, que poderá inclusive atingir a configuração de uma sociedade comunal, tendo como consequência a perda de importância das classes sociais e da própria centralidade do trabalho. Em suma, o capitalismo está permitindo aos seres humanos aquilo que o socialismo prometeu sem a necessidade de se fazer a revolução.

No início da década de 1980, Bell (1980) reformula sua teoria asseverando a penetração das novas tecnologias da informação ao conjunto da sociedade: convence-se de que o conhecimento e a informação passaram a implicar transformações na configuração total da sociedade. O conhecimento instrumental, reproduzido na tecnologia, resulta da fusão entre o conhecimento teórico e a tecnologia, e nos atribui a capacidade de se prever, planejar e direcionar o desenvolvimento tecnológico, definindo-se o futuro da sociedade: chega a acreditar na possibilidade de formatos societários não capitalistas (nem socialistas), ou até mesmo de um novo modo de produção. Os teóricos da sociedade da informação irão apoiar-se nestas teses, promovendo, contudo, uma redefinição nos termos do debate: desloca-se a centralidade do conhecimento teórico instrumental para a informatização. É a partir da relação entre informatização, conhecimento e tecnologia que Machlup (1962), Porat & Rubin (1977), Nora & Minc (1978), Masuda (1980), Shaff (1985), Toffler (1980), Drucker (1993) e Negroponte (1995) pensam os processos de transição da sociedade industrial.

Ao longo dos anos 1990, o advento das novas tecnologias capazes de promoverem - por meio de suas características (capacidade de auto-organização e de autossustentação) - a

potencialidade da inovação, na condição de agente da transformação e conservação, sugeriu a Castells (2000, 2001) a ideia sobre a sociedade em rede: a combinação da informatização e da globalização expressa a ampla penetrabilidade das tecnologias da informação em todas as esferas da realidade, viabilizando uma construção social interativa a partir da rede digital, onde os processos sociais se organizam em torno de redes ancoradas pelo paradigma informacional. Desta forma, nos situamos em um período de transição indefinido e aberto até o momento.

No período mais recente, Schwab (2016) acredita que estamos imersos em um momento de grandes transformações diante da realidade da “quarta revolução industrial”: a fusão de tecnologias e de suas interações com os domínios físicos, digitais e biológicos arvoram a constituição de uma nova “revolução tecnológica” envolvendo as nanotecnologias, as neurotecnologias, os robôs, a inteligência artificial, a biotecnologia, os sistemas de armazenamento de energia, a computação quântica, os *drones*, a internet das coisas, os veículos autônomos e as impressoras 3D.

Fica explícito, portanto, o forte determinismo tecnológico, inscrito nos teóricos da sociedade da informação, como elemento decisivo e, em alguns casos, único, para a explicação do processo de transição da sociedade industrial. Ainda que sejam por demais evidentes os efeitos suscitados pelas novas tecnologias da informação e da comunicação na sociedade, isso não significa categoricamente uma alteração radical no modo como as sociedades industriais estavam organizadas, muito menos indicam claramente a direção que estas possam assumir.

Para os teóricos da sociedade pós-fordista, o processo de transição está calcado na emergência do paradigma da “especialização flexível”. A obra de Piore & Sabel (1984) sagrou-se pioneira para esta teoria: a reestruturação do capital implicou no advento da especialização flexível. Este “segundo divisor de águas industrial” indica o limite da produção em massa em detrimento do renascimento da produção artesanal, articulada pela nova economia mundial e ditada pela flexibilidade por parte das empresas, das famílias e dos governos, isto é, por uma lógica simultânea da concorrência e da cooperação no processo produtivo e de trabalho.

Lash & Urry (1987, 1994) preferem afirmar que estamos diante do capitalismo desorganizado, em função da centralidade da especialização flexível. Já os teóricos da escola do “New Times” adotam uma perspectiva mais profusa sobre a transição para a sociedade pós-fordista: a especialização flexível generaliza uma variedade de efeitos sobre a economia, a organização produtiva e do trabalho, a política, a cultura e a ideologia, abrindo uma

possibilidade emancipadora para toda a humanidade, mesmo que tal abertura esteja sobrepujada pelo espectro da direita neoconservadora.

Os termos do debate no âmbito da teoria pós-fordista serão modificados com as críticas internas desempenhadas pela “Escola da Regulação” francesa, como também por Harvey (1989): não se trata de uma nova sociedade em curso, mas de uma alteração no regime de acumulação e na forma de regulação vigentes até a década de 1970. Enquanto os regulacionistas franceses destacam a existência do “neofordismo”, ou do “fordismo global revitalizado”, o geógrafo estadunidense apoia-se na noção da acumulação flexível: a transnacionalização do capital e a informatização do processo produtivo erigiu uma nova configuração temporal e espacial que representa a “condição da pós-modernidade”, mas que não altera o caráter geral da lógica do capitalismo.

Em paralelo aos críticos do pós-fordismo, Deleuze (1992) e Negri & Hardt (2000, 2004) ressaltam a importância de se examinar as mudanças na forma de reprodução da sociedade após 1970: para o primeiro, a sociedade disciplinar fora sucumbida pela sociedade do controle. Não há uma ruptura ou superação do capitalismo e, sim, uma mutação que implica em transformações sociais profundas. Para os segundos, a sociedade da biopolítica ou do controle é vista como algo equivalente a sociedade pós-moderna pós-fordista, aquela em que a “produção biopolítica” se torna a produção social elementar, operando enquanto produção de subjetividade, determinada pelo trabalho imaterial e pelas relações sociais colaborativas. Este seria o traço emancipador (uma espécie de “comunismo” em plena sociedade) que estaria sob os ditames do Império, cabendo à multidão perseverar por sua destituição em prol da realização da democracia radical em escala global.

Todas estas contribuições teóricas ensejaram a revitalização, em certa medida, do debate em torno da distopia, posto o futuro sombrio que se descortina na civilização ocidental em face de seus veios totalitários, decadentes e/ou dominadas por máquinas, mas também serviram para lançar questionamentos importantes sobre a capciosa relação entre informação, comando e controle, envolvendo o militarismo e a tecnociência.

Finalmente, os teóricos da sociedade pós-moderna atentam sobre o próprio conceito de modernidade e de suas transformações. A transição é pensada em termos de aspectos muito mais abrangentes, abarcando as distintas esferas da realidade e da vida social. Lyotard (1979), por exemplo, debruça-se sobre as mudanças ocorridas no estatuto do saber/conhecimento em função da proeminência adquirida pela informatização: a padronização e a decodificação instrumentalizou a relação entre informação e saber/conhecimento e, além disso, serviu de base para o expediente do fim das metanarrativas.

Importa, então, conformar-se com a capacidade inventiva dos pequenos relatos, das práticas e costumes locais e, sobretudo, perseguir a possibilidade aberta de criação de uma nova sociedade ancorada por uma rede de comunidades (através de redes flexíveis de jogos de linguagem) e por diversos experimentos de formas de vida. Habermas (1985), porém, se coloca de modo refratário ao advento da pós-modernidade: a modernidade ainda representa um projeto inacabado, embora seja necessário rever o conceito de razão. A razão comunicativa torna-se o eixo adequado e consistente para se enfrentar a realidade vigorada nas sociedades desde 1970.

Os termos do debate são reposicionados com as interpretações de Harvey (1989) e Jameson (1991): se, para o primeiro, a pós-modernidade se apresenta enquanto reflexo ideológico da nova fase do capitalismo, permeado pelas profundas mudanças, sem que se alterassem a lógica interna de funcionamento da acumulação de capital e da ampliação cada vez maior do mercado; para o segundo, a pós-modernidade é vista como sendo a própria lógica cultural do capitalismo tardio, isto é, a lógica cultural da nova etapa do capitalismo. Em obra posterior, Jameson (1998) reformula a noção de capitalismo tardio, apoiando-se na ideia da globalização.

Decerto, as formulações subsequentes giraram em torno da *démarche* jamesiana, especialmente com as contribuições de Eagleton (1996) e Callinicos (1989), dentre outros. Entretanto, o fim da Guerra Fria, a dissolução da URSS e a ofensiva militar estadunidense, principalmente no Oriente Médio, endereçou as teses da pós-modernidade ao ocaso. A palavra de ordem passou a ser a da globalização: a universalização dos valores da democracia liberal sustentada pelo livre mercado. Muitas foram as conotações admitidas por esta terminologia. Uma das mais destacadas se referiu à concepção de que ela configura uma nova fase do desenvolvimento da sociedade moderna.

Beck (1992) adota a terminologia da sociedade de risco, correspondente ao que chama de “segunda modernidade”: nela impera uma lógica de dinamização reflexiva, na qual a própria sociedade torna-se um problema para ela mesma, assumindo dispositivos quanto à calculabilidade e à previsibilidade dos riscos. Giddens (1990) prefere dizer “alta modernidade” ou “modernidade radicalizada”: a reflexividade é introduzida na própria base da reprodução do sistema, isto é, a reflexividade da vida social moderna assenta-se no exame e reformulação das práticas sociais que, com base em informação renovada, podem alterar o seu caráter. Bauman (2000) apresenta o conceito de “modernidade líquida”: estamos diante de um momento em que a modernidade toma consciência de si mesma, mas, ao mesmo tempo, nos dificulta sobremaneira pensarmos para além dela, devido ao fato de nos encontrarmos em

um mundo marcado pelo “fetiche do instante”, onde todas as relações sociais e instituições são fluidas, ambíguas, provisórias e revogáveis.

Em relação aos teóricos apresentados na segunda parte da tese, começamos com aqueles ligados à ideia do capitalismo financeiro e do capitalismo (bio)cognitivo. Na avaliação de Braga (1985), a transição é pensada enquanto passagem da etapa concorrencial para a etapa monopolista do capitalismo. Nesta última etapa, o capital financeiro torna-se dominante, após o colapso do sistema de Bretton Woods (1945-1970), instaurando a fase do capitalismo financeiro. Em trabalhos posteriores⁷¹⁴, admite que a financeirização surge na condição de expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar a riqueza no capitalismo: é a forma contemporânea do modo como o valor busca se valorizar, almejando como finalidade última sua valorização em termos monetários. Arquitetada por uma estrutura única, mais complexa e mais contraditória e instável, acarreta uma maior centralização e concentração de capitais e um maior nível de desigualdade entre países e classes sociais. Circunscrita em seu movimento imanente de expansão, contração e crise, a financeirização coloca-se aberta a resoluções de carácter histórico indeterminantes.

Para Chesnais⁷¹⁵, por sua vez, as mudanças suscitadas a partir de 1970 referem-se a uma transformação estrutural no capitalismo, onde se inaugura um novo regime de acumulação financeira em escala mundial, a partir da imensa profusão de capital fictício, invadindo e devassando as distintas esferas da vida social e redefinindo o corolário da “subsunção real do trabalho às finanças”. Tal regime representa uma nova etapa do imperialismo, regido pelos Estados Unidos: a nova ordem mundial está caracterizada pela “globalização financeira”. Não obstante, esta conjuntura revela não apenas mais uma crise de superacumulação e de superprodução no capitalismo, agravada pela queda da taxa de lucro, mas, principalmente, demonstra os próprios limites estruturais encontrados pelo novo regime do capital.

Segundo o “Grupo de Vitória” - Carcanholo, Nakatani e Sabadini⁷¹⁶ - a globalização representa uma nova época na história do capitalismo, sustentada pela dominação do capital especulativo parasitário sobre o capital produtivo: desde 1970, o capital industrial vem se convertendo em capital especulativo, cuja lógica reside na subordinação do primeiro à especulação dominada pelo parasitismo, o qual impera sobre a circulação e a reprodução do capital em carácter mundial. Nesse sentido, este processo especulativo guarda relação com os

⁷¹⁴ Cf. BRAGA (1992, 1993, 1997, 2004, 2009, 2013 e 2017).

⁷¹⁵ Cf. CHESNAIS (1994, 1996, 2004, 2006 e 2016).

⁷¹⁶ Cf. CARCANHOLO & NAKATANI (1999); CARCANHOLO (2012) e SABADINI (2013).

movimentos dos circuitos financeiros e produtivos do capital em termos dialéticos de independência e complementaridade: o aparente distanciamento entre a “esfera financeira” e a “esfera real” da economia, com a dominância dada pela primeira, recoloca incessantemente a necessidade de uma exploração cada vez mais exacerbada sobre os trabalhadores para a criação de mais-valia.

Na visão de Moulier-Boutang⁷¹⁷, a globalização neoliberal convive com um terceiro tipo de capitalismo, qualificado como cognitivo, implicando em um novo padrão de acumulação apoiado fundamentalmente no conhecimento, na qual a principal fonte de valor provém do trabalho imaterial e da captura de externalidades e a nova condição para a inovação se assenta na inteligência coletiva, baseada na inventividade do compartilhamento de conhecimento. No capitalismo cognitivo, a geração de riqueza depende muito mais da aplicação da ciência e da técnica do que propriamente do tempo de trabalho excedente: a sociedade se torna uma “fábrica socializada ou expandida”, marcada pela linha tênue que separa a produção e o consumo. As ideias, os comportamentos, os valores e as interações permanentes são cruciais para se auferir o lucro.

Em sintonia com este autor, Fumagalli (2007) acredita que a financeirização é o cerne da produção do valor no capitalismo biocognitivo. A forma de valorização do capital assume um caráter flexível-imaterial, pois está ancorada na dinâmica da economia do conhecimento e de suas transformações nas relações entre capital e trabalho e entre finanças e produção. Trata-se de uma forma de acumulação bioeconômica, complementar e simétrica à biopolítica: a última designa a capacidade de ação de dispositivos de controle social e jurídico e a primeira corresponde analogamente com os mecanismos de produção, acumulação e distribuição. A produção bioeconômica, portanto, implica em termos da dialética entre a palavra e a língua, dado que o conhecimento desempenha um papel produtivo sob a forma de linguagem padronizada (*software*), convertendo-se em “máquina cognitiva”.

O segundo grupo abordado foram os teóricos do “novo imperialismo” ou do capital-imperialismo: a transição é tomada na condição de transmutação da forma do imperialismo. Mandel (1975) adota o termo capitalismo tardio para designar o desenvolvimento posterior ao da época imperialista, de capitalismo monopolista, em que passou a vigorar um novo sistema mundial imperialista baseado no desenvolvimento desigual da acumulação de capital, na composição orgânica do capital, na taxa de mais-valia e na produtividade do trabalho em escala global, impulsionado pela “terceira revolução tecnológica”.

⁷¹⁷ Cf. MOULIER-BOUTANG (2007, 2015 e 2016).

No período dos anos 2000, Wood (2003) salienta que o imperialismo, especificamente capitalista, é aquele em que predomina a coerção econômica, distinta da coerção extraeconômica: à medida que o capitalismo se desenvolve mais se consolida a coerção diretamente econômica e mais opaca se torna a dominação imperialista, exigindo, para isso, a recolocação de novas formas de coerção extraeconômicas, exercidas predominantemente pela potência imperialista. O imperialismo clássico é sucumbido logo após o desfecho das duas guerras mundiais. O que passa a vigorar é o “novo-imperialismo”, dirigido pelos Estados Unidos: um período eminentemente marcado pelos ditames do poder econômico, com a preponderância de uma forma mais pura e desenvolvida de imperialismo capitalista.

A partir da globalização, o imperialismo capitalista estadunidense se assenta na forma de uma economia global administrada por um sistema de Estados múltiplos e soberanias locais, estruturada numa relação complexa de dominação e subordinação, exigindo a criação de uma nova forma de coerção extraeconômica: o poder coercitivo especificamente militar, capaz de se projetar em escala mundial. Entretanto, desde o 11 de setembro, a maneira com que os Estados Unidos estão projetando esse poder sugere a possibilidade de estarmos no limiar do esgotamento deste “novo imperialismo”: talvez seja o caso do “novo imperialismo” ter chegado ao paroxismo, em função da necessidade de se recorrer cada vez mais aos imperativos extraeconômicos em paralelo aos imperativos predominantemente econômicos.

Para Harvey (2003), o imperialismo é a fase do domínio político da burguesia, demarcado em três períodos: clássico (1870-1945), pós-guerra (1945-1970) e hegemonia neoliberal (1970-2000). Cada um destes períodos estabelece de forma complexa, e por vezes contraditória, a lógica da acumulação de capital articulada com a lógica da acumulação por espoliação: o traço peculiar é que os imperativos imperialistas sempre se tornam mais efusivos nos momentos de maior preponderância da acumulação por espoliação, a exemplo do período entre 1870-1945 e entre 1970-2000.

No “novo imperialismo”, a acumulação via opressão do capital (acumulação puramente econômica), conta fundamentalmente com o expediente da acumulação via espoliação. Esta última ressurgiu de sua posição secundária anterior (1945-1970), marcando, portanto, a especificidade do “novo imperialismo”, que precisa se afirmar mediante “coerção consentida”. No entanto, após a eleição de Bush, uma nova modalidade imperialista emerge: a neoconservadora, articulada pelo capital financeiro e pelo militarismo. O uso exacerbado do domínio militar, em detrimento da política de consentimento, advém de uma mudança tática, revelada pelo sinal de fraqueza econômica e política enfrentada pelos Estados Unidos.

Na opinião de Fontes (2010), o conceito de capital-imperialismo se adequa melhor para explicar as transformações operadas desde o pós-guerra. Suas bases constitutivas são o capital portador de juros e o capital fictício, associados às expropriações que impulsionam, de diversas maneiras, o desenvolvimento da acumulação de capital. O capital-imperialismo expressa o crescimento do imperialismo - de forma não linear e atravessado por lutas sociais e contradições - a um novo patamar de acumulação de capital, impulsionado por um salto escalar no processo de expropriações sociais, primárias e secundárias, que modifica quantitativa e qualitativamente seu teor ao longo dessa expansão: na segunda metade do século XX, acontece uma efetiva ‘união íntima’ entre capitais de quaisquer origens que assume uma nova forma de concentração (capital-imperialista), ao qual engendra o desenvolvimento de todas as formas de capital, “pornograficamente” entrelaçados.

O terceiro grupo elencado foram os teóricos da crise estrutural do próprio capitalismo. Para Wallerstein⁷¹⁸, a crise dos anos de 1970 revela a incapacidade de se encontrar saídas dentro do próprio sistema: a crise se desdobra cada vez mais fortemente, alcançando os limites absolutos da capacidade global de sustentação da reprodução da “civilização capitalista”, abrindo um período de transição que, a depender das lutas, pode perseverar para a constituição de um novo sistema mais democrático e mais igualitário. O capitalismo, portanto, chegou ao fim da linha e mostrou-se incapaz de sobreviver como sistema. Estamos vivendo um momento de bifurcação: daí a importância ainda maior das lutas sociais e individuais, pois em uma situação de crise estrutural os enfrentamentos e ações assumem uma influência maior, capazes de nos direcionarem para um novo sistema. Em relação à Mészáros (1994), veremos mais à frente como o autor estabelece sua compreensão acerca da problemática da transição, quando analisarmos o debate sobre a transição ao socialismo no século XXI.

Em se tratando da terceira parte, a questão da transição é suprimida em função, obviamente, da defesa intransigente dos analistas da manutenção da ordem social. O ponto fundamental reside em admitir a necessidade de se preservar esta ordem que, desde meados da década de 1930, adquiriu sinais claros de que vem passando por fortes “ameaças”. A perspectiva formulada pelos grandes expoentes do “neoliberalismo” e a orientação promovida pelos libertários, neoinstitucionalistas e neoconservadores nos deram a explícita indicação de que, independentemente das disputas entre e dentre as vertentes liberais e conservadores, cabe asseverar a defesa da ordem social (“ordem espontânea” ou “ordem erigida com base nos

⁷¹⁸ Cf. WALLERSTEIN (1974, 1996, 2010 e 2012).

valores e instituições herdados”) como sendo a única possível que, ao mesmo tempo, garante a liberdade individual e assegura a sobrevivência de todos os seres humanos.

Para Von Mises⁷¹⁹, a defesa da ordem social apoia-se em dois aspectos que estão entrelaçados: a praxeologia e a impossibilidade do socialismo. A primeira abarca a teoria ou ciência da ação humana, sustentada pelo individualismo metodológico dedutivista: a premissa crucial é a de que os indivíduos agem com base em suas subjetividades e sempre procuram perseguir determinados fins, utilizando-se para isso de meios adequados para alcançarem seus objetivos. Ela se assenta no axioma da racionalidade e da causalidade: todas as ações humanas procedem com o estabelecimento de escolhas, envolvendo uma determinada ação propositada racional, e leva em consideração como nos utilizaremos dos meios disponíveis mais adequados, naquele momento, para chegarmos aos fins pretendidos.

A partir da natureza subjetiva do conhecimento, das escolhas e das avaliações sobre as ações conscientes, os indivíduos se orientam pelo sistema de preços, buscando atuarem no mercado a fim de obterem os meios mais adequados para alcançarem uma melhora de sua situação, pois o mercado é um processo regido pelo dinamismo, pela mudança, pelo aprendizado e pela competição, e assume um papel fundamental não apenas por revelar o empreendedorismo consciente e bem-sucedido, mas, especialmente, por ser a melhor expressão da cooperação social, marcada pela liberdade e pela interdependência entre os indivíduos, único meio capaz de edificar e manter a ordem social, devido à atuação da divisão intelectual do trabalho e da especialização da produção (e das trocas) que incidem vertiginosamente sobre o conjunto da sociedade.

Por essa razão, o socialismo se mostra impossibilitado: na condição de um sistema em que todos os meios de produção estão concentrados pelo Estado, seria impossível calcular os custos de maneira racional, bem como alocar de modo eficiente os fatores de produção. Sem livre mercado, baseado na propriedade privada, os preços não podem ser estabelecidos. Sem cálculo econômico, dependeremos exclusivamente da ação onisciente do planejador, incapaz de assimilar todas as informações acerca das preferências dos indivíduos, como estas se alteram ao longo do tempo, quais seriam as melhores técnicas e como se combinariam da melhor maneira possível os recursos utilizados na produção dado a sua disponibilidade. Mesmo que no socialismo as preferências dos indivíduos sejam preteridas, os recursos ainda precisam ser alocados, no caso segundo as prioridades definidas pelos dirigentes do planejamento central. Logo, não há como escapar do problema econômico. Sem a manutenção

⁷¹⁹ Cf. VON MISES (1920, 1922, 1927, 1929, 1933, 1934, 1949, 1957, 1962 e 1969).

da propriedade privada não existem mercados, sem mercados não existem preços, tornando-se impossível a comparação entre os inúmeros usos combinados dos recursos escassos.

Hayek⁷²⁰, por sua vez, procura defender a manutenção da ordem social vigente através de outros expedientes: a seleção cultural provida pela “ordem espontânea” e a associação do socialismo ao totalitarismo e ao seu caráter improdutivo. Para o autor, as ações individuais são orientadas de acordo com expectativas de comportamento e conformam variados efeitos sociais combinados não intencionais, engendrando assim instituições, práticas e regras de conduta que vão paulatinamente moldando a vida social. Tais efeitos, não intencionais, são gerados de forma espontânea e ultrapassam qualquer capacidade de conhecimento dos próprios indivíduos, pois são constituídos por um processo de seleção cultural: o máximo que podemos entrever será certos tipos de ordenamento mais gerais.

O caráter assumido pelo conhecimento na sociedade, em meio ao processo de seleção cultural, indica uma crescente complexidade: torna-se cada vez mais difícil para os indivíduos entenderem plenamente as etapas dos processos produtivos e prognosticar quais deveriam ser os usos alternativos dos recursos. A saída reside em confiar na liberdade empresarial, assentada na propriedade privada: a descoberta dos empresários, a partir da formulação de testes de lucratividade no tocante às diversas soluções mercadológicas possíveis, propicia os mais adequados meios e fins ao longo do tempo. O mercado, portanto, opera como um mecanismo de aprendizado, através das tentativas e erros: é apenas por meio dele que poderemos gerar a coordenação das ações, pois é nele que impera o sistema de preços, identificado como uma linguagem (ou sinal), onde suas variações indicam mudanças na escassez relativa dos bens, fazendo com que cada agente ajuste suas demandas por fatores e bens finais.

Por seu caráter contingente e imprevisível, a ordem social expressa uma maior imprevisibilidade da vida social, ao mesmo tempo em que dificulta a possibilidade de qualquer tipo de planejamento consciente, nos restando apenas aprimorarmos as regras gerais abstratas através de instituições compatíveis, ou seja, acurarmos uma jurisprudência compatível com suas características fundamentais. Nesse sentido, cabe asseverar pela perseguição da promoção de leis, legislações e aparatos institucionais que contribuam para a manutenção da ordem social vigente, preservando-se a liberdade individual em um Estado de Direito, ancorado em regras mínimas suficientemente capazes de perpetuar as relações sociais assentadas na concorrência.

⁷²⁰ Cf. HAYEK (1931, 1935, 1937, 1944, 1947, 1952, 1960, 1967, 1973, 1976, 1978, 1979 e 1988).

Superar o enorme potencial de ocorrência de erros implica em uma única maneira efetiva: examinar as condições para que haja uma tendência a maior coordenação das ações, por meio do uso de mecanismos descentralizados de aprendizado que, para seu melhor proveito, exigem estarem plenamente assentados na liberdade individual. Em suma: compreender que a “ordem espontânea”, marcada pela seleção cultural e pela complexidade, exige apenas a necessidade de se construir regras de conduta, tendo a concorrência como norma geral das relações sociais, pois esta é a única forma social capaz de preservar a sobrevivência do maior número de indivíduos.

Em contrapartida, o socialismo é totalitário e improdutivo: mesmo que pudesse funcionar economicamente, ele se mostra incompatível com a liberdade, isto é, incompatível com a supremacia da lei (Estado de Direito) para o estabelecimento e manutenção da concorrência. No socialismo, o planejador social não teria a mesma capacidade exercida pela cataláxia (economia de mercado): a dificuldade do planejamento esbarra não simplesmente na busca por atingir o ponto de equilíbrio econômico (dos preços), envolvendo todos os bens, mas, sobretudo no fato de que a alocação dos bens (principalmente bens de capital) e sua determinação de preços fugiriam da competição real, do cálculo econômico, da estimativa dos ganhos e perdas e dos riscos envolvidos. Escapa-lhe, portanto, o conhecimento do preço do dinheiro e o seu processo de descoberta. Como não se trata de chegar ao equilíbrio, mas de um “ajustamento” diário realizado pelas forças do mercado, fica difícil adequar-se às mudanças inerentes do conhecimento dos indivíduos e estipular o uso dos recursos da melhor maneira possível. Consequentemente, os princípios de coordenação social e de liberdade individual, assegurados pelo mercado na “ordem espontânea”, estariam frontalmente comprometidos, revelando seu mais elevado caráter improdutivo.

Estas orientações alinhavadas por Mises e Hayek serão desdobradas nas análises dos libertários e dos neoinstitucionalistas, após a década de 1970. Na vertente libertária, Nozick (1974) coloca a liberdade individual em termos mais amplos, apoiado na concepção dos direitos de propriedade, e sua defesa do Estado mínimo possibilita não questionar, de forma alguma, a noção de “ordem espontânea” e da concorrência: simplesmente justificam-nas a partir de alguns elementos teóricos um pouco nuançados em relação à Hayek. Na vertente neoinstitucionalista, North⁷²¹ relaciona os elementos cruciais que permitem o maior desempenho econômico dos países, tendo em mente o papel das instituições e das mudanças institucionais, partilhando, principalmente com Hayek, da rejeição da noção de racionalidade

⁷²¹ Cf. NORTH (1973, 1981, 1990, 2005 e 2006).

(completa ou perfeita) dos agentes econômicos: sua ênfase recai na importância das regras ou arranjos institucionais para o estímulo das atividades econômicas e, sobretudo, para a prosperidade alcançada pelo crescimento econômico ao longo do tempo. Prioriza-se, assim, a manutenção da ordem social, ressaltando a necessidade de se construir uma matriz institucional eficiente e suficientemente capaz de estimular o capital físico e humano a fim de fomentar uma alta competitividade entre os países, empresas e indivíduos.

Já no campo conservador pós-1970, as proposições delineadas pela vertente neoconservadora ganharam uma dimensão considerável, especialmente nos Estados Unidos, estabelecendo uma relação peculiar com o próprio “neoliberalismo”. Para Brown (2006, 2017), esta relação se assenta no aspecto de que ambas são racionalidades (ainda que distintas) cuja convergência está nos “efeitos de des-democratização”. Portanto, o neoconservadorismo, edificado no solo neoliberal, gera uma modalidade específica de governança e cidadania, que se mostra incompatível com as práticas e as instituições democráticas formais, sem, no entanto, surtir uma crise de legitimação: a desvalorização neoliberal das práticas e instituições democráticas se equivale, em geral, com a do neoconservadorismo, e o próprio neoconservadorismo é uma expressão desta desvalorização, ainda que validada por outros meios, especialmente através do moralismo, do estatismo e do autoritarismo. Para Dardot & Laval (2016), a relação entre o neoconservadorismo e o neoliberalismo reside na ideia da articulação entre empresa e família - a convergência entre a normatividade neoliberal e o moralismo neoconservador - e na defesa intransigente da ordem social.

Temos assim, a existência “ameaçada” de uma “ordem social espontânea” ou uma “ordem social erigida com base em valores e instituições herdadas”, cuja contrapartida reside no projeto de construção doravante do “neoliberalismo”: um consistente expediente de aparatos discursivos, princípios normativos, dispositivos de poder, orientações epistemológicas e práticas de conduta social capazes de difundir os princípios da concorrência e generalizar um mercado orientado principalmente pelos preços.

Estas são, em grande medida, as elaborações presentes nas três primeiras partes da tese. Cabe destacar, em primeiro lugar, que o traço comum encontrado, em muitas destas análises, reside na inexistência de se projetar uma teoria sobre a transição do capitalismo ao socialismo, em função: (i) dos aportes ideológicos de defesa intransigente da ordem do capital e (ii) das posições políticas inscritas na perspectiva de se pensar em formas de atenuar ou regular o capitalismo de maneira menos deletéria para os países, empresas e indivíduos. Merecem ressalvas, decerto, alguns autores e autoras que se situam no campo da esquerda

socialista: para estes, predomina evidentemente uma crítica ao capitalismo e, no caso dos postulantes da crise estrutural, verifica-se formulações de uma teoria da transição.

Em segundo lugar, importa frisar que todas estas análises, de alguma forma, desencadearam influências na discussão presente, nos dias de hoje, na literatura acadêmica e no debate público. A problemática sobre as transformações ocorridas nos anos de 1970, e cristalizadas nos anos de 1990, ainda é crucial para se avaliar as características da contemporaneidade das sociedades capitalistas e do próprio capitalismo, como também se mostra notória nos termos do debate sobre a viabilidade e o caráter de um processo de transição do capitalismo ao socialismo ou ao pós-capitalismo. Embora esta última discussão tenha assumido muitos desdobramentos, especialmente depois da dissolução da experiência do socialismo real e do consequente desmantelamento da URSS, simbolizado pela queda do muro de Berlim, o desafio que está colocado, para grande parte da esquerda em todo o mundo, exige uma avaliação sobre o futuro do socialismo no século XXI, alinhada ao exame crítico das experimentações socialistas empreendidas no século XX.

Nesse sentido, podemos indicar pelo menos cinco linhas⁷²², cujas abordagens versam sobre esta questão: a primeira, remetendo ao clássico debate em torno do cálculo e do planejamento econômicos (MOROZOV e PRADO); a segunda, buscando estabelecer a possibilidade do pós-capitalismo a partir dos elementos encontrados no interior do próprio capitalismo (MASON); a terceira, asseverando a necessidade de radicalização da democracia e da solidariedade, como princípios fundamentais para a construção do socialismo, por meio do uso alternativo das forças produtivas erigidas pelo capitalismo (SINGER); a quarta, destacando a importância da ocorrência de uma grande transição, marcada por transformações profundas e sistêmicas, em prol do ecossocialismo, sustentado pelo planejamento democrático ecológico (LOWY) e a quinta, exaltando a premente e radical “regeneração da humanidade”, baseada na superação do “sociometabolismo do capital”, implicando no socialismo pós-capital (MÉSZÁROS).

Em relação à primeira linha, é preciso indicar que o debate sobre o cálculo e o planejamento econômicos se desenvolveu desde meados de 1850. Barbieri (2013) localiza essa origem e nos apresenta uma linha do tempo, com as principais contribuições dos

⁷²² Registram-se ainda as obras de alguns autores, sobretudo, latino-americanos, que têm se debruçado sobre esta temática, mas que, por razões de limitação, não serão abordados: BERNARDO, J. *Para uma Teoria do Modo de Produção Comunista*. (1975); DIETERICH, S. H. *El Socialismo del siglo XXI*. (2006); ORLANDO, F. B. *El Socialismo Raizal y la Gran Colombia Bolivariana* (2008); LINERA, A. G. *Socialismo comunitário*. (2015); ACOSTA, A. *O Bem Viver* (2015), etc.

autores⁷²³: o momento mais marcante se concentrou na década de 1930, sendo retomado, posteriormente, nos anos 1980 e 1990. Assevera ainda que a disputa envolvendo os economistas austríacos e neoclássicos e os teóricos do socialismo de mercado ganhou nova dimensão, com a linha adotada por Hayek, ao incorporar o conhecimento à noção da complexidade do problema econômico⁷²⁴: se os termos do debate, modificados pela elaboração hayekiana, postulam a necessidade da explicação de como o conhecimento converge para a realidade, os socialistas de mercado aproveitaram-se desta abertura para proporem modelos que tratassem do problema do conhecimento enquanto informação assimétrica entre planejadores e administradores.

Em outras palavras, para Barbieri (2013), Hayek redefine os termos do debate sobre o cálculo no socialismo ao incorporar a noção de complexidade e sua relação com o conhecimento, indicando a incapacidade do socialismo em auferir a correspondência automática entre os dados subjetivos e a realidade, porém, esta abertura permitiu aos socialistas de mercado reduzir a economia do conhecimento a uma simplificação, enquanto economia da informação assimétrica, perquirindo modelos positivistas em que o problema do cálculo se reduz à discussão sobre a capacidade de processar e coletar dados objetivos acerca das funções de produção, da demanda e das quantidades de recursos.

Nos anos 2000, especialmente após a crise de 2008, este debate assumiu novos contornos. No âmbito dos teóricos do socialismo de mercado, destaca-se a obra de Daniel Saros (2014), *Information technology and socialist construction: the end of capital and the transition to socialism*. Já no espectro das elaborações neoclássicas, chama atenção o livro de

⁷²³ O pré-debate se origina na segunda metade do século XIX, com as publicações de Gossen (1853) e Wieser (1889) e segue no início do século XX, a partir de Pierson (1902); Barone (1908) e Cassel (1918). Nos anos de 1920, assume uma orientação mais definida com as obras de Mises (1920 e 1922); Brutzkus (1920); Weber (1922) e Taylor (1929). Na década de 1930, temos as contribuições de Dickinson (1933); Dobb (1934-5); Lerner (1934); Hayek (1935); Robbins (1935); Durbin (1936); Lange (1936-7b e 1936-7c) e Hoff (1938). Nos anos de 1940, o debate segue com Hayek (1940); Thirlby (1946); Schumpeter (1947); Bergson (1948) e Mises (1949). Em 1953, Wiseman (1953) avança, mas a discussão será retomada apenas na década de 1980, através de Nove (1983); Lavoie (1985a); Kornai (1986) e Hayek (1988). Nos anos de 1990, segue com as abordagens de Bardhan & Roemer (1993); Cottrell & Cockshott (1993); Stiglitz (1994); Roemer (1994); Shleifer & Vishny (1994); Horwitz (1996) e Caldwell (1997). Cf. BARBIERI (2013).

⁷²⁴ “[...] as diferentes posturas a respeito da possibilidade de realizar cálculo econômico no socialismo variam conforme as diferentes concepções adotadas sobre a complexidade do problema econômico e sobre a natureza do conhecimento utilizado na solução do mesmo. Se o problema for complexo e os seres humanos não forem oniscientes, o conhecimento sobre os detalhes que compõem os cambiantes fundamentos da economia é disperso entre os agentes e ao mesmo tempo falível. Se o conhecimento dos agentes for falível, precisamos de um mecanismo impessoal de seleção de hipóteses conjecturais (como o sistema de preços de mercado) e da liberdade para experimentar essas hipóteses (proporcionada nos mercados livres pela propriedade privada). Os mecanismos de seleção artificial propostos no debate, por outro lado, transferem a simplicidade do modelo para a realidade, reduzindo então a complexidade desta. Se não distinguirmos a natureza do conhecimento do cientista e do agente, corremos o risco de adotar uma visão positivista sobre o conhecimento dos agentes: o problema do cálculo se reduziria então à discussão sobre a capacidade de processar e coletar dados objetivos sobre funções de produção, demanda e quantidades de recursos”. (Id, Ibid, pps. 286-287).

Mayer-Schönberger⁷²⁵ & Ramge (2018), *Reinventing Capitalism in the Age of Big Data*. Estas duas obras serão analisadas e criticadas no artigo de Morozov (2019), publicado na *New Left Review*, intitulado *Digital Socialism? The Calculation Debate in the Age of Big Data*. O objetivo de Morozov (2019) é examinar – e revitalizar – o debate sobre o cálculo econômico no socialismo, a partir da análise sobre conhecimento, preços e coordenação social na era do *Big Data*⁷²⁶, pois, em sua avaliação, desde a crise de 2008, existe certa disputa em torno de como reestruturar a economia global com base nas inovações digitais⁷²⁷.

Após expor sua crítica geral às teses “pró-capitalistas”⁷²⁸, o autor se debruça criticamente junto à obra de Mayer-Schönberger & Ramge (2018), ressaltando,

⁷²⁵ Viktor Mayer-Schönberger é autor de algumas obras recentes, tais como: *Big Data: A Revolution That Transforms How we Work, Live and Think*, 2012 (em co-autoria com Kenneth Cukier) e *Delete: The Virtue of Forgetting in the Digital Age*, 2009.

⁷²⁶ “[...] I will revisit—and, I hope, revitalize—the Socialist Calculation Debate, exploring some of the ways in which the participants conceived the relations between knowledge, price and social coordination, and how their referents may have changed in the age of big data. I will go on to suggest ways in which the development of digital ‘feedback infrastructure’ offers opportunities for the left to propose better processes of discovery, better solutions for the hyper-complexity of social organization in fast-changing environments, and better matches of production and consumption than Hayek’s solution—market competition and the price system—could provide”. (MOROZOV, 2019, p. 36).

⁷²⁷ “Despite the growing ‘tech-lash’ against the faangs, capitalist thinkers still look to Silicon Valley and its culture with a glimmer of hope. For all its problems, the Valley remains a powerful laboratory of new—perhaps, better—market solutions. No other sector occupies such a prominent role on the horizon of the Western capitalist imaginary or offers such a promising field for regenerative mythologies. A new strand of thinking has begun to address how the global economy might be re-engineered around the latest digital innovations to introduce a modicum of fairness. The ‘New Deal on Data’—the term surfaced in a 2009 paper presented at Davos—is the tech world’s neoliberal equivalent of the Green New Deal, but requires no government spending. It envisages formalizing property rights around intangibles, so that individuals can ‘own’ the data they produce. One advantage for its proponents is that this market-friendly ‘new deal’ could help to forestall alternative attempts at imagining users as anything other than passive consumers of digital technology; they could enjoy their new status as hustling data entrepreneurs, but should aspire to little else. The New Deal on Data has accumulated considerable political support: from the European Commission to the United Nations, many world institutions are convinced that some such ‘fairness’ initiative is important to guarantee the future of digitalized capitalism”. (Id, Ibid, pps. 33-34).

⁷²⁸ Sobre sua crítica mais geral: “*Reinventing Capitalism* is one of several recent books that purport to read the massive changes unleashed by the rise of new, data-intensive business models against the broader analytical background of contemporary capitalism. Shoshana Zuboff’s *The Age of Surveillance Capitalism* may be the most prominent example; another is *World After Capital*, self-published online by German-American venture capitalist Albert Wenger (cited quite favourably by Mayer-Schönberger and Ramge). Lacking a robust, theoretically and historically grounded conception of capitalism, these texts follow the same narrative trajectory: the authors begin by choosing some prior stage—‘financial capitalism’ for Mayer-Schönberger and Ramge, ‘advocacy capitalism’ for Zuboff, ‘industrial age’ capitalism for Wenger—and then proceed to roll out the *deus ex machina* of information technology, Big Data, machine learning, or even (in Wenger’s case) ‘the universality of computation at zero marginal cost’. All three conclude that the current stage of capitalism—‘data capitalism’ (Mayer-Schönberger and Ramge), ‘surveillance capitalism’ (Zuboff), ‘Knowledge Age’ post-capitalism (Wenger)—is a stark departure from the previous one, and that drastic changes in information technology explain the transition. They turn to recent history only very selectively, mostly to bolster their presentist two-stage schema. The analytical and political consequences vary. Zuboff has little positive to say about the age of ‘surveillance capitalism’, whereas *Reinventing Capitalism* concludes with an almost religious reading of the therapeutic power of data and information, which will heal the ills of contemporary capitalism and restore market efficiency”. (Id, Ibid, p. 39). Sobre suas críticas específicas à obra *Reinventing Capitalism*: “Why do all this, when the existing concept of capitalism, in all its analytical richness, already allows for such transitions? Perhaps because to operate with that concept would mean conceiving of capital as a system and as a social

principalmente, os aspectos mais fundamentais encontrados no livro: (i) a relação entre informação e sistema de preços⁷²⁹; (ii) o conhecimento não baseado em preços⁷³⁰; (iii) o papel dos tecnocratas do mercado⁷³¹ e (iv) as modalidades de mercado⁷³². No entanto, admite que uma das mais importantes contribuições trazidas pelo livro reside na noção de “*dados de retroalimentação*”, desdobrado no conceito de “*infraestrutura de retroalimentação*”.

relation—and not just a stock of physical and immaterial goods available for production, as neoclassical economists tend to imagine it. Given the unwillingness of Mayer-Schönberger and his ilk to do so, even against a background of growing anxieties about the direction of the capitalist system, we are likely to see further flurries of books that are nominally about the future of capitalism, but offer, at best, depictions of observed regularities in how capitalist firms expand their stocks of capital to include data. The future behaviour of these firms, we are invited to believe, amounts to nothing less than the future of capitalism itself. If this is somewhat better than the fairytales of perfect competition and market equilibrium spun by neoclassical economists, the practical and political use of such insights is minimal, as they ignore the fundamental drivers that shape the behaviour of even those individual capitalist firms that their theories purport to explain. *Reinventing Capitalism*’s first major dichotomy—‘data versus money’—appears untenable. But what about its second dichotomy, between prices and information? Here the evaluation is a bit trickier, and will require an excursus through classical and neoclassical economics, with their contrasting ideas of information, prices and competition—and in particular, an attentive reading of Hayek. *Reinventing Capitalism* is very light on economic theory, and it’s never quite clear just which framework—classical, neoclassical, Austrian?—informs the authors’ insistence on the obsolescence of price and the ascendance of data. One can, nonetheless, try to deduce it”. (Id, Ibid, p. 42).

⁷²⁹ “‘Hayek’s deep appreciation for price rests on the fact that, as transaction partners negotiate, they have to take into account all the information they have at hand, including their priorities and preferences, and condense them down to a single figure’, claim Mayer-Schönberger and Ramge. It’s against these presumed views of Hayek that they mount their own argument that technology can now furnish more information than prices, because it’s no longer necessary to condense information—one can just use it”. (Id, Ibid, pps. 44-45).

⁷³⁰ “To argue that there’s a choice to be made between the price system and the knowledge system—or that the latter, in the form of Big Data, is now supplanting the former—is to fundamentally misunderstand Hayek’s view of how the capitalist system works. That prices have informational meaning for market participants—meaning which is itself contingent upon them internalizing the basic laws of capitalism—doesn’t stop them acquiring other forms of information, prior to the moment of exchange, during the crucial phase of ‘real competition’. Like the neoclassical economists, the authors of *Reinventing Capitalism* eliminate this prior stage from their conception of exchange. They therefore claim that prices must condense all the information to hand—which, of course, they cannot. The book’s entire premise is the logical consequence of trying to fit Hayek’s dynamic view of competition into a static neoclassical framework—and, on discovering that it doesn’t fit, postulating that we need another, information-friendly term for ‘capitalism’”. (Id, Ibid, p. 47).

⁷³¹ “While Hayek, in his earliest contribution to the Socialist Calculation Debate, drew an explicit distinction between the economist—the protagonist of a market economy—and the engineer—the protagonist of a centrally planned one—the post-Hayekian consensus in neoclassical economics has yielded an odd blend of the two.²² And as the world has become increasingly digitized, building new markets, as well as fixing existing ones, has gotten easier and cheaper: acting upon the informational dimensions of market exchange can now be done remotely, by means of digital platforms. *Reinventing Capitalism* belongs squarely in this intellectual tradition of ‘market design’—a fact the authors vaguely acknowledge by situating their argument in relation to the work of the Stanford economist Alvin Roth, the Nobel Prize-winning practitioner of ‘market design’”. (Id, Ibid, p. 49).

⁷³² “Indeed, the problematic of *Reinventing Capitalism*, originally constructed along the price-information axis, also pivots around the axis of law-market. It is not that price is losing ground to information; rather, solutions to social problems that are based on the logic of the law—and so on collective frameworks, subject to democratic revision—are losing ground to solutions based on the logic of the market, tailored to the atomized figure of the consumer. Uber, whose existence depends on the cross-pollination of numerous feedback mechanisms, is a case in point. [...] What has been done to passengers (and drivers) is now being extended to other domains. The field known as ‘algorithmic regulation’—or ‘Regulation 2.0’—studies how to apply Uber-style feedback mechanisms to a wide range of social activities. Sidewalk Labs, a unit of Alphabet working on ‘fixing’ cities, has suggested using them for zoning: why should city councils impose restrictions on what can be built, rather than simply letting capitalist developers experiment as they will with the local real-estate market, and interfere only if the feedback—of neighbours complaining about noise, for instance—exceeds some negative threshold?” (Id, Ibid, pps. 50-52).

Morozov (2019) acredita que será em função deste paradigma que se empenharão as grandes batalhas políticas vindouras: *a questão do funcionamento dos meios de produzir os “dados de retroalimentação”, bem como também a questão de quem possui os próprios dados.*

Assim sendo, dois projetos se impõem: o projeto político de “retroalimentação neoliberal” e o projeto à esquerda. O primeiro atende a dois objetivos: (i) colaborar para a resolução dos problemas de ineficiências que entravam os mercados existentes e operar em face de soluções indesejadas para os problemas sociais emergentes, particularmente aquelas que não estejam adequadas ao mercado, isto é, um projeto que visa subordinar todos os seres humanos à lógica da concorrência como norma social e (ii) programar “mercados artificiais” em situações nas quais eles não surgem espontaneamente.

O projeto à esquerda, por sua vez, para superar o projeto neoliberal, precisa almejar a construção de uma “infraestrutura de retroalimentação”, apoiada em três possibilidades: (i) a solidariedade como procedimento de descobrimento; (ii) o desenho de “não-mercados” e (iii) o planejamento descentralizado⁷³³. Trata-se, em suma, da esquerda perseverar pela *socialização dos meios de produção de retroalimentação*.

All three of these projects—‘solidarity as discovery’, ‘designing non-markets’ and ‘automated planning’—hint at a world in which increased complexity is not accepted as an unalterable fact and where competition is not the only way of dealing with it. Information technology, in turn, would be seen as a means of discovering and acting upon the plasticity of social and economic arrangements, undoing the bundles—like price, the various functions of which had previously been lumped together—that have so far been taken for granted. Making progress on any one of these fronts could constitute a major advance for the left. But no such progress will materialize if the means for creating alternative modes of social coordination—the ‘feedback infrastructure’—remain the exclusive property of tech giants⁷³⁴.

⁷³³ “The first, which we might, following Hayek’s description of competition, call ‘solidarity as a discovery procedure’, has to do with detecting new needs and ways to satisfy them through non-market mechanisms. The second, which we might call ‘designing non-markets’, concerns social coordination in matters unrelated to production and consumption. The third, which we might call ‘automated planning’, focuses exclusively on coordination in the economic sphere”. (Id, Ibid, pps. 54-55).

⁷³⁴ Cf. Id, Ibid, p. 65. Segue afirmando que: “If the Socialist Calculation Debate teaches us anything, it’s that the left should not waste time debating the merits of the price mechanism in isolation from its embeddedness in the broader system of capitalist competition, which generates non-price knowledge—reputation and so on—and produces the general social norms and patterns of legibility which allow the price system to do so much with so little. While it’s true that, evaluated on its own terms, the price system appears a marvel of social coordination, it’s also true that, without capitalist markets, it doesn’t exist. It thus makes sense to strive for a more comprehensive assessment, looking at how the existence of capitalist competition—and of capitalism in general—affect social coordination *tout court*. Social coordination can be mediated by a whole ecology of mechanisms, including law, democratic deliberation, decentralized ‘radical bureaucracy’ and feedback control, as well as the price system. Consider, for example, the non-price knowledge that circulates in capitalist economies, which not only informs the price system but also shapes our assessment of the urgency of threats, helping to inform our responses. The more accurate that information, the more likely we are to ensure social coordination in solving tasks which—like climate change—are crucial to the survival of the species. Yet capitalist competition often ends up contaminating that knowledge, making an accurate assessment of the situation nearly impossible. After the neoliberal turn, competition is increasingly becoming a non-discovery procedure. Consider the energy companies or pharmaceutical firms who deliberately manufacture ignorance by selectively funding academics and think tanks. Or the media-military-industrial complex, shaping how the public

Dialogando com este autor, Prado (2014) já nos dizia que seria fundamental pensarmos o socialismo em termos de planejamento descentralizado e democrático, contrapondo-se ao planejamento centralizado, ditado no “socialismo real”⁷³⁵. Por conseguinte, Prado (2019) confia no argumento de Morozov (2019) de que uma das disputas mais centrais, no século XXI, reside na possibilidade de superação do mercado pelo planejamento democrático⁷³⁶.

thinks about the latest war. Or the increasingly privatized education system, unable to ‘discover’ the sort of knowledge that has no easily quantifiable impact. Or the credit rating agencies, whose business models often obscure the real state of the firms they are supposed to be evaluating. An entire academic industry—under the quirky name of ‘agnotology’—has sprung up to study the production of such manufactured ignorance and its use by capitalist firms. The best possible outcome of this research would be a recalibration of how we assess the comparative advantages of various systems of social coordination—and a shift of focus, from measuring solely their respective contributions to economic efficiency, to weighing up their ability to perceive existential social problems, in all their complexity, and to propose possible solutions. The ideological residue of the Cold War, with its binary choice between central planning and the price system, has obscured the existence of this broader ecology of modes of social coordination. The emancipatory promise of information technology is to rediscover and enrich this repertoire, while revealing the high invisible costs of relying on the current dominant mode of social coordination—capitalist competition. Given this possibility, the agenda of the neoliberal establishment is clear. On the one hand, they will rally behind a slogan of ‘There Is No Alternative (to Google)’, depicting any departure from the cartelized Silicon Valley model—or at least, any moves that dare go beyond the consumerist utopia of a ‘New Deal on Data’—as yet another step on the road to serfdom. On the other hand, they will continue filling in the empty social and political spaces which previously had their own logics and ways of doing things, with the ‘smart’ capitalist logic of digital platforms. The left, then, should focus on preserving and expanding the ecology of different modes of social coordination, while also documenting the heavy costs—including on discovery itself—of discovering exclusively via competition. This mission, meanwhile, will be all but impossible without regaining control over the ‘feedback infrastructure’. The contradiction between collaborative forms of knowledge discovery and the private ownership of the means of digital production is already becoming apparent in the processes of ‘peer production’—long celebrated by liberal legal academics—used in the production of free software or services like Wikipedia. Under the current Silicon Valley private-ownership model, the feedback infrastructure is unlikely to be amenable to radical-democratic transformation. Freedom, as neoliberals have long understood, must be planned; but so must their ‘spontaneous order’. In the absence of such planning, spontaneity quickly morphs into adaptation to an external reality that is not to be tinkered with. This may be an acceptable—even desirable—development for conservatives, but it should be anathema to the left”. (Id, Ibid, pps. 66-67).

⁷³⁵ Em suas palavras: “O socialismo é a superação tanto da sociedade natural, espontânea e anárquica quanto da sociedade construída, administrada e hierárquica. O socialismo é uma formação social constituída pela associação heterogênea e pluralista de pessoas livres e emancipadas. Ele se organiza economicamente com base na autogestão, comunitária, consciente e democrática de trabalhadores. Pressupõe, assim, que a complexidade do social se desenvolve como uma totalidade descentrada”. (PRADO, 2014, p. 76).

⁷³⁶ Prado (2019) escreve um dossiê, intitulado: *Socialismo, utopia inviável?*, que contém três partes: Parte 1 - Mises: o socialismo como impossibilidade prática; Parte 2 - Hayek: a apologia da competição e rivalidade permanentes e Parte 3 - Morozov: o Big Data e a chance de planejamento democrático. Disponível em: <https://outraspalavras.net/alemdamercadoria/socialismo-utopia-inviavel-1/>. Assim sintetiza o argumento do “socialismo digital”: “A ideia central do planejamento automático é empregar um catálogo geral – uma plataforma eletrônica semelhante àquela empregada pela Amazon, mas também por variados centros de comércio eletrônico como o Mercado Livre – em que as empresas, organizadas na forma de comuns e dirigidas por conselhos de trabalhadores, oferecem os seus produtos livremente. Esse catálogo é acessado pelos consumidores em geral, sejam eles intermediários ou finais, com a finalidade de escolher empresas, indicando para elas as suas aquisições planejadas para o futuro próximo ou distante, assim como para fazer aquisições imediatas de bens e serviços. Para registrar as suas demandas, os demandantes empregam um cartão de identificação único (ou seja, semelhante ao CPF do Brasil). O custo de qualquer aquisição imediata é sempre mais alto do que aquele da aquisição planejada; a desistência de uma compra também pode ter um pequeno custo. Note-se que esse sistema, em princípio, elimina o trabalho assalariado. Em consequência, suprime também a relação de capital. Busca, assim, inverter a relação entre valor e valor de uso; ao contrário do que acontece no

No que tange à segunda linha, merece apreciação a obra de Paul Mason (2015), *Postcapitalism: A Guide to Our Future*. O diagnóstico interpelado pelo autor é bastante intrigante: estamos em condições de avançarmos em direção ao pós-capitalismo⁷³⁷. A

capitalismo, o valor – agora medido explicitamente – passa a se subordinar aos valores de uso, às necessidades das pessoas. No entanto, é evidente que o método de coordenação por meio de sítios de compra, venda e planejamento econômico também requer um sistema de preços-trabalho. Ele próprio, ademais, constitui-se, sim, como uma forma branda de concorrência. No entanto, os agentes econômicos não são guiados nesse sistema pelo lucro, mas apenas pela necessidade de ofertar valores de uso para outros em troca da possibilidade de adquirir, depois, valores de uso outros de outros. Os conselhos de trabalhadores decidem sobre os preços a serem cobrados pelos produtos que vendem, mas como não são entidades guiadas pelo lucro, a compensação que recebem não está ligada à lucratividade. O critério principal na fixação dos preços é eliminar os estoques antes que o próximo ciclo de produção tenha início. Não existe nesse sistema socialista, portando, dinheiro propriamente dito – aquele ente misterioso que opera nos circuitos $D - M - D'$ ou $D - D'$, mas sim “senhas” ou “bilhetes” que funcionam como unidade de conta, meio de transação e reserva de valor temporária, os quais servem ao propósito de melhor atender às necessidades das pessoas e da sociedade como um todo. Será necessário, no entanto, criar também um subsistema capaz de reunir fundos expressivos para investir em projetos de grande porte. Em suma, um sistema socialista como este – aqui apresentado apenas em grandes traços – constitui-se também como uma forma de coordenação social e um procedimento descentralizado de descoberta. É evidente que poderá ser bem superior aos mercados realmente existentes na realização efetiva dessas duas funcionalidades. Em particular, é preciso ver que elimina a prática de manter segredos industriais e comerciais, as manipulações dos consumidores feitas pelos ofertantes capitalistas, a monopolização dos mercados, a obsolescência planejada etc., que abundam cada vez mais no capitalismo contemporâneo. Sendo bem pensado, ele poderá resolver também o problema da sustentabilidade da sociedade humana na face da Terra, pois poderá levar em conta os imperativos ecológicos. Ademais, esse tipo de economia engendrará uma repartição da renda muito menos desigual em relação ao ocorre hoje e é quase inevitável sob o capitalismo”. (Id, Ibid, pps. 5-6).

⁷³⁷ “Desde 2008, trilhões de dólares de dinheiro artificial fluíram através dos bancos, fundos de cobertura, firmas de advocacia e consultorias para manter em funcionamento o sistema global. Mas as perspectivas de longo prazo para o capitalismo são lúgubres. De acordo com a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o crescimento no mundo desenvolvido será “fraco” nos próximos cinquenta anos. A desigualdade vai aumentar 40%. Mesmo nos países em desenvolvimento, o atual dinamismo estará exaurido em 2060. Os economistas da OCDE foram educados demais ao dizer isso, então vamos trocar em miúdos: para o mundo desenvolvido, o melhor do capitalismo já passou; e para o resto, ele vai terminar durante nosso tempo de vida. O que começou em 2008 como uma crise econômica converteu-se numa crise social, levando a uma inquietação generalizada; e agora, quando revoluções degeneram em guerras civis, criando tensão militar entre superpotências nucleares, tornou-se uma crise de ordem global. Há, ao que parece, dois desfechos possíveis. No primeiro cenário, a elite global se segura, impondo o custo da crise aos trabalhadores, pensionistas e pobres pelos próximos dez ou vinte anos. A ordem global — tal como imposta pelo FMI, pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial do Comércio — sobrevive, mas de forma enfraquecida. O custo de salvar a globalização é arcado por gente comum do mundo desenvolvido. Mas o crescimento fica estagnado. No segundo cenário, rompe-se o consenso. Partidos de extrema direita e de esquerda chegam ao poder, uma vez que as pessoas comuns se recusam a pagar o preço da austeridade. Em vez disso, os Estados tentam então impor uns aos outros os custos da crise. A globalização desmorona, as instituições globais tornam-se impotentes e no processo os conflitos que inflamaram os últimos vinte anos — guerras do narcotráfico, nacionalismo pós-soviético, jihadismo, migração descontrolada e resistência a ela — acendem uma fogueira no centro do sistema. Neste cenário, a obediência fingida a leis internacionais evapora; tortura, censura, detenções arbitrárias e vigilância em massa tornam-se os instrumentos comuns da governança. Esta é uma variante do que aconteceu nos anos 1930 e não há garantia de que não possa voltar a ocorrer. Em ambos os cenários, o sério impacto da mudança climática, do envelhecimento demográfico e do crescimento da população explode por volta de 2050. Se não conseguirmos criar uma ordem global sustentável e restaurar o dinamismo da economia, as décadas posteriores a 2050 serão de caos. Em vista disso, desejo propor uma alternativa: primeiro, salvamos a globalização refreando o neoliberalismo; em seguida, salvamos o planeta — e resgatamos a nós mesmos do tumulto e da desigualdade — avançando para além do próprio capitalismo. Refrear o neoliberalismo é a parte fácil. Há um crescente consenso entre movimentos de protesto, economistas radicais e partidos políticos radicais na Europa quanto à maneira de fazer isso: suprimir as altas finanças, reverter a austeridade, investir em energia verde e promover o trabalho bem remunerado. Mas e depois? Como demonstra a experiência grega, qualquer governo que desafia a austeridade entra imediatamente em choque com as instituições globais que protegem o 1% mais rico da população mundial. Depois que o partido radical de esquerda Syriza venceu a eleição em janeiro de 2015, o Banco Central Europeu,

esquerda, ao longo do século XX, apostou em uma estratégia de superação do capitalismo que fracassou: o mercado aniquilou seus planos; o individualismo suplantou o coletivismo e a solidariedade, e a força de trabalho expandida não se comporta mais como antes. Este projeto entrou em colapso, mas não significa o fim das utopias, pois existe uma forma de se perseverar para a superação do capitalismo: *as mudanças propiciadas pelas novas tecnologias da informação implicam novas maneiras de trabalhar e uma nova economia compartilhada*.

O capitalismo não será derrotado por estratégias de “marcha forçada”, mas, sobretudo, pelo fato de que algo muito mais dinâmico e fundamental – já em curso – irá remodelar paulatinamente a economia em torno de novos valores e comportamentos. Ou seja, o pós-capitalismo surgirá em função da aceleração de tendências inscritas no próprio capitalismo, coadunadas por choques externos e pela projeção de um novo tipo de ser humano.

Aqui reside o papel chave das novas tecnologias, pois elas permitiram o advento de três principais transformações: (i) reduziu a necessidade de trabalho e diluiu as linhas entre trabalho e tempo livre, afrouxando a relação entre trabalho e salário; (ii) erodiu a capacidade do mercado de formar preços de modo correto: os monopólios aparecem enquanto mecanismo de defesa do sistema que, certamente, entrará em conflito com a necessidade da humanidade de usar ideias livremente e (iii) aumentou significativamente o caráter espontâneo da produção colaborativa de bens, serviços, organizações e instituições, fomentando o enfrentamento aos ditames do mercado e à sua hierarquia funcional.

Em suma, existe forte apreço por parte de todos em termos de dispor de *mais tempo livre, de atividades em rede e de coisas gratuitas*: novas formas de propriedade, novas formas de empréstimos, novas formas de contratos legais, novos modelos de negócios, novos produtos de informação (caso expressivo da *Wikipédia* – plataforma mundial gratuita produzida por voluntários) estão despontando no horizonte. São a partir destes exemplos que o autor estabelece uma rota de saída para o capitalismo: medidas micro podem e devem ser

cuja tarefa era promover a estabilidade dos bancos gregos, cortou o apoio a tais bancos, desencadeando uma corrida que ocasionou a retirada de 20 bilhões de euros em depósitos. Isso forçou o governo de esquerda a escolher entre a bancarrota e a submissão. Você não vai encontrar nenhuma ata, nenhum registro de votação, nenhuma explicação para o que o BCE fez. Coube à revista de direita alemã *Stern* explicar: tinham “esmagado” a Grécia. Isso aconteceu, simbolicamente, para reafirmar a mensagem central do neoliberalismo de que *não há alternativa*; de que todas as rotas de fuga do capitalismo terminam no tipo de desastre que ocorreu à União Soviética; e de que uma revolta contra o capitalismo é uma revolta contra uma ordem natural e eterna. A crise atual não apenas sinaliza o fim do modelo neoliberal: é também um sintoma do descompasso de longo prazo entre sistemas de mercado e uma economia baseada na informação. O objetivo deste livro é explicar por que substituir o capitalismo não é mais um sonho utópico, além de esclarecer como as formas básicas de uma economia pós-capitalista podem ser encontradas no interior do sistema vigente e de que modo é possível expandi-las rapidamente”. (MASON, 2017, pps. 10-12, grifos do autor).

projetadas, contando com a atuação crucial do Estado e com as mudanças em nosso pensamento sobre tecnologia, trabalho e propriedade.

No entanto, o que obstaculiza esta tendência reside na lógica capitalista de se apropriar das novas tecnologias visando atender exclusivamente aos seus objetivos mercantis: o sistema bancário, o sistema de planejamento e a cultura neoliberal ainda sustentam o direcionamento da inovação à geração de empregos de baixo valor e de longas horas de trabalho. Além disso, seguindo a orientação da teoria dos ciclos longos de Kondratieff, acredita que o esperado “quinto avanço tecnológico⁷³⁸” para o capitalismo não prosperou e o elemento central para que isso não esteja acontecendo deriva da natureza específica da tecnologia da informação.

As novas tecnologias da informação trazem consigo novos objetos, novos processos, novos conteúdos, cujo conhecimento figura na condição de um “bem” muito mais valioso do que as coisas físicas usadas para se produzir. Porém, esta grande valia carece, por natureza, de uma medição efetiva: o máximo que ocorre é a utilização de parâmetros utilitários e funcionais. Se tomado o conhecimento como valor de troca ou ativo e se analisado que a informação é abundante, facilmente replicável e apresenta forte tendência de mecanismos de preços próximos de zero, dados seus custos de produção e reprodução mínimos (máquinas que “duram para sempre” e não custam nada), tudo levaria a economia a uma contradição entre a *escassez convencional e a abundância absoluta dos novos tempos*: a força do dinamismo atual se dá a partir da informação, um bem abundante e que “quer ser livre”.

Esta seria então a contradição fundamental no “infocapitalismo”: de um lado, o mundo da informação e da vigilância monopolizadas por empresas e governos e, de outro lado, a

⁷³⁸ “O capitalismo industrial atravessou quatro longos ciclos, levando a um quinto cuja decolagem foi retardada: 1. De 1790 a 1848: O primeiro ciclo longo é discernível nos dados ingleses, franceses e norte-americanos. O sistema fabril, maquinário movido a vapor e canais são a base do novo paradigma. O ponto de inflexão é a depressão no final da década de 1820. A crise revolucionária de 1848-51 na Europa — espelhada pela Guerra Mexicana e pelo Compromisso do Missouri nos Estados Unidos — forma um claro sinal de pontuação. 2. De 1848 a meados dos anos 1890: O segundo ciclo longo é tangível de ponta a ponta do mundo desenvolvido e, em seu final, da economia global. Estradas de ferro, telégrafo, navios a vapor, moedas estáveis e maquinário produzido por máquinas estabelecem o paradigma. A onda chega ao pico em meados da década de 1870, com a crise financeira nos Estados Unidos e na Europa levando à Longa Depressão (1873-96). Durante os anos 1880 e 1890, novas tecnologias são desenvolvidas em resposta a crises econômicas e sociais, juntando-se no início do terceiro ciclo. 3. De 1890 a 1945: No terceiro ciclo a indústria pesada, a engenharia elétrica, o telefone, a administração científica e a produção em massa são as tecnologias-chave. A ruptura ocorre ao final da Primeira Guerra Mundial; a Depressão dos anos 1930, seguida pela destruição de capital durante a Segunda Guerra Mundial, arremata o movimento descendente. 4. Final dos anos 1940 a 2008: No quarto ciclo os transistores, os materiais sintéticos, os bens de consumo de massa, a automação fabril, o poder nuclear e o cálculo automático criam o paradigma — produzindo o mais longo boom de toda a história. O pico não poderia ser mais claro: o choque do petróleo de outubro de 1973, depois do qual tem lugar um longo período de instabilidade, mas não uma grande depressão. 5. No final dos anos 1990, sobrepondo-se ao final da onda anterior, aparecem os elementos básicos do quinto ciclo longo. Ele é impulsionado pela tecnologia de rede, comunicações móveis, um mercado verdadeiramente global e bens de informação. Mas ele empacou — e a razão tem algo a ver com o neoliberalismo e com a tecnologia em si”. (Id, Ibid, pps. 90-91).

informação operando cada vez mais como bem social, livre, incapaz de ser precificada e de se manter explorada e apropriada privadamente⁷³⁹. Tal tendência obriga a esquerda a sugerir um caminho diferente de superação da ordem social: a *produção colaborativa*, através do uso da tecnologia de rede - para produzir bens e serviços gratuitos e compartilhados - é o novo centro da luta política rumo ao pós-capitalismo. Por essa razão, caberia nos empenharmos na construção do que chama de “Projeto Zero”: um sistema de zero energia baseada no carbono; zero custo marginal de produção de máquinas, produtos e serviços e de redução do tempo de trabalho necessário o mais próximo possível de zero.

Nesta transição, a força produtiva do conhecimento alinhada ao funcionamento das redes se tornam as premissas para um sistema não mercadológico que se replica incessantemente, da mesma forma que o novo agente de mudança na história passa a se localizar no ser humano educado e conectado⁷⁴⁰ e o equivalente da nova fonte de riqueza livre

⁷³⁹ “O capitalismo é mais do que apenas uma estrutura econômica ou um conjunto de leis e instituições. É o sistema *integral* — social, econômico, demográfico, cultural, ideológico — necessário para fazer uma sociedade desenvolvida funcionar por meio dos mercados e da propriedade privada. Isso inclui companhias, mercados e Estados. Mas inclui também quadrilhas criminosas, redes secretas de poder, pregadores milagreiros numa favela de Lagos, analistas embusteiros em Wall Street. Capitalismo é a fábrica Primark que fechou as portas em Bangladesh e é o tumulto das garotas adolescentes na abertura da loja Primark em Londres, superexcitadas com a perspectiva de roupas baratinhas. Estudando o capitalismo como um sistema integral, podemos identificar vários de seus traços fundamentais. O capitalismo é um organismo: tem um ciclo vital — um início, um meio e um fim. É um sistema complexo, que opera fora do controle de indivíduos, governos e mesmo superpotências. Cria resultados que muitas vezes são contrários às intenções das pessoas, mesmo quando elas agem racionalmente. O capitalismo é também um organismo *em aprendizado*: ele se adapta de modo contínuo, e não apenas em pequenos aperfeiçoamentos. Em grandes momentos críticos, ele se metamorfoseia em reação ao perigo, criando padrões e estruturas quase irreconhecíveis para a geração que veio antes. E seu instinto de sobrevivência mais básico é propulsar mudanças tecnológicas. Se considerarmos não apenas a tecnologia de informação, mas também a produção de alimentos, o controle de natalidade ou a saúde global, os últimos 25 anos provavelmente viram o maior salto nas possibilidades humanas da história. Mas as tecnologias que criamos não são compatíveis com o capitalismo — não em sua forma presente e talvez em forma nenhuma. Uma vez que o capitalismo não pode mais se adaptar à mudança tecnológica, o pós-capitalismo se torna necessário. Quando comportamentos e organizações aptas a explorar a mudança tecnológica aparecem espontaneamente, o pós-capitalismo se torna possível. Eis, em resumo, o argumento deste livro: *o capitalismo é um sistema complexo, adaptativo, que alcançou os limites de sua capacidade de adaptação*. Isso, evidentemente, situa-se a quilômetros de distância da teoria econômica predominante. Nos anos do boom, os economistas começaram a acreditar que o sistema que emergira depois de 1989 era permanente — a expressão perfeita da racionalidade humana, com todos os seus problemas resolvíveis por políticos e banqueiros manipulando instrumentos de controle chamados de “política fiscal e monetária”. Quando passaram a considerar a possibilidade de que a nova tecnologia e as velhas formas de sociedade estivessem em descompasso, os economistas tomaram por certo que a sociedade iria simplesmente se remodelar em torno da tecnologia. Seu otimismo era justificado, porque tais adaptações tinham acontecido no passado. Contudo, hoje, o processo de adaptação está estagnado. A informática é diferente de todas as tecnologias anteriores. Como pretendo demonstrar, sua tendência espontânea é a de dissolver mercados, destruir propriedade e romper a relação entre trabalho e salários. E esse é o terreno profundo da crise que estamos atravessando”. (Id. Ibid, pps. 14-16, grifos do autor). Nesta passagem explicita: “A principal contradição hoje é entre a possibilidade de criar bens e informações livres e um sistema de monopólios, bancos e governos tentando manter as coisas privadas, escassas e comerciais. Tudo se resume à refrega entre rede e hierarquia, entre velhas formas de sociedade moldadas em torno do capitalismo e novas formas de sociedade que prefiguram o que vem em seguida”. (Id, Ibid, p. 23).

⁷⁴⁰ “Nos últimos vinte anos, o capitalismo formou uma nova força social que será sua coveira, assim como tinha formado o proletariado industrial no século XIX. São os indivíduos conectados em rede que têm acampado nas praças das metrópoles, obstruído postos de perfuração petrolífera, tocado punk rock nos telhados de catedrais

são as “externalidades” - o material gratuito e o bem-estar gerado pela interação em rede. Além dos elementos “internos”, existem também os eminentes “choques externos”: o esgotamento de energia, as alterações climáticas, o envelhecimento da população e a migração.

Tomados em conjunto, devemos pensar a transição como um *projeto*⁷⁴¹, cujo objetivo deve ser o de expandir as tecnologias, modelos de negócios e comportamentos que dissolvem as forças de mercado, socializam o conhecimento e eliminam a necessidade de trabalhar, empurrando a economia para a abundância. Logo, trata-se da construção de medidas que implicam na *reorientação das tendências centrais encontradas dentro do próprio capitalismo*, sendo fundamental o uso do poder governamental junto ao direcionamento de todas as ações para a transição.

Finalmente, cabe destacar ainda o poder da imaginação: o expediente realizado no estágio de *design* pode reduzir os erros no estágio de implementação do projeto. A capacidade

russas, brandido desafiadoras latas de cerveja na cara do islamismo no gramado do parque Gezi, levado 1 milhão de pessoas para as ruas do Rio e de São Paulo e que agora organizam greves em massa pelo sul da China. Eles são a classe trabalhadora “contradita” — aprimorada e substituída. Podem não ter a mínima noção de estratégia, a exemplo dos operários do início do século XIX, mas já não são mais submissos ao sistema: estão enormemente insatisfeitos com ele. São um grupo cujos interesses diversos convergem para a necessidade de fazer o pós-capitalismo acontecer, de forçar a revolução infotecnológica a criar uma nova espécie de economia, na qual tanto quanto possível o que se produz é grátis, para uso colaborativo comum, revertendo a maré da desigualdade. O neoliberalismo só pode lhes oferecer um mundo de crescimento estagnado e falência do Estado: austeridade até a morte, mas com uma versão atualizada do iPhone a cada poucos anos. E a liberdade que eles tanto apreciam é cerceada pelo Estado neoliberal — das técnicas de vigilância em massa da NSA [Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos] às da polícia chinesa da internet. Sobre a cabeça deles, a política em muitos países ficou infestada por uma máfia cleptocrática, cuja estratégia é oferecer crescimento ao preço da supressão da liberdade e do aumento da desigualdade. Essa nova geração de pessoas ligadas em rede compreende que está atravessando uma terceira revolução industrial, mas está começando a perceber por que ela empacou: com o sistema de crédito falido, o capitalismo não é capaz de sustentar a escala de automação que é possível e a destruição de empregos ocasionada pelas novas tecnologias. A economia já está produzindo e reproduzindo um estilo de vida e uma consciência conectados em rede, em desacordo com as hierarquias do capitalismo. O apetite por uma mudança econômica radical é claro”. (Id, Ibid, pps. 313-314).

⁷⁴¹ “Quase tudo que está promovendo a mudança é concebido como um projeto: a Wikipédia, o Código Aberto, padrões abertos de informação, instalações de energia de baixo carbono. Mas poucos se deram ao trabalho de perguntar como seria um projeto de alto nível se quisermos conduzir a economia mundial para além do capitalismo”. (Id, Ibid, pps. 382-383). O “Projeto Zero” estabelece, ademais, cinco preceitos: entender as limitações da força de vontade humana em face de um sistema complexo e frágil; delinear a transição enquanto sustentabilidade ecológica; insistir na ideia de que a transição ultrapassa a economia, sendo, sobretudo, uma transição humana; atacar o problema a partir de todos os ângulos e maximizar o poder da informação. Prescreve, ainda, o alcance de metas mais elevadas, tais como: a redução das emissões de carbono; a estabilização do sistema financeiro; o proporcionamento de altos níveis de prosperidade material e bem-estar à maioria das pessoas e o direcionamento da tecnologia para a redução do trabalho necessário. Cf. Id, Ibid, pps. 382- 389. Os passos a ser adotados, resumidamente, indicam a seguinte trajetória: moldar primeiro e agir depois (utilizar-se da computação de altíssimo desempenho para simular previsões confiáveis); Wiki-Estado (atuação do Estado para suprimir as forças de mercado e coordenar e planejar a infraestrutura de modo democrático); expandir o trabalho colaborativo; suprimir ou socializar os monopólios; eliminar as forças de mercado; socializar o sistema financeiro; pagar uma renda básica a cada indivíduo e, finalmente, libertar as pessoas a partir da redução drástica do trabalho necessário, das hierarquias e do trabalho colaborativo, sustentável e enriquecedor. “Estamos num momento de possibilidade: de uma transição controlada para além do mercado livre, para além do carbono, para além do trabalho compulsório”. Cf. Id, Ibid, pps. 390-418.

de modulação permite que pessoas diferentes possam trabalhar em locais diferentes, em velocidades diferentes, com relativa autonomia uma da outra: tudo se passaria como se existisse um modelo de código aberto de toda a economia, onde todo experimento realizado fosse enriquecedor.

A terceira linha se depreende das contribuições de Paul Singer. Este notável intelectual e militante socialista nos apresenta considerações importantes acerca do socialismo no século XXI. Percorrer todo o seu legado, escaparia de nossos objetivos, de modo que iremos simplesmente apontar uma síntese mais concisa, apoiado, principalmente, em sua obra *Uma utopia militante: repensando o socialismo* (1998), e também em alguns lampejos de sua apresentação – transformada em texto – *Oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão* (1999) e de seu artigo *Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário* (2004). Na obra de 1998, assim assevera sua posição:

Este livro surgiu da preocupação de reconceituar a revolução social socialista e de reavaliar suas perspectivas e possibilidades, face às vicissitudes do capitalismo e do movimento operário nos anos finais do século e do milênio. A preocupação se origina do fracasso histórico da tentativa de alcançar – ou "construir" – o socialismo através da estatização dos meios de produção e da instituição do planejamento centralizado da economia. A experiência fracassada revitalizou a hipótese de que o socialismo, enquanto modo de produção, teria de ser desenvolvido ainda sob hegemonia do capitalismo, ou seja, como um modo de produção subordinado, integrando a formação social capitalista (O esquema conceitual a respeito das formações sociais como complexos articulados de modos de produção, dos quais um é hegemônico e por isso determina o caráter da formação social, está exposto no início da Parte IV deste volume). O fracasso do "socialismo realmente existente" revelou que o socialismo sem aspas terá de ser construído pela livre iniciativa dos trabalhadores em competição e contraposição ao modo de produção capitalista *dentro da mesma formação social*. A essência do socialismo, enquanto modo de produção, é a organização democrática de produção e consumo, em que produtores e consumidores livremente associados repartem de maneira igualitária os ônus e os ganhos do trabalho e da inversão, os deveres e direitos enquanto membros de cooperativas de produção e/ou de consumo ou o nome que venham a ter estas organizações. Organizações como essas não podem ser formadas de cima para baixo, por decretos de algum poder pseudo-socialista, desconhecendo os anseios e propósitos dos produtores/consumidores⁷⁴².

Como podemos observar, esta posição encontra forte respaldo na leitura que o autor faz da obra de Rosa Luxemburgo em, pelo menos, três aspectos fundamentais: (i) a ideia de “democracia de massas”; (ii) a dinâmica da revolução de “baixo para cima” e (iii) o conceito de “coexistência de modos de produção”⁷⁴³. A conjunção destes aspectos constitui o pilar de

⁷⁴² Cf. SINGER, 1998, p. 4, grifos do autor.

⁷⁴³ No livro de entrevistas sobre Rosa Luxemburgo, *Socialismo ou Barbárie: Rosa Luxemburgo no Brasil*, organizado por Loureiro (2008), Paul Singer revela muitas passagens esclarecedoras sobre a influência teórica e sobre sua leitura da obra de Rosa. Todas estas passagens, de alguma forma, estabelecem a ligação entre os três aspectos supracitados: “[...] a segunda parte d’ *A acumulação do capital* é entusiasmante, porque aí ela tira as consequências político-históricas do que considera um erro de Marx, e dá uma contribuição teórica, para mim, absolutamente decisiva – que é mostrar que nunca houve um modo de produção único no mundo. Sempre houve

sustentação teórica de Singer, condizente com a sua formulação em termos de pensar a economia solidária/socialismo autogestionário como processo de transição do capitalismo⁷⁴⁴:

diferentes modos de produção que interagem. E é muito fácil você dizer: “Bom, mas esse aqui é o passado. Isso aqui são modos de produção pretéritos que ainda sobrevivem”. Não é verdade. Na realidade o campesinato, o artesanato – a pequena produção de mercadorias precede o capitalismo e convive com o capitalismo até hoje. Isto eu percebi graças à Rosa. Então todo o meu trabalho teórico a partir daí pressupõe múltiplos modos de produção. Isso tem a ver com a economia solidária, obviamente. Quer dizer, eu entendo a economia solidária como um modo de produção, entre outros, que existe dentro do capitalismo, já há duzentos anos, com maior ou menor força, mas que pode, diante das contradições que o capitalismo apresenta, ter um desenvolvimento”. (LOUREIRO, 2008, p. 18). “O primeiro livro, Utopia militante, nasce em função da comemoração dos 80 anos da Revolução de Outubro. Em 1997 se organiza um debate – acho que na Universidade, não me lembro exatamente em que local – em que diferentes intelectuais abrem um debate; tinha alguém do PC do B, alguém do PSTU, e eu pelo PT. Isso foi em 1997, quando eu já estava na economia solidária. Nesse debate tentei mostrar que do ponto de vista realmente socialista, a Revolução Russa nunca o foi. Na verdade não cumpriu o que seria sua primeira missão, que seria entregar os meios de produção aos trabalhadores; jamais lhes entregou. Isto foi no debate. Os outros dois discutiram a China e vários outros pontos de interesse; cada um puxou a brasa para a sardinha que interessava. Eu formulei o que acabou sendo o essencial do argumento da utopia militante nesse debate. Então saí de lá e comecei a escrever. Escrevi vários pedaços – o livro não foi escrito de uma única vez, mas eu o fiz e estava interessado só no socialismo, embora estivesse trabalhando com a economia solidária já. É que na minha cabeça economia solidária e socialismo são sinônimos. Agora, por motivos táticos, eu tendo a falar mais em economia solidária, mas falo em socialismo nas discussões do PT; em 2000, escrevi o livro Economia Socialista, não sei se vocês chegaram a ver, é um livrinho pequeno, em que confronto o marxismo clássico com a economia solidária. Enfim, eu continuo socialista por inteiro, não mudei em nada a esse respeito. E Introdução à economia solidária resultou de um pedido que me foi feito pelo Ricardo Azevedo, da Fundação Perseu Abramo, que viu uma exposição minha em Belém do Pará e achou muito interessante a parte histórica e então sugeriu que eu fizesse um livro para a editora da Fundação. Eu gostei da proposta e a aceitei. Mas como era um livro que devia se chamar Introdução à economia solidária, eu poderia ter acrescentado um capítulo discutindo as relações da economia solidária com o socialismo, mas acabei fazendo isso ao discutir, no livro, o Owen, e o cooperativismo revolucionário do início do século XIX, do qual ele foi o principal protagonista”. (Id, Ibid, p. 23). “[...] para Rosa Luxemburgo, quem dirige a revolução é o que ela chama “as massas”; são os próprios trabalhadores, os homens, as mulheres, os camponeses, os jovens, enfim. A direção política, que é tão importante para Trotsky e Lênin, não é tão importante para ela. Ela acha que essa direção tende a segurar, tende a refrear porque – desculpa, agora é uma coisa minha, é uma nota de rodapé até melancólica porque ela morre tentando fazer isso – porque foi o levante infeliz, lá em Berlim, que propiciou as condições do assassinato dela. Ela foi contra porque sabia que não havia nenhuma perspectiva de o levante ser vitorioso. Como dirigente ela tentou segurar “as massas”, mas não conseguiu. Mas, de qualquer forma, na crítica de Rosa à Revolução Russa, essa visão das massas como carregando o ímpeto da mudança é uma coisa que calou fundo em mim, e eu a reencontrei na economia solidária. A economia solidária não foi encontrada por ninguém – não foi inventada pela Igreja, não foi inventada pelos sindicatos –, foi uma criação das pessoas em situações difíceis, mas recorrendo às forças comunitárias que são socialistas, em última análise. E isto está acontecendo. [...] o que me encanta na economia solidária é que ela vem de baixo. [...] Então nesse sentido Rosa Luxemburgo estava certa. As grandes transformações, a revolução social em marcha que existe hoje no mundo é tocada pelas pessoas que, digamos, vêm nisso uma solução concreta para seus problemas”. (Id, Ibid, pps. 24-25). “[...] o grande impulso para a economia solidária vem das comunidades pobres; é lá que está o fermento social que se viabiliza – portanto nos quilombos, nas comunidades indígenas e, sobretudo, no campesinato e no artesanato. Artesanato e campesinato são muito semelhantes. Todos os camponeses são artesãos; eles trabalham com as mãos para transformar o que produzem. Das frutas que colhem fazem geleias, dos legumes fazem conservas etc.. Você vai numa feira de economia solidária, que tem uma boa quantidade de barracas de alimentos, você tem, junto com estes, brinquedos e outras coisas que os camponeses fazem, que são na verdade produtos artesanais. Para essa gente, compartilhar é fazer auto-gestão e uma certa democracia de base. É uma coisa natural. Eles se inclinam a isso, você não precisa doutriná-los”. (Id, Ibid, p. 25).

⁷⁴⁴ “Eu tenho dito várias vezes – nunca escrevi, não tive tempo de escrever – que o campesinato hoje é vanguarda porque é só entre os camponeses que você pode fazer agricultura ecológica. Não dá para fazer agricultura ecológica em *plantations*. Há uma contradição aí. E é muito interessante porque se criou uma distinção entre agricultura orgânica e agricultura ecológica. A agricultura orgânica é a agricultura capitalista industrializada sem os venenos, e agricultura ecológica é uma coisa radicalmente diferente. E o que nós precisamos para preservar a terra, o ar, a água para humanidade é a agricultura ecológica, que é uma invenção; é uma invenção e uma reinvenção dos praticantes, assim como a economia solidária. Isso é uma coisa

o *cooperativismo* assume a forma elementar necessária à revolução social socialista, isto é, o cooperativismo significa a *práxis* histórica da classe trabalhadora, desde os primórdios da revolução social capitalista até os dias de hoje, capaz de promover a revolução social socialista através de seu fortalecimento e de sua interação com as demais esferas da realidade a ponto de envolver a totalidade da vida social e criar as condições suficientes, especialmente por meio da *radicalização democrática*, para que os *meios de produção sejam coletivizados e autogestionados pelos próprios trabalhadores em caráter associativo e solidário*⁷⁴⁵.

Logo, o cooperativismo não se trata apenas de uma “alternativa” frente à globalização e ao neoliberalismo - e ao consequente desemprego estrutural - mas, sobretudo, representa uma *alternativa anticapitalista* à altura de permitir a transição do capitalismo ao socialismo

interessantíssima que eu aprendi. [...] Aquilo que era o atraso virou na verdade a esperança do futuro. E não só camponesa”. (Id, Ibid, pps. 28-29). “Na verdade, na medida em que para mim a luta pelo socialismo é a economia solidária... A economia solidária é uma proposta aberta, muito ao contrário do marxismo. Não tem Marx em economia solidária. Acho que Laville, eu e Coraggio somos as figuras mais importantes, no sentido de influenciar os outros, mas nós pensamos muito diferente. Ele, a partir de Polanyi, chega a ter posições de que o papel da economia solidária é suavizar o capitalismo, moderar e outras coisas dessa natureza, que obviamente para mim são anátemas. Mas o mais interessante é que o movimento é muito mais rico do que nossas formulações. Ele não cabe nos nossos esquemas”. (Id, Ibid, pps. 29-30). “[...] a mudança se dá, ao meu ver, não por lutas. Digamos, eu desisti da idéia de que é preciso acabar com o capitalismo, eu acho que não dá para acabar com o capitalismo, a não ser quando ninguém mais estiver interessado em desempenhar o papel de patrão e ninguém mais quiser ser assalariado. O que hoje e no futuro próximo – o único que conseguimos vislumbrar – podemos enxergar é que vai ainda levar muito tempo até que ninguém mais se interesse pelo capitalismo. [...] Quer dizer, não estou achando, como Rosa formulou há muitos anos atrás, em outras circunstâncias históricas, que a alternativa é ou acabar com o capitalismo ou cair na barbárie. Eu acho que o que nós temos, e volto a ser otimista, é a possibilidade de construir um capitalismo democrático, que é uma conquista operária e, nesse espaço, avançar para um socialismo autogestionário. [...] Eu acho que a mercadoria em si não tem problema nenhum. Se você tiver um mercado que é ativamente corrigido para não polarizar riqueza e pobreza, que é o que ele polariza; se você nada fizer, o mercado divide a sociedade em alguns poucos ricos e uma maioria pobre – o que Marx mostrou brilhantemente. Mas a experiência do século XX também mostra que intervenções redistributivas do Estado podem eliminar isso em quase 100%. Você tem países inteiros em que não há pobres; os pobres são minorias, doentes, circunstâncias muito especiais. Eu vejo que o capitalismo vai acabar quando chegarmos a uma situação em que qualquer pessoa que não queira trabalhar para os capitalistas tenha acesso a meios de produção. Aí os poucos que ainda vão querer fazer isso, tem que deixar fazer porque é um direito deles”. (Id, Ibid, pps. 31-32).

⁷⁴⁵ Na apresentação de *Oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão* (1999), assim destaca suas hipóteses: (i) O projeto socialista não se limita à economia; (ii) A história nos oferece uma série de experimentos que deram certo; (iii) os casos em que a autogestão teve mais êxito do ponto de vista econômico, são aqueles em que se formou uma forte, embora pequena, economia autossustentável; (iv) a autogestão deve ser implantada pela formação de comunidades inicialmente isoladas; (v) o desenvolvimento da autogestão não pode se dar “de cima para baixo”; (vi) o desenvolvimento da autogestão equivale à transição ao socialismo no terreno da produção e da distribuição; (vii) o desenvolvimento da autogestão como modo de produção alternativo e competidor no seio do capitalismo não estará desligado das demais lutas dos trabalhadores e (viii) com a terceira Revolução industrial, há nas empresas capitalistas mais progressistas uma redução das hierarquias, uma redução do autoritarismo capitalista na própria empresa e um aumento da responsabilidade e autonomia dos trabalhadores de linha. Esta passagem é reveladora: “A terceira revolução industrial está levando a uma redução do autoritarismo capitalista e aumento das responsabilidades. Se for verdade que as novas forças produtivas desenvolvidas na revolução microeletrônica exigem maior participação e democracia nas empresas, a predição de Marx de que o socialismo se imporá por exigência do desenvolvimento das forças produtivas será então realidade”. (SINGER, 1999, p. 31).

autogestionário⁷⁴⁶. Estabelecer a revolução social socialista na atualidade implica então na construção política da economia solidária, na condição de um conjunto de experimentos práticos da classe trabalhadora de organização coletiva sustentada por princípios de autonomia, controle e apropriação dos meios de produção. Estas ações expressam modos de produção associativos, marcados pelo caráter anticapitalista e pelo desenvolvimento humano sustentável que estão localizados dentro do próprio modo de produção capitalista e, no entanto, rivalizam com ele.

Nesse sentido, a aposta fundamental recai na capacidade suficiente e necessária destes “implantes socialistas” promoverem “uma verdadeira revolução cultural”, afirmando a centralidade do trabalho coletivo como fundamento do processo de socialização, a partir do controle dos meios de produção realizado pelos trabalhadores associados, operando de forma autogestionária (sujeitos coletivos do trabalho). Fica explícito, portanto, que a economia solidária/socialismo autogestionário corresponde à possibilidade de emergência de um novo (ou novos) modo(s) de produção, cujo desenvolvimento se distinguiria radicalmente daquele vigorado no capitalismo⁷⁴⁷. Trata-se, em síntese, da revitalização do projeto de Owen⁷⁴⁸,

⁷⁴⁶ “Obviamente, se tendências como estas se impuserem, estaremos diante de uma nova etapa do capitalismo ou, quem sabe, na primeira etapa da transição para além do capitalismo. Acresce a esta possibilidade o ressurgir do cooperativismo e do que genericamente se chama “economia solidária” como resposta à crescente exclusão social produzido pelo neoliberalismo. A economia solidária é formada por uma constelação de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar e investir, segurar. Suas formas clássicas são relativamente antigas: as cooperativas de consumo, de crédito e de produção, que datam do século passado. Elas surgem como solução, algumas vezes de emergência, na luta contra o desemprego. Ocupações de fábricas por trabalhadores, para que não fechem, são semelhantes a ocupações de fazendas por trabalhadores rurais sem-terra. Ambas são formas de luta direta contra a exclusão social, tendo por base a construção de uma economia solidária, formada por unidades produtivas autogestionárias. Estas formas reativas, abandonadas a si, tendem a ficar marginalizadas, por terem pouca significação social e pequeno peso econômico. Mas, elas têm um respeitável potencial de crescimento político, se o movimento operário – sindicatos e partidos – apostar nelas como alternativa viável ao capitalismo. Está comprovado que cooperativas de espécies complementares podem formar conglomerados economicamente dinâmicos, capazes de competir com conglomerados capitalistas. Mas, as cooperativas carecem de capital. E o seu calcanhar-de-aquiles. Se o movimento operário, que partilha o poder estatal com o capital, quiser alavancar o financiamento público da economia solidária, a cara da formação social vai mudar. Um novo modo de produção pode se desenvolver, este capaz de competir com o modo de produção capitalista. Para além do neoliberalismo, pode-se vislumbrar transformações sistêmicas do capitalismo em gestação. Por enquanto, empresa capitalista e democracia são antípodas. Estamos diante de um dilema histórico: ou a liberdade do capital destrói a democracia ou esta penetra nas empresas e destrói a liberdade do capital”. (SINGER, 1998, p. 82).

⁷⁴⁷ “Entendemos por desenvolvimento solidário um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma. Quanto às forças produtivas, o ponto de partida é o patamar de seu desenvolvimento na atualidade, quando o capitalismo está hegemônico. Este patamar é ultrapassado a cada momento, tanto por revoluções tecnológicas em curso, como pela disputa dos mercados por empresas privadas capitalistas e não capitalistas, conforme regras que tornam vencedores os que dispõem da melhor tecnologia. A presença de empreendimentos individuais, familiares, coletivos ou públicos sem fins lucrativos influi na direção do desenvolvimento, que, no entanto, é determinada predominantemente pela competição tecnológica entre empreendimentos que visam ao lucro. O desenvolvimento almejado deve gradativamente tornar a relação de forças entre empreendimentos que não visam apenas nem principalmente aos

aliado à noção luxemburguista da coexistência de modos de produção e da radicalização democrática “dos de baixo”, circunscrito à concepção *apropriacionista* das forças produtivas erigidas pelo modo de produção capitalista⁷⁴⁹.

lucros e os que sim o fazem, mais favorável aos primeiros. Se e quando a economia solidária, formada por empreendimentos individuais e familiares associados e por empreendimentos autogestionários, for hegemônica, o sentido do progresso tecnológico será outro, pois deixará de ser produto da competição intercapitalista para visar à satisfação de necessidades consideradas prioritárias pela maioria”. (SINGER, 2004, p. 7).

⁷⁴⁸ “Na Inglaterra do alvorecer do século XIX este projeto foi formulado principalmente por Owen: uma sociedade formada por comunidades autônomas em que os resultados do trabalho coletivo são repartidos de forma eqüitativa, tendo por critério o tempo de trabalho socialmente necessário gasto na produção de cada bem ou serviço”. (SINGER, 1998, p. 48).

⁷⁴⁹ “A economia solidária surgiu historicamente como reação contra as injustiças perpetradas pelos que impulsionam o desenvolvimento capitalista. Foi assim desde a primeira revolução industrial e continua sendo hoje, quando o mundo passa pela terceira. A economia solidária não pretende opor-se ao desenvolvimento, que mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir. O seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual. O desenvolvimento solidário apóia-se sobre os mesmos avanços do conhecimento, e sua aplicação aos empreendimentos humanos, que o desenvolvimento capitalista. Mas o desenvolvimento solidário propõe um uso bem distinto das forças produtivas assim alcançadas: essas forças deveriam ser postas – à disposição de todos os produtores do mundo, de modo que nenhum país, região ou localidade seja excluído de sua utilização, e portanto, dos benefícios que venham a proporcionar. Para tanto, o novo conhecimento não deveria ser propriedade privada, protegida por patentes, mas deveria ser livremente disponível para todos. (Esta proposição já se tornou concreta em relação ao *software* indispensável à utilização da Internet: o movimento pelo “*software* livre” desenvolveu o sistema Linux, que representa hoje desafio formidável ao *monopólio do software*, explorado pela Microsoft). Isso requereria que o trabalho de P&D fosse pago por fundos públicos (como de fato já é, em boa parte) ou então que a P&D continue sendo feita para empresas privadas, mas seus resultados sejam socializados mediante o pagamento de um prêmio adequado aos que contribuíram desta forma para o avanço do conhecimento. Entretanto, além da liberação do conhecimento para sua livre aplicação por todos (com as limitações, discutidas na primeira seção), a economia solidária propõe outra organização da produção, à base da propriedade social dos meios de produção. Isso não quer dizer a estatização desta propriedade, mas a sua repartição entre todos os que participam da produção social. O desenvolvimento solidário não propõe a abolição dos mercados, que devem continuar a funcionar, mas sim a sujeição dos mesmos a normas e controles, para que ninguém seja excluído da economia contra a sua vontade. Isso significa que a atividade econômica deverá ser realizada por empresas, constituídas ou por uma só pessoa, por membros de uma família ou por diversas pessoas que se associam para desenvolver atividades produtivas. As pessoas devem ser livres para constituir empresas e dissolvê-las, entrar para alguma e deixá-la quando for de seu desejo ou do desejo da maioria dos outros sócios. Em princípio, dentro da empresa, não importa o seu tamanho, *todos os que dela fazem parte devem ter os mesmos direitos de participar das decisões que afetam a empresa e, portanto, a cada um deles*. Dessa forma, a economia solidária propõe abolir o capitalismo e a divisão de classes que lhe é inerente. A economia solidária é atualmente concebida como uma economia de mercado, em que os cidadãos participam livremente, cooperando e competindo entre si, de acordo com os seus interesses e os contratos que celebram. Mas a sociedade como um todo tem por dever tomar medidas para evitar que o jogo das forças de mercado crie ganhadores e perdedores, cuja situação seja reiterada ao longo do tempo. Mesmo que as condições de partida sejam iguais para todos os participantes, o jogo do mercado inevitavelmente produz ganhadores, que enriquecem, e perdedores, que empobrecem. Se a desigualdade assim criada não for desfeita, a divisão da sociedade em classes e o próprio capitalismo acabariam sendo restaurados. Cabe ao Estado, como representante democrático da sociedade, defendê-la contra sua divisão entre ricos e pobres, poderosos e fracos. Para isso, o Estado já dispõe de instrumentos, dos quais os mais importantes são os impostos sobre a renda e a propriedade e a transferência de recursos públicos aos carentes. O Estado solidário tem por missão tributar os ganhadores e subvencionar os perdedores para que a desigualdade entre eles não se perpetue, e isso sem destruir os incentivos para que os produtores se esforcem em oferecer aos compradores a melhor qualidade e quantidade pelo melhor preço”. (SINGER, 2004, pps. 11-12, grifos do autor). Nos diz adiante: “Se a economia contemporânea fosse unicamente capitalista, como Marx supôs que acabaria sendo, o desenvolvimento também seria governado pela lógica do grande capital. Se a economia no futuro se tornar completamente solidária (ou socialista), é de se esperar que o desenvolvimento será governado pela lógica da solidariedade. Mas, até o momento, a previsão de Marx não se realizou. O desenvolvimento econômico ao longo dos dois últimos séculos não tendeu a eliminar os modos de produção não-capitalistas – a pequena produção de mercadorias, a economia social e solidária e a economia estatal – e nas últimas décadas reforçou a presença e o papel destes outros modos

A quarta linha a ser salientada refere-se à ideia do ecossocialismo. Muitos autores trabalharam com esta perspectiva, mas acreditamos que Michael Löwy acabou sintetizando e reformulando o conceito de ecossocialismo de maneira radical, ou seja, o ecossocialismo se apresenta enquanto elemento fundamental em seu projeto de apreensão do que chama de “marxismo crítico”: uma tentativa de atualização do marxismo em face das transformações ocorridas no capitalismo contemporâneo⁷⁵⁰. Em outras palavras, o ecossocialismo representa um aspecto crucial para a necessária renovação radical e anticapitalista que se contrapõe às ideologias do progresso e da modernização: a década de 1970 erigiu o despertar da “consciência ecológica”, mas esta consciência precisa ser admitida em termos radicais e anticapitalistas.

Para proceder com esta discussão, o intelectual e militante marxista publica uma série de artigos e alguns livros, sendo as principais obras: *Ecologia e Socialismo* (2004); *Ecosocialismo: La alternativa radical a la catástrofe ecológica capitalista* (2011) e *O que é ecossocialismo?* (2014). Por se tratar de textos que muitas vezes replicam ou, simplesmente, aprofundam os argumentos adotados desde sua obra inicial, iremos nos apoiar em seu próprio artigo *Ecossocialismo e planejamento democrático* (2007), cujo expediente se guia justamente no esforço de síntese promovido pelo autor. Na obra de 2004, assim define o ecossocialismo:

Trata-se de uma corrente de pensamento e de ação ecológica que faz suas aquisições fundamentais do marxismo - ao mesmo tempo em que o livra das suas escórias produtivistas. Para os ecossocialistas, a lógica do mercado e lucro - assim como a do autoritarismo burocrático de ferro do socialismo real - são incompatíveis com as exigências de preservação do meio ambiente natural⁷⁵¹.

de produção no seio da formação socioeconômica dominada pelo capitalismo. O desenvolvimento vem tornando a economia mais mista, ou seja, uma combinação cada vez mais complexa de modos de produção. Esse fato histórico é indubitável, mas não elimina a luta ideológica entre os diversos tipos de desenvolvimento. O fato de o desenvolvimento, em tempos de reestruturação, ter acentuado a liberdade do mercado em detrimento dos controles dos Estados nacionais sobre a dinâmica do capital não anula o outro fato, de que a revolução microeletrônica e telemática contribuiu para que o capital produtivo (não o financeiro) se descentralizasse, abrindo espaço para um desenvolvimento misto de pequenas e médias empresas e de complexos cooperativos, guiado pelos valores da solidariedade. No plano econômico, os diferentes modos de produção competem entre si mas também se articulam e cooperam entre si. No plano político e ideológico, no entanto os antagonismos entre as duas lógicas e seus valores opostos só se acentuam. Os fóruns sociais mundiais, os movimentos contra a globalização neoliberal, os ambientalistas, os pelos direitos humanos e os pela economia solidária constituem um rosário de novas forças que lutam por uma “outra economia” e uma “outra sociedade”. Diferentemente da velha esquerda, que almejava a destruição do capitalismo mediante a ação do Estado nas mãos da vanguarda do proletariado, a nova esquerda almeja a destruição do capitalismo por meio da ação direta no seio da sociedade civil, mediante a construção de uma economia solidária e preservacionista e de revoluções culturais diversas, das quais a feminina parece ser a mais adiantada”. (Id, Ibid, p. 21).

⁷⁵⁰ Löwy expressa claramente seus matizes intelectuais no texto *Por um marxismo crítico* (2000). Em sua visão, o marxismo estabelece a crítica radical das bases da civilização moderna capitalista. Temos assim, em torno desta unidade, suas influências do pessimismo sociológico weberiano, da crítica do progresso em Benjamin, do anticapitalismo romântico e, mais recentemente, da perspectiva ecossocialista. Cf. LÖWY, M. *Por um marxismo crítico*. Em: BENSÁID, D. & LÖWY, M. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã, 2000.

⁷⁵¹ Cf. LÖWY, 2005, p. 47.

Tal conceituação será mantida ao longo de toda sua produção intelectual. No artigo de 2007, nos esclarece sobre o objetivo do ecossocialismo.

O ecossocialismo tem como objetivo fornecer uma alternativa de civilização radical àquilo que Marx chamava de “o progresso destrutivo” do capitalismo. É uma escolha que propõe uma política econômica visando às necessidades sociais e ao equilíbrio ecológico e, portanto, fundada em critérios não-monetários e extra-econômicos⁷⁵².

O ecossocialismo, portanto, deriva da *síntese dialética* envolvendo os questionamentos proclamados pelos ecologistas e pelas correntes marxistas da crítica à economia política.

Os argumentos essenciais que o sustentam têm suas origens no movimento ecológico, assim como na crítica marxista à economia política. Essa síntese dialética – vislumbrada por um grande espectro de autores, de André Gorz a Elmar Altvater, James O'Connor, Joel Kovel e John Bellamy Foster – é ao mesmo tempo uma crítica à “ecologia de mercado” que se adapta ao sistema capitalista e ao “socialismo produtivista” que fica indiferente à questão dos limites da natureza. Segundo O'Connor, a meta do socialismo ecológico é uma nova sociedade fundada na racionalidade ecológica, no controle democrático, na igualdade social e na supremacia do valor de uso sobre o valor de troca. Eu adicionaria as condições seguintes a fim de alcançar esses objetivos: a) a propriedade coletiva dos meios de produção (o termo “coletivo” aqui significa propriedade pública, comunitária ou cooperativa), b) um planejamento democrático que possa permitir à sociedade a possibilidade de definir seus objetivos no que concerne ao investimento e à produção e c) uma nova estrutura tecnológica das forças produtivas. Colocando de outra forma, uma transformação revolucionária em nível social e econômico⁷⁵³.

Cabe, então, averiguar a insuficiência das abordagens da ecologia política, bem como das tendências dominantes na esquerda no século XX.

Segundo os ecossocialistas, o problema das principais correntes da ecologia política, cujos representantes são os partidos verdes, é que estas não parecem levar em consideração a contradição intrínseca que existe entre a dinâmica capitalista – fundada sobre a expansão ilimitada do capital e a acumulação dos lucros – e a preservação do meio ambiente. O resultado disso é uma crítica ao produtivismo, muitas vezes pertinente, mas que não vai muito além das reformas ecológicas derivadas da “economia de mercado”. Consequentemente, os governos de centro-esquerda privilegiam as políticas socioliberais e se justificam, em matéria de ecologia, graças aos partidos verdes. Por outro lado, o problema das tendências dominantes da esquerda durante o século XX – a social-democracia e o movimento comunista de inspiração soviética – é que estas aceitavam o modelo de produção existente. Enquanto a primeira se limitava a uma versão reformada – no melhor dos casos keynesiana – do sistema capitalista, o segundo desenvolvia uma forma de produtivismo autoritária e coletivista – ou capitalismo de Estado. Nos dois casos os investimentos ambientais eram negligenciados ou, no mínimo, marginalizados⁷⁵⁴.

No tocante às elaborações da esquerda, Löwy (2007) acredita que isso é fruto da leitura *equivocada* - porém possível - das gerações marxistas em torno da problemática da “*neutralidade*” das forças produtivas engendradas pelo capitalismo, propugnada pela defesa da estratégia de socialização das forças produtivas por meio da revolução social.

⁷⁵² Cf. LÖWY, 2007, pps. 35-36.

⁷⁵³ Cf. Id, Ibid, p. 36.

⁷⁵⁴ Cf. Id, Ibid, p. 36.

Marx e Engels, eles próprios, tinham consciência das consequências destrutivas do modo de produção capitalista sobre o meio ambiente, como indicam diversos trechos de *O capital*. E ainda estimavam que o objetivo do socialismo não era produzir cada vez mais bens, mas sim dar aos seres humanos o tempo livre para que pudessem desenvolver plenamente seu potencial. Nesse sentido, pouco compartilham da idéia de “produtivismo”, isto é, da idéia de que a expansão ilimitada da produção é um fim em si mesmo. No entanto, alguns de seus escritos, nos quais a questão consiste na capacidade de o socialismo permitir o desenvolvimento das forças produtivas para além dos limites impostos pelo sistema capitalista, sugerem que a transformação socialista não concerne apenas às relações capitalistas de produção, as quais se teriam tornado um obstáculo (o termo empregado mais freqüentemente é “amarras”) ao livre desenvolvimento das forças produtivas. “Socialismo” queria dizer, sobretudo, apropriação social dessas capacidades produtivas, colocando-as a serviço dos trabalhadores. Eis aqui, por exemplo, uma passagem do *Anti-Dühring* de Friedrich Engels, um texto “canônico” para um grande número de gerações marxistas: sob o regime socialista “a sociedade toma posse abertamente e sem rodeios das forças produtivas que se tornaram grandes demais” no sistema existente. O caso da União Soviética ilustra os problemas que decorrem de uma apropriação coletivista do aparelho produtivo capitalista. A tese da socialização das forças produtivas existentes predominou desde o começo⁷⁵⁵.

Entretanto, as primeiras contraposições à ideologia do progresso não tardaram a surgir: ressalta-se o pioneirismo de Walter Benjamin, na década de 1930. Mas será a partir da década de 1970 que o ecossocialismo começa a se impor⁷⁵⁶ e, para Löwy, esse ímpeto carece de uma formulação mais radical. Em suas palavras:

Os ecossocialistas deviam se inspirar nas observações feitas por Marx a respeito da Comuna de Paris: os trabalhadores não podem tomar posse do aparelho capitalista de Estado e colocá-lo a seu serviço. Eles devem demoli-lo e substituí-lo por uma forma de poder político radicalmente diferente, democrático e não estático. A mesma idéia se aplica, mutatis mutandis, ao aparelho produtivo que, longe de ser “neutro”, traz em sua estrutura a marca de um desenvolvimento que favorece a acumulação do capital e a expansão ilimitada do mercado, o que o coloca em contradição com a necessidade de proteger o meio ambiente e a saúde da população. É por isso que devemos levar a cabo uma “revolução” do aparelho produtivo no panorama de um processo de transformação radical. O grande valor dos avanços científicos e tecnológicos da era moderna é incontestável, mas o sistema produtivo deve ser transformado em seu conjunto e isso só é possível graças a procedimentos ecossocialistas, isto é, graças à criação de um planejamento democrático da economia que leve em conta a preservação dos equilíbrios ecológicos. O que pode desencadear a supressão de alguns ramos de produção como as centrais nucleares, algumas técnicas de pesca intensiva e industrial (responsáveis pela quase extinção de

⁷⁵⁵ Cf. Id, Ibid, p. 37. Segue nos dizendo: “Certamente, o movimento ecológico pôde se desenvolver durante os primeiros anos que se sucederam à Revolução Socialista de Outubro e o governo soviético adotou algumas medidas limitadas de proteção ambiental, mas com o processo de burocratização stalinista, a aplicação dos métodos produtivistas, tanto na agricultura quanto na indústria, foi imposta por meios totalitários, enquanto os ecologistas eram marginalizados ou eliminados. A catástrofe de Chernobyl é o exemplo final das consequências desastrosas da imitação das tecnologias ocidentais de produção. Se a mudança das formas de propriedade não for seguida por uma gestão democrática e uma reorganização ecológica do sistema de produção, tudo isso levará a um impasse”. (Id, Ibid, p. 37).

⁷⁵⁶ “Nos escritos de alguns dissidentes marxistas da década de 1930, como Walter Benjamin, já aparecia uma crítica à ideologia produtivista do “progresso” assim como à idéia de uma exploração “socialista” da natureza. Todavia, é sobretudo ao longo dos últimos decênios que o ecossocialismo propriamente dito se desenvolveu como desafio à tese da neutralidade das forças produtivas que tinha predominado no seio das principais tendências da esquerda durante o século XX”. (Id, Ibid, p. 37).

numerosas espécies marinhas), o desmatamento das áreas de floresta tropical etc. A lista é muito longa⁷⁵⁷.

Sua aposta no ecossocialismo⁷⁵⁸ se sustenta na condição de se pensar uma transição do capitalismo, envolvendo tensões e contradições de grande vulto. Conforme nos diz:

[...] a passagem do “progresso destrutivo” do sistema capitalista ao socialismo é um processo histórico, uma transformação revolucionária e constante da sociedade, da cultura e das mentalidades – e a *política* no sentido mais amplo, tal como definida antes, está inegavelmente no coração desse processo. É importante precisar que tal evolução não pode nascer sem uma mudança revolucionária das estruturas sociais e políticas e sem o apoio ativo da grande maioria da população ao programa ecossocialista. A tomada de consciência socialista e ecológica é um processo cujos fatores decisivos são as lutas coletivas das populações que, a partir de confrontos parciais em nível local, progridem em direção à perspectiva de uma mudança radical da sociedade. Essa transição não conduziria somente a um novo modo de produção e a uma sociedade democrática e igualitária, mas também a um *modo de vida* alternativo, uma verdadeira *civilização* ecossocialista para além do império do dinheiro com seus hábitos de consumo artificialmente induzidos pela publicidade e sua produção ilimitada de bens inúteis e/ou prejudiciais ao ambiente⁷⁵⁹.

Nesse sentido, a transição assenta-se em algumas medidas indispensáveis para sua concretude: (i) pleno emprego equitativo; (ii) controle público do meios de produção e (iii) planejamento democrático ecológico⁷⁶⁰. O cerne do ecossocialismo estaria no planejamento

⁷⁵⁷ Cf. Id, Ibid, p. 38. Sobre a prioridade da renovação energética, nos diz: “[...] a prioridade continua sendo a revolução do sistema energético que devia conduzir à substituição das fontes atuais (sobretudo a energia fóssil), responsáveis pela mudança climática e pelo envenenamento do meio ambiente, por fontes energéticas renováveis: a água, o vento, o sol. A questão da energia é capital já que a energia fóssil é responsável pela maior parte da poluição do planeta e pelo desastre que representa o aquecimento global. A energia nuclear é uma falsa alternativa, não só em razão do risco de novos Chernobyl, mas também porque ninguém sabe o que fazer com os milhares de toneladas de resíduos radioativos – e com grande quantidade de centrais poluídas que se tornaram inúteis. Negligenciada desde sempre pelas sociedades capitalistas (por sua falta de “rentabilidade” ou de “competitividade”), a energia solar deve se tornar objeto de pesquisas e de desenvolvimento de ponta. Deve ter um papel central na construção de um sistema energético alternativo. (Id, Ibid, p. 38).

⁷⁵⁸ “A utopia socialista e ecológica é apenas uma *possibilidade objetiva*. Não é o resultado inevitável das contradições do capitalismo nem das “leis de ferro da história”. Só se pode prever o futuro sob forma condicional: a lógica capitalista levará a desastres ecológicos dramáticos, ameaçando a saúde e a vida de milhões de seres humanos e até mesmo a sobrevivência da nossa espécie, se não assistirmos a uma mudança radical do paradigma civilizacional e a uma transformação ecossocialista. Sonhar com um socialismo verde ou, ainda, nas palavras de alguns, com um *comunismo solar*, e lutar por esse sonho, não quer dizer que não nos esforcemos para aplicar reformas concretas e urgentes”. (Id, Ibid, p. 49, grifos do autor).

⁷⁵⁹ Cf. Id, Ibid, p. 45, grifos do autor.

⁷⁶⁰ “A condição necessária para alcançar esses objetivos é o pleno emprego equitativo (*plein-emploi équitable*). Essa condição é indispensável não somente para responder às exigências da justiça social, mas também para assegurar o apoio da classe operária, sem o qual o processo de transformação estrutural das forças produtivas não pode ser efetuado. O controle público dos meios de produção e um planejamento democrático são igualmente indispensáveis, isto é, decisões de ordem pública referentes ao investimento e à mudança tecnológica devem ser retiradas das mãos dos bancos e das empresas capitalistas, se quisermos que sirvam ao bem comum da sociedade. No entanto, não basta colocar as decisões nas mãos dos trabalhadores. [...] a produção e o consumo devem ser organizados racionalmente não somente pelos “produtores”, mas também pelos consumidores e, de fato, pelo conjunto da sociedade, seja a população produtiva ou “não produtiva”: estudantes, jovens, mulheres e homens que se dedicam aos trabalhos domésticos, aposentados etc. Nesse sentido, o conjunto da sociedade será livre para escolher democraticamente as linhas produtivas que serão privilegiadas e o nível de recursos que devem ser investidos na educação, na saúde ou na cultura. Os próprios preços dos bens de consumo não responderiam mais à lei da oferta e da procura, mas seriam determinados o quanto possível segundo os critérios sociais, políticos e ecológicos. No início, seriam aplicados apenas impostos sobre certos produtos e subvenções

fundado no debate democrático e pluralista⁷⁶¹ e na concepção de uma verdadeira transformação qualitativa de desenvolvimento⁷⁶². A partir das reivindicações ecossociais, prementes na ordem do dia nas sociedades capitalistas, poder-se-ia trabalhar em termos da radicalização paulatina em prol de um programa de transição⁷⁶³.

para outros, mas idealmente cada vez mais produtos e serviços seriam distribuídos de modo gratuito segundo a vontade dos cidadãos. Longe de ser “despótico” em si, o planejamento democrático é o exercício da liberdade de decisão do conjunto da sociedade. Um exercício necessário para se libertar de “leis econômicas” e de “jaulas de ferro” alienantes e reificadas no seio das estruturas capitalistas e burocráticas. O planejamento democrático associado à redução do tempo de trabalho seria um progresso considerável da humanidade em direção ao que Marx chamava de “o reino da liberdade”: o aumento do tempo livre é na realidade uma condição para a participação dos trabalhadores na discussão democrática e na gestão da economia, assim como da sociedade”. (Id, Ibid, pps. 38-39). Mais à frente, nos diz sobre o planejamento democrático: “O gênero de sistema de planejamento democrático considerado neste ensaio concerne às principais escolhas econômicas e não à administração de restaurantes locais, mercearias, padarias, pequenas lojas, empresas artesanais ou de serviços. Da mesma forma é importante sublinhar que o planejamento não está em contradição com a autogestão dos trabalhadores em suas unidades de produção. Já que a decisão de transformar, por exemplo, uma fábrica de carros em unidade de produção de ônibus ou de *tramways* caberia ao conjunto da sociedade, a organização e o funcionamento interno da fábrica seriam geridos democraticamente pelos próprios trabalhadores. Houve um grande debate sobre o caráter “centralizado” ou “descentralizado” do planejamento, mas o importante continua sendo o controle democrático do plano em todos os níveis, local, regional, nacional, continental – e, assim esperamos, planetário, já que os temas da ecologia, como o aquecimento global, são mundiais e só podem ser tratados nesse nível. Esta proposta poderia ser chamada de “planejamento democrático global”. E, mesmo nesse nível, trata-se de um planejamento que se opõe àquilo que com frequência é descrito como “planejamento central” porque as decisões econômicas e sociais não são tomadas por um “centro” qualquer, mas determinadas democraticamente pelas populações envolvidas”. (Id, Ibid, p. 41).

⁷⁶¹ “É claro que haveria aí tensões e contradições entre os estabelecimentos autogeridos e as administrações democráticas locais e outros grupos sociais maiores. Os mecanismos de negociação podem ajudar a resolver numerosos conflitos desse gênero, mas, em última análise, caberia aos maiores grupos envolvidos, e somente se eles forem majoritários, exercerem seu direito de impor suas opiniões”. (Id, Ibid, p. 41). “O planejamento socialista deve ser fundado no debate democrático e pluralista, em cada nível de decisão. Organizados sob a forma de partidos, de plataformas ou de qualquer outro movimento político, os delegados dos organismos de planejamento são eleitos e as diversas propostas são apresentadas a todos aqueles a quem elas concernem. Dito de outra forma, a democracia representativa deve ser enriquecida – e melhorada – pela democracia direta que permite às pessoas escolher diretamente – em nível local, nacional e, por último, internacional – entre diferentes propostas”. (Id, Ibid, p. 42). “[...] para que o planejamento funcione, são necessários corpos executivos e técnicos que possam fazer funcionar as decisões, mas a autoridade deles seria limitada pelo controle permanente e democrático exercido pelos níveis inferiores, onde existe a autogestão dos trabalhadores no processo de administração democrática. Não podemos esperar, é claro, que a maioria da população empregue a integralidade de seu tempo livre na autogestão ou em reuniões participativas”. (Id, Ibid, p. 43).

⁷⁶² “Isso implica colocar um fim ao desperdício monstruoso de recursos provocado pelo capitalismo, o qual está fundado numa produção em grande escala de produtos inúteis e/ou danosos”. (Id, Ibid, p. 45). Segue afirmando: “Uma nova sociedade orientaria a produção em direção à satisfação das necessidades autênticas, para começar por aquelas que poderíamos qualificar como “bíblicas” – água, comida, roupa e habitação – mas adicionando a elas os serviços essenciais: saúde, educação, cultura e transporte. (Id, Ibid, p. 46). E, finalmente: “[...] isso não significa, sobretudo durante o período de transição, que os conflitos seriam inexistentes – conflitos entre as necessidades de proteção ambiental e as necessidades sociais, entre as obrigações relacionadas à ecologia e a necessidade de desenvolver as infra-estruturas de base, notoriamente nos países pobres, entre os hábitos populares de consumo e a falta de recursos. Uma sociedade sem classes sociais não é uma sociedade sem contradições nem conflitos. Esses últimos são inevitáveis, e o papel do planejamento democrático será, em uma perspectiva ecossocialista, livre da pressão do capital e do lucro, resolvê-los graças a discussões abertas e pluralistas conduzindo a própria sociedade à tomada de decisões. Tal democracia, comum e participativa, é o único meio, não de evitar erros, mas de corrigi-los pela própria coletividade social”. (Id, Ibid, p. 48).

⁷⁶³ “Essas reivindicações ecossociais urgentes podem conduzir a um processo de radicalização com a condição de que não sejam adaptadas às exigências da “competitividade”. Segundo a lógica do que os marxistas chamam de “programa de transição”, cada pequena vitória, cada avanço parcial conduz a uma reivindicação mais importante, a um objetivo mais radical. Essas lutas em torno de questões concretas são importantes não somente

Finalmente, a quinta linha elencada nos remete às reflexões críticas de outro intelectual e militante marxista, István Mészáros. A obra mais fundamental em que esta problemática está discutida refere-se à *Beyond Capital: Toward a Theory of Transition* (1994), embora em *The Power of Ideology* (1989) destaca-se uma importante análise sobre o papel das forças produtivas, especialmente da *tecnociência*, na teoria de Marx e na teoria da transição do próprio Mészáros.

A concepção de Mészáros acerca da transição está envolta em sua grande empreitada por atualizar os nexos categoriais presentes em *O Capital*, ou seja, seu projeto em clarificar *O capital* dos nossos dias⁷⁶⁴. Como vimos no capítulo 6 da presente tese, o autor sustenta o caráter absolutamente *incontrolável e destrutivo* do capital, procurando enaltecer a necessidade histórica de atingirmos uma nova forma de sociedade. Nisso reside o objetivo central do livro: a urgência em se pensar sobre uma teoria da transição em tempos de crise estrutural do capital.

Para elaborar esta teoria, se debruçou, inicialmente, de modo crítico, sobre as interpretações clássicas elaboradas pelos teóricos da transição ao socialismo e adotou a perspectiva de que, em Marx, em suas palavras, “já estava colocado, de maneira clara, a premissa do socialismo enquanto *processo mundial*”. No entanto, apesar desta enunciação, Mészáros assevera que Marx não apresenta nenhum desenvolvimento do que seria de fato a nova forma social histórica, o socialismo, e tampouco Lênin, que somente irá voltar-se a isso após a emergência da Revolução de Outubro⁷⁶⁵.

porque as vitórias parciais são úteis elas mesmas, mas também porque contribuem para uma tomada de consciência ecológica e socialista. Além disso, essas vitórias favorecem a atividade e a auto-organização a partir de baixo: são duas pré-condições necessárias e decisivas para alcançar uma transformação radical, isto é, revolucionária, do mundo”. (Id, Ibid, pps. 49-50). “Não haverá transformação radical enquanto as forças engajadas em um programa radical socialista e ecológico não forem hegemônicas, no sentido em que o entendia Antonio Gramsci. Num certo sentido, o tempo é nosso aliado, porque trabalhamos para a única mudança capaz de resolver os problemas do meio ambiente, cuja situação apenas se agrava com ameaças – como a mudança climática – que estão cada vez mais próximas. Por outro lado, o tempo está contado, e em alguns anos – ninguém saberá dizer quantos – os estragos poderão ser irreversíveis. Não há razão para otimismo: o poder das elites atuais no comando do sistema é imenso e as forças de oposição radical são ainda modestas. No entanto, elas são a única esperança que temos para colocar um freio ao “progresso destrutivo” do capitalismo. Walter Benjamin propunha definir a revolução não como “locomotiva da história”, mas como ação salvadora da humanidade que puxa os freios de emergência antes que o trem mergulhe no abismo”. (Id, Ibid, p. 50).

⁷⁶⁴ “Lukács disse certa vez, enquanto elaborava sua última obra, a *Ontologia do ser social*, que gostaria de retomar o projeto de Marx e escrever *O capital* dos nossos dias. Investigar o mundo contemporâneo, a lógica que o presidia, os elementos novos de sua processualidade, objetivando com isso fazer, no último quartel do século XX, uma *atualização* dos nexos categoriais presentes em *O capital*. Lukács pôde indicar, mas não pôde sequer iniciar tal empreitada. Coube a István Mészáros, um dos mais destacados e importantes colaboradores de Lukács, essa significativa contribuição para a realização, em parte, desta monumental (e por certo coletiva) empreitada”. (ANTUNES, 2002. Em: MÉSZÁROS, 2002. “Apresentação”, p. 15, grifos do autor).

⁷⁶⁵ “Na época em que Marx explicitou sua concepção original, a acentuação tinha que recair sobre a demonstração das contradições internas do capital, ficando indicado apenas o contorno esquemático daquilo que Marx chamou de “a nova forma histórica”. A questão de como passar do mundo negado do capital ao reino da

Além da insuficiência teórica, os instrumentos de luta da esquerda histórica também se mostraram debilitados, expressando nada mais do que as *linhas de menor resistência* do capital, como observamos com os dois principais modelos de Partidos políticos (Social-democrata e Bolchevique), a despeito das diferenças entre si. Superar estas deficiências implica a necessidade de formulação de uma *teoria da transição* que esteja relacionada efetivamente com o processo de *destituição do próprio controle do capital sobre o sociometabolismo*, isto é, faz-se imperioso perseguir uma teoria capaz de desmontar todos os equívocos teóricos e práticos das lutas através da separação operada pelo capital entre a esfera da política e a esfera da economia (reprodução material).

meramente “aludida” (expressão de Marx) nova forma histórica não poderia ocupar nenhuma parte no projeto teórico de Marx (de fato, ele menosprezou aqueles que se engajaram em tais “especulações sobre o futuro”). Nem para Lenin, o problema da transição foi relevante antes da Revolução de Outubro, uma vez que estava engajado na elaboração de uma estratégia para “quebrar o elo mais débil da cadeia”, na esperança de iniciar uma reação em série que resultaria numa problemática muito diferente daquela que, realmente, se apresenta através dos constrangimentos históricos de uma revolução soviética isolada. Assim, a necessidade de uma teoria da transição apareceu com urgência candente, “nem mais nem menos”, como fruto da Revolução de Outubro e, consequentemente, mesclou-se com as determinações específicas e os interesses da sociedade soviética. A controvérsia sobre o “socialismo num só país” foi, ela mesma, desde logo, um complexo desconcertante, um assunto, em realidade, que confunde, no qual é suposto que um país subdesenvolvido e devastado, em situação de isolamento e cerco, daria, por si próprio, o grande salto à frente por toda a humanidade. Mas o pior estava por vir. Com a história do stalinismo no movimento operário internacional, esse ponto se tornou ainda mais confuso, na medida em que o “caminho soviético para o socialismo” veio a ser proclamado como modelo compulsório para toda transformação socialista possível, e acriticamente adotado como tal pelos integrantes do Comintern, inclusive pelos maiores partidos comunistas ocidentais, cujas circunstâncias socioeconômicas objetivas careciam da relativa justificativa histórica do “atraso asiático” e do cerco para advogar aquela estratégia. Como resultado, a teoria da transição infelizmente descambou logo após sua primeira aparição, desembocando, de um lado, no beco sem saída do voluntarismo stalinista, e, de outro, nas suas várias negações abstratas. Houve, é claro, alguns esforços individuais que buscaram um caminho alternativo a esse beco sem saída – as heroicas contribuições, tanto humanas como teóricas, de Antônio Gramsci representam seu ápice incomparável, mas foram condenadas a permanecer, nas circunstâncias, tragicamente isoladas. Nem a intenção abertamente anunciada de “desestalinização” produziu uma mudança fundamental a esse respeito. Enquanto, indubitavelmente, reabriu as possibilidades de autocritica (especialmente no movimento comunista do Ocidente), a sufocação da crítica no Leste, depois de um curto período de “degelo” –, conduziu aos levantes e às explosões na Alemanha, Polônia, Hungria, Tcheco-Eslováquia e novamente na Polônia – sublinhando a seriedade da crise. Tornou-se cada vez mais óbvio que o que estava realmente em jogo não era meramente um fator ideológico – conceitualizado em categorias iludidas subjetivas que aludiram a isto, mas sem nunca explicar realmente nem mesmo a possibilidade do “culto à personalidade”, nem propiciar uma garantia para a sua efetiva supressão –, mas o poder persistente da inércia de enormes estruturas e forças objetivas que não poderiam ser efetivamente desalojadas, exceto no esquema estratégico global de desenvolvimento socialista e de transformação estrutural. Se a experiência histórica dos países do Leste europeu não pôde propiciar o terreno suficiente para o desenvolvimento de uma teoria crítica e autocritica da transição, isto não foi simplesmente devido a pressões e tabus ideológicos e políticos – embora, é claro, estes também tenham desempenhado seu papel –, mas primordialmente às limitações sociais e históricas da própria experiência. A urgente necessidade de tal teoria apareceu na agenda histórica com a Revolução de Outubro, mas ela se afirmou numa forma inevitavelmente parcial. Assim teve de ser, primeiramente, por causa do peso dos constrangimentos e contradições locais, sob os quais a revolução teve de ser empreendida como uma *holding operation* (Lenin) para que pudesse sobreviver. Mas, além disso, a parcialidade em questão foi consequência das determinações históricas essencialmente defensivas a que as forças combatentes socialistas do período estavam sujeitas, na sua confrontação desigual com o capital. Estas determinações defensivas representaram um condicionamento esmagadoramente negativo, que Stalin, apologeticamente, transformou em virtude e modelo, frustrando e paralisando, assim, por décadas até mesmo a limitada dinâmica potencial do movimento socialista internacional”. (MÉSZÁROS, 2002, pps. 1068-1069).

Seu ponto é preciso: o alvo da transição é superar o capital enquanto modo de controle do sociometabolismo, e não apenas de uma de suas formas de estruturação, tal como o capitalismo. Ir além do capital significa “reconstituir a unidade da esfera política e reprodutiva material” como elemento fundamental para o alcance do modo socialista de controle sociometabólico⁷⁶⁶. E esta verdadeira ofensiva socialista encontra seu momento decisivo quando entramos na crise estrutural do capital⁷⁶⁷.

Em sua visão, o modo mais seguro para a ofensiva socialista apostar toda sua radicalidade reside nos meios de ampliação e efetivação da *democracia substantiva*, objetivando a promoção de uma ampla *reestruturação da economia*. Conforme nos diz:

A ofensiva socialista não pode ser levada à sua conclusão positiva, a menos que a política radical tenha êxito em prolongar seu momento, e seja capaz de implementar as políticas requeridas pela magnitude de suas tarefas. O único caminho, entretanto, no qual o momento histórico da política radical pode ser prolongado e estendido – sem, eis o ponto, recorrer a soluções ditatoriais, contra as intenções originais – é fundir o poder de tomada de decisão política com a base social da qual ele foi alienado durante tanto tempo, criando, por esse meio, um novo modo de ação política e uma nova estrutura – determinada genuinamente pela massa – de intercâmbios socioeconômicos e políticos. É por isso que uma “reestruturação da economia” socialista só pode processar-se na mais estreita conjugação com uma reestruturação política, orientada pela massa, como sua necessária precondição⁷⁶⁸.

Esta orientação exige, pelo menos, dois tipos de processualidades interligadas: a primeira pressupõe o que chama de *fenecimento do Estado*. O desafio será eliminar gradualmente o comando “separado” do capital sobre o trabalho, através da superação da hierarquia estrutural estabelecida pelo sistema do capital. Aqui reside o papel fundamental da progressiva democratização dos poderes de decisão até ao ponto em que o sociometabolismo

⁷⁶⁶ “A reconstituição da unidade da esfera política e reprodutiva material é a característica essencial definidora do modo socialista de controle sociometabólico. Não se pode deixar para um futuro distante a criação das mediações necessárias para realização deste objetivo. É aqui que a articulação defensiva e a centralização setorial do movimento socialista durante o século XX demonstram seu verdadeiro anacronismo e inviabilidade. Não se podem esperar bons resultados do confinamento da dimensão abrangente da alternativa radical hegemônica ao modo de controle sociometabólico do capital à esfera política. Entretanto, tal como se colocam hoje as coisas, a incapacidade de enfrentar a dimensão sociometabólica vital do sistema continua sendo a característica das corporações políticas organizadas do movimento operário. É este o grande desafio histórico do futuro”. (Id, Ibid, p. 30, grifos do autor).

⁷⁶⁷ “Hoje, a situação é qualitativamente diferente. Nela, a “transição” não pode mais ser conceitualizada num sentido histórico-social limitado, desde que sua necessidade emerge da relação com o aprofundamento da crise estrutural do capital como um fenômeno global”. (Id, Ibid, p. 1069). Segue afirmando: “[...] é impossível levantar o problema da transição como algo de significado apenas parcial, e, assim, aplicável a não mais que às circunstâncias específicas de uma conjuntura historicamente limitada. Não é mais possível conceber o objetivo das estratégias pós-capitalistas como um tipo de operação de manutenção com sentido estritamente defensivo, na expectativa de um crescimento significativo de todas as condições históricas e da relação de forças que favoreçam as chances de uma genuína transformação socialista. A “força das circunstâncias” que tragicamente constrangeu e determinou o caráter do esforço de transição como uma operação de manutenção é uma coisa, a necessidade de uma transformação social radical em escala global é bem outra. Nesse sentido, a necessidade, hoje, de uma teoria compreensiva da transição aparece na agenda histórica da perspectiva de uma ofensiva socialista, baseada em sua atualidade histórica geral, em resposta à crescente crise estrutural do capital que ameaça a verdadeira sobrevivência da humanidade”. (Id, Ibid, p. 1071).

⁷⁶⁸ Cf. Id, Ibid, p. 1078.

do capital seja suplantado pela autogestão do trabalho comunalmente organizado. Com isso, o comando alienado - profundamente embutido na esfera da produção e reforçado pela estrutura de comando político “separado” da esfera da economia – perderá paulatinamente sua validade.

A segunda, por sua vez, diz respeito à necessidade de reestruturação radical da própria economia, segundo o qual, considera se tratar “um problema paradigmático da transição”. *Ao rejeitar o apropriação ou a adequação das forças produtivas engendradas pelo capitalismo, será crucial para o controle sociometabólico socialista perseguir a “regeneração geral da humanidade”⁷⁶⁹*. Realizar as possibilidades históricas de “transcendência da auto-alienação do trabalho” implica encarar todo o processo simultâneo de regeneração, envolvendo a relação entre capital, trabalho e Estado. Esta posição o permite proceder com a reavaliação crítica acerca: (i) do significado do “avanço” produtivo do capital⁷⁷⁰; (ii) do caráter da “neutralidade” das forças produtivas⁷⁷¹ e (iii) da “complexidade” do sistema do capital⁷⁷².

⁷⁶⁹ “A questão em jogo é a criação das “novas condições”: a transcendência e a superação da “ação espontânea da lei natural do capital” – e não a sua simples “abolição” política, que é inconcebível – e o desenvolvimento, que se arrasta por um longo tempo, de uma *nova espontaneidade*, “a ação espontânea das leis da economia social”, como o modo radicalmente reestruturado do novo sociometabolismo. A expressão “regeneração geral da humanidade” e “trabalho de regeneração”, junto com uma ênfase repetida na necessidade de “fases diferentes” de desenvolvimento através de um “trabalho progressivo do tempo”, indica claramente que, neste aspecto, o poder da política deve ser muito limitado. Portanto, esperar a geração de uma nova espontaneidade (ou seja, uma forma de intercâmbio social e modo de atividade de vida que se torna uma “segunda natureza” para os produtores associados) por algum decreto político, mesmo que seja ele o mais esclarecido, é uma contradição em termos. Pois, enquanto a *distribuição* é imediatamente receptiva à mudança por decreto (e, mesmo assim, apenas em uma extensão estritamente limitada pelo nível de produtividade socialmente atingido), as condições materiais de *produção*, assim como sua organização hierárquica, permanecem, no dia seguinte à revolução, exatamente as mesmas que antes. É isto que, por um longo tempo, praticamente impossibilita aos trabalhadores tornarem-se “produtores livremente associados”, tal como previsto antecipadamente, mesmo sob as circunstâncias politicamente mais favoráveis”. (Id, Ibid, p. 575, grifos do autor).

⁷⁷⁰ “Uma das ilusões mais resistentes em relação às ciências naturais refere-se a suas pretensas ‘objetividade’ e ‘neutralidade’, que lhes são atribuídas em virtude de seu caráter experimental e instrumental, em contraste com o caráter socialmente mais envolvido e comprometido das ‘ciências humanas’. Entretanto, um exame mais cuidadoso mostra que estas objetividade e neutralidade não passam de lenda, pois na realidade, o que ocorre é o oposto”. (MÉSZÁROS, 2004, p. 283). “A ciência não é um agente soberano, material e politicamente auto-suficiente. Ela é “inseparável, subordinada ou “vinculada” à voz que domina o presente: a comunidade de negócios do complexo militar-industrial”. (Id, Ibid, p. 283). “A afirmação de que nossa ‘sociedade tecnológica’ é um ‘tipo totalmente novo de sociedade’ em que ‘a ciência e a tecnologia ditam’ o que acontece ao corpo social, abalando por sua própria conta as instituições estabelecidas e destruindo os fundamentos sociais por sua própria conta as instituições estabelecidas e ‘destruindo os fundamentos sociais dos valores mais prezados’, é uma completa mistificação. Não pode haver um ‘tipo totalmente novo de sociedade’ criado pelo mecanismo pretensamente incontrolável e autopropulsionado das descobertas científicas e dos desenvolvimentos tecnológicos porque, na verdade, a ciência e a tecnologia estão sempre profundamente inseridas nas estruturas e nas determinações sociais de sua época” (Id, Ibid, p. 265).

⁷⁷¹ “O postulado teórico de Lukács, que afirma a livre intercambialidade das fábricas construídas para propósitos capitalistas e socialistas, cuja produção funcione sem problemas numa base materialmente “neutra”, trata de forma fetichista os conceitos de tecnologia e “instrumentalidade pura”. (Ele tende a fazer o mesmo em relação às denominadas “determinações econômicas puras”, usadas no seu discurso acerca da missão do “fator subjetivo” produtor de liberdade *vis-à-vis* sua contraimagem mecanicista.) Este postulado da neutralidade

Ademais, apoiando-se nas categorias “totalidade da força de trabalho” e “capital social total” procura deixar explícito que a engenhosidade do sistema do capital, em utilizar-se de todas as formas possíveis de acumulação de capital, incorre na condição de expedientes que ao mesmo tempo encontram-se limitados em termos da capacidade de “renovação” dos deslocamentos violentos das contradições⁷⁷³, bem como representam uma efusiva intensificação da exploração do trabalho em níveis estarecedores. Em suma, para Mészáros, não existe qualquer evidência que qualifique o *socialismo pós-capital* enquanto “exigência do desenvolvimento das forças produtivas” e, tampouco, que resulte de transformações supra-estruturais. A metáfora utilizada para ressaltar a reestruturação das forças produtivas no

material/instrumental é tão sensato quanto a idéia de que o *hardware* de um computador pode funcionar sem o *software*. E até mesmo quando se chega a ter a *ilusão* de que isto poderia ser feito, já que o “sistema operacional” etc. não precisa ser carregado separadamente de um disquete ou disco rígido, o *software* relevante já estava gravado no *hardware*. Por isso, nenhum *software* pode ser considerado “neutro” (ou indiferente) aos propósitos para os quais foi inventado. O mesmo vale para as fábricas construídas para propósitos capitalistas, que trazem as marcas indeléveis do “sistema operacional” – a divisão social hierárquica do trabalho – com o qual foram constituídas. Para ficar com a analogia do computador, um sistema estruturado em torno de uma CPU é bastante inadequado para um sistema operacional dividido para Processadores Paralelos “descentralizados”, e vice-versa. Portanto, um sistema produtivo que se proponha a ativar a participação plena dos produtores associados requer uma multiplicidade adequadamente coordenada de “Processadores Paralelos”, além de um sistema operacional correspondente que seja radicalmente diferente da alternativa centralmente operada, que seja a capitalista ou as famosas variedades pós-capitalistas de *economias dirigidas*, apresentadas enganosamente como “de planejamento”. (MÉSZÁROS, 2002, pps. 864-865, grifos do autor).

⁷⁷² “Assim, as dificuldades e os fracassos dos sistemas socioeconômicos pós-capitalistas não são o resultado inevitável da “complexidade” em si, o argumento favorito de todos os que gostam de usar o arsenal de clichês weberianos para “provar” a impossibilidade de se instituir *a priori* relações produtivas verdadeiramente socialistas. As dificuldades e os fracassos são a consequência necessária da relação estrutural *conflitante* entre produção e controle, produtores “indisciplinados” e administração “socialista”. A “complexidade”, portanto, longe de ser *a priori* “inevitável”, é produzida diretamente pelas contradições internas da organização e do controle pós-revolucionário das funções produtivas (e reprodutivas) da sociedade sob as circunstâncias históricas prevalentes. Junto com o peso do passado, esta nova forma de relação estrutural antagônica entre produção e controle *cria* – no âmago do sociometabolismo fundamental das sociedades pós-capitalistas – não uma “inevitável complexidade”, mas uma *complexidade incontrolável*”. (Id, Ibid, p. 866, grifos do autor).

⁷⁷³ “Neste ponto podemos ver novamente a importância vital de bloquear o caminho para possíveis soluções para a crise estrutural do capitalismo por meio do deslocamento violento de seus problemas na forma de uma nova guerra mundial. Sob as novas circunstâncias, alguns dos mais poderosos instrumentos de mistificação – graças aos quais o capital conseguiu exercer, no passado, seu controle ideológico paralisador sobre o trabalho – tornaram-se ameaçadoramente debilitados e tendem ao completo colapso. Pois agora as imensas tensões geradas no interior do sistema de produção do capital não podem ser exportadas numa escala adequadamente maciça à custa de outros países, e desse modo o antagonismo social básico entre capital e trabalho, que se situa nas raízes de tais tensões, não pode ser contido indefinidamente: *as contradições têm de ser combatidas no lugar onde realmente são geradas*. O capital, quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não consegue simultaneamente encontrar canais para nova expansão, na forma de imperialismo e neocolonialismo, não tem alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra as graves consequências da deterioração da taxa de lucro. De fato as classes trabalhadoras de algumas das mais desenvolvidas sociedades “pós-industriais” estão experimentando uma amostra da real perniciosidade do capital “liberal”. A interação de vários fatores importantes – do dramático desenvolvimento das forças de produção à interposição de imensos obstáculos à livre expansão internacional do capital monopolista – expôs e debilitou o mecanismo tradicional do “caixa dois”, que no passado habilitou o capital a se conformar internamente às regras do “liberalismo”, enquanto praticava e perpetuava as formas mais brutais de autoritarismo no exterior. Expõe-se, assim, a natureza real das relações capitalistas de produção: a implacável dominação pelo capital evidenciando-se cada vez mais como um fenômeno *global*”. (Id, Ibid, p. 1006, grifos do autor).

processo de transição⁷⁷⁴ deriva fundamentalmente de sua postulação sobre o potencial amplamente destrutivo alcançado pelo sociometabolismo do capital⁷⁷⁵.

Uma vez apresentado, sinteticamente, algumas das contribuições mais difundidas em torno do debate da transição do capitalismo ao socialismo ou ao pós-capitalismo, cabe então procedermos com a exposição parcial (vide a sequência do capítulo 11 e 12) de nossos argumentos. Antes, porém, vejamos um balanço:

(i) julgamos oportuno recapitularmos as teses discutidas nas três partes iniciais da tese, enfocando suas concepções sobre o que de fato alterou-se, a partir da década de 1970, nas sociedades capitalistas e no próprio capitalismo, a ponto de permitirem a postulação de um processo de transição: enquanto os autores da sociedade da informação, do pós-fordismo e da pós-modernidade defendem alterações na *forma da sociedade*, os teóricos do capitalismo financeiro ou biocognitivo apontam para uma mudança na *forma de funcionamento do capitalismo*; assim como os analistas do “novo-imperialismo” ou “capital-imperialista” assumem a transição na condição de uma transmutação da *forma do imperialismo* e, os autores da crise estrutural, em função de suas formulações, nos indicam uma *teoria da transição do próprio capitalismo*. Logo, adotar como foco as concepções que encerram cada uma das correntes e/ou analistas, em termos de se pensar a transição (ou a sua recusa, como

⁷⁷⁴ “Como no caso do pai de Goethe (mesmo que por razões muito diferentes), não é possível colocar abaixo o prédio existente e erigir outro com fundações completamente diferentes em seu lugar. A vida deve continuar na casa escorada durante todo o curso da reconstrução, “retirando um andar após o outro de baixo para cima, inserindo a nova estrutura, de tal modo que ao final nada deve ser deixado da velha casa”. Na verdade, a tarefa é ainda mais difícil do que esta. Pois a estrutura de madeira em deterioração do prédio também deve ser substituída no curso de retirada da humanidade da perigosa moldura estrutural do sistema do capital”. (Id, Ibid, p. 599).

⁷⁷⁵ “Assim, se o modo de reprodução sociometabólica do capital pudesse ser sustentado materialmente em uma base permanente – o que é, por várias razões, inconcebível –, a *escassez nunca* poderia ser superada no interior da estrutura do processo infinito do capital que “*constantemente se dirige para além de sua barreira quantitativa*”, orientando-se para sua própria multiplicação, enquanto ignora a dimensão qualitativa da relação entre valor de uso e necessidade humana. Porém, a situação real é muito pior; e não só pela inexistência de um mundo de recursos materiais infinitos. Na ausência total de critérios reguladores que possam desenvolver positivamente as necessidades humanas, a lógica infernal e o impulso infinito do capital para a autoexpansão quantitativa conduz inevitavelmente a consequências destrutivas. A destrutividade da dinâmica interna do capital afeta não só o ambiente natural, mas cada faceta da reprodução sociometabólica. “A crescente incompatibilidade entre o desenvolvimento produtivo da sociedade e as relações de produção até agora existentes se expressam em *amargas contradições, crises, espasmos*. A destruição violenta do capital não advém de relações *externas* a ele, mas, ao contrário, é a condição de sua *autopreservação*” (MARX, *Grundrisse*, p. 749). É assim que atingimos a fase histórica na qual a lógica autocontraditória da autopreservação destrutiva do capital impõe um nível e uma gama antes absolutamente inimagináveis de produção destrutiva. Não há meios de fugir a essa regra. Até mesmo partes importantes dos próprios componentes produtivos do capital devem ser periodicamente destruídas, de modo que, em sua forma reconstituída, o capital “reconduza ao ponto de onde ele seja capaz de seguir adiante empregando completamente seus poderes produtivos *sem cometer suicídio*”. Pois, nos termos da lógica do capital, exterminar a humanidade é muito preferível a permitir que se questione a *causa sui* desse modo de reprodução. Na medida em que a dissipação veloz e destrutiva dos recursos materiais e humanos, e também dos produtos do trabalho, adquire uma conotação perversamente *positiva* no sistema do capital em crise estrutural, representando as “condições de sua *autopreservação*”, a alternativa socialista que visa a superar a escassez deve ser um anátema para os ideólogos da ordem prevalecente”. (Id, Ibid, p. 952, grifos do autor).

no caso dos “neoliberais” e congêneres), nos ajuda, sobremaneira, a deixar mais claro as posições contidas nas análises;

(ii) verificamos que estas teses servem, em grande medida, para a atual discussão acerca do futuro das sociedades capitalistas e do capitalismo, inclusive exercendo algum grau de influência, mesmo que diferenciado, no debate sobre a transição ao socialismo ou ao pós-capitalismo: (a) o *socialismo digital* significa a tentativa de superação da *démarche* inscrita no longo (e, em nossa avaliação, infrutífero) debate do cálculo e do planejamento econômicos, tão bem representado por Mises e Hayek;

(b) o *pós-capitalismo* exalta o solapamento do capitalismo contemporâneo, em sua tentativa de readaptação, diante da crise dos anos de 1970, devido, sobretudo, ao papel desempenhado pelas novas tecnologias; assunto tão caro aos teóricos da sociedade da informação, do capitalismo biocognitivo e demais similaridades de arcabouços;

(c) a *economia solidária/socialismo autogestionário* exprime um campo de lutas em prol da constituição de um capitalismo democrático, que rivalize com outros modos de produção, inseridos no seu interior, capazes de promoverem as mudanças no sentido do socialismo autogestionário, aproveitando-se das forças produtivas engendradas pelo capitalismo, modificando-se apenas a forma do uso das tecnologias, pois esta transformação tecnológica implica na redução do autoritarismo capitalista e na redução das hierarquias e está acompanhada do aumento da responsabilidade e autonomia dos trabalhadores; a ideia, portanto, reside em radicalizar estas tendências a favor do caráter associativista e solidário perseguido pelo desenvolvimento sustentável; uma discussão que nos remete a muitos analistas em termos do “otimismo” inscrito no campo de possibilidades abertas pelo avanço do desenvolvimento tecnológico, mas que, no caso, necessitaria, através das lutas, ser redirecionado com base na autogestão e nos valores democráticos, sustentáveis e solidários dos trabalhadores associados;

(d) o *ecossocialismo* é o elemento vital para a renovação radical e anticapitalista das teses e projetos que privilegiam a noção da ideologia do progresso e da modernização; é a consciência ecológica que exige ser admitida de maneira radical, sobretudo, anticapitalista, diante do “progresso destrutivo”; trata-se, assim, de uma elaboração mais crítica que envolve diálogos e ligações com alguns autores, a exemplo de Mészáros e de Singer, mas também com a tradição do chamado “marxismo ocidental”, dos ecologistas, dos intelectuais e dos movimentos sociais, especialmente latino-americanos e

(e) o *socialismo pós-capital* assevera a total incapacidade das transformações supra-estruturais, bem como da exigência do desenvolvimento das forças produtivas, para a

concretização do socialismo, diante do caráter destrutivo da produção do capital; importa, sobretudo, instaurar o processo de fenecimento do Estado, acompanhado pela reestruturação da economia, a fim da progressiva democratização dos poderes de decisão até o nível em que o sociometabolismo do capital seja suplantado pela autogestão do trabalho comunalmente organizado, isto é, a eliminação por completo do comando “separado” do capital sobre o trabalho e sobre o Estado; logo, um argumento que encontra ressonância em grande parte da esquerda anticapitalista e revolucionária.

Com isso, esperamos ter deixado bastante explícito que a problemática sobre as transformações ocorridas nos anos 1970, cristalizadas nos anos 1990, é fundamental para se pensar acerca dos caracteres cruciais que configuram a contemporaneidade das sociedades capitalistas e do próprio capitalismo, bem como dos termos do debate sobre a viabilidade e o caráter de um processo de transição do capitalismo ao socialismo ou ao pós-capitalismo. Já tivemos oportunidade de apresentarmos nossas críticas mais específicas, ao final de cada parte da tese, precedentes na seção “comentários e críticas”.

Não obstante, importa agora aproveitarmos para encaminharmos nossa posição na discussão mais geral, elaborando parcialmente a noção que temos acerca do capitalismo contemporâneo. Em primeiro lugar, a miríade de prognósticos sobre as transições, ocorridas desde a década de 1970, deriva, principalmente, de dois fatores: (i) a maioria das análises examinadas são reféns da óbvia demarcação, consolidada no após-guerra, que separa o conhecimento em áreas especializadas, fazendo com que o conceito de mudança social vigore de forma fragmentária, apelando-se, em grande medida, ao determinismo ou ao uso de variáveis chave e (ii) a maioria das teses partem de uma concepção de capitalismo - desenvolvida de modo explícito ou implícito - limitado ou até mesmo incompatível para explicar a mudança social em termos abrangentes e rigorosos.

Em segundo lugar, no campo mais propriamente ligado ao debate sobre a transição ao socialismo ou ao pós-capitalismo, podemos dividir a discussão em dois grandes grupos: (i) aqueles que acreditam que é possível implementar o socialismo/pós-capitalismo, no século XXI, em função da radicalização de tendências já existentes no capitalismo e (ii) aqueles que defendem que a construção do socialismo/pós-capitalismo exige uma ruptura com o próprio capitalismo.

De nossa parte, porém, acreditamos que o ponto central reside na ideia de que as transformações pós-70, cristalizadas em 1990, promoveram a sustentação da *tecnociência* que abre, por sua natureza, uma série de possibilidades de radicalização ou superação do capitalismo, ao mesmo tempo em que “impõe” os seus limites. Em outras palavras, o fato de

existirem múltiplas “saídas” (transições) provém de, pelo menos, duas abordagens que se combinam: (i) como uma consequência lógica do próprio papel das novas tecnologias, submetidas pela tecnociência e (ii) como um “paradoxo” entre “contar” com muitas possibilidades e “lidar” com grande dificuldade de se construir as alternativas concretamente.

O que estamos asseverando é que a *tecnociência* assumiu um papel avassalador em termos de permitir ao capital a promoção de um “salto qualitativo” no processo de acumulação do capital, isto é, um avanço incomensurável de *aprofundamento/aceleração* de sua lógica e domínio em esferas, desde aquelas sob sua égide, como, sobretudo, de *penetração em novas esferas*, tais como o *trabalho imaterial* e a *dimensão molecular e virtual/ imaginária* dos indivíduos e da natureza: *o capital passou a combinar a exploração da força de trabalho com o domínio das informações/conhecimentos capazes de reprogramar a natureza e a vida humana*.

Este período de *aprofundamento/aceleração/penetração* ocorre a partir da década de 1970, implicando em um “novo” patamar para a acumulação e reprodução social do capital. Em nossa visão, trata-se de uma “nova síntese”: um processo de retroalimentação que situa a acumulação e reprodução social do capital em um “novo” patamar, acirrando as tendências mais gerais do funcionamento do imperialismo capitalista e, sobretudo, instaurando um momento de *crise histórica*, onde as transformações céleres e constantes que afetam a natureza e a vida humana colocam alternativas, mas que “estão impedidas”, até o momento, de revelarem uma construção efetivamente superadora da lógica do capital. Tal elaboração será o alvo de nossos próximos (e últimos) capítulos.

CAPÍTULO 11

A DISCUSSÃO SOBRE A CRISE HISTÓRICA DO CAPITALISMO

As transformações ocorridas na década de 1970, e cristalizadas nos anos 1990, representam, em nossa avaliação, *um novo patamar para a acumulação e reprodução social do capital*. Cabe, então, analisar a configuração deste novo patamar e destacar sua caracterização na condição de sustentação do caráter de *crise histórica* do capitalismo contemporâneo. Ou seja, precisamos proceder com as mediações necessárias entre a nova síntese operada pelo capital e a crise histórica que se coloca. Acreditamos que, em tal exame, o melhor ponto de partida reside na compreensão da relação entre o *militarismo* e a *tecnociência*.

Para realizarmos este propósito, nos basearemos nas reflexões de Mariutti, contidas no artigo *Militarismo e tecnociência: informação, comando e controle* (2017), bem como também em sua tese de livre docência *Violência e Imperialismo: as interpretações de Rosa Luxemburgo e John Hobson e suas implicações para o debate contemporâneo sobre o imperialismo* (2016). Antes de avançarmos, porém, ressalta-se que a discussão mais apropriada sobre os autores do imperialismo clássico estará presente em nosso próximo capítulo.

Segundo Mariutti (2017), importa, inicialmente, definir de maneira mais concisa o que se entende por militarismo, pois existe uma interpretação bastante comum, principalmente no pensamento liberal, que o identifica com a ideia de excesso, ou até mesmo, como uma antítese da sociedade liberal. Em suas palavras:

A noção de militarismo aqui empregada é bastante peculiar e se afasta parcialmente da percepção mais arraigada sobre o significado deste termo. Há um ponto quase unânime na vasta bibliografia sobre este tema: o termo “militarismo” – que costuma reter uma forte carga pejorativa – é habitualmente identificado com a ideia de *excesso*. Esta característica é ainda mais saliente no pensamento liberal. Na perspectiva mais extrema, o militarismo chega a ser compreendido como uma *antítese* da sociedade liberal que, neste caso, tende a ser entendida como inerentemente pacífica e, portanto, distinta de todas as outras formas de sociedade que, em várias formas e graus, repousam de forma direta ou indireta na violência. De forma mais frequente, contudo, o militarismo é pensado pelos liberais como um *efeito* ou um *sintoma* de uma situação social anômala, onde os fundamentos da sociedade liberal se enfraquecem e passam a ser dominados por comportamentos violentos herdados do passado. E, dadas as novas bases técnicas desta sociedade, o recrudescimento do militarismo é particularmente ameaçador pois o seu potencial de destruição é muito maior⁷⁷⁶.

Segue afirmando que:

⁷⁷⁶ Cf. MARIUTTI, 2017, pps. 1-2, grifos do autor.

De qualquer modo, para a esmagadora maioria dos liberais a forma mais extrema de militarismo se configura quando a cúpula militar assume o comando efetivo de um Estado e passa a orientar o conjunto de suas forças em busca de objetivos *ilimitados*, um tipo de orientação que, a princípio, pode encontrar resistência até mesmo entre parte dos oficiais das forças armadas e seus simpatizantes. O pensamento de Albert Vagts ilustra com clareza essa preocupação. Em um interessante livro publicado originalmente em 1937 – muito influente entre militares de alta patente nos EUA – ele faz uma ilustrativa distinção entre a “via militar” e a “via militarista”. No primeiro caso, os militares são os profissionais da violência que buscam executar os “objetivos nacionais” – os quais eles não definem diretamente, pois esta é uma atribuição civil – com o máximo de eficiência possível, isto é, com o menor gasto possível de recursos econômicos, tempo, energia e vidas humanas. A “via militarista”, por sua vez, caracteriza-se por uma *degeneração* das funções militares “modernas”, isto é, baseadas em exércitos permanentes, disciplinados, com uma cadeia de comando clara e, portanto, muito distante da forma amadorista típica da Idade Média e princípios da Era Moderna. Em síntese: para Vagts, o militarismo deve ser caracterizado como uma espécie de retorno à glorificação da guerra pela guerra que, por seu caráter mais passional e amadorista, sacrifica a eficiência e o caráter técnico típicos de uma era onde se firmou a distinção entre civis e militares e a finalidade política do conflito militar. Nesta linha os exemplos poderiam ser multiplicados. Mas, em grande parte dos casos, predomina a noção de *excesso*⁷⁷⁷.

No entanto, pontua que o militarismo pode ainda se expressar sem que os militares assumam, de fato, o controle efetivo do poder. Assim nos diz:

Tipicamente isto ocorre nas situações onde a rivalidade interestatal se torna aguda e engendra a *corrida armamentista*, isto é, uma situação marcada não somente pelo deslocamento crescente de recursos para o setor militar, mas, também, induz o reforço da mentalidade marcial e de suas práticas sobre a vida social. Neste caso, formalmente, o poder pode permanecer sob controle civil, mas a sociedade passa a ser moldada pelas pulsões da guerra. Se o “problema” do militarismo é o seu caráter excessivo, a solução é fácil de ser formulada, embora muito difícil de ser posta em prática: uma política de *restrição* sobre as atividades bélicas e de controle sobre os militares⁷⁷⁸.

Neste diapasão, a questão que se formula é a seguinte: “quanto é suficiente?”. Em sua avaliação:

Trata-se de um tipo de problema insolúvel no plano formal e que, portanto, desloca a análise para os casos particulares. Mas ainda é necessário permanecer mais um pouco no plano geral, pois essa pergunta leva a dois subconjuntos diferentes de problemas. O primeiro deles diz respeito aos propósitos: qual é o *objetivo* do uso da força militar? Ele se justifica? O segundo subgrupo diz respeito aos meios requeridos para se atingir o objetivo: eles são insuficientes, adequados ou *excedentes*? Se excessivos, temem os liberais, o problema não é apenas o desperdício de recursos, mas sobretudo, a possibilidade de *corrosão* da democracia. Esta percepção, no caso da discussão pública britânica, foi claramente anunciada por Richard Cobden no meio do século XIX, e foi se alastrando entre os círculos liberais radicais desde a fase final da Era Vitoriana. No caso dos EUA a preocupação com este problema aparece já na Guerra da Independência, mas ganhou destaque sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, como ficou evidente na calorosa discussão no governo Eisenhower sobre a possibilidade de a política de contenção ao comunismo converter os EUA em um “*Garrison State*”^{779, 780}.

⁷⁷⁷ Cf. Id, Ibid, pps. 2-3, grifos do autor.

⁷⁷⁸ Cf. Id, Ibid, p. 3, grifos do autor.

⁷⁷⁹ O termo *Garrison State* foi criado, em 1937, por Harold D. Lasswell, “em sua análise sobre a “crise sino-japonesa” (i.é. a invasão japonesa na Manchúria em 1931), fundamentada na oposição entre dois tipos diferentes

Para o autor, a sustentação do *Garrison State* deriva do argumento de que:

[...] a guerra moderna *eliminou*, na prática, a distinção entre civis e militares, por dois motivos: i) como a guerra envolve um esforço conjunto da sociedade, *ela deve ser pensada como uma unidade* e que, portanto, o conjunto da vida social deve ser orientado para garantir a máxima efetividade em combate; ii) estas novas condições *democratizaram* o risco de morrer na guerra, fato que entra em tensão com o “fator humano”, e exige transformações na arte de manter *toda* a população integrada na máquina de guerra⁷⁸¹. [...] Logo, nestas condições, o planejamento para a Guerra é, no limite, um planejamento geral de controle sobre as populações, que irá exigir transformações importantes no Estado e no conjunto das instituições disciplinares. Este novo arranjo da vida social exige um tipo novo de Elite, que deve ser capaz de fundir as competências da gestão da guerra (e dos mecanismos de repressão interna) com as qualidades da gestão civil⁷⁸². [...] Em suma: a cúpula militar deve não só integrar ativamente as novas tecnologias à sua habilidade na condução da guerra, mas deverá também *absorver* as funções administrativas tipicamente considerada como civis como, por exemplo, a gestão das empresas, do complexo científico e a *manipulação da propaganda para manter a coesão social*. Logo, o cenário proposto por Lasswell é muito mais sombrio. Como toda sociedade guerreira é necessariamente marcada por uma espécie de fusão entre uma cultura do medo e uma rígida noção de dever coletivo (matar e morrer para a sobrevivência do grupo), um Estado só seria eficiente na batalha caso conseguisse transpor esta lógica para o novo ambiente sociotécnico criado no século XX. Uma nova hierarquia social deveria ser criada para integrar a todos em uma máquina de guerra interdependente. A coesão social só poderia ser mantida pela manipulação habilidosa da relação

de Estado: “civilian state” e “garrison state”, em termos muito próximos (ele mesmo reconhece) – mas não idênticos – à Herbert Spencer”. Cf. Sino-Japanese Crisis: the Garrison State versus the Civilian State. *China Quarterly*, v. XI, p. 643-649, 1937. “Porém o termo só ficou famoso em 1941 quando, em um exercício de construção de cenários futuros, ele advertiu para a possibilidade de uma nova tendência geral, de reversão do otimismo spenceriano: “The purpose of this article is to consider the possibility that we are moving toward a world of ‘garrison states’; a world in which the specialists on violence are the most powerful group in society. From this point of view the trend of our time is away from the dominance of the specialist on bargaining, who is the businessman, and toward the supremacy of the soldier. We may distinguish transitional forms, such as the party propaganda state, where the dominant figure is the propagandist, and the party bureaucratic state, in which the organization men of the party make the vital decisions. There are mixed forms which predominance is shared by the monopolists of party and market power”. Cf. The Garrison State. *The American Journal of Sociology*, v. 46, n. 4, p. 455, 1941 *apud* MARIUTTI, 2017, p. 4. “E o problema é que isto poderia ocorrer em novas bases tecnológicas, algo sem precedentes na história: “What is important for our purposes is to envisage the possible emergence of the military state under present technical conditions. There are no examples of the military state combined with modern technology. During emergencies the great powers have given enormous scope to military authority, but temporary acquisitions of authority lack the elements of comparative permanence and acceptance that complete the garrison state. Military dictators in states marginal to the creative centers of Western civilization are not integrated with modern technology; they merely use some of its specific elements”. Cf. Id, Ibid, p. 457 *apud* MARIUTTI, 2017, p. 4.

⁷⁸⁰ Cf. Id, Ibid, pps. 3-4, grifos do autor.

⁷⁸¹ “The importance of the morale factor is emphasized by the universal fear which it is possible to maintain in large populations through modern instruments of warfare. The growth of aerial warfare in particular has tended to abolish the distinction between civilian and military functions. It is no longer possible to affirm that those who enter the military service take the physical risk while those who remain at home stay safe and contribute to the equipment and the comfort of the courageous heroes at the front. Indeed, in some periods of modern warfare, casualties among civilians may outnumber the casualties of the armed forces. With the socialization of danger as a permanent characteristic of modern violence the nation becomes one unified technical enterprise. Those who direct the violence operations are compelled to consider the entire gamut of problems that arise in living together under modern conditions”. Cf. The Garrison State. *The American Journal of Sociology*, v. 46, n. 4, p. 459, 1941 *apud* MARIUTTI, 2017, p. 5.

⁷⁸² “This leads to the seeming paradox that, as modern states are militarized, specialists on violence are more preoccupied with the skills and attitudes judged characteristic of nonviolence. We anticipate the merging of skills, starting from the traditional accouterments of the professional soldier, moving toward the manager and promoter of large-scale civilian enterprise”. Cf. Id, Ibid, p. 458, 1941 *apud* MARIUTTI, 2017, p. 5.

medo-propaganda por parte da elite político-militar, combinada com sua capacidade de planejamento geral da sociedade⁷⁸³.

Embora esta seja uma discussão relevante, Mariutti (2017) pretende se afastar da noção de militarismo enquanto *excesso*, preferindo conceituá-lo como uma característica *constitutiva* do período atual do capitalismo, a fase imperialista. Assevera que:

O aspecto central deste período é a articulação entre a centralização de capitais e a *transformação do Estado* como *suporte* da acumulação de capital que, a partir de então, só pode se realizar no *plano mundial*. Nestas novas condições – tal como já havia apontado Rosa Luxemburgo – é que se pode falar na *endogeneização* do militarismo, isto é, um fenômeno que resulta da íntima associação entre a indústria e a rivalidade interestatal estabelecida no final do século XIX. A centralidade da indústria armamentista decorre não apenas dos ganhos de escala, que barateia o custo unitário dos armamentos, mas sobretudo na geração de inovações tecnológicas de ponta, cujo risco e concentração de recursos exigidos se encontram fora da alçada exclusiva e imediata dos investidores privados. No entanto, são eles que disputam avidamente as encomendas do Estado, por conta da demanda concentrada e regular, bem como pelas condições geralmente especiais que caracterizam o dispêndio público com a defesa. Ademais, além do estímulo típico da concorrência intercapitalista, esta demanda é retroalimentada pela percepção de vulnerabilidade decorrente do gasto militar dos demais Estados que tem como referência as *percepções* sobre o equilíbrio de poder e as potenciais mudanças na correlação de forças entre os Estados. Por fim, o caráter sigiloso do dispêndio militar e de suas práticas tira do escrutínio público estas importantes decisões, ao mesmo tempo que consolida as práticas autoritárias que marcam o *garrison state*. Portanto, os temores dos liberais possuem fundamento: desde a consolidação do imperialismo, só o que resta é a sempre precária noção formal de democracia. O século XX frustrou todas as promessas civilizatórias da sociedade regida pela acumulação incessante de capitais. O século XXI reintroduziu – de forma artificial, mas extremamente danosa – a tese do conflito civilizacional que, na prática, apenas ilustra como a luta pela *sobrevivência* voltou ao primeiro plano, e toda violência se justifica para tentar preservar um tipo de sociedade que, claramente, não tem mais futuro⁷⁸⁴.

Uma vez assentado o conceito de militarismo, faz-se necessário entender a noção de tecnociência⁷⁸⁵. Aqui o autor recorre à obra de Antoine Bousquet, *The Scientific Way of Warfare* (2009), quando nos diz que:

Within this systematic alliance between science and technology, artefacts such as the clock, engine and computer were to play a key role. They allowed for the isolation and study of physical forces, the resulting new theoretical understandings of which would then feed back into the design of these and other devices. For this reason, it is more apropos to speak of the emergence of **technoscience** in the modern era, an ever tighter symbiotic bond between these two fields to the extent than any distinction is largely nominal and of limited conceptual value. Although this convergence is present at the very foundation of modern science, the proximity between science and technology from the Second World War onwards is such that any major technological advance has been inextricably linked to scientific knowledge⁷⁸⁶.

⁷⁸³ Cf. Id, Ibid, pps. 5-6, grifos do autor.

⁷⁸⁴ Cf. Id, Ibid, pps. 6-7, grifos do autor.

⁷⁸⁵ Tecnociência é um termo cunhado pelo filósofo belga Gilbert Hottois na década de 1970. Costumeiramente, é utilizada nos trabalhos acadêmicos como um conjunto de atividades em que a ciência e a tecnologia tornaram-se emaranhadas ou hibridizadas. Cf. BARNES, B. Elusive Memories of Technoscience. *Perspectives on Science*, Vol. 13, N. 2, 2005 (Special Issue: Technoscientific Productivity, Part 1).

⁷⁸⁶ Cf. BOUSQUET, 2009, p. 28, grifo do autor.

Ou seja, a tecnociência significa a “*simbiose*” entre o capital, a técnica e a ciência que, a partir do desenvolvimento da ciência ao longo do século XVIII, implicou na aproximação entre a atividade técnica e o pensamento teórico, de modo a permitir que os artefatos técnicos e ferramentas assumissem requisitos cada vez maiores para a *vida social*; traço este que se intensificou sobremaneira depois da Segunda Guerra Mundial, a ponto de abranger a ciência e a tecnologia de forma *indissociável*, isto é: qualquer “avanço” tecnológico encontra-se associado com o conhecimento científico. Mas, a tecnociência é ainda mais do que isso. Ela é o *entrelaçamento* entre os dispositivos - que envolvem a produção de conhecimento, as técnicas e o capital – desembocados no âmago de uma *nova racionalidade* de governo em curso: *trata-se de um entrelaçamento impulsionado e dirigido segundo a lógica do mercado, revelando-se, sobretudo, um conjunto de dispositivos que regem a governamentalidade neoliberal*.

Nesse sentido, os discursos e as práticas da ciência operam enquanto parte constitutiva do funcionamento dos dispositivos que ajudam a modular a construção dos saberes, dos sujeitos e dos governos de si e dos outros, sendo funcionais aos discursos e às práticas da tecnologia que também possuem os seus dispositivos correspondentes. Tudo se passa, portanto, como, se ao fim e ao cabo, o mercado oferecesse a tábula rasa: por um lado, o mercado provê o esteio, a validade e o ímpeto para o desenvolvimento técnico-científico e, por outro lado, a tecnologia é legitimada pelo regime de veracidade a partir do próprio funcionamento do mercado. Em outras palavras, *a tecnociência representa um conjunto de dispositivos, baseada em sistemas de retroalimentação fluidos e difusivos, enredadas por relações de poder e pelo estabelecimento recíproco de subjetividades que modulam: (i) o governo de si e da população, (ii) a construção dos saberes, (iii) a constituição dos poderes e (iv) o regime de verdade*.

Sendo assim, o passo seguinte é entender como este processo se deu historicamente, especialmente no período entre 1914 e 1945, momento em que se verifica a consolidação da tecnociência, alimentada pelo militarismo da fase imperialista do capitalismo. Para Mariutti (2017), a Primeira Guerra Mundial incorreu em algumas inovações tecnocientíficas, assim como também recombinau e asseverou um conjunto de mudanças na condução da guerra, além de sepultar algumas práticas arraigadas na arte da guerra, a exemplo do assalto da cavalaria. Contudo, o aspecto mais decisivo repousa no fato de que a Grande Guerra exigia o aprimoramento daquilo que os militares chamavam de comunicação e controle (C²).

As formas de comunicação que precediam o conflito eram, na realidade, muito rudimentares. E, durante a Guerra, foi mantido o uso de formas muito simples e tradicionais como bandeiras, semáforos (que transmitiam sinais luminosos em

código morse) e do heliógrafo. Mas a guerra pressionou o aperfeiçoamento do telefone, do telégrafo (com e sem fio) e do rádio. Era muito difícil coordenar o movimento da infantaria com o da artilharia: somente as comunicações por telefone funcionavam de forma eficaz, mas estas eram disponíveis apenas na retaguarda e desde que o fogo da artilharia ou dos bombardeiros inimigos não destruísse as linhas de transmissão. Quando a infantaria avançava sob apoio da artilharia, a comunicação se interrompia. A forma mais usual para amenizar o problema era programar o avanço da infantaria de acordo com baterias de fogo escalonadas provenientes da artilharia, onde a infantaria deveria avançar por etapas até pontos pré-estabelecidos no mapa, respeitando o cronograma estipulado previamente. Mas isto gerava um problema: quem comandava a infantaria perdia qualquer possibilidade de tomar decisões (não podendo aproveitar eventuais vantagens táticas) e, caso o avanço não fosse possível na temporalidade programada, os soldados podiam ficar expostos ao fogo inimigo ou serem alvejados pela sua própria artilharia. O único modo de estabelecer alguma comunicação mais complexa envolvia o uso de mensageiros a cavalo ou usando bicicletas, mas a eficácia era baixa, dada a demora e a elevada letalidade deste tipo de atividade. Cachorros eram utilizados também, embora só conseguissem cobrir uma distância pequena. Os pombos correios eram relativamente eficazes, mas só podiam ser utilizados em condições climáticas favoráveis e apenas em um sentido (da linha de frente para a retaguarda). Logo, estabelecer uma forma de comunicação bidirecional imediata e eficaz era um objetivo importante e que poderia decidir o conflito⁷⁸⁷.

Segue salientando que:

Durante a maior parte da Grande Guerra os aviões não puderam contar com nenhum sistema de comunicação eficaz. Depois da decolagem era praticamente nula a comunicação entre o solo e as aeronaves. E mesmo a comunicação entre os aviadores era praticamente inexistente: a única saída era combinar alguns sinais que poderiam ser emitidos visualmente pelos aviões que estavam na frente do esquadrão (balançar as asas, ou qualquer outro movimento previamente combinado). As cabines não eram fechadas e na maior parte das aeronaves o motor ficava logo à frente do piloto, logo o barulho intenso e a exposição dos pilotos ao vento limitava muito a capacidade de reagir a estímulos sonoros. Muitas vezes, dois ou três aviões com altitude superior e escondidos nas nuvens podiam atacar e derrubar por trás toda uma formação inimiga, sem que nenhum dos pilotos perceba nada antes de ser abatido. Isto gerou uma pressão significativa para tentar aprimorar o alcance e a eficácia dos sistemas de comunicação, primeiro o telégrafo sem fio que operava por código morse e depois o rádio, capaz de transmitir a voz. No final do conflito os aviões passaram a ser equipados por rádios que permitia a comunicação entre o esquadrão a curta distância e, também, tinham a capacidade de receber ordens a partir do solo em distâncias maiores (uma comunicação unidirecional). Logo, este conflito deixou claro que a condução eficaz da guerra exigia a criação de uma tecnologia capaz de tornar possível a comunicação de alta qualidade em um gigantesco teatro de operações em 3 dimensões, combinando os esforços da marinha, do exército e da aeronáutica. Essa integração, contudo, gerou resultados curiosos, particularmente no caso dos EUA. O ímpeto sempre foi tentar manter a identidade, criando práticas da conduta, jargões, símbolos e armamentos próprios. Mas, por outro lado, esta necessidade de preservar a identidade das armas e integrá-las, gerou redundâncias. A marinha dispõe de aviões, mísseis (que, a rigor, derivam da artilharia) e fuzileiros. O exército também. A aeronáutica não tem navios nem fuzileiros, mas desde a Segunda Guerra Mundial, esteve envolvida diretamente na dissuasão nuclear, não apenas pelo esquadrão de bombardeiros estratégicos, mas também por controlar mísseis balísticos intercontinentais. [...] O importante é marcar a crescente centralidade da comunicação e controle no ordenamento das forças armadas, que se mescla aos padrões institucionais⁷⁸⁸.

⁷⁸⁷ Cf. MARIUTTI, 2017, p. 15.

⁷⁸⁸ Cf. Id, Ibid, pps. 15-16.

Em síntese, nos diz:

A atenção na Primeira Guerra tem um propósito. É bastante comum negligenciar o papel central da tecnologia neste conflito, que tende a ser lembrado prioritariamente pela carnificina nas trincheiras. A conduta da guerra – nos termos em que Paul Virilio entende o termo – mudou radicalmente a partir deste conflito e, no entre-guerras, as implicações deste conflito foram profundamente estudadas, tanto do ponto de vista da estratégia e das táticas, quando do ponto de vista da tecnociência e, sobretudo, do modo como ela cristaliza um emaranhado de instituições que se enredam na administração pública, na organização industrial e nos sistemas de ensino e pesquisa. O embrião do famigerado “complexo industrial-militar” já estava contido neste conflito. A necessidade de controlar, manipular e proteger as informações em um cenário de guerra em três dimensões se intensificou com a Segunda Guerra Mundial. Os novos sistemas de propulsão, engenharia de materiais e o desenvolvimento do *design* acelerou o ritmo da guerra, fato que exigiu novos mecanismos de detecção, como o sonar e o radar que aceleraram a tendência a tornar obsoletos os sentidos humanos na conduta da guerra. Estes novos sistemas exigem respostas rápidas e uma grande capacidade de processamento de informação, que exigiu a simbiose entre a mecânica e a eletrônica. Isto é: a guerra abriu caminho para os computadores eletrônicos. O desenvolvimento da balística foi também bastante acelerado, e os mísseis ganharam um maior alcance e mais precisão. Os primeiros projetos de emprego de mísseis teleguiados já apareceram durante a guerra e se desenvolveram aceleradamente durante a Guerra Fria. A indústria química em sinergia crescente com a indústria de alimentos e farmacêutica preservou e intensificou a sua importância em combate, desde o desenvolvimento de drogas para aliviar a dor e conter infecções, passando por produtos sintéticos e novos explosivos (como os explosivos plásticos e novas bombas incendiárias). Mas, como se sabe, a principal inovação desta guerra derivou do ambicioso Projeto Manhattan, que culminou na bomba atômica. As implicações estratégicas deste novo armamento, embora envolva muita polêmica, são relativamente bem conhecidas. [...] Em 1945, quando os EUA desenvolveram as primeiras bombas operacionais, o único vetor disponível eram os bombardeiros B-29. O alvo inicial: Hiroshima e, três dias depois, Nagasaki. Durante o curto monopólio nuclear dos EUA, mesmo com a rivalidade crescente com Moscou, a limitação inerente a este tipo de vetor dissuadiu Washington de utilizar armas nucleares. Quando, em 1949, os russos desenvolveram a bomba, um novo tipo de dissuasão começava a se delinear: nascia o embrião da *MAD – Mutual Assured Destruction*. Em tese, a dissuasão estaria garantida enquanto a vulnerabilidade recíproca fosse garantida. Portanto, enquanto os dois lados, mesmo se atacados, fossem capazes de retaliar devastadoramente, a guerra não teria início⁷⁸⁹.

Desde então, duas tendências surgiram. Conforme afirma:

A primeira envolvia aprimorar e *variar* os meios de lançamento, para poder garantir a destruição do inimigo, em caso de ataque. No caso dos bombardeiros, a pressão ia no sentido de aumentar a sua velocidade operacional, distância e capacidade furtiva (i.e.: permanecer indetectável). Mas, para garantir a velocidade, um novo vetor foi desenvolvido: os mísseis. Os mísseis balísticos intercontinentais tornaram possível o ataque terra-terra em longa distância, um tipo suplementar de ataque, ao lado dos mísseis situados em bases aliadas próximas ao inimigo. Por fim, o desenvolvimento de mísseis lançados por ar e por mar aumentaram a variedade nas formas de ataque, hipoteticamente garantindo a capacidade de retaliação em qualquer cenário. A segunda tendência, no entanto, é mais importante para os nossos propósitos. Como vimos, a Primeira Guerra colocou em primeiro plano a necessidade de coordenar uma guerra travada em 3 dimensões, o que exigia uma grande capacidade de processamento de informações e de comunicações. O problema agora era ainda mais intrincado. Todos os movimentos do inimigo tinham de ser monitorados em escala planetária. E o sistema de defesa tinha de operar em tempo real, isto é, tinha de

⁷⁸⁹ Cf. Id, Ibid, pps. 17-19.

perceber as ameaças e responder de forma mais rápida possível. Além disso, a rede de comunicações, além de encriptada, tinha de ser descentralizada: do contrário, o inimigo poderia destruir ou inviabilizar – cortando as fontes de energia, por exemplo – os seus centros principais de comando, impossibilitando o contra-ataque. Esta percepção levou a rivalidade para o espaço. Sem uma rede de satélites, seria impossível vigiar o inimigo e garantir a comunicação instantânea com as bases, aviões e navios dispersos por todo o planeta. O desenvolvimento da internet, os computadores pessoais, do sistema GPS, a televisão mundial e os sistemas de comunicação que estamos habituados (como o celular) são frutos indiretos deste esforço, cuja dinâmica básica era a rivalidade militar⁷⁹⁰.

Por essa razão, os “Anos Dourados” precisam ser enquadrados de forma *crítica*. Na tese de livre docência, Mariutti (2016) assevera que:

[...] os “Anos Dourados” não foram apenas um período marcado pela mistificação do capitalismo que, ao se intensificar, aparentava estar “amortecido” ou domesticado, a ponto de possibilitar o abrandamento dos seus traços deletérios e a manifestação dos seus atributos supostamente “positivos”. Foi exatamente neste subperíodo que a *endogeneização* do militarismo discutida por Rosa Luxemburgo se intensificou ainda mais. Mas para entender melhor este aspecto é necessário recuar um pouco no tempo. Como já foi indicado, a intensa rivalidade *político-econômica* do final do século XIX generalizou, dentre as potências, o emprego da indústria moderna – inicialmente por conta da produção em série e os ganhos de escala – como suporte para as forças armadas, fato que, tragicamente, ficou patente na Primeira Guerra Mundial. De uma perspectiva centrada no papel militar da indústria, a despeito da incorporação de algumas inovações nas técnicas de produção e o surgimento de novos produtos (aviões, submarinos e os blindados), o primeiro conflito mundial ainda tinha como ênfase a padronização e o volume, obtidos prioritariamente através das economias de escala: isto é, pela mecanização, criar uma maior quantidade de armas e munição ao menor custo unitário, para conseguir sustentar as trincheiras e, eventualmente, avançar. Mas o curso da guerra refinou esta tendência, criando uma forma suplementar de concorrência: a expansão das fronteiras tecnológicas rumo à busca de armamentos crescentemente sofisticados, mais caros, porém muito mais eficazes. Esta tendência se manteve durante o entre-guerras e se acelerou com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. A invenção da Bomba Nuclear – e o sistema de dissuasão pela destruição mútua, criado após a bomba soviética – consolidou definitivamente este novo padrão: desde então, a competição estratégica passou a depender da associação entre um sistema de inovação dinâmico – onde o intervalo entre o desenvolvimento da ciência básica e a sua aplicação concreta fosse mínimo – e um sistema produtivo capaz de traduzir a inovação tecnológica em vantagem militar. Os EUA, dada as características de sua industrialização e, principalmente, devido à *forma* como se envolveu na Segunda Guerra Mundial (financiou e alimentou pelo comércio o esforço de guerra dos Aliados e só entrou no conflito na fase final), ocupou uma posição de vanguarda neste novo ambiente estratégico que, no limite, desde então, jamais foi seriamente ameaçada. Em suma: a conquista da preponderância militar foi construída em harmonia com a consolidação da sua primazia econômica. Contudo, foi exatamente a rivalidade com a União Soviética que consolidou o complexo industrial-militar, isto é, uma forma de organização econômica cuja grande característica é o *imbricamento* entre o setor público e o setor privado, onde as grandes *inovações básicas* foram financiadas essencialmente pelo governo dos EUA que, premido pela peculiar obsolescência dos armamentos tecnológicos de ponta, arcou com o risco e com a coordenação de uma vasta e difusa rede de empresas baseadas na ciência, Universidades, Centros de Tecnologia (Civis e Militares) destinada a acelerar o progresso tecnológico militar que, progressivamente, passou a encontrar aplicações civis. Foi este enquadramento que gerou um estímulo adicional – e cada vez mais imperativo – à inovação: a necessidade de manter a superioridade estratégica

⁷⁹⁰ Cf. Id, Ibid, p. 19, grifos do autor.

impunha um ritmo intenso na inovação militar, onde o critério básico para o gasto – dada a penalização pelo atraso – era orientado *predominantemente* pela viabilidade tecnológica potencial dos projetos, critério que se impunha ao risco e aos custos⁷⁹¹.

Em outras palavras, nos “Anos Dourados” combinou-se a *endogeneização do militarismo com o deslocamento da concorrência capitalista para novas fronteiras: o desenvolvimento da tecnociência*.

Olhando deste prisma não é difícil concluir que a recuperação da crise de 1929 não teve *nenhuma* relação fundamental com a adoção de políticas econômicas supostamente orientadas para o crescimento. Foi o acirramento da rivalidade imperialista que, tragicamente, produziu este efeito. Mas o custo desta façanha foi elevado. Não somente pela carnificina concentrada entre 1939 e 1945, mas pelo próprio desfecho da Segunda Guerra Mundial. A partir de então, um dos estímulos *fundamentais* à expansão do capitalismo derivou do novo padrão de dispêndio, produção e organização militar que marcou a Guerra Fria. O mecanismo de contenção mútua da Guerra Fria dependia da inexistência de impedimentos físicos a um *contra-ataque* nuclear devastador. Como os bombardeiros podiam ser detidos por caças, a variação nos meios de lançamento (mísseis lançados por terra e por mar) se converteu em um pilar estratégico fundamental, que multiplicava o dispêndio militar e pressionava pelo aumento do estoque de ogivas nucleares. Como a corrida nuclear envolvia também um suporte em armamentos convencionais articulado a um sistema de vigilância e comunicação em escala mundial (fato que acabou levando a rivalidade para o Espaço), este padrão de concorrência estimulava o setor de bens de capital e de bens de consumo duráveis. Além disso, a mesma rede universitária que gerava pesquisa de ponta para uso militar – que, rapidamente, irradiava para aplicação civil – servia para atenuar as demandas populares por educação e, é claro, para alimentar os laboratórios e fornecer mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Impulsionada *predominantemente* pela concorrência estratégica da Guerra Fria, já na década de 1970, a vanguarda da concorrência capitalista se deslocou para novas fronteiras: a tecnologia da informação (telemática), robótica, eletroeletrônica, genética, nanotecnologia, química fina e novos materiais. Esse movimento intensificou ainda mais a centralidade do setor de Pesquisa e Desenvolvimento na estrutura burocrática das grandes corporações. Além disto, por conta das novas tecnologias e da maior abertura comercial e articulação entre os mercados nacionais, a grande corporação foi capaz de elevar substancialmente a sua eficácia gerencial, mediante o aprimoramento das formas de articulação entre as cadeias de suprimento e distribuição, com vistas a promover economias de escala e de escopo, reduzir os estoques e o desperdício, bem como acelerar o ciclo da produção e a capacidade de adaptar-se mais rápido às flutuações do mercado e à variação nos padrões de consumo⁷⁹².

De um ponto de vista mais amplo, o que estava em curso era:

[...] a transição da moribunda “hegemonia” britânica para a estadunidense, um novo tipo de hegemonia que aprofunda o imperialismo, pois se fundamenta na ascendência das grandes corporações transnacionais e em um novo sistema de proteção da propriedade privada em escala internacional, cujo pilar fundamental é a supremacia militar de Washington. Além disso, a máquina de propaganda construída para tentar impor o *American Way of Life* atesta a magnitude e a abrangência do imperialismo estadunidense. Em conexão com estes aspectos, essa transição de hegemonias envolveu uma transformação significativa na relação entre a tecnologia e a sociedade, corporificada na aliança entre o capital global e a tecnociência. No início desta mudança – a década de 1950 – as bases sóciotécnicas que alicerçam o mundo que vivemos ficaram em grande medida ocultas à maior parte da população,

⁷⁹¹ Cf. MARIUTTI, 2016, pps. 127-129, grifos do autor.

⁷⁹² Cf. Id, Ibid, pps. 129-130, grifos do autor.

pois estavam sendo gestadas nos laboratórios das empresas, das forças armadas e das grandes universidades para uso militar. O impacto foi vivido de outro modo nas décadas de 1950 e 60: para as massas, foi a generalização dos bens de consumo duráveis que alterou de forma mais radical as suas formas de vida, pois a economia do tempo proporcionada pela transformação da agricultura (crescentemente organizada nos mesmos moldes da indústria), pelos eletrodomésticos e pelos sistemas de transporte urbanos tornou possível aumentar o tempo gasto com educação e o lazer. Foi isto que, inclusive, abriu novas frentes para a acumulação de capital. Mesmo sob a ameaça da hecatombe nuclear, frente a esse conjunto de transformações, foi possível momentaneamente ressuscitar o mito do progresso assentado na difusão do capitalismo. Mas os novos movimentos sociais deflagrados em 1968 sinalizaram que alguma *ruptura* de maiores proporções tinha ocorrido ou, pelo menos, estava em curso. E, simultaneamente, as novas tecnologias começaram a sair dos laboratórios e das aplicações exclusivamente militares e a invadir a vida cotidiana das multidões⁷⁹³.

Logo, importa deixar claro que as duas grandes guerras, por si só, *não determinaram diretamente*⁷⁹⁴ o advento da imbricação entre o militarismo e a tecnociência, mas, simplesmente, impulsionaram uma *aceleração/intensificação* dos atributos centrais do *imperialismo* que, a partir da década de 1970, assumiu uma *nova síntese*, passando a operar

⁷⁹³ Cf. Id, Ibid, pps. 135-136, grifos do autor.

⁷⁹⁴ Apesar de seu saudosismo com a Era de Ouro do capitalismo e, a despeito de relativizar o papel das inovações tecnológicas trazidas pelas guerras, o historiador Hobsbawm assim enfatiza: “A guerra total sem dúvida revolucionou a administração. Até onde revolucionou a tecnologia e a produção? Ou, perguntando de outro modo, até onde adiantou ou retardou o desenvolvimento econômico? Adiantou visivelmente a tecnologia, pois o conflito entre beligerantes avançados era não apenas de exércitos, mas de tecnologias em competição para fornecer-lhes armas eficazes e outros serviços essenciais. Não fosse pela Segunda Guerra Mundial, e o medo de que a Alemanha nazista explorasse as descobertas da física nuclear, a bomba atômica certamente não teria sido feita, nem os enormes gastos necessários para produzir qualquer tipo de energia nuclear teriam sido empreendidos no século XX. Outros avanços tecnológicos conseguidos, no primeiro caso, para fins de guerra mostraram-se consideravelmente de aplicação mais imediata na paz – pensamos na aeronáutica e nos computadores – mas isso não altera o fato de que a guerra ou a preparação para a guerra foi um grande mecanismo para acelerar o progresso técnico, “carregando” os custos de desenvolvimento de inovações tecnológicas que quase com certeza não teriam sido empreendidos por ninguém que fizesse cálculos de custo-benefício em tempos de paz, ou teriam sido feitos de forma mais lenta e hesitante. Mesmo assim, a tendência tecnológica da guerra não era nova. Além disso, a economia industrial moderna foi construída com base em inovação tecnológica constante, que por certo teria ocorrido, provavelmente em ritmo crescente, mesmo sem guerras (se podemos tomar essa suposição irrealista para argumentar). As guerras, sobretudo a Segunda Guerra Mundial, ajudaram muito a difundir a especialização técnica, e certamente tiveram um grande impacto na organização industrial e nos métodos de produção em massa, mas o que conseguiram foi, de longe, mais uma aceleração da mudança que uma transformação”. (HOBSBAWM, 1995, pps. 54-55). Mais à frente, sintetiza: “A reestruturação do capitalismo e o avanço na internacionalização da economia foram fundamentais. Não é tão seguro que a revolução tecnológica explique a Era de Ouro, embora fosse expressiva. Como foi mostrado, muito da industrialização nessas décadas deveu-se à disseminação a novos países de processos baseados em velhas tecnologias: a industrialização de carvão, ferro e aço do século XIX estendeu-se aos países socialistas agrários; as indústrias americanas de petróleo e motores de combustão interna do século XX chegaram aos países europeus. O impacto da tecnologia gerada pela alta pesquisa na indústria civil provavelmente só se tornou substancial nas Décadas de Crise depois de 1973, quando se deu a grande inovação na tecnologia de informação e na engenharia genética, além de vários outros saltos no desconhecido. As principais inovações que começaram a transformar o mundo assim que a guerra acabou talvez tenha sido as do setor químico e farmacêutico. Seu impacto na demografia do Terceiro Mundo foi imediato. Os efeitos culturais foram um pouco mais lentos, mas não muito, pois a revolução sexual no Ocidente, nas décadas de 1960 e 1970, se tornou possível em função dos antibióticos – desconhecidos antes da Segunda Guerra Mundial – que pareceram eliminar os grandes riscos da promiscuidade, tornando as doenças venéreas facilmente curáveis, e da pílula anticoncepcional, cuja disponibilidade se ampliou na década de 1960. (O risco, no campo sexual, ia retornar na década de 1980, com a AIDS)”. (Id, Ibid, p. 265).

em um *novo patamar* para a acumulação de capital e para a reprodução social. Não há espaço, aqui, para qualquer tipo de determinismo: a questão fundamental para compreendermos o entrelaçamento do militarismo com a tecnociência reside em admitir que se trata de uma *expressão histórica* concreta descortinada pela lógica do imperialismo, cuja manifestação se deu nestes termos. Ou seja, seria possível a consecução de outros prováveis pontos de imbricação envolvendo estes dois elementos, mas isso não implicaria na refutação do próprio imperialismo, pois:

[...] o imperialismo é aqui concebido como um conceito de *periodização* que, enquanto tal, expressa a *unidade* de uma nova fase do capitalismo que perdura até hoje. Os primeiros sinais da reorganização do capitalismo que culminou no imperialismo já começaram a surgir em 1870, mas só assumiram uma forma mais definida na passagem para o século XX, com a deflagração de Grande Guerra, em 1914. Em termos formais, a constituição do imperialismo foi comandada pelo imbricamento entre a centralização dos capitais e a *transformação* e concentração do poder do Estado. O aparelho estatal foi decisivo na consolidação dos grandes monopólios em escala nacional e, ao fomentar as exportações de capitais, ajudou a transpor a rivalidade intercapitalista para o terreno da política mundial. Portanto, não haveria imperialismo sem a intensificação do poder estatal que, desde então, teve de articular duas tendências: i) garantir a constituição de um forte e ramificado aparelho de repressão interno, destinado a conter os distúrbios provocados pelo impacto da mecanização da produção sobre os trabalhadores e, simultaneamente, apto a garantir a operacionalidade da complexa moldura institucional necessária à mecanização da produção e a generalização da concorrência como forma prioritária de ordenamento social; ii) uma transformação radical da capacidade militar que envolve não apenas uma mudança de escopo – a necessidade de ultrapassar o teatro europeu e conduzir conflitos em escala realmente mundial – mas, sobretudo, uma transformação na própria *conduta* da guerra, que teve de combinar de forma sinérgica a finança, a indústria, a propaganda e novas formas de recrutamento. O aspecto decisivo repousa, portanto, na *fusão* da rivalidade política à econômica em níveis até então nunca vistos, a ponto de engendrar um sinistro mecanismo de retroalimentação, onde a monopolização crescente do capital, amparada na concentração de poder e aumento do escopo de atuação do Estado, eleva a magnitude e a escala da concorrência *intercapitalista e interestatal*⁷⁹⁵.

Não obstante, registre-se explicitamente que, dentro do período do imperialismo, podemos admitir certos subperíodos ou, em outros termos, é possível asseverar a existência de uma nova morfologia, inscrita no período de vigência do próprio imperialismo capitalista, a partir da década de 1970, sem que, com isso, incorramos na suposição de uma ruptura com o mesmo⁷⁹⁶. Conforme nos acentua o autor:

[...] dentro deste quadro, é possível delinear subperíodos. Por exemplo: marcar as diferenças entre a ordem britânica e a estadunidense é um procedimento importante. Nos dois casos, o período geral é essencialmente o mesmo, mas com diferenças importantes no que diz respeito à estrutura do comércio mundial, o modo como se operacionalizam as exportações de capitais e atuação das empresas transnacionais, as características da finança internacional, a natureza e a dinâmica das instituições internacionais, etc. E, mesmo dentro da ordem estadunidense, é possível destacar alguns momentos onde ocorrem algumas mudanças importantes. E para melhor

⁷⁹⁵ Cf. MARIUTTI, 2017, pps. 28-29, grifos do autor.

⁷⁹⁶ Esta discussão será analisada de maneira mais apropriada no capítulo posterior (capítulo 12).

entender os fundamentos do poder dos EUA, é necessário cruzar a periodização geral com outra, que se centra predominantemente nos padrões tecnocientíficos e na racionalidade e formas de consciência a eles correlatas. Um elemento permanece constante desde a “Revolução Científica”: a crença na capacidade de controle sobre a natureza e sobre a própria sociedade com base em um conhecimento que é predominantemente *indutivo*, por oposição ao raciocínio de caráter dedutivo típico do pensamento religioso e da escolástica. Mas, a despeito desta continuidade, ocorreram mudanças nos arranjos internos e nas próprias características da tecnociência, particularmente no que diz respeito à sua conexão com as práticas e a conduta da guerra⁷⁹⁷.

Como já vimos no capítulo 1, Bousquet (2009) nos oferece uma importante contribuição para pensarmos a respeito dos regimes de conduta tecnocientífica da guerra, aliado às sucessivas formas dominantes de tecnologia e ordenamento do conhecimento científico: mecânico, termodinâmico, cibernético e “caopléxico”. Em cada um desses regimes, verificamos o predomínio de uma tecnologia fundamental - associada a um dispositivo ou máquina que representa suas características - articulado com conceitos científicos básicos que sustentam os pilares teóricos de cada regime e abrange o horizonte das suas possibilidades. Logo, temos então a dominância de formas de guerra típicas em cada um dos regimes. Com base nestas formulações, Mariutti (2017) analisa que:

A Guerra Fria cristalizou vastos sistemas gerais de comando e controle que, embora tecnicamente capazes de operar de forma complexa e descentralizada, dependiam de um comando central para autorizar o uso das armas nucleares. E, além disso, todo o arcabouço era organizado de acordo com uma estratégia geral pensada para se opor a sociedades urbano-industriais com uma forma de combate similar. No entanto, a Guerra do Vietnã mostrou que esta forma de organização era ineficaz contra um inimigo mais frágil, mas que lutava no seu próprio território usando táticas de guerrilha. A derrota não colocou em xeque a ênfase na busca da superioridade tecnológica, mas lançou dúvidas sobre a eficácia do tipo de planejamento muito centralizado que organizou a ofensiva contra os vietcongues. Depois de 2001, com a cruzada contra o “terrorismo”, esta mesma percepção ressurgiu com força. No entanto, a despeito de toda a retórica, os EUA ainda possuem como viga mestra de seu sistema de defesa uma orientação centrada na grande estratégia, destinada a prevenir a formação de hegemonias regionais e orientada essencialmente na contenção pela dissuasão nuclear de potências militares apoiadas no imbricamento entre a indústria e sofisticados sistemas de inovação. Porém, desde a década de 1990, quando a suposta necessidade de “mudar regimes” se combinou com a alegada luta contra o terror, os EUA começaram a implementar uma organização militar mais híbrida, capaz de preservar a proeminência no campo da dissuasão nuclear com a superioridade em intervenções tópicas, mediante conflitos de baixa intensidade contra forças hostis não estatais, uma combinação alegadamente mais próxima dos princípios da teoria do caos e propagandeada como “network-centric warfare”. É este o cenário que se coloca no nosso horizonte⁷⁹⁸.

Perante esta forma de compreensão da relação entre o militarismo e a tecnociência, seguimos adiante elucidando os elementos e processos mais fundamentais que expressam a *nova morfologia* assumida pelo imperialismo capitalista após a década de 1970. Importa

⁷⁹⁷ Cf. Id, Ibid, p. 29, grifos do autor.

⁷⁹⁸ Cf. Id, Ibid, p. 31.

destacar o “novo patamar” assumido pela acumulação de capital. O *primeiro movimento* é esclarecido por Mariutti (2016):

Aí reside a questão: houve um *corte* em 1970? Sim. Mas ocorreu uma mudança de *período*? A rigor, não. Esta década testemunhou uma intensificação radical dos atributos centrais do imperialismo, tais como eles se redesenharam com a constituição da ordem estadunidense. Por conta disso, voltar a sonhar com a reconstrução de um capitalismo “regulado” nos moldes do regime de Bretton Woods não faz muito sentido. Mais do que isso: foi exatamente a precária “regulação” da alta finança⁷⁹⁹ que tornou possível abrir novas frentes para a penetração do capital e, simultaneamente, promover a transformação da estrutura do comércio mundial que, de forma distinta da integração financeira e comercial típica da ordem britânica, passou a envolver predominantemente as operações intrafirmas em escala transnacional. Giovanni ARRIGHI destaca isto com clareza: “A third and far more fundamental departure of US from British hegemony has been the tendency for a significant and growing proportion of world trade to be “internalized” within, and administered by, large-scale, vertically integrated, transnational corporations. Data on international “trade,” which consists in reality of intra-firm transactions, are not readily available. But various estimates indicate that the proportion of world trade consisting of intra-firm transactions has risen from something in the order of 20–30 per cent in the 1960s to something in the order of 40–50 per cent in the late 1980s and early 1990s. According to Robert Reich, “in 1990 more than half of America’s exports and imports, by value, were simply the transfers of such goods and related services *within* global corporations⁸⁰⁰”. A centralidade do Investimento Externo Direto só foi possível por conta do conjunto de instituições e de mecanismos de regulação que expandiram e estabilizaram o comércio mundial no período tenso que se sucedeu à Segunda Guerra Mundial. É a partir deste primeiro movimento que se deve entender as mudanças concretizadas no período compreendido entre 1970 e 1991, que se manifestam de forma cada vez mais intensa desde então⁸⁰¹.

Simultaneamente a este movimento, assistimos àquilo que Catherine Waldby (2000) denomina de “*virada cibernética*”⁸⁰²: a possibilidade originada pela ciência e pela técnica de

⁷⁹⁹ Esta questão foi destacada em outro texto do autor: “A curta e *modesta* regulação das finanças internacionais “negociada” nos acordos de Bretton Woods não afetou os capitalistas e sua rede de clientela. Pelo contrário: dadas as circunstâncias, o jogo de tensões produzidos no imediato pós-guerra possibilitaram a retomada do comércio internacional e a generalização do fordismo via IED cruzado, que abriram novas frentes de acumulação, *sem romper com a institucionalidade financeira*, já solidamente estabelecida no final do século XIX pelas transformações gerais orquestradas com a consolidação do capital financeiro e seu vínculo indissociável com o imperialismo. Nesta linha, é importante destacar que um dos estímulos *fundamentais* à expansão do capitalismo derivou do *novo padrão* de dispêndio, produção e organização militar que marcou a Guerra Fria: uma corrida armamentista virtualmente incessante, que impulsionou a pesquisa em novas tecnologias e favoreceu a criação de novas formas de articulação entre a Universidade, as Empresas Privadas e os Laboratórios e centros de pesquisa militares, gerando um estímulo adicional – e cada vez mais imperativo – à inovação: como destacou Medeiros, a necessidade de manter a superioridade estratégica impunha um ritmo intenso na inovação militar, onde o critério básico para o gasto – dada a penalização pelo atraso – era orientado *predominantemente* pela viabilidade tecnológica potencial dos projetos, critério que se impunha ao risco e aos custos”. (MARIUTTI, 2014, p. 10, grifos do autor).

⁸⁰⁰ Cf. ARRIGHI, 2010, p. 73 *apud* MARIUTTI, 2016, p. 137.

⁸⁰¹ Cf. MARIUTTI, 2016, pps. 136-137, grifos do autor.

⁸⁰² A terminologia “*virada cibernética*” foi cunhada por Catherine Waldby para expressar a mudança ocorrida pela tecnociência, ao longo da década de 1970, até atingir seu ponto de virada nos anos 1990. Segundo Santos (2003), a autora se apoiou no trabalho de Donna Haraway (1994), quando esta descreveu as reciprocidades informacionais entre diferentes organismos, e entre organismos e técnica: “(...) as ciências da comunicação e as biológicas modernas são construídas por um movimento comum - a tradução do mundo para um problema de codificação, uma busca de uma linguagem comum na qual toda a resistência ao controle instrumental desapareça e toda a heterogeneidade possa ser submetida à desmontagem, à remontagem, ao investimento e à troca. (...) O

abrir totalmente o mundo ao *controle tecnocientífico* por meio da informação, isto é, a *informação* se torna um pilar de sustentação na relação entre o capital, a ciência e a tecnologia, implicando na tecnociência enquanto como elemento fundamental – embora não o único – para a acumulação do capital que, desde então, alcançou a pretensão de abarcar todo o mundo existente, incluindo, sobretudo, o próprio ser humano e a natureza, na condição de *matérias-primas* que, sob o seu domínio, o permite operar em função da capacidade de *reprogramar a natureza e a vida humana*.

Esta tese vem sendo desenvolvida, desde meados da década de 1980, pelo sociólogo brasileiro Laymert Garcia dos Santos, especialmente nas obras *Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética* (2003a) e *Revolução tecnológica, internet e socialismo* (2003b), e em uma variedade de entrevistas e artigos publicados em revistas e jornais. Santos (2003b) admite que:

A elaboração de uma linguagem comum para além das especificidades dos diversos ramos do conhecimento científico e a instituição de uma nova síntese, só comparável à revolução newtoniana, indicavam que a teoria da informação parecia assumir um papel central no pensamento humano contemporâneo. Tal centralidade se devia ao fato de o conceito de informação ser válido nos campos da física, da biologia e da tecnologia⁸⁰³.

Não obstante, a busca pela linguagem comum consolidou, a partir da cibernética, a centralidade da noção de informação, em especial, a ideia de tratamento da informação. Ao

mundo se encontra subdividido em fronteiras diferentemente permeáveis à informação. Esta nada mais é do que um tipo de elemento quantificável (unidade, base de unidade) que permite uma tradução universal, e, nesta medida, um poder instrumental desabrido." (HARAWAY, 1994, *apud* WALDBY, 2000, p. 45). Ainda de acordo com Santos (2003): "Diversos aspectos destacados por Waldby apontam a transformação do modo de pensar o humano: o entendimento do homem ao mesmo tempo como organismo e agenciamento técnico, isto é, como matéria mórbida e mortal e como arquivo de dados; a dissolução das fronteiras entre o humano e o não-humano que agora abre o corpo a todo tipo de manipulação atual ou virtual; a disjunção entre indivíduo e espécie que disponibiliza esta como um recurso. O trabalho de tradução do corpo em arquivo de dados – como se o organismo humano fosse agora unicamente considerado sob a perspectiva molecular – se inscreve na dinâmica identificada por Donna Haraway como a "virada cibernética" que se deu no campo da tecnociência e que privilegia, por um lado, a dimensão informacional dos diferentes organismos como solo que lhes é comum, por outro, as reciprocidades informacionais entre organismos e técnica. Tal virada, que contagiou decisivamente a biologia moderna a partir do conceito de informação, teve início no pós-guerra nas ciências da comunicação. Mas agora, as relações de implicação e de hibridação entre homens, máquinas, seres vivos e seres inanimados são tantas e de tamanha envergadura que a própria natureza humana parece posta radicalmente em questão, suscitando inclusive a indagação sobre o futuro da espécie, não mais em virtude de um perigo de extinção criado pelo holocausto nuclear, mas pela sua "superação". Já que o futuro do homem parece, portanto, problemático e controverso, gostaria de propor-lhes, como exercício, a evocação de quatro variações sobre o tema, nas quais os devires da espécie desenham configurações muito diversas. A proposta é partir da perspectiva do desaparecimento do humano para em seguida nos determos nas narrativas de como nos transformamos em *cyborgs* e em pós-humanos, chegando afinal à condição transumana. Evidentemente, todas as variações pertencem à transição para uma nova formação histórica e exprimem uma nova maneira de pensar; e embora encontrem ressonâncias na ficção científica, não foram colhidas nesse gênero literário – as variações foram compostas por homens e mulheres que trabalham nos campos da informática, da biologia, da cultura e da filosofia". (SANTOS, 2003a, pps. 270-271).

⁸⁰³ Cf. SANTOS, 2003b, pps. 12-13.

contrário de muitos autores que adotaram um determinismo, ou até mesmo apelaram para as mudanças na forma da sociedade, tais como aventamos no capítulo 1, Santos (2003) dá relevo às formulações de Gilbert Simondon, eminente filósofo e tecnólogo francês, contrastando-as com a aceção de informação atribuída pelo *mainstream*. Simondon (1958), em *Du mode d'existence des objets techniques*, enuncia seu objetivo no primeiro parágrafo:

Este estudo é animado pela intenção de suscitar uma tomada de consciência do sentido dos objetos técnicos. A cultura se constituiu como sistema de defesa contra as técnicas; ora, essa defesa se apresenta como uma defesa do homem, supondo que os objetos técnicos não contêm realidade humana. Nosso intuito foi mostrar que a cultura ignora, na realidade técnica, uma realidade humana, e que, para desempenhar plenamente seu papel, a cultura deve incorporar os seres técnicos enquanto conhecimento e valor. A tomada de consciência dos modos de existência dos objetos técnicos deve ser efetuada pelo pensamento filosófico, que deve cumprir aqui um dever análogo àquele que desempenhou na abolição da escravidão e na afirmação do valor da pessoa humana. A oposição entre a cultura e a técnica, entre o homem e a máquina, é falsa e sem fundamento; ela esconde apenas a ignorância ou ressentimento. Ela mascara atrás de um humanismo fácil uma realidade rica em esforços humanos e em forças naturais e que constitui o mundo dos objetos técnicos, mediadores entre a natureza e o homem⁸⁰⁴.

Mais à frente, nos apresenta seu argumento:

[...] considerado como objeto de um julgamento de valores, o objeto técnico pode suscitar atitudes muito diferentes conforme ele seja tomado ao nível do elemento, ao nível do indivíduo ou ao nível do conjunto. Ao nível do elemento, seu aperfeiçoamento não introduz nenhum transtorno que gere angústia por entrar em conflito com os hábitos adquiridos: é o clima de otimismo do século XVIII, introduzindo a idéia de um progresso contínuo e indefinido, trazendo uma melhoria constante da condição humana. Ao contrário, o indivíduo técnico se torna durante um tempo o adversário do homem, seu concorrente, porque o homem centralizava em si a individualidade técnica quando só existiam as ferramentas; a máquina toma o lugar do homem porque o homem realizava uma função de máquina, de portador de ferramentas. A essa fase corresponde uma noção dramática e apaixonada do progresso, tornando-se violação da natureza, conquista do mundo, captação das energias. Essa vontade de potência se exprime através da desmedida tecnicista e tecnocrática da era da termodinâmica, que tem um aspecto ao mesmo tempo profético e cataclísmico. Enfim, no nível dos conjuntos técnicos do século XX, a energética termodinâmica é substituída pela teoria da informação, cujo conteúdo normativo é eminentemente regulador e estabilizador: o desenvolvimento das técnicas aparece como uma garantia de estabilidade⁸⁰⁵.

E, conclui:

A máquina como elemento do conjunto técnico se torna aquilo que aumenta a quantidade de informação, aquilo que aumenta a neguentropia, aquilo que se opõe à degradação da energia: a máquina, obra de organização, de informação, é, como a vida e com a vida, aquilo que se opõe à desordem, ao nivelamento de todas as coisas que tende a privar o universo de poderes de mudança. A máquina é aquilo pelo qual o homem se opõe à morte do universo; ela ralenta, como a vida, a degradação da energia, e se torna estabilizadora do mundo. Essa modificação do olhar filosófico sobre o objeto técnico anuncia a possibilidade de uma introdução do ser técnico na cultura: essa integração, que não pôde se operar nem no nível dos elementos nem no

⁸⁰⁴ Cf. SIMONDON, 1958, p. 16. *Introdução*. Tradução de Pedro Peixoto. Disponível em: <https://cteme.wordpress.com/publicacoes/do-modo-de-existencia-dos-objetos-tecnicos-simondon-1958/>

⁸⁰⁵ Cf. Id, Ibid, pps. 20-21.

nível dos indivíduos de maneira definitiva, o poderá, com maior probabilidade de estabilidade, no nível dos conjuntos; a realidade técnica tornada reguladora poderá se integrar à cultura, reguladora por essência. Essa integração não poderia se fazer senão por adição quando a tecnicidade residia nos elementos e por arrombamento e revolução quando a tecnicidade residia nos novos indivíduos técnicos; hoje, a tecnicidade tende a residir nos conjuntos; ela pode então se tornar um fundamento da cultura à qual ela trará um poder de unidade e de estabilidade, ao torná-la adequada à realidade que ela exprime e que ela regula⁸⁰⁶.

A partir desta perspectiva, a informação assume uma conotação que a afasta simplesmente da noção de *mero dado*: ela é um agente que pode operar, enquanto um sistema, interligando duas realidades díspares. À medida que promove a individuação, a informação pode produzir o sentido segundo o qual um sistema se individua. Desta forma, ela não deve ser confundida com os sinais transmitidos, tampouco com os suportes que a sustentam. Santos (2003a) postula que:

[...] Simondon não podia apoiar-se na noção de informação tal como ela havia sido desenvolvida por Norbert Wiener, pois esta concerne apenas à transmissão de um sinal através da modulação de energia. Ocorre que o sinal de informação não é exclusivamente o que deve ser transmitido, mas também o que deve ser recebido, isto é, adquire um sentido, tem alguma eficácia para um todo que tem seu próprio jeito de funcionar. Mas tal significado não pode ser encontrado nem na saída nem na chegada: a informação só existe quando o emissor e o receptor do sinal formam um sistema, ela existe entre as duas metades de um sistema díspar até então. A informação é essa aptidão de relacionar que fornece uma resolução, uma integração; é a singularidade real através da qual uma incompatibilidade é superada; a informação é a instituição de uma comunicação que contém uma quantidade energética e uma qualidade estrutural⁸⁰⁷.

Segue enaltecendo que:

O paradigma tecnológico e a noção de informação permitiram que Simondon pensasse a ontogênese da individuação nos campos da física, da biologia e da tecnologia. Em cada um desses campos a invenção se dá quando a informação atua nessa realidade pré-individual, intermediária, que o filósofo denomina “o centro consciente do ser”, essa realidade natural pré-vital tanto quanto pré-física a partir da qual a vida e a matéria inerte são geradas e tornam-se consistentes⁸⁰⁸.

Portanto, a importância de Simondon⁸⁰⁹ reside no fato de que seu entendimento é:

⁸⁰⁶ Cf. Id, Ibid, p. 21.

⁸⁰⁷ Cf. SANTOS, 2003a, p. 68.

⁸⁰⁸ Cf. Id, Ibid, p. 68.

⁸⁰⁹ Em entrevista, esclarece este ponto: “É comum as pessoas dizerem que o corpo humano é uma máquina. Não dizemos, por exemplo, que o coração parece uma bomba, mas que ele é uma bomba. Por que, em sua opinião, não dizemos mais freqüentemente o contrário, ou seja, que a máquina se assemelha ao corpo ou que a bomba parece um coração? Mais interessante do que essa oposição é, justamente, a diferença. Porque o importante é a diferença entre o humano e a máquina e em que nível podemos pensá-la. O que me interessa, sobretudo no Simondon (acho que ele vai exercer uma influência grande daqui para a frente, pois a sua importância está sendo crescentemente reconhecida), é pensar a tecnologia como um processo de individuação. Em que ponto nos encontramos e nos diferenciamos da máquina? No que ele chama de “realidade pré-individual”. Apesar das diferenças, existem pontos de contato ou níveis de correspondência grandes entre nossa maneira de individuar e o processo de individuação das máquinas. Por exemplo: a máquina é, digamos, pensamento congelado, matéria concretizada. Ela já tem o humano embutido. E nós, por outro lado, também temos muito de maquinico, pelo tipo de agenciamento que fazemos em nossa relação com o lado de fora. Por esse motivo, pensar a questão em

[...] particularmente poderoso para pensarmos uma relação positiva entre natureza e a tecnologia e articular, em termos coerentes, a necessidade de salvar a biosociodiversidade com a necessidade de salvar, também, a tecnologia. E, finalmente, porque ele nos dá condição de descobrir que a própria salvação poderia ser uma invenção do homem e da natureza. A salvação poderia ser o processo através do qual a natureza e a tecnologia, hoje aparentemente duas metades dispares e incompatíveis com a realidade, efetuariam uma resolução, uma integração, e formariam um sistema. A salvação poderia ser a invenção cultural do humano acordando de seu sonho faustiano de dominação da natureza, e que realizaria a sua condição como um agente informacional que permite ao mundo e ao homem vir a ser. Em poucas palavras: a salvação poderia ser uma operação técnica⁸¹⁰.

Ou seja, Simondon nos fornece uma concepção de informação capaz de conceber o ser vivo, especialmente o humano, como *aporte de uma atividade de individuação permanente*. No entanto, diferentemente de sua proposta, a ideia que vigora - prevaiente nas ciências da comunicação e na genética - reside na concepção cibernética de informação: como já destacamos no capítulo 1, esta última proposição se assenta no prisma do entrelaçamento dos seres vivos e dos objetos técnicos, autorregulados pela linguagem comum da informação (inclusive genética), sob a forma de comando e controle.

Eis a “virada cibernética” identificada por Donna Haraway e categorizada por Catherine Waldby. De acordo com Haraway (2000), tal guinada⁸¹¹ - simbolizada pelos quatro

termos de oposição é muito ruim: ou se antropomorfiza a máquina, ou se mecaniza o humano. Como diz Simondon, todo pensamento que se dá em termos de oposição acaba considerando a máquina um estrangeiro, um escravo. Não é isso que interessa, mas saber em que medida podemos ter um tipo de individuação que se dá junto com o processo de individuação das máquinas. Em outros termos: de que maneira, ao nos individuarmos, atualizamos uma potência virtual com as máquinas, que então também atualizam virtualidades que pertenciam ao terreno do pré-individual”. Cf. Demasiadamente pós-humano. *Novos Estudos*, 2005, nº 72, p. 166.

⁸¹⁰ Cf. SANTOS, 2003a, pps. 69-70.

⁸¹¹ “Nas ciências da comunicação, podemos ver exemplos dessa tradução do mundo em termos de um problema de codificação nas teorias de sistema cibernéticas (sistemas controlados por meio de *feedback*) aplicadas à tecnologia telefônica, ao *design* de computadores, ao emprego de armas de guerra ou à construção e à manutenção de bases de dados. Em cada caso, a solução para as questões-chave repousa em uma teoria da linguagem e do controle; a operação-chave consiste em determinar as taxas, as direções e as probabilidades do fluxo de uma quantidade chamada informação. O mundo é subdividido por fronteiras diferencialmente permeáveis à informação. A informação é apenas aquele tipo de elemento quantificável (unidade, base da unidade) que permite uma tradução universal e, assim, um poder universal sem interferências, isto é, aquilo que se chama de “comunicação eficaz”. A maior ameaça a esse poder é constituída pela interrupção da comunicação. Qualquer colapso do sistema é uma função do estresse. Os elementos fundamentais dessa tecnologia podem ser condensados na metáfora C³I (comando-controle-comunicação-inteligência) – o símbolo dos militares para sua teoria de operações. Nas biologias modernas, a tradução do mundo em termos de um problema de codificação pode ser ilustrada pela biologia molecular, pela ecologia, pela teoria evolucionária sociobiológica e pela imunobiologia. Nesses campos, o organismo é traduzido em termos de problemas de codificação genética e de leitura de códigos. A biotecnologia – uma tecnologia da escrita – orienta a pesquisa em geral. Em um certo sentido, os organismos deixaram de existir como objetos de conhecimento, cedendo lugar a componentes bióticos, isto é, tipos especiais de dispositivos de processamento de informação. Veem-se mudanças análogas na ecologia ao se examinar a história e a utilidade do conceito de ecossistema. A imunobiologia e as práticas médicas que lhe são associadas constituem exemplos ricos do privilégio que os sistemas de codificação e de reconhecimento têm como objetos de conhecimento, como construções, por nós, de realidades corporais. A biologia é, nesse caso, uma espécie de criptografia. A pesquisa é necessariamente uma espécie de atividade de inteligência. As ironias abundam. Um sistema estressado fica enlouquecido; seus processos de comunicação entram em colapso; ele deixa de reconhecer a diferença entre o eu e o outro. Os corpos humanos com corações

elementos essenciais: o comando, o controle, a comunicação e inteligência (C³I) – representa, de fato, o que chama de “informática da dominação”: uma nova inflexão nas relações sociais que dilui paulatinamente os espaços de organização social e cultural modernos, aos quais se estruturaram as antigas formas de dominação, bem como as lutas de resistência. Este processo designa, com efeito, “três quebras de fronteiras cruciais da modernidade”: (i) o rompimento da fronteira entre o humano e o animal; (ii) a fissura entre o animal-humano (organismo) e a máquina e (iii) a tênue e imprecisa linha que separa o físico e o não físico.

Dialogando com a autora, estamos, para Santos (2003a), diante da consecução de *desmontagem*⁸¹² de todo o referencial moderno e tradicional, pois a “virada cibernética” vem propiciando o encontro entre o *nível molecular* e a *rede de valorização global* engendrada

de babuínos provocam uma perplexidade ética nacional – tanto para os ativistas dos direitos dos animais quanto para os guardiões da pureza humana. [...] Mas essas incursões nas ciências da comunicação e na biologia têm sido feitas em um nível rarefeito; existe uma realidade mundana, em grande parte econômica, que sustenta minha afirmação de que essas ciências e essas tecnologias indicam, para nós, transformações fundamentais na estrutura do mundo. As tecnologias da comunicação dependem da eletrônica. Os estados modernos, as corporações multinacionais, o poder militar, os aparatos do estado de bem-estar, os sistemas de satélite, os processos políticos, a fabricação de nossas imaginações, os sistemas de controle do trabalho, as construções médicas de nossos corpos, a pornografia comercial, a divisão internacional do trabalho e o evangelismo religioso dependem, estreitamente, da eletrônica. A microeletrônica é a base técnica dos simulacros, isto é, de cópias sem originais. A microeletrônica está no centro do processo que faz a tradução do trabalho em termos de robótica e de processamento de texto, do sexo em termos de engenharia genética e de tecnologias reprodutivas e da mente em termos de inteligência artificial e de procedimentos de decisão. As novas biotecnologias têm a ver com mais coisas do que simplesmente reprodução humana. Como uma poderosa ciência da engenharia para redesenhar materiais e processos, a biologia tem implicações revolucionárias para a indústria, talvez mais óbvias hoje em áreas como fermentação, agricultura e energia. As ciências da comunicação e a biologia caracterizam-se como construções de objetos tecnonaturais de conhecimento, nas quais a diferença entre máquina e organismo torna-se totalmente borrada; a mente, o corpo e o instrumento mantêm, entre si, uma relação de grande intimidade. A organização material “multinacional” da produção e reprodução da vida cotidiana, de um lado, e a organização simbólica da produção e reprodução da cultura e da imaginação, de outro, parecem estar igualmente implicadas nesse processo. As imagens que supõem uma manutenção das fronteiras entre a base e a superestrutura, o público e o privado ou o material e o ideal nunca pareceram tão frágeis. [...] Utilizei a circunlocução “as relações sociais da ciência e da tecnologia” para indicar que não estamos lidando com um determinismo tecnológico, mas com um sistema histórico que depende de relações estruturadas entre as pessoas. Mas a frase deveria também indicar que a ciência e a tecnologia fornecem fontes renovadas de poder, que nós precisamos de fontes renovadas de análise e de ação política”. (HARAWAY, 2009, pps. 64-67).

⁸¹² “Desregulamentação, desmaterialização, descodificação, desterritorialização, desreferenciação, desconstrução – parece que o prefixo “des” se impôs para marcar a tendência dominante de desfazer e desmontar não só as atividades nas mais diversas áreas, como também as disciplinas que as estudavam, e até mesmo o quadro conceitual. [...] a tecnociência vem desqualificando os procedimentos modernos e a maneira de pensar correspondente – tornando obsoletos aparelhos, instrumentos e máquinas, modos de produzir e modos de trabalhar; alternando constantemente nossas relações com a segunda natureza (o universo da tecnosfera); artificializando cada vez mais, até ao absurdo, nossas relações com a natureza; favorecendo o surgimento de novas relações sociais, na medida em que suscita novas regras do jogo que vão produzir novas categorias de incluídos e excluídos. Costuma-se identificar esse processo “des”, como um processo negativo, uma crise; mas ao fazê-lo, na verdade talvez se perca o seu sentido afirmativo e seu caráter único. Ao designar o processo pelo que ele nega e deslegitima pode-se conhecer muita coisa a respeito de seu movimento, mas não a afirmação que a ruptura passa a esboçar e em nome da qual ela se justifica. A questão é, portanto, mais delicada do que parece, pois no fundo as perguntas que se impõem são: Até que ponto e em que plano a tecnociência efetivamente rompe com o passado? Caso se trate de uma ruptura tão drástica a ponto de anular o quadro referencial a partir do qual organizávamos a nossa experiência, com que palavras, com que conceitos pensá-la em sua especificidade?” (SANTOS, 2003a, pps. 81-82).

pelo capital: a articulação da informação digital e genética com o regime jurídico da propriedade intelectual tem permitido ao capital o alcance, ao mesmo tempo, global e molecular, em vias de concretizar sua estratégia de *apropriação absoluta da natureza e da vida por meio da recombinação e da reprogramação de seus componentes*. Em suas palavras:

Estamos passando por uma desmontagem de todo o referencial tradicional e moderno enquanto se começa a construir uma sociedade nova cuja dimensão é, paradoxalmente e ao mesmo tempo, molecular e global. Molecular porque é no nível ínfimo e invisível, no nível da informação digital e/ou genética que se produzem suas maiores realizações; global porque cada transformação molecular operada está destinada a ser incorporada e repercutida por uma rede de valorização planetária⁸¹³.

O que está em jogo é a possibilidade do capitalismo “assenhorar-se da *dimensão virtual* da realidade e não apenas da dimensão da realidade virtual, do ciberespaço”.

Os especialistas que acompanharam a evolução do desenvolvimento tecnocientífico no século XX e o papel central que este passou a ter na dinâmica do capital, a partir da década de 70, sabem que a sociedade ocidental contemporânea encontra-se em plena mutação. O domínio alcançou tamanha extensão e intensidade que hoje a natureza, antes temida, parece vencida, enquanto a própria natureza humana desponta como último território a ser conquistado. Por sua vez, a sociedade passa por um processo acelerado de tecnologização – à reordenação e reprogramação do processo de trabalho em todos os setores, tornada possível pela digitalização crescente dos circuitos de produção, circulação e consumo, veio associar-se a recombinação da vida, tornada possível pela decifração do código genético e os avanços da biotecnologia. Tudo se passa, então, como se uma nova era estivesse se abrindo, ou, mais do que isso, como se tudo fosse passível de questionamento; como se até mesmo a evolução natural das espécies, inclusive a humana, tivesse chegado a seu estado terminal e a história tivesse sido “zerada”, tratando-se, agora, de reconstruir o mundo sobre novas bases. Fredric Jameson já havia observado, em *Postmodernism, or, The cultural logic of late capitalism*, que o capitalismo estava penetrando no inconsciente e na natureza e colonizando-os; mas agora ele parece investir sobre toda criação, inclusive a criação da vida; assim, a nova economia buscaria assenhorar-se da dimensão virtual da realidade e não apenas da dimensão da realidade virtual, do ciberespaço, como tem sido recentemente observado⁸¹⁴.

No domínio da dimensão virtual da realidade, o que importa não são os seres vivos, em si mesmos, mas, sobretudo, as suas *potencialidades*.

A lógica de tais operações parece ser: os seres biológicos – vegetais, animais e humanos – não têm valor em si, como existentes; o que conta é o seu potencial. Pois se os seres contassem, a iniciativa consistiria em tentar salvá-los da extinção, em preservá-los em sua integridade, em protegê-los e ao seu habitat. Mas não é essa a ideia: o foco não estava nos corpos, nos organismos, nos indivíduos, nos seres vivos, e sim nos seus componentes, nas suas virtualidades. A tecnociência e o capital global não estão interessados nos recursos biológicos – plantas, animais e humanos. O que conta é o seu potencial para reconstruir o mundo, porque potencial significa potência no processo de reprogramação e recombinação. Levando a instrumentalização ao extremo, tal estratégia considera tudo o que existe ou existiu como matéria-prima a ser processada por uma tecnologia que lhe agrega valor. Nesse sentido, a única “coisa” que conta na nova ordem é o que pode ser capturado da realidade e traduzido numa nova configuração. A única “coisa” que conta é informação⁸¹⁵.

⁸¹³ Cf. Id, Ibid, p. 81.

⁸¹⁴ Cf. Id, Ibid, pps. 82-83.

⁸¹⁵ Cf. Id, Ibid, pps. 83-84.

O “plano da informação”, portanto, implica na desarticulação de todo o referencial do humanismo moderno, afetando inclusive a noção de trabalho e de produção de conhecimento.

Tudo se passa então como se a biotecnologia, a informática e a nanotecnologia estivessem nos levando a passar para um outro plano – o plano da informação –, no qual é esta, e não mais o homem, que se torna a medida de todas as coisas. Antes de mais nada, essa transformação corrói o referencial do humanismo moderno: o homem não é mais a medida de todas as coisas, porque ao privilegiarmos o plano da informação, ao tomá-la como referência última, passamos a valorizar o molecular, o infra-individual, comprometendo a noção de indivíduo e questionando a de organismo. Quando nos damos conta que na ótica do biotecnólogo uma planta, um animal ou até mesmo o ser humano reduz-se a um pacote de informações – porque o que interessa é o agenciamento das suas informações genéticas – percebemos melhor a mudança de perspectiva. Por outro lado a noção de trabalho e até mesmo a de produção de conhecimento também são profundamente alteradas, agora não pela informação genética mas pela digital. O trabalho vai inscrever-se no *software* dos computadores, cuja capacidade de processar a diferença que faz a diferença na própria cadeia da produção lhe confere uma flexibilidade até então desconhecida; finalmente, o próprio saber é transformado: cada vez mais é reelaboração, reprocessamento, reprogramação e recombinação de conhecimentos já existentes. Os mundos do trabalho, do saber e da vida passam a ser outros⁸¹⁶.

Ademais, este processo se coaduna com as transformações nas *relações de propriedade* surgidas após a década de 1970, a exemplo dos sistemas de propriedade intelectual.

No plano que estamos considerando, e que tende a ser predominante, a informação é a medida de todas as coisas enquanto diferença que faz a diferença. Mas se Simondon e Bateson a consideraram, com razão, de um ponto de vista qualitativo, para o capital global a informação passou a ser medida quantitativa de todas as coisas, a diferença que faz a diferença num sentido puramente quantitativo. E assim como o valor de um homem foi reduzido pelo capitalismo ao valor do trabalho abstrato transferido para a mercadoria, agora o valor da informação passa pela mesma redução, através dos diferentes sistemas de propriedade intelectual. Abrem-se assim um horizonte e um campo de atuação insuspeitados para a apropriação capitalista: o plano molecular do finito limitado no qual, lembrando Deleuze, um número finito de componentes produz uma diversidade praticamente ilimitada de combinações⁸¹⁷.

Tal abertura assevera a necessidade de se encontrar uma formulação jurídica capaz de permitir ao capital o acesso e o controle da informação nos planos molecular e global.

Gregory Bateson definiu informação como “a diferença que faz a diferença”; na concepção de Gilbert Simondon, ela é o germe que opera a passagem da dimensão virtual da realidade para a sua dimensão atual, possibilitando a individuação tanto da matéria inerte quanto dos seres vivos e do objeto técnico. Se mantivermos isso em mente e entendermos que a questão do acesso aos recursos genéticos refere-se à informação genética e à informação digital, perceberemos que para a tecnociência e a nova economia o problema consiste em encontrar uma formulação jurídica que lhes permita assegurar o acesso e o controle da informação nos dois extremos, isto é, nos planos molecular e global. Só para lembrar: em escala internacional, a questão da manipulação biotecnológica e a da criação de *softwares* foram resolvidas através da proteção das inovações pelo regime de propriedade intelectual, tal como podemos

⁸¹⁶ Cf. Id, Ibid, pps. 86-87.

⁸¹⁷ Cf. Id, Ibid, p. 87.

ler nos acordos Gatt-Trips⁸¹⁸, da Organização Mundial de Comércio. Na era da informação, a inovação é entendida em termos de processamento e modulação de informações. A inovação ocorre no plano molecular, e consiste frequentemente numa reconfiguração de componentes digitais e genéticos, mas também numa “tradução” dos conhecimentos tradicionais e modernos num novo paradigma. Por isso mesmo, Trips, ao proteger a inovação contemporânea, protege o valor informacional dos produtos e processos manipulados pela biotecnologia e pela tecnologia da informação; mas não pode proteger outros valores, como os valores de uso modernos e tradicionais, e nem os valores ontológicos, porque eles não cabem no sistema⁸¹⁹.

Por essa razão, o autor tem chamado a atenção para a importância de se pensar a relação entre a tecnociência e a política na sociedade contemporânea, isto é, a imprescindibilidade de se *politizar* as novas tecnologias⁸²⁰.

Aceitando o pressuposto de que há uma revolução tecnológica e de que é preciso pensar sua articulação com a luta pelo socialismo, minha intervenção não pretende trazer respostas e soluções, mas sim problematizar as relações entre tecnologia e política na sociedade contemporânea e apontar questões que, a meu ver, não estão sendo tratadas com a devida atenção pela esquerda brasileira. [...] Minha hipótese, portanto, é que para perceber o mundo que está sendo construído não basta compreender a plena incorporação da cultura ao sistema de mercado. Mais importante do que a transformação desta em mercadoria parece ser a “virada cibernética”, que selou a aliança entre o capital e a ciência e a conferiu à tecnociência a função de motor de uma acumulação que vai tomar todo o mundo existente como matéria-prima à disposição do trabalho tecnocientífico⁸²¹.

Mais à frente, sintetiza seu argumento:

Ora, é possível compreender todo esse deslocamento por meio da importância ascendente da informação, tal como é aqui entendida. Com efeito, como germe que atualiza a potência do virtual, ela é o operador da passagem de uma dimensão da realidade para outra, se lembrarmos que a dimensão atual da realidade é a dimensão do existente, ao passo que a dimensão virtual é a do que existe enquanto potência. Assim, é a informação que permite ao capital global e à tecnociência passarem da dimensão atual da realidade para a sua dimensão virtual. Agora se torna possível investir sobre toda criação, inclusive a criação da vida. Sabemos que por meio da privatização das telecomunicações, da colonização das redes e do próximo loteamento do campo eletromagnético, o capital global busca controlar o acesso e a exploração do ciberespaço; mas nos esquecemos de que a ambição maior da nova economia é assenhorear-se da dimensão virtual da realidade, e não apenas da dimensão da realidade virtual, do ciberespaço, como tem sido observado. Se tivermos em mente que a dimensão virtual da realidade começa a ser mais

⁸¹⁸ O Acordo TRIPS (*Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*) – *Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio* – é um tratado internacional que integra um conjunto de acordos assinados em 1994, encerrando a Rodada do Uruguai, e promulgando a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC). O TRIPS foi negociado no âmbito da Rodada do Uruguai através do Acordo Geral de Tarifas e Troca (GATT).

⁸¹⁹ Cf. Id, Ibid, pps. 87-88.

⁸²⁰ Assim nos diz: “[...] defendo a idéia de que é preciso sim discutir politicamente a tecnologia e conhecer as opções tecnológicas possíveis para evitar que elas nos sejam apresentadas como inexoráveis e enfiadas por nossa goela abaixo. Dentro da esquerda, precisamos deixar de lado a ingenuidade quanto ao papel progressista da tecnociência no capitalismo contemporâneo”. (SANTOS, 2003b, p. 33). Em outra passagem: “É claro que existem brechas dentro dos sistemas, é claro que temos de aproveitá-las, mas é importante ter em mente que a tecnologia não é neutra – para ganhar a batalha não basta só inverter o sinal, quer dizer, pôr a tecnologia para trabalhar para nós, se antes ela trabalhava contra nós; não basta, por exemplo, desapropriar os meios de produção, como se pensava”. (Id, Ibid, pps. 74-75).

⁸²¹ Cf. Id, Ibid, pps. 9-11.

importante em termos econômicos do que a sua dimensão atual, teremos uma idéia melhor do sentido da corrida tecnológica. Aliado à tecnociência, o capitalismo tem a ambição de apropriar-se do futuro⁸²².

Apropriar-se do futuro: este é o marco geral assumido pela acumulação e reprodução do capital na nova morfologia tipificada, a partir da década de 1970, no imperialismo capitalista. Desde meados dos anos 1980, podemos observar um diagnóstico comum, envolvendo um amplo conjunto de autores e analistas, sobre o significado desta mudança crucial. Entretanto, será apenas no ano simbólico de 1989 que tal diagnóstico se mostrará mais notório: estamos diante de uma *aceleração da vida social* e de um *rebaixamento do horizonte de expectativas*. Seria o “fim da história”, a crise da modernidade, a crise da noção de progresso ou, em termos ainda mais trágicos, o sinal de alerta para o potencial destrutivo alcançado pelo próprio capitalismo? Vejamos, sumariamente, esta discussão.

Como já indicamos, as interpretações acerca das transformações ocorridas na década de 1970, e cristalizadas nos anos 1990, assumiram uma vastidão de contornos e direções, como demonstramos nas seções anteriores da tese. Um dos caminhos tomados pelo debate público e pela literatura referiu-se a ideia da crise do capitalismo. Já no início dos anos 1970, Wallerstein e Mészáros formularam a tese sobre a crise sistêmica do sistema-mundo moderno, ou então, a crise estrutural do capital. No entanto, será ao longo dos anos de 1990 e, principalmente, na década de 2000, que a discussão sobre a crise se sobressai, especialmente depois da crise de 2008.

Wallerstein, em sua obra *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista* (1995), retoma a concepção de capitalismo histórico - desenvolvida em *The Modern World-System I* (1974) -, segundo a qual se trata de um sistema social histórico baseado na acumulação incessante de capital⁸²³, que engendra a mercantilização de inúmeros processos⁸²⁴. E a razão

⁸²² Cf. Id, Ibid, p. 18.

⁸²³ “O capitalismo é, em primeiro lugar e principalmente, um sistema social histórico. Para entender suas origens, formação e perspectivas atuais, precisamos examinar sua configuração real. Podemos tentar captá-la por meio de um conjunto de afirmações abstratas, mas seria tolo usá-las para avaliar e classificar a realidade. Por isso, tentarei descrever o que o capitalismo tem sido na prática, como tem funcionado como sistema, por que se desenvolveu das maneiras como se desenvolveu e qual é seu rumo atual. A palavra capitalismo vem de capital. É legítimo, pois, presumir que o capital seja o elemento-chave do capitalismo. Mas o que é capital? Em certa acepção, é riqueza acumulada. Porém, quando usado no contexto do capitalismo histórico, o conceito tem uma definição mais específica. Não é somente o estoque de bens consumíveis, de máquinas ou de demandas reconhecidas (ou seja, que se expressam sob forma de dinheiro) de coisas materiais. É dar o que o capital continua a referir-se, no capitalismo histórico, à acumulação dos resultados do trabalho passado, ainda não consumidos; mas se isto fosse tudo, poder-se-ia dizer que todos os sistemas, desde o do homem de Neanderthal, teriam sido capitalistas; todos possuíam, em algum grau, estoques que materializavam o trabalho passado. Algo distingue o sistema social que estamos chamando de capitalismo histórico: nele, o capital passou a ser usado (investido) de maneira especial, tendo como objetivo, ou intenção primordial, a auto-expansão. Nesse sistema, o que se acumulou no passado só é “capital” na medida em que seja usado para acumular mais da mesma coisa”. (WALLERSTEIN, 2001, p. 13).

de sua longevidade incide no caráter sedutor⁸²⁵, adquirido pela civilização capitalista, em face da crença associada à noção de progresso. Logo, é fundamental asseverar o diagnóstico de que a civilização capitalista moderna, erigida pelo capitalismo histórico, encontra-se bastante *distante* da sedutora imagem atribuída a esta expectativa de triunfo pleno de realização da perfectibilidade humana⁸²⁶: a crise sistêmica do sistema-mundo moderno é, sobretudo, a expressão do florescimento completo do capitalismo histórico, que significa precisamente: (i) a aceleração da mercantilização de tudo, (ii) a crescente força mundial dos movimentos anti-sistêmicos e (iii) a noção de progresso na racionalização do pensamento humano⁸²⁷.

⁸²⁴ “No anseio de acumular cada vez mais capital, os capitalistas buscaram mercantilizar cada vez mais esses processos sociais presentes em todas as esferas da vida econômica. Como o capitalismo é centrado em si mesmo; nenhuma relação social permaneceu intrinsecamente isenta de uma possível inclusão. O desenvolvimento histórico do capitalismo envolveu o impulso de mercantilizar tudo”. (Id, Ibid, p. 15).

⁸²⁵ “A civilização capitalista mundial é um mundo polarizado e polarizante. Como sobreviveu tanto tempo? É aqui que irrompe o debate público sobre o balanço. O que preservou o sistema até hoje foi a esperança em reformismos incrementais, na superação final do fosso. O próprio debate alimentou duplamente essa esperança. A afirmação das virtudes serviu para persuadir muitas pessoas dos benefícios de longo prazo do sistema. E a discussão dos vícios fez com que muitos sentissem que podiam se organizar com eficácia para levar a cabo transformações políticas. A civilização capitalista não tem sido somente uma civilização bem-sucedida. Acima de tudo, tem sido uma civilização sedutora. Tem conseguido seduzir até suas vítimas e oponentes”. (Id, Ibid, p. 119).

⁸²⁶ “Se há uma ideia associada ao mundo moderno, é a noção de progresso. Isso não quer dizer que todos acreditaram e acreditam no progresso. No grande debate público entre conservadores e liberais - que em parte precedeu, mas, mais especificamente, seguiu-se à Revolução Francesa -, a essência da posição conservadora estava em duvidar que as mudanças em curso na Europa e no mundo pudessem ser consideradas progresso, ou mesmo se progresso era de fato um conceito significativo. Como sabemos, foram os liberais que anunciaram a nova era e encarnaram o que seria chamado, no século XIX, de ideologia dominante da longa economia mundial capitalista. Não é surpreendente que os liberais acreditem no progresso. A ideia de progresso justificou a transição do feudalismo para o capitalismo. Legitimou que a oposição remanescente à mercantilização de tudo fosse destruída e permitiu descartar os aspectos negativos do capitalismo com base na noção de que os benefícios superavam em muito os prejuízos. Logo, não é surpreendente que os liberais acreditassem no progresso. Surpreendente é que seus oponentes ideológicos, os marxistas - antiliberais, representantes das classes trabalhadoras oprimidas -, acreditassem no progresso com, pelo menos, a mesma paixão. Não há dúvida: essa crença serviu a um importante propósito ideológico. Justificou as atividades do movimento socialista mundial, com base na noção de que ele encarnava a tendência inevitável do desenvolvimento histórico. Além disso, parecia muito inteligente propor essa ideologia, na medida em que significava usar a ideologia dos burgueses liberais para confundi-los. Infelizmente, há duas insuficiências menores no abraço aparentemente astuto e certamente entusiástico a essa fé secular no progresso. Ao mesmo tempo em que a ideia de progresso justificava o socialismo, também justificava o capitalismo. Era difícil aclamar o proletariado sem antes prestar homenagens à burguesia. Os famosos escritos de Marx sobre a Índia, e também o *Manifesto comunista*, oferecem amplas evidências disso. Além disso, sendo materialista a medida do progresso (e poderiam os marxistas não afirmá-lo?), a ideia de progresso podia voltar-se, como se voltou nos últimos cinquenta anos, contra todas as “experiências socialistas”. Quem não ouviu denúncias de que na União Soviética os níveis de vida eram inferiores aos dos Estados Unidos? A adesão marxista ao modelo evolucionário de progresso tem sido uma enorme armadilha, da qual os socialistas só começaram a desconfiar recentemente, como um elemento da crise ideológica que é parte da crise estrutural global da economia mundial capitalista. Não é verdade que o capitalismo como sistema histórico tenha representado um progresso em relação aos vários sistemas históricos anteriores que ele destruiu ou transformou. Ao escrever isso, sinto o tremor que acompanha o sentido de blasfêmia que essa noção comporta. Temo a ira dos deuses, pois fui moldado na mesma forja ideológica de todos os meus companheiros e rezei nos mesmos santuários”. (Id, Ibid, pps. 83-84).

⁸²⁷ “O perigo real ocorre precisamente agora, quando o capitalismo histórico se aproxima do seu florescimento mais completo - a mercantilização de tudo, a crescente força da família mundial dos movimentos anti-sistêmicos, o progresso na racionalização do pensamento humano. Esse florescimento completo do capitalismo histórico é, precisamente, o que vai acelerar seu colapso. Ele existiu até aqui porque sua lógica só se realizou parcialmente.

Tal compreensão torna-se, de certa forma, respaldada na ideia de Mészáros (1994), quando este traz à tona o traço incontrollável do sistema orgânico de reprodução sociometabólica do capital, elevando-se ao atingimento de seus limites absolutos e destrutivos. A crise estrutural é vista como reveladora da tendência ao colapso do próprio sistema do capital, portanto, não há qualquer *ilusão* acerca do desenvolvimentismo das forças produtivas. Löwy (2004) reitera este argumento ao nos chamar à atenção sobre a necessidade de rompermos definitivamente com esta tormenta e, podemos acrescentar ainda Latour (1991), que corrobora este diagnóstico, apontando a dupla tragédia escorada no *produtivismo*: a dos socialistas, experimentada pela URSS, e a das democracias liberais do Ocidente⁸²⁸.

Enquanto e porque o sistema está desmoronando, o trem das forças de transição vai ficar cada vez mais atraente, fazendo com que o resultado se torne cada vez mais incerto. A luta por liberdade, igualdade e fraternidade foi prolongada, camaradas, e seu *locus* estará situado, cada vez mais, dentro da família mundial das próprias forças anti-sistêmicas. O comunismo é Utopia, um lugar que não há. É a transfiguração de todas as nossas escatologias religiosas: a vinda do Messias, a segunda vinda de Cristo, o nirvana. Não é uma perspectiva histórica, mas uma mitologia corrente. O socialismo, ao contrário, é um sistema histórico realizável, que um dia poderá ser instituído no mundo. Não há interesse em um socialismo que reivindique ser um momento "temporário" da transição para uma Utopia. Só há interesse num socialismo histórico concreto, que corresponda às características definidoras mínimas de um sistema histórico que maximize a igualdade e a fraternidade, que aumente o controle da humanidade sobre sua própria vida (democracia) e que liberte sua imaginação". (Id, Ibid, p. 94).

⁸²⁸ "Ao tentar acabar com a exploração do homem pelo homem, o socialismo multiplicou-a indefinidamente. Estranha dialética esta que ressuscita o explorador e enterra o coveiro após haver ensinado ao mundo como fazer uma guerra civil em grande escala. O recalcado retorna e retorna em dobro: o povo explorado, em nome do qual a vanguarda do proletariado reinava, volta a ser um povo; as elites com seus longos dentes, que pareciam ser desnecessárias, voltam com toda força para retomar, nos bancos, nos comércios e nas fábricas seu antigo trabalho de exploração. O Ocidente liberal não se contém de tanta alegria. Ele ganhou a guerra fria. Mas este triunfo dura pouco. Em Paris, Londres e Amsterdã, neste mesmo glorioso ano de 1989, são realizadas as primeiras conferências sobre o estado global do planeta, o que simboliza, para alguns observadores, o fim do capitalismo e de suas vãs esperanças de conquista ilimitada e de dominação total sobre a natureza. Ao tentar desviar a exploração do homem pelo homem para uma exploração da natureza pelo homem, o capitalismo multiplicou indefinidamente as duas. O recalcado retorna e retorna em dobro: as multidões que deveriam ser salvas da morte caem aos milhões na miséria; as naturezas que deveriam ser dominadas de forma absoluta nos dominam de forma igualmente global, ameaçando a todos. Estranha dialética esta que faz do escravo dominado o mestre e dono do homem, e que subitamente nos informa que inventamos os ecocídios e ao mesmo tempo as fomes em larga escala. A simetria perfeita entre a queda do muro da vergonha e o desaparecimento da natureza ilimitada só não é vista pelas ricas democracias ocidentais. De fato, os socialismos destruíram ao mesmo tempo seus povos e seus ecossistemas, enquanto que os do Ocidente setentrional puderam salvar seus povos e algumas de suas paisagens destruindo o resto do mundo e jogando os outros povos na miséria. Dupla tragédia: os antigos socialismos pensam poder remediar seus dois problemas imitando o Oeste; este acredita ter escapado aos dois e poder, na verdade, ensinar lições enquanto deixa morrer a Terra e os homens. Acredita ser o único a conhecer o truque que permite ganhar sempre, justamente quando talvez tenha perdido tudo. Após esta dupla digressão cheia de boas intenções, nós, modernos, aparentemente perdemos um pouco de confiança em nós mesmos. Teria sido melhor não tentar acabar com a exploração do homem pelo homem? Teria sido melhor não tentar tornar-se mestre e dono da natureza? Nossas mais altas virtudes foram colocadas a serviço desta tarefa dupla, uma do lado da política, outra do lado das ciências e tecnologias. E no entanto nos voltariamos tranquilamente para nossa juventude entusiasta e comportada, da mesma forma como os jovens alemães se voltam para seus pais grisalhos: "A que ordens criminosas estávamos obedecendo?" "Poderemos dizer que não sabíamos?" Esta dúvida sobre o bom fundamento das boas intenções faz com que alguns de nós tenham se tornado reacionários de duas formas diferentes: é preciso não mais querer acabar com a dominação do homem pelo homem, dizem alguns; é preciso não mais tentar dominar a natureza, dizem os outros. Sejamos definitivamente anti-modernos, dizem todos. Por outro lado, a expressão vaga de pós-modernismo resume bem o ceticismo mal resolvido daqueles que recusam estas duas reações. Incapazes de acreditar nas promessas duplas do socialismo e do "naturalismo", os pós-modernos também evitam duvidar totalmente delas. Ficam suspensos entre a dúvida e a crença, enquanto

No campo liberal e conservador, por sua vez, o progressismo é “relativizado”. A defesa da ordem social é tomada pelos neoliberais, libertários e neoinstitucionalistas na condição de ser a única possível a garantir a sobrevivência do maior número de pessoas, ao mesmo tempo em que preserva a liberdade individual através da manutenção da propriedade privada e da lógica do mercado, enquanto norma das relações sociais. A imposição da sociedade capitalista a um ritmo e a um tipo de vida acelerado aos indivíduos, permeado por mudanças imprevisíveis e pela corrosão célere dos laços comuns, resilientes nos antigos modos de vida e em suas subjetividades, coloca a exigência da construção de um novo ser humano, adaptado aos requisitos da sociedade de mercado e às suas normas e regras que promovem a concorrência em todas as esferas da vida social imbricada com o papel sinalizador estabelecido pelos preços.

Nesse sentido, o neoconservador Fukuyama (1992) conclama pelo “último homem”, diante do processo histórico que culminou não no comunismo, mas na democracia liberal burguesa: o fim do próprio homem advém com o *desaparecimento dos grandes feitos*, pois “o fim da história traduz-se no fim das guerras e revoluções sangrentas. Os homens de acordo aos objetivos não teriam grandes razões para lutar. A atividade econômica satisfaria as suas necessidades, pelo que já não teriam de arriscar a vida em batalhas⁸²⁹”.

A crise do progressismo, portanto, é evidenciada após a queda do muro de Berlim: a crença no progresso, o paradigma do desenvolvimento incessante das forças produtivas, a produção material baseada na exploração predatória da natureza e em suas organizações produtivas similares (em busca da máxima eficiência) projetaram, aos dois lados da trincheira, a generalização e a intensificação da lógica fundamental que sustenta a sociedade produtora de mercadorias. Seu desfecho mostrou-se clarividente: *a destruição do passado, o aprisionamento da vida social no presentismo (ou no presente contínuo) e a busca por antecipar permanentemente o futuro inatingível*. Cabe então analisar este processo de aceleração da vida social e de redefinição em termos de passado, presente e futuro.

esperam o fim do milênio. Enfim, aqueles que rejeitam o obscurantismo ecológico ou o obscurantismo anti-socialista, e que não ficam satisfeitos com o ceticismo dos pós-modernos, decidem continuar como se nada ocorresse e permanecem decididamente modernos. Continuam acreditando nas promessas das ciências, ou nas da emancipação, ou nas duas. Contudo, sua crença na modernização hoje não soa muito bem nem na arte, nem na economia, nem na política, nem na ciência, nem na técnica. Nas galerias de arte, assim como nas salas de concertos, ao longo das fachadas dos imóveis assim como nos institutos de desenvolvimento, é possível sentir que o espírito da coisa não está mais presente. A vontade de ser moderno parece hesitante, algumas vezes até mesmo fora de moda. Quer sejamos anti-modernos, modernos ou pós-modernos, somos todos mais uma vez questionados pela dupla falência do miraculoso ano de 1989. Mas iremos retomar nossa linha de pensamento se considerarmos este ano justamente como uma dupla falência, como duas lições cuja admirável simetria nos permite compreender de outra forma todo nosso passado. E se jamais tivermos sido modernos? A antropologia comparada se tornaria então possível. As redes encontrariam um lar”. (LATOUR, 1994, pps. 13-15).

⁸²⁹ Cf. FUKUYAMA, 1992, p. 300.

Acreditamos que, a partir desta discussão, podemos destacar nossa concepção de *crise histórica* do capitalismo, desdobrada em relação aos aportes da crise estrutural ou sistêmica.

De acordo com o trabalho do historiador alemão Reinhart Koselleck, em seu *Vergangene Zukunft - Zur Semantik geschichtlicher Zeiten* (1979), traduzido em português, em 2006, sob o título *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, a modernidade carrega consigo uma experiência de temporalidade de aceleração do tempo, enquanto potência que impulsiona mudanças sociais, associado a uma nova forma de vivenciar o próprio tempo e projetar expectativas⁸³⁰. Dividida em três partes – Parte I: *Sobre a relação entre passado e futuro na história moderna*; Parte II: *Sobre a teoria e o método da determinação do tempo histórico* e Parte III: *Sobre a semântica histórica da experiência* – esta obra compõe um conjunto de catorze ensaios que reúnem as principais contribuições do autor. Na parte I, a análise do afresco de Albrecht Altdorfer, “*Batalha de Alexandre*”⁸³¹ -

⁸³⁰ Assim nos expõe sua hipótese: “A hipótese que se apresenta aqui é a de que, no processo de determinação da distinção entre passado e futuro, ou, usando-se a terminologia antropológica, entre experiência e expectativa, constitui-se algo como um “tempo histórico”. É próprio das circunstâncias biologicamente determinadas do ser humano que, com o envelhecimento, também a relação com a experiência e a expectativa se modifiquem, seja por meio do recrudescimento de uma e desaparecimento da outra, seja por meio de um mecanismo em que ambas se compensem mutuamente, seja ainda pela constituição de horizontes situados além da biografia de cada um, que ajudem a relativizar o tempo finito de uma vida individual. Mas a relação entre passado e futuro alterou-se, de forma evidente, também na seqüência das gerações históricas. Nos estudos que se seguem, evidencia-se como um resultado constante o fato de que, à medida que o homem experimentava o tempo como um tempo sempre inédito, como um “novo tempo” moderno, o futuro lhe parecia cada vez mais desafiador. É por isso que nossa investigação incide particularmente sobre um determinado tempo presente e sobre o tempo que se lhe apresentava então como o futuro, ora para nós já decorrido. E, se no cômputo da experiência subjetiva, o futuro parece pesar aos contemporâneos por ele afetados, é porque um mundo técnica e industrialmente formatado concede ao homem períodos de tempo cada vez mais breves para que ele possa assimilar novas experiências, adaptando-se assim a alterações que se dão de maneira cada vez mais rápida. Sob o ponto de vista dessas investigações, mantém-se inalterada a importância das condições de longa duração que se perpetuam desde o passado, condições que, aparentemente, caíram no esquecimento. Esclarecê-las é tarefa da história estrutural, à qual os seguintes estudos pretendem ter dado sua contribuição”. (KOSELLECK, 2006, p. 16). Segue salientando: “No que diz respeito à metodologia, as investigações concentram-se na semântica dos conceitos fundamentais que plasmaram a experiência histórica do tempo. O conceito coletivo de história [*Geschichte*], forjado no século XVIII, tem aqui um significado predominante. Por meio desse conceito é possível demonstrar que certos mecanismos e formas de elaboração da experiência só puderam emergir a partir do advento da história [*Geschichte*] vivenciada como um tempo novo, inédito. Nosso conceito moderno de história [*Geschichte*] resultou da reflexão iluminista sobre a crescente complexidade da “história de fato” ou da “história em si” [*“Geschichte überhaupt”*], na qual os pressupostos e condições da experiência escapam, de forma crescente, a essa mesma experiência. Isso é válido tanto para a história universal de longo alcance geográfico, contida no conceito moderno de “história em si” ou “história de fato”, quanto para a perspectiva temporal na qual passado e futuro realinham-se recíproca e alternadamente, de maneira contínua. Esta última tese, disseminada ao longo de todo o livro, constitui o objetivo final da categoria da temporalização. As análises englobam inúmeros conceitos como revolução, acaso, destino, progresso ou desenvolvimento, conceitos capazes de complementar o próprio conceito de história [*Geschichte*]. Também abordaremos os conceitos do campo semântico referente às Constituições de Estado, tanto no seu significado temporal próprio quanto no que diz respeito às transformações desses significados. Por fim, investigaremos as categorias de tempo determinadas pela ciência, assim como as marcações de época determinadas pelos historiadores, marcações que tenham registrado — e eventualmente favorecido — uma transformação da experiência”. (Id, Ibid, pps. 16-17).

⁸³¹ A “Batalha de Issus”, retratada na tela, apresenta a batalha de macedônios contra os persas, ocorrida em 333 a.C., onde o rei macedônio Alexandre, o Grande, venceu Dario III, o rei dos persas. Na interpretação de Koselleck (2006), a pintura refere-se a um importante acontecimento da antiguidade que guarda semelhanças

produzido em 1529, na condição de uma encomenda ao duque Guilherme IV da Baviera - comentado, trezentos anos depois, pelo poeta alemão Friedrich Schengel, como sendo “a mais sublime aventura da antiga cavalaria”⁸³², suscitou em Koselleck a seguinte indagação: nos três séculos que separam Altdorfer de Schengel qual foi a “nova qualidade adquirida pelo tempo histórico”? Eis sua tese:

[...] observa-se, nesses séculos, uma temporalização da história, em cujo fim se encontra uma forma peculiar de aceleração que caracteriza a nossa modernidade. Nossas indagações serão dirigidas à especificidade do assim chamado início dos tempos modernos. Para isso, nos limitaremos à perspectiva que se descortina a partir daquele futuro concebido pelas gerações passadas; dito mais concisamente, a partir do futuro passado⁸³³.

Tal *temporalização* da história atesta o surgimento da modernidade atrelado à emergência das ideias iluministas que, paulatinamente, conseguiram sucumbir “o campo da formação e da decisão políticas” e “as renitentes esperanças religiosas para o futuro”, ao longo da “desagregação da igreja”, de cujas predições cristãs, para o fim do mundo, foram suplantadas pelo curso das coisas mundanas, através de um “tempo diferente e novo inaugurado”: os tempos modernos⁸³⁴. Em torno deste expediente histórico, o “advento da filosofia da história” figura com duas noções fundamentais que asseveram o surgimento da modernidade: o futuro inédito e o tempo passível de aceleração.

O tempo que assim se acelera a si mesmo rouba ao presente a possibilidade de se experimentar como presente, perdendo-se em um futuro no qual o presente, tornado impossível de se vivenciar, tem que ser recuperado por meio da filosofia da história. Em outras palavras, a aceleração do tempo, antes uma categoria escatológica, torna-se, no século XVIII, uma tarefa do planejamento temporal, antes ainda que a técnica assegurasse à aceleração um campo de experiência que lhe fosse totalmente adequado⁸³⁵.

com a atualidade, revelando assim sua contemporaneidade. Em primeiro lugar, no alto centralizado do quadro, encontra-se um dado estatístico indicando o número de mortos na batalha, entretanto, não se verifica o ano da mesma, deixando em aberto sua atemporalidade. Em segundo lugar, a Batalha de Issus representa a cosmovisão da cristandade apoiada na ideia da passagem do segundo para o terceiro império temporal, que seriam sucedidos pelo quarto e último, o Sacro Império Romano. Como nos diz: “Os contemporâneos de Altdorfer esperavam a ocorrência de eventos análogos, para que ocorresse o fim do mundo. Em outras palavras, o quadro de Altdorfer tinha caráter escatológico. A batalha de Alexandre era atemporal como modelo, como figura ou arquétipo de uma luta final entre Cristo e Anticristo; os que lutavam ali eram contemporâneos de todos aqueles que viveram aguardando o Juízo Final”. (Id, Ibid, p. 24).

⁸³² Para Koselleck (2006), tal apreciação demonstra a distância histórica e crítica da obra, distinguindo-a do seu próprio tempo e do tempo em que o próprio artista o fez, pois este deslocamento de perspectiva entre passado e futuro é típico da modernidade.

⁸³³ Cf. Id, Ibid, p. 23.

⁸³⁴ “A partir de então se tornara possível referir-se ao passado como uma Idade Média. Os próprios conceitos – a tríade Antiguidade, Idade Média e Idade Moderna – já se encontravam disponíveis desde o Humanismo, mas foram gradativamente disseminados para a história [*Historie*] apenas a partir da segunda metade do século XVII. Desde então, o homem passou a viver na modernidade, estando ao mesmo tempo consciente de estar vivendo nela”. (Id, Ibid, p. 31).

⁸³⁵ Cf. Id, Ibid, p. 37.

Logo, a modernidade impõe uma *nova forma* de relacionamento dos seres humanos com o tempo e com a própria história: a noção de tempo assenta-se na ideia de progresso⁸³⁶ e a noção tradicional de história (*historia magistral vitae*) é substituída pela terminologia da nova história (*Geschichte*). Já o conceito de “revolução” assume, após 1789, uma nova acepção: a nova consciência do tempo indica que o tempo histórico é uma criação e, portanto, está sujeito a modificações ao longo da própria história, ou seja, é possível vislumbrar a ideia de uma transformação social radical no seio da própria sociedade⁸³⁷.

Na parte II, Koselleck se debruça sobre a teoria e o método da determinação do tempo histórico. Aponta, inicialmente, que a história dos conceitos e a história social apresentam em comum o fato de precisarem destacar quando um conceito em específico passou a ser adotado de forma abrangente, permitindo uma modificação social e política de grande espectro: a

⁸³⁶ “Afinal, o que havia de novo nas previsões de futuro características da idéia de progresso? O não-advento do fim do mundo tinha consolidado a Igreja e, com isso, consolidara também um tempo estático, perceptível como tradição. Também o prognóstico político tinha uma estrutura temporal estática, enquanto operasse com grandezas naturais, cuja capacidade potencial de repetição constituía o caráter circular de sua história. O prognóstico implica um diagnóstico capaz de inscrever o passado no futuro. Por essa qualidade futura continuamente garantida ao passado é possível tanto assegurar quanto limitar o espaço de manobra do Estado. A medida que o passado só pode ser experimentado porque ele mesmo contém um elemento de futuridade — e vice-versa —, a existência política do Estado é tributária de uma estrutura temporal que pode ser entendida como uma capacidade estática de movimentação. Assim, o progresso descortina um futuro capaz de ultrapassar o espaço do tempo e da experiência tradicional, natural e prognosticável, o qual, por força de sua dinâmica, provoca por sua vez novos prognósticos, transnaturais e de longo prazo. O futuro desse progresso é caracterizado por dois momentos: por um lado, pela aceleração com que se põe à nossa frente; por outro lado, pelo seu caráter desconhecido. Pois o tempo que se acelera em si mesmo, isto é, a nossa própria história, abrevia os campos da experiência, rouba-lhes sua continuidade, pondo repetidamente em cena mais material desconhecido, de modo que mesmo o presente, frente à complexidade desse conteúdo desconhecido, escapa em direção ao não-experimentável. Essa situação começa a se delinear já mesmo antes da Revolução Francesa”. (Id, Ibid, p. 36).

⁸³⁷ “Que características definem o campo semântico do termo revolução depois de 1789? [...] Em primeiro lugar, deve-se registrar como inédito o fato de que a “revolução” transformou-se, a partir de 1789, em um “coletivo singular”. [...] É assim que revolução torna-se um *conceito meta-histórico*, separando-se completamente de sua origem natural e passando a ter por objetivo ordenar historicamente as experiências de convulsão social. [...] É preciso mencionar, em segundo lugar — pois é impossível ignorá-la —, a experiência de *aceleração do tempo*. [...] Em terceiro lugar, deve-se reconhecer que todos os prognósticos lançados a partir de 1789 caracterizam-se pelo fato de que contêm um coeficiente dinâmico ao qual se atribui um caráter “revolucionário”, seja qual for sua origem”. [...] Em quarto lugar, por meio desse contínuo adiamento das perspectivas futuras, alterou-se também a perspectiva em direção ao passado. [...] Em quinto lugar, o conceito moderno de revolução distingue-se ainda pelo trajeto, ou seja, a *passagem da revolução política à revolução social*. [...] Com isso, chegamos ao nosso sexto ponto, o qual resulta diretamente da passagem de uma revolução política a uma revolução social. [...] Em outras palavras, todas as variações moderna do termo “revolução” pretenderam, do ponto de vista geográfico, uma *revolução universal* e, do ponto de vista temporal, uma revolução *permanente*, até que seus objetivos fossem cumpridos. [Em sétimo lugar], se, por um lado, a revolução foi até aqui descrita como uma categoria meta-histórica, que ajudou a determinar os sucessos industriais e sociais como um processo de aceleração, por outro lado essa mesma intervenção mostra-se como uma reivindicação consciente de dominação por parte daqueles que se viram iniciados nas leis de progressividade de uma revolução entendida como tal. [Em oitavo lugar], por trás dessa combinação que uma revolução em curso realiza e deve realizar, encontra-se o critério que destacamos em último lugar: a *legitimidade* da revolução. [...] O conceito de uma revolução legítima tornou-se necessariamente um conceito partidário no campo da filosofia da história, uma vez que sua pretensão à generalidade alimenta-se de seus antônimos, a “reação” e a “contra-revolução”. Se, em princípio, até mesmo os que se opunham à revolução a reivindicavam, ela, uma vez legitimada, reproduziu continuamente seus inimigos, de modo a perpetuar-se”. (Id, Ibid, pps. 69-77).

história social não deve prescindir da história dos conceitos, de “cujas premissas teóricas exigem proposições de caráter estrutural”. Em seguida, nos diz que a distinção entre palavra e conceito está conexa com a problemática da singularidade do conceito: os eventos só podem ser narrados *pari passu* às descrições das estruturas, apreendendo, ao mesmo tempo, a interdependência dos eventos e a intersubjetividade do decurso das ações⁸³⁸.

Entretanto, aqui residem, pelo menos, duas complicações: (i) a compreensão da dinâmica das estruturas não pode ser esvaziada em face do uso apenas das narrativas, mas, depende do nível estrutural admitido, entre estrutura e evento, ou seja, em um grau muito amplo de abstração, o movimento da história também não pode ser narrado. Além disso, no movimento histórico, estrutura e evento adquirem distintas extensões temporais. Coloca-se, então, a necessidade de se perquirir a aproximação dos conceitos de evento, estrutura e história com uma teoria capaz de compreender e conceitualizar o passado⁸³⁹ e (ii) a modernidade assevera a *assimetria* entre futuro e passado, fazendo crescer paulatinamente o *hiato* entre estas duas noções. Ao historiador, é crucial a adoção de uma teoria da história concatenada à realidade das fontes: elas precisam fundamentar a articulação de uma série de

⁸³⁸ “[...] em virtude de quais categorias a história, em seu sentido moderno, pode ser diferenciada daquelas regularidades identificadas em processos passíveis de repetição [...]”? Para responder esta pergunta temos que introduzir na nossa hipótese coeficientes de movimento e de aceleração que não derivam mais — como antes — da expectativa do juízo Final, mas que sejam adequados a um mundo cada vez mais transformado e transformável pela técnica. Nosso moderno conceito de história contribuiu para a consolidação das determinações especificamente histórico-temporais de progresso e de regressão, de aceleração e de retardamento. Por meio do conceito “história em si e para si” o moderno campo de experiência foi apreendido assim, como moderno, sob diferentes pontos de vista. O conceito se articula como um *pluralc tantum* [só plural], um coletivo singular que apreende ao mesmo tempo a interdependência dos eventos e a intersubjetividade dos decursos das ações. Ele indica o ponto de convergência entre a história como *Historie* e a história como *Geschichte*, no qual se encontram os principais aspectos transcendentais e histórico-filosóficos. Por fim, a expressão registra a passagem da noção de história universal como um conjunto composto por unidades separadas, um agregado, ao conceito de história universal como sistema, com o que a necessidade de uma teoria da história foi conceitualmente compreendida e relacionada à noção do globo terrestre como esfera de ação. Desde então tornou-se possível compreender a história como um processo, desencadeado por forças imanes não mais derivadas de determinações naturais e, com isso, não mais explicável, de forma suficiente, a partir de relações causais. A dinâmica da modernidade histórica é uma dinâmica *sui generis*. Trata-se de um processo de resultados, cujo sujeito ou sujeitos podem ser investigados somente na reflexão sobre o processo, sem que com isso o próprio processo se faça determinável. Com isso, a teologia divina de outrora cai na ambigüidade do planejamento humano, o que pode ser verificado na ambivalência do conceito de progresso, que sempre tem de ser identificado ao mesmo tempo como finito e infinito, quando fora de seu campo semântico original, que remete ao espaço e ao mundo natural. De igual forma, o moderno conceito de história extrai sua ambivalência da obrigação de ter que ser pensado como um todo (ainda que fosse por razões estéticas), mas que ao mesmo tempo jamais pode ser dado como terminado, pois o futuro permanece desconhecido, ainda que de forma conhecida”. (Id, Ibid, pps. 131-132).

⁸³⁹ “Nenhum evento pode ser relatado, nenhuma estrutura representada, nenhum processo descrito sem que sejam empregados conceitos históricos que permitam “compreender” e “conceitualizar” [*“begreifen”*] o passado. Ora, toda conceitualização [*begrifflichkeit*] tem alcance mais vasto do que o evento singular que ela ajuda a compreender. As categorias empregadas na narração de um evento singular, por meio da linguagem, não possuem a mesma unicidade temporal que pode ser atribuída ao próprio evento. À primeira vista, essa afirmação é trivial. Entretanto, ela deve ser lembrada para elucidar a exigência estrutural que decorre do emprego não usual de conceitos históricos”. (Id, Ibid, p. 142).

eventos com o plano das estruturas, algo que pode estar além do que se pode extrair dos próprios documentos, ou seja, faz-se imperioso estabelecer um conjunto de premissas teóricas junto à extração das fontes, pois será através de tais premissas que as fontes poderão nos falar⁸⁴⁰.

Finalmente, na parte III, o autor se volta à semântica histórica da experiência. A princípio, pontua que a história “quase sempre se trabalha com conceitos assimétricos e desigualmente contrários”, a exemplo de três pares, a saber: helenos e bárbaros, cristãos e pagãos e homem e não-homem. Isso deriva do fato das “unidades humanas de ação continuarem a excluir-se e a limitar-se umas às outras”, e enquanto isso persistir “existirão conceitos opostos assimétricos e técnicas de negação, que irão interferir nos conflitos até que novos conflitos venham a surgir”. Nos dois últimos ensaios, Koselleck aprofunda sua tese sobre a modernidade e a novidade histórica: por um lado, a história passa a se realizar através do tempo, do tempo histórico⁸⁴¹, e, por outro lado, a temporalização da história efetiva o crescente distanciamento entre o passado e o futuro⁸⁴².

⁸⁴⁰ “Uma fonte não pode nos dizer nada daquilo que cabe a nós dizer. No entanto, ela nos impede de fazer afirmações que não poderíamos fazer. As fontes têm poder de veto. Elas nos proibem de arriscar ou de admitir interpretações as quais, sob a perspectiva da investigação de fontes, podem ser consideradas simplesmente falsas ou inadmissíveis. Datas e cifras erradas, falsas justificativas, análises de consciência equivocadas: tudo isso pode ser descoberto por meio da crítica de fontes. As fontes nos impedem de cometer erros, mas não nos revelam o que devemos dizer. Aquilo que faz da história, história não poderá jamais ser deduzido a partir das fontes. Para que estas finalmente falem, faz-se necessária uma teoria da história possível. Assim, partidatismo e objetividade delimitam-se de uma nova maneira no âmbito da tensão entre a construção do pensamento teórico sobre história e a crítica de fontes. Uma é completamente inútil sem a outra”. (Id, Ibid, p. 188).

⁸⁴¹ “Desde a segunda metade do século XVIII se acumulam indícios que apontam enfaticamente para o conceito de um novo tempo. O tempo passa a ser não apenas a forma em que todas as histórias se desenrolam; ele próprio adquire uma qualidade histórica. A história, então, passa a realizar-se não apenas no tempo, mas através do tempo. O tempo se dinamiza como uma força da própria história. Mas esta nova fórmula da experiência pressupõe também um novo conceito de história, a saber, a história como singular coletivo, que a partir de mais ou menos 1780 pôde ser concebido como história em si, sem um objeto a ela coordenado ou um sujeito pré-ordenado. [...] Logo que passou a ser entendida como uma dimensão autêntica, a história estabeleceu uma necessária relação com o tempo histórico”. (Id, Ibid, pps. 282-283). “Ou seja, a temporalização da história assume uma estrutura temporal própria, a qual, baseada “no horizonte do progresso, a simultaneidade do não-simultâneo passa a ser a experiência básica de toda a história — um axioma que no século XIX foi enriquecido pelas mudanças sociais e políticas que trouxeram este axioma para a experiência diária”. (Id, Ibid, p. 286).

⁸⁴² “A história é temporalizada, no sentido de que, graças ao correr do tempo, a cada hoje, e com o crescente distanciamento, ela se modifica também no passado, ou melhor, se revela em sua verdade”. (Id, Ibid, p. 287). Segue afirmando: “A nova experiência da transição se caracteriza por duas noções especificamente temporais: a diferença de qualidade que se espera para o futuro, e, associada a isto, a mudança dos ritmos temporais da experiência: a maior rapidez com que o tempo presente se diferencia do passado”. (Id, Ibid, p. 288). E, continua: “Por último abre-se o fosso entre a experiência anterior e a expectativa do que há de vir, cresce a diferença entre passado e futuro, de modo que a época que se vive é experimentada como um tempo de ruptura e de transição, em que continuamente aparecem coisas novas e inesperadas. A novidade aumenta na esfera de significado do tempo, e mais ainda porque, já antes de surgir a técnica da comunicação e da informação, a aceleração havia-se tornado uma experiência básica do tempo. Com isto — no terreno político e social — também o retardamento passou a ser uma noção histórica chave, tanto de conservadores, para deter a aceleração, quanto de progressistas, para a estimular. Mas ambas as posições se originam em uma história cuja nova dinâmica exige categorias temporais de movimento”. (Id, Ibid, p. 294). Logo: “A determinação da *modernidade* como *tempo de transição*, desde que foi descoberta, não perdeu a evidência de seu caráter de época. Um critério infalível desta

A relação entre o passado e o futuro pode ser apreendida, nos marcos da modernidade, a partir de duas categorias meta-históricas⁸⁴³, quais sejam, o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa*⁸⁴⁴: “é a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico⁸⁴⁵”. Aproximando-as à história, chega ao seguinte argumento: “*na era moderna a diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente, ou melhor, só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então*⁸⁴⁶”. Nesse sentido, a novidade consiste em admitir que:

[...] as expectativas para o futuro se desvincularam de tudo quanto as antigas experiências haviam sido capazes de oferecer. E as experiências novas, acrescentadas desde a colonização ultramarina e o desenvolvimento da ciência e da técnica, já não eram suficientes para servir de base a novas expectativas para o futuro. A partir de então o espaço de experiência deixou de estar limitado pelo horizonte de expectativa. Os limites de um e de outro se separaram⁸⁴⁷.

Em outras palavras, a noção de progresso, engendrada pela imbricação entre a ciência e a técnica, implicou na paulatina desvinculação entre experiência e expectativa, e ainda,

modernidade são seus conceitos de movimento — como indicadores da mudança social e política e como elementos linguísticos de formação da consciência, da crítica ideológica e da determinação do comportamento”. (Id, Ibid, p. 303, grifos do autor).

⁸⁴³ “Com isso chego à minha tese: experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político”. (Id, Ibid, p. 308). Mais à frente: “Mas nossos dois conceitos não se encontram apenas na execução concreta da história, na medida em que a fazem avançar. Como categorias, eles fornecem as determinações formais que permitem que o nosso conhecimento histórico decifre essa execução. Eles remetem à temporalidade do homem, e com isto, de certa forma meta-historicamente, à temporalidade da história”. (Id, Ibid, p. 309).

⁸⁴⁴ “A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias. Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem”. (Id, Ibid, pps. 309-310).

⁸⁴⁵ “Isto se pode mostrar com particular clareza — para apresentarmos um último exemplo — na estrutura de um prognóstico. O teor de verossimilhança de um prognóstico não se baseia em primeiro lugar naquilo que alguém espera. É possível se esperar também o inverossímil. A verossimilhança de um futuro previsto decorre, em primeiro lugar, dos dados anteriores do passado, cientificamente organizados ou não. O que antecede é o diagnóstico, no qual estão contidos os dados da experiência. Visto dessa maneira, o que estende o horizonte de expectativa é o espaço de experiência aberto para o futuro. As experiências liberam os prognósticos e os orientam. Mas os prognósticos também são determinados pela necessidade de se esperar alguma coisa. Voltada para um campo de ação mais amplo ou mais estreito, a previsão libera expectativas, a que se misturam também temor ou esperança. As condições alternativas têm que ser levadas em conta, pois sempre entram em jogo possibilidades que contêm mais do que a realidade futura é capaz de cumprir. Assim, um prognóstico abre expectativas que não decorrem apenas da experiência. Fazer um prognóstico já significa modificar a situação de onde ele surge. Noutras palavras: o espaço de experiência anterior nunca chega a determinar o horizonte de expectativa”. (Id, Ibid, p. 313).

⁸⁴⁶ Cf. Id, Ibid, p. 314.

⁸⁴⁷ Cf. Id, Ibid, p. 318.

transformou a aceleração na marca da temporalidade moderna, enquanto característica do tempo histórico moderno, afastando o passado, perpetuando o presente e buscando antecipar-se ao futuro inacessível⁸⁴⁸.

Em franco diálogo com Koselleck, o sociólogo alemão, Hartmut Rosa, escreve seu *Beschleunigung: Die Veränderung de Zeitstrukturen in der Moderne* (2005), traduzido para o inglês, em 2013, *Social acceleration: a new theory of modernity*, ainda sem tradução para o português. Esta obra está constituída por quatro partes (Part 1: *The categorial framework of a systematic theory of social acceleration*; Part 2: *Mechanisms and manifestations: a phenomenology of social acceleration*; Part 3: *Causes* e Part 4: *Consequences*), compondo um total de doze capítulos. Na introdução, explicita sua hipótese: *a aceleração social é parte constitutiva da modernidade e, em um determinado momento – na “modernidade tardia” –, chegou-se a um limiar crítico, onde a sincronização social e a integração social não podem mais ser atendidas*. Para compreender este limiar crítico na “modernidade tardia” que irrompe a relação entre a sincronização e a integração sociais é necessário entender a “experiência da modernidade” como a “experiência de aceleração”⁸⁴⁹.

⁸⁴⁸ “O “progresso” é o primeiro conceito genuinamente histórico que apreendeu, em um conceito único, a diferença temporal entre experiência e expectativa”. (Id, Ibid, p. 320). “O futuro, mesmo não podendo ser deduzido da experiência, trouxe não obstante a certeza de que as invenções e descobertas científicas iriam criar um mundo novo. Ciência e técnica estabilizaram o progresso como sendo a diferença temporal progressiva entre a experiência e a expectativa. Por último, existe um indicador infalível de que esta diferença só se conserva quando se modifica continuamente: é a aceleração. Tanto o progresso sociopolítico quanto o progresso técnico-científico modificam os ritmos e os prazos do mundo-da-vida graças à aceleração. Ao contrário do tempo da natureza, o progresso adquire uma qualidade genuinamente histórica”. (Id, Ibid, p. 321). “A experiência dos progressos já realizados na ciência e na técnica contempla a constatação de que o progresso moral e político sofre um certo retardamento, mas também nesse terreno a lei da aceleração atua”. (Id, Ibid, p. 321). “Não apenas o fosso entre o passado e o futuro aumenta; a diferença entre experiência e expectativa é sempre superada, e de forma cada vez mais rápida, para que possa continuar viva e atuante”. (Id, Ibid, p. 322). “Quanto menor o conteúdo de experiência, tanto maior a expectativa que se extrai dele. *Quanto menor a experiência tanto maior a expectativa* — eis uma fórmula para a estrutura temporal da modernidade, conceitualizada pelo “progresso”. Isso foi plausível enquanto as experiências anteriores não eram suficientes para fundamentar as expectativas geradas por um mundo que se transformava tecnicamente. Mas, depois de haverem nascido de uma revolução, quando os projetos políticos correspondentes se transformam em realidade, as velhas expectativas se desgastam nas novas experiências. Isso vale para o republicanismo, o democratismo e o liberalismo, na medida em que a história permite atualmente emitir um juízo. Pode-se presumir que continuará sendo válido para o socialismo e também para o comunismo, se este chegar a ser declarado como introduzido na história”. (Id, Ibid, p. 326).

⁸⁴⁹ “My guiding hypothesis is that modernization is not only a multileveled process *in time* but also signifies first and foremost a structural (and culturally highly significant) transformation *of time structures and horizons themselves*. Accordingly, the direction of alteration is best captured by the concept of *social acceleration*. The thesis is that without treating the temporal dimension as a categorial and central consideration in social theory one cannot account for present-day changes in social practices, institutions, and self-relations in Western societies”. (Id, Ibid, p. 4, grifos do autor). Mais à frente: “The initial hypothesis of this work runs as follows: *the experience of modernization is an experience of acceleration*”. (Id, Ibid, p. 21, grifos do autor). Segue afirmando: “Therefore my claim runs as follows: *there is no independent spatial moment of change in modernity analogous to acceleration; the transformation of spatiotemporal structures is primarily driven by its temporal dynamic of change*”. (Id, Ibid, p. 29, grifos do autor).

Considera, portanto, o processo de modernização através da perspectiva temporal enquanto próprio processo de aceleração social: a estrutura da sociedade moderna fundamenta-se em sua incessante dinamização, projetando sempre um processo de aceleração que, no período atual, atingiu um *patamar crítico*, isto é, as estruturas de estabilização dinâmica estão sendo sacudidas pelas *relações dessincronizadas*. Baseado em Ahlheit e Giddens, Rosa (2013) apresenta quatro níveis de mediações envolvendo a temporalidade, de maneira interconectada, no plano das estruturas sociais e no plano do tempo individual: (i) a temporalidade das estruturas da vida cotidiana; (ii) a perspectiva da vida tomada como um todo; (iii) o tempo cotidiano e a vida incorporada no período abrangente de sua época, geração e idade e (iv) a concepção de um tempo sagrado, que opera na condição de reconciliação entre as diferentes temporalidades. Em suma, o tempo cotidiano, o biográfico, o histórico e o sagrado. Assim avalia:

[...] the meaning of past, present, and future (i.e., temporal perspective) and the temporal pattern of action, which together determine the manner of our being-in-time, are always the complex product of structural and cultural relations and their refraction through the perspective of particular acting subjects. The interconnection of the three levels of time in the perspective of actors always follows narrative patterns. Everyday time, biographical time, and historical time are related to each other, and mutually criticized and justified, in cultural and individual narratives. The meaning and relative weight of the past, present, and future and thus also the relevance and relative weight of tradition and change are determined simultaneously in narrative schemata (*Entwürfe*). In them every present appears grounded upon a past and related to a future. Cultural and institutional forms of change and persistence are legitimated, and sometimes criticized, through the narrative interrelation of everyday time, life history, and world history, though of course the balance between dynamic and stabilizing forces, between movement and inertia, *varies historically*. [...] With the help of sacred time, everyday time, the time of life and the time of the world are bound together in a meaningful whole that orients culture and action, one in which cultural patterns and structural necessities, systemic requirements and actor perspectives are made congruent⁸⁵⁰.

No âmbito desta variação histórica, incidem as questões ligadas ao poder social e político: o estabelecimento e a harmonização entre os três primeiros níveis sociais de tempo sempre foram constituídos no expediente de processos políticos e sociais marcados por forte contestação. Como nos diz: “*The question who determines the rhythm, duration, sequencing, and synchronization of activities and events forms a central arena for conflicts of interest and power struggles*”⁸⁵¹. O ponto fundamental para Rosa (2013) reside em asseverar que a

⁸⁵⁰ Cf. Id, Ibid, pps. 10-11, grifos nossos.

⁸⁵¹ Cf. Id, Ibid, pps. 11-12, grifo do autor. Rosa (2013) menciona os trabalhos colossais do filósofo francês Paul Virilio e do historiador inglês Edward Thompson: destaca a nova forma de disputa envolvendo a velocidade, a cronopolítica de Virilio, na qual o eixo fundamental se dá na subordinação crescente do espaço ao tempo, e salienta, a partir de Thompson, as disputas suscitadas em torno da constituição de um novo modo de vida para a classe trabalhadora, com base em distintos mecanismos de transformação dos hábitos dos próprios trabalhadores. No entanto, caberia ressaltar também as contribuições de Antonio Gramsci (2001) e de Paul Lafargue (2000):

aceleração unilateral, imposta pela lógica estrutural dominante (a aceleração social), implica em um potencial de *dessincronizações* de processos, sistemas e perspectivas, gerando atritos que podem se desdobrar em, pelo menos, três aspectos analiticamente distintos: (i) a paulatina divergência (até o limite da desintegração) entre os padrões e perspectivas temporais sistêmicos e institucionais (ou induzidos estruturalmente) e os padrões temporais e perspectivas dos indivíduos; (ii) a incongruência dos três níveis sociais de tempo (cotidiano, biográfico e histórico) e (iii) a própria dessincronização entre os subsistemas sociais ou sistemas funcionais.

Entretanto, esse núcleo comum de dessincronizações não corresponde ao prognóstico dos apologetas do “pós-tudo”, mas, sobretudo, ao fato de propiciar uma transformação *qualitativa* nas formas de direção social e identidade individual e coletiva, a ponto de reivindicar o *abandono* da autonomia individual e coletiva. Logo, trata-se de uma crise do próprio projeto *normativo* da modernidade⁸⁵².

enquanto o primeiro expõe, de maneira luminosa, a capacidade da dominação capitalista operar na vida material dos trabalhadores em todas as esferas da existência, o segundo admite, de maneira desconcertada, que os novos hábitos de trabalho, fundados em uma economia do tempo útil, havia se cristalizado na vida e no imaginário dos trabalhadores, já em fins do século XIX.

⁸⁵² “This particular process of acceleration undoubtedly brings with it a series of structural and cultural consequences that lead to noticeable differences from the social formation of “classical modernity.” At first glance, of course, it proves to be an unprecedented process of global *synchronization*: the “age of globalization” is emblematically condensed in the placeless, “u-topian” Internet, where all events occur simultaneously worldwide. Nevertheless, complementary to this, as it were, intersocietal, intercontinental synchronization, almost all the intrasocietal phenomena of desynchronization discussed appear to sharpen. The information and financial markets in which transactions span the world in fractions of a second now hardly allow for a resynchronization of actor and system perspectives and, above all, no longer admit of political, and in part not even of legal, steering. Individuals and nation-states have grown too slow for the rate of transaction in globalized modernity. Education, politics, and law cannot keep pace with the developments of the era. At the same time, quantitatively large but marginalized groups in the so-called Third World, and certainly in the industrialized societies as well, are becoming “desynchronized” in that they are excluded from the decisive structural and cultural developments. All the diagnoses of globalization agree that the simultaneity of the nonsimultaneous is rapidly increasing: the Stone Age and the Cyber Era exist next to each other in an unmediated fashion. Indeed, it appears that an acceptance of these processes of desynchronization is the common core of what apologists of the “postmodern” celebrate and their opponents are battling against. The surrender of a political steering of economic, technological, and social processes of development (the “end of politics”) or even of the attempt to understand these developments at all (the “end of Science/Reason”); the renunciation of the demand for a meaningful, narrative integration of the past, present, and future, both biographical and collective (“the end of metanarratives”), and thus for an integration of everyday time, biographical time, and historical time in the project of a personal identity (“the end of the subject/the terror of identity”); the acceptance of desynchronized and disintegrated processing on the part of social subsystems (“the end of Society”) and finally acquiescence in the desynchronized and disintegrated development of different social groups—all these characterize the essence of both the postmodern philosophical ideology and the postmodern sociological diagnosis of the times. Therefore in what follows I argue that the assumption of a temporal perspective makes it possible to bring together the manifold observations of a “break” in the development of Western societies in such a way as to allow for an account of this break that is theoretical in substance, empirically verifiable, and capable of giving a selective, and hence normatively useful, diagnosis of the times. My guiding heuristic hypothesis here is that *the acceleration that is a constitutive part of modernity crosses a critical threshold in “late modernity” beyond which the demand for societal synchronization and social integration can no longer be met*. The consequence of this, as will be shown, is a fundamental, qualitative transformation in the forms of societal steering and individual identity that entails the abandonment of the claim to individual and collective autonomy and thus of the normative project of

Na parte 1, expõe o quadro categorial de uma teoria sistemática da aceleração social. Sua proposta atesta a existência de três dimensões fundamentais da aceleração social, distintas entre si, analítica e empiricamente: (i) aceleração técnica; (ii) aceleração da mudança social e (iii) aceleração do ritmo de vida. Cada uma destas acelerações estabelecem relações entrecruzadas e até mesmo paradoxais. Não obstante, identifica ainda cinco categorias de fenômenos que atuam em torno do arrefecimento da aceleração social, a saber: (i) os limites de velocidade geofísicos, biológicos e antropológicos naturais; (ii) as “ilhas de desaceleração” territoriais, culturais e estruturais; (iii) os efeitos colaterais indesejados da aceleração que podem levar a consequências disfuncionais e patológicas; (iv) as desacelerações intencionais, divididas entre a desaceleração funcional ou acelerativa e desaceleração ideológicas e (v) os fenômenos culturais e estruturais que incorporam uma tendência à rigidez. A ideia básica visa demonstrar que o processo de modernização aciona um *deslocamento* incessante do equilíbrio entre as forças de movimento e as inércias.

Na parte 2, procura investigar os mecanismos concretos e as manifestações empíricas da aceleração social por meio da fenomenologia de uma de suas três dimensões, a aceleração técnica. O efeito no domínio da aceleração técnica é uma modificação em fases do regime social do espaço-tempo: as acelerações no transporte, na comunicação e na produção culminam em alterações dos padrões espaço-temporais de uso, movimento, liquidação e da própria experiência do espaço, que inclusive perde importância em comparação ao tempo, e, especialmente, altera a qualidade e a quantidade de relações sociais, práticas e orientações de ações, alterando, portanto, a forma de nos relacionarmos consigo mesmos, ou seja, de nosso ser-no-mundo. O elo entre o crescimento e a aceleração implica em um afrouxamento tendencial de laços concretos com pessoas, lugares ou coisas particulares. Disso resulta, em grande medida: (i) a mudança social acelerada, à medida que o aumento da velocidade pode causar mudanças qualitativas na experiência do tempo. No caso do limiar a que estamos vivendo, ela alcançou até mesmo o *nível intrageracional*: gerações coexistentes se tornaram uma manifestação da não simultaneidade do simultâneo, isto é, a “separação” no mundo da vida no âmago da mesma geração de indivíduos, cuja pressão é crescente para se adaptar celeremente e (ii) a aceleração do ritmo de vida, que pode ser medida objetivamente através

modernity. At this point of inflection, the quality of biographical and historical time changes as well: individual and collective time patterns and perspectives become situational and are continually redefined with the flow of time in a context-dependent manner in historically novel forms of “situational identity” and “situational politics.” Finally, in light of these considerations, one can theoretically locate and analytically specify the paradoxical simultaneity of diagnoses of a “total” dynamization of all social relations and a contemporaneous complete rigidification of historical and life-historical development of any kind, both of which show up precisely in diagnoses of “postmodernity”. (Id, Ibid, pps. 19-20, grifos do autor).

do aumento do número de episódios de ação por unidade de tempo. Tal aceleração leva diretamente a uma fragmentação progressiva das linhas de ação, remetendo a todos o medo de perder as coisas e a compulsão para se adaptar. Nesse sentido, os eventos vivenciados permanecem episódicos: está rica em acontecimentos e pobre em experiência.

Na parte 3, leva em consideração as forças que dirigem a lógica escalonatória típica da modernidade e os modos específicos pelas quais cada um deles vincula crescimento e aceleração. A análise sustenta a existência de um processo de *auto-reforço* entre as três dimensões da aceleração que interagem de modo incessante em uma *espiral ascendente* (em seus termos, “*loop of feedback*”): a aceleração técnica transforma o regime espaço-temporal e as relações entre os indivíduos, promovendo mudanças sociais, e a ameaça de se tornar incapaz de acompanhar e se adaptar às mudanças, sob um regime social de forte pressão, avultam o ritmo de vida, tornando-a mais acelerada. É a partir deste “desvio” que encontramos a conexão entre aceleração técnica e individual. Neste processo de auto-reforço, a aceleração tende a colocar os três domínios em um relacionamento recíproco de escalada mútua, assumindo configurações que são inteiramente impermeáveis às intervenções sociais ou políticas. Somados a estes, encontram-se ainda três outros princípios fundamentais da modernidade que impulsionam o círculo de aceleração: (i) o motor econômico da empresa capitalista; (ii) o motor estrutural da diferenciação funcional e (iii) o motor cultural, em que o *ethos* moderno foi substituído pela aceleração⁸⁵³.

Restam considerar também as lógicas de desenvolvimento do Estado nacional moderno e seu aparato militar. Aqui se reconhece o papel jogado pela *competição militar* e a *centralização*, no Estado, pela conquista, controle e defesa. Sob este aspecto, o Estado nacional e as forças armadas representam os “*aceleradores-chave*” institucionais que desempenham uma função para a progressão e a estabilização da dinâmica de aceleração. Com efeito, o conjunto de instituições sociais engendrados pelo Estado encontra-se em uma inversão funcional abrangente: os aceleradores modernos clássicos (principalmente a burocracia e o regime fordista) transformaram-se em *obstáculos* à aceleração, pois atualmente são pressionados pelas próprias forças dinâmicas que ajudaram a liberar. A interação entre os motores culturais, estruturais e internos propiciou a “*autonomização*” da dinâmica da aceleração social em relação a essas instituições que, agora, está se direcionando *contra* elas.

⁸⁵³ Em sua avaliação, a estratégia para aumentar o “grau de exaustão” das possibilidades mundanas está fadada ao fracasso pelos mecanismos funcionais do círculo de aceleração. Adverte que o grau de exaustão - a proporção entre as possibilidades mundanas realizadas e as realizáveis - recrudescer continuamente enquanto a espiral de aceleração é incansavelmente impulsionada adiante. Aqui reside o fenômeno paradoxal de recursos de tempo cada vez mais escassos diante da aceleração técnica simultânea.

Na parte 4, ressaltam-se as consequências maciças para as formas culturalmente dominantes da identidade individual e coletiva alteradas pela aceleração das estruturas temporais na “modernidade tardia”. A emergência da aceleração, iniciada na década de 1970, culmina na revolução digital e política ocorrida em 1989, suscitando dois efeitos notáveis: (i) a *corrosão* do arranjo institucional básico da modernidade clássica (a mudança no regime espaço-temporal) e (ii) a *alteração* fundamental na experiência individual e coletiva do tempo, simultânea à transpassada nas estruturas das identidades pessoais e na autocompreensão política e social do tempo. Para Rosa (2013), a novidade pós-1989 não é a da expansão global de processos e transações de vários tipos, mas a *velocidade* com que elas se dão: no limite, significam um período de *transição* para a “modernidade tardia”, identificada como um processo de *destemporalização da história e da vida*, isto é, a percepção de uma transformação histórica sem direção e que não pode mais ser dirigida ou controlada politicamente.

Dáí sua apreensão de que o projeto político da modernidade talvez tenha chegado aos seus estertores, resultante da *dessincronização* do desenvolvimento sócio-econômico e da ação política: a política, na “modernidade tardia” se torna *situacional*; ela reage apenas aos problemas emergentes sem conseguir sustentar sua reivindicação de moldar a história e a sociedade. Por sua vez, reflete consequentemente em uma nova forma de identidade situacional: os eventos episódicos, pobres em experiência. Logo, trata-se de um processo de *crise da promessa moderna de autonomia dos indivíduos*, posto que, seguindo as palavras de Jameson, “nada permanece o mesmo, mas nada muda essencialmente”.

Na conclusão, admite que deixou em aberto duas questões importantes sobre as quais esboça uma resposta perspectiva.

The first question concerns the possible or probable continuation of history (as it were, without quotation marks), that is, the ways the history of acceleration might end, a history that, insofar as the analysis presented here is correct, is still going on as the constant *behind* all the openness and directionless indeterminacy of late modernity. The second question pertains to the *critical* potential of a theory of acceleration like the one attempted here. Does it offer normative criteria for the *desirability* of any particular further development of the modern dynamization process, that is, does it go beyond the observation that the autonomization of the acceleration process is incompatible with an ethos and project of modernity that rests on the promise of individual and collective autonomy?⁸⁵⁴

Começando pela segunda delas, nos diz que sua teoria da aceleração social atende aos desígnios ou contornos de uma teoria crítica da sociedade, pois enfatiza um diagnóstico crítico das estruturas temporais ou das relações de tempo. Esta “violência normativa muda”

⁸⁵⁴ Cf. Id, Ibid, pps. 314-315, grifos do autor.

das estruturais temporais é, portanto, um objetivo crucial de uma teoria crítica da aceleração. Além disso, tais estruturas se mostram decisivas para se analisar as patologias sociais indutoras de sofrimento, as chamadas “patologias de aceleração”, bem como para se desenvolver uma nova crítica teórica da alienação, apoiada nas diferentes capacidades de aceleração dos subsistemas sociais levarem a seu potencial de dessincronização⁸⁵⁵. Entretanto, a base mais forte para uma teoria crítica da aceleração assenta-se na despedaçada promessa moderna da autonomia.

Isso o remete a primeira pergunta: como se desenvolverá ou terminará a história da aceleração social? Concebe, então, quatro alternativas, embora em níveis distintos de probabilidade de ocorrência, apresentando-se da mais improvável a mais possível: (i) a primeira consiste na formação de um novo arranjo de facilitação institucional e estabilização do processo de aceleração capaz de promover um novo equilíbrio em um nível mais alto de velocidade; (ii) a segunda deriva do abandono definitivo do projeto de modernidade, alicerçado em novas formas de subjetividade e um novo tipo de sub-política para além das reivindicações de autonomia e controle; (iii) a terceira concerne na tentativa de reafirmar a aspiração moderna de moldar os assuntos humanos contra a autonomização das forças da aceleração e (iv) a quarta – a mais provável – figura como sendo a corrida desenfreada para o abismo: por um lado, o colapso final das antinomias de movimento e inércia e a paralisação frenética como o outro lado de uma mobilização total⁸⁵⁶.

Na esteira descortinada por Koselleck e Rosa, faz-se necessário incrementar as contribuições de Santos (2003) e Arantes (2014), autores com a qual esta *démarche* é levada, por assim dizer, aos seus extremos. Santos (2003) nos indica o fenômeno da “aceleração da aceleração”, a partir da apropriação da noção de “virada cibernética”. Como já discutimos, assevera que a informação assume papel central no momento em que o capital passa a colonizar a dimensão virtual da realidade, promovendo uma verdadeira desmontagem de todo

⁸⁵⁵ Esta discussão será aprofundada pelo autor em seu livro, publicado em inglês, *Alienation and Acceleration: Towards a Critical Theory of Late-modern Temporality* (2010). Para Rosa (2010), a alienação refere-se à suspensão das relações entre o indivíduo e o mundo, como resultado da velocidade incompatível com as experiências humanas. Em 2016, a obra *Resonanz: Eine Soziologie der Weltbeziehung*, procura analisar as bases culturais da constituição moderna da ideia de boa vida e, ao mesmo tempo, discute as projeções de potencialidades revolucionárias nas formas diversas de relações sociais de ressonância, as quais são obstruídas pela lógica de aceleração.

⁸⁵⁶ “It stands to reason that modern society will have to pay for the loss of the ability to balance movement and inertia with nuclear or climatic catastrophes, with the diffusion at a furious pace of new diseases, or with new forms of political collapse and the eruption of uncontrolled violence, which can be particularly expected where the masses excluded from the processes of acceleration and growth take a stand against the acceleration society”. (Id, Ibid, p. 322).

referencial inscrito na modernidade, através da aceleração tecnológica e econômica. Em síntese, nos diz:

A informação torna-se crucial a partir do momento em que a dimensão virtual da realidade começa a ser mais importante do ponto de vista econômico e tecnocientífico do que a sua dimensão atual. A lógica que preside a conduta da tecnociência e do capital com relação aos seres vivos, agora transformados em recursos genéticos, é a mesma que se explicita em toda a parte: trata-se de privilegiar o virtual e de preparar o futuro para que ele já chegue apropriado, trata-se de um saque no futuro e do futuro. E aqui se encontra uma questão perturbadora. A modernidade instaurara, como princípio supremo, a ruptura com os valores do passado e a consagração do novo e do inédito. Nesse sentido, o mundo moderno significou a desvalorização dos outros tempos, sacrificando a história em benefício do presente - o interesse pelo novo, pela novidade, pelo aqui e agora, e o descarte do “velho”, do tradicional manifestam-se em toda parte, e nem precisam ser sublinhados aqui. Mas a aceleração tecnológica e econômica contemporânea é tal que até mesmo o atual acaba sendo ultrapassado: em sua perspectiva, tudo o que é... já era. Assim, a aceleração tecnológica e econômica desloca o interesse pelo atual e pelo presente decretando, com tal deslocamento, o fim da modernidade. A atenção concentra-se não no que é, mas no vir-a-ser. O olhar se volta para o futuro; melhor dizendo: para a antecipação do futuro⁸⁵⁷.

Segue dizendo sobre a aceleração, em outra obra já referendada por nós:

Optando pela estratégia da aceleração tecnológica e econômica total, pela colonização do virtual e pela capitalização da informação genética e digital, a sociedade ocidental contemporânea se volta para o futuro e parece condenar todas as outras sociedades à integração ao seu paradigma ou ao desaparecimento – como se não houvesse a possibilidade de uma convivência entre ela e outras formações sociais e culturais. [...] a questão do binômio inclusão-exclusão torna-se central e a questão da resistência ao modelo dominante passa pela luta em prol da manutenção da diversidade de culturas e de sociedades, mas também em prol da diversidade de temporalidades e de ritmos, que não se aniquilam diante do imperativo da aceleração total. Em outras palavras, luta pela possibilidade de outros devires, diferentes daquele concebido pela tecnociência e pelo capital global. Vale dizer: luta pela existência e pela continuidade da existência⁸⁵⁸.

Por sua vez, o filósofo brasileiro Paulo Arantes, em sua obra *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência* (2014) - uma coletânea de textos do autor ao longo da última década - nos apresenta o capítulo inédito *O novo tempo do mundo: a experiência da história numa era de expectativas decrescentes*. Apoiado, principalmente, nas categorias meta-históricas de Koselleck e no conceito de capitalismo histórico de Wallerstein – além do cabedal de diversos outros intelectuais – o autor sustenta o seguinte argumento:

Acontece que, a certa altura do curso contemporâneo do mundo, a distância entre expectativa e experiência passou a encurtar cada vez mais e numa direção surpreendente, como se a brecha do tempo novo fosse reabsorvida, e se fechasse em nova chave, inaugurando uma nova era que se poderia denominar das *expectativas decrescentes*, algo “vivido” em qualquer que seja o registro, alto ou baixo, e vivido

⁸⁵⁷ Cf. SANTOS, 2003a, p. 88.

⁸⁵⁸ Cf. SANTOS, 2003b, p. 28.

em regime de urgência⁸⁵⁹. Resta determinar a data, e também no âmbito desta hipótese, a periodização é tudo: a data justamente do *novo tempo do mundo*⁸⁶⁰.

Mais à frente, nos oferece tal periodização:

Estava assim orientado o eixo do novo tempo, o longo século XIX estendendo-se como uma não menos longa promessa iluminista de *reformas racionalmente planejadas e medo social disciplinado e apaziguador*: decantado o consenso, basicamente liberal, ou melhor, hegemonicamente liberal, acerca da normalidade da mudança, devidamente calibrada para não anular nos condenados da terra “a esperança e a expectativa de mudanças mais fundamentais no futuro”. Consolidou-se, em suma, o *novo horizonte temporal do mundo*, cujo ponto de fuga vem a ser uma *expectability*, muito diversa dos prognósticos característicos do cálculo absolutista de poder, de evolução contínua dos mecanismos políticos de condução do sistema. Juntando o par assimétrico de conceitos que levou Koselleck a redefinir a originalidade do tempo novo e a aceleração capitalista do progresso, seria então o caso de dizer que a geocultura de legitimação do capitalismo histórico tornou visível, na escala crescente do planeta e ao longo de duzentos anos, a economia-mundo capitalista como um imenso *campo de expectativas*, antagônicas porém unificadas por um mesmo futuro, como se disse, “a tal ponto desconhecido que conhecê-lo e dominá-lo tornou-se uma contínua tarefa da política”. Pois foi esse

⁸⁵⁹ Sobre o Estado de Urgência diz, na entrevista, reproduzida no mesmo livro, na seção “*Tempos de exceção*”: “As denominações variam conforme as respectivas tradições jurídicas nacionais e a hora política: estado de sítio, exceção, urgência, emergência, lei marcial etc. Para o diagnóstico de época que nos interessa, não é preciso recuar até a instituição romana da Ditadura – carta branca para um governante *ad hoc* salvar a República em perdition –, basta remontar à reinvenção liberal da Razão de Estado Absolutista, em nome da qual as novas soberanias que se constituíam na Europa estavam autorizadas a cometer todo tipo de transgressão do direito, da moral etc. Em meados do século XIX, a violação da Constituição tornara-se a razão de ser da própria Constituição garantidora da ordem mercantil emergente, volta e meia ameaçada pela desordem sediciosa das novas classes perigosas porque laboriosas. Produção interrompida já era sinônimo de insurreição. Segundo o historiador do direito constitucional Gilberto Bercovici, quando a luta de classes finalmente arrancou do capital as constituições sociais de compromisso, deixava de ser uma evidência que a ordem constitucional era a melhor garantia do mercado, passando o estado de exceção a ser decretado quase que em permanência, culminando no abismo fascista: tratava-se agora da salvaguarda do próprio capitalismo. A derrota militar do fascismo não cancelou esse estado de emergência, cuja trajetória ascendente passou por uma nova calibragem, como atesta o consenso subsequente em torno das políticas keynesianas de ajuste e contenção. De resto, os poderes excepcionais acionados durante a longa guerra civil imperialista de 1914 a 1945 não foram a rigor desativados: é preciso não esquecer que a trégua social transcorria sob um guarda-chuva nuclear. Tampouco o fim da Guerra Fria desarmou aquela fusão emergencial entre afluência consumista e complexo industrial-militar. O que se viu foi o capitalismo enfim mundializado dar uma derradeira volta no parafuso do estado de urgência latente: segundo o alarmismo apologético corrente, vivemos desde então numa sociedade securitária de risco, cujo governo é a somatória de um sem-número de estratégias preventivas, nos moldes do Direito Penal do Inimigo, pelo menos como ponto de fuga “normativo”. A mesma lógica parece reger algo como uma situação de perene emergência econômica, uma vez que não há mais a menor “segurança cognitiva” quanto à conduta anômica dos fluxos de capitais. Daí o novo tipo de salvaguarda jurídica: os dispositivos constitucionais se assemelham cada vez mais ao modelo europeu de uma convenção econômica cuja elaboração não emana de qualquer poder constituinte popular, tampouco requer a existência de um Estado, basta moeda e Banco Central, pois se trata apenas de assegurar a vida bruta do capital. Não é mais necessário que o Estado de Direito saia de cena, basta que no vasto espaço funcional em que se transformou o mundo do capital globalizado não seja mais possível distinguir o regime da lei e o regime da regra (para lembrar da distinção clássica de Foucault), porém de tal modo indistintos que o infrator potencial do segundo apenas confirme sua condição prévia de fora da lei, do direito ou do contrato. Ditaduras hoje são relíquias da violência liberal do tempo das chaminés. O estado de emergência permanente no Paquistão não se resume a uma contradança com advogados e Suprema Corte afrontados na sua legitimidade representativa, como também não é mais uma sobra da clientela da Guerra Fria, mas um laboratório avançado do mundo-zona franca que temos pela frente: sobre o seu território vigora o capitalismo de compadres como negócio privativo das Forças Armadas, com franquias nucleares e prestação de serviços de inteligência etc. Qualquer semelhança com o regime americano de pro-ônscules globais não é mera coincidência”. (ARANTES, 2014, pps. 317-318, grifos do autor).

⁸⁶⁰ Cf. ARANTES, 2014, p. 67, grifos do autor.

campo que começou a ser minado conforme se acirrava a luta de classes a partir dos anos 70 para os 80 do século passado, desmanchando primeiro o consenso liberal-keynesiano que comandara a trégua do imediato pós-guerra para afinal revelar, paradoxalmente, aliás, com o fim da Guerra Fria, que o horizonte do mundo encolhera vertiginosamente e uma *era triunfante de expectativas decrescentes* principiara com uma Queda espetacular, a seu modo também uma queda – pois apesar de todos os pesares a linha do horizonte era bem alta – no *tempo intemporal da urgência perpétua*: este o Novo Tempo do Mundo⁸⁶¹.

Diante destes chocantes diagnósticos, é fundamental refletirmos sobre a *natureza* e o *alcance* da mudança na percepção do tempo. Para isso, será relevante nos debruçarmos perante a obra do historiador francês, François Hartog, *Régimes d'historicité: Présentisme et expériences du temps* (2003), traduzido para o português, *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo* (2013). No prefácio, explicita seu argumento:

Sem querer transformar este prefácio em uma exposição sobre a crise atual, constatamos que, uma vez superada às pressas a crise financeira de 2008, reinou e reina por toda parte uma extrema dificuldade para enxergar além. Mais se reage do que se age. Razão do valor tranquilizador de uma fórmula como "a retomada" (retomar significa, de fato, repartir de onde se estava), diretamente ligada à nossa incapacidade coletiva de escapar ao que agora é usual chamar, na França, de "*court-termisme*", ou seja, a busca do ganho imediato, e que eu prefiro denominar "presentismo". O presente único: o da tirania do instante e da estagnação de um presente perpétuo. O que o historiador pode propor? A "retomada" não faz evidentemente parte de seus atributos. Todavia, ele pode convidar a um desprendimento do presente, graças à prática do olhar distanciado. Isto é, a um distanciamento. O instrumento do regime de historicidade auxilia a criar distância para, ao término da operação, melhor ver o próximo. Este era, em todo caso, o projeto e o desafio de minha proposta⁸⁶².

Segue afirmando que:

A hipótese (o presentismo) e o instrumento (o regime de historicidade) são solidários, completam-se mutuamente. O regime de historicidade permite formular a hipótese e a hipótese leva a elaborar a noção. Pelo menos de início, um não anda sem o outro. "Por que, perguntaram-me, preferir o termo regime ao de forma (de historicidade)"? E por que "regime de historicidade" em vez de "regime de temporalidade"? Regime: a palavra remete ao regime alimentar (*regimen*, em latim, *diaita*, em grego), ao regime político (*politeia*), ao regime dos ventos e ao regime de um motor. São metáforas que evocam áreas bem diferentes, mas que compartilham, pelo menos, o fato de se organizarem em torno das noções de mais e de menos, de grau, de mescla, de composto e de equilíbrio sempre provisório ou instável. Assim, um regime de historicidade é apenas uma maneira de engrenar passado, presente e futuro ou de compor um misto das três categoriais, justamente como se falava, na teoria política grega, de constituição mista (misturando aristocracia, oligarquia e democracia, sendo dominante de fato um dos três componentes). "Historicidade", por quê? De Hegel a Ricoeur, passando por Dilthey e Heidegger, o termo remete a uma longa e pesada história filosófica. Pode-se enfatizar seja a presença do homem para si mesmo enquanto história, seja sua finitude, seja sua abertura para o futuro (como *ser-para-a-morte* em Heidegger). Retenhamos aqui que o termo expressa a forma da condição histórica, a maneira como um indivíduo ou uma coletividade se instaura e se desenvolve no tempo. É legítimo, observarão, falar de historicidade antes da formação do conceito moderno de história, entre o fim do século XVIII e o

⁸⁶¹ Cf. Id, Ibid, pps. 93-94, grifos do autor.

⁸⁶² Cf. HARTOG, 2013, pps. 10-11.

início do século XIX? Sim, se por "historicidade" se entender esta experiência primeira de *estrangement*, de distância de si para si mesmo que, justamente, as categorias de passado, presente e futuro permitem apreender e dizer, ordenando-a e dando-lhe sentido⁸⁶³.

Em outras palavras, é possível admitir a noção de *regimes de historicidade* “antes ou independentemente da formulação posterior do conceito moderno de história”, tal como designou Koselleck. O que é, então, o regime de historicidade? Assim se pronuncia:

Definamos o que é e o que não é o regime de historicidade. Ele não é uma realidade dada. Nem diretamente observável nem registrado nos almanaques dos contemporâneos; é construído pelo historiador. Não deve ser assimilado às instâncias de outrora: um regime que venha suceder mecanicamente a outro, independentemente de onde venha. Não coincide com as épocas (no sentido de Bossuet ou de Condorcet) e não se calca absolutamente nestas grandes entidades incertas e vagas que são as civilizações. Ele é um artefato que valida sua capacidade heurística. Noção, categoria formal, aproxima-se do tipo-ideal weberiano. Conforme domine a categoria do passado, do futuro ou do presente, a ordem do tempo resultante não será evidentemente a mesma. Por essa razão, certos comportamentos, certas ações, certas formas de historiografia são mais possíveis do que outras, mais harmônicas ou defasadas do que outras, desatualizadas ou malogradas. Como categoria (sem conteúdo), que pode tornar mais inteligíveis as experiências do tempo, nada o confina apenas ao mundo europeu ou ocidental. Ao contrário, sua vocação é ser um instrumento comparatista: assim o é por construção. O uso que proponho do regime de historicidade pode ser tanto amplo, como restrito: macro ou micro-histórico. Ele pode ser um artefato para esclarecer a biografia de um personagem histórico (tal como Napoleão, que se encontrou entre o regime moderno, trazido pela Revolução, e o regime antigo, simbolizado pela escolha do Império e pelo casamento com Maria-Luísia de Áustria), ou a de um homem comum; com ele, pode-se atravessar uma grande obra (literária ou outra), tal como as *Mémoires d'outre-tombe* de Chateaubriand (onde ele se apresenta como o "nadador que mergulhou entre as duas margens do rio do tempo"); pode-se questionar a arquitetura de uma cidade, ontem e hoje, ou então comparar as grandes escansões da relação com o tempo de diferentes sociedades, próximas ou distantes. E, a cada vez, por meio da atenção muito particular dada aos momentos de crise do tempo e às suas expressões, visa-se a produzir mais inteligibilidade⁸⁶⁴.

Nesta abordagem relativista e erudita⁸⁶⁵, Hartog (2013) se propõe a desbravar a *ordem do tempo*: esta categoria mostra-se decisiva para suas pretensões em face da elucidação das múltiplas experiências do tempo e dos mais variados regimes de historicidade. Ademais, torna-se crucial para pensarmos a variabilidade do tempo prescindida da referência centralizada no Ocidente ou na modernidade europeia. E, ainda, revela uma forma alternativa à aceção do tempo histórico, utilizada por Koselleck. A ideia fundamental reside em admitir que *ordem do tempo* representa uma *cristalização* de um regime de historicidade, sendo que, a cada um destes regimes, se verifica uma “estrutura da conjuntura” própria: este foi o caso do

⁸⁶³ Cf. Id, Ibid, pps. 11-12.

⁸⁶⁴ Cf. Id, Ibid, pps. 12-13.

⁸⁶⁵ Estabelece tributo a muitos autores: desde os filósofos gregos aos intelectuais franceses - Foucault, Ricoeur, Braudel, Lévi-Strauss, Certeau, Furet, Valéry, dentre outros – além de Arendt e do historiador Krzysztof Pomian, do qual aciona sua concepção de uma *ordem do tempo*, sendo, inclusive, utilizada enquanto divisor entre as partes 1 e 2 de seu livro (Ordem do tempo 1 e Ordem do tempo 2).

presente homérico, do antigo dos filósofos clássicos, do humanismo renascentista e do evoluir escatológico ou messiânico do cristianismo.

Dividido em duas partes, nos três capítulos que compõem a primeira parte, lança um “olhar distanciado” a percorrer das ilhas Fidji à Esquéria, do Pacífico ao mar das travessias de Ulisses, chegando ao fim do século XVIII europeu, e retomando a travessia até o Novo Mundo reverenciado por Chateaubriand. Em síntese, nos diz:

Em pouco mais de meio século, essas três reflexões sobre as ruínas e essas três viagens à América, que acabamos de evocar, traduziram três experiências do tempo. Para nós, foram três depoimentos de um profundo questionamento da ordem do tempo. Volney, Chateaubriand, Tocqueville sabiam, cada um a seu modo, que o antigo regime de historicidade, tanto tempo sustentado pelo modelo da *historia magistra*, não era mais operatório. A inteligibilidade do que acontecia implicava articular de outra maneira as categorias do passado e do futuro, senão o espírito andaria “nas trevas”. Sem surpresa, a reviravolta mais precisa manifestou-se na obra de Chateaubriand, que, em um quarto de século, passou da visão de uma América primitiva, refúgio do homem segundo a natureza, como puderam sê-lo, segundo a tradição, os antigos citas, àquela da terra que soube inventar em pouco tempo a liberdade moderna. Não mais conservatório ou utopia passadista, ela é doravante o cadinho onde se forja o futuro. O Novo Mundo dos descobridores tornou-se o mundo novo, aquele da igualdade, na direção do qual o Antigo Mundo marcha mais lentamente e com dificuldade. E, a partir de então, é duplamente antigo: no sentido do século XVI, com certeza, mas também no sentido, novo, de ser menos avançado do que a América. De uma costa à outra do Atlântico, cavou-se uma distância entre a experiência e a expectativa. De sorte que fazer a travessia é, finalmente, para Tocqueville, uma maneira de reduzi-la, “buscando” experiência para esclarecer e mesmo fixar a expectativa, orientando a ação. Assim, ele permanece fiel, cabe observar, ao esquema da *historia magistra*, mas invertendo-o, já que agora a luz não vem mais do passado, mas do futuro. Com esse instrumento, torna-se então possível elaborar essa “ciência política nova”⁸⁶⁶.

Na segunda parte, procura se dirigir ao questionamento de nossa contemporaneidade, indagando até que ponto poderíamos defender o fato de estarmos diante de um novo regime de historicidade centrado no presentismo. Nesse sentido, invoca seus questionamentos⁸⁶⁷ e

⁸⁶⁶ Cf. Id, Ibid, pps. 131-132.

⁸⁶⁷ “Deixemos agora 1789 e o Atlântico para reunir, dois séculos mais tarde, os arredores de 1989 e as margens de uma outra crise maior do tempo, que se estende de um e de outro lado dessa data que se tomou simbólica. Se a paisagem é mais familiar, porque mais próxima de nós, não é necessariamente mais fácil orientar-se nela, porque próxima demais. Os dados são abundantes, os comentários e os estudos também. Cada livraria contribui com seu lote. Por isso, mais ainda do que em nossos exercícios anteriores, que tangiam mais ao olhar distanciado, é conveniente nos dois capítulos que seguem, exercícios de contemporaneidade, encontrar uma entrada precisa e ao mesmo tempo tão esclarecedora quanto possível. Sem perder, contudo, os conhecimentos adquiridos da experiência do olhar distanciado. A memória e o patrimônio, duas das palavras-chave do momento, noções norteadoras de nosso espaço público, pareceram-me responder a essas exigências. Nenhum dos dois termos será examinado por si próprio, nem desdobrado nas suas múltiplas idas e vindas, mas ambos serão essencialmente examinados do ponto de vista do tempo. Para a memória, *Les Lieux de mémoire* nos servirão para começar. Quanto ao patrimônio, uma visão de conjunto nos servirá de fio interrogativo. De que ordem do tempo esses termos são a tradução e, talvez, igualmente, uma expressão de seu questionamento? São indícios de que crise do tempo? O regime moderno de historicidade que vimos tomar forma por volta de 1789 é ainda operatório? A inteligibilidade vem, ainda e sempre do futuro, como todos os criadores do progresso ousaram pensar em primeiro lugar, antes de afirmá-lo com uma segurança cada vez maior? O “fato novo” não podia senão sobrepujar o “fato histórico”. Hoje, nesta evidência da memória e da centralidade do patrimônio,

postula sua hipótese: apesar das manifestações, referentes ao presentismo, que vigoraram antes de 1989, é precisamente neste momento que se marca uma *ruptura com o modo como se percebia e se interpretava o tempo*.

Por que essa hipótese de dois cortes: 1789 e 1989? Certamente não para bloquear a reflexão e seguir repetindo o fim de tudo e da história, em particular, já que a democracia não tem mais desafios agora; mas, bem pelo contrário, para estimular, relançar a questão, deslocando a evidência do presente. Então, ler *Les Lieux de mémoire* a partir de uma perspectiva ampla ou de uma história de longa duração das relações com o tempo leva a questioná-los como uma forma de trabalhar a partir desse corte (que não se reduz somente ao dia 9 de novembro de 1989, data da queda do Muro), mas também de fazê-lo trabalhar, buscando propor para ele uma abordagem e uma história. Esses cortes, vamos chamá-los ainda de brechas no tempo, retomando o diagnóstico feito por Hannah Arendt, isto é, esses intervalos totalmente determinados pelas coisas que não são mais e pelas coisas que não são ainda. Brechas, pois há uma pausa e esse tempo parece desorientado. Por isso, Chateaubriand concluía suas *Memórias*, lembremos, com a constatação das duas impossibilidades em que se encontrava o mundo em 1840: a impossibilidade do passado, a impossibilidade do futuro⁸⁶⁸.

A passagem, portanto, do regime moderno de historicidade para o *presentismo* configura uma série de sobreposições envolvendo as noções entre passado, futuro e presente. Conforme salienta:

O século XX aliou, finalmente, futurismo e presentismo. Se, em primeiro lugar, ele foi mais futurista do que presentista, terminou mais presentista do que futurista. Foi futurista com paixão, com cegueira, até o pior, hoje todos sabem. Futurismo deve ser entendido aqui como a dominação do ponto de vista do futuro. Este é o sentido imperativo da ordem do tempo: uma ordem que continua acelerando ou se apresentando como tal. A história é feita então em nome do futuro e deve ser escrita do mesmo modo. O movimento futurista estimulou essa postura ao extremo⁸⁶⁹.

Eis, então, seu argumento: o regime moderno de historicidade instituiu uma nova forma de se viver e perceber o tempo sedimentado pela noção de progresso. Disso depreendia-se que as sociedades, com ritmos e modos de vida distintos, alcançariam, em certo momento, em suas evoluções, o apogeu da marcha geral da civilização. Entretanto, as duas guerras mundiais promoveram uma ruptura nesta percepção. Reativamente a estas tragédias, os traços gerais do progressismo pareciam ter voltados a imperar, sob novos termos: tudo dependia do desfecho incitado pelo triunfo de um dos lados da rivalidade inscrita na Guerra Fria. Porém, o

exatamente como nas polêmicas em tomo da memória e da história, deve-se reconhecer um "retorno" da categoria do passado, uma nostalgia pelo velho modelo da *historia magistra* ou, antes, uma predominância, inédita até então, da categoria do presente? O próprio momento do presentismo. Mas o patrimônio é obrigatoriamente "passadista"? Não, na medida em que a conduta que consiste em patrimonializar o meio ambiente leva a reintroduzir o futuro". (Id, Ibid, p. 132).

⁸⁶⁸ Cf. Id, Ibid, pps. 138-139.

⁸⁶⁹ Cf. Id, Ibid, pps. 140-141.

fim desta disputa não culminou com o clímax da vitória dos aliados do capitalismo, mas, sobretudo, com uma *nova mudança* na percepção do tempo: o *presentismo*⁸⁷⁰.

⁸⁷⁰ “Se a catástrofe da Primeira Guerra Mundial e as crises que a seguiram, e depois aquela da Segunda Guerra abalaram, e até rejeitaram o futurismo, ainda assim toda uma série de fatores, retomados muitas vezes em *slogans*, concorreu finalmente para relançar os hinos ao progresso e não somente para manter operatório o regime moderno de historicidade, mas para fazer dele o único horizonte temporal. Mesmo que o futurismo, tendo perdido seu lirismo, tivesse que se adaptar à ameaça nuclear e dedicar-se a responder a ela. Na Europa, foram assim brandidos os imperativos da reconstrução e da modernização, acompanhados pelo planejamento, enquanto em nível mundial impunham-se as exigências da competição econômica, tendo como pano de fundo a Guerra Fria e a corrida armamentista, cada vez mais rápida. Tivemos assim, entre outros, “o futuro radiante” socialista, o “Milagre”, alemão, ou o período dos “Trinta Gloriosos” franceses (assim chamados a partir do livro de Jean Fourastié). Pouco a pouco, contudo, o futuro começava a ceder terreno ao presente, que ia exigir cada vez mais lugar, até dar a impressão recente de ocupá-lo por inteiro. Entrávamos então em um tempo de supremacia do ponto de vista do presente: aquele do presentismo, exatamente. Esse presente, aparentemente tão seguro de si e dominador, não surgiu todavia em um dia (na última terça parte do século XX), como tampouco é uma novidade radical. De certa forma, todo grupo, toda sociedade, ontem como hoje, pode contar apenas com seu presente. Mais tarde podem ocorrer estratégias diversas que induzem a valorizá-lo ou, pelo contrário, a desvalorizá-lo, em proporções variáveis e sempre inconstantes, conforme as conjunturas. Pode-se se fechar nele ou, pelo contrário, apressar-se para sair dele o mais rápido possível. *Praesens*, como chamava a atenção o linguista Émile Benveniste, significa etimologicamente “o que está na minha frente”, em consequência, “iminente, urgente”, “imediatamente”, conforme o sentido da preposição latina *prae*. O presente é o iminente: o corpo do corredor inclinado para frente no momento de se lançar”. (Id, Ibid, pps.141-142). Segue afirmando em outras passagens esclarecedoras: “O futurismo deteriorou-se sob o horizonte e o presentismo o substituiu. O presente tornou-se o horizonte. Sem futuro e sem passado, ele produz diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, um dia após o outro, e valoriza o imediato. E veio 1989, simbolizado pelo 9 de novembro, com a queda do muro de Berlim e o fim da ideologia que se concebera como ponto mais avançado da modernidade. De forma alguma, fim da história, nem mesmo no sentido que a entendia Francis Fukuyama, mas seguramente uma cesura na ordem do tempo (inicialmente na Europa e depois, pouco a pouco, em uma grande parte do mundo). Desde 1989, pode-se melhor apreender que se procuram novas relações com o tempo, exatamente como dois séculos mais cedo, quando se desagregava a antiga ordem do tempo e o regime de historicidade que lhe era ligado. O futuro está sempre aqui, também e talvez, ficaríamos tentados a dizer, mais imprevisível do que nunca. Quanto ao passado, o fim da tirania do futuro também teve por consequência devolvê-lo à sua opacidade e fazer dele igualmente um passado parcialmente imprevisível”. (Id, Ibid, p. 188). Mais à frente: “Após as catástrofes do século XX, as numerosas rupturas, as fortes acelerações tão perceptíveis na experiência do tempo vivido, nem o surgimento da memória nem o do patrimônio são finalmente surpresas. A pergunta poderia até ser: por que foi preciso esperar tanto tempo? Certamente, porque é preciso tempo, mas também porque, anteriormente, não se teve nem a possibilidade nem o tempo de fazer isso? A ordem do mundo e do tempo quase não os tomava possíveis. Foi necessária a reunião de toda uma série de condições, inclusive geracionais, lembradas na abertura dessa travessia dos tempos. Em compensação, o que distingue a ofensiva patrimonial contemporânea das precedentes é a rapidez de sua extensão, a multiplicidade de suas manifestações e seu caráter fortemente presentista, embora o presente tenha tomado uma extensão inédita (ele é sexagenário). Vimos diversos sinais disso. Prefere-se o memorial ao monumento ou esse último vem em forma de memorial, o passado atrai mais do que a história; a presença do passado, a evocação e a emoção sobrepujam o distanciamento e a mediação; a valorização do local se combina com a busca de uma “história própria”; por fim esse próprio patrimônio é trabalhado pela aceleração; é preciso agir rápido antes que seja tarde demais, antes que a noite caia e que hoje tenha desaparecido completamente. Quer ela se manifeste como demanda, se afirme como dever ou se reinvidique como direito, a memória vale, no mesmo movimento, como uma resposta ao presentismo e como um dos seus sintomas. O mesmo se dá com o patrimônio. No entanto, com algo a mais do ponto de vista da experiência e, finalmente, da ordem do tempo. A patrimonialização do meio ambiente, que designa a extensão provavelmente mais concreta e mais nova da noção, abre incontestavelmente para o futuro ou para novas interações entre presente e futuro. Será que não saímos então apenas do círculo do presente, já que a preocupação do futuro se apresenta, de fato, como a razão de ser deste fenômeno? Salvo que esse futuro não é mais promessa ou “princípio de esperança”, mas ameaça. Tal é a reviravolta. Uma ameaça que lançamos e da qual devemos nos reconhecer, hoje na falta do ontem já, como os responsáveis. Assim, interrogar o patrimônio e seus regimes de temporalidade nos conduziu, de maneira inesperada, do passado ao futuro, mas um futuro que não está mais disponível para ser conquistado ou trazido à tona, sem hesitar em brutalizar o presente, se for preciso. Esse futuro não é mais um horizonte luminoso rumo ao qual caminhamos, mas uma linha de sombra que colocamos em movimento em nossa direção, enquanto parecemos patinar no campo do presente e ruminar um passado que não passa”. (Id, Ibid, pps. 244-245).

Seria o presentismo uma nova *ordem do tempo*, sustentada por um *novo regime de historicidade*? Hartog (2013) prefere ser mais cauteloso em relação a isso, ao nos dizer que:

A construção do neologismo "presentismo" deu-se, de início, em relação à categoria de futurismo (o futuro comandava). Para mim, arriscar a denominação presentismo era primeiramente uma hipótese. Nosso modo de articular passado, presente e futuro não tinha algo de específico, agora, hoje, que faria com que nosso presente diferísse de outros presentes do passado? E minha resposta foi sim, parece-me que há algo específico. O que levou à pergunta seguinte, que eu ainda não formulava nestes termos no livro: estamos lidando com um presentismo *pleno* ou *provisório*? Será somente um momento de pausa, de estase, seguido de um futuro mais ou menos "glorioso", de tipo futurista - já que as probabilidades de voltar a um regime de tipo "passadista" (no qual o passado comanda) são limitadas? -, ou esse presente onipresente (como se diz onívoro) no qual nos encontramos é um presentismo pleno? Em outras palavras, será um modo inédito de experiência do tempo e o delineamento de um novo regime de historicidade, sobretudo para um mundo ocidental, que, durante dois séculos, caminhou e fez os outros caminharem para o futuro? Ainda não sabemos. Longe de ser uniforme e unívoco, este presente presentista é vivenciado de forma muito diferente conforme o lugar ocupado na sociedade. [...] O presentismo pode, assim, ser um horizonte aberto ou fechado: aberto para cada vez mais aceleração e mobilidade, fechado para uma sobrevivência diária e um presente estagnante. A isso, deve-se ainda acrescentar outra dimensão de nosso presente: a do futuro percebido, não mais como promessa, mas como ameaça; sob a forma de catástrofes, de um tempo de catástrofes que nós mesmos provocamos. Deste modo, a crise na qual estamos nos debatendo, hesitantes, demanda aprofundar a reflexão. Certamente o presentismo não basta para dar conta dela (e não pretende isso), mas talvez ele venha ressaltar os riscos e as consequências de um presente onipresente, onipotente, que se impõe como único horizonte possível e que valoriza só o imediatismo. Longe de toda nostalgia e das afirmações peremptórias, minha ambição ontem, assim como hoje, era dedicar-me, juntamente com outros e com algumas questões de historiador, a entender a conjuntura⁸⁷¹.

Se o autor não está seguro de asseverar a emergência de um novo regime de historicidade, por sua vez, não demonstra qualquer dúvida em relação ao momento em que estamos vivendo⁸⁷²: trata-se da *crise do tempo*.

É conveniente então falar de fim ou de saída dos tempos modernos, isto é, dessa estrutura temporal particular ou do regime moderno de historicidade? Ainda não sabemos. De crise, certamente. É esse momento e essa experiência contemporânea do tempo que designo presentismo⁸⁷³.

⁸⁷¹ Cf. HARTOG, 2013, pps. 14-15, grifos do autor.

⁸⁷² "Hoje, a luz é produzida única e exclusivamente pelo presente. Neste caso (somente), não há mais nem passado, nem futuro, nem tempo histórico, se for verdade que o tempo histórico moderno encontrou-se posto em movimento pela tensão criada entre campo de experiência e horizonte de expectativa. Será preciso estimar que a distância entre a experiência e a expectativa aumentou a tal ponto que culminou na ruptura ou que estamos, em todo caso, em um momento em que as duas categorias encontram-se desarticuladas uma em relação à outra? Que se trate de uma situação transitória ou de um estado duradouro, resta que esse presente permanece o tempo da memória e da dívida, da amnésia no cotidiano, da incerteza e das simulações. Nessas condições, não convém mais descrever esse presente - esse momento de crise do tempo -, retomando e prolongando as sugestões de Hannah Arendt, como uma "brecha" entre o passado e o futuro. Nosso presente não se deixa apreender ou mal se deixa como "este estranho entremeio" no tempo, "onde se toma consciência de um intervalo que é inteiramente determinado por coisas que não são mais e por coisas que não são ainda". Ele se desejaria determinado apenas por si próprio. Esta seria, portanto, a fisionomia do presentismo desse presente: o nosso". (Id, Ibid, p. 260).

⁸⁷³ Cf. Id, Ibid, p. 40.

Cabe analisar, finalmente, de que tipo de crise do tempo está nos falando o historiador francês. Para isso, faz-se oportuno destacar as reflexões da historiadora brasileira, Francine Iegelski, em seu artigo *Resfriamento das sociedades quentes? – crítica da modernidade, história intelectual e história política* (2016). Neste texto, tomam-se como ponto de partida as reflexões de Claude Lévi-Strauss e François Hartog acerca da mudança da percepção europeia sobre o tempo e a história, na virada do século XX para o XXI. Em seguida, discutem-se as relações entre os pares: modernidade/tempo histórico, de Koselleck, e presentismo/regimes de historicidade, de Hartog. Em sua avaliação, o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss já havia percebido, em 1993, a mudança na sensibilidade dos europeus, ao referir-se sobre o *resfriamento das sociedades quentes*⁸⁷⁴. Uma década depois, o historiador francês publica *Regimes de historicidade*, onde apresenta sua tese sobre o presentismo, deixando explícita em várias passagens a influência de Lévi-Strauss em sua interpretação a respeito dos regimes de historicidade⁸⁷⁵.

⁸⁷⁴ “Em um texto de 1993, intitulado “*Un autre regard*” [Um outro olhar], chamou-a de *resfriamento das sociedades quentes*. Ele retomou, naquela ocasião, sua famosa e controversa distinção teórica entre sociedades quentes e sociedades frias para falar do *sentimento de fim de século* dos europeus e da luta política dos indígenas por território (sintoma do que seria o *aquecimento das sociedades frias*). O processo de resfriamento das sociedades quentes decorreria do sentimento dos modernos de que o futuro já não poderia anunciar nada de bom. Para Lévi-Strauss, é como se as sociedades europeias tivessem traído suas expectativas em relação à história, como se quisessem contrariar o curso de acontecimentos catastróficos, impedindo a passagem do tempo. O texto é o prefácio ao número da revista *L’Homme* consagrado à antropologia e à história das sociedades amazônicas. A distinção entre sociedades quentes e sociedades frias surgiu pela primeira vez nas entrevistas concedidas a Georges Charbonnier no ano de 1959 para a RTF (empresa de rádio e televisão francesa), publicadas em forma de livro em 1961. Naquele momento inaugural dos “anos de ouro do estruturalismo”, entre 1958-1968, o binômio quente/frio servira para explicar de que modo as sociedades modernas se distinguiriam das sociedades indígenas na resolução de problemas e na elaboração de valores. Lévi-Strauss havia, então, proposto que seriam quentes as sociedades que se abriram para a história e fizeram dela o motor de seu desenvolvimento, e frias aquelas que preferiram recusar a história, fazendo de tudo para manterem-se impermeáveis às mudanças. Essa distinção não tinha a intenção de tratar de categorias reais, mas pretendia estabelecer dois protótipos, dois modelos de sociedades, que remeteriam às maneiras subjetivas pelas quais os homens concebem sua relação com a história. As sociedades quentes seriam o protótipo das sociedades modernas, enquanto que as sociedades frias seriam o protótipo das sociedades indígenas”. (IEGELSKI, 2016, pps. 387-388, grifos da autora).

⁸⁷⁵ “A análise de Hartog sobre o presentismo mantém relações de afinidade com a interpretação de Lévi-Strauss sobre o processo de resfriamento das sociedades quentes. Mais que isso, na verdade: “De minha parte, da divisão entre sociedades frias e quentes ao conceito de ‘regimes de historicidade’, há um fio direto e o reconhecimento de uma dívida intelectual”, afirmou. O questionamento do progresso e a percepção de que o futuro é entendido mais como uma ameaça do que como uma esperança parecem ser exemplos significativos da fina sintonia entre os diagnósticos de Lévi-Strauss e Hartog quando tratam da sensibilidade europeia diante da história e do tempo na passagem do século XX para o XXI. Hartog reconheceu, em diversas ocasiões, a importância do pensamento de Lévi-Strauss para seu trabalho de historiador. Em “O olhar distanciado: Lévi-Strauss e a história” (2004) escreveu: “Nessa grande ‘tentativa intelectual’ [da antropologia estrutural], eu percebi, entendi cada vez mais nitidamente, a exemplo do retorno de uma frase musical, essa atenção dada ao tempo, isto é, aos diversos modos de temporalidades, àquilo que eu terminei por nomear regimes de historicidade”. A noção de regimes de historicidade pretende ser um instrumento para se compreender as experiências do tempo, as diferentes maneiras das sociedades articularem presente, passado e futuro. Na introdução ao livro, Hartog explica que essa noção surge de um diálogo, proposto por ele, entre antropologia e história: “Era uma maneira de prosseguir, modificando um pouco, o diálogo intermitente, mas recorrente, fatigante às vezes, mas nunca abandonado, entre antropologia e história que Claude Lévi-Strauss havia aberto em 1949”. Hartog se refere ao texto “História e etnologia” de Lévi-Strauss, publicado pela *Revue de Métaphysique et Morale* em um número consagrado aos

Outra forte influência para o historiador francês deriva diretamente de Koselleck. A relação entre este último e Hartog é bastante nuançada. Segundo Iegelski:

De fato, as relações entre Koselleck e Hartog não são evidentes. Pretendemos, aqui, justamente oferecer uma alternativa para marcar a diferenciação entre os autores: Hartog propõe a recuperação das ideias de modernidade e tempo histórico de Koselleck, mas para, em seguida, diagnosticar o seu esgotamento no tempo presente. Em *Regimes de historicidade*, Hartog procura mostrar a inatualidade do par “modernidade e tempo histórico” para, assim, afirmar o par “presentismo e regimes de historicidade”⁸⁷⁶.

Segue afirmando que:

As interpretações de Koselleck sobre a modernidade ocupam um lugar importante nas reflexões de Hartog sobre o regime moderno de historicidade. Mas Hartog considera que, desde finais dos anos 1980, “uma configuração suficientemente diferente” se impôs. Em *Regimes de historicidade*, Hartog questiona a atualidade da modernidade e a validade do conceito de tempo histórico. Assim, consideramos que Hartog operou um duplo movimento em relação à obra de Koselleck. De um lado, reteve a descrição de Koselleck sobre a modernidade para pensar tanto a experiência moderna do tempo quanto, por comparação, a experiência presentista. De outro, ao propor a noção de regimes de historicidade como um instrumento que permite compreender as experiências do tempo, Hartog questiona o próprio conceito de tempo histórico de Koselleck. As duas categorias meta-históricas, “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, que dariam sentido para o tempo histórico de Koselleck, são substituídas, em Hartog, pelas três categorias que organizariam a experiência temporal – passado, presente e futuro – nos regimes de historicidade. Eis, então, um desdobramento pouco notado desse duplo movimento de Hartog em relação a Koselleck: ao oferecer uma análise sobre o presentismo e propor a noção de regimes de historicidade como um instrumento de investigação sobre o tempo, Hartog quis afastar-se com pés de pomba, mas nem por isso de modo menos significativo, da ideia de história⁸⁷⁷.

Em síntese:

Hartog aprofundou a crítica à modernidade, vinda do coração europeu, quando propôs que o conceito moderno de história deveria ser entendido como apenas “um momento de uma longuíssima história dos modos de relação com o passado e dos seus usos”. Assim, não decreta o fim da história, mas aponta para a necessidade de um descentramento e de uma ampliação do conceito de história, para que este seja mais apropriado ao tempo presente. Em *Regimes de historicidade*, o presente é, simultaneamente, a categoria temporal preponderante da experiência contemporânea do tempo e o ponto de partida para decifrar outros regimes de historicidade. Para compreender o lugar do presente hoje seria preciso entender como os homens de outros tempos engendraram sua ordem do tempo, isto é, seria preciso entender como articularam o presente ao passado e ao futuro. Assim, para além do presentismo, Hartog examina outros regimes de historicidade, especialmente aqueles que julga “os mais notáveis, aqueles que deixam mais traços na cultura europeia: o presente homérico, o antigo dos filósofos, o renascente dos humanistas, o escatológico ou o messiânico, o presente moderno, aquele produzido pelo regime moderno de historicidade”. Mesmo fazendo a crítica à história moderna, Hartog apresenta a noção de regimes de historicidade como “uma das condições de possibilidade da

problemas da história. “História e etnologia” reapareceu em 1958, como introdução ao livro programático *Antropologia estrutural*. Este texto de Lévi-Strauss lançou os debates que tiveram importantes repercussões para as duas disciplinas ao longo da segunda metade do século XX. Um exemplo célebre é o texto de Fernand Braudel, “História e Ciências Sociais: a longa duração”, escrito em resposta a Lévi-Strauss e às suas propostas de cooperação entre história e etnologia. (Id, Ibid, pps. 388-389).

⁸⁷⁶ Cf. Id, Ibid, p. 392.

⁸⁷⁷ Cf. Id, Ibid, p. 395.

produção de histórias: de acordo com as relações respectivas do presente, do passado e do futuro, determinados tipos de história são possíveis e outros não”. A questão fundamental dessa busca pelo tempo é saber “como, conforme os lugares, os tempos e as sociedades, essas categorias de pensamento e ação ao mesmo tempo são operacionalizadas e vêm tornar possível e perceptível o deslocamento de uma ordem do tempo⁸⁷⁸”.

Em outras palavras, o historiador francês permite-se adotar uma concepção *universal* envolvendo as experiências do tempo, mas que, ao mesmo tempo, não esteja submetida à *centralidade* da ideia de história construída na modernidade. Desta maneira, assevera:

Em Hartog, as três categorias temporais – passado, presente e futuro – têm um caráter *universal*, elas seriam compartilhadas por todos os homens que tiveram, têm, ou virão a ter uma experiência do tempo. Por essa razão, propõe que a noção de regimes de historicidade proporciona uma análise que está “aquém da história (como gênero ou disciplina)” e acrescenta: “mas toda história, seja qual for finalmente seu modo de expressão, pressupõe, remete a, traduz, trai, enaltece ou contradiz uma ou mais experiências do tempo”. A crítica de Hartog à modernidade não o faz abrir mão da ideia de que a análise, em última instância, deva visar à condição de possibilidade daquilo que busca compreender – no caso, o tempo e as experiências de que dele têm os homens. Assim, julgamos que a noção de regimes de historicidade engendra um tipo de explicação que é, ao mesmo tempo, histórica e estrutural. Histórica, pois quer apreender, via a compreensão da ordem do tempo, as particularidades das ideias e experiências que movem os indivíduos e os grupos da sociedade em questão. Estrutural, pois quer estabelecer relações entre formas de temporalidades que existiram ou existem em diferentes regiões do planeta, para além do solo europeu. Ela quer assumir o papel de uma “ideia reguladora”, colocando em evidência a multiplicidade do tempo, das experiências do tempo. E, ao fazê-lo, Hartog tenta “articular, velho sonho, espaço e tempo⁸⁷⁹”.

E, conclui:

Assim, muito mais do que pretender à sua universalização, isto é, muito mais do que entender o presentismo como chave de explicação para as experiências temporais de todas as outras regiões do planeta, como a América Latina, Hartog ofereceu uma interpretação passível de comparação (e, por que não dizer, de crítica) – e aí reside a principal riqueza da noção de regimes de historicidade – sobre o que se passou na Europa a partir do que chamou, apoiado em Lévi-Strauss, de “fim de um século XX particularmente funesto”. Para Lévi-Strauss, a história seria possível porque, durante um período, um conjunto de acontecimentos passaria a assumir a mesma significação para um grupo razoável de pessoas que não viveram necessariamente esses fatos e que podem mesmo considerá-los com vários séculos de distância, como teria acontecido com a Revolução Francesa. Assim, história e política correntemente assumem a mesma função porque dependem – para ganhar um caráter de verdade – de uma valoração compartilhada por um grupo ou diferentes grupos em um período, seja ele longo ou curto. Poderia ser diferente? Poderia o analista “tomar distância” absoluta daquilo que propõe analisar, seja na forma de relatos ou fatos? A escrita da história, por mais que se tente tomar distância daquilo que se analisa, parece sempre pedir uma adesão, uma valoração. É justamente nesse ponto que a história se relaciona, para o bem e para o mal, com a política. É justamente nesse ponto que percebemos como uma ideia de história incide sobre o modo como a contamos, sobre o valor que atribuímos àquilo que narramos⁸⁸⁰.

⁸⁷⁸ Cf. Id, Ibid, p. 396.

⁸⁷⁹ Cf. Id, Ibid, p. 396-397.

⁸⁸⁰ Cf. Id, Ibid, pps. 411-412.

O “*resfriamento das sociedades quentes*” e o “*aquecimento das sociedades frias*”, para adotarmos os termos de Lévi-Strauss, são qualificações que dependem dos pontos de vista dos historiadores que as observam e, baseiam-se, sobretudo, na forma de ver de quem as constrói. A única experiência universal dos seres humanos perante a história é a sua noção de finitude material. As luminosas reflexões de Hartog apontam uma mudança ocorrendo no modo com que articulamos passado, presente e futuro. Aventa a desconfiança de estarmos vivenciando um hiato entre os diferentes regimes ou já estarmos em meio a um novo regime de historicidade, o presentismo. De qualquer forma, em termos mais gerais, assevera o fato incontestado de presenciarmos a *crise do tempo*, cujo alcance assumiu proporções inimagináveis.

De nossa parte, podemos admitir que a crise do tempo torna-se a mais convincente evidência que sustenta a ideia da *crise histórica* do capitalismo contemporâneo. O mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo, nas palavras de Hobsbawm, expressa o ponto de crise histórica assumida pelas forças capazes de destruir o meio ambiente e as fundações materiais da vida humana. É inegável o seu potencial destrutivo – o risco de implosão ou explosão a que se refere o historiador. Além disso, como vimos, o capital vem procurando se municiar em torno do *comando* e do *controle* sobre todas as possíveis formas de *antecipação do futuro* inacessível e indeterminado. Este é um sinal clarividente de sua tendência *universal*.

No entanto, as condições materiais propiciadas pelo capitalismo apresentam, *potencialmente*, muitas possibilidades de sua própria superação, mas, ao mesmo tempo, foram estas mesmas condições que nos fizeram chegar até este momento, culminando, paradoxalmente, na impossibilidade, até então, de projetarmos algo novo em seu lugar, por nos encontrarmos presos ao presente contínuo. Este traço também ajuda a figurar o caráter da crise histórica: *as inúmeras possibilidades projetam saídas e, ao mesmo tempo, impõem os seus limites*.

Como superar então a ideia potencialmente *destrutiva* de progresso? Como derrubar os *muros* que foram erigidos, escorado nesta mesma ideia, e colocar algo novo sobre os seus escombros? Esta é a crise histórica a que estamos nos referindo. Diante da total incapacidade de prognosticar para onde vamos, resta compreendermos, ao menos, o que nos trouxe até aqui. Para darmos um nome a tudo que se passa, precisamos analisar o que entendemos por *capitalismo* e como, nele, se configura a sua *feição contemporânea*. Este será o objetivo de nosso último capítulo.

CAPÍTULO 12

EM BUSCA DO CONCEITO DE CAPITALISMO E DE SUA PERIODIZAÇÃO

Uma vez explicitada nossa compreensão acerca da crise histórica que atravessa o capitalismo contemporâneo, cabe sustentar os elementos que julgamos fundamentais para pensarmos o próprio *conceito* de capitalismo e o significado mais conciso de sua *feição contemporânea*. Antes, porém, de avançarmos com esta elaboração, vejamos uma recapitulação, sumária, sobre como os principais autores, apontados nas três primeiras partes da tese, admitiram suas interpretações a esse respeito, com a exceção dos defensores da tese do “novo-imperialismo” ou do capital-imperialismo, que serão analisados mais à frente.

Para os teóricos da modernização, o capitalismo industrial estava propiciando as condições políticas, sociais, econômicas e culturais suficientemente consistentes para o desenvolvimento seguro e democrático das sociedades capitalistas. Dahrendorf (1959) acreditava que isto implicaria, até mesmo, em uma transição para uma sociedade pós-capitalista, à medida que o avanço do processo democrático e representativo acarretaria mudanças na concepção de classes sociais e de lutas de classes, apostando inclusive na possibilidade da constituição de uma igualdade de fato (não apenas jurídica) no seio destas sociedades. Galbraith (1958, 1967), por sua vez, encarava o capitalismo industrial como um sistema de planejamento capaz de “dominar” o mercado, a ponto de permitir que o controle sobre o direcionamento dos recursos abundantes, através da uma tecnocracia, pudesse cada vez mais ser democratizado, amplificando os benefícios criados pelas sociedades opulentas.

Em relação aos teóricos da “sociedade da informação”, Touraine (1969) indicava que a sociedade capitalista havia se transfigurado em uma nova “sociedade pós-industrial”, em que o conhecimento tornava-se a primazia da fonte da riqueza. O acesso à informação e ao conhecimento imprimiria as diferenças entre as classes sociais, com as quais os conflitos sociais seriam conformados em torno das demandas imateriais ou identitárias. Bell (1973, 1980) alega que a sociedade capitalista pós-industrial se transformou na sociedade da informação, onde a ênfase se dá na centralidade do conhecimento teórico como eixo que organiza a sociedade. Neste processo, estaria em curso a perda da centralidade do trabalho, pois os conflitos se deslocam para as decisões técnicas envolvendo o desenvolvimento da ciência e das tecnologias. Castells (2000) postula o advento da sociedade em rede ou informacional: o capitalismo informacional coloca a ação do conhecimento sobre o próprio conhecimento, na condição de papel crucial enquanto fonte de produtividade e, com isso,

caminhamos para a supressão das classes típicas da era industrial em face da nova era da informação.

No que tange aos teóricos da “sociedade pós-fordista”, Piore e Sabel (1984) defendem que a “sociedade pós-fordista” está assentada na especialização flexível, isto é, um novo paradigma tecnológico que impulsiona um novo padrão de acumulação de capital, engendrado pelas novas tecnologias flexíveis na produção e nas relações de produção e de trabalho. Apostam, ainda, na democracia dos pequenos produtores e na emergência de um individualismo coletivo, marcado pela cooperação competitiva. Lash e Urry (1987, 1994) acionam o conceito de capitalismo desorganizado para expressar os efeitos surtidos pela especialização flexível: a desconcentração e internacionalização da produção industrial aliada ao predomínio do capital financeiro sobre o capital industrial promoveriam o declínio absoluto e relativo da classe trabalhadora. Além disso, a fragmentação cultural e o pluralismo solapariam as identidades classistas. Por outro lado, permitiriam a possibilidade de reconstrução dos modos de identidades individual e coletiva, a partir das “estruturas de informação e comunicação” alicerçadas pelas economias de signos e espaços. Hall e Jacques (1989) reiteram estas posições, levando ao extremo os impactos nas mais diversas esferas da realidade.

No entanto, a “Escola da Regulação” francesa assevera que o capitalismo contemporâneo está passando por uma mudança em seu modo de desenvolvimento, delineado por um novo regime de acumulação específico, bem como também, por uma nova forma de regulação. A década de 1970 exprime uma crise no capitalismo, sendo o “neofordismo” (fordismo global) a melhor expressão utilizada pelo capital, desde então, para contornar esta crise. Nesse sentido, ainda é válido perseverar, sob novas bases, pelo acordo de classes, erigido no pós-guerra. Harvey (1989) entende a transição do fordismo à acumulação flexível como se tratando de um novo padrão de acumulação de capital que implica na emergência de um novo ciclo de compressão do tempo-espaço na organização do capitalismo, sem alterar, disruptivamente, a preservação dos elementos mais gerais da lógica do modo de produção capitalista. Desta forma, a crise de superacumulação, ocorrida nos anos de 1970, é contornada através do deslocamento temporal-espacial do capital.

Analisando as transformações na reprodução da sociedade capitalista, Deleuze (1992) nos diz que a sociedade disciplinar fora sucumbida pela sociedade do controle por meio da crise generalizada de todos os modos de confinamento: temos, agora, sociedades modulares e moduláveis, onde os seres humanos tornaram-se cifras. Mais uma mutação do capitalismo do que simplesmente uma evolução tecnológica, a sociedade do controle coloca a exigência de

novas formas de resistências, das quais os sindicatos estão inaptos. Negri e Hardt (2000, 2004) destacam o surgimento da sociedade pós-moderna pós-fordista como equivalente a sociedade biopolítica ou do controle: uma sociedade em que o conflito se dá em termos dos ditames do Império e das resistências da multidão, cabendo a esta última se valer das formas colaborativas de trabalho imaterial, inscritas na produção biopolítica de subjetividades.

No tocante aos teóricos da “sociedade pós-moderna”, Lyotard (1979) estabelece a entrada da sociedade capitalista na idade pós-industrial e das culturas na idade pós-modernas, trazendo consigo uma mudança no estatuto do saber que, por um lado, assume um papel decisivo enquanto força de produção e para as relações de poder e, por outro lado, colabora com a deslegitimação dos grandes relatos emancipatórios. Temos, então, a orquestração de uma rede de comunidades capazes de inventar suas próprias formas de vidas através das redes flexíveis de jogos de linguagem. Habermas (1985) assinala as transformações ocorridas no capitalismo tardio, mas se recusa a aceitar a existência de uma “sociedade pós-moderna”, pois a modernidade não esgotou todas as suas possibilidades. O que importa é revitalizar e completar o projeto inacabado da modernidade a partir da razão comunicativa.

Jameson (1991) anuncia que o capitalismo contemporâneo está caracterizado pelo pós-modernismo, pela modernização completa e pela pós-modernidade, sendo esta última reavaliada em detrimento da ideia da globalização. Em sua contemporaneidade, o capitalismo necessita cada vez mais que uma lógica cultural passe a operar em prol de seu funcionamento e reprodução, a ponto de promover uma dissolução da autonomia da esfera da cultura. Todavia, enfatiza que os anseios utópicos não serão facilmente reprimidos, embora não disserte sobre a atuação estratégica das classes sociais e das manifestações de suas lutas.

Para os teóricos do capitalismo financeiro, Braga (1985, 2017) compreende o capitalismo como uma economia monetária da produção, marcado pela natureza contraditória e pela instabilidade intrínseca (sempre propenso a crises). Desde meados de 1970, a financeirização corresponde a maior abstração do próprio desenvolvimento do capital, ou seja, é a forma contemporânea do modo como o valor busca se valorizar, almejando como finalidade última sua valorização em termos monetários. Chesnais (2016) concebe o capitalismo como um sistema de exploração do trabalho que, após a década de 1970, transmutou-se em um novo regime de acumulação financeira em escala mundial. A financeirização aparece como sendo o entrelaçamento do capital portador de juros e do capital fictício – capital como propriedade penetrando nos poros do capital como função. Entretanto, não abdica do conceito de capital rentista, estendendo-o na condição de direcionamento das grandes empresas transnacionais da mais-valia produzida globalmente.

A acumulação financeira universaliza o “fetichismo do dinheiro”, redefinindo a subsunção real do trabalho às finanças, comandadas pelo imperialismo norte-americano através da globalização financeira. As lutas de classes inserem-se, portanto, em um contexto de crise civilizatória. Na visão do “Grupo de Vitória” (Carcanholo, Nakatani e Sabadini – 1999, 2012, 2013), o sistema explorador do trabalho assume, desde 1970, uma posição de dominação do capital especulativo parasitário sobre o capital produtivo. É o capital fictício surfando na lógica especulativa e parasitária e incitando a necessidade de uma exploração cada vez maior sobre os trabalhadores para a criação de mais-valia.

Os adeptos do capitalismo (bio)cognitivo atinam que o capitalismo contemporâneo se caracteriza como um sistema explorador do conhecimento. Moulier-Boutang (2007, 2015, 2016) identifica um terceiro tipo de capitalismo, o capitalismo cognitivo, cujo novo padrão de acumulação está apoiado no conhecimento e a principal fonte de valor provém do trabalho imaterial e da captura das externalidades. A nova condição para a inovação se assenta na inteligência coletiva, baseada na inventividade do compartilhamento de conhecimento. O trabalho vivo imaterial é a substância do valor e a geração de riqueza depende muito mais da aplicação da ciência e da técnica do que do tempo de trabalho excedente.

Fumagalli (2007) reitera esta avaliação, acrescentando que a emergência da nova forma de acumulação de capital é a da acumulação bioeconômica: aqui operam a ação de dispositivos de controle social e jurídico associado aos novos formatos de produção, distribuição e consumo, desempenhados pelo papel crucial do conhecimento como fonte de valor, sob a forma de linguagem padronizada. O trabalho concreto torna-se o trabalho criativo e o trabalho abstrato configura-se enquanto conhecimento abstrato. A separação entre os dois não é mais clara. A mercadoria é tomada como explicitação máxima do simbólico-imaginário.

Já os teóricos da crise do capitalismo possuem um conceito de capitalismo mais explícito e robusto. Mészáros (1994) promove uma distinção entre o sistema do capital e o capitalismo. Capital expressa uma relação social, a relação capital, conformada por um sistema orgânico de reprodução sóciometabólica, enredada pela autoreprodução ampliada. Este é o sistema sem sujeito, incontrolável e com forte potencial destrutivo, sendo o capitalismo, portanto, apenas uma forma particular do sistema do capital. Nesse sentido, superar o sistema do capital exige a eliminação da totalidade do capital, envolvendo desde a força extraparlamentar e as linhas de menor resistência, como, sobretudo, a estrutura hierárquica de comando do sistema do capital, o próprio Estado.

Wallerstein (1974, 1995), demonstrando certa “proximidade” com a abordagem do materialismo histórico, utiliza-se do conceito de economia-mundo capitalista para empreender

a dinâmica do capitalismo histórico: um sistema social histórico baseado em três processos fundamentais, a saber: (i) a acumulação incessante de capitais, que engendra um processo de “mercantilização de tudo”, (ii) a superestrutura política, que enreda o sistema interestatal, e (iii) a geocultura, hegemonizada pelo liberalismo centrista. Este sistema entra em crise em fins da década de 1960 e início da década de 1970, acelerando um processo caótico que propicia uma bifurcação, abrindo-se, assim, possibilidades para a sua superação.

Finalmente, para os teóricos do neoliberalismo, neoinstitucionalismo e neoconservadorismo, o capitalismo – embora o termo esteja ausente em grande parte de seus trabalhos – representa um sistema econômico. Na verdade, trata-se de algo mais sofisticado e invariavelmente retórico: a “ordem espontânea” ou “ordem erigida com base nos valores herdados”. Tais ordens demonstravam sinais de “ameaças” desde o final do século XIX, estendendo-se, até meados da década de 1960, impondo-se a necessidade de uma nova reafirmação e reformulação.

Mises e Hayek foram decisivos neste expediente ao promoverem uma revitalização do liberalismo. A defesa da ordem social situa-se, principalmente, em dois níveis de argumentação: diante de sua longevidade, esta ordem social seria a única capaz de preservar a vida de bilhões de indivíduos e, ainda, por instaurar e se fundamentar na concorrência e na propriedade privada, esta ordem seria a única capaz de preservar a liberdade individual. Estas balizas certamente influenciaram as elaborações dos libertários, neoinstitucionalistas e neoconservadores, a partir dos anos de 1970. Como vimos, a defesa da vigência da ordem social implica na criação de um novo ser humano, mais adequado à regência da concorrência como normatividade social.

Em linhas gerais, este foi o itinerário percorrido na tese, buscando evidenciar as apreensões de um conjunto amplo de autores acerca das interpretações sobre o capitalismo contemporâneo. Cabe, então, realizar uma avaliação geral antes de procedermos com nossa exposição do que entendemos por capitalismo e qual seria o traço fundamental de sua feição contemporânea. Mostrou-se notório que qualquer noção de capitalismo guarda em si mesma, de maneira explícita ou implícita, certa percepção de como se dá o seu funcionamento, de quais transformações ele acarreta para a sociedade e os indivíduos, de como e porque ele entra em crise, de qual é o caráter desta(s) crise(s) e, ainda, de como se deve procurar enfrentar essas situações de crise. Tais noções revelam, direta ou indiretamente, quais seriam (ou deveriam ser) as saídas políticas e qual seria (ou deveria ser) o papel das classes sociais e de suas lutas nesse enfrentamento.

Logo, com base no debate retratado sobre o capitalismo contemporâneo, observamos pelo menos dois aspectos que se destacam: (i) o conceito de capitalismo - desde tempos remotos - sempre se mostra controverso e problemático, ou ainda, explícito ou implícito nas análises, mas certamente evitado por grande parte da imprensa e dos setores conservadores e/ou liberais, sendo utilizado, portanto, fundamentalmente pelo campo da esquerda. Todavia, é bastante comum - entre todas as arenas políticas - a sua utilização na condição de um “sistema econômico” e (ii) a relação entre capitalismo, as configurações das classes sociais e o papel da dinâmica de suas lutas na sociedade também se mostra controverso e problemático e, especialmente, a questão da identidade das classes sociais e de suas lutas passou a sofrer forte contestação, sobretudo através das ideologias que procuram alegar o “fim das classes sociais”.

No caso do primeiro aspecto, importa salientar o caráter ambíguo do conceito de capitalismo: por um lado, sempre se tornou uma palavra evitada e, por outro lado, principalmente nos tempos atuais, ela se encontra já desgastada e totalmente deturpada: trata-se de uma palavra política que fora perdendo paulatinamente sua expressão de combate, mas que, ao mesmo tempo, curiosamente, se impôs a todos de maneira “inevitável⁸⁸¹”. Um dos melhores exemplos, neste sentido, advém com a calorosa recepção da obra do economista francês, Thomas Piketty, *Le Capital au XXIe siècle* (2013), traduzido para o português como

⁸⁸¹ Em fins dos anos 1970, vinha a público os dois tomos iniciais da grande obra do venerável historiador francês, Fernand Braudel, *Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV–XVIII* (1979), completado mais tarde com o terceiro tomo (1986). No volume 2, *O jogo das trocas*, assim nos asseverou: “Será prudência? Será negligência? Ou o tema é que não lhe é propício? A palavra *capitalismo*, até aqui, só me veio à pena umas cinco ou seis vezes e eu poderia ter-me eximido de empregá-la. Mas não o fez! – exclamarão todos aqueles que acham que se deve refugar, de uma vez por todas, esta “palavra de combate”, ambígua, pouco científica, utilizada a torto e a direito. E sobretudo, sobretudo, impossível de empregar sem anacronismo censurável antes da era industrial. Pessoalmente, após prolongada tentativa, renunciei a expulsar a importuna. Pensei que não haveria nenhuma vantagem em me livrar, ao mesmo tempo que da palavra, das discussões que ela acarreta e que chegam até nós com certa vivacidade. Pois, compreender ontem e compreender hoje, para um historiador, é a mesma operação. Será possível imaginar a paixão da história detendo-se bruscamente, a uma distância respeitosa da atualidade, em que seria indecente, até perigoso, dar mais um passo? De qualquer maneira, a precaução é ilusória. Põe-se o capitalismo porta afora, ele entra pela janela. Porque há, quer se queira quer não, mesmo na época pré-industrial, uma atividade econômica que evoca irresistivelmente a palavra e não aceita nenhuma outra. Embora ela ainda não recorra muito ao “modo de produção” industrial (que, por meu lado, não creio ser a particularidade essencial e indispensável de todo capitalismo), mesmo assim não se confunde com as trocas clássicas do mercado”. (BRAUDEL, 1996, p. 199, grifos do autor). Um pouco mais à frente, após tratar das palavras mais antigas como “capital” e “o capitalista e os capitalistas”, Braudel (1996) nos revela o destino da palavra “capitalismo”, a mais recente dentre as três: “*Capitalismo*, do nosso ponto de vista o mais apaixonante dos três termos porém o menos real (existiria ele sem os dois outros?), foi acirradamente perseguido pelos historiadores e lexicólogos. [...] Efetivamente, apenas no princípio do nosso século ela surge com toda a força nas discussões políticas como antônimo de socialismo. Será lançada nos meios científicos pelo brilhante livro de W. Sombart, *Der moderne Kapitalismus* (1ª. ed., 1902). Muito naturalmente, a palavra que Marx não utilizou incorpora-se ao modelo marxista, a ponto de se dizer correntemente: escravismo, feudalismo, capitalismo, para designar as grandes etapas distinguidas pelo autor do *Capital*. Portanto, uma palavra política. Daí talvez o lado ambíguo do seu destino”. (Id, Ibid, pps. 205-206, grifos do autor).

O Capital no Século XXI (2014). Seguindo a tradição da economia política contemporânea⁸⁸², o autor, muito embora não tenha se preocupado, como de costume, em buscar um conceito para o capitalismo, nos revela de maneira cristalina a deturpação conceitual, ao referir-se ao que seja o “capital”:

Mas o que é o capital? Quais são exatamente seus limites, suas formas, e como sua composição se transformou ao longo do tempo? Essa pergunta, central para a nossa pesquisa, será examinada em detalhes nos próximos capítulos. Mas, de todo modo, devemos esclarecer desde já alguns pontos. Antes de tudo, ao longo de todo o livro, quando falamos “capital”, sem outra especificação, excluiremos sempre aquilo que os economistas muitas vezes chamam – de modo inadequado, na minha opinião – de “capital humano”, ou seja a força de trabalho, as qualificações as capacidades individuais. No contexto deste livro, o capital é definido como o conjunto de ativos não humanos que podem ser adquiridos, vendidos e comprados em algum mercado. Assim, o capital compreende, especificamente, o conjunto formado pelo capital imobiliário (imóveis, casas), utilizado para moradia, e pelo capital financeiro e profissional (edifícios e infraestrutura, equipamentos, máquinas, patentes etc.), usado pelas empresas e pela administração pública. [...] O capital não é um conceito imutável: ele reflete o estado de desenvolvimento e as relações sociais que regem a sociedade. Para simplificar, usaremos as palavras “capital”, “riqueza” e “patrimônio” de forma intercambiável, como se fossem sinônimos perfeitos⁸⁸³.

Em sua avaliação, o “capitalismo patrimonial globalizado” está marcado por uma contradição central, na qual o enfrentamento passaria pelo “controle democrático” a partir, principalmente, da taxaço ao rendimento do capital.

A principal força desestabilizadora está relacionada ao fato de que a taxa de rendimento privado do capital r pode ser forte e continuamente mais elevada do que a taxa de crescimento da renda e da produção g . A desigualdade $r > g$ faz com que os patrimônios originados no passado se recapitalizem mais rápido do que a progressão da produção e dos salários. Essa desigualdade exprime uma contradição lógica fundamental. O empresário tende inevitavelmente a se transformar em rentista e a dominar cada vez mais aqueles que só possuem sua força de trabalho. Uma vez constituído, o capital se reproduz sozinho, mais rápido do que cresce a produção. O passado devora o futuro. [...] Com um retorno médio do capital da ordem de 4-5%, é então provável que a desigualdade $r > g$ volte a ser a norma no século XXI, como sempre foi na história e como era ainda no século XIX e às vésperas da Primeira Guerra Mundial. No século XX, foram as guerras que fizeram tábula rasa do passado e reduziram bruscamente o retorno do capital, dando, assim, a ilusão de uma superação estrutural do capitalismo e dessa contradição fundamental. [...] Sem dúvida, seria possível taxar mais o rendimento do capital, de maneira a diminuir o retorno privado para níveis abaixo da taxa de crescimento. Contudo, se isso fosse realizado de maneira maciça e indiscriminada, haveria o risco de matar o motor de acumulação e diminuir ainda mais as taxas de crescimento. [...] A melhor solução é o imposto progressivo anual sobre o capital. Com ele, é possível evitar a espiral desigualadora sem fim e ao mesmo tempo preservar as forças da concorrência e os incentivos para que novas acumulações primitivas se produzam sem cessar. A

⁸⁸² Em suas palavras: “[...] não concebo outro lugar para a economia que não o de subdisciplina das ciências sociais, ao lado da história, sociologia, antropologia, ciências políticas e tantas outras. Espero que este livro tenha ilustrado o que eu entendo por isso. Não gosto muito da expressão “ciência econômica”, que me parece terrivelmente arrogante e poderia fazer crer que a economia teria atingido uma cientificidade superior, específica, distinta da de outras ciências sociais. Prefiro a expressão “economia política”, talvez um pouco antiquada, mas que tem o mérito de ilustrar o que me parece ser a única especificidade aceitável da economia dentro das ciências sociais, a saber, seu propósito político, normativo e moral. (PIKETTY, 2014, pps. 557).

⁸⁸³ Cf. Id, Ibid, pps. 51-53.

dificuldade é que o imposto progressivo sobre o capital exige um alto grau de cooperação internacional e integração política regional⁸⁸⁴.

Ficam evidentes, assim, as limitações do economista francês, professor nos EUA, em sua acurada e receptiva obra. O tratamento dado à análise sobre o capitalismo contemporâneo, por este novo expoente da economia política, tem como ponto de partida nada mais que a deturpada noção de capital como sendo uma massa de riqueza abundante e incessantemente produzida pela sociedade capitalista, separada do “capital humano”, ou seja, do próprio trabalhador e de suas competências: ao separar conceitualmente o capital entre o “capital não humano” e o “capital humano”, como “duas formas de riqueza⁸⁸⁵” - que precisam ser estudadas de modo distinto, posto que o “capital humano” não pode ser apropriado de forma permanente, tal como nos regimes escravistas - a noção fundamental do capital como uma relação social de exploração que procura se apropriar da força de trabalho no seu processo de autovalorização não é tratada no livro.

Piketty (2014) representa, portanto, a tradição do keynesianismo requeitado: por um lado, demonstra severa crítica a “uma economia de mercado e de propriedade privada, deixada à sua própria sorte⁸⁸⁶”, onde “a concorrência pura e perfeita não mudará em nada a desigualdade $r > g$, que não é gerada por uma “imperfeição” do mercado ou da concorrência⁸⁸⁷”, e, por outro lado, não consegue superar a velha empáfia ao rentismo e a quixotesca tarefa de salvar o capitalismo dos capitalistas a partir do controle democrático da sociedade sobre o capital que “estarão para ser reinventadas⁸⁸⁸”.

Todavia, se no primeiro aspecto, como vimos, a palavra capitalismo vigorou, apesar da perda paulatina de seu conteúdo político, no segundo aspecto nos chama a atenção que o uso do termo classes sociais nunca tenha conseguido de fato se impor – exceção feita aos estudos da tradição marxista - e, especialmente na contemporaneidade, passou a ser fortemente contestado. Na ampla heterogeneidade e fragmentação de estudos, a terminologia classes sociais vem sendo muitas vezes substituída por expressões como “grupos sociais” ou “atores sociais”. A noção que se tornou hegemônica é a da posição dos indivíduos em uma escala de estratificação social, cuja medida é dada pelo montante de renda⁸⁸⁹. Desta forma, as classes

⁸⁸⁴ Cf. Id, Ibid, pps. 555-556.

⁸⁸⁵ Cf. Id, Ibid, p. 52.

⁸⁸⁶ Cf. Id, Ibid, p. 555.

⁸⁸⁷ Cf. Id, Ibid, p. 557.

⁸⁸⁸ “Para que a democracia venha um dia a retornar o controle do capitalismo, é necessário, em primeiro lugar, partir do princípio de que as formas genuínas de democracia e do capital estão e sempre estarão para ser reinventadas”. (Id, Ibid, p. 554).

⁸⁸⁹ Mesmo os estudos que procuram incluir a partilha de alguns traços em comum no seu modo de viver dos grupos de indivíduos estratificados ainda assim não conseguem prescindir deste pressuposto.

sociais são vistas como grupos sobrepostos de indivíduos e não como expressão de relações de conflito e exploração na sociedade. Vejamos alguns exemplos do percurso do debate sobre as classes sociais e suas lutas.

No final dos anos 1920, já encontramos sinais estratégicos da deformação da ideia de classes sociais na obra de Ortega y Gasset (1930), com o conceito de “homem-massa”. No início dos anos 1940, Erich Fromm (1941) não chega a perceber como fundamental a questão das classes sociais e das lutas de classes, apesar de reconhecer relativamente sua importância no capitalismo. Seu ensaio vai ao sentido da análise do “conformismo de autômatos”, como um aspecto primordial encontrado na “sociedade de massa”. Nesta mesma seara, encontramos a obra de Riesman (1950), cuja análise da “sociedade de massa” o remete a categoria de “multidão solitária”. Wright Mills (1951), nos EUA, destaca o surgimento de um novo segmento social secular, que ultrapassou a dos pertencentes à “classe trabalhadora”, e se encontra como intermediária entre o operariado e a burguesia: a nova classe média – um conceito bastante estranho ao marxismo. Ainda nos anos 1950, Arendt (1958), colocava algumas questões relativas aos efeitos provocados pela automação da produção, especialmente em uma sociedade industrial da qual, para ela, se havia erigido uma verdadeira “glorificação teórica do trabalho”.

Em fins da década, Kornhauser (1959) propõe uma redefinição especificamente política da “sociedade de massa”, assegurando a tendência ao totalitarismo presente nas mesmas. Nisbet (1959), por sua vez, anunciava o tema do “fim das classes” e Dahrendorf (1959) apostava que o conflito de classes deixaria paulatinamente de culminar em transformações profundas na sociedade, dado o caráter democrático e representativo, alcançado pelas esferas de poder, e o avanço dos direitos de cidadania e de igualdades de oportunidades promovidos pelo capitalismo. Nos anos 1960, Canetti (1960) e Morin (1962), dentre inúmeros outros, procuram enriquecer a discussão sobre o papel dos indivíduos em uma “sociedade de massa”, principalmente no campo simbólico e da cultura. Na tradição mais crítica, por exemplo, Marcuse (1964) vaticina a conformação do assim chamado “homem unidimensional”, destacando o papel da subjetividade no capitalismo.

Há, portanto, a configuração da predominância das análises sobre as consequências da consolidação da sociedade industrial para os sujeitos no após-guerra e, mesmo para a tradição crítica da Escola de Frankfurt, a categoria classe social está praticamente ausente, dado a ênfase maior repousar, inclusive nos estudos analíticos, na noção de “massa”, cuja “massificação” se contrapõe à ideia de indivíduo diante do processo de dominação racional imposto pela racionalidade instrumental. Fora do campo crítico, prevalece, para os autores em

geral, a ideia de que as classes sociais poderiam ir se diluindo progressivamente numa sociedade de massas.

No entanto, em fins da década de 1960 e início dos anos 1970, abriu-se uma nova perspectiva para as análises sobre as classes sociais e suas lutas na sociedade capitalista. Galbraith (1967) indicava a constituição de uma nova sociedade em que o poder se concentrava cada vez mais nas mãos de um subgrupo composto por uma “elite da tecnocracia” e Bell (1960) decretava o “fim das ideologias”. Ademais, com Touraine (1969), mas, sobretudo, com Bell (1973), novamente, verificamos a passagem da sociedade industrial para a “sociedade pós-industrial”. Nesta, ao contrário da tendência à homogeneização das classes – presentes nas teses da “sociedade de massa” – o que se verifica é a ampla diversificação das “classes” e o aumento do poder das profissões técnicas e dos setores tecnológicos intelectuais, acompanhado pelo declínio triunfante da classe trabalhadora operária. Assim, a centralidade das classes na nova sociedade deixa de fazer sentido dado que a mesma está marcada não mais pelos conflitos de classe, mas, principalmente, pelas disputas em torno dos recursos disponíveis, voltados à ciência e à tecnologia, posto que o conhecimento torna-se tanto a fonte de crescimento como, fundamentalmente, a fonte de valor. Do “fim das ideologias” chegamos ao “fim das lutas de classes”.

Não obstante, é a partir dos anos 1980 e 1990 que o tema das classes sociais e de suas lutas vem passando por um verdadeiro calvário, seja em termos da vasta produção acadêmica e teórica sobre o assunto, seja também no plano de atuação política destas lutas na sociedade. Diante das transformações ocorridas no capitalismo contemporâneo, desde meados da década de 1970, a tese que se coloca é a de que a dinâmica histórica da luta entre as classes sociais declinou em função das alterações promovidas na composição e no perfil de classes, a ponto de inviabilizar a possibilidade dos trabalhadores, enquanto classe, revolucionar a ordem social erigida pelo capital. Em outras palavras, verifica-se o forte questionamento da centralidade do trabalho e das classes sociais: a defensiva política, a reorganização nas relações de produção e de trabalho, o fracasso das transições socialistas e as perdas ou regressões de amplas conquistas de direitos seriam indicativos consistentes de que a própria consciência de classe revolucionária, se não existisse mais, seria apenas uma manifestação de grupos minoritários da sociedade (a extrema esquerda revolucionária, ou simplesmente, o grupo dos revolucionários).

No início da década de 1980, alguns autores assumiram notoriedade em torno desta tese: Gorz (1980) vaticina o adeus ao proletariado e destaca a emergência da “não-classe de não-trabalhadores”; Habermas (1981) promove o deslocamento da esfera do trabalho para a

esfera comunicacional e Offe (1984) indaga a perda da centralidade da categoria trabalho. Na década seguinte, Rifkin (1995) atesta o fim do trabalho; Forrester (1996) exaspera o horror econômico e Méda (1997) assevera a desapareição do trabalho. Ao longo dos anos 2000, o debate prossegue envolvendo uma miríade de produções críticas a estas formulações, em muitas áreas de estudo e de ações coletivas: economia do trabalho, relações de trabalho, sociologia do trabalho, sindicalismo e movimentos sociais e identitários, dentre outros⁸⁹⁰. Na tradição liberal-conservadora, continua a predominar o individualismo metodológico, isto é, uma epistemologia capaz de analisar as ações sociais em uma “sociedade de indivíduos”, da qual, os mesmos, atualmente, prescindiram da necessidade de realização de grandes feitos.

Já no campo crítico, observa-se, ao contrário, uma difusa compreensão acerca do papel das classes e de suas lutas. Podemos resumi-las em, pelo menos, três tipos: (i) a defesa da permanência das classes sociais e dos conflitos entre as classes como característica fundamental do capitalismo, ou seja, a classe trabalhadora continua a cumprir um papel importante na sociedade, embora as suas lutas necessitem a cada momento histórico passar por reavaliações e incorporações de pautas e reivindicações novas, sem perder o horizonte maior (a dissolução da ordem do capital); (ii) a posição de certa desconfiança, descrença ou

⁸⁹⁰ Há uma longa lista de autores tratando estas temáticas em cada um dos campos mencionados. Longe de apresentarmos a totalidade deles, destacamos: ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho (1995); WRIGHT, E. O. *O que é o neo e o que é marxista na análise neomarxista das classes?* (1983); *Análise de classes* (2015) e *Um menu conceitual para o estudo das conexões entre a classe e a diferença sexual* (1997); PERISSINOTTO, R. M. *O 18 Brumário e a análise de classe contemporânea* (2007); SCHUCMAN, L. V. *Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão* (2010); JABARDO, M. *Feminismos negros*. Uma antologia (2012); PISCITELLI, A. *Gênero: a história de um conceito* (2009); MACHADO, L. Z. *Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?* (2000); BRAH, A. *Diferença, diversidade, diferenciação* (2006); KERGOAT, D. *Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais* (2010); FALQUET, J. *Repensar as relações sociais de sexo, classe e 'raça' na globalização neoliberal* (2008); HIRATA, H. *Gênero, classe e raça*. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais (2015); BEYNON, H. *O sindicalismo tem futuro no século XXI?* (2003); RODRIGUES, L. *Destino do sindicalismo* (1999); BOITO JR., A. *A crise do sindicalismo* (2003) e *Classe média e sindicalismo* (2007); SANTANA, M. & RAMALHO, J. *Além da fábrica* (2003); HERRERA, B. *El sindicalismo en el milenio de la globalización* (2001); VASAPOLLO, L. *O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista* (2006); BIHR, A. *Da grande noite à alternativa* (1998); ABRAMO, L. *Mercado de trabajo, flexibilización y nuevas formas de regulación* (2000); HYMAN, R. *Europização ou erosão das relações laborais?* (2005); BEHRENS, M. & HAMANN, K. & HURD, R. *Conceptualizing Labour Union Revitalization* (2004); GALVÃO, A. *A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para análise do sindicalismo brasileiro* (2014) e *O sindicalismo enquanto movimento social: enfrentando rupturas e dicotomias* (2014); UPCHURCH, M. & MATHERS, A. *Neoliberal globalisation and trade unionism: toward radical political unionism?* (2011); BÉLANGER, J. & EDWARDS, P. *Conflict and Contestation in the Contemporary World of Work: Theory and Perspectives* (2013); CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social* (1998); KALLEBERG, A. *Good Jobs, bad Jobs: The rise of polarized and precarious employment system in the United States, 1970-2000s* (2011); HIRATA, H. *Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar para a empresa e a sociedade* (2002); ARAÚJO, A. *Trabalho, Precarização e Relações de Gênero em Tempos de Flexibilização e Reestruturação Produtiva* (2007); BASUALDO, V. & MORALES, D. *La tercerización laboral: orígenes, impacto y claves para su análisis en América Latina* (2014); GOHN, M. G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos* (1997) e *Novas teorias dos movimentos sociais na América Latina* (2009) e *Movimentos sociais na contemporaneidade* (2010); WAIZBORT, L. *Classe social, Estado e ideologia* (1998).

até mesmo relativização do papel das classes sociais na sociedade, isto é, a classe trabalhadora pode não ser mais a portadora de uma mudança radical, como também pode não ter mais as condições para definir as identidades coletivas que projetem a superação da ordem do capital e (iii) a alegação do surgimento de uma nova classe social em curso (ou em formação) e da emergência de novas formas de conflito na sociedade.

O espectro da revitalização das lutas sindicais, da atuação dos novos movimentos sociais e identitários e da amplitude de todos os tipos de ativismos (inclusive os do ciberativismo e do cooperativismo de plataforma⁸⁹¹) têm sido a tônica da maioria dos analistas, inscritos no primeiro e no segundo tipo de diagnóstico. Neste diapasão alargado, as classes sociais estão se modificando, mas isso não reflete necessariamente a sua completa dissolução ou superação. No entanto, em relação ao terceiro tipo, cabe aqui uma melhor apreciação. Conforme indicamos, muitos autores atestam a existência de uma nova classe social no capitalismo contemporâneo: por exemplo, Galbraith (1958) ressalta os tecnocratas; Negri & Hardt (2000, 2004) acionam o conceito de multidão; Moulier-Boutang (2007) e Fumagalli (2007) sublinham o “trabalhador criativo” do trabalho imaterial; Mason (2015) assevera que os “indivíduos em rede” correspondem ao novo sujeito histórico, substituindo a velha classe trabalhadora e Haraway (2000) nos fala dos ciborgues, projetando as relações pós-humanas e seus conflitos.

Além destes já mencionados, certamente os mais destacados, no período recente, dizem respeito à discussão em torno do significado do “precariado”. Na avaliação de Standing (2010), o precariado não se trata da “classe média oprimida” ou da “classe trabalhadora mais baixa”, mas, simplesmente, de uma nova classe social em formação. Esta importante (e talvez perigosa) classe, na estrutura social contemporânea, corresponde a uma completa distinção e desassociação com a classe trabalhadora típica do fordismo⁸⁹². Sendo assim, o precariado incorre, amiúde, em novas formas de lutas: a principal delas, na visão do economista britânico, é a luta pela redistribuição, incluindo-se: a segurança socioeconômica, o controle sobre o tempo, espaços de qualidade, conhecimento, saber financeiro e capital financeiro (via instituição de um rendimento mínimo e criação de fundos soberanos democráticos⁸⁹³).

⁸⁹¹ Cf. SCHOLZ, T. *Cooperativismo de plataforma: contestando a economia do compartilhamento corporativa*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

⁸⁹² Cf. STANDING, G. *The Precariat: The New Dangerous Class* (2010) - traduzida em português, em 2014, como: *O precariado: a nova classe perigosa* - e STANDING, G. O precariado e a luta de classes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, maio 2014, pp. 9-24.

⁸⁹³ “Em muitos países o precariado sofreu uma enorme expansão em consequência do período de austeridade que se vive. Ao mesmo tempo, é também claro o seu amadurecimento. Em cada Grande Transformação, a luta desenvolve-se em três fases. A primeira é a fase dos “rebeldes primitivos”, em que os elementos da classe emergente procuram o Reconhecimento, isto é, uma identidade comum. É isso que vem acontecendo, e de forma

Tal apreciação sofreu uma série de críticas, a exemplo dos trabalhos de Wright (2016); Scully (2016); Munck (2013); Valencia (2016); Seymour (2012) e Jørgensen (2015). No Brasil, também ocorreram algumas delas⁸⁹⁴. Para Alves (2014), o precariado é uma “nova camada social” erigida no interior da própria classe trabalhadora, isto é, uma “nova camada social” do proletariado, constituída, de tal forma, por “jovens altamente escolarizados” que se encontram em “situação de desemprego ou estão inseridos em relações de trabalho e vida precárias⁸⁹⁵”. No que tange às formas de lutas, entende que o precariado oscila entre os extremos dos espectros políticos, marcados por impulsos. Logo, tudo depende da conjuntura concreta das lutas de classes, onde seria possível e desejável a aliança entre todas as camadas sociais do proletariado contrárias à ordem do capital.

A partir de Braga (2012) o precariado assume a conotação de proletariado precarizado, onde a precariedade é vista como constitutiva da relação salarial. Por essa razão, não se trata de uma nova classe social, nem de uma camada social do proletariado, mas de uma superpopulação relativa, cuja ênfase incide na própria dinâmica da reprodução social capitalista. Nestes termos, salienta as inquietações/ações políticas operárias em múltiplas dimensões: desde a recusa do colaboracionismo junto à classe patronal, até a luta pelos

assinalável, desde 2011. Hoje, é da ordem dos milhões o número dos que continuam a descobrir um sentimento de identidade comum e a identificar-se como parte do precariado, sem vergonha e imbuídos de um sentimento de orgulho. Isso traz consigo uma unidade potencial, necessária a uma ação coletiva eficaz. Não sendo condição suficiente, é uma condição necessária. A fase seguinte é a da luta pela Representação, por ter uma Voz coletiva e individual em todas as instâncias do Estado, pela capacidade de fazer *barulho* nos órgãos estatais, nos meios de comunicação social e nas redes do discurso público. É esta a fase que se aproxima. A subjetividade do precariado tem de ser afirmada, para que as burocracias deixem de poder tratar os seus membros como falhados que se mandam para a reforma, que se transformam em seres mais “empregáveis” ou que se castiga. Como passo seguinte, o crescente acordar para o Reconhecimento coletivo e as iniciativas dos rebeldes primitivos e da resistência em massa devem dar lugar a um recomprometimento político. Isso está já a acontecer, ainda que de uma forma díspar, em entidades como o Partido X na Espanha, o Syriza na Grécia e o M5S na Itália. Em última análise, este fenómeno tem a ver com a repolitização, na ágora, da própria política, no momento em que o precariado reivindica passar de objeto a sujeito. Assim, e por exemplo, os tumultos do Parque Gezi em Istambul e os exaltantes levantamentos ocorridos nas cidades brasileiras em 2013 podem, em certa medida, ser interpretados como uma reivindicação por uma democracia participativa mais inclusiva, em que o precariado passe a ter um real poder de ação coletiva e individual. À medida que se for avançando em termos de Reconhecimento e de Representação, a luta por um novo sistema de distribuição e pela redistribuição do acesso aos bens fundamentais atrás enunciados começará a absorver as energias coletivas do precariado e respetivos aliados. Fundos de capital, rendimento mínimo para todos, comunidades ocupacionais, sindicatos e associações em novos moldes, e o mais que já se consegue entrever. O precariado está a ganhar forma. Como afirmou Shelley (1819) no maior poema de protesto político em língua inglesa, escrito numa época de agitação social comparável à nossa, há duzentos anos, e inspirado na repressão violenta, numa praça pública, da classe operária emergente, o precariado está a atingir o estádio em que se dará conta do poder que tem: “Sois vós muitos, e eles poucos!”. (STANDING, 2014, pps. 23-24).

⁸⁹⁴ Esta discussão mais geral teve rebatimentos no debate sobre a estrutura social brasileira, a qual já vinha se desenvolvendo desde a última década, contando com as colaborações também de SOUZA (2009, 2010), de SINGER (2012) e de POCHMANN (2012, 2014).

⁸⁹⁵ Cf. ALVES, 2014, p. 181.

direitos trabalhistas apoiado na capacidade de mobilização e de tomada de decisão de suas bases⁸⁹⁶.

Em suma, esperamos ter deixado bastante explícito que o conceito de capitalismo, e de suas relações com as dinâmicas das configurações das classes sociais e das lutas sociais, sofreu um acentuado processo de deturpação e relativização ou até mesmo de rebaixamento de sua capacidade de mobilização política. Faz-se, então, a tentativa de colaborarmos para a revitalização deste expediente, levando em consideração, sobretudo, o desafio de pensar o próprio conceito de capitalismo e de sua periodização (a sua feição contemporânea) à luz das retumbantes adversidades que o mesmo suscitou no início deste novo século.

Para isso, será crucial sugerir um conceito de capitalismo mais adequado às trilhas do materialismo histórico. A realização deste intrincado e necessário objetivo não será perseguido aqui, de maneira exaustiva, à medida que visamos cumprir apenas dois movimentos interligados: (i) discutir, em bases gerais, as dificuldades em se adotar o materialismo histórico e (ii) asseverar o próprio significado deste método. Começemos, então, pela exposição, sintética, da *concepção materialista e dialética da história*, a partir de seus fundadores: Karl Marx e Friedrich Engels.

Apesar da celeuma envolvendo quais seriam as fontes principais do pensamento de Marx e Engels, existe grande consenso em relação ao ponto de partida de suas críticas: a filosofia clássica alemã. A trajetória de ambos em termos da superação do idealismo hegeliano ao materialismo, e deste último, à concepção materialista e dialética da história, é bastante complexa e sinuosa. Não será o caso aqui de enveredarmos com profundidade nessa seara, mas, sobretudo, destacar, de modo geral, os seus aspectos mais decisivos. Como se sabe, as primeiras produções intelectuais destes dois alemães são realizadas entre 1835 e 1842.

É possível observar neste período a conformação de uma análise mais rigorosa acerca da filosofia materialista, especialmente a partir da tese de doutorado de Marx (1841), onde se estudou detidamente os pensadores materialistas da antiguidade greco-romana. No entanto, entre o final da década de 1830 e início de 1840, Marx e Engels seguiram adeptos da filosofia idealista hegeliana (os jovens hegelianos de esquerda). O elemento central extraído, por estes jovens hegelianos, do cabedal filosófico de Hegel, diz respeito à *dialética*, entendida como

⁸⁹⁶ Para uma análise consistente e crítica sobre o debate acerca do precariado, ver: FERNANDES, V. T. *Precariado: uma investigação a partir de seus teóricos*. Dissertação de mestrado em Política Social, UFES (2019).

método para se pensar o mundo e, ao mesmo tempo, como sendo o próprio movimento contraditório da história humana.

Entre 1842 e 1845, Marx e Engels já possuem recursos suficientes para avançarem com a elaboração da filosofia materialista, contrapondo-a com as reflexões dos jovens hegelianos e até mesmo de Hegel. O ponto alto deste momento culmina com as obras *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (1843), *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel* (1844), *A questão judaica* (1844) e *A sagrada família* (1845). Ademais, mostra-se nítido também o avanço em relação aos estudos da Economia Política e os germes da perspectiva de transformação radical da sociedade e de emancipação social, a exemplo dos *Manuscritos de Paris* (1844), dos *Manuscritos Econômico-filosóficos* (1844) e *Glosas Críticas Marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”, de um prussiano* (1844) de Marx e do *Esboço de crítica à economia política* (1843) de Engels.

Desde então, as condições para a formulação da concepção materialista e dialética da história se efetivam. Conforme sintetizamos abaixo (quadro 1), tal concepção é levada adiante com as *Teses sobre Feuerbach* (1845) – as quais representam uma série de onze axiomas que matizam a visão de Marx sobre o materialismo – e, principalmente, em *A ideologia alemã* (1845-1846), onde ambos realizam a primeira elaboração mais ampla e consistente sobre esta concepção. Logo após a publicação de *A ideologia alemã* (1845-1846), a compreensão sobre a concepção materialista da história passou por um percurso variado: a produção intelectual de Marx e Engels, da segunda metade dos anos 1840 até meados de 1890, apresenta, em muitas passagens e obras distintas, uma espécie de “retomada e avanço”, cujo analista não pode prescindir de outra forma de interpretação, a não ser a de procurar avaliar estas elaborações de maneira conjunta.

O problema mais comum nesta tentativa de apreensão esbarra nas dificuldades que fizeram com que Marx e Engels, até o final de suas vidas, precisassem reiteradas vezes explicitar o que entendiam de fato sobre esta concepção, diante de seus críticos mais fervorosos e, além disso, chama a atenção o caráter das próprias formulações (novas sínteses) desenvolvidas nas obras posteriores ao período de 1845 e 1848. Em outras palavras, não é trivial e correto assumir que a concepção materialista da história, em Marx e Engels, tenha seguido um caminho único e coerente, ao longo de toda a produção intelectual de ambos. Existe muita margem que legitima inclusive as distintas formas de apreensão do assim chamado - pelos marxistas em tempos depois - materialismo histórico. Isso se torna bastante evidente no amplo debate surtido até hoje em torno do que seria realmente a concepção materialista da história.

Quadro 1 – Principais referências de Marx e Engels sobre a concepção materialista da história: uma síntese de seu percurso

Obras/ Excertos/Cartas	Ano (escrita)	Ano (publicação original)	Ano ⁸⁹⁷ (publicação português)
<i>Teses sobre Feuerbach (Marx)</i> : apresenta-se um conjunto de onze axiomas que matizam sua visão sobre o materialismo.	1845	1888	1982
<i>A Ideologia Alemã (Marx e Engels)</i> : Capítulo 1 – Feuerbach. Oposição entre as concepções materialista e idealista: realiza-se a primeira formulação mais ampla e consistente sobre a concepção materialista e dialética da história, publicada apenas em 1932.	1845-1846	1932 (russo)	1982
<i>Carta a Pavel Annenkov (Marx)</i> : estabelece-se uma crítica à obra de Proudhon, <i>A Filosofia da Miséria</i> , contrapondo-o à concepção materialista da história.	1846	1912	1982
<i>A Miséria da Filosofia (Marx)</i> : além da exposição mais elaborada das críticas à obra de Proudhon, é aqui que os autores apresentam, de forma publicada, a concepção materialista da história.	1847	1847	1946
<i>Princípios básicos do comunismo (Engels)</i> : ressalta-se o processo dialético envolvendo as forças produtivas e as relações sociais de produção, abrindo-se as condições para a emergência do comunismo, através da luta de classes.	1847	1914	1982
<i>Manifesto do Partido Comunista (Marx e Engels)</i> : Capítulo 1 – Burgueses e Proletários: escrito momentos antes da eclosão das ondas revolucionárias que varreram a Europa, destaca-se a síntese da concepção materialista da história e de seu programa político revolucionário, apoiado na teoria da luta de classes.	1848	1848	1975
<i>O 18 de Brumário de Luís Bonaparte (Marx)</i> : analisa-se, primorosamente e amplamente, o evento concreto assumido pela luta de classes na França, naquele momento histórico.	1851-1852	1852	1982
<i>Introdução à crítica da economia política (Marx)</i> : neste texto inacabado, é desenvolvido, dentre outros, o método da economia política, enquanto alternativa crítica às concepções idealistas.	1857	1903	1982
<i>Grundrisse (Marx)</i> : Formas que precedem a produção capitalista (caderno IV) e <i>General Intellect</i> (caderno VII): composto por sete cadernos de notas, enquanto material de preparação para a <i>Contribuição</i> e <i>O Capital</i> . No caderno IV, aparecem as observações sobre as formações econômicas “pré-capitalistas”. Já no caderno VII reside uma das mais controversas discussões em torno do papel da ciência e da tecnologia.	1857-1858	1953 (edição completa)	2011
<i>Prólogo de Contribuição à crítica da economia política (Marx)</i> : sintetiza-se, sumariamente, a trajetória teórica acerca da concepção materialista da história.	1859	1859	1982

⁸⁹⁷ BARATA-MOURA, J. & CHITAS, E. & MELO, F. & PINA, A. (orgs.) *Obras Escolhidas de Marx e Engels*. Lisboa: Edições Avante, 1982; MARX, K. *Miséria da Filosofia*: resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon. Tradução e Introdução de Miguel Macedo. São Paulo: Editora Flama Ltda., 1946; MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução e Introdução de José Barata-Moura. Lisboa: Edições Avante, 1975; MARX, K. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Supervisão geral e tradução de Mário Duayer. São Paulo: Boitempo, 2011; MARX, K. *O Capital*: crítica da economia política. Livro I. Tradução de J. Teixeira Martins e Vital Moreira. Coimbra: Centelha, 1974; ENGELS, F. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. Tradução de José Braz. Marxists Internet Archive, 2004. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>; MARX, K. *Carta ao Diretor da Revista Russa Otiechéstvennie Zapiski*. Tradução de Cássius M. T. M. B. de Brito. Marxists Internet Archive, 2013. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1877/11/revista.htm>; ENGELS, F. *Anti-Dühring*. Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015; ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Tradução de José Braz. Marxists Internet Archive, 2003. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/index.htm>.

<i>O Capital: crítica da economia política (Marx):</i> 1. <i>Prólogo da primeira edição:</i> salienta-se sua metodologia com as ciências naturais e assinala o modo de produção capitalista com a sua concepção materialista da história.	1867	1867	1974
2. <i>Epílogo da segunda edição:</i> responde-se as críticas metodológicas e procura-se deixar explícita sua relação com a filosofia idealista de Hegel.	1873	1873	1974
3. <i>O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo</i> (Parte I - Mercadoria e Dinheiro, Quarta seção do capítulo 1 – A mercadoria): assume-se a relação mais completa entre as condições de produção e reprodução material e social com os elementos simbólicos e culturais.	1867	1867	1974
<i>Crítica ao Programa de Gotha (Marx):</i> visando-se contribuir para o programa do Partido Operário Socialista Alemão, desenvolve-se, de maneira mais clara, questões ligadas à justiça e a moral, além das relações entre as inflexões políticas em suas dimensões concretas.	1875	1891	1982
<i>Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem (Engels):</i> assevera-se a capacidade dos homens, pelo trabalho, em transformar a natureza segundo os seus interesses, muita embora esta dominação não seja absoluta.	1876	1895	2004
<i>Dialética da Natureza (Engels):</i> nesta obra inacabada, desdobra-se a concepção materialista da história na evolução da própria ciência.	1875-1876	1925 (edição completa)	1982
<i>Carta à redação de Otiechéstvennie Zapiski (Marx):</i> comenta-se a respeito da concepção da acumulação primitiva na condição de traço geral para a transição do modo de produção feudal para o capitalista e não como “passaporte universal de uma teoria histórico-filosófica geral”.	1877	1877	2013
<i>Anti-Dühring (Engels):</i> realiza-se uma importante síntese sobre o pensamento marxiano, bem como também responde-se à Eugen Dühring, a propósito de sua versão “autocrática” do socialismo.	1877-1878	1878	2015
<i>Do socialismo utópico ao socialismo científico (Engels):</i> uma das obras mais publicadas em vários países, onde se verifica a síntese mais concisa e simplificada da concepção materialista da história.	1880	1880	2003
<i>Projeto de resposta à carta de Vera I. Zasulich (Marx):</i> reforça-se a tese de que para a “comuna rural” russa desenvolver-se como elemento da produção coletiva nacional, faz-se necessário a Revolução Russa.	1881	1924	1982
<i>Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã (Engels):</i> objetiva-se refutar a emergência do idealismo nos quadros neo-hegelianos da classe dominante alemã, promovendo-se a defesa da concepção materialista da história.	1886	1886	1982
<i>Cartas de Engels:</i> referem-se às cartas escritas para Boenigk, Bloch, Kautsky, Schimdt, Mehring, Danielson, Borgius, Sombart, dentre outros, em que se discute a concepção materialista da história.	1890-1894	1890-1894	1982

FONTE: www.marxists.org. Elaboração Própria.

A tese predominante reside no conceito de modo de produção capitalista, em que a *dinâmica* (o movimento) se dá entre as *relações de produção* contraídas pelos homens na produção social, correspondente a uma determinada fase de desenvolvimento das *forças produtivas* materiais, e que formam a estrutura econômica da sociedade, isto é, a base real sobre a qual se ergue a superestrutura jurídica e política, sendo que, em um determinando

momento, as forças produtivas materiais entram em contradição com as relações de produção engendradas, culminando em uma época de revolução social, onde se altera a base econômica e transforma-se paulatinamente toda a imensa superestrutura erigida sobre ela.

Decerto, esta formulação apresentou e apresenta muitas ambiguidades, suscitando, principalmente, as elucubrações apoiadas no forte *determinismo econômico* que estaria embutido nela. Por outro lado, entretanto, também é possível defender que, em Marx e Engels, a concepção materialista da história conforma, em algumas obras, um tratamento mais acurado e distinto de qualquer determinismo, especialmente se observarmos sua enunciação original a partir de *A ideologia alemã* (1845-1846). Assim nos dizem os autores:

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica. O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza. Naturalmente não podemos abordar, aqui, nem a constituição física dos homens nem as condições naturais, geológicas, orohidrográficas, climáticas e outras condições já encontradas pelos homens. Toda historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história. Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material⁸⁹⁸.

Seguem afirmando:

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com *o que* produzem como também com *o modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. Essa produção aparece, primeiramente, com o *aumento da população*. Ela própria pressupõe, por sua vez, um *intercâmbio* [*Verkehr*] entre os indivíduos. A forma desse intercâmbio é, novamente, condicionada pela produção⁸⁹⁹.

Vejamos, ainda, alguns excertos, nos quais os revolucionários alemães prosseguem com suas exposições acerca da concepção materialista da história.

⁸⁹⁸ Cf. MARX e ENGELS, 2007, pps. 86-87, grifos dos autores.

⁸⁹⁹ Cf. Id, Ibid, p. 87, grifos dos autores.

Excertos sobre a concepção materialista da história em *A ideologia alemã* (1845-1846)

O fato é, portanto, o seguinte: indivíduos determinados, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si estas relações sociais e políticas determinadas. A observação empírica tem de provar, em cada caso particular, empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, a conexão entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado provêm constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas desses indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas sim tal como *realmente* são, quer dizer, tal como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de seu arbítrio. A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanação direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência [*Bewusstsein*] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [*bewusste Sein*], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico. Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como *sua* consciência. Esse modo de considerar as coisas não é isento de pressupostos. Ele parte de pressupostos reais e não os abandona em nenhum instante. Seus pressupostos são os homens, não em quaisquer isolamento ou fixação fantásticos, mas em seu processo de desenvolvimento real, empiricamente observável, sob determinadas condições. Tão logo seja apresentado esse processo ativo de vida, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos, como para os empiristas ainda abstratos, ou uma ação imaginária de sujeitos imaginários, como para os idealistas. Ali onde termina a especulação, na vida real, começa também, portanto, a ciência real, positiva, a exposição da atividade prática, do processo prático de desenvolvimento dos homens. As fraseologias sobre a consciência acabam e o saber real tem de tomar o seu lugar. A filosofia autônoma perde, com a exposição da realidade, seu meio de existência. Em seu lugar pode aparecer, no máximo, um compêndio dos resultados mais gerais, que se deixam abstrair da observação do desenvolvimento histórico dos homens. Se separadas da história real, essas abstrações não têm nenhum valor. Elas podem servir apenas para facilitar a ordenação do material histórico, para indicar a sucessão de seus estratos singulares. Mas de forma alguma oferecem, como a filosofia o faz, uma receita ou um esquema com base no qual as épocas históricas possam ser classificadas. A dificuldade começa, ao contrário, somente quando se passa à consideração e à ordenação do material, seja de uma época passada ou do presente, quando se passa à exposição real. A eliminação dessas dificuldades é condicionada por pressupostos que não podem ser expostos aqui, mas que resultam apenas do estudo do processo de vida real e da ação dos indivíduos de cada época. (Id, Ibid, pps. 93-95, grifos do autor).

A história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; portanto, por um lado ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições, o que então pode ser especulativamente distorcido, ao converter-se a história posterior na finalidade da anterior, por exemplo, quando se atribui à

descoberta da América a finalidade de facilitar a irrupção da Revolução Francesa, com o que a história ganha finalidades à parte e torna-se uma “pessoa ao lado de outras pessoas” (tais como: “Autoconsciência, Crítica, Único” etc.), enquanto o que se designa com as palavras “destinação”, “finalidade”, “núcleo”, “ideia” da história anterior não é nada além de uma abstração da história posterior, uma abstração da influência ativa que a história anterior exerce sobre a posterior. Ora, quanto mais no curso desse desenvolvimento se expandem os círculos singulares que atuam uns sobre os outros, quanto mais o isolamento primitivo das nacionalidades singulares é destruído pelo modo de produção desenvolvido, pelo intercâmbio e pela divisão do trabalho surgida de forma natural entre as diferentes nações, tanto mais a história torna-se história mundial, de modo que, por exemplo, se na Inglaterra é inventada uma máquina que na Índia e na China tira o pão a inúmeros trabalhadores e subverte toda a forma de existência desses impérios, tal invenção torna-se um fato histórico-mundial; ou pode-se demonstrar o significado histórico-mundial do açúcar e do café no século XIX pelo fato de que a falta desse produto, resultado do bloqueio continental napoleônico, provocou a sublevação dos alemães contra Napoleão e foi, portanto, a base real [*reale*] das gloriosas guerras de libertação de 1813. Segue-se daí que essa transformação da história em história mundial não é um mero ato abstrato da “autoconsciência”, do espírito mundial ou de outro fantasma metafísico qualquer, mas sim uma ação plenamente material, empiricamente verificável, uma ação da qual cada indivíduo fornece a prova, na medida em que anda e para, come, bebe e se veste. Na história que se deu até aqui é sem dúvida um fato empírico que os indivíduos singulares, com a expansão da atividade numa atividade histórico-mundial, tornaram-se cada vez mais submetidos a um poder que lhes é estranho (cuja opressão eles também representavam como um artilho do assim chamado espírito universal etc.), um poder que se torna cada vez maior e que se revela, em última instância, como *mercado mundial*. Mas é do mesmo modo empiricamente fundamentado que, com o desmoronamento do estado de coisas existente da sociedade por obra da revolução comunista (de que trataremos mais à frente) e com a superação da propriedade privada, superação esta que é idêntica àquela revolução, esse poder, que para os teóricos alemães é tão misterioso, é dissolvido e então a libertação de cada indivíduo singular é atingida na mesma medida em que a história transforma-se plenamente em história mundial. De acordo com o já exposto, é claro que a efetiva riqueza espiritual do indivíduo depende inteiramente da riqueza de suas relações reais. Somente assim os indivíduos singulares são libertados das diversas limitações nacionais e locais, são postos em contato prático com a produção (incluindo a produção espiritual) do mundo inteiro e em condições de adquirir a capacidade de fruição dessa multifacetada produção de toda a terra (criações dos homens). A dependência *multifacetada*, essa forma natural da cooperação *histórico-mundial* dos indivíduos, é transformada, por obra dessa revolução comunista, no controle e domínio consciente desses poderes, que, criados pela atuação recíproca dos homens, a eles se impuseram como poderes completamente estranhos e os dominaram. Essa visão pode, agora, ser apreendida de modo especulativo-idealista, isto é, de modo fantástico, como “autocriação do gênero” (a “sociedade como sujeito”) de maneira que a sequência sucessiva de indivíduos em conexão uns com os outros é representada como um único indivíduo que realiza o mistério de criar a si mesmo. Mostra-se aqui, certamente, que os indivíduos fazem-se *uns aos outros*, física e espiritualmente, mas não fazem a si mesmos, seja no sentido de São Bruno, tampouco no sentido do “Único”, do homem “feito”. Finalmente, da concepção de história exposta acima obtemos, ainda, os seguintes resultados: 1) No desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição (maquinaria e dinheiro) – e, ligada a isso, surge uma classe que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem desfrutar de suas vantagens e que, expulsa da sociedade, é forçada à mais decidida oposição a todas as outras classes; uma classe que configura a maioria dos membros da sociedade e da qual emana a consciência da necessidade de uma revolução radical, a consciência comunista, que também pode se formar, naturalmente, entre as outras classes, graças à percepção da situação dessa classe; 2) que as condições sob as quais determinadas forças de produção podem ser utilizadas são as condições da dominação de uma determinada classe da sociedade, cujo poder social, derivado de sua riqueza, tem sua expressão prático-idealista na forma de Estado existente em cada caso; é essa a razão pela qual toda luta revolucionária dirige-se contra uma classe que até então dominou; 3) que em todas as revoluções anteriores a forma da atividade permaneceu intocada, e tratava-se apenas de instaurar uma outra forma de distribuição dessa atividade, uma nova distribuição do trabalho entre outras pessoas, enquanto a revolução comunista volta-se contra a *forma* da atividade existente até então, suprime o *trabalho* e supera [*aufhebt*] a dominação de todas as classes ao superar as próprias classes, pois essa revolução é realizada pela classe que, na sociedade, não é mais considerada como uma classe, não é reconhecida como tal, sendo já a expressão da dissolução de todas as classes, nacionalidades etc., no interior da sociedade atual e 4) que tanto para a criação em massa dessa consciência comunista quanto para o êxito da própria causa faz-se necessária uma transformação massiva dos homens, o que só se pode realizar por um movimento prático, por uma *revolução*; que a revolução, portanto, é necessária não

apenas porque a classe dominante não pode ser derrubada de nenhuma outra forma, mas também porque somente com uma revolução a classe *que derruba* detém o poder de desembaraçar-se de toda a antiga imundície e de se tornar capaz de uma nova fundação da sociedade. Essa concepção da história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. etc. – e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos). Ela não tem necessidade, como na concepção idealista da história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer constantemente sobre o solo da história real; não de explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material e chegar, com isso, ao resultado de que todas as formas e [todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na “autoconsciência” ou sua transformação em “fantasma”, “espectro”, “visões” etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais [*realen*] de onde provêm essas enganações idealistas; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria. Essa concepção mostra que a história não termina por dissolver-se, como “espírito do espírito”, na “autoconsciência”, mas que em cada um dos seus estágios encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente estabelecida com a natureza e que os indivíduos estabelecem uns com os outros; relação que cada geração recebe da geração passada, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias que, embora seja, por um lado, modificada pela nova geração, por outro lado prescreve a esta última suas próprias condições de vida e lhe confere um desenvolvimento determinado, um caráter especial – que, portanto, as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias. Essa soma de forças de produção, capitais e formas sociais de intercâmbio, que cada indivíduo e cada geração encontram como algo dado, é o fundamento real [*reale*] daquilo que os filósofos representam como “substância” e “essência do homem”, aquilo que eles apoteosaram e combateram; um fundamento real que, em seus efeitos e influências sobre o desenvolvimento dos homens, não é nem de longe atingido pelo fato de esses filósofos contra ele se rebelarem como “autoconsciência” e como o “Único”. Essas condições de vida já encontradas pelas diferentes gerações decidem, também, se as agitações revolucionárias que periodicamente se repetem na história serão fortes o bastante para subverter as bases de todo o existente, e se os elementos materiais de uma subversão total, que são sobretudo, de um lado, as forças produtivas existentes e, de outro, a formação de uma massa revolucionária que revolucione não apenas as condições particulares da sociedade até então existente, como também a própria “produção da vida” que ainda vigora – a “atividade total” na qual a sociedade se baseia –, se tais elementos não existem, então é bastante indiferente, para o desenvolvimento prático, se a *ideia* dessa subversão já foi proclamada uma centena de vezes – como o demonstra a história do comunismo. Toda concepção histórica existente até então ou tem deixado completamente desconsiderada essa base real da história, ou a tem considerado apenas como algo acessório, fora de toda e qualquer conexão com o fluxo histórico. A história deve, por isso, ser sempre escrita segundo um padrão situado fora dela; a produção real da vida aparece como algo pré-histórico, enquanto o elemento histórico aparece como algo separado da vida comum, como algo extra e supraterrâneo. Com isso, a relação dos homens com a natureza é excluída da história, o que engendra a oposição entre natureza e história. Daí que tal concepção veja na história apenas ações políticas dos príncipes e dos Estados, lutas religiosas e simplesmente teóricas e, especialmente, que ela tenha de *compartilhar*, em cada época histórica, da *ilusão dessa época*. (Id, Ibid, pps. 40-44, grifos dos autores).

Parece-nos convincente que esta concepção comporta a noção da constituição de um *modo de produção capitalista da vida social*, onde o ponto de partida metodológico está na distinção dos homens perante os animais através do momento em que os primeiros começam a produzir os seus meios de vida, produzindo, então, indiretamente, sua própria vida material. O modo pelo qual os fazem depende, porém, dos meios de vida pretéritos, a fim da necessidade de reproduzi-lo. Tal reprodução, amiúde, incita uma determinada forma de

exteriorização, enquanto um determinado modo de vida desses indivíduos, coincidindo o que produzem e reproduzem com o modo como produzem e reproduzem.

Não obstante, as produções de ideias, de representações e da consciência estão entrelaçadas com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens e, na realidade, ao desenvolverem sua produção e seus intercâmbios, eles também transformam seu pensar e os produtos do seu pensar. Logo, é a vida que determina a sua consciência e não o contrário e essa determinação envolve a multiplicidade de todas as demais determinações. Asseveram, ainda, que à medida que o modo de produção capitalista se desenvolve, os outros modos de vida existentes tenderão a ser *destruídos*, auferindo a este modo de produção o decurso de uma *história mundial*: é a transformação da história em história mundial, onde as alterações, naquilo por onde os homens andam e param, comem, bebem e se vestem, aparecem como evidência material na condição de explicar a submissão de suas vidas a um poder que lhes é estranho e opressor, um poder cada vez mais revelado pelos ditames de um *mercado mundial*, atravessado pela divisão internacional e social da produção e do trabalho.

Todavia, o aprofundamento desta tendência implica numa fase em que as forças produtivas materiais e os meios de intercâmbio se tornam forças de destruição, cabendo a uma classe suportar esta situação até o ponto em que consiga emanar-se de uma consciência capaz de promover uma revolução radical, imprimindo a luta revolucionária contra a classe que a dominou e, principalmente, voltando-se totalmente contrária a forma da atividade existente, suprimindo o trabalho e superando as próprias classes – a dissolução de todas as classes, nacionalidades e etc. – isto é, “desembaraçar-se de toda a antiga imundície e de se tornar capaz de uma nova fundação da sociedade”. Logo, as condições de vida material, encontradas e reproduzidas pelas diferentes gerações, podem, através da revolução, subverterem os alicerces de todo o existente, revolucionando a própria produção da vida, a “atividade total” na qual se assenta a sociedade.

Se cotejarmos esta concepção com algumas demais passagens, encontradas nas obras de Marx e Engels, acreditamos conseguir expressar de maneira mais concisa a potência de suas formulações: *o modo de produção é um conceito que permite captar e explicar o modo de vida de uma determinada sociedade*. Nesse sentido, na condição de um modo de produção da vida social, ele *articula* todas as dimensões da realidade social, incluindo suas formas de produções de ideias, de representações e de consciência que se mostram veladas ou ocultadas de suas bases, garantindo assim a sua reprodução. Em *O Capital* (1867), Marx ilustra muito bem esta questão ao nos falar do fetichismo do capital em termos amplos, seja material ou espiritual, seja da economia ou do direito e etc. Ademais, no mesmo livro, ao tratar da gênese

do trabalho assalariado nas sociedades modernas, deixa explícito que esse longo e profundamente tenso processo histórico envolveu não apenas a perseguição de mecanismos violentos de expropriação, constituição de legislações e apelos moralizantes por parte do Estado e da Igreja, mas também a transmissão de *valores* ensinados institucionalmente pela família e pela escola e pelo costume em geral. Tudo isso em conjunto implicou na conformação de novas formas de vida que acabaram por arrefecer e até mesmo levar ao *esquecimento* as relações de produção pretéritas e suas formas de sociabilidade, disseminando aquilo que chamou de “naturalização” do modo de produção (da vida social⁹⁰⁰).

Sendo assim, a partir da consolidação do modo de produção capitalista, ficou selada a dominação do trabalhador pela lógica do capital. Em outras palavras, significa dizer que a reprodução social do modo de vida dos trabalhadores passou a ser determinada pela própria reprodução do modo de produção capitalista. Ou seja, a reprodução do modo de vida social aparece como algo que fundamentalmente necessita de constante reinvenção, dado o caráter dinâmico deste modo de produção e, ao mesmo tempo, sempre esteve marcado pela dialética entre a manutenção da própria lógica societal do capital (ainda que constantemente reinventada) e suas contradições imanentes (que podem ou não rumar para sua superação). Não há, aqui, qualquer espaço para o determinismo econômico ou para a predominância da esfera econômica perante as demais esferas da realidade. Porém, como indicamos acima, essa forma de apreensão não chegou a ser sistematizada expressivamente pelos autores alemães, muito embora eles tivessem que lidar, em muitas oportunidades, com o fervor de seus críticos, desencadeando vários expedientes em face da melhor explicitação do que entendiam pela concepção materialista da história, como podemos ver, por exemplo, abaixo (excertos). A produção posterior a dos revolucionários alemães seguiu marcada, dentre outras, principalmente por esta problemática⁹⁰¹.

⁹⁰⁰ “Não basta que as condições de trabalho apareçam num pólo como capital e no outro pólo, pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a se venderem voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por *educação, tradição, costume*, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. A organização do processo capitalista de produção plenamente constituído quebra toda a resistência, a constante produção de uma superpopulação mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em trilhos adequados às necessidades de valorização do capital, e a muda coação das condições econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador” (MARX, 1996, pps. 358-359, grifos nossos).

⁹⁰¹ Dentre as principais obras, destacam-se: Georgi Plekhanov: *Ensaio sobre a história do materialismo* (1893), *O desenvolvimento da concepção monista da história* (1895), *A concepção materialista da história* (1897), *O papel do indivíduo na história* (1898), *A arte e a vida social* (1912); Karl Kautsky: *A concepção materialista da história* (1902) e *A concepção materialista da história – seção cinco: a dialética* (1927); Franz Mehring: *Sobre o materialismo histórico* (1893) e *Karl Marx: a história de sua vida* (1918); Rosa Luxemburgo: *Socialismo e as Igrejas* (1905) e *A acumulação de capital* (1913); V. I. Lênin: *Marxismo e revisionismo* (1908), *Materialismo e Empiocrítica* (1909), *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo* (1913) e *Cadernos sobre Filosofia* (1914-1916) e *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (1917); Leon Trotsky: *Questões do modo de*

Excertos sobre a concepção materialista da história em *Carta para Joseph Bloch (1890)*

Marx e Engels, em muitas cartas e obras, conforme indicada no quadro 1, tiveram muitos expedientes para tratar de sua concepção materialista da história. No final da vida de Engels, foram muitos os momentos de retomadas e de novas sínteses e, principalmente, de discussões em torno desta questão. Em uma carta dirigida a Joseph Bloch, em 21 de setembro de 1890, assim nos diz: “De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante *final* [em última instância, grifos nossos] na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o *único* determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infra-estrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma. Há uma interação entre todos estes vetores entre os quais há um sem número de acidentes (isto é, coisas e eventos de conexão tão remota, ou mesmo impossível, de provar que podemos tomá-los como não-existentes ou negligenciá-los em nossa análise), mas que o movimento econômico se assenta finalmente como necessário. Do contrário, a aplicação da teoria a qualquer período da história que seja selecionado seria mais fácil do que uma simples equação de primeiro grau. Nós mesmos é que fazemos a história, mas o fazemos sob condições e suposições definidas. Entre estas, os determinantes econômicos são, ultimamente, decisivos. Mas mesmo as condições políticas, etc., e mesmo tradições que assombram as mentes humanas também desempenham o seu papel, embora não sejam decisivos. [...] Em segundo lugar, a história é feita de maneira que o resultado final sempre surge da conflitante relação entre muitas vontades individuais, cada qual destas vontades feita em condições particulares de vida. Portanto, é a intersecção de numerosas forças, uma série infinita de paralelogramos de forças, que resulta em um dado evento histórico. Isto pode ser novamente interpretado de modo equívoco, sendo visto como um produto de um poder que trabalha como um todo, *inconscientemente* e sem vontade. Cada vontade individual é obstruída por outra vontade individual e o que emerge é uma vontade final não antecipada pelas singularidades envolvidas. Assim, a história procede na forma de um processo natural e é essencialmente sujeitas às leis do movimento. Mas do fato de que as vontades individuais — das quais os desejos que impelem pela constituição física ou externamente e, em último lugar, pelas circunstâncias econômicas (sejam pessoais ou aquelas da sociedade em geral) — não obtém o que querem, mas tem suas vontades amalgamadas em um sentido coletivo, um resultante comum, não deve ser concluído que seus valores são iguais a zero. Ao contrário, cada parte singular contribui para o

vida (1923), *Materialismo dialético e ciência* (1925), *90 anos do Manifesto Comunista* (1937), *O marxismo em nosso tempo* (1939), *O ABC do materialismo dialético* (1939) e *Em defesa do marxismo* (1942); Nicolai Bukharin: *O ABC do comunismo* (1920), *A teoria do materialismo histórico* (1921); *Imperialismo e acumulação de capital* (1924) e *Teoria e prática do ponto de vista do materialismo dialético* (1931); Josef Stalin: *Materialismo histórico e dialético* (1938); P. Nikitin: *Fundamentos de Economia Política* (1966); Georg Lukács: *História e consciência de classe* (1923), *Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social* (1968), *Para uma ontologia do ser social* (1968) e *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx* (1972); Karl Korsch: *Marxismo e Filosofia* (1923); Antonio Gramsci: *Concepção dialética da história* (1955); Ernest Mandel: *A formação do pensamento econômico de Karl Marx* (1968), *Introdução ao marxismo* (1978) e *O lugar do marxismo na história* (1986); Karel Kosik: *Dialética do Concreto* (1963); Henri Lefebvre: *Para compreender o pensamento de Karl Marx* (1966) e *Lógica Formal, Lógica Dialética* (1975); István Mészáros: *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaio de negação e afirmação* (1986) e *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método* (2009); Michael Löwy: *A Teoria da Revolução no Jovem Marx* (1970), *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento* (1985), *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista* (1985); Ellen Wood: *Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo* (1999) e *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico* (1995); Gerald Cohen: *A teoria da história de Karl Marx* (1978); Edward Thompson: *A miséria da teoria ou Um Planetário de Erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser* (1981); Eric Hobsbawm: *Sobre a história* (1997); Perry Anderson: *Considerações sobre o marxismo ocidental* (1976) e *Nas trilhas do materialismo histórico* (1983); Alexandre Cheptulin: *A dialética materialista: categorias e leis da dialética* (1982); Pável Kopnin: *A dialética como lógica e teoria do conhecimento* (1978); Caio Prado Jr: *A dialética do conhecimento* (1952) e Louis Althusser: *Contradição e sobredeterminação* (1962), *Sobre o materialismo dialético* (1963), *Ler o Capital* (1965), *Análise crítica da teoria marxista* (1967) e *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado* (1969).

resultado e é, em certo grau, envolvido com esta soma final. [...] Especialmente o *Dezoito Brumário de Louis Bonaparte* é o mais excelente exemplo da aplicação desta teoria. Também existem muitas alusões n' *O Capital*. Também devo indicá-lo alguns de meus escritos: *Herr Eugen Duhring's Revolução na Ciência* e *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia alemã clássica*, nestas obras eu dei, até onde sei, a mais detalhada explicação sobre o materialismo histórico que é possível encontrar. Eu e Marx somos aqueles a quem, parcialmente, culpar pelo fato que as pessoas mais novas freqüentemente acentuarem o aspecto econômico mais do que o necessário. E que nós tínhamos que enfatizar estes princípios *vis-à-vis* nossos adversários, que os negavam. Nós não tínhamos sempre o tempo, o local e a oportunidade para explicar adequadamente os outros elementos envolvidos na interação dos fatores constituintes da história. Mas quando era o caso de apresentar uma seção historiográfica, isto é, de aplicação prática, era um assunto diferente e nenhum erro era permissível. Infelizmente, de modo muito freqüente, as pessoas pensam que aprenderam uma nova teoria e podem aplicá-la sem maiores problemas, crendo que dominaram os principais princípios e isto não é sempre correto. E eu não posso também isentar os mais recentes “marxistas” do mais incrível lixo que já foi produzido nos últimos três meses. A reação do poder do Estado para com o desenvolvimento econômico pode ser um dos três tipos: (i) pode ser que corra na mesma direção e então o desenvolvimento seja acelerado; (ii) ele pode se opor à linha do desenvolvimento, o que, nos dias de hoje fará com que o poder de Estado seja estraçalhado no longo termo e; (iii) pode barrar o desenvolvimento econômico em algumas direções e prescrevê-lo em outras. Isto reduz as possibilidades para uma das duas anteriores. Mas é óbvio que nos casos dois e três, o poder político pode causar grandes danos ao desenvolvimento econômico e resultar em grande dispêndio material e de energia das grandes massas. Então, é também um caso de conquista e destruição brutal de recursos econômicos, os quais, em certas condições, um sistema econômico nacional ou local poderia ser arruinado. Nos dias de hoje, tal caso teria um efeito contrário, ao menos entre os grandes povos: em longo termo, o subjugado às vezes ganha mais em termos políticos, econômicos e morais do que o vitorioso. Similarmente com a lei. Assim que a nova divisão do trabalho surge, na qual se tornam necessários advogados profissionais, uma nova e independente esfera é criada e ainda especialmente capaz de reatar as esferas de produção e comércio. No Estado moderno, a lei não deve apenas corresponder à condição econômica geral e ser sua expressão direta, mas ser expressão *internamente coerente* o que não se reduz ao nada, devido suas contradições internas. E com o objetivo de atingir isto, o fidedigno reflexo das condições econômicas sofre cada vez mais. Assim, cada vez mais raramente que um código legal é a direta, não-suavizada e não-adulterada expressão da dominação de uma classe — isto por si iria ofender a “concepção de direito”. [...] Portanto, em grande parte, o curso do “desenvolvimento dos direitos” apenas consiste (i) em uma tentativa de desfazer as contradições emergentes, sendo destarte, tradução direta dos antagonismos de relações econômicas em princípios jurídicos e (ii) nas reiteradas brechas feitas neste sistema pela influência e pressão do desenvolvimento econômico seqüente, envolvendo contradições posteriores para estabelecer um sistema jurídico harmonioso. (Neste momento, eu estou apenas falando no Direito Civil). O reflexo de relações econômicas em princípios jurídicos é necessariamente confuso e desordenado: ele age sem a pessoa que está atuando ser consciente deste processo; o jurista imagina que está operando com proposições *a priori*, quando o que ele está manuseando verdadeiramente são reflexos das relações econômicas; assim, tudo está invertido. Para mim, parece óbvio que esta inversão que, enquanto permaneça desconhecida sob a forma do que nós chamamos de *concepção ideológica*, reage e retorna à base econômica podendo, dentro de certas limitações, modificar esta última. A base do direito de herança (assumindo que os estágios atingidos no desenvolvimento da família sejam iguais) é econômica e não *a priori* jurídica. No entanto, seria difícil de provar, por exemplo, que a absoluta liberdade do testador na Inglaterra e as severas restrições impostas a este na França são decorrentes, em cada detalhe, às causas econômicas. Ambas (causas jurídicas e causas econômicas) reagem entre si, sem podermos, no entanto, reconhecer a esfera econômica em considerável extensão, pois a herança afeta a distribuição de propriedade. No reinados da ideologia que deslizam ainda alto nos céus, religião, filosofia, etc., têm um estoque pré-histórico que encontra sua existência no e é tomada pelo período histórico do que chamamos *nonsense*. Estas variadas falsas concepções da natureza, do ser, de espíritos, forças mágicas, etc., têm, na maior parte das vezes, apenas um fundamento econômico negativo; o baixo desenvolvimento econômico do período pré-histórico é suplementado e parcialmente condicionado e mesmo criado por falsas concepções de natureza. E mesmo que a necessidade econômica seja a principal força motriz do conhecimento progressivo sobre a natureza e se torna cada vez mais assim, seria certamente pedante tentar encontrar e indicar causas econômicas para este *nonsense* primitivo. A história da ciência é a história da gradual substituição deste *nonsense* ou sua eliminação por formas mais recentes, mas nem sempre menos absurdas de tolices. As pessoas que tomam parte nisto, aderem a dimensões especiais da divisão do trabalho e isto aparenta para eles como se estivessem trabalhando em um campo independente. E na medida em que eles formam um grupo separado dentro da divisão social do trabalho, a sua produção, incluindo seus erros, reage novamente e influencia o desenvolvimento total da sociedade,

e mesmo o desenvolvimento econômico. Mas todos estes estão, novamente, sob a dominante influência do desenvolvimento econômico. [...] Eu também considero a supremacia do desenvolvimento econômico estabelecendo-se nestas esferas, mas ocorre dela atuar dentro de condições impostas pela própria área do conhecimento em si: na filosofia, por exemplo, através da operação de influências econômicas (que geralmente atua sob um encobrimento que aparenta ser político) sobre a existência filosófica material criada por seus antecessores. Aqui, a economia cria nada em formas renovadas, mas ela determina o modo pelo qual o pensamento material encontra a existência e o altera, posteriormente progredindo e isto na maior parte das vezes sob formas indiretas, sejam filosóficas, legais ou morais, reflexos que exercitam grande poder sobre a filosofia. Sobre religião, eu disse o que era mais importante na última sessão sobre Feuerbach. Se, no entanto, Barth supõe que nós negamos toda e qualquer reação do político, etc., reflexos do movimento econômico sobre o movimento em si, ele está simplesmente lutando contra moinhos de vento. Ele só precisa olhar para o *Dezoito Brumário* de Marx, que lida quase que exclusivamente o papel *particular* desempenhado pelas lutas políticas e outros eventos; é claro que dentro da dependência *geral* das pré-condições econômicas. Ou *O Capital*, no capítulo sobre a jornada de trabalho, por exemplo, onde a legislação, que é certamente um ato político, tem efeito incisivo. Ou então a parte sobre a história da burguesia (capítulo XXIV). Ou por qual razão nós lutamos pela ditadura política do proletariado se o poder político é economicamente impotente? Força (isto é, poder estatal) é também poder econômico! Mas eu não tempo agora para criticar este livro. Eu devo agora pegar o volume III e no mais, penso que Bernstein, por exemplo, poderia efetivamente lidar com estes assuntos. O que falta para estes cavalheiros é a dialética. Eles simplesmente olham aqui a causa e ali o efeito. Esta é abstração vazia e estas oposições polares metafísicas só existem no mundo real durante crises quando todo o vasto processo na forma de interação (embora por forças muito desiguais, com o movimento econômico sendo, de longe, o mais poderoso, inicial e mais decisivo) é aqui muito mais relativo e nada absoluto (isto, eles nunca enxergaram). Hegel nunca existiu para eles”. (ENGELS, F. *Carta para Joseph Bloch*, 1890). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>

Sumarizando esta discussão, em torno de alguns dos principais expoentes do marxismo, observamos as seguintes elaborações: Lukács (1923) concebe a noção de totalidade para exaltar o papel decisivo assumido pela “forma mercantil” – a mercadoria e o seu caráter fetichista – sobre todas as manifestações da vida, dado que a atividade do homem tornou-se mercadoria. Assim, o modo de produção, pela ótica da *totalidade*, representa o modo com que se comandam todas as manifestações da vida social. Trata-se de uma estrutura econômica unificada para toda a sociedade, sob a qual se erige também uma estrutura de consciência (formal) “unitária” que se expressa de maneira “dividida” entre as classes sociais, cabendo a classe trabalhadora perseverar pelo processo de transformação da *classe-em-si* para a *classe-para-si*.

Gramsci (1955), por sua vez, entende o modo de produção como uma estrutura dialética composta pelo vínculo orgânico entre a estrutura econômica e as superestruturas ideológicas, constituídas enquanto um “*bloco histórico*”, cujo dinamismo envolve o desenvolvimento de sua forma determinante até o momento de dissolução e reposição, convertendo-se em um novo “bloco histórico”. Não existe uma hierarquia *a priori* dos momentos da realidade, pois o sujeito e o objeto são tomados na condição de momentos relativos da própria *práxis*. O marxismo ou, em seus termos, a filosofia da *práxis*, é a filosofia da classe operária que visa organizar a classe trabalhadora para a conquista e execução da *hegemonia*.

Já Althusser (1962) requalifica a ideia de Engels acerca da “determinação em última instância” ou “determinação final” sugerindo a noção de *sobredeterminação*, onde a contradição é identificada pela maior complexidade de causalidade múltipla. Ademais, também apreende a relação entre a base (infraestrutura) e a superestrutura nos marcos de um estruturalismo em que estas relações apresentam-se de modo mais amplo, porém, mais mecanizado. No tocante à referência ao modo de produção, promove um alargamento da noção de produção, destacando-se os mecanismos de reprodução social e como eles se integram junto às formas de exploração, aos aparelhos de repressão e a manutenção das desigualdades. Entretanto, seu excessivo formalismo, a exemplo da recorrência às tipologias dos “modos de produção especializados”, como os modos “domésticos”, “tributários”, “parcelares” e outros, explica-se, em sua visão, pela ausência de uma teoria da articulação dos modos de produção.

Todavia, Thompson (1978) critica veementemente o formalismo e o estruturalismo de Althusser, ressaltando o viés negativo do papel ativo dos homens na história, concebidos como meros reflexos da estrutura. Por outro lado, o historiador britânico não prescinde da centralidade do modo de produção, mas, sobretudo, da ideia de ser possível descrever um modo de produção em termos “econômicos”, colocando como secundárias as normas, a cultura e todos os elementos sobre os quais se organiza um modo de produção. Além da crítica ao determinismo econômico, propõe-se, ainda, a rejeitar a ideia de classe como efeito direto do modo de produção: a classe deve ser definida dentro de um processo histórico, na condição de *resultante* de suas próprias lutas. Sendo assim, a consciência de classe deriva daquilo que ela efetivamente produziu e produz no processo histórico de seu *fazer-se* (auto-reconhecimento e construção). Logo, tanto o processo de trabalho como a vida econômica em geral encontra-se atravessado por uma diversidade de fatores sociais, culturais e políticos que compõem a vida e as tradições dos trabalhadores (“sem produção não há história” e “sem cultura não há produção”).

Para Giannotti (1976) importa asseverar o uso e abuso dos sociólogos sobre a categoria “modo de produção”. Esta categoria designa a *forma* objetiva pela qual os homens estabelecem relações sociais através de suas atividades produtivas. O que se precisa apreender é como as relações de produção – relações sociais mediadas por coisas trabalhadas – se *instauram* e se *mantêm* por meio de processos de reposição de sua própria realidade. Em outras palavras, é preciso salientar como o processo de *síntese* se realiza. No movimento de reposição, o modo de produção fagocita modos de produção periféricos e anteriores a ele, propondo-se, portanto, uma história universal, onde “a circularidade do capital se perfaz

configurando um círculo de círculos”. Contudo, chamar a cada um destes círculos de um modo de produção seria equivocado, pois o que interessa é investigar como esta síntese se dá⁹⁰².

No balanço de Anderson (1976), a tese que predomina é a de que a tradição clássica do marxismo fora transplantada, após a Segunda Guerra Mundial, pelo chamado “marxismo ocidental”, cuja principal característica reside no *distanciamento* da prática política efetiva, exceções honrosas feitas a Lukács, Korsch, Gramsci e Trotsky. Neste campo, verifica-se a emergência de problemas filosóficos e epistemológicos, onde a ênfase recai sobre as questões da *superestrutura* do modo de produção e se encontram matizadas por abordagens que introduzem ou dialogam com demais autores de orientação não marxistas. No ensaio seguinte, sobre o materialismo histórico (1983), incorporam-se os intelectuais marxistas do estruturalismo e do pós-estruturalismo e as posições habermasianas. Em sua reformulação, defende-se que o “marxismo ocidental” é suplantado com os movimentos de maio de 1968 e o levante socialista de 1974 em Portugal. Desde então, surgiu uma nova produção, principalmente de origem anglo-saxã, mas que não triunfa em nenhum novo modelo revolucionário; ao contrário, o que se verifica é a construção de novos modelos utópicos, marcados cada vez mais por interpretações distantes dos pressupostos marxistas. Em síntese, podemos afirmar que o caráter excessivamente *generalista* de sua exposição, aliado à valorização demasiada da visão cientificista do marxismo o impede de chegar a resultados mais satisfatórios, ainda que tenha tido o mérito de não se furtar da relação entre a história e a teoria para se analisar o próprio balanço sobre o materialismo histórico.

Este último expediente, aliás, assume uma posição central - e muito mais sofisticada - a partir da avaliação que o historiador marxista Fernando Novais (2005, 2011) faz acerca do materialismo histórico no âmbito da própria historiografia moderna. Em primeiro lugar,

⁹⁰² “Até quando estamos autorizados a chamar cada um desses círculos um modo de produção? É somente para evitar que se coloque num mesmo nível de realidade o modo de produção capitalista e os modos de produção subsidiários, que se torna então conveniente reservar a categoria de modo de produção para designar o movimento objetivo de reposição que integra, num mesmo processo autônomo, a produção, a distribuição, a troca e o consumo, deixando outros nomes para as formas produtivas subsidiárias, que o modo de produção capitalista exige no processo de sua efetivação. [...] O “modo de produção capitalista” é um nome que designa o processo de objetivação e individualização de uma entidade muito real, o capital. Pouco importa que essa entidade também se constitua de representações, que a ilusão faça parte do mistério de seu ser. Universal concreto, o capital é a síntese de determinações. A nós cabe estudar como esse movimento de síntese se perfaz por meio de um círculo de círculos, que instaura e ao mesmo tempo destrói formas não-capitalistas de produção. Uma formação social não existe como uma coisa, sua individualidade, ao contrário, pode brotar do conflito de dois modos de produção antagônicos, como as nações dirigidas pelo estado mercantilista, ou do próprio movimento do capital que repõe formas não-capitalistas de produção. O que interessa é investigar como, em cada caso, essa síntese chega a ser feita, como a unidade de uma formação social se instaura por um processo objetivo de individualização, que só a investigação empírica pode decidir. O resto é ilusão de sociólogo, que pensa o fenômeno social como coisas prontas, para ressaltar as relações causais ou funcionais entre elas”. (GIANNOTTI, 1976, pps. 52-53).

chama-se a atenção para o fato de que a renovação – ressaltada por Anderson (1976, 1983), no campo da filosofia - não teve um equivalente na prática historiográfica, lembrando que a formulação do paradigma de interpretação da História também não teve como ponto de partida a historiografia, mas, sobretudo, a filosofia em geral e a hegeliana em particular. Em segundo lugar, faz-se fundamental avaliar o materialismo histórico à luz de seu papel estabelecido na historiografia moderna, envolvendo a relação entre a *história* e as *ciências sociais*. Inicialmente, cabe pontuar a diferença entre a história e as ciências sociais.

Sintetizemos: as ciências sociais (porque ciências) sacrificam a totalidade pela conceitualização; a história sacrifica a conceitualização pela totalidade. Ou, noutros termos, o historiador visa explicar para reconstituir; o cientista social visa reconstituir para explicar; para o historiador, a explicação é o meio, a reconstituição é o fim; para o cientista social, ao contrário, a reconstituição é o meio, a explicação é o fim. [...] para o historiador, a conceitualização é o *meio* e a reconstituição o fim; para o cientista, a conceitualização (a explicação) é o *fim*, a reconstituição é o meio. E os *factos* – isto é, o objeto da análise – nunca pertencem exclusivamente a uma única esfera da existência, mas envolvem *sempre* todas as esferas. Alguém planta uma batata, e isto pode ser um *facto* religioso. Logo, por visar sempre como meta final a reconstituição, a história é *sempre* total⁹⁰³.

Este aspecto decisivo repousa, ainda, na eminente confusão que instila o cerne das abordagens economicistas, politicistas e culturalistas, isto é, a atribuição de uma esfera da existência como *força explicativa* sobre as demais esferas. Em suas palavras, isso:

[...] provém, *to the best of our understanding*, de uma *confusão* entre “esferas da existência” (econômica, social, política, cultural etc.) e “níveis de realidade” (estrutura, conjuntura, acontecimento); ou, na linguagem do historiador, longa, média e curta *duração*. Em todas as *esferas da existência*, é possível distinguir os diversos *níveis da realidade*. Ao identificar um nível da realidade (estrutural) com uma esfera da existência (econômica), o economista atribui a esta esfera (economia) a força explicativa sobre as demais esferas (sociedade, política, cultura etc.)⁹⁰⁴.

Uma vez compreendido esta diferença e esta confusão, importa demonstrar a posição do materialismo histórico nesse contexto. De acordo com o autor:

[...] visto desse ângulo, o materialismo histórico aparece, antes e acima de tudo, como *uma teoria da história*; e, mais do que isso, permite esclarecer, ou ver com mais nitidez, o que devemos entender por “teoria da história”. E, em segundo, lugar, isso é tanto mais importante, para nossos propósitos, porque tem sido o não esclarecimento dessa visão – *teoria da História como conceitualização simultânea das várias esferas da existência* – que tem obliterado o diálogo da história com as ciências sociais e humanas⁹⁰⁵.

O passo seguinte diz respeito à enunciação dos conceitos fundamentais trazidos à baila pelo materialismo histórico, ou seja, fundantes de seu paradigma de interpretação da História.

Efetivamente, considerando o materialismo histórico essencialmente uma teoria da História, entendida como teorização simultânea das esferas da existência, dois conceitos emergem como fundamentais, isto é, fundantes dessa visão do mundo: os

⁹⁰³ Cf. NOVAIS, 2011, pps. 26-28, grifos do autor.

⁹⁰⁴ Cf. Id, Ibid, p. 30, grifos do autor.

⁹⁰⁵ Cf. Id, Ibid, p. 47, grifos do autor.

conceitos de *modo de produção* e de *luta de classes*. Todo o arsenal de categorias analíticas para compreender o funcionamento da economia capitalista, ou para explicar o jogo de forças entre as classes nos embates ideológicos para a conquista do poder no mundo da burguesia – que sem dúvida são importantíssimos – circunscreve-se à análise deste específico modo de produção, não tendo a mesma transcendência daquelas duas categorias para a abordagem do fluxo permanente do processo histórico⁹⁰⁶.

E aqui se evidencia o primeiro problema: a *reconstrução histórica*.

Ora, precisamente, são esses dois *fundamentos* que não têm sido aprofundados numa perspectiva histórica⁹⁰⁷, ou seja, testados *in fieri* em vários momentos da História. Modo de produção é normalmente tratado na análise do funcionamento do capitalismo, especialmente visando uma teoria das crises; quando se trata de outros contextos, no mais das vezes se transpõe mecanicamente o esquema analítico do capitalismo com resultados medíocres. Vejam-se, por exemplo, os estudos sobre a *formação* do capitalismo, em que a Época Moderna, até a Revolução Industrial, é caracterizada ora como *ainda feudal*, ora como *já capitalista*. Ou os debates sobre o assim chamado “modo asiático” de produção, nos quais houve contudo algum avanço. Luta de classes, por seu turno, é sempre tratada (ou, pelo menos, na maioria das vezes) no plano da História imediata, isto é, como estratégia ou tática da revolução⁹⁰⁸.

Para superar ou desbloquear esses impasses, assim assevera:

Tentemos, pois, desbloquear esses impasses. Para tanto, importa estabelecer, desde logo, que o modo de produção *não* é sinônimo de sistema econômico; exatamente por equiparar as duas noções é que o debate girou em falso. Na perspectiva em que nos colocamos aqui, *modo de produção* tem de ser visto como *critério de periodização* da História, e portanto como *forma* de articulação das várias (de todas) esferas da existência. Noutros termos, são *estruturas* no interior das quais os conceitos operam de forma específica. Tarefa do historiador é identificá-las,

⁹⁰⁶ Cf. Id, Ibid, p. 51, grifos do autor.

⁹⁰⁷ Mariutti (2012, 2014a) expõe com clareza esta questão em duas passagens: “Em primeiro lugar, é fundamental a separação entre o trabalho e os meios de produção que, em essência, impõe a mediação do mercado sobre as etapas essenciais da produção social da vida. O segundo aspecto, que não deriva necessariamente do primeiro, mas que, por assim dizer, completa a transição, é a consolidação da indústria moderna, isto é, a “Revolução Industrial”, na medida em que ela possibilita a generalização crescente da concorrência capitalista na vida social e, fundamentalmente, abre o caminho para o predomínio do capital financeiro. [...] Mas este resultado não é fruto de nenhum tipo linear de acumulação, seja ela econômica ou “política”. Isso fica muito claro na discussão marxiana sobre a “acumulação primitiva”, que é essencialmente descontínua, marcada por temporalidades múltiplas e que só faz sentido tendo como referência a dinâmica “pura” do capitalismo consolidado. Trata-se, portanto, de uma abordagem nutrida fundamentalmente pela História, mas que retrata o processo de constituição do capitalismo não como história da sua formação mas, essencialmente, como gênese de elementos”. (MARIUTTI, 2012, p. 18). Em outro momento: “Uma coisa é pensar a formação do capitalismo a partir da gênese de seus elementos constitutivos fundamentais, sob a ótica da sua dinâmica. Outra, bem diferente, é tentar reconstruir a transição do feudalismo ao capitalismo em seus próprios termos, isto é, uma transformação essencialmente descontínua, permeada pelo acaso e por conjunturas singulares, e que envolveu o entrelaçamento das várias esferas da existência social, em suas diversas temporalidades. Para tanto, é a referência geral que precisa mudar: é necessário tomar o feudalismo como um modo de produção articulado, movido por contradições próprias, cuja crise geral deflagrou a transição que, dentre diversos futuros possíveis, possibilitou a formação do capitalismo”. (MARIUTTI, 2014, p. 16). Disso resulta uma agenda ampla de investigações que deveriam tratar, por exemplo, de como se deu a sedimentação das novas formas de vida, levando ao esquecimento as antigas relações de produção e suas formas de sociabilidade; de como se deu a penetração do capital na esfera da produção e de como foi possível a ele apropriar-se de força de trabalho e, ao mesmo tempo, condicionar os mecanismos de reprodução do trabalho; de como o capitalismo conseguiu deslocar paulatinamente as formas mais tradicionais de controle da sociedade sobre o “mercado”, dentre outros.

⁹⁰⁸ Cf. Id, Ibid, p. 51, grifos do autor.

diríamos mesmo descobri-las, no curso dos acontecimentos, para reconstituí-las compreensivamente. Ou, talvez, analisar e reconstituir segmentos no *interior* dessas estruturas globais. Já se vê, evidentemente, que também a *luta de classes*, que é o conceito fundamental, opera diferentemente no interior dos diversos modos de produção. Em suma: modos de produção definem as estruturas globais dentro das quais o processo histórico se desenrola; luta de classes abre o caminho para a compreensão do movimento pelo qual essas estruturas se transformam. O primeiro conceito opera no plano sincrônico; o segundo conduz à diacronia. Estrutura e dinâmica⁹⁰⁹.

Eis então, o segundo problema: a questão das *mediações* no plano da reconstrução histórica, isto é, a *articulação* entre as estruturas e os acontecimentos.

A revolução necessariamente se dá no nível dos acontecimentos; não basta o conhecimento das estruturas – para mudá-las é preciso acontecer *na* História. Ora, transitar das estruturas para os acontecimentos implica aventurar-se no território da *indeterminação*. E portanto uma teoria que só domine o nível das estruturas, para passar à História propriamente, envolve iniludivelmente uma *aposta*. E é nesse sentido, parece-nos, que se deve entender a afirmação de que Marx aposta no proletariado, como Pascal apostava em Deus, ou, noutros termos, na imanência ou na transcendência⁹¹⁰.

Na intersecção entre a filosofia e a história, a primeira pode, sem dificuldades, ponderar a perseguição do reino da liberdade plena dos seres humanos; no entanto, esta realização passa necessariamente pelo acontecimento histórico singular, a revolução. A relação entre determinismo (estrutura) e liberdade humana (acontecimento) não pode prescindir do fato de que talvez a vida seja indecifrável, mas isso não incorre na impossibilidade de se *apreender* as várias dimensões da realidade através de uma forma de *articulação* que nos permita, inclusive, conceber o conhecimento das estruturas enquanto um *critério de periodização*.

[...] os homens vivem, no curso da história, todas as dimensões da realidade, que a análise separa para tentar explicar. Na realidade objetiva, portanto, todas essas dimensões estão interligadas, e são interdependentes. Ao fixar determinada dimensão - a vida econômica, por exemplo - é até certo ponto possível, sob certas condições, estabelecer determinadas configurações (sistemas econômicos, tipos de economia etc.), que abrem caminho para uma periodização. O mesmo quando tratamos da vida social, política, ou das produções culturais. As várias periodizações, entretanto, não coincidem, uma vez que parecem obedecer a ritmos diferentes. Ficam justapostas, e não articuladas. Ora, sendo assim, o critério de *periodização global* não se poderia mesmo encontrar numa inexistente coincidência, mas exatamente na *forma de articulação* que, em determinado tempo, integrasse os vários níveis, aparentemente desconectados. Dessa forma, a persistência de determinada configuração setorial quando mudam os demais setores deixa de ser um problema insolúvel, na medida em que a mesma configuração muda de natureza quando se articula com novas configurações. A articulação, isto é, a totalidade, sobreleva e define as partes que a compõem. A contemporaneidade, isto é, a coincidência num mesmo tempo, marcaria a simples temporalidade; a articulação definiria a historicidade de qualquer segmento estudado⁹¹¹.

⁹⁰⁹ Cf. Id, Ibid, pps. 51-52, grifos do autor.

⁹¹⁰ Cf. Id, Ibid, p. 55, grifos do autor.

⁹¹¹ Cf. NOVAIS, 2005, pps. 160-161, grifos do autor.

Portanto, é esta forma de articulação que merece ser assimilada, na condição de um modo de produção que estabelece o critério de periodização da História.

O conceito de modo de produção é mais amplo, ou seja, trata-se de um tipo especial de articulação das várias instâncias que envolvem inclusive dimensões não-econômicas, e nessa concepção o modo de produção não está vinculado nem sequer a um sistema econômico. Pode existir um modo de produção que contenha várias “maneiras de produzir as coisas” articuladas com o sistema global. Repito: para mim é uma ideia muito ampla, é o critério de periodização da história, que envolve política, cultura, economia; trata-se da *forma de articulação das instâncias*⁹¹².

Na esteira do historiador marxista, Mariutti (2017) empreende três movimentos decisivos: (i) propõe a necessária *ampliação* do que se entende por produção no materialismo histórico, (ii) aprofunda a discussão sobre a *forma de articulação* das instâncias no modo de produção capitalista (da vida social) e (iii) ressalta a problemática da *temporalidade universalista* do capital. Em relação ao primeiro movimento, a questão que se coloca é a de analisar a produção como sendo a reprodução conflituosa da própria vida social, enquanto algo mais abrangente do que a mera produção e distribuição de objetos entre pessoas e classes sociais⁹¹³, pois a grande novidade surtida pelo capitalismo é a da “*separação*” *sistemática entre as unidades em que se realiza o trabalho e as unidades domiciliares*, isto é, um fenômeno completamente distinto dos demais modos de produção, onde se verifica a *impossibilidade* de proceder com a separação entre o trabalho, a religiosidade, o aprendizado, o lazer etc. No modo de produção capitalista da vida social é no plano das *unidades familiares* que as determinações de classe se constituem, conformando a sociabilidade primária fundamental. Neste campo imenso de profusões, além da formação das identidades, existem

⁹¹² Cf. Id, Ibid, p. 363, grifos do autor.

⁹¹³ “A proposta deste breve texto para discussão é radicalizar esta tendência, mudando radicalmente o que se entende por “produção”: a *reprodução* social de pessoas (tipos de homens), relações sociais, formas de conduta, sistemas simbólicos e instituições (família, sistemas educacionais e religiosos, etc.)”. (MARIUTTI, 2017, p. 2, grifo do autor). Segue afirmando: “Se tomarmos como foco *apenas* as unidades de produção geralmente consideradas como “típicas” de um modo de produção, não é possível compreender o movimento real da sociedade em questão e, muito menos, visualizar as dimensões mais profundas da luta de classes. [...] O trabalhador deve ser reproduzido *enquanto força de trabalho*: deve adquirir competências específicas dentro de um número relativamente grande de possibilidades e, também, internalizar práticas de conduta social “apropriadas” aos postos de trabalho e círculos sociais a que será destinado. Portanto, analisar a reprodução das condições de produção não é nada trivial, já que é exatamente este conjunto extremamente complexo e *variável* de fenômenos que deve ser continuamente reiterado. Porém, no “regime capitalista” a reprodução deste conjunto de técnicas e habilidades sociais *não* ocorre nas “unidades de produção”, mas, essencialmente, fora delas, isto é, pelo sistema educacional e outras instâncias e instituições – a Igreja, a família, as atividades e práticas esportivas, etc. – destinadas a *reproduzir* a ideologia e as práticas da sociedade capitalista e, deste modo, ajuda a cristalizar as estruturas hierárquicas formais e sobretudo, as informais, que não podem ser observadas imediatamente”. (Id, Ibid, pps. 3-4, grifos do autor).

também as variadas formas de compartilhamento dos afazeres e dos rendimentos⁹¹⁴. Cabe, portanto:

[...] entender o *conceito* de modo de produção como a prática humana de *produção dos meios de vida* e, portanto, de reprodução da própria vida social, algo muito mais abrangente do que a mera produção e distribuição de *objetos* – comida, eletrodomésticos, dinheiro, – entre pessoas, grupos ou classes sociais. Logo, por produção, de forma prioritária, deve-se entender sempre a reprodução das condições gerais de produção⁹¹⁵.

Em síntese:

Esta orientação exige retomar o problema do fetichismo como uma questão geral. Toda sociedade baseada na dominação é fetichista: não apenas pelo caráter místico muito frequente em rituais e objetos, mas sobretudo pelo fato preliminar de pressupor a existência de uma esfera das ações sociais mais prestigiosas e mais elevadas do que as *meras ações cotidianas* (educar as crianças, cultivar os campos, pagar os impostos, etc.), demasiadamente “mundanas” e, portanto, ordinárias. Esta é outra maneira de *separar* artificialmente uma esfera ideal – as ações virtuosas, desprendidas, etc., – de outra material. É quase um lugar comum afirmar que a força de Marx foi corrigir o que *sempre* apareceu de forma invertida: em toda filosofia anterior, a esfera ideal paira artificialmente sobre a esfera material da qual, na realidade, ela é uma emanção. “Inverter” é uma forma de manter a separação entre material e ideal que, do ponto de vista aqui defendido, não corresponde ao sentido mais frutífero da idéia de materialismo histórico. *Eliminar* esta suposta cisão é o passo decisivo para evidenciar os diversos mecanismos de exploração que se encontram na raiz das sociedades divididas em classes⁹¹⁶.

⁹¹⁴ “Não há dúvida de que a polarização central no capitalismo é entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, e que a forma salário é um traço importante deste tipo de sociedade. Nesse sentido preciso, a polarização entre burgueses e trabalhadores é estrutural. Mas, olhando do ponto de vista de quem efetivamente produz o valor e, também, reproduz os elementos fundamentais da vida social, há diversas outras formas de rendimento: o salário coexiste com, por exemplo, a produção mercantil domiciliar, o trabalho dedicado à conservação da casa e dos seus membros (crianças, idosos, etc.) e, por fim, diversas atividades ancilares geralmente (mal) definidas como “de subsistência”. Essas variadas formas de rendimentos são *combinadas* nas *unidades domiciliares* (*household*), definidas como pequenos (e mutáveis) grupos de pessoas (tipicamente entre 3 e 10) que *compartilham* múltiplas fontes de “renda” para *sobreviverem coletivamente*. Logo, estas unidades possuem um papel significativo na reprodução da força de trabalho que, portanto, não depende apenas da massa de salários. [...] O cerne da definição, portanto, é o *compartilhamento dos rendimentos* e isso a distingue de outras entidades sociais em franco processo de enfraquecimento, tais como clãs ou tribos, que compartilham obrigações mútuas de autoproteção, mas não compartilham necessariamente – ou melhor, *fundamentalmente* – os “rendimentos”. O ponto é que, a rigor, uma unidade domiciliar pode corresponder a uma família (em suas variantes: nuclear, recomposta, monoparental, homoparental etc.), mas não necessariamente, pois ela pode contar – e geralmente isso ocorre – com agregados sem parentesco ou com laços sanguíneos muito distantes, mas que fazem parte da reprodução destas unidades. Há outro elemento importante a ser considerado. Até aqui só foi descrito o conjunto de “rendimentos” de uma unidade domiciliar, mas nada foi dito sobre como eles são gastos e, também, como os afazeres e obrigações são distribuídos. De um modo geral, estas unidades são constituídas de forma autoritária e permeadas por mecanismos de dominação que não são “diretamente econômicos”, no (equivocado) sentido usual dessa expressão, um tema fartamente explorado pela ampla bibliografia ligada ao feminismo. Afinal, a criação dos filhos, os afazeres domésticos e demais trabalhos essenciais à existência da sociedade são desproporcionalmente executados pelas mulheres, e sequer são reconhecidos como trabalho: são atividades socialmente rebaixadas como ocupações triviais e mundanas, muito distintas das tarefas associadas ao mundo da política, das artes e das profissões consideradas dignas. Em suma: de um ponto de vista estrutural, embora só existam duas classes – os apropriadores (burgueses) e os produtores de valor (proletários) – os processos de reprodução do capitalismo geram formas diversas e cambiantes de identidade e de status que confundem a luta social, ocultando diversas formas de poder e de exploração”. (Id, Ibid, pps. 7-8, grifos do autor).

⁹¹⁵ Cf. Id, Ibid, p. 8, grifos do autor.

⁹¹⁶ Cf. Id, Ibid, p. 10, grifos do autor.

No que tange ao segundo movimento, Mariutti (2012, 2014a, 2014b) destaca a forma específica, assumida no modo de produção capitalista da vida social, da articulação entre o domínio da “política” e o da “economia”: o *desenraizamento da economia* das demais esferas da existência. No plano formal, esta diferenciação entre o “político” e o “econômico” aparece expressado entre o “momento” da coerção e o “momento” da apropriação. Entretanto, tomado de maneira integrada na reprodução da sociedade capitalista, o que temos é o seguinte: *a separação entre os meios de produção e o trabalho pressupõe, por um lado, a eficácia das formas jurídicas, ideológicas e dos aparelhos de repressão, e por outro lado, efetiva a coação imediata sobre o trabalhador, simultaneamente mistificando essa expropriação.*

Encarada, porém, no plano histórico, esta separação nada mais evidencia do que o modo como o desenraizamento da economia engendra uma *sociedade de mercado*, cuja dinâmica implica na dissolvência ou subordinação das demais formas de sociabilidade pretéritas, bem como também, das apropriações do passado que interessam à lógica do capital. Neste expediente, torna-se mais claro como o modo de produção capitalista da vida social *redefine* as formas de coação anteriores, com vistas a seguir a sua tendência universal de *mercantilizar ou mercadorizar* os seres humanos e a própria natureza. Assim nos diz:

Em primeiro lugar, no presente texto, estou usando a expressão “economia” em seu sentido *substantivo* nos termos definidos originalmente por Polanyi⁹¹⁷ mas, ao contrário da maioria dos seus seguidores, buscando reforçar os vínculos do seu pensamento com o Materialismo Histórico. Em cada modo de produção uma esfera da existência social articula as demais: é a partir dela que se pode compreender a organização geral da sociedade. No capitalismo – e isto parece ser uma de suas principais peculiaridades – é, claramente, a dimensão *econômica* que articula as outras. Não por acaso, somente a partir do capitalismo foi possível desenvolver a noção de uma *ciência* da economia. E a trajetória da constituição da *dismal science* ilustra claramente as formas de consciência do sinuoso e lento *desenraizamento* da economia das outras dimensões da realidade social: sem isto, seria impossível sequer *conceber* a noção de economia e, portanto, muito menos chegar à noção de que a economia é dotada de lógica própria e que, supostamente, pode ser apreendida cientificamente, isolada das demais (o fetiche do economista). Com isto, mesmo

⁹¹⁷ Polanyi (1944, 1977) entende a economia em termos substantivos, contrapondo-a a sua definição formal: “O primeiro significado, o formal, provém do caráter lógico da relação meios-fins, como em economizar ou conseguir algo a baixo preço; desse significado provém a definição de econômico pela escassez. O segundo, o significado substantivo, aponta para a realidade elementar de que os seres humanos, como quaisquer outros seres vivos, não podem existir sem um meio físico que os sustente; eis a origem da definição substantiva de econômico. Os dois significados, o formal e o substantivo, não tem nada em comum”. (POLANY, 2012b, p. 63). Economia, portanto, designa: “[...] o processo instituído de interações que servem para satisfazer as necessidades materiais”. (Id, Ibid, p. 78). Tais interações, em sua visão, estão constituídas em quatro princípios de integração: a reciprocidade, a redistribuição, a domesticidade e a troca. Todas elas, aliadas às estruturas de apoio conformam um determinado sistema econômico. A partir deste ferramental, Polanyi analisa o papel do sistema econômico nas diferentes sociedades e em temporalidades distintas. Sua conclusão: a projeção da economia de mercado às demais sociedades torna-se indiscutivelmente uma grande falácia. A grande transformação ocorrida com a consolidação do mercado formador de preço na condição de mecanismo central de regulação social envolveu o violento processo de desenraizamento da produção dos meios de vida do conjunto da vida social, subordinando-a as leis férreas do mercado. Expediente marcado, sobretudo, pela forte e decisiva atuação e intervenção do Estado. Logo, na contramão das interpretações canônicas do liberalismo perdulário.

tendo como referência o capitalismo, não quero dizer que a economia determina *diretamente* as outras esferas ou que, por exemplo, a política (ou a cultura) é simplesmente uma *emanação* da economia. A *forma* como a economia articula as demais instâncias no capitalismo *redefine* a dimensão do político (algo que não necessariamente é captado pela capciosa, noção de “determinação em última instância”). Na Antiguidade Clássica, por exemplo, *dominava claramente a Política*: a “economia” era um meio de existência que favorecia a reprodução de uma organização social cujos princípios de ordenamento *não* eram plenamente compatíveis com a *sociedade de mercado*. *Mutatis Mutandis*, o mesmo pode se dizer das sociedades “hidráulicas” (ou, em formulação mais próxima dos termos marxianos, baseadas no *modo de produção asiático*): eram os mecanismos de *redistribuição* organizados a partir de um poder central que davam coerência e articulação aos diversos setores que compunham a sociedade. O contraste com a sociedade feudal é, também, particularmente nítido. A “economia” em seu sentido formal não articula aquela sociedade. As aldeias tendiam à autossuficiência e, essencialmente, não obedeciam aos padrões impostos pelo mercado. O que as articulava eram relações de poder exercidas *diretamente* pela camada dominante, as quais eram percebidas originalmente como relações *pessoais e sagradas*⁹¹⁸.

Em outra passagem, fica ainda mais explícita a apreensão sobre a “*autonomização*” da esfera econômica no modo de produção capitalista da vida social:

A mercantilização crescente da vida social – alvo de diversas condenações morais e “reações civilizacionais” (sic.) – é fruto, portanto, de um duplo processo: a violenta conversão do trabalho em mercadoria que culminou na industrialização e o estilhaçamento das reações morais e simbólicas ao avanço do mercado, ou, mais precisamente, de uma classe cuja orientação fundamental e fonte primária de poder é a capacidade de acumular capital. Para concluir, é necessário precisar melhor o que estou apontando como “autonomização” da esfera econômica: ela não é autônoma no sentido de *prescindir* ou de determinar diretamente as demais esferas da existência social. A autonomização deve ser entendida no sentido preciso de ocupar um papel central na *articulação* do modo de produção (da vida), ou, em outros termos, no capitalismo é a “economia” que estabelece o nexo central que estrutura e dá unidade a um modo de produção. Logo, se entendermos este conceito de forma ampliada – como *modo de produção da vida*, no estilo da reflexão presente em *A Ideologia Alemã* – é possível *traduzir* para a problemática marxiana *elementos* das tentativas desesperadas de se tentar criar, por intermédio de um método dito “comparativo”, uma explicação *alternativa* ao marxismo sobre a formação do capitalismo. O ponto fundamental é que o modo de produção capitalista eliminou ou *deslocou* para os bastidores as formas mais tradicionais de controle da sociedade sobre o “mercado” (ou, mais precisamente, sobre os meios de produção), tais como, por exemplo, os sistemas redistributivos, a religião e a magia, ou as estruturas de parentesco. Examinar os mecanismos e as forma de reprodução do capital mercantil e, essencialmente, tentar apontar as vias com que ele conseguiu penetrar na sociedade é uma das possibilidades para tentar dar alguma coerência a esta transformação singular⁹¹⁹.

Quanto ao terceiro movimento, Mariutti (2018) assevera que o modo de produção capitalista representa uma ruptura fundamental com as formas anteriores do capital: ele possuiu uma dinâmica própria cuja tendência está expressa em termos de seu universalismo. Significa dizer que o movimento do capital no modo de produção capitalista é capaz de impor um processo de acumulação em que são criados e recriados sistematicamente os seus próprios

⁹¹⁸ Cf. MARIUTTI, 2014b, p. 8, grifos do autor.

⁹¹⁹ Cf. MARIUTTI, 2012, pps. 21-22, grifos do autor.

pressupostos, sendo o principal deles, a separação entre os meios de produção e o trabalho. Neste processo cíclico de produção e reprodução social do capital, a acumulação assume a condição de se autovalorizar de maneira incessante. Assim, importa evidenciar que é a partir deste grau de abstração maior que a questão da *temporalidade* precisa ser analisada: o capital incita uma temporalidade própria tipicamente *abstrata*, a temporalidade do capital, crucial para a reflexão sobre as periodizações do modo de produção capitalista. Contudo, tal abstração – o tempo abstrato do capital – reflete e, ao mesmo tempo, é expressão, da forma com que ele se entrelaça com as amplas e inúmeras temporalidades heterogêneas experimentadas na vida cotidiana das pessoas, bem como também, com as situações concretas onde sua penetração se dá em zonas ou áreas ainda não dominadas por ele.

Marx insiste sempre sobre a necessidade de se proceder com a diferenciação entre o método da investigação (concreto figurado) e o método de exposição (concreto pensado), pois o momento da exposição exige a compreensão da *unidade* do diverso, isto é, a síntese das múltiplas determinações, que somente serão apreendidas pela mente humana quando encaradas enquanto forma de articulação que estrutura uma determinada realidade histórica. Logo, no espaço e no tempo. A lógica estrutural do capital capta o *plano das estruturas*, ao passo em que a dinâmica é dada pela *luta de classes*. Portanto, a luta de classes envolve *todas as formas de dominação engendradas pelo capital, inclusive as distintas temporalidades vivenciadas que resistem à lógica da acumulação do capital*.

Em outras palavras, a tendência do capital é a de constituir, em moldes universais, as transformações nas subjetividades e nas formas de vida suficientemente capazes de determinar e garantir a reprodução da sociedade segundo sua própria lógica, contando, para isso, tanto a necessidade de *destruição violenta* das formas de vida que resistem à separação entre o trabalho e a natureza, quanto ainda, a *imposição*, em termos recorrentes, *da temporalidade abstrata e da concorrência como normatividade para a vida social*. Os seus desejos e anseios metabólicos, como nos diz Mészáros, são perenes e suas orgias insaciáveis. No entanto, é no âmbito de um campo elástico de forças que se configuram os processos concretos e históricos assumidos pela dominação do capital, marcados por diversas temporalidades, experiências e vivências heterogêneas que resistem ao tempo abstrato do capital.

Se, por um lado, a vida material no capitalismo parte da *separação* entre o trabalho e a vida, por outro, a dominação capitalista opera simultaneamente nestas duas dimensões. Esta forma de viver exige uma disciplina particular que necessariamente ultrapassa a esfera trabalho e invade a vida privada do trabalhador que, pela pressão de diversos mecanismos disciplinares (direta ou indiretamente mobilizados pelo Estado) precisa se submeter a um “processo ininterrupto, doloroso e sangrento, de

sujeição dos instintos a normas e hábitos de ordem, exatidão e precisão, sempre novos, mais complexos e rígidos” (GRAMSCI, 2001, p. 262). A adaptação a este novo tipo de trabalho abrange o conjunto da vida do trabalhador e, portanto, não pode ser imposta apenas pela disciplina da fábrica. Um sistema de vigilância e coerção direta situado no ambiente de trabalho pode ser efetivo no curto prazo, mas não é capaz de reproduzir de forma sistemática o trabalhador enquanto trabalhador. Para tanto é necessário esculpir um novo tipo de homem, que consiga preservar (e, se possível, aprimorar), fora do ambiente do trabalho, as energias e a aptidão para continuar trabalhando de forma eficiente e resignada. Isto, como Gramsci deixou particularmente claro, envolve o controle das pulsões sexuais, a consolidação de novos hábitos e uma subjetividade compatível com a sua inserção peculiar na sociedade⁹²⁰.

Em síntese, o materialismo histórico se trata de uma teoria da história fundamentalmente indeterminista, pois o dinamismo do modo de produção capitalista da vida social é dado pelo caráter da luta de classes, enredada em determinadas estruturas históricas que se desgastam paulatinamente e são configuradas pela própria magnitude das polarizações sociais, na mesma medida em que estas últimas a (re)configuram. O modo de produção capitalista, portanto, incide sobre todas as esferas da vida social, mas pode ser apreendido através de um nexo dominante, isto é, uma forma de articulação que envolve as demais instâncias, atribuindo-lhes uma temporalidade própria, a lógica das estruturas. Nesse sentido, o conceito assume uma periodicidade que pode ser apreendida em termos lógicos, como também, históricos.

Não é de outra maneira que podemos analisar o *imperialismo capitalista*. A imposição sobre o desvendamento de suas características específicas e cruciais foi ganhando importância à luz dos acontecimentos surtidos ao longo das três últimas décadas do século XIX e do início do século XX. A essa altura do desenvolvimento do capitalismo, especialmente, Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky e Vladimir Lênin procuraram debruçar-se sobre esta questão, visando apreender a *relação inexorável entre a rivalidade dos países imperialistas e a reprodução do modo de produção capitalista e as estratégias mais efetivas, que deveriam ser tomadas naquele momento, para as lutas contra as guerras e contra o próprio capital*. Como sabemos, coube a Lênin, em seu *Imperialismo: etapa superior do capitalismo* (1917), a inegável consolidação da terminologia e do conceito, principalmente, para a tradição do marxismo.

Para examinarmos, então, o imperialismo capitalista, recorreremos às contribuições de Franco (2015), *Sobre a Odisséia do Capital: comentários acerca da historiografia do Imperialismo Capitalista em nossos dias* e de Mariutti (2013, 2014b, 2015). A tese de Franco (2105) consiste em defender o argumento de que, a despeito de não compor um corpo teórico

⁹²⁰ Cf. MARIUTTI, 2018, p. 7, grifos do autor.

uniforme e coeso, os autores clássicos do imperialismo capitalista apresentam ideias fundamentais que *permanecem* contemporâneas, isto é, o conjunto fecundo de interpretações levantadas pelos autores clássicos ainda hoje descrevem as *características decisivas* do nosso tempo contemporâneo: mesmo que o capitalismo tenha passado por transformações diversas, estas não alteraram ou superaram os caracteres gerais que conformaram o *imperialismo capitalista* desde meados de 1870.

Dividida em seis partes, a primeira delas diz respeito à discussão sobre a ordem e a periodização do imperialismo capitalista. De acordo com o autor, um dos principais elementos em que se circunscrevem os interesses do imperialismo capitalista é o seu *teor violento* (e seletivo) contra a classe trabalhadora, sustentada por uma ordem de dominação de classe desempenhada pelos capitalistas a partir da reprodução do capital. Neste expediente, por volta de 1870, o capital assume-se enquanto *capital financeiro*, isto é, uma relação social incessante de dominação de classe e exploração de riqueza. Aqui residem aspectos que se retroalimentam continuamente: *o caráter totalitário do modo de produção capitalista encarnado pela simbiose entre os Estados e a lógica do capital financeiro*⁹²¹. A demarcação de entremeios de 1870 mostra-se essencial em vista das mudanças ocorridas no padrão das relações internacionais, estabelecido pela nova centralidade assumida pelos *monopólios das propriedades e pelas exportações de capitais*. Em suas palavras:

[...] este período que recortamos – ou, ao menos, parte dele – e estes processos de expansão do modo de produção capitalista conformam aquilo que se convencionou denominar “Imperialismo”: um período em que o capital financeiro se tornou o nexo estruturante da sociedade por meio das exportações de capitais que alteram fundamentalmente as relações sociais onde quer que cheguem, impondo a mercadoria como relação social predominante⁹²².

Segue afirmando:

E desde o seu princípio, nos primeiros anos do século XX, já se fazia notar que a mudança perfazia *todo* o modo de produção capitalista, no qual “as relações de domínio e a violência” foram potencializadas pela “constituição de monopólios econômicos todo-poderosos”, quando “o novo capitalismo veio substituir definitivamente o velho”, caracterizado pela profunda alteração do padrão de relacionamento entre os capitalistas, que passaram a se associar em “sociedades de capital aberto” altamente concentradas, trustes e cartéis. Assim, seguindo essa linha, “o século XX marca, pois, o ponto de viragem do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro”. Lenin,

⁹²¹ “Trata-se de [...] um estado “totalitário” das coisas, amplamente potencializado pela lógica corporativa capitalista que, necessariamente casada aos interesses Estatais, atinge por meio de medidas extralegis a potência necessária para atuar em todas as frentes possíveis, de modo indiscriminado, sempre em busca da garantia absoluta da “segurança” e da valorização abstrata da riqueza – ou seja, do “lucro”. O que, como desejado por qualquer chefe do poder em exercício, vai se amalgamando numa solidariedade cada vez mais ampla, em que as pontas se fecham em torno da “hegemonia” (inter) nacional em que “segurança” e “lucro” acabam operando muitas vezes como equivalentes”. (FRANCO, 2015, p. 21).

⁹²² Cf. Id, Ibid, pps. 44-45.

provavelmente a grande *referência* do debate sobre o Imperialismo a partir da publicação de seu *Imperialismo*, insiste em acentuar dentre as diversas características desse capital financeiro, uma que – ao seu juízo – nem sempre recebe a atenção que merece. Trata-se do caráter *monopolista* deste capital financeiro⁹²³.

Em síntese, assevera que:

Essas transformações, potencializadas pelas rivalidades interestatais (que ocorrem, por seu turno, por meio da *necessária* transformação na relação entre as classes e dessas com o Estado) que culminaram nas duas Guerras Mundiais, podem ser responsabilizadas – insistimos: retrospectivamente – pela assustadora expansão de um modo de vida capitalista até então exclusivamente europeu caracterizado pelo aumento das dimensões do “mercado”, que transforma – de modo inédito – em mercadorias as coisas necessárias à sobrevivência humana, submetendo a esmagadora maioria (aqueles 99%?) das mulheres e dos homens – para garantir sua própria vida – a condições de trabalho degradantes sob a situação de aparente dependência – que é exploração – dos proprietários dos meios de produção⁹²⁴.

⁹²³ Cf. Id, Ibid, p. 46, grifos do autor. Na famosa síntese de Lênin (1917), o imperialismo se torna a fase monopolista do capitalismo, marcado por cinco elementos cruciais: “1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes”. (LENIN, 2011, p. 218). De acordo com Mariutti (2013): “Deste quadro geral temos de destacar alguns elementos importantes. Em primeiro lugar a idéia de que o imperialismo é fruto do *amadurecimento do capital*: nas fases anteriores do desenvolvimento capitalista a dominação colonial envolvia a garantia da exportação de *mercadorias excedentes*, fato que não envolvia necessariamente a exportação de capitais. No caso do capitalismo monopolista, a eventual exportação de mercadorias era subordinada à necessidade imperiosa de exportar capitais para as regiões subdesenvolvidas. Portanto, para Lênin, esta tendência *fomentava o desenvolvimento do capitalismo nas regiões que recebiam os aportes de capital*, as quais passavam a crescer a uma taxa maior do que a região exportadora. Outro fator importante é que, para Lênin, a preponderância dos monopólios *eleva o nível e a intensidade da concorrência*, pois transforma a antiga luta entre pequenas concentrações de capital em uma luta de gigantes que, exatamente por isto, é travada no quadro da economia mundial. A formação dos monopólios sequer atenua a ocorrência de crises cíclicas ou reduz a anarquia da produção. Pelo contrário: os monopólios se formam apenas em alguns setores da economia, logo, eles *elevam* a desproporção entre os ramos econômicos e, também, acentuam a assimetria entre o desenvolvimento da agricultura e da indústria, *favorecendo deste modo a ocorrência de crises periódicas*. Um terceiro aspecto - obscurecido pelos programas socialistas formulados em Moscou a partir de meados dos anos 20 - é a idéia de que a exportação de capitais *fomenta* o desenvolvimento capitalista nas regiões receptoras, e não o contrário, como geralmente se supõe. Logo, a difusão e o desenvolvimento do capitalismo nas zonas periféricas *intensifica* a rivalidade imperialista. Portanto, *sem recorrer a fatalismos*, Lênin chega à conclusão de que qualquer solução para o problema do imperialismo está *além* do capitalismo. A bastante improvável cristalização de um concerto de grandes potências capaz de impedir a guerra mundial pela via da diplomacia não seria capaz de resolver a tensão entre o capital e o trabalho, que se explicitaria crescentemente, dado que o ultraimperialismo não pode deter a tensão entre a coletivização da produção posta em marcha pela concorrência dos capitais e a distribuição desigual do produto social, inerente ao capitalismo. Neste caso hipotético, evitar-se-ia a guerra, mas não o acirramento da tensão entre o capital oligopolizado e o trabalho, que forcejaria a transposição da “luta econômica” (pelo aumento de salários e melhoria nas condições de trabalho) para a luta política, isto é, a conquista do Estado pelos trabalhadores. Ou melhor: a passagem da contradição entre o capital e o trabalho para o antagonismo muda a natureza da luta social, isto é, da luta parcial contra os *efeitos* disruptivos do capitalismo para a tentativa de resolver as *causas* do problema. A Guerra, por sua vez, não resolve os problemas fundamentais: a eventual redivisão do planeta entre um número menor de grandes potências *incrementaria ainda mais a centralização dos capitais, os monopólios sociais e, também, a própria rivalidade interestatal*. Portanto, para Lênin, a luta contra o imperialismo é a luta pela superação do capitalismo”. (MARIUTTI, 2013, pps. 32-33, grifos do autor).

⁹²⁴ Cf. Id, Ibid, pps. 50-51, grifos do autor.

Na segunda e na terceira partes, o intuito é auferir o que poderia explicar o suposto “sumiço” e “retorno” do conceito de imperialismo, agora identificado, majoritariamente, como sendo o “novo-imperialismo”, bem como também, quais foram, em linhas gerais, as críticas mais elucidadas pelos autores contemporâneos acerca das teorias clássicas. Chama-se a atenção para o fato do suposto “sumiço” do conceito de imperialismo, entre os anos de 1970 e 1990, estar envolto em grandes controvérsias, sendo a *principal delas atinente às formulações do capitalismo “regulado” do após-guerra*, mas, por outro lado, esclarece que o seu “retorno” se avoluma de maneira inegável a partir da conformação da *Estratégia de Segurança Nacional*, realizada no governo de George W. Bush, em 2002. Diante da farta literatura sobre este “retorno”, priorizam-se as contribuições que indicam os destoaamentos mais incisivos das interpretações contidas nos trabalhos dos autores clássicos. Dois elementos são destacados: a alteração na *forma da rivalidade* entre as potências imperialistas⁹²⁵ e o *economicismo*⁹²⁶. Este último elemento é desconstruído à luz do materialismo histórico que, em sua tese, se desenvolve por meio da crítica ao fetichismo dos juristas e dos economistas e pela relevância do conceito da totalidade.

A quarta parte se volta mais detidamente às elaborações da especificidade do “novo-imperialismo”, anunciado nas obras de Ellen Wood (2003) e de David Harvey (2003). Procede-se com uma minuciosa exposição dos argumentos dos autores, ressaltando o grande

⁹²⁵ Sobre esta alteração, assim nos diz: “O que nos parece, portanto, depois de acompanharmos uma retrospectiva muito bem feita e rigorosa sobre os textos mais importantes da historiografia contemporânea que se debruçou sobre essa questão, é que quando tomadas pelo eixo central da polêmica sobre “rivalidade entre as potências”, as “teorias sobre o imperialismo” não tem *nada* de novo a acrescentar do ponto de vista teórico, qualquer que seja o seu mérito em “atualizar” a morfologia dos elementos. Ainda sob nosso ponto de vista, nos parece que, no entanto, esta não é a única maneira de apreciarmos os debates “clássicos” sobre o imperialismo. Quando retiramos a rivalidade do núcleo explicativo e consideramos que o imperialismo é o momento em que a subordinação das pessoas ao capital se torna progressiva (o que, julgamos, encontra respaldo nas argumentações “clássicas”) nos parece evidente que ainda estamos na mesma fase de Lenin e Kautsky, embora possivelmente em outra “subfase” (que também precisa ser definida, conforme já discutimos). Assim como na fase de Lenin e Kautsky, e – talvez de uma maneira ainda mais intensa – vivemos sob um sistema que se reproduz em razão da acumulação do capital, *necessariamente sustentado* por estruturas de repressão que atuam tanto “internamente” (“estado de polícia”) quanto “externamente” (“megapotências expansionistas”). Mas aqui também precisamos ter em conta alguns pontos: a questão mais importante não é a de saber se as questões analisadas são “puramente econômicas” ou não. Nem tampouco o é determinar se o imperialismo é ou não a fase derradeira do capitalismo – que é *uma* das possibilidades de compreensão sobre a obra de Lenin, e não é de todo incompatível com a idéia de que dentro dessa mesma fase pode haver outras subfases, talvez até mesmo as indicadas por algumas dessas interpretações contemporâneas – divergentes entre si. O que cumpre que anotemos com muita atenção é que o *núcleo* do argumento de Lenin é que o Imperialismo é uma “fase” do Capitalismo. Saber se ele é a última, a mais recente ou a superior – várias maneiras de compreender as teses do russo, muito disputadas ao longo da história do debate e da linguística – é menos importante do que o fato de que é um conceito que se volta à definição de um *momento* e, portanto, é um conceito de *temporalidade*”. (Id, Ibid, pps. 191-192, grifos do autor).

⁹²⁶ Sobre o caráter economicista, assim se manifesta: “[...] autorxs que vêem economicismo na exposição marxiana sobre o modo de produção capitalista e sobre a exposição leninista sobre o imperialismo, por não conseguirem identificar que a base do sistema de pensamento desses autores opera a partir de uma lógica dialética – e não positivista, naturalista – não compreendem o que significa a própria concepção de “econômico” do materialismo histórico”. (Id, Ibid, p. 219).

mérito das abordagens sobre a temática. Como já as evidenciamos no capítulo 5, registram-se as críticas elencadas por Franco (2015), com as quais *concordamos integralmente*.

Sobre *O Império do Capital*, de Wood, aponta que a relação entre a concentração de poder, por parte do Estado, e a acumulação de capital não foi bem desenvolvida no livro. Ademais, por mais interessante seja a busca por uma definição da especificidade do imperialismo capitalista, assumida por uma nova morfologia que configuraria o “novo-imperialismo”, a alteração em seu conteúdo contemporâneo não implica necessariamente em uma modificação na teoria, ao qual, no caso de Wood, também não se verifica consistentemente em que medida o “novo-imperialismo” é *novo* a ponto de perquirir uma nova elaboração teórica distinta daquela explicitada pelos autores clássicos. Além disso, em meio a tantos paradoxos, a autora não deixa claro o critério utilizado para conceituar a especificidade do imperialismo capitalista: afinal, *se a imposição dos imperativos “puramente econômicos” se efetiva, cada vez mais, tendo como suporte os imperativos “não-econômicos”, porque insistir na separação entre o “político” e o “econômico”, dado que na trilha do materialismo histórico a ênfase se coloca na forma de articulação entre todas as esferas da existência*⁹²⁷?

⁹²⁷ “A necessária relação entre concentração de poder por parte do Estado e acumulação do capital é um pilar fundamental das “teorias clássicas” do imperialismo com as quais Ellen Wood se furtou a conversar, contra todas as evidências de que isso seria importante – e, sejamos justos, foi explicitada mais de uma vez ao longo de uma importante historiografia “não-marxista” sobre o Imperialismo, como, por exemplo, Hannah Arendt, cuja influência para outro livro publicado quase que concomitantemente a *O Império do Capital*, infelizmente vamos poder comentar apenas de passagem. Como podemos explicar que Hobbes e Arendt tenham formulado teoricamente um imperialismo capitalista que somente viria a aparecer muito depois de eles já terem morrido? Sob nosso ponto de vista, podemos aceitar – e na verdade seria muita burrice não o fazer – que estamos vivenciando uma nova *morfologia* do imperialismo mas isso não implica necessariamente que precisamos de uma nova teoria simplesmente porque a morfologia se alterou. O que exigiria uma nova teoria seria a demonstração de que aquelas que temos à mão não dão mais conta de explicar os *fundamentos* dessa morfologia atual. Dito de outro modo: para a exigência de uma nova teoria as mudanças morfológicas precisam ser suficientemente *radicais* a ponto de invalidar as teorias antigas. Mas independente disso, caso uma teoria qualquer se mostre explicativa, é necessário que se a leve em consideração – podendo substituir a anterior ou exigir reformulações em seu corpo teórico. Mas será o caso da teoria de Ellen Wood sobre o império do capital? Será possível que apreendamos sua especificidade por meio da distinção entre imperativos “econômicos” e “extraeconômicos”? Qual é a utilidade dessa distinção? Ela encontra fundamento na análise concreta para além de um desdobramento conceitual? Essa distinção consegue determinar, então, afinal, o que há de novo no novo imperialismo? Pensamos que não”. (Id, Ibid, pps. 316-317, grifos do autor). Mais à frente: “No fim das contas, as lutas políticas precisam incluir os aspectos econômicos e as lutas econômicas devem incluir os aspectos políticos. Mesmo porque, retomando os argumentos posteriores, para a imposição dos imperativos “puramente econômicos” a cada dia se precisa mais dos imperativos “não-econômicos”. Analisando as duas obras separadamente, temos que a formulação de 1981, republicada em 1995 é bastante mais clara do que aquela publicada em 2003. Poder-se-ia argumentar que isto se deve ao fato de que aquela obra era escrita diretamente com este propósito e que a obra posterior, por versar sobre outros assuntos, não poderia dedicar a este a mesma atenção. Ainda que verossímil, nos parece pouco convincente. Dada a coerência interna de sua agenda de pesquisa e a precocidade com que as questões fundamentais de 2003 já aparecem anteriormente em seus textos, poderíamos esperar que a autora fosse menos confusa quando colocasse o seu “esquema” à prova. Poderíamos acrescentar, se necessário, que a discussão sobre as formas da produção serem “econômicas” (e não “políticas”) e sobre as formas de governar serem “políticas” (e não “econômicas”) já é uma forma bastante fetichizada de

No tocante ao *O Novo Imperialismo*, de Harvey, assinala que a diferente modalidade atribuída ao “imperialismo neoconservador” em detrimento ao “imperialismo neoliberal” não é consistente: em outros termos, o autor recai no mesmo problema embaralhado por Wood, qual seja, *como distinguir e medir a relação entre a dinâmica capitalista predominada pela reprodução ampliada ou pela acumulação por espoliação? Porque defender que o após-guerra esteve marcado muito mais pelos mecanismos da reprodução ampliada do capital do que pela acumulação via espoliação, sendo esta situação invertida depois dos anos de 1970 e levada aos seus estertores com a coloração neoconservadora?*⁹²⁸

apresentar as propostas. Mas o fato de que a própria autora não consegue desdobrar seu esquema sobre as especificidades do capitalismo para as especificidades do imperialismo capitalista – mesmo fazendo as considerações lógicas necessárias e se ocupando corretamente de um grande conjunto de questões – é prova mais do que suficiente que aquele esquema não pode dar conta do desafio a que se propõem. Do nosso lado, existem problemas analíticos importantes, como o fetichismo das formas jurídicas que, por sua vez, repousa no fetichismo das classificações “científicas” (“política”, “economia”, “direito”) elas mesmas. Mas, ainda mais importante, é o fato de que, *concretamente*, as coisas são *ao mesmo tempo* políticas, jurídicas, econômicas, religiosas, etc. Em si mesmas, *concretamente*, todas as coisas são *totais*”. (Id, Ibid, p. 330, grifos do autor).

⁹²⁸ “Ao fim do percurso, cumpre que nos questionemos se Harvey efetivamente é capaz de apresentar com clareza as especificidades do Imperialismo Capitalista contemporâneo. Sob nosso juízo, se o critério é a predominância da acumulação via espoliação, dois problemas se colocam de imediato. Primeiramente, qual seria a diferença entre o “imperialismo neoliberal” [pós-1973] e o “imperialismo neoconservador” [a partir da eleição de Bush II]? Apesar de a parte final do seu livro ser dedicada a este problema, não nos parece que Harvey responda a contento. Mas é evidente que grande parte disso se deve ao próprio fato de que o texto foi publicado ainda nos primeiros anos deste “imperialismo”, e o próprio autor apresenta esta como uma possível mudança, naquele momento em curso. Então nos perguntamos se, passado o tempo que nos separa daquela publicação, no qual pudemos assistir a dois governos republicanos e dois governos democratas, quais são as diferenças e semelhanças entre eles? Quaisquer que sejam elas, contudo, não nos parece verossímil que a acumulação por espoliação tenha diminuído, mas caso essas mudanças não tenham implicado em mudanças substantivas, e caso se demonstre – como nos parece – que o imperialismo neoconservador é neoliberal, coloca-se em grande dificuldade a determinação “interna” do imperialismo, que lhe é tão cara, bem como se mostra ainda mais difícil acreditar em sua aposta de apoio aos setores mais “progressistas” da sociedade civil estadunidense, porque, salvo disposição em contrário, foram eles que elegeram Obama – o imperador em exercício. E este “bloco” que elegeu Obama, contudo, não parece ter sido capaz de imprimir aos Estados Unidos uma dinâmica “mais pautada na reprodução ampliada do que na acumulação por espoliação”. A não ser que se recorra, como costuma acontecer, ao argumento inexoravelmente arbitrário, da “predominância”. Como medi-la? É evidente que não se trataria de quantificar, matematizar e “modelar”, mas se esse é o critério central da explicação, é preciso minimamente demonstrar sua validade. É exatamente aí que reside o outro problema com o argumento segundo o qual durante a “segunda hegemonia”, que teria vigido entre o fim da Segunda Guerra e a crise de 1973, o capitalismo se valeu “menos” da “acumulação via espoliação”, ou que esta estivesse mais “silenciada”. Pode ser, que de um recorte “nacional”, a depender de qual nação se esteja falando, este argumento seja verossímil. Harvey não deixa dúvidas de que o que ele tem em mente são os “Estados democráticos de desenvolvimento mais progressista”, conforme já indicamos. Mas como é possível justificar essa distinção considerando que durante boa parte deste período vários desses países ainda eram colonialistas (a Índia, por exemplo, somente se tornou formalmente independente em 1967, a Argélia em 1962), para ficarmos apenas no plano o mais formalista possível? E mesmo nessa perspectiva ela mesma limitada, ainda assim o argumento de que a acumulação via espoliação estava silenciada é de extremo mau gosto. Para dizer o mínimo. A pilhagem da América Latina pela potência “local” corria solta, capitaneada por incontáveis golpes de Estado, censura, tortura e toda sorte de mecanismos que jamais poderiam ser classificados como “reprodução ampliada”. A “grilagem” de terra, a expulsão de pessoas do campo, as grandes obras que exigiram a “remoção” de populações várias, a destruição de recursos naturais e mais sabe-se lá quantos processos de acumulação via espoliação comeram soltos neste período, e *nunca* foram “silenciosos”. Que algumas pessoas, de uma perspectiva completamente etnocêntrica, não a tenham “ouvido” é outra questão, profundamente diferente. E se assim o é, o critério de Harvey para diferenciar o tal “novo” imperialismo se mostra um grande equívoco, um tanto quanto perigoso”. (Id, Ibid, pps. 384-385, grifos do autor).

Logo, apesar da indispensável tarefa de se compreender o imperialismo capitalista em nossa contemporaneidade, ambos demonstraram mais dificuldades do que propriamente avanços. Na avaliação de Franco (2015):

[...] enquanto para Wood a questão da “predominância” ainda não era suficiente, e era preciso argumentar em favor da “pureza”; para Harvey a questão é que essa “predominância” não vale durante todo o período do imperialismo capitalista. [...] Sob nosso ponto de vista, precisamos rejeitar esse procedimento, em busca de uma formulação “predominantemente” *histórica*, muito diferente da definição tanto de Ellen quanto de David. Tanto uma quanto outro apresentam uma definição eminentemente *analítica* (“economia-política” / “lógica territorial” – “lógica da acumulação”), diante do que pouco importa quantos causos “históricos” sejam usados para *ilustrar* o argumento. E desta perspectiva, não parece ser um problema para nenhum delxs que o específico do momento histórico não é específico de todo o momento histórico. Wood explica isso recorrendo à idéia de “paradoxos” e Harvey, recorre às “contradições”. Assim, supostamente a equação deveria fechar. Mas a questão não é tão simples, como eles mesmos percebem. Diante do impasse, recorrem a diversos raciocínios circulares que buscam afirmar e relativizar a especificidade⁹²⁹.

Sobre a forma de apreensão, depreendida por ambos, acerca dos clássicos do imperialismo capitalista, salienta que, enquanto Wood as considera *inadequadas* para o entendimento do imperialismo contemporâneo, Harvey assevera, de modo indemonstrável, que elas serviam *tampouco* para a análise do tempo às quais foram escritas. Outra distinção fundamental entre os dois autores reside no papel da *centralidade do Estado*⁹³⁰, mas, certamente, a principal se clarifica na maneira com que conformam seus respectivos trabalhos⁹³¹.

⁹²⁹ Cf. Id, Ibid, p. 341, grifos do autor. Segue afirmando que: “Nos debates que seguiram as publicações de ambos os livros (*Império do Capital* e *O Novo Imperialismo*) pode-se perceber nitidamente como nem um nem outra conseguiram resolver de forma clara o problema que elxs próprios se colocaram: a especificidade do “império do capital” (Wood) e a especificidade da “forma atual do imperialismo capitalista” (Harvey). No simpósio sobre o livro de Wood, Harvey apresenta uma comunicação perguntando, afinal, “Em que sentido ‘o novo imperialismo’ é realmente novo”? Prasenjit Bose pergunta: “‘Novo’ Imperialismo?” e acrescenta, “Sobre a globalização e os Estados-nação”. Já o simpósio sobre o livro de Harvey, é marcado por intervenções como “Imperialismo Velho e Novo” de Bob Sutcliffe; “O que é, e o que não, é imperialismo?” de Bob Brenner e “Debatendo o ‘novo’ imperialismo”, de Ben Fine. Nenhuma das explicações é convincente. No máximo, se levanta ao final as mesmas perguntas do começo. A questão, sobre nosso ponto de vista, entretanto, pode ser sintetizada pelo fato de que não é possível resolver a questão da especificidade de um período de uma perspectiva *analítica* (com a separação de cada uma das “esferas da existência” – “economia”, “política”, *etc.*). *Talvez* seja possível resolvê-la de outra perspectiva (“não-analítica”, ou, por conseguinte: “sintética”) – com o que esperamos contribuir com esse trabalho”. (Id, Ibid, p. 342, grifos do autor).

⁹³⁰ “De forma sintética, Harvey argumentou que “Wood insiste na continuidade da importância do Estado na compreensão dos mecanismos do imperialismo capitalista” o que, para ele, gera muitas ambiguidades e problemas no entendimento de questões contemporâneas relevantes. Ainda sobre a teoria do Estado a constatação póstuma de Harvey é curiosa. Segundo ele mesmo, “nem Wood e nem eu fizemos um trabalho muito bom (eu o abordei apenas nos termos genéricos de uma lógica do poder)”, deixando explícito que, ao fim e ao cabo, sua “teoria sobre o imperialismo” não é uma teoria sobre o imperialismo, mas outra coisa. Em suas palavras, “nós não apenas precisamos de uma nova teoria do imperialismo para enfrentar as condições de nosso tempo, como também precisamos de uma nova teoria do Estado capitalista. E nós precisamos urgentemente dessa teoria”. (Id, Ibid, pps. 388-389, grifos do autor).

⁹³¹ “Enquanto Ellen Wood tem por tarefa principal a marcação da diferença entre o imperialismo capitalista e outras formas de império; David Harvey está empenhado em destacar mudanças *no interior* do imperialismo

[...] a definição de Ellen Wood a partir da insistência na diferença formal baseada na dominação puramente econômica que exige cada vez mais a dominação extraeconômica não coaduna nem mesmo com a sua periodização, uma vez que não dá conta da mudança, para ela fundamental, entre o momento da hegemonia britânica em relação à hegemonia estadunidense. A consequência da insistência de Harvey na obsessão com as mudanças no interior do imperialismo podemos aferir no artigo que oferece ao simpósio com o objetivo de comentar o livro de Ellen, onde chega à conclusão de que: “não existe, portanto, um único imperialismo o qual nós estamos encarando agora, mas uma série de diferentes práticas imperiais dispersas através da geografia desigual da distribuição do excedente do capital. Isso me leva a insistir em uma simples regra de ouro se queremos identificar o que há de ‘novo’ sobre o novo imperialismo: siga o excedente do capital e procure por prática baseadas na geografia e no território que levam à sua absorção ou desvalorização”. Ao nosso juízo, recolocar o problema do Imperialismo como um problema de práticas imperiais com o objetivo de absorver capital excedente é uma formulação a rigor pré-hobsoniana. Quaisquer que sejam as limitações das “teorias clássicas”, transformar o problema do imperialismo em um não-problema nos parece contribuir em nada e recuar em muito⁹³².

Chegamos então na quinta parte, onde se observa, em grande medida, o atestado de *atualidade* e de *validade* das teses clássicas em nosso tempo. O critério adotado recai na explicitação, especialmente, das obras de Rosa Luxemburgo (1913) e de Rudolf Hilferding (1910). O primeiro passo é dado no que tange à revolucionária polonesa. Inicialmente, conduz-se no sentido de refutar um conjunto de críticas às interpretações mais sorrateiras direcionadas a esta autora e ao corolário de sua obra: (i) a noção de que o imperialismo não é uma fase específica do capitalismo, mas uma expressão política do processo de acumulação de capital; (ii) a pecha de subconsumista, à medida que o consumo seria o problema fundamental que determina a acumulação; (iii) o uso dos esquemas de reprodução e o consequente impasse da demanda efetiva e da teoria do colapso e (iv) a estratégia espontaneista da organização das massas. Em seguida, propõe-se uma leitura envolvendo dois pontos cruciais: a forma de compreensão da mesma sobre a relação entre o *imperialismo* e o *capitalismo* e a centralidade assumida pela *acumulação de capital* para a apreensão da história do capitalismo.

Cumprindo este propósito, nos mostra que a temática do imperialismo já vinha se apresentando em diversos textos de Rosa antes de sua obra de 1913 e, sobretudo, nesta última, defende-se consistentemente o argumento de que, para ela, o imperialismo se trata de uma *nova fase ou um novo período da trajetória histórica do capitalismo*. Isto se torna mais explícito quando se destaca a maneira como a autora discute o problema da *reprodução social total do capital*. Em suas palavras, em *A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*, Rosa cumpria duas frentes de questionamento:

capitalista, procurando estabelecer suas subfases – conforme Ellen percebe muito bem”. (Id, Ibid, p. 389, grifos do autor).

⁹³² Cf. Id, Ibid, p. 389.

A primeira delas é a constatação *histórica e concreta* de que o capital *tem se expandido* “aumentando sua base”, ou seja, destruindo formas de vida pautadas em outros imperativos de duas maneiras (alternativas ou relativamente concomitantes): 1) pelos genocídios da população local e pilhagem pura e simples de recursos naturais e da mão-de-obra forçada (escravidão, por exemplo); e 2) pela imposição das relações capitalistas por meio da destruição das bases nas quais aquelas sociedades baseavam sua socialidade autarquicamente. Deste modo, Rosa conclui que *histórica e concretamente, independentemente de qualquer elaboração teórica*, o capitalismo até o seu tempo *somente* se expandiu em relação a formas não-capitalistas porque “na realidade, não existe, nem existiu jamais, nenhuma sociedade capitalista que estivesse submetida ao domínio exclusivo da produção capitalista”. [...] É procurando este sentido que Rosa estabelece a segunda frente de sua crítica. Para procurar resolver essa questão *teórica* – que tinha implicações práticas na agenda política mais urgente do período [e ainda tem hoje] – Rosa busca auxílio nas *teorias* que Marx havia formulado em *O capital*. E é aí que, segundo ela – no prefácio – se deparou com uma “dificuldade inesperada”. Examinando cuidadosamente a questão – tudo isso segundo ela própria, no texto – se deu conta de que a forma como Marx lidou com o problema da acumulação do capital e da expansão do capitalismo *nos fragmentados cadernos de rascunhos* que Engels transformou no livro II de *O capital* não poderia responder a questões que se faziam, então, fundamentais – e que não necessariamente haviam chamado a atenção de Marx quando ele escreveu, mesmo porque o capitalismo se expandira muito nos anos que separam seus textos e os dela. Em alguma medida, Rosa encontrou suporte no fato de que o próprio Marx considerava aquele material ainda muito preliminar, que deveria servir de base para o volume II que ele *viria* a escrever – mas nunca o fez, como sabemos. Em suas próprias palavras, confidenciais à filha Leonor pouco antes de morrer, Marx dizia que “esse é o material destinado ao Livro Segundo; com esse material eu deveria fazer alguma coisa”⁹³³.

Com isso, vejamos suas conclusões, sob as lentes de Franco (2015):

[...] quanto à primeira frente da crítica de Rosa (baseada na observação do fato de que historicamente o capitalismo sempre se expandiu sobre formas sociais não-capitalistas), não havia então muito o que se refutar. No princípio do século XX era consensual que ainda existiam muitos lugares no mundo que não podiam ser considerados “capitalistas” e a disputa por colônias era uma questão absolutamente central na política internacional. *Do ponto de vista dos Estados-nação* – o que em termos do materialismo histórico já é integralmente despropositado – *talvez* seja possível dizer que cada um deles está submetido aos imperativos capitalistas. Mas se pensarmos, por exemplo, a partir de uma perspectiva “regional” – que não nos parece condizente tampouco com o materialismo histórico – nos parece muito óbvio que muitos territórios ainda não foram “integrados” – Harvey, como vimos, aponta o problema e refuga. Somente este argumento já refutaria a hipótese de que a teoria luxemburguista sobre o imperialismo teria caducado *porque* o capitalismo teria eliminado todas as outras formas de vida. Do ponto de vista “ambiental”, por outro lado, a exploração extraterrestre – uma fronteira “geográfica” que atrai a cada dia mais dinheiro – cresce exorbitantemente. Já é um “jogo jogado” por *todas* as potências e por diversos grandes grupos econômicos. Ao mesmo tempo, “aqui na Terra”, imensas regiões estão em franco processo de (re) colonização. Mas tudo isso ainda desconsideraria que, para Rosa, essas expressões são incompletas e parciais, porque, como ela deixa totalmente explicitado em *A acumulação do capital*, a questão não é de “espaço”. Segundo Rosa, inclusive, essa é a maneira pela qual a Economia Política *não* conseguiu resolver o problema. [...] Do ponto de vista da imensa quantidade de pessoas que ainda não foi “integrada ao mercado” é gritante que o capital ainda tem *muito* campo para o qual ele pode avançar – e isso não implica em promessas de melhorias, ou de “desenvolvimento”, mas de catástrofes e

⁹³³ Cf. Id, Ibid, pps. 434-435, grifos do autor.

de violências, como nos ensina muito bem a perspectiva resolutamente anticapitalista de Luxemburg⁹³⁴.

Segue afirmando:

Já a segunda frente crítica de Rosa (que se dirige à forma como Marx lidou com o problema da acumulação do capital) é uma questão bastante mais controversa. Primeiro, e mais desinteressante, é porque se tratava da crítica de um texto canonizado. Existe esse elemento nos ataques a ela endereçados. Mas ele é bem menos importante e não merece nossa atenção. O que de fato interessa é que, diferentemente do ponto sobre o fato de que o que chamamos de capitalismo até então *havia se expandido* com a incorporação de formas sociais “não-capitalistas” – que é uma mera observação histórica objetiva inegável – a crítica aos esquemas, para Rosa, levava à conclusão *lógica* de que o que chamamos de capitalismo *nunca poderá se expandir* – ou seja, nunca poderá haver acumulação de capital social total – sem a destruição de novas formas sociais e, portanto, é impossível conceber que o que chamamos de capitalismo possa se desenvolver *sem a ocorrência de guerras imperialistas*. Pior ainda: como a questão não era de “Geografia Política”, mas de “Economia Social”, não é possível que o que chamamos de capitalismo seja pacífico – nem “externa” e nem “internamente” – e, portanto, *o problema do que chamamos de capitalismo, de imperialismo e de militarismo tornaram-se os mesmos e não existe nenhuma possibilidade de “desenvolvimento” que não seja inerentemente violenta e opressiva*. Era essa a conclusão que a social-democracia não poderia mais aceitar e é essa a razão da violência dos ataques que *A acumulação do capital* recebeu⁹³⁵.

Mariutti (2013, 2015) aprofunda este problema do *caráter violento e opressivo do imperialismo capitalista*. Esclarece, a princípio, que se faz oportuno abordar a obra de Rosa levando em consideração o seu empenho em pensar a questão da reprodução social total a partir de suas condições sociais concretas, ou seja, mediante uma aproximação do conceito de modo de produção como *modo de produção da vida*⁹³⁶. Sob este prisma, é preciso entender três aspectos cruciais nas reflexões luxemburguistas: (i) a noção de economia, ou nos termos da autora, “forma econômica”, a qual se assemelha ao sentido atribuído por Polanyi sobre a

⁹³⁴ Cf. Id, Ibid, pps. 436-438, grifos do autor.

⁹³⁵ Cf. Id, Ibid, p. 438, grifos do autor.

⁹³⁶ “A maioria das críticas à interpretação do imperialismo proposta por Rosa Luxemburgo não levam em conta o modo como esta questão se liga ao núcleo central que articula e *singulariza* o seu pensamento: o esforço de pensar o Modo de Produção Capitalista como uma forma peculiar de reorganizar violentamente *o conjunto da vida social* pautado pela acumulação incessante de capitais. Definido desta forma, longe de ser o portador do progresso ou da civilização, o capital tem um ímpeto intrinsecamente expansionista, em um duplo sentido. O mais evidente fica patente na sua rápida e vigorosa capacidade de se alastrar geograficamente por todo o globo terrestre. Mas o segundo sentido é mais importante e, na realidade, conduz o primeiro: a *acumulação* capitalista está fadada a *colonizar* e ajustar à sua lógica *todas* as dimensões da vida social. É nesta acepção peculiar que o capitalismo se impõe progressiva e contraditoriamente como uma *forma universal*, que dissolve e se alimenta das relações sociais estranhas a ele. E, depois que a concorrência dos capitais se desloca para o plano mundial, o imperialismo capitalista se converte no principal instrumento de expansão e *valorização do capital*. [...] O aspecto mais relevante da perspectiva de Rosa é a possibilidade de (re)pensar o conceito de Modo de Produção para além das interpretações economicistas que esterilizaram o marxismo: entendê-lo não como um sistema econômico, mas como *modo de produção da vida social*. O aspecto mais surpreendente é que Rosa não teve acesso à obras como a *Ideologia Alemã* e os *Grundrisse*, ainda inéditas enquanto ela vivia. No entanto, uma leitura atenta irá mostrar que ela estava muito próxima da concepção do modo de produção *capitalista* como uma *forma de articulação* das várias dimensões da vida social, isto é, uma totalidade. É a partir deste referencial que vamos analisar a sua interpretação sobre o imperialismo”. (MARIUTTI, 2015, pps. 1-2, grifos do autor).

economia substantiva, diferentemente da acepção de economia formal⁹³⁷; (ii) a relação entre acumulação primitiva e a expansão do capitalismo⁹³⁸ e (iii) a relação entre reprodução

⁹³⁷ “A marca decisiva do capital é seu impulso em *desatrelar* violentamente o trabalho e os meios de produção das formas sociais distintas dele para, na sequência, poder subordiná-las à sua autovalorização. Em termos mais diretos: o capital tem como tendência a mercadorização plena da natureza e da vida social. Para melhor caracterizar a peculiaridade da *acumulação capitalista* na visão de Rosa Luxemburgo, é importante destacar como ela a diferencia da dinâmica da economia natural e da economia mercantil. Por “economia” natural devemos entender as formas sociais onde as unidades produtivas são autossuficientes e, portanto, estabelecem relações no seu interior e entre si de cunho não mercantil. Um eventual *mercado* pode surgir mas com a condição de operar *apenas* com os excedentes, sendo, portanto, incapaz de influenciar significativamente as relações sociais de produção (geralmente escoradas em princípios como simetria, reciprocidade e redistribuição, mediadas por relações de parentesco). Há sempre, portanto, em toda economia natural, nos termos de Rosa, *um vínculo peculiar entre os meios de produção e a mão de obra*. Neste caso, portanto, se surge um setor mercantil, ele é *restrito* e necessariamente marginal: a dinâmica do mercado não é capaz de transformar a natureza das relações sociais no interior das unidades produtivas e, portanto, opera à margem da sociedade. O termo *economia*, portanto, é aqui entendido de forma abrangente, isto é, como o conjunto da reprodução dos meios de vida e, desse modo, o adjetivo “natural” é empregado para caracterizar todas as economias onde o mercado não é essencial para essa reprodução. A peculiaridade da economia mercantil reside em outro aspecto: o mercado é uma etapa importante da reprodução social, já que os produtores se articulam predominantemente pela troca mercantil. Este tipo de sociedade possui diversas variantes, que podem ser perfiladas tendo como referência dois extremos. De um lado, situam-se as sociedades de pequenos produtores que trocam os produtos do seu trabalho em mercados locais, geralmente regulados pela magia ou por padrões “éticos” (como, por exemplo, a noção medieval de preço justo). De outro, podemos situar sociedades mais centralizadas, onde os mercados locais operam em sincronia com o poder central (o que configura os “modos de produção” redistributivos, terminologia posteriormente definida por antropólogos marxistas). Rosa Luxemburgo não faz esta distinção, mas ela está implícita no modo como ela conduz a sua análise sobre a penetração do capital. No caso de sociedade já imersas em relações mercantis, o capital geralmente penetra em associação com as elites locais (o topo da burocracia imperial, os mercadores ligados à cúpula da sociedade, etc.) e se espalha pela construção de ferrovias e novos sistemas de transporte, forcejando por todos os meios disponíveis – pressão fiscal, violência, guerra, revolução etc. – para que estas regiões se integrem e respondam ao ritmo ditado pela acumulação de capitais. No entanto, por vezes, é o próprio processo de destruição da “economia natural” – isto é, “de sua unidade formal de entidade social autônoma” – que inclui essas comunidades na teia das relações mercantis. Mas a dinâmica do processo deriva da intensa concorrência de capitais dos países capitalistas avançados, que transpõe a disputa para o plano internacional, “em luta pelas condições restantes de acumulação.” Entretanto, nos dois casos, sem a presença do capital proveniente “de fora”, o grau de mercadorização da natureza e da sociedade é bastante restrito. O ponto é que, o capitalismo, ao se formar, nasce *entrelaçado* à diversas formas estranhas a ele. É exatamente por isto que Rosa Luxemburgo tem como eixo o movimento de *acumulação* de capital em sua dupla dimensão: a *interna*, amplamente estudada pelo marxismo e pela Economia Vulgar e a *externa*, isto é, o *modo* como o capital invade e se associa à formas de produção e de exploração estranhas a ele. Neste sentido, portanto, ela se afasta radicalmente do modo como o debate sobre as relações entre o “mercado interno” e o “externo” se estruturou no marxismo e na Economia Política”. (Id, Ibid, pps. 2-4, grifos do autor). Segue afirmando: “Quem se situa *fora* das relações sociais capitalistas e, portanto, ainda não foi sociabilizado como uma mercadoria, alimenta indiretamente o capital com os *produtos* do seu trabalho e, se contribuiu para a valorização, o faz como *comprador* de mercadorias, posição distinta do *consumidor* de mercadorias que, desde o início, já estava preso ao circuito do capital. [...] Essa distinção permite, portanto, explicitar a tentativa de Rosa Luxemburgo visualizar a reprodução do capital social total *levando em conta também a sua articulação com a zona não capitalista*, da qual ele se alimenta e, também, permite realizar parte da mais-valia. Quando ela afirma que o capital social total não é uma simples soma – ou uma mera articulação mecânica – dos capitais individuais é sempre isto que ela tem em mente. Logo, ela não está no terreno que a economia (vulgar) demarcou como o seu objeto: ela tentou levar às últimas consequências a ideia de que o capital é uma relação *social* de *exploração* do trabalho e da natureza *que não encontra limites* além do seu próprio movimento de expansão. O ponto decisivo é que, para ela, esta necessidade de expansão decorre das próprias características da produção capitalista. É exatamente a elevação da produtividade do trabalho decorrente da concorrência impiedosa entre os capitais que *obriga* a incorporação de virtualmente *todas as sociedades* e de todo o planeta à órbita do capitalismo. Quanto mais se intensificam e se desenvolvem as relações capitalistas, *maior a sua necessidade de englobar o meio não capitalista à sua dinâmica*. [...] Logo, é a própria concorrência dos capitais que impele os capitalistas a se apoderarem dos recursos presentes na arena externa, que predominantemente é integrada pela violência. [...] Portanto, exatamente por querer incorporar o conjunto da vida social e da natureza, o capital é forçado a *destruir*

ampliada, militarismo e imperialismo⁹³⁹. O legado de Luxemburgo, portanto, reside, segundo o autor, em asseverar a compreensão de que o imperialismo capitalista representa o

todas as formas de vida que ofereçam resistência à mercadorização. É neste sentido preciso que ele é uma *forma universal*, fundada intrinsecamente na violência de cunho totalitário”. (Id, Ibid, pps. 5-7, grifos do autor).

⁹³⁸ “A deterioração das condições *gerais* do trabalho é agravada pela centralização dos capitais e pelo sucesso dos monopólios, que provisoriamente, podem sustentar as taxas de lucro dos grandes capitalistas, mas agrava, no longo prazo, o descompasso entre as grandes massas de mais valia e a demanda (efetiva, diria posteriormente Keynes). Logo, como o capitalismo *somente* é capaz de criar riquezas pela exploração do trabalho (e a polarização social a ela correspondente), a tendência anteriormente esboçada *coloca sempre sobre a ameaça a reprodução do capitalismo*. A saída mais simples deste tipo de crise envolve a expansão *absoluta* do seu raio de ação, mediante a incorporação - pela violência, se necessário - de zonas externas a ele. Mas “externas” em um sentido específico: não se trata do comércio internacional, *mas na subordinação de zonas baseadas em relações de produção não especificamente capitalistas*. Logo, Rosa sustenta veementemente que o capitalismo recorre *sistematicamente* aos expedientes que Marx descreveu como típicos da “acumulação primitiva”. Mas estes expedientes – dentre os quais se situa o imperialismo – não podem ser utilizados *ad infinitum*, dado que esta incorporação acaba por generalizar as relações de produção especificamente capitalistas. Assim, o esgotamento desta forma de expansão – a subordinação do mundo todo à lógica do capitalismo plenamente constituído – não implica *automaticamente* o fim do capitalismo (e, muito menos, a instauração do socialismo) mas, seguramente, reduz o leque de alternativas ao seu dispor. Deste modo, o fim iminente da “zona não-capitalista” aproxima o capitalismo do ponto de conversão da contradição entre o capital e o trabalho em um *antagonismo* que, em conjunto com a crescente socialização da produção (o único elemento objetivo e *automático* realizado pelo capitalismo), cria a *possibilidade* efetiva de uma revolução socialista como alternativa à generalização da violência e regressão social”. (MARIUTTI, 2013, pps. 27-28, grifos do autor). Segue dizendo: “Para Rosa, o imperialismo decorre fundamentalmente das dificuldades da realização da reprodução ampliada do capital, fato que impele os capitalistas a se associarem ao seu Estado para, mediante esta aliança, poderem disputar militarmente o controle sobre as zonas onde ainda não dominam as relações especificamente capitalistas de produção. Esta disputa, contudo, como já foi indicado, não é capaz de resolver as contradições das quais ela, na realidade, ela emana. O militarismo, ao mesmo tempo que serve de base para a incorporação violenta da arena externa, favorece também a realização de parte da mais valia, ao gerar uma demanda crescente (e capaz de, dentro de certos limites, se retroalimentar) por armamentos e soldados. Por outro lado, o dispêndio militar aumenta o peso sobre os produtores diretos e, quando gera conflitos de grandes proporções, ameaça a ordem burguesa. Além disto, a incorporação pela violência das zonas externas, no longo prazo, induz ao desenvolvimento de relações capitalistas de produção e seu interior, fazendo retornar o problema inicial. A passagem seguinte sintetiza o pensamento da autora: “O capitalismo é a primeira forma econômica capaz de propagar-se vigorosamente: é uma forma que tende a estender-se por todo o globo terrestre e a eliminar todas as demais formas econômicas, não tolerando nenhuma outra ao seu lado. Mas é também a primeira que não pode existir só, sem outras formas econômicas de que alimentar-se; que tendendo a impor-se como forma universal, sucumbe por sua própria incapacidade intrínseca de existir como força de produção universal. O capitalismo é, em si, uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação expressa a contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição. A certa altura do desenvolvimento essa contradição só poderá ser resolvida pela aplicação dos princípios do socialismo – daquela forma de economia que por sua natureza é ao mesmo tempo um sistema internacional e harmônico, por não visar à acumulação, mas a satisfação das necessidades vitais da própria humanidade trabalhadora, por meio o desenvolvimento de todas as forças produtivas do planeta. (LUXEMBURGO, 1984, p. 98). (Id, Ibid, pps. 28-29).

⁹³⁹ Rosa concebe a relação entre o militarismo e o imperialismo capitalista em pelo menos três aspectos: “O primeiro é que a intensa rivalidade militar do início do século XX é explicada por Rosa como uma consequência do elevado desenvolvimento do capitalismo que, ao integrar e dissolver as relações sociais de outras regiões, transplanta também os “antagonismos europeus”. O segundo elemento é a função do militarismo como um instrumento contraditório de dominação da classe capitalista: seu vínculo com as burguesias nacionais acirra o conflito no plano internacional, absorve parte do capital industrial e financeiro, ao mesmo em que consolida a dominação sobre a classe trabalhadora. Mas a chave está no terceiro elemento, isto é, na noção de que o militarismo – ao ser absorvido e efetivamente integrado ao movimento do capital – adquire uma *força motriz própria*. É exatamente esta última ideia – o traço novo do imperialismo (“fenômeno completamente desconhecido a algumas décadas”) que será aprofundado e reformulado em *A Acumulação de Capital*. [...] Para tanto, ela deu um passo importante: a “endogeneização” do militarismo é vista como uma decorrência da articulação entre a centralização de capitais e a *transformação do Estado* como *suporte* da acumulação de capital que, a partir de então, só pode se realizar no *plano mundial*. [...] No caso dos países de capitalismo maduro, o *militarismo* é a alavanca mais clara que transborda a concorrência dos capitais para o cenário internacional,

prolongamento do capitalismo através da intensificação e generalização das relações sociais capitalistas, assentado não no progresso, na democracia, na modernidade ou na civilização, mas, fundamentalmente, na *violência* e na imposição da *mercadorização de todas as dimensões da vida social e da natureza*⁹⁴⁰. Logo, na condição de anticapitalista, é desta

engendrando desta forma o imperialismo. Internamente, esta transformação do Estado gera uma demanda concentrada e regular para o sistema industrial e, ao lado do nacionalismo, muitas vezes é capaz de domar o movimento organizado dos trabalhadores. O movimento é diferente nas regiões articuladas ao capital pelo imperialismo. [...] É isto que engendra um novo conjunto de contradições: a agressividade e a violência contra o mundo não capitalista se mescla à intensificação da rivalidade militar entre os países capitalistas concorrentes. Logo, o papel e a dinâmica do militarismo muda: a força militar é, pela transformação do Estado e do estágio da concorrência mundial dos capitais, *efetivamente integrada* ao movimento de acumulação de capital”. (MARIUTTI, 2015, pps. 8-9). Segue dizendo: “[...] é possível destacar algumas implicações importantes desta forma de ver a relação entre o capital e o militarismo. A primeira delas é a *distinção* entre duas formas de olhar o problema do dispêndio militar: a partir dos capitais individuais – o ponto de entrada da “economia burguesa” – ou tendo como referência o movimento do *capital social total*, isto é, como já indiquei, tendo como referência as condições e a dinâmica da reprodução da sociedade capitalista como um todo. No primeiro caso é indiferente produzir “carne em conservas ou chapas para tanques”, isto é, tanto faz se o investimento se dirige para a indústria armamentista ou para a construção civil, ou outro ramo qualquer da economia. “O capital assim, apenas ganharia com uma mão o que perdeu com a outra”. A crítica liberal ao dispêndio militar sempre insiste nesta forma de colocar a questão. Rosa opta pela segunda forma de colocar o problema, a partir da dinâmica do capital social total. Mas, é importante insistir, ela não enquadra esse problema exatamente dentro dos termos clássicos, isto é, analisando o movimento capital dissociado da arena “externa” a ele. Para Luxemburgo é *fundamental* articular a esse movimento a força de trabalho, os meios de produção e de consumo gerados e realizados *fora* da zona central do capitalismo. É exatamente por isso que ela retoma a todo momento a crítica aos esquemas de reprodução: eles não levam em conta esta dimensão do problema que, para ela é a verdadeiramente crucial, pois colocam sobre uma nova luz as tensões da acumulação e o papel do dispêndio militar. O argumento dela pode ser sintetizado da seguinte forma: a própria indústria armamentista gera um mercado importante para a burguesia nacional, cuja demanda potencial *homogênea* e concentrada no Estado *acelera* a centralização de capitais (dissolvendo com mais velocidade a “pequena produção mercantil”). E, além do estímulo típico da concorrência intercapitalista, esta demanda é retroalimentada pela percepção de vulnerabilidade decorrente do dispêndio militar dos demais Estados, tendo como referência o equilíbrio de poder. Por fim, a *pressão fiscal* do dispêndio militar *acelera a integração* das eventuais populações camponesas ao sistema salarial do capitalismo. Em outros termos: a rivalidade imperialista acelera a expansão do capitalismo tanto no plano interno – i.é., dos países imperialistas – quanto no internacional. Finalmente, essa forma de rivalidade, por ser vista como essencial para a sobrevivência do Estado, *retira do escrutínio* público a capacidade de *deliberar* sobre natureza e a forma do gasto militar, ampliando deste modo a capacidade de comando do capital sobre a vida social. [...] É nestas condições precisas que o imperialismo pode ser visto como uma forma de simbiose entre a rivalidade política interestatal e a concorrência dos capitais. Ou seja, o imperialismo – a *expressão política* do processo de acumulação de capital – *acelera* a imposição do capitalismo como *forma universal*, inaugurando a *possibilidade efetiva* de “pôr efetivamente um ponto final em sua existência.” [...] O imperialismo *prolonga* o capitalismo exatamente por *intensificar* e *generalizar* as relações sociais capitalistas – o capitalismo como forma universal – que, por sua vez, acentuam o seu caráter *violento* e propenso à catástrofe e às crises. Não se trata, portanto, da defesa de um colapso inevitável regido por determinações “econômicas” (no sentido estrito – i.e. economicista – do termo)” (Id, Ibid, pps. 9-11, grifos do autor).

⁹⁴⁰ “A consolidação do capitalismo envolveu a criação de um *mercado mundial* e uma “História Universal” Estes dois elementos ajudaram a alterar radicalmente as condições de vida e de conflito social, pois são expressões da tendência do capitalismo em romper os limites à *mercadorização* de todas as dimensões da vida, isto é, de subordinar todas as relações e formas sociais ao processo de autovalorização do capital. É essa sua luta eterna contra as “economias naturais” e princípios de sociabilidade alternativos que revela a sua natureza *totalitária*. O quadro se agrava pela sua habilidade em *incorporar* e subsumir os mecanismos de exploração herdados de outros modos de produção, que, por conta disto, tendem a ser redefinidos e intensificados. Antes do século XIX, o seu assédio à arena externa oscilava entre a conquista militar para pilhar recursos e mão de obra – destruindo de um só golpe as formas de sociabilidade ali reinantes – e uma forma indireta, que envolvia a cooptação das Elites “pré-capitalistas” locais, que se serviam de suas formas peculiaridades de extorsão para canalizar recursos para o mercado mundial. Mas este processo não se desenrola no âmbito da economia (e da política) em sua acepção formal: ele se nutre e ao mesmo tempo exige a transformação radical das estruturas do cotidiano das

maneira que Rosa posicionava o socialismo: um novo tipo de sociedade baseada radicalmente em princípios democráticos e erigida através da ruptura exercida de baixo para cima por meio das experiências concretas dos oprimidos em suas vidas cotidianas⁹⁴¹.

Quanto ao revolucionário de origem austríaca, Franco (2015) assevera que sua obra, *O Capital Financeiro: fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo*, admitia como prioridade a apresentação de “uma análise da etapa mais recente do capitalismo”, isto é, uma “atualização” das características “mais recentes” ou, em suas palavras, “mais modernas”. Em sua leitura⁹⁴², o capital financeiro assinala uma *nova síntese*, transformando-se em *capital em geral*, enquanto capital financeiro, de modo que este amplia consideravelmente sua capacidade de apropriação do metabolismo total, inclusive de seus elementos industriais que, uma vez integrados neste capital financeiro, passam a ser propriedade – nos dois sentidos – dele. Este seria o sentido tomado por Hilferding ao anunciar que no capital financeiro aparecem unidas, em sua totalidade, *todas as formas parciais de capital*, subsumindo-se no capital financeiro o *caráter específico do capital*. Ou seja, o capital aparece como *poder unitário* que domina o processo vital da sociedade, a partir de novas formas de propriedade

sociedades que invade. É neste trágico sentido que devemos entender a expressão “História Universal”: a tendência à imposição da mercadorização de todas as dimensões da vida social. Logo, Progresso, Democracia, Modernidade e Civilização são elementos estranhos e incompatíveis com o capitalismo”. (MARIUTTI, 2014b, p. 9, grifos do autor).

⁹⁴¹ “De fato, Rosa Luxemburgo parte efetivamente da tese de que *mercado não é capaz de operar automaticamente*, isto é, sem o apoio do Estado e suas formas diretas ou indiretas de instrumentalizar a violência. E que, além disto, quanto mais ele se desenvolve, mais violenta e avassaladora se torna a sociedade da mercadoria. Neste sentido, nada emancipatório pode emanar do desenvolvimento do capitalismo. Portanto, essa forma de sociedade possui limites objetivos: o máximo que a “civilização” capitalista pode fazer é subjugar – sempre com algum grau de violência – o conjunto da humanidade e da natureza à valorização do capital. É para este tipo de catástrofe que o capitalismo irá inevitavelmente rumar, caso não seja sucedido pelo socialismo, enquanto uma forma social também *mundial*. Não há determinismo catastrofista, portanto. O socialismo – enquanto uma forma social essencialmente democrática – é visto por Rosa como a *única* esperança contra o barbarismo da sociedade da mercadoria. Uma *possibilidade objetiva*, mas que só pode ser construída *de baixo para cima*, isto é, reconhecendo o valor norteador das demandas derivadas da experiência *concreta* dos oprimidos, na sua vida cotidiana”. (MARIUTTI, 2015, pps. 8-11, grifos do autor).

⁹⁴² “Sob o nosso ponto de vista, o “capital financeiro” de Rudolf Hilferding pode ser lido de duas maneiras distintas. Na primeira delas, a mais freqüentemente empregada, o capital financeiro seria uma extensão do capital bancário, ou melhor dizendo, do capital portador de juros, que passa a subordinar o capital industrial de modo a imprimir uma lógica crescentemente “financeira” ao sistema capitalista como um todo. Na segunda forma de interpretar, o capital financeiro seria a “síntese” entre o capital bancário e o capital industrial e, portanto, configura outro tipo de relação social de produção capitalista, ou, noutros termos, uma nova forma, uma nova aparência que, enquanto forma e aparência, não pode negar aquilo que o capital sempre fora – nunca é demais insistir – uma relação social de exploração de classes, de constante produção de homens livres e de acúmulo de riqueza abstrata. [...] devemos ter em mente que o “capital financeiro” pode ser lido como um desdobramento *concreto*, uma espécie de “realização”, das contradições daquela relação social de produção que Marx e Engels descreveram como “capital” (capital que gera capital de modo abstratamente indiferente ao meio de valorização). Nesta hipótese, Marx e Engels teriam identificado, ainda no caráter embrionário do capital, aquilo que este somente viria a ser em sua plenitude a partir da consumação da “síntese” do capital portador de juros (*grosso modo*, bancário) e do capital extrator de mais-valia (*grosso modo*, industrial). E, *neste sentido*, podemos ler o capital financeiro de Hilferding como a “superação/suprassunção” (*Aufhebung*) do capital. Ainda na terminologia hegeliana, pode-se falar de uma espécie de reencontro do capital consigo mesmo”. (Id, Ibid, pps. 503-504, grifos do autor).

dos meios de produção⁹⁴³; ele é o *nexo de articulação* das esferas da realidade perseguido pelo materialismo histórico.

Em primeiro lugar, do ponto de vista de seus desdobramentos históricos, o capital financeiro significa uma *mudança* da natureza da relação da classe capitalista com o poder do Estado *pari passu* à modificação nos termos da própria composição da classe capitalista e na forma de atuação do Estado: a classe capitalista está configurada não identicamente com a burguesia, pois o capital financeiro, na condição de unidade de todas as formas parciais abstratas de capital, supõe o *entrelaçamento* com as associações de classes capitalistas em um sentido mais amplo, isto é, torna-se um poderio que se assume enquanto grandes monopólios, além de expressar a mais *suprema e abstrata* conformação do capital, sobretudo, em termos de sua dominação, como podemos observar, por exemplo, com a solidarização dos interesses da propriedade⁹⁴⁴.

⁹⁴³ Logo, as concepções afeitas à ideia da financeirização do capitalismo, após a década de 1970, estariam bastante distantes desta forma de leitura. Para Mariutti (2014b): “De uma perspectiva predominantemente *gerencial*, o movimento acima esboçado teve suas origens mais remotas no final do século XIX e seu epicentro correspondeu à emergência das grandes corporações estadunidenses, crescentemente e apoiadas na finança. Por conta da derrota da Alemanha e as condições peculiares de Bretton Woods, esta forma organizacional se irradiou para os demais países centrais entre as décadas de 1960 e 70. Neste ponto é fundamental fazer um adendo importante. A História é marcada por temporalidades múltiplas, porém entrelaçadas. O esquecimento disto favorece uma visão apressada que, como estou tentando ressaltar, exagera o peso e a profundidade das efêmeras transformações conjunturais. Essa miopia é particularmente acentuada quando o tema é o “sistema de Bretton Woods” ou, até mesmo, o “novo” capitalismo financeiro. As raízes mais profundas da financeirização – eclipsadas momentaneamente pelos arranjos supostamente “keynesianos” da era dourada – podem ser detectadas em um longo período (1840-1970), cuja *ilustração* fundamental reside na evolução dos EUA: ‘Nesse sentido é possível identificar, pelo menos, duas fases características ao longo dessa evolução. A primeira se inicia com o surgimento das grandes empresas ferroviárias em meados do século XIX e se encerra com o extraordinário surto de fusões de 1896-1904. (...) O segundo período, que vai de 1904 a aproximadamente 1970, marca o desenvolvimento dos mecanismos institucionais de liquefação da propriedade capitalista (ações e títulos em geral), de sorte a transformar a unidade empresarial num aglomerado de ativos negociáveis e recombináveis a qualquer tempo e de forma quase instantânea. A tipificação dessa nova fase é ilustrada pelo movimento de conglomeração (aquisição de empreendimentos não relacionados) dos anos de 1960, imediatamente seguido pelos desinvestimentos (venda de unidades empresariais) dos anos de 1970’. (PINTO, 2009, p. 53). Em suma: qualquer diagnóstico sobre as causas da financeirização – ou, até mesmo, dos fundamentos do neoliberalismo – deve levar em conta esta escala de tempo mais ampliada”. (MARIUTTI, 2014b, p. 14, grifos do autor).

⁹⁴⁴ Cabe ressaltar o significado desta solidariedade e seus limites. Conforme nos diz Mariutti (2013): “Do ponto de vista *lógico*, o capital financeiro expressa a possibilidade de um cartel concentrar praticamente todo o capital-dinheiro e, com isto, exercer um controle sobre toda produção social. Neste caso, assistiríamos à eliminação de duas contradições da *economia* capitalista: a “anarquia da produção” (e as crises cíclicas que ela engendra) e a capacidade do dinheiro se auto-valorizar. Na realidade, não estaríamos mais defronte o capitalismo, mas um novo tipo de sociedade, que funcionaria ao estilo do que alguns marxistas contemporâneos chamam de modos de produção redistributivos. Apesar de reconhecer que, de forma abstrata e *exclusivamente* no plano econômico, esta possibilidade é plausível, em vários pontos de *O Capital Financeiro*, Hilferding mostrou-se cético quanto à sua concretização. Em primeiro lugar, porque um dos grandes estímulos a monopolização não vem apenas do ímpeto de controlar verticalmente as cadeias produtivas mais imediatas, mas também do choque contra agremiações rivais, situadas no mercado interno e nas nações concorrentes. Nesse sentido, a eventual estabilização e cristalização de uma comunidade de interesses em torno dos cartéis deve ser entendida *como uma trégua provisória*, que tende a ser rompida sempre que ocorrerem transformações significativas nas condições do mercado nacional e internacional. Uma segunda linha de objeções viria dos efeitos *políticos e sociais* deste tipo de monopolização: a coesão criada em torno das classes proprietárias sob comando das finanças não pode ser estendida ao conjunto dos trabalhadores, cuja posição, neste caso, tenderia à deterioração, fato que encorajara um

Em segundo lugar, a transformação do expediente da exportação de mercadorias para a *exportação de capitais* envolve alterações cruciais na *forma de atuação dos Estados*. Por um lado, permite a difusão do capitalismo em escala mundial, isto é, a penetração violenta e radical de sua lógica, que atenta sobre os distintos modos de vida, asseverando a nova rivalidade entre os Estados centrais – ciosos pela necessidade que impõe a exportação de capital – e a subordinação dos Estados periféricos que alargam a perspectiva de “progresso” e, em alguns casos, alimentam as ilusões de se tornarem “desenvolvidos” algum dia. Por outro lado, exige a constituição de um forte aparelho repressivo dos Estados totalitários⁹⁴⁵ a fim de se conter os conflitos erigidos em torno da emergência de um novo modo de vida para os trabalhadores, aliados à transmutação do aparelho militar mais adequado à condução de conflitos em escala mundial. Em suma: a nova síntese envolvendo a finança, a indústria, a propaganda, as formas de recrutamento e de guerras e todo o espectro ideológico que configurou o suposto “progresso”, curiosamente, perseverado, mesmo diante de duas guerras mundiais⁹⁴⁶.

combate unificado do proletariado *contra* o capital, sob uma orientação socialista, *completando* o processo de socialização da produção engendrado pelo capital financeiro”. (MARIUTTI, 2013, pps. 36-37, grifos do autor).

⁹⁴⁵ “Hilferding não se ocupa somente das expressões abstratas e das articulações das frações do capital – que são as razões pela qual ele é destacado na historiografia crítica sobre o seu trabalho – mas é também extremamente cuidadoso com as formas *concretas* e com a complexidade das relações (internas e externas) das classes sociais e dos Estados, mediadas pela “visão de mundo” – o eixo fundamental da crítica marxiana em *O Capital*. E assim, é por meio do destaque dessa complexidade que o autor nos oferece uma possibilidade da percepção da dialética entre esses elementos de um modo extremamente rico, possibilitando uma visão não-mecanicista do fenômeno do Imperialismo Capitalista levado a cabo pelo desenvolvimento do capital financeiro. Em seu próprio desenvolvimento contraditório “a vitória das defesas do protecionismo contra o livre-comércio criou as condições para o desenvolvimento mais rápido do capital financeiro no continente” de modo que “assim, a adaptação da ideologia e da concepção de Estado da burguesia encontrou, desde o princípio, na Europa, poucos obstáculos” uma vez que “as necessidades do capital financeiro encontraram vários elementos ideológicos que puderam facilmente ser utilizados para a criação de uma nova ideologia em harmonia com os seus próprios interesses”. Uma ideologia *imperialista, expansionista*, e calcada em um Estado forte – *fortíssimas tendências autoritárias*, conforme nos demonstra a história do modo de produção capitalista – em conformidade com a hegemonia do capital financeiro”. (Id, Ibid, pps. 486-487, grifos do autor). Segue apontando: “Essa visão de mundo, assim, vai afastando progressivamente para escanteio o pacifismo e uma tendência inerente ao humanitarismo para colocar em seu lugar o racismo imperialista sob a aparência de uma ideologia cosmopolita – fundamental para se apresentar como interesse geral e, portanto, hegemonia. [...] Assim, neste processo, tanto as formas de propriedade dos meios de produção quanto as relações de produção transformam-se ao mesmo tempo em que o Estado burguês – *imperialista* – vai se consolidando”. (Id, Ibid, pps. 488-490, grifos do autor).

⁹⁴⁶ “No movimento articulado por Hilferding, notamos que aos poucos se foi transformando a ideologia das burguesias em torno da concepção de Estado, inicialmente pautada na Economia Política (liberal) que havia sido decisiva, por sua vez, para a superação da concepção de Estado mercantilista ligada aos valores da nobreza. Essa concepção liberal-burguesa de Estado teve sua expressão máxima, do ponto de vista das questões analisadas por Hilferding, na defesa da liberdade do ponto de vista pessoal e da defesa do livre-comércio. Mas, em seu próprio desenvolvimento histórico, ela também engendrou contradições – por meio da articulação entre os Estados e as elites dos países “mais desenvolvidos” e dos “menos desenvolvidos”. O que se deu com o surgimento de um capitalismo “mais organizado”, em que o capital financeiro atingiu patamares de concentração e centralização – portanto, de monopólio – muito superiores aos da Inglaterra. Em grande parte isso se deveu ao modo de articulação específico assumido em cada um desses países, sendo que na Inglaterra o setor da nobreza “encastelada” na City assumiu uma preponderância que conferiu ao capital financeiro britânico uma feição mais ligada aos serviços das finanças enquanto nos Estados Unidos e na Alemanha se gestaram formas de

Fica explícita, assim, a amplitude da dominação alcançada pelo capital financeiro, muito superior à hegemonia burguesa industrial e livre-cambista precedente, bem como também, a sua expressão, enquanto *nexo estrutural abstrato*, em que a riqueza se torna alheia a suas fontes de rendimento e de origem, posto operar através da participação em todas as diversas e distintas porções na qual a mais-valia, produzida pela classe trabalhadora, encontra-se dividida. Por essa razão, Franco (2015) acredita que:

[...] precisamos, para a compreensão do capitalismo desde os tempos de Hilferding até os nossos dias, de uma cuidadosa análise de como se apresentam as visões de mundo e as expressões fetichizadas das categorias científicas do pensamento burguês, mas também empreendermos a análise concreta das relações entre as classes [*em sociedades capitalistas*, por meio das mercadorias e, portanto, do capital], e entre as classes e o Estado, porque é o Estado a entidade responsável por plasmar por meio de suas ações (“jurídicas”, “políticas”, “econômicas”, “policiais” *etc.*) essa hegemonia para além das afinidades de interesses. [...] É aí que reside a importância de um aparato a cada dia mais sofisticado – e totalitário – dedicado à coerção das classes trabalhadoras cuja solidariedade com os interesses do capital, a despeito de qualquer ideologia, é enganosa. Assim, *para a acumulação do capital*, o uso da violência (“jurídicas”, “políticas”, “econômicas”, “policiais” *etc.*) se faz cada vez mais necessário, seja por meio de controles “econômicos” (leis trabalhistas, fisco), “ideológicos” (controle dos veículos de informação, da educação e da internet) ou “políticos” (polícia, exército). E como o capital não pode aceitar passivamente quaisquer limites para a acumulação, o expansionismo é regra fundamental de sua existência e, portanto, as guerras gerais *nunca* estarão excluídas do horizonte. Isso – o imperialismo – é capitalismo, o demais – “coerção puramente econômica”, “reprodução puramente ampliada”, “pacifismo internacional” *etc.* – é história da carochinha⁹⁴⁷.

Na sexta parte, retoma-se a problemática sobre a *periodização* do imperialismo capitalista contrastando-o com a contribuição de Virgínia Fontes (2010). Concorde-se com o entendimento da autora sobre o pós-guerra, como sendo marcado por um “conteúdo similantemente capitalista e imperialista”, porém, as divergências se dão no teor do capital-imperialista.

[...] podemos verificar a importância para o seu argumento de uma forma de interpretação acerca dos autores do imperialismo. Para ela, *na época de formulação das teses clássicas* (as décadas de 1910 e 1920), tratava-se de uma “união íntima” entre formas distintas de capital, ao passo que ela estaria identificando, *ao longo do século XX*, uma transformação desta “união íntima” em um “entrelaçamento

administração das grandes corporações ao mesmo tempo potentes em termos de finança e de produção (inclusive com o desenvolvimento das principais tecnologias daquela que viria a ser chamada de “segunda revolução industrial”). Mas isso não se deveu a qualquer sorte de “traição” dos interesses britânicos, ou qualquer sorte de particular “patriotismo” dos capitalistas estadunidenses e alemães, mas, sim, à própria contradição interna ao sistema, em que a exportação de capitais, como vimos, sustenta a defesa do protecionismo que acaba por, contraditoriamente, colocar ao mesmo lado os capitalistas britânicos – exportadores de capital – e capitalistas estadunidenses e alemães – receptores de capital. Evidentemente, isso engendraria respostas do ponto de vista dos Estados e, como sabemos, o desenvolvimento posterior desse sistema contraditório faria com que as rivalidades interimperialistas ganhassem atingissem o paroxismo e eclodissem nas guerras nas quais se decidiria a superação da Hegemonia Britânica e – dadas as duas derrotas alemãs – o estabelecimento da Hegemonia Estadunidense, cuja dinâmica capitalista – por conta da articulação das classes sociais que configuram o “seu” capital financeiro – é muito “superior””. (Id, Ibid, pps. 482-483).

⁹⁴⁷ Cf. Id, Ibid, pps. 500-501, grifos do autor.

pornográfico”. Essa interpretação se torna explícita quando a Professora afirma que “o parasitismo apontado por Lenin no século XX traduzia-se nas famílias riquíssimas, nominalmente proprietárias das empresas, mas distanciadas dos processos produtivos de suas empresas”, ao passo que, “na atualidade, a pressão competitiva entre grandes fortunas e sua volatilidade significou uma luta acirrada no interior das formas de gestão do capital”. [...] Cumpre destacar que não discordamos da autora acerca do fato de que “o que era um *anúncio precoce* do capital monopolista, em 1914, se *concretizaria* de fato no imediato pós-Segunda Guerra Mundial”; nem, tampouco, que “jamais o parasitismo de uma classe inteira foi tão *evidente*”; mas, ao nosso juízo, é possível compreender, conforme apresentamos no último capítulo, a partir dos próprios autorxs clássicxs do imperialismo, a ideia segundo a qual o que elxs definem por “capital financeiro” *já era a síntese entre todas as formas parciais do capital*; e essa síntese é muito mais que uma “união íntima”⁹⁴⁸.

Isso deriva em grande medida da forma de exposição conceitual de Lenin acerca do capital financeiro, quando em Hilferding já era mais evidente que se tratava da *unidade de todas as formas parciais de capitais*, onde a “separação entre capital bancário e industrial se elimina no capital financeiro”⁹⁴⁹. A questão a se saber é o que há de novo no capital-imperialista, a ponto de superar as teses clássicas, se o próprio capital-imperialista representa o aprofundamento do imperialismo capitalista.

Sob nosso ponto de vista, a própria Professora Virgínia oferece avanços muito importantes para a resposta a esse problema, que pode ser explicitado em termos *morfológicos*: o que ocorre desde os primórdios do capitalismo até os nossos dias, muito mais do que uma alteração substantiva das características essenciais, ou mesmo nas formas aparentes, é o *aprofundamento* de um modo de produção que passa, cada vez mais, a condicionar a existência das pessoas e submetê-las a relações capitalistas para garantir a sua sobrevivência, uma vez que “o capital-imperialismo tentacular e totalitário aprofundou a generalização das relações capitalistas” até que “o formato da vida social parece tornar-se ditado pela centralidade do capital portador de juros”, como ela demonstra em incontáveis passagens. Tendo em vista – como a Professora Virgínia demonstra de forma muito elucidativa por meio das discussões sobre as expropriações – que: a) a história do capitalismo é a história da luta de classes constantemente pautada pela coerção “econômica” alinhavada (permitida e reforçada) por relações que não são “especificamente capitalistas” – como a violência “política”; e que b) aparentemente, não é possível imaginar algum dia o capitalismo enquanto um modo de produção da vida prescindindo de meios “não especificamente capitalistas” para a sua reprodução, como definir o que é “especificamente capitalista” e, noutros termos, como definir o próprio capitalismo, se ele nunca pôde ou poderá existir em sua forma “pura”? Será que podemos nos contentar com as definições que temos de “capitalismo” – que nunca foram vistas em tempo ou lugar algum? Não nos parece⁹⁵⁰.

Eis, então, a conclusão a que chega:

⁹⁴⁸ Cf. Id, Ibid, pps. 526-527, grifos do autor.

⁹⁴⁹ Sendo assim, mostrou-se mais plausível: “[...] demarcar o que a Professora denomina capital-imperialismo (do pós-guerra aos dias de hoje), não como um novo período em relação ao imperialismo, mas como uma conjuntura em que as características mais fortes do imperialismo (estrutura) se agudizaram. Mas se o que ocorreu foi um aprofundamento, o que há de novo? Certamente, inúmeros exemplos de relações sociais novas, mas se elas não decorrem de mudanças na especificidade da relação central nem invalidam as teses centenárias, como afirmar que se trata de um novo período? Quantas mudanças “de aprofundamento” são necessárias para definir um novo período? Para nos valermos dos jargões consagrados: quantas mudanças quantitativas são necessárias para produzir mudanças qualitativas?” (Id, Ibid, p. 529).

⁹⁵⁰ Cf. Id, Ibid, pps. 529-530, grifos do autor.

*Talvez seja tarefa teórica e concretamente necessária a elaboração de uma concepção de capitalismo que ultrapasse o que se entende por “especificamente capitalista” e avance a partir do entendimento que o capitalismo é uma relação permanentemente dialética entre reprodução ampliada e acumulação primitiva/espoliativa/expropriativa ou qualquer outro nome que melhor denomine o que se convencionou chamar por “não especificamente capitalista”; conforme tentou elaborar aquela revolucionária judia polonesa tão maldita. [...] Ao nosso juízo, que esperamos ter conseguido demonstrar, as tentativas recentes de novas teorias sobre o imperialismo – executadas por pessoas do mais alto gabarito – não superaram *teoricamente* as centenárias teses “clássicas” sobre o imperialismo, embora quase sempre cumpram, de um modo ou de outro, o fundamental papel de lançar luz sobre determinados aspectos da contemporaneidade. Sob nosso ponto de vista isso deriva de diversas razões, dentre as quais a menos interessante é justamente a comparação da estatura dxs autorxs. As teses de Hobson, Hilferding, Rosa e Lenin – dentre tantxs outrxs que viveram naquele momento – continuam atuais, mas não porque eram profetas⁹⁵¹.*

Segue salientando:

O que nos parece mais sugestivo é a hipótese que vimos defendendo desde o princípio: *desta perspectiva*, uma das principais razões pelas quais aqueles textos mantêm a atualidade é que em alguma medida – a ser definida – aquelas ideias continuam descrevendo as características fundamentais dos nossos tempos ou, dito de outra forma, as características fundamentais dos nossos tempos são as mesmas características fundamentais dos tempos idos. Isso não implica, obviamente, que nada do que vivemos hoje seja novo, mas que quaisquer que tenham sido as mudanças – a serem descritas – elas não implicaram na superação dessas características fundamentais e é por isso que podemos continuar afirmando que vivemos em um mundo capitalista e imperialista. Este nos parece o único modo de resolver o problema de termos ideias “velhas” que explicam as relações sociais “novas” sem que precisemos recorrer às profecias daquela gente. A quem conjecturar que ao assentar as características principais da estrutura do imperialismo estaríamos esfumando as questões conjunturais, objetamos que não é disso que se trata. Em nenhum momento foi intenção nossa dizer que não há nada de novo a ser dito sobre o imperialismo. Apenas reafirmamos insistentemente que não é *qualquer* mudança que implica numa mudança *teórica*. Se não enfatizamos as mudanças na conjuntura, pelo contraste com as tentativas contemporâneas de estabelecer as inovações, acreditamos que tenhamos colocado, ainda que indiretamente, um painel sobre essas teses que pode vir a ser útil para quem estiver com a intenção de *reconstituir* essas novidades, o que não era o nosso objetivo⁹⁵².

Mariutti (2016) reitera esta avaliação, ao nos apontar alguns elementos que ajudam a refutar a procedência de uma ruptura com o imperialismo clássico. Em sua avaliação, podemos elencá-los da seguinte maneira: (i) os “Anos Dourados” representam o aprofundamento da ordem capitalista e não o seu amortecimento⁹⁵³; (ii) a endogeneização do

⁹⁵¹ Cf. Id, Ibid, pps. 531-532, grifos do autor.

⁹⁵² Cf. Id, Ibid, p. 532, grifos do autor.

⁹⁵³ “[...] os Anos “Dourados” *não podem ser concebidos como um amortecimento do capitalismo*, pois a ordem capitalista se generalizou ainda mais durante este período. Por fim, este período representa o auge da Guerra Fria e, portanto, fica muito difícil sustentar que ocorreu alguma interrupção das práticas imperialistas. Essa percepção equivocada reflete muito mais a surpresa das camadas dominantes “inebriadas” com um período que, a despeito da ameaça da hecatombe nuclear e da suposta divisão entre capitalismo e comunismo, parecia ter um sentido e uma direção clara: o planejamento social como a garantia do progresso generalizado. O fato é que, enquanto as atenções se fixavam na superfície dos acontecimentos (os arranjos financeiros internacionais, a concertação entre a política econômica dos EUA e da Europa, os acordos regionais, etc.), com a quase destruição do campesinato, 80% da população mundial foi arrancada das suas formas de vida *paralelas* ou formalmente subsumidas ao

militarismo, com base em Rosa Luxemburgo, implicou na consolidação de um padrão de competição estratégica que associa o sistema de inovação dinâmico e o sistema produtivo, capaz de traduzir a inovação em vantagem militar, cuja expressão mais visível deriva da invenção da bomba nuclear; (iii) os indicadores sociais e as formas de sociabilidade contemporâneas dos países do “centro” estão cada vez mais se assemelhando com os dos países “periféricos”, sendo o caso mais sintomático o dos Estados Unidos e (iv) o grau de “inclusão social”, através do Estado de bem-estar social, circunscreveu-se em poucas sociedades, nos marcos da “cidadania fordista”, apoiada fundamentalmente na instrumentalização da xenofobia, do racismo, do sexismo e dos diversos tipos de preconceitos e opressões sociais⁹⁵⁴.

Entretanto, a defesa da manutenção das características centrais que validam a atuação dos imperativos do imperialismo capitalista em nossos dias, não prescinde do fato de se admitir novas morfologias, tal como aquela sugerida por Fontes (2010), nos termos do capital-imperialismo. Nesta seara, Mariutti (2016) sinaliza a relevância de algumas questões suscitadas na conjuntura de 1970, cristalizadas nos anos 1990, as quais indicam a necessidade de se pensar em uma *nova morfologia*, nos quadros do imperialismo capitalista contemporâneo. A primeira delas diz respeito ao acontecimento de maio de 1968. Para o autor, este acontecimento exhibe os indícios de uma crise geral devido, principalmente, ao seu caráter mundial e ao teor de suas críticas⁹⁵⁵. O segundo deles envolve a transmutação da

mercado. Isto, em conjunto com a urbanização e a aceleração da vida, promoveu a transformação das instituições e formas de sociabilidade mais elementares que, embora vistas pelos cultores da “modernidade” como heranças da “velha sociedade”, eram *funcionais* para atenuar os efeitos destrutivos da sociedade capitalista centrada na eterna simbiose entre a finança e a indústria, bem como na miragem do indivíduo egoísta e empreendedor”. (MARIUTTI, 2016, p. 123, grifos do autor).

⁹⁵⁴ “[...] no *centro do capitalismo*, o segredo foi dissolver o radicalismo pela constituição da “cidadania fordista”, escorada na instrumentalização da xenofobia, do racismo, do sexismo e dos diversos preconceitos sociais como arma para *ocultar* e silenciar os trabalhadores precários que, à margem dos direitos dos trabalhadores formais, ficavam encarregados de realizar as tarefas mais degradantes. Nas reconstruções do período feitas pelos defensores do capitalismo civilizado (ou civilizador) estes personagens geralmente só aparecem depois da “crise do fordismo”, como se sua situação fosse um produto do “desarranjo” do compromisso keynesiano, e não um *componente estrutural* da expansão dos anos 50 e 60. Ruy Braga, corretamente, questiona a tese de que a precarização do trabalho foi um efeito residual, desvinculado dos fundamentos dos “Anos Dourados”: “Ao contrário, entendemos que em decorrência da mercantilização do trabalho, do caráter capitalista da divisão do trabalho e da anarquia da reprodução do capital, a precariedade é constitutiva da relação salarial. Consequentemente, o precariado não deve ser interpretado como o antípoda do assalariado, seu “outro” bastardo ou recalçado. Na realidade ele é a própria condição de existência do salariado: tanto na Europa ocidental quanto nos Estados Unidos, o compromisso fordista mostrou-se bastante eficiente em proteger a fração profissional, branca, masculina, adulta, nacional e sindicalizada da classe trabalhadora, à custa da reprodução da fração proletária não qualificada ou semi-qualificada, feminina, negra, jovem e migrante”. Cf. *A Política do Precariado* São Paulo: Boitempo, 2012, p. 17. (Id, Ibid, pps. 130-131, grifos do autor).

⁹⁵⁵ “A Primeira Guerra Mundial e seus desdobramentos já havia demonstrado que o “universalismo” europeu – calcado na promessa da generalização *progresso* material e moral - prometido pela “burguesia” era uma farsa. Essa ilusão ressurgiu durante os “Anos Dourados”, para ser mais uma vez radicalmente denunciada em 1968. O único atributo *universal* que a sociedade produtora de mercadorias pode oferecer é a subordinação do conjunto

hegemonia britânica para a norte-americana, sobretudo em função da transformação provocada na relação entre a tecnologia e a sociedade, corporificada na aliança entre o capital global e a tecnociência.

O traço constitutivo desta nova forma de hegemonia, em termos do imperialismo capitalista, consiste na *criação de novas e mais avançadas formas de violência propiciadas pela rivalidade intercapitalista e interestatal - sob os auspícios da endogeneização do militarismo – que se retroalimentam com as antigas formas típicas do próprio imperialismo capitalista. Em outras palavras, a partir da hegemonia estadunidense verifica-se, especialmente no íterim das décadas de 1970 a 1990, o processamento de uma nova síntese gestada pelo capital. Estas transformações revelam uma nova conexão com as tendências mais gerais de funcionamento do imperialismo capitalista, aprofundando e acelerando sua lógica através de um processo de retroalimentação onde se edifica um novo patamar (o nível molecular e a rede de valorização planetária) para a acumulação e reprodução do capital.*

Este encontro entre o nível molecular e a rede de valorização planetária não é fruto exclusivo da técnica, mas expressa e ecoa os movimentos muito mais gerais e profundos discutidos até agora. Essa transformação tem como base o reforço *radical* e a intensificação dos tentáculos dos Estados mais poderosos liderados por Washington, de cunho autoritário, que se entrecruzou com os sistemas de governança das corporações privadas, com o objetivo claro de *reforçar* em escala mundial os direitos de propriedade e uma nova rodada de *predação* muito mais intensa, porém *quase* invisível do homem e da natureza. Neste sentido preciso, o período atual é uma culminação da era do imperialismo, que preserva as suas características centrais mais destrutivas, mas sem a carapaça de um projeto civilizacional⁹⁵⁶.

Segue afirmando:

As novas formas de pilhagem – amparadas na tecnociência e nos novos sistemas de propriedade intelectual, que adentraram no nível das informações genéticas e no patenteamento de seres vivos - que estão na fronteira do capitalismo hoje *foram concomitantes* ao conjunto de transformações que, *entrelaçaram* a liquefação das formas de propriedade capitalista às novas formas de operação das empresas transnacionais e à “internacionalização do Estado”, só para citar os exemplos mais salientes. Mas em que sentido preciso podemos falar em *pilhagem*? Como se sabe, a biogenética converteu-se em um setor de ponta na concorrência mundial no exato momento em que se tornou evidente a redução da biodiversidade no terceiro mundo. Mas isto era a outra face do *mesmo movimento* prévio que situou o setor de P&D na vanguarda da concorrência intercapitalista: a “crise ambiental” dos anos 80 foi um dos efeitos colaterais da urbanização e do deslocamento das etapas mais poluentes da produção e das indústrias intensivas em mão de obra e recursos naturais para a periferia. Como o processo de atração do Investimento Direto Estrangeiro foi marcado pela truculência e orquestrado pelos interesses mais imediatos das plutocracias locais e sua rede de clientela, as transformações foram muito mais

da vida social à acumulação incessante de capitais, cujo limite teórico seria a mercadorização *plena* do homem da natureza. Este tipo de homogeneidade, que só possibilita expressões quantitativas como elemento de diferenciação, sempre gerou reações sociais violentas. Quanto mais o capital penetra na sociedade, maior a necessidade de diversificar e intensificar a rede de aparelhos de repressão destinados a disciplinar o trabalho e conter os inevitáveis distúrbios que este tipo de organização social deflagra”. (Id, Ibid, p. 135, grifos do autor).

⁹⁵⁶ Cf. Id, Ibid, p. 138, grifos do autor.

erráticas e virulentas de modo que, não só animais e plantas, mas a própria carga genética dos indígenas (bem como seus conhecimentos fitoterápicos) estava sobre ameaça. [...] a saída imediata foi coletar e armazenar este patrimônio genético – mesmo não sabendo *exatamente* o que fazer com ele. Dada a magnitude e a escala da concorrência oligopolista, o segredo era a *antecipação* disfarçada de consciência ecológica. Logo, trata-se de uma pilhagem mais muito mais sutil do que fora a colonização do novo mundo e a conquista da África. E significativamente diferente. Os resultados começam a transparecer agora: os países dotados de megadiversidade foram logrados já na década de 1990. [...] A transferência do regime de patentes para a dimensão da propriedade intelectual assegurou a habilidade do capital em garantir o “acesso e o controle da informação nos dois extremos, isto é, no plano molecular em que ela se encontra, mas também no plano global, no mercado mundial em que ela será explorada depois de reprogramada”. [...] O processo de expropriação chegou a níveis muito mais profundos. [...] O encontro entre a dimensão molecular e a rede de valorização planetária, que levou à conversão da *informação* em um instrumento de uma oligopolização em escalas sem precedentes, disparou uma corrida tecnológica com o objetivo de tentar controlar a dimensão virtual da realidade⁹⁵⁷.

Logo:

[...] o capital deu um passo suplementar, ao conseguir combinar a exploração da força de trabalho com o monopólio e a instrumentalização *das informações* capazes de *reprogramar* a natureza e a vida humana, tendo como referência central as suas *virtualidades*. Eis o ponto decisivo: o que está em jogo não é apenas a dimensão do existente, mas das *potencialidades* que as ciências da informação amparadas na estrutura internacional de poder vigente abriram à valorização do capital. E isto impõe uma percepção essencialmente *instrumental* sobre o que é a vida e a natureza. [...] Ao contrário do que costumavam afirmar os seus apologetas, o tipo de “sociedade da informação” que foi criada pela simbiose entre o capital e o Estado *desvaloriza a própria informação* (e, por extensão, a vida social), pois só se leva em conta o que é virtualmente útil para o processo de valorização do capital, sujeito aos mecanismos da concorrência pautados pelos grandes monopólios. Estas operações não pairam no ar, pois são sustentadas por uma infraestrutura e um aparato institucional bastante concreto, que viabiliza as comunicações, o processamento e a própria concretização da rede de valorização compreendida entre o nível molecular e global. Para garantir este nível de manipulação e de espoliação do presente e do futuro é fundamental a imposição de um sistema de propriedade intelectual no plano internacional que garanta o monopólio das informações genéticas e digitais às grandes corporações, assentadas em uma estrutura internacional de poder cuja viga fundamental é a preponderância militar dos EUA. Enquanto perdurar este arranjo a disputa pela dimensão virtual prosseguirá nos catastróficos termos atuais, isto é, mediante a intensificação da polarização social e pelo aumento da zona dos excluídos, contidos violentamente pelo aparato policial dos Estados. Por outro lado, a eventual corrosão do poder de Washington precipitaria disputas geopolíticas severas, que poderiam resultar em um conflito militar devastador. Estes são os cenários básicos *dentro* da ordem imperialista. Por isso torna-se imperativo voltar a pensar em alternativas realmente radicais a este ordenamento⁹⁵⁸.

Em síntese:

O capitalismo é um sistema de exploração que tem a habilidade de *ocultar* as diversas formas de coerção – políticas e simbólicas – que engendra para poder operar, criando a ilusão de que a violência é uma herança pré-capitalista que será abolida pelo seu próprio desenvolvimento. Neste caso, ele é erroneamente concebido não somente como o indutor do “progresso material”, mas também como portador de um aspecto civilizatório em um sentido bastante preciso: de *substituir* o conflito violento pelas formas sublimadas de competição racional, travadas no mercado e no jogo político “democrático”. Este duplo pressuposto está na base da sobreposição

⁹⁵⁷ Cf. Id, Ibid, pps. 139-140, grifos do autor.

⁹⁵⁸ Cf. Id, Ibid, pps. 141-144, grifos do autor.

fantasiosa entre capitalismo, progresso, modernidade e civilização que, a despeito de 1968, *ainda* se encontra profundamente arraigado nas ciências sociais e nas práticas e instituições que lhes correspondem. Essa imagem, contudo, não condiz com a natureza do fenômeno em pauta. A força motriz da *sociedade de mercado* é a acumulação incessante de capital, que só pode se sustentar mediante a mercadorização sistemática do Homem e da Natureza que, entretanto, só contam enquanto *suportes* do processo de valorização. É isso que impele a sociedade produtora de mercadorias a se expandir tanto no plano mundial quanto na escala (sub) molecular, isto é, no plano das *informações* e de suas virtualidades. É neste plano - a dimensão virtual da realidade - que se situa hoje a fronteira da rivalidade intercapitalista. Isto nos obriga a recolocar no centro do debate público a única questão que é realmente fundamental: a contradição entre o capital e o trabalho no âmbito do imperialismo. É a partir desse quadro de referências que, com as devidas mediações, as demais questões devem ser formuladas. Logo, é fundamental abandonar de vez qualquer ilusão de que existe algo de civilizatório no capitalismo e, portanto, retomar a luta pela sua superação em todos os planos⁹⁵⁹.

Do nosso ponto de vista, concordamos com as teses de Franco e de Mariutti: *o imperialismo capitalista, conformado em meados de 1870, vigora ainda nos dias atuais, assinalado por uma nova morfologia a partir das transformações ocorridas na década de 1970 e cristalizadas nos anos de 1990*. O imperialismo mantém-se enquanto *unidade contraditória* da forma do capitalismo e sua feição contemporânea continua enredada segundo suas características vigentes⁹⁶⁰. Não há um desprendimento, desvio, superação ou ruptura, mas, sobretudo, um *aprofundamento/aceleração* sustentado por um processo de *nova síntese: um novo patamar para a acumulação e reprodução social do capital*. Atualmente, o capital atingiu um avanço incomensurável de aprofundamento/aceleração de sua lógica e domínio, penetrando inclusive em novas esferas, tais como o trabalho imaterial⁹⁶¹ e a dimensão molecular e virtual/ imaginária dos indivíduos e da natureza.

⁹⁵⁹ Cf. Id, Ibid, p. 144, grifos do autor.

⁹⁶⁰ No Anexo da tese, ilustramos algumas das tendências recentes e históricas do imperialismo capitalista.

⁹⁶¹ Esta discussão assumiu muitos contornos e ruídos. No campo do marxismo, temos os trabalhos que atestam a “crise do valor”, ou, então, que defendem a nova transmutação no próprio valor através do novo tipo de exploração sobre o conhecimento (o trabalho imaterial). No primeiro grupo, encontram-se, principalmente, a crise do valor de troca de Kurz (1991), o valor como medida inadequada de Postone (1993) e o valor desmedido e deposição do valor de Prado (2005, 2013). No segundo grupo, destacam-se, principalmente, Negri e Hardt (2001), Gorz (2005), Lazzarato (2001) e Cocco (2001). A base de todas estas reflexões deriva da dialética entre valor e valor de uso, ao qual o capital se vê compelido a assumir formas materiais concretas que, em sua dinâmica contraditória, o levam a erosão de seus próprios pressupostos. Isto fica explícito quando Marx se refere que, a partir da grande indústria, a produção de riqueza da sociedade passa a se sustentar sobre uma base cada vez mais estreita de trabalho direto, dado se apoiar fundamentalmente na apropriação das forças produtivas gerais da sociedade, provenientes do que chamou de *general intellect*. Sendo assim, o desenvolvimento concreto das forças produtivas implicaria em um momento o qual o valor deixaria de medir as relações sociais de produção, atingindo um período marcado por uma profunda e prolongada “crise terminal”. Não entraremos nesta seara, pois já identificamos nossa posição sobre a crise que estamos enfrentando. Para uma análise crítica sobre a consecução dos limites históricos do capital, nas visões de Mészáros, Kurz, Chesnais, Harvey, Kliman, Roberts, Maito e Husson, ver: MELLO, G. M. de C. *et all*. Notas sobre o debate acerca dos limites históricos do capital. *Revista da Sociedade brasileira de Economia Política*, 49, jan.-abril 2018. Para uma crítica acerca da centralidade do trabalho imaterial, ver: TEIXEIRA, R. & ROTA, T. Valueless Knowledge-Commodities and Financialization: Productive and Financial Dimensions of Capital Autonomization. *Review of Radical Political Economics*, 44(4), pp. 448-487, 2012 e ROTA, T. & TEIXEIRA, R. The Commodification of Knowledge and

A nova síntese promovida pelo capital financeiro, na condição de nexo de articulação das esferas da realidade, implicou na unidade das formas parciais de capitais à medida que subsumiu a todas elas, ou seja, concerne a uma alteração no plano das estruturas. Com efeito, as transformações surtidas nas décadas de 1970, e cristalizadas nos anos 1990, significam um *novo momento de síntese*, não no plano das estruturas, mas, sobretudo, no *plano da abertura radical de novas fronteiras para a acumulação e reprodução social do capital, aprofundando*

Information. *Working Paper*, Greenwich Papers in Political Economy, 2018. A tese básica elaborada por ambos consiste em admitir que o conhecimento, no capitalismo, é uma mercadoria especial: ela não gera valor nem mais-valia, sendo, portanto, uma atividade improdutiva. Na leitura que fazem de Marx, o que determina o valor de uma mercadoria é o tempo de trabalho abstrato socialmente necessário para sua *reprodução*, e não produção. Os lucros derivados da mercantilização do conhecimento e da informação se expressam na condição de rendas, são as rendas do conhecimento, similares ao que Marx se referia ao tratar das rendas da terra. Logo, a produção de conhecimento é uma atividade improdutiva que gera apenas lucros enquanto realocação da mais-valia gerada pelas atividades produtivas. Não haveria, portanto, nenhuma superação com a teoria do valor. Nesse caso, Bill Gates e a Microsoft não produzem nenhum valor, pois seriam *rentistas do conhecimento*. Para uma abordagem distinta acerca do trabalho imaterial, ver: SANTOS, V. O. *Trabalho imaterial e produção imaterial: elementos de uma análise a partir de Marx*. Tese de Doutorado, 2018. Com o intuito de explicitar as bases teóricas do conceito de trabalho imaterial, centradas no ponto de vista da teoria marxiana, o autor conclui: “[...] o *trabalho imaterial* pode ser definido a partir da prevalência das características úteis imateriais que compõem o produto final, mesmo quando se trata de uma utilidade imaterial incorporada em um objeto material. A divisão entre trabalho material e imaterial trata-se tão somente de uma divisão colocada no nível do *trabalho útil*. [...] O “desenvolvimento” contraditório do modo de produção capitalista contemporâneo tem essa face trágica: na mesma medida em que faz crescer quantitativamente os ofícios que lidam com fatores imateriais do trabalho dentro da produção de valor, o capital diminui os elementos imateriais positivos do processo de trabalho. [...] Por considerarmos descabidas as críticas segundo as quais o trabalho imaterial não poderia ser considerado imaterial pela óbvia razão de se relacionar com a materialidade do mundo [...] chegamos à conclusão de que o resultado predominante do trabalho imaterial, apesar de dialogar com a matéria física, diz respeito a uma objetividade distinta daquela objetividade palpável dos trabalhos materiais. Trata-se de uma objetividade constatável a partir das relações sociais, embora possua como resultado imediato efeitos úteis que podem ser considerados *imateriais*. [...] Sob esta perspectiva, o capital não subsumi o trabalho através do seu resultado útil, mas sim através do tipo de *relação capitalista estabelecida no âmbito do processo de produção*. [...] Segundo nossa hipótese, a subsunção real do trabalho não se dá apenas com os trabalhadores que são apêndices da máquina (embora com esses, a subordinação devido a essa subsunção técnica, assumam relações de dominação extremadas), mas sim com qualquer corpo coletivo que passou por alguma *revolução nas forças produtivas sociais do trabalho*. Com isso é possível demonstrar que apesar de grandes contingentes de força de trabalho terem sido expulsos da produção fabril, mais intensamente nos últimos cinquenta anos, sendo alocados no chamado setor de serviços, o corpo coletivo de trabalho *ainda se encontra realmente subsumido ao capital* em suas novas atividades, embora o teor desta subsunção varie de caso para caso. Sobre esse assunto, há também uma outra constatação importante a ser feita: o capitalismo contemporâneo possui meios de tornar “apêndices da máquina” certos trabalhadores do chamado setor de serviços, ampliando as capacidades de subsunção. A apreciação crítica do conceito de trabalho imaterial erigido a partir das bases conceituais marxianas só se completa na análise do conceito de *produção imaterial*. Neste momento da exposição, realizamos uma dedução do conceito de produção como continuidade necessária do conceito de trabalho, ponto fundamental para a compreensão do modo de produção capitalista com o seu emprego necessário de *força de trabalho coletiva*. Assim, as características imateriais do resultado do processo de produção não pertencem mais ao trabalho isolado, aparecendo enquanto resultado da força de trabalho socialmente combinada. Neste momento, pudemos abordar a forma específica de valorização da produção imaterial a partir da pista marxiana fornecida sobre a indústria de transportes, demonstrando que a produção material e a produção imaterial se encontram imbricadas do ponto de vista da produção global capitalista. Aqui se completa aquela ideia de que a separação entre trabalho material e trabalho imaterial promovida no âmbito do trabalho útil é compensada por uma articulação social em relação à produção geral de valor. [...] O resultado a que chegamos é que o trabalho imaterial só pode ser teoricamente apreendido tendo em vista a relação com seu oposto, o trabalho material. Sugerimos, assim, uma articulação conceitual entre material e imaterial: apesar da possibilidade de serem separados na abstração, *eles só podem ser compreendidos a partir da articulação que há entre ambos*”. (SANTOS, 2018, pps. 265-268, grifos do autor).

e acelerando sua lógica em todas as esferas da existência. Trata-se, assim, de um processo de *retroalimentação* que situa a acumulação e reprodução social do capital em um *novo patamar*, acirrando as tendências mais gerais do funcionamento do imperialismo capitalista e, sobretudo, instaurando um momento de *crise histórica*, pois um dos marcos distintivos assumido pelo capital nesta nova morfologia tipificada, ou a sua peculiaridade em nosso tempo, reside em sua *apropriação sobre o futuro*, isto é, um expediente manifesto pela estratégia da aceleração tecnológica e econômica total, pela colonização do virtual e pela capitalização da informação genética e digital que intensificam profundamente o caráter *totalitário* do capitalismo, alheio e destrutivo a todas as diversidades de culturas e de sociedades que vivem conforme uma multiplicidade de temporalidades e ritmos distintos.

O período entre 1970 e 1990 descortina no processo de *aprisionamento da vida social no presentismo*, onde se verifica a perda paulatina da conexão orgânica com o passado e a incapacidade hercúlea de se vislumbrar o futuro. Com efeito, a tirania do instante mantém-se a partir, fundamentalmente, de um *Estado de Urgência*, apto para conter a convulsão social e sem perspectiva de construir algo satisfatório em termos de melhoria da vida das pessoas⁹⁶². *A mudança processada neste período não representa uma alteração no plano das estruturas, mas uma modificação na forma como se vive a própria vida e sobre o significado que assume a vida e a natureza para o capital: a crise do tempo turva as mediações entre a vida cotidiana e o plano das estruturas, à medida que altera radicalmente a maneira com que articulamos o passado, o presente e o futuro.*

Sendo o futuro alvo de apropriação do capital - sob a forma de apropriação da natureza e dos caracteres fundamentais da vida humana – o imperialismo capitalista *efetiva* a perseguição histórica de seus elementos de dominação, amplamente reforçado pelo “neoliberalismo”. Sendo a ideia de futuro suprimida, instaura-se uma *crise histórica* em que não sabemos se será plena ou provisória: tudo dependerá da *dinâmica da luta de classes*, dado não haver uma fórmula pronta para a dissolução deste modo de produção.

⁹⁶² “Isto salta aos olhos na década de 1990, mas as suas raízes são muito mais profundas. E, mais uma vez, a aura mistificadora dos anos dourados ajuda a explicar a dificuldade de perceber este fato. Supostamente, enquanto durou a luta do “capitalismo” contra o “socialismo” a história ainda não tinha acabado. Mas o que estava ocorrendo era exatamente o contrário: a obsessão “socialista” pelo desenvolvimento das forças produtivas cuidou de impor sobre a sua área de influência uma organização da produção similar à capitalista, também sujeita ao ritmo das máquinas e centrada na exploração da natureza, com os mesmos efeitos deletérios sobre as formas de vida realmente hostis ao capital e à sua “civilização”. Já na zona do “capitalismo”, emanando do centro, a ilusão do desenvolvimento se espalhou também para a periferia, onde a preocupação essencial era, em meio a uma acirrada disputa para captar os dinamismos provenientes dos países desenvolvidos, “internalizar” os elementos necessários à criação de um capitalismo nacional “endógeno” que, supunha-se, formaria a base de um projeto nacional progressista”. (MARIUTTI, 2016, p. 125).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira observação a ser feita, a título de consideração final, consiste em entender o *significado* da miríade de estudos e análises, realizados por um conjunto vasto de autores, apontando diversos tipos de tendências surgidas após a década de 1970. Em nossa avaliação, isto resulta, em grande medida, da especialização e da fragmentação do conhecimento, sobretudo, nas ciências sociais. Mesmo que seja possível encontrar reflexões críticas abrangentes, as produções dos pesquisadores refletem a própria burocratização da universidade, consolidada no formato típico da grande empresa, ao longo do processo de expansão mundial dos sistemas universitários após a década de 1950. Como nos assevera Chauí (2003), a metamorfose da universidade, da condição de uma instituição social para uma organização, atesta o surgimento do que chama de *universidade operacional*⁹⁶³. Em suas palavras:

⁹⁶³ “De fato, enquanto a universidade clássica estava voltada para o conhecimento, a universidade funcional estava voltada diretamente para o mercado de trabalho, e a universidade de resultados estava voltada para as empresas; a universidade operacional, por ser uma organização, está voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos. Em outras palavras, a universidade está virada para dentro de si mesma, mas, isso não significa um retorno a si e sim, antes, uma perda de si mesma. Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. A heteronomia da universidade autônoma é visível a olho nu: o aumento insano de horas-aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios, etc. Nela, a docência é entendida como transmissão rápida de conhecimentos, consignados em manuais de fácil leitura para os estudantes, de preferência, ricos em ilustrações e com duplicata em CDs. O recrutamento de professores é feito sem levar em consideração se dominam ou não o campo de conhecimentos de sua disciplina e as relações entre ela e outras afins – o professor é contratado ou por ser um pesquisador promissor que se dedica a algo muito especializado, ou porque, não tendo vocação para a pesquisa, aceita ser escorchado e arrochado por contratos de trabalho temporários e precários, ou melhor, “flexíveis”. A docência é pensada como habilitação rápida para graduados, que precisam entrar rapidamente num mercado de trabalho do qual serão expulsos em poucos anos, pois tornam-se, em pouco tempo, jovens obsoletos e descartáveis ou como correia de transmissão entre pesquisadores e treino para novos de pesquisadores. Transmissão e adestramento. Desapareceu, portanto, a marca essencial da docência: a formação. Por sua vez, a pesquisa segue o padrão organizacional. Numa organização, uma “pesquisa” é uma estratégia de intervenção e de controle de meios ou instrumentos para a consecução de um objetivo delimitado. Em outras palavras, uma “pesquisa” é um *survey* de problemas, dificuldades e obstáculos para a realização do objetivo e um cálculo de meios para soluções parciais e locais de problemas e obstáculos locais. O *survey* recorta a realidade de maneira a focalizar apenas o aspecto sobre o qual está destinada a intervenção imediata e eficaz. Em outras palavras, o *survey* opera por fragmentação. Numa organização, portanto, pesquisa não é conhecimento de alguma coisa, mas posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa. Por isso mesmo, numa organização não há tempo para a reflexão, a crítica, o exame de conhecimentos instituídos, sua mudança ou sua superação. Numa organização, a atividade cognitiva não tem como nem por quê realizar-se. Em contrapartida, no jogo estratégico da competição no mercado, a organização se mantém e se firma se for capaz de propor áreas de problemas, dificuldades, obstáculos sempre novos, o que é feito pela fragmentação de antigos problemas em novíssimos microproblemas, sobre os quais o controle parece ser cada vez maior. A fragmentação, condição de sobrevida da organização, torna-se real e propõe a especialização como estratégia principal e entende por “pesquisa” a delimitação estratégica de um campo de

Uma organização difere de uma instituição por definir-se por uma prática social determinada por sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas às ideias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas ideias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. Por ser uma administração, é regida pelas ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, função, ou seu lugar no interior da luta de classes, pois isso que para a instituição social universitária é crucial é, para a organização, um dado de fato. Ela sabe (ou julga saber) por quê, para quê e onde existe. A instituição social aspira à universalidade. A organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade. Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares. Em outras palavras, a instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (ou imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições impostas pela divisão. A organização, ao contrário, pretende gerir seu espaço e tempo particulares, aceitando como dado bruto sua inserção num dos polos da divisão social; e seu alvo não é responder às contradições e sim vencer a competição com seus supostos iguais⁹⁶⁴.

Segue explicando:

Como foi possível passar da idéia da universidade como instituição social à sua definição como organização prestadora de serviços? A forma atual de capitalismo se caracteriza pela fragmentação em todas as esferas da vida social; partindo da fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho, da destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas da luta de classes. A sociedade *aparece* como uma rede móvel, instável, efêmera de organizações particulares definidas por estratégias particulares e programas particulares, competindo entre si. Sociedade e Natureza são reabsorvidas uma na outra e uma pela outra porque ambas deixaram de ser um princípio interno de estruturação e diferenciação das ações naturais e humanas para se tornarem, abstratamente, “meio ambiente”; e “meio ambiente” instável, fluido, permeado por um espaço e um tempo virtuais que nos afastam de qualquer densidade material; “meio ambiente” perigoso, ameaçador e ameaçado, que deve ser gerido, programado, planejado e controlado por estratégias de intervenção tecnológica e jogos de poder. Por isso mesmo, a permanência de uma organização depende muito pouco de sua estrutura interna e muito mais de sua capacidade de adaptar-se celeremente a mudanças rápidas da superfície do “meio ambiente”. Onde o interesse pela idéia de flexibilidade, que indica a capacidade adaptativa a mudanças contínuas e inesperadas. A organização pertence à ordem biológica da plasticidade, do comportamento adaptativo⁹⁶⁵.

No entanto, muitos dos autores explicitados nesta tese estão situados em um campo de *resistência* frente à universidade operacional. Como vimos, muitos deles procuraram

intervenção e controle. É evidente que a avaliação desse trabalho só pode ser feita em termos compreensíveis para uma organização, isto é, em termos de custo-benefício, pautada pela idéia de produtividade, que avalia em quanto tempo, com que custo e quanto foi produzido. Reduzida a uma organização, a universidade abandona a formação e a pesquisa para lançar-se na fragmentação competitiva. Mas por que ela o faz? Porque está privatizada e a maior parte de suas pesquisas é determinada pelas exigências de mercado impostas pelos financiadores. Isso significa que a universidade *pública* produz um conhecimento destinado à *apropriação privada*. Essa apropriação, aliás, é inseparável da mudança profunda sofrida pelas ciências em sua relação com a prática”. (CHAUI, 2003, pps. 4-6, grifos da autora).

⁹⁶⁴ Cf. Id, Ibid, pps. 2-3.

⁹⁶⁵ Cf. Id, Ibid, p. 3, grifos da autora.

estabelecer um diagnóstico mais amplo sobre as mudanças no capitalismo, suscitadas desde os anos de 1970. Aqui reside, porém, a segunda observação pertinente a se fazer: a despeito do caráter abrangente e crítico, a maioria dos autores se mostrou, em grande medida, bastante *distante* do materialismo histórico. Conforme salientamos, o capitalismo é *um modo de produção da vida social* essencialmente marcado por sistemas de explorações/expropriações que guardam uma posição *sui generis* com a violência. A violência está presente desde a sua formação até os dias de hoje, assumindo inúmeros expedientes que se retroalimentam incessantemente.

Por um lado, temos: (i) a mercantilização da natureza, da força de trabalho e dos demais meios de subsistência e de produção; (ii) a coerção interna e externa, através de variados meios e mecanismos estatais, engendrado pela rivalidade interestatal; (iii) o endogenismo do militarismo e a mobilização de um conjunto de capacidades produtiva-organizacionais da sociedade para sustentar as guerras internas e externas; (iv) os aparelhos de vigilância globais sobre os cidadãos, concatenado com os diversos mecanismos de repressão civis, com as intervenções militares dispostas a derrubar regimes, assegurar a penetração do capital em novas regiões e aprofundar/acelerar a sua dominação em áreas já reproduzidas segundo a sua lógica. Por outro lado, verifica-se a subordinação da classe trabalhadora a um novo modo de vida, instaurado pelos distintos mecanismos de transformação de seus hábitos e pela apropriação e ajustamento das formas anteriores de exploração à acumulação e reprodução social do capital, arrefecendo e levando ao esquecimento as relações de produção pretéritas e suas formas de sociabilidade.

Estamos lidando, portanto, com um modo de produção que promove uma *nova articulação* entre as formas de dominação política, os aparelhos de legitimação ideológicos e os mecanismos gerais de explorações do trabalho e de opressões diversas. Um modo de produção que tem por finalidade, única e exclusivamente, expandir-se obstinadamente dissolvendo todos os demais modos de produção e incorporando-os ao seu metabolismo, como também subordinando a todos que já estão regidos por sua lógica, utilizando-se dos mais diferentes expedientes voltados à mercantilização da natureza e da vida social em todas as suas esferas. *Esta é a sua natureza totalitária, completamente apartada de qualquer traço de progresso, democracia e civilidade.*

Ademais, como bem destacaram Franco (2015) e Mariutti (2013, 2014b, 2015, 2016), o surgimento do imperialismo capitalista, em meados de 1870, opera uma *nova síntese*, configurando neste modo de produção uma *fase/estágio superior*: o capital financeiro assume-se como nexo estruturante, trazendo consigo a intensificação, em um nível mais elevado, da

socialização da produção, acirrado pela concentração e centralização de capitais em grandes monopólios. Associado à amplitude da concentração do poder do Estado, tem-se a execução de mecanismos de retroalimentação que elevam e sedimentam a magnitude e a escala da rivalidade interestatal e intercapitalista, principalmente em função das exportações de capitais.

De acordo com os autores, o capital financeiro não se confunde com as finanças, o sistema bancário ou com o domínio dos banqueiros, pois nada mais significa do que a *forma histórica* assumida pelo capital, ensejando uma nova articulação entre as novas relações de propriedade e as novas modalidades de gestão das atividades capitalistas. Ele altera a relação da classe capitalista com o poder do Estado, modificando a própria composição da classe capitalista e a própria atuação do Estado. Sua capacidade de expansão é sobrepujada ao permitir a difusão do capitalismo em escala mundial, a partir: (i) da penetração violenta e radical de sua lógica sobre os distintos modos de vida; (ii) da asseveração da nova rivalidade entre os Estados centrais através das disputas travadas pela exportação de capitais aos países periféricos e (iii) da exigência, no âmbito do Estado, da constituição de um forte aparelho repressivo engendrado para conter os conflitos erigidos em torno da emergência de um novo modo de vida para os trabalhadores, aliados à transmutação do aparelho militar mais adequado a condução de conflitos em escala mundial.

Assim, a ampliação e o caráter da dominação alcançado pelo capital financeiro se mostra muito superior à hegemonia burguesa industrial e livre-cambista precedente. Sua expressão - enquanto nexos estrutural - sobrepõe a riqueza a um nível de abstração ainda maior, dado o seu feitio alheio a fontes de rendimento e de origem, uma vez que passa a operar com a participação em todas as diversas e distintas porções na qual a mais-valia, produzida pela classe trabalhadora, encontra-se dividida. Logo, Franco (2015) e Mariutti (2013, 2014b, 2015, 2016) podem sustentar que o imperialismo é a *forma histórica, fruto da luta de classes, assumida pelo modo de produção que garante o prolongamento do próprio capitalismo. Trata-se de uma forma suprema de violência em que a dominação do capital sobre o trabalho está assinalada por meios mais elevados de fetichização e abstração.*

O “desfecho” das duas grandes guerras mundiais e da crise de 1929 não explicitou o ocaso do imperialismo capitalista. Ao contrário, o período de 1945 até meados da década de 1970 relevou o aprofundamento da expansão do mercado capitalista e a intensificação da lógica do imperialismo. Como nos diz Hobsbawm (1995), os “Anos Dourados” do capitalismo implicou na quase destruição do campesinato, onde 80% da população mundial foi arrancada das suas formas de vida paralelas, subordinando-se ao mercado capitalista. A crescente e intensa urbanização levou a transformações das instituições e formas de

sociabilidade pretéritas, ajustadas na condição de atenuação dos efeitos destrutivos da sociedade capitalista industrial⁹⁶⁶.

Simultaneamente, sob a hegemonia norte-americana, Mariutti (2016) assevera que este período possibilitou *novas frentes de expansão* do comércio internacional, sobretudo através do Investimento Estrangeiro Direto, gerando um *novo padrão de concorrência*, marcado pela relação entre os gastos, a produção e a organização militar. A Guerra Fria estimulou uma corrida armamentista, promovendo o entrelaçamento da Universidade, das empresas privadas e dos laboratórios e centros de pesquisa em face da impulsão das pesquisas em novas tecnologias e da necessidade de se manter a superioridade estratégica do ponto de vista da rivalidade militar, a qual exigia fortes aportes de inovação. A corrida militar envolveu a conformação de novas áreas, tais como a esfera nuclear e a rivalidade no plano espacial, e exigiu uma miríade de suportes em armamentos convencionais, articulado a um sistema de vigilância e comunicação em escala mundial.

Com efeito, segue analisando o autor, fora este novo padrão que propiciou as condições para a difusão do setor de bens de capital e de bens de consumo duráveis para uma parte da população, bem como também, proporcionou a possibilidade de atendimento às demandas educacionais, à medida que a rede universitária gerava pesquisa de ponta para uso militar – irradiado nos anos 1990 para o conjunto da sociedade civil – fornecendo mão-de-obra para os laboratórios e as qualificando também para o mercado de trabalho. *Fica explícito, portanto, que a “era dourada” surtiu condições mais favoráveis para a vida de poucos, baseada em grandes privilégios materiais e imateriais.* Não à toa, este período carrega um variado conjunto de tensões sociais agudas, seja nos países centrais, como nas periferias.

Nos termos da cidadania fordista, a contenção das pressões sociais culmina por instrumentalizar o racismo, a xenofobia e os demais preconceitos sociais, ocultando a irradiação e atuação do amplo leque de trabalhadores que realizavam os trabalhos mais árduos e degradantes, contando, ao mesmo tempo, com o rebaixamento de seus direitos em detrimento aos dos trabalhadores formais. Neste limitado padrão de cidadania, as barreiras sociais foram veladas, criando a impressão, nos países centrais, de que todos tinham o seu

⁹⁶⁶ “Na prática, a nova sociedade operou não pela destruição maciça de tudo que herdara da velha sociedade, mas adaptando seletivamente a herança do passado para o uso próprio. [...] A maneira mais eficaz de construir uma economia industrial baseada na empresa privada era combiná-la com motivações que nada tivessem a ver com a lógica do mercado – por exemplo, com a ética protestante; com a abstenção da satisfação imediata; com a ética do trabalho árduo; com a noção de dever e confiança familiar; mas decerto não com a antinômica rebelião dos indivíduos”. (HOBSEBAWM, 1995, p. 25).

lugar no capitalismo, bastando para isso perseverar para o melhor alcance de sua posição na sociedade.

Como bem sabemos, a meritocracia ilude: se traçarmos um panorama mais amplo sobre esta questão, não resta nenhuma dúvida de que, conforme sinalizou Braga (2012): “o compromisso fordista mostrou-se bastante eficiente em proteger a fração profissional, branca, masculina, adulta, nacional e sindicalizada da classe trabalhadora, à custa da reprodução da fração proletária não qualificada ou semi-qualificada, feminina, negra, jovem e migrante⁹⁶⁷”. Não seria essa uma das bases que fizeram eclodir o Maio de 1968? Não estaria na cidadania fordista, um exemplo, para a intensificação da eclosão dos movimentos contrários às opressões e às segregações raciais, de gênero e de sexualidade?

Após a década de 1970, assistimos a mais um novo momento de *aprofundamento e aceleração dos imperativos do imperialismo capitalista*. Para Mariutti (2016), no que tange à concorrência intercapitalista assistimos ao deslocamento de novas fronteiras no processo de produção: a tecnologia da informação e da comunicação, robótica, eletroeletrônico, genética, nanotecnologia, química fina e novos materiais. O setor de P&D centraliza-se na estrutura das grandes corporações que, em função das novas tecnologias, da maior abertura comercial e da articulação entre os mercados nacionais, eleva a sua eficácia gerencial, aprimorando os ajustes entre as cadeias de suprimento e de distribuição. O alcance em termos de economia de escala e de escopo permite a redução dos estoques e possibilita a sua melhor adaptação junto às flutuações do mercado e às variações nos padrões de consumo. A intensificação da acumulação de capital e a aceleração das inovações exigem mudanças nas formas de organização, concorrência e gestão.

Por sua vez, segundo o autor, esta intensificação assume uma nova expressão em relação à concorrência interestatal, após os anos 1990: as novas fronteiras abertas no processo produtivo são orquestradas por um novo rearranjo no âmbito das relações interestatais, com o declínio da URSS. Apoiada nas novas tecnologias e na desregulamentação financeira promove-se uma importante difusão, especialmente para a periferia, das novas formas de desintermediação, ascensão patrimonial e ampliação do papel dos investidores institucionais. As grandes corporações organizam-se em centros administrativos fundados nas operações financeiras e no setor de P&D, erigindo uma ampla e diversificada rede transnacional sob a qual se procede as deslocalizações, terceirização e as demais fragmentações das funções da produção em nível mundial. Todos estes mecanismos *retroalimentam* os imperativos do

⁹⁶⁷ Cf. BRAGA, 2012, p. 17.

imperialismo capitalista: a monopolização crescente e a elevação da magnitude da rivalidade intercapitalista e interestatal.

Entretanto, o capital dá um *salto suplementar*: o encontro entre o nível molecular e a rede de valorização planetária, asseverada por Santos (2003a, 2003b), fundamenta-se no *reforço radical* da concorrência intercapitalista em novas frentes e na rivalidade interestatal totalitária que alimentam os sistemas de governança das grandes corporações privadas, objetivando situar em escala mundial os direitos de propriedade e uma nova forma de predação muito mais intensa dos seres humanos e da natureza. A liquefação das formas de propriedade capitalista, as novas formas de operação das empresas transnacionais e o totalitarismo do Estado culminaram em novas formas de pilhagem, amparados na tecnociência e nos novos sistemas de propriedade intelectual, adentrando-se no nível das informações genéticas e no patenteamento de seres vivos. Trata-se, na visão de Mariutti (2016), de uma pilhagem muito mais *sutil* do que fora a colonização do novo mundo e a conquista da África, pois a transferência do regime de patentes para a dimensão da propriedade intelectual assegurou a capacidade do capital em garantir o acesso e o controle da informação no plano molecular e no plano global, isto é, no mercado mundial ao qual será explorada depois de reprogramada.

Temos, assim, a conversão da informação em um instrumento de monopolização sem precedentes, disparando uma corrida tecnológica com o objetivo de tentar controlar a dimensão virtual da realidade. Logo, o capital deu um salto suplementar, ao conseguir combinar a exploração da força de trabalho com o monopólio e instrumentalização das informações capazes de reprogramar a natureza e a vida humana. É neste ponto que os autores situam *a nova fronteira da rivalidade intercapitalista e interestatal: a tecnociência e o arcabouço jurídico acordado entre os Estados Unidos e as grandes corporações*.

Por essa razão, concordamos com as contribuições de Franco (2015) e de Mariutti (2013, 2014b, 2015, 2016) de que o imperialismo capitalista, conformado em meados de 1870, vigora ainda hoje, embora esteja constituído por uma *nova morfologia* a partir das transformações ocorridas na década de 1970 e cristalizadas nos anos 1990. Ele se mantém enquanto unidade contraditória da forma do capitalismo e, em sua contemporaneidade, estão guardadas as suas características mais salientes. Todavia, o que ocorre é um *aprofundamento/aceleração* de seus imperativos, sustentado por um processo de *nova síntese*: um novo patamar para a acumulação e reprodução social do capital, dado que o capital atingiu um avanço incomensurável de aprofundamento/aceleração de sua lógica e domínio,

penetrando inclusive em novas esferas, tais como o trabalho imaterial e a dimensão molecular e virtual/imaginária dos indivíduos e da natureza.

Sob nosso ponto de vista, esta nova síntese consiste em um processo de *retroalimentação* que situa a acumulação e reprodução social do capital em um novo patamar, acirrando as tendências mais gerais do funcionamento do imperialismo capitalista e, sobretudo, instaurando um momento de *crise histórica*. A peculiaridade inscrita nesta nova morfologia reside no fato de o capital almejar *apropriar-se do próprio futuro*, pois em sua estratégia de aceleração tecnológica e econômica total, a colonização do virtual e a capitalização da informação genética e digital intensificam profundamente o caráter totalitário do capitalismo, alheio e destrutivo a todas as diversidades de culturas e de sociedades que vivem conforme uma multiplicidade de temporalidades e ritmos distintos.

O aprisionamento da vida social no presentismo, onde se verifica a perda paulatina da conexão orgânica com o passado e a incapacidade hercúlea de se vislumbrar o futuro, instaura um Estado de Urgência, apto para conter a convulsão social e sem nenhuma perspectiva de melhoria para a vida das pessoas. Esta radical modificação na forma como se vive a própria vida e sobre o significado que assume a vida e a natureza para o capital gera a crise do tempo, onde as mediações entre a vida cotidiana e o plano das estruturas se turvam, alterando-se drasticamente a maneira com que articulamos o passado, o presente e o futuro. O imperialismo capitalista contemporâneo atua em dois campos singulares: na tentativa de *apropriação do futuro* e na *supressão da própria ideia de futuro*. Com isso, efetiva a perseguição histórica de seus elementos de dominação, amplamente reforçado pelo “neoliberalismo”. Em suma, o *imperialismo capitalista torna-se irreversível enquanto manter-se o capitalismo*.

Finalmente, cabe ainda procedermos com nossa última observação: é urgente pensarmos a noção de liberdade de modo *radical*. Acreditamos que uma forma de se enfrentar as questões das opressões, da violência e dos demais elementos trazidos à baila pelo projeto de novo ser humano inscrito no “neoliberalismo”, concerne em radicalizarmos o que se entende por liberdade. Seguindo os corolários da acepção liberal, em suas demais variantes (neoliberal, libertária, neoinstitucionalista e, ainda, de maneira nuançada, neoconservadora), encontramos, sobretudo, a seguinte assertiva, sintetizada nas palavras do maior expoente do liberalismo brasileiro:

Na medida em que a investida neoliberal significa um regresso ao liberalismo, e até mesmo ao *laissez-faire*, esta parece estar muito bem entrincheirada numa época de liberalização corrente, como se tornou a nossa. No entanto, como os gloriosos acontecimentos na Europa Oriental em 1989 tornaram superlativamente claro, a vontade contemporânea de liberdade é um movimento amplo e parece valorizar a

liberdade civil e política tanto quanto os mais altos padrões de vida dependentes de grandes influxos de liberdade econômica. Contudo, nem o surto ou o renascimento de mais liberdade econômica – a tendência *liberista* – significam o dobre de finados para impulsos igualitários, seja no campo da argumentação, seja na prática. Como foi observado por alguns distintos sociólogos como Aron e Dahrendorf, a nossa sociedade permanece caracterizada por uma dialética contínua, embora sempre em transformação, entre o crescimento da liberdade e o ímpeto em direção a uma maior igualdade – e disso a liberdade parece emergir mais forte do que enfraquecida⁹⁶⁸.

Ou seja, a velha sabedoria liberal de colocar em *contraste* (nosso sofisticado liberal chega a falar em *dialética*) a igualdade e a liberdade, deixando-se sempre disfarçado a predileção pela segunda, ou em alguns momentos, a defesa da manutenção da segunda com certo ímpeto de igualdade, desde que a liberdade não seja talhada. Como se torna bastante difícil estabelecer tais parâmetros, é sempre preferível asseverar a liberdade. Não tem sido esta a marca do acirrado debate, desde tempos remotos, entre os defensores do “menos Estado” e os defensores do “mais Estado”? Se seguirmos nesta falácia, a situação da classe trabalhadora, nos quadros do imperialismo capitalista, sempre estará fadada ao fracasso retumbante.

Uma das maneiras mais visíveis de se verificar o teor brutal do capitalismo na vida cotidiana das pessoas se dá em sua notória seletividade de violência a determinados grupos, a exemplo das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos LGBTs, das periferias e etc., bem como, em sua total impossibilidade de assegurar a todos os trabalhadores o suposto progresso material e civilizatório tão destacado por seus séquitos de apologetas. É preciso deixar claro, portanto, que este modo de produção é incapaz de solucionar as questões envolvendo gênero, raça, sexualidade e demais formas de opressão, pois em sua reprodução, o capitalismo tem conseguido se apropriar destas opressões, muitas delas anteriores ao próprio capitalismo, deslocando os termos do debate em torno da concepção burlesca de meritocracia.

Para combatermos estas, e as demais formas de violência, faz-se fundamental situarmos a discussão a partir da centralidade *socialismo e liberdade*, pois, do contrário, a única coisa a restar é a barbárie. Nesse sentido, *a radicalidade da noção de liberdade deve incidir enquanto horizonte de processos de emancipação social*. Mostra-se crucial afastarmos da velha dicotomia liberal assentada na liberdade positiva ou negativa e em suas relações com a autonomia. Precisamos dissociar liberdade do caráter positivo e negativo e, sobretudo, dissociar liberdade e autonomia. Safatle (2019) nos dá um exemplo para compreendermos o

⁹⁶⁸ Cf. MERQUIOR, 1991, p. 223, grifos do autor.

que pode ser uma *liberdade como heteronomia sem servidão*⁹⁶⁹, distante da acepção liberal de proprietário de si mesmo.

[...] em uma democracia efetiva, uma democracia ainda por vir, os agentes estarão em contínua desposseção de si por serem capazes de implicar-se com aquilo que desconstitui o sistema de determinação da pessoa e de suas propriedades. A democracia efetiva não é a afirmação da propriedade de si. Ela é a emergência de sujeitos políticos desprovidos de relação de propriedade, mesmo de propriedade de si. Mas esta desposseção de propriedades é a condição para que eles encarnem processos que retirem continuamente os indivíduos de suas identidades supostas criando um campo de implicação genérica. Há uma plasticidade social no interior da democracia efetiva que ainda não conhecemos. Pois isto nos exigiria afetos políticos diferentes daqueles que nos orientam atualmente⁹⁷⁰.

Isto implica perquirir o significado da própria ação revolucionária. Assim nos diz:

Quem age e, principalmente, como se age? Agimos como quem executa um plano a ser realizado ou como quem aceita entrar em um movimento incontrolado de deriva? Aqueles que produzem revoluções sabem que estão a fazê-lo e o que estão a fazê-lo ou são aqueles que aceitam ser suportes de um processo sem horizonte definido? Esta é uma maneira de dizer que a emergência de sujeitos coletivos vinculados à afirmação de autonomia de grupos outrora violentados não implica necessariamente na realização de processos emancipatórios. Se continuarmos a pensar a emancipação a partir do paradigma da maturação, do alcançar a condição de sujeito de direitos, então teremos a impressão de que a submissão do sujeito à forma do indivíduo portador de direitos e reconhecido em sua maturidade implica transformações sociais estruturais. Como se o problema central da vida social estivesse ligado ao pretenso fato de nem todos sujeitos serem completamente indivíduos, nem todos terem alcançado uma individualidade desejada e compreendida como horizonte antropológico geral de emancipação. Ou seja, como se a base normativa de nossas lutas sociais estivesse vinculada à possibilidade da generalização de um modo de existência social caracterizado pela agência racional entendida como capacidade de deliberação e maximização de interesses, tal como vemos no indivíduo moderno. O indivíduo como modo de existência é geralmente visto como um solo pré-político do político e é este ponto que deve ser discutido⁹⁷¹.

⁹⁶⁹ “Mesmo quando a democracia liberal foi criticada do ponto de vista da defesa dos bens comuns, tal crítica foi feita normalmente em nome de outra forma de propriedade, de outra forma de posseção, a saber, a propriedade coletiva. Raros foram os momentos nos quais tal crítica foi feita em nome da possibilidade de circulação do que é impróprio, do que não é configurado como propriedade. Isto demonstra como boa parte de nosso esforço crítico permaneceu no mesmo horizonte normativo que fundamenta o que gostaríamos de criticar”. (SAFATLE, 2019, p. 30).

⁹⁷⁰ Cf. Id, Ibid, p. 35. Segue afirmando: “Estamos a falar de uma sociedade na qual as coisas seriam inapropriáveis, na qual eles não seriam nem propriedade individual nem propriedade coletiva, mas a expressão de que vivemos em um circuito de objetos que nos afetam e não nos são próprios. Uma sociedade democrática seria aquela na qual as coisas não existem mais na forma do que poderia ser possuído. Nenhuma reconstituição da biopolítica que nos governa pode se realizar sem começar pela destituição da centralidade das relações de propriedade na definição da vida social. Isto interfere na própria noção do que entendemos por “sujeito”. Pois sujeitos teriam as marcas dos objetos que lhes afetam e que eles portam. Os sujeitos trariam um núcleo do objeto em si mesmos, o que modifica radicalmente o que entendemos por “si mesmo”. Esta emergência de novos sujeitos políticos é inseparável da emergência de um sujeito descentrado, sujeitos descentrados pelo que aparece a eles como involuntário, contingente e opaco, como um objeto. Tal descentramento nos obriga a repensar os paradigmas da decisão e da deliberação como cálculo de meios e fins que nos acompanha desde Aristóteles (*boulesis*). [...] Pois sujeitos capazes de se livrar de tal distinção não deliberam, eles assumem para si uma força imprópria que os colocam à deriva. A natureza exterior do princípio do ato não é vista mais como limitação da liberdade, mas como afirmação de um processo de subjetivação de força não compreendida mais como o exercício do ser si mesmo”. (Id, Ibid, pps. 37-38).

⁹⁷¹ Cf. Id, Ibid, pps. 38-39.

Segue afirmando:

Por fim, um *kratos* não mais conectado à força de permanecer idêntico a si mesmo seria o exercício de agir a partir do que nos despossui. Isto significa agir a partir do que desconstitui nossa formação como povo. Pois essa força não constitui uma identidade coletiva, nem uma interdependência baseada na solidariedade necessária diante do reconhecimento de nossa vulnerabilidade. Na verdade, a política pode se tornar o espaço da desconstituição de identidade e da emergência de um comum que não é apenas a extensão ilimitada do potencial das relações humanas. Política como a integração do que até então fora compreendido como não-humano, como coisa, como animalidade. Um pouco como essa implicação genérica presente no pensamento ameríndio. Nesse mesmo pensamento no qual a cultura fornece a universalidade de um espaço de imbricação contínua entre humano e natureza. Espaço no qual: Todos os animais e demais componentes do cosmo são intensivamente pessoas, virtualmente pessoas, porque qualquer um deles pode se revelar (se transformar em) uma pessoa. Não se trata de uma mera possibilidade lógica mas de potencialidade ontológica (Viveiros de Castro, 2017, p. 47). Nesta cosmopolítica, todo existente, sejam homens ou animais, participa da mesma humanidade. Os animais têm almas como nós, para os ameríndios, mesmo um europeu pode ter alma (o que não era um raciocínio reversível). O que difere são seus corpos, que estabelecem perspectivas singulares baseadas em sistemas específicos de afecções. Assim, uma multiplicidade de corpos pressuporá uma multiplicidade de perspectivas sob a univocidade de uma mesma humanidade⁹⁷².

Eis então o multinaturalismo:

Contrariamente ao nosso multiculturalismo, aparece pois um peculiar multinaturalismo no qual vários conceitos de natureza cortam o plano de um mesmo campo da cultura. Esta univocidade da cultura, tão estranha a nossa sensibilidade atual que só saberia ver nisto um narcisismo animista, permite, ao contrário, uma operação generalizada de descentramento. Se a mesma humanidade está presente nos homens e animais, então nada é humano inequivocamente. Ser humano é, na verdade, estar constantemente fora de si, ser um *anti-Narciso*, já que: Muito ao contrário de nossas fantasias a respeito do paraíso narcísico dos povos exóticos (a antropologia versão Disney), a pressuposição radical do humano não torna o mundo indígena mais familiar nem mais reconfortante: ali onde toda coisa é humana, o humano é ‘toda outra coisa’ (Viveiros de Castro, 2017, p. 54) E talvez nesse ponto encontremos o sistema de ressonâncias que nos permite aproximar o giro autocrítico do pensamento filosófico ocidental e o potencial emancipatório presente em sociedades não-ocidentais e não-capitalistas⁹⁷³.

Em sua conclusão:

Adorno costumava dizer que a antecipação da forma de uma sociedade reconciliada era um atentado contra a própria reconciliação. Pois os sujeitos mutilados que somos não podem imaginar o que é a liberdade social sem se servir de modelos de organização próprios à situação de guerra civil na qual vivemos em nossas lutas cotidianas de classe, em nossas lutas cotidianas contra a violência próprias às nossas democracias liberais. Calar-se diante do que pode ser o governo de outro *kratos* não é impotência, mas confiança na força plástica da política e de sua multiplicidade local. A teoria pode nos levar a acreditar que temos o desejo e a capacidade de fazer muito mais do que fizemos até agora, a teoria pode nos dizer que não fomos ainda muito longe com nossa negação, mas ela não pode antecipar o que recusa toda projeção. Porque a teoria se abre diante do que apenas a prática emancipada em seus contextos locais pode produzir⁹⁷⁴.

⁹⁷² Cf. Id, Ibid, p. 39.

⁹⁷³ Cf. Id, Ibid, pps. 39-40.

⁹⁷⁴ Cf. Id, Ibid, p. 40.

Esperamos, portanto, ter dado a nossa contribuição junto a este expediente asseverado por Safatle (2019). Para que tenhamos confiança na força plástica da política, acreditamos que um bom ponto de partida insere-se na compreensão crítica e radical acerca do próprio significado de capitalismo e de sua feição contemporânea assentada no imperialismo capitalista, pois a partir deste exercício podemos, por exemplo, compormos as forças necessárias contrárias às concepções que ainda acreditam, ou defendem, (n)a vigência desta ordem social totalitária e violenta sobre a vida humana e a natureza. Diante do notório rebaixamento, nos tempos de hoje, dos termos do debate em disputa, é fundamental nos posicionarmos com uma visão de capitalismo que não deixe qualquer dúvida sobre a imprescindibilidade de persistimos pela sua superação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGLIETTA, M. *Régulation et crises du capitalisme*. Paris: Calmann-Levy, 1976.
- ALVES, G. *Trabalho e neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil*. Bauru: Canal6, 2014.
- ALTHUSSER, L. Contradição e Sobredeterminação. Em: *Análise crítica da teoria marxista (Pour Marx)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967 [1962].
- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. Em: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.) *Pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.
- _____. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004 [1976].
- _____. *Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004 [1983].
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2008.
- AQUINO, M. A. O novo status da informação e do conhecimento na cultura digital. *Revista Inf. & Soc. & Est.*, João Pessoa, v. 18, n. 1, p. 79-100, jan/abr, 2008.
- AQUINO, D. C. & CIPOLLA, F. P. O capital fictício e a crise imobiliária. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 23, pp. 7-25, Rio de Janeiro, Dezembro/2008.
- ARANTES, P. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ARENDT, H. *A condição humana*. 10ª edição. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000 [1958].
- AUDIER, S. *Néo-libéralisme(s): Une archéologie intellectuelle*. Paris: Grasset, 2012
- BARBIERI, F. *História do debate do cálculo econômico socialista*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.
- BARNES, B. Elusive Memories of Technoscience. *Perspectives on Science*, Vol. 13, N. 2, 2005 (Special Issue: Technoscientific Productivity, Part 1).

- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BECK, U. & GIDDENS, A. & LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- BELL, D. *The Coming of Post-Industrial Society*. Nova York: Basic Books, 1973.
- _____. *The Cultural Contradictions of Capitalism*. Londres: Heinemann, 1976.
- _____. “The Social Framework of the Information Society”. In: FORESTER, T. (org.). *The Microelectronics Revolution: The Complete Guide to the New Technology and Its Impact on Society*. Cambridge, Mass: MIT Press, p. 500-549, 1980.
- _____. “Teletext and Technology”. *Sociological Journeys: Essays 1960-1980*. Londres: Heinemann, p. 34-65, 1980.
- BOAZ, D. *Libertarianism: a primer*. New York: Simon & Schuster, 1997.
- BOBBIO, N. & MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 1ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOUSQUET, A. J. A. *The Scientific Way of Warfare: order and chaos on the battlefields of modernity*. New York: Columbia University Press, 2009.
- _____. *The Eye of War: Military Perception from the Telescope to the Drone*. New York: University of Minnesota Press, 2018.
- BOYER, R. *La théorie de la régulation: une analyse critique*. Paris: La Découverte, 1986.
- BRAGA, J. C. S. *A temporalidade da riqueza*. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.
- _____. A financeirização da riqueza: uma macroestrutura financeira e nova dinâmica dos capitalismos centrais. *Texto para Discussão*, n. 5, São Paulo, nov. 1992.
- _____. A financeirização da riqueza. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 2, p. 25-27, 1993.
- _____. Financeirização global: o padrão sistêmico da riqueza do capitalismo. Em: FIORI, J. L.; TAVARES, M. C. (Ed.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. São Paulo: Vozes, 1997, p. 195-242.

- _____. Crise sistêmica da financeirização e incerteza das mudanças. *Estudos avançados*, v. 23, n. 65, p. 89-102, 2009.
- BRAGA, J. C. S. & CINTRA, M. A. M. Finanças dolarizadas e capital financeiro: exasperação sob comando americano. Em: FIORI, J. L. (Ed.). *Poder americano*. São Paulo: Vozes, 2004.
- BRAGA, J. C. S. *et. al.* For a political economy of financialization: theory and evidence. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 26, Número Especial, p. 829-856, dez. 2017.
- BRAGA, R. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BRAUDEL, F. *Civilização material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BRENNER, R. *What is good for Goldman Sachs is good for America: the origins of the current crisis*. Los Angeles, UCLA, 2009.
- BROWN, W. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservative, and De-Democratization. *Political Theory*, V. 34, Nº 6, pp. 690-714, Dec. 2006.
- _____. Estamos diante de um novo capítulo. Entrevista publicada em *Ctxt* em 30-11-2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/574278-neoliberalismo-estamos-diante-de-um-novo-capitulo-entrevista-com-wendy-brown>.
- BUCHANAN, P. J. *Where The Right Went Wrong*. New York: St. Martin's Griffin, 2005.
- BURGIN, A. *The Great Persuasion: Reinventing Free Markets since the Depression*. Cambridge, MA. Harvard U. Press, 2012.
- BUTLER, E. *A short history of the Mont Pelerin Society*. Disponível em: <https://www.montpelerin.org/wp-content/uploads/2015/12/Short-History-of-MPS-2014.pdf>.
- CALLINICOS, A. *Against Postmodernism: a Marxist critique*. Cambridge: Polity Press, 1991.
- CANETTI, E. *Massa e poder*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1983 [1960].
- CARCANHOLO, M. D. A Crise Econômica Atual e seus Impactos para a Organização da Classe Trabalhadora. *Revista Aurora*, ano IV, n. 6, 2010.

- CARCANHOLO, R. *Aspectos teóricos de la crisis capitalista*. 2008. Disponível em: www.herramienta.com.ar
- _____. *A Atual Crise Capitalista*. 2011. Disponível em: http://www.observatoriodelacrisis.org/2011/02/a-atual-crise-capitalista/?lang=ptbr#_ftn1.
- _____. *Marx, Ricardo e Smith: sobre a teoria do valor trabalho*. Vitória: Edufes, 2012.
- _____ & NAKATANI, P. Capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital fictício, característico da globalização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, pps. 264-304, junho 1999.
- _____ & SABADINI, M. Capital fictício e lucros fictícios. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, v. 24, pps. 41-65, junho 2009.
- CARCHEDI, G. *The return from the grave or Marx and the present crisis*. 2009. Disponível em: www.isj.org.uk
- CASTELLS, M. *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. Materials for an exploratory theory of the network society. In: *British Journal of Sociology*, v. 51(1), p. 5-24, 2000.
- _____. *The Internet Galaxy*. New York: Oxford University Press, 2001.
- CHAUÍ, M. Sociedade, Universidade e Estado: autonomia, dependência e compromisso social. *Seminário: Universidade: Por que e como reformar?* MEC/SESu: 6 e 7 de agosto de 2003.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.
- _____. Introdução Geral. Em: CHESNAIS, F. (org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Ed. Xamã, 1998.
- _____. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. Em: CHESNAIS, F. *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

- _____. *La recesión mundial: el momento, las interpretaciones y lo que se juega en la crisis*. 2009. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-40/la-recesion-mundial-el-momento-las-interpretaciones-y-lo-que-se-juega-en-la>.
- _____. A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. Em: BRUNHOFF, S. *et al. A Finança Capitalista*. São Paulo: Alameda Editorial, 2010a.
- _____. *Crisis de sobreacumulación mundial, crisis de civilización*. 2010b. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/herramienta-web-5/crisis-de-sobreacumulacionmundial-crisis-de-civilizacion>.
- _____. *Finance Capital Today: Corporations and Banks in the Lasting Global Slump*. Leiden/Boston: Brill, 2016.
- COELHO, J. C. *Economia, Poder e Influência Externa: O Grupo Banco Mundial e as políticas de ajustes estruturais na América Latina, nas décadas de oitenta e noventa*. IFCH (Tese de doutoramento em Ciências Sociais), UNICAMP, 2002.
- COUTINHO, L. & BELLUZZO, L. G. Financeirização da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 11, p. 137-150, dez. 1998.
- DAHRENDORF, R. *Sociedade e Liberdade*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- _____. *As Classes e Seus Conflitos na Sociedade Industrial*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- DARDOT, P. & LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- _____. Anatomia do novo neoliberalismo. *Revista Viento Sur*, n. 164, 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-de-pierre-dardot-e-christian-laval>.
- DENORD, F. French Neoliberalism and its divisions: from the Colloque Walter Lippmann to the Fifth Republic. In: MIROWSKI, P. & PLEHWE, D. (orgs.) *The Road From Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective*. Cambridge: Harvard U. Press, 2009.

- DELEUZE, G. *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. In: *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- Dos SANTOS, P. At the heart of the matter: household debt in contemporary banking and the international crisis. *Research on Money and Finance*, Discussion Paper 11, 2009.
- DRUCKER, P. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1994.
- EAGLETON, T. Capitalismo, modernismo e pós-modernismo. *Crítica Marxista*. São Paulo: Brasiliense, v.1, n.2, p.53-68, 1995.
- _____. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- EBENSTEIN, A. *Friedrich Hayek: A Biography*. New York: Palgrave, St. Martin's Press, 2001.
- ENGELS, F. *Carta para Joseph Bloch*, 1890. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>
- FELIPINI, A. R. *A literatura sobre financeirização a partir de uma abordagem bibliométrica* (1992 - 2017): os (des)caminhos de um conceito. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, SP, Instituto de Economia, 2018.
- FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.
- FORRESTER, V. *O horror econômico*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- FOSTER, J. B. & MAGDOFF, F. *La Gran Crisis Financiera: causas y consecuencias*. Madrid, FCE, 2009.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRANCO, T. F. *Sobre a Odisséia do Capital: comentários acerca da historiografia do Imperialismo Capitalista em nossos dias*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, SP, Instituto de Economia, 2015.
- FREEDEN, M. *The New Liberalism: an ideology of Social Reform*. Oxford: Clarendon Press, 1986.
- FROMM, E. *O Medo à Liberdade*. 14ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1983 [1941].

- FUMAGALLI, A. *Bioeconomía y capitalismo cognitivo: hacia un nuevo paradigma de acumulación*. Madri: Traficantes de Sueños, 2010.
- FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- FURET, F. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. *A Revolução em Debate*. Bauru: Edusc, 2001.
- GALBRAITH, J. K. *O Novo Estado Industrial*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Coleção Os Economistas).
- GERBER, D. G. Constitutionalizing the Economy: German Neo-liberalism, Competition Law, and the 'New' Europe. *American Journal of Comparative Law*. 42, 1, 1994.
- GIANNOTTI, J. A. Notas sobre a categoria “modo de produção” para uso e abuso dos sociólogos. *Estudos Cebrap*, n. 17, 1976.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- _____. *A transformação da intimidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1994.
- GORZ, A. *Adeus ao proletariado (para além do socialismo)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- GRAMSCI, A. Americanismo e Fordismo. Em: *Cadernos do Cárcere*, vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A.: 1987 [1955].
- HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. *The Theory of Communicative Action*. Boston: Beacon Press, 1984 [1981].
- HALL, P. A. & TAYLOR, R. C. R.. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, Nº 58, p. 193-224, 2003.
- HALL, S. & JACQUES, M. (orgs.). *New Times: The Changing Face of Politics in the 1990*. Londres: Lawrence and Wishart, 1989.
- HARAWAY, D. et. all. (org). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HARMAN, C. *From the credit crunch to the spectre of global crisis*. 2008. Disponível em: www.isj.org.uk/index.php4?id=421.

_____. *The slump of the 1930s and the crisis today*. 2009. Disponível em: www.marx.org.

HARTOG, F. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção história e historiografia).

HARTWELL, R. M. *A history of Mont Pelerin Society*. Liberty Fund: Indianápolis, EUA, 1995.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HAYEK, F. A. *The Counter-Revolution of Science: Studies on The Abuse of Reason*. Illinois: The Free Press, 1952.

_____. *The Sensory Order*. Chicago: The University of Chicago Press, 1952.

_____. (org.) *Capitalism and the Historians*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1954.

_____. *Individualism and Economic Order*. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.

_____. *New Studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas*. London: Routledge, 1978.

_____. *Hayek na UnB*. Brasília: Editora UnB, 1981.

_____. *Direito, Legislação e Liberdade*. Volumes I, II e III. São Paulo: Ed. Visão, 1983.

_____. *Os Fundamentos da Liberdade*. São Paulo: Ed. Visão, 1983.

_____. *A Arrogância Fatal: Os Erros do Socialismo*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

_____. *O Caminho da Servidão*. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 2010.

- _____. “The Overrated Reason”. *Journal of the History of Economic Thought*, n. 35, pps. 239-256, 2013.
- HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUNT, E. K. *História do Pensamento Econômico*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1987.
- HUNTINGTON, S. “Conservatism as an Ideology”. *The American Political Science Review*, vol. 51, n.2, pp.454-73, 6/1957.
- HUSSON, M. *Crisis de la finanza o crisis del capitalismo?* 2009a. Disponível em: <http://hussonet.free.fr/denknesp.pdf>.
- _____. *La crisis en perspectiva*. 2009b. Disponível em: <http://hussonet.free.fr/iire9e.pdf>.
- IEGELSKI, F. Resfriamento das sociedades quentes? – crítica da modernidade, história intelectual e história política. *Revista de História*, São Paulo, N. 175, pps. 385-414, jul.dez, 2016.
- IMMERGUT, E. M. The Theoretical Core of the New Institutionalism. *Politics & Society*, v. 26, Nº 1, March 1998.
- JAMESON, F. *The prison-house of language: a critical account of structuralism and russian formalism*. Princeton: Princeton University Press, 1974.
- _____. *Marxismo e forma*. São Paulo: Hucitec, 1985.
- _____. *Late Marxism: Adorno, or, The Persistence of the Dialectic*. London & New York: Verso. 1990.
- _____. *Postmodernism, or, the Cultural Logic of Late Capitalism*. Durham, NC: Duke University Press. 1991.
- _____. *O inconsciente político*. São Paulo: Ática, 1992.
- _____. *The Geopolitical Aesthetic: cinema and space in the world system*. Bloomington: Indiana University Press, 1995.
- _____. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. *A virada cultural: reflexões sobre o pós-moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Valences of the Dialectic*. London & New York: Verso, 2009.

JARQUIN, A. & CAMPANÁRIO, P. *et all. La Gran Depresión del Siglo XXI: la función del trabajo improductivo y del capital fictício*. 2010. Disponível em: www.observatoriodelacrisis.org.

KIRK, R. *The Conservative Mind: from Burke to Eliot*. Chicago: H. Regnery Co., 1953.

KLEIN, N. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KLIMAN, A. *On the roots of the current economic crisis and some proposed solutions*. 2009a. Disponível em: <http://tomweston.net>.

_____. *The Destruction of Capital” and the Current Economic Crisis*. 2009b. Disponível em: <http://akliman.squarespace.com/crisis-intervention/>

_____. *A Crisis of Capitalism (not neoliberalism, “financialized capitalism”, or low wages)*. 2010. Disponível em: <http://www.marxisthumanistinitiative.org/wpcontent/uploads/2010/10/a-crisis-of-capitalism-rvsd-1027101.pdf>.

KORNHAUSER, W. *The politics of mass society*. Michigan: Free Press, 1959.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

KURZ, R. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 4ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996 [1991].

LAFARGUE, P. *O direito à preguiça*. São Paulo: Hucitec/Unesp, 2000.

LAPAVITSAS, C. Financialised Capitalism: crisis and financial expropriation. *Research on Money and Finance*, Discussion Paper 1, 2009a.

_____. Financialisation or the search for profits in the sphere of circulation. *Research on Money and Finance*, Discussion Paper 10, 2009b.

_____. Financialisation and capitalist accumulation: structural accounts of the crisis of 2007-9. *Research on Money and Finance*, Discussion Paper 16, 2010.

- LASH, S. & URRY, J. R. *The End of Organized Capitalism*. Cambridge: Polity Books, 1987.
- _____. *Economies of Signs and Space*. London: TCS/Sage, 1994.
- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LENIN, V. I. *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.
- LIPIETZ, A. *Mirages et miracles. Problèmes de l'industrialisation dans le Tiers-Monde*. Paris: La Découverte, 1985.
- LIPPMANN, W. *The Good Society* Londres: Allen & Unwin, 1944.
- LOUREIRO, I. (org.) *Socialismo ou Barbárie: Rosa Luxemburgo no Brasil*. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburgo, 2008.
- LÖWY, M. Por um marxismo crítico. Em: BENSAÏD, D. & LÖWY, M. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã, 2000.
- _____. *Ecologia e Socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. Ecosocialismo e planejamento democrático. *Crítica marxista*, nº. 28, p. 35-50, 2009.
- LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe*. Rio de Janeiro: Elfos, 1989 [1923].
- LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Editora Abril, 1984.
- LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- MACHLUP, F. *The production and distribution of knowledge in the United States*. Princeton: Princeton University Press, 1962.
- MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).
- _____. *El Capital: cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1985.
- _____. The Internation Debate on Long Waves of Capitalist Development: an Intermediary balance sheet. In: FREEMAN, C. (ed.). *Long Wave Theory*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 1996.

- MANSELL, R. *The information society*. Critical concepts in sociology. Routledge, London, UK, 2009.
- MARCH, J. G. & OLSEN, J. P. Neo-Institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. *Revista Sociologia Política*, V. 16, Nº. 31, pp. 121-142, nov. 2008.
- MARCUSE, H. *O Homem Unidimensional*: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. São Paulo: Editora EDIPRO, 2015 [1964].
- MARIUTTI, E. B. Capital comercial autônomo: dinâmica e padrões de reprodução. *Texto para discussão*, n. 214, Instituto de Economia, Unicamp, 2012.
- _____. Interpretações clássicas do imperialismo. *Texto para discussão*, n. 216, Instituto de Economia, Unicamp, 2013.
- _____. Capital comercial autônomo e a transição ao capitalismo: a polêmica sobre as duas vias e o papel das cidades. *Texto para discussão*, n. 227, Instituto de Economia, 2014a.
- _____. Violência, capitalismo e mercadorização da vida. *Texto para discussão*, n. 240, Instituto de Economia, Unicamp, 2014b.
- _____. Militarismo e imperialismo no pensamento de Rosa Luxemburgo: uma síntese. *Texto para discussão*, n. 250, Instituto de Economia, 2015.
- _____. Violência e Imperialismo: as interpretações de Rosa Luxemburgo e John Hobson e suas implicações para o debate contemporâneo sobre o imperialismo. *Tese de livre-docência*. Instituto de Economia, Unicamp, 2016.
- _____. Militarismo e tecnociência: informação, comando e controle. *Texto para discussão*, n. 293, Instituto de Economia, Unicamp, 2017.
- _____. Liberdade, Justiça, Concorrência e Mercado: as tensões no pensamento liberal contemporâneo. *Texto para discussão*, n. 329, Instituto de Economia, Unicamp, 2018.
- MARTINS, C. E. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARX, K. *O capital*: Crítica da economia política (Coleção Economistas). São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

- _____. *Capítulo VI inédito de O capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Centauro, 2004.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MASON, P. *Pós-capitalismo: um guia para o nosso futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- MASUDA, Y. *Information society as post-industrial society*. Tóquio: Institute for the information society, 1981.
- MAYER-SCHÖNBERGER, V. & RAMGE, T. *Reinventing capitalism in the age of Big Data*. New York: Basic Books, 2018.
- MÉDA, D. *Società Senza Lavoro: per una nuova filosofia dell'occupazione*. Milão: Feltrinelli, 1997.
- MERQUIOR, J. G. *O Liberalismo: Antigo e Moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- _____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MILLS, C. W. *White Collar: the American Middle Classes*. New York: Oxford University Press, 1951.
- MISES, L. *O Cálculo Econômico sob o Socialismo*. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 1920.
- _____. *The Ultimate Foundation of Economic Science: An Essay on Method*. New York: D. Van Nostrand Company, 1962.
- _____. *Socialismo: Analisis Economico y Sociologico*. Buenos Aires: Western Books Foundation, 1968.
- _____. *The Historical Setting of the Austrian School of Economics*. New York: Ludwig Von Mises Institute, 2003.
- _____. *Ação Humana: Um Tratado de Economia*. 3ª ed. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 2010.

- _____. *Teoria e História: Uma Interpretação da Evolução Social e Econômica*. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 2014.
- MORIN, E. *Cultura de massa no século XX – o espírito do tempo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977 [1962].
- MOROZOV, E. Digital Socialism? The calculation debate in the age of Big Data. *New Left Review*, 116/117, p. 33-67, mar-jun, 2019.
- MÜLLER-ARMACK, A. *Regime Econômico e política econômica*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983.
- NAISBIT, J. *Megatrends: Ten New Directions Transforming Our Lives*. Nova York: Warner Books, 1984.
- NASH, G. *The Conservative Intellectual Movement in America: since 1945*. New York: Basic Books, 2006.
- NEGRI, A. *Exílio*. São Paulo: Iluminuras, 2001.
- NEGRI, A. & HARTD, M. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *Multidão: Guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- NEGROPONTE, N. *A vida digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- NEVERSON, J. Property Rights: Original Acquisition and Lockean Provisors. *Public Affairs Quarterly*. Vol. 13. Nº 3, 1999.
- NISBET, R. The Decline and Fall of Social Class, *Pacific Sociological Review*, II, 1, 1959, p. 119-29.
- NORA, S. & MINC, A. *A informatização da sociedade*. Rio de Janeiro: FGV, 1980.
- NORTH, D. & THOMAS, R. P. *The Rise of the Western World: A New Economic History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.
- NORTH, D. *Structure and Change in Economic History*. New York: Norton, 1981.
- _____. *Institutions, Institutional Change and Economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- _____. *Understanding the Process of Economic Change*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

- NORTH, D. & WALLIS, J. J. & WEINGAST, B. R. "A Conceptual Framework for Interpreting Recorded Human History", *NBER Working Paper Series*, Working paper 12795, 2006.
- NOVAIS, F. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- NOVAIS, F. & FORASTIERI, R. *Nova História em Perspectiva. Introdução*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- NOZICK, R. *Anarquia, Estado e Utopia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- OAKESHOTT, M. *On Being Conservative*. In: *Rationalism in Politics and other essays*. London: Methuen, 1991.
- OFFE, C. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ORTEGA Y GASSET, J. *A Rebelião das Massas*. Editora Ridento Castigat Mores, 2001 [1930].
- OSTROM, E. Institutional Rational Choice: An Assessment of the Institutional Analysis and Development Framework. In: SABATIER, P. A. *Theories of Policy Process*. 2nd. Cambridge: Westview Press, 2007.
- OUTHWAITE, W. & BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- PAINCEIRA, J. P. & CARCANHOLO, M. D. Crise Alimentar e Financeira: a lógica especulativa atual do capital fictício. *Anais do 6º Colóquio Marx e Engels*, CEMARX, Unicamp, Campinas, 2009.
- PALHARES, J. E. (Org.). *A Internacional do Capital Financeiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.
- PALLARES-BURKE, M. L. G. Entrevista com Zigmunt Bauman. *Tempo Social*. São Paulo, v. 16, n. 1, p. 301-325, Junho 2004.
- PALMER, R. *The Age of Democratic Revolution: a political history of Europe and America, 1760-1800*. 2 vols., Princeton: Princeton U.P., 1959.
- PIKETTY, T. *O Capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- PIORE, M. J. & SABEL, C. F. *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*. Nova York: Basic Books, 1984.

- PODHORETZ, N. *World War IV: The Long Struggle Against Islamofascism*. New York: Doubleday, 2007.
- POLANYI, K. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- _____. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- PORAT, M. & RUBIN, M. *The information society*. U.S. Department of Commerce, Washington, D.C., 1977.
- POSTMAN, N. *Amusing Ourselves to Death: Public Discourse in the Age of Show Business*. New York: PENGUIN books, 1985.
- POSTONE, M. *Time, labour, and social domination: a reinterpretation of Marx's critical theory*. Cambridge University Press, 1993. [*Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014].
- PRADO, E. *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005.
- _____. *Economia, complexidade e dialética*. São Paulo: Plêiade, 2009.
- _____. Da posição e da deposição histórica do valor-trabalho. *Marx e o Marxismo*, Niterói, v.1, n.1, pp. 108-33, jul./dez. 2013.
- _____. Do socialismo centrista ao socialismo democrático. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 39, p. 60-77, out., 2014.
- _____. Socialismo, utopia inviável? Parte 1, 2 e 3. 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/alemdamercadoria/socialismo-utopia-inviavel-1/>.
- PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- QUINTON, A. *The Politics of Imperfection: The Religious and Secular Traditions of Conservative Thought in England from Hooker to Oakeshott*. Londres: Faber and Faber, 1976.
- REINHOUDT, J. & AUDIER, S. (orgs.) *The Walter Lippmann Colloquium: the birth of neo-liberalism*. Palgrave & Macmillan: 2017.
- RIFKIN, J. *O Fim dos Empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.

- ROBIN, C. *The Reactionary Mind: Conservatism from Edmund Burke to Sarah Palin*. New York: Oxford University Press, 2011.
- ROSA, H. *Social acceleration: a new theory of modernity*. New York: Columbia University Press, 2013.
- ROTHBARD, M. N. *For a New Liberty: the libertarian manifest*. Auburn: Von Mises Institute, 2006.
- _____. *O Essencial Von Mises*. 3ª ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.
- ROTTA, T. & TEIXEIRA, R. The Commodification of Knowledge and Information. *Working Paper*, Greenwich Papers in Political Economy, 2018.
- SABADINI, M. Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 3(49), p. 583-608, dez. 2013.
- SAFATLE, V. Crítica da autonomia: liberdade como heteronomia sem servidão. *Discurso*, v. 49, n. 2, pp. 21-41, 2019.
- SANTOS, F. P. dos. *Crise e(m) Desenvolvimento: a contribuição da Escola de Campinas*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, SP, Instituto de Economia, 2012.
- SANTOS, L. G. dos. *Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética*. São Paulo: Editora 34, 2003a.
- _____. *Revolução tecnológica, internet e socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003b. (Coleção Socialismo em Discussão).
- _____. Demasiadamente pós-humano. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 72, pp. 161-175, 2005.
- SANTOS, V. O. *Trabalho imaterial e produção imaterial: elementos de uma análise a partir de Marx*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, SP, IFCH, 2018.
- SAROS, D. *Information Technology and Socialist Construction: The End of Capital and the Transition to Socialism*. New York: Routledge, 2014.
- SCHWAB, K. *A quarta revolução industrial*. São Paulo: Edipro, 2016.

- STANDING, G. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- _____. O precariado e a luta de classes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, maio 2014, pp. 9-24.
- SENNET, R. *A corrosão do caráter*. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. São Paulo: Record, 1999.
- SHAIKH, A. Uma introdução à história das teorias da crise. *Ensaio FEE*, vol. 4, n. 1, pps. 5-27, 1983.
- SHANNON, C. E. A mathematical theory of communication. *The bell system technical journal*, v. 27, pps. 379-423, 1948.
- SHANNON, C. E. & WEAVER, W. *The Mathematical Theory of Communication*. Urbana, IL: The University of Illinois Press, 1-117, 1949.
- SHAFF, A. *A sociedade informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial*. São Paulo: UNESP Brasiliense, 1996.
- SIMONDON, G. Introdução. Em: *Du mode d'existence des objets techniques*. Tradução de Pedro Peixoto. Disponível em: <https://cteme.wordpress.com/publicacoes/do-modo-de-existencia-dos-objetos-tecnicos-simondon-1958/>
- SINGER, P. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- _____. Oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão. *Democracia e autogestão*. São Paulo: Temporaes, 1999.
- _____. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. *Revista Estudos Avançados*, v. 18, n. 51, p. 7-22, 2004.
- STEINER, G. Aspects of Counter-revolution. In: BEST, G (ed.). *The Permanent Revolution: The French Revolution and Its Legacy, 1789-1989*. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.
- TAVARES, M. da C. A retomada da hegemonia norte-americana. Em: TAVARES, M. da C. & FIORI, J. L. (org.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

- TAVARES, M. da C. & MELIN, L. E. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana. Em: TAVARES, M. da C. & FIORI, J. L. (org.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- TEIXEIRA, R. & ROTTA, T. Valueless Knowledge-Commodities and Financialization: Productive and Financial Dimensions of Capital Autonomization. *Review of Radical Political Economics*, 44(4), pp. 448-487, 2012.
- THOMPSON, E. P. *The making of the English working class*. London: Victor Gollancz, 1963. [A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987].
- _____. *The poverty of theory & other essays*. Nova York: Monthly Review Press, 1978. [A miséria da teoria. Rio de Janeiro: Zahar, 1981].
- TOFFLER, A. *The Third Wave*. Nova York: Bantam Book, 1981.
- TOURAINÉ, A. *The post-industrial society*. New York: Random House, 1974.
- VAÏSSE, J. Why Neoconservatism Still Matters. *Foreign Policy at Brookings*, Policy Paper, N° 20, May 2010.
- VATTIMO, G. *A sociedade transparente*. Lisboa: Edições Setenta, 1991.
- _____. *O fim da modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- VIANNA, A. M. Paradoxos da política externa de Barack Obama – Anno Primo. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, V. 9, N° 105, p.112-132, 2010.
- WALDBY, C. *The Visible Human Project – Informatic Bodies and Posthuman Medicine*. Biofutures, Biocultures. London & New York: Routledge, 2000.
- WALLERSTEIN, I. *O Sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Volume 1. Porto: Edições Afrontamento, 1990.
- _____. *Capitalismo histórico e Civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- _____. *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. *Análisis de sistemas-mundo: una introducción*. México: Siglo XXI, 2005.

- _____. Structural Crises. *New Left Review*, 62, mar-apr, 2010, pps. 133-142
- _____. A análise dos Sistemas-Mundo como movimento do saber. Em: VIEIRA, P. *et al.* (org.) *O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012a.
- _____. A crise estrutural no sistema-mundo: para onde vamos a partir daqui? *Revista Via Atlântica*, São Paulo, n. 21, pps. 15-26, jul/2012b.
- WECKOWICZ, T. Ludwig von Bertalanffy (1901-1972): A Pioneer of General Systems Theory. *CSR Working Paper*, Nº 89-2, 1989. Disponível em: <http://www.richardjung.cz/bert1.pdf>.
- WERTEIN, J. A sociedade da informação e seus desafios. *Revista Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago, 2000.
- WIENER, N. *Cibernética e sociedade*. São Paulo: Cultrix, 1968.
- WILLIAMSON, J. *What Washington Means by Policy Reform*. IIE, 2002. Disponível em: <http://www.iie.com/publications/papers/williamson/1102.htm>
- WOOD, E. M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *O Império do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

ANEXO

(i) *Monopólios, duopólios e oligopólios*⁹⁷⁵:

Quadro 1 – Monopólios, Duopólios e Oligopólios nos Estados Unidos (2019)

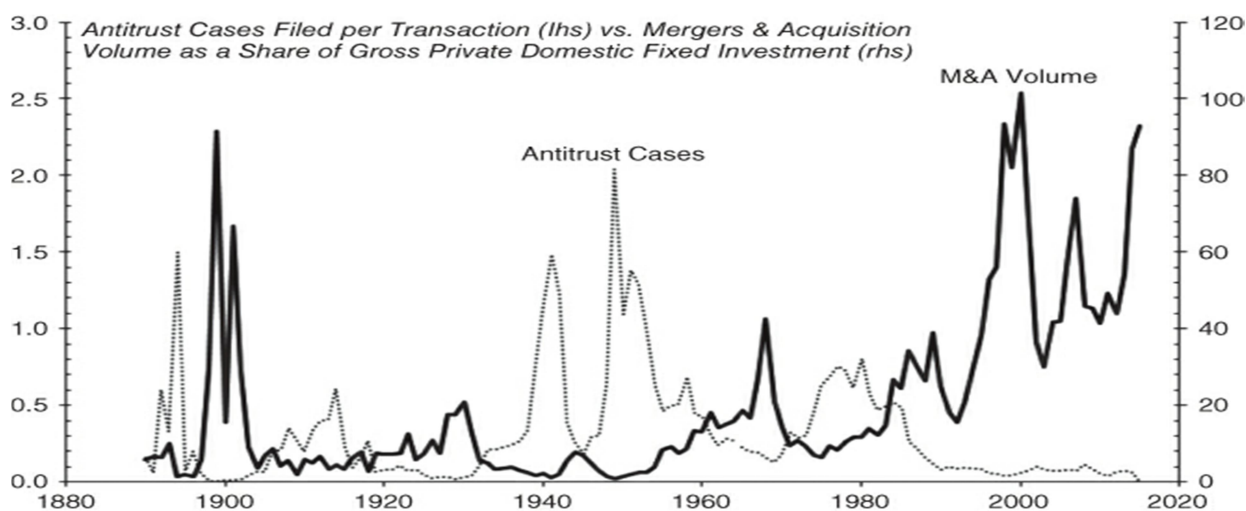
MONOPÓLIOS	Internet a cabo/alta velocidade	3 empresas controlam 65% do mercado, mas no nível local as empresas não enfrentam concorrência, pois a Empresa <i>Cable</i> é praticamente um monopólio.
	Sistemas Operacionais (Computador)	<i>Microsoft</i> possui 90% do mercado.
	Redes sociais	<i>Facebook</i> tem mais de 75% de participação de mercado em todas as mídias sociais globais. Também possui uma participação de quase 45% de toda a publicidade gráfica <i>on-line</i> global. Mark Zuckerberg arregimenta cerca de 2 bilhões de dados privados de pessoas.
	Sites de pesquisas	<i>Google</i> tem quase 90% de participação no mercado em publicidade de pesquisa.
	Leite	A maioria dos produtores de leite o vende a um comprador que é um monopsonista local. <i>Dean Foods</i> detém 40% de participação no mercado. Junto com a <i>National Dairy Holdings</i> e os <i>Dairy Farmers of America</i> controlam 77% do mercado e não competem entre si, com base em acordos firmados.
	Ferrovias	Dominam o mercado: <i>BNSF Railway</i> (de Warren Buffett), <i>CSX Transportation</i> , <i>Norfolk Southern Railway</i> , <i>Union Pacific Railroad</i> e a pequena <i>Kansas City Southern Railway</i> . A maioria dos carregadores são atendidos por apenas uma ferrovia. Dois terços do carvão são distribuídos por uma única ferrovia e os transportes de grãos concentram-se em dois grandes duopólios (<i>BNFS</i> e <i>Union Pacific</i> cobrem todo o oeste e <i>CSX</i> e <i>Norfolk</i> cobrem todo o leste).
	Sementes	As sementes geneticamente modificadas da <i>Monsanto</i> correspondem a 80% das sementes de milho e mais de 90% das sementes de soja. Recentemente, esta se fundiu com a <i>Bayer</i> . Sua “rival”, a <i>Syngenta</i> , fundiu-se com a <i>ChemChina</i> . E os gigantes químicos <i>Dow Chemical Co.</i> e <i>DuPont</i> se fundiram também. Em conjunto, controlam quase 70% do mercado mundial de pesticidas e 80% das sementes de milho dos EUA.
	Microprocessadores	A <i>Intel</i> domina cerca de 90% de participação de mercado.
DUOPÓLIOS	Sistemas de pagamento	<i>Mastercard</i> e <i>Visa</i> controlam mais de 95% do mercado.
	Cerveja	<i>Molson Coors</i> e <i>AB Inbev</i> detém cerca de 90% do mercado.
	Sist. Operacionais (Telefone)	<i>Apple</i> e <i>Google</i> possuem quase 99% de todos os sistemas operacionais dos telefones no mundo. <i>Android</i> (<i>Google</i>) controla 80% e <i>iOS</i> (<i>Apple</i>) os 20% restantes. Além disso, ambas controlam as lojas de aplicativos.
	Publicidade <i>on-line</i>	<i>Google</i> e <i>Facebook</i> dominam o mercado. Juntas correspondem a 84% dos gastos globais em publicidade digital, sendo que, em 2016, o <i>Facebook</i> representou 78% das despesas com publicidade social nos EUA.
	Óculos	<i>Luxottica</i> controla 80% das principais marcas globais. Em 2017, fundiu-se com a <i>Essilor</i> (fabricante de lentes), alcançando um quarto do mercado global.

⁹⁷⁵ Os dados relativos aos monopólios, duopólios e oligopólios são, geralmente, muito raros. Uma das dificuldades adicionais reside em separar os “setores econômicos” entre “empresas não-financeiras” e “empresas financeiras”, o que acaba descaracterizando a comprovação empírica do poder de fato das classes capitalistas em termos de capital financeiro. Além disso, poucos são os países em que se verifica a preparação de dados consistentes sobre esta questão. Para ilustrarmos a realidade dos grandes monopólios, duopólios e oligopólios, indicamos o levantamento realizado no livro *The Myth of Capitalism: monopolies and the death of competition* (2019), organizado por Jonathan Tepper e Denise Hearn. Trata-se de uma importante compilação de dados para o caso dos Estados Unidos, apesar da defesa estapafúrdia de que o capitalismo norte-americano, em função do alto nível de monopolização, está suprimindo a competição.

OLIGOPÓLIOS	Avaliação de crédito	3 empresas (<i>Experian, Equifax e Transunion</i>) controlam todo o mercado de relatórios de crédito (agências)
	Preparação de impostos	<i>H&R Block, TaxAct e Intuit</i> detêm 90% do mercado de arquivamento de dados <i>on-line</i> .
	Companhias telefônicas	<i>Verizon, Sprint, AT&T e T-Mobile</i> possuem todo o mercado de telefonia nos EUA.
	Companhias aéreas	<i>American Airlines, Delta, United, Southwest e Alaska Airlines</i> controlam quase todo o mercado de companhias aéreas.
	Bancos	<i>Citigroup, JPMorgan Chase, Bank of America, Wells Fargo e USB</i> controlam quase metade dos ativos mantidos por bancos americanos.
	Organização de compras em grupos	As <i>GPOs</i> estão compostas por quatro grupos (<i>Vizient, Premier, HealthTrust e Instaler</i>) que controlam a compra de mais de 300 bilhões de dólares/anuais de medicamentos, dispositivos e suprimentos para 5000 unidades do sistemas de saúde.
	Produtos farmacêuticos	<i>Express Scripts, CVS Caremark e OptumRx</i> detêm quase 80% do mercado de gerenciadores/intermediários de produtos farmacêuticos.
	Atacadistas de remédios	<i>AmerisourceBerger, McKesson e Cardinal Health</i> são as três maiores atacadistas que cobrem 90% dos medicamentos nos EUA.
	Agricultura	<i>ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus</i> controlam quase 90% do comércio mundial de grãos.
	Meios de comunicação	<i>Walt Disney, Time Warner, CBS Corporation, Viacom, NBC Universal e News Corporation</i> compõem 90% da mídia norte-americana.
	Seguros	<i>Fidelity, First American, Stewart e Old Republic</i> possuem cerca de 87% de participação de mercado.

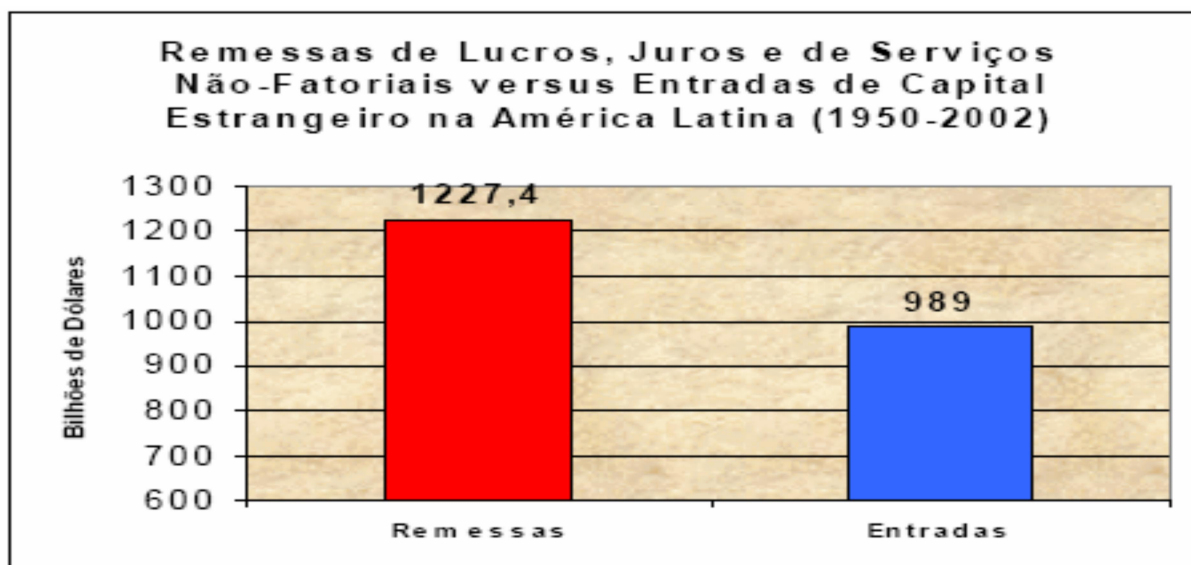
FONTE: TEPPER & HEARN (2019). Elaboração própria.

Gráfico 1 – Fusões e Aquisições nos Estados Unidos (1890-2015)



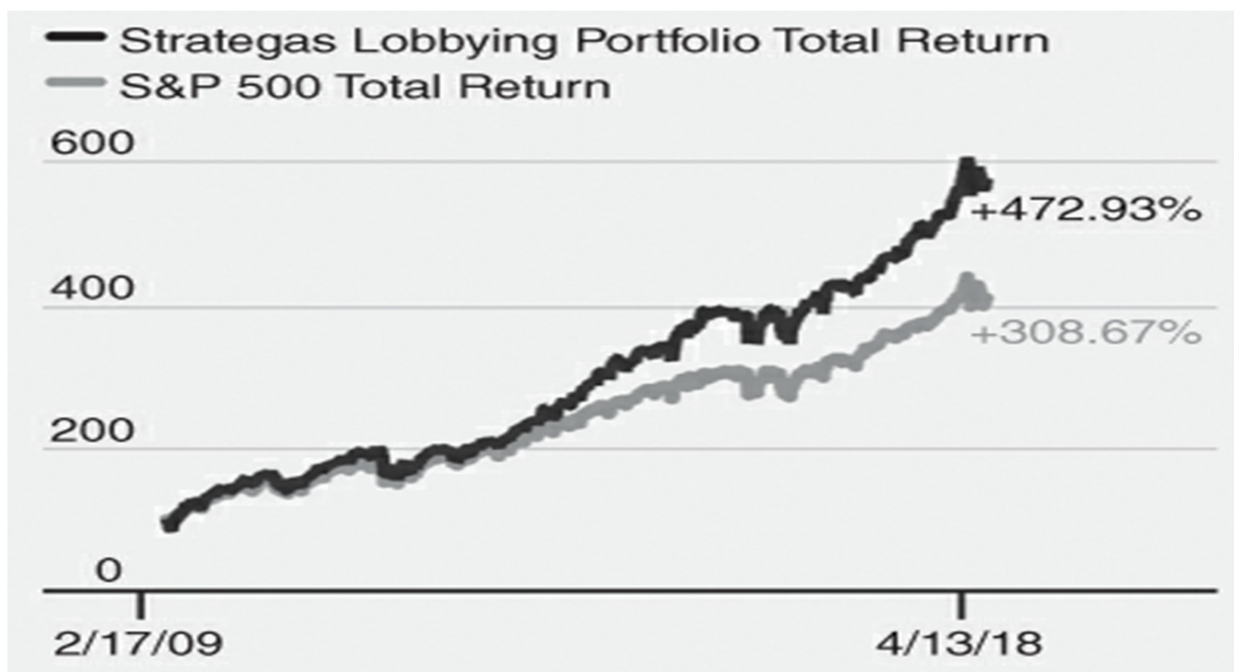
FONTE: TEPPER & HEARN (2019). Elaboração dos autores.

Gráfico 2 – Exportações de Capitais dos EUA para a América Latina (1950-2002)



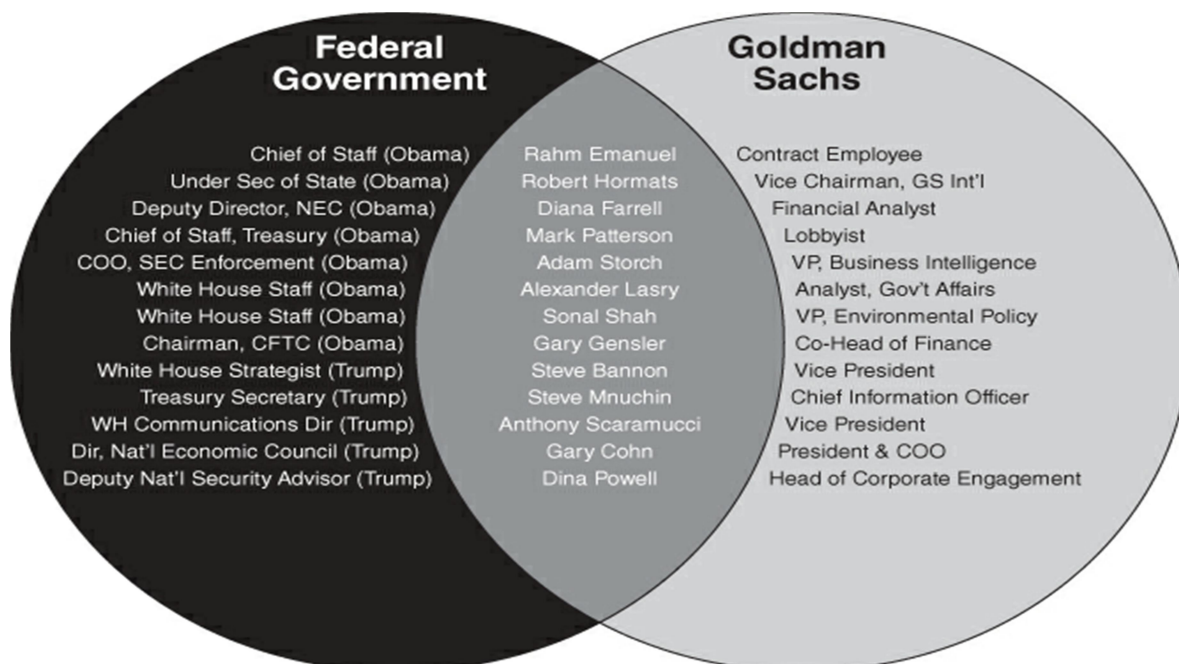
FONTE: CEPAL (2002a). Elaboração dos autores.

Gráfico 3 – *Lobbies* e retornos (2018)



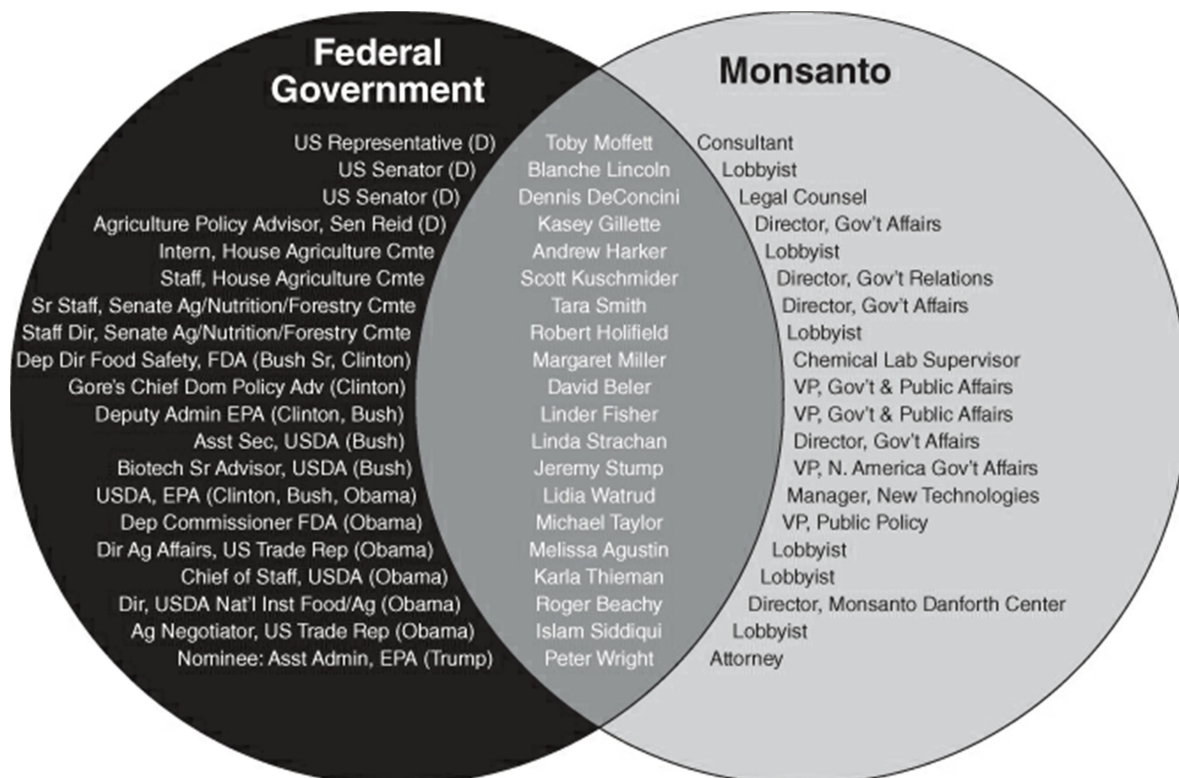
FONTE: TEPPER & HEARN (2019). Elaboração dos autores.

Figura 1 – Goldman Sachs e o Governo Federal dos EUA



FONTE: TEPPER & HEARN (2019). Elaboração dos autores.

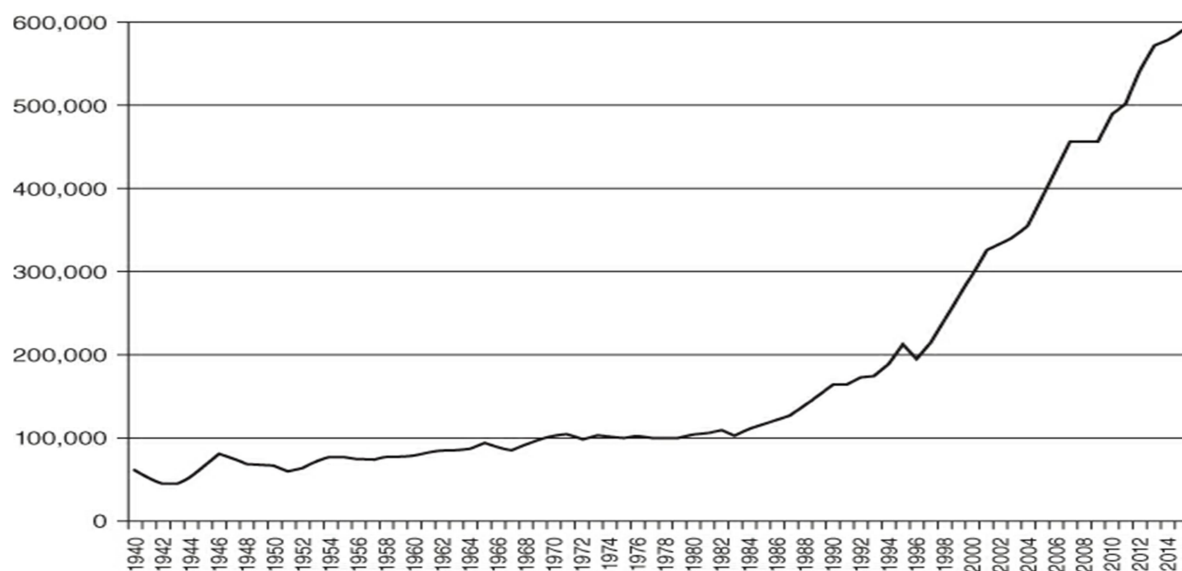
Figura 2 – Monsanto e o Governo Federal dos EUA



FONTE: TEPPER & HEARN (2019). Elaboração dos autores.

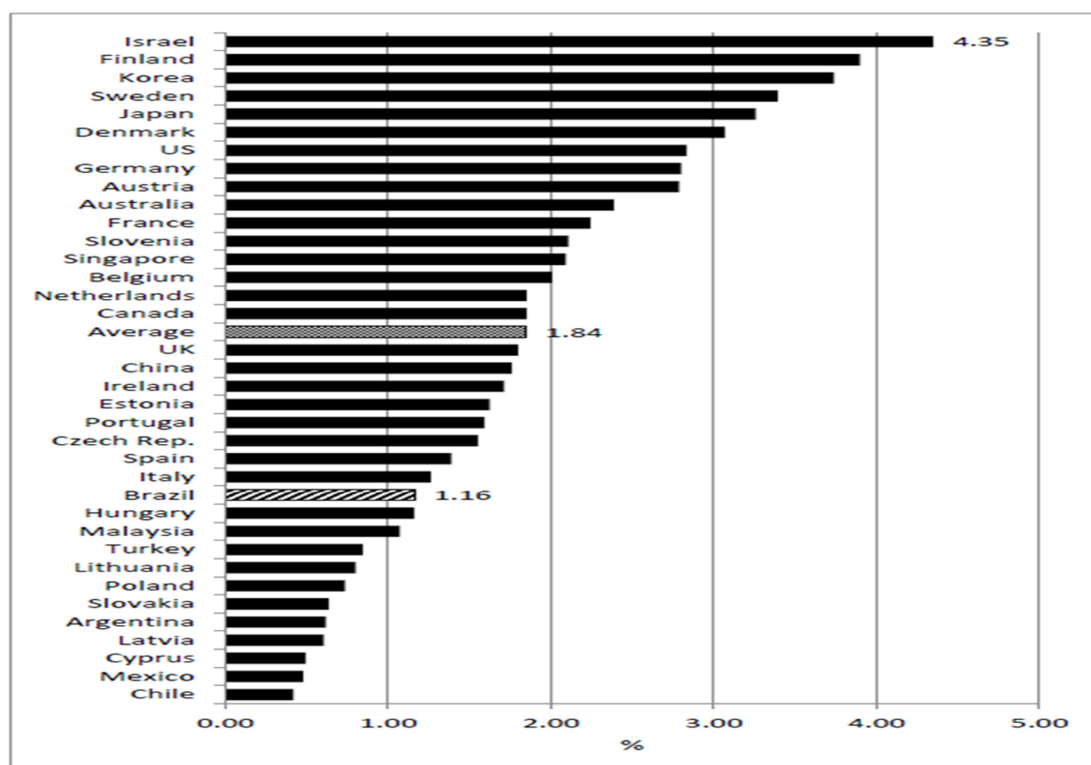
(ii) *Patentes e Gastos Totais, Governamentais e Empresariais, em P&D:*

Gráfico 4 – Total de patentes norte-americanas emitidas anualmente (1940-2014)



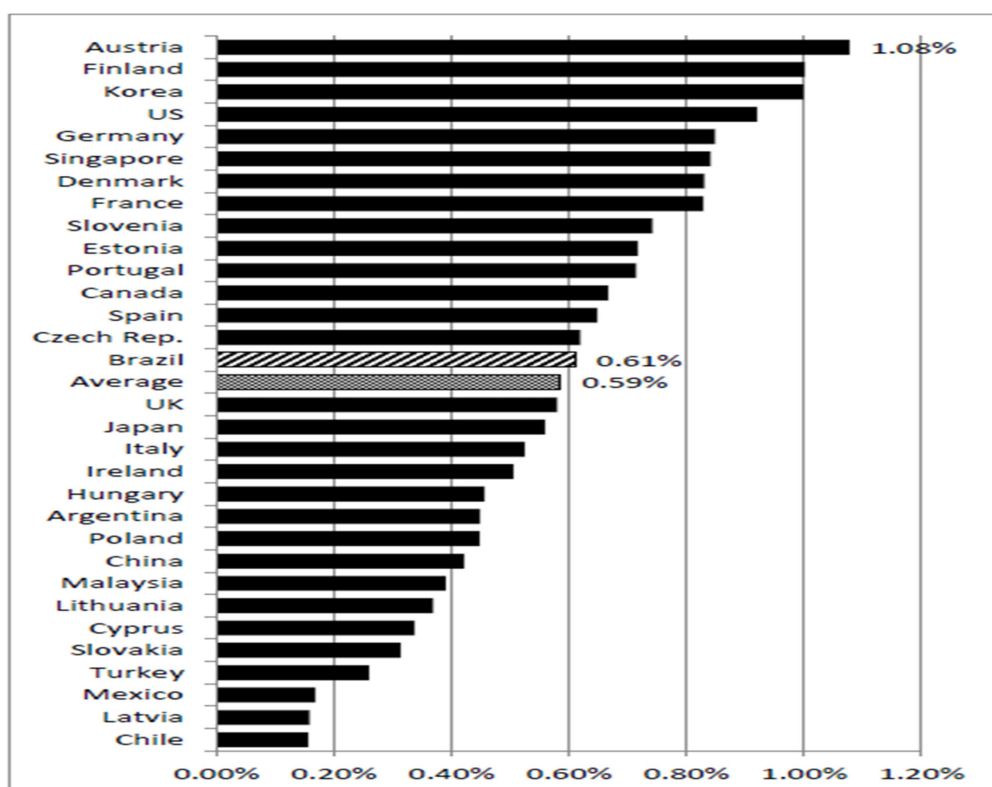
FONTE: TEPPER & HEARN (2019). Elaboração dos autores.

Gráfico 5 – Gastos Totais em P&D (% PIB) – 2010



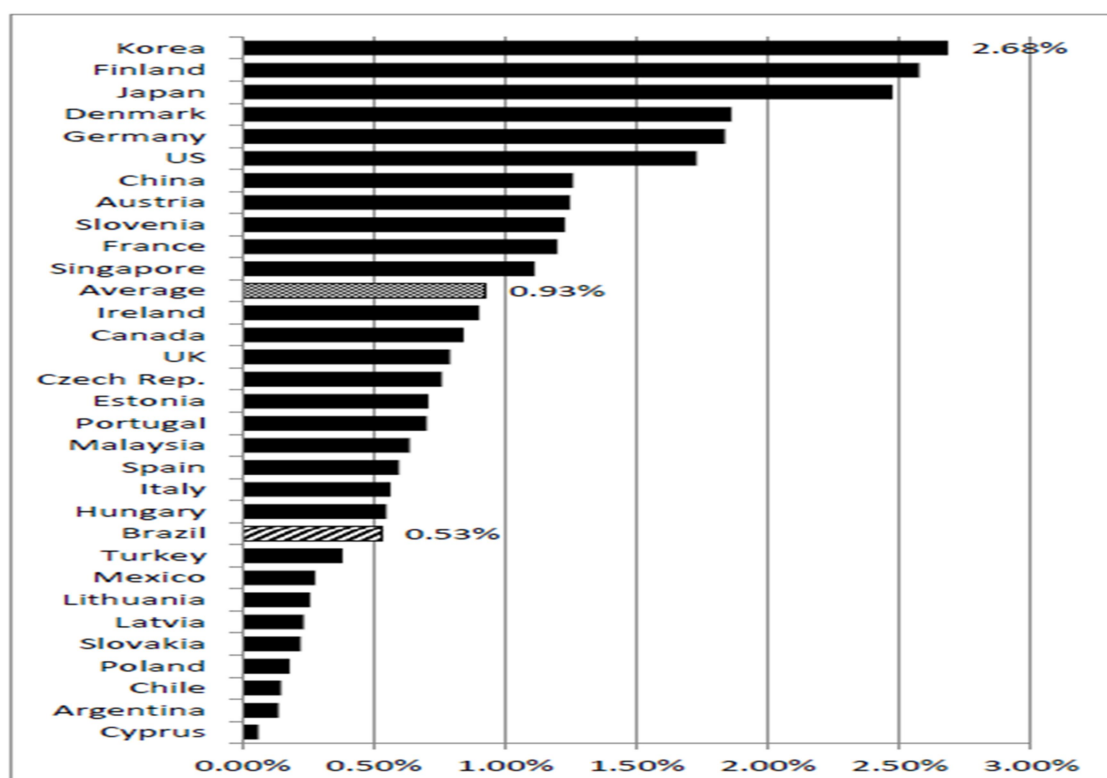
FONTE: UNESCO INSTITUTE FOR STATISTICS. Elaboração dos autores.

Gráfico 6 – Gastos Governamentais em P&D (% PIB) - 2010

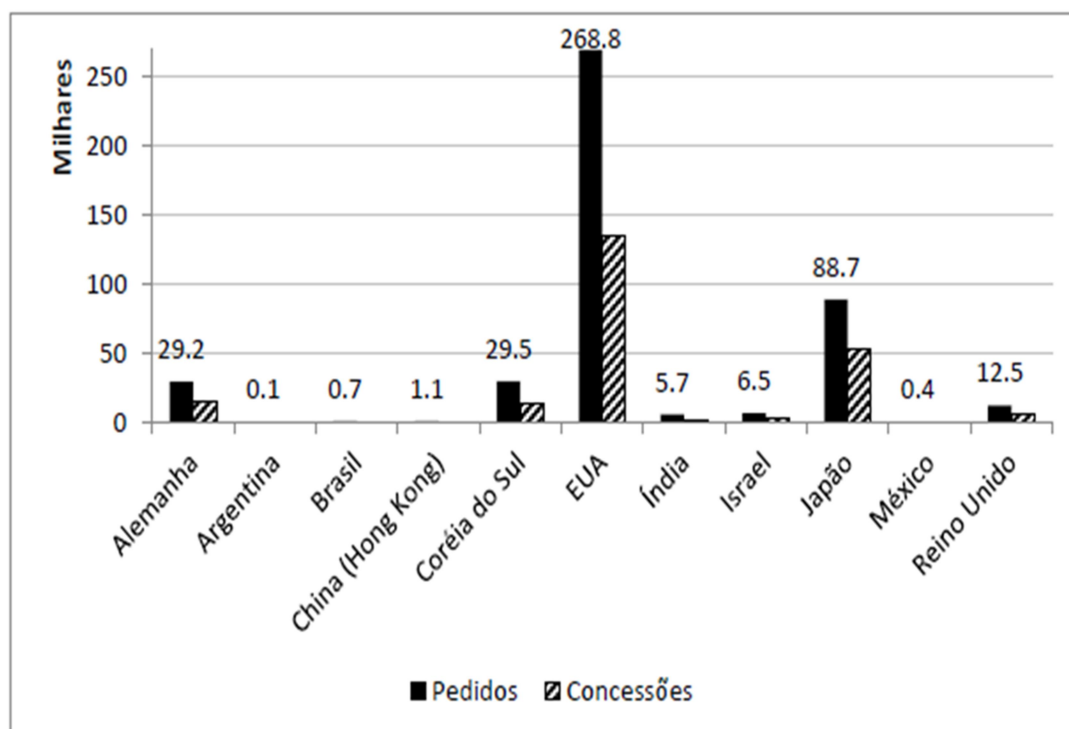


FONTE: UNESCO INSTITUTE FOR STATISTICS. Elaboração dos autores.

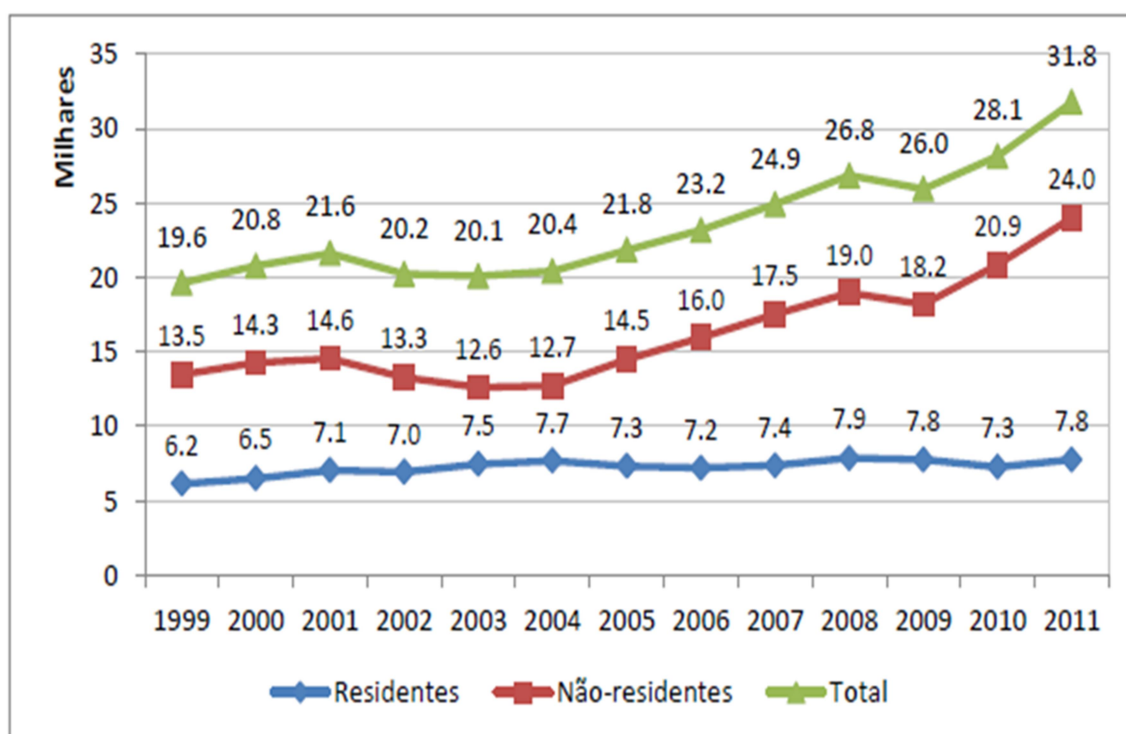
Gráfico 7 – Gastos Empresariais em P&D (% PIB) - 2010



FONTE: UNESCO INSTITUTE FOR STATISTICS. Elaboração dos autores.

Gráfico 8 – Pedidos e Concessões de Patentes junto ao USPTO - 2012

FONTE: United States Patent and Trademark Office (USPTO). Elaboração dos autores.

Gráfico 9 – Pedidos de Patentes Depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), por Origem do Depositante – BRASIL (2012)

FONTE: United States Patent and Trademark Office (USPTO). Elaboração dos autores.

(iii) *Desigualdades de renda, gênero e cuidados:***Quadro 2 – Destaques do Relatório da OXFAM INTERNATIONAL (2020)**

Em 2019, os bilionários do mundo, que somavam apenas 2.153 indivíduos, detinham mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas.
Os 22 homens mais ricos do mundo detêm mais riqueza do que todas as mulheres que vivem na África.
O 1% mais rico do mundo detêm mais que o dobro da riqueza de 6,9 bilhões de pessoas.
Uma pessoa que tivesse poupado US\$ 10.000 por dia desde que as pirâmides começaram a ser construídas no Egito teria atualmente um quinto da fortuna média dos cinco bilionários mais ricos do mundo.
Se todos se sentassem sobre suas riquezas empilhadas em notas de 100 dólares, a maior parte da humanidade ficaria sentada no nível do chão. Uma pessoa de classe média em um país rico ficaria sentada na altura de uma cadeira. Os dois homens mais ricos do mundo ficariam sentados no nível do espaço sideral.
O valor monetário global do trabalho de cuidado não remunerado prestado por adolescentes e mulheres na faixa etária dos 15 anos ou mais é de pelo menos US\$ 10,8 trilhões por ano - três vezes mais alto que o estimado para o setor de tecnologia do mundo.
Uma tributação adicional de 0,5% sobre a riqueza do 1% mais rico nos próximos 10 anos equivale aos investimentos necessários para se criar 117 milhões de empregos em educação, saúde e assistência a idosos e outros setores, e eliminar déficits de atendimento.
No mundo todo, os homens detêm 50% a mais de riqueza do que as mulheres. Eles também ocupam em maior número posições de poder político e econômico: apenas 18% de todos os ministros e 24% de todos os parlamentares do mundo são mulheres e estima-se que elas ocupem apenas 34% de todos os cargos de direção em países para os quais dados estão disponíveis.
Em todo o mundo, o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago é desproporcionalmente assumido por mulheres e meninas em situação de pobreza, especialmente por aquelas que pertencem a grupos que, além da discriminação de gênero, sofrem preconceito em decorrência de sua raça, etnia, nacionalidade, sexualidade e casta. As mulheres são responsáveis por mais de três quartos do cuidado não remunerado e compõem dois terços da força de trabalho envolvida em atividades de cuidado remuneradas.
A diferença de renda entre homens e mulheres aumenta no auge da idade produtiva e reprodutiva das mulheres. Índice de pobreza extrema das mulheres na idade produtiva: 4%. Índice de pobreza extrema das mulheres na idade reprodutiva: 22%.
Mulheres que vivem em comunidades rurais e países de baixa renda dedicam até 14 horas por dia ao trabalho de cuidado não remunerado, cinco vezes mais do que o tempo que homens dessas comunidades dedicam a esse tipo de trabalho.
Em todo o mundo, 42% das mulheres em idade ativa estão fora do mercado de trabalho, frente a 6% dos homens, o que se deve a responsabilidades não remuneradas pela prestação de cuidado.
Meninas que realizam um grande volume de trabalho de cuidado não remunerado apresentam taxas de frequência escolar mais baixas que outras meninas.
Dos cerca de 67 milhões de trabalhadores domésticos em todo o mundo, 80% são mulheres.
Só 1 em cada 10 trabalhadores domésticos têm proteção igual perante as leis trabalhistas em comparação com trabalhadores de outras categorias.
Cerca de 50% dos trabalhadores domésticos não têm proteção do direito ao salário mínimo e mais de 50% não têm limites para a jornada de trabalho previstos em lei.
Estima-se que 80% dos trabalhadores domésticos não tenham acesso à previdência social (por exemplo, proteção e benefícios relacionados à maternidade).
Até 2030, estima-se que haverá um número adicional de 100 milhões de idosos e mais 100 milhões de crianças de 6 a 14 anos que necessitarão de cuidados em todo o mundo.
Até 2025, 2,4 bilhões de pessoas no mundo poderão viver em áreas sem água suficiente em decorrência das mudanças climáticas. Muitas mulheres e meninas serão forçadas a caminhar distâncias cada vez maiores para encontrar água.

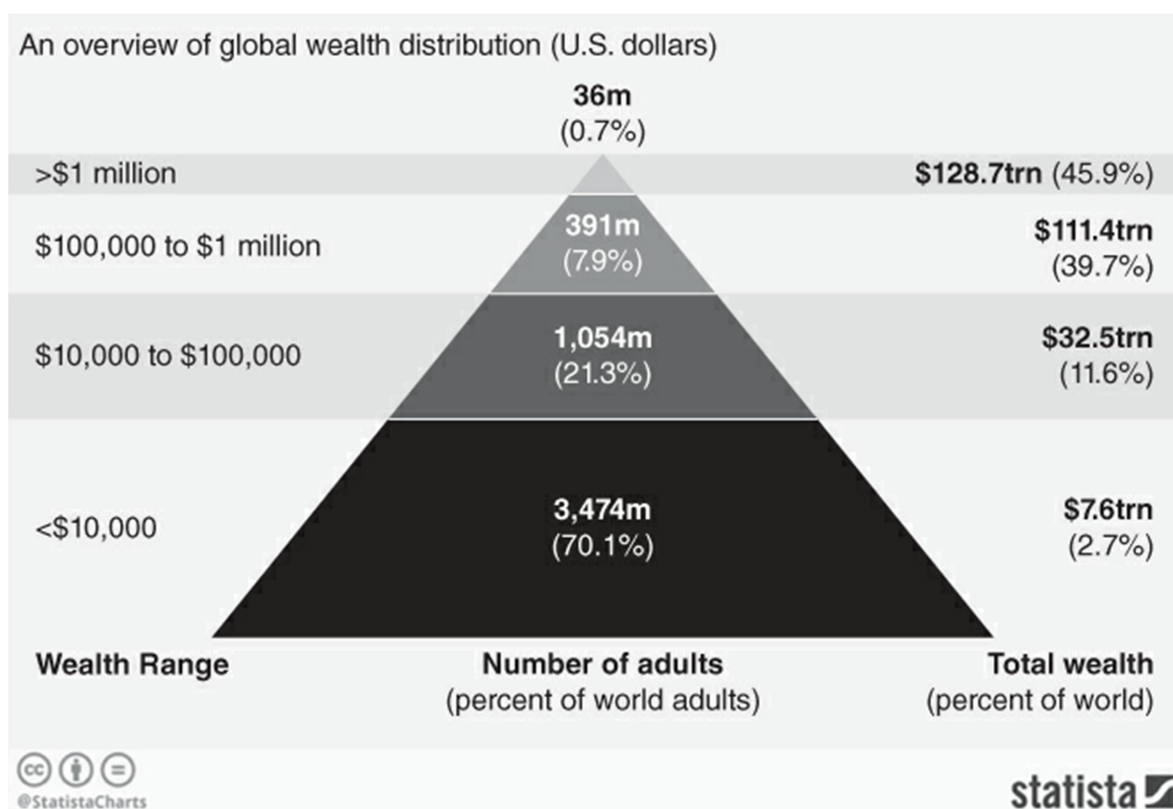
FONTE: OXFAM INTERNATIONAL. Elaboração própria.

**Quadro 3 - Renda média real (após impostos e transferências) nos Estados Unidos
(Em dólares de 2018)**

	Bottom 50%	50-90%	Top 10-1%	Top 1%	Top 0.1%	Top .01%
1970	\$19,640	\$44,178	\$91,404	\$328,816	\$1,011,357	\$3,689,308
1980	\$22,043	\$47,912	\$100,689	\$368,189	\$1,186,317	\$4,139,295
1990	\$22,468	\$55,288	\$122,262	\$614,184	\$2,279,033	\$8,176,832
2000	\$26,380	\$67,152	\$160,836	\$886,682	\$3,520,058	\$14,141,155
2010	\$25,969	\$67,561	\$162,679	\$1,044,445	\$4,870,471	\$23,706,233
2018	\$27,642	\$75,913	\$187,478	\$1,152,232	\$5,174,621	\$24,178,499

FONTE: ZUCMAN & SAEZ (2018). Elaboração dos autores.

Gráfico 10 – A pirâmide global da riqueza (2017)



FONTE: TEPPER & HEARN (2019). Elaboração dos autores.

(iv) *Tendências sobre o trabalho, escravidão e salários:*

Quadro 4 – Tendências sobre o trabalho, segundo OIT (2019)

Tecnologia	47% dos trabalhadores nos Estados Unidos podem ser substituídos pela automação
	56% dos empregos na ASEAN-5 poderão ser automatizados
	5% de todas as profissões podem ser automatizadas e, em cerca de 60%, pelo menos 30% podem ser automatizados.
	9% dos empregos na OCDE corre alto risco de automação e parte substancial dos empregos (50-70%) não será totalmente substituída, embora grande parte das tarefas o seja.
	Dois terços dos empregos no mundo em desenvolvimento são suscetíveis de serem automatizados.
	Cerca de 50% das empresas preveem que a automação leve a uma redução da força de trabalho a tempo completo até 2022.
Evolução Demográfica	Até 2050, o índice de dependência total (relação entre a população entre 0-14 anos de idade e 65 ou mais anos por 100 pessoas entre 15 e 64 anos) deverá aumentar acentuadamente na Europa (em 24,8 pontos percentuais) e na América do Norte (em 14,4 pontos percentuais) e moderadamente na Ásia (8,5 pontos percentuais), na Oceania (6,8 pontos percentuais) e na América Latina (7,6 pontos percentuais). Estima-se que o índice de dependência total para África diminua em 18,7 pontos percentuais. Metade da população desta região será jovem (0–24 anos). Todas as outras regiões terão uma população envelhecida.
Emprego	344 milhões de empregos precisam ser criados até 2030, além dos 190 milhões de empregos necessários para travar o desemprego atual.
Desemprego	190 milhões de pessoas estão desempregadas, das quais 64,8 milhões são jovens.
Emprego Informal	2 bilhões de pessoas baseiam o seu sustento na economia informal.
Pobreza no Trabalho	300 milhões de trabalhadores vivem na pobreza extrema (<1,90 dólares/dia).
Acidentes e Doenças Profissionais Mortais	2,78 milhões de pessoas morrem anualmente de acidentes de trabalho ou doenças profissionais.
Horário de Trabalho	36,1% da força de trabalho global trabalha um número excessivo de horas (mais de 48 horas por semana).
Salários	O crescimento salarial decresceu de 2,4% para 1,8% entre 2016 e 2017.
Diferença salarial entre homens e mulheres	As mulheres recebem cerca de 20% menos do que os homens.
Desigualdade	Entre 1980 e 2016, a parcela dos 1% mais ricos da população mundial viu o seu rendimento global aumentar 27%, enquanto os 50% mais pobres receberam apenas mais 12%.
Exclusão Digital	Apenas 53,6% de todos os lares têm acesso à Internet. Nos países emergentes, a percentagem é de apenas 15%.

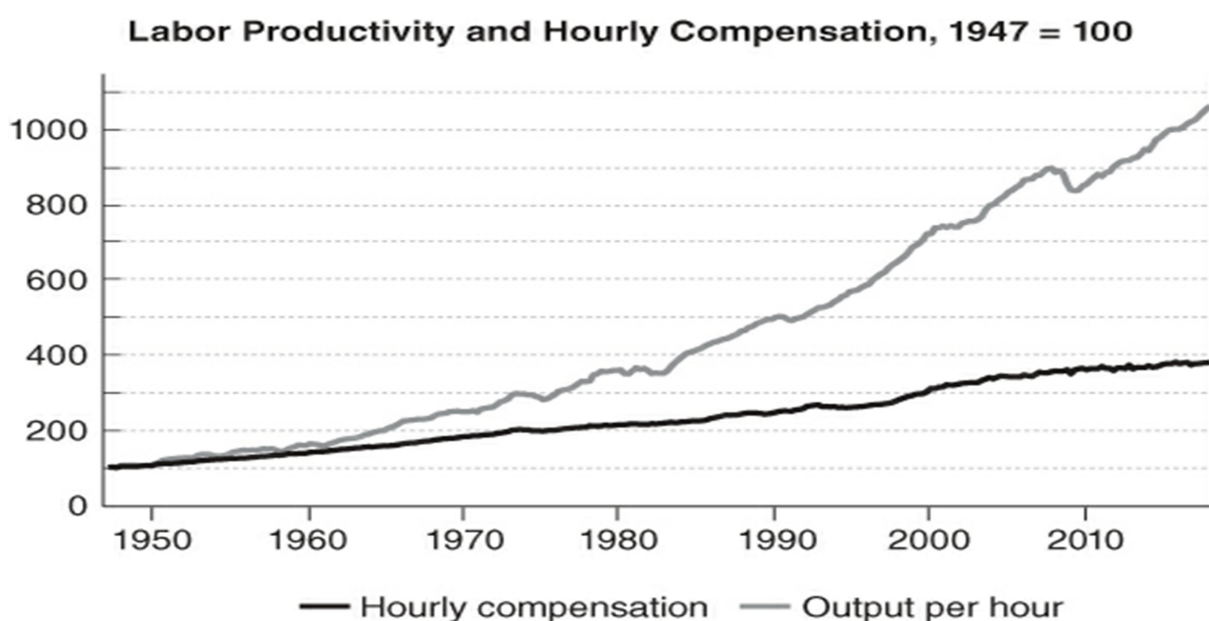
FONTE: OIT (2019). *Trabalhar para um Futuro Melhor* – Comissão Mundial sobre o Futuro do Trabalho. Lisboa: OIT, 2019. Elaboração própria.

Quadro 5 – Escravidão e atividades análogas à escravidão (2018)

O conceito de escravidão moderna abrange um conjunto de conceitos jurídicos, incluindo o trabalho forçado, servidão por dívida, casamento forçado, tráfico de seres humanos, escravidão e práticas semelhantes à escravidão.
Cerca de 40,3 milhões de pessoas em todo o mundo foram submetidas à escravidão moderna.
Deste total, 71% são mulheres e 29% são homens.
15,4 milhões estavam em casamentos forçados.
24,9 milhões se encontravam em condições de trabalhos forçados.
126 mil tiveram seus órgãos removidos para ser traficados e 4 mil crianças foram recrutadas e usadas em conflitos armados por forças do governo e mais de 11 mil por grupos armados não estatais.
A Ásia e o Pacífico representam 62% da estimativa global, seguida pela África (23%), Europa e Ásia Central (9%), Américas (5%) e os Estados Árabes (1%).
Em termos relativos, o ranking dos países com maior percentual de escravidão moderna está assim configurado: Coreia do Norte (104 em cada mil pessoas), Eritreia (93 para mil), Burundi (40 para mil), República Central Africana (22 para mil), Afeganistão (22 para mil), Mauritânia (21 para mil), Sudão do Sul (20,5 para mil), Paquistão (17 para mil), Camboja (17 para mil) e Irã (16 para mil).
Nas Américas, a Venezuela está no topo do ranking com 5, 6 em cada mil, acompanhada do Haiti (5,5 para mil), República Dominicana (4 para mil), Cuba (3,8 para mil) e Honduras (3,4 para mil). O Brasil está na 20ª posição com 1,8 para mil e os Estados Unidos na 23ª (1,3 para mil).
Os países desenvolvidos importam 354 bilhões de dólares em mercadorias, por ano, produzidas segundo trabalho escravo. Principais produtos: laptops, computadores e celulares (200,1 bilhões); vestuário (127,7 bilhões), peixes (12,9 bilhões), cacau (3,6 bilhões) e cana-de-açúcar (2,1 bilhões). Os Estados Unidos importam 144 bilhões do total de 354 bilhões. Em segundo lugar, está o Japão com 47 bilhões. Em terceiro, a Alemanha (30 bilhões), seguida do Reino Unido (18 bilhões), da França (16 bilhões) e do Canadá (15 bilhões).
Ranking dos 10 principais produtos realizados pelos escravos modernos: algodão, tijolo, vestuário, gado, cana-de-açúcar, ouro, tapete, carvão, peixe, arroz, madeira, castanha, cacau, diamante, eletroeletrônico (laptops, computadores e celulares).

FONTE: WALK FREE FOUNDATION (2018). *The global slavery index* – 2018. Elaboração própria.

Gráfico 11 – Salários e Produtividade nos Estados Unidos (1947-2010)



FONTE: TEPPER & HEARN (2019). Elaboração dos autores.

Número de cidades que reestatizaram os serviços de água entre 2000 e 2015



Fonte: Lobina; Kishimoto; Petitjean (2015, p. 17)

A Medida Provisória 868 (2019), convertida em projeto de lei, é um bom exemplo. No governo Temer, a Medida Provisória 844 tentou passar, mas não conseguiu. Agora o projeto foi editado, transformando-se na MP 868. Em março, o senador Tasso Jereissati (PSDB – CE) tornou-se relator. Curiosamente, Tasso é dono da *Solar*, que detém todo o engarrafamento e a distribuição dos produtos Coca-Cola no Nordeste e em parte do Centro-Oeste, sendo, portanto, um dos maiores empresários do sistema Coca. Em 2017 ele protocolou o Projeto de Lei 495, destinado a criar “os mercados da água”, especialmente em regiões com “alta incidência de conflitos pelo uso de recursos hídricos”. Para o senador, é uma “ferramenta útil” para secas como as que afetam o Nordeste e que afetaram São Paulo. Na visão dele, produtores de frutas poderiam comprar água de piscicultores. Ou um prestador de serviços de abastecimento poderia comprar de agroindústrias. Ou um fabricante de bebidas qualquer poderia negociar a água que recebe a valores módicos. “Convém destacar que o projeto não pretende privatizar as águas, pois essas são inalienáveis e possuem dominialidade pública garantida pelos arts. 20, inciso III, e 26, inciso I, da Constituição Federal. O que se propõe é apenas a negociação dos direitos de uso de recursos hídricos, outorgados pelas autoridades competentes”, assinala o autor na justificativa. A água é vendida, mas não se trata de privatização! A MP 868 perdeu validade no começo de março. Ato contínuo, Tasso protocolou o Projeto de Lei 3261, de 2019, que basicamente retoma o que constava da medida provisória. A proposta foi aprovada em comissão e plenário em quatro dias, e rapidamente chegou à Câmara. A palavra final, porém, ficou com o Senado, onde já se sabe que o resultado foi favorável às corporações.

A Fundação *Femsa* foi criada em 2008 para lidar com água. Femsa é um dos grandes braços da Coca no mundo. É uma das criadoras do *Water Funds*, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, *The Nature Conservancy* e *Global Environmental Facility*. O projeto identifica regiões em dificuldade e procura corporações interessadas em “adotar” uma bacia hidrográfica, financiando, em tese, soluções para o problema. A organização relata que 16 das 20 maiores cidades da América Latina estão sob “estresse hídrico”. Das seis mais problemáticas do mundo, três estão na região (Cidade do México, Lima e Rio de Janeiro). Há 22 fundos da água na região, alguns deles no Brasil. Representantes desses fundos participaram de quase vinte sessões do Fórum Mundial da Água (2018). O encontro é organizado a cada três anos pelo *World Water Council*. Entre os principais patrocinadores estavam a *Ama*, marca de água da *Ambev*, a *Crystal*, da *Coca*, e a *Nestlé*, além de grandes empresas de saneamento. Todas essas corporações estão envolvidas também na programação de debates e na formulação de declarações conjuntas.

Segundo dados do UNICEF (Pobreza na Infância e na Adolescência – 2019): 3,6 milhões de crianças e adolescentes não têm água dentro de casa. Outros 4 milhões de crianças e adolescentes enfrentam uma privação intermediária em relação à água: eles vivem em uma casa com água dentro, mas cuja procedência é poço sem filtro ou de fonte desconhecida. Ao todo, 7,6 milhões de pessoas com até 17 anos no Brasil sofrem com algum nível de privação de água potável. Os estudos mostram que, dos 61% de crianças e adolescentes brasileiros que vivem na pobreza, 49,7% têm privações múltiplas. Existem 13,9 mil crianças e adolescentes que não têm acesso a nenhum dos direitos analisados pelo estudo. No conjunto de aspectos analisados, o saneamento é a privação que afeta o maior número de crianças e adolescentes (13,3 milhões), seguido por educação (8,8 milhões), água (7,6 milhões), informação (6,8 milhões), moradia (5,9 milhões) e proteção contra o trabalho infantil (2,5 milhões).

FONTE: PERES (2019). *Qual o interesse de Coca e da Ambev na privatização da água na torneira?*

Elaboração própria.

Quadro 7 – Mercado do ar (2019)

“O empresário Leo De Watts, de 27 anos, vende ar coletado no interior do Reino Unido e despacha para cidades poluídas da China, como Xangai e Pequim, onde elites pagam quantias consideráveis por poucos segundos de inalação. A China enfrenta problemas crônicos de poluição atmosférica. Em 2015, pela primeira vez na história, a capital do país, Pequim, declarou alerta vermelho — o mais grave em uma escala de quatro níveis — por causa da poluição. Nessas ocasiões, escolas permanecem fechadas e fábricas interrompem a produção. Há também restrições à circulação de carros e a obras ao ar livre. “Qualquer pessoa que, por exemplo, viva perto de um lago cristalino e comece a engarrafar água e vender pode ser considerada meio maluca por seus amigos, mas é algo incrível para locais que não possuem uma grande oferta dessas coisas, e pode ser vendido com item de luxo”, disse Watts à BBC. A China é considerada o maior poluidor do mundo, emitindo 10,5 milhões de quilotoneladas de gás carbônico por ano, segundo a Agência de Avaliação Ambiental da Holanda. No mesmo ranking, o Brasil apareceu em 10º lugar. Cada garrafa - de 580 ml - de ar exportada por Watts custa 80 libras (cerca de R\$ 450). Para oferecer produtos com características distintas, o empresário diz coletar ar de áreas diferentes, como o interior do País de Gales e as regiões de Dorset e Somerset, na Inglaterra. O processo de coleta é feito com jarros acoplados a redes - atividade que Watts define como “agricultura aérea”. “O ar fresco é filtrado organicamente pela natureza. Flui entre folhas de árvores e absorve água cristalina ao passar sobre florestas, e é acariciado gentilmente ao percorrer formações de rocha mineral e paisagens de beleza intocada onde é coletado e engarrafado”, descreve o site da empresa. O site local *Dorset Echo* informou que Watts já vendeu mais de 180 garrafas desde a criação do negócio, há poucas semanas. A empresa também oferece um pacote “especial do Ano Novo Chinês”, com 15 garrafas por 888 libras - cerca de R\$ 5 mil”.

“O ministro da Economia, Paulo Guedes, propôs nesta quinta-feira, em Manaus, que o Brasil estude uma forma de negociar com outros países a propriedade sobre a produção do oxigênio da Amazônia. Ele defendeu a criação de uma Bolsa mundial de oxigênio. Já o presidente Jair Bolsonaro, por sua vez, declarou que a Região Amazônica é a “mais rica do planeta” e pode ser a “alma econômica” do Brasil. — Queremos saber se os americanos reconhecem o direito de propriedade de oxigênio. Nós produzimos oxigênio para o mundo — afirmou o ministro, durante reunião do Conselho de Administração da Superintendência Regional da Zona Franca de Manaus (Suframa). Guedes citou os EUA como parceiros nessa negociação, o que, segundo ele, colocaria o Brasil em “outro nível”: — Nós brasileiros somos parceiros naturais dos americanos, mas queremos saber se eles reconhecem o direito de propriedade — Temos biodiversidade, riquezas minerais, água potável, grandes espaços vazios, áreas turísticas inimagináveis, para alavancar nossa economia partindo daqui — afirmou Bolsonaro, ao receber homenagem em um colégio militar em Manaus. — Ao casar desenvolvimento com preservação ambiental, nós seremos a alma econômica do Brasil. Em outro evento, o presidente também ressaltou as vantagens da região: Já Guedes, ao ser perguntado sobre alternativas econômicas para a região, afirmou: — Tendo toda essa riqueza, vamos viver só de diferenças de impostos? — disse, em referência ao modelo da Zona Franca de Manaus. — Com inteligência, podemos criar riquezas com a preservação da Amazônia. Há coisas aqui que ninguém tem mais condições de fazer”.

FONTES: BBC Brasil, 10 de fevereiro de 2016 e O Globo, *Paulo Guedes quer negociar o oxigênio da Amazônia*, 25 de julho de 2019. Elaboração própria.

Quadro 8 – Mercado de terras (2017)

Segundo o estudo da NASA e do Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS), o mundo tem 1,87 bilhão de hectares de lavouras. A população mundial chegou a 7,6 bilhões em 2017. Cada hectare, em média, alimentaria quatro pessoas. Mas, a produtividade varia muito, em função de solos, clima, tecnologia empregada e tipo e qualidade dos cultivos produzidos.
Maiores extensões cultivadas: na Índia (179,8 milhões de hectares), nos Estados Unidos (167,8 milhões), na China (165,2 milhões) e na Rússia (155,8 milhões). Juntos, totalizam 36% da área cultivada do Planeta. Brasil ocupa o quinto lugar, seguido por Canadá, Argentina, Indonésia, Austrália e México. As áreas desses países representam as seguintes porcentagens do total cultivado no Planeta: Índia - 9,60%; EUA - 8,96%; China - 8,82%; Rússia - 8,32%; Brasil - 3,42%; totaliza-se, com estes valores, quase 40%.
Brasil cultiva 7,6% de suas terras. A Dinamarca cultiva 76,8%; a Irlanda, 74,7%; os Países Baixos, 66,2%; o Reino Unido, 63,9% e a Alemanha, 56,9%. A maior parte dos países utiliza 20% a 30% do território com agricultura. Os da União Europeia usam entre 45% e 65%. Os Estados Unidos, 18,3%; a China, 17,7% e a Índia, 60,5%.
Os europeus desmataram e exploraram intensamente o seu território. A Europa, sem a Rússia, detinha mais de 7% das florestas originais do Planeta. Hoje, ela possui apenas 0,1%.
De acordo com o Relatório da FAO, entre 1960 e 1993, as terras de uso agrícola aumentaram de 4,5 bilhões de hectares para 4,9 bilhões no mundo. Nos últimos dez anos, diminuíram cerca de 62 milhões de hectares. Essa tendência deve persistir para algo em torno de 24 milhões de hectares. Mais da metade das terras agrícolas, incluindo terras aráveis e pastagens, está localizada em dez países, com as maiores áreas distribuída na China, nos EUA e na Austrália.
Cerca de 70% das terras agricultáveis são usadas como pasto, mas a conversão de pastagens degradadas em áreas agricultáveis está crescendo. Os cereais ocupam 42% das terras cultivadas globalmente, enquanto 14% são destinados a oleaginosas, 4% a raízes e tubérculos, 2% ao algodão e outros 2% para as matérias-primas destinadas à produção de açúcar, segundo o relatório. Os outros 36% são alocados para pulses (feijão, lentilha etc.), frutas e vegetais.
Ainda conforme o relatório, a produção mundial de carnes poderá ser 13% maior em 2026 que entre 2014 e 2016. A participação do Brasil e dos EUA nas exportações totais deverá aumentar para 44%. Juntos, responderão por quase 70% do crescimento das vendas externas no período.
Segundo estimativa da <i>Land Matrix</i> , mais de 83,2 milhões de hectares de terra em países em desenvolvimento foram vendidos em grandes transações internacionais desde 2000. A África tem sido o principal alvo das aquisições de estrangeiros. Dentre os principais países estão: Indonésia, Filipinas, Malásia, Congo, Etiópia, Sudão e o Brasil (que teve mais de 3,8 milhões de hectares vendidos para estrangeiros entre 2000-2014).
A China comprou mais de 5,3 milhões de hectares de terras no exterior. O alvo foram principalmente terras na África Central e no sudeste asiático. Empresas dos setores de madeira e agricultura lideraram as transações.
Os Estados Unidos compraram mais de 4,1 milhões de hectares em terra estrangeira. O alvo principal foi o continente africano, mas também compraram terras no sudeste asiático e na América Latina.
A Malásia adquiriu mais de 3,3 milhões de hectares em terras. Em um único negócio, a multinacional <i>Sime Darby Berhad</i> comprou mais de 250 mil hectares de terra na Indonésia.
O Reino Unido arrematou mais de 3 milhões de hectares de terras. Em um dos maiores negócios registrados, a <i>NRG Chemicals</i> comprou 700 mil hectares de terra nas Filipinas.
A Coreia do Sul adquiriu 2,6 milhões de hectares em terras, com destaque para aquisições na África e Sudeste Asiático. A <i>Kapa Ltda.</i> , por exemplo, adquiriu mais de 40 mil hectares de terra no Camboja.
A Itália comprou mais de 2,6 milhões de hectares em terras. Em uma única transação, um investidor arrematou, em 2009, 2 milhões de hectares em terras para agricultura na Indonésia.
Os investidores israelenses compraram mais de 2,3 milhões de hectares em terras. Um único investidor comprou 2 milhões de hectares na República Democrática do Congo para agricultura.
As terras adquiridas por estrangeiros incluem vastos trechos de territórios nacionais povoados por aldeias, agricultura de pequeno porte, e etc. Na maioria dos casos, tais aquisições levam ainda a destruição das formas de vida bem como da flora e da fauna.

FONTE: GLOBAL FOOD SECURITY-SUPPORT ANALYSIS DATA at 30 METERS (GFSAD30) - 2017. FAO – RELATÓRIO DE PESQUISAS AGRÍCOLAS (2017-2026). LAND MATRIX – THE ONLINE PUBLIC DATABASE ON LANDS DEALS (2016). Elaboração própria.

Quadro 9 – Mercado de energia (2019)

A geopolítica e a geoeconomia da energia e sua dimensão securitária desempenham um papel central na trajetória da hegemonia dos Estados Unidos (EUA), demonstrando tanto a força quanto a vulnerabilidade dessa potência. A participação dos EUA no jogo de poder energético é caracterizada por extremos: autonomia e dependência, alianças e guerras, maior produtor e maior consumidor, vanguarda do meio ambiente e poluidor. Movimentações de atores como China, com o projeto da Nova Rota da Seda (*One Belt, One Road*), que tem foco na infraestrutura energética e na geração de novas fontes de energia, trazem desafios inéditos. Ao lado da China, a Índia demanda recursos consideráveis para seu crescimento, o reposicionamento da Rússia e do Oriente Médio em seus sistemas de aliança, as reservas energéticas em disputa no Brasil e na África com o petróleo do pré-sal, o gás e as tecnologias de biocombustíveis, são apenas alguns dos demais componentes deste contexto.

Breve panorama (1973-2017): em fins da década de 1960, a produção interna de petróleo dos EUA já atingia 90% da demanda do país, perdendo a condição de autossuficiência, no início de 1970. A partir de 1973, os EUA enfrentam a diminuição na capacidade de produção sobressalente, com uma iminente escassez de gasolina. As importações de petróleo, representando cerca de 30% do consumo americano em 1973, aumentaram para quase 50% do consumo em quatro anos. Esse rápido crescimento da importação norte-americana foi um dos principais fatores que levaram ao choque de 1973. Em 6 de outubro de 1973, Síria e Egito, com apoio da URSS, atacam Israel. A Guerra do Yom Kippur acompanha o movimento de crise da hegemonia americana, na esteira da derrota no Vietnã, do escândalo de Watergate e do rompimento com o sistema Bretton Woods. Em 1974, é criado o Tratado Internacional de Energia. Em outubro de 1978, milhares de petroleiros entraram em greve no Irã. O Xá é forçado a deixar o país em janeiro de 1979, e aiatolá Khomeini, retorna para assumir o controle do Irã. O presidente Carter responde cortando as relações diplomáticas e embargando as importações iranianas de petróleo. A Doutrina Carter passava a declarar de forma explícita o Golfo Pérsico como área vital para os interesses dos EUA. A guerra Irã-Iraque (1980-1988) inaugurou mais uma etapa do realinhamento geopolítico. A administração Reagan (1981-1989) emite uma diretiva de segurança nacional em 1983 para aumentar a presença militar dos EUA no Golfo Pérsico para ajudar a proteger as instalações petrolíferas e as remessas para os aliados. Desregula os preços do petróleo em 1981, permitindo que os produtores dos EUA aumentem os preços para os níveis do mercado. Além disso, a produção não-OPEP começa a superar a da OPEP - o que dificulta a influência do cartel nos preços do petróleo. Com o fim da Guerra Fria, o nacionalismo nos países petrolíferos passou a ser encarado como principal ameaça aos interesses dos EUA no Oriente Médio, que visava controlar o petróleo na região como forma de assegurar o abastecimento. O fim da URSS resultou no engajamento militar ininterrupto dos EUA no Golfo Pérsico, com a formação de coalizão contra o Iraque em 1991, após este país invadir o Kuwait. O pós-Guerra Fria marca a globalização do poder militar americano e das reservas de produção de petróleo, com destaque para Ásia Central, África e América Latina. O governo do democrata Bill Clinton (1993/2001) insere uma nova dimensão de ação estratégica. A “Diplomacia dos Dutos”, sustentada na disputa pelos direitos de exploração e transporte de recursos como gás e petróleo nas antigas repúblicas soviéticas, tornou-se uma das grandes peças da geopolítica e da geoeconomia da energia. O final dos anos 1990 marcou a ascensão Hugo Chávez (1999-2013) na Venezuela e de Vladimir Putin (2000-) na Rússia, que desafiam a estrutura do mercado petrolífero global, com grande impacto para os EUA. Tanto a Venezuela quanto a Rússia nacionalizam grande parte de seus recursos petrolíferos e restringem o acesso de companhias petrolíferas internacionais. No início do século XXI, o acelerado crescimento da demanda chinesa e de outras economias emergentes reforça o temor da escassez e impactam sobre o mercado internacional. A gestão de George W. Bush, antes dos atentados terroristas de 11/09/2001, tinha a prioridade de diminuir a vulnerabilidade energética por meio da ampliação da presença eurásiana, seja via diplomacia dos dutos, seja por operações militares. A Guerra Global Contra o Terror facilitou a justificativa para este empreendimento. O primeiro passo foi a Guerra do Afeganistão (2001/2014), seguida pela Guerra do Iraque (2003/2011). Com a crise financeira global em 2008 e a diminuição da demanda, os preços do petróleo despencam. Outro desenvolvimento que não pode ser desconectado da área energética nesse período foi o aumento da presença estratégica dos EUA no Atlântico Sul, a partir da reativação da Quarta Frota do Atlântico Sul, o aumento do orçamento do Comando Militar do Sul (USSOUTHCOM) e a criação do Comando Militar Africano (USAFRICOM). Esta região, com suas intersecções entre a América do Sul e a África, é representativa de um território rico em recursos naturais como gás e o petróleo do pré-sal, e vinha sendo explorado de forma autônoma por países como o Brasil e Angola (além de ser rota de passagem marítima de comércio para a Ásia e movimentações da China). Para os EUA, o pré-sal brasileiro é uma das novas fronteiras energéticas em regiões de menor tensão. O sucessor de W. Bush, Barack Obama, trouxe uma das agendas mais complexas no setor energético dos EUA nas últimas décadas, ampliando o debate e os investimentos em setores de energia renováveis e a busca de novas parcerias no campo petrolífero. Aumentou a restrição à exploração de petróleo e construção de oleodutos e gasodutos em áreas de proteção ambiental. Estas iniciativas foram sintetizadas pelo Clean Power Plan (2015) e pela assinatura

do Acordo de Paris (2015). Em fevereiro de 2011, a Líbia balança o mercado de petróleo, se tornando o primeiro grande país produtor de petróleo a ser palco de uma série de revoltas populares na região, a Primavera Árabe, que derruba regimes no Egito e na Tunísia. Com as maiores reservas da África, a Líbia representa cerca de 2% da produção mundial de petróleo. Aumenta-se o temor de que a situação na Líbia e os potenciais levantes em outras nações produtoras de petróleo possam levar a uma nova crise energética global. Em 2010, o governo já havia estabelecido uma nova política energética, com mais incentivo aos biocombustíveis e à extração offshore. Outro sinal de alerta foi a expansão do Estado Islâmico nas regiões do Iraque e da Síria, que colocaram em xeque operações estratégicas. Somente em 2014, com a intervenção aérea, os norte-americanos começaram um envolvimento mais sistemático. As contrarreações ao Estado Islâmico continuam, apesar de oficialmente ter sido anunciada a retomada de algumas zonas de produção petrolífera no Iraque pelo governo. Por outro lado, devido à queda da demanda, bem como às políticas domésticas, o fato é que os EUA têm reduzido cada vez a dependência energética externa. Um componente recente que ilustra essa dinâmica é o surgimento de mais um desafio externo considerável, com potencial de transformar por completo este quadro geopolítico e geoeconômico do mercado de energia (e talvez geral do sistema internacional): a iniciativa da China da OBOR. Baseada em projetos de infraestrutura nos mais diversos setores energéticos e de modais de transporte, a chamada nova rota da seda foi lançada pelo governo chinês em 2013. No entanto, a constante na política externa do país tem sido a busca por assegurar sua segurança energética ao mesmo tempo em que enfrenta o desafio da manutenção de sua condição hegemônica. Ainda que à primeira vista não pareça intuitivo, estes objetivos se contrapõem, já que a garantia da segurança energética global serve como justificativa para as intervenções extraterritoriais dos EUA. O papel de estabilizador mundial se alimenta de crises e choques energéticos como forma de preservação da condição de liderança.

2017-2020: Um dos principais alvos de Trump era a agenda energética e de relações internacionais de Obama, que considerava equivocada. As guerras comerciais em andamento com a China, o rompimento de regimes internacionais e leis de Obama, inserem-se neste processo. Trump tornou o “domínio da energia” o centro de sua política energética. Na visão de Trump, os EUA devem se tornar um exportador líquido de energia e usar esses recursos como um instrumento para o crescimento econômico. Os EUA paradoxalmente são tanto os maiores compradores e consumidores de energia, como os maiores fornecedores da mesma. Ambas estas realidades demonstram que os EUA podem desequilibrar e influenciar os mercados de energia ainda de forma significativa, apesar do surgimento de novos atores como a China, a assertividade das nações da OPEP e da Rússia. Em 2017, a quantidade de energia produzida nos EUA foi cerca de 87,5 quadrilhões de BTUs, o que equivale em torno de 89,6% do consumo de energia dos EUA. Os EUA lideram o consumo de petróleo, 20,2% do total mundial em 2017 (19,8 milhões de barris de petróleo por dia); em comparação com 13% da China (12,8 milhões), que é o maior consumidor de energia do mundo e cujo consumo está mais concentrado no carvão. Nos últimos anos, a política energética americana tem se esforçado em diversificar as parcerias e diminuir a dependência do petróleo dos países da OPEP, principalmente do Oriente Médio. O cenário mais provável é o choque de interesses EUA-China a partir da OBOR, uma vez que a OBOR se sobrepõe a interesses norte-americanos no Oriente Médio, na Europa Ocidental e na Ásia, e avança em regiões de baixo domínio norte-americano como a África. Devido às pressões americanas, em junho de 2018, a OPEP concordou em aumentar a oferta de petróleo, sem ultrapassar os limites de produção acordados em novembro de 2016. Em junho de 2018, os países da OPEP introduziram no mercado 500 mil barris de petróleo por dia, aliviando as pressões sobre os preços; em julho, com a interrupção deste excedente, os preços voltaram a se elevar.

A securitização da energia, em seus aspectos geoeconômicos e geopolíticos é uma questão que impele os EUA a sempre buscar mais fronteiras para garantir o acesso a esse recurso. A natureza da hegemonia preserva um caráter expansionista em duas pontas: o da expansão do controle do mercado de energia como importador e como exportador. Esta realidade, assim como o incremento da ação de atores como China, Rússia, Índia e Brasil (os emergentes) no campo da energia, as incertezas da União Europeia e as dificuldades de reposicionamento tático-estratégico no mundo indicam a continuidade de um sistema instável no que se refere à geopolítica e à geoeconomia da energia. As perspectivas do governo Trump, e o impacto de suas políticas parecem indicar a continuidade destas incertezas e o acirramento da competição, seja na energia, como nas demais dimensões de poder.

FONTE: PECEQUILO & JAEGER (2019). *Os Estados Unidos: a geopolítica e a geoeconomia da energia*.

Elaboração própria.

(vi) *informação, internet, tecnociência e controle:*

**Quadro 10 – Controle e vigilância, *influencers* e *deepfake*, rivalidades
intercapitalista e interestatal e exploração do trabalho**

Em 2017, os clientes da empresa de serviços de saúde norte-americana *Ascension* não sabiam, mas seus nomes, datas de nascimento, resultados de exames de laboratório, diagnósticos médicos e registros de internação estavam sendo coletados pela *Alphabet*, controladora da *Google*. A empresa afirmou que os dados dos pacientes “não podem e não serão combinados com nenhum dado de consumidores do *Google*”. Curiosamente, no mesmo ano, *Google* comprou a *Fitbit* por US\$ 2,1 bilhões, para investir em saúde digital.

Ainda em 2017, as autoridades reguladoras norte-americanas deram autorização para a empresa de biotecnologia do Vale do Silício, *23andMe*, se tornar a primeira a comercializar relatórios genéticos sobre os riscos de saúde dos seus clientes. O detalhe é que a comercialização destes relatórios não passará, na empresa, por prescrição e avaliação médica. Agora as pessoas poderão se informar sobre como o DNA afetaria suas saúdes. A *23andMe* foi fundada em 2006 e tem sede em *Mountain View*, Califórnia, no mesmo lugar que o *Google*.

Moore (2019), autor de *Democracy hacked: how technology is destabilizing global politics*, indica dois futuros: ou vamos viver no que ele chama de Estados de Vigilância, ou seja, em países cujos governos monitoram e controlam a vida dos cidadãos através de plataformas digitais; ou, no outro caso, as plataformas digitais, canalizadas em seis grandes empresas [Facebook, Twitter, Amazon, Google, Apple e Microsoft], dominarão todas as esferas públicas e substituirão os próprios governos. Para ele, um erro que muitos governos estão cometendo é pensar que existe uma “bala de prata de regulamentação e legislação” que vai resolver todos os problemas *online*. “Pesquisei as maneiras como os governos estão reagindo a essa nova fase e que caminho estamos seguindo. Descobri que há duas direções. Uma delas, que já está acontecendo na China e até certo ponto no Irã e na Rússia, é que os Estados estão tentando recuperar o controle, colocando-se acima dessas plataformas transnacionais. Eles tentam, impondo o que chamo de soberania digital, restringir essas empresas às legislações de seus países ou as excluem completamente criando plataformas digitais nacionais, monitoradas pelo Estado. Então, o governo se transforma em um Estado de vigilância, porque, uma vez que as autoridades controlam as plataformas, elas podem monitorar os cidadãos o tempo todo. Outra alternativa é que, se os governos mantiverem os princípios liberais não intervencionistas, as plataformas vão cada vez mais se expandir e incorporar outros aspectos da vida pública. As pessoas vão começar a depender delas mais e mais até que elas vão ser os meios para os serviços públicos, como educação, saúde, transportes. E chegará a ponto de não podermos mais não usar as plataformas. Se não fizermos nada, vamos caminhar para o que eu chamo de democracia das plataformas. Eu tenho esperança de que haverá uma reação, mas entre essas duas rotas já estamos vendo alguns países, como a China, caminhando para um Estado de vigilância. E eu também suspeito que alguns países, como os EUA, que têm pouca regulação sobre o uso de dados pessoais, estão se tornando democracias de plataformas. Temos diferentes lugares caminhando em diferentes velocidades para esses possíveis futuros, mas acho que também veremos países tentando remar contra a corrente por um futuro melhor. A janela da mudança está fechando, assim como a da mudança climática. Temos que agir agora ou vamos nos encontrar numa estrada sem saída”.

Um dos criadores da *internet*, Tim Berners-Lee, diz ser necessária uma ação global para conter “o mergulho da *internet* rumo a um futuro disfuncional”. Para ele, o escândalo envolvendo a empresa britânica Cambridge Analytica - acusada de usar, para fins políticos, informações privadas de 87 milhões de usuários do Facebook - fez com que as pessoas percebessem de forma mais clara como os dados de milhares de usuários podem ser manipulados.

Na visão de Nick Couldry (2019), autor de *The Costs of Connection: How Data Colonizing Human Life and Appropriating it for capitalism*, a fase atual do capitalismo é mais do que um desdobramento das novas tecnologias, trata-se de um estágio genuinamente novo do colonialismo de dados: os fundamentos do colonialismo histórico continuam presentes hoje, porém, embora a apropriação de recursos continue, “o recurso hoje somos nós. Nossas vidas, nossas experiências estão sendo convertidas em valor por meio dos dados.” É nesse contexto que Couldry aponta o surgimento de novos tipos de relações sociais, relações que estão, cada vez mais, sendo mediadas por dados.

Nos Estados Unidos, apenas 5,1 milhões de pessoas possuem acesso aos dados sigilosos dos cidadãos e das organizações. Isso representa 1,6% de toda a população. Ou seja, apenas este pequeno percentual de indivíduos é capaz de ter acesso aos dados de 98,4% dos restantes, tudo em “favor de nossa própria segurança”. Obama se notabilizou pelo uso que fez (e de sua equipe) da Lei de Espionagem. Snowden denunciou, em 2013, o esquema global de vigilância, a partir da *NSA* e dos *Five Eyes*: EUA, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia; os falantes dos países anglo-saxões ávidos por ouvirem e coletarem o fluxo de todas as comunicações e informações do mundo. Recentemente, assistimos a atuação de Steve Bannon em muitas das quedas de regimes.

O estudo de autoria de Rebecca Lewis (2018) mapeia o que chama de “rede de influência alternativa”, um sistema paralelo de mídia que adota as técnicas dos chamados *influencers* para ganhar audiência e repassar uma ideologia política: por exemplo, um membro mais moderado do grupo convida um membro mais radical para uma participação em vídeo. Embora o mais moderado diga não concordar com as posições do extremista, a audiência do moderado se excita pelo conteúdo polêmico e os fãs do extremista contribuem com alguma visualização. O extremista se torna mais popular e os dois se beneficiam. O relatório aponta também para os incentivos financeiros recebidos. Diversos estudos já vinham apontando como o algoritmo do YouTube prioriza vídeos mais radicais nas suas indicações, um espanto e indignação que gera mais engajamento e na outra ponta recompensa as produções mais ultrajantes. Outro lugar interessante de observação sobre má informação são os grupos de política do WhatsApp. Há um bom material sobre eles que já foi apurado pela imprensa, por sociólogos e cientistas da computação interessados na dinâmica e no fluxo de informações falsas em grupos de mensagens. O ponto central é que esse mercado vem criando estímulos ao engajamento contínuo, explorando as emoções extremadas e capazes de mobilizar ao máximo os sujeitos. A lógica desse processo fica muito longe da ideia de exposição de argumentos racionais para o entendimento mútuo. Os algoritmos vão progressivamente radicalizando suas sugestões, instigando e fascinando com conspirações e revanchismo. Abaixo das plataformas surge o empreendedorismo do ódio: *youtubers* radicais, *influencers* fascistas, comunicadores pró-intervenção militar. E junto com eles, pequenos negócios, como aqueles especializados em marketing via WhatsApp, que mistura o eleitoral com o comercial.

Martin Hilbert (assessor de tecnologia da Biblioteca do Congresso dos EUA) investigou a disponibilidade de informação no mundo de hoje. Diz-nos que, com 250 *likes*, o algoritmo do *Facebook* é capaz de prever sua personalidade melhor que seu parceiro ou parceira. No passado, a referência de maior coleção de informação era a biblioteca do Congresso americano. E hoje em dia a informação disponível no mundo chegou a tal nível que equivale à coleção dessa biblioteca por cada 15 pessoas. “Há um monte de informação por aí, e ela cresce rapidamente: se duplica a cada dois anos e meio. A última vez que fiz essa estimativa foi em 2014. Agora deve haver uma biblioteca do Congresso dos EUA por cada sete pessoas. E em cinco anos haverá uma por cada indivíduo. Se colocássemos toda essa informação em formato de livros e os empilhássemos, teríamos 4,5 mil pilhas de livros que chegariam até o Sol. Novamente, isso era há dois anos e meio. Agora seriam 8 ou 9 mil pilhas chegando ao Sol. E a informação que você produz cresce basicamente no mesmo ritmo: estima-se que haja 5 mil pontos de dados disponíveis para análise por morador dos EUA”. Revela ainda que Obama entende muito bem de *big data*. Depois do caso *Snowden* muitos perguntaram porque Obama nada fez. “Bom, porque ele também o usou muito. A maior despesa da campanha de Obama em 2012 não foi para comerciais de TV: criou-se um grupo de 40 engenheiros recrutados em empresas como *Google*, *Facebook*, *Craigslist*, e que incluiu até jogadores profissionais de pôquer. Pagou milhões de dólares para o desenvolvimento de uma base de dados de 16 milhões de eleitores indecisos: 16 milhões de perfis com diferentes dados: tuítes, *posts* do *Facebook*, onde vivem, o que assistiam na TV. Quando a campanha conhecia suas preferências, se um amigo seu no *Facebook* dava uma curtida na campanha de Obama, a equipe ganhava acesso à página desse amigo e passava a enviar mensagens. E conseguiram mudar a opinião de 80% das pessoas alcançadas desta maneira. Com isso, Obama ganhou a eleição. É como uma lavagem cerebral: não mostra a informação, apenas o que querem escutar. O representante político tem muita informação sobre você, mas o inverso também é verdade. Veja o presidente Trump, que muitas vezes reage em tempo real ao que as pessoas dizem. É como alguém se convertesse em uma marionete do que recebe pela TV ou pelo *Twitter*. A ideia do mandato representativo, como criado pelos “pais fundadores” dos EUA, era: confiamos em você como pessoa e você lidera e toma decisões em nosso nome. Agora os políticos medem sua popularidade no *Facebook* e mudam o discurso ao vivo para ajustá-lo aos comentários do *Twitter*”.

Tecnologias como o *GPT-2* e os *GANs* vão se tornar cada vez mais inteligentes. A interferência russa na eleição norte-americana de 2016 é apenas o início. Humanos digitais, âncoras de jornais de inteligência artificial, personas virtuais - tudo é possível na nova internet. O mercado de farsa *online* já está maduro. O perigo dos *deepfakes* representa um novo tipo de ameaça à cyberssegurança. Essas redes geradoras antagônicas (*GANs*), desenvolvidas pelo *Nvidia* permitem que não apenas sua identidade possa ser roubada, mas você pode ser enquadrado, difamado e ser vítima de farsantes com os vídeos *deepfake*, que podem ser difíceis de se provar falsos. Você pode sofrer golpes, fraudes e ficar vulnerável *online*. Não se trata mais de *fake news*, mas de

memes, *spam* e conteúdo feito cada vez menos por humanos. Geradores de texto falso. Imagens falsas. Vídeos falsos. Clonagem de voz. Clonagem de pessoas.

A Rússia testou com sucesso a *Runet*, uma alternativa nacional à *internet* global. Com isso, passa a ter sob seu controle os dados que entram ou saem do país. Ademais, permite criar um sistema semelhante ao que ocorre na China e no Irã. A Rússia também está buscando desenvolver serviços de rede mais personalizados para seus cidadãos: anunciou planos para criar sua própria *Wikipedia* e aprovou uma lei que proíbe a venda de celulares que não possuem software russo pré-instalado. Como a China, a Rússia espera criar serviços que sirvam de alternativas ao *Google* e *Facebook* a longo prazo.

A *Huawei* é a empresa chinesa que mais vende *smartphones* em Portugal. Ela já é a segunda maior produtora de telemóveis do mundo, atrás da *Samsung* e à frente da *Apple* e já é capaz de sustentar o salto da *internet 4G* para *5G*. Esta disputa envolve quem terá o poder e a tecnologia para começar a assentar as bases da nova Internet. O *5G* vai nos permitir entrar num mundo de realidade virtual, ou andar em carros sem condutor que se comunicam entre si para evitar acidentes, controlar à distância todos os equipamentos da nossa casa e etc. Para funcionar, será necessário substituir as antenas e os equipamentos base da enorme rede celular que cobre as cidades. Quem detém essa tecnologia são apenas quatro empresas no mundo: as chinesas *Huawei* e *ZTE*, a finlandesa *Nokia* e a sueca *Ericsson*. Nenhuma norte-americana. Além disso, a China detém 97% da produção mundial de terras raras, isto é, 17 metais raros e valiosos como o neodímio, utilizado em discos rígidos de computador; o lantânio, usado em lentes de câmaras e telescópios; ou o praseodímio, utilizado para criar materiais de alta resistência usados em motores de aviões. Até agora, os países mais fortes da União Europeia têm rejeitado os apelos dos Estados Unidos para expulsarem a *Huawei* das redes *5G* em instalação atualmente.

Trabalhos que não podem ser terceirizados para fora do país – como a faxina e o passeio com cães – estão se tornando subsumidos no “capitalismo de plataforma”. Todos os amados dispositivos da *Apple* não podem ser considerados sem antes nos lembrarmos das condições de trabalho dos “moinhos de suicídio da *Foxconn*” em Shenzhen, na China. Ou dos raros minerais da República Democrática do Congo, indispensáveis para os celulares. Um em cada três trabalhadores nos Estados Unidos atua agora como autônomo, *freelancer* ou temporário. Ainda não se sabe se irão retornar a um mundo com pagamento regular, uma semana de trabalho de 40 horas e algumas proteções sociais. O *modus operandi* das empresas na economia do compartilhamento segue um padrão: primeiro, companhias como *Uber* violam várias leis para então conquistar uma base crescente de consumidores, que demandam mudanças jurídicas. A *Airbnb* gastou mais de 8 milhões de dólares em lobby em São Francisco quando moradores votaram a favor de regular a operação da empresa. A *Uber* gasta mais dinheiro com lobistas do que a *Walmart*. Tanto *Uber* quanto *Airbnb* estão usando seus aplicativos como plataformas políticas que podem para ativar clientes e levá-los a se opor a qualquer esforço regulatório. Quando você descobre que os motoristas da *Uber* em Los Angeles estão recebendo menos que o salário mínimo; quando sabe que os trabalhadores da *CrowdFlower* e da *Mechanical Turk* ganham não mais que dois ou três dólares por hora; quando entende que muito (senão a maioria) da receita da *Airbnb* em Nova York vem de pessoas que alugam seus apartamentos inteiros por menos de trinta dias; quando ouve que as *startups* consideram quem trabalha para elas autônomo, em vez de empregado, para driblar a legislação trabalhista; quando *Uber*, *Lyft* e *Airbnb* continuam a operar seus negócios em cidades que tentam fechar suas operações; então você entende por que muitos municípios tentaram agir contra esse “descumprimento das leis”. Na *Amazon*, por exemplo, por trás da velocidade e preço baixo dos serviços, estão custos sociais muito altos para os trabalhadores: em um dos galpões da *Amazon* na Alemanha, a empresa monitorou os funcionários de logística e os reprimiu por permitirem-se curtos períodos de inatividade. Tecnologias de vigilância e supervisores monitoram até mesmo conversas de dois minutos entre trabalhadores e idas ao banheiro. Após dois desvios, pausas de um a nove minutos, os trabalhadores podem ser demitidos. O crescimento dos setores de trabalho autônomo e temporário dava-se há décadas, mas com a “economia do compartilhamento”, ele ganhou um impulso significativo – em especial a partir da crise econômica aberta 2008, quando várias pessoas tiveram que procurar fontes alternativas de renda.

FONTE: EVANGELISTA (2019). *Internet: liberdade é controle*. RUDNITZKI (2019). *Democracia hackeada: a quem pertence a internet? Entrevista com Martin Moore*. BBC BRASIL (2019). *Rússia anuncia sucesso em teste de internet ‘desplugada’ do resto do mundo*. SCHOLZ (2017). *Para que a internet não devaste a sociedade*. JORNAL DA USP (2019). *O ‘colonialismo de dados’ e o novo capital*. BBC MUNDO (2017). *‘Despreparada para a era digital, a democracia está sendo destruída’, afirma guru do ‘big data’*. SPENCER (2019). *Deep Fake, a mais recente ameaça distópica*. ESQUERDA.NET (2019). *Controle da internet, uma nova ‘corrida espacial’*. Elaboração própria.

(vii) *mercantilização da vida e da natureza e resistências:*

Quadro 11 – Greve na França e o novo *front* dos indígenas no Brasil

Macron propôs uma “reforma” do sistema de aposentadorias: aumento da idade mínima para aposentadoria (de 62 para 64 anos), a redução do valor dos benefícios (calculados com base na média dos salários recebidos em toda a vida laboral do trabalhador – inclusive os mais baixos) e a dissolução dos 42 diferentes programas de aposentadoria hoje existentes, reduzidos a um sistema único. Forçado pela greve, o primeiro ministro Édouard Philippe anunciou que o governo pretende retirar temporariamente a elevação da idade mínima para aposentadoria. Mas o fez mantendo o resto da contrarreforma e impondo um corte orçamentário de 12 bilhões de euros no sistema de aposentadorias. Mais de 1,5 milhão de pessoas saíram às ruas em protestos. Com aprovação popular de 61%, já é agora a maior greve geral desde maio de 1968. O movimento dos Coletes Amarelos cresceu introduzindo formas de luta inovadoras e combativas e ambições políticas ampliadas. A greve francesa é parte de uma série de movimentos radicais que varre o globo – do Chile e Haiti ao Líbano, à Índia e muito além. Alguns analistas identificaram estes levantantes como um novo ciclo de luta revolucionária, que revigora e desenvolve as batalhas das ocupações de praças de uma década atrás. Elas incluem, não só na França, organização autônoma por fora das formas tradicionais de representação política e econômica; expansão das redes de solidariedade além das estruturas estabelecidas, das vocações particulares e dos status de emprego de cada um; ações focadas, protestos “selvagens”, dias de luta e bloqueios – agora, mais numerosos que as ocupações de praças públicas; e uma radicalização combativa que confronta diretamente o Estado e o poder das corporações. Se a greve continuar a se expandir e desenvolver, e lançar seus olhos contra o “governo que nos mata”, vitórias importantes estarão no horizonte. Eles poderão contribuir para a luta internacional contra um mundo cada vez mais desigual.

Dados do Instituto Socioambiental (ISA) e da Agência Nacional de Mineração indicam os planos de mineradoras que incidem sobre povos indígenas isolados. Atualmente, 3773 requerimentos minerários afetam 31 Terras Indígenas e 17 Unidades de Conservação que possuem 71 registros de povos indígenas isolados em seu perímetro. Desses, 7 registros confirmados, 17 em estudo e outros 47 com informação. 5 dessas ocorrências são de povos que se encontram fora de áreas protegidas. A grande maioria desses requerimentos, 3053, são para pesquisa. No total, o ISA já catalogou 120 registros de povos isolados na Amazônia, distribuídos em 86 territórios. 28 tiveram a presença confirmada e outros 92 permanecem em estudo e qualificação pela Fundação Nacional do Índio (Funai): a mineração ameaça mais da metade de todos os registros de povos indígenas isolados na Amazônia até hoje. Relatório do CIMI contabilizou, somente até setembro de 2019, 160 invasões registradas no último ano, um aumento substancial em relação a 2018, que registrou 111. No projeto que está sendo costurado desde que assumiu o poder, Bolsonaro pretende liberar a ampla exploração de terras indígenas para a mineração, petróleo, gás, hidrelétricas, pecuária e outros. Os indígenas não terão poder de veto. No mesmo PL, Bolsonaro ignorou duas recomendações da FUNAI que vetava a exploração de recursos em terras indígenas com a presença de isolados. O governo federal acena, portanto, para “liberar geral”, passando por cima da Constituição e de tratados internacionais assinados pelo Brasil. Oviedo salienta um dado inédito que fará parte de um relatório do ISA a ser divulgado em breve: enquanto o desmatamento na Amazônia cresceu 25% em média e dentro das terras indígenas aumentou 80%, o registro de desmatamento em áreas com a presença de povos isolados subiu 114% em 2019 na comparação com 2018. Em relação a 2017 esse aumento vai para 364%. Os povos indígenas que vivem isolados dentro da Terra Indígena Yanomami podem ser os mais afetados. Estima-se que cerca de 20% da população Yanomami do lado brasileiro morreu de doenças trazidas pelos garimpeiros durante a corrida do ouro no final da década de 80 e começo dos anos 90. O movimento indígena tem crescido em articulação. Recentemente, o cacique Raoni reuniu por cinco dias cerca de 600 indígenas de 45 etnias diferentes na aldeia Kayapó, perto do rio Xingu, para defender a união do movimento indígena contra as políticas de Bolsonaro. O PL que libera a mineração foi rechaçado em conjunto. Batizado como “Manifesto do Piraçu”, o texto denuncia o projeto em curso do governo brasileiro de genocídio, etnocídio e ecocídio. 413 empresas e pessoas físicas constam nos requerimentos que afetam os povos indígenas isolados. Mas apenas 10 empresas concentram quase metade de todos os pedidos, liderados pela Mineração Silvana, com 626, a Vale, com 190 e a Mineração Tanagra, com 141.

Viveiros de Castro: “O problema dos índios, para o governo Bolsonaro e para as frações da sociedade brasileira que ele representa — em particular, o grande capital, o agronegócio —, é que as terras dos índios não estão no mercado fundiário. E o projeto desse governo é de privatizar 100%. Se possível, o Brasil inteiro. Parque nacional, reserva ecológica, todas as terras que têm uso especial estão na mira desse governo. Daí a importância do Ministério do Meio Ambiente para destruir os sistemas de terras protegidas e para o ataque aos povos

indígenas. Esse ataque, na verdade, exprime um desejo de transformar o Brasil inteiro em propriedade privada. É um Estado cujo objetivo é retirar do Estado a sua soberania efetiva sobre seu território, ou melhor, transformar a soberania em apenas poder de supervisão, mas entregar as terras ao capital privado, seja nacional, seja estrangeiro. Daí essa conversa para boi dormir dos militares: “Ah, a invasão da Amazônia pelos estrangeiros”. Eles estão vendendo as terras da Amazônia para um monte de proprietário estrangeiro, o problema deles não é esse. Isso é mentira. O problema dos índios é que as terras dos índios são terras da União, e o objetivo do governo é privatizar. E mais do que do governo, das classes que o governo representa, das quais ele é o jagunço, porque é isso que ele é: o jagunço da burguesia. O segundo motivo, acho, está numa declaração absurda que o Mourão, o vice-presidente, deu há pouco tempo, louvando as capitânias hereditárias e os bandeirantes, dizendo que aquilo é o melhor da nossa origem, o melhor da nossa história, empreendedorismo e tal. Isso soa como uma provocação, uma provocação especificamente anti-indígena, porque ele está celebrando o genocídio ameríndio, celebrando o bandeirante, que é uma figura que foi transformada, evidentemente, a partir de São Paulo, em herói da nacionalidade, quando o que ele fez, efetivamente, foi arrancar o Brasil da mão dos seus ocupantes originais. Não conseguiu arrancar todos, ainda tem 13% aí de terra [indígena]. E o objetivo, agora, é completar o processo iniciado com a invasão da América pelos portugueses. Isso é muito claro. Os militares, agora, estão se identificando com a Europa. É muito estranho, se você for olhar a composição racial das Forças Armadas brasileiras. Não vai achar muito louro. A começar pelo Mourão, que é mestiço de índio. Mas pelo jeito não gosta. Então, você tem uma concepção que vê o Brasil como um país essencialmente europeu, num sentido assim, do que é o melhor da nossa formação, da nossa história. Como diz o Mourão, o melhor é a Europa. É isso que ele está dizendo. Talvez o momento culminante do filme Bacurau, que está fazendo sucesso, é o momento do diálogo em que os gringos assassinos dizem pros dois puxa-sacos brasileiros que eles não são brancos coisa nenhuma. O Mourão, na verdade, estava falando como aquele motociclista: o melhor da nossa história são as capitânias. Aí vem o gringo: “Pra começar, português nem é branco. E, segundo, você não é nem português”. Então, bum! E as celebrações do caráter mestiço, no meu entender, são pura demonstração de hipocrisia. O que se chama de mestiçagem no Brasil, o nome certo é branqueamento. Então, você tem um ódio do não branco no Brasil, racismo contra os negros, e um racismo dobrado, de um racismo territorial, em relação aos índios. Na verdade, isso faz parte da ideologia nacional. O garimpeiro é mais brasileiro do que o índio para o militar. Agora, quando você chega nesse pessoal que está fora, tipo os índios, a população tradicional, os ribeirinhos, os caboclos, os sertanejos, o pessoal cujo modo de vida é contraditório, no sentido forte da palavra, a esse projeto de país, aí a coisa pega. De um lado, acho que nós estamos assistindo a uma espécie de ofensiva final contra os povos indígenas. É a grande onda agora, e vai por todos os lados. Se não for comprando eles com dinheiro, vai ser metendo os evangélicos malucos lá pra quebrar, pra proibir pajelança, fazer o diabo, acusar os índios das coisas mais loucas. Porque é o seguinte: índio não é santo. Ninguém é. Tem filho da puta entre os índios, não sei se tanto quanto, mas eles não estão excluídos, digamos, do hall da filhadaputice humana. Então sempre vai ter algum índio, alguma pessoa indígena, que vai servir de traidor, como é o caso dessa moça, essa mulher Kalapalo que o Bolsonaro arrastou pra lá e pra cá e que foi, inclusive, renegada pela sua aldeia, pelo seu povo. Sem contar outra coisa: os povos indígenas raramente possuem uma estrutura política que tem um porta-voz, uma pessoa que fala em nome da população. Então, o que acontece é que se tem um cara que fala alguma coisa, vai chegar outro que vai dizer o contrário, porque tem as lutas políticas internas. Se não é luta política interna, o fulano de tal se alia com o agronegociante pra ferrar o outro. Ele vai fazer isso. Pra começar, os povos indígenas são trezentos e poucos no Brasil. Chamar todos eles de indígenas não diz muita coisa sobre eles, diz muito mais sobre a Constituição brasileira, sobre legislação, que chama de indígena uma coisa. A noção de indígena, na verdade, é uma palavra, principalmente, de significado jurídico. Daí a confusão: isso é índio, isso não é índio, não sei o quê. Quando, na verdade, índio é uma forma de relação com o Estado. É claro, tem uma dimensão histórica, são populações descendentes, remanescentes, e que se pensam como ligadas às comunidades pré-colombianas. Mas são também comunidades que têm uma certa relação de exterioridade em relação ao Estado nacional e à etnia dominante, que é uma relação muito particular. E essa relação passa, principalmente, por uma certa relação com a terra. E que, na verdade, é o nó do problema, porque o que acontece é o seguinte: a Amazônia é a parte do Brasil que representa o que era todo o Brasil em 1500. Não que ela seja exatamente igual, longe disso. Mas essa é a parte que ainda não foi destruída, que ainda não foi civilizada, que ainda não foi “conquistada”. E agora é: “Temos que acabar os serviços começados em 1500”. E como a Amazônia virou um foco de atenção internacional por conta do fato de que é a maior floresta tropical do mundo, porque tem uma importância grande no equilíbrio geoquímico e termodinâmico do planeta, evidentemente está todo mundo olhando pra ela. Esse seria o momento em que o Brasil poderia, se tivesse uma diplomacia menos alucinada do que a desses malucos que estão no ministério... Ela estaria naturalmente faturando, no sentido positivo da palavra, utilizando isso como um trunfo importante na sua posição no cenário internacional. Mas, ao contrário, eles estão batendo o pé, fazendo uma birra absolutamente ridícula. E vão sofrer as consequências. Agora eles têm um inimigo importante, que é o papa, que, evidentemente, não tem tantas legiões, como dizia o Stálin, não tem um exército, mas exerce um poder grande sobre a opinião pública. A reforma agrária é um caso especialmente importante. O Brasil não fez reforma agrária, e tudo o que acontece no

Brasil, em parte, se explica por isso. Se optou por jogar a população rural nas cidades e entregar o campo à agricultura mecanizada e concentrada. O que acontece na Amazônia é que você ainda tem uma porção grande de população tradicional, ribeirinhos, que não sei o que vai ser dela, porque a soja já chegou na Amazônia faz tempo. A fronteira econômica está subindo e, à medida que ela sobe, vai expulsando gente, jogando fora árvore, colocando boi — o Brasil tem mais boi do que gente. E esse boi, evidentemente, não vai todo para a barriga da população brasileira. Então nós estamos, na verdade, alimentando o mundo. E o engraçado é que vejo, frequentemente, o governo se orgulhar de que o Brasil está alimentando o mundo. Devia estar alimentando os brasileiros, né? É evidente que os 7 bilhões de pessoas humanas que vivem no planeta Terra não podem viver como vivem, hoje, uma população de 500 pessoas na Amazônia. Mas os povos indígenas, em geral no mundo inteiro, e não só os povos indígenas brasileiros, têm uma relação com o resto da realidade, particularmente com a realidade biológica, viva, outros seres vivos, que é muito diferente daquela que está implícita no nosso modo de vida e explícita em várias doutrinas religiosas, filosóficas etc. Qual é essa relação? Essas populações se veem como parte de um universo no qual elas estão no mesmo nível que os demais seres. Não quer dizer que eles preferem ser outros seres. Eles só se percebem como no mesmo nível, como sujeitos às mesmas condições metafísicas de existência, digamos assim. O que acontece na modernidade ocidental é que o homem se considera como um ser de exceção. Ele é um animal, mas ele tem alguma coisa que os animais não têm. Antigamente chamava de alma, agora é cultura, ciência, tecnologia... Mas é alguma coisa que torna o homem metade animal, metade anjo, alguma coisa assim. E o lado extra-animal, superanimal do homem, compensa, cancela, libera a espécie dessa imanência terrestre — transcende a realidade material. Já os povos tradicionais, porque a história os conduziu a outra direção, não se veem acima das demais criaturas. Eles podem achar que os homens são mais inteligentes do que os jacarés, mas eles não acham que essa diferença é uma diferença de grau, não é uma diferença de natureza. Para nós, é uma diferença de natureza. É uma espécie de hipocrisia. Porque a gente tem essa sensação de que a gente é dotado de alguma coisa que nos tira de qualquer problema, que as outras espécies vão se extinguir, mas a nossa não — quando a gente sabe que vai se extinguir também. É como se a espécie humana fosse o único animal que, porque ela sabe que é um animal, ela não é um animal. Porque, como ela sabe que é um animal, isso a torna diferente de todos os outros animais e, portanto, não é animal. O que é uma contradição em termos. Ao saber que é um animal, devia torná-la mais atenta às condições que a aproximam dos outros animais: da necessidade de um ambiente tolerável pela espécie. Você me perguntou do Raoni, esqueci de responder a isso. O que acontece é o seguinte: sim, o Raoni se tornou um símbolo, esse símbolo é capaz de catalisar a luta indígena, ele é um símbolo essencialmente para fora, um símbolo para os não índios, sobretudo. Em parte, por causa do visual que é muito marcado, em parte porque ele é um senhor, já está há muito tempo na luta, literalmente. E os índios estão se vendo obrigados a construir alianças, causas comuns. Eu me lembro de uma frase do Daniel Munduruku, que é um escritor: “Eu não sou índio, eu sou Munduruku. Índio é uma coisa de vocês, eu sou Munduruku”. Tem toda a razão. Mas os Munduruku agora estão se juntando com, sei lá, Kayapó, com os Araweté, com os Parakanã... Para que todos esses povos, que não são uma coisa só, possam apresentar uma frente só diante de um outro lado, que, esse sim, é uma coisa só, nós, o Estado brasileiro, a etnia dominante, que é branca. Por que eles nos chamam de brancos? Inclusive, palavra que, muitas vezes, pode ser aplicada a um negro? Porque o problema não é de cor. Uma metonímia, branco pra falar de brancos, negros, amarelos e azuis, mas ao mesmo tempo é porque o branco é de fato a figura central. O branco é uma coisa só pra eles: é o Estado. As sociedades indígenas situadas no Brasil sempre foram sociedades com grande potencial anárquico. No sentido de que, dadas as condições demográficas e ecológicas do Brasil pré-colombiano, numa sociedade indígena, se você não está satisfeito com a aldeia, com o teu pessoal, você pega as tuas coisas, pega a rede e vai embora, faz a aldeia do outro lado. Ou seja, eram sociedades que não tinham necessidade de produzir sistemas políticos piramidais com um líder fundamental. Porque, se não está contente com o líder, vai embora e faz outra aldeia. Isso permanece nas sociedades indígenas como um impulso refratário a qualquer pessoa que fale em nome do todo, que, ao mesmo tempo, é contraditório com o que eles precisam agora, que são nomes que possam falar em nome deles todos contra esse Estado etnocida. Os índios estão, de fato, numa situação complicada. Eles têm ao mesmo tempo que produzir lideranças, às vezes até supraétnicas. O Raoni, por exemplo, que é um Kayapó, mas não está falando ali em nome dos Kayapó. Ele está falando em nome dos índios, de todos os povos indígenas, e, ao mesmo tempo, isso é uma coisa que vai um pouco na contramão da própria sensibilidade política indígena. E eles têm que negociar isso, não vai ter outro jeito, porque eles estão enfrentando um inimigo que os obriga a se unir. Eles só estão unidos por causa dos brancos. São os índios que estão segurando a Amazônia da força destrutiva do agronegócio, do grande capital e desses malucos militares que acham que Brasil bom é criar um deserto, que governar é criar um deserto”.

FONTE: ROCKHILL (2020). *Como a França amplia a revolta global*. OBSERVATÓRIO DA MINERAÇÃO (2020). *Cobiça das mineradoras já ameaça índios isolados*. AGÊNCIA PÚBLICA (2020). Viveiros de Castro: “Estamos assistindo a uma ofensiva final contra os povos indígenas”. Elaboração própria.